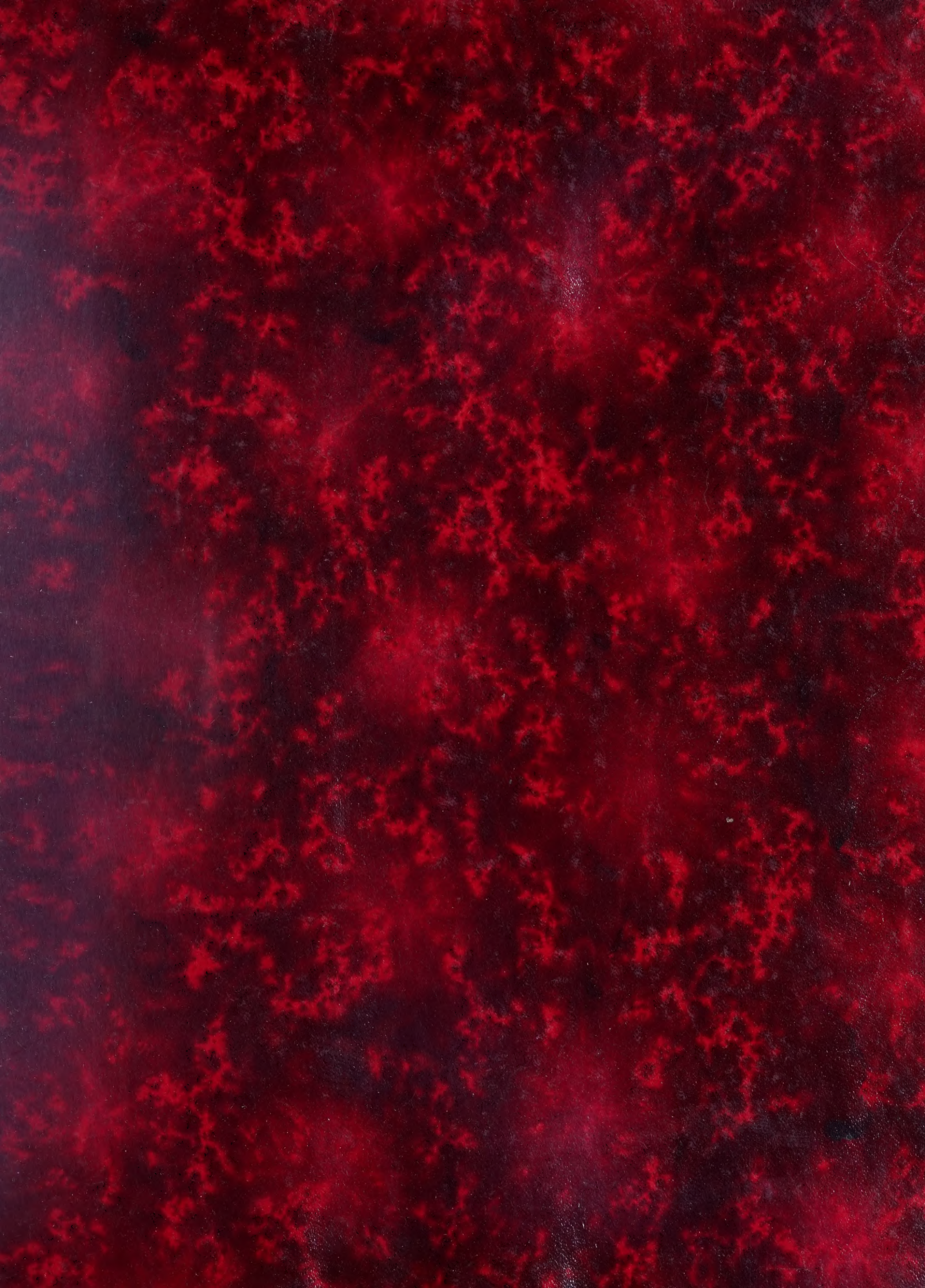
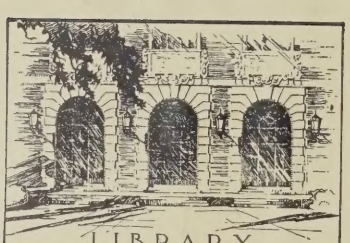
869.09
F76h
v.3

ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO

Q.

HISTORIA DA LITERATURA PORTUGUESA ILUSTRADA




LIBRARY
OF THE
UNIVERSITY
OF ILLINOIS

868.09
F76h
v.3

Return this book on or before the
Latest Date stamped below.

University of Illinois Library

MAR -4 1964

JUL 9 1981

FEB 06 1982

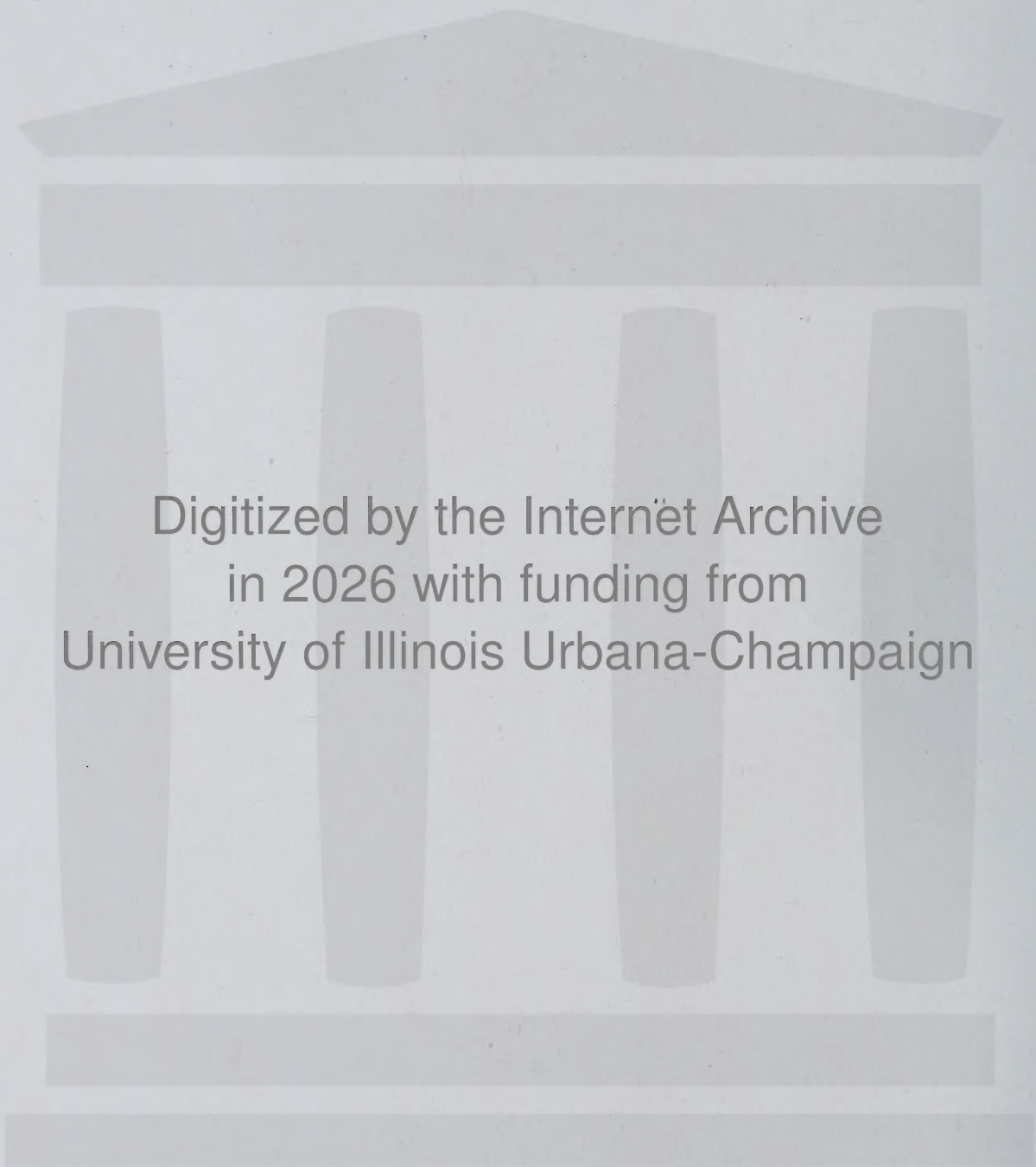
L161—H41

ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO

HISTORIA DA LITERATURA PORTUGUESA ILUSTRADA

Livraria Bertrand

HISTORIA
DA
LITERATURA
PORTUGUESA
ILUSTRADA


Digitized by the Internet Archive
in 2026 with funding from
University of Illinois Urbana-Champaign

https://archive.org/details/historiadalitera03samp

HISTORIA DA
LITERATURA PORTUGUESA
ILUSTRADA

Publicada sob a direcção

DE

ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO

da Academia das Ciências de Lisboa

COM A COLABORAÇÃO DOS SENHORES

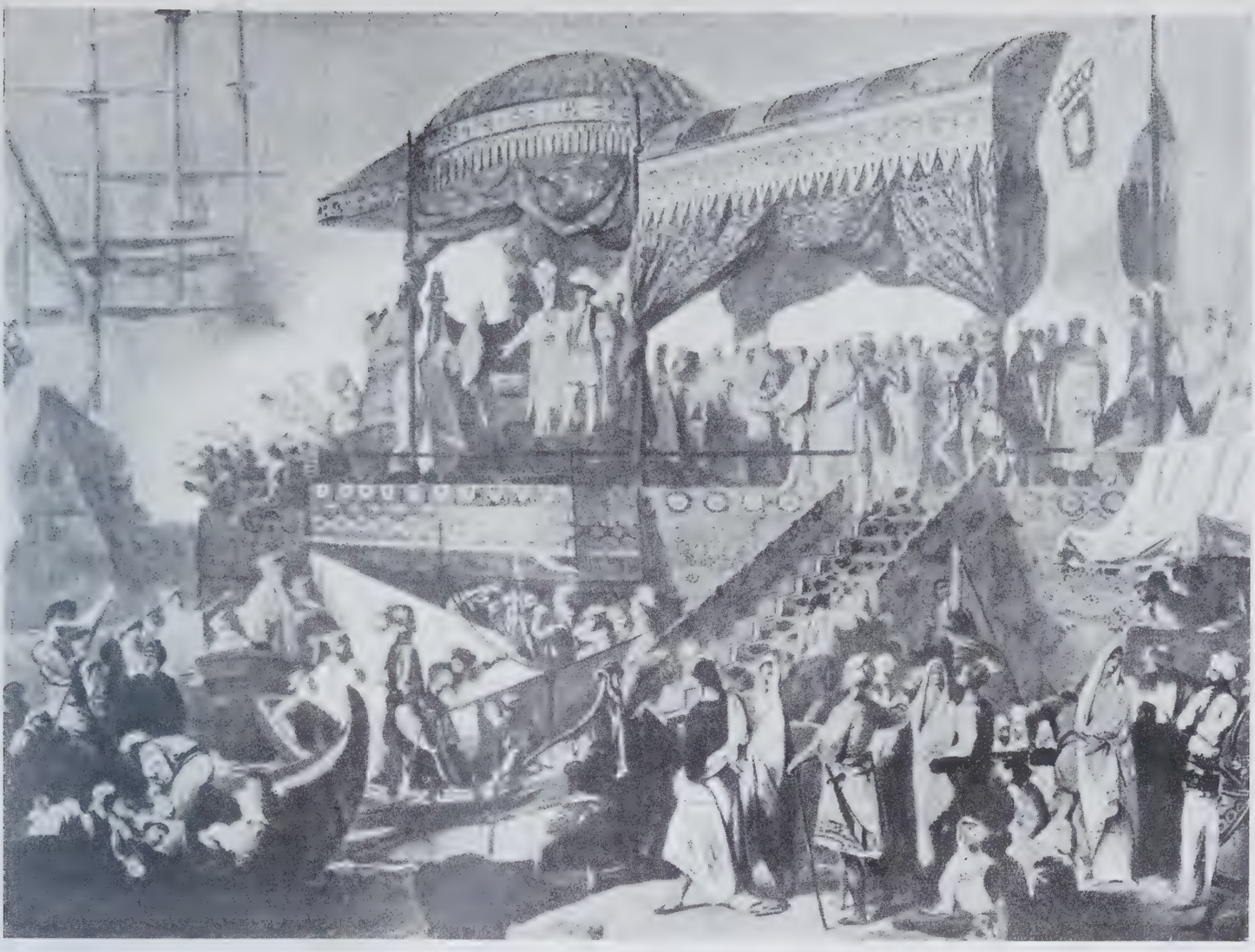
A. BOTELHO DA COSTA VEIGA, director da Biblioteca Nacional de Lisboa, tenente-coronel, antigo lente de História Militar no Curso do Estado Maior; DR. AGOSTINHO FORTES, lente da Faculdade de Letras de Lisboa; DR. ALFREDO DA CUNHA, da Academia das Ciências; DR. ALFREDO PIMENTA, escritor; DR. ANTÓNIO BAIÃO, director do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, da Academia das Ciências; DR. AUGUSTO DA SILVA CARVALHO, da Academia das Ciências; DR. FIDELINO DE FIGUEIREDO, da Academia das Ciências; GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, da Academia das Ciências; DR. HERNANI CIDADE, lente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; J. M. DE QUEIROZ VELOSO, lente jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da Academia das Ciências, DR. JOAQUIM DE CARVALHO, lente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, da Academia das Ciências de Lisboa; JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO, da Academia das Ciências; DR. JORDÃO DE FREITAS, director da Biblioteca da Ajuda; DR. JOSÉ DE MAGALHÃES, escritor, lente da Escola de Medicina Tropical; DR. LARANJO COELHO, conservador do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, da Academia das Ciências; DR. LUÍZ XAVIER DA COSTA, presidente da Associação dos Arqueólogos, da Academia das Ciências; DR. MANUEL DE SOUSA PINTO, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; NOGUEIRA DE BRITO, escritor, da Associação dos Arqueólogos; DR. REINALDO DOS SANTOS, escritor, lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; DR. RICARDO JORGE, lente jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, da Academia das Ciências; DR. SEBASTIÃO DA COSTA SANTOS, escritor, antigo Enfermeiro-mor dos Hospitais Civis

VOLUME TERCEIRO

LIVRARIA BERTRAND

LISBOA

RESERVADOS TODOS OS DIREITOS
EM CONFORMIDADE DA LEI



DESEMBARQUE DE AFONSO DE ALBUQUERQUE NA ÍNDIA, aguarela de Domingos António de Sequeira (Colecção do sr. António Bernardo Ferreira, do Pôrto)

SÉCULO DEZASSEIS

A POESIA ÉPICA DEPOIS DE CAMÕES

A escola de Camões — A repercussão da obra camoniana — Elenco dos poemas heróicos portugueses — Problemas suscitados por êste elenco: a) conceito de epopeia; b) critério de nacionalidade em literatura — Juízo sôbre os poemas quinhentistas

BIBLIOGRAFIA: — JERÓNIMO CÔRTE REAL — *Successo do segundo cerco de Diu, estando Dom Joham Mazcarenhas por capitam da fortaleza. Anno de 1546. Lisboa, 1574.* 2.ª edição: *Fielmente copiado da ediçam de 1574 por Bento José de Sousa Farinha.* Lisboa, 1783. (Traduzido em castelhano em 1597, Alcalá de Henares, por Pedro Padilla).

— *Felecissima victoria concedida del cielo al señor don Juan d'Austria, en el golfo de Lepanto de la poderosa armada Otomana. En el año de nuestra saluacion de 1572.* Lisboa, 1578.

— *Naufragio e lastimoso svcesso da perdiçam de Manoel de Sousa de Sepulveda, & Dona Lianor de Sá sua molher & filhos, vindo da India para este Reyno na nao chamada o galião grande S. João que se perdeo no cabo de boa Esperança, na Terra do Natal. E a perigrinação que tiuerão rodeando terras de Cafres mais de 300 legoas té sua morte. Composto em verso heroico e octava rima...* Lisboa, 1594. 2.ª edição, Lisboa, 1783. 3.ª edição, Lisboa, 1840. (Foi traduzido em espanhol por Francisco Contreras com o título *Nave tragica da India de Portugal.* Madrid, 1624, e em francês por Ortaire Faurnier com o título *Naufrage de Manuel de Sousa de Sepulveda et de dona Lionor de Sá. Poëme portugais.* Paris, 1844).

LUÍS PEREIRA BRANDÃO: — *Elegiada de Luis Pereira dirigida ao Serenissimo Senhor Cardeal Alberto, duque d'Austria e governador de Portugal.* Lisboa, 1588. 2.ª edição feita por Bento José de Sousa Farinha. Lisboa, 1785.

FRANCISCO DE ANDRADE: — *O primeiro cerco que os turcos poseram ha fortaleza de Diu nas partes da India, defendido pelos portuguezes.* Coimbra, 1589. 2.ª edição. Lisboa, 1852.

Se não fôsse o acidente genial do surto de Camões e talvez o exotismo da historiografia colonial, o século XVI seria na literatura portuguesa uma étape poderosamente criadora, sim, e a mais genuinamente nacional, mas abortada a meio caminho da realização plena. As suas mais típicas obras, ainda sem o domínio da expressão, carecem de relêvo e de capacidade emocional, são pontos de partida duma carreira, que por vezes se continúa fóra de fronteiras, como a do teatro vicentino e a da novela pastoral. Foi preciso o génio de Camões, a sua aliança estreita do fundo espírito de nacionalidade com uma perene vibração humana, para que êsse século literário não fôsse quási todo inumado sob as sedimentações mórbidas ou desnacionalizadoras que sôbre êle lançaram, no seu último quartel, o misticismo, o castelhanismo, o alheamento da renovação scientífica, a obstinação em conceitos pre-renascentistas...

O contraste entre a personalidade e a obra de Camões e o ambiente, em que ainda ninguém fizera literatura com aquela pujança, tão impregnada de vida em profundeza, foi avultando com os tempos. E as gerações regressaram sempre a Camões, como a um bom génio tutelar, de modo que o classicismo português é tão virgiliano e horaciano como camoniano.

Modêlos insuperados e uma perseverante imitação dêles são característicos essenciais da estética clássica assente no dogma da beleza única, na rígida classificação dos géneros, infensa ao sentido do progresso ou desenvolvimento aquisitivo — noção típica do século XIX. Tê-la formulado é um dos méritos, que mais louva Brunetière em M.me de Stael.

Camões foi logo, desde o século XVI, modêlo do classicismo peninsular, pôsto ao lado dos génios soberanos, herdados da arte heleno-latina. O seu rasto foi longo e profundo, principalmente na epopeia, na lírica e na crítica.

Na epopeia sugeriu logo êsse longo filão de poemas narrativos, sempre pautados pelos *Lusíadas*, o qual brota já no século XVI, mas estende-se em degeneração última até ao século XIX. A parte quinhentista dessa longa tradição épica forma o assunto dêste capítulo.

Os outros aspectos, pôsto que de maior alcance estético e doutrinário, ficam fora da limitação cronológica — porque o primeiro grande lírico de cunho camoniano é Rodrigues Lobo, já da centúria imediata, e porque a crítica camoniana, primeiro na forma de exegese textual, depois em aspectos mais tècnicamente elevados, também só em 1613 se inicia com Manuel Correia e Pedro Mariz. Já apontei noutro lugar a tendência camoniana de alguns líricos de vária significação, como Rodrigues Lobo, Soropita, Xavier de Matos, Bocage; recorde-se ainda que a reforma da lírica, em pleno romantismo, realizou-a Garrett em tôrno da figura de Camões, da recordação das suas vibrantes canções auto-biográficas. Então o épico foi o sol que aqueceu e alentou as aspirações de renovação patriótica, os sonhos de liberdade na política e na arte, — uma lareira nostálgica acendida no exílio pela saüdade dum Garrett, dum morgado de Mateus, dum Domingos Bomtempo, dum Sequeira...

*
* *

Pode-se julgar da persistência do gôsto épico, entre nós, pelo seguinte elenco de poemas:

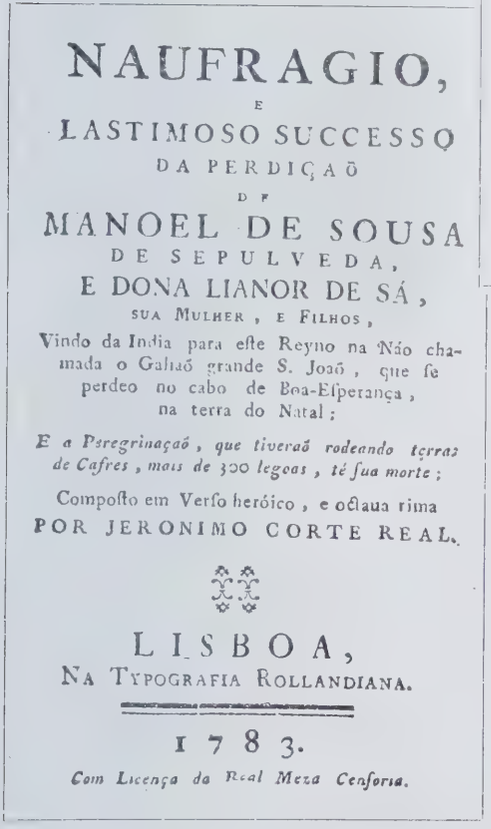
157? — *Descobrimento da Índia*, Pedro da Costa Perestrelo (perdido);
157? — *Batalla Ausonia*, mesmo autor (perdido);
1572 — *Os Lusíadas*, Luís de Camões;
1574 — *Successo do segundo cêrco de Diu*, Jerónimo Côrte Real;
1578 — *Felicísima victoria... en el golfo de Lepanto*, Jerónimo Côrte Real;
1588 — *Elegíada*, Luís Pereira Brandão;
1589 — *Primeiro cêrco de Diu*, Francisco de Andrada;
1594 — *Naufragio e lastimoso successo da perdição de Manuel de Sousa Sepulveda...*, Jerónimo Côrte Real;
1609 — *Condestabre*, Francisco Rodrigues Lobo;
1611 — *Affonso Africano*, Vasco Mousinho Quevedo de Castelo Branco;
1618-1673 — *España libertada*, Bernarda Ferreira de Lacerda;
1623 — *Novissimos do homem*, D. Francisco Child Rolim de Moura;
1625 — *Poema del angélico doctor Sancto Thomaz*, Manuel Tomás;
1628 — *Gigantomachia*, Manuel de Gallegos;
1634 — *Malaca conquistada*, Francisco de Sá de Meneses;
1635 — *Insulana*, Manuel Tomás;
1635 — *Templo da Memoria*, Manuel de Gallegos;
1636 — *Ulyssea*, Gabriel Pereira de Castro;
1638 — *Maccabeu*, Miguel da Silveira;
1640 — *Ulyssipo*, dr. António de Sousa Macedo;
1659 — *Phenix da Lusitania*, Manuel Tomás;
1667 — *Virginidos*, Manuel Mendes de Barbuda e Vasconcelos;
1671 — *Destruição de Hespanha*, André da Silva Mascarenhas;
1699 — *Viriato tragico*, Brás Garcia de Mascarenhas;
1701 — *El nuevo mundo*, Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos;
1705 — *Ilha da Maré*, Manuel Botelho de Oliveira;
1712 — *Alfonso*, mesmo autor;
1754 — *Conquista de Gôa*, José Xavier de Valadares e Sousa (perdido);
1759 — *Brasileida*, Domingos da Silva Teles;
1769 — *Uruguay*, José Basílio da Gama;
1781 — *Caramuru*, José de Santa Rita Durão;
1782 — *Joanneida*, José Correia Pinto Alvim;
1803 — *Lisboa destruida*, P.e Teodoro de Almeida;
1806 — *Zargueida*, Francisco de Paula Medina e Vasconcelos;
1809 — *Novo Argonauta*, José Agostinho de Macedo;
1811 — *Gama*, mesmo autor;
1813 — *Newton*, mesmo autor;
1814 — *O Oriente*, mesmo autor;
1818 — *Alfonsiada*, António José Osório de Pina Leitão;
1819 — *Georgeida*, Francisco de Paula Medina e Vasconcelos;
1823 — *Lysia victoriosa*, José Joaquim Figueiredo Saraiva; (só publicado parcialmente em 1910 por Aníbal Fernandes Tomás).
1825 — *Camões*, Garrett, com que se inicia a era romântica.

A apreciação dos poemas, enumerados nesta lista, todos de propósito épico, uns em verso português, outros em

verso castelhano, envolve dois problemas: o do conceito de epopeia; e o do critério de nacionalidade na literatura.

O primeiro, quando surge, é resolvido sempre de modo precário, porque o conceito corrente da epopeia funda-se sôbre as relações dos poemas homéricos com a realidade, sôbre a consideração dêsse supremo instante épico da imaginação humana.

O poeta épico não é o criador da matéria épica, nem tem sequer o dom de colorir de tom épico a matéria comum ou heróica; a matéria épica é-lhe anterior e é de criação colectiva, está já cristalizada na mente social, quando o poeta, com seu génio da expressão, a chama a perpétua presença, a uma actualidade que não envelhece. Homero, pai da poesia, era já no seu tempo um arcaizante, lembra com aparente paradoxo Ortega y Gasset, porque o ciclo dos seus motivos já volitava no céu jónio, numa simbiose de realismo fiel e de maravilhoso sobrenatural com sua causação transcendente, convívio de deuses humanizados e homens equivalentes aos deuses, em franca intimidade com os elementos, alegres, cruéis, insensíveis à dôr, centros criadores de fôrça, que não se detêm a reflectir sôbre a sua essência e os seus fins, que não sentem curiosidades críticas, só exercem a acção e se alimentam de luta e de vitória sôbre os outros homens, sôbre a natureza, sôbre os próprios deuses.

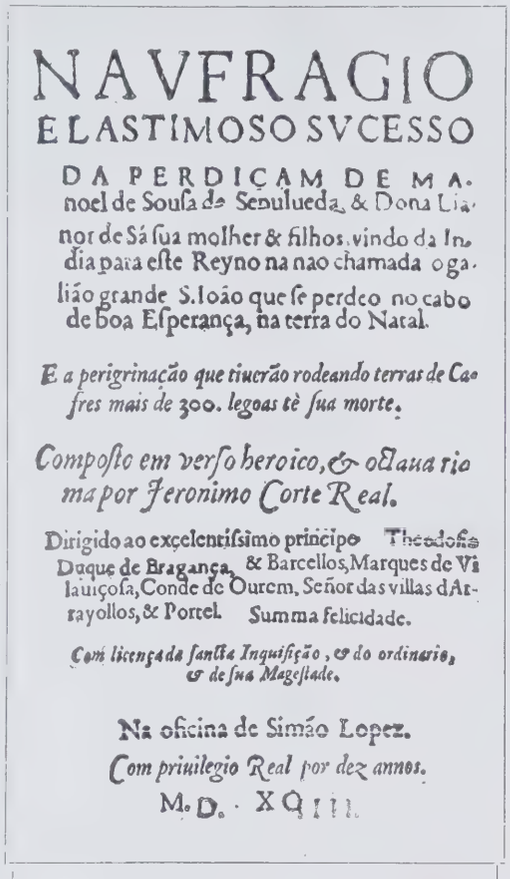


NAUFRAGIO,
E
LASTIMOSO SUCCESSO
DA PERDIÇAÕ
DE
MANOEL DE SOUSA
DE SEPULVEDA,
E DONA LIANOR DE SÁ,
SUA MULHER, E FILHOS,
Vindo da India para este Reyno na Náo chamada o Galiaõ grande S. Joaõ, que se perdeo no cabo de Boa-Esperança, na terra do Natal;
E a Peregrinaçaõ, que tiveraõ rodeando têrras de Cafres, mais de 300 legoas, té sua morte;
Composto em Verso heróico, e oitava rima
POR JERONIMO CORTE REAL.

LISBOA,
NA TYPOGRAFIA ROLLANDIANA.

1783.

Com Licença da Real Meza Censoria.



NAVFRAGIO
E LASTIMOSO SVCESSO
DA PERDIÇAM DE MAnoel de Souſa de Sepulueda, & Dona Lianor de Sá ſua molher & filhos, vindo da India para eſte Reyno na nao chamada o galiaõ grande S. Ioaõ que ſe perdeo no cabo de boa Eſperança, na terra do Natal.

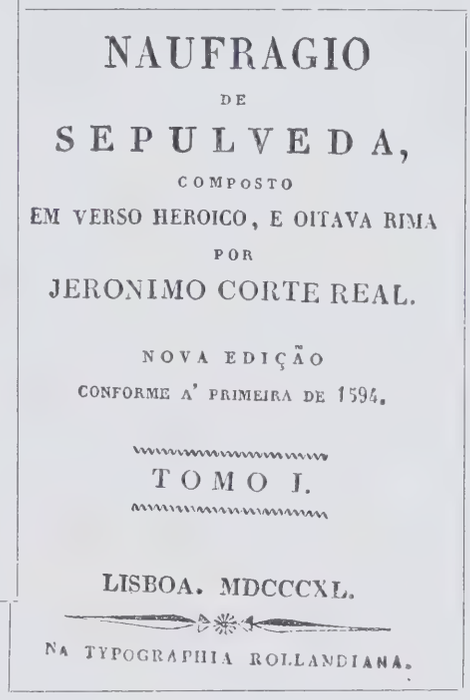
E a perigrinação que tiuerão rodeando terras de Cafres mais de 300. legoas tè ſua morte.

Compoſto em verſo heroico, & oitaua rima por Jeronimo Corte Real.

Dirigido ao excelentiſsimo principe Theodoſio Duque de Bragança, & Barcellos, Marques de Villauiçoſa, Conde de Ourem, Señor das villas d'Arrayollos, & Portel. Summa felicidade.

Com licença da ſancta Inquiſição, & do ordinario, & de ſua Mageſtade.

Na oficina de Simão Lopez.
Com priuilegio Real por dez annos.
M. D. XCIII.



NAUFRAGIO
DE
SEPULVEDA,
COMPOSTO
EM VERSO HEROICO, E OITAVA RIMA
POR
JERONIMO CORTE REAL.

NOVA EDIÇÃO
CONFORME A' PRIMEIRA DE 1594.

TOMO I.

LISBOA. MDCCCXL.

NA TYPOGRAPHIA ROLLANDIANA.

AS EDIÇÕES DO POEMA de Jerónimo Côrte Real: a 1.ª de 1594, a 2.ª de 1783 e a 3.ª de 1840. (O rosto da 1.ª é impresso a vermelho e preto)

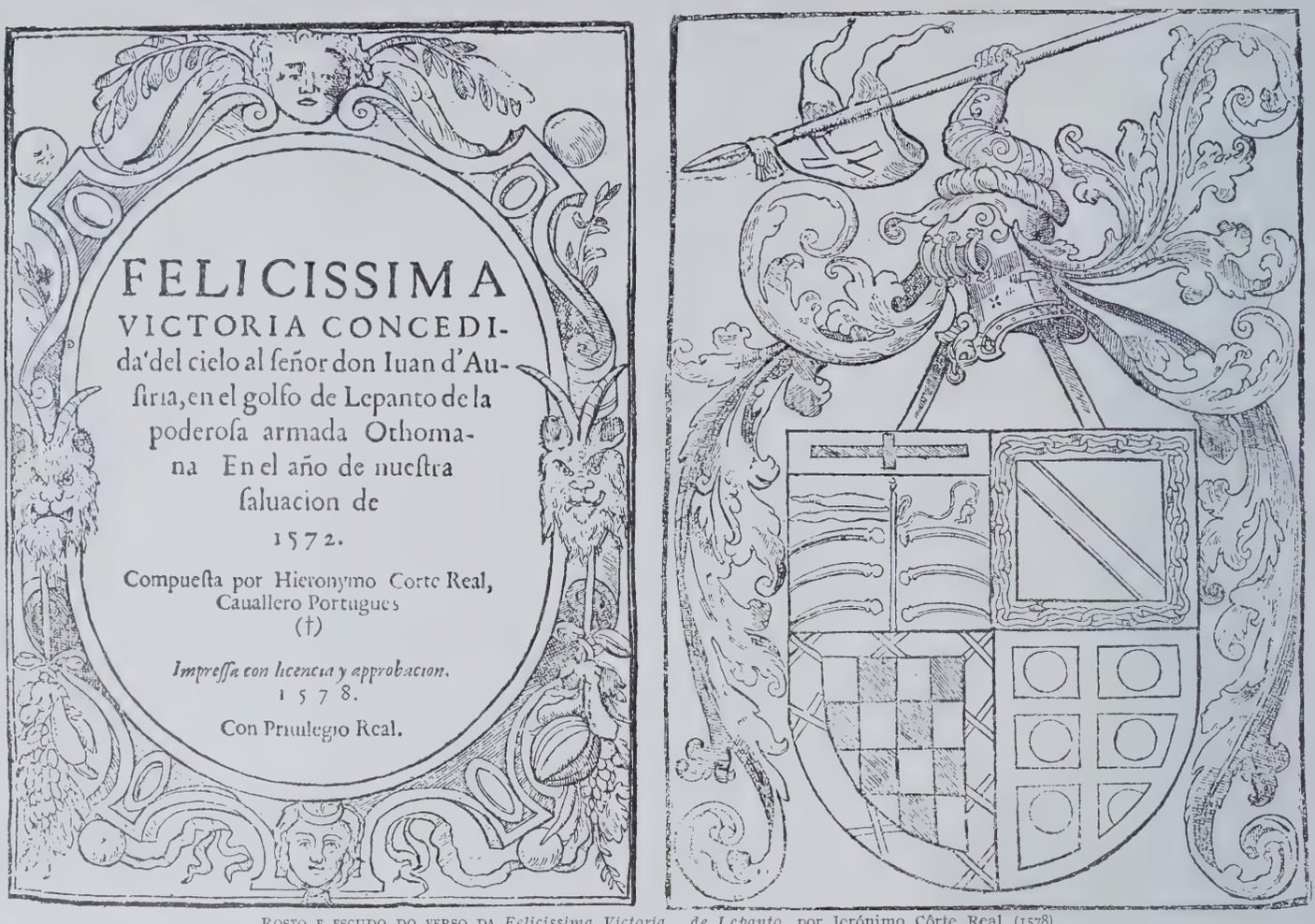
Epopeia é a glosa dum mito, é portanto a coroação individual, pelo poder de expressão, da obra colectiva. Homero não versejou sucessos históricos recentes, seduzido pela sua exaltação heróica; condensou em poemas todo o prévio trabalho colectivo, que de longínquos sucessos fizera mitos. Portanto, o mito é a condição prévia da epopeia.

Esta condição essencial do mito, obra colectiva, repete-se no século de Augusto, quando Virgílio toma o mito, já cristalizado, da fundação de Roma, e no século XVI, quando Ariosto, Tasso e Camões encontram já formados também os mitos do furor heróico de Orlando, da conquista de Jerusalém, e da decifração do maior enigma geográfico da humanidade.

A viagem da Índia fôra o sonho nacional desde o Infante D. Henrique, quási todo o século XV; a êle se subordinou tôda a actividade geográfica dos portugueses, que por mar e por terra, pelo oriente, pelo ocidente e pelo sul, só visava à Índia; a legislação, a política interna e externa, a idealização artística e literária, a disquisição scientífica são de certo modo dominadas por êsse pensamento sigiloso.

E quando Vasco da Gama chega a Calicut, ligando os dois hemisférios morais da terra, o mundo deslumbra-se com a façanha, porque as suas mais enraizadas noções geográficas e a sua fisionomia económica e a sua estética culinária por ela se transformam. Essa viagem impressionou muito mais a opinião universal do que a chegada de Colombo ao Novo Mundo e a circumnavegação de Magalhães. Assim o recorda Franz Hümmerich, boa autoridade: «A descoberta do caminho marítimo para a Índia foi considerada pelos contemporâneos mais importante que a descoberta da América».

A viagem da Índia tornou-se um mito, que flutuava apetente e sem govêrno, nas imaginações, durante os primeiros decénios do século XVI. Todos êsses panegíricos do espírito épico, por João de Barros e Gaspar Correia, o tom geral da historiografia colonial, as claras exortações de António Ferreira a D. António de Castilho e Diogo Bernardes para que componham uma epopeia nacional, os tapetes do Paço da Ribeira com os triunfos da Índia, que são senão a busca dum novo Homero para completar a obra, coordenando êsse novo mito de matéria já suficientemente envelhecida na imaginação colectiva e também conservada por essa mesma velhice de lenda?



Rosto e escudo do verso da *Felicissima Victoria... de Lepanto*, por Jerónimo Côrte Real (1578)

Não podemos apontar os lais, as baladas e as canções, os hinos e os romances populares que convergiam para essa obra de recriação individual, recapitulando o processo da *Iliada*, dos *Nieblungen*, da *Kalevala*, porque o processo do mito da Índia, circunscrito a uma aristocracia de carácter e de pensamento, precipitou-se na sua formação. Mas temos a equivalência dessa atomização: quando se apontam as fontes textuais dos *Lusíadas*, devemos ver nessas coincidências formais menos sugestões estilísticas do que aproveitamento de valores criados já e acatados pela imaginação colectiva, representada nessa linguagem pictórica e engrandecedora de João de Barros, Francisco de Morais, Falcão de Rèzende, Lopes Castanheda, como da estética clássica romana se tomava o processo de coordenação dêsses elementos dispersos e gerados já no meio nacional.

E Camões surge e reverte à vida de juventude eterna o que estava maduro para essa metamorfose. O processo foi rigorosamente paralelo ao do mundo folclórico, mas pairou sempre numa atmosfera superior de individualidade e cultura.

Dêste esboço de teoria, podem-se extrair vários corolários, a saber:

1.º — *Uma melhor compreensão da carência de epopeia nacional das navegações, na literatura espanhola.*

Não faltam na literatura de língua castelhana, neste primeiro século clássico, as tentativas épicas, como demonstra o quadro seguinte:

1516 — *Historia parthenopéa*, Alonso Hernández;
1566 — *Carlos Famoso*, Luiz Zapata;
1569 — *La Araucana*, Alonso de Ercilla;
1570-1590 — *Elegías de Varones ilustres de Indias*, Juan de Castellanos;
1584 — *Austríada*, Juan Rufo;
1586 — *Las Lágrimas de Angélica*, Luís Barahona Soto;
1588 — *El Monserrate*, Cristobal de Virués;
1596 — *El Arauco domado*, Pedro de Oña;
1597 — *La Araucana*, (continuação), Diego Santisteban Osorio;
1603 — *Conquista de la Betica*, Juan de la Cueva;
1639 — *Ignacio de Cantabria*, Pedro de Oña.

Mas todos êstes problemas pertencem ao género inferior da poesia narrativa ou crónica metrificada, porque se não repetiu ali o processo genético dos *Lusíadas*. A miragem do oriente comunicou-se a Castela, mas à última hora, por sugestão dum aventureiro de génio sôbre o ânimo clarividente de Isabel a Católica, dêsse Colombo que foi na história como um insecto portador de pólens fecundos duma árvore a outra. O descobrimento de Colombo não foi a coroação dum longo e doloroso esfôrço colectivo, não determinou a atmosfera criadora dum mito nacional. Esta é a razão por que a Espanha não teve epopeia clássica, a-pesar da sua abundância de poemas heróicos. Quando os críticos espanhóis e hispano-americanos propõem a *Araucana* de Ercilla, como paralelo espanhol e ocidental dos *Lusíadas*, incorrem num equívoco de visão, porque o mérito e a causa da estima da *Araucana* residem no seu americanismo, isto é, em ter chamado, em pleno século XVI clássico, ao quadro dos temas de arte a paisagem americana e a vida índia — o que, na literatura de língua portuguesa, António Dinís, Santa

Rita Durão e José Basílio da Gama só fariam na segunda metade do século XVIII com as suas *Metamorphoses*, o seu *Caramurú* e o seu *Uruguay*. Em Espanha a atmosfera favónia para a criação dum mito heróico é anterior à Renascença e estranha às emprêsas geográficas, é da época de reconquista e manteve-se na fase das atomizações anónimas, romances, baladas, lendas, canções de gesta em tôrno do Cid.

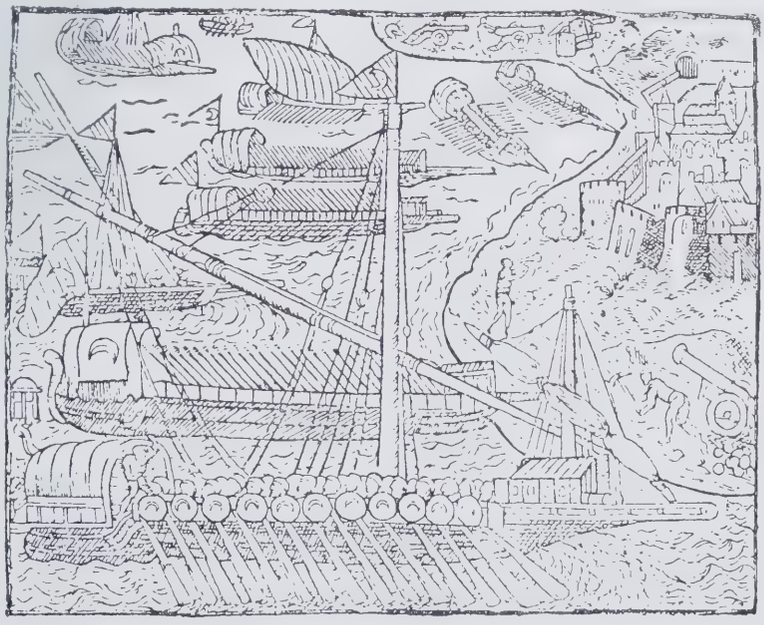
O trabalho de mitização da aventura colombina tem sido posterior, dura ainda e tem dado tema a muitas glosas literárias de vário género, quando passou já a pública receptividade para a epopeia clássica, de tipo homérico e virgiliano.

2.° — *A-pesar da sua abundância bibliográfica, a poesia épica portuguesa reduz-se aos* Lusíadas.

Só com o poema de Camões se verificou o processo de génese das epopeias; todos os outros poemas, do fim do século XVI ao princípio do XIX, são crónicas versejadas, poemas narrativos, panegíricos biográficos em verso, porque o poeta, com ou sem génio, não cria a matéria épica que é obra colectiva e anterior à sua individual coordenação artística. Freqüentemente, o poeta, obedecendo só à sua preferência pessoal, chega a contrariar a própria índole da epopeia tomando temas anti-épicos. Tal foi o engano de Luís Pereira Brandão ao celebrar a sua *Elegíada* sôbre a perda de D. Sebastião, e de Côrte Real ao tomar o naufrágio de Sepulveda; a epopeia é, fundamentalmente, a apologia da vitória, porque nasce da ufania do vencedor, duma super-excitação do heroismo colectivo. Foram os gregos que criaram a matéria épica da *Iliada*, não os troianos; foram os castelhanos que endeusaram o Cid, não os aragoneses, nem os árabes. Mais se aproximavam, pela afirmação voluntariosa de individualidade e pelo triunfo, Viriato e Nuno Álvares do mundo lendário; e o segundo alguns passos deu através da imaginação popular, no romanceiro, até chegar à beatificação, equivalência cristã da mitização. Mas, literàriamente, ficaram no caminho; não chegaram a cristalizar na linguagem comum dos mitos e símbolos, nem tiveram seus Homeros ou Camões. Rodrigues Lobo no *Condestabre* carece de espírito heroico e Brás Garcia, glosando um tema esquecido que não falava à emoção popular, só à matéria contemporânea e pessoal, à paisagem e ao realismo de directa observação deveu o interêsse de algumas estâncias e de alguns episódios.

A GRAVURA NO SÉCULO XVI

ABERTURA DOS CANTOS I e II da *Felicissima victoria... de Lepanto* (1578)



*
* *

O segundo problema, que nos põe o exame do elenco de poemas portugueses da era clássica, é o do critério de nacionalidade na literatura. Já o discuti noutro lugar: *Estudos de Litteratura*, 2.ª série, 1918, págs. 71-82. Hoje, poderei condensar mais claramente o meu pensar.

Se a literatura fôsse considerada, à maneira germânica, como o repositório dos documentos escritos da mentalidade dum povo, o critério a adoptar seria o da nacionalidade dos autores: deveria ser arquivado pela história da literatura portuguesa quanto foi escrito por pena portuguesa. Mas dêste modo compreendia-se na literatura tôda a actividade cultural e obliterava-se o carácter essencial da literatura, o da forma de arte, o da língua artìsticamente trabalhada. Peca, pois, por excesso.

Se a literatura se restringe pela condição do uso artístico da língua, então é o critério lingüístico que prevalece e português só é o que em português foi escrito, ainda que algumas vezes por penas não portuguesas. Mas neste caso, desconhecemos um facto iniludível: a existência de várias literaturas nacionais, expressas numa mesma língua. Exemplos: a portuguesa e a brasileira em português; a espanhola e as hispano-americanas em castelhano; a inglesa e a norte-americana em inglês; a francesa, a belga e parte da suiça em francês. É, portanto, ainda um critério excessivamente compreensivo.

Antes da língua, há outra realidade, a alma, o espírito

nacional que a cria, trabalha e idealiza, como o objecto é anterior à sua imagem no espelho. O exclusivismo da língua impediria o reconhecimento duma literatura suiça e duma literatura tcheca, expressões dum mesmo espírito nacional em línguas várias. Em Portugal, tal critério excluiria a actividade castelhanizante de alguns escritores tìpicamente portugueses e tôda a produção em latim e outras línguas.

Solução para êste difícil problema das fronteiras literárias: recordar que a literatura é a elaboração artística duma língua por um espírito nacional contínuo e necessitado de expressão, mas não desprezar as contribuïções em língua estranha, quando elas representam mais a intromissão dêsse espírito nacional noutra literatura do que a assimilação, por esta, de alguns estranhos temperamentos, incorporando-os à sua tradição própria.

Mesmo escrevendo em castelhano, Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, Faria e Sousa são sempre tìpicamente portugueses; D. Francisco Manuel de Melo é alternadamente português e espanhol, porque, escrevendo em castelhano de coisas espanholas, o faz em prosa de castiço corte espanhol, assimilando-se à idiossincrasia espanhola, pelo que é clássico nas duas literaturas. Mas que há de português em Matos Fragoso e tantos outros secundários autores enumerados por Garcia Peres? É claro que êste processo é delicado e contingente, mas neste género de estudos a peça principal é a agudeza do crítico.

Dêste modo, tendo de analisar todo o elenco de poemas acima apontado, vê-lo-íamos reduzido pelo critério de nacionalidade, que endereçaria vários dêsses poemas ao anonimato da literatura espanhola, pôsto que escritos por portugueses, e às orígens das literaturas americanas, pôsto que versejados em castelhano e em português.

Pedro da Costa Perestrelo e Jerónimo Côrte Real

A respeito de Pedro da Costa Perestrelo, como poeta épico, só há tradições. O seu poema *Descobrimento da India* teria sido destruído em manuscrito, após o deslumbramento causado pela publicação dos *Lusíadas* — di-lo Faria e Sousa, repete-o Barbosa Machado e duvida Costa e Silva. A *Batalla Ausonia*, em tôrno da batalha de Lepanto, como a *Austríada* de Juan Rufo e a *Felicísima Victoria* de Côrte Real, está perdida, mas teria sido vista ainda por Barbosa Machado, que dela cita os versos iniciais e terminais.

É Jerónimo Côrte Real (1540-1588), da família dos descobridores e colonizadores da Terra Nova, quem abre a lista dos poemas heroicos existentes; aos seus ilustra-os êle mesmo, que parece cultivava artes várias: a da guerra, a música, a pintura, a poesia. Uma convergência regressiva.

Os escassos dados documentares da sua vida devem-se a António Francisco Barata, *Subsidios para a biographia do poeta Jeronymo Côrte Real*, Évora, 1899, e a Sousa Viterbo, *Trabalhos Nauticos dos Portugueses nos seculos* XVI *e* XVII, Lisboa, 1900, parte II, págs. 153-183.

O seu *Segundo cêrco de Diu*, de 1574, dá, pela proximidade com os *Lusíadas*, um exemplo flagrante do contraste, que há entre uma epopeia nacional e um simples poema narrativo. Como os *Lusíadas*, é dedicado a D. Sebastião, «invictissimo Rey» já nas vésperas da fatal derrota, mas desdenha a mitologia pagã, quer no entrecho, que, preocupadamente histórico, se apresenta livre de tôda a imixtão dos deuses do Olimpo, das suas protecções e animosidades, quer na invocação, que é dirigida a Jesus — na verdade menos generoso para Côrte Real que as Tágides para o seu criador:

> Deixo o monte Parnaso, e a Cabalina
> Fonte, tam celebrada noutro tempo;
> Deixo Apolo, e Minerva: deixo as Musas
> Que os antigos Poetas invocarão,
> Não alcançando o bem tam verdadeiro
> De nossa Fé sagrada, e luz divina.
> O gram Calvario invoco, invoco a fonte
> Do Sanctissimo Sangue nelle aberta:
> Onde foram lavadas nossas culpas:
> Onde foram remidas nossas almas.
>
> (Pág. 2 da edição de 1784)

A matéria é o sítio sofrido em 1546 por D. João de Mascarenhas, governador da praça de Diu, sendo governador geral D. João de Castro, feito memorável pela desproporção das fôrças e pela tenacidade sobre-humana da resistência dos sitiados. Essa façanha cria-a o autor já esquecida por falta de consagração poética: «...Cousas dignas de ficar em eterna memoria, por outra habilidade mais subtil e mais viva que a minha. As quaes todas estavam postas em esquecimento; não por falta de engenhos, que muitos ha nesta terra mui delgados e cheos de prudente artificio, mas por culpa do tempo que tem as cousas chegadas a termos que se ha por mal empregado o trabalho em escrever cousas tão dignas e merecedoras de louvor...» (pág. VI).

Estas linhas traduzem uma falsa presunção sôbre a génese duma epopeia: a sua matéria nunca está esquecida, porque está popularizada em mito; o poeta épico não inventa a matéria épica, nem a salva do esquecimento, porque o seu papel é sòmente o de rapsodo coordenador. Mas já se aproxima do mundo de ideas, lendas e valores, que determinou os *Lusíadas*, quando recapitula o velho conceito da superioridade das façanhas reais dos portugueses sôbre as lendárias dos velhos povos heróicos: «Por sem duvida tenho que, se Virgilio tratara dos verdadeiros vencimentos dos Portugueses, (assi em Portugal como na India), como escreveu os fabulosos de Eneas, fizera emmudecer e pasmar aos que depois de nós no mundo succederão». Esta ufania, verdadeiro lugar comum de todo o século XVI, que significa senão a consciência dum povo que sente haver criado todo um ciclo de lendas, com que se compõe um mundo superior de heróis, com a estatura de deuses, mundo sagrado, não por imemorial como o homérico, mas por ter sido princípio e causa duma era nova?

Mas a preocupação cronística, tôda de fidelidade, é de processo inverso ao da imaginação épica, tôda desfiguradora ou acatadora de desfiguração e simplificação. Como os homens públicos de hoje têm sua personalidade social muito diversa da verdadeira individualidade, quantas vezes contraditória daquela, assim os heróis pairavam sôbre a história, levitados pela recriação social. Côrte Real não se dá conta disso: «Eu trabalhei por haver á mão as mais certas e verdadeiras informações que se puderam achar em homẽs de muito credito, que ao trabalho deste cêrco foram presentes. E se não nomear todos os fidalgos e soldados que neste cêrco se acharam, não he culpa minha, mas não pude haver os nomes de todos, ainda que com muita diligencia o procurei». (Pág. VI).

Isto imprime carácter anti-épico ao seu poema, que,

verdadeiramente, é uma crónica metrificada em decassílabos brancos, encerrada dentro dum parêntesis de ficções: a de abertura, sonho do rei de Cambaya, que o determina a levantar exércitos e sitiar a praça de Diu; a de fecho, sonho de D. João de Castro, que é conduzido ao templo da Vitória pelo Merecimento, «maltratado no trajo», onde é coroado e onde pode ver, explicados pelo seu guia, as pinturas das glórias de Portugal em África e no Oriente, e em profética representação os triunfos de D. Sebastião, imperando sôbre África, Europa e Ásia, personificadas em três «gigantas», que se prostram junto dos degraus do trono.

Gravuras do canto 5.º e 8.º da *Felicissima victoria... de Lepanto*. São curiosas para o estudo da indumentária e marinha do século XVI

Dentro do parêntesis flui a narrativa, fiel nos episódios e na cronologia, prolixa porque nada poupa, sem relêvo, sem arranjo artístico, exceptuando o discurso de D. João de Mascarenhas aos seus oficiais (canto IV). Se não fôsse escasso o intervalo entre a publicação dos *Lusíadas* e êste *Segundo cêrco de Diu*, intervalo fàcilmente gasto no processo das licenças para a publicação e na impressão, não seria ilícito atribuir algum propósito anti-camoniano à obra de Côrte Real.

A cristianização do poema heróico, de que Francisco José Freire fixará a teoria em 1748, não seria uma réplica ao paganismo dos *Lusíadas?* Considerar como um esquecimento o segundo cêrco de Diu não será um remoque para Camões e um choque do critério cronístico com o critério épico? Camões repetidamente nomeia Diu e as suas façanhas militares, mas com a economia duma grande obra, orgânicamente travada numa estrutura estética (Canto II, est. 50, canto X, est. 35, 60, 61, 62, 64 e 67).

Reminiscências positivas dos *Lusíadas* no *Segundo cêrco de Diu?* O sonho do rei de Cambaya desempenha o mesmo papel que o sonho de D. Manuel I, em Camões, porque determina tôda a acção; a fala de Mascarenhas recorda a fala de Nuno Álvares antes de Aljubarrota; o artifício das pinturas, visões e profecias do templo da Vitória, explicadas pelo Merecimento, corresponde aos expedientes de Camões para nos evocar tôda a história portuguesa, anterior e posterior à viagem do Gama e não compreendida na oração dêste ao rei de Melinde: as pinturas das bandeiras dos navios, explicadas em Calicut por Paulo da Gama, e as profecias de Thetys na Ilha dos Amores.

Não falta a vizinhança com o mundo sideral:

— Isto dizendo
Amostra-lhe phantasticas imagens,
E em sombra vã mil formas quasi vivas.
Moviam-se per hũs alegres campos,
Onde o Sol se mostrava com mais clara
E com mais pura luz, onde os Planetas
Prenosticam bẽs futuros...

(Pág. 47)

Os versos breves, que nas profecias referem a viagem de Vasco da Gama, não traem vestígios dissimulados da supremamente expressiva linguagem camoniana?

Dizendo estas palavras, vira o rosto.
Amostrando co'a mão o grande occeano
Disse: vês acolá quatro soberbas
Naos, que com força as ondas vão rompendo,
Passando varios climas e caminhos,
Nunca d'antes tratados? Alli segue
O bom Vasco da Gama o seu felice
E prospero destino. Passou grandes
Trabalhos, navegando por incertos
E perigosos mares, descobrindo
As riquissimas partes do Oriente.

(Pág. 367)

A batalha de Lepanto, de 1571, em que a vitória de D. Juan de Áustria pôs um triunfal desfecho à Liga mediterrânea contra os turcos, sugeriu a Côrte Real outro poema narrativo, que em 1574 estava concluído, porque é de Novembro de 1754 a carta em que Filipe II lhe agradece a remessa da obra, cujo autógrafo se guarda, por isso, na Biblioteca Nacional de Madrid. A edição é de 1578.

É o primeiro dos nossos poemas heróicos em língua castelhana e não receberia aqui menção, se não oferecesse a particularidade de infringir o frio realismo cronístico do *Segundo cêrco de Diu:* os deuses intrometem-se na acção e a vitória é obtida com o auxílio de Vénus, que a D. Juan de Áustria confia armas invencíveis, forjadas por seu marido Vulcano. O herói é protegido por Vénus, que por êle pleiteia, voando de esfera em esfera, como

nos *Lusíadas*. E quando quere estimular os seus novos pupilos, a deusa aponta-lhe casos vários de heroísmo lendário e histórico, sem esquecer basta matéria lusitana, da Índia principalmente.

Nesta obra coexistiam o nacionalismo e o castelhanismo do poeta, filho de espanhola e orgulhoso da ascendência materna. Com êsse orgulho se justifica o uso da língua castelhana: «La lengua y frasis castellano escogí, aúnque murmurado y argúido de algúnos de mi patria: con los cuales no me ha valido dezir que los Mendoças y Baçanes de Castilla, abuelos mios, a ello me dan licencia, cuyo sangre en un mismo grado me fuerça y obliga quasi con igual razón».

Parece que o amúo de Jerónimo Côrte Real com as divindades do Olimpo era só quanto ao seu dom de inspirar poetas, porque no *Naufragio de Sepulveda*, se endereça a sua invocação a Jesus, não deixa de misturar êsses deuses decorativos às personagens e à fábula narrada nos longos dezoito cantos de metro vário: decassílabo branco, oitava rima e terceto italiano. Em geral êstes dois últimos metros são para discursos, cantos e correspondência epistolar; formam a parte mais preocupadamente literária do seu poema, mas essa «literatura» não lhe deu vantagem apreciável sôbre a narração singela da *Historia tragico-maritima*. E era a perda do galeão grande *S. João*, em 1552, junto da costa do Natal, em circunstâncias tão dolorosas, verdadeira matéria épica? O poema tem dois tons: o lírico, quando conta ou canta os amores de Leonor de Sá e Manuel de Sepúlveda na Índia, a luta contra a vontade paterna, os contratempos e perseveranças dos namorados fiéis; e o trágico, quando nos descreve os sofrimentos entre os cafres, depois de abandonado o galeão desfeito pela tempestade. É bem uma brusca reviravolta da fortuna para despertar o terror e a compaixão, como queriam os teóricos da tragédia.

Abertura do canto undécimo

O genro do poeta, António de Sousa Abreu, que publicou o poema depois da morte do seu autor, dedicando-o ao príncipe D. Teodósio, declarou que êste poema era a obra predilecta de Côrte Real: «...em sua vida lhe ouvi muitas vezes dizer que fôra esta a obra, que elle tinha por mais filha do seu engenho que algumas que fizera & em que mais cabedal de trabalho puzera». E é efectivamente obra de grande escrúpulo literário. A fonte principal deve ter sido a narrativa da *Historia tragico-maritima*, mas os dados anteriores sôbre a vida de Leonor de Sá, seu casamento clandestino com Manuel Sepúlveda, os rigores do pai Garcia de Sá, os fracassados esponsais com Luís Falcão, capitão de Diu, e a morte dêste são de outra proveniência, talvez conhecidos por afinidades familiares, pois D. Leonor era parenta da esposa do poeta. Também quanto à sorte dos filhos de Sepúlveda se aparta o poeta da versão da *Historia tragico-maritima*, como se apartara Camões — mais cuidoso de acentuar a violência das vinganças de Adamastor que de fidelidade histórica.

Temos assim de considerar o poema pelo seu interêsse biográfico, como o *Segundo cêrco de Diu* vale como crónica. O que há ali de mais é a artificiosa literatura, a côrte de Raunusia na ilha da Vingança e seu cerimonial, a intervenção dos ciúmes de Protheu, namorado de Leonor e empenhado na perda da nau, a obrigada colaboração de Eolo na tempestade, as visões dos templos da Verdade e da Mentira nos sonhos de Sepúlveda, etc. Não falta a recapitulação da história de Portugal, prefigurada em esculturas duma caverna aonde Pantaleão de Sá é conduzido, inesperadamente, em plena cafraria; nem a descrição minuciosa do mundo, ao reconstituír o trajecto do Amor, mensageiro de Vénus, intercedendo pelos perseguidos:

Levanta-se voando em gran[de altura
Tão colerico que perde [tin
Do caminho, que leva, abai[xa os olhos
Ao globo & grave machin[do mundo

O maravilhoso, obrigado nos poemas heróicos, fêz do *Naufrago de Sepulveda* uma coisa híbrida e confusa, ao passo que a quási ausência dêle deixou o *Segundo cêrco de Diu* mais próximo da sua pureza de crónica metrificada.

O tom geral da obra ora lírico, ora trágico o pensamento de no advertir da volubilidad dos estados da fortuna estão a denunciar uma atmosfer moral muito diversa do optimismo heróico e vencedor, d que nasce a verdadeira epopeia. Tal atmosfera adensa-s na *Elegíada*, de Luís Pereira Brandão, que, chamad por D. Sebastião para cantor das suas façanhas marro quinas, foi pelo destino convertido em cronista plangent duma derrota — derrota em que êle também fôra feit cativo, como Diogo Bernardes. Brandão delineou o se poema lúgubre, Bernardes endereçou à Virgem versc eloqüentes, imitados de Frei Luís de Leon.

Luís Pereira Brandão e Francisco de Andrad

A *Elegiada* é, em dezoito cantos, a crónica rimada d reinado de D. Sebastião, desde a regência de D. Catarin de Áustria até ao regresso a Lisboa dos restos da desa trosa expedição, feita com grande escrúpulo no regis da verdade.

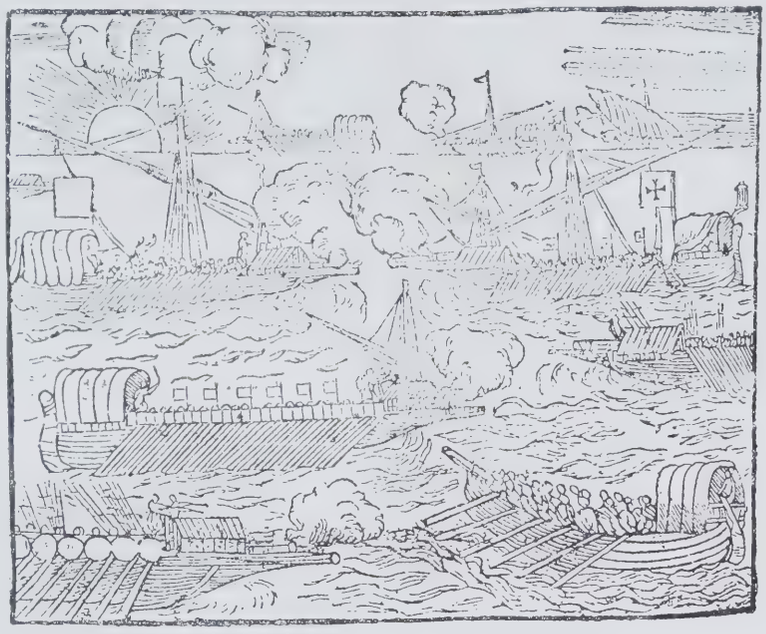
Agora as desgraças reais, como outrora as vitória excediam também as desgraças fabulosas:

Cante Homero o que chorou Dardania;
Cante depois Virgilio o amor de Dido,
Inventem damno da fatal insania,

Por ser seu nome mais engrandecido
Que eu choro o Rey da triste Lusitania
Sentido athe das pedras sem sentido,
Cuja historia certa e dolorosa
Excede toda a outra fabulosa.

Era aquele antigo sentimento de ufania, de que o prólogo do *Cancioneiro Geral* é talvez a primeira confissão, mas agora invertido no seu objecto.

Há na *Elegiada* descrições com alguma vivacidade e bom acabamento, como a de Sintra, e episódios de certo interêsse exótico, por exemplo os da vida mourisca. Essas estâncias e os passos de Côrte Real sôbre os festejos indianos do casamento de Leonor de Sá representam o alvorecer da côr local entre nós. O artifício da narração da história portuguesa, comentada à luz do espírito heróico e do ardor proselitista, repete-se neste poema; é um eremita, que no canto I, na serra de Sintra, dá uma inoportuna lição de história e patriotismo ao jóvem rei. Outro artifício dilecto dos poetas heróicos, o sonho, é também utilizado; é mostrando-se em sonhos a D. Sebastião que a Vanglória o exorta a empenhar-se em grandes emprêsas bélicas pela fé. A assemblea oratória das grandes ocasiões aparece na *Elegiada* com a forma de concílio das divindades infernais.



GRAVURA DO CANTO DÉCIMO TERCEIRO

E chegamos a Francisco de Andrada, cronista de D. João III e cantor do primeiro cêrco de Dio.

A pequena ilha de Dio, com duas léguas de comprimento e meia légua na sua maior largura, povoada de pobres pescadores, foi promovida a altos destinos com a chegada dos portugueses à Índia, que dela fizeram imprescindível apoio naval e feitoria mercantil. Os combates feridos nas suas águas por D. Francisco de Almeida; as tentativas de tomada por Diogo Lopes de Sequeira e Henrique de Meneses; o acôrdo final para a construção da fortaleza, conseguido por Martim Afonso de Sousa e Nuno da Cunha; os dois cêrcos no tempo do govêrno de António da Silveira e D. João de Mascarenhas, 1538 e 1546; a prodigiosa viagem de Diogo Botelho, que veio a Lisboa numa fusta de menos de cinco metros para participar a D. João III o levantamento da fortaleza; o júbilo do papa Paulo III, solenizando pùblicamente a façanha — envolveram a pequena ilha numa auréola de epopeia e deram-lhe tal relêvo que a imaginação nacional se não contentou com o lugar que lhe fizeram Camões nos *Lusíadas* e outros autores nas crónicas. Dio tinha foros e preeminências para tema exclusivo de epopeias; assim cumpriram Côrte Real e Francisco de Andrada.

O
PRIMEIRO
Cerco que os Turcos pu-
serão á fortaleza de Diu
nas partes da India,
defendida pollos
Portugueses.
Por Francisco Dandrada.
Com licença da Inquisição em Coimbra.
M. D. LXXXIX.

PRIMEIRA EDIÇÃO da obra célebre de Francisco de Andrada *O primeiro cêrco... de Dio* (Coimbra, 1589)

Deslocadas as atenções para o ocidente, com a entrada da América na história e sua surpreendente valorização económica, deslusitanizada a Índia pelo domínio inglês, o valor estratégico e mercantil de Dio passou a uma vaga reminiscência dum vago mundo heróico, de que restam abandonadas ruínas. São façanhas quási esquecidas da história como os poemas heróicos, que as exaltam, são valores quási mortos na literatura. Só Mendes Leal, já no seu tempo um arcaïsante, queria que nós assestássemos as peças de Dio contra os navios de Napoleão III. De obras de arte êstes poemas passaram, perdida a sua capacidade emotiva e o seu interêsse humano, para o rol das fontes históricas acatáveis, porque Francisco de Andrada e Jerónimo de Côrte Real foram escrupulosos nas suas narrativas versejadas e porque os artifícios poéticos, discursos, maravilhoso pagão ou cristão, fàcilmente se eliminam. Os vinte cantos do *Primeiro cêrco de Dio* adoecem muito dessa preocupação de fidelidade minuciosa: o vasto material histórico, ao atravessar a imaginação do poeta, não sofreu a metamorfose simplificadora e interpretadora que o volveria em obra de arte. E se a imaginação colectiva mitizara um pouco êsses longínquos sucessos, o poeta, com o mais anti-épico dos processos, restituiu-os à realidade histórica.

Êstes poemas, em que há reflexões conceituosas e uma grande e nobre prosápia patriótica, são vítimas — não das mais lastimáveis, consolemo-nos — da deslocação do rumo da história; a América, berço de novas nacionalidades e potencialidades, veio a produzir muito mais para o haver humano do que a Índia prometera; e a comunicação com o Oriente acabou

por dispensar o longo rodeio do sul de África e ratinhou um tanto no alcance prático das prodigalidades heróicas dos portugueses na longa rota achada por Vasco da Gama.

Qual a crítica a aplicar hoje a estas múmias da nossa história literária? Nem a de Francisco José Freire, indagando se os poemas obedeciam à técnica do género, com suas complicadas regras de qualidade e quantidade (V. *Historia da Critica Litteraria em Portugal*, páginas 79-81 da 2.ª ed.); nem a de Costa e Silva, posto que mais afoitamente impressionista, comentando a boa ou má metrificação. Parece-me que se deveria preferir julgar do seu poder de expressão, do relêvo artístico e lingüístico, para com êsse critério de leitor desprevenido formar uma antologia dos nossos épicos esquecidos. E não de todo esquecidos, graças a Bento José de Sousa Farinha, que reimprimiu alguns, e a José Maria da Costa e Silva, que leu e comentou vários dêles.

Em dois aspectos convergem êstes poemas. E esta convergência merecerá ser salientada, porque, a meu ver, significa uma verdadeira criação colectiva: ao lado dum fixo modo de ver, seria interpretar e simbolizar a história portuguesa, uma típica compreensão de Vénus, como insofrida Quixota dos agravados de amor e dos que o ímpeto heróico põe em grandes riscos.

Não deveríamos exumar dessa adormecida mole poética uma Vénus portuguesa?

A HISTÓRIA

JOÃO DE BARROS — Sua vida e sua obra

BIBLIOGRAFIA: — *Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal descendem.* Lisboa, 1522; 2.ª edição. Coimbra, 1555. (Não se conhecem exemplares destas duas edições, impressas ambas por João Barreira, ao que se cita). 3.ª ed. Lisboa, por António Álvares, 1601; 4.ª ed. Lisboa, por Francisco da Silva, 1742; 5.ª ed. Lisboa, na oficina de João António da Silva, 1791, 3 vols.; 6.ª ed. Lisboa, na tip. Rollandiana, 1843, 3 vols.

Rhopica Pnefma. Lisboa, por Germão Galharde, 1532.

Grammatica da lingua portugueſa com os mandamentos da Santa mádre igreja. Lisboa, por Luís Rodrigues, 1539.

Grammatica da lingua Portugueſa. Olyssippone. Apud Lodouicum Roterigiñ. 1540.

Dialogo da uiçiosa Vergonha. id. id. 1540. Na livraria do mosteiro da Cartuxa, de Évora, existia um exemplar destas três obras que os monges reimprimiram com o título de *Compilação de varias obras do insigne portuguez João de Barros...* reimpressas em beneficio publico pelos monges da Real Cartucha de N. Senhora da Escada do Ceu. Lisboa, 1785. A esta compilação fêz Joaquim Inácio de Freitas uma *Errata para servir de appendix á Compilação de varias obras...* Coimbra, 1830. A *Compilação* compreende as 2 gramáticas e o *Dialogo da uiciosa vergonha.* Em 1869 o conde de Azevedo publicou a 2.ª parte desta Compilação compreendendo a *Rhopica Pnefma* e o *Dialogo* com dois *filhos seus*, mas êste sem as 2 gravuras finais. Pôrto.

Dialogo de Ioam de Barros com dous filhos seus ſobre preceptos moraes, em modo de jogo. Lisboa, por João Barreira, 1563. Diz-se que há uma edição de Lisboa por Luiz Rodrigues, de 1540, mas não se conhecem dela exemplares.

Asia de Ioam de Barros dos fectos que os Portugueſes fizeram no deſcobrimento r conquiſta dos mares r terras do Oriente. Lisboa, por Germão Galharde, 1552; *Segunda decada...* Lisboa, id., 1552; *Terceira Decada*, Lisboa, por João de Barreira, 1563; *Quarta decada, ...*«reformada, accrescentada e illustrada com notas e taboas geographicas», por João Baptista Lavanha. Madrid, 1615. Estas 4 *Decadas* foram reimpressas em Lisboa, em 1628, por Jorge Rodrigues. Em 1752 reimprimiu-se a 1.ª *Decada*, na of. de Pedro Ferreira, e em 1777-1778 as 4, seguidas da *Vida de João de Barros*, por Manuel Severim de Faria, que com as *Decadas* de Couto fazem 24 volumes.

Panegyricos do grande João de Barros, fielmente reimpressas. Lisboa, 1791. (É a reünião do *Panegyrico á... princeza infanta D. Maria*, saído em 1655 nas *Noticias de Portugal* de M. Severim de Faria, e do ao *D. João III*, também ali inserto). Êste volume de *Panegyricos* é completado com um *Elogio*, de António de Castilho, a D. João III e outro à cidade de Évora, por Fr. Bernardo de Brito.

A *Asia* foi traduzida em Veneza, em 1562, por Alfonso Ulloa, as 2 primeiras *Decadas*, em 1821, em alemão, 5 vols.

Sôbre João de Barros, além do volume de Manuel Severim de Faria, *Vida de João de Barros* nas Decadas, Lisboa, 1778, 8.º de LXXIV — 258 pág., vejam-se os trabalhos do dr. António Baião, *Documentos inéditos sôbre João de Barros, sôbre o escritor seu homónimo contemporâneo, sôbre a família do historiador e sôbre os continuadores das suas «Decadas»*. Coimbra, 1917 (separata do Boletim da Academia).

PARA traçar hoje a biografia do autor das *Décadas* já não basta o ter presente o trabalho, aliás tão erudito, de Severim de Faria. Urge conjugá-lo com os *Documentos inéditos sôbre João de Barros* que o autor dêste publicou, em 1917, no *Boletim da Segunda Classe*, da Academia das Sciências.

Filho natural do corregedor d'Entre Tejo e Odiana, Lopo de Barros, nasceu o nosso historiador, segundo tôdas as possibilidades, em Viseu e por 1496. Orfão na infância, tendo sido recomendado por seu pai, à hora da morte, a D. João de Menezes, deu entrada no guarda-roupa do príncipe D. João, da idade do jôgo do pião, na sua pitoresca frase.

Aí, no paço de D. Manuel I, aprendeu as humanidades e aí compôs a *Chronica do imperador Clarimundo*, as suas primícias literárias que, aos vinte anos, lia em Évora, ao monarca *venturoso*.

Pouco depois subia ao trono el-rei D. João III e demonstra-se que uma má interpretação de Severim de Faria a um passo das *Décadas* o induziu no êrro de lhe atribuir a capitania da Mina. Em face dos registos da chancelaria se vê que D. João III, logo em 1522, nomeou para a capitania de S. Jorge da Mina a D. Afonso de Albuquerque, sucessor no cargo a Duarte Pacheco Pereira, o célebre *Aquiles lusitano*, de Camões.

Indubitável é, porém, a nomeação de João de Barros, em 1 de Maio de 1525, para o ofício de tesoureiro da Casa da Índia, Mina e Ceuta, cargo que exerceu por três anos e oito meses até 31 de Dezembro de 1528, como reza a respectiva carta de quitação, passada muitos anos após, pois tem a data de 1563!

Deixada a tesouraria do dinheiro da Casa da Índia e Mina, ficou Barros por Lisboa, até que se viu num *hermo onde peste, tremores de terra e grandes invernadas me tinham cercado com enfadamento*, assim o declara o próprio numa célebre carta a Duarte de Rezende, datada da quinta da Ribeira do Alitem, a 25 de Maio de 1531.

Estava, pois, desterrado pela fôrça das circunstâncias, que evidentemente foram o grande terremoto que assolou

Lisboa pelas quatro da madrugada de uma quinta-feira, 26 de Janeiro de 1531.

A quinta da ribeira de Litem ficou assim uma quinta histórica. Sita no termo de Pombal e pertença da Ordem de Cristo, andava emprazada a Diogo de Almeida, *persona grata* de el-rei D. Manuel I, porventura por ter sido escudeiro da raínha viuva, D. Leonor. E com a filha dêste, Maria de Almeida, casou João de Barros, ligando-se desta forma dois funcionários da Casa da Mina, pois Diogo de Almeida também nela exerceu o ofício de escrivão do armazém.

Notáveis foram os aumentos nessa quinta realizados por João de Barros, comprando talhos de terra a ela pegados, fazendo casas e, por 1540, uma ermida da invocação de Santo António.

Vemo-la estreitamente ligada à personalidade do Livro português, com os seus olivais frondosos, com os seus carvalhais bastos, com o rio Arunca a banhá-la e a regar-lhe os choupos, e até à sua família, em cuja posse esteve até 1914.

Mas João de Barros, escondido na alta Estremadura, não ficou esquecido da côrte, não. Em 23 de Dezembro de 1533 era nomeado, como pessoa de muito *recado*, feitor da Casa da Índia e Mina, lugar de *substancia e fielldade*, que êle aliás já exercia.

ELEGIADA
de Luys Pereyra.
DIRIGIDA AO SE-
renissimo Senhor Cardeal Alberto, Archi
duque de Austria, & Gouernador
dos Reynos de Portugal.
Impressa por Manoel de Lyra. Anno 1588.
A requerimento de Francisco de Miranda.
Com licença & priuilegio Real.

ROSTO DA RARÍSSIMA *Elegiada* (exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa)

Vestígios da sua actividade no exercício de tal lugar poucos nos restam, o que não admira se atendermos a ter o terremoto de 1755 destruído a quási totalidade do arquivo da Casa da Índia. Entretanto, pode-se afirmar que simultâneamente com o exercício de tal lugar, Barros enriqueceu o espírito com dados preciosos para a confecção da sua *Ásia* e decerto das outras obras históricas que o tempo fêz desaparecer. Comprová-lo-íamos à saciedade com passos das *Décadas* se a tirania do espaço o não impedisse.

Mas se enriqueceu o espírito por um lado, esvaziou a bôlsa por outro, metendo-se numa aventura que lhe custou todos os cabedais, a ponto de à hora da morte serem tantas as suas dívidas que os herdeiros receararam não chegar o activo para o passivo, como diríamos em linguagem mercantil.

Com efeito, por carta datada de Évora, a 18 de Junho de 1535, foi a Fernão Álvares de Andrade, Aires da Cunha e João de Barros feita doação duma capitania do Brasil, a leste do rio do Maranhão, para *a povoarem e aproveitarem como melhor poderem*. E na verdade ajustaram navios, muita gente de pé e cavalo neles embarcou, artelharia e munições não faltaram, tudo à custa dos três donatários, que por infelicidade tudo perderam.

A tal facto se refere o primogénito Jerónimo de Barros numa petição auto-biográfica publicada a páginas 151 dos já citados *Documentos inéditos:*

«Meu irmão João de Barros e eu, em tempo de D. João III, fomos por seu mandado ao rio Maranhão com uma armada a descobrir o dito rio e costa pelas esperanças que havia de grande resgate d'ouro e descobrimos mais de quinhentas léguas de costa e entrámos assim o rio Maranhão como outros muitos, grandes e notaveis... no que gastámos perto de cinco

ESTÁTUAS QUE CIRCUNDAM O MONUMENTO A LUÍS DE CAMÕES EM LISBOA. — Vasco Mousinho de Quevedo, João de Barros, Fernão Lopes, Jerónimo Côrte Real e o perfil de Pedro Nunes

anos, sustentando tudo sempre à custa de meu pai até gastar quanto tinha».

João de Barros exerceu o lugar de feitor da Casa da Índia até 17 de Janeiro de 1568, data em que o rei D. Sebastião nomeou para êle a Henrique Esteves. O historiador havia feito renúncia do seu cargo e definitivamente se retirou para a quinta da ribeira de Alitem «pera possuir aquelle ocio da velhice pelo qual suspiram tanto os homens, que só o cuidar e falar nelle tem por descanço», como escreve Severim de Faria.

João de Barros poucos anos gozou dêsse ócio; poucos anos resistiu à idade avançada, aos trabalhos burocráticos e literários, aos desgostos e dissabores de quem tinha visto a sua fortuna perdida nos mares do Brasil e alguns dos seus filhos em perigo de vida. A 21 de Outubro de 1570 exalava o último suspiro e nas suas derradeiras disposições, das quais apenas é conhecida a minuta (1), declarava comoventemente:

Eu tenho muitas dividas... feitas por serviço a El-Rei Nosso Senhor e finalmente com a honradez dum sábio:

...tudo o que se achar que devo se pague.

Uma testemunha ocular declarou: faleceu *entrevado, sem falar, de ar de apoplexia.*

Além dos seus filhos carnais, cuja situação o pouco espaço de que dispomos nos não deixa ver, João de Barros bem se preocupava com a impressão das suas obras, os seus filhos espirituais.

Vimos já a publicação da sua estreia literária, a *Chronica do emperador Clarimundo*, novela de cavalaria dedicada ao príncipe D. João, ideada aos vinte anos de idade e impressa por João de Barreira em 1520.

Seguiu-se-lhe a *Rhopica pnefma*, duas palavras gregas que significam *Mercadoria espiritual*, obra dialogada que a Inquisição em 1851 incluiu no seu *Catalogo dos livros prohibidos* e que viu a luz pública em 1532.

Depois a *Cartinha para aprender a ler*, obra tão notável que, embora modificada, quási chegou a nossos dias com o seu *A*, árvore, *B*, besta, etc., impressa em 1539, e a *Gramatica da lingua portuguesa*, na mesma orientação, onde se estudam as regras da disciplina da língua, disputando primazias à de Fernão de Oliveira, e impressa em 1540.

O *Dialogo da viciosa vergonha* é impresso no mesmo ano e outro diálogo se lhe seguiu, embora com grande intervalo, pois foi impresso em 1563 com o título *Dialogo de Joam de Barros com dous filhos seus sobre preceptos moraes.*

Mas a obra que o imortalizou foi a sua *Ásia: dos fectos que os portuguezes fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente.*

Tema homérico que mais tarde Luís de Camões, tomando como base a narração de Barros, havia de cantar na grande epopeia nacional, *Os Lusíadas;* tema homérico tratado superiormente na mais vernácula, erudita e elegante linguagem portuguesa, e aproveitando talentosamente as fontes mais puras e fidedignas que o momento e a sua situação oficial proporcionaram a João de Barros.

Êle nos diz no prólogo da sua obra como repartia *o tempo da vida dando os dias ao officio e parte das noytes a esta escriptura da nossa Asia* e isto para corresponder à confiança com que já D. Manuel I lhe asseverara não ser *ante elle perdido o trabalho de poer em escriptura estas cousas das partes do oriente.*

RETRATO ANTIGO DE JOÃO DE BARROS (Colado na edição das *Décadas da Ásia*, edição de 1615, exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa)

O primeiro volume das *Décadas*, impresso por German Galharde, publicou-se em 1552, o segundo em 1553 e o terceiro, impresso por João Barreira, só dez anos mais tarde apareceu, em 1563.

Póstuma viu a luz pública a quarta *Década*, em 1615, com o nome de João Baptista Lavanha, o que chegou a provocar aceso pleito judicial com os herdeiros e descendentes daquele tão justamente cognominado o Tito Lívio português.

Foram dignos de nota ainda os seus panegíricos à infanta D. Maria e a el-rei D. João III.

Todo êste conjunto de obras lhe grangeou fama universal e fá-lo considerar um dos primeiros clássicos portugueses.

DIOGO DO COUTO

BIBLIOGRAFIA: — *Decada quarta da Asia. Dos feitos que os portuguezes fizeram na conquista e descobrimento das terras & mares do Oriente:* Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1602. *Decada quinta:* Lisboa, id., 1612; *Decada sexta,* Lisboa., id., 1612. *Decada setima,* Lisboa, id., 1616. *Decada outava.* Lisboa, por Joam da Costa & Diogo Soarez, 1073.

Em Paris, 1645, apareceram os *Cinco Livros da Decada doze da Historia da India. Tirados á luz pello capitão Manoel Frz de Villa Real.*

Em Lisboa, na oficina de Domingos Gonçalves, 1736, apareceu uma nova edição em 3 vols.: 1.º vol. as *Décadas* IV e V, 2.º a VI, 3.º as VII, VIII e IX. Faltam os

(1) Publicada a pág. 66 dos *Documentos inéditos sôbre João de Barros.*

JOAÕ DE BARROS,
FAMOZO HISTORIADOR
DA INDIA.

RETRATO DE JOÃO DE BARROS dos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*

cinco livros da Década XII mas aparece nela pela primeira vez a *Década IX*.

Em Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1778-1788, reimprimiram-se tôdas as *Décadas* e a X.ª pela primeira vez. Imprimiu-se também a XI.ª.

Vida de D. Paulo de Lima Pereira... Lisboa, 1765; *Observações sobre as primeiras causas da decadencia dos portuguezes na Asia, em forma de dialogo com o titulo de Soldado Pratico, publicadas de ordem da Academia das Sciencias de Lisboa, por Antonio Caetano do Amaral.* Lisboa, 1790; *Falla, que fez em nome da camara de Goa... Andre Furtado de Mendonça, no dia do Espirito Santo de 1609.* Lisboa, por Vicente Álvares, 1610; *Obras ineditas de Diogo do Couto... por Antonio Lourenço Caminha.* Lisboa, 1808.

FALECIDO João de Barros, a herança do seu espólio literário foi bem mais disputada que a dos seus bens móveis e imóveis. Primeiramente ao filho primogénito, Jerónimo, era, em 27 de Julho de 1576, feita mercê de 20.000 reais durante quatro anos e mais 100.000 reais *avendo respeito á deligençia que o dito poem pera se tirarem a limpo e poerem em ordem algũas obras que João de Bairros seu paj não deixou de todo limpas e postas em ordem das quais obras resulta beneficio comum destes reinos, por serem de muita erudição* (1).

A-pesar da mercê, Jerónimo de Barros nada deu à estampa, mas os seus herdeiros ficaram à espreita e quando João Baptista Lavanha publicou a IV *Década* caíram-lhe em cima com embargos e, em 1619, obtiveram contra êle uma sentença publicada a pág. 91 dos *Documentos inéditos sôbre João de Barros*. Outra pessoa foi, entretanto, indigitada para a continuação das *Décadas*, o desembargador Duarte Nunes de Leão, mas a glória de tal continuação estava reservada para Diogo do Couto.

Nado em Lisboa, em 1542, estava então seu pai, Gaspar do Couto, ao serviço do infante D. Luís, a quem o filho continuou servindo e a cujas expensas aprendeu gramática, língua latina, retórica, no colégio da Companhia de Jesus, a Santo Antão, e ainda filosofia no mosteiro de Benfica. Mas, falecido o infante e o pai, Diogo do Couto tomou o rumo do Oriente, embarcando para a Índia em 1556, donde regressou por 1566, a requerer recompensa aos seus serviços.

Voltando à Índia, foi Filipe I incumbido de continuar as *Décadas*, o que êle fêz correndo com o seu nome as *Décadas* quarta, quinta, sexta, sétima, oitava e nona, e um fragmento da décima.

Tendo sido moço da câmara, foi por Filipe I agraciado

(1) *Documentos inéditos* publicados por António Baião, pág. 108.

G. F. Machado f.

No Frontispicio

RETRATO DA EDIÇÃO DE 1778-88 das *Décadas*

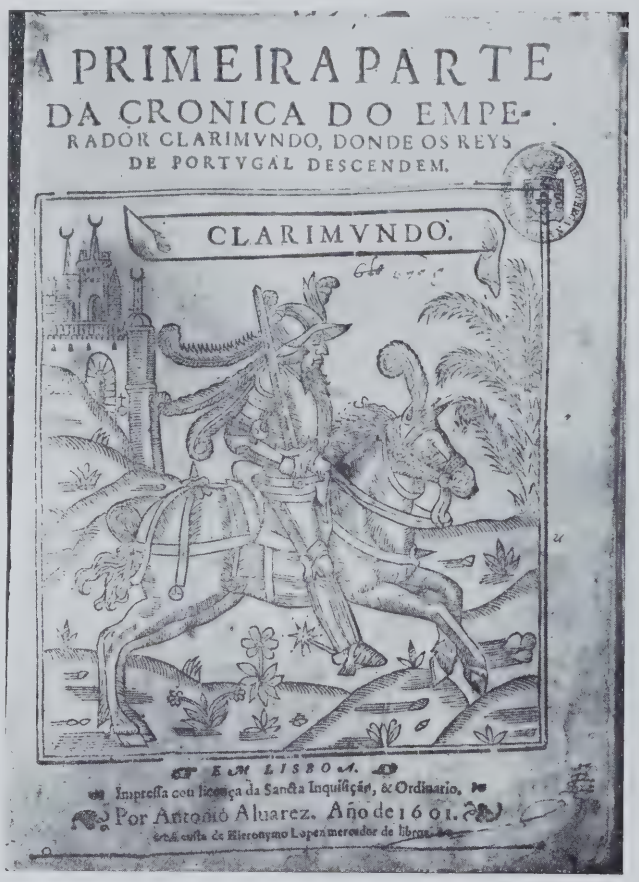
com a mercê de escrivão da alfândega de Dio em 1598 (1). Guarda-mór da Tôrre do Tombo da cidade de Gôa, havendo respeito ao trabalho da *escretura das cousas da India que vae continuando por minha ordem* — diz Filipe I — foi-lhe acrescentado o ordenado a fim de ter ao todo quatrocentos pardaus por ano, em 18 de Fevereiro de 1604 (2). Com tal ordenado e com o privilégio de vinte anos para a impressão das suas *Décadas*, julgaram os monarcas bem pago o seu trabalho.

Para não alongar êste resumo, calaremos a questão suscitada pelo desaparecimento de alguns originais de Couto.

A sua obra histórica, se é muito inferior à de Barros, é, entretanto, notável, a tal ponto que o P.e António Pereira de Figueiredo lhe assinala o quarto lugar entre os clássicos portugueses.

Póstumas publicaram-se dêle várias obras: em 1765 a *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* e, em 1790, as *Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portugueses na Asia, escriptas em forma de Dialogo com o titulo de Soldado perfeito*, editadas pela Academia e prefaciadas por António Caetano do Amaral.

Quer Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, quer Severim de Faria, na edição das *Décadas*, de 1778, enumeram largamente as obras de tão prolífico trabalhador, falecido em Gôa a 10 de Dezembro de 1616.



ROSTO DA PRIMEIRA EDIÇÃO da obra de João de Barros, historiador (Da Biblioteca Nacional)

FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA

BIBLIOGRAFIA: — *Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portuguezes.* Coimbra, por João da Barreyra & João Aluares, 1551.

Ho livro primeiro dos dez da historia do descobrimento & conquista da India pelos Portuguezes. Agora emmẽdado & acrecentado. Coimbra, por João da Barreyra, 1554; *Livro segundo...* Coimbra, por João da Barreyra & João Aluarez, 1552; *Ho terceiro liuro...* por João da Barreyra & João Aluarez, 1552; *Os liuros quarto & quĩto...* Coimbra, por João da Barreira & João Aluares, 1553; *Ho liuro sexto...* Coimbra, por João de barreira, 1554; *Ho setimo liuro...* s/l. n. d.; *Ho octavo liuro...* Coimbra, por João de Barreira, 1561.

Do 1.º Livro foi reimpresso em 1799, Lisboa, na Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 2 vols. A obra tôda, isto é, os oito livros reimprimiram-se em 1833, Lisboa, Typ. Rollandiana, 8 vols.

Em 1924 saíu da Universidade de Coimbra, revista e anotada por Pedro de Azevedo, a *Historia*, conforme a edição *princeps*. Estão, por diligências do ilustre professor dr. Joaquim de Carvalho, publicados 3 volumes, compreendendo IV livros (1924, 1928 e 1929). Ùltimamente publicaram-se alguns capítulos do livro IX que no estudo do sr. dr. Laranjo Coelho, que segue, vão referidos.

A obra de Castanheda obteve as seguintes traduções:

L'Histoire des Indes de Portugal, contenant comment l'Inde a este decouverte, par le commandement du Roy Emanuel, E la guerre que les capitaines Portugalois ont menee pour la conqueste dicelles, faict par Fernand Lopez de Castañeda, e traduict de Portugués en François par Nicolas de Grouchy. Anvers, par Iehan Steelsius, 1554. É segunda edição, pois a primeira saíra com o título de *Le premier livre de l'histoire de l'Inde...* Paris, Michel Vascosan, 1553. Há também em francês uma tradução de Sim. Goulart, de Paris, 1587, seguida a *História de Portugal* de Jerónimo Osório.

Em espanhol foi traduzida a *Historia del descvbrimiento y conquista de la India por los Portugueses, compuesta por Hernan Lopez de Castañeda en lenguaje Portugués, y traduzida nuevamente en Romance Castellano.* Anvers, Martin Nucio, 1554. (1.º livro, único traduzido).

Em italiano: *Historia dell'Indie orientali, distinta in libri VII, di lingua portoghese in ital. tradotti dal sig. Alf. Ulloa.* Venetia, 1578, 2 vols. Também se diz existir uma tradução de A. de Cravaliz, Roma, 1556, de quem achamos notícia em Palau, *Manual del librero hispano-americano.* Parece-nos, todavia, confusão com a tradução de Lopez de Gomara, feita em Veneza em 1560, 64 e 66.

Em inglês: *The first booke of the historie of the discoverie and conquest of east Indias, enterprised by the Portingales... set foorth in the portingales language, by H. L. de Castañeda, and now translated into english, by N. L.* (Nicolas Lichtfield). London, 1582.

NA galeria dos cronistas e historiadores que, em páginas imorredouras, narraram, no século XVI, as nossas conquistas e navegações, Fernão Lopes de Castanheda é um dos que nessa galeria ocupa um lugar de saliente, de notável e inconfundível relêvo. Êle sobressai, com efeito, no plano em que avultam os nobres perfis de Barros, de Góis, de Couto e de tantos outros, cujas penas traçaram, com admiração de nacionais e estranhos, os sublimes feitos da nossa gloriosa epopeia, da nossa maravilhosa obra de expansão marítima e colonial. Se a história é, como dizia alguém, o fundamento mais profundo e mais sólido do patriotismo, em nenhuma obra o amor da pátria, o desvanecido orgulho de ser português, se avigora e fortalece como na *Historia do Descobrimento & Conquista da India pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda. Bastará dizer, como expressão do seu maior louvor e elogio, que foi nela, nas suas páginas tão cheias de colorido, tão ricas e sinceras de exacta, minuciosa e eloqüente observação, que Luís de Camões foi colhêr, pelo que respeita à Índia, todos, ou pelo menos, uma grande parte dos elementos para a elaboração do seu

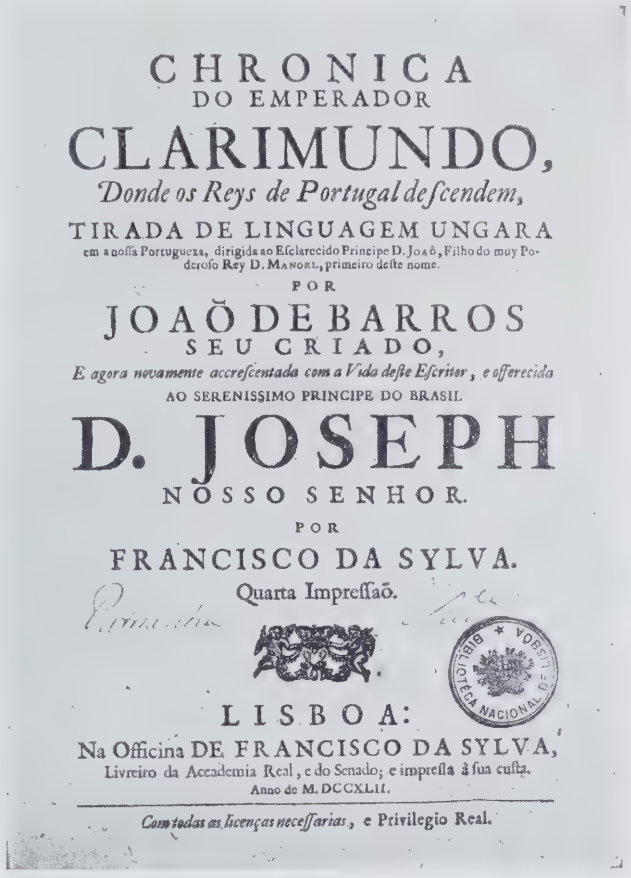
(1) *Doc. inéditos* citados, pág. 50.
(2) Ibidem, na mesma página.

imortal poema *Os Lusíadas*. A obra de Castanheda é, pois, o mais altivo padrão da nossa passagem por aquelas remotas e então quási desconhecidas regiões do lendário e misterioso Oriente, que o nosso historiador, na sua maior parte, percorreu, o que contribui para dar maior veracidade aos factos que narra e de quási que foi uma testemunha ocular :

«E assi vij os lugares em que se fizerão as cousas que auia le screuer peraque fossem mais certas : porque muitos scritores fizerão grandes erros no que screuerão por não saberem os lugares de que screuião. E não somente fiz esta diligencia na India, nas ainda depois em Portugal, por nam achar nela quem me lisesse tanta diuersidade de cousas & tão particularmente como queria saber. E alem de me todos affirmarem com juramento que me disserão me derão icença pera os alegar por testemunhas.»

Em outra passagem, sôbre o método de escrever a história para que ela não fôsse apenas uma simples e fria narração de factos desligados dos lugares onde se desenrolaram, e para que a sua obra não pudesse ser acoimada de encomiástica narração de lendárias façanhas e de sucessos engrandecidos pela distância, confirma e repete Castanheda o mesmo propósito :

«E por isso quem ha descreuer historias ha de fazer as diligencias que eu fiiz e ver a terra de que ha de tratar como eu vi, que assi o fizerão esses historiadores antigos e modernos. E bem sentia isto dom Afonso ho quinto de Portugal, quando mandou gomezeanes dazurar cronista destes reynos a Alcacere pera la escreuer como testemunha de vista, o que os nossos fizeram. E soubesse ho sitio da terra de que auia descreuer, e aprendesse as particularidades da guerra pera saber como auia de falar. Porque muyto sobre natural ha de ser ho engenho, que ha de saber escreuer do que nunca vio.»


CHRONICA
DO EMPERADOR
CLARIMUNDO,
Donde os Reys de Portugal descendem,
TIRADA DE LINGUAGEM UNGARA
em a noſſa Portugueza, dirigida ao Eſclarecido Principe D. Joaõ, Filho do muy Poderoſo Rey D. Manoel, primeiro deſte nome.
POR
JOAÕ DE BARROS
SEU CRIADO,
E agora novamente accreſcentada com a Vida deſte Eſcritor, e offerecida
AO SERENISSIMO PRINCIPE DO BRASIL
D. JOSEPH
NOSSO SENHOR.
POR
FRANCISCO DA SYLVA.
Quarta Impreſſaõ.
LISBOA:
Na Officina DE FRANCISCO DA SYLVA,
Livreiro da Accademia Real, e do Senado; e impreſſa à ſua cuſta.
Anno de M. DCCXLII.
Com todas as licenças neceſſarias, e Privilegio Real.
BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

Rosto da *Chronica do Emperador Clarimundo*, exemplar da Bibliotcca Nacional

São escassos os elementos coligidos até hoje pelos biógrafos de Fernão Lopes de Castanheda àcêrca das particularidades da sua vida. Sabe-se que nasceu em Santarém, como filho ilegítimo do licenciado Lopo Fernandes de Castanheda, primeiro ouvidor de Goa, pessoa de esmerada cultura e muito lido nos autores que trataram da antiga *Lusitania*. São valiosas contribuições para a biografia do pai do nosso historiador as duas eruditas orações que pronunciou por ocasião da primeira visita de El-Rei D. Manuel a Coimbra e outra em 2 de Junho de 1524 por ocasião da primeira visita que El-Rei D. João III fêz a Santarém com a raínha D. Catarina, documentos publicados por Pedro de Azevedo no apenso à introdução do tomo 1.º (Livros I e II), da história de Castanheda, edição que a imprensa da Universidade de Coimbra vem fazendo desde 1924, ano em que se iniciou a publicação. A êstes elementos juntou também o mesmo erudito investigador a notícia de algumas cartas que o licenciado Lopo Fernandes de Castanheda endereçou a El-Rei D. Manuel, documentos ali citados e que se guardam no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Pouco mais se conhece sôbre o pai de Castanheda e sôbre o ramo desta família, que alguns linhagistas dizem ser de origem castelhana, admitindo a hipótese de ter passado a Portugal o referido licenciado, que teria sido então o primeiro da família.

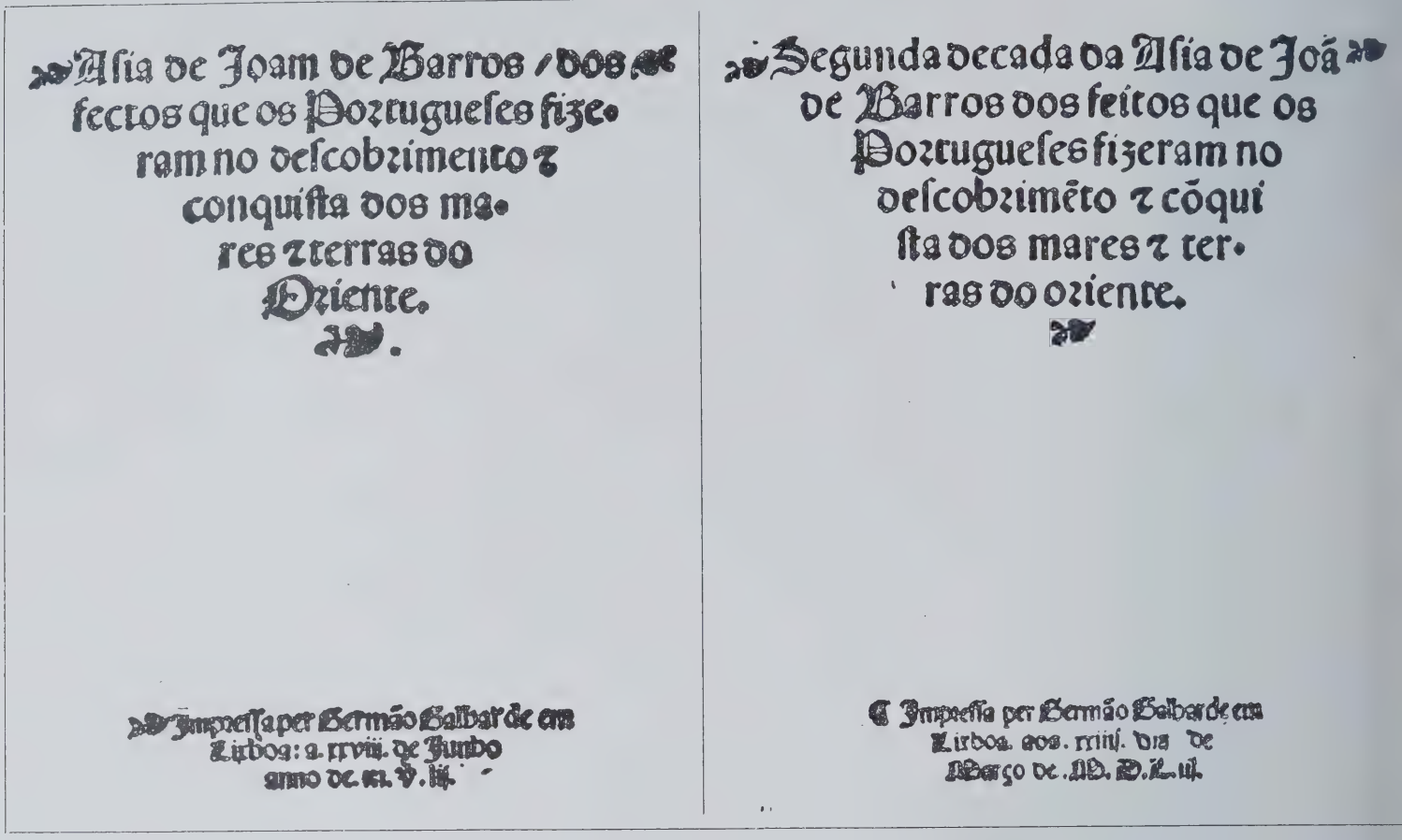
O filho do licenciado Lopo Fernandes de Castanheda, o nosso futuro historiador, entrara, muito novo ainda, na religião dominicana, da qual saíu para acompanhar seu pai à Índia, em 18 de Abril de 1528, data em que levanta ferro de Lisboa a armada em que foi Nuno da Cunha, nomeado governador daquele domínio. Nesta armada embarcam os dois, pai e filho, como o comprovam os dizeres de uma das cartas do licenciado a que acima fizemos referência :

«Ao tempo que de laa parti pedi a V. A. me tomasse hum filho que tenho que tinha pera o estudo que trouue comigo nam mo tomou por entam por a ordenaçam dos quatro anos ; e ouve por bem que viesse comigo com tres cruzados de soldo por mes, trouueo e qua serve a V. Al. a que beiiarei as mãos por mo tomar como lhe pedi pois sam ia passados tres anos e mais da ordenaçam e eu por meu serviço lhe mereço esta merçe e outras maiores que espero que me faça.»

Fernão Lopes de Castanheda demorou-se na Índia durante cêrca de dez anos, como afirma Diogo do Couto, na Década IV, liv. V, cap. I, ou seja até 1538, ano em que se supõe que teria regressado ao reino, com falta de saúde, sobrecarregado de família e com minguados recursos para a sustentar. Assim o diz Castanheda na seguinte passagem :

«gastey vinte ãnos, que foy ho melhor tempo de minha idade, & nele fui tão perseguido da fortuna & fiquey tão doente & pobre, que por não ter outro remedio com que me mantiuesse aceitei servir hũs officios na vniuersidade de Coimbra, onde no tempo que me ficaua desocupado do serviço deles com assaz fadiga do corpo e do spirito acabey de compoer esta historia, que reparti em dez livros que offreço a V. Alteza, a que Deos nosso Senhor despois de muytos & prosperos annos ficando em seu lugar ho Principe nosso Senhor, leue do senhorio da terra e do ceo.»

De volta ao reino viu-se, pois, Castanheda, como êle próprio diz, na forçada necessidade de aceitar, para se manter, uns ofícios na Universidade de Coimbra. Com efeito, por alvará de D. João III de 25 de Setembro de 1545, era o nosso historiador nomeado para o modes-


Aſia de Joam de Barros / dos feytos que os Portugueſes fizeram no deſcobrimento & conquiſta dos mares & terras do Oriente.

Impreſſa per Germão Galharde em Lixboa: a. xxviii. de Junho anno de. M. D. liij.

Segunda decada da Aſia de Joã de Barros dos feitos que os Portugueſes fizeram no deſcobrimẽto & cõquiſta dos mares & terras do oriente.

Impreſſa per Germão Galharde em Lixboa. aos. xviij. dia de Março de. MD. XLiij.

PRIMEIRA E SEGUNDA *Década da Ásia* da primeira edição, magnífico gótico, monumento da tipografia e da história portuguesa

tíssimo lugar de bedel do Colégio das Artes, com o ordenado de 10$000 réis anuais, tendo sido também nomeado, neste mesmo ano, guarda do cartório e livraria da Universidade com mais 6$000 réis de ordenado. Assim o confirmam os documentos encontrados no arquivo da mesma Universidade e do maior interêsse para a biografia de Castanheda (1). Escassas são, pois, as notícias que têm sido recolhidas àcêrca da existência de Castanheda em Coimbra, cidade em que veio a falecer em 23 de Março de 1559. É a data do epitáfio que se abriu na campa da sua sepultura, na antiga igreja de S. Pedro daquela cidade universitária, cujos dizeres eram os seguintes:

«*Aqui jaz Fernam Lopes de Castanheda, Escriptor Primeiro da Historia do Descobrimento da India, o Qual Falleceu Aos 23 Dias do Mez de Março de 1559 Annos*».

A obra de Castanheda

A Historia do descobrimento & Conquista da India pelos Portuguezes foi só duas vezes levada integralmente ao prelo, a primeira vez de 1551 a 1561; e a segunda em 1833. O primeiro livro foi reimpresso duas vezes, uma vez em vida do autor em 1554 e a segunda vez em 1707. Em 1924 iniciou a Imprensa da Universidade de Coimbra, sob o título *Scriptores Rervm Lusitanarvm*, a publicação da 3.ª edição da história de Castanheda, conforme a edição *princeps*, revista e anotada por Pedro de Azevedo, da qual estão já publicados três tomos: o primeiro, compreendendo os livros I e II, publicado no referido ano de 1924; o segundo tomo, abrangendo os livros III e IV, publicado em 1928; o terceiro tomo, com os livros V e VI, publicado em 1929, estando os restantes livros em via de publicação.

No apêndice III da introdução que precede o primeiro tomo, da autoria do seu erudito revisor e anotador, publica-se a análise e estudo bibliográfico da 1.ª edição do 1.º livro da história de Castanheda que o bibliófilo Fernandes Tomás fêz inserir no *Archivo Bibliographico* da Universidade de Coimbra em 1877, e a notícia de Diogo Kopke àcêrca da história de Castanheda no seu *Roteiro da Viagem que fez D. Vasco da Gama, em 1497*.

A história de Castanheda, conforme êle diz no prólogo do livro primeiro, devia contar dez livros: «acabey de compoer esta historia, que reparti em dez livros»; o mesmo é confirmado nos dizeres do privilégio de D. João III de 14 de Junho de 1552: «me ẽuiou dizer que ele tinha feyto dez liuros da historia da India», o que os filhos do autor igualmente afirmam, em 1561, no prólogo do livro oitavo dirigido a El-Rei D. Sebastião:

«Principalmente que trabalhou nela tanto nosso pay, & fez tantas diligẽcias por escreuer a verdade, que com o fim da historia se lhe acabou a vida, que tinha muy trabalhada de muytas indisposições causadas de cõtino cuydado, & de continuas vigilias, & leitura de muytos papeis q̃ da India trouxera. Polas quaes rezões em seu nome pedimos a V. A. queira tomar sob seu amparo este Liuro Octauo, (& com este o Nono & Decimo seguintes, que muy cedo se imprimirão) pera que responda o fruyto ao muyto trabalho que ho Autor nele teue, & alcance ho fim que pretendeo.»

Pelas declarações acima transcritas se vê, sem dúvida alguma, que Castanheda chegou a escrever os livros 9.º

(1) *Annuário da Universidade de Coimbra* — Ano lectivo de 1902-1903, págs. 10 e 51.
Venâncio Deslandes — *Documentos para a história da Typographia Portugueza nos séculos* XVI *e* XVII, pág. 36.

e 10.º, não tendo sido, porém, impressos. Ou se porventura chegaram a ser impressos, segundo opinião já ventilada, foram impedidos de circular e apreendidos todos ou uma grande parte dos exemplares por uma ordem régia, ou por parecer fundamentado do Desembargo do Paço, conforme a hipótese interrogada de Pedro de Azevedo. O que é, porém, certo é que já o próprio Castanheda, no prólogo do terceiro livro dirigido à raínha D. Catarina, se queixa contra certos portugueses que pretendem «*acanhar*» as suas obras diante de Sua Alteza «poendo nelas tachas, sem as nomearem pera que eu não soubesse de que me auia de defender.» As razões desta má vontade contra Castanheda foram divulgadas por Diogo do Couto, na Década IV, livro V, quando alude ao caso do requerimento que vários fidalgos dirigiram a D. João III, pedindo a eliminação e interdição dêsses livros, pelo que o autor dêsses fidalgos dizia ao narrar o cêrco de Dio. A referência de Couto mereceu a Pedro de Azevedo o reparo de que tendo falecido D. João III em 1557 e tendo o último livro da história, que nos é conhecido, a data de 1561, era, portanto, aquele acto da regência de D. Sebastião, efectuado já depois do falecimento de Castanheda.

Uma nota autógrafa de Damião de Góis na *Historia do Descobrimento & Conquista da India*, de 1551-54 e 1561, vem confirmar a asserção de Couto dizendo que a raínha D. Catarina tinha mandado suspender a impressão quando se completara o 8.º livro. Parece mesmo que depois da abdicação da raínha regente em Outubro de 1562, a interdição fôra rigorosamente mantida.

A TERCEIRA DÉCADA da primeira edição da *Asia*, raríssimo volume impresso em 1563

Por duas ordens de influências fôra guerreado Castanheda, no dizer de Teófilo Braga: os eruditos e os descontentes com a imparcialidade e franqueza das suas narrativas. Contra os eruditos alegava êle a importância que a sua história achara fora de Portugal (1). Com efeito, inúmeras traduções, e em várias línguas, se fizeram da obra de Castanheda. Além das que cita Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, outras versões são mencionadas por Inocêncio, no *Diccionario Bibliographico*, e por Pedro de Azevedo, no lugar acima citado, o qual, referindo-se ao facto de terem ficado inéditos, pelas razões que acima expomos, e desconhecidos até hoje, os dois mencionados livros de Castanheda, diz que não seria de admirar que algum dia êsses livros viessem a aparecer.

Não obstante não se terem integralmente cumprido os votos que êste erudito investigador formulava, todavia pôde ser restaurada, em parte, a mutilação da obra à qual Castanheda consagrara, com tanto zêlo e dedicação, a maior parte da sua vida.

Conservaram-se e puderam salvar-se da ruína trinta e um capítulos do livro IX de Castanheda, graças aos bons serviços de um outro escritor da história colonial portuguesa, o italiano Giovanni Pietro Maffei, da Companhia de Jesus, cujos traços biográficos resumo do prefácio em holandês com que o Padre C. Wessels, do Canisius-College, de Nijimegen, Holanda, abre a publicação dos referidos capítulos inéditos de Castanheda, editados por Martinus Nijhoff, Hague, Hollande, Lange Voorhout (1).

O Padre Maffei nasceu em Bergamo, em 1533, tendo sido nomeado, em 1563, professor da cadeira de eloqüência em Génova, começando a exercer, no ano seguinte, o alto cargo de secretário desta república. Entra, pouco depois, em 26 de Agosto de 1566, na Companhia de Jesus, em Roma. Em 1571 apareceu em Dilligen a edição da sua notável obra intitulada:

«*Rerum a Societate Iesu in Oriente gestarum ad annum usque a Deipara Virgine MDLXVIII, commentarius Emanuelis Acostae Lusitani recognitus et latinitate donatus.*»

Foi enorme o êxito dêste livro ao ponto de, dentro de poucos anos, ter tido diversas reimpressões e traduções. O Cardial-rei D. Henrique, também entusiasmado com a fama que Maffei lograra alcançar de notável e profundo erudito e de insigne latinista, convida-o a vir para Portugal com o fim de escrever em latim a história do descobrimento e colonização das Índias Orientais pelos portugueses, especialmente na parte respeitante à divulgação do catolicismo nestas remotas regiões. Maffei aceita êste convite saíndo de Espanha para Portugal nos últimos dias do outono de 1579, iniciando desde logo a tarefa de investigar e recolher, nos arquivos da Companhia de Jesus, em Coimbra, Lisboa e Évora, os necessários elementos para a elaboração da obra em projecto. Tendo

(1) *História da Literatura Portuguesa — Renascença*, pág. 645.

(1) Benévola informação do nosso erudito amigo rev. padre C. Schurhammer, a quem a historiografia portuguesa deve já valiosas contribuições para o seu estudo. Teve também o sr. padre Schurhammer a amabilidade de nos enviar as fotografias dos capítulos da obra de Castanheda a que nos referimos, pelo que aqui lhe consignamos o nosso agradecimento.

morrido o Cardial-rei o seu sucessor Filipe I não sòmente confirma, em 31 de Janeiro de 1580, a incumbência de Maffei, como também o exorta e estimula a continuar a obra iniciada, autorizando, ao mesmo tempo, o Dr. António Pinheiro e o guarda-mór da Tôrre do Tombo, António de Castilho, a facilitarem essas investigações nos arquivos do Estado.

Nesta tarefa foi o padre Maffei auxiliado, além do seu compatriota Pedro Lombardo, por dois portugueses : Gaspar Gonçalves e João Rebêlo. Êste último foi, principalmente, o seu mais valioso e dedicado colaborador durante o espaço de sete anos e quem lhe fêz a maior parte das cópias dos nossos arquivos. Tal foi o ardor e a aplicação com que Maffei se consagrou ao desempenho da sua missão, que em Fevereiro de 1584, ao que parece já muito achacoso e doente, mal podendo adaptar-se ao ambiente do país, pensava em regressar a Roma. Por ali viveu alguns anos mais, vindo a falecer na pitoresca e amena vila de Tivoli, em 20 de Outubro de 1603. O único autógrafo, conhecido em Portugal, de Maffei, existe no códice que se guarda no Arquivo do Ministério dos Estrangeiros, intitulado : «Livro primeiro em que se treladão as cartas que mandão os irmãos da Companhia...»

Começa êste códice no ano de 1554 e acaba no ano de 1557. Tem 552 fôlhas, algumas das quais em branco, e foi comprado pela legação de Portugal, em Londres, no espólio de António Ribeiro Saraiva e ao seu herdeiro Henrique West, por 48 libras. À margem tem êste códice pequenos dizeres em latim, em caracteres muito legíveis de grande firmeza e elegância, com letra de Maffei. Assim no-lo asseverou o erudito padre Schurrhammer, em companhia de quem examinámos o referido códice, e que muito bem conhece a letra de Maffei por ter feito um extracto de tôdas as cartas que êste enviou à Companhia de Jesus e que formam o seu curioso e interessante epistolário.

Deixou Maffei no seu espólio literário e que legou à Companhia de Jesus em que havia professado, um grande número de extractos e de cópias de documentos que têm para nós particular interêsse. Entre essas cópias destacam-se alguns extensos extractos de cartas do vice-rei D. João de Castro, algumas cartas atribuidas ao cronista António Pinheiro, papéis de António de Paiva relativos à conversão ao cristianismo dos reis de Macassar, um extracto do comentário de João de Escovar a respeito da embaixada chinesa de 1564 e um documento de Estêvão de Lemos a respeito das façanhas de Gonçalo Marramaque (1).

Foi neste interessante espólio do padre Maffei que foram encontrados os trinta e um capítulos, até há pouco inéditos e desconhecidos, do livro nono da história da Índia, de Castanheda. Em todos êles se nota, com a mais eloqüente evidência, êsse belo conjunto de qualidades que enfileiram Fernão Lopes de Castanheda, merecidamente, ao lado dos nossos melhores cronistas e historiadores do século XVI.

Com efeito, em tôdas essas páginas, há pouco ressuscitadas, a mesma abundância de factos, a mesma minúcia de observação no desenrolar dêsses sucessos, o mesmo colorido no descritivo de certos passos e sobrelevando a tudo o rigor com que testemunha a sua acção e veracidade. Tal conjunto de predicados faz, pois, com que a história de Castanheda seja uma eloqüente e fundamentada apoteose, um firme e altaneiro padrão da maravilhosa obra de Portugal no século XVI por êsse remoto e tão longínquo Oriente.

(1) G. Schurrhammer — *Historical Research into the Life of Francis Xavier in the Sixteenth Century* — in — Revista de História, vol. 12.º, pág. 192.

DAMIÃO DE GÓIS

Seu nascimento e infância — No Paço servindo El-Rei D. Manuel

BIBLIOGRAFIA — *Chronica do felicissimo rei Dom Emanvel, dividida em quatro partes...* Lisboa, 1566-7. (Duas edições, uma a autêntica, de que se conhece apenas um exemplar, a outra emendada (a 1.ª parte) que sendo rara, existe em várias livrarias); 3.ª edição, Lisboa, 1617/19; 4.ª ed. Lisboa, 1749; 5.ª edição, Lisboa, 1790; 6.ª ed. Lisboa, 1909.

Das variantes entre a 1.ª e 2.ª ed., variantes que o Govêrno de então impôs, saíu publicado pelo Visconde de Azevedo o *Elencho das variantes e differenças notaveis que se encontram na primeira parte da Chronica d'El-Rei D. Manoel escripta por Damião de Goes e duas vezes impressa no anno de 1566. Ajuntou-se também os capitulos 23 e 27 da referida Chronica conforme se leem em um manuscripto existente na Bibliotheca Publica do Porto, os quaes já foram impressos e publicados pela primeira vez no Muzeu Portuense.* Pôrto 1806, e em 1881, Joaquim de Vasconcelos publica na sua *Archeologia Artistica, Goesiana* d) as *Variantes das Chronicas,* Pôrto.

Da edição do *Elencho,* fêz Ernesto do Canto, em Coimbra, 1912, uma nova edição perfeitamente igual à do Visconde de Azevedo. A dêste fôra de 20 a 30 exemplares. A de Ernesto do Canto foi de 100. Ernesto do Canto completou a sua edição com um *Additamento á Reproducção do Elencho das variantes publicado pelo Visconde de Azevedo.* Coimbra, 1912.

Chronica do Principe Dom Joam, Rei que foi destes regnos segundo do nome... Lisboa, 1567. (Há desta edição duas tiragens, de cujas variantes trata o sr. Joaquim de Vasconcelos); 2.ª ed. Lisboa, 1724; 3.ª ed. Coimbra, 1790; 4.ª edição, Coimbra.

Livro de Marco Tullio Ciceram, chamado Catão Mayor ou da Velhice. Veneza, por Stevam Sabio, 1534; 2.ª ed. Lisboa, 1845.

Damião de Góis tem em latim :

Fides, religio, moresqve Aethiopvm sub Imperio Preciosi Ioannis... Lovanii, 1540. Outras edições : Parisiis, 1541; Lovanii, 1544; Lvgdvni, 1561; Coloniae, 1574; Coloniae, 1602; Francfvrti, 1603; Antuerpiæ, 1611, Conimbricae, 1741;

Deploratio Lappianae gentis. Lovanii, 1540 (com a *Fides),* Parisiis, 1544 (id.); Lugdvni, 1561 (id.); Coloniae, 1574; Coloniae, 1602; Francfvrti, 1603; Antuerpiae, 1611; Conimbricae, 1741;

Legatio Magni indorum... s/l. n. d. Dordraci, 1618;

Legatio Dauid Aethiopiæ Regis... Antuerpiæ, 1533; Bologne, 1553;

Vrbis Olisiponis... Elborae, 1554; Coloniae, 1602; Francfurti, 1603; Conimbricae, 1741;

Commentarii rervm gestarvm in India citra Gangem a Lusitanus anno 1538. Lovanii, 1539; Lovanii, 1544; Coloniae, 1574; Coloniae, 1602; Francfvrti, 1603; Conimbricae, 1741. Traduzido em italiano (rosto reproduzido adiante).

De Bello Cambaico... Lovanii, 1549; Coloniae, 1574 e 1602; Francfvrti, 1603; Conimbricae, 1741;

Hispania... Lovanii, 1542; mais 6 edições.

Vrbis Lovaniensis... Olisipone, 1546;

Aliquot Epistolæ Sadoleti Bembi...

Sôbre Damião de Góis há vários estudos. Podem consultar-se : *A Bibliographia Goesiana,* por Guilherme J. C. Henriques, 1911; *Ineditos Goësianos. Vol. I. Documentos,* 1896; Vol. II. *O processo na Inquisição, documentos avulsos, notas.* 1898, por Guilherme J. C. Henriques; *Damião de Goes. No quarto centenario da India Portugueza. Novos estudos.* Pôrto, 1897, por Joaquim de

GRAVURA ALEGÓRICA E ROSTO DA *Década primeira da Asia*, edição de 1628, edição muito rara. Frontispícios iguais nas outras Décadas (2.ª e 3.ª). Exemplar da Biblioteca Nacional

Vasconcelos; *As cartas latinas de Damião de Goes*, por Joaquim de Vasconcelos. Coimbra 1901; *Damião de Goes, sua descendencia em Flandres, Allemanha e Austria*, Pôrto, 1897, por Joaquim de Vasconcelos; *O retrato de Albrecht Dürer*, por Joaquim de Vasconcelos. Pôrto, 1879; *Damião de Goes (Novissima serie)* por Joaquim de Vasconcelos. Lisboa, 1898; *Damião de Goes e a Inquisição de Portugal*, por A. P. Lopes de Mendonça. Lisboa, 1859; *Damião de Goes e D. Antonio Pinheiro*, por Sousa Viterbo, Coimbra, 1895; *Estudos sobre Damião de Goes*, por Sousa Viterbo; *Critica contemporanea. A Chronica de D. Manuel de Damião de Goes. Ms. do Museu Britanico publicado e anotado por Edgar Prestage.* Lisboa. 1914. *Episodios dramaticos da Inquisição Portugueza*, por António Baião, etc. Veja-se para outros estudos Fidelino de Figueiredo, *A critica litteraria como sciencia.*

TRÊS fases bem distintas se assinalam no estudo biográfico do célebre Damião de Góis: a primeira, representada por Barbosa Machado, é anterior à elaboração dos índices do fundo antigo da Tôrre do Tombo; a segunda, posterior a êste facto, utiliza-se já da documentação da Tôrre do Tombo e é representada pelos *Retratos e elogios dos Varões e Donas*, e a terceira tem conhecimento do processo movido pela Inquisição ao infeliz cronista, cujo estudo, iniciado por A. P. Lopes de Mendonça, foi continuado por Joaquim de Vasconcelos, Guilherme Henriques que o publicou na íntegra, Sousa Viterbo e pelo autor dos *Episodios da Inquisição*.

Machado não diz palavra àcêrca da prisão de Góis; Pedro José de Figueiredo refere que tivera sentença de degrêdo com confiscação de bens e que pelo cardial-rei D. Henrique fôra mandado entregar ao prior do convento da Batalha para nele cumprir seu degrêdo pelo solicitador da Inquisição Rui Fernandes, em 19 de Dezembro de 1752, e João Pedro Ribeiro só nos Aditamentos às *Memorias sobre o R. Archivo* acrescentou:

«Porém, a 4 de Abril do mesmo ano (1571), foi prêso para a Inquisição de Lisboa, e, tendo sido processado e sentenciado, abjurou a 6 de Dezembro de 1572, sendo entregue a 16 do mesmo mês no Convento da Batalha. (Processo do mesmo Damião de Góis no respectivo cartório).»

Ùltimamente tornou-se notável a biografia publicada na *Revista de História* pelo sr. Maximiano Lemos, de que muito nos hemos de aproveitar.

Nado nos contrafortes da serra de Monte Junto, à beira da risonha vila de Alenquer, o glorioso cronista de que nos pretendemos ocupar, pertenceu ao número daqueles pequenos que nas disposições finais, ao vislumbrar a eternidade, o velho fidalgo, Rui Dias de Góis, descrevia como *nô tendo cõ que se cubrão* [1] e por isso os recomendava aos irmãos mais velhos, gerados em duas espôsas finadas. Da sua ascendência, possìvelmente lendária, não curamos saber; mas respigamos dos genealogistas o seguinte sucedido com um seu antepassado e transcrevemos, *ipsis verbis*, do Livro de Linhagens atribuido a Góis:

«Porquanto seu pai, Gomes Dias de Góis, lhe não deu licença nem o quis aperceber para passar em Africa com os infantes

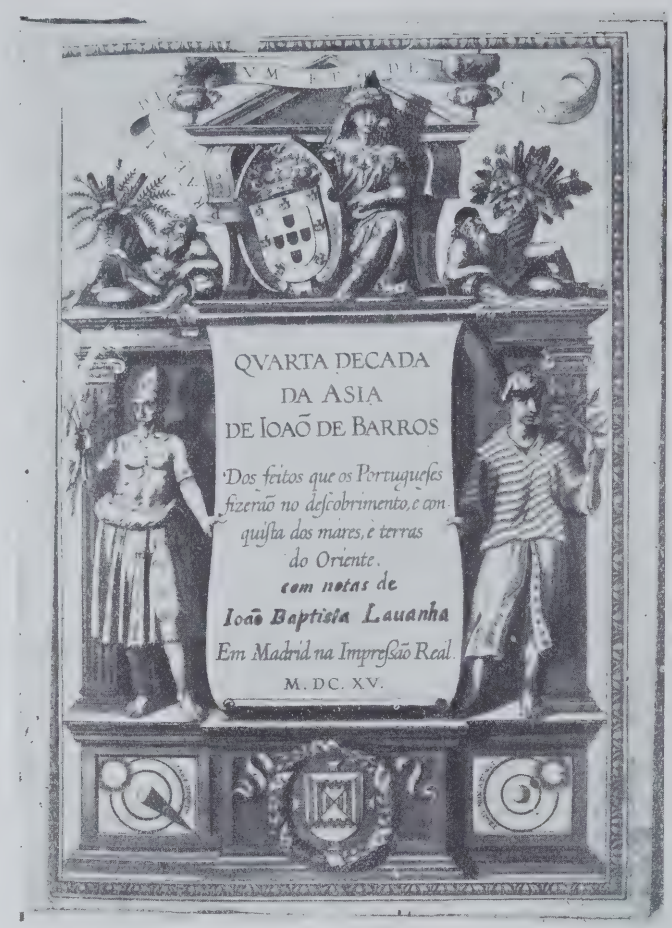
[1] *Inéditos Goesianos*, vol. I, pág. 16.

D. Henrique e D. Fernando quando, no ano de 1449, foram cercar Tânger, tomou disto tamanho desgôsto e tanta sanha que jurou que nunca se chamaria do apelido de Góis!»

A época certo do seu nascimento foi em Fevereiro de 1502; sabemo-lo filho do almoxarife da raínha D. Leonor, em Alenquer, Rui Dias, chegado portanto ao paço real sob cuja égide, já em 1517, o encontramos servindo, como testemunha o próprio (1), ao retratar-se defronte de El-Rei D. Manuel, de bacio de penteador nas mãos, quando seu irmão Frutos de Góis penteava a régia cabeleira.

Na verdade desde 1511 que D. Manuel I o tomara para a sua casa, como consta do próprio livro de Matrícula (2).

No Livro de Matrícula dos moradores da casa de El-Rei D. Manuel do primeiro quartel de 1518 encontramos algumas pessoas de apelido Góis e entre essas um Damião de Góis, como moço fidalgo, mas diz-se filho de Gil de Góis; entre os moços da câmara, porém, aparece-nos Damião de Góis e Duarte de Góis, irmãos de Frutos de Góis e Duarte de Góis, sobrinho também do mesmo Frutos de Góis. Tinham de moradia por mês 406 réis e três quartas de cevada por dia (1).



ROSTO DA *4.ª Década*, de João de Barros, publicada em Madrid em 1615 por João Baptista Lavanha. Frontispício do exemplar da Biblioteca Nacional que tem manuscritas as palavras «com notas de João Baptista Lauanha»

Como pagem da lança coube-lhe servir o rei à mesa e ao mesmo tempo, decerto, freqüentar os Estudos gerais para aprender gramática e retórica. Diz-se que desde a puerícia cultivou a música e acompanharia freqüentemente D. Manuel nos seus passeios fluviais a Santos-o-Velho, tomando parte nas merendas em que entrava a sua comitiva.

Mais tarde auxilia Frutos de Góis no guarda-roupa de El-Rei e aí vê objectos notáveis, como um barrete enviado por Afonso de Albuquerque, de Ormuz, e uma cruz do Santo Lenho, dádiva da raínha da Abissínia, a que alude nas suas obras (2).

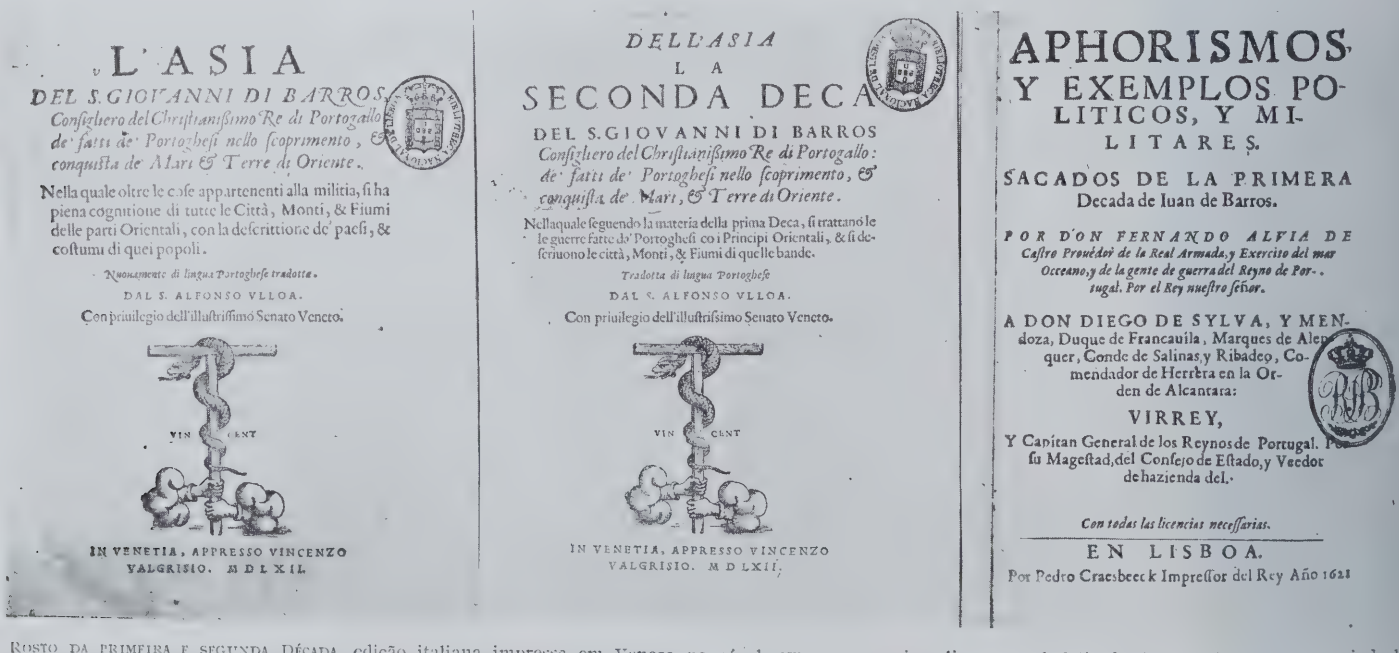
Assistiu às operações mercantis que se efectuavam na Casa da Índia e fala com pasmo dos *sacos cheios de dinheiro de moeda d'oiro e prata, tanto, que não havia tempo para o contarem!* (3)

Nos doze anos, pois, em que fêz parte da casa do monarca venturoso iniciou-se no trato dos negócios diplomáticos e instruiu-se no conhecimento dos habitantes das nossas colónias.

Morto D. Manuel ainda êle continuou algum tempo de

(1) *Chron. de D. Manuel*, parte IV, cap. XX.
(2) *Inéditos Goesianos*, I, pág. 29.

(1) Provas da *Hist. Genealógica*, vol. II, pág. 371.
(2) *Chronica de D. Manuel*, III, cap. LXVII e *Opuscula quae in Hispania continentur*.
(3) *Chron. de D. Manuel*, IV, cap. CXXXIV.



ROSTO DA PRIMEIRA E SEGUNDA DÉCADA, edição italiana impressa em Veneza no século XVI, e um curioso livro espanhol tirado de João de Barros que ainda hoje teria leitores e êxito de livraria

serviço no paço. Mas não por muito, pois agora o vamos ver correndo mundo.

Na Feitoria de Flandres — O estudante de Louvain e Pádua — Viagens pelo norte da Europa

Ao contrário dos grandes portugueses de então, a viagem do Oriente não o deslumbrou; para a Europa setentrional e central dirigiu a sua actividade e o que foi a sua glória foi também a sua perdição. Tão ligada está a rocha Tarpeia ao Capitólio! Vê-lo-emos.

Em 1523, com 21 anos de idade, foi para Flandres para escrivão da feitoria de Antuérpia.

O que era ao tempo a nossa feitoria em Flandres diz-nos com justa razão o sr. Joaquim de Vasconcelos:

«Foi a primeira e a melhor escola de diplomacia portuguesa no século XVI; quem a julgar uma mera agência comercial, em que se tratava só de canela, cravo e pimenta, engana-se completamente. Pelas mãos dos feitores corriam, é verdade, dezenas de milhões de letras, em especiarias e drogas, mas as mesmas mãos que contavam tão bem os ducados sabiam escolher igualmente bem uma obra de arte, salvar um livro raro, redigir um documento literário ou scientífico e guiar ainda com a outra mão as penas da diplomacia com rara sagacidade (1).»

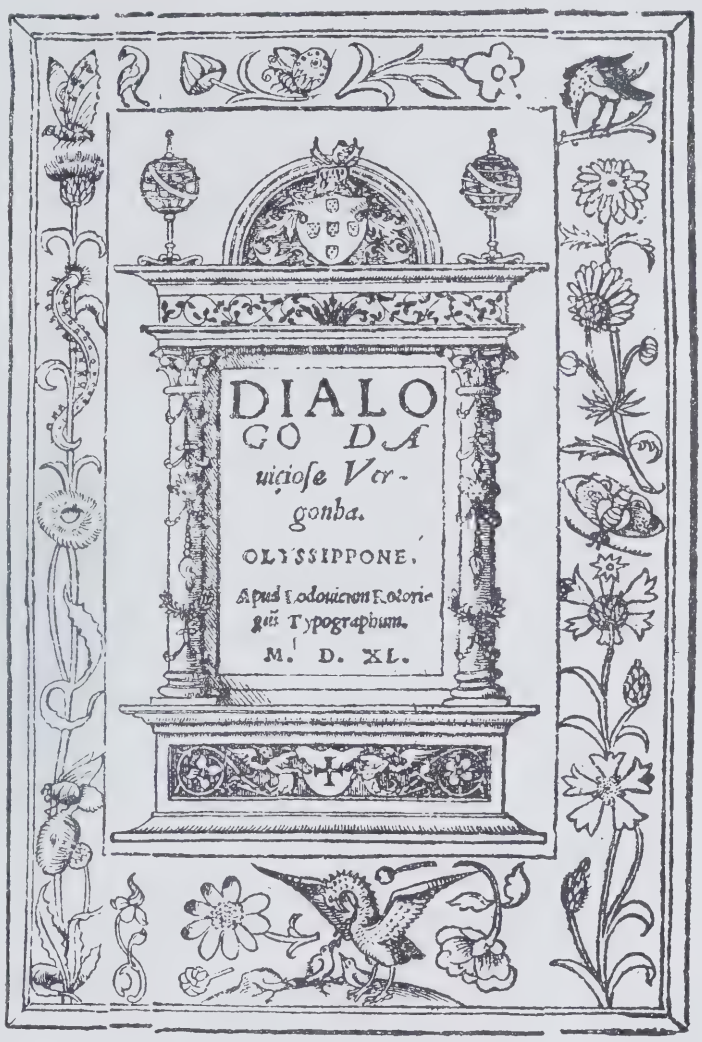
Feitor era então João Brandão.

Temos notícia dum conhecimento por êle assinado em 10 de Maio de 1525 (2), também assinado por Damião de Góis e duma carta do feitor em Flandres, Rui Fernandes, datada de 6 de Janeiro de 1527 e assinada por Damião de Góis, intitulando-se os dois Cônsules em Antuérpia (3) e ainda da carta de 2 de Outubro de 1528, assinada pelos mesmos e por Jorge de Barros, dando notícias de tôda a Europa central (4).

Teria vinte e nove anos de idade, em 1531, quando D. João III o escolheu para ir em missão oficial à Dinamarca, donde se dirigiu à Polónia a tratar de assuntos comerciais. Era o escrivão da feitoria de Flandres, mas não descurava a sua instrução, pois em 1532 o encontramos freqüentando a Universidade de Louvain, estudando latinidade. Chamado a Lisboa ofereceu-lhe o rei o lugar de Tesoureiro da Casa da Índia que recusou e novamente regressou ao estrangeiro, na ânsia de aumentar a sua já vasta ilustração. Aí o temos, em 1534, freqüentando a Universidade de Pádua durante seis anos para conclusão dos seus estudos.

Era recomendado por Erasmo a Pedro Bembo, em cuja escola ia ser discípulo.

Dêsse período de aluno da Universidade patavina, são as duas célebres epístolas em verso, uma *De vita aulica*, datada de Évora a 28 de Outubro de 1535, e outra *Ad Eundem*, do ano seguinte, da autoria do célebre André de Rezende e endereçadas ao já erudito Damião de Góis. Haviam-se os dois relacionado nos Países Baixos antes de 1529. Também nos Países Baixos se relacionou com Cornelio Scribonius, sábio obrigado a retratar-se da sua afeição às doutrinas luteranas do alto da tribuna duma igreja.



O ROSTO DO RARÍSSIMO OPÚSCULO de João de Barros, *Diálogo da Viciosa Vergonha*

Dêsse período é também a sua nefasta convivência com o que viria a ser seu delator ao Santo Ofício, Simão Rodrigues.

Havia poucos anos, porém, que Martinho Lutero hasteara o pendão da revolta contra o papado e essas ideias, alastrando pela Europa Central, eram apaixonadamente discutidas, sectáriamente perfilhadas e até dirimidas nos campos sangrentos das batalhas. Damião de Góis foi cair nos focos; conviveu com Lutero e Melanchton, privou com Erasmo, com quem a-miude passou a corresponder-se, e de quem, como vimos, foi protegido.

Regressando a Flandres, por 1538, publica em 1540 o livro *Fides religio mores que aethiopum*, que alguns dissabores lhe traria, pois os Inquisidores, possìvelmente de atalaia desde que, em 1533, êle próprio se fizera eco das suas peregrinações em países heréticos e da sua convivência com Lutero e Erasmo, os inquisidores, dizíamos, com o cardial D. Henrique à frente, proïbiram a venda da obra em Portugal.

O próprio Inquisidor Geral, em termos amistosos, o explicou a Góis, em carta de 28 de Julho de 1541 apensa ao processo movido pela Inquisição. Mas êle não se conformou e mais minuciosamente o cardial lhe dá explicações em Dezembro do mesmo ano, asseverando-lhe, contudo, que o continuava tendo na conta de bom cristão.

Entretanto Damião de Góis constituiu família, casando com D. Joana de Argem e, em 1545, a instâncias de

(1) Joaquim de Vasconcelos, *Damião de Gois na Renascença*, pág. 134.
(2) *Corpo Chronologico*, I, m. 98, n.º 50.
(3) *Arq. Hist. Português*, VIII, pág. 21.
(4) S. Viterbo, *Estudos sôbre Damião de Gois*, pág. 140.

D. João III e da raínha D. Catarina, regressava de todo a Portugal *pera dele se servirem.*

Vinha triunfante: êle pela posta, sua mulher *per jornadas* e os filhos e casa *per mar!* A côrte, reconhecendo-lhe a superioridade de cultura, de talento e de viajado, abria-lhe os braços, mas mestre Simão subia os degraus dos paços inquisitoriais de Évora para destilar o veneno da sua delação contra o seu companheiro de estudos em Pádua.

Debalde, porém, o fêz: a denúncia ficou jazendo no cartório eborense, a-pesar do Promotor requerer a prisão do réu.

Forão vistos estes autos diãte de S. A. e pareceo supersedendus nunc esse.

Quere dizer, aos inquisidores e ao próprio Inquisidor Geral D. Henrique pareceu que se devia sobrestar e não dar andamento ao processo. (Vidé a interpretação errónea de Guilherme Henriques a pág. IX do II vol.).

O RARÍSSIMO OPÚSCULO MORAL de João de Barros, em forma de jôgo

As viagens de Góis

Lê-se na biografia de Góis, inserta no *Nobiliário* que lhe é atribuido:

«Foi dos homens portugueses que mais terras e províncias andou e viu porque em peregrinações passou 22 anos *da frol da sua idade,* das quais algumas fêz por mandado de el-rei D. João III, e as mais por curiosidade e desejo que tinha de ver mundo.

As viagens que fez por mandado de El-Rei foram ir por duas vezes à côrte de Segismundo, rei da Polónia, uma no ano de 1529 e outra no de 1531; e neste mesmo ano foi também por mandado do dito senhor à côrte de Frederico, rei da Dinamarca, duque de Holot e assim à côrte de Gustavo, rei do grande reino da Suécia. Freqüentou o dito Damião de Góis as côrtes do Papa Paulo III, do imperador Carlos V, de el-rei D. Fernando, seu irmão, rei dos romãos, de Hungria e de Boémia, e de el-rei Francisco de Valois, rei de França, e de el-rei Henrique, rei de Inglaterra, oitavo do nome.

Teve grandes amizades com muitos príncipes, cardiais e prelados de tôda a Europa, e com quási todos os homens doutos que viveram de seu tempo como se vê por cartas que andam impressas em latim que lhe escreviam e êle a êles.»

Mas onde estas viagens se encontram descritas com maior minúcia é na obra de António Galvão (*Tratado dos Descobrimentos*). Aí lemos:

«Neste ano de 1529, achandose Damiam de Goes, Portugues, em Frandes, depois de correr toda Espanha, desejoso de ver mais terra, costumes, trajos, diuersidades de gente della, passou a Inglaterra, Escorcia, e esteve nas cortes dos Reys principaes e senhores daquellas partes, e, bem vistas, se tornou ao condado de Frãdes e correo todo em o ducado de Salandia, Olanda, Barbante, Geldija, Lusamburg, Lotoringia, a Suycia, e ao longo do Rio as cidades de Constancia, Basilea, Argentina, Espiram, Voimatia, Maguncya, Colonia e outras da baixa Alemanha, donde tornou outra vez a Frandes e entrou em França pela Picardia, Normandia, Gasconha, e foi ao ducado de Borbõ Lingado, o Delfinado e ducado de Saboya e de Borgonha, Campania. Correo toda a bella França, passou a Italia, esteue no ducado de Milam, Ferrara e por toda a Lombardia, foi a Veneza, tornou a ribeira de Genoua e ducado de Florença com toda Toscana, e a cidade de Roma, Romania e o Reyno de Napoles dhũa parte e outra da Marinha.

Dahi se passou Alemanha, esteue na cidade de Vlma e outras imperiaes, e no ducado de Sueuia e de Bauaria e Archeducado de Austria, Reyno de Boemia, ducado de Morauia, e no reino de Vngria até os confins da Grecia. Passou ao Reyno da Polonia, Sarmatia, Prusia, e ducado de Liuoni, chegou ao gram ducado de Moscouia, donde se tornou polla alta Alemanha e terras de Lantgraue, ducado de Xaxonia e Reino de Dacia ou Dinamarcha, aonde passou Agotia, Noruega, andou a mor parte della até se poer em oytenta graos daltura, da parte do norte; vio, fallou, conuersou com todos os Reis, princepes, nobres, pouos de toda a Cristandade, em vinte e dous annos que gastou nestes trabalhos vio e correo a mór parte da Europa, por sua liure vontade, cousa digna de louuor e memoria, pois deu luz á sua patria de muitas cousas ocultas a ella.»

Além da biografia do *Livro de Linhagens* que lhe é atribuida, Góis faz, noutras partes, alusões às terras que percorreu.

Assim, falando de certo inglês, João Walop, que tinha estado na côrte de D. Manuel, diz que da sua amizade se aproveitou *para negócios que tratei em Inglaterra de serviço delrei dom João terceiro* (1).

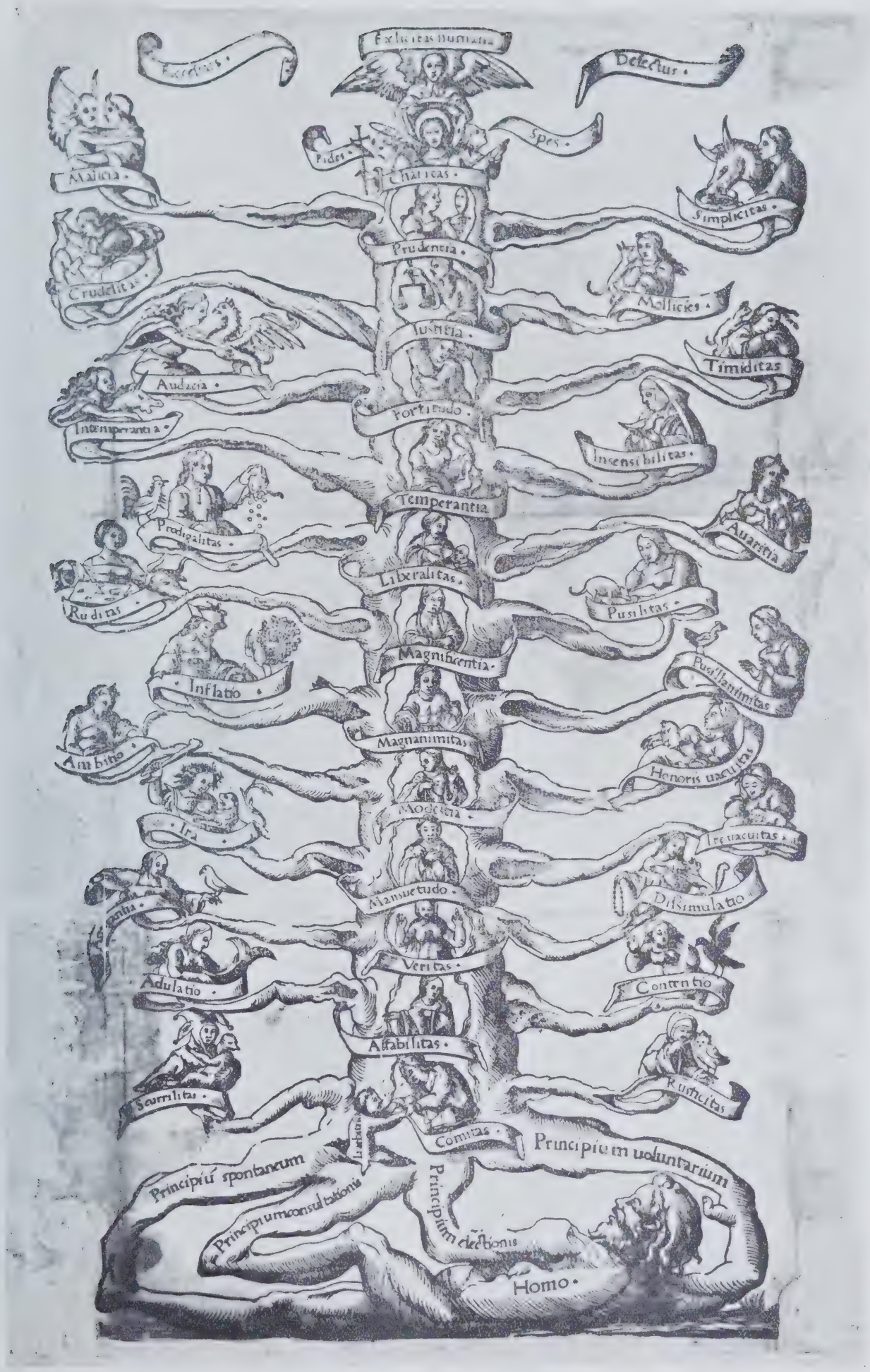
Quanto à primeira viagem à Alemanha e Polónia sabe-se que desembarcou em Dantzig, na Prússia, e daí se dirigiu a Viena e para ultimar a carga de algumas mercadorias voltou à foz do Vístula. Subiu êste rio até Posen e dirigiu-se a Cracóvia, onde afirma ter visto uma filha de Segismundo I *na mesma cidade de Cracovia onde então estava em sua casa e estado em um formoso castelo* (2).

Foi também à Dinamarca por ordem de D. João III, avistando-se com o seu rei Frederico no Slesvig, donde passou a Lubek, e daí a Vittemberg, por curiosidade de conhecer Lutero e Melanchton. Tendo travado com êstes as infelizes relações a que nos referiremos, voltou a Dantzig fazer a carga de que El-Rei o tinha encarregado.

Nesta cidade travou relações com os dois irmãos Magnus, João, arcebispo de Upsala, e Olau.

Ainda a viagem aqui não findou e, como em 1529, foi a Posen e no trajecto deveria ter conhecido o bispo de

(1) *Cron. de D. Manuel*, IV, cap. XX.
(2) *Ibidem*, I, cap. XLIV.



CURIOSÍSSIMA GRAVURA inserta no *Dialogo de Joam de Barros com dous filhos seus...* 1563. Jôgo, em que as virtudes e vícios saem do homem em forma de árvore

Hulm, Pauls Speratus, a quem êle enviava, em 12 de Setembro de 1531, uma amabilíssima carta e a Cracóvia, onde novamente encontrou o seu amigo Tarnowski (1).

Regressando aos Países Baixos, em 1 de Dezembro de 1531, dirige-se ao arcebispo de Upsala, João Magnus, e a 21 do mesmo mês assistiu, em Bruxelas, à representação da comédia de Gil Vicente, *O Jubileu d'amor*, nas festas com que o embaixador português, D. Pedro de Mascarenhas, celebrou o nascimento do príncipe D. Manuel, filho de D. João III.

Seguiu depois para Louvain, onde se hospedou em casa de um homem a quem no seu processo chama Rupeiros Reecius e que o sr. Maximiano Lemos identifica com Rutgerius Rescius (2), um amigo de Erasmo.

Em Louvain travou Góis relações com Conrado Goclenio, com o valenciano João Luís Vives e, tendo adoecido da vista, numa digressão a Friburgo, com o grande Erasmo Rotteradamo e, em Basileia, com Sebastião Mustero ou Munster, célebre hebraista e matemático alemão, e com Simão Grineu, um dos mais activos promotores do luteranismo.

Ainda em Basileia se relacionou com Bonifácio Amerbach, um dos maiores amigos de Erasmo, autor até do epitáfio do túmulo dêste na catedral de Basileia.

Pouco depois era convidado por D. João III a vir para Portugal. «O mesmo rei me mandou chamar no ano de 1533 para de mim se servir» (3), declara êle.

Respiga o sr. dr. Maximiano Lemos das cartas de Góis: A carta que escreveu a Erasmo, em 26 de Junho dêsse ano, esclarece de que assunto se tratava. Como o tinha por *mihi charissimum*, não lhe queria ocultar as suas fortunas: o sereníssimo rei de Portugal, depois de o ter empregado dez anos no seu serviço na Alemanha, na Sarmatia e na Dinamarca, chamava-o agora para tesoureiro da Casa da Índia. Por êsse motivo abandonara Louvain e preparava-se em Antuérpia, donde escrevia, para a partida que se devia realizar dentro em dez dias.

Por outro lado Luís Vives já tinha conhecimento do facto quando lhe escrevia, poucos dias antes, a 17 de Junho:

> «Desejo-te uma feliz viagem; procura, por favor, achar meio de oferecer a um rei que tanto é meu como teu, por seus benefícios, as minhas humilíssimas saüdações e a homenagem da minha dedicação: agradece-lhe da minha parte o amplíssimo testemunho da sua magnificência que recebi o ano passado.»

Duas cartas, uma de Erasmo a Damião de Góis, datada de Friburgo a 25 de Julho de 1533 e outra de Bonifácio Amerbach a Damião de Góis com a data de 1 de Setembro «levam a acreditar que o nosso compatriota não partiu de Antuérpia para Portugal antes desta última data» (1).

Veio então por Paris e, ao chegar à capital da França, foi ao Convento de S. Francisco visitar fr. Roque de Almeida, cunhado de João de Barros, a quem adiante nos referiremos.

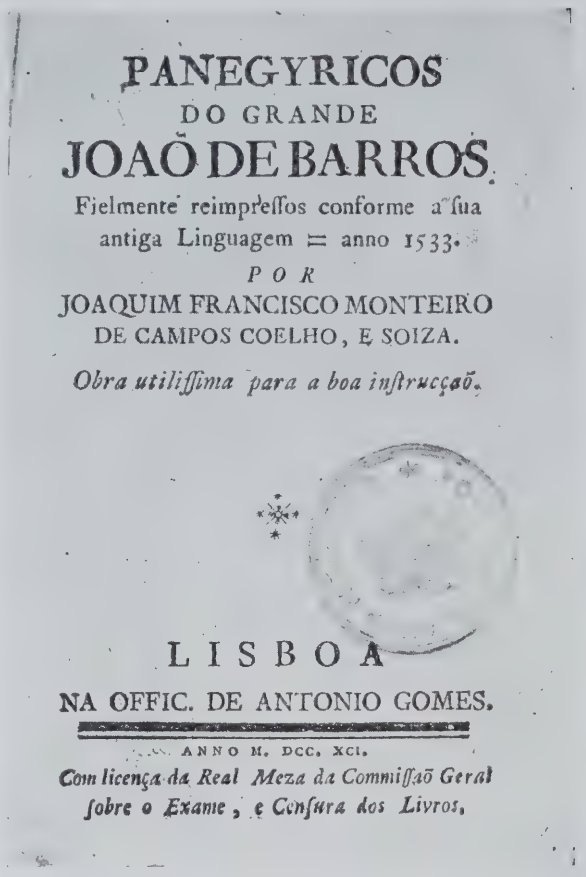
Damião de Góis deu-lhe uma carta de apresentação para Melanchton.

Veremos quanto isso o ajudou a comprometer.

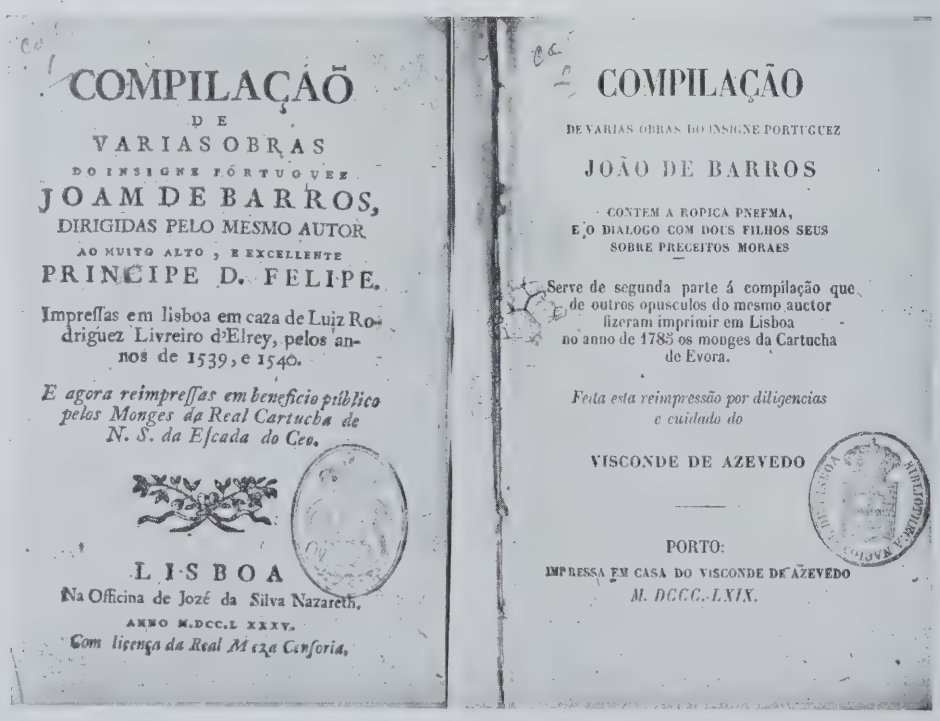
O estudante da Universidade de Pádua

1534-1538

Regressou, pois, Góis a Portugal nos últimos meses de 1533. Queria el-rei D. João III nomeá-lo tesoureiro


PANEGYRICOS
DO GRANDE
JOAÕ DE BARROS.
Fielmente reimpreſſos conforme a ſua antiga Linguagem = anno 1533.
POR
JOAQUIM FRANCISCO MONTEIRO DE CAMPOS COELHO, E SOIZA.
Obra utiliſſima para a boa inſtrucçaõ.
LISBOA
NA OFFIC. DE ANTONIO GOMES.
ANNO M. DCC. XCI.
Com licença da Real Meza da Commiſſaõ Geral ſobre o Exame, e Cenſura dos Livros.

Os Panegíricos, compilação do século XVIII. (No mesmo volume *Elogios* de António de Castilho, Fr. Bernardo de Brito e de Évora que não são do historiador)


COMPILAÇAÕ
DE
VARIAS OBRAS
DO INSIGNE PORTUGUEZ
JOAM DE BARROS,
DIRIGIDAS PELO MESMO AUTOR
AO MUITO ALTO, E EXCELLENTE
PRINCIPE D. FELIPE.
Impreſſas em lisboa em caza de Luiz Rodriguez Livreiro d'Elrey, pelos annos de 1539, e 1540.
E agora reimpreſſas em beneficio publico pelos Monges da Real Cartucha de N. S. da Eſcada do Ceo.
LISBOA
Na Officina de Jozé da Silva Nazareth.
ANNO M.DCC.L XXXV.
Com licença da Real Meza Cenſoria.

COMPILAÇÃO
DE VARIAS OBRAS DO INSIGNE PORTUGUEZ
JOÃO DE BARROS
CONTEM A ROPICA PNEFMA,
E O DIALOGO COM DOUS FILHOS SEUS
SOBRE PRECEITOS MORAES
Serve de segunda parte á compilação que de outros opusculos do mesmo auctor fizeram imprimir em Lisboa no anno de 1785 os monges da Cartucha de Evora.
Feita esta reimpressão por diligencias e cuidado do
VISCONDE DE AZEVEDO
PORTO:
IMPRESSA EM CASA DO VISCONDE DE AZEVEDO
M. DCCC. LXIX.

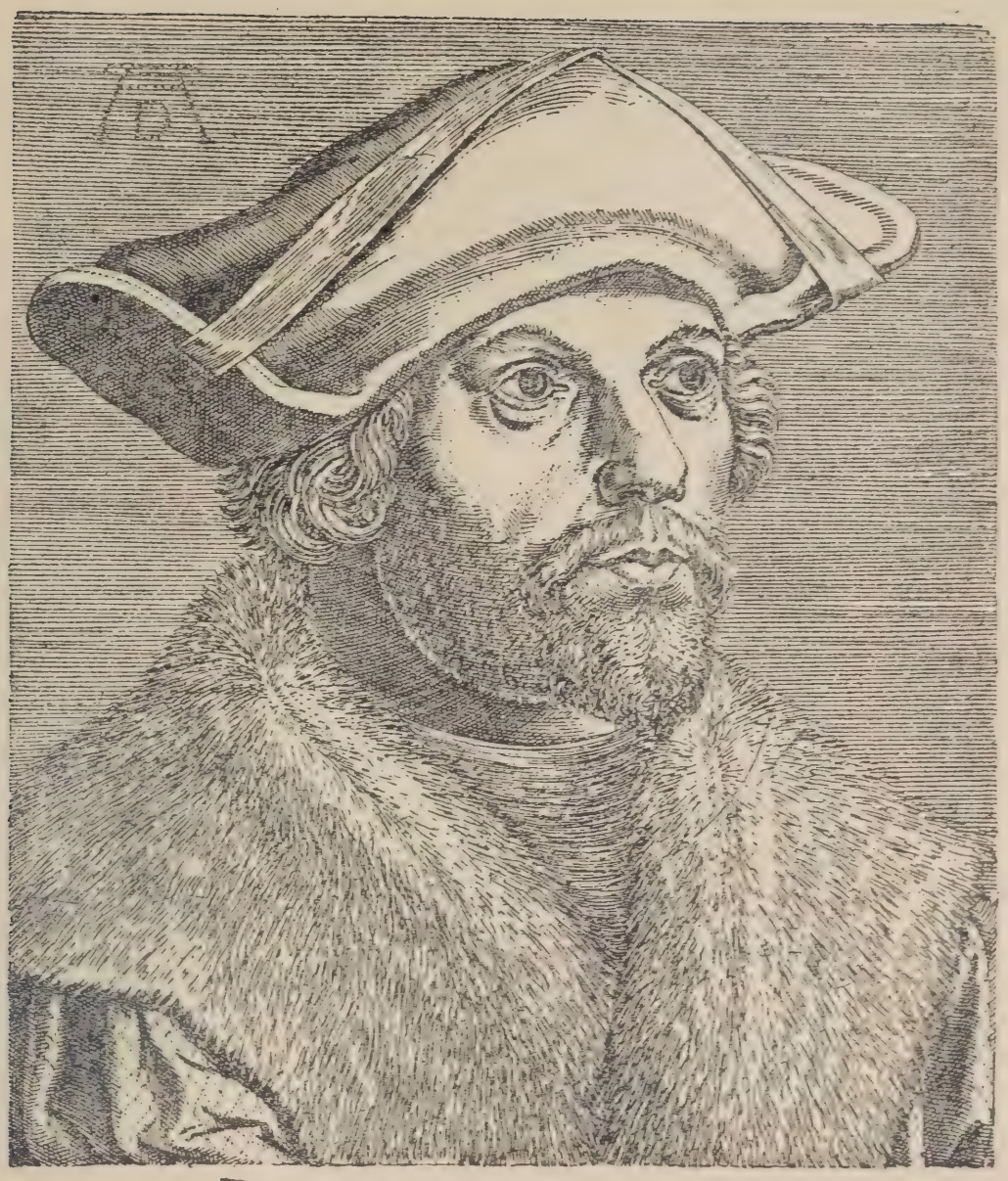
A colecção da *Compilação das obras de João de Barros*. Edições dos monges da Cartuxa de Évora e do Visconde de Azevedo

(1) Joaquim de Vasconcelos, *Cartas Latinas de Damião de Góis*.
(2) *Revista de História*, n.º 35, pág. 222.
(3) *Chron. de D. Manuel*, III, pág. 106, V.
(1) *Revista de História*, 35, pág. 225.

DAMIÃO DE GÓIS

(«Fac-simile» de uma gravura em cobre de Alberto Durer)

O retrato de Damião de Góis que se junta é o mais antigo que do afamado polígrafo se conhece. Muito apreciado, como tudo o que é de Durer, só de dois exemplares há notícia: um, que pertenceu a J. A. da Graça Barreto, que o reproduziu, acompanhado de excelentes artigos, no *Occidente*, n.os 32, 34, 35 e 38, de 1879; outro, o que se guarda na Biblioteca Nacional, colado em face do frontispício de um volume latino de Damião de Góis e que foi, ao que parece, do holandês Van-Hulthem. Durer fez, também, de Damião de Góis um retrato a carvão que se conserva na colecção Albertina, de Viena de Áustria, e que reproduzimos do fascículo III da *Lusitânia*, onde foi publicado, com um excerpto da *Goesiana*, de Joaquim de Vasconcelos



DAMIANVS A GOES.

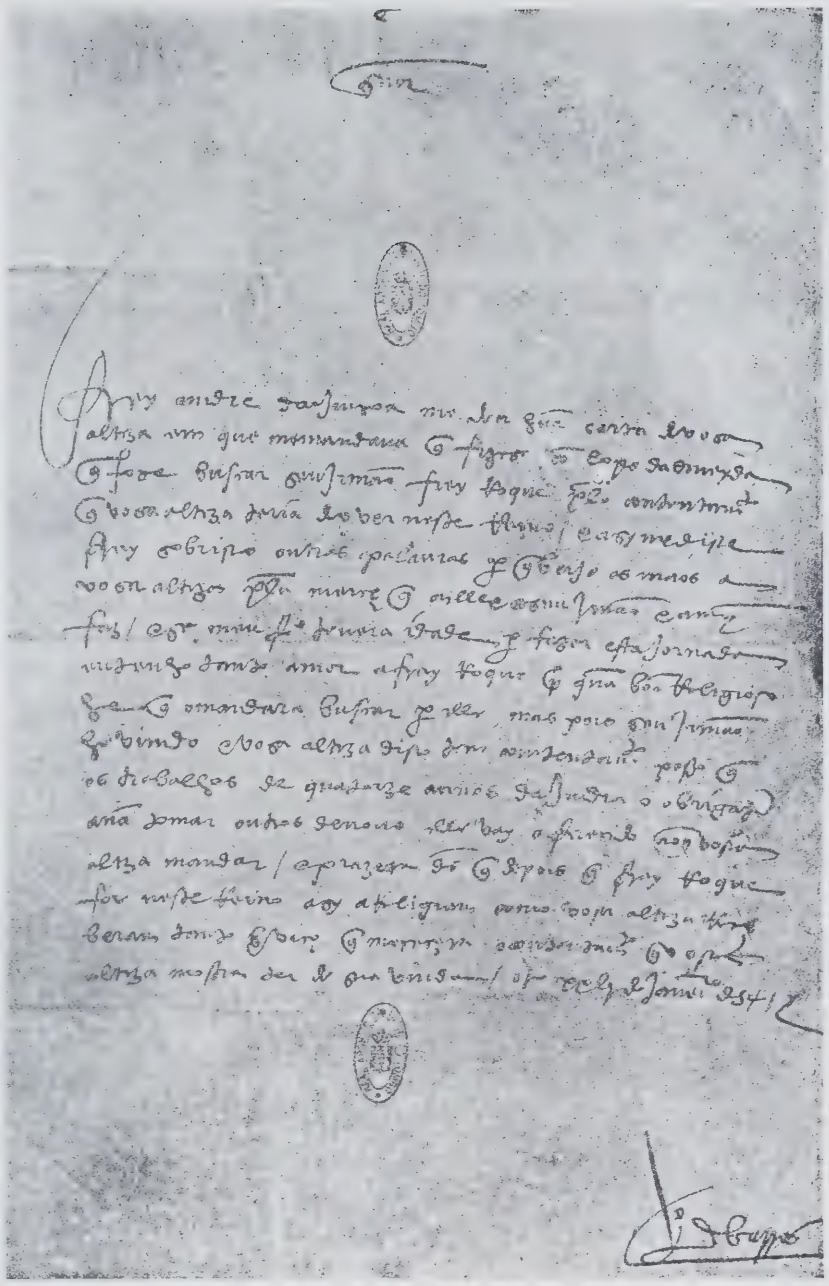
Thucÿdides gentis enarrat gesta Pelasgæ
Romanis daret Liuius in Decadv
Hic, alia vt taceam serâ data scripta senectâ,
ÆTHIOPVM accepit nomen ab HISTORIA.

DAMIÃO DE GÓIS

(«FAC-SIMILE» DE UMA GRAVURA EM COBRE DE ALBERTO DURER)

da Casa da Índia e nessa ocasião o próprio rei, os infantes e os grandes do reino *me perguntaram com muito gosto e mui particularmente pelo discurso das minhas peregrinações, falando-me em Lutero e nas cousas de Alemanha, Reis e principes dela, e por El-Rei que santa gloria haja saber que vira eu já Erasmo Rotterodamo e que eramos amigos me perguntou se o poderia eu fazer vir a este reino pera se dele servir em Coimbra, onde já tinha ordenado de fazer os estudos que fez, ao que lhe respondi o que me disso parecia.*

Assim declarou Góis no seu processo. E, a-pesar de tão gentilmente tratado, não aceitou a oferta de D. João III, a quem pediu licença para ir em romaria a Santiago de Compostela, donde escreveu comunicando a sua recusa formal e acrescentando *que se ia estudar.*



FAC-SIMILE DE UMA CARTA AUTÓGRAFA do historiador João de Barros a D. João III publicada no livro do dr. António Baião, *Documentos inéditos sôbre João de Barros*

Com efeito, após quatro meses de visita a Portugal e de ir pela Galiza, foi avistar-se em Friburgo com Erasmo que aliás o supunha tesoureiro do sereníssimo rei da Lusitania pois, com tal enderêço, lhe dirigiu uma carta em 11 de Março de 1534.

Nesta visita de quatro a cinco meses a Erasmo conheceu Damião de Góis a Glaream, com quem já se carteava e que, como Góis, era um grande apaixonado de música.

Foi durante esta residência em Friburgo que Góis resolveu ir freqüentar a Universidade de Pádua, talvez por sugestão de Erasmo, de quem levou cartas para Bembo, príncipe das letras antes de ser príncipe da Igreja, na frase do sr. Maximiano de Lemos *(Revista de História, X).*

Amerbach deu-lhe também cartas para o grande jurisconsulto Alciati e Góis lá partiu em direcção a Flandres, passando por Argentina (Strasburgo) onde então viviam Martinho Bucero, o Capito, e Gaspar Edro, todos luteranos.

O primeiro é o dominicano Butzer, convertido à reforma pela leitura dos escritos de Erasmo; o Caito é Wolfgango Fabricio Köpfel, assistente à dieta de Augsburgo, e Gaspar Edro era Gaspar Heid, grande amigo de Lutero e Zuvinglio (1).

Na volta de Flandres dirigiu-se Góis a Genebra, onde conheceu Guilherme Farel, a quem no processo se chama o hereje Farellus, grande propagandista da Reforma, e chegou finalmente a Pádua em Setembro de 1534.

Aí começou freqüentando filosofia e a forma como a Bembo se apresentou fêz com que êste, em carta a Erasmo, dissesse que êle era *de optimos costumes e dotado de toda a elegancia e suavidade* (2).

Além de Bembo, Góis travou em Pádua relações com Sadoleto, Buonamici e Celio Calcagnini.

Como adiante se verá, foi em Pádua que também Damião de Góis teve a infelicidade de conviver com fr. Roque de Almeida e Simão Rodrigues e a dita de conhecer o único santo que topou na sua vida, Inácio de Loyola.

Nos últimos tempos da residência de Damião de Góis em Pádua travou relações com o historiador italiano, Ramusio, em cuja colecção de viagens fêz inserir a narrativa da viagem do padre Francisco Álvares à Abissínia e a narrativa do primeiro cêrco de Dio. Foram grandes serviços prestados pelo *gentilhuomo portughese,* como nessa obra é chamado.

Antes de sair de Itália visitou Ferrara, Vicencia, Veneza e Roma, como êle próprio declara (3).

Derradeira assistência nos Países Baixos

1538-1545

Terminados os estudos em Pádua voltou Damião de Góis a Flandres e logo desposou, em Háia, Joana de Hargen, filha de André de Hargen, pessoa distinta e

(1) Vide Maximiano de Lemos, *Revista de História,* X, pág. 46.
(2) Carta V da colecção Vasconcelos.
(3) *Cron. de D. Manuel,* IV, cap. LXXXI e *Cron. do príncipe D. João.*

casamento tão auspicioso que foi celebrado num epitalâmio latino e festejado epistolarmente por todos os eminentes amigos deixados por Damião de Góis em tôda a parte por onde passara.

Naquele repouso doméstico em que os filhos lhe iam nascendo Damião de Góis dedicou-se às suas produções literárias.

No mês de Setembro de 1539 a história do primeiro cêrco de Dio; o *Fides, religio,* em 1540; o opúsculo *Pro Hispania,* em 1541.

Já fizemos referência aos dissabores que lhe trouxe a publicação do *Fides, religio* e ainda a isso nos referiremos, a-pesar de dedicada ao papa Paulo III. Tão relacionado e tão considerado era Góis que o próprio pontífice, por intermédio de Bembo, lhe mandava dizer ter-lhe sido gratíssima a leitura desta sua obra.

Um médico de Háia, Justo Velsius, dedicou a Góis a sua versão do livro de Hipocrates *De Insomniis.*

Entretanto, ateando-se a guerra entre Francisco I e Carlos V, o nosso Damião de Góis tomou parte no cêrco de Louvain, sendo eleito capitão e prêso, de que se resgatou por 2.000 ducados de ouro.

Em Maio de 1543 já Damião de Góis devia ter regressado aos Países Baixos, mas seus serviços não tinham sido esquecidos.

Em carta de Antuérpia, datada de 11 de Julho de 1544 a D. João III:

> «O imperador (Carlos V) além das mercês que me fêz e cartas de represárias que me deu contra franceses pelos serviços que lhe fiz com minha prisão, salvar a vila de Louvain, me tem dado umas armas para minha honra e dos que de mim vierem, das quais mando o blasão e pintura a meu irmão Frutos de Góis (1).»

E já em Portugal, escrevendo a D. João III, de Alenquer, a 13 de Junho de 1546, dizia:

> «Por o imperador, por alguns respeitos, desejar muito saber a verdade do cerco de Luvem onde fui preso, do que eu fui a melhor testemunha por tudo o que s'entam passou ser presente, determiney lhe fazer uma oraçam em que recitasse assy o caso do cercuo como a minha prisão, a qual oraçam mandey aguora imprimir novamente em Lisboa.»

Parece que depois do cêrco ainda Góis reassumiu as funções de escrivão da feitoria de Flandres.

Em Dezembro de 1544 publicava-se em Louvain uma colecção das suas obras já impressas a que juntava algumas cartas de Sadoleto, Bembo e outros, e pouco depois, como as instâncias de D. João III e da raínha D. Catarina continuavam, resolvia-se e regressava de todo à sua Pátria, que de mãe se veio a tornar em madrasta.

Regressa a Portugal — Assume o lugar de Guarda-mór da Tôrre do Tombo

Com efeito, chegou Damião de Góis a Évora em meados de Agôsto e está averiguado que lhe destinavam o cargo de mestre e guarda-roupa do príncipe D. João, pai de D. Sebastião. Mas as invejas não dormiam; Simão Rodrigues, já mestre de doutrina do príncipe, pretendia para si o lugar e, além da denúncia à Inquisição a que adiante nos referiremos, Deus sabe as insídias que levantaria. E como *interduo litigantes tertius gaudet,* o lugar veio a ser para D. António Pinheiro.

Preterido assim por D. António Pinheiro na escolha para mestre do príncipe D. João, filho de D. João III, ficou Damião de Góis sem lugar algum oficial. Entretanto, em virtude da prisão de Fernão de Pina pelo Santo Ofício, ficara vago o lugar de guarda-mor da Tôrre do Tombo e nenhum ficaria mais a carácter ao humanista erudito já notabilizado em tantas obras históricas, embora escritas em latim.

O seu nome foi, pois, apontado para exercer interinamente *emquanto Fernam de Pina não foi livre dos cazos por que ora é preso e acusado, em maneira que o possa servir* (1).

O Alvará tinha a data de 3 de Junho de 1548 e dois anos depois Fernão de Pina, condenado pelo Tribunal da Inquisição, abandonava o seu alto cargo para se refugiar nos subúrbios da Guarda, nos seus domínios senhoriais que lhe não haviam sido confiscados.

Damião de Góis devia então ter entrado na posse plena do cargo; sentava-se alfim na cadeira de Fernão Lopes, de Zurara e Rui de Pina.

Ao guarda-mór da Tôrre do Tombo cumpria executar os despachos e mandados do mordomo-mór da Casa Real e bem assim os dos vèdores da fazenda no tocante aos seus ofícios (2).

Damião de Góis tinha todo o papel e tinta de que carecesse para o seu lugar de guarda-mór; assim existe ainda hoje um diploma de 21 de Março de 1551 dando tal ordem ao recebedor da Chancelaria da Casa do Cível (3).

As certidões eram escritas pelo escrivão Cristóvão de Benavente e assinadas por Damião de Góis, a quem competia de cada assinatura 370 réis, tendo o escrivão os seus emolumentos da busca e do feitio.

O ordenado de guarda-mór era ao tempo de 100$000 rs. e mais 20$000 rs. para dois guardas, 12$000 rs. para um porteiro e 8$000 rs. para ajuda de mantimento de um escravo varredor, tudo pago pela portagem de Lisboa (4).

Não lhe faltavam porém mercês anexas ao lugar.

Em 28 de Julho de 1550 mandou o vèdor da fazenda da raínha D. Catarina dar a Damião de Góis, guarda-mór da Tôrre do Tombo, um pano de Londres verde de 7 coreados, uma escrevaninha *com seu canno canivetes e tisouras douradas e huña bolsa e tentos* que... *ha daver de sua Alteza pera serviço da mesa em que na dita torre se fazê as cousas de sua ffazenda e terras* (5).

Em 6 de Fevereiro de 1552 foi dada ordem ao tesoureiro para dar a Damião de Góis um pano de Londres (6).

Em 14 de Março de 1554 a raínha D. Catarina mandou dar a Damião de Góis, guarda-mór da Tôrre do Tombo, 7 covados de Londres de 400 réis o covado *pera o pano de mesa que ha de ter pera os negoçios do meu serviço,* uma escrevaninha dourada e uma bôlsa de *comtos.*

Damião de Góis assinou o recibo em 20 de Abril de

---

(1) Joaquim de Vasconcelos, *Damião de Gois no IV Centenário da India,* pág. 114. Em Portugal só em 15 de Agosto de 1567 lhe foi concedido brasão.

(1) Chancelaria de D. João III, livro 60, fl. 43 v., citado por J. P. Ribeiro *Memórias para a história do Real Arquivo.*

(2) Chancelaria de D. Manuel, livro 18, fl. 132 v., publicada por S. Viterbo a pág. 151 dos *Estudos sôbre Damião de Gois,* 2.ª série.

(3) Chancelaria de D. João III, livro 69, fl. 150 v., publicado por S. Viterbo a pág. 146 dos *Estudos sôbre Damião de Gois,* 2.ª série.

(4) J. P. Ribeiro, *Memórias para a história do Real Arquivo,* pág. 74.

(5) C. C. I, 84, 117.

(6) C. C. II, 243, n.º 4.

1554 e dêle se vê que o tesoureiro gastou 4.250 réis na compra dos três objectos: 2.800 réis nos 7 covados; 1.200 réis na escrevaninha *cô tesoyras, facas* e 250 réis na bôlsa (1).

Em 27 de Agosto de 1555 assinou a raínha nova ordem para darem a Góis sete covados de Londres e *bolsa com tentos* etc. (2).

Se a importância histórica actualmente do Arquivo Nacional é incomparàvelmente superior à do tempo de Góis, é-lhe muito inferior em importância jurídica. O que hoje é raro, terem serventia os documentos da Tôrre do Tombo nos pleitos dos tribunais, era então muito vulgar e comum.

Ao lado da actividade do guarda-mór em mandar tirar certidões, cujas provas sobreviventes se podem ver no Arquivo e que demonstram bem a justiça com que Damião de Góis clamava contra o contador Afonso de Miranda, em 1549, por ter uma das chaves da Tôrre do Tombo e êle não poder por tal motivo dar despacho às partes (3); ao lado dessa actividade, dizíamos, outro serviço colossal existia nessa época na Tôrre do Tombo, o da sua Reforma para Leitura Nova, que aliás vinha de período muito anterior.

Na parte IV da Crónica de D. Manuel, capítulo 86, escreve Góis, a respeito do monarca venturoso:

«...Mandou screver ha mór parte de lectura da Torre do Tombo do Reyno em libros de pergaminho muito bê scriptos e iluminados e poer na boa ordem em que agora stão, obra tamanha e de tamanho peso que se não pôde acabar em seu tempo, nem no del-rei D. João terceiro seu filho que nisso trabalhou muito e de que ainda stão muitas cousas por screver que disso tem assaz de necessidade, por bem do património da coroa do Reyno e dos vassalos.»

Retrato de Diogo do Couto publicado no vol. 9.º da edição da *Asia* de J. Barros e Couto, de 1778

Sabe-se que em Outubro de 1551 recebia Damião de Góis pergaminhos às dúzias, decerto para êsses livros, alguns dos quais autenticou e anotou (4).

Além dos serviços das certidões e reforma da leitura nova em que temos amplamente visto o seu afan e zêlo, outros ocupavam as suas funções de guarda-mór da Tôrre do Tombo.

Assim:

Por carta de 15 de Fevereiro de 1549 (Gav. 2, 11, 3 public. a pág. 101 dos *Estudos sobre Damião de Goes*) Damião participa à raínha terem dado entrada na Tôrre os livros da sua Real câmara e fazenda, mas que é pena não virem mais porque muito se hade ter perdido e *pois V. A. leva gosto de tudo isto andar junto e estar concertado na Torre do Tombo devia de mandar saber de seus oficios onde procede faltarem tantos livros e se os ainda hay ha mandar que se entreguem.*

Em 1 de Dezembro de 1553 como houvesse uma questão entre a corôa e o cabido da Sé de Lisboa o rei manda a Damião de Góis mostrar ao seu procurador na Côrte de Roma os livros, doações, composições e papéis necessários para sua informação e dar os traslados autênticos, que êle pedisse.

Em 21 de Julho de 1570 manda o rei a Damião de Góis trasladar autênticamente tôdas as bulas referentes à capela e ao capelão-mór da Casa Real, entregando o traslado ao dito capelão-mór (1).

A-pesar disso Góis não descurava o melhor acondicionamento das espécies a êle confiadas. Por isso é que no rôsto do livro 3.º de Inquirições de D. Afonso II se lê:

«A este livro de Inquirições falta ho começo e fim e porque assi delle como de todollos outros velhos se emenderão sempre os erros e má vigilancia que se teve no screver e concertar ha lectura nova desta casa e Torre do Tombo. Eu Damiam de Goes mandey de novo encadernar todollos livros velhos que na dicta Torre achei posto que pellos guardas mores meus antecessores e outras pessoas ficassem notados, declarados e avidos por escusados e inutiles. A qual encadernação se fez em maio de 1555».

Não passe despercebido que, quanto a esta nota, já José Anastácio de Figueiredo salientou *que erradamente e com notoria inadvertencia mandou encadernar o Guarda-mór Damião de Goes do modo que se acha tambem no R. A. como Liv. III d'Inquirições de D. Afonso II, faltando a*

(1) C. C. I, 92, 37.
(2) C. C. II, 215, n.º 60.
(3) Gav. 2, m. 11, n.º 3, citado por J. P. Ribeiro nas *Memórias do Real Arquivo*.
(4) Chancelaria de D. Manuel, livro 18, fl. 133 v., publicado por S. Viterbo nos *Estudos sôbre Damião de Gois*, 2.ª série, pág. 150.

(1) Gav. 22, m. 3, n.º 5, publicado por S. Viterbo a pág. 147 dos *Estudos sôbre Damião de Gois*.

este hum caderno de oito folhas no principio e outro no fim que comtudo existe encadernado em o Liv. IX d'Inquirições de D. Diniz a fl. 40 e segg. até fl. 51 v.° etc. (1).

Vimos atrás como Góis, em 1549, dirigindo-se à raínha D. Catarina, pugnava pela necessidade de incorporações na Tôrre do Tombo.

Embora nos não cheguem as provas é natural que continuasse na sua campanha e junto do secretário de Estado, P.° de Alcáçova Carneiro, de quem era *persona grata*, surtisse o desejado efeito.

Na verdade, antes de 20 de Julho de 1569, já o Guarda-mór da Tôrre do Tombo havia recebido papéis que ocupavam perto de 60 caixas, cofres e escritórios e muito pejavam a velha Tôrre do Tombo. Lutava Góis com falta de espaço e por isso pediu providências que lhe deram e, em 16 de Julho de 1569, manda-lhe el-rei ordenar que êsses papeis remetidos por P.° de Alcáçova deviam ser divididos em maços conforme as matérias e o próprio Góis *sòmente* devia separar os papéis que fôssem de segrêdo dos outros de *menos calidade*, mandando para o secretário Miguel de Moura uma relação dêles. Ainda as instruções acrescentavam: os maços deveriam ser numerados e, em cada gaveta, estará uma relação dos respectivos documentos correspondentes aos maços (2).

Retrato de Diogo do Couto publicado nos *Retratos e Elogios de varões e donas*

Em 22 de Novembro de 1569 agradece o rei a Damião de Góis o cuidado no exame dos papéis do P.° de Alcáçova e recomenda novamente as instruções de Julho.

Bem fazia o monarca em insistir na sua recomendação, pois não custa a crer que Damião de Góis examinasse atentamente os papéis remetidos por Carneiro, que os pusesse mesmo pela ordem determinada pelas instruções, mas nunca os numerou, nem ao menos os maços.

Com efeito, êsses papéis constituem hoje as colecções *Corpo Chronologico, Cartas Missivas* e *Fragmentos*, três designações que datam apenas do século XVIII e no preâmbulo do índice do *Corpo Chronologico* diz-se que os *documentos se achavam avulsos, sem ordem alguma, formando um horroroso espectaculo!* (3)

É claro que não assacamos à memória de Góis o *horroroso espectáculo* referido, mas é certíssimo que não os numerou, nem os pôs em ordem que se mantivesse e desta forma, em Março dêsse ano, a raínha, dizendo a D. António Pinheiro que as coisas da Tôrre do Tombo *estão já em tal ordem que facilmente vos podereis ajudar d'elas*, dizia uma refinada falsidade que Góis pagaria cara, como se verá!

À situação de Guarda-mór da Tôrre do Tombo anda mais ou menos associada a história escandalosa dum manuscrito da sua autoria. História duplamente escandalosa, pois que nele «seguindo mais os impulsos da vingança que o decôro da verdade diminuiu grande parte da sua fama quando se fez malédico censor da alhea», palavras de Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana*. O Nobiliário que Góis considerou uma continuação da genealogia medieval, trouxe-lhe as más vontades de certas famílias ilustres cujas prosápias genealógicas se viram amarfanhadas, a ponto de o fazerem desaparecer da Tôrre do Tombo.

Ainda hoje se conserva o *Auto que mandou fazer o guarda mór o doutor Manuel Jacome Bravo e o que nele continuou o dezembargador Gregorio Mascarenhas Homem sobre o Livro das Linhagens que fez Damião de Goes que não parece na Torre.* (Gaveta 10, m. 5, n.° 2).

Com efeito, a 8 de Novembro de 1633, foi levantado êste auto.

O códice era descrito desta maneira no inventário feito pelo desembargador Jacome Bravo, em 1625:

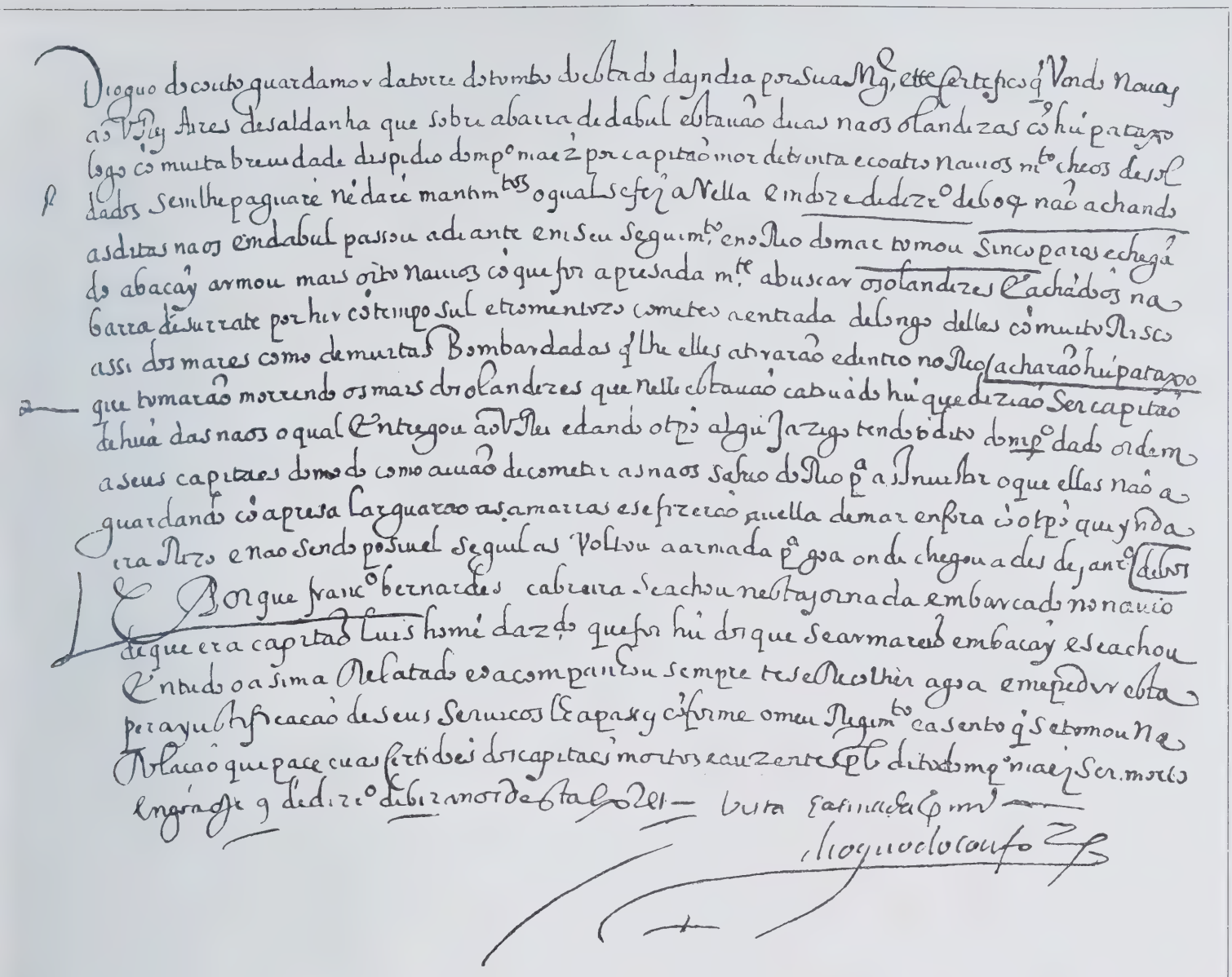
«Livro de linhagens novas de Damião de Goes de letra de mão que se segue ao conde D. Pedro que tem 195 folhas com seu alfabeto, e encadernado como os demais».

Parou o auto até 2 de Janeiro de 1634, em que o guarda-mór lhe mandou juntar uma declaração de 4 de Novembro de 1633, de Fernão Martins Freire, dizendo que haveria pouco mais de um ano tinha visto o Nobiliário, declaração confirmada em 12 de Novembro de 1633 por Jorge de Albuquerque.

Como se vê, do auto constava o desaparecimento do Nobiliário de 1625 a 1633, pelas declarações referidas restringia-se o limite ao de Novembro de 1632 a 1633. Nesta mesma ordem de ideias depõe o guarda Rafael Pereira, que acusa o escrivão Jorge da Cunha de ter as chaves da Tôrre e não querer que se falasse no desaparecimento do códice quando por êle se deu. O outro guarda confirmou: ainda depois da morte do guarda-mór Diogo de Castilho Coutinho o livro estava na Tôrre e foi quando as chaves estavam em poder do escrivão Jorge da Cunha que se deu pela falta, mandando o escrivão que se dissimulasse com o caso.

Novo compasso de espera: o guarda-mór Jacome Bravo

(1) *Nova Malta Portuguesa*, parte II, pág. 87.
(2) *Corpo Cronológico*, I, 108, n.° 134, publicado por S. Viterbo, *Damião de Gois e D. António Pinheiro*.
(3) Documentos do *Corpo Cronológico* relativos a Marrocos, pág. VI.



Certidão datada de 9 de Dezembro de 1612 assinada e autenticada por Diogo do Couto, a requerimento de Francisco Bernardes Cabreira. (Da *Bibliografia* publicada por Manuel dos Santos, o livreiro antiquário e o amoroso bibliógrafo de Camilo tão cedo roubado à vida)

levou o auto para casa até que morreu e o seu sucessor, em 29 de Dezembro de 1636, o fêz continuar. Foram repreguntados, pois, os dois guardas em 9 de Janeiro de 1637 e confirmaram os depoïmentos anteriores.

A 15 de Junho depôs o escrivão da Tôrre, Jorge da Cunha, sôbre quem impendia grave acusação. Era então contador dos contos do Reino e lançou as culpas do desaparecimento do Livro de Linhagens de Damião de Góis sôbre o escrivão Gaspar Álvares de Lousada, sendo até esta uma das culpas que lhe assacaram para a sua suspensão.

Do livro de Damião de Góis tinham traslados o marquês de Castelo Rodrigo, D. Manuel de Moura Côrte Real; João Pereira, fidalgo de Entre-Douro-e-Minho, e o duque de Bragança.

Por tal motivo o guarda-mór Mascarenhas Homem se dirigiu ao duque de Bragança, pedindo autorização para do seu tirar uma cópia. Dêsse ofício se vê que o guarda-mór supõe o livro desaparecido por ocasião da morte do guarda-mór Diogo de Castilho Coutinho *sem se averiguar com certeza pessoa a que se haja de pedir rezão delle.*

E já que o guarda-mór não quis deslindar o caso, não sejamos nós mais papistas que o Papa e não empanemos a memória do escrivão Jorge da Cunha com êste tão feio e tão indesculpável caso.

Em resposta o duque, em 5 de Junho de 1638, diz ter ordenado a busca na sua livraria e quando o encontrasse o enviaria ao Arquivo.

Fê-lo, não o fêz? Notícia alguma temos a tal respeito. Chega-nos, entretanto, uma certidão da genealogia dos Góis, passada em Maio de 1629 (1), autenticada pelo guarda-mór Gaspar Álvares Lousada. Tirada, é claro, do próprio original.

A avaliar pela sua conformidade com a cópia de 1739, ainda hoje existente no Arquivo, é de conjecturar que esta cópia fôsse feita sôbre algumas das certidões existentes, talvez sôbre a do duque de Bragança, desfeita em cinzas mais tarde com todo o seu importantíssimo Arquivo.

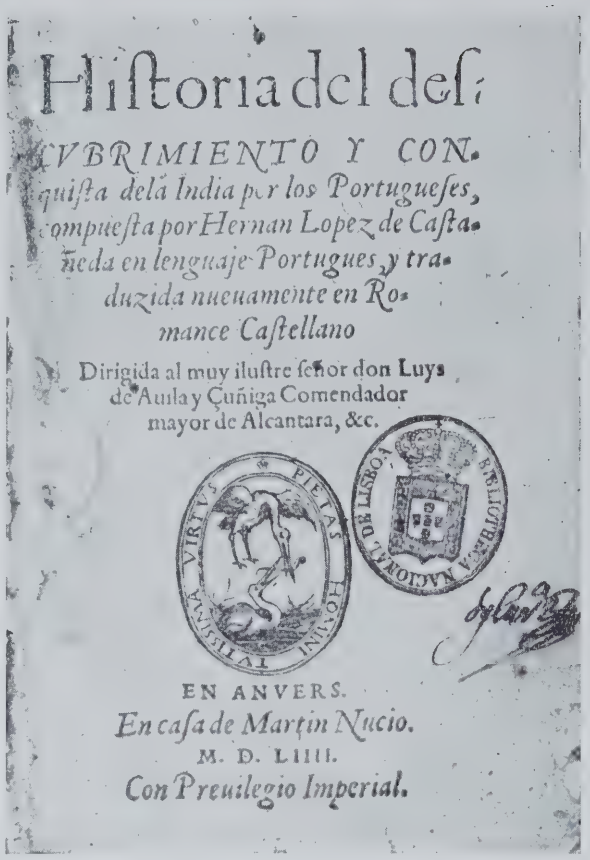
(1) Publicada por Guilherme Henriques a pág. 4 e segg. do vol. I dos *Inéditos Goesianos*, extraída do cartório do morgado de Góis.

Ao lado, pois, do Livro velho de linhagens, que remontava as raízes da fidalguia lusitana à fundação da monarquia, ao lado e para o completar, Damião de Góis compôs o *Livro das Linhagens* em que se refere discretamente ao uxoricídio perpetrado pelo duque D. Jaime e mostra escrever em vida do duque D. Teodósio. Também ao tempo em que Góis escrevia era capitão e governador de Ceuta, D. Afonso de Meneses, 4.º filho do marquês de Viana.

Há quem origine no Nobiliário um conflito com o célebre valido de D. João III, conde da Castanheira.

O conde da Ericeira, na biografia de Damião de Góis inserta no *Dicionário* de Moreri, tradução espanhola, vol. V, escreve:

«Dicen las adiciones criticas de aquel reyno fué guarda mayor de la Torre do Tombo en Lisboa, o guarda del Archivo Real, y que habiendo le pedido el conde de Castanheira, favorecido del rey Juan III unas copias de ciertos originales del archivo real, se las negó, pretextando necessitaba para ello una orden del tribunal del *Desembargo do Pazo* afin de que, segun costumbre, huviera podido copiarlas. Lá hemos arriba notado era musico y poeta el nuestro amigo Goes; pués à fé, se dice que hizóle cantar un verso de pies ligeros y en fa mi re ut à buenos golpes de garrotazos respuesta tan desabrida; pero vengóse de esta tonada por una ária satyrica que compuso con gran cuidado hajo la protecion del conde de Sortella, pretendiendo la gracia del rey».


Historia del des
CVBRIMIENTO Y CON-
quista dela India por los Portugueses,
compuesta por Hernan Lopez de Casta-
neda en lenguaje Portugues, y tra-
duzida nuevamente en Ro-
mance Castellano
Dirigida al muy ilustre señor don Luys
de Auila y Çuñiga Comendador
mayor de Alcantara, &c.
EN ANVERS.
En casa de Martin Nucio.
M. D. LIIII.
Con Preuilegio Imperial.

Rosto da tradução espanhola da obra de Fernão Lopes de Castanheda

Tal é a conhecida sátira *Mestre João Sacerdote De Barcelos natural*, etc., a que se refere Camilo Castelo Branco (1). No manuscrito de que Camilo se serviu conta-se, porém, a origem do conflito entre o conde da Castanheira e Damião de Góis doutra maneira. Góis juntou a sátira ao seu Nobiliário; *sabendo-o o conde o esperou na Rua Nova de Lisboa uma noite e lhe deu com um pau. Augmentou-se de parte a parte a inimizade; e, achando-se D. Antonio de Athayde na casa da India uma manhã, como védor da fazenda e Damião de Goes como feitor de Flandres que havia ocupado, ahi se travaram de razões e o conde lhe deu com umas luvas na cara.*

Todavia, quem lê o Nobiliário de Góis, cópia da Tôrre do Tombo, no título de Ataídes, não encontra referências desprimorosas ao primeiro conde da Castanheira. E se por-ventura é verdadeiro o conflito entre os dois, o que não custa a crer, razão teve Góis para lhe não passar certidões sem o despacho do Desembargo do Paço, que era indispensável, e no manuscrito citado por Camilo, aliás sem visos de autenticidade, é preciso atentar no seguinte anacronismo: Damião de Góis exerceu as suas funções na feitoria de Flandres muito antes de ser guarda-mór da Tôrre do Tombo. Em todo o caso, a avaliar pelo destino da Crónica de D. Manuel passada por uma severa crítica, nada admira que o célebre *Livro de Linhagens Novas*, que ficou na Tôrre do Tombo após a queda de Góis, fôsse bem diferente do escrito primitivamente por êle, com escabrosidades respeitantes principalmente às casas de Bragança e da Castanheira, devidamente limadas e aparadas.

Felizmente chegou até nós uma certidão dêsse livro. É nos manuscritos da Biblioteca Nacional o n.º 977, que tem no fim a seguinte autenticação:

«Este livro que contem emfim 282 folhas escrittas está tirado e tresladado bem e fielmente do Livro da Nobreza deste Reino que está lançado na Torre do Tombo o qual escreveo Damião de Goes per mandado del-rei D. Manoel sendo G.da Mór da dita casa e coronista-mór do dito senhor e por ser assim verdade assinei em sertidão raza oje 4 de outubro de b 16.

Diogvo de Castilho Coutinho.

Tem na capa: *Do Marquês de Castel Rodrigo.*

Foi no exercício do seu cargo de guarda-mór da Tôrre, quando estava gozando das fartas mercês régias adiante referidas, obtidas pela publicação da *Crónica de D. Manuel*, quando vivia à larga com os seus cinco criados e quatro moços de esporas, que Damião de Góis foi surpreendido pelo seu

Processo na Inquisição

Quando começou a ver a luz pública o elucidativo processo, a todos extasiou o facto singular da demora da prisão do cronista, pois, sendo a denúncia de 5 de Setembro de 1545, o mandado de captura é datado de 4 de Abril de 1571!!

A. P. Lopes de Mendonça aventa: «Se o Santo Ofício não procedeu desde logo contra Damião de Góis depois da denúncia do padre Simão Rodrigues é que receou que as provas não fôssem suficientes para lhe instaurar um processo de heresia». O sr. Joaquim de Vasconcelos (*Archeologia Artistica*, n.º 12) diz que foram questões políticas, genealógicas e religiosas que produziram o processo da Inquisição, políticas em primeiro lugar e com uma casa (a de Bragança) que não perdoava; religiosas com uma sociedade de fanáticos e ignorantes que ainda perdoava menos; genealógicas, enfim, porque iam desvendar fraudes, sem conta nem medida, sepultadas na Tôrre do Tombo, cujo guarda-mór era (pág. XI).

Como é natural, pois foi quem publicou a íntegra do

(1) *Noites de insónia*, n.º 11, pág. 22.

processo, Guilherme Henriques preocupou-se deveras com o caso. Assim, escreve:

«O problema é qual foi a razão que houve para Damião de Góis ser prêso e retido nos cárceres da Inquisição vinte e cinco anos depois da primeira denúncia de Mestre Simão Rodrigues?!!! (1)

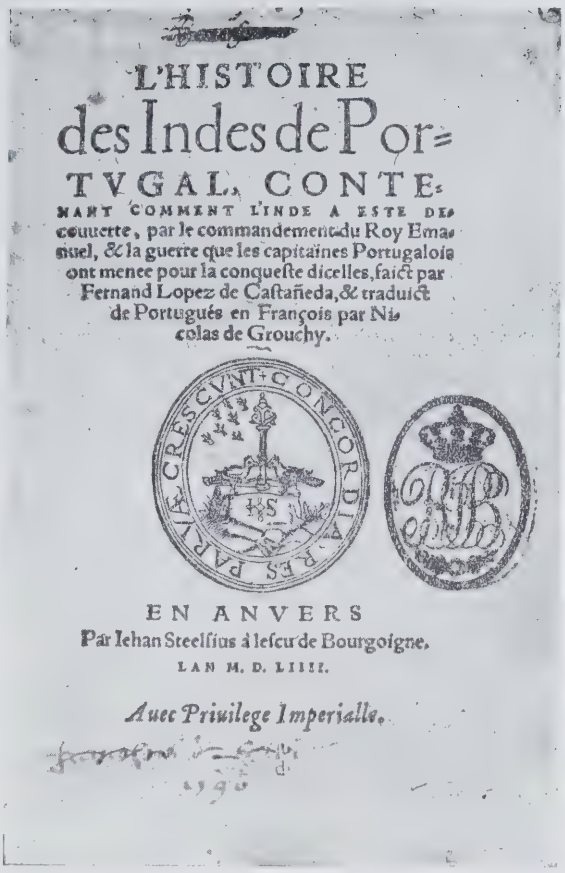
.....

«Foi por falta de provas? Não, porque essas mesmas provas foram as únicas que existiam no processo quando se passou o mandado de captura. Também não foi porque se esperasse pelo falecimento dos seus régios protectores, porque D. João III faleceu em 1557, quatorze anos antes da captura, e D. Sebastião e D. Catarina viveram até depois do falecimento do seu guarda-mor da Tôrre do Tombo. O que faltava era quem activasse o processo, que é lícito julgarmos esteve entregue ao esquecimento. De repente dá-se-lhe andamento — é porque houve quem o activasse e quem o activou tinha motivo pessoal para o fazer.

Imediatamente anterior à captura de Damião de Góis apenas acho um facto importante na sua vida — é o falecimento de sua esposa. Teria êsse facto alguma conexão com a prisão dele nos cárceres do Santo Ofício? Seria ela o escudo entre o marido e os seus inimigos? Faria ela de anjo da paz na família? Ou seriam as conseqüências financeiras do falecimento dela a causa da desgraça do seu viúvo, quer pelo facto de ficar menos abastado depois de satisfeitas as legítimas maternas aos filhos, quer pelas questões que surgiram entre os seus, como tantas vezes acontece nas famílias, ainda hoje?

Tudo isto é possível.

O responsável oficialmente pelo andamento do processo é o Cardial Infante; a êle cabe a triste honra de o ter mandado seguir (2).»


L'HISTOIRE
des Indes de Por=
TVGAL, CONTE=
NANT COMMENT L'INDE A ESTE DE=
couuerte, par le commandement du Roy Ema=
nuel, & la guerre que les capitaines Portugaloís
ont menee pour la conqueſte dicelles, faict par
Fernand Lopez de Caſtañeda, & traduict
de Portugués en François par Ni=
colas de Grouchy.
EN ANVERS
Par Iehan Steelſius à leſcu de Bourgoigne.
LAN M. D. LIIII.
Auec Priuilege Imperialle.

A História de Castanheda traduzida em francês. (Exemplar da Biblioteca Nacional)

Mas no volume II, pág. IX, Guilherme Henriques aventura:

«Em vista das relações da família de fr. Jerónimo de Azambuja com a família de Damião de Góis, parece-nos aceitável a presunção que o frade Inquisidor, recebendo a denúncia de Mestre Simão em Lisboa, a mandou arquivar e lhe pôs pedra em cima.

Fr. Jerónimo morreu em 1563. Em 1571 dá-se andamento ao processo de Damião de Góis. Qual foi a razão?»

E, nada firme na sua opinião, o ilustre investigador escreve na página seguinte:

«...De tudo isto acho admissível concluir-se que quem indirectamente influiu para que as denúncias arquivadas fôssem apresentadas ao Cardial e para que êste lhes mandasse dar andamento foi o tesoureiro do mesmo Cardial Infante e fidalgo de sua casa, Luís de Castro, e que o fêz porque, em seguida ao falecimento da esposa, Damião de Góis, seu sogro, estava para dar algum passo ou praticar algum acto que êle julgava prejudicial aos seus interêsses porque, quer por negligência do filho Ambrósio, quer porque a sua correspondência fôsse retida, esteve três meses, pelo menos, sem saber o que se passava.»

Nesta mesma esteira segue Sousa Viterbo quando escreve:

«Não deixa de surpreender, efectivamente, como no processo aparece um serviçal da casa do Cardial Infante, Luís de Castro, genro de Damião de Góis. Confessamos que o seu depoimento nos impressionou profundamente e perdôe-nos Deus se nos passou pelo espírito a ideia de que andava aqui um drama de família (1).»

Noutro trabalho confirma:

«O processo de Góis, enquanto a nós e salvo melhor juízo, explica-se por uma questão de família, semelhantemente ao que sucedeu com Fernão de Pina (2).»

As transcrições lidas são mais que suficientes para demonstrar a ânsia na explicação de facto tão anormal e talvez único na jurisprudência do Santo Ofício. Daí o desvairamento das hipóteses, a incongruência das conjecturas e a sua absoluta instabilidade.

Se a Inquisição tinha receio, em 1545, de não obter mais provas, como opina Lopes de Mendonça, porque o não teria já em 1571? Dormiram os autos vinte e cinco anos e todos sabem que quanto mais longo é o sono destas peças jurídicas mais difícil é o seu despertar. Não era a mão débil, embora rancorosa, do genro do cronista que tinha tal potência, tanto mais que só se manifesta cinco dias após a sua prisão, e se Jerónimo de Azambuja, o conhecido Oleastro, tinha influência para impedir a prisão de Góis, como poderiam os inquisidores aguardar oito anos passados sôbre o seu falecimento?

É possível, é mesmo natural ter a casa de Bragança contribuido para tornar pesado o ambiente que cercava o cronista depois da publicação da *Crónica de D. Manuel*. Mas a mão sinistra que, em 1571, empurrou Damião de Góis para o cárcere inquisitorial foi a mesma que, em 1545, impediu a sua prisão.

Com efeito, em seguida à denúncia de Simão Rodrigues, o promotor do Santo Ofício requereu a prisão do cronista, mas no verso mão anónima, sem dúvida de inquisidor, traçou a seguinte nota que A. P. Lopes de Mendonça não publicou e Guilherme Henriques publicou com infelicidade e ainda com mais infelicidade interpretou:

Foram vistos estes autos diante de S. A. e pareceu supersedendus nunc esse

Pareceu, pois, ao próprio inquisidor geral D. Hen-

(1) *Inéditos*, I, XVI.
(2) *Inéditos Goesianos*, II, pág. IX.

(1) *Damião de Gois e D. António Pinheiro*, pág. IX.
(2) *Estudos sôbre Damião de Gois*, 2.ª série, pág. 82.

rique, contra o requerido pelo Promotor, que por agora se sobrestivesse na prisão (1).

Era a espada de Damocles suspensa sôbre a cabeça de Góis e que êle nem de longe pressentiu!

A êsse tempo já o cardial D. Henrique tinha trocado com o cronista aquelas lisongeiras cartas, cujos originais se encontram no processo, referentes ao livro *Fides, religio,* impedido de circular pela Inquisição. As cartas demonstram bem o alto conceito em que o Infante tinha os seus méritos e até a sua piedade e ortodoxia. É evidente a pouca importância ligada por D. Henrique à denúncia de Simão Rodrigues, pois, em 1558, incumbe Góis de escrever a crónica de seu pai.

Vejamos à luz dos elementos conhecidos, não como Góis se desempenhou da alta tarefa de que o incumbiram, mas como correspondeu à distinção do cardial infante.

Àparte a dedicatória da *Crónica de D. Manuel,* que bem de direito lhe pertencia, o que vemos mais?

O Capítulo XXVII da parte III da crónica, intitulado *Do nascimento do infante D. Henrique e das qualidades de sua real pessoa e algumas cousas que fez e instituio até o presente* foi totalmente refundido. «Escreveram-se nele as virtudes e mais partes que concorriam no infante D. Henrique, depois cardial e rei e ao tempo regente do reino na menoridade de D. Sebastião, escreve muito lúcida e verdadeiramente o sr. dr. David Lopes no prefácio da última edição da *Crónica de D. Manuel.* Góis fôra sóbrio nessa enumeração e no louvor; a nova redacção está cheia de pormenores e de encomiásticas afirmações; e assim o capítulo impresso ficou dobrado do original, sem que todavia as palavras do cronista sofressem contestação».

HO LIVRO PRIMEIRO
dos dez da hiſtoria do deſcobri
mento & conquiſta da India pelos Portugueſes. Agora emmẽdado & accrecentado. E neſtes dez liuros ſe contẽ todas as milagroſas façanhas que os Portugueſes fizerão em Ethiopia, Arabia, Perſia, E nas Indias, dentro do Ganges & fora dele, & na China & nas Ilhas de Maluco, do tempo q dom Vaſco da Gama conde da Vidigueira & almirante do Mar Indico deſcobrio as indias, ate a morte de dom Ioao de Caſtro que la foy gouernador & viſorey. Em que ſe contem eſpaço de cinquoenta annos.
Com priuilegio Real.

O PRIMEIRO VOLUME da obra imortal de Castanheda

Poderá alguém supor que o conhecimento dêste facto não chegaria ao cardial D. Henrique? E poderá alguém supô-lo insensível a êle?

Decididamente Góis ignorava em absoluto o gládio sôbre a sua cabeça suspenso.

Mas se esta parcimónia de elogios ao cardial D. Henrique era já de per si suficiente para Góis cair na desgraça do cardial-inquisidor ainda não ficou por aqui.

Desde longa data, pelo menos desde que regressara a Portugal e fôra indigitado para mestre do príncipe D. João, filho de D. João III, Góis ficara com um terrível émulo.

É sabido como Simão Rodrigues aspirara também ao lugar e como, para perder Góis, fôra ao tribunal da Inquisição de Évora denunciar.

E se nem um nem outro conseguiu a disputada situação houve um *tertius gaudet,* o bispo D. António Pinheiro, que a alcançou e com quem pela vida fora Góis terá de bater-se, principalmente depois da publicação da *Crónica de D. Manuel.*

Góis foi, é certo, nomeado guarda-mór da Tôrre do Tombo, sucedendo assim a Fernão de Pina, mas não lhe sucedeu no lugar, quási sempre anexo, de cronista-mór. Êsse foi concedido a D. António Pinheiro, por carta de 16 de Julho de 1550 (1).

É no capítulo XXXVII da parte IV que Góis conta desvanecidamente como antes dêle foi D. António Pinheiro incumbido de escrever a *Crónica de D. Manuel* de que se escusou *ou por ser mais inclinado a outros estudos ou por ter o trabalho por grande.*

O bispo Pinheiro, com esta publicidade, foi profundamente ferido no seu amor próprio e decerto não perdoaria. Vamos ver primeiramente o desfôrço que tirou, procurando demonstrar por factos que tarefa idêntica para êle não era grande. E assim o vemos, dois anos após a publicação da obra em que era amesquinhado, lançar ombros à emprêsa de escrever a crónica de D. João III.

Se Damião de Góis julgava tarefa superior às suas fôrças a traça da crónica do rei venturoso, vê-lo-ia agora a braços com trabalho de não menos vulto qual era a crónica do rei Piedoso.

Já Sousa Viterbo notou a emulação literária entre os dois grandes vultos quinhentistas (2), fazendo dos dois um paralelo interessante, dizendo *que como escritores se podem medir desafogadamente.*

D. António Pinheiro havia sido incumbido de escrever a crónica de D. João III pelo próprio monarca, em 16 de Julho de 1550, mas só despertou com a publicação da de D. Manuel e com a insinuação de Góis.

Não lhe faltaram, como se vai ver, os incentivos e os aplausos do Paço.

Em 19 de Março de 1569 recebia êle a seguinte carta da raínha:

«Reuerendo Bispo, eu a Rainha vos enuio muito saudar. Na carta que os dias pasados mescruestes me falaueis na coronica delRey meu Señor, que sancta gloria aia, e do que pera isso era necessario, e por algũas cousas que se ofereceram nam ouue luguar de vos mandar responder a isso, posto que deseio tamto como he razam acabar-se a dita coronica, e por que as cousas da torre tombo (sic), segundo tenho sabido, estam jaa em tal

(1) Henriques pensa que a nota se refere ao futuro, isto é, à continuação do processo e por isso onde está *preto* interpretou *branco.*

(1) Vide Fr. M. de Figueiredo, *Dissertação sôbre o catálogo dos cronistas-móres,* pág. 15.

(2) *Estudos sôbre Damião de Gois,* 2.ª série, pág. 11.

ordem que facilmente vos podereis ayudar delas, deueis emuiar rol do que he necessario e quereis que se tire, por que mandarey que se tresladem e se vos emuiem. E quanto aos papeis que tem Pero dalcaçoua tambem deueis screuer os que vos aguôra sam necessarios e mandar os que laa temdes que ja nam seruem, e eu ordenarey como se vos emuiem os que poderem ser, e agradeceruos ey muito escreuerdesme os termos em que a coroniqua vay e terdes dela aquele cuidado que eu comfio pelas razões que para isso ha. Scripta em Almeirim a XIX de março de 1569 (1).

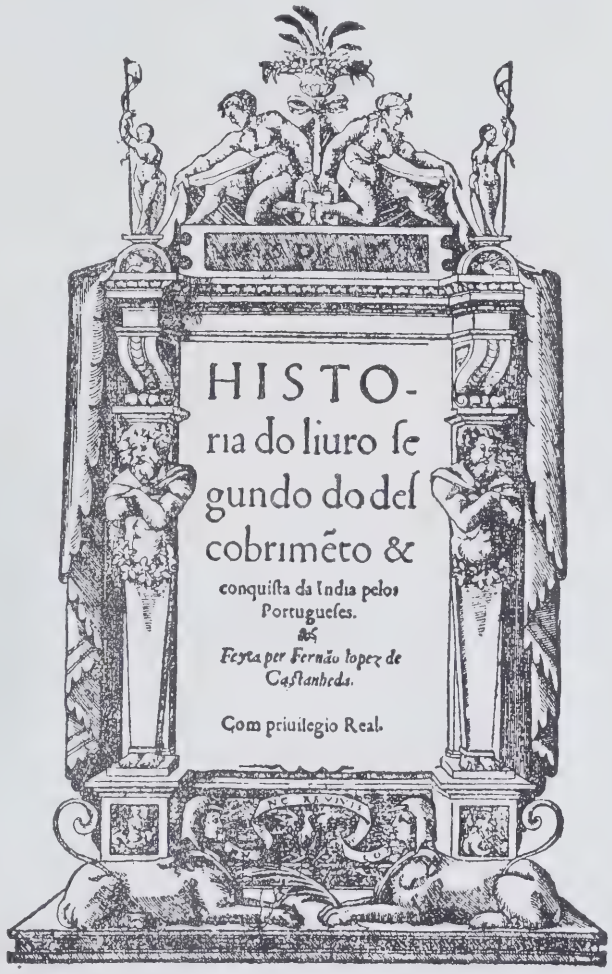
Raynha.

Ao fundo: Para o Bispo de Miranda.
No sobrescrito: Por a Raínha.
Ao Reuerendo Dom Amtonio Pinheiro Bpo de Miramda do cõselho delRey seu netto.»

Em 22 de Agosto de 1570 era o rei que a Góis se dirigia nos seguintes termos:

Damiam de Guoes, eu elRey vos envio muito saudar, pera a cronica delRey meu sôr e avo, que sancta gloria aja, que tenho encomendada ao Bispo de Miranda pera a fazer, são necessarios os papeis e cartas das cousas que em tempo de sua A. se fizeram e passaram; de que deuem estar muitos nos papeis que vos entreguou P.º d'Alcaçoua (como ja mo escreuestes) e os mais se deuem achar nessa torre do tombo, pello que vos encomendo que os busqueis loguo. E pera vossa emformaçan irá com esta hũa folha que o dito Bispo enuiou dos papeis que nella aponta; e porem diz que muytos mais sam os de que tem necessidade pera fazer a dita cronica. E portanto cũpre que busqueis bem todos os papeis que seruirem pera este effeito e os aparteis, entendendo nisso com o cuidado que sabeis que cumpre que aja de cousa de tanta ymportancia e calidade. E de todos os ditos papeis fareis hũa folha, que me eviareis e será entregue a Miguel de Moura, e isto fareis com toda diligencia possiuel desocupandouos pera ysso de todos os outros negocios que vos ympedirem fazerdes este com a dita diligencia. Escripta em Sintra a XXIJ de agosto de 1570. — *Rey*.

Sobrescrito — Por ElRey a Damião de Guoes fidalgo de sua casa e goarda mor da Torre do Tombo (2).



O ROSTO DO LIVRO SEGUNDO da obra de Fernão Lopes de Castanheda, impressa em 1552, em Coimbra

Oito dias depois era o próprio cardial D. Henrique, a-pesar de naturalmente ressentido com a frieza do cronista na crónica de D. Manuel, quem se dirigia a Góis nestes termos:

Damião de Guoes, Amigo, el Rei meu senhor tem encomendado ao bispo de Miranda que entenda na cronica delRei meu irmão, que Deus tem, em que auia muito descuido; são lhe pera isso necesarios algũs papeis, como uereis de seus apontamentos; aguardeceruosei muito aueardeslhos com toda deligẽcia conforme a lembrãça que disso faz, e por que desejo muito que esta coronica se ordene e acabe, receberei mui grande cõtentamento em todo o bom auiamento que lhe pera isso derdes, como tenho por mui certo que fareis. De Cintra 30 de agosto 1570. Balthasar da fonsequa a fez. O Cardeal (1).

Em baixo: para Dimião de Goes. No sobrescrito: Por o Cardeal Iffante a Dimião de Goes fidalgo da casa delRei seu coronista mor.

E qual foi o resultado de tôdas essas recomendações e empenhos? Nulo, absolutamente nulo.

D. António Pinheiro espicaçado pelas palavras de Damião de Góis, queria produzir, a côrte instigava-o, o próprio cardial D. Henrique intervinha a seu favor, mas o guarda-mór da Torre do Tombo não se moveu. D. António Pinheiro nada conseguiu da Tôrre do Tombo, como da correspondência publicada por Sousa Viterbo se vê que nada conseguiu do seu sucessor, por os documentos estarem na mesma absoluta desordem em que passados séculos os encontrou Manuel da Maia.

Soou então a hora da vingança; a medida, quási cheia com o capítulo da crónica, trasbordou com os queixumes, com as intrigas do bispo Pinheiro, *persona grata* à Inquisição e, provàvelmente, sabedora de muitos dos seus segredos, que não publicou, é certo, a crónica de D. João III mas adivinhou os gemidos do seu émulo septuagenário abafados pelas grossas paredes dos Estáos.

Damião de Góis baqueou; os inimigos por êle arranjados com o seu Nobiliário e com a publicação da *Cronica de D. Manuel* podiam exclamar então com o poeta latino: *Jam satis prata biberunt*.

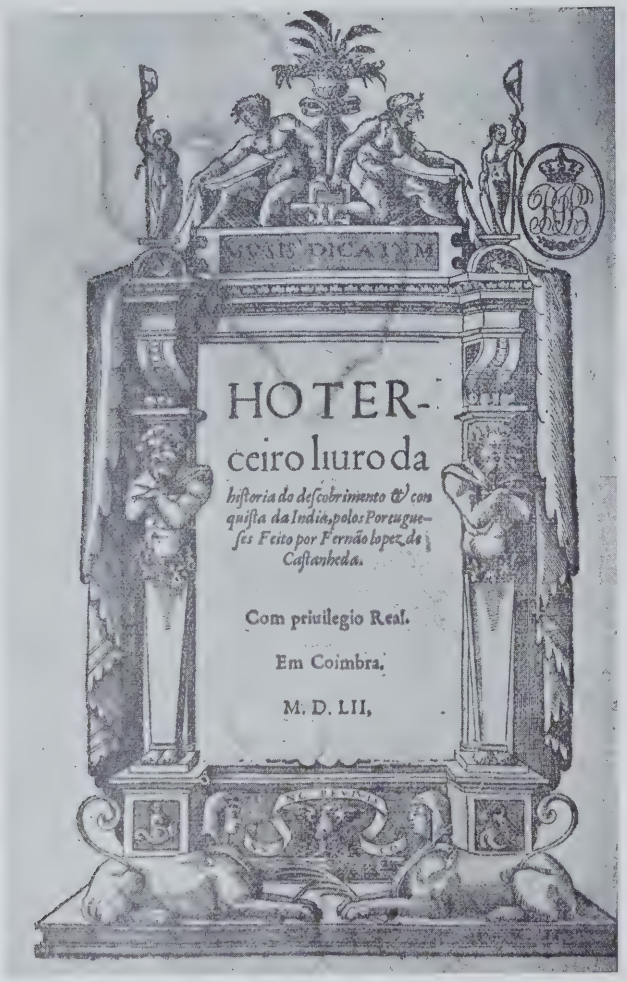
Na Inquisição

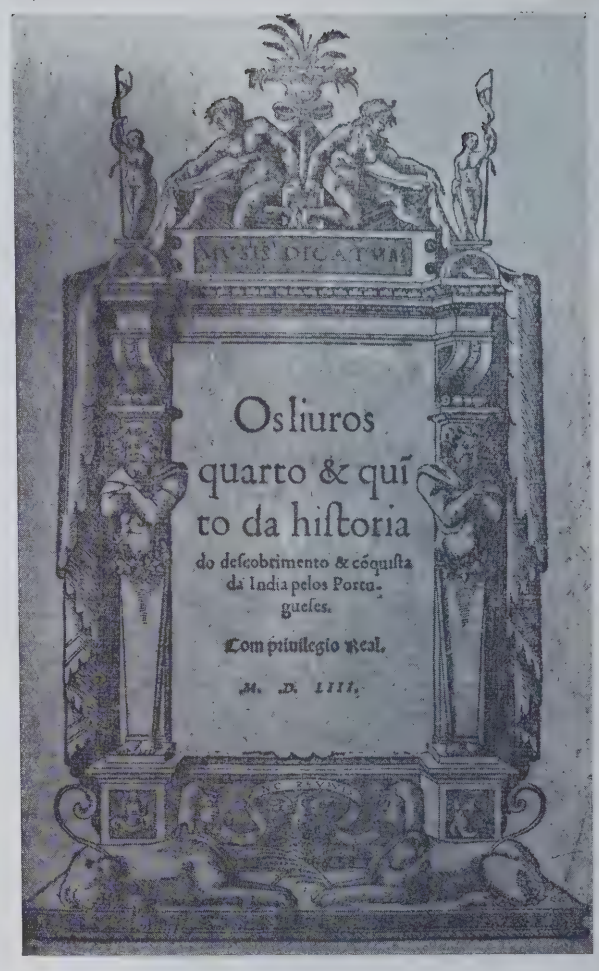
Com efeito, a 4 de Abril de 1571, era Damião de Góis prêso. Havia sido denunciado, em Évora, como vimos, em 5 de Setembro de 1545, pelo jesuíta Simão Rodrigues, o antigo companheiro de Inácio de Loiola em Paris, a quem os autos chamam simplesmente *Padre Mestre Simão da Congregação e hordem de Jesus*. Contou, pois, o denunciante como, havia já anos, se tinham conhecido em Pádua e nas práticas amigas de ausentes da Pátria comum, Damião de Góis se mostrava inclinado às heresias de Lutero, com quem falara, era grande amigo de um hereje de Basilea, Simão Grineus, e fôra discípulo de Erasmo, com quem vivera algum tempo. Não negava Simão Rodrigues o talento do denunciado, mas, exactamente por isso, o achava muito perigoso, por ser *homem avisado* e saber, além do latim, do francês e do italiano, alguma teologia e, até lhe parecia também, o flamengo e o alemão.

Nulo foi o efeito de semelhante depoimento.

(1) T. do Tombo, C. C., Parte I, m. 108, n.º 126.
(2) Original. T. do Tombo, manuscritos de Alcobaça, n.º 52, liv. 35 das Sentenças, fl. 448.

(1) T. do Tombo, C. C. Parte II, m. 248, n.º 4.





Rosto do livro terceiro e dos livros quarto e quinto da obra de Fernão Lopes de Castanheda. Ambos os volumes foram impressos em Coimbra em 1552 por João de Barreira e João Álvares, mestres impressores dos que maior nomeada tiveram no seu século

Chamado em Lisboa, à Inquisição, a 24 de Setembro de 1550, acrescentou apenas que em Pádua, na própria casa do denunciado, tinham tido uma disputa teológica sôbre a *certeza da graça* em que mùtuamente se crivaram de textos de S. Paulo.

Os autos, porém, continuaram dormindo, a-pesar de mais esta avançada, até que, a 4 de Abril de 1571, por motivos que atrás expusemos, despertaram de repente e com tanta fúria que enclausuraram o septuagenário cronista nos cárceres secretos dos Estáos.

Sucessivamente o ouviram depois em dezoito audiências, umas do estilo e da praxe, outras por êle requeridas.

A princípio queria Damião de Góis saber o motivo da sua prisão, mas êsse não lhe foi revelado e sòmente o admoestaram a que confessasse tudo o que praticara contra a nossa fé católica *para poder ser merecedor da misericórdia da Santa Madre Igreja, que ela usa com os verdadeiros confitentes e penitentes.*

Damião de Góis passou então em revista tôda a sua vida desde que saíra de Portugal, comissionado por el-rei D. João III, contou as suas viagens pela Europa, as relações *suspeitas* que nelas tinha adquirido, os estudos que tinha feito e, por último, de tudo pediu perdão e misericórdia. Só com isso, porém, não se contentaram os *senhores inquisidores,* e novamente o admoestaram, pedindo-lhe que examinasse bem a sua consciência, e que dissesse tudo *o que crera e praticara da seita luterana.*

Por tal motivo, no dia seguinte, Damião de Góis confessou ter dito que os hábitos dos luteranos, acêrca do *criar dos pobres,* eram melhores que os nossos e, dias depois, falava na sua obra sôbre os costumes dos etíopes ; receando alguma busca à livraria foi confessando que nela tinha alguns livros proïbidos e algumas cartas de Erasmo.

Como êle estava longe das conversas de Pádua com o seu delator Simão Rodrigues! E que tratos não daria à imaginação naquele escuro cárcere em que o encerraram sem descortinar sequer o motivo de tal violência...

A nova audiência veio, pois, o cronista, e nela confessou ter ouvido um sermão a Martinho Lutero. Fôra num Domingo de Ramos, em Witemberg ; como o Reformador prègava em alemão, pouco entendera, mas num dos dias seguintes jantara com êle e com Melanchton e, depois de jantar, dirigiram-se os três a casa de Lutero onde, servidos pela sua mulher, em convívio de amigos, comeram maçãs e avelãs... Também estivera em casa de Melanchton ; mas era pobre e quando lá entraram encontraram-lhe a mulher, vestida com uma sáia velha de *bocaxin,* fiando...

Neste meio tempo veio depôr contra Góis o poeta Pedro de Andrade Caminha.

Quando Damião de Góis estava escrevendo a crónica de el-rei D. Manuel, contou êle, pedira a Caminha para, junto da infanta D. Isabel, lhe obter apontamentos acêrca do infante D. Duarte seu marido ; a infanta respondeu a Caminha que já tinha dado a Góis apontamentos acêrca da forma como êle morrera, o que Caminha lhe comunicou, retrucando então o cronista *que não havia homem que na morte não dissesse quatro parvoíces.*

Andrade Caminha não ligou nessa ocasião importância a tal resposta, mas, sabendo Damião de Góis prêso, e sabendo a forma cristianíssima como falecera o infante D. Duarte, viu nela sombra de heresia e, por *descargo de consciência,* o veio dizer.

O mês de Abril se foi assim passando com tais audiências até que, no dia 2 de Maio, apresentou o Promotor o seu libelo acusatório, no qual, apontando a Damião de Góis os erros contra a religião católica, o increpava por louvar a *maldita seita de Lutero*, a que tinha querido converter um padre da Companhia — Simão Rodrigues, é bem de ver — e, depois de falar nos livros heréticos encontrados na sua livraria, terminava pedindo a condenação do Réu como *hereje, pertinaz e negativo*.

Nessa ocasião falou Damião de Góis nas suas conversas com João Decamarty e o padre Monserrate, mas, nem por sombras, se lembrou das conversas de Pádua, supostas ou verdadeiras, com o seu delator Simões Rodrigues!

Voltou o cronista para o seu cárcere e fàcilmente se imagina em que abatimento de espírito. Que segredos não possuiriam já os seus severos juízes?! Que testemunhos não haveria contra êle?!

Duas noites adormeceu o Guarda-mor da Tôrre do Tombo — se é que as não velou por completo — a cogitar na sua vida... para vir, no dia 4 de Maio, confessar que, em Flandres, tinha tido disputas com diferentes pessoas sôbre a validade das indulgências concedidas pelo Papa, sendo então de parecer que elas eram bem pouco proveitosas como a confissão auricular : também confessou que, falando de padres, tinha dito serem êles tiranos e usarem mal dos seus ofícios.

A 10 de Maio solicitou Damião de Góis audiência para dizer que já não tinha coisa alguma para confessar e por isso lhe abreviassem o despacho, alegando estar velho, fraco e mal disposto.

Entretanto novos testemunhos iam surgindo; ao mísero prêso iam arranjando carga cada vez maior!

A 21 de Maio subiu o inquisidor Simão de Sá Pereira às pousadas de D. Maria de Távora, doente de cama e, por isso, impossibilitada de ir até o paço dos Estáos e, a 25, fazia o mesmo ao duque de Aveiro, também impossibilitado de comparecer. A primeira dizia ter ouvido que Damião de Góis era muito dado a comer e beber, assim como aos prazeres da carne e contava como, duma vez, a uma sexta-feira, comendo Damião de Góis carne de porco, uma sobrinha lho censurou e êle replicou :

— *Calai-vos, senhora sobrinha, o que entra pela bôca não mata a alma.*

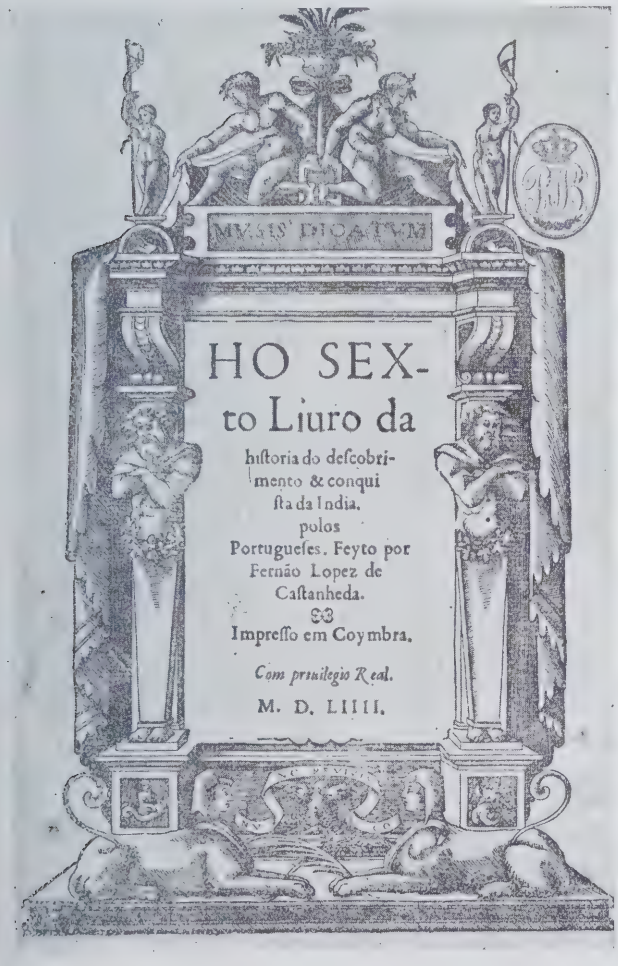
O depoimento do duque de Aveiro era de menor importância. Conversando com o cronista, a propósito duma capela, que o duque queria mandar edificar, lhe dissera Damião de Góis ser mais seguro fundá-la numa igreja paroquial do que no mosteiro de S. Domingos, em Coimbra.

Não ligou o duque importância ao caso, mas agora, e apenas o soube prêso, contou-o a seu filho que, por carta, tinha avisado o Santo Ofício!

Dir-se-ia haver um acôrdo secreto contra o pobre cronista!

A 9 de Junho foi Damião de Góis mandado vir perante os inquisidores e nada mais confessou, pedindo sòmente que o despachassem brevemente porque está *morrendo neste cárcere*.

Entretanto a sobrinha, D. Briolanja de Carvalho, ia confessando ter-lhe ouvido a frase que D. Maria de Távora dissera e, a 30 de Julho, Damião de Góis novamente


MVSIS DICATVM

HO SEX-
to Liuro da
hiſtoria do deſcobri-
mento & conqui
ſta da India.
polos
Portugueſes. Feyto por
Fernão Lopez de
Caſtanheda.
Impreſſo em Coymbra.
Com priuilegio Real.
M. D. LIIII.

Rosto dos livros sexto e sétimo da grande obra de Fernão Lopes de Castanheda. Foi o primeiro impresso em Coimbra, em 1554, por João Barreira, e o segundo sem designação de tipógrafo nem local de impressão

MVSIS DICATVM

HO
SEITIMO
liuro da hiſto
ria do deſcobrimento & con-
quiſta da India pelos
Portugueſes.
Feyto por Fernã Lopez de
Caſtanheda.
Com priuilegio Real.
1554.

chamado, negava terminantemente tê-la proferido, acrescentando:

— Quem quer (que) *o diz, o diz falsamente e no rosto lhe diraa se se poder dizer.*

Com êste novo testemunho da própria sobrinha, recebida e obsequiada em casa do cronista, entendeu o Promotor que devia carregar na acusação; quando lha leram, Damião de Góis outra vez negou o facto, afirmando que a testemunha era falsa. Passar-lhe-ia por ventura pela cabeça a conversa com a sobrinha Briolanja, criada em sua casa como se fôra filha, e em adiantado estado de gravidez, desejosa de comer carne de porco? É natural que não; sôbre êsse facto haviam já passado bastantes anos e tanto assim que, em duas audiências mais, numa pedia Damião de Góis para lhe avivarem a memória, porque de tal se não recordava e noutra, desejoso de ver fim ao processo, dizia não estar recordado e *porẽ se o disse, pede d'isso perdão e misericordia.*

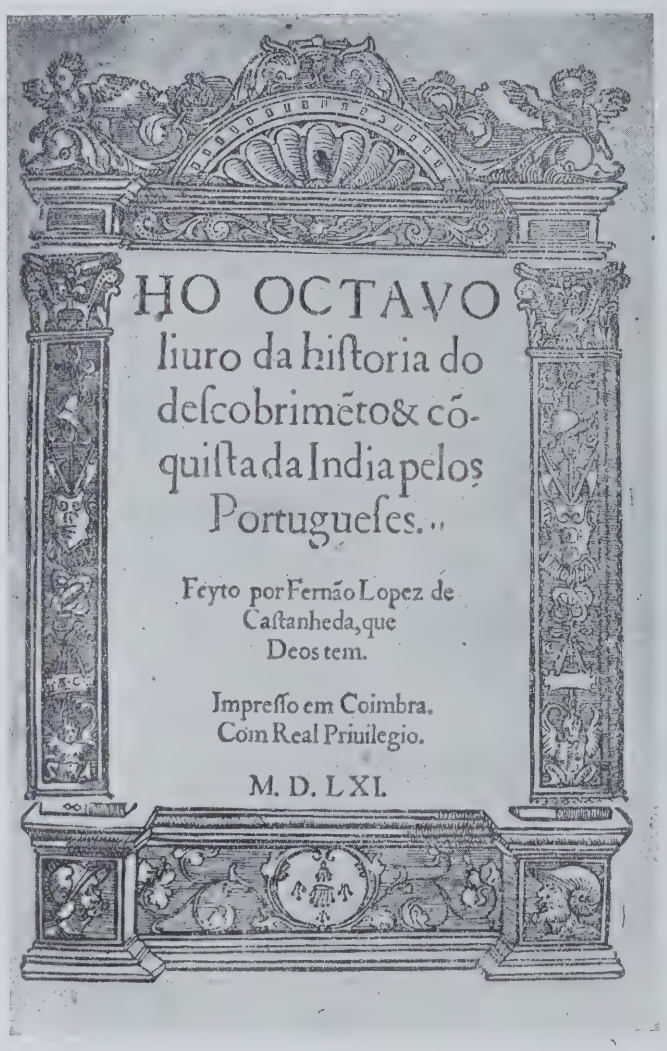
Esta última audiência foi a 3 de Agosto, e no dia 1 tinha em Évora deposto sua filha Catarina de Góis, que disse não se lembrar do pai ter proferido a frase de que o acusavam e até para ela imaginou uma explicação, no desejo bem simpático de o salvar; a oito de Agosto apresentava o advogado Aires Fernandes a sua defesa por escrito, com a qual se não contentou o cronista, sendo êle próprio quem se dirigiu aos inquisidores pedindo-lhes *pelos cinco chagas de N. Salvador e Senhor Jesus Christo que o despachem.*

É particularmente interessante êste memorial, todo do punho do grande historiador, em que claramente ressalta o seu deprimido estado de espírito e o seu precário estado de saúde. Com mais de setenta anos, prêso havia meses, já sem fôrças para se suster nas pernas, descrevia-se tão cheio de usagre e sarna por todo o corpo, que pouco faltava para o poderem considerar leproso!

Fôra na audiência de 4 de Dezembro que lhe fizeram a publicação dos testemunhos de acusação e só então Damião de Góis reconheceu o dedo de Simão Rodrigues. Caíu por isso sôbre o delator, dizendo-o indigno de fé e acoimando-o de suspeito; referindo-se a outro testemunho em que era acusado de ter dito mal dos prelados, clérigos e religiosos, Damião de Góis confessa-o e explica que só se referia àqueles que não cumpriam a sua regra e, quanto à frase proferida num banquete, a propósito da carne de porco, repete que dela se não lembrava, fazendo finalmente três pedidos: o primeiro para lhe darem licença de escrever ao Cardial D. Henrique, o segundo para o deixarem falar a seu filho Ambrósio de Góis a fim de saber da sua família, negócios e fazenda e principalmente por causa duma demanda que lhe moviam; por último pede o empréstimo dum livro em latim, para ler, *porque estou apodrecendo de ociosidade e com o ler se me passam muitos pensamentos.*

Nada disto o pobre Damião de Góis conseguiu; eram inexoráveis os juizes do Santo Ofício!

Ainda outro memorial êle apresentou, fazendo valer tôdas as suas confissões e crenças, defendendo-se e terminando por pedir que, em atenção à sua idade, qualidade da sua pessoa e desamparo da sua casa e filhos, o despachassem com brevidade e o restituissem à sua honra, *da qual está tão menoscabado,* escrevia o cronista, *que se V. M.ces lha não restituem, não ousará d'aparecer, nem andar antre gente!*


HO OCTAVO
liuro da hiſtoria do
deſcobrimẽto & cõ-
quiſta da India pelos
Portugueſes.

Feyto por Fernão Lopez de
Caſtanheda, que
Deos tem.

Impreſſo em Coimbra.
Com Real Priuilegio.

M. D. LXI.

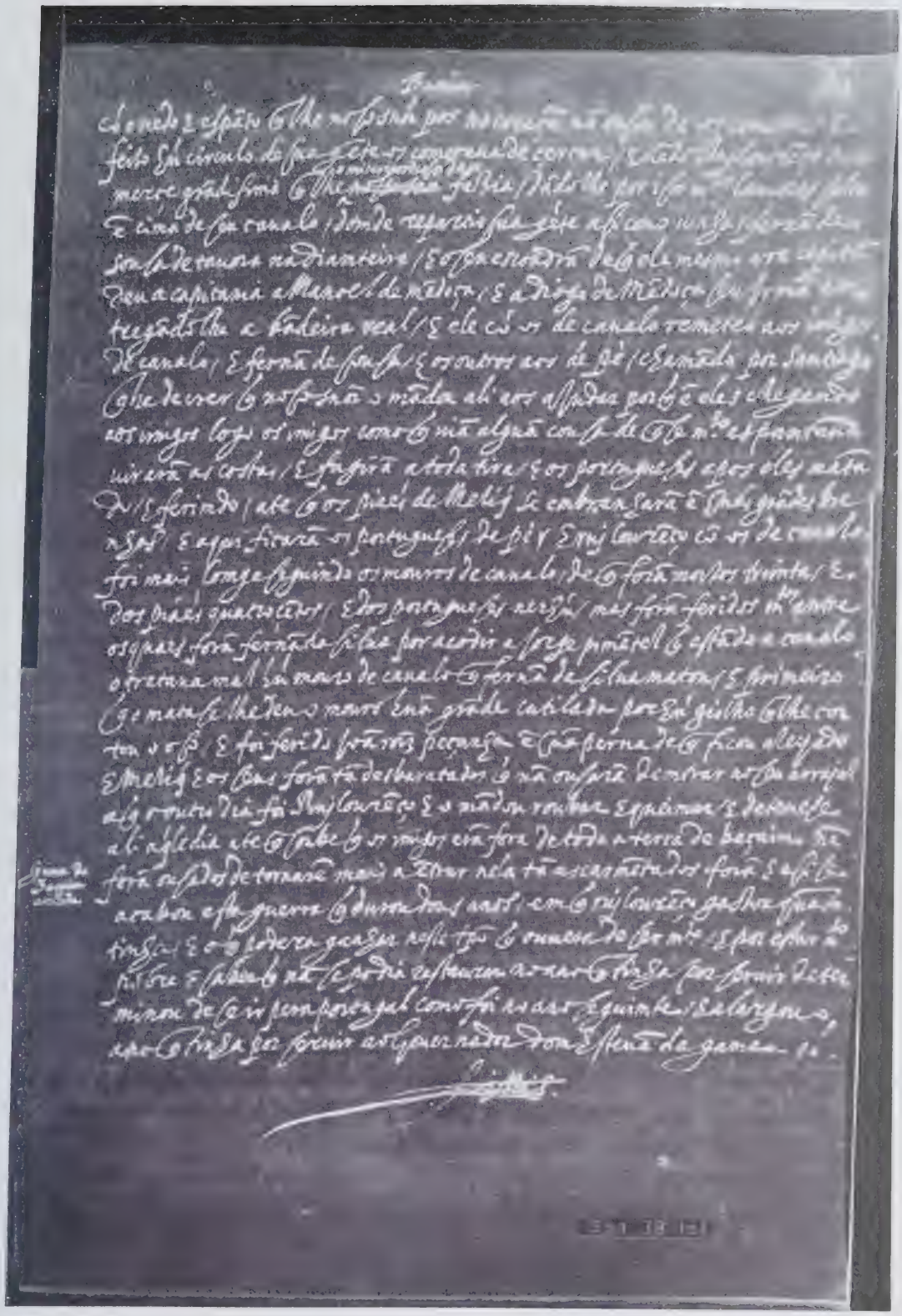
Rosto do oitavo livro da obra de Fernão Lopes de Castanheda, impressa em Coimbra, em 1561, por João Barreira

Para atenuante ao seu confessado procedimento herético solicitou Damião de Góis nova audiência a 9 de Fevereiro de 1572; então pediu que ao seu processo fôsse junta, como efectivamente foi, uma lista das bemfeitorias praticadas por êle a diversas igrejas e das suas obras pias e termina dizendo que *quem estas obras fez nas Egrejas e outras com hos proximos que não diguo, catolico he e não luterano, pera ho terem aqui preso passa já de dez mezes, pello que pesso a Vs. Ms. que ponhão has dictas obras em uma balança e na outra os erros de que me acusam mais por falar que pellos usar, porque nunqua hos usei, e despachem com brevidade, pelo amor de Deus, porque mestou aqui consumindo, assi da honra, quomo da saude, quomo da fazenda.*

Entretanto novos testemunhos iam aparecendo contra o desventurado prisioneiro. Não bastava os que havia já!

A 12 de Abril, D. Pedro Denís vinha dizer que tinha ouvido a João de Carvalho, provedor-mór de el-rei e vizinho de Damião de Góis no Castelo, que êle falava com admiração de Lutero e de Melanchton, não o via ir à missa e costumava muito conviver com gente estrangeira. Passado mais de um mês foi por isso chamado João de Carvalho, que confirmou o depoimento anterior e adiantou-se em pormenores, dos quais particularmente merece interêsse, a acusação ouvida ao próprios criados do cronista de que *êle não era muito misseiro...*

Por êste motivo nova audiência teve o encarcerado e, a propósito das visitas dos estrangeiros, explicou ser a sua



Fragmento de um dos 31 capítulos encontrados no espólio de Maffei, por êste legados à Companhia de Jesus. (Livro 9.º da obra de Fernão Lopes de Castanheda)

casa estalagem dêles, a quem costumava banquetear; depois de jantar se punham a cantar missas e motetes, compostos em canto de órgão, porque êle era *muito músico e folgava de cantar e ser muito dado aa musica e passar nisto o tempo.*

Nada, porém, Damião de Góis confessou quanto à sua admiração por Lutero e Melanchton e novas acusações lhe foram apresentadas, cuja defesa o seu advogado teve de fazer. Não obstante, Damião de Góis juntou novo memorial em que recordava diferentes ofertas místicas feitas por êle, tais como um livro de Horas de N. Senhora, iluminado por Simão de Bruges, avaliado pelo iluminador António de Holanda em 750 cruzados, oferecido à Raínha, e diferentes imagens oferecidas ao Rei, a Pero de Alcáçova Carneiro, etc. Ainda antes da sentença mais duas petições apresentou Damião de Góis, numa das quais, a 14 de Julho de 1572, se dizia tão mal disposto que não tinha uma só doença, mas sim três: *vertiguo, rins e sarna, quomo especie de lepra, que qualquer pessoa que me vir, se fôr próximo, se moverá ha piedade porque em meu corpo não ha cousa sam!*

Pobre Damião de Góis! Quem havia de reconhecer nele o fidalgo da Casa Real, o antigo emissário dos reis de Portugal a côrtes estrangeiras, o humanista de reputação europeia, o historiador da época mais brilhante da nossa história, o erudito e zeloso guarda-mór da Tôrre do Tombo, enfim?

Quem o havia de reconhecer?!

Numa síntese lapidar êle a si mesmo se descreve:

Setenta anos de edade, certa criação e serviços feitos á corôa dêstes reinos e sempre com nome de homem que viveo bem e com honra.

Em Outubro de 1572 proferiram finalmente a sua sentença em que o mandam abjurar os heréticos erros em forma, sòmente diante dos inquisidores, e o condenam a cárcere penitencial perpétuo, na parte para onde o Cardial Infante designasse.

Com efeito, entre o dia 6 e o dia 16 de Dezembro saíu Damião de Góis do cárcere inquisitorial para o mosteiro da Batalha.

Desde êste dia, pois, ficou entregue ao prior e padres do mosteiro monumental, não sabemos até quando.

Pondo de parte, por inverosímil, a fantasia de que Camilo se fêz eco quanto a um atentado contra o cronista pelos criados do segundo conde da Castanheira, que o teriam moído com sacos de areia, só sabemos ao certo o que consta do seu assento de óbito descoberto por Guilherme Henriques (1), isto é, faleceu em 30 de Janeiro de 1574 e foi enterrado na capela-mór da igreja de Santa Maria da Várzea, do concelho de Alenquer.

O estudo etiológico das suas enfermidades levou os drs. Maximiano de Lemos e Tiago de Almeida a considerá-lo um artério-escleroso; e a sua morte súbita faz supôr que terá sucumbido a uma hemorragia cerebral (2).

Duas rectificações

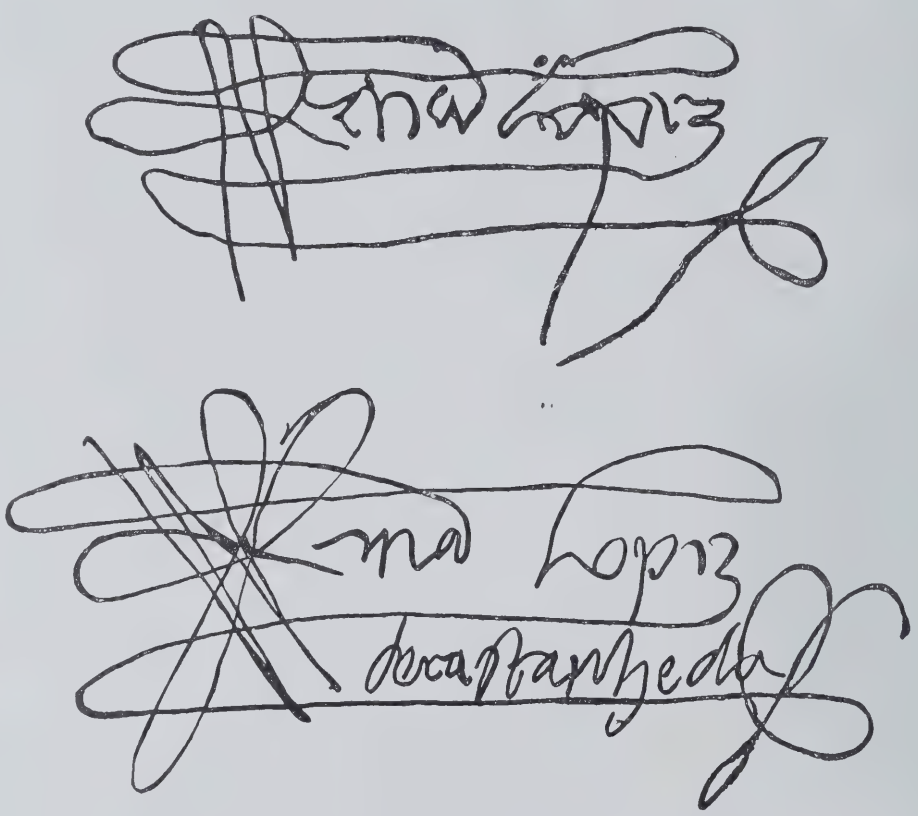
Além de já termos provado que Góis nunca foi oficialmente cronista-mór, outro ponto temos a elucidar:

Todos os biógrafos têm afirmado que Damião de Góis foi comendador da Ordem de Cristo, o que já vem da suposta autobiografia de Góis inserta no *Livro das gerações*, cujo autor êle foi.

Todavia da chancelaria da Ordem de Cristo (3) consta, que em 28 de Janeiro de 1566, pelo seu trabalho na *Crónica de D. Manuel*, lhe foi dada a tença de 20$000 rs. com o hábito de Cristo.

Por isso é que na respectiva carta de quitação, de 10 de Fevereiro de 1568 (4) das chamadas três quartas, lhe chamam apenas cavaleiro da Ordem de Cristo.

Assim mesmo êle se intitula em muitas das suas obras e no próprio letreiro da campa: *eques lusitanus*.



Assinaturas de Fernão Lopes de Castanheda (publicadas por Pedro de Azevedo na reedição da *História*, de Castanheda, edição de Coimbra)

O Artista

Na biografia de Góis, inserta no seu célebre *Nobiliário*, diz-se textualmente:

«Na música compoz muitas cousas, na qual foi tão dextro e exercitado que nas terras por que andou lhe chamaram o musico d'alcunha».

Com efeito, como se deduz do processo que a Inquisição lhe moveu, Góis era um cultor fervoroso da arte musical e habitualmente reünia em sua casa indivíduos que depois de jantar efectuavam concertos a canto de órgão. O seu talento musical chegou a ser celebrado encomiàsticamente por alguns estrangeiros.

Mas não era só um compositor musical, em outras artes era também entendido e apaixonado.

Na sua carta de 23 de Agosto de 1530 (1) fala numa colecção de panos de armar representando os doze meses do ano e em fôlhas de livros iluminados. Foi êle o intermediário entre o infante D. Fernando, filho de D. Manuel, e o célebre iluminador Simão de Bruges, o *mór homem daquela arte que avia em toda Europa* para iluminar a célebre genealogia dos reis de Portugal, ainda hoje existente no Museu Britânico com o dístico *Portuguese Drawings*.

Dêste Simão de Bruges ou Beninc possuiu Góis um *Livro de Horas de Nossa Senhora*, ricamente iluminado, com que presenteou a raínha D. Catarina, além de dois preciosos retábulos. Às igrejas e casas religiosas, especialmente às de Alenquer, deu quadros, imagens, paramentos, vidraças pintadas, cálices, lâmpadas e outros objectos de culto.

No extinto convento de S. Francisco, de Alenquer, ainda hoje existe um relógio de sol de mármore por êle mandado vir de Génova. Ao secretário de Estado Pero de Alcáçova Carneiro ofereceu vários retábulos, entre os quais um pequeno, de vulto, de S. Bernardino.

Tudo isto consta do processo movido pela Inquisição.

Diz-se por isso que a casa de Góis era um museu (2).

O próprio Góis no processo se diz *afeiçoado a pinturas e imagens*.

As obras de Góis

Quem atentar na bibliografia goesiana, traçada pelo sr. Joaquim de Vasconcelos e completada por Guilherme Henriques (3), nota que o grande humanista, seguindo a corrente da época e decerto para ser compreendido pelos sábios europeus, estreou-se literàriamente na língua de

(1) *Inéditos Goesianos*, I, pág. 37.
(2) *Revista de História*, 1922, pág. 66 a 68.
(3) Livro 1, fl. 9, publicado por S. Viterbo, a pág. 23 de *Damião de Gois e D. António Pinheiro*.
(4) Chancelaria da Ordem de Cristo, livro I, fl. 197 v.

(1) Publicada nos *Inéditos Goesianos*.
(2) Sousa Viterbo, *Estudos sôbre Damião de Gois*, 2.ª série, pág. 92.
(3) *Boletim da Sociedade de Bibliófilos Barbosa Machado*, I, pág. 79.

Lácio e só mais tarde, no último quartel da vida, usou nos seus escritos da língua da Lusitânia.

Aos trinta e oito anos de idade publicou o *Fides religio mores que aethiopum,* obra a que já atrás aludimos a propósito dos dissabores que lhe acarretou por se considerar o primeiro indício contra a sua ortodoxia católica. Viu a luz pública em 1540 e tanto interessou que logo no ano seguinte logrou nova edição e ainda na sua vida teve mais duas, uma em 1544, e outra em 1561.

A célebre *Vrbis Olisiponis Descriptio* foi publicada em 1554; é, como se sabe, dedicada ao cardial D. Henrique.

O *commentarii rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanus anno 1538,* foi impresso em Louvain em 1539, e a história do primeiro cêrco de Dio está incluida numa carta ao cardial Bembo, que foi traduzida para italiano pelo próprio Góis, segundo supõe Guilherme Henriques [1].

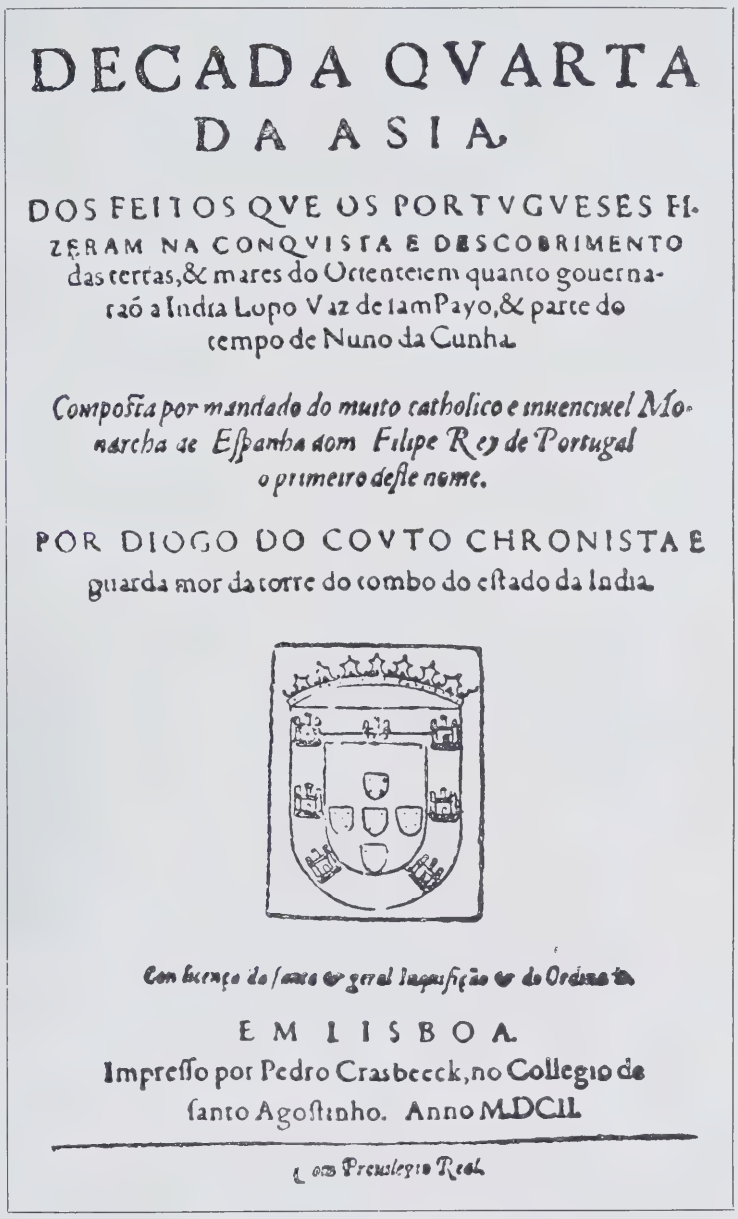
Em 1549, ainda em Louvain, publicava Góis o *De Bello Cambaico Commentarii tres.*

Em 1546 publicava em Lisboa o *Vrbis Lovaniensis Obsidio,* a que já nos referimos.

Em 1538 diz-se que se publicou em Veneza uma tradução em português, do livro de Cícero, *De Senectute,* só reimpresso em 1845, na tipografia Rolandiana, e cujo original autógrafo, no dizer do sr. Joaquim de Vasconcelos, apareceu há poucos anos (1879) na Biblioteca Municipal do Pôrto; é dedicada ao conde de Vimioso e nele se lamenta Góis de, em dezasseis anos *(da força e frol da minha idade)* só ter podido estar quatro meses em Portugal *o que m'enveiando a fortuna logo me daly rechaçou.*

Temos, entretanto, grandes dúvidas a respeito desta edição, não só pela sua antigüidade, pelo seu local de impressão, muito diferente da de todos os outros, e ainda por ter aparecido o autógrafo na Biblioteca do Pôrto.

Mas as suas obras monumentais, aquelas que o imortalizaram, dando-lhe lugar primacial entre os nossos historiadores, são as duas crónicas do Príncipe Perfeito e de D. Manuel, mas principalmente a dêste último monarca.



DECADA QVARTA
DA ASIA.

DOS FEITOS QVE OS PORTVGVESES FIZERAM NA CONQVISTA E DESCOBRIMENTO das terras, & mares do Oriente: em quanto gouernaraõ a India Lopo Vaz de Sam Payo, & parte do tempo de Nuno da Cunha.

Composta por mandado do muito catholico e inuencivel Monarcha de Espanha dom Filipe Rey de Portugal o primeiro deste nome.

POR DIOGO DO COVTO CHRONISTA E guarda mor da torre do tombo do estado da India.

Com licença da santa & geral Inquisição & do Ordinario.

EM LISBOA.
Impresso por Pedro Crasbeeck, no Collegio de santo Agostinho. Anno M.DCII.

Com Preuilegio Real.

Rosto da *Década quarta da Ásia,* onde principia a obra de Diogo do Couto, impressa em Lisboa em 1602

A *chonica do Principe Dom Joam* apareceu a público em 11 de Abril de 1567, não sem ter modificações ao texto primitivo, embora de somenos importância. A-pesar de se intitular do príncipe D. João, é antes a crónica duma grande parte do reinado de D. Afonso V, aquela que vai do nascimento do herdeiro presuntivo até o seu acesso ao trono. O próprio Góis o declara no *Prólogo* respectivo:

«Minha tençam he reduzir ha chronica del Rei dom Afonso quinto do nome desno nascimento do Principe Dom Joam seu filho até que elle falleceu a milhor modo e ordem da em que anda divulgada.»

Mas o mais interessante do *Prólogo* são as insinuações ao cronista-mór D. António Pinheiro. Dedica Damião de Góis esta crónica a el-rei D. Sebastião e frisa mais de uma vez que a escreveu de mótu-próprio, pondo sempre em confronto a sua iniciativa com a de quem tinha por obrigação fazê-lo. Leiam-se os passos, que são expressivos:

«...He cousa clara poerse a mais juizos quem de vontade screve historia, que ho que tem obrigaçam de ho fazer.»

Mais adiante:

«Quem, sem ser chamado, se offerece a taes perigos e sem ter obrigaçam se aventura a tratar de negocios de que nam possa dar boa conta digno he por certo de ser mui reprehendido, se nessa parte nam mostrar que tomou empresa de que possa sair com honra e acabar com louvor e tomando eu este risquo claro he que armo laços etc.»

É clara a alusão e bem evidente a intenção; já vimos as suas conseqüências.

É no *Prólogo* da *Chronica de D. Manuel,* dedicada ao cardial D. Henrique, que Góis conta como, em 1558, êste infante o convidara para escrever a crónica de seu glorioso pai, tarefa já infrutìferamente cometida a vários.

E porque a aceitou Damião de Góis? Êle próprio no-lo declara: *por ser fectura do dito senhor rei, criado em sua casa e em seu serviço* e por corresponder à confiança que nele depositava assim o cardial infante.

[1] *Boletim* citado, pág. 95.

ROSTO DA PRIMEIRA EDIÇÃO dos *Commentarios de Affonso de Albuquerque*, impressos em Lisboa, em 1557, por João Barreira

Oito anos ocupou Góis neste trabalho, pois a primeira parte viu a luz pública a 17 de Julho de 1566. Para isso aproveitou Góis os materiais reünidos pelo cronista Rui de Pina; alguns dos seus opúsculos publicados em latim, cuja tradução inseriu no texto; e dirigiu-se aos representantes dos grandes senhores, como ao duque de Bragança, D. Teodósio, dando-lhe *duas ou tres folhas de papel cheias de apontamentos necessarios e... ele nunca respondeu!* Já o mesmo não aconteceu com a infanta D. Isabel, que deu a Góis esclarecimentos a respeito do seu marido, infante D. Duarte, como se vê do testemunho de Andrade Caminha no processo inquisitorial. Também Damião de Góis se serviu da documentação da Tôrre do Tombo, ao seu completo dispor como Guarda-mór do referido Arquivo.

Nem admira que assim procedesse quem escrevia no *Prólogo* da *Chronica do principe Dom Joam:*

«No styllo historico se requer certa noticia do que se trata e inteira fé no que se conta e grande prudencia no que se screve: polo que ha historia tem em si tanta magestade que nella se nam pode sofrer palavra nenhuma que no lugar em que se põe nam traga comsigo gravidade, honestidade e autoridade».

E no *Prólogo* da *Chronica de D. Manuel* sintetiza admiràvelmente:

«No screver das chronicas se requere com verdade dar a cada hũ ho louvor ou reprehensam que merece.»

E, ainda em resposta à acerba crítica que lhe fêz o conde Tentúgal, diz que não «era só cronista para dizer o bem, mas também o mal, havendo-o. A Verdade sôbre tudo; mas já vimos quanto isso lhe custou.

Escreve o sr. Joaquim de Vasconcelos: *O aparecimento da primeira parte da crónica de D. Manuel fêz o efeito de um raio: fulminou a côrte!*

Damião de Góis tinha tido sôbre os ombros uma tarefa árdua em demasia. E ainda o sr. Joaquim deVasconcelos quem escreve:

«Em 1558 encarregam-no da *Chronica d'El-Rei D. Manuel;* aparentemente era uma grande mercê, mas envolvia uma responsabilidade enorme. Góis ia agora contar a uma geração bastarda, no meio de uma miséria crua, as glórias da idade de ouro; ia expor franca e lealmente a fidalgos encanecidos em mil batalhas gloriosas as causas da fraqueza dos filhos; ia anunciar a futura ruina dos netos (1).»

Foram tantos os clamores que Damião de Góis se viu forçado a inutilizar a tiragem da primeira parte da sua crónica, restando hoje apenas conhecidos dois exemplares, um que do dr. Cunha Lobo passou para o dr. Tomás Nórton e dêste para el-rei D. Pedro V, e outro pertencente ao sr. dr. Francisco de Azeredo (do Pôrto).

Isso foi tanto mais penoso para o cronista quanto é certo que para se concluir a impressão da crónica teve de pedir mil cruzados mas só obteve quinhentos de empréstimo (2).

Que amarga desilusão não seria a sua ao ver-se, ao cabo de tantos anos de luta pela Verdade, encontrar pela prôa só vaidades ofendidas, despeitos rancorosos, invejas mal sopeadas!

Que amarga desilusão!

Narra o sr. dr. David Lopes no já citado prefácio da última edição da crónica:

«O descontentamento foi grande quando apareceu a crónica de D. Manuel. Para alguns foi a certeza do seu receio, principalmente para a casa de Bragança; para outros foi uma decepção: não acharam lá as acções de brilho que os seus avós tinham praticado e a que tinham direito, como se a história para Góis fôsse um espelho de vaidades ou um livro de linhagens; ou então apareciam esbatidas num quadro de proporções. D. António Caetano de Sousa diz expressamente, que viu no arquivo da casa de Bragança «*cartas originais daquele tempo*», em que se censurava a atitude de Góis perante ela; e assim ela como o cardial-Infante e o senhor D. Duarte, seu sobrinho, estreitamente aparentado à casa de Bragança, de que descendia por sua mãe, mulher do infante D. Duarte, ficaram muito pouco obrigados ao cronista (3); e a própria raínha viúva, D. Catarina, lhe fêz refundir o capítulo XXIII da parte III, como vimos.

O Conde de Tentugal foi o porta-voz dos senhores de Bragança, e não o seria espontâneamente talvez, mas compelido ou instado deles; todavia o calor com que os defendeu implica uma causa própria, que as relações de parentesco podem explicar; e também merecimentos de maior cultura que êles e por isso terem delegado nele a defesa.»

Com efeito, no volume IX do *Arquivo Histórico Português*, publicou o sr. Edgar Prestage um manuscrito do Museu Britânico, fundamental para o estudo da contextura da *Chronica do rei felicissimo*.

(1) *Arqueologia Artística*, vol. XII, pág. 25.
(2) *História Genealógica*, V, pág. 476.
(3) *Ebeucho das Variantes*, edição de Eugénio do Couto, pág. 30.

Sabia-se que pontos tinham sido atingidos pela censura, divididos pelo sr. Visconde de Azevedo em três grupos:

Frases alusivas à conspiração da nobreza contra D. João II;

frases inconvenientes à moral pública;

mudança de vocábulos ou correcção de frases.

O sr. Joaquim de Vasconcelos encontrou mais:

Censuras à administração económica de D. Manuel;

referência aos infortúnios da Excelente Senhora;

traições de Fernando, o Católico;

assassínio da duquesa de Bragança;

abuso das doações de D. Afonso V e D. Manuel.

Como já dissemos, a censura não só fêz retocar a primeira parte, mas também substituiu dois capítulos (23 e 27) da III parte.

A crítica publicada pelo sr. Prestage é da autoria do segundo conde de Tentúgal, D. Francisco de Melo, que se intitula *hum cavalheiro da caza do Cadaval.*

Acoima Damião de Góis de apaixonado contra D. Manuel, começando por lhe censurar o chamar-lhe *felicíssimo,* quando êle, se assim foi, o deveu ao seu próprio merecimento. Resume o censor: o propósito de Góis *hee dizer poucos bens dell rey D. Manoel e mujtos malles de todos os da casa de Bragança!*

E é tão veemente o conde de Tentúgal que chega a escrever:

«...me parecerya a mym mujta rezão fazer-se disto queixume ao senhor cardeal, governador destes reynos, pera que o mandase castiguar, como tamanho erro merece». E mais adiante escreve: esta crónica «Se divja mandar queimar porque emmendar pareçe empusivel!»

Numa palavra, o conde de Tentúgal, atacando a política e a memória de D. João II para defender *à outrance* os Braganças, acusa Góis de parcialidade contra êstes e de não fazer sobressair as virtudes de D. Manuel.

A resposta de Damião de Góis é curta, sóbria mas incisiva e traçada com notável espírito de independência.

Veio o conde de Tentúgal com réplica mais serena que a crítica. Chega a conceder a Góis os epítetos de *prudente e atentado* e até no fim pede a Damião de Góis perdão se o escandalizou e diz que *como a chronica fora emendada... ficarey eu aynda maes seu amigo do que era dantes.*

Muitos dos reparos do conde de Tentúgal foram perfilhados pela censura oficial, a alguns atendeu o próprio crónista, chegando a suprir omissões por êle apontadas

Não faltaram, a-pesar de tudo, ao guarda-mór Damião de Góis as recompensas.

Assim, em 28 de Janeiro de 1566, *pelo trabalho... que levou na composiçam da chronica delRey dom Manuel meu visavô,* foi-lhe dada uma tença de vinte mil reais com o hábito da Ordem de Cristo; em 7 de Junho do mesmo ano de 1566, pelo mesmo motivo, foi-lhe dado o fôro devido à fazenda real das terras do Magalhães no termo de Beja, em duas vidas; em 8 de Junho, ainda pelo motivo referido, como a mercê anterior não tivesse efeito, foi ampliada em mais uma vida, para D. Isabel de Góis, sua filha.

É também do mesmo ano, de 18 de Novembro, a sobrevivência em Ambrósio de Góis no lugar de guarda-mór da Tôrre do Tombo, por falecimento de seu pai.

A estas mercês, que tôdas na íntegra se encontram publicadas por Sousa Viterbo ([1]), podemos acrescentar uma

([1]) *Damião de Gois e D. António Pinheiro,* pág. 23.

COMMENTARIOS
DO GRANDE AFONSO
DALBOQVERQVE, CAPITAM GERAL
QVE FOY DAS INDIAS ORIENTAES,
Em tempo do muito poderoso Rey dom
Manuel, o primeiro deste nome
Nouamente emendados & acrescentados pelo mesmo auctor, conforme ás informações mais certas que agora teue.
Vão repartidos em quatro partes segundo o tempo dos acontecimentos de seus trabalhos
EM LISBOA.
Com licença impresso por Ioão de Barreira impressor delRey nosso senhor. Anno de 1576.
COM PRIVILEGIO REAL.
(Ver o n.º 6344)

ROSTO DA SEGUNDA EDIÇÃO dos *Commentarios de Affonso de Albuquerque,* impressos em Lisboa, por João Barreira, em 1576

e de grande importância que até agora tem escapado a todos, segundo cremos. Foi também dada pelos seus trabalhos de crónista.

Encontra-se registada a fl. 197 v.º do livro 17 das *Doações de D. Sebastião:* a mercê de mandar vir do Oriente tantas mercadorias defesas que possa tirar para si dois mil cruzados e isto no ano de 1566. A mercê é datada de 6 de Fevereiro de 1566.

Entretanto vinha a ter o trágico desenlace que atrás vimos e assinalámos.

BRÁS DE ALBUQUERQUE, O AUTOR DOS COMENTÁRIOS

BIBLIOGRAFIA: — *Commentarios de Affonso de Albuquerque, Capitão & Governador da India...* Lisboa, por João de Barreira, 1557; 2.ª ed. Lisboa, id., 1576; 3.ª ed. na Regia Officina Typographica, 1774, Lisboa; 4.ª ed. conforme a segunda e prefaciada e revista pelo Dr. António Baião. Coimbra, 1923, 4 partes em 2 vols.

Sôbre Albuquerque deve ver-se ainda: Dr. António Baião — *Alguns ascendentes de Albuquerque e o seu filho á luz de documentos inéditos.* Lisboa, s/d.; António Baião — *Affonso d'Albuquerque,* Lisboa, 1913; J. I. de Brito Rebello — *Ementas Historicas: I — A Edade de Affonso de Albuquerque,* Coimbra, 1896; Pela Acad. das Sc. de Lisboa estão publ. alguns volumes das *Cartas de Affonso de Albuquerque.* Veja-se também Joaquim Rasteiro — *Quinta e palacio da Bacalhoa em Azeitão.* Lisboa, 1895-98.

Doações que D. Manuel I e D. João III lhe fizeram — Conselheiro real e presidente do Município de Lisboa

A figura do autor dos *Comentários*, é amesquinhada pela proximidade sanguínea do grande génio que lhe deu o ser.

Afonso de Albuquerque, o Grande, saíndo para a Índia em 1506, deixou no reino um filho natural, por nome Brás, legitimado em 26 de Fevereiro do mesmo ano, quando tinha apenas cinco anos de idade. Aos cuidados de sua tia paterna, D. Isabel de Albuquerque, casada com D. Pedro da Silva, o Reles, de alcunha, foi confiado e, após a morte de seu pai, por ordem de D. Manuel I, entrou no mosteiro de Santo Elói, a cujos cónegos foi encarregada a sua instrução.

Teria dezanove ou vinte anos quando, para casar com D. Maria de Ayala e Noronha, filha do conde de Linhares, D. António de Noronha, D. Manuel I lhe assinou um juro de 400$000 reais e lhe mandou pagar mais 180.000 cruzados dos soldos em atraso ao governador da Índia e das quintaladas ao mesmo devidas (1).

Estava pois, herdeiro de um grande nome e senhor de uma grande fortuna, por cuja causa em muitas questões andou envolvido.

Em 1 de Abril de 1519 D. Manuel I deu ordem ao recebedor da chancelaria da côrte para, do rendimento dela, nesse ano, dar 37$500 reais dos 150$000 de tença que houve por compra do mestre, sobrinho do rei, devendo Afonso de Albuquerque receber o resto pela Casa da Índia.

Em 2 de Abril do mesmo ano de 1519 foi-lhe dada uma tença de 20$000 reais que êle tinha comprado à condestablessa.

Nesse ano passou de moço fidalgo a escudeiro (2).

Em 27 de Setembro de 1520, em vista da compra feita por Afonso de Albuquerque a Diogo de Sepúlveda em 20 de Setembro de 1520 dum padrão de cem mil reais por 2.600$000 reais brancos, D. Manuel I confirmou tal compra, determinando que fôssem pagos na Casa das Herdades, de Lisboa.

De tal forma ia aplicando a fortuna que herdara do pai.

«No ano seguinte, escreve Joaquim Rasteiro (3), em 1521, Afonso de Albuquerque, ou melhor, o genro do escrivão de puridade de D. Manuel, foi escolhido com fidalgos de boa estirpe para acompanhar a Sabóia a infanta D. Brites, filha do rei, casada com o duque Carlos, e teve o comando de um galeão de duzentos e trinta toneis».

Com efeito na *Hida da iffante dona Breatiz a Saboya*, de Garcia de Rezende, minuciosamente se refere tal facto, tendo o séquito saído de foz em fora a 10 de Agosto de 1521.

Em 10 de Abril de 1522 foi dada ordem para os capitães-móres da Índia e o próprio capitão de Gôa não se intrometerem na administração da capela instituida pelo grande Afonso de Albuquerque, onde estavam enterrados os seus ossos. Ao seu filho e administrador dessa capela não deviam impedir que para ela nomeasse os seus capelães e arrecadasse as suas rendas.

Era uma conseqüência de uma administração a milhares de léguas de distância.

Não enumeraremos os muitos registos constantes da Tôrre do Tombo a seu respeito; o leitor curioso pode vê-los na nossa memória *Alguns ascendentes de Albuquerque*.

Vejamo-lo, porém, como proprietário e proprietário abastado.

«D. Brites de Lara vendeu, escreve Joaquim Rasteiro (1), em 1 de Dezembro de 1528, a Afonso de Albuquerque, filho, por *quatro mil cruzados de ouro a sua quinta em Azeitão da banda dalem, em Ribatejo, com todos os seus paços, casas adegas, lagares, terras de pão, vinhas, pomares, olivaes, etc.* Aí, na quinta da Bacalhôa, habitou Afonso de Albuquerque com sua mulher muitos anos e no friso do portão que, pelo norte, dá entrada para o páteo do palácio lê-se ainda hoje a seguinte inscrição: *Anno 1554 — Alfonsus Albuquercus Alfonsi Magni indorum debellatoris filius sub Joanne III Portugaliae rege condidit — anno MDLIIII.*»

Afonso de Albuquerque assiste às côrtes de 1562, aquelas em que D. Catarina renunciou à administração do reino, que assim passou para as mãos do cardial D. Henrique e foram as primeiras do reinado de D. Sebastião (2).

Em 15 de Abril de 1564 foi determinado que a Afonso de Albuquerque fôssem pagos os cem mil reais de tença pelo rendimento das sisas de Azeitão.

«Da união, escreve Rasteiro (3), de Afonso de Albuquerque com D. Maria de Noronha nasceram dois filhos, António, que morreu moço, e D. Joana de Albuquerque, primeira mulher de D. Fernando de Castro, primeiro conde de Basto, capitão-mór de Évora e que faleceu sem geração.

Afonso de Albuquerque, em 1568, era sem sucessor e

Busto de Brás de Albuquerque, autor dos *Commentarios*

(1) Lendas da Índia, tomo II, pág. 461.
(2) Moradias, m.º I, liv. 4.
(3) Quinta e palácio da Bacalhôa, em Azeitão, pág. 51.

(1) Quinta e palácio da Bacalhôa, em Azeitão, pág. 14.
(2) *Memórias de D. Sebastião*, tomo II, pág. 162 e *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique* (1840), pág. 164.
(3) A pág. 51 da sua monografia.

O PALÁCIO DA BACALHÔA, EM AZEITÃO

no dia 27 de Janeiro, em Azeitão, êle e sua mulher D. Maria de Noronha, vincularam a *quinta de Azeitão com seu assento de casas, pomar e vinha, cercados, fóros havidos e por haver e as casas de Lisboa às Portas do mar, que partiam com o doutor Luiz da Veiga e com a mulher, que foi de Ayres Tavares,* instituindo *um hospital da igreja do bem aventurado S. Simão,* que era junto da quinta de Azeitão, *para nelle se agasalharem pobres caminhantes.* O título foi escrito, a rogo dos instituidores, pelo licenciado Aleixo de Albuquerque, seu capelão, e foi aprovado no dia 28 de Fevereiro do mesmo ano, na *quinta do sr. Afonso de Albuquerque,* pelo tabelião João Rodrigues.

No hospital, a que agora se chamaria albergue, deveria haver cinco camas em memória das chagas de Cristo. Em cada cama caberiam duas pessoas e teriam seus estrados de madeira, enxergão de palha, dois cobertores de almáfega, uma manta do Alentejo, um travesseiro de lã e outro de almáfega. As roupas e camas deveriam ser renovadas anualmente. O albergado poderia demorar-se três dias além do da entrada, teria azeite para luz tôda a noite e, durante o inverno, lenha para se aquecer e enxugar o fato. Vindo doente, poderia demorar-se cinco dias, recomendando à caridade dos administradores do vínculo, quando fôssem na quinta, proverem os enfermos do necessário. Pedem aos albergados, que cada um reze cinco vezes o Padre Nosso e a Ave Maria pela alma dos instituidores e de Afonso, o Grande.

Nomeiam para lhes suceder na administração do morgado, seu sobrinho André de Albuquerque, que escolherá consorte na família de D. Maria de Noronha; na falta de André buscar-se-á sucessor na descendência de seu avô Gonçalo de Albuquerque e prescrevem miudamente a forma da sucessão. O administrador do vínculo chamar-se-á sempre Afonso de Albuquerque e, sendo mulher, tomará êste apelido. Cumpre-lhe mais fazer cantar em dia de S. Simão uma *missa com pregação,* e que o orador peça três *Aves Marias* por alma dos instituidores.

Dispõem que não possa suceder no morgado o mentecapto, o abreviado de juizo, o furioso ou herético, o que fôr contra o reino, a fêmea que não fôr virtuosa, ou fizer como tal usando mal de si; também não sucederá o que *tiver defeito algum que não possa ser casado.* O que não se determina é o modo de verificar-se a última inabilidade; decerto não queriam que se fôsse além das exigências da igreja romana aos eleitos para o sumo sacerdócio.

O administrador era obrigado a aumentar o vínculo com metade da terça de seus bens livres. A inspecção anual do hospital, deixavam-na a cargo do visitador do arcebispado de Lisboa, ou ao do mestrado de São Tiago, conforme o que primeiro viesse à vista.

Em 20 de Julho de 1570, Afonso de Albuquerque obriga-se por escritura à construção de uma igreja para se fundar a nova freguesia de S. Simão, desmembrando-se da de S. Lourenço tôdas as povoações mais orientais. A conservação do templo também ficou a cargo do morgado.

O *esprital de peregrinos em Azeitão e a egreja pegada com elle* foram feitos com o produto da venda dos *fóros de casas* que Afonso, o Grande, havia deixado em Goa, para se dizer missa cotidiana por sua alma na capela de N. S. da Serra, por êle edificada sôbre a porta por que o grande capitão entrara a cidade, e que lhe serviu de primeiro jazigo (1).

O remanescente daquelas rendas seria distribuido em esmolas, dadas *às sextas feiras aos meninos orfãos filhos de portugueses.* Uma bula pontifícia autorizou a permutação, ficando em Goa uma renda de 40.000 reais para a missa *quaotidiana na capella*» (2).

Em Setembro de 1578 foi Afonso de Albuquerque convidado para vir assistir às côrtes de Almeirim.

Qual seria a sua opinião em tão grave e momentoso assunto?

Não o sabemos e apenas nos chega a notícia de, a 1 de Junho de 1579, prestarem, perante D. Henrique, juramento os três estados do reino. Em tal acto compareceu, como procurador de Lisboa, Afonso de Albuquerque (3).

Em 3 de Dezembro de 1579 foi legitimado D. João de Albuquerque, filho do autor dos *Comentários* e de Andreza de Almeida. Aquele não tinha então nem ascendentes nem descendentes que os seus haveres pudessem vir a herdar (4), a-pesar de se ter casado duas vezes.

---

(1) Na retirada de Aden, a náu «N.ª S.ª da Serra» tocou no fundo, com perigo de Afonso de Albuquerque e de tôda a guarnição que na náu vinha. Escapando salvos, o governador deu mil cruzados, e com outras esmolas se edificou a capela votiva sôbre a porta chamada de Bações. Para renda desta capela dedicada a N.ª S.ª da Serra, Afonso de Albuquerque fez construir nas ruas próximas quarenta e oito *boticas* (casas para lojas de venda). Gaspar Correia, *Lendas da India,* tomo II, pág. 376.

(2) Afonso de Albuquerque, *Comentários,* parte IV, cap. XLVI. Gaspar Correia repreende a permuta dizendo: «Mas esta esmola dos meninos se perverteu que seu filho, que ficou no reino, o quiz antes para si, que não para os meninos, nem para outra nenhuma esmola».

(3) *Provas da História Genealógica,* tomo III, pág. 424 e *Memórias para a história das côrtes,* pelo Visconde de Santarém, pág. 25. O traslado do respectivo auto encontra-se na Tôrre do Tombo, m. 6 de Côrtes, n.º 1.

(4) Doc. LXX.

Tal legitimação, como é natural, veio dar origem a muitas demandas.

«Nos últimos dias, escreve Rasteiro a pág. 23 da sua monografia *Quinta e Palácio da Bacalhôa*, talvez dementizado pela idade, peralta, encontramos Albuquerque, filho, requestando uma jovem fidalga, D. Catarina de Menezes, com quem casou, fazendo política ibérica contra a independência da pátria e concorrendo a entrevistas com Cristóvão de Moura, disfarçado com barbas postiças» (1).

Do respectivo assento paroquial consta que a 6 de Maio de 1581 se finou o autor dos *Comentários*, deixando por testamenteira sua viúva D. Catarina de Menezes que, diga-se de passagem, pouco tempo se conservou nesse estado, pois veio a casar com D. João Coutinho, de quem teve dois filhos.

Vários são os aspectos que nos apresenta a personalidade do autor dos *Comentários*. Se não manejou a espada, soube empunhar a pena ; se não conquistou cidades, deixou nos *Comentários* um perdurável monumento à memória do pai. Com um intervalo de dezanove anos, duas edições dessa obra publicou : a primeira em 1557 e a segunda, já no declinar da existência, em 1576. Conselheiro de D. João III, como tal figura no livro dos moradores da Casa Real com 5.500 reais de moradia (2).

Provedor da Irmandade da Misericórdia de Lisboa, como tal o sabemos em 1542, 1545, 1552, 1563, 1571 e 1577 (3).

Presidente do senado da Câmara de Lisboa foi nomeado pela carta régia de 12 de Dezembro de 1572 (4), que deu nova forma à eleição e organização da Câmara, estatuindo para ela um presidente *fidalgo principal* e dois vereadores letrados *que hão de ser meus desembargadores*.

Como se vê por êste diploma só no reinado de D. Sebastião veio a Câmara de Lisboa a ter presidente, pois que, até aí, presidiam os vereadores às semanas, e portanto foi Afonso de Albuquerque o primeiro presidente da edilidade lisbonense. Durante dezoito meses exerceu Albuquerque o seu elevado cargo até ser-lhe nomeado, como sucessor, D. Duarte da Costa por carta régia de 17 de Junho de 1574.

Nestes 18 meses são de iniciativa da câmara presidida por Albuquerque — 1.° As diligências feitas para o abastecimento da «Auoa livre» à cidade, assunto que foi agradecido por D. Sebastião em Carta Régia de 2 de Março de 1573 ; 2.° A demolição da tôrre do muro da cidade, «diante da porta principal da igreja de N. S.ª do Loreto», para o que el-rei deu permissão por Carta Régia de 10 de Julho de 1573 ; 3.° A jurisdição que os vereadores obtiveram por Alvará Régio de 3 de Março de 1574, por 2 anos, como solicitaram, para devassarem e conhecerem em Câmara das delinqüências sôbre venda de pão, vinho e azeite, até 10 léguas fora de Lisboa, etc. ; 4.° As providências para o calcetamento de algumas «Ruas mais correntes» da cidade de Lisboa, mandando o Alvará Régio de 3 de Março de 1574 que todos os barcos que vierem do Pôrto e de Viana, tragam por lastro pedra da que no Pôrto serviu para calçar a Rua das Flores, e em Viana as ruas desta vila, a fim de se calçarem com ela algumas ruas de Lisboa ; 5.° A permissão para que a Câmara elevasse a taxa do vinho, pelas razões constantes da Carta Régia de 3 de Abril de 1574.

A sua notável obra é *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*.

No *prefácio* da 4.ª edição classifica-se êste livro como um dos mais meritórios e patrióticos de tôda a literatura portuguesa. Escrito em face dos próprios relatórios enviados pelo *terribil*, viu a luz pública em 1557 e foi dedicado a D. Sebastião. Teve o seu autor em mira dois fins : lembrar ao rei a obrigação aos descendentes dos que prestaram serviços a seu bisavô e remediar a pouca atenção dos historiadores à obra de seu genial pai. E conseguiu-os, embora a verdade histórica ficasse encoberta sob as flôres da retórica e os entusiasmos dum filho amantíssimo.

OUTROS HISTORIADORES

Gaspar Corrêa — Jerónimo Osório — António Galvão — Francisco de Andrade — Duarte Nunes de Leão — Fr. Bernardo da Cruz — Pedro de Mariz e Samuel Usque

BIBLIOGRAFIA : — GASPAR CORRÊA — *Lendas da Índia. Publicadas de ordem da Academia Real das Sciências sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner.* Lisboa, 1856-66. 4 vol.

JERÓNIMO OSÓRIO — OBRAS LATINAS IMPRESSAS EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI : *Epistola ad serenissimam Elisabetam...* Lisboa, João Blavio, 1562 ; outra edição. Lisboa, António Ribeiro, 1575 ; *De gloria libri.* Coimbra, Francisco Correia, 1549 ; *Amplissimi atqve doctissimi viri.* Lisboa, Francisco Correia, 1567 ; *De regis institvtione et disciplina.* Lib. VIII. Lisboa, Francisco Correia, 1571 ; outra edição, Lisboa, por F. Correia, 1572 ; *De vera sapientia.* Lisboa, por Francisco Correia, 1578 ; *De rebvs, Emmanuelis regis.* Lisboa, por António Gonçalves, 1571 ; *De nobilitate civili, libri duo. Eiusdem de nobilitate Christiana. Libri tres.* Lisboa, Luís Rodrigues, 1542.

IMPRESSAS DEPOIS : O *De Rebus Emmanuelis* foi reimpresso em Coimbra em 1791, 3 tomos. O *De Gloria et Nobilitate Civili et Christiana* em 1792, 2 tomos. O *De Justitia* em 1793, 2 tomos, o *De Regis Institutione et disciplina* em 1794, 2 tomos, e o *De Vera Sapientia* em 1794, 1 tomo.

EM PORTUGUÊS : *Obras ineditas de D. Hieronymo Osorio...*, por António Lourenço Caminha. Lisboa, 1818 ; *Cartas portuguezas,* publicadas por Veríssimo Álvares da Silva. Paris, 1819 ; *Da Vida e feitos d'El Rey D. Manoel...* Vertidos em português pelo P. Francisco Manuel do Nascimento. Lisboa, 1804-1806. 3 vols.

EDIÇÕES LATINAS IMPRESSAS FORA DE PORTUGAL : *De rebus Emmanuelis.* Coloniae, em 1574, 1576, 1586 e 1596 ; *De nobilitate Christiana.* Complvti, 1568 ; outra ed. Complvti, 1572 ; id. Bilbao, 1578. A obra *De Rebus Emmanuelis* está também traduzida em inglês : *History of the Portuguese, during the Reign of Emmanuel.* Londres, 1752, 2 tomos. Em Roma, em 1592, imprimiram-se 4 vols. *Opera omnia.* Em Paris, em 1549, 1587 e 1581 ; Lyon, 1587 ; Louvania, 1563 ; Florença, 1552, e Londres, 1576,

(1) *Salvá, Col. de Doc. inéditos para a hist. de Hespanha,* tomo, VI. Carta de Cristóvão de Moura ao rei Filipe, em 9 de Março de 1579.
(2) Provas da *História Genealógica,* vol. II, pág. 792.
(3) *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa,* Vítor Ribeiro, pág. 331.
(4) *Elementos para a história do município de Lisboa,* tomo I, pág. 13.

imprimiram-se diversas obras e traduções do historiador português. Pode vêr-se a lista na *Bibliotcca Lusitana* e no Brunet. Veja-se também Inocêncio, vol. III. O ilustre erudito Aubrey F. G. Bell, publicou em separata da *Revue Hispanique*, tomo LXXIII (1928), um curioso trabalho *The Humanist Jeronymo de Osorio*.

ANTÓNIO GALVÃO — *Tractado dos diversos e desvayrados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veyo da India...* Lisboa, por João Barreira, 1563. Foi reimpresso em 1731 e pelo Visconde de Azevedo. Foi traduzido em inglês: *The discoveries of the World, from their first Original into the year of our lord 1555. Corrected, quoted, and published in England by Richard Hakluyt (1601). Non reprinted, with the original portuguese text:* London. 1862.

RETRATO DE DAMIÃO DE GÓIS existente em Viena de Áustria, na Colecção Albertina (pub. na Rev. *Lusitânia*)

FRANCISCO DE ANDRADA — *Chronica do... D. João, 3.º d'este nome.* Lisboa, 1613. 2.ª ed. Coimbra, 1796. *Chronica do valeroso y invencivel capitão Jorge Castrioto...* Lisboa. Marcos Borges, 1567. Traduzido em espanhol por Juan Ochoa de la Salda e impresso em Sevilha em 1582, e em italiano por Pietro Rocca e impresso em Veneza em 1554. *O primeiro cerco* (v. pg. 1). Traduziu a *Philomena de S. Boaventura...* (1561) e a *Instituição de El-Rei...* (1786 e 1803).

DUARTE NUNES DE LEÃO — *Orthografia da lingua portugueza.* Lisboa, 1576; *Origem da lingua portuguesa.* Lisboa, 1606; reimpressas as duas obras em 1784 e 1866. *Descripção do Reino de Portugal.* Lisboa, 1610, 2.ª ed., 1785; *Genealogia verdadera de los Reys de Portugal...* Lisboa, 1590, 2.ª ed. 1608; *Primeira parte das chronicas dos reis de Portugal...* Lisboa, 1600, Lisboa, 1677, Lisboa, 1774; *Chronicas del Rey Dõ Joam de gloriosa memoria e I deste nome...* Lisboa, 1643, 2.ª ed. Lisboa, 1780; *Leis extravagantes...* Lisboa, 1569; *Nova Reformação da Justiça,* Lisboa, 1613, etc.

FR. BERNARDO DA CRUZ — *Chronica de el-rei D. Sebastião... publicada por A. Herculano, e o Dr. A. C. Payva.* Lisboa, 1837.

PEDRO DE MARIZ — *Dialogos de varia historia.* Coimbra, 1594. 2.ª ed. Coimbra, 1597, 3.ª ed. Lisboa, 1674, 4.ª ed. Lisboa, 1749, 5.ª ed. Lisboa, 1758, 6.ª ed. Lisboa, 1806; *Historia do Bemaventurado sam João de Sahagum.* Lisboa, 1609; *Historia admiravel do sanctissimo milagre de Santarem...* Lisboa, 1612.

MIGUEL LEITÃO DE ANDRADE — *Miscelanea do sitio de N. Senhora da Luz do Pedrogão Grande...* Lisboa, 1629. 2.ª ed. Lisboa, 1867. V. *Arquivo Historico Português,* vol. I, pág. 12, o estudo de Brito Rebêlo sôbre o autor.

SAMUEL USQUE — *Naham Israel, isto é, Consolação de Israel...* Ferrara 5313 (1552).

Em Amsterdam foi publicada outra edição que só no tipo difere da edição original.

Um problema da historia litteraria. (Da aparição do estilo pitoresco na literatura portuguesa) in *Revista de de Estudos Historicos,* 2.º ano, n.º 1, Janeiro-Abril de 1925, por José Teixeira Rêgo.

O dr. Mendes dos Remédios publicou na Colecção de *Subsídios para a Historia da Literatura Portuguesa, vols.* VIII, IX e X, 1906-1908, o livro de Usque, com um erudito prefácio.

GASPAR CORRÊA, que se supõe ter vivido entre os anos de 1495 a 1563, partiu ainda muito novo para a Índia, em 1512, onde militou, tendo ali percorrido, em trabalhosas excursões, muitos lugares sujeitos ao domínio português. Foi secretário do grande Afonso de Albuquerque, voltando ao reino por volta do ano de 1529. A obra que notabilizou o seu nome, — as *Lendas da India,* — é uma interessante e despretenciosa narração de factos e sucessos da história da Índia e da sua conquista pelos portugueses, abrangendo o largo período de cinqüenta anos a contar do descobrimento. A circunstância de Gaspar Corrêa, como Castanheda, ter percorrido a maior parte dos lugares que foram teatro dos sucessos que descreve e ter sido dêles comparsa e

testemunha presencial, dá às suas narrações um interêsse maior, podendo considerar-se a sua obra, a-pesar de difusa em um ou outro ponto, notável pelo pitoresco e abundância das suas informações e notícias. Conservaram-se as *Lendas* inéditas por mais de três séculos, tendo sido publicadas pela Academia Real das Sciências de Lisboa, sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, em 4 tomos, divididos respectivamente em parte 1.ª e 2.ª, nos anos de 1858 a 1864.

D. Jerónimo Osório, que nasceu em Lisboa no ano de 1506, é também um dos mais notáveis eruditos dêste século, tendo merecido o título de *Cícero* português pela elegância e perfeição com que escreveu a língua latina. Neste idioma se esmerou e aperfeiçoou, principalmente na cultura humanística, que adquiriu na universidade de Salamanca, freqüentando também, mais tarde, os estudos nas célebres universidades de Paris e Bolonha.

A obra que lhe deu grande renome, não sòmente em Portugal como nos centros mais cultos da Europa, foi a crónica de D. Manuel, que escreveu em latim, sob o título *De rebus Emmanuelis gestis*, impressa em 1586 e traduzida por Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Elísio). Escreveu também nove cartas em português, entre as quais é particularmente conhecida e notável, pela independência de carácter que revela, a que dirigiu a el-rei D. Sebastião, expondo-lhe os inconvenientes da resolução que havia tomado êste monarca de uma expedição à África, para o dissuadir dessa arriscada emprêsa. O desassombro da sua opinião e dos seus conselhos foram motivo de calúnias que o forçaram a retirar-se do país para a Itália, durante algum tempo, onde foi acolhido, com grande benevolência, pelo pontífice Gregório XIII. Regressando ao reino, veio a falecer o erudito e venerando bispo de Silves, nesta cidade, sede da sua diocese, em 20 de Agosto de 1580, na idade de 74 anos.

Retrato de Damião de Góis
(Dos *Retratos e Elogios de varões e donas*)

António Galvão — É o padre Maffey quem, em resumidas mas eloqüentes e expressivas palavras, melhor exprime o conjunto de qualidades insignes, que em tanto relêvo colocam a nobre figura e a extraordinária personalidade do que mereceu, por acções que Barros, Couto, Castanheda, Andrade e outros tanto exaltam, a antonomásia de «Apóstolo das Molucas».

Assim se expressa, a respeito de António Galvão, o culto e elegante latinista:

« — *admirabili quadam nauticae rei scientia, quippe gubernatorum in Syrtibus evitandis, et dirigendo cursu errata corrigere; desperantes, ut saepe sit de salute lectores, nautusque confirmare — Hist. Ind. lib. 10.* — »

Com efeito, o quinto filho do cronista-mór do reino, Duarte Galvão, neto do secretário de D. Afonso V, Rúi Galvão, é um dos nomes mais notáveis e que, em maior vulto, se salientam na história da nossa dilatada expansão por êsse remoto oriente, especialmente no arquipélago das Molucas, onde a sua acção deixou rasto de incomparável, de imortal e gloriosa memória.

Cabo de guerra intrépido e valoroso, sob a direcção da sua espada alcançámos, naquelas paragens, famosas vitórias; navegador experimentado, soube honrar, sobremaneira, as belas tradições marítimas que deram a Portugal, no século XVI, o domínio de quási todos os mares; varão piedoso na divulgação da fé cristã e na construção de muitos templos; homem de govêrno com tal engenho e com tão admirável e sagaz tino administrativo, que mereceu ficar o seu nome como um nobre e salutar exemplo, um modêlo de abnegação e desinte-

Fac-simile da assinatura de Damião de Góis

rêsse, de prudência, de valor, de íntegra rectidão na administração da justiça e, sobretudo, de excepcional amor pela pátria, que tão devotadamente soube servir. Nomeado governador e capitão das Molucas, em galardão de muitos e bons serviços prestados, como reza a carta de D. João III, de 19 de Março de 1532, a sua acção neste importante lugar foi tão notável, tão aureolada de fama e prestígio, que chegou a ser-lhe oferecido o próprio trono da ilha de Ternate por se achar ali extinta a dinastia reinante, oferta que Galvão desinteressadamente recusou. Ninguém, melhor do que Fernão Lopes de Castanheda, relata a obra notável que o *Apóstolo das Molucas* ali deixou, com inapagáveis vestígios, em todos os aspectos da sua administração, especialmente nos capítulos VIII, IX e XXI, do fragmento do seu livro 9.º, da História da Índia, ainda até há pouco desconhecido, como dissemos no estudo que, sôbre o probo e minucioso cronista, anteriormente se publicou. Com efeito, não podem ter mais averiguado e saliente relêvo os serviços de António Galvão, nas Molucas, do que nas autorizadas palavras do seu contemporâneo Castanheda. Ali se narra o respeito e o extraordinário crédito que Galvão lograra alcançar «*e asi como era amado al Rey asi o era de todo o povo e dos outros reis comarcãos*».

LIURO
DE LINHAGENS
DE PORTUGAL
COMPOSTO POR
DAMIAM DE GOES
Concertado, e encadernado seruindo de Guarda mor da Torre do Tombo
ALEXANDRE MANOEL DASILua Escriuam della
ANNO DE M.D.CC.XXX.IX

Rosto do *Livro de Linhagens*, manuscrito que se guarda na Tôrre do Tombo
Cópia de 1739)

Em outro passo do mesmo capítulo, elogiando-se a sua perícia na intervenção que tivera no casamento da filha do rei de Tidore com el-rei de Ternate, refere Castanheda o pedido dos reis de Moluco a el-rei de Portugal manifestando-lhe o desejo e a grande honra que teriam de que Galvão se conservasse, em sua vida, por capitão daquela fortaleza:

«cõtãdo mil bens que Antonio Galvã fizera a toda aquela terra e os principaes mãtelos ẽ paz e ẽ justiça cõ que restituira a terra a seu primeiro estado, pelo que todos o tinhã por paj e assi lho chamavã, pidindo cõ grãde efficacia a El Rey que emquãto Antonio Galvã vivesse ouvesse por seu serviço de ser capitam daquela fortaleza.»

Finalmente, no capítulo XXI, narra Castanheda o estado em que, após a chegada de D. João de Castro à fortaleza de Moluco, António Galvão a deixara abastecida e tôda bem reparada, com uma igreja em começo, com uma casa de Misericórdia, já acabada, e nela erecta a respectiva confraria, com cinqüenta portugueses casados, não havendo ali, até então, mais de vinte, com numerosa gente de armas, muita artelharia, espingardas, armas defensivas, pólvora e outras munições, serras, machados, paus de ferro, mantas, padeses e outros petrechos de guerra, enfim, um verdadeiro e bem provido arsenal.

Tantos e tão valiosos serviços, porém, não foram recompensados e, antes pelo contrário, totalmente esquecidos. Tendo regressado a Portugal, findo o triénio do seu govêrno, debalde mendigou, durante dezassete anos, uma colocação que lhe pudesse dar os magros lucros para viver.

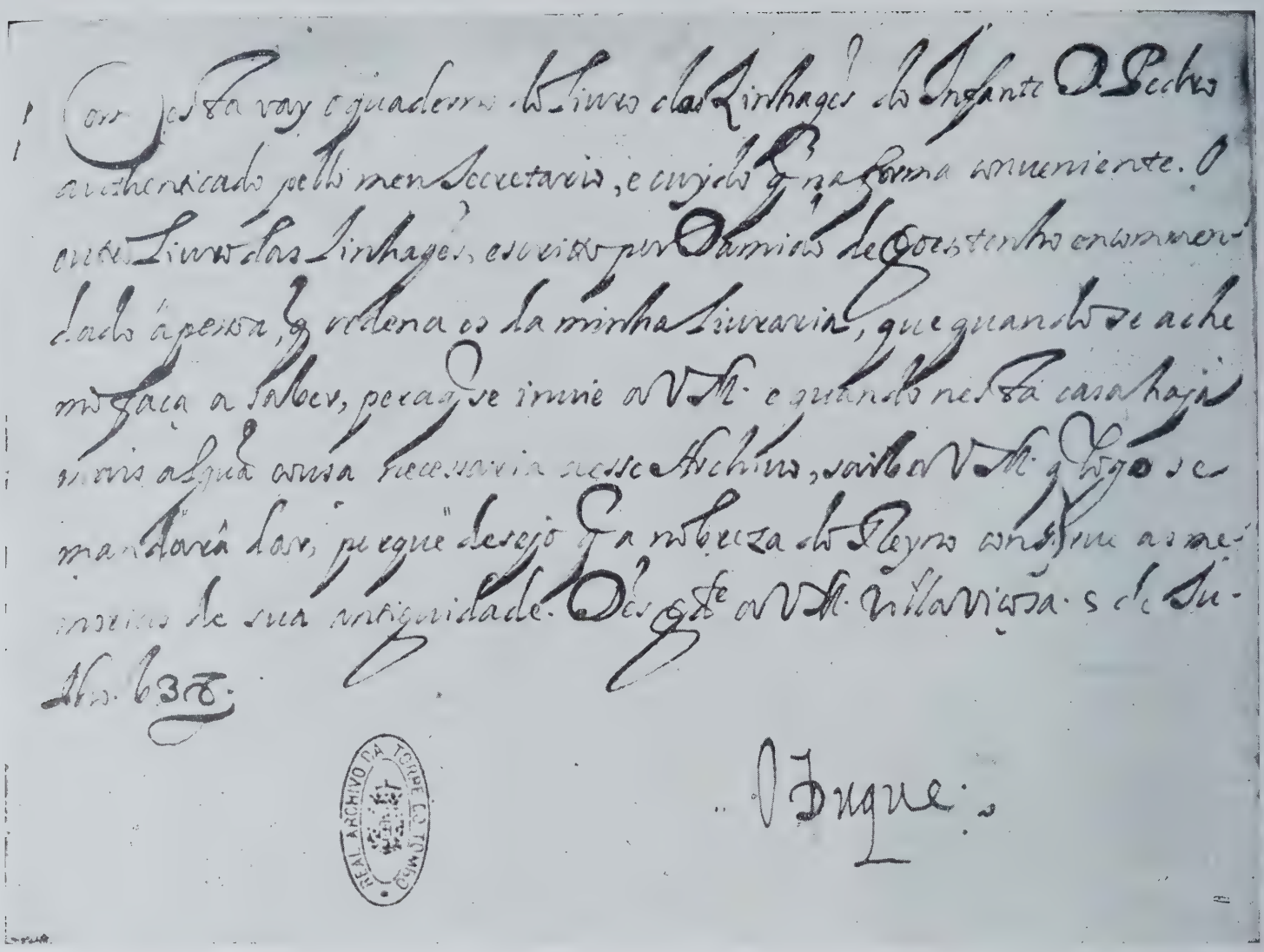
Em 1557, a 11 de Março, no maior abandono e miséria e socorrido apenas pela caridade de alguns amigos, falecia em Lisboa, no pobre leito do hospital, António Galvão, deixando no seu espólio literário um livro notável, que só em 1563, o seu testamenteiro e amigo, Francisco de Sousa Tavares, fêz publicar sob o título:

«Tratado dos diversos e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veiu da India ás nossas partes, e assi de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos até á era de 1550.»

A assinatura de António Galvão, que adiante se reproduz, é extraída da carta que se guarda na Tôrre do Tombo e que êle escreveu à raínha D. Catarina, na data atribuída ao ano de 1529, dando-lhe conta dos géneros e outras muitas coisas que em abundância produziam as terras da Índia e das Molucas e ainda da perda de duas naus espanholas que a gente da terra se recusara a receber.

Assinatura de Fr. Manuel da Veiga, examinador da *Crónica de D. Manuel*, em 1567

Miguel Leitão de Andrara — Nasceu na vila de Pedrógão, em 1555, vindo a falecer por volta do ano de 1629. Freqüentou a Universidade de Salamanca e depois a de Coimbra, para se for-



ORDEM DO DUQUE DE BRAGANÇA para se entregar ao Guarda-mór da Tôrre do Tombo um exemplar do *Livro de Linhagens do Infante D. Pedro.* (Processo movido na T. do Tombo sôbre o extravio do célebre *Livro de Linhagens,* de Damião de Góis)

mar em cânones, curso que interrompeu para seguir na expedição à África, em 1578. Tendo ficado prisioneiro dos mouros na desastrosa batalha de Alcácer-Kibir, conseguiu evadir-se do cativeiro. De regresso ao reino, seguiu o partido de D. António, prior do Crato, o que lhe valeu ser perseguido e prêso, durante alguns anos, por ordem de Filipe II. A sua *Miscelania,* impressa pela primeira vez em 1629 e obra que o notabilizou, é um curioso e variado repositório de factos históricos, de lendas, tradições e costumes populares no estilo de diálogo, contendo também algumas canções e sonetos do nosso imortal épico Luís de Camões. Entre as suas principais descrições sobressai a narração da batalha de Alcácer-Kibir, de que foi, como dissemos, testemunha presencial, o que a torna, por isso mesmo, mais interessante e digna de crédito.

DUARTE NUNES DE LEÃO — Natural de Évora, licenciado em direito civil pela Universidade de Coimbra e desembargador da Casa da Suplicação. Os seus biógrafos, nomeadamente o académico Marquês de Alegrete, são unânimes em enaltecer os serviços que prestou à história nacional, abrindo o caminho à crítica histórica, refutando sucessos apócrifos e escrevendo com sólidos e esclarecidos fundamentos a *Primeira parte das Crónicas dos reis de Portugal reformadas,* impressas em Lisboa, pela primeira vez, em 1600. Escreveu também valiosas obras sôbre gramática e sôbre ortografia da língua portuguesa.

À morte de João de Barros, diz o dr. António Baião no que acêrca dêste cronista escreveu no anterior fascículo, foi Duarte Nunes de Leão indigitado para a continuação das *Décadas,* cabendo, porém, essa glória a Diogo do Couto. Entre as suas obras de carácter jurídico são dignas de registo as *Leis Extravagantes,* coligidas por mandado de D. Sebastião, e o *Repertorio dos cinquo livros das Ordenações.* O laborioso e erudito jurisconsulto e historiador faleceu em Lisboa, em avançada idade, no ano de 1608.

FR. BERNARDO DA CRUZ — São muito escassas as notícias que os biógrafos coligiram acêrca dêste monge franciscano que acompanhou D. Sebastião na malograda expedição à África, como capelão-mór da armada. Conjectura-se que deveria ter nascido por volta de 1530, sabendo-se apenas que ainda vivia em 1586, ano em que os seus biógrafos dizem que escreveu a *Chronica d'El-Rey D. Sebastião,* que só mais tarde foi publicada em Lisboa, em 1830, por Alexandre Herculano e o dr. A. C. Paiva [1].

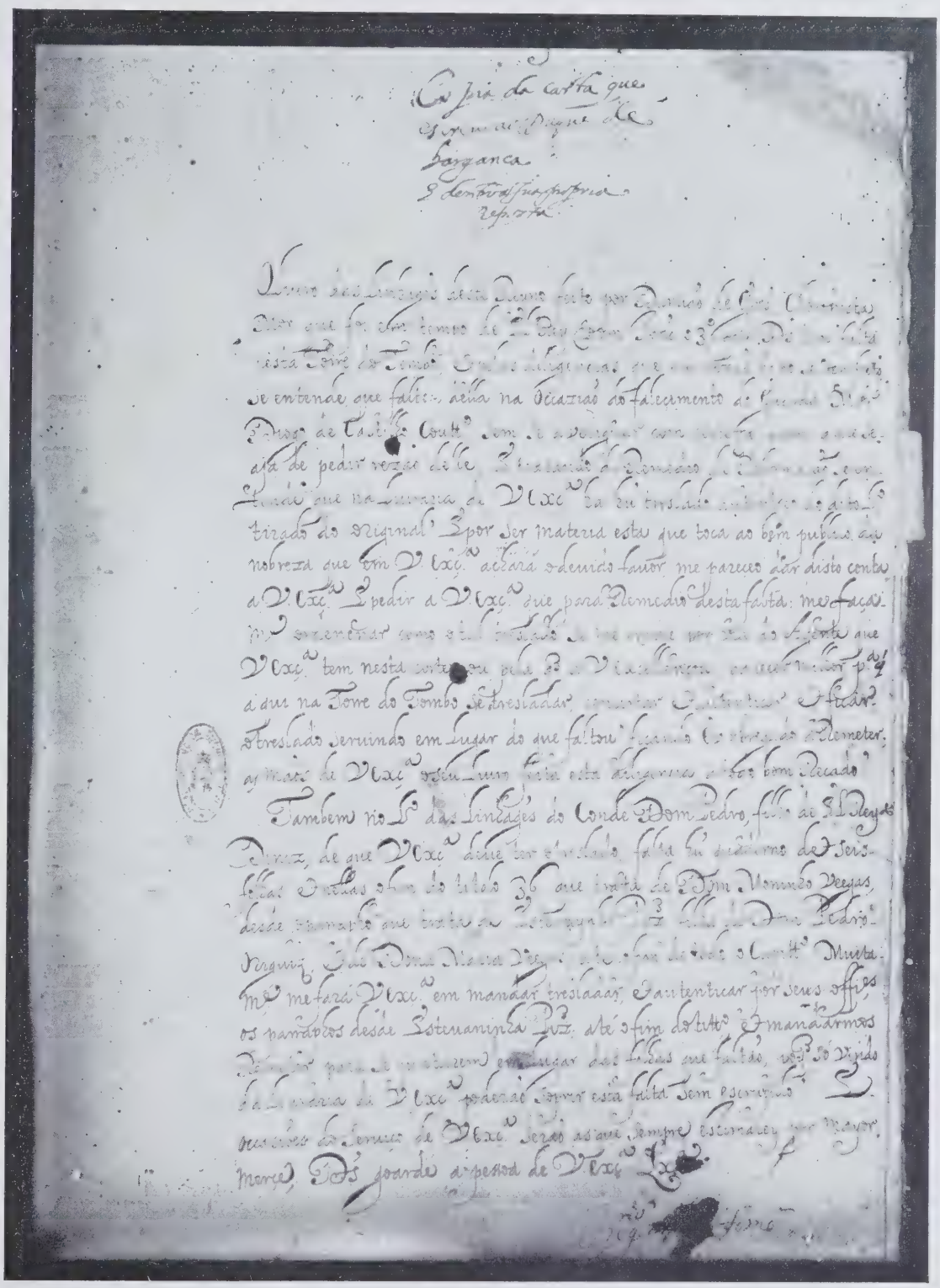
[1] O sr. dr. Queirós Veloso, antigo professor e director da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, afirmou, porém, em uma recente comunicação feita à Academia das Sciências, que Fr. Bernardo da Cruz não podia ter sido o autor desta crónica.

Pedro Mariz, que João Pedro Ribeiro nas *Memorias para a historia do Real Archivo*, aponta como sendo escrivão da Tôrre do Tombo, foi natural de Coimbra, em cuja universidade obteve o grau de bacharel em cânones. A sua principal obra intitula-se: *Dialogos de varia historia*, impressa, pela primeira vez, em Coimbra, no ano de 1524. Com os *Dialogos* publicou o seu erudito autor, pela primeira vez, os retratos dos reis de Portugal.

Samuel Usque — São ainda hoje pouco conhecidas as particularidades da vida do autor da *Consolaçam ás Tribulaçoens de Israel*. Sabe-se terem sido os seus ascendentes judeus de nacionalidade espanhola forçados a abandonar o país vizinho após o édito de expulsão dos judeus de Castela pelos reis católicos Fernando e Isabel, em 1492. Nasceu Samuel Usque já em Portugal, como êle próprio afirma, provàvelmente em Lisboa, em data que, se não foi posterior ao referido ano de 1492, não poderia ter sido muito anterior (1).

Obrigado, por sua vez, a abandonar a pátria, pela severa proscrição geral dos judeus, decretada por D. Manuel, dirigiu-se Samuel Usque para a Itália, acompanhado de seu pai, Salomão Usque, e de seu irmão Abraham, fixando todos a sua residência em Ferrara. Foi nesta cidade e na tipografia que seu irmão ali fundara, que Samuel Usque fêz imprimir a sua obra, publicada no ano de 1553, proïbida, desde o seu aparecimento, pela Inquisição e incluída nos índices expurgatórios, tanto em Espanha como em Portugal. O assunto principal é a narração das perseguições que os judeus sofreram até o seu destêrro definitivo do país, formada de três diálogos em que intervêm *Jeabo*, *Numeo* e *Zicarco*, que, na expressão do autor, personificam o patriarca Jacob e os profetas Nahum e Zacarias. A obra é dedicada a D. Gracia Narci, senhora pertencente a uma das mais ricas e importantes famílias de judeus portugueses e que o sr. dr. Mendes dos Remédios identifica no erudito prefácio que escreveu e que acima citamos.

Todos os críticos e biógrafos de Usque são unânimes em afirmar, além da grande raridade da obra, o seu valor literário e histórico, a elegância e pureza da sua linguagem, o belo colorido do seu estilo, a admirável opulência e propriedade das suas descrições.



Carta do Guarda-mór da Tôrre do Tombo, Gregório de Mascarenhas Homem, sôbre o extravio do *Livro de Linhagens*, de Damião de Góis

(1) Dr. Mendes dos Remédios, *in prefácio* que precede a sua edição da obra de Usque, publicada em Coimbra em 1906.

FRANCISCO DE ANDRADE — Pertenceu êste distinto cronista, humanista insigne e também notável poeta, a uma família que se notabilizou nas letras pátrias e na cultura e erudição do tempo. Filho de Fernão Álvares de Andrade, fidalgo da casa de D. João III, foi seu irmão, Diogo de Paiva de Andrade, teólogo de tal mérito e nomeada que mereceu ser escolhido para representar Portugal no célebre Concílio de Trento; um outro seu irmão, o piedoso e erudito monge augustiniano do convento da Graça, de Lisboa, Fr. Tomé de Jesus, foi o autor dos *Trabalhos de Jesus,* obra cujos méritos literários são comprovados pela circunstância de se achar traduzida em várias línguas.

Além de vários trabalhos poéticos, entre os quais sobressai o poema dividido em vinto cantos, de oitava rima, sôbre o primeiro cêrco que os turcos puseram à fortaleza de Dio, escreveu Francisco de Andrade crónicas com tal valor histórico e linguístico, que mereceu a um dos seus biógrafos, António de Sousa de Macedo, a denominação de *excellente historiador,* tendo-o incluído outro, o padre António Pereira de Figuiredo, no terceiro lugar privilegiado entre os clássicos que souberam escrever com naturalidade e clareza a nossa língua.

A sua principal obra histórica é a *Chronica do Muyto Alto e Muito Poderoso Rey destes Reynos de Portugal dom Ioão o III. deste nome.* Impressa em Lisboa, por Jorge Rodrigues, no ano de 1613.

Escreveu também a *Chronica do valeroso principe e inuenciuel Capitão Iorge Castrioto,* impressa em 1567, obra considerada hoje de grande raridade.

Acêrca das particularidades da sua vida são ainda hoje muito escassas e deficientes as notícias coligidas, apontando-o os seus biógrafos como tendo desempenhado o elevado cargo de cronista-mór do reino e guarda-mór da Tôrre do Tombo. Conjectura-se que o nascimento de Francisco de Andrade se deveria ter dado por volta do ano de 1540, sabendo-se que falecera em 1614.

LITERATURA DE VIAGENS

BIBLIOGRAFIA — *Relação da navegação de ida e volta da esquadra de Pedro Alvares Cabral á India com escala por Vera Cruz. 1500.* Chamada «do Piloto anónimo». Trad. em italiano em 1507 (Veneza), e sucessivamente em 1508 (Vicença), 1508, 1512 (Milão), 1517 (Veneza), 1519 (Milão), e 1521 (Veneza); em latim (1508, Milão); em alemão (1508, Milão); em francês (1515, Paris), reimpressa em 1516, 1521 e 1528, etc. Retraduzida para português pela Academia das Sciências em 1812, foi reeditada na *História da Colonização Portuguesa do Brasil.*

Navegaçam ás Indias orientaes. 1502. Por Tomé Lopes. Impr. pela 1.ª vez em italiano por J. B. Ramusio e pub. em português pela Academia.

Livro de Duarte Barbosa, em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente até 1516. Impresso pela 1.ª vez em italiano e trad. e pub. pela Academia.

Ho Preste Ioam das Indias. Verdadeira informaçam... 1527. Pelo padre Francisco Álvares. Lisboa, por Luís Rodrigues, 1540. 2.ª ed. Lisboa, 1889. Traduzida em italiano, 1550, 1554, 1563 (Veneza), 1556 (Lyon), 1556 (Anvers), 1830 (Paris); em francês, 1556 (Paris), 1558 (Anvers-Plantin), 1558 (Anvers-Bellere), 1674 (Paris); em castelhano, 1557 (Anvers), 1561 (Saragoça), 1558 (Toledo); em alemão 1556 (?) 1567 (Francfort).

Itinerario de Antonio Tenreyro... 1529. Coimbra, por António de Mariz, 1560. 2.ª ed. Coimbra, 1565, e reimpresso em 1725, 1762, 1829, em Lisboa, e 1923 em Coimbra.

Historia das cousas que o muy esforçado capitão Dom Christouão da Gama fez aos Reynos do Preste Ioão... 1542. Lisboa, por João de Barreira. 1564. Reedit. pela Academia em 1855 e 1875 e por Esteves Pereira em 1898.

Relaçam verdadeira dos trabalhos q ho governador dõ Fernãdo d souto r certos fidalgos portugueses passarom no descobrimẽto da prouincia da Frolida. 1543. Évora, André de Burgos, 1557. Reimpressa em 1844 e 1875 pela Academia das Sciências. Traduzida em francês, 1865 (Paris), e em inglês, 1686 (Londres).

Chorographia de alguns logares que stam em hum caminho, que fez Gaspar Barreiros... 1546. Coimbra, 1561.

Navegação de Lisboa á ilha de S. Thomé, escrita por um piloto portuguez... 1551. Pub. em italiano e trad. pela Academia (1812 e 1867).

Historia da muy notavel perda do Galeão grande S. João... 1552. Lisboa, 1554. Outras edições, Lisboa, 1592, s/d, 1614 (Évora), 1625, 1633 (Lisboa), e nas ed. da *Historia Tragico-Maritima.*

Naufragio da nao S. Bento... 1554. (Manuel de Mesquita Perestrelo). Lisboa, 1564 e na *H. T. Maritima.*

Carta do irmão Fernão Mendes Pinto... de Malaca. 1554. (na *Copia de unas Cartas de algunos padres y hermanos de la compañia de Iesus* pub. em Coimbra, em 1555). Publicada, em parte, em castelhano, 1556 (Barcelona), 1560 (Saragoça;) francês (?); em italiano, 1556 (Roma);

CHRONI
CA DO PRINCIPE DOM IOAM, REI
QVE FOI DESTES REGNOS SEGVNDO DO
NOME, EM QVE SVMMARIAMENTE SE TRATTAM
has couſas ſuſtançiaes que nelles aconteçerão do dia de ſeu na
ſçimento atte ho em que el Rey dom Afonſo ſeu pai faleçeo. Compoſta de nouo per Damiam de
Goes, Dirigida aho muito magnanimo, & poderoſo Rei dom Ioam terçeiro do nome.
¶ Foi viſta, & approuada per ho R. P. F. Emanuel da veiga examinador dos liuros.
¶ Em Lisboa em caſa de Françiſco Correa, impreſſor do Sereniſſi-
mo Cardeal Infante, aos xj dias do mes de Abril de 1567.
¶ Eſta taxada eſta Chronica no Regno a duzentos reaes em papel, & fora
delle segundo ha diſtançia dos lugares.
¶ Com Priuilegio Real.

ROSTO DA *Crónica do Príncipe D. João,* 1.ª edição publicada em 1567

e 1559 e 1565 (Veneza). Trad. em português e publicada pelos Castilhos, Cr. Aires e Brito Rebelo.

Relação do lastimoso naufragio da nao Conceiçam... 1555. Lisboa s/d. Reimpressa na *H. T. Maritima.*

Esta he hũa breve relação da embaixada q̃ o Patriarcha dõ Ioão Bermudez trouxe do Emperador da Ethiopia... 1559. Lisboa, 1565. Reimpressa pela Academia. Trad. em inglês.

Itinerario da terra sancta, e suas particularidades, composto por Frey Pantaliam Daveiro... 1566. Lisboa, 1593. Reeditado em 1596, 1600, 1685, 1721, 1732 e 1927.

Tratado em que se cõtam muito por extẽso as cousas da China... por el R. padre i frey Gaspar da Cruz... Évora, 1569-70.

Historia da prouincia sãcta Cruz a que vulgarmẽte chamamos Brazil: feita per Pero de Magalhães de Gandauo... Lisboa, 1576. Reimpressa em 1858, 1875, 1858. Trad. em francês.

Naufragio da Nao Santo Alberto... 1593. Por João Baptista Lavanha. Lisboa, 1597. Reimpresso em 1736 na *H. T. Maritima.*

De Missione Legatorvm Iaponensium ad Romanam curiam, rebusq... Macau, 1590. Trad. em parte no *Archivo Pittoresco.*

Roteiro da peregrinação do dr. Martim Lopes nas regiões do norte da Europa. 1500. Pub. em 1893 pelo dr. Sousa Viterbo e em 1923 pelo dr. A. Baião.

Roteiro da viagem que em descobrimento da India pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama. Atribuido a Álvaro Velho e pub. em 1838 por Diogo Kopke e o dr. A. Costa Paiva. Reeditado em 1861 por Alexandre Herculano e barão de Castelo de Paiva. Trad.: em francês, 1864 (Paris), e inglês, 1898 (Londres).

Carta de Pero Vaz de Caminha a elrei D. Manuel... Pub. em 1817 no Rio de Janeiro, em 1826 e 1892 em Lisboa, e na *Historia da colonização portuguesa*

Carta de mestre João, bacharel em artes e medicina, mandada a elrei D. Manuel... Pub. em 1843 por Varnhagem e na *H. da Col. do Brasil.*

Esmeraldo de situ orbis, feito & composto por Duarte Pacheco... Pub. em 1892 por Azevedo Basto e em 1905 por A. Epifânio da Silva Dias.

Livro da marinharia — Tratado da agulha de marear de João de Lisboa. Pub. por Brito Rebelo. 1903.

Llyuro da náoo bertoa que vay para a terra do brazill... por Duarte Fernandez. Pub. por Varnhagem em 1854 e reimpresso em 1868.

Navegaçam e vyagem que fez Fernando de Magalhães de Sevilha pera Maluco no anno de 1519... Pub. em 1826 pela Academia.

Relação da viagem da armada que saiu de Lisboa para a India em 1525, feita pelo capitão-mór D. Filipe de Castro... Pub. em 1903 por Brito Rebelo.

Navegaçam que fez Pero Lopes de Sousa... 1530. Pub. por Varnhagem em Lisboa, 1839. Reed. no Rio de Janeiro em 1847, 1861, 1867 e 1927.

Os três roteiros de D. João de Castro: a) *Roteiro de Lisboa a Goa, de 1538.* Pub. por João de Andrade Corvo em 1882; b) *Primeiro Roteiro da costa da India...* Pub. em 1843 por Diogo Kopke; c) *Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os portuguezes no anno de 1541...* Pub. pelo dr. António Nunes de Carvalho em 1833.

Carta do irmão Fernão Mendes, de Macau, em 1555, para o reitor do collegio de Goa... Pub. em Berlim pelo dr. Oscar Nachod, em 1902, e em Lisboa, em 1904, por Cr. Aires.

Relaçam da Viagem e successo, que tiverão as naus Aguia e Garça... Pub. na *Historia Tragico-Maritima,* assim como a *Relaçam do naufragio da nau Santa Maria de Barca...* e a *Relaçam da Viagem, e naufragio da nao S. Paulo...*

Naufragio que passou Iorge Dalbuquerque Coelho... Lisboa, 1601. Reimp. na *H. T. Maritima.*

Ytinerarium de Mestre Afonso solurgião mor que foi da India... Pub. em 1844-45, 1846 (Lisboa) e 1923 (Coimbra).

Peregrinaçam de Fernão Mendez Pinto... Lisboa, 1614. REEDIÇÕES: *a) completas:* Lisboa, 1678, 1711, 1725, 1762, 1829, 1908-1910; Pôrto, 1930-31. A de 1908-10 foi publicada por Brito Rebelo e a de 1930-31 é precedida de uma notícia bio-bibliográfica do autor por Jordão de Freitas; *b) parciais:* Lisboa, 1833 (?), 1845, Paris, 1851, Rio de Janeiro, 1865, 1920 e 1921. TRADUÇÕES. No estrangeiro contam-se igualmente numerosas versões completas, a par de algumas outras mais ou menos abreviadas e excertos mais ou menos longos: Madrid (1620, 1620, 1627, 1628, 1664, 1666), Londres (1625, 1653, 1663, 1692, 1891), Strasburgo (1625, 1674, 1891), Paris (1628, 1645, 1663, 1787-1789, 1830), Valencia (1645), Amsterdão (1652, 1653, 1671, 1671, 1738, 1770), Leipzig (1752), Jena (1809, 1868), Tours (1847, 1851, 1858, 1860), Limoges (s/d.), Gera (1874), Minden (1926).

Tratado da terra do Brasil.. por Pero de Magalhães... Impresso pela Academia em 1826.

Relação do Naufragio da nao Santiago... Lisboa, 1602. Reimpresso em 1736 na *Historia Tragico-Maritima.*

Itenerario da viagem que fez a Jerusalem o P.e Francisco Guerreiro. 1589. Lisboa, 1734. Reed. em 1746. Edições em castelhano: Va-

SEGVNDA
PARTE DA CHRONICA DO FE-
LIÇISSIMO REI DOM EMANVEL,
COMPOSTA PER DAMIAM DE
Goes:
¶Foi vista,& aprouada pelo R.P.F.Emanuel da veiga,examinador dos liuros.
¶Em Lisboa,em casa de Françisco correa,impressor do sereniſsimo Cardeal Infante,aos dez dias de Septébro de 1566.
¶Está taxada em papel a çento,& çinquoẽta reaes.
¶Com Priuilegio Real.

ROSTO DE UMA DAS PARTES DA *Crónica de D. Manuel.* Em baixo a assinatura autógrafa do autor

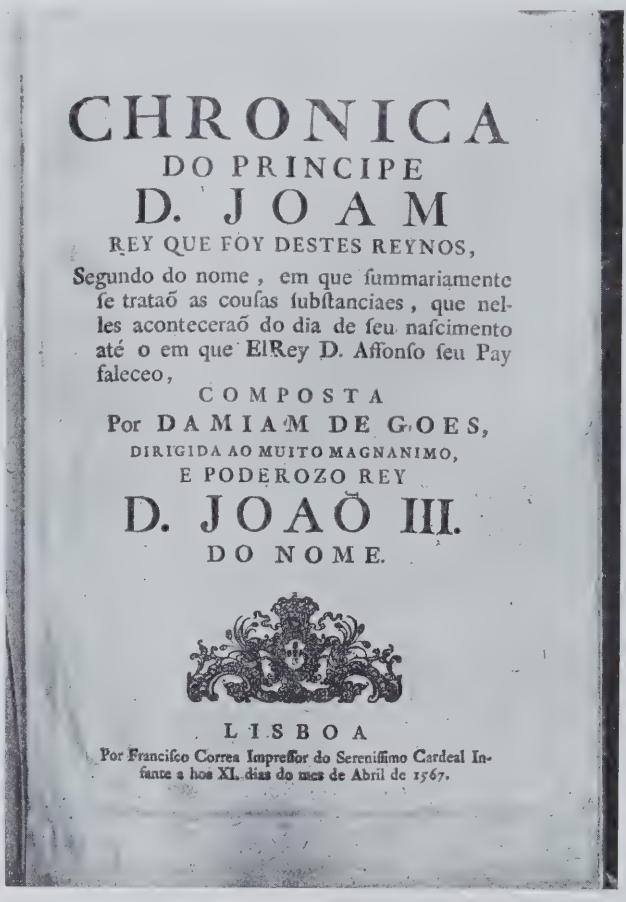
UNIVERSITY OF ILLINOIS
LIBRARY

lencia 1593, Sevilha 1596, Alcalá de Henares, 1605, Sevilha, 1645.

Relação da viagem e successo que teve a nao S. Francisco em que ia por capitão Vasco da Fonseca. 1596. Pelo padre Gaspar Afonso *(Hist. Trag. Maritima).*

Roteiro da carreira da India, dos rumos a que se ade governar... feito por Vicente Roiz. Pub. por Gabriel Pereira em 1898. Um outro *Roteiro* de Vicente Rodrigues foi impresso nos princípios do século XVII, tendo sido reimpresso em 1614 e 1625 na *Hidrographia e Exame de pilotos,* de Manuel de Figueiredo.

ASSINALADO por novos descobrimentos e conquistas e fértil em viagens, peregrinações e naufrágios, o período secular que decorre desde o descobrimento do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama e o *achamento,* por Pedro Álvares Cabral, duma parte do continente situado no Atlântico ocidental — já anteriormente marcada num antigo mapa-mundi (1) — o período de que tratamos trouxe para a literatura nacional um novo género de narrativas, bastantemente fértil e fecundo, geralmente de interêsse geográfico e etnográfico, e simultâneamente participante dos géneros a que pertencem a História, as Memórias e o Romance. Tais são os Livros, Roteiros, Tratados e Diários de navegação e de viagens terrestres, os Itinerários, as Peregrinações e ainda as Relações de naufrágios e outras semelhantes espécies de literatura trágico-marítima que enchem uma das galerias da vasta bibliografia de que se ocupa um dos capítulos da história da literatura portuguesa no século de quinhentos. Tal é a Literatura de viagens. Com muitas das suas mais antigas produções, depois de traduzidas para outros idiomas, se enriqueceram a colecção de Frascanzio Montalbodo, intitulada «Paesi novamente retrovati» (Veneza, 1507), o «Itinerarium portugalensium» de Archangelo Madrignano (Milão, 1508), o «Novus Orbis» de J. Huttich e S. Gryneo (Paris e Basilea, 1532) e a colecção de João Baptista Ramusio «Navigationi et viaggi» (Veneza, 1550, 1554 e 1563).


CHRONICA
DO PRINCIPE
D. JOAM
REY QUE FOY DESTES REYNOS,
Segundo do nome, em que ſummariamente ſe tratão as couſas ſubſtanciaes, que nelles aconteceraõ do dia de ſeu naſcimento até o em que ElRey D. Affonſo ſeu Pay faleceo,
COMPOSTA
Por DAMIAM DE GOES,
DIRIGIDA AO MUITO MAGNANIMO,
E PODEROZO REY
D. JOAÕ III.
DO NOME.
LISBOA
Por Franciſco Correa Impreſſor do Sereniſſimo Cardeal Infante a hos XI. dias do mes de Abril de 1567.

EDIÇÃO MODERNA DA *Crónica do Príncipe D. João*

Abrindo a longa série, na ordem cronológica, e abstraindo de algumas das produções que só no século seguinte vieram sucessivamente à publicidade, e da *Relação da navegação de ida e volta da esquadra de Pedro Alvares Cabral á India com escala por Vera Cruz* (obra anónima, publicada pela primeira vez na colecção de Montalbodo em 1507), aqui principiaria por assinalar a versão portuguesa do *Livro de Marco Paulo,* publicada em Lisboa por Valentim Fernandes, no ano de 1502, se êste tão notável texto do nosso idioma, em tradução da obra dêsse escritor veneziano do século XIII, não tivesse sido escrito no século precedente àquele de que ora nos ocupamos (1).

Dentre os numerosos cultores dêste género literário, mais dignos de especial menção, merecem que destaquemos os seguintes:

D. JOÃO DE CASTRO, natural de Lisboa, famoso guerreiro, proficiente nauta e ilustrado vice-rei da Índia (1545-1548), com os seus 3 *Roteiros: a) Roteiro de Lisboa a Goa,* de 1538; *b) Primeiro roteiro da costa da India, desde Goa até Dio, narrando a viagem que fez o vice-rei D. Garcia de Noronha em socorro desta ultima cidade,* 1538-1539; *c) Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os portuguezes no anno de 1541, partindo da nobre cidade de Goa atée Soez, que he no fim do Mar Roxo. Com o sitio e pintura de todo o Sino arabico;*

O PADRE FRANCISCO ÁLVARES, presbítero secular, natural de Coimbra, companheiro de Duarte Galvão e do seu sucessor D. Rodrigo de Lima na embaixada dirigida por D. Manuel ao negus da Abissínia em 1520-1527, autor do *Preste Ioam das Indias. Verdadeira informação das terras do Preste Ioam* (Lisboa, 1540) — obra curiosíssima, de grande estimação;

ANTÓNIO TENREIRO, também natural de Coimbra, cavaleiro da Ordem de Cristo, homem nobre que já fôra com Baltasar Pessoa ao Xéque Ismael (Pérsia) em 1523, e muito conhecedor das línguas orientais; é seu o *Itinerario... em que se contem como da India veo por terra a estes reinos de Portugal,* em 1529, como emissário de Cristóvão de Mendonça, capitão de Ormuz, passando uma vida muito acidentada, cheia de grandes trabalhos e perigos, com muitas sêdes e fomes (Lisboa, 1560 e 1565);

GASPAR BARREIROS, sobrinho do historiador João de Barros, nascido em Viseu, de cuja diocese foi cónego, fazendo-se depois religioso franciscano com o nome de Fr. Francisco da Madre de Deus; falecido em 1574, em idade provecta. É dêle a *Chorographia de alguns logares*

(1) A êste mapa-mundi se refere Mestre João (bacharel em artes e medicina) na carta que de Vera Cruz escreveu a el-rei D. Manuel, no dia 1.º de Maio de 1500, dizendo: «quanto Señor ao sytyo desta terra mande vossa alteza traer un napamundi que tyene pero vaaz bisagudo e por ay podrra ver vosa alteza el sytyo desta terra, en pero aquel napamundi non certyfica esta terra ser habytada, o no: es napamundi antiquo e ally hallara vosa alteza escrita tan byen la mina» *(História da colonização portuguesa do Brasil,* T. 3.º, págs. 104-105).

(1) O *Livro* ou *Auto do infante D. Pedro que andou as quatro* (ou sete) *partidas do mundo,* cuja autoria é atribuída a Gomes de Santo Estevam, criado do Infante, que o acompanhou na jornada, pertence à *literatura de cordel* e foi mais provàvelmente escrito no século XV, em que o Infante faleceu (+ Maio de 1449).

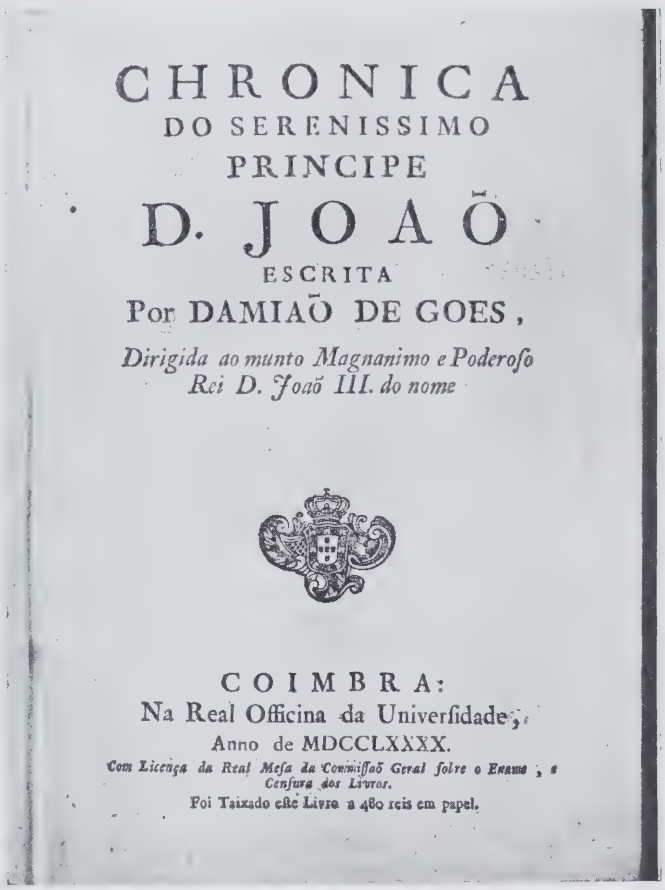
que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros o anno de M.DXXXXVI, começado na cidade de Badajoz em Castella té á de Millan em Italia (Coimbra, 1561) — Obra clássica, de muita erudição, dedicada ao cardial D. Henrique, de quem foi embaixador ao Papa Paulo III;

António Galvão, filho bastardo do cronista Duarte Galvão, nascido na Índia, capitão de Maluco (1536-1540) em sucessão do madeirense Jordão de Freitas; tendo vindo logo depois para Lisboa e sendo aqui recolhido no Hospital de Todos-os-Santos, nêle veio a falecer em 1557, depois de haver escrito o *Tratado... dos diversos e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veyo da India ás nossas partes, e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos na era de 1550* (publicado em Lisboa, em 1563, pelo seu testamenteiro Francisco de Sousa Tavares);

Gaspar Frutuoso, açoreano, natural de Ponta Delgada (na ilha de S. Miguel), vigário e prègador da Matriz da Ribeira Grande, falecido em 1591. Entre 1586 e 1590, escreveu as *Saudades da terra*, obra descritiva dividida em 6 livros, em que trata dos arquipélagos das Canárias, Madeira e Açores (Santa Maria, S. Miguel, Terceira, S. Jorge, Faial, Pico, Graciosa, Flores e Corvo);

Fr. Pantaleão de Aveiro, franciscano da província dos Algarves, que muito peregrinou pelos lugares santos de Jerusalém, onde chegou em 1563. Da sua viagem deixou-nos o *Itinerario da terra santa e suas particularidades* (Lisboa, 1593). Relato muito interessante pelas curiosas notícias que fornece;

E, primaz de todos, Fernão Mendes Pinto com a sua magistral *Peregrinação*. Dêle e da sua obra mais detidamente passamos a ocupar-nos.


CHRONICA
DO SERENISSIMO
PRINCIPE
D. JOAÕ
ESCRITA
Por DAMIAÕ DE GOES,
Dirigida ao munto Magnanimo e Poderoso Rei D. Joaõ III. do nome
COIMBRA:
Na Real Officina da Univerſidade,
Anno de MDCCLXXXX.
Com Licença da Real Meſa da Commiſſaõ Geral ſobre o Exame, e Cenſura dos Livros.
Foi Taixado eſte Livro a 480 reis em papel.

Outra edição da *Crónica do Príncipe D. João*

FERNÃO MENDES PINTO

I — Biografia

Havendo nascido em Montemor-o-Velho por volta de 1509-1511, veio para Lisboa no princípio do ano de 1521, tendo então 10 ou 12 anos de idade. Aqui, esteve «ao serviço duma senhora de geração assaz nobre e de família assaz illustre», perto de ano e meio. Viveu depois em Setúbal cêrca de 5 anos e meio no serviço de Francisco de Faria (fidalgo da casa de D. Jorge, duque de Coimbra, mestre da Ordem de S. Tiago), e ano e meio como moço da câmara dêste bastardo (legitimado) de D. João II (1). Voltando à capital, embarcou para a Índia no mês de Março de 1537, na primeira das duas armadas que nesse ano seguiram para o Oriente (2). Decorridos longos 21 anos e meio e dez dias, reentrou em Lisboa a 22 de Setembro de 1558 (regência da raínha D. Catarina), tendo sido «treze vezes cativo e dezassete vendido, nas partes da Índia, Etiópia, Arábia Feliz, China, Tartária, Macassar, Sumatra e outras muitas províncias daquele oriental arquipélago dos confins da Ásia, a que os escritores chins, siames, gueos e lequios nomeião nas suas geografias por pestana do mundo».

Uma das terras visitadas por Fernão Mendes Pinto foi o Japão — arquipélago de que visitou 2 ilhas (Tanegashima e Kyûshû) (3) e a que o veneziano Marco Paulo, nos fins do século XIII, chamara «a ilha grande de Cipangu», cujos moradores «som alvos e de convinhavel estatura» e onde «muy poucas vezes som levadas naaos de outras partes» (4). Possìvelmente aquela «insula chiamata Saponin» a que o rei de Calicut teria enviado uma nau para haver certos instrumentos astronómicos de prata, conforme vejo referido na tradução italiana duma carta dirigida por el-rei D. Manuel ao rei de Castela, publicada em Roma aos 23 de Outubro de 1505 e reeditada na Imprensa Nacional de Lisboa em 1906, por Eugénio do Canto (5). Nas duas edições das «Geographicae Enarrationes» de Claudio Ptolomeu actualizadas por Miguel Cervet (Lyon, 1535; Viena do Delfinado, 1541), o Japão figura como uma grande ilha, sob o nome de «Zinpangri». Sabido é que as relações, quer comerciais, quer de simples pirataria, entre os chineses e os habitantes das ilhas Léquias ou Liuquiu (Ryû-Kyû) (6), bem como as dêstes (7) e daqueles (8) com os habitantes do Nippon (Jippon) datam de tempos muitos anteriores à conquista de Malaca (1511) por Afonso de Albuquerque. Avançando das costas do Malaio mais para o Oriente, quando passaram a fre-

(1) Por êste tempo vivia também em Setúbal D. João de Lencastre (1.º marquês de Torres Novas e 1.º duque de Aveiro), filho primogénito do mesmo D. Jorge e de D. Brites de Vilhena (falecida em 1535).

(2) «E o mesmo Duque o favoreceu muito para passar honradamente à India» (*Anno Historico*, tomo 2.º, 1744, pág. 329).

(3) Tanegashima está situada ao sul de Kyûshû, a poucas milhas da província de Osumi, à qual fica fronteira.

(4) Marco Paulo — Livro 3.º, cap. 2-8.

(5) Também em 1881 se fez em Londres uma edição dêste importantíssimo documento.

(6) *Asia*, de João de Barros, Década 3.ª, liv. 2.º, cap. 8.

(7) Houve tempo em que os Léquios foram tributários do Japão.

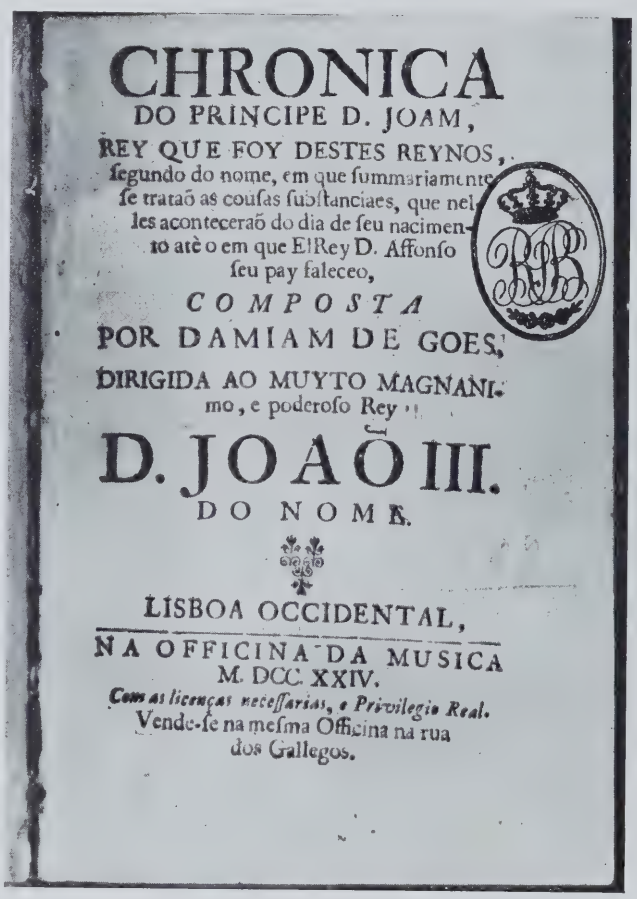
(8) As ilhas do arquipélago japonês durante largo tempo estiveram sujeitas à China, de onde haviam recebido as suas doutrinas religiosas.

qüentar os mares e os portos insulares e do litoral de Sião, da Cochinchina e da China, não poucas vezes teriam, por isso, os nossos compatriotas ouvido falar das terras nipónicas e até encontrado e visto alguns dos naturais dêsse «país onde o sol nasce» (1). Falando da viagem de Fernão Peres de Andrade à China, em 1517, diz Damião de Góis que ao pôrto de Tamau vieram ter «muitos jungos de lequeos, guoros, japangos, hos quais ha prinçipal mercadoria que traziam era ouro, em muita cantidade» (2). Na própria *Peregrinação*, Fernão Mendes Pinto faz referências ao Japão em capítulos consagrados a sucessos e factos anteriores a 1542 : ao trato da navegação do Japão (Cap. 21), a presas inventariadas em prata do Japão (Cap. 40) e a mercadorias vindas de Firando (Hirado) (Cap. 66) — tudo por volta de 1539-1540. Da existência destas ilhas parece terem tido também notícia os castelhanos da armada de Rui Lopes de Vilalobos, os quais, tendo partido de Nova Espanha, estiveram em Mindanao e nas Molucas nos últimos dois anos do govêrno de D. Jorge de Castro (1540-1544) e lhes chamavam «ilhas platárias» ou da prata (3). Sòmente, porém, aos portugueses, dentre os europeus, pertence a honra e a glória do seu *achamento*, — «da nova terra do Japão que t i n h a m o s descoberto» (*Peregrinação*, Cap. 137). Ainda «meia e s c o n d i d a» quando Camões escrevia a estrofe 131 do Canto X dos *Lusíadas*.

Segundo se lê nos capítulos 132, 200, 208 e 223 da sua obra, Fernão Mendes esteve no Japão quatro vezes (4) :

A 1.ª, casualmente, em 1542 (1), impelido das costas da terra firme da China para o arquipélago dos Léquios por um temporal de vento esgarrão, juntamente com dois outros portugueses (Diogo Zeimoto e Cristóvão Borralho). Vinham de atravessar o interior da Cochinchina e diligenciavam encontrar embarcação que os transportasse para Malaca ; haviam embarcado no pôrto de Lampacau em derrota para Leiló (2), a bordo dum de dois juncos pertencentes a um corsário chamado *Samipocheca*, que àquele pôrto chegara desbaratado, fugindo da armada do aitão do Chincheo (3). — Desembarque na ilha de Tanixuma (Tanegashima), em frente de Miaygimá (4).

A 2.ª, em 1546, tendo partido de Malaca em uma nau de Simão de Melo (governador da fortaleza), capitaneada por Jorge Álvares (natural de Freixo de Espada-à-Cinta), que de veniaga seguia para o


CHRONICA
DO PRINCIPE D. JOAM,
REY QUE FOY DESTES REYNOS,
segundo do nome, em que ſummariamente
ſe tratão as couſas ſubſtanciaes, que nel-
les acontecerão do dia de ſeu nacimen-
to atè o em que ElRey D. Affonſo
ſeu pay faleceo,
COMPOSTA
POR DAMIAM DE GOES,
DIRIGIDA AO MUYTO MAGNANI-
mo, e poderoſo Rey
D. JOAÕ III.
DO NOME.
LISBOA OCCIDENTAL,
NA OFFICINA DA MUSICA
M. DCC. XXIV.
Com as licenças neceſſarias, e Privilegio Real.
Vende-ſe na meſma Officina na rua
dos Gallegos.

EDIÇÃO MODERNA DA *Crónica do Príncipe D. João*

(1) A vinda dos léquios a Malaca e à Índia é também um facto que não sofre contestação. Vêmo-lo referido por Damião de Góis (quer no *De rebus et imperio lusitanorum*, quer na *Chronica do felicissimo rei Dom Emmanuel*, parte 4.ª, cap. 24), por Afonso de Albuquerque (*Commentarios*, parte 3.ª, cap. 18, pág. 359), por Gaspar Corrêa (*Lendas da India*, tomo 1.º pág. 69) e ainda num manuscrito inédito, datado de 1539, existente na Bibl. Nac. de Lisboa (Fundo geral, n.º 846), onde, a fls. 63 v., lemos o seguinte : «Passada a cidade de Cantão, porto da China, dizem os mouros navegantes que vai *huma terra muito grande* ao sueste. *E não sabemos se he terra firme, ou se he ilha, a qual he terra dos lequios donde a Malaca soião vir tres quatro naos*, assi como as dos chins e trazião muito ouro e prata em barras e seda por tecer e em panos mui riquos e muito bom trigo e formosas porcelanas e outras mercadorias assi como as da China. E levavão as mercadorias que os chins agora levão. *Os quais não vierão mais a Malaca depois que he del Rei nosso Senhor.* E dos chins ão as mercadorias que de Malaca levão e trazem as suas... Destes (os léquios) não digo mais, porque *sua terra nom he descuberta*, sòmente que os virão os portugueses na cidade de Sião e na cidade de Cantão porto da China». — Conf. *Livro de Duarte Barbosa*, última página.

(2) *Chronica do Felicissimo rei Dom Emmanuel* (1566), parte 4.ª, cap. 24 e 25.

(3) Escrevendo de Gôa ao padre Simão Rodrigues, aos 8 de Abril de 1552, dizia S. Francisco Xavier, falando do Japão . «a estas ilhas chamão os Castelhanos Ilhas platarias ; e disseram-me os Portugueses que achei en Japão que os castelhanos que partem de Nova Espanha para Maluco passão mui perto destas ilhas».

Do que lemos na *Peregrinação* (cap. 143, in-médio) parece dever concluir-se que os castelhanos chamavam «ilhas platarias» a «um grande archipelago de ilhas pequenas», situadas «mais ao noroeste desta terra Lequia» — e não às do arquipélago do Japão.

(4) Além das viagens que pessoalmente fêz, algumas vezes também lá mandou : «sòmente em Japão todas as vezes que lá fui *ou mandei* acertei sempre perder», «queixando-me quão pouco ditoso fora naquela terra», «pois que de todo me sucedia tão mal» (Carta de Malaca, 1554).

(1) A fixação do ano de 1542 para a primeira viagem de Fernão Mendes e *achamento* ou descobrimento do Japão, deduzo-a lògicamente dos capítulos 144 e 221 da *Peregrinação*. — Vide «Fernão Mendes Pinto e o descobrimento do Japão», artigo de Jordão de Freitas, no *Diário de Notícias*, de Agosto de 1907, dias 14, 15 e 17. O ano 1542 é, como se sabe, aquele em que S. Francisco Xavier seguiu para o Oriente e desembarcou na Índia.

(2) Aportara a Lampacau indo da ilha e porto de Sauchão, com mais 7 portugueses, dois dos quais eram os referidos Diogo Zeimoto e Cristovão Borralho. Em Lampacau achavam-se então «dois juncos da costa do Malaio, um de Patane e outro de Lugor», os quais dali partiram para aquela costa dentro de poucos dias, recusando-se os seus capitães a levar Fernão Mendes e seus companheiros (*Peregrinação*, cap. 132).

(3) No outro junco do corsário, que ia capitaneado por um sobrinho dêste, embarcaram os outros cinco companheiros de Fernão Mendes.

Registe-se o seguinte passo do *Tratado que compôs o nobre e notável capitão António Galvão*, obra publicada pòstumamente (1563) por Francisco de Sousa Tavares, testamenteiro do autor : «No ano de 542 achandose Diogo de Freitas no *Reyno de Syam* na cidade Dodra capitam de hum navio lhe fugiram tres portuguezes em hum junco que ia pera a China, chamavam-se Antonio da Mota, Francisco Zeimoto e Antonio Pexoto. Hindo de caminho pera *tomar porto na cidade de Liampo*, que está em trinta e tantos graos daltura, lhe deu tal tormenta á popa, que os apartou da terra, e em poucos dias ao levante *viram* huma ilha *em trinta e dous graos*, a que chamam os Japões, que parecem ser aquellas Sipangas de que tanto fallam as escrituras, e suas riquezas : e assi estas tambem tem ouro, e muita prata, e outras riquezas». Advirta-se que o autor não diz terem êstes três portugueses visitado o Japão, desembarcando ; êles tão sòmente *viram*, na latitude 32 graus, uma ilha a que chamam os Japões e que parece serem as Sipangas. — António Galvão, que voltára da Índia a Portugal em 1540, havia falecido em Lisboa a 11 de Março de 1557 ; dez anos depois veio a falecer o seu testamenteiro (ao certo, antes de 30 de Setembro de 1567).

Leia-se também a carta de Garcia Descalante, datada de Lisboa no primeiro dia de Agosto de 1548, a págs. 200-205, tomo 5.º, da «Coleccion de documentos ineditos relativos al descubrimiento, conquista y organisacion de las antiguas posesiones españolas en America y Oceania», por D. Luís Tôrres de Mendoza (Madrid, 1866). Diogo do Couto (Década 5.ª, Liv. 8.º Cap. 12, publicada em 1612, mas já licenciada em 1602), referindo-se ao mesmo facto, diz que António da Mota, Francisco Zeimoto e António Peixoto *iam buscar o porto do Chincheo* (Tchangtchou), e que o junco ia carregado de couros e lhes pertencia.

(4) Passou depois para a ilha de Kyûshû, numa embarcação a remos, aportando em Hiamangó (Yamangawa) e em Quanguixuma (Kagoshima), na província de Satsuma ; seguindo pelas costas das províncias de Ósumi, Hiûga e Bungo, aqui desembarcou, aportando em Osqui (Usuki) e seguindo por terra até Fucheo (Funai, hoje Oita, capital do distrito do mesmo nome).

O daimio (senhor feudal) de Bungo de então chamava-se Orengendó (Otomo Yoshinori), Hiaxarão Goxo. Tinha 3 filhos : Yaretandono (Otomo Yoshishigé), que, em 1546, lhe sucedeu no daimiato (*Peregrinação*, cap. 225) ; Arichandono (Heachiro), que se feriu com a espingarda de Fernão Mendes (Ibid., cap. 136) e Facharandono, que veio a ser «rei» de Amanguchi (Ibid., cap. 135 e 210). Em 1542, o segundo dêstes tinha 16 para 17 anos ; o terceiro, 9 para 10. A êste último diz respeito a referência dum outro desastre de espingarda mencionado na carta do padre Luís Fróis, de 5 de Junho de 1577, publicada na edição das *Cartas do Japão* feita em Évora (1598), fls. 383.

Ho Prefte Ioam das indias

Este raríssimo livro do Padre Francisco Alvarez foi impresso em Lisboa, na oficina de Luís Rodrigues em 1540.

O seu frontespício é uma gravura curiosa para o estudo do tempo, pois que nos dá, de arquitectura e indumentária, dados absolutamente precisos e concretos. O cavaleiro precedido de dois soldados a pé e seguido pelo seu alferes com a bandeira das quinas, é boa e luxuosa gravura. Dêste raro livro possuem exemplares a Biblioteca Nacional, a da Ajuda e Évora, o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e as Bibliotecas de Modena, Estocolmo e Nova York.

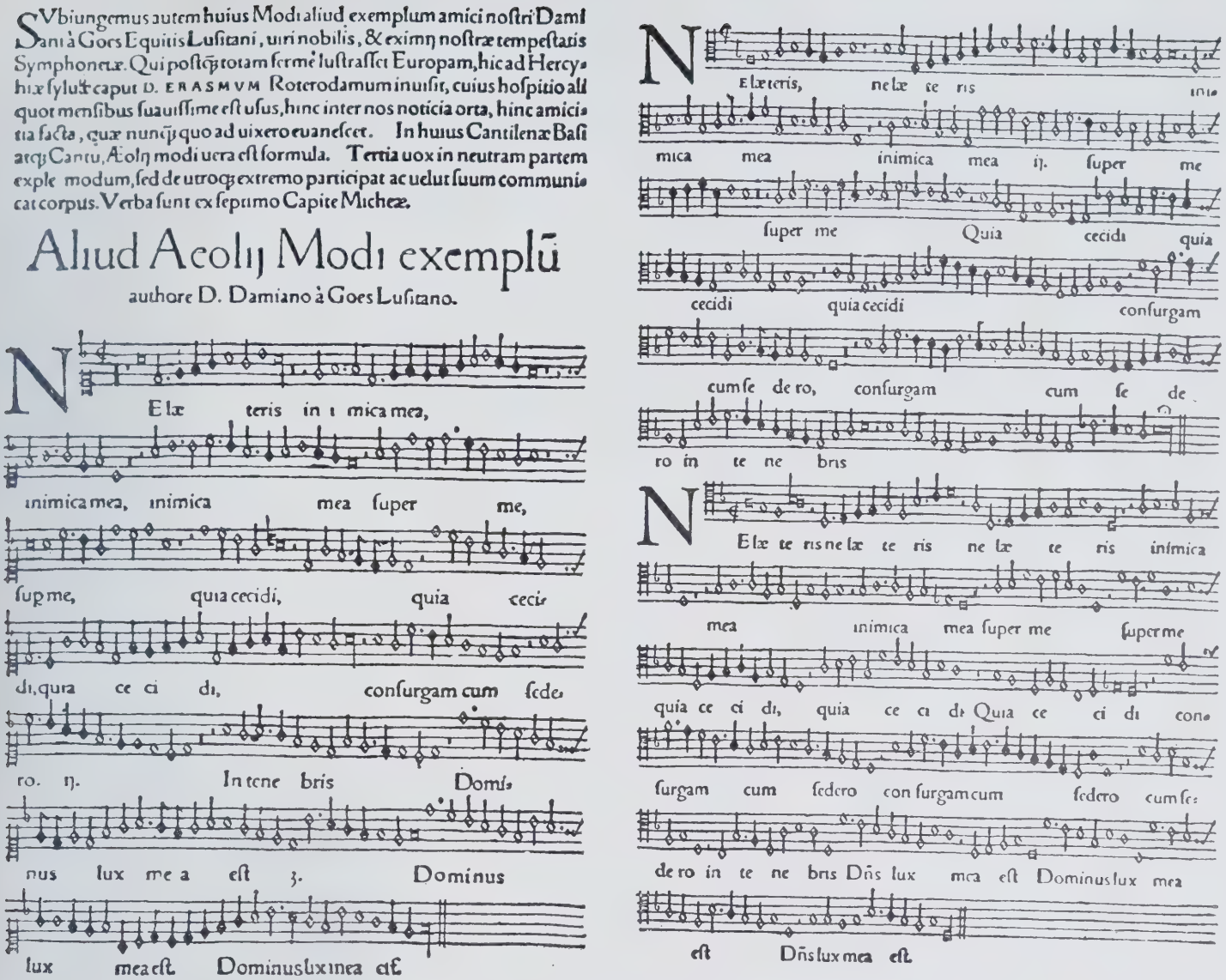
Ho Preste Joam das indias.

Verdadera informaçam das terras do Preste

Joam/segundo vio e escreueo ho padre Francisco Aluarez capellã del Rey nosso senhor. Agora nouamẽte impresso por mandado do dito senhor em casa de Luis Rodriguez liureiro de sua alteza.

Um belo e raro livro do século de quinhentos

(1540)



A ÚNICA COMPOSIÇÃO MUSICAL QUE SE CONHECE DE DAMIÃO DE GÓIS. Foi impressa em 1599 no livro *Dodecachordon*, por Glareanus, que a Damião de Góis escreveu uma carta em latim. (Pub.ª na *Bibliographia Goesiana*)

Japão (1). — Desembarque na ilha de Kyûshû (primeiramente na província de Bungo, no pôrto de Funai, e depois na de Satsuma, no pôrto de Yamagawa) (2).

A 3.ª em 1550, a bordo da nau de Duarte da Gama (3). — Desembarque na província de Bungo, no rio de Finge (1).

A 4.ª e última em 1554-1556, numa nau de que era capitão e senhorio D. Francisco de Mascarenhas (de alcunha *O Palha*), tendo partido de Gôa no dia 16 de Abril de 1554, a bordo da nau em que D. António de Noronha seguia para Malaca a tomar posse da capitania desta fortaleza (1554-1556), sucedendo a D. Álvaro de Ataíde da Gama (1552-1554). — Desembarque no pôrto de Xeque, na baía de Funai, no princípio de Julho de 1556. Nesta viagem, Fernão Mendes era enviado por D. Afonso de Noronha (vice-rei da Índia, 1550 a Setembro de 1554) como embaixador oficial ao dáimio (senhor feudal) do Bungo, Otomo Yoshoshigé. Fernão Mendes, que chegara à Índia no princípio do ano, vindo de Sião e Pegú, acabava de alistar-se na Companhia de Jesus, no colégio de S. Paulo, em Goa (2). Com a embaixada diplomática e civil seguiu uma outra essencialmente religiosa e missionária, cujo chefe era o padre jesuíta Belchior Nunes

(1) A êste Jorge Álvares se deve a mais antiga informação do Japão enviada da Índia para a Europa. Remeteu-a S. Francisco Xavier em Janeiro de 1548. Foi publicada, pela primeira vez em 1907, por A. Tomás Pires, no *Instituto* (Coimbra), vol. 54, págs. 54-63. Conheço três cópias duma sua versão em castelhano; uma delas foi publicada em 1894 por Jerónimo da Câmara Manuel, nas suas *Missões dos jesuitas no Oriente nos séculos* XVI e XVII, págs. 113-125.

A *Peregrinação* diz que a nau foi surgir na ilha Tanegashima, «no meio da angra, que é o surgidouro da cidade Guanxiro».

Jorge Álvares não se refere à ilha Tanegashima, mas sim à de Kyûshû; o pôrto em que diz ter estado é o de Amangoão («Hiamango» da *Peregrinação*), o qual diz estar «em trinta e dous graus e tres quartos»; a ilha seria de «duzentas leguas em roda pouco mais ou menos, segundo a informação dos Japões que nola derão». A latitude é, portanto, sensìvelmente a mesma em que António Galvão diz estar situada a ilha de que fala no passo que fica transcrito em a nota 3 da pág. anterior, col. 2.ª.

A mais antiga referência ao descobrimento das «ilhas dos Japões e a grande provincia Meáco que ainda por sua grandeza não sabemos se é ilha se terra firme continua a outra costa da China» — feita em Portugal, em letra de fôrma — pertence a João de Barros, que a estampou em 1552 na sua *Ásia* (Década 1.ª, Liv. 9, Cap. 1.º, fls. 106 v. e 109 v).

(2) No intervalo destas duas viagens de Fernão Mendes, esteve no Bungo (Funai) um junco com 6 ou 7 mercadores portugueses, cujo principal era Jorge de Faria, homem rico que trazia ali comsigo uma boa quantidade de fazenda (*Cartas do Japão*, 1598, pág. 422; *História da vida do padre Francisco Xavier*, por João de Lucena, 1600, pág. 721).

(3) A bordo da nau de Duarte da Gama é que S. Francisco Xavier regressou do Japão à China, no mês de Novembro de 1551. Dias antes, Fernão Mendes havia-lhe emprestado 300 cruzados para se fazer uma casa em Amanguchi, o que pelo Apóstolo das Índias é confessado em carta escrita de Cochim a D. João III, aos 31 dias de Janeiro de 1552. Nesta carta, ainda hoje inédita, S. Francisco Xavier diz que Fernão Mendes é «homem rico» e tem dois irmãos, de nome Álvaro e António, pelos quais o Apóstolo se interessa.

(1) O dáimio do Bungo era então Otomo Yoshinori, de quem falámos em nota anterior — Vide *Portugueses no Japão — Suas primeiras viagens*, artigo de Jordão de Freitas, publicado na *Revista Litteraria, Scientifica e Artistica*, do *Século*, de 19 de Janeiro dêsse ano.

(2) Dêste facto não fala a *Peregrinação*; êle é, porém, incontroverso, tendo sido largamente relatado em cartas do próprio Fernão Mendes e de outros filhos da Companhia de Jesus, como veremos.

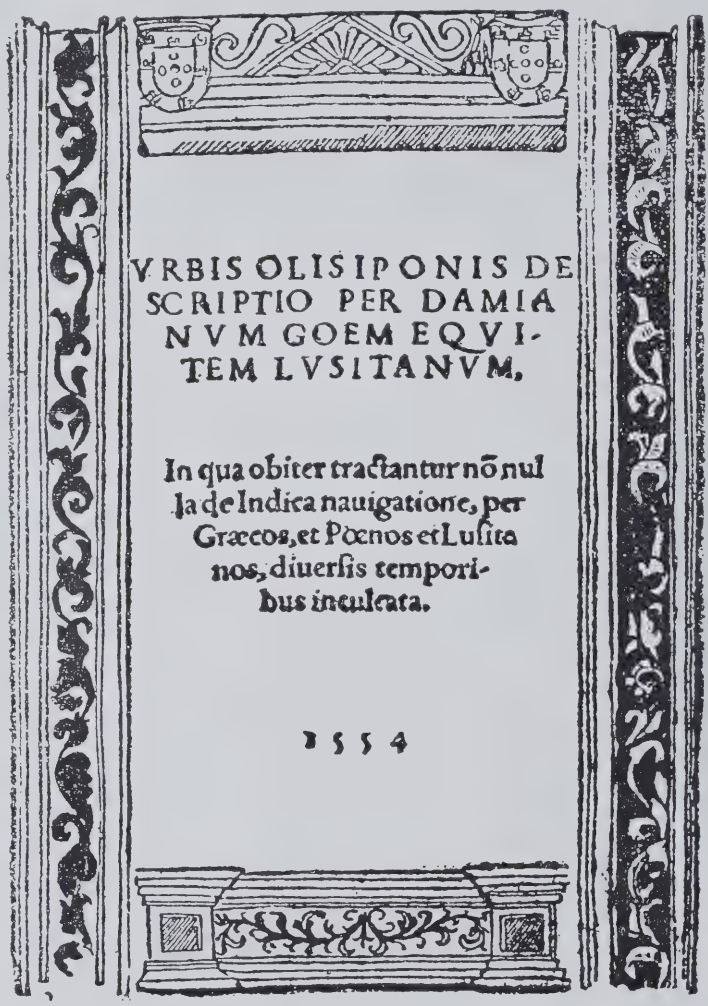
Barreto; com êles foram mais cinco membros da Companhia e cinco meninos da doutrina. Desta vez a estadia de Fernão Mendes no Japão foi de quatro meses e meio. Tendo partido de lá em meados de Novembro do mesmo ano de 1556, os dois embaixadores reentraram em Goa no mês de Fevereiro do ano seguinte. À frente do govêrno da Índia achava-se então Francisco Barreto (1555-1558), a quem Fernão Mendes deu logo conta do que se passara na sua missão no tocante à incumbência que recebera de D. Afonso de Noronha, entregando-lhe uma carta e uns presentes que lhe enviara o dáimio do Bungo. Do governador recebeu então um «instrumento» dos muitos e relevantes serviços por êle prestados ao rei e à pátria, a que juntou diversas certidões e uma carta para D. João III. No decorrer dêste ano, o aventuroso Fernão Mendes deixou de pertencer à Companhia de Jesus — voluntàriamente e a seu pedido segundo uns (1); por ser expulso, no dizer de outros (2).

Em meado de Janeiro de 1558 partiu para Lisboa, onde aportou em 22 de Setembro imediato.

Chegado a Portugal, depois de baldadamente haver esperado 4 anos e meio o despacho dum requerimento que dirigira à raínha-regente, Fernão Mendes foi residir para Almada, vivendo no Pragal, onde passou, casado e com filhos, os últimos anos da sua vida. Em Outubro de 1582, o antigo amigo e companheiro de viagem de S. Francisco Xavier e ex-confrade de Belchior Nunes foi ali — «perto da quinta de Val-de-rosal» — visitado pelos padres jesuítas João Pedro Maffei e Gaspar Gonçalves (reitor do Colégio de Santo Antão), que dêle tomaram *algumas informações da China*, passando-as depois à escrita. Dêsse documento foi encontrada cópia, da época, no espólio do primeiro dos dois visitantes, pelo sábio orientalista e muito erudito biógrafo de S. Francisco Xavier, reverendo padre Jorge Schurammer, S. J., a quem igualmente se deve a sua publicação no idioma original (o português) e em tradução para a língua alemã: aquela na *Revista de História*, vol. 13 (1924); esta a págs. 195-202 do seu importantíssimo estudo crítico *Fernão Mendes Pinto und seine* PEREGRINAÇAM, publicado na revista alemã *Asia Major* (Leipzig, 1926), vol. 3.°, fasc. 1 e 2.

O documento de que se trata tem ao alto, na margem esquerda, em letra de punho diferente da do texto, os seguintes dizeres: «Esta enformação foi tomada de palavra a Fernão Mendez em Outubro de 82 na banda dalem de lixboa perto da quinta de val de rosal achandose presente o padre Gaspar Gonçalves da companhia de Jesus: e por elle foi esta relação emendada em maior certeza como se ve em alguas partes della» (1).

No penúltimo parágrafo lê-se o seguinte: «No primeiro descobrimento do Japão se achou Fernão Mendez com alguns dous ou tres Portugueses em hum junco dos Chins dos quais foi necessario fugirem de hua armada de Chins que guardava a costa contra elles... até que com estes trabalhos com uma tromenta que tiverão ouveram vista da terra de Japão e chegarão a hum porto por nome Tanoxima em dia de S. João no anno de quarenta e hum». E na margem: «Vindo Fernão Mendez depois de seu cativeiro ter a costa da China não tendo outra embarcação, se meteu com hum cosairo Chim com dous companheiros Portuguezes; e outros dous se meteram em outro navio da mesma companhia do cosairo que foi tomado» (2).


VRBIS OLISIPONIS DE
SCRIPTIO PER DAMIA
NVM GOEM EQVI-
TEM LVSITANVM,

In qua obiter tractantur nõ nul
la de Indica nauigatione, per
Græcos, et Pœnos et Lusita
nos, diuersis tempori-
bus inculcata.

M D L I I I I

O RARO LIVRO SÔBRE LISBOA, publicado em 1554, por Damião de Góis

(1) Vejam-se *Subsídios para a bibliographia portugueza, relativa ao estudo da língua do Japão*, por Jordão de Freitas, no *Instituto* (Coimbra), n.° de Dezembro de 1904, nota 2 de pág. 765, carta do autor dêsse artigo publicada no *Diário de Notícias* de 5 de Dezembro de 1905 e ainda o artigo, do mesmo autor, *Jesuitas no Japão — Um inédito do século* XVI, no referido jornal de 20 de Março de 1906.

(2) *História e Memórias da Academia Real das Sciências de Lisboa* — T. X, parte 1.ª (1904) e parte 2.ª (1905): estudos de Cristóvão Aires, págs. 51-52 C. na 1.ª e págs. 45-50 na 2.ª — Conf. *A Inquisição em Góa — Subsídios para a sua história*, artigo de Jordão de Freitas no *Archivo historico portuguez*, tomo 5.°, págs. 216-227.

Referindo-se à saída de Fernão Mendes da Companhia, diz um dos filhos desta: «Fernão Mendes Pinto sahio da Companhia e não escreveu este dezar em seus trabalhos de sua vida» (Bibl. da Ajuda — Códice 49-IV-55, pág. 12).

Neste mesmo ano e no de 1556 se procedeu em Goa, Cochim, Baçaim e Malaca às inquirições sôbre a vida, virtudes e milagres do padre Francisco Xavier; nas de Cochim figura um primo de Fernão Mendes, cujo nome era Francisco Garcia de Varguas, cavaleiro fidalgo da casa del-rei e que lá se encontrava ainda em Janeiro de 1557.

(1) Quando da publicação na *Revista de História*, esta nota marginal afigurou-se ao padre Schurammer ser «nota autographa do P. Maffei». A letra dêste apógrafo é, porém, tôda do punho dum outro religioso da Companhia, o padre João Rebelo, segundo hoje crê aquele escritor (pág. 194 da *Asia Major*). Precedendo a reprodução do apógrafo na língua original, o padre Schurammer escrevera: «No mez de Outubro de 1582 o P. Maffei, acompanhado pelo P. Gaspar Gonçalves S. J., foi visitar Mendes Pinto, que havia sido um anno (aliás cêrca de três) noviço da Companhia de Jesus, mas não tinha perseverado nesta vocação, para ter d'elle algumas informações sobre China e Japão. O que Mendes Pinto lhes contou, Maffei nos tem conservado no documento que publicamos».

(2) Pouco crédito parece ter merecido ao padre Maffei a informação do seu ex-correligionário relativa à comparticipação dêste no descobrimento do Japão. Se assim não fôra, o autor da *História das Índias*, publicada sete anos depois, não teria escrito: «outros portugueses (alii lusitani) se atribuem o titulo ou a honra de haverem sido os primeiros que foram a esta terra (aditae primum ejus terrae titulum, decusve... ad se trahunt); mas eu acreditaria em António Galvão, que claramente narra no livro que escreveu acêrca dos descobridores do novo orbe que António da Mota, Francisco Zeimoto e António Peixoto...» («Historiarum Indicarum libri XVI», pág. 249 da 1.ª edição — Florência, 1589).

Na esteira de Maffei seguiram os seus correligionários padres Alexandre Valignano, em 1601 (Códice da Bibl. da Ajuda, 49-IV-53, n.° 2, fl. 7), Sebastião Gonçalves e João Rodrigues Tçuzzu, em 1633 (Ibid., n.° 1, fl. 25). Como vimos, os nomes referidos na Década 5.ª, de Diogo do Couto, em 1612, são os de António Galvão. Conf. *O Japão e os seus descobridores*, artigo de Jordão de Freitas publicado no *Diário de Notícias*, de 1 de Março de 1905.

A VILA DE ALENQUER, pátria de Damião de Góis, vista do lado da Chemina. (Foto de 1902 publicada em *O Occidente*)

Decorridos cêrca de 3 meses sôbre o encontro do P.e Maffei com Fernão Mendes, era assinada pelo rei D. Filipe, com a data de 15 de Janeiro de 1583, uma carta de tença dando dois moios de trigo anuais ao autor da *Peregrinação*, havendo «respeito aos serviços de Fernão Mendes Pinto morador na villa de Almada, feitos nas partes da India». A morte sobreveio-lhe apenas cinco meses e vinte e três dias depois, em 8 de Julho de 1583 (1).

II — As Cartas

A — Carta escrita do Colégio de Malaca aos 5 de Dezembro de 1554, dirigida para Portugal. — Quer na edição oficial de algumas cartas de jesuitas feita em Coimbra em 1555 (2), quer na colecção de cópias, igualmente oficiais e contemporâneas, existente na Biblioteca da Ajuda (1) — esta carta vem assim designada: «Carta do Irmão Fernão Mendes da Companhia de Jesus da India para os padres e irmãos da mesma Companhia de Portugal». Foi escrita em obediência às determinações do padre Belchior Nunes Barreto, reitor do Colégio da Companhia em Goa, vice-provincial na Índia e chefe da missão religiosa que, tendo partido de Goa em Abril dêsse mesmo ano, se dirigia para o Japão. Constava de 7 págs., segundo refere o padre Francisco da Cruz, S. J., na sua «Bibliotheca Lusitana» (2), o qual diz tê-la visto no Colégio de S. Roque. O Cód. da Ajuda que a regista, é o 49-IV-49.

O seu contexto pode dividir-se em 2 partes. Na primeira — depois de dizer ter gasto quarenta anos da sua vida em «trabalhos, cativeiros, fomes, perigos e vaidades» (3), haver XVIIJ (dezoito) anos (incompletos) que saira de Portugal e XIIJ (treze) que andava «*nas partes*

(1) *Anno histórico*, tomo 2.º, pág. 329. — A fls. 98 do Liv. 3.º dos óbitos da freguesia de N. S.ª do Castelo, da vila de Almada, encontrei há anos o termo que se segue: «ho p.ro de fev.ro de 623 annos faleceo m.ª correa de brito mulher de *fernão mendes pinto* que deus tem está o corpo da defunta sepultado dentro da ig.ª de nossa snra. do cast.º no meio da ig.ª de que fiz este termo era ut supra — Christovão vaas d'Almeida». — E êste outro, a fls. 103: «Aos 17 dias do mes de 9.ro de 626 faleceo paulo dias na *quinta de fernã mendes* está sepultado dentro na ig.ª de nossa snr.ª pegado á capella de san fr.co de que deu logo a esmola que sam cinquo tostões de que fiz este termo era ut supra — Christovão vaas d'Almeida».

(2) «Copia de unas Cartas de algunos padres y hermanos de la compañia de Iesus, que escrivieron de la India, Iapon y Brasil a los padres y hermanos de la misma compañia, en Portugal trasladadas de portugues en castellano. Fueron recebidas el año de mil y quinientos y cincuenta y cinco. Acabaron se a treze dias del mes de Deziember. Por Ioan Alvarez. Año M.D.LV». — Opúsculo in-4.º, got., 33 fls. in. Ao todo 7 cartas, dirigidas do Oriente e do Brasil; nenhuma, porém, do Japão. Ao que parece, foi mandado imprimir por D. Fr. João Soares, bispo de Coimbra (1545-1572). João Alvarez foi impressor em Coimbra a partir de 1550.

(1) Conhecemos três destas colecções contemporâneas, destinadas aos Colégios da Companhia em Portugal: Lisboa, Évora e Coimbra. Acham-se actualmente arquivadas na Biblioteca da Ajuda (2 vols.) e Academia das Sciências de Lisboa (3 vols.), as duas primeiras; a terceira está dividida por três estabelecimentos: Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1 vol.), Biblioteca Nacional de Lisboa (2 vols.) e Arquivo da Tôrre do Tombo (1 vol.).

(2) Mss. da Biblioteca da Ajuda, 51-IX-48 fls. 331. Êste autor faleceu em 1766, tendo-se alistado na Companhia em 1643.

(3) Neste passo se baseou Brito Rebelo para concluir que Fernão Mendes Pinto nascera em 1514 — e não por volta de 1509-1511.

CASA DA QUINTA DO BARREIRO, onde se supõe ter nascido Damião de Góis

IGREJA DA VÁRZEA, onde está sepultado Damião de Góis

da China e *Japão*» (1), ter emprestado dinheiro no Japão a S. Francisco Xavier para lá se construir a primeira igreja e casa da Companhia, e de declarar-se natural de Montemor — passa a relatar minuciosamente as circunstâncias que precederam e acompanharam tanto o seu empreendimento de ir novamente ao Japão como a sua admissão na Companhia de Jesus em Goa, onde se achava desde o princípio dêsse mesmo ano. Assim, descreve a vinda e trasladação do cadáver de S. Francisco Xavier, de Malaca para aquela cidade, e dá notícia da resolução que o referido padre Belchior tomara de ir ao Japão prègar a religião cristã (2), levando consigo onze pessoas (3). Por fim comunica terem chegado todos a Malaca em 18 de Junho e que ali ficavam aguardando nova monção para o Japão, o que seria em Abril do ano imediato (4). Em certa altura, volta a referir-se aos «muitos perigos de morte de que sempre Deus o tinha livrado no mar e na terra».

Ao entrar na segunda parte, repete que o padre Belchior lhe mandou que escrevesse àcêrca dos costumes de algumas terras que tinha visto, em razão de haver nelas gasto muitos anos da sua vida; dirá o que lhe recordar (1).

Em seguida descreve diversos costumes e várias cousas que viu nos diversos reinos em que andou. Depois de se ocupar do Pegú, Martavão (onde diz ter estado duas ou três vezes), Sião (onde esteve por duas vezes), Cambaia (aliás Camboja), Champá, Ainão e Cochinchina, diz: «Daqui por diante corre a *terra da China que é um processo quasi infinito falar nela*. Se Deus nos der vida, de Japão vos escreverei *muitas cousas da China* e da disposição da terra, para nela se aumentar a santissima fé de Jesú Cristo Nosso Senhor. Daqui a duzentas e cincoenta legoas estão os liquios, cem leguas antes de chegar a Japão, donde se perderão uns portugueses e elRey dos liquios lhe mandou dar embarcação» (2).

B — Carta escrita de Macau ao padre Baltasar Dias, reitor do Colégio de Goa, em 20 de Novembro de 1555. — Enviada por cópia para Lisboa, foi aqui diferentemente trasladada nos 2 volumes da colecção pertencente ao Colégio de S. Roque, sob os títulos seguintes, respectivamente: «Copia de hua carta do Irmão Fernão Mendes que escreveo de Malaca [aliás Macau] ao Reitor do Colégio de Goa a 20 de Novembro de 1555» (3) e «Copia de huma carta do Irmão Fernão Mendez que escreveo de Amaquá [Macau] junto da China ao padre Baltazar Dias a Goa reçebida em Lisboa no ano de 1557» (4). — Pormenorizado relato de tôda a viagem desde Malaca até Lampacau e Macau, com o «soçedimento della e de quanto trabalho temos passado», «não lhe escrevendo todavia do que passamos de 100 partes huma porque para lhe escrever tudo

(1) No Códice da Ajuda (49-IV-49, fl. 186 v.), bem como no do Ministério dos Negócios Estrangeiros, lê-se xvj (dezasseis); e xvij (dezassete) no da Academia de Sciências. Em todos êles houve engano por parte dos copistas. A xvj anos corresponderia o ano de 1538; a xvij, o ano de 1537. Neste último saíu Fernão Mendes, de Lisboa; em 1538, ainda não chegara a Malaca. O ano correspondente a xiij é o de 1541. Por volta de 1540-1541 é que realmente chegou à China e nela se internara com Diogo Zeimoto e Christovão Borralho e outros portugueses.

(2) No mês de Maio e nas alturas de Cochim, o padre Belchior Nunes escreve ao padre Mirão (provincial da Companhia em Portugal) e ao padre Prepósito geral, dando-lhes conta desta resolução, dizendo a êste que «Fernão Mendes vai já recebido por nosso irmão», informando ser êle pessoa muito conhecida daqueles reis do Japão, «por haver tratado *quatorze anos* naqueles reinos», e acrescentando: «Um irmão do bom Fernão Mendes, nosso irmão, tomaram os mouros do reino de Bintão, que está mais longe de Malaca, ao qual, como não podessem resolver a fazer-se mouro, com muitas promessas e presentes, o quizeram forçar com mui crueis tormentos, e atando-o a uma arvore atiraram-lhe com uma peça de artilharia, por tres ou quatro vezes, sem lhe poder tocar, invocando elle sempre o favor de Nosso Senhor, até que por fim lhe acertaram e o despedaçaram, ficando elle martir glorioso, pois padeceu pela fé». A carta ao padre Inácio de Loiola teve várias edições, a mais antiga das quais é de Barcelona, 1556, em castelhano; dêste mesmo ano há também uma edição em italiano, publicada em Roma.

(3) «Hos companheiros do Padre Mestre Belchior somos onze, sc. seis da Companhia e cinco mininos da doutrina» (citado Códice da Ajuda, fl. 188). Um dos irmãos noviços era Luís Fróis. Conf. referida carta do padre Belchior. Êste tornou a escrever de Málaca para Portugal e Roma.

(4) De facto, após 9 meses e meio de forçada estadia em Málaca, vieram a partir daqui no dia primeiro de Abril de 1555, numa caravela de que era capitão Cosmo Rodrigues, grande amigo de Fernão Mendes. Deixando a caravela em Pulotimão, prosseguiram a viagem num galeão capitaneado por Francisco Toscano.

(1) O texto dêste passo não vem em nenhum dos três Códices oficiais; aparece pela primeira vez na edição castelhana (Coimbra, 1555).

(2) Segundo se lê na *Peregrinação* (cap. 137-143), êste naufrágio deu-se pouco depois de Fernão Mendes haver feito a sua primeira viagem ao Japão, sendo êle um dos náufragos a quem foi dada embarcação para regressar à China. A êste mesmo naufrágio fêz referência a «Informação» verbal dada por Fernão Mendes no Pragal, em Outubro de 1582.

(3) Biblioteca da Ajuda, Códice 47-IV-49, fls. 253-255.

(4) Ibid., Códice 49-IV-50, fls. 95-98. Cada uma destas duas cópias corresponderá provàvelmente a uma via de remessa.

LÁPIDE NA IGREJA DA VÁRZEA, em Alenquer. Brasões de Damião de Góis e de sua mulher D. Joana de Hargem

he necessario que o mar fosse tinta e o ceo papel» (1). A descrição de parte do roteiro desta viagem (desde Malaca) encontrâmo-la também em cartas do padre Belchior e do irmão Luís Fróis: o primeiro em carta dirigida igualmente de Macau para Goa em 23 do mesmo mês de Novembro (2); o segundo (que ficara em Malaca), em cartas enviadas dali nos dias 1 e 15 de Dezembro seguinte para Goa e Portugal, e 7 de Janeiro de 1556 outra vez para Goa (3).

A carta que Fernão Mendes escreveu de Macau não foi mandada publicar.

A de Malaca chegou a Lisboa antes do fim do ano de 1555. Com ela vieram três outras, sendo duas de Goa e outra de Malaca — tôdas do mesmo referido ano de 1554. Estoutra de Malaca, datada de 3 de Dezembro, era do padre Belchior e dirigida ao padre Mirão, provincial de Portugal; das de Goa, uma era do irmão Aires Brandão e datada do dia 23 dêsse mesmo mês; a outra, do padre Pedro de Alcáçova, sem indicação do mês. Aires Brandão e Belchior Nunes ocupam-se largamente de Fernão Mendes (4), da sua admissão na Companhia e da sua viagem e embaixada ao Japão (5). Desde logo traduzidas para castelhano, estas cartas foram imediatamente mandadas imprimir em Coimbra, formando, com três outras vindas do Brasil, o opúsculo a que acima me referi. A carta de

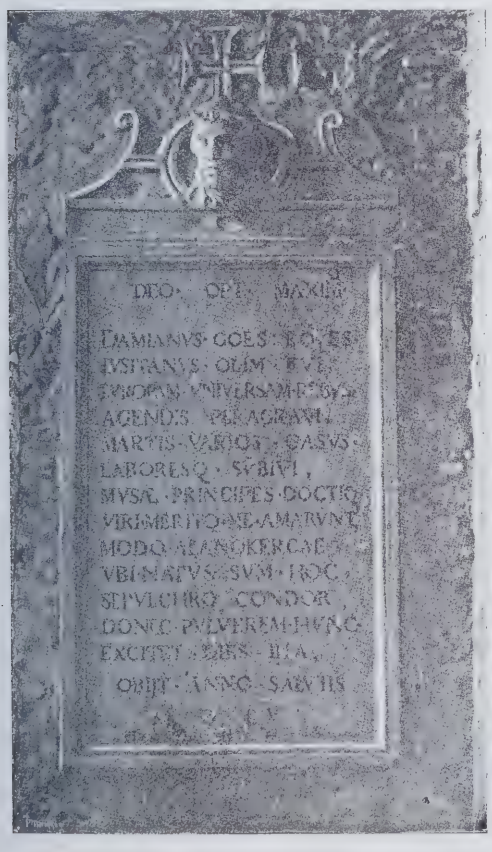
(1) Fernão Mendes diz ter escrito uma outra carta ao mesmo padre Baltasar Dias no ano anterior. Dela não conhecemos nenhum apógrafo. Diz êle: «Ja o anno passado escrevi a V. R. a causa por que não fomos a Japão e todos os mais inconvenientes e estorvos que o demonio a isso nos poz».

(2) Códice 49-IV-49, fls. 237-241 v.

(3) Códices 49-IV-50, fls. 91 v.-94 v.; 49-IV-49, fls. 234 v.-235 v., 276 v.-279.

(4) Nestoutra carta dizia o padre Belchior ter Fernão Mendes passado a deixar de servir o *pagode Mamona*.

(5) Com esta sua carta enviou o padre Belchior uma «Informação de algumas cousas acêrca dos costumes e leis do reino da China que hum homem honrado que lá esteve cativo seis anos contou no Colegio de Malaca ao padre mestre Belchior, ano de 1554» (citado Códice da Ajuda, fls. 193 v.-197). A carta refere-se-lhe nos termos seguintes: «tambem lhe mando huma enformação das cousas da China para que vejais e sintais quam grande mal he em tão bom natural não estar edificado o sobrenatural». Em termos muito semelhantes se exprime o mesmo padre na carta que, na mesma data, escreveu para Roma ao padre Inácio de Loiola, a quem igualmente envia uma outra cópia da *Informação*. Esta foi também dada à estampa nas já citadas edições oficiais de 1555, 1556, 1559, 1561 e 1565. Num dos dois exemplares da primeira destas edições existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, escreveu-se, em letra presumivelmente do mesmo século, ao lado do título: «Fernão Mendes Pinto é o homem». Em artigo publicado em 8 de Maio de 1905, na *Revista Litteraria, Scientifica e Artistica*, de *O Seculo*, da autoria de Jordão de Freitas, se prova não ser exacta esta atribuição, perfilhada e defendida, aliás, por José Feliciano de Castilho, Inocêncio da Silva, Cristóvão Aires e outros escritores.



LÁPIDE NA IGREJA DA VÁRZEA, em Alenquer. Epitáfio de Damião de Góis

RELÓGIO DE SOL, dado por Damião de Góis ao Convento de S. Francisco em Alenquer. Um dos capitéis das colunas do cláustro. (Desenhos de Ribeiro Cristino em *O Occidente*, 1902)

Fernão Mendes tem aí a data de 5 de Abril, e não a de 5 de Dezembro. Está, porém, provado já que foi êrro, proveniente de quem fêz a tradução ou a cópia lançada no códice da Biblioteca da Ajuda e dêste reproduzida nas duas outras colecções, onde também o mês é o de Abril. Dada novamente à estampa no estrangeiro (posto que sòmente a segunda parte), em castelhano e italiano, em 1556 (Barcelona e Roma), 1559 (Veneza), 1561 (Saragoça) e 1565 (Veneza) — foi-lhe restituida a data de 5 de Dezembro. Assim se explica que Barbosa Machado tivesse atribuído a Fernão Mendes uma «Carta de Malaca em 5 de Abril de 1554 que começa *Determinado tenia charissimos hermanos*» e outra «Carta escrita de Malaca a 5 de Dezembro de 1554 aos Padres do Collegio de Coimbra».

Certamente por já não pertencer à Companhia o seu autor, esta carta foi totalmente eliminada nas edições oficiais de Portugal feitas em 1565 (João de Barreira e João Álvares — Coimbra), 1570 (António Mariz — Coimbra) e 1598 (Manuel de Lira — Évora). O seu aparecimento nas edições de Veneza e Saragoça em 1559, 1561 e 1565 terá a sua explicação na ignorância, por parte dos respectivos editores, de Fernão Mendes já não ser membro da Companhia.

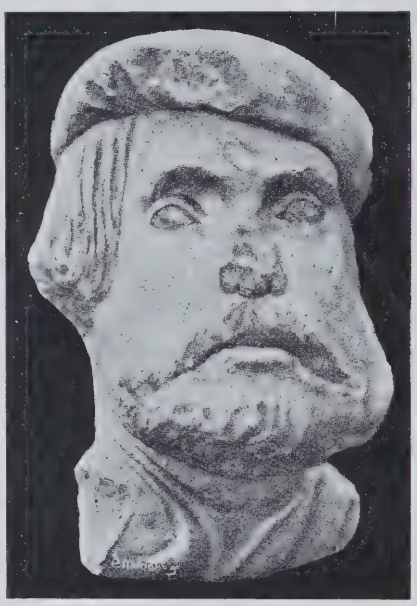
Recebida em Lisboa a notícia dêste facto, os detentores do Códice hoje existente na Biblioteca da Ajuda houveram por bem rasurar ou riscar o nome dêsse ex-jesuita, signatário da carta. Assim, onde, no alto da primeira página,

o copista primitivo havia escrito: «Carta do Irmão Fernão Mendes», riscou-se o *Fernão* e sobrepôs-se-lhe um *Manuel* (fl. 186 v.); na assinatura do fecho (fl. 190), idem. Na carta de Belchior Nunes, onde êste escrevera: «Poem em muito espanto a gente desta terra o nosso Irmão Fernão Mendes, que he embaixador» (fl. 191), riscou-se da mesma maneira o *Fernão* e por cima garatujou-se outro nome. Na carta de Aires Brandão, também copiada neste Códice (fls. 182 v.-186), não se procedeu de modo idêntico, talvez porque nessa não se empregara o vocábulo *irmão* e sòmente se escrevera: «hum homem de fora que ho avia conhecido em Japão; este homem se chama Fernão Mendes» (fl. 184 v.); «no colegio onde Fernão Mendes o estava esperando» (fl. 185); «tomando por seus companheiros hum padre de missa com sinco Irmãos e mais Fernão Mendes» (ibid.); «Fernão Mendes vai como dixe por embaixador do Sor Visorei» (ibid.) (1).

Nos copiadores de Évora e Coimbra, a eliminação onomástica efectuou-se por outro processo; como estas cópias foram feitas quando em Portugal se sabia já que Fernão Mendes deixara de pertencer à Companhia, o seu nome não chegou a ser trasladado quando se copiaram estas três cartas: ou foi simplesmente omitido, ou deixado em branco o espaço em que êle deveria ser lançado (2).

Quando reeditadas em Portugal, em 1565, 1570 e 1598, as duas cartas de Belchior Nunes e Aires Brandão também foram alteradas, omitindo-se, substituindo-se ou truncando-se as passagens em que nos originais se mencionava o nome do *irmão* Fernão Mendes.

Com a carta que Fernão Mendes escreveu de Macau em 1555, deram-se os mesmos condenáveis episódios eliminatórios. No Códice 49-IV-49, riscou-se o nome *Fernão* no título (esquecendo-se, aliás, de fazer o mesmo no fecho); no 49-IV-50 riscou-se o *Fernão* no título, e todo o nome no fecho, escrevendo-se em entrelinha o apelido *Mendez*. Na colecção de Évora riscaram-se, no título, o nome e o apelido, e em seu lugar escreveu-se «hum Irmão da Comp.ª»; no fecho escreveu-se: «De hum irmão da Comp.ª.». Trasladada para o copiador de Coimbra, aí escreveu-se: «hum da Companhia do padre mestre Belchior»; no fecho, apenas o apelido «Mendez».



Cabeça de Damião de Góis, em pedra, que encima a lápide do seu túmulo

Sorte idêntica foi infligida às cartas de Luís Fróis (Malaca) e Belchior Nunes (Macau).

Mais para lastimar e condenar é o que se observa na «Historia chronologica das missões do Japão desde 1549 até 1578» pelo padre Luís Fróis, «por outro nome tambem chamado Polycarpo», em razão da sua muita eloqüência. Nesta obra, concluida aos 30 de Dezembro de 1586 e escrita pelo antigo companheiro de Fernão Mendes na missão de 1554-1555 e autor das três referidas cartas escritas de Malaca nos dias 1 e 15 de Dezembro de 1555 e 7 de Janeiro de 1556 — os actos e o nome do *irmão Fernão Mendes* são completamente omitidos!...

As duas cartas de Fernão Mendes Pinto de que nos temos ocupado, são especímenes de excelente prosa, de estilo colorido e insinuante, em que o seu autor nos dá largas informações autobiográficas e variadas notícias tanto geográficas, como etnográficas.

III — A Peregrinação

Não poucos anos haviam decorrido já sôbre o regresso de Fernão Mendes Pinto a Portugal, quando êste aventuroso viajante e ex-noviço da congregação fundada por Santo Inácio de Loiola deu começo a esta sua obra, verdadeira jóia literária de mundial renome no seu género, a que todavia quís apenas, modestamente, chamar «rude e tosca escritura», que êle lega a seus filhos, para quem a fêz — na exclusiva intenção (segundo diz) de que, conhecedores dos trabalhos e perigos da vida sofridos no decurso dos 21 anos que peregrinou pelo Oriente, «tomem os homens motivo de se não desanimarem com os trabalhos da vida para deixarem de fazer o que devem, porque não ha nenhuns, por grandes que sejam, com que não possa a natureza humana ajudada do favor divino».

Dos 226 capítulos que constituem o conteúdo da *Peregrinação*, o primeiro encerra a narrativa dos pequenos sucessos e incidentes da vida do autor desde a infância até a sua partida para a Índia, no mês de Março de 1537; os 21 anos que se seguiram, passados todos no Oriente, até o regresso em 1558, são o objecto dos capítulos 2-226.

Em 6 períodos se pode dividir todo êsse peregrinar de 21 anos, tão entrecortados de trabalhos e perigos, de prosperidades e infortúnios, de opulenta riqueza e de extrema miséria, de sinceros reconhecimentos e negras ingratidões.

O 1.º, de cêrca de 2 anos e meio (1537-1539) compreende o itinerário seguinte: de Lisboa a Moçambique, de Moçambique para Diu (1), de aqui para o estreito de Meca, o Mar Vermelho, Gotor e terra do Preste João; de Árquico para Ormuz (2) e Chaul (3), de Chaul para Dabul e

(1) Nesta cópia (fl. 185 v.) acha-se também riscado o apelido do padre António *Heredia*, missionário em Ormuz ainda em 1557, mas depois abatido também na lista dos filhos da Companhia.

(2) Assim:

a) «Carta dum Irmão mestre da Companhia de Jesus» (em vez de «Carta do Irmão Fernão Mendes da Companhia de Jesus»); «entrar em minha terra» (em lugar de «entrar em Montemór»); Hos companheiros do P. Belchior são onze» (por «...somos onze»); o fecho sem assinatura.

b) Põem em muito espanto a gente desta terra nosso Irmão que he embaixador» (em vez de «...nosso Irmão Fernão Mendes que he embaixador»).

c) «O Padre Mestre Francisco havia levado comsigo hum homem de fora que havia conhecido no Japão ho qual havia muitos anos» (em vez de «...conhecido no Japão. Este homem se chama Fernão Mendes ho qual havia muitos anos»); «onde o estava esperando o homem que digo» (por «onde Fernão Mendes ho estava esperando»); «como o senhor visorei soube que esta pessoa ia a Japão» (em lugar de «...soube que Fernão Mendes ia a Japão»); «hum padre de missa com sinquo Irmãos e cinquo mininos de doutrina» (em vez de «...com sinquo Irmãos e mais Fernão Mendes e cinquo mininos de doutrina»); «Ho embaixador que digo para cumprir com a embaixada ainda que em sua alma leva emprimida outra mais alta se conformou com o costume da terra a que ia» (em lugar de «Fernão Mendes vai como disse por embaixador do sõr vicerei mas em sua alma leva imprimida outra mais alta embaixada e para cumprir com a primeira se conformou com o costume da terra a que ia»).

(1) Capitão da fortaleza de Diu, António da Silveira (1537-1539), em sucessão de Manuel de Sousa.

(2) Capitão da fortaleza de Ormuz, D. Fernando de Lima (Maio a Agosto de 1538), sucessor de D. Pedro de Castelo Branco.

(3) Capitão da fortaleza de Chaul, Simão Guedes de Sousa.

Goa [1] ; de Goa para Onor, de Onor para Goa [2] ; novamente para Dio, na companhia de Pero de Faria (antigo capitão de Goa, segunda vez despachado para capitão da fortaleza de Malaca) ; regresso a Goa ; partida para Malaca ; entrada aqui na primeira quinzena de Junho de 1539 [3] ; missões à ilha de Sumatra (reino dos Batas e reino de Arú) ; e regresso a Malaca, nos fins dêste ano de 1539, em que Pero de Faria, tendo já entrado no pleno exercício do seu cargo [4], incumbiu Fernão Mendes de ir aos reinos de Pão e de Patane, na costa malaia oriental (Cap. 2-32).

O 2.°, abrangendo cêrca de 3 anos (1539-1542), compreende: o desempenho destas missões nos reinos malaios ; a peregrinação pelas costas de Sião, Camboja, Cochinchina, enseada de Tonquim, ilha de Ainão, costa de Lamau, portos de Chincheo e de Liampó, enseada de Nanquim, ilha de Calemplui (com António de Faria), interior da China, Tartária e Cochinchina, ilhas de Sanchão e de Lampacau (com outros portugueses) ; a *1.ª viagem ao Japão* (ilha de Tanixumá), em um junco dum corsário com Cristovam Borralho e Diogo Zeimoto, o desastre de espingarda em Bungo («véspera de Nossa Senhora das Neves», 4 de Agosto) ; o regresso à costa da China (Liampó) ; arribada à ilha dos léquios (Léquio grande) ; volta a Liampó e reentrada em Malaca nos fins de 1542 ou princípios de 1543, onde Fernão Mendes achou «*ainda* a Pero de Faria por capitão da fortaleza» (Cap. 33-144).

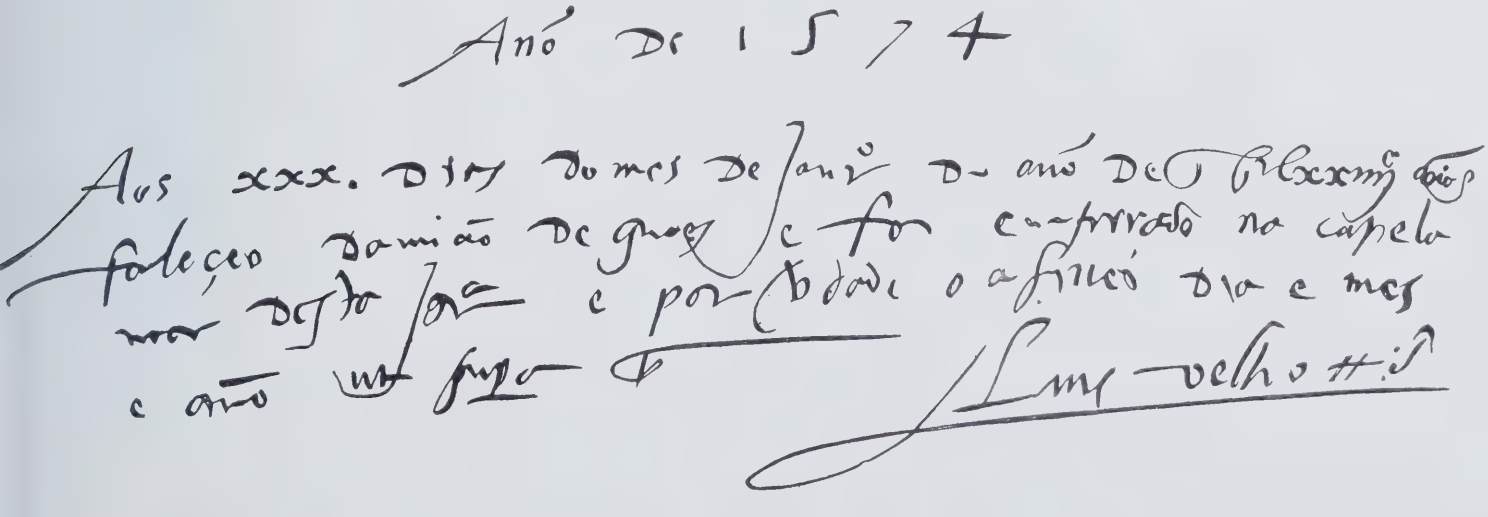
O 3.° período (1542-1545) encerra: a triplice missão (também cometida por Pero de Faria, *ainda* capitão de Malaca) a Tanauçarim, golfo de Bengala e Martavão ; a ida às cidades de Pegú, Prom, Avá, Timplão (capital do Calaminhão) e regresso a Pegú e Martavão ; a ida à cidade de Savadi e novo regresso a Pegú ; embarque em Cosmim e em Chatigão e chegada a Goa [1], onde então se encontra com «Pero de Faria, capitão que *fôra* de Malaca», a quem deu larga conta do que havia passado ; viagem à China (Liampó) e regresso a Goa (com escala por Ternate?) e, finalmente, a partida de Goa para Malaca, onde chega no mês de Novembro de 1544, «no dia em que faleceu Rui Vaz Pereira Marramaque, capitão que *então era* da fortaleza» (Cap. 144-172) [2]. — A viagem a Liampó, neste período, infere-se de certa passagem do cap. 221, onde se lê que Fernão Mendes se achou presente e foi testemunha de vista da destruïção desta cidade, facto êste que, como também aqui se refere, sucedeu sendo Martim Afonso de Sousa e Rúi Vaz Pereira Marramaque, respectiva e simultâneamente, governador da Índia e capitão de Malaca.

IMAGEM DO ECCE HOMO, oferecida por Damião de Góis à igreja da Várzea, em Alenquer

O 4.° vai de 1545 até os fins de 1547 e inclue as viagens para a Sunda e ilha de Java, nova ida a Sião (cidade de Odia = Ajutia), reentrada em Malaca, sendo já capitão da fortaleza Simão de Melo [3] ; a *2.ª viagem ao Japão* (em uma nau de Simão de Melo, capitaneada por Jorge Álvares), a reentrada em Malaca com o japonês Angero (fazendo escala pelo Chincheo e Lamau), em Abril de 1547, e a peleja com os Achens no seu ataque a esta fortaleza (Cap. 172-184, 200-207). — O Chincheo passara a ser o pôrto onde os nossos compatriotas iam negociar com os chineses, em razão de Liampó ter sido «de todo destruida e posta por terra» três anos antes, em 1544 — ou fôssem «dois anos» depois que o Japão fôra *descoberto*, isto é, visitado pelos portugueses (Cap. 221).

(1) Governador da Índia, Nuno da Cunha (1529 a 14 de Setembro de 1538).
(2) Vicerei da Índia, D. Garcia de Noronha (1538-1540).
(3) Capitão da fortaleza de Malaca, D. Estevão da Gama (1534-1539).
(4) Pero de Faria foi capitão da fortaleza de Malaca durante mais de 3 anos (1539-1543).

(1) Governador da Índia, Martim Afonso de Sousa (1542-1545), sucessor de D. Estevão da Gama (1540-1542), ex-capitão de Malaca.
(2) A Rui Vaz (1543-1544) sucederam Simão Botelho (1544), Garcia de Sá (1545) e Simão de Melo (1545-1548).
(3) Novembro de 1545 a 1548. No govêrno da Índia superintendia então o vice-rei D. João de Castro (1545-1548).



FAC-SIMILE do assento de enterramento de Damião de Góis

O 5.º período, de pouco mais de quatro anos (1547-1552), abrange o tempo que decorre desde o mês de Dezembro de 1547 até os princípios de 1552 (1). No lapso de tempo que vai até os fins de 1550 devem ser incluídos, com intercalação na altura do cap. 208, muitas das páginas da *Peregrinação* consagradas às narrativas feitas nos capítulos (185 e segs.) dedicados às viagens, aventuras e sucessos do Pegú e Sião, bem como a *3.ª viagem ao Japão*, a bordo da nau de Duarte da Gama (2). A segunda parte dêste período compreende a torna-viagem desta nau, do Japão até Sião, com escala e curto estacionamento no pôrto de Sanchão, onde S. Francisco Xavier, companheiro de viagem nesta mesma nau, passou para bordo de uma outra, do seu dedicado amigo Diogo Pereira (Cap. 214 e comêço do 215) (3).

No 6.º e último período decorrem seis anos e alguns meses (1552-1558). São-lhe consagrados os 11 capítulos finais. Nêle se incluem: *a)* a intercalar entre os capítulos 215 e 220 — a última estadia de Fernão Mendes em Sião; a viagem de Sião a Malaca, onde se encontra com S. Francisco Xavier, que aí chegou indo de Goa (Cap. 215, *in-medio*) (4); de Malaca ao Pegú, onde aparece me 1553 (e não 1552) com Gonçalo Pacheco e outros portugueses (Cap. 195-200); a sua viagem desde aqui até Goa; a demora nesta cidade, onde foi então admitido na Companhia de Jesus e nomeado embaixador do vice-rei D. Afonso de Noronha ao dáimio de Bungo, na companhia do padre Belchior Nunes (Março de 1554) (5); a partida de ambos no mês seguinte para Malaca e a sua longa estação aqui (6); *b)* a viagem de Malaca até o Japão — *4.ª e última viagem a êste país* (Cap. 220-223); a demora aqui (Cap. 223-225); o regresso a Goa (7), com escala por Lampacau; a eliminação de Fernão Mendes, da Companhia de Jesus (facto a respeito do qual a *Peregrinação* é, aliás, também absolutamente omissa); e, finalmente, a viagem da Índia até Lisboa (Cap. 226).

Planeada e resolvida presumìvelmente já depois de lhe haverem nascido os filhos, a quem decidira dedicar e legar o manuscrito, Fernão Mendes deu comêço a esta sua obra depois de em Lisboa se ter notícia de certos acontecimentos ocorridos em Malaca no ano de 1568 (cuja menção sòmente a partir de 1569 ou 1570 poderia ter chegado à metrópole) (1), concluindo-a indubitàvelmente depois do falecimento da viúva de D. João III (12 de Fevereiro de 1578) (2). A *Peregrinação* foi, portanto, elaborada e trabalhada quando — para sòmente falarmos de obras concernentes à historiografia ultramarina, impressas depois do regresso de Fernão Mendes — haviam saído já dos prelos portugueses as obras seguintes: o *Itinerario*, de António Tenreiro (1.ª e 2.ª ed., 1560 e 1565); a *Chorographia*, de Gaspar Barreiros (1561); o *Octavo livro da historia do descobrimento e conquista da India*, de Castanheda (1561); o *Tratado dos diversos e desvairados caminhos*, de António Galvão (1563); a *Terceira decada da Asia*, de João de Barros (1563); o *Naufragio da nau S. Bento*, atribuída a Manuel de Mesquita Perestrelo (1564); a *Historia das cousas que o mui esforçado capitão Dom Christovam da Gama fez nos reinos do Preste João*, de Miguel de Castanhoso (1564); a *Relação da embaixada do patriarca D. João Bermudes* (1565); a *Chronica do felicissimo rei Dom Emanvel*, de Damião de Gois (1566); o *Tratado das cousas da China*, de Fr. Gaspar da Cruz (1570); as *Cartas dos padres e irmãos da Companhia de Jesus que andão na India nos reinos do Japão* (1570); os doze livros *De rebus Emmanuelis regis Lusitaniae*, do bispo Osório (1571), e os *Lusíadas* (1572). *Japão* (1570); os doze livros *De rebus Emmanuelis regis*

Temeridade não será, porventura, dizer-se que a leitura de várias destas obras não seria estranha a Fernão Mendes, nem tão pouco a de algumas destoutras produções da quantiosa historiografia da Índia, publicadas quando êle ainda peregrinava pelo Oriente: o *Preste João das Indias*, do padre Francisco Álvares (1540); os sete primeiros livros da *Historia*, de Castanheda (1551-1554); as *Decadas*, primeira e segunda, de João de Barros (1552-1553); a *Miscelanea*, de Garcia de Rèzende (1554); o *Livro primeiro do cerco de Diu*, de Lopo de Sousa Coutinho (1556), e os *Commentarios do grande Afonso de Albuquerque* (1557) (3).

As referências a Castanheda, Barros e Góis são iniludíveis nos cap. 4.º, 20.º, 32.º e 116.º. Neste último é bem manifesta a alusão ao Cap. 2.º, Liv. 6.º, da *Decada* 3.ª de Barros, e ao Cap. 25.º, Parte 4.ª, da *Chronica* de Góis, quando se refere a Vasco Calvo, prêso e cativo na China ao tempo da embaixada de Tomé Pires e viagem de Simão de Andrade.

Semelhantemente ao que se nota na *Asia* de Barros (*Decada* I, Liv. 9, cap. 1, etc.), Fernão Mendes também, por vezes, se reporta às histórias, crónicas e livros de certos povos asiáticos. Assim, nos cap. 96 e 165 acêrca do Pegú, e nos capítulos 92.º, 93.º, 95.º, 99.º, 113.º e 164.º sôbre coisas da China. Neste último diz êle ter obtido «um volume de patranhas escritas..... do qual eu trouxe o treslado a este reino, que um florentino me

---

(1) A capitania de Malaca, neste período, estava confiada a Simão de Melo (cujo govêrno terminou em 1548) e D. Pedro da Silva da Gama (1548-1552). O govêrno da Índia estava então entregue ao vice-rei D. João de Castro (últimos meses do seu govêrno), governadores Garcia de Sá (1548-1549) e Jorge Cabral (1549-1550) e vice-rei D. Afonso de Noronha (1550 a 23 de Setembro de 1554).

(2) Os capítulos 207-213 são consagrados à viagem de S. Francisco Xavier, em 1549, de Malaca para o Japão e à sua missão evangélica neste país até o princípio de 1551.

(3) Quási todo o Cap. 214 e os Cap. 215-218 encerram a narração de sucessos e factos relativos à viagem de S. Francisco Xavier do pôrto de Sanchão para Malaca, de aqui novamente para Sanchão, à morte e enterramento do grande apóstolo nesta ilha, à trasladação do seu cadáver para Malaca e daqui para Góa e às homenagens que na Índia lhe foram prestadas.

(4) Leia-se *Fernão Mendes Pinto e o Padre Francisco Xavier*, artigo de Jordão de Freitas, no *Diário de Notícias* de 3 e 4 de Dezembro de 1905. Conf. *Jornal do Comércio* e *Diário de Notícias* de 20 e 24 de Outubro do mesmo ano.

(5) A nenhum dêstes dois factos, tão importantes da vida de Fernão Mendes e tão largamente relatados por êle e por Belchior Nunes e Aires Brandão nas suas cartas — e até pelo padre Francisco de Sousa, no seu *Oriente Conquistado* (pág. 106-110, 425, 683 e 704) — faz a *Peregrinação* a menor referência! Como explicar êste silêncio? Esquecimento do autor?... Deliberado e intencional propósito seu? Qual o motivo?... Mera truncatura e eliminação de quem dispôs do manuscrito original, antes de ser dado ao prelo? Com que interêsse?... Circunstância a ponderar. No cap. 134 da *Peregrinação*, um dos que o autor consagra à sua primeira estada no Japão, encontra-se a passagem seguinte: «E depois, a derradeira vez que *me la mandou o visorei D. Afonso de Noronha com um presente para o rei do Bungo*, que foi no ano de 1556, me afirmaram os japões...».

(6) O cap. 219 trata de «Como o padre mestre Belchior partiu da Índia para Japão, e a causa porque não passou de Malaca, e do que nela passou neste tempo» — mas não há nele a mais pequena alusão à personalidade de Fernão Mendes! Esta só se manifesta no cap. seguinte: «Como *partimos* de Malaca para Japão...». — Como já vimos, o capitão da fortaleza de Malaca era então D. António de Noronha (1554-1556), em sucessão de D. Álvaro de Ataíde da Gama (1552-1554).

(7) Governador da Índia, Francisco Barreto (1555-1558), em sucessão do vice-rei D. Pedro de Mascarenhas (1554-1555).

---

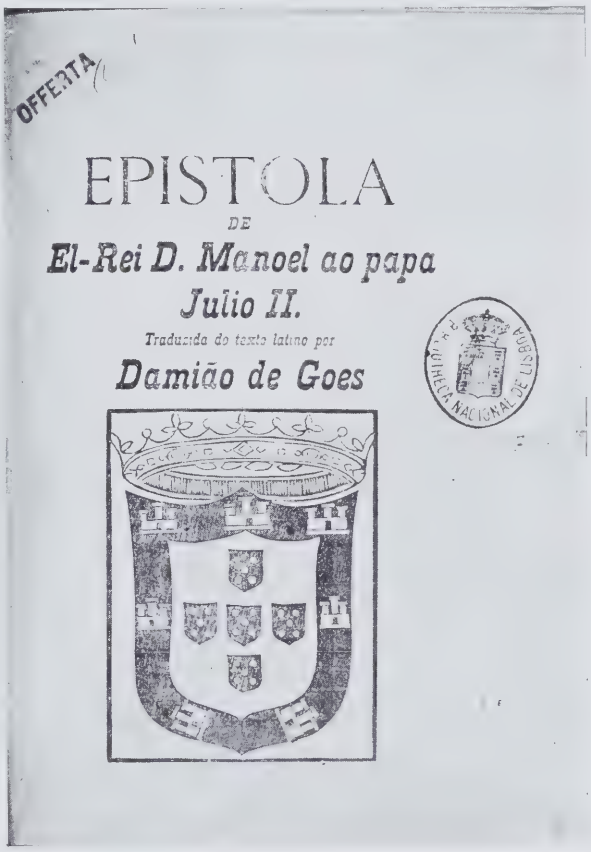
(1) Cap. 32, no fim. Cêrco de Malaca no govêrno de D. Leonis Pereira, capitão da fortaleza de Malaca em 1568 (Couto, «Década» 8.ª, Cap. 17 e 22-24; «Memorias para a historia delrei D. Sebastião», de Diogo Barbosa Machado, Parte 3.ª, Liv. 1.º, Cap. 7).

(2) Cap. 226, no meio: «governando então este reino a rainha D. Caterina nossa Senhora, *que santa gloria haja*».

(3) Algumas destas obras encontraria Fernão Mendes Pinto em casa de Francisco de Andrade — poeta, futuro cronista-mór do reino e guarda-mór da Tôrre do Tombo, a quem seria incumbida a «Cronica de João III» — que residia em Almada já antes de 1572 e cujas traduções de Diogo de Teive (1565), de Marino Barlesio (1567) e outra feita antes de 1561 presupõem grande cultura humanista. Em Almada vivia também então Francisco de Sousa Tavares, «o Perdiz», velho soldado e funcionário no além-mar e conhecido testamenteiro de António Galvão, em cujo espólio literário havia «nove ou dez livros das cousas de Maluco e da India», além do original do «Tratado» trazido à publicidade em 1563. Êste Sousa Tavares, que foi pai de D. Madalena Tavares de Vilhena — esposa de D. João de Portugal (1568) e de Manuel de Sousa Coutinho (1584-1586) — faleceu em Almada em 1567, isto é, dez anos depois de António Galvão e oito depois de Castanheda.

pediu emprestado, e, querendo-o eu tornar a haver á mão, mo fez perdidiço, e o levou consigo a Florença, e o apresentou ao duque da Toscana, o qual me disseram que o mandara imprimir com titulo de crenças novas da gentilidade do cabo do mundo». E nos capítulos 105.°, 106.° e 107.°: «livrinho que trata das grandezas dela (cidade de Pequim) que se chama Aquesendó que eu trouxe a este reino». Noutra parte (cap. 143.°), falando da ilha dos Léquios, diz: «segundo o que temos visto e lido assim em Ptolomeu, como nos mais que escreveram de geografia». Freqüentes são também as informações verbais que diz terem-lhe sido fornecidas por terceiras pessoas (capítulos 73.°, 88.°, 92.°, 105°, 165.°, etc.).

IGREJA E EX-CONVENTO (modernamente hospital) de S. Francisco de Alenquer onde jazem os pais e avós de Damião de Góis



UMA RARA ESPÉCIE BIBLIOGRÁFICA, referente a Damião de Góis e publicada por Ernesto do Canto

No convívio pessoal com viajantes, soldados e nautas da carreira da Índia e antigos funcionários do Estado no oriente, residentes em Almada como êle [1] — no sugestivo contacto espiritual com essa larga bibliografia da história ultramarina do seu tempo — relendo porventura a carta que escrevera de Malaca e as dos jesuítas seus companheiros de viagem de Goa ao Japão, Fernão Mendes Pinto teria pouco a pouco recordado, por entre mil inapagáveis e inolvidadas impressões, muito do que nas suas viagens e nesses largos 21 anos havia observado, realizado e sofrido, êle e vários compatriotas nossos. Trazendo assim à mente, decorridos tantos anos, tôda a odisseia da sua vida, coordenando reminiscências do que vira ou lhe tinham contado, e aproveitando uma ou outra notícia ou informação das que as suas mais recentes leituras e conversações lhe teriam proporcionado [2], pôde êle redigir — evidenciando-se um mestre na arte de escrever — esta sua obra destinada a seus filhos, sem que justamente possam acoimar-se de falsos ou mentirosos certos relatos seus em que a sucessão, ordem, ocasião, duração e data dos sucessos necessàriamente haviam de ressentir-se de inevitáveis lapsos de memória, equívocos e inexactidões, caindo muito freqüentemente em manifestos erros de cronologia, sem exacta correspondência entre os dias de semana e os de mês quando referidos aos anos a que o autor se reportou. De resto, devemos também ter em consideração que certas informações, notícias e descrições que se lêem nesta obra não pertencem pròpriamente a Fernão Mendes Pinto, senão na sua expressão escrita, mas sim a terceiras pessoas a quem o autor as ouviu ou de quem as recolheu; muitas delas foram colhidas em livros e crónicas, que êle não poucas vezes cita e recorda. Se muito tem de imaginoso e de romance, em algumas das suas páginas — não podendo por isso ser tida como fonte histórica em todos os seus 226 capítulos — incontestável é, em geral, o seu grande merecimento e alto valor literário.

Obra cheia de mui interessantes narrativas e curiosas informações geográficas dos países que o autor percorreu, de usos e costumes, ritos e outros elementos etnográficos dos povos que visitou, escrita numa linguagem geralmente correcta e vernácula, evidenciadora de progressiva evolução do nosso idioma, pitorescamente original, de riquíssimo vocabulário, vigoroso e fulgurante estilo e assombroso realismo — a *Peregrinação* foi dada à estampa, pela primeira vez, em 1614, decorridos já 30 anos sôbre a morte do seu autor. Talqualmente sucedeu com a *Decada quinta da Asia*, de Couto, cujas licenças para a impressão têm as datas de Abril de 1602 e Agosto de 1612, as licenças da *Peregrinação* foram passadas em 1603 e 1613.

A par dos erros atribuíveis e provenientes de equívocos e faltas de memória por parte do autor, outros tem de natureza mèramente tipográfica. Entre êstes deverá registar-se aquele passo do cap. 221.°, onde se lê que a destruïção de Liampó se realizou «no ano de *1542*, governando o estado da India Martim Afonso de Sousa, e sendo capitão de Malaca Rui Vaz Pereira Marramaque». Êste foi capitão daquela fortaleza sòmente em 1543-1544; não podia, por conseguinte, aquele acontecimento, relatado como ocorrido durante os simultâneos governos dos dois funcionários, dar-se naquele ano, mas sim num dos dois seguintes, em que Martim Afonso continuava à frente do govêrno da Índia (1542-1545).

Afirmou o licenciado e escritor castelhano Herrera

---

(1) Manuscando alguns dos livros de notas tabelionais da comarca de Almada, neles encontrei, a partir de 1567, referências a diversos indivíduos, aí residentes, dos quais se referia serem pilotos, mestres, soldados, etc., da Índia. O filho mais velho de Francisco de Sousa Tavares, que sobreviveu a seu pai e como êste também residente em Almada, serviu na Índia, onde foi capitão mór do mar.

(2) No seu estudo «Fernão Mendes Pinto e a sua *Peregrinação*» publicado na revista alemã «Asia Major», o rev.^do^ padre Jorge Schurhammer, S. J., diz não serem difíceis de encontrar as fontes de onde Pinto, com a sua rica fantasia, tirou as notícias sôbre o interior da China. Tais são: o «Tratado de Fr. Gaspar da Cruz, a «Informação da China» fornecida por Galeote Pereira (conhecido pessoalmente de Fernão Mendes), a de Afonso Ramires e seus companheiros, a que foi dada por um português ao padre Belchior Nunes, a carta dos portugueses presos na China que Diogo Pereira levou a Sanchão, a relação de Cristovão Vieira (1534), de Vasco Calvo (1536) e de Amaro Pereira (1562) e as de prisioneiros que recuperaram a liberdade, como Manuel de Chaves (1552), o fiador de Belchior Barreto em Malaca (1554) e Mateus de Brito e seus dois companheiros (1555). — Não esqueçamos o Liv. 4.°, Cap. 27-31, de Castanheda; a Década 3.ª, Liv. 6.°, Cap. 2.°, de Barros; e a parte 4.ª Cap. 25, da «Crónica de D. Manuel», de Góis

Maldonado (1618) ter havido à mão o manuscrito original saído da pena de Fernão Mendes Pinto, notando que êsse original não estava dividido em capítulos e informando que fôra Francisco de Andrade, guarda-mór da Tôrre do Tombo e cronista-mór do reino, quem o dividira nos 226 capítulos com que foi dado à publicidade e quem os intitulara. No dizer do mesmo licenciado, os manuscritos de Fernão Mendes haviam sido entregues a Francisco de Andrade para que êste «los dispusiesse, corrigiesse y emendasse antes de imprimirlos», mas que o cronista a quem fôra dado o «cargo de pulirlos», «dexò tan imperfeto este libro, que antes que corregirle le ofendio de nuevo, dando ocasion en el mal que le dispuso, para que de sus verdades criassen dudas y opiniones los hombres de talentos aprestados». Na tradução feita por Herrera Maldonado em 1617 e publicada pela primeira vez em Madrid em 1620 (1), há descrições e passagens que não se encontram na edição portuguesa, sendo de notar que os títulos e o número dos capítulos traduzidos são precisamente os mesmos da edição *princeps* (2).

RARO EXEMPLAR DA OBRA DE DAMIÃO DE GÓIS sôbre a *Vrbis Lovaniensis*. Neste exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa existe colada a gravura de Alberto Durer, retrato de Damião de Góis

Quando ainda inédito, o original da *Peregrinação* (ou um seu apógrafo) foi muito aproveitado para a biografia de S. Francisco Xavier pelos historiadores jesuítas João Pedro Maffei (1589), Horácio Turselino (1596), João de Lucena (1600), Nicolau Orlandino (falecido em 1606) e Du Jarric (1608).

No campo da crítica, muito se tem escrito e discutido, divergindo fundamentalmente e apaixonadamente os juízos e as opiniões expendidas, acêrca da importância, merecimento e valor da obra de Fernão Mendes Pinto sob o aspecto da veracidade, fidelidade, exactidão e rigor histórico de algumas das narrativas, descrições, notícias e afirmações nela contidas (1). Não assim quando apreciada sob o seu aspecto estritamente literário e descritivo. Neste particular — excepção feita do que, acêrca do «original» encontrado por Herrera Maldonado, êste escreveu na sua *Apologia* — a crítica estrangeira e a nacional são unânimes em considerar a *Peregrinação* obra clássica e bom modêlo da literatura portuguesa do século XVI, dando-lhe merecidamente o primeiro lugar na literatura de viagens.

A SCIÊNCIA

Medicina — A Literatura Médica até ao fim do século XVI

BIBLIOGRAFIA: — Maximiano Lemos — *Historia da Medicina em Portugal*. Lisboa, 1899, *Amato Lusitano*. Pôrto, 1907, e *Estudos de Historia da Medicina Peninsular*. Pôrto, 1916; Barbosa Machado — *Biblioteca Lusitana;* Nicolau António — *Bibliotheca Hispana. Leal Conselheiro e Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella*, escritos pelo Senhor Dom Duarte. Lisboa, 1843; Augusto da Silva Carvalho — *Notice sur deux manuscrits de médecine*, comunicação apresentada ao Congresso de História da Medicina que se reüniu em Leyde em 1927. *Obras d'ElRey D. Duarte;* ms. n.º 147 da Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa e *Copia do Livro da Cartuxa*, ms. n.º 3390 do Fundo Geral da mesma biblioteca; *Litteratos portuguezes na Italia ou collecção de subsidios para se escrever a Historia Litteraria de Portugal que dispunha e ordenava Frei Fortunato Monge Cistercense*. Leorne, 1905; Gabriel Pereira — *Documentos historicos da cidade de Evora*, 3.ª parte. Évora, 1891; Pedro José da Silva — *Elogio historico e noticia completa*

(1) O título da *Peregrinação* foi assim traduzido por Herrera Maldonado: *Historia Oriental de las peregrinaciones de Fernam Mendez Pinto Portugues, adonde se escriven muchas, y muy estrañas cosas que vio y oyó en los Regnos de la China, Tartaria, Sornao, que vulgarmente se llama Siam, Calamiñam, Pegu, Martavan, y otros muchos de aquellas partes Orientales, de que en estas nuestras de Occidente ay muy poca, ó ninguna noticia. Casos famosos, acontecimientos admirables, leyes, goviernos, trages, Religion, y costumbres de aquellos Gentiles de Asia.*

(2) O «original» encontrado por Herrera também estava dividido em capítulos, porquanto no capítulo 121 da tradução se faz textual referência a um dos capítulos antecedentes, dizendo-se: «grãde y suntuoso edificio de Nacapirau, de q̃ queda escrito en el *capitulo ciẽto y diez de aquesta historia*» — passo êste que na edição portuguesa é concebido nos termos seguintes: «grande & sumptuoso edificio de Nacapirau, a q̃ os Chins chamão Raynha do Céo, *de que atraz já fiz menção no capitolo cento & dez*».

(1) Referindo-se ao descobrimento do Japão, aos três portugueses mencionados por António Galvão (António da Mota, Francisco Zeimoto e António Peixoto), e ao junco em que êles haviam embarcado em Sião com destino à China — o padre João Rodrigues Tçuzzu, S. J., escreveu o seguinte, em 1633: «Fernão Mendes Pinto no seu Livro dos fingimentos se quer fazer passar por *um dêstes tres*, e que se achou ali *neste Junco*, mas he falço, como o são muitas outras cousas de seu livro, que parece compoz mais para recreação, que para dizer verdades; porque [não ha] Reyno, nem acontecimento em que não finja achar-se». A verdade, porém, é que, conforme já notámos, *a)* Fernão Mendes não se fêz passar por qualquer daqueles três compatriotas; *b)* os dois companheiros por êle mencionados não tinham nenhum dos nomes daqueles três, porquanto se chamavam Diogo Zeimoto e Cristovam Borralho; *c)* o junco em que navegaram Fernão Mendes e êstes seus dois companheiros não é o mesmo que António Galvão mencionou; *d)* os portos de procedência dos dois juncos eram diferentes, como diferentes eram os seus destinos.

Em oposição ao conceito que êste autor formulou àcêrca da *Peregrinação*, registemos o que, em 1710, escreveu um outro membro da Companhia de Jesus, o padre Francisco de Sousa, autor do «Oriente Conquistado»: «Estava neste tempo em Goa Fernão Mendes Pinto, bem conhecido pelo livro de suas peregrinações, tão verdadeiras na bôca dos noticiosos, como duvidosas na opinião do *vulgo*» (Pág. 106). «Elrei [de Bungo] lhe [a S. Francisco Xavier] escreveu uma carta... a qual se pode ver em Fernão Mendes Pinto, testemunha de vista de todos êstes sucessos... a cuja VERDADEIRA HISTORIA deve o *vulgo* Português restituir a fama que lhe tira com a desengraçada paranomasia de Pinto, em minto» (Pág. 542).

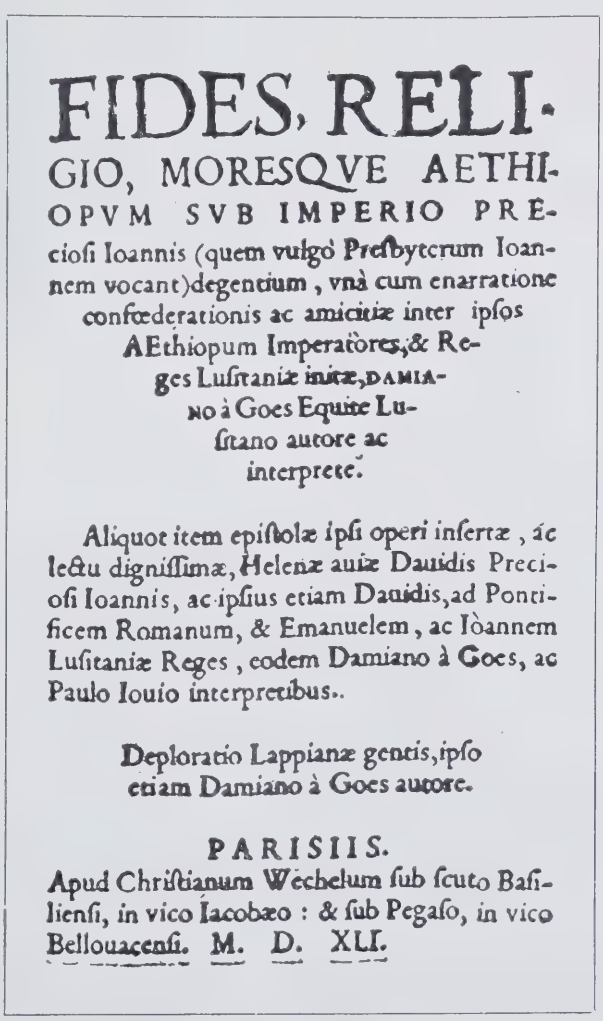
de Thomé Pires. Lisboa, 1886; *Corpo Chronologico.* P. 1. M. 19. Doc. 102 no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo; Joaquim de Carvalho — *A biblioteca dum letrado no seculo XVI* no *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra,* v. VIII; Carolina Micaëlis de Vasconcelos — *Mestre Giraldo e os seus Tratados de Alveitaria e Cetraria.* Lisboa, 1911. *Coloquios dos simples e drogas e cousas mediçinais da India, e assi dalgumas frutas achadas nella onde se tratam algumas cousas tocantes a medicina pratica, e outras cousas boas pera saber compostos pello Doutor garçia dorta: fisico del Rey nosso senhor, vistos pello muyto Reverendo senhor, o licenciado Aleixo Dias Falcam desenbargador da Casa da supricaçam inquisidor, nestas partes. Com privilegio do Conde viso-Rey.* Goa, 1563; Conde de Ficalho — *Garcia da Orta e o seu tempo.* Lisboa, 1886; *Recopilaçam das cousas que conuem guardar se no modo de preseruar a cidade de Lixboa E os sãos, & curar os que esteuerem enfermos de Peste. Feita pellos Doctores Thomaz aluarez, & Garcia de Salzedo vezinhos de Seuilha, & medicos do Serenissimo Rei de Portugal Dom Sebastião Primeiro nosso senhor, & dirigida a S. A. Feito por mãdado do Doctor Antonio diaz Prouedor mor da Saude na Cidade de Lixboa Impresso depois de reuisto. Com licença do Ordinario, & Inquisidores Gaspar de Faria, Frei Antonio de S. Domingos. Em a muy insigne cidade de Lixboa em casa de Francisco Correa Impressor de S. A. Anno de 1569.* (Fizeram-se posteriormente edições em 1580, 1598, 1724, 1797 e 1801). Domingo Garcia Peres — *Catalogo Razonado Biografico y Bibliografico de los autores portugueses que escribieron en castellano.* Madrid, 1890. Haebler. — *Bibliografia Iberica.* Haia, 1904. Hein. — *Catalogus Incunabulorum.* Mónaco, 1905. Nicaise. — *La Grande Chirvrgie de Gvy de Chavliac.* Paris, 1890. *Petri Brissoti Apologetica disceptatio, qua docetur per quœ loca sanguis mitti debeat in viscerũ inflammationibus presertim in pleuritide.* Paris, 1525. *Caroli Clvsii Aromatum et simplicium aliqvot medicamentorvm apud indos nascentium historia.* Antuérpia, 1576. *Tractado llamado Fructo de todos los Santos cõtra el mal serpentino: que vulgarmente en España es llamado bubas fecho y ordenado en el hospital de todos los Sanctos de Lisbona fecho por ruy Diaz de Ysla.* Sevilha, 1539. *Alphonsi Rod. da gueuara, In Academia Conimbricensi rei medicœ professoris, & Inclytœ Reginæ medici physici, in pluribus ex ijs quibus Galenus impugnatur ab Andrea Vesalio Bruxelensi in cõstructione & vsu partium corporis humani, defensio; Et nonnullorum quœ in anatome deficere videbantur supplementum.* Coimbra, 1559. Rodrigo de Castro — *De universa mulierum medicina.* Hamburgo, 1603. *De natura & causis Pestis.* 1596. *Medicus politicus.* 1614. Tomás Rodrigues da Veiga. — *Tomus primus Commentariorum in Claudii Galeni opera.* Antuérpia, 1564. *Commentarii in Claudii Galeni libros sex de locis affectis.* 1566. *Opera omnia in Galeni libros edita.* Leão, 1587. *Practica Medica.* Lisboa, 1668. Garcia Lopes — *Commentario De varia rei medicæ lectione.* Antuérpia, 1564. Henrique de Cuellar — *Ad libros tres predictionum Hippocratis. Comento etiã Gal. aposito et exposito.* Coimbra, 1543. Luís de Lemos — *Commentarium in Galenum de Facultatis naturalis.* Salamanca, 1580. *Commentarium in libros Galeni de methodo medendi.* 1595. *Physicœ, ac Medicœ disputationes.* 1588. *In libros Aristotelis de Interpretatione.* 1558. *Paradoxarum Dialecticarum libri duo.* 1558. *Judicium Operum Magni Hippocratis.* 1584. *De Optima Prœdicendi Ratione Libri Sex. Item Judicii operun Magni Hippocratis.* 1585. Francisco Franco. *Libro de enfermedades contagiosas y de la preseruation dellas.* Sevilha, 1596, e *Tractado de la nieue y del vso della.* 1569. Valesco de Tharanta — *Tractatus de epidimia et peste.* Pádua, 1473, e *Philonium pharmaceuticum et chirurgicum.* Veneza, 1490.

O estudo da literatura médica portuguesa deve ser dividido em dois períodos separados pela introdução da imprensa no nosso país. No primeiro, que vai do segundo quartel do século XII até ao último do século XIV, encontram-se poucos documentos que interessem a êste assunto, visto que se perderam quási todos os códices dêsse tempo que tratavam de medicina ou de higiene, o que não é razão de estranheza, visto terem desaparecido igualmente todos os manuscritos que deixaram os nossos médicos dos séculos XV, XVI e XVII, alguns dos quais eram mestres da Universidade e, por isso, certamente, provocariam a produção de muitos apógrafos, visto que os seus escritos serviam de compêndio.

Obras manuscritas

Os primeiros escritos médicos que se oferecem ao nosso estudo encontram-se no *Leal Conselheiro* do rei D. Duarte [1], o que não é para admirar, visto que na Idade Média os príncipes e senhores costumavam encomendar aos médicos e outros homens de sciência seus contemporâneos a redacção de tratados, de preceitos e de receitas. São disso bom exemplo os preciosos códices que existem na Biblioteca da Ajuda, com a cota 52-VI-35, *Le Régime du corps,* que Aldebrandin de Siena fêz por mandado do rei de França no princípio do século XIV, e *Physionomia,* escrito pelo médico lisbonense Rolando, para ser oferecido a João de França, duque de Berry, terceiro filho de João II, no fim do século XIV ou princípio do seguinte.

A ilustre escritora Carolina Michaëlis era de parecer que mestre Giraldo, físico de D. Denís, traduziu e ordenou, por mandado dêste rei, alguma obra geral de Física e Cirurgia e que a prosa antiqüada dêsses escritos fôsse



FIDES, RELI-
GIO, MORESQVE AETHI-
OPVM SVB IMPERIO PRE-
cioſi Ioannis (quem vulgò Preſbyterum Ioan-
nem vocant) degentium, vnà cum enarratione
confœderationis ac amicitiæ inter ipſos
AEthiopum Imperatores, & Re-
ges Luſitaniæ initæ, DAMIA-
NO à Goes Equite Lu-
ſitano autore ac
interprete.

Aliquot item epiſtolæ ipſi operi inſertæ, ac
lectu digniſſimæ, Helenæ auiæ Dauidis Preci-
oſi Ioannis, ac ipſius etiam Dauidis, ad Ponti-
ficem Romanum, & Emanuelem, ac Ioannem
Luſitaniæ Reges, eodem Damiano à Goes, ac
Paulo Iouio interpretibus.

Deploratio Lappianæ gentis, ipſo
etiam Damiano à Goes autore.

PARISIIS.
Apud Chriſtianum Wechelum ſub ſcuto Baſi-
lienſi, in vico Iacobæo: & ſub Pegaſo, in vico
Bellouacenſi. M. D. XLI.

SEGUNDA EDIÇÃO DO RARO LIVRO DE DAMIÃO DE GÓIS, que teve em Louvania a sua primeira edição em 1540

[1] Vide as reproduções dêste códice estampadas nas págs. 156 e 157 dêste volume.

retocada mais tarde sob a égide de D. João I ou dos seus filhos (1).

D. Duarte tinha na sua preciosa livraria de oitenta e quatro volumes livros de medicina que eram escritos em latim e se intitulavam *Viatico*, obra que continha os escritos de Isaac ben Salomon, também conhecido por Isaac Judeu, *Livros* de Avicena, *Livro da quinta essencia* e em linguagem, coberto de bezerro, *Livro de lepra* encadernado em pergaminho, *Livro de Astrologia* encadernado e coberto de coiro branco e *Livro de Astrologia* coberto de coiro preto.

D. Duarte, que tão bem conhecia a arte de traduzir, como mostrou no cap. LXVIIIJ do *Leal Conselheiro*, podia ter sido quem os pôs em linguagem (2), ainda que êle algumas vezes encarregou êste trabalho a outras pessoas, como aconteceu com o livro *De Amititia*.

Da leitura dêstes livros tirava o rei três proveitos «despender aquel têpo em bem fazer... acrecẽtar em boa sabedoria... por o cuidado, quando esteuer occioso, auẽdo lẽbrãça do q̃ leeo, nom se occupar ẽ alguũs nom boos pẽssamẽtos ãte retornando ao q̃ aprender acrecẽntar em boo saber e uirtude».

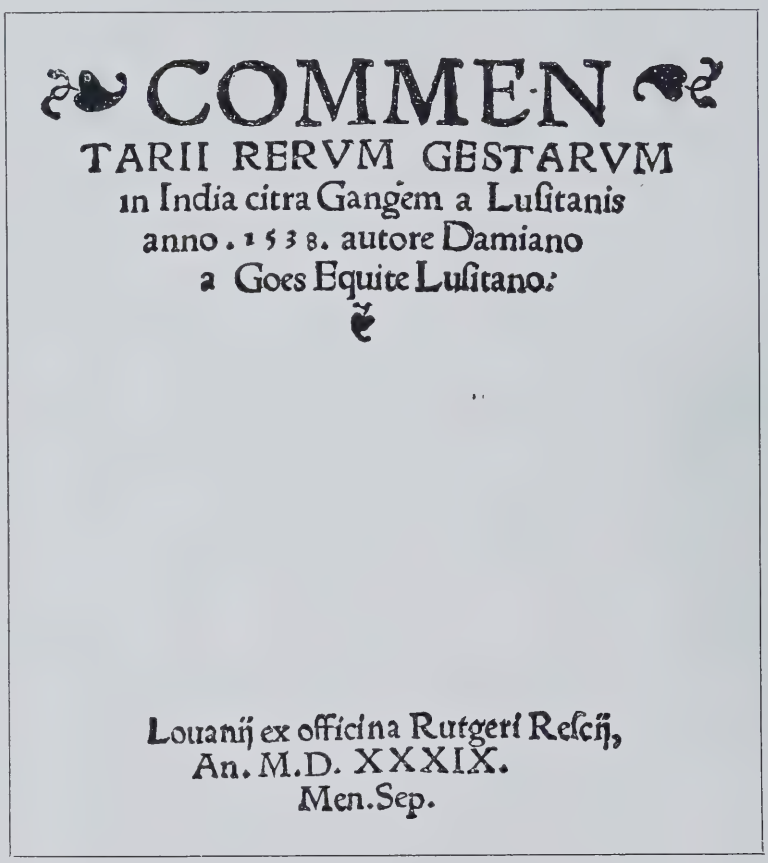
Mas a obra em que D. Duarte reüniu a pedido da raínha D. Leonor os seus escritos, não tirou os seus elementos da leitura dos códices dêsse tempo, porque teve por fontes informações e notícias que o rei pediu a homens de sciência do seu tempo, como era de uso. Assim a mestre Abraão Guedelha consultara sôbre Astrologia, registando o seu parecer sôbre a duração dos dias do ano, de Mossẽ Joã Morsala (seria mestre Moysés, arabi-mór dos judeus, que foi médico de D. João I?) aprendeu o *Regimento que o homem deve de ter para aver em pouco tempo boa seña*, que êle houvera do Senescal de França.

Mas o mais consultado, a-pesar de leigo em coisas de medicina, foi o célebre jurisconsulto dr. Diogo Afonso, o Mangaancha ou Mangancha, lente de Cánones na Universidade de Lisboa, enviado por D. Duarte ao Concílio Geral de Ferrara. À consulta do rei sôbre os casos em que sem pecado se pode usar da Astrologia, respondeu o sábio canonista «qualquer Astrologo pode julgar polas constellações, todas as cousas naturaes q̃ se p ellas fazem, assi como secca, chuva, inclinações dhomẽs a certos azos, saude, infirmid.es e tal julgar como este he licito, e sem pecado, se em elle reservar o poderio de Deos...»

Tão afeiçoado era às coisas da medicina que escreveu ao rei:

«mui poderoso Sñor. farieis grande serviço a D's mandardes á camara desta cidade que acontentassem Phisicos entendidos que ao menos huma vez per Semana fizesse cada hum por seu gyro, huma colação p.ca m.de para preservar os corpos por bom regimento assi como se fazem pregações p.a preservar as almas dos peccados, e ia con esta eu fui á camara, e a todos parece bem, mas na execuçom son mui frios. Bem sabeis quanta impresão faz a palavra pregada unicamente e quanta authoridade, e como a tomão sabedores».

É do mesmo a «carta em q̃ me encomendaveis que loguo vos enviasse regim.to do como se fazem e dão os pós contra pestenença, nom embargante que já esto ouvereis do Ifante Dom anrique vosso Irmão». E não só lhe mandava o «regimento q̃ deve ter o que filhar os pós de teixugo», mas também a receita de os preparar, explicando que se não tinham aproveitado à sua mulher que a peste levara, era por estarem deteriorados pelo tempo, pois tinham de feitos mais de seis anos.


COMMEN
TARII RERVM GESTARVM
in India citra Gangem a Lusitanis
anno. 1538. autore Damiano
a Goes Equite Lusitano:

Louanij ex officina Rutgeri Rescij,
An. M.D. XXXIX.
Men. Sep.

Raro livro de Damião de Góis, a propósito do qual se deve ler a notícia que sob o n.º 28 a *Bibliographia Goesiana*, de Guilherme J. C. Henriques, publica

Doutras pessoas obteve D. Duarte uma receita de água para os olhos, duma mèzinha verde para os mesmos, além doutros. Mas alguma coisa registou o rei como fruto da sua experiência, como se via do *Regimento* que fêz e tinha a nota *Segundo a pratica que por my passei*. Essa experiência, junta à lição dos livros e conselhos dos peritos, serviu nos capítulos da sua obra, que mais interessam a medicina e são principalmente os Cap. XIX. *Da maneira que fuj doẽte do humor merẽcorio e del guareci*, Cap. XX. *Dos aazos per que se acrecẽta ossentido do humor merencorico e dos remedios contra elles*, Cap. LIIIJ. *Das razoões por que me parece bem fugir aapestellença* e Cap. C. *Do regimento do estamago*.

Sob a forma arcáica da prosa do segundo quartel do século XV, ainda assim menos rude e inculta do que a doutros escritos dêsse tempo, pois já se tinha soltado do vinco da composição latina e mostrava certa propriedade e elegância, D. Duarte expôs na sua obra, e especialmente nesses quatro capítulos, sintomas de doenças e regras de higiene, que apresentam algum interêsse, sobretudo as que se referem às regras que se devem ter no comer, beber, dormir e fazer exercício e ainda às razões que o infante dá para demonstrar que se pode e se deve fugir

(1) *Mestre Giraldo e os seus Tratados de Alveitaria e Cetraria*, pág. 12.
(2) Seu irmão, o infante D. Pedro, que conhecia bem a língua latina, traduziu algumas obras.

das pestilências, como se foge das maleitas.

Deve registar-se neste lugar que ao passo que os reis e príncipes daquele tempo encomendavam aos físicos os regimentos da saúde ou tratados de higiene para seu uso, D. Duarte escreveu o que tinha de sua observação, embora não desprezasse o conselho dos homens doutos que consultava e que muitas vezes eram leigos em medicina, ao passo que descria um tanto dos pareceres e prescrições dos físicos.

Antes de passarmos a outro assunto devemos colher nas obras menores de D. Duarte o seguinte trecho inédito, em que por assim dizer se sintetiza a sua filosofia, na enumeração das influências ou factores que regem a natureza humana.

«O que tomamos da terra, do leite, dos parentes, planetas, Srẽs e amigos feito por ElRey

«Da terra compreisõ
Do leite e viandas criaçõ
Dos Parentes naçõ
Das doenças e acontecim.tos occasiõ
Dos planetas constellaçõ
Dos Snr e amigos conversação
De N. S.or Deos p especial inspiração nos he outorgada condiçõ e discriçõ

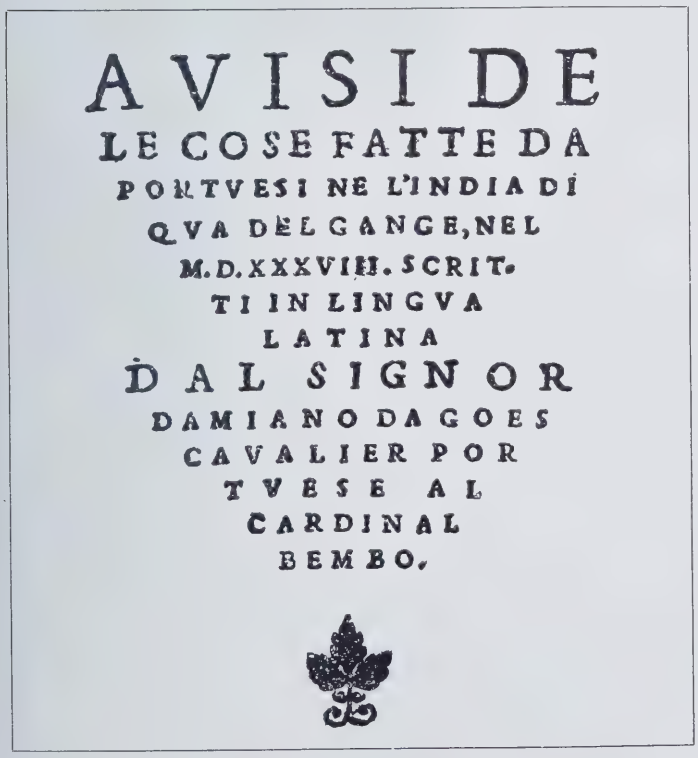
Curioso e interessante livro de Damião de Góis. 64 sem número

«Daquesto se deve tomar nom faltando da especial graça de N. S.or que p si só faz mudar todas condições e dizcuçoes que cada hua p si nom he tão poderosa que das outras partes nom receba torna, ou ajuda».

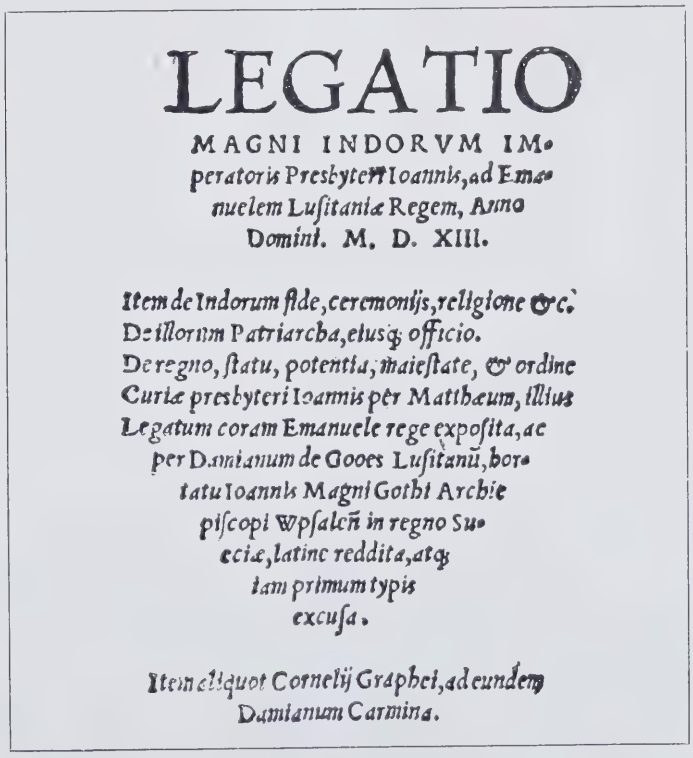
Mas o mais notável da sua obra é a referência à sua neurastenia.

Reüniu o rei a observação do seu caso nos dois capítulos XIX e XX do *Leal Conselheiro*, intitulados *Da maneira que fuy doẽte do humor merẽcorio e del guareci* e *Dos aazos per que se acrecẽta ossentido do humor merencorico e dos remedios contra elles.*

Quando D Duarte tinha 22 anos, seu pai encarregou-o no princípio da quaresma de ir por êle ao conselho e despachar os negócios da justiça e da fazenda. Assustado com a responsabilidade dêste pesado encargo, o príncipe destinava ao seu desempenho todo o tempo de que dispunha. Logo que ouvia missa ia para a Relação e trabalhava até ao meio dia e, depois de duas horas que destinava a comer e a tomar algum descanso, voltava a instruir-se dos negócios pendentes e a despachá-los, no que levava até às 9 da noite. Depois ia comer e demorava-se com os oficiais da



Livro muito raro de Damião de Góis, que pelos bibliógrafos tem sido inexactamente descrito

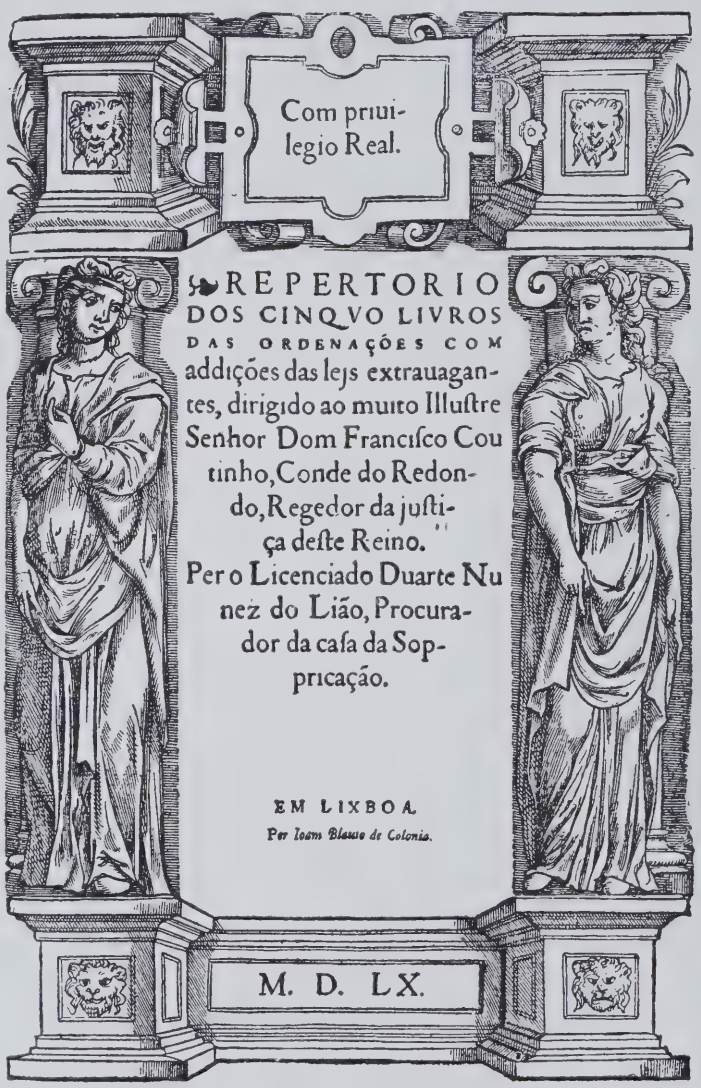


Um dos mais raros livros de Damião de Góis. Não traz lugar nem data (1532?)

sua casa até às 11. Esta vida sedentária não lhe permitia saír pelos montes e ir à caça. Assim foi até à Páscoa. Veio-lhe então uma tristeza invencível, que ao princípio imaginou ser abalo da mudança de idade e nesta pena viveu cêrca de dez meses. Nesse tempo a peste matava no reino muita gente e as notícias freqüentes do desaparecimento de pessoas amigas mais lhe entenebreciam o espírito. Para mais, sentiu numa perna uma impressão desagradável de quentura e veio-lhe a ideia se estaria com a peste. A-pesar de melhorar dêste achaque, não se aquietou e antes lhe veio tão rijo mêdo de morrer, que durante seis meses não pôde afastar do seu coração aquele temor e continuou cada vez mais triste, sem nada lhe dar alegria, nem esperança de melhores dias; e embora se queixasse amargamente aos físicos, aos confessores e aos amigos, ninguém lhe dava alívio às suas penas. Os físicos diziam-lhe que bebesse vinho sem o aguar muito, como costumava, dormisse com mulheres e deitasse os cuidados para trás das costas, mas êle, não acreditando nestas prescrições, não as cumpria.

As causas dêste mal, segundo a sua experiência, são temor das pestilências, muitos cuidados, várias doenças, míngua de dormir e sobejos trabalhos do corpo e do espírito.

Refere D. Duarte que D. João I tinha estado como êle, depois de ter sido mordido por uma cadela que estava danada e o estado a que chegou foi tal, que estando a despachar, dando-lhe os que estavam uma informação escrita, deixou de perceber do que se tratava e tendo o geito de largá-la, mas não o querendo fazer, a contrariedade fê-lo cobrir de suores e vindo-lhe um afrontamento, largou da mão o papel e caíu numa cama desfalecido.



A PRIMEIRA EDIÇÃO DO *Repertorio das Ordenações*, impressa em Lisboa em 1560

Igualmente o Condestável, por se dar em demasia aos cuidados e desembargos, no que tinha grande canseira, caíu no mesmo estado e quando os pretendentes insistiam em expor-lhe os seus casos, subia-lhe tal agastamento, que se sentia a ponto de caír no chão.

Era em 1415 e sua mãe, D. Filipa de Lencastre, caíu atacada de peste; não a desamparou o filho até que ela sucumbiu e o cuidado que nela tinha durante a doença desviou-lhe o sentido do mal próprio e foi melhorando durante três anos e por estar fora de preocupações durante dois meses sarou de todo.

D. Duarte, logo que se viu bom, afastou-se dos sítios contaminados da peste e aprendeu remédios e preservativos para livrar-se dela. Nesta altura é que êle deve ter pedido ao dr. Mangaancha lhe mandasse o regimento da pestilência, o que êle satisfez enviando-lhe a receita dos pós de texugo.

D. Duarte, quando os cuidados o perseguiam e ameaçavam torná-lo à antiga tristeza, abandonava os trabalhos de aplicação do espírito, e abalava para os montes, lá ficando uns dias entretido na caça. Outras vezes era na leitura e na conversa dos amigos, que procurava a derivação para o mal que o ameaçava, ao mesmo tempo que alargava o tempo de dormir.

O que êle não queria, por modo nenhum, era seguir o conselho dos físicos dando-se às práticas voluptuosas e ao uso das bebidas, que levariam à embriaguez. Fugia das purgas, vomitórios e sangrias, mas usava dumas pílulas com que se dava muito bem. E nunca suspendeu os jejuns que eram preceito religioso. A tudo juntava a fortaleza e a fé. Tais são os conselhos que dava aos que fôssem atacados desta enfermidade.

Assim se descrevia o nervosismo, a que no século seguinte Camões se referia no soneto que começa

«Busque Amor novas artes, novo [engenho»

pintando o estado mórbido em que o amor mal correspondido o punha, dizendo ser

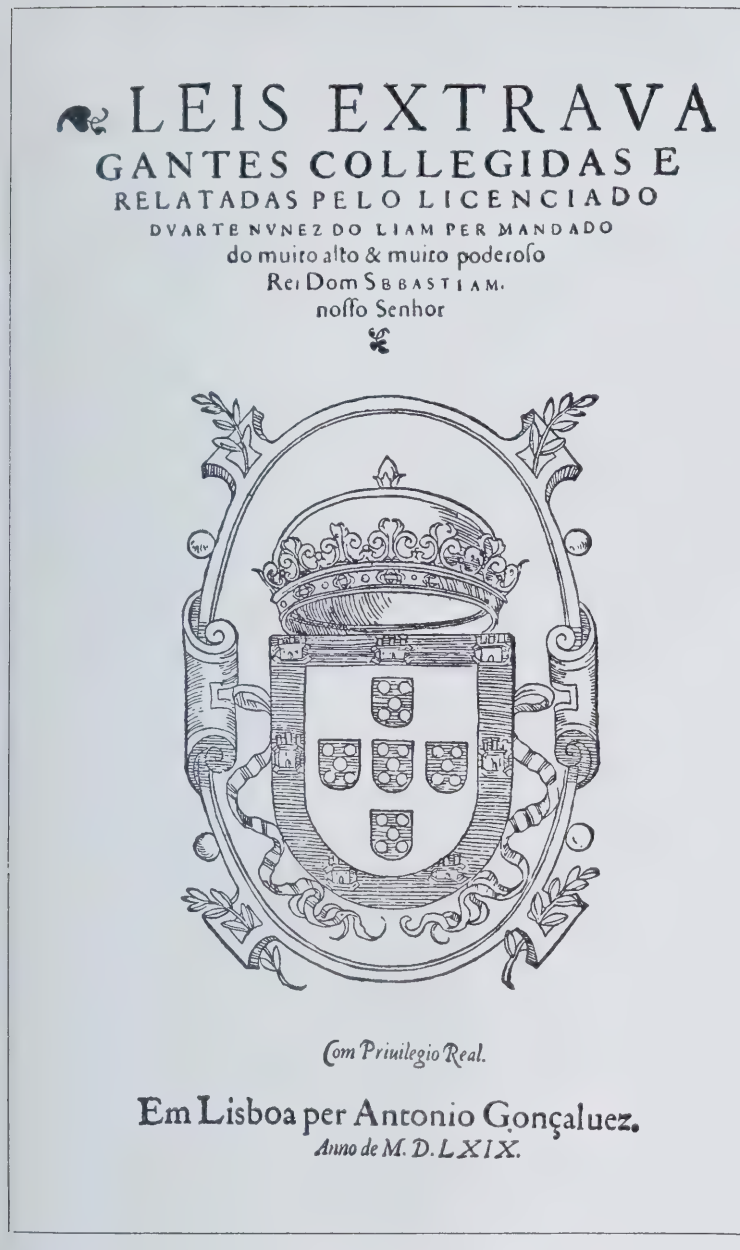
«... um mal que mata e não se vê
Que dias há que na alma me [tem pôsto
Um não sei quê, que nasce não [sei onde,
Vem não sei como e dói não sei [porquê»

Nas Obras Menores do rei, de mistura com as Obras Medicas de D. Duarte e com os escritos do dr. Mangaancha, encontram-se as seguintes

TROVAS

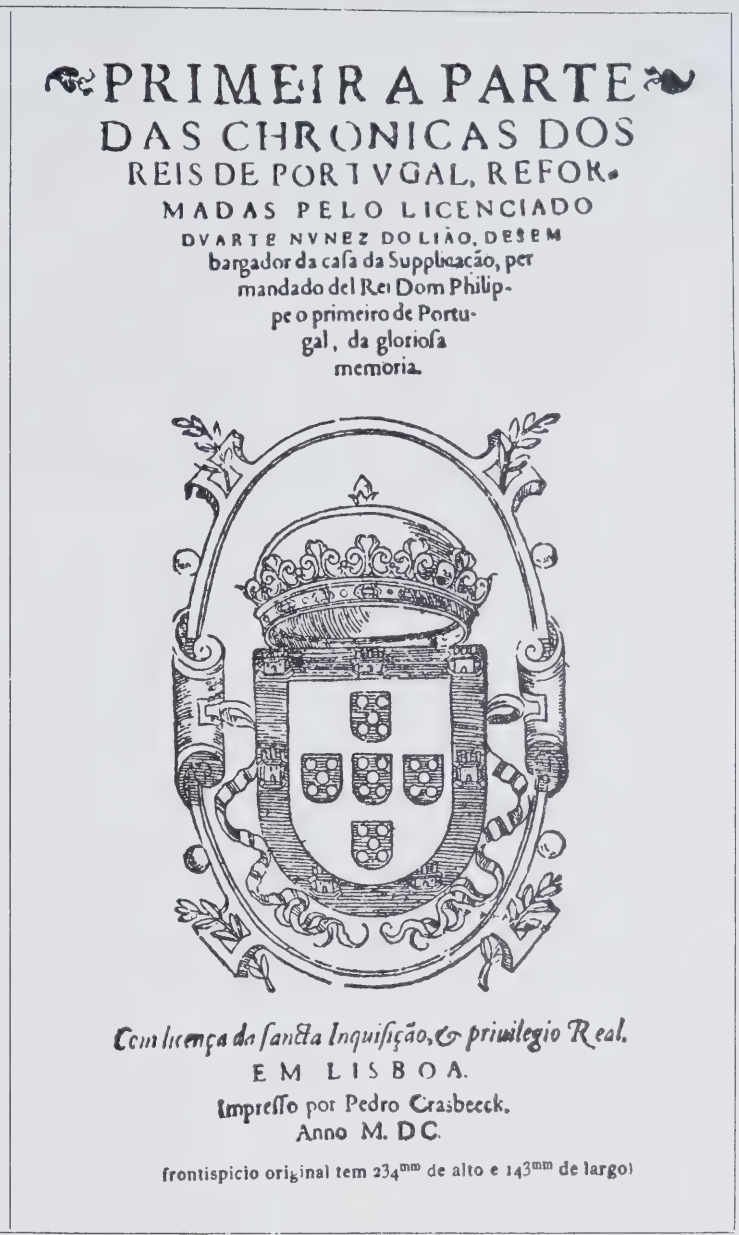
«Porque vos deixais morrer o filhos dadã da cruel pestenença, que vem p. nature (ininteligível) vingança de Deos per matar creaturas que se o fosse sempre faria execuçõ. Mas he hũ ardor que se atea no coraçõ ou no figado, ou miolo, e hi trilha o coraçõ em sobaco, figado, ou virilha, e o miolo tralla orelha fas levaçõ»

«E quem desta doença quiser ser bem gardado
a D.s sẽcomende em todo curso, tenha-se cedo
limpo, tragase cusco cedo coma e beba
todo avinagrado, e couzas azedas, stiticas teme
de graos frãgaos cubertos asados e carne salgada
pescados enxutos e postos em presa esquive
cousas doces levantese cedo.»
«Se fôr ferido, e quiser de certo ser são
ponha na trama quẽturas em abondança
e no membro doente friura sem tardança
cheire vinagre e agoa em cama no chão»


LEIS EXTRAVA
GANTES COLLEGIDAS E
RELATADAS PELO LICENCIADO
DVARTE NVNEZ DO LIAM PER MANDADO
do muito alto & muito poderoſo
Rei Dom SEBASTIAM.
noſſo Senhor

Com Priuilegio Real.

Em Lisboa per Antonio Gonçaluez.
Anno de M. D. LXIX.


PRIMEIRA PARTE
DAS CHRONICAS DOS
REIS DE PORTVGAL, REFOR-
MADAS PELO LICENCIADO
DVARTE NVNEZ DO LIÃO, DESEM
bargador da caſa da Supplicação, per
mandado del Rei Dom Philip-
pe o primeiro de Portu-
gal, da glorioſa
memoria.

Com licença da ſancta Inquiſição, & priuilegio Real.
EM LISBOA.
Impreſſo por Pedro Craesbeeck.
Anno M. DC.

frontispicio original tem 234mm de alto e 143mm de largo)

DOIS LIVROS DE DUARTE NUNES DE LEÃO — As *Leis Extravagantes*, livro ainda hoje citado, e a *Primeira parte das Chronicas*. Ambos na sua primeira edição, os seus rostos mostram que Pedro Craesbeeck utilizava, em 1600, o material tipográfico que fôra de António Gonçalves, em 1569

e desto beba forte como homem loução
coma sotil frio sera são todavia quem
esto nom crer seja per pena villão.»

E depois de dizer quais são as coisas quentes e frias, acrescenta :

«Eu juro a boa fe e per minha verdade
que he mais ligeiro curar pestelença
em mais pouco tempo em esa presença
que outra qualquer pequena infirmidade.»

Nas livrarias dos conventos (1), quando se trasladavam as obras de medicina que não tinham sido originàriamente redigidas em latim, era para esta língua que se traduziam e não para português, que só era empregado em manuais onde se registavam alguns sinais das doenças e sobretudo as fórmulas farmacêuticas dos remédios colhidas na tradição ou nos antigos códices.

(1) Nas livrarias particulares de muitos religiosos encontraram-se também livros de Medicina, assim na do jerónimo fr. Diogo de Murça, que viveu no século XVI, havia obras de Avicena, de Galeno e uma em grego de Dioscorides.

Êstes livros de receitas não figuravam, em geral, nos catálogos dessas livrarias, porque eram desviados para o serviço diário das enfermarias e das boticas, onde, por serem muito manuseados, ràpidamente se deterioravam e perdiam, sendo em geral conhecidas apenas as cópias tiradas no século XVII.

Como exemplo dos poucos manuscritos dêste género do fim do século XIV ou princípio do seguinte, que ainda nos restam, citaremos o que se encontra na *Miscelanea* 50-V-40 da Biblioteca da Ajuda, pág. 276-285, e o que tem a cota $\frac{\text{CXXI}}{2\text{-}19}$ da Biblioteca de Évora. O primeiro contém uma longa lista de receitas anónimas s. l. n. d., mas que julgo ser do fim do século XV ou princípio do seguinte e começa

«Titolo das mezinhas e ymstrometos primeiramente pa as boubas donde nos o Sñr Ds guarde a quall faras p nove dias e loguo receberas saude».

Era muito importante o conhecimento da data exacta dêste manuscrito, porque julgo que contém a primeira

referência que em Portugal se fêz a certos tratamentos, como o da sífilis pelo mercúrio.

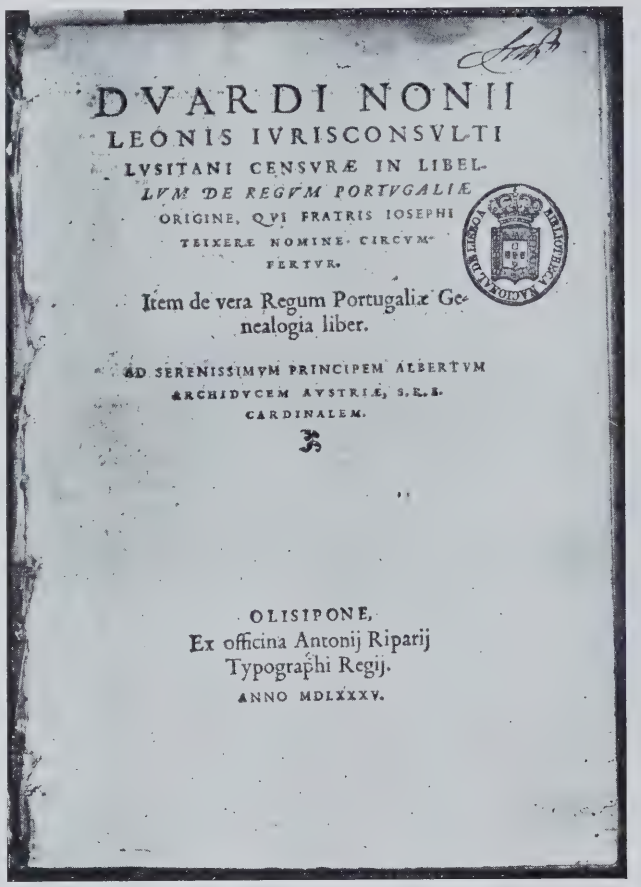
O valioso códice de Évora está escrito em letra gótica em papel que tem a filigrana *mão com estrêla,* que se encontra no incunábulo de Luís de Ras e no de Abraham Zacuto, o que permite supor que data do fim do século XV. Mas, no dizer de Gabriel Pereira, uma parte do códice deve representar escritos do fim do século XIII. Refere-se ao que se encontra a fl. 141 v. e seguintes, que começa :

«Aquy se começa huum livro de naturas pelo quall obrava o muy nobre fisyco frey gill da ordem dos pregadores o qual livro foy tirado do latim em romanico pera saberem muytos o que en elle jazia pera tirar a nevoa dos olhos... pera tolher a leepra, pera os olhos lagrimosos, pera tirar a nevoa, pera o inchaço, pera os olhos sangoentos, pera tirar a mazilla».

E na fôlha seguinte :

«Aquy se começam os synaees dos enfermos quaes som mortaes e quaes vydaes pelos quaes obrava o muy nobre fisyco frei gill em os enfermos».

Trata-se, pois, da tradução portuguesa duma obra latina de fr. Gil sôbre diagnóstico e terapêutica de várias doenças. Era Gil Pires de Valadares, filho do mordomo-mór de D. Sancho I, que êste mandou a Paris estudar medicina depois de ter cursado esta sciência em Santa Cruz de Coimbra e que, depois da sua aventurosa vida, tomou o hábito na ordem dos prègadores e além de exercer várias dignidades na igreja, foi médico de D. Sancho II e D. Afonso III, vindo a morrer em 1265. De maneira que se trata naquela parte do códice da Biblioteca de Évora do mais antigo texto de medicina portuguesa que se conhece até hoje.


DVARDI NONII
LEONIS IVRISCONSVLTI
LVSITANI CENSVRÆ IN LIBEL-
LVM DE REGVM PORTVGALIÆ
ORIGINE, QVI FRATRIS IOSEPHI
TEIXERÆ NOMINE CIRCVM-
FERTVR.
Item de vera Regum Portugaliæ Ge-
nealogia liber.
AD SERENISSIMVM PRINCIPEM ALBERTVM
ARCHIDVCEM AVSTRIÆ, S.R.E.
CARDINALEM.
OLISIPONE,
Ex officina Antonij Riparij
Typographi Regij.
ANNO MDLXXXV.

O LIVRO DAS *Genealogias dos Reis de Portugal,* que sob o n.º 968, António Anselmo descreve na sua *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*

As restantes partes desta *Miscelanea* também são escritos muito antigos, pois contêm resumos ou referências às obras de Constantino (Africano), Galieno (Galeno), Alexandre (Alexandrino) Isac (Isaac Judeu), Arnaldus (Arnaldo de Vilanova), Joanicius e outros. Há referências às doutrinas da Magia, Cabala e Astrologia e capítulos sôbre os dias felizes nas doenças, dias contrários, dias próprios para as sangrias, etc.

A fl. LXIXv começa um tratado sem título, que começa «Depois que Deus fez a fabrica do mundo e as cousas que são em elle a sua honra...», que julgo ser uma tradução resumida do *Tratado de Cirurgia* de Guido de Cauliaco, que deve ter sido feita por um manuscrito latino tratando da *Pequena Cirurgia,* como os citados por Nicaise, que todos eram do século XV, ou então é um resumo das edições latinas da *Grande Cirurgia,* impressas em Veneza no fim do mesmo século. Só muito mais tarde se tentou verter para português a grande obra de Guido.

Nos *Autos* de Gil Vicente, nas poesias dos *Cancioneiros* e nos *Lusíadas* encontram-se, além de numerosas referências às crendices e superstições que da Magia, da Cabala e da Astrologia tinham vindo para a Medicina, muitas noções populares e algumas eruditas desta sciência.

À literatura médica interessam também os *Costumes, Forais* e *Posturas,* as *Ordenações,* capítulos de Côrtes, alvarás, provisões e cartas régias das *Chancelarias* dos primeiros reis, dizendo respeito a médicos, cirurgiões e boticários (carta de privilégio dos boticários dada em Viana a 22 de Abril de 1449, carta sôbre o exercício da Medicina e da Farmácia dada em Évora a 23 de Abril de 1461, alvará sôbre os físicos de 1571, etc.), os livros das vereações, as cartas dos monarcas e respectivas respostas e consultas da Câmara de Lisboa e os *Regimentos* editados por esta ou por ordem real relativos à saúde pública *(Regimento de como os contadores das comarcas põde puer sobre as capellas, espitaes, albergarias, cõfrarias, gafarias,* etc., de 1514 e outros), as *Relações, Roteiros* e *Itinerarios* de viagens, as *Cronicas* dêsse tempo, etc.

Igualmente devem ser consultados por quem queira profundar êste estudo os *Compromissos* do Hospital de Todos-os-Santos, da Misericórdia de Lisboa e do Hospital das Caldas da Raínha.

Dos manuscritos dêsse tempo que ainda hoje existem destacam-se alguns referentes a remédios e drogas medicinais, o mais importante dos quais é a carta, que Tomé Pires, natural de Leiria e boticário do príncipe D. Afonso, filho de D. João II, escreveu de Cochim a D. Manuel a 27 de Janeiro de 1516, em que vem uma lista extensa e curiosa de drogas da Índia e indicações dos lugares onde se encontravam.

Pondo de parte tôdas estas fontes, para não alongar o nosso estudo, a-pesar de serem valiosas para o conhecimento dos costumes médicos e do vocabulário técnico usado até ao fim do século XVI, temos de nos ocupar das obras que em especial se referem à Medicina.

A literatura médica de portugueses nos séculos XV e XVI foi trilingue, sendo por ordem de freqüência escritas essas obras em latim, espanhol e português. Por isso consideraremos separadamente as obras impressas em latim, as bilingues e as publicadas em português.

Obras impressas em latim

Se o latim nos primeiros séculos da nossa nacionalidade era tão largamente usado, que só êle servia nos diplomas

oficiais e nos documentos ou instrumentos públicos de tribunais e notários, se nos colégios e universidades era obrigatório para lentes e discípulos, se especialmente na profissão médica era a única língua falada nas lições, conferências, discussões e a escrita nos tratados, consultas, pareceres, nos elogios em prosa e verso, censuras e licenças das obras literárias e scientíficas e até nas cartas particulares, pode dizer-se que era uma língua viva para as classes superiores. Garcia de Orta escrevia a Martim Afonso de Sousa na dedicatória dos *Colóquios:*

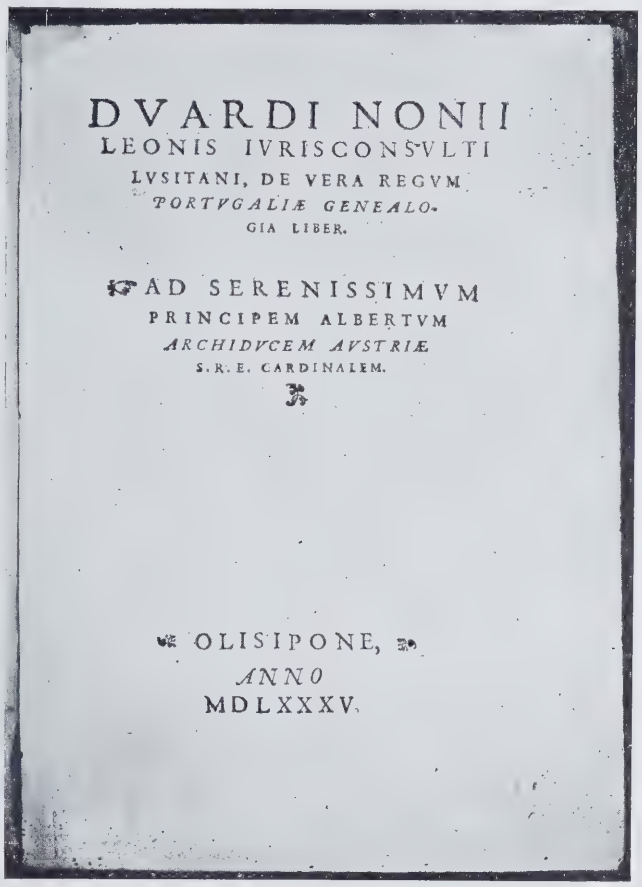
«Bem pudera eu compor este tratado em latim, como o tinha muytos annos antes composto, e fora a vossa senhoria mais aprasivel; pois o entendeis milhor que a materna linguoa...»

O uso corrente do latim era para os médicos uma carta de nobreza, um sinal da casta superior, que os punha acima e lhe conferia proeminência decidida sôbre os contemporâneos menos cultos. Dizia-se então a *sciência* do médico, a *arte* do cirurgião e do boticário, o *ofício* de barbeiro e sangrador, e os cirurgiões que queriam inculcar-se como ilustrados, intitulavam-se *latinos* (1).

Para se fazer ideia de como até ao fim do século XV frades e médicos portugueses, pelo conhecimento que tinham da língua latina, dispensavam as traduções em linguagem das obras scientíficas escritas naquela língua, basta lembrar que o *Thesaurus Pauperum* (Florença, 1480) do nosso Pedro Julião, que depois foi o papa João XXI, formulário que na Idade Média foi o mais popular e conhecido em tôda a Europa, sendo traduzido em quási tôdas as línguas, não o foi em português (2), a não ser no manuscrito em caracteres rabínicos que pertenceu a Nicolau António e que depois se perdeu.

Igualmente Valesco de Taranta, a-pesar da celebridade que lhe deu o seu *Philonium,* não logrou ver traduzida nenhuma das suas obras, tendo nós encontrado apenas um resumo do seu *Tractatus de peste* em espanhol, fazendo parte do raríssimo incunábulo intitulado *Epilogo en medecina y cirurgia conveniente á la salud* que no cólofon declara ter sido acabado em Burgos, por João de Burgos, a 10 de Maio de 1495. É muito raro êste incunábulo, pois se conhecem apenas os exemplares de Madrid, Paris e Bruxelas. Existe outra edição, feita em Pamplona por Arnaldo Guillen de Brocar, em 10 de Outubro do mesmo ano, e afirmou-se haver uma tradução catalã por Juan Villar (outros escrevem Villa) em 1475, que, a existir, seria anterior à espanhola.

O mesmo se pode dizer dos livros de Amato, que, a-pesar da grande nomeada que adquiriram, nunca foram vertidos em português. Apenas se traduziu em espanhol o *Dialogo,* de que existe na Centuria VI a *Curatio centesima, in qua agitur de capitis vulneribus,* etc., que descobrimos em Espanha e que deve ser raríssimo; intitula-se *Dialogo en el qval se trata de las heridas de cabeça con el casco descubierto, donde se disputa si es mejor curar semejantes heridas con medicamentos blandos, o con secos. Compuesto por el Doctor Amato Lusitano Medico doctissimo. Traduzido de latin en Romance Castellano por Geronimo de Virues doctor en Medicina Valenciano.* En Çaragoça: Por Iuan de Ybar. Año M. DC. LI.


DVARDI NONII
LEONIS IVRISCONSVLTI
LVSITANI, DE VERA REGVM
PORTVGALIÆ GENEALO-
GIA LIBER.

AD SERENISSIMVM
PRINCIPEM ALBERTVM
ARCHIDVCEM AVSTRIÆ
S.R.E. CARDINALEM.

OLISIPONE,
ANNO
MDLXXXV.

O LIVRO DE DUARTE NUNES DE LEÃO que costuma andar junto ao anterior e que, sob o mesmo número, na mesma obra se encontra descrito

Mas outra razão havia para o latim ser tão preferido pelos médicos e, especialmente, pelos que eram dados à literatura.

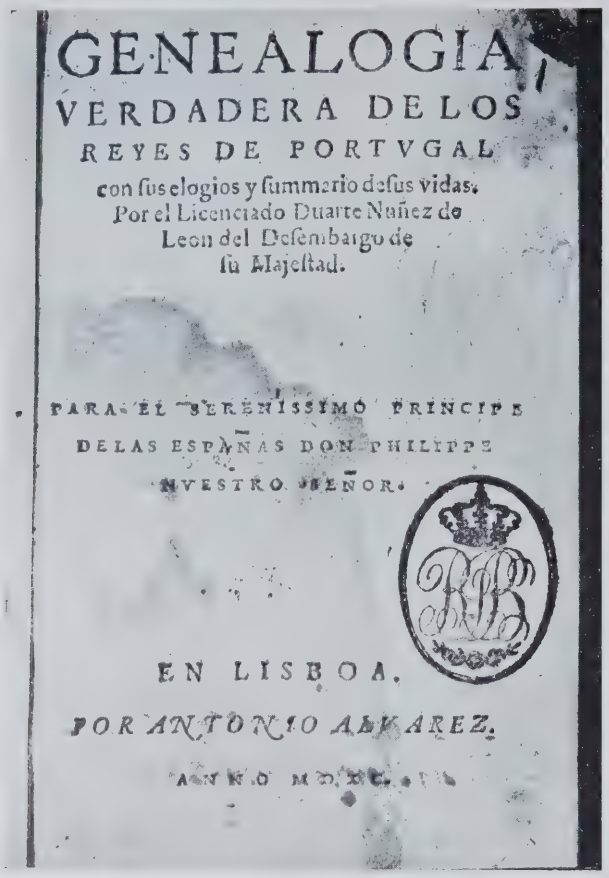
Era certo que nos escritos portugueses a língua deixara, no século XIV, a sua rudeza e rigidez e, de desataviada e singela, tinha passado a ser ornada compondo-se, e nos vocábulos foi, a pouco e pouco, abandonando a versão popular para adoptar a erudita. Mas se no século de quinhentos aparece mais disciplinada e polida, pouco tinha ganho ainda na abundância dos termos técnicos, tornando-se scientífica, ao passo que essa evolução se fizera muito mais acentuada nas obras latinas dos mesmos autores. Êste facto deve aproximar-se dum outro não menos significativo, e é que a partir do século XVII a linguagem médica despreza os vocábulos vulgares, muitos dos quais nos tinham vindo dos árabes uns, outros de França e de Espanha, para adoptar aqueles cujos étimos se foram buscar à língua latina e, mais tarde, à grega, e só então a nossa literatura médica mereceu ser considerada scientífica.

É bem demonstrativa da facilidade tecnológica que aos médicos dava o uso do latim, a resistência que durante largo tempo mantiveram a receitar em linguagem, a-pesar do que tinham mandado as Côrtes de Lisboa, em 11 de Fevereiro de 1498, e que por não ser cumprido foi de novo ordenado nas Côrtes reünidas na mesma cidade a 20 de Janeiro de 1641. A mesma preferência se dava nas obras de Botânica, Matéria Médica, Higiene e Terapêutica. Quero referir-me a Brissot, Clusius, Afonso Rodrigues da Guevara e Francisco Franco.

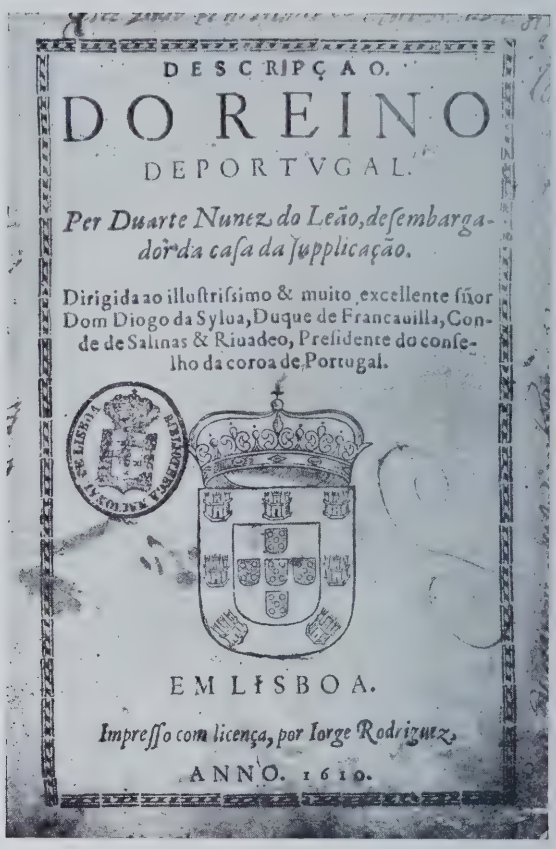
Todos êstes tratadistas contribuíram poderosamente

(1) Deve-se notar, porém, a superioridade dos cirurgiões educados no Hospital de Todos-os-Santos, onde o ensino foi sempre feito em português.

(2) Não se devem contar como traduções desta obra os extractos ou resumos, como o que Gonçalo Rodrigues de Cabreira publicou apenso à edição de 1753 da *Luz da Medicina* de Francisco Morato Roma. Em espanhol houve várias traduções a começar no *Libro de medicina llamado Tesoro de los pobres en un regimiento de sanidad.* Valladolid, en casa de Francisco Fernandes de Cordoua, 3 de enero de 1552.


GENEALOGIA
VERDADERA DE LOS
REYES DE PORTVGAL
con ſus elogios y ſummario deſus vidas.
Por el Licenciado Duarte Nuñez de
Leon del Deſembargo de
ſu Majeſtad.
PARA EL SERENISSIMO PRINCIPE
DELAS ESPAÑAS DON PHILIPPE
NVESTRO SEÑOR.
EN LISBOA.
POR ANTONIO ALVAREZ.
ANNO M.D.XC.

A *Genealogia dos Reis de Portugal* publicada em espanhol «para o rei D. Filipe», em 1590


DESCRIPÇAO.
DO REINO
DE PORTVGAL.
Per Duarte Nunez do Leão, deſembargador da caſa da ſupplicação.
Dirigida ao illuſtriſsimo & muito excellente ſñor Dom Diogo da Sylua, Duque de Francauilla, Conde de Salinas & Riuadeo, Preſidente do conſelho da coroa de Portugal.
EM LISBOA.
Impreſſo com licença, por Iorge Rodriguez.
ANNO. 1610.

A *Descripção do reino de Portugal* publicada em 1610 e dirigida ao «presidente do conselho da coroa de Portugal»

pelas suas obras em latim (1), para criar a linguagem científica, enriquecida pelos termos novos que as descobertas nas sciências médicas tornavam necessários e nelas constituíram a matriz, onde mais tarde se foram colher e derivar os vocábulos em que a tecnologia e a linguagem vulgar se abasteceram e ilustraram, visto que, como veremos, a literatura médica representada pelas obras escritas em português não tinha tido os mesmos progressos e aperfeiçoamentos.

Se considerarmos o valor dos autores médicos dêste tempo, verdadeira idade de ouro da história antiga da Medicina, reconheceremos fàcilmente as características comuns que explicam o seu valimento e a justa fama que dêle lhes veio. Mais de três quartas partes do seu número eram judeus e possuiam as qualidades da sua raça, a tenacidade, a ambição, a inteligência, a observação, o desejo ardente de viajarem, aprendendo línguas e costumes de estranhos e estabelecendo relações com os homens de sciência dêsses países. Para isto dispunham de dois meios valiosos, a instrução adquirida nos colégios e universidades sôbre as matérias filosóficas, de sciências naturais e médicas e o conhecimento muitas vezes profundo das línguas mortas como o latim, o grego, o árabe e o hebraico (no privilégio que D. Manuel concedeu em 1497 aos médicos e cirurgiões que não soubessem latim, foi permitido ter livros de artes em hebraico) e das línguas vivas que muitos falavam e escreviam na perfeição. Assim apetrechados, não só tomavam fácil conhecimento das obras que iam sendo publicadas em tôda a Europa, mas também em tôda a parte eram entendidos e podiam mostrar o seu saber e grangear a consideração dos homens de sciência.

A maior parte dêles, pelas perseguições religiosas, tiveram de emigrar e, levados pela fôrça de dispersão que lhes era propícia, percorreram a maior parte da Europa, levando a tôda a parte a fama do nome português, tanto mais respeitado quanto é certo terem muitos dêles brilhado como grandes clínicos e como mestres insignes em Espanha, França, Itália e outros países.

A primeira ideia que ocorre quando se pretende resumir o muito que há a dizer sôbre os escritores médicos dos séculos XV e XVI, é classificá-los pelas suas qualidades e méritos, isto é pela natureza especial dos seus trabalhos e dividi-los assim em comentadores, patologistas, higienistas, deontologistas, filósofos, naturalistas, terapeutas, teólogos, humanistas, tradutores e cultores da literatura em prosa e em verso. Mas há impossibilidade de fazer a classificação e distribuição por êstes grupos, visto que quási todos aqueles escritores pertencem a muitos dêles por acumularem as aptidões e merecimentos mais variados. No entanto é possível, atendendo à importância relativa dessas especialidades, considerar de preferência os grupos mais importantes e em cada um dêstes estudar a obra do seu representante mais notável e legítimo.

Assim, no grupo dos tradutores e comentadores, entre os nomes celebrados de Tomás Rodrigues da Veiga, Henrique de Cuellar, Garcia Lopes, Ambrósio Nunes, Luís de Lemos e outros, falaremos em especial de António Luís.

Êste judeu lisbonense, que foi médico insigne, huma-

(1) Falta-nos a competência para tratar um ponto que julgamos de muito interêsse, a comparação da linguagem latina usada pelos nossos escritores médicos e pelos seus contemporâneos estrangeiros. Temos para nós que desta comparação saem em boa postura os nossos, relativamente aos espanhóis, flamengos e alemães.

nista dos mais eruditos, que em Coimbra lia em grego Galeno e Aristóteles, foi filósofo e inspirado comentador dos autores antigos e em especial de Galeno, e parece ter entrevisto ou pressentido a lei de Newton, quando no livro *De Occultis proprietatibus* afirma «que se acha derramada por tôda a natureza uma certa fôrça atractiva que prende cada um dos seres com um nexo indissolúvel... que liga com invisíveis laços o mundo, fazendo que tôdas as suas partes, posto que situadas a grandíssimas distâncias, se contenham em seus lugares e dêles se não arredem».

Deixou, além dos seus livros impressos *De re Medica, De occultis proprietatibus* e *De pudore,* muitos manuscritos, parte dos quais fui descobrir na Biblioteca da Ajuda, numa *Miscelanea* com a cota 46-VIII-12. Começa pela dedicatória a D. João III, de quem era físico, datada de *tercio calendas septembris anno 1548*. Seguem-se Notas em latim à tradução de Erasmo da *Exhortatio ad bonas artes* de Galeno;

Crítica ao livro dos medicamentos simples de Teodósio Gerardo;

Tratado *De urinis libellus doctissimus galeno escriptus nunc primo ab Antonio Ludovice latinitate donatus;*

Galeni de diagnotione et curatione ægritudinum venũ libellus doctissimus Nũc primũ ab Antonio Ludovico medico ulisipponẽsi sũma cũ fide ex grego in latinu sermonẽ cõversus & scholiis illustratus;

Scholiũ in librũ de urinis;

Comentários e críticas a várias traduções de Galeno, precedidas duma dedicatória a mestre Jacob, primeiro médico de D. João III. Começa pela apreciação do trabalho de José Astrúcio Polónio sôbre o livro das urinas e depois faz a crítica da tradução do livro *De diagnotione et curatione,* feita por Christovão Hail.

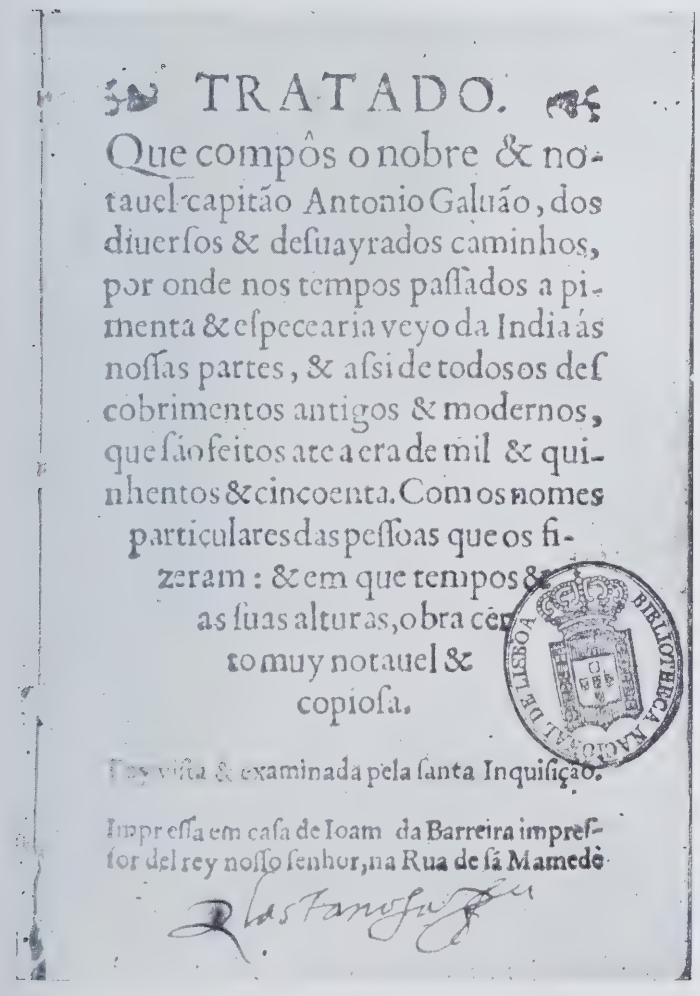
Vem depois um enderêço ao «douto e ingenhoso doutor Rodrigo de Guevara» que devia ser o princípio duma carta.

Seguem-se, com letra diferente, cópias de cartas e consultas que suponho não sejam de António Luís, porque, alem doutras razões, parecem ter sido escritas em 1591.

No dizer de Barbosa Machado deixou António Luís também dois manuscritos em português, o *Tratado de Agricultura* e o *Tratado da Língua Portuguesa,* cujo desaparecimento constituiu uma irreparável perda para a história da nossa literatura.

Houve quem visse que era vã empresa e de-certo esfôrço pouco fértil passar a vida, fazer consistir o ensino na contemplação e interminável ruminação dos textos antigos, em geral conhecidos através de traduções, resumos ou extractos que ainda tornavam mais aleatório e menos proveitoso o seu estudo. Foram os que fizeram consistir o fim dos seus trabalhos em, pela observação directa da natureza e em especial dos doentes e dos cadáveres, alargar os conhecimentos já adquiridos nas Sciências Naturais, na Anatomia, na Clínica Médica e Cirúrgica, na Matéria Médica e Terapêutica e na Higiene. São os que nós consideraremos formando dois grupos, o dos clínicos e o dos patologistas.

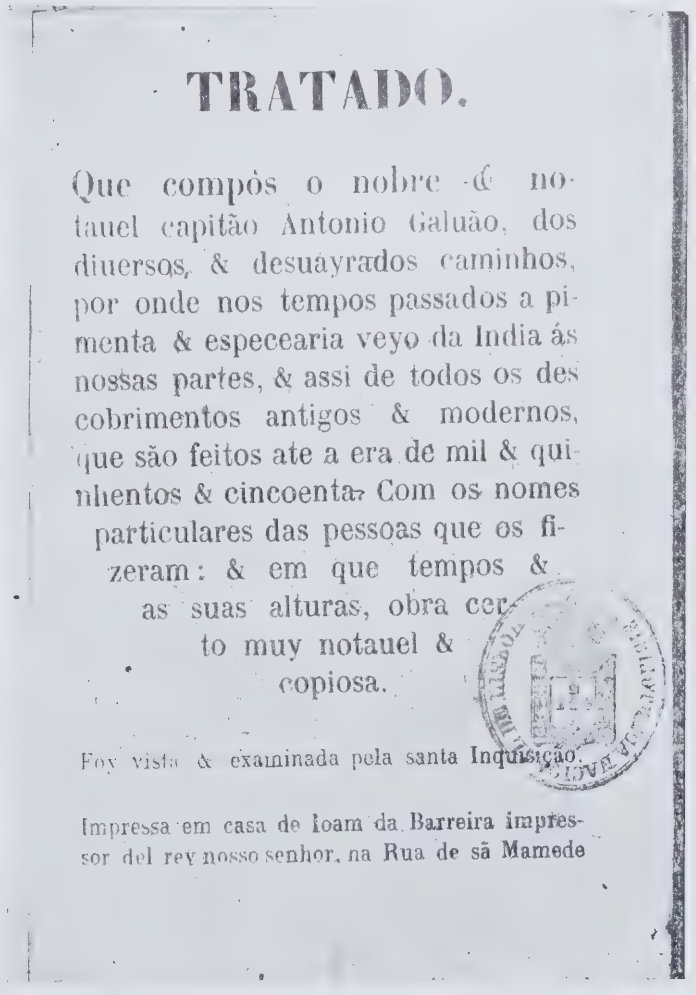
No primeiro a figura primacial e dominadora é a de João Rodrigues Castelo Branco, na sciência conhecido por Amato Lusitano. Tendo em Salamanca feito o seu curso com mestres eminentes, habilitando-se não só nas aulas,


TRATADO.

Que compôs o nobre & notauel capitão Antonio Galuão, dos diuerſos & deſuayrados caminhos, por onde nos tempos paſſados a pimenta & eſpecearia veyo da India ás noſſas partes, & aſsi de todos os deſcobrimentos antigos & modernos, que ſão feitos ate a era de mil & quinhentos & cincoenta. Com os nomes particulares das peſſoas que os fizeram: & em que tempos & as ſuas alturas, obra certo muy notauel & copioſa.

Foy viſta & examinada pela ſanta Inquiſição.

Impreſſa em caſa de Ioam da Barreira impreſſor del rey noſſo ſenhor, na Rua de ſá Mamede


TRATADO.

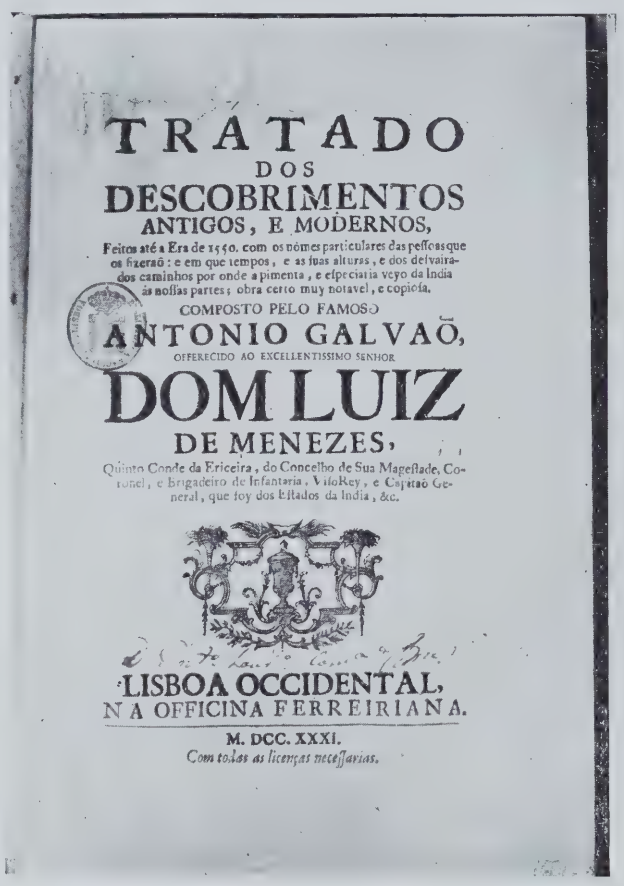
Que compôs o nobre & notauel capitão Antonio Galuão, dos diuersos, & desuayrados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India ás nossas partes, & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos, que são feitos ate a era de mil & quinhentos & cincoenta. Com os nomes particulares das pessoas que os fizeram: & em que tempos & as suas alturas, obra certo muy notauel & copiosa.

Foy vista & examinada pela santa Inquisição.

Impressa em casa de Ioam da Barreira impressor del rey nosso senhor, na Rua de sã Mamede

A EDIÇÃO QUINHENTISTA DO *Tratado,* de António Galvão, impressa em Lisboa em casa de João da Barreira e a sua reprodução feita em nossos tempos

mas também nos hospitais, conhecendo além do latim, do grego e do hebraico, o espanhol, o francês e o italiano, dedicando-se desde muito novo ao estudo das plantas, exercendo a clínica médica e a cirúrgica com o firme propósito de arquivar as suas observações que às centenas publicou depois, na convivência com os médicos mais ilustrados das cidades em que viveu, como Antuérpia, Ferrara, Roma, Ancona, Pesaro, Ragusa e Salónica, tendo nesta travessia da Europa, desde a península ibérica até ao oriente, visitado os hortos botânicos e as escolas, tratado com os mestres mais eminentes da renascença médica, assistido aos trabalhos de Anatomia, às primeiras lições de Fisiologia, aos progressos que a Patologia fazia em tôda a parte, às conquistas múltiplas que as sciências auxiliares da Medicina e as aplicações desta faziam nos países mais adiantados, Amato reünia uma soma de conhecimentos, uma superioridade de juizo e poder crítico que o tornavam apto para nos seus livros ensinar, pelas novidades que expunha e pelos erros antigos que destruia. E neste último capítulo a sua crítica de Dioscorides e a sua luta com Matiolo são dignas de nota.


TRÁTADO
DOS
DESCOBRIMENTOS
ANTIGOS, E MODERNOS,
Feitos até a Era de 1550. com os nomes particulares das pessoas que os fizeraõ: e em que tempos, e as suas alturas, e dos delvairados caminhos por onde a pimenta, e especiaria veyo da India ás nossas partes; obra certo muy notavel, e copiosa.
COMPOSTO PELO FAMOSO
ANTONIO GALVAÕ,
OFFERECIDO AO EXCELLENTISSIMO SENHOR
DOM LUIZ
DE MENEZES,
Quinto Conde da Ericeira, do Concelho de Sua Magestade, Coronel, e Brigadeiro de Infantaria, VisoRey, e Capitaõ General, que foy dos Estados da India, &c.
LISBOA OCCIDENTAL,
NA OFFICINA FERREIRIANA.
M. DCC. XXXI.
Com todas as licenças necessarias.

A EDIÇÃO DO *Tratado*, de António Galvão, feita no século XVIII. Edição magnífica, muito nítida. Frontispício impresso a preto e vermelho

Por isso se pode afirmar com segurança ser de mais flagrante injustiça, inclui-lo, como fazem ainda hoje alguns historiadores, nos comentadores, dando a entender que nada mais fêz do que glosar os livros clássicos. Em Amato há que admirar, como em Garcia da Orta e alguns outros médicos portugueses, a nobre independência com que põem de parte as afirmações dos antigos, quando pela sua observação recolhem factos que as contradizem. Êste predicado valioso encontra-se efectivamente no outro grupo, o dos tratadistas, que pode ser dignamente representado por um mestre eminente, Rodrigo de Castro, que deve considerar-se o criador de Ginecologia, reünindo no seu *Tratado* sôbre as doenças das mulheres e no seu *Medicus Politicus*, verdadeiro código de deontologia médica, não só o que até ao seu tempo antigos e modernos tinham publicado de aproveitável, mas também noções novas, factos inéditos da sua observação e experiência, constituindo um corpo de doutrina, que serviu mais do que nenhum outro em todos os países para educar os clínicos e influir poderosamente na prática de todos os dias.

É de justiça aproximar dêstes dois conjuntos ilustres, o dos clínicos e o dos patologistas ou tratadistas, alguns médicos estrangeiros que por terem vivido em Portugal aqui colheram elementos com que alargaram os seus conhecimentos e se habilitaram a produzir obras apreciadas sôbre Anatomia e Patologia.

Obras impressas bilingues

Numa portada com várias figuras ornamentais e tendo na parte média inferior o brasão de armas do reino lê-se

DIALOGO DA PER/feyçam & partes que sam ne/cessarias ao bom medico./Dirigido ao muyto alto & sere/nissimo Principe Rey Dom Sebastiam, primeyro/deste nome. Nosso/senhor./Em Lixboa/Per Ioam Aluarez impressor delRey./Anno de M.D.LXII.

19,7 × 14,3 que além do rosto tem 25 fls. e no fim uma sem número, contendo o seguinte :

Acabou-se de imprimir o presente dialo/go, em a muyto nobre & sempre le/al cidade de Lixboa, em casa/ de Ioam Aluares impres/sor del-Rey./Aos X dias de Iulho de M.D.LXII. /Annos.

No verso do rosto lê-se :

«Vi esta obra nam achey cousa contra nossa religiam nem bons mores, & pode seruir pera louuor dos bõs medicos & diligentes, & dos bõs & diligentes buticayros, & pera aduertir os negligentes. E por tanto dou licença pera se imprimir, em Lixboa oje. jx. de Iunho de 1562. Frater Emanuel da veyga».

Seguem-se quatro sonetos em língua castelhana dedicados os dois primeiros a D. Sebastião, outro à raínha D. Catarina e o último ao cardial D. Henrique.

Vem depois a dedicatória ao rei em que se diz :

«Põe-se por interlocutores a petiçam de Phyliatro o Comendador Fernam nunez, que foy cathedratico de rethorica, & Grego na vniversidade de Salamanca... porque nunca se curou com medico, & vsou de muy poucas medicinas, & viueo nouẽta annos...»

«Achou este dialogo Afonso de Mirãda contador do reyno & casa de V. A. entre os liuros & papeis de seus filhos, q̃ estudarã as artes liberaes & medicina, em Coimbra, & Salamanca, & em outras vniuersidades : & lho fez trasladar de Latim em linguagem...

«O author o nam quiz imprimir em sua vida, por nam tomar tam graue carga sobre seus hombros, en publicar dialogo cõtra a medicina deste tempo».

«Em sua vida o deu a Geronymo de Miranda fisico de V. A. pera o mandar imprimir quando lhe parecesse tempo. E por esse respeyto se dirige a V. A. pera ser defendido debayxo de seu escudo & benignidade, dos que o quiserem reprender».

No verso da última fôlha numerada vem um soneto aos leitores que começa :

«Por dar el cielo aqui conoscimiento,
que todo lo que quiere está en su mano :
en el doctor Miranda Lusitano
quiso poner el bien fuera de cuento.»

O espanholismo que reinava por êsse tempo em Portugal e que permitia que se publicassem livros na nossa

linguagem é com o rosto em castelhano e outros com o prólogo naquela língua e o texto em português, como a *Recopilação* de Tomás Alvare, fazia com que não se estranhasse esta obra de Jerónimo de Miranda com o rosto, licença e prefácio em português e o texto em língua espanhola. É natural também explicar esta anomalia, pela necessidade que o autor tinha de justificar a ficção de que o escrito fôra encontrado nos papéis dos filhos de Afonso de Miranda, que tinham estudado em Espanha.

Desta maneira o *Dialogo da Perfeyçam* que pode interessar à História da Medicina, não vale como documento de importância no estudo da Literatura Médica Portuguesa.

A *Recopilaçam das cousas que conuem guardar se no modo de preseruar a cidade de Lisboa* diz ser feita pelos dois médicos sevilhanos, Tomaz Alvares e Garcia de Salzedo Coronel, que D. Sebastião mandara chamar para, com a experiência adquirida dois anos na pestilência que grassara na Andaluzia, valer a Lisboa, invadida em 1519 pelo flagelo que ficou conhecido pela *peste grande*. No prólogo em espanhol dizem aqueles práticos que de 2 a 14 de Agosto formularam êste conjunto de preceitos profiláticos e de regras de assistência depois de se terem concertado em várias conferências com os clínicos da côrte Pedro de Palácios, Próspero Dias, Francisco Botelho e Rodrigo Ribeiro, que todos, espanhóis e portugueses, trabalharam sob a direcção do dr. António Dias, vereador e provedor-mór de saúde. É, pois, fruto de um trabalho colectivo.

De Nobilitate civili, impresso em Lisboa, em 1542. Frontispício gravado e reproduzido em muitas obras do século XVI

Êste regimento é muito digno de leitura, não só por conter as regras de higiene que nesse tempo deviam ser consideradas como mais eficazes, mas também por trazer referências à cidade, como quando se diz que nesta abundavam as casas altas e sem pátios nem quintais, agrupadas em ruas estreitas «onde o sol não faz tanta operação». Dignas de nota são também as passagens em que se fala dos bailes dos negros e se faz referência aos navios que chegavam carregados com êles.

Obras impressas em português

Depois da introdução da imprensa em Portugal a primeira obra sôbre Medicina é o raríssimo incunábulo, visto que só se conhecem três exemplares, um dos quais está na Biblioteca de Évora e outro na de Madrid, intitulado *Regimento de pestenença*. Na primeira fôlha tem ao alto o escudo das armas de Portugal e logo abaixo «Regimento proueytoso/contra ha pestença».

No verso, uma gravura em madeira representando Nossa Senhora, e a seguir:

«Ora pro nobis sancta dei genitrix».

Começase hũu bõo regimẽto muyto necessa/rio e muyto pueitoso aos viuẽtes. e p cõseruaçã/de suas saudes e segurãça das pestinẽçias. Fey/to p ho reuerendissimo Senhor dom Raminto/ bpo arusiẽsi: do regno d' dacia. E tralladado de latim em linguagẽ per ho reverẽdo padre frey/Luys de ras: mestre em sãta theologia da ordẽ/de sam francisco».

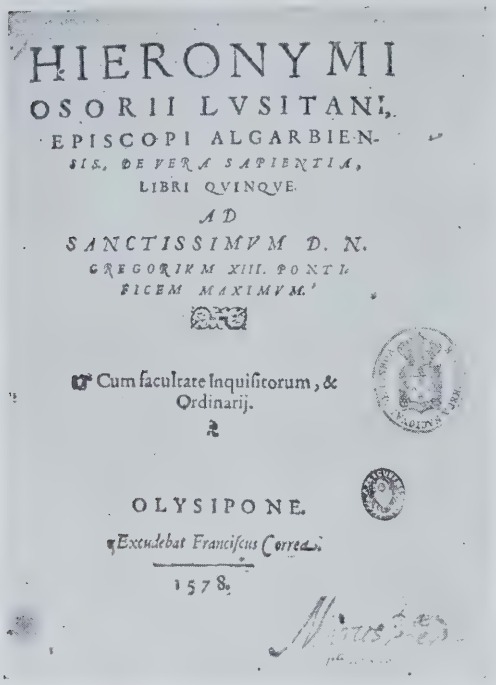
No fim, «Feyto em Lixboa p Uatetino de morauia».

É a tradução do opúsculo do bispo Raminto, que estudou em Montpellier e aí exerceu a clínica antes de voltar para a sua pátria e do qual se diz, na edição de 1493, ter sido *artis medicine expertissimus professor*, de maneira que era um daqueles médicos do tempo de quinhentos, que acumulou a clínica com as dignidades eclesiásticas, que provàvelmente conquistou pelos seus méritos profissionais. Desta obra, intitulada *Regimen contra pestilentium*, há muitas edições: de Roma, por João Rulle, cêrca de 1480; de Colónia, por João Guldenschaff, cêrca de 1490; de Antuérpia, por Gerardo Leen, do mesmo ano; de Leipsick, por Arnaldo de Colónia, cêrca de 1493, e de Mogúncia, por Jacob Meydenbach, cêrca de 1495.

Deve ter servido para a tradução portuguesa, uma das duas primeiras edições latinas, visto que Heine é de parecer que o escrito do franciscano Luís de Ras foi impresso cêrca de 1496.

Êste trabalho, que pouco vale como enumeração das causas, sinais e regras profiláticas das pestes, está traduzido em linguagem pouco polida e muito mal impresso.

Na literatura popular do século XVI têm parte interessante os *Reportorios*, que tivemos traduzidos do espanhol. Não existem hoje exemplares dos publicados no primeiro quartel dêste século, mas no de 1552, impresso em Lisboa, por Germão Galharde, que o traduziu, além de gravuras muito curiosas que interessam à Medicina, encontram-se os seguintes capítulos: *As quatro cõpreisões ẽ geral — Seguense as regras astronomicas e medicinaes para a sangria da eleiçam — Aqui se poe a demonstração dos signos: e sobre qual parte do corpo humano tem cada signo dominio — Do proveito da sangria* (com indicação dos signos favoráveis, indiferentes ou desfavoráveis à purga e à sangria) — *A vea que esta en meyo da frõte val pera a dor da cabeça a Migranea e apostema dos olhos — Regra pera saber pella sangria se ho enfermo ha de conualecer ou nam — Do sangrador e seus aparelhos: e a maneira que ha de ter do sangrar e poer ventosas.*



HIERONYMI
OSORII LVSITANI,
EPISCOPI ALGARBIEN-
SIS, DE VERA SAPIENTIA,
LIBRI QVINQVE.
AD
SANCTISSIMVM D. N.
GREGORIVM XIII. PONT.
MAXIMVM.

Cum facultate Inquisitorum, & Ordinarij.

OLYSIPONE.
Excudebat Franciscus Correa.
1578.

De Vera Sapientia, impressa em Lisboa, por Francisco Correia, em 1578

tillo elegante, nem em palavras reitoricas apraziveis ás orelhas, tratou puras verdades com puro estillo porque isto só á verdade basta.»

O seu ilustre comentador, o conde do Ficalho, escreveu da sua linguagem:

«Não é seguramente da fórma, que os *Coloquios* derivam o seu valor. Garcia da Orta não tinha, nem o conhecimento da lingua e a arte um tanto pomposa mas consummada de dizer de Barros, nem a maneira ingenua e clara de contar de Fernão Mendes Pinto, nem a narrativa expedita e o desembaraço militar do estylo de Diogo do Couto. Devemos mesmo confessar francamente que escrevia mal.

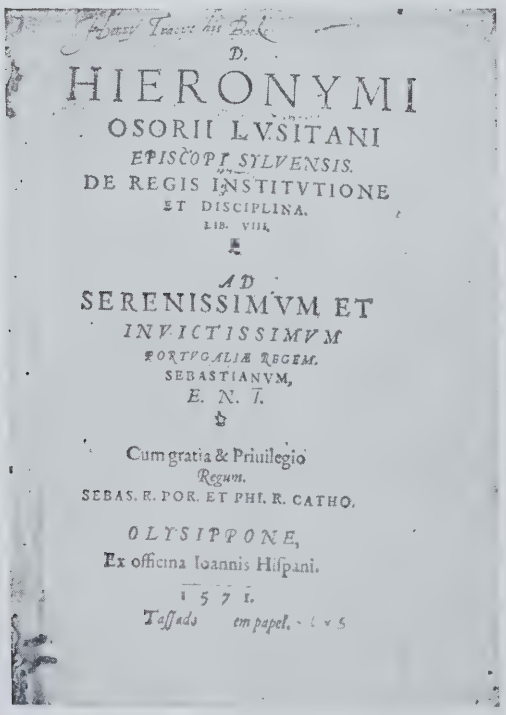
«Encontrava por vezes phrases incisivas e pittorescas, resultando da critica fina, feita com muita pachorra. Possuia sobretudo a qualidade impagável do seu bom humor, que illuminava de traços imprevistos as mais fastidiosas dissertações.

«Mas ao lado d'estas qualidades naturaes, quanta inexperiencia na arte difficilima de escrever! Quantas phrases mal aprumadas! Quantas repetições inuteis! E, sobretudo, que falta de methodo!»

Deve-se notar, em primeiro lugar, que a péssima impressão do seu livro, com estar inçada de erros [1] contribui muito para indispor a quem lê, e depois Garcia da Orta era mais antigo do que os autores citados, deixara a pátria em 1543 e, por isso, se alheara do movimento de renascença da língua, que nesse tempo tomava vulto em Portugal.

Além de ter enriquecido a Matéria Médica e registado muitas aplicações terapêuticas e informações de Patologia Exótica, merecendo neste ponto particular referência o *Coloquio do costo*, em que figura estar praticando com o médico Ruano, quando chega

de gloria libri, impresso em Lisboa, por Francisco Correia, em 1549



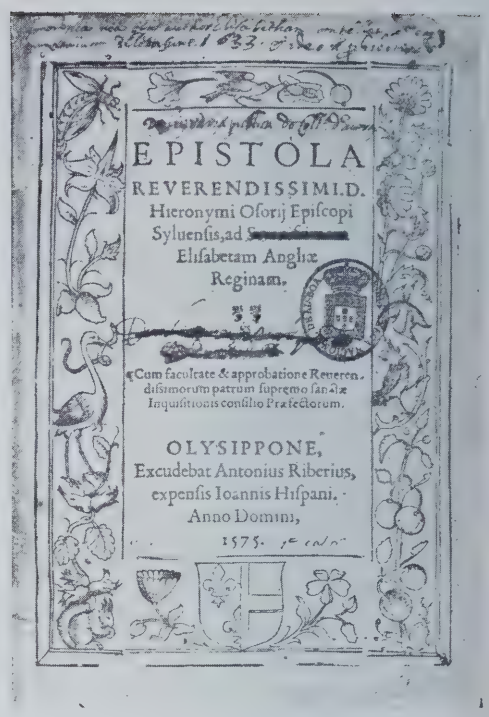
D.
HIERONYMI
OSORII LVSITANI
EPISCOPI SYLVENSIS.
DE REGIS INSTITVTIONE
ET DISCIPLINA.
LIB. VIII.

AD
SERENISSIMVM ET
INVICTISSIMVM
PORTVGALIÆ REGEM.
SEBASTIANVM,
E. N. I.

Cum gratia & Priuilegio
Regum.
SEBAS. R. POR. ET PHI. R. CATHO.

OLYSIPPONE,
Ex officina Ioannis Hispani.
1571.
Taffado em papel. [illegible]

O De regis institutione et disciplina, impresso em Lisboa, em 1571

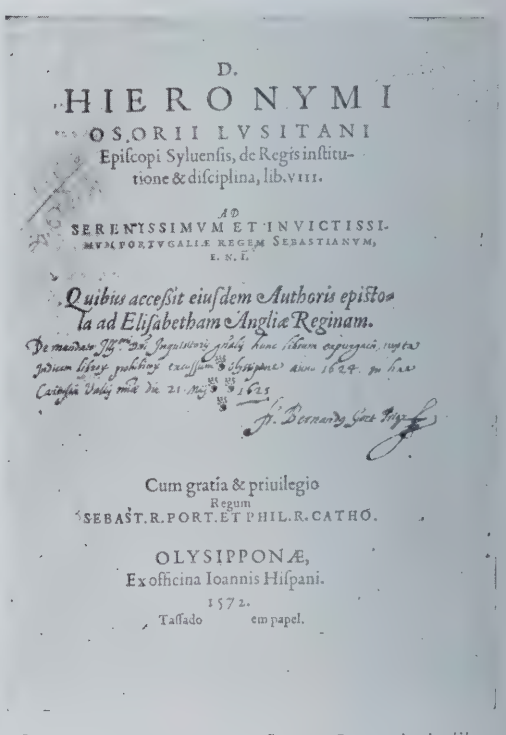


EPISTOLA
REVERENDISSIMI D.
Hieronymi Oforij Epiſcopi
Syluenſis, ad
Eliſabetam Angliæ
Reginam.

Cum facultate & approbatione Reverendiſſimorum patrum ſupremo ſanctæ Inquiſitionis conſilio Præfectorum.

OLYSIPPONE,
Excudebat Antonius Riberius,
expenſis Ioannis Hiſpani.
Anno Domini,
1575.

A *Epistola... ad. Elisabetam Anglix Reginam*, de Lisboa, 1575



D.
HIERONYMI
OSORII LVSITANI
Epiſcopi Syluenſis, de Regis inſtitutione & diſciplina, lib. VIII.

AD
SERENISSIMVM ET INVICTISSIMVM PORTVGALIÆ REGEM SEBASTIANVM,
E. N. I.

Quibus acceſsit eiuſdem Authoris epiſtola ad Eliſabetham Angliæ Reginam.

Cum gratia & priuilegio
Regum
SEBAST. R. PORT. ET PHIL. R. CATHO.

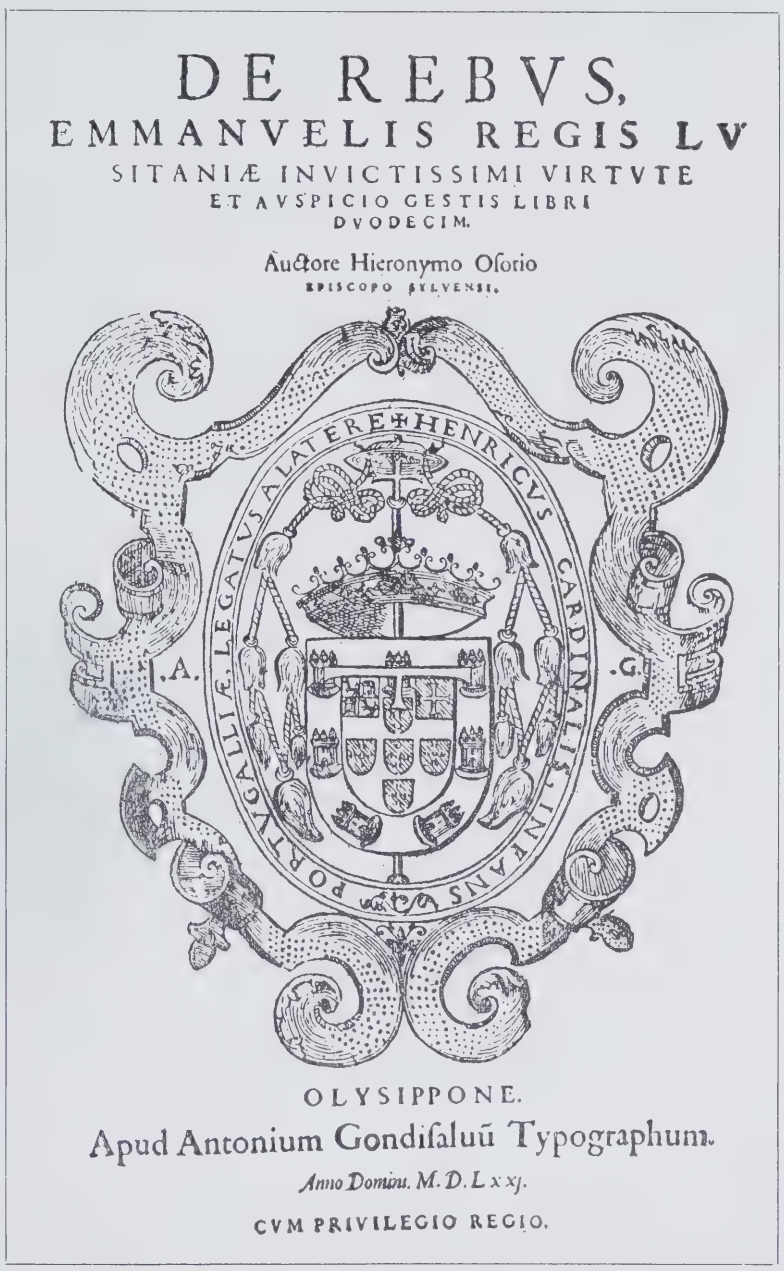
OLYSIPPONÆ,
Ex officina Ioannis Hiſpani.
1572.
Taſſado em papel.

O EXEMPLAR DE OUTRA EDIÇÃO DO *De regis institutione* (1572) existente na Bib. Nac. de Lisboa e que serviu para a censura

(1) Fr. Francisco de S. Luís pretendeu fazer uma edição dos *Coloquios* conforme o espécime que publicou no Jornal da Sociedade das Sciências Médicas de Lisboa, vol. XX da 1.ª série, página 18 e seguintes.

um págem a chamá-lo para um fidalgo que adoecera com o cólera. A conversa que pelo caminho tem com Ruano e a havida em casa do doente com êste e com os enfermeiros, as ordens dadas ao boticário, tudo isto, a-pesar da pobreza do seu estilo, constitui uma scena de relêvo dramático que, como judiciosamente diz o seu comentador, dá uma impressão nítida da realidade.

Garcia da Orta empregou a forma de diálogo, como era de uso nesse tempo, e o mesmo, entre nós, fizeram Amato Lusitano, Jerónimo de Miranda, Henrique Jorge Henriques e outros. Nos *Coloquios*, como justamente o fêz notar o conde de Ficalho, nos dois interlocutores supostos, Garcia da Orta e o médico Ruano, quís representar, respectivamente, a sciência nova, tôda baseada na observação e experiência e a antiga sciência em que as palavras dos clássicos eram tidas como sentenças intangíveis, que, desviando os estudiosos da verificação e da crítica, constituiam o pior obstáculo ao progresso dos conhecimentos humanos. E realmente o autor dos *Colóquios* era, e essa é a sua maior glória, o mais avêsso a aceitar sem verificação e discussão as afirmações dos antigos. Libertando-se das superstições da Teosofia, Cabala e Astrologia, que corrompiam e anulavam o espírito dos antigos médicos e naturalistas, esperando tudo da observação directa perante a qual entendia nada valer a sciência livresca, reconhecendo a superioridade dos árabes nas coisas do Oriente, porque tinham *visto* e por isso mereciam muito crédito, emendando os clássicos consagrados e até os santos, quando tinha razões tiradas da sua experiência para o fazer, servido duma grande probidade scientífica e independência crítica, êle não só destruíu muitos erros e corrigiu muitas inexactidões, mas revelou ao mundo muitas coisas que até então não eram *nem vistas, nem conhecidas*. Foi o grande naturalista do seu tempo. Garcia da Orta também versejou, compondo o seguinte soneto:


DE REBVS,
EMMANVELIS REGIS LV
SITANIÆ INVICTISSIMI VIRTVTE
ET AVSPICIO GESTIS LIBRI
DVODECIM.
Auctore Hieronymo Osorio
EPISCOPO SYLVENSI.
OLYSIPPONE.
Apud Antonium Gondisaluũ Typographum.
Anno Dominu. M. D. L x xj.
CVM PRIVILEGIO REGIO.

O livro de Jerónimo Osório que mais nomeada lhe deu e que ainda no século XVIII foi reimpresso

DO AUTOR FALANDO COM O SEU LIVRO,
E mandao ao Senhor Martim Afonso de Sousa

Seguro livro meu, daqui te parte,
Que com huma cousa justa me consolo
De verte oferecer o inculto colo,
Ao cutello mordaz, em toda parte:

Esta he, que daqui mando examinarte
Por hum Senhor, que de hum ao outro polo
Só nelle tem mostrado o douto Apolo
Ter competencia igual co'o duro Marte.

Ali acharás defensa verdadeira,
Com força de razões, ou de ousadia,
Que huma virtude a outra não derrogua;

Mas na sua fronte a palma e a oliveira
Te diram que elle só, de igual valia
Fez, co'o sanguino arnes, a branca togua.

Dada a pouca arte com que se exprimia, é lícito formular uma dúvida sôbre a autoria dêste soneto. Não seria o caso que o sábio médico tivesse pedido ao seu amigo Camões a sua lira para ilustrar a portada da sua obra com esta poesia?

A primeira intenção do autor foi de escrever o seu livro em latim, como se vê do seguinte trecho da dedicatória a Martim Afonso de Sousa:

«Bem pudera eu compor este tratado em latim, como o tinha muytos annos antes composto, e fora a vossa senhoria mais aprasivel; pois o entendeis milhor que a materna lingoa, mas tradeo em portugues por ser mais geral, e porque sei que todos os que nestas indianas regiões habitam, sabendo a quem vai entitulado, folgaram de o leer».

Como é enternecedora esta resolução, pela qual desprezando o legítimo prémio do seu trabalho que lhe viria certamente de ser fàcilmente conhecido dos sábios seus contemporâneos, só visa que o entendam os habitantes da Índia. E assim modesta, humildemente, enterrou no esquecimento a sua obra e o seu nome, que ainda hoje é ignorado ou esquecido dos franceses, italianos, ingleses, americanos e doutros e apenas citado nos tratados brasileiros, espanhóis, alemães, holandeses e poucos mais. Isto ao passo que os escritores que aos *Colóquios* foram

HIERONYMI
OSORII LVSI
TANI DE GLORIA.
LIBRI. V.
AD IOANNEM TERTIVM
Lusitaniæ Regem.
COMPLVTI.
Excudebat Ioannes Gracianus.
Anno. 1572.

HIERONYMI
OSORII LVSITANI
DE GLORIA LIBRI V.
AD IOANNEM TERTIVM
LVSITANIAE REGEM.
BILBAO.
Excudebat Mathias Mares.
1578.
Impensis Ioanni Lopez bibliopolæ Cõplu.

AMPLISSIMI
ATQVEDOCTISSIMIVIRI D.
HIERONYMIOSORII, EPISCOPI
SYLVENSIS, IN GVALTERVM
HADDONVM MAGISTRVM
apud clarissimam
Principẽ Heli-
sabetham
Angliæ, Franciæ, & Hiberniæ Reginam,
libri tres.
Olisipone excudebat Franciscus Correa
Regius Typographus. Anno incarnationis
Dominicæ. 1567.
Nonis Octob.

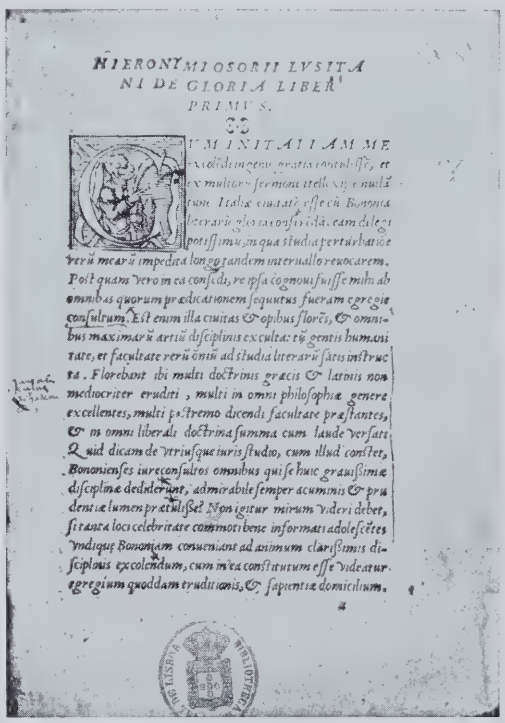
TRÊS RARAS EDIÇÕES de livros latinos do dr. Jerónimo Osório

buscar as correcções da sciência antiga e as novidades que Garcia da Orta ali pusera, como Cristóvão da Costa Monardes, João Fragoso, António Colin, Clusius e Bontius, criaram nome e ganharam fama com a obra alheia.

A-pesar da sua linguagem rude esta obra, que no justo dizer do conde de Ficalho, define e acentua o cunho scientífico da grande época dos descobrimentos portugueses e que é mais um exemplo glorioso de como ao esplendor político de certas épocas em que se acumulam as conquistas, corresponde sempre em todos os países o renascimento das sciências, há de ficar como eterno padrão do muito que valeu, o que o seu amigo Luís de Camões retratou assim:

«..... carreguado
De annos, letras e longa experiencia,
Hum velho que insinado
Das guangeticas Musas na sciencia
Podaliria subtil, e arte silvestre,
Vence o velho Chiron de Achilles mestre»

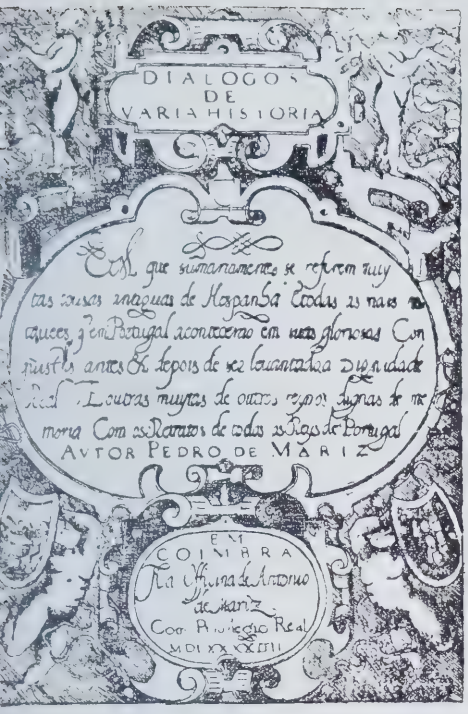
E assim coroado de rosas pelo grande épico, o velho médico português entrou na posteridade, que tão injusta foi no esquecimento que lhe votou.


HIERONYMI OSORII LVSITANI DE GLORIA LIBER PRIMVS.

PÁGINA DO LIVRO *Da Glória* do dr. Jerónimo Osório

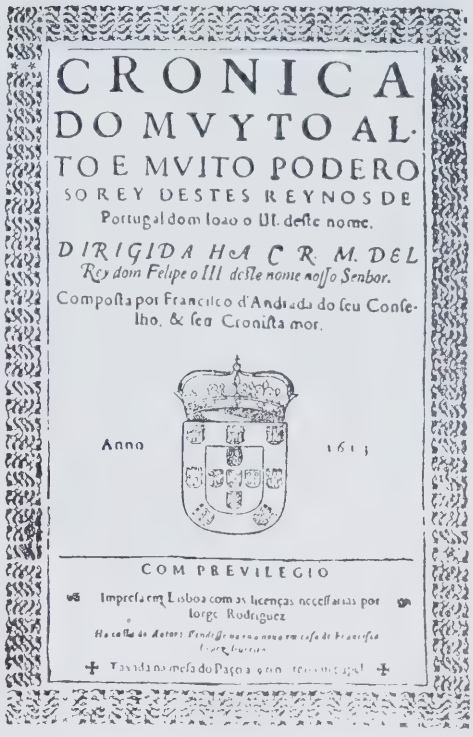
A obra de Garcia da Orta, que saiu em Gôa em 1563, foi traduzida em italiano: *Due libri dell' historia de i semplici, aromati, et altre cose; che vengono portate dall'India Orientali pertinenti all'uso della Medicina; com alc. breui annotat di Carlo Clausio. Et due altri libri parimente di quelli che si portano dall'Indie Occidentali, di Nicolo Monardes. Trad. da Annibale Briganti.* Veneza, Francesco Ziletti, 1582; outra ed., Veneza. Heredi di Fr. Ziletti, 1589; outra, Veneza. Her. di Girol. Scotto, 1597; outra, Veneza, 1605, Veneza; Salis, 1616, etc. Em espanhol, Cristóval Acosta, em Burgos, publicou em 1578 o *Tractado Delas Drogas, y medicinas da las Indias Orientales, con sus Plantas debuxadas al biuo por Christoual Acosta... En el qual se verifica mucho de lo que escriuio el Doctor Garcia de Orta.* Esta obra foi traduzida em latim com o título *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indis nascentium historia,* que saiu em Antuérpia, da off. Plantin, em 1567, 1574, 1582, 1584 e 1593. Foi também traduzido em francês, com o título *Histoire des drogues, epiceries, et de certains medicamens simples qui naissent ès Indes,* Lyon, 1602; Paris, 1609, 1615, e em inglês, com o título *Acosta's natural history of the East and West Indies,* London, 1604. A edição portuguesa foi reproduzida duas vezes. A primeira em 1872, Lisboa, Imprensa Nacional, e a segunda, publicada por deliberação da Academia Real das Sciências, dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, em 1891-95. Também em *fac-simile* se publicou a primeira poesia de Camões, que se insere nos *Colóquios.*

Maximiano de Lemos publicou ainda, sôbre Amato Lusitano, a conferência *Amato Lusitano e o seu tempo.* Pôrto, 1904, e *Amato Lusitano. Correcções e aditamentos.* Coimbra, 1821. De M. Lemos são também: *A medicina no «Cancioneiro de Garcia de Resende»,* Pôrto, 1920; *O «Auto dos Fisicos» de Gil Vicente.* Pôrto, 1921. De Ricardo Jorge pode ver-se *La Celestina en Amato Lusitano,* Madrid, 1908, e *La Renaissance dans l'Anatomie et la Médicine au Portugal. Pierre Brinot et Amatus Lusitanus.* Anvers, 1923. De Maximino Correia e Afrânio Peixoto há dois estudos sôbre *A Medicina nos Lusiadas.* De Xavier da Cunha vêja-se também *Revoadas de Peste Bubónica em Lisboa nos séculos* XVI *e* XVII. Lisboa.



A PRIMEIRA EDIÇÃO DOS *Diálogos de vária história*, de Pedro de Mariz. Coimbra, 1594. O rosto da edição de 1597, a 2.ª, só difere na data, sendo o mesmo o frontispício gravado. Foi nesta curiosa obra que pela primeira vez saíram os retratos dos reis de Portugal

A TRADUÇÃO ESPANHOLA da rara obra de Francisco de Andrade *Chronica do valeroso y inuencinel capitão Jorge Castrioto...*



A PRIMEIRA EDIÇÃO DA *Chronica de D. João III*, por Francisco de Andrade. Crónica várias vezes reimpressa, esta primeira edição é rara e estimada, sendo os seus exemplares muito apreciados. Existe em tôdas as boas bibliotecas

NÁUTICA, ASTRONOMIA, COSMOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA: — PEDRO NUNES. — OBRAS EM PORTUGUÊS: *Tratado da Sphera com a Theorica do Sol r da Lua.* Lisboa, Germão Galharde, 1537. (É a tradução portuguesa do livro de Johannes de Sacro Busto (ou Busco ou Sacrobosco, ou Joh. Halifax) que foi muitas vezes reimpresso em Veneza, Florença, Viana, Paris, etc. A 1.ª edição é de 1472, e o tratado bibliográfico que mais pormenorisadamente trata das diversas edições é o *Trésor de livres rares et précieux*, de Graesse, vol. VI. O erudito bibliógrafo italiano Leo S. Olschki, cita no seu *Calalogue I.* uma edição de Paris, 1556 (Lutetiæ, apud Gulielmum Cavellat) *Sphaera emendata* Eliae Vineti *Santonis scholia in eandem sphaeram. Adiunximus huic libro compendium in Sphaeram* per Pierium Valerianum *Bellunensem et* Petri Nonii *Salaciensis demonstrationem de inaequali climatum latitudine, eodem Vineto interprete* precedendo-a da nota *Le traité de Nonius (Pedro Nuñez?) est traduit du portugais.* É efectivamente de Pedro Nunes. As edições de Veneza de 1586 e a de 1620 também ao nosso Pedro Nunes se referem. Ao estudo de Sacrabosco juntou-se a *Theorica do Sol e da Lua*, traduzida de Purbáquio, e o *Livro primeiro da geografia de Ptolomeo.* Esta obra pode considerar-se um original, pois que nela publica o sábio cosmógrafo os seus dois tratados originais: *Tratado sobre certas duvidas da navegação* e *Tratado em defensam da carta de marcar, com o regimento da altura.* O benemérito erudito sr. Joaquim Bensaúde reproduziu-a em 1915, em Munich.

PRIMEIRA EDIÇÃO DA *Miscelânea* de Miguel Leitão de Andrade

Em 1877 a «Secção fotográfica ou artística da Direcção geral dos trabalhos geodésicos» publicou em *fac-simile* as dez primeiras páginas do *Tratado da sphera*, exemplar existente na Biblioteca da Academia das Sciências.

OBRAS EM LATIM: *De crepuſculis liber...* Lisboa, Luís Rodrigues, 1542; *De erratis Orontii Finei, Regii Mathematicarum Lutetiae Professoris.* Coimbra, João de Barreira e João Álvares, 1546. De ambas estas duas obras saiu 2.ª edição em 1571, Coimbra, por António de Mariz, e 3.ª, em Basilea, em 1592.

Petri Nonii Salaciensis Opera, Basilea, Oficina Henricpetrina, 1566. (Compõe-se de duas obras: «*De duobus problematis circa navigandi artem Liber unus*, e *De regulis & instrumentis, ad varias rerum tam maritimarum quam & cœlestium apparentias deprehendendas, ex Mathematicis disciplinis Liber II.* Êstes dois livros são a tradução para latim dos seus dois tratados de 1537, mas muito modificados e ampliados, terminando o segundo livro pela anotação ao problema mecânico de Aristóteles, *De motu navigii ex remis.* A outra obra, com que fecha o volume, intitula-se *In Theoricas planetarum Georgii Purbachii annotationes aliquot.* São anotações à obra de Purbáquio, *Theoricae novae planetarum*, da qual êle traduzira uma parte para português, a *Theorica do Sol e da Lua*, publicada em 1537». 2.ª edição. Basilea, por Sebastianum Henricpetri, 1592. (Compreende, além das obras incluídas

DIOGO DO COUTO, retrato publicado nos *Discursos vários políticos* de Manuel Severim de Faria

na 1.ª edição, as *De Crepusculis* e *De erratis Orontii Finei).*

Astronomici introductorii de spaera epitome, 12 pág. s. l. n. d.

OBRAS EM ESPANHOL: *Libro de Algebra en Arithmetica y Geometria.* Anvers, 1567. Há exemplares em cujo frontispício se lê: «En Anvers. En casa de la Biuda y herederos de Juan Stelsio, 1567», e outros com a indicação: «En Anvers. En casa de los herederos de Arnoldo Birckman, 1567.»

De crítica aos dois tratados de Pedro Nunes, publicados em 1537, aparecem em Paris, em 1549, o *De navigationi, libri tres, ab Jacobo à Saa.*

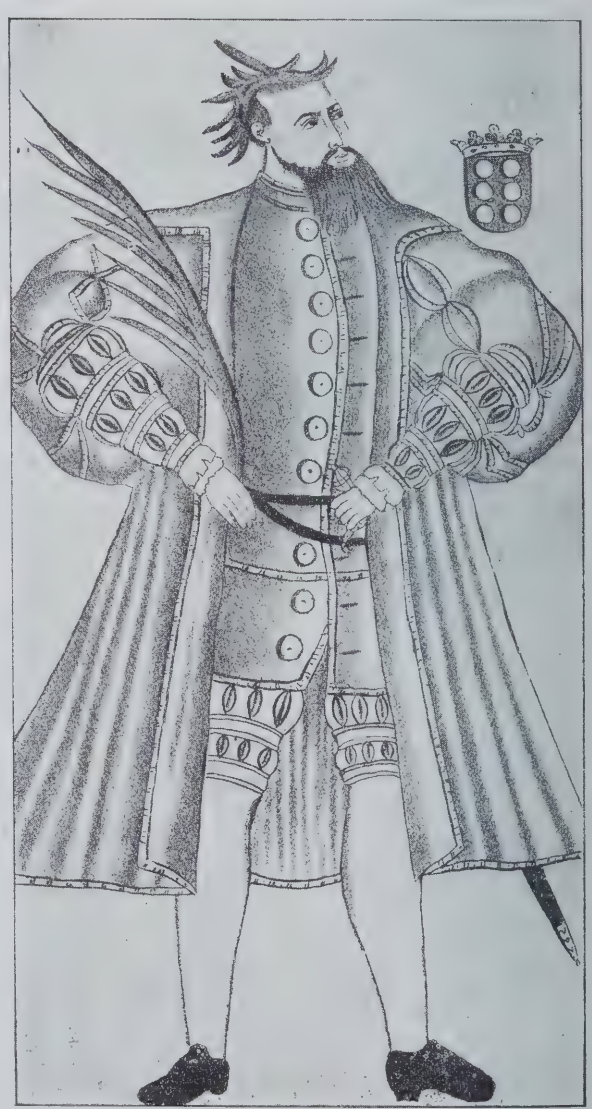
Sôbre Pedro Nunes consulte-se a *Bibliotheca Lusitana,* de Diogo Barbosa Machado, o *Diccionario Bibliographico* de Inocêncio, a *Hispana Nova* e *Hispana Vetus,* de Nicolau António, e os trabalhos do Dr. António Ribeiro dos Santos, *Memoria sobre a vida e escriptos de Pedro Nunes* (vol. VII das *Memorias de Litteratura Portugueza),* de Rodolfo Guimarães, *Sur la vie et l'œuvre de Pedro Nunes* (nos vols. IX e X dos *Annaes scientificos da Academia Polytechnica do Porto)* e *A edição de 1546 do livro de Pedro Nunes «Da arte atque ratione navigandi» (Boletim Bibliografico da Biblioteca da Universidade de Coimbra,* III, 1916, pág. 28), de Stockler, o *Ensaio historico sobre a origem e progressos das Mathematicas em Portugal,* de M. J. M. Tôrres *(Panorama,* vol. V, 1841).

Sonetos a D. Guiomar, filha do doutor Pedro Nunes, sobre a cutilada, que deo em Coimbra, extrahidos de um antigo ms. em 4.º, em que miscellaneamente se achão colligidas muitas peças curiosas em prosa e verso pelo proprio punho do collector Gil Nunes do Leão, contador dos contos do reino e casa, sobrinho do desembargador Duarte Nunes do Leão. 2.ª edição. Coimbra, 1826.

O dr. Luciano Pereira da Silva e o ilustre erudito, benemérito das letras pátrias, sr. Joaquim Bensaúde, foram quem mais estudou Pedro Nunes. Joaquim Bensaúde em todos os seus trabalhos sôbre navegação, Luciano Pereira da Silva em muitos dos seus estudos e, especialmente, em *Os dois doutores Pedro Nunes.* Coimbra, 1914; *A primeira edição dos tratados latinos sobre a Arte de navegar de Pedro Nunes.* Lisboa, 1921; *O astrolabio da Sociedade de Geografia e o nonio de Pedro Nunes.* Lisboa, 1924; *As obras de Pedro Nunes, sua cronologia bibliografica.* Coimbra, 1925; *Pedro Nunes espoliado por Alonso de Santa Cruz.* Lisboa, 1925.

Também a *Revista da Universidade de Coimbra* insere sôbre Pedro Nunes trabalhos de Brito Rebêlo *(Pedro Nunes, cosmografo),* J. M. Teixeira de Carvalho *(Dois capitulos da vida de Pedro Nunes)* e Luciano Pereira da Silva *(Os dois doutores Pedro Nunes).*

SCIÊNCIA NÁUTICA: Joaquim Bensaúde — *L'Astronomie nautique au Portugal a l'époque des grandes découvertes.* Berne, 1912; *Index des noms.* Genève, 1917; *Histoire de la science nautique portugaise. Résumé.* Genève, 1917; *Histoire de la science nautique des découvertes portugaises.* Lisboa, 1921; *Les légendes allemandes sur l'Histoire des découvertes maritimes portugaises.* Genève, 1920-1922; *Luciano Pereira da Silva e a sua obra.* Coimbra, 1927. O sábio Joaquim Bensaúde publicou também, fac-similados, o *Regimento do Estrolabio* (de Munich), o *Regimento do Estrolabio* (de Évora); o *Almanach perpetuum,* de Leiria, 1496; a *Arte de marear,* de J. Faleiro, Sevilha, 1535; o *Tratado da Esphera,* de Pedro



D. JOÃO DE CASTRO (Da *Galleria dos Vice-Reis e governadores da India Portuguesa...* por José Maria Delorme Colaço. Lisboa, 1841)

PEDRO NUNES

Tratado da Sphera com a Theorica do Sol r da Lua

Pedro Nunes deu à cosmografia do seu tempo, com a publicação dêste seu tratado, um impulso novo. Êle impôs-se e ainda hoje é citado como um justo motivo de orgulho nacional. Existem exemplares na Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Nacional, Biblioteca de Évora e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O sr. Joaquim Bensaude, sábio a quem a sciência e a bibliografia portuguesa tanto devem, reproduziu em 1915, em Munich, o exemplar da Biblioteca do Duque de Brunswick, em Wolfenbüttel. Também, em 1877, a Secção fotográfica da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos fêz uma reprodução das três primeiras páginas da obra. Devido aos prelos de Germão Galharde, onde acabou de se imprimir em 1 de Dezembro de 1537, êste livro é dos mais raros e estimados entre os livros portugueses do século de quinhentos.

Tratado da sphera

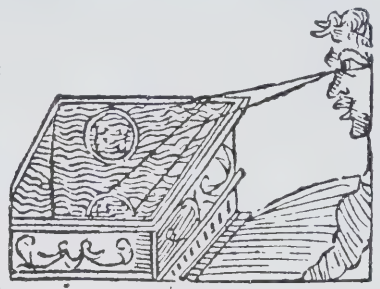
com a Theorica do Sol & da Lua. Ho primeiro liuro da Geographia de Claudio Ptolomeo Alexãdrino. Tirados nouamente de Latim em lingoagem pello Doutor Pero Nunez Cosmographo del Rey dõ João ho terceyro deste nome nosso Senhor. E acrecẽtados de muitas annotações & figuras per que mays facilmente se podem entender.

¶ Item dous tratados q̃ o mesmo Doutor fez sobre a Carta de marear. Em os quaes se decrarão todas as principaes duuidas da nauegação. Cõ as tauoas do mouimento do sol: & sua declinação. E o Regimẽto da altura assi ao meyo dia: como nos outros tempos.

BIBLIOTHECA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

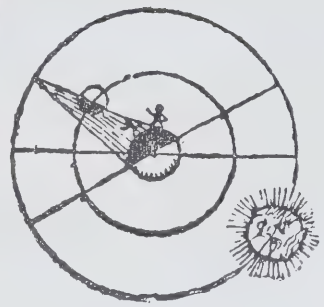
COM PREVILEGIO REAL...

de mais perto parecem mayores. Por tanto ho sol ou outra qualquer estrella: estando no meo do ceo: auia de parecer mayor que quando estouesse em oriente ou occidente. Mas nos vemos ho cõtrairo: que mayor parece ho sol: ou outra qualquer estrella: no orizonte ou occidente: que no meyo do ceo. E na verdade não he assi: mas a causa deste parecer he: que no inuerno & no tempo chuyuoso: sobem algũs vapores antre a nossa vista & ho sol ou estrella: & porque os taes vapores sam̃ corpo diaphano: apartão os rayos visuaes de sorte que não comprendemos a cousa em sua natural & verdadeira quantidade: como parece no dinheiro que se lança no fundo de agoa limpa: ho qual pellos rayos da vista se espalhará: parece mayor do que he a sua verdadeira quantidade.



¶ Da redondeza da terra.

Que a terra seja outrosi redonda se proua: porque os Signos & as estrellas não nacem nem se poem igualmente a todollos homens em todallas partes: mas primeyro nacem & se poem aos que vuem em oriente: que aos que vuem em occidente. E a redondeza da terra causa que mais cedo ou mais tarde nação & se ponham a hũs que a outros: ho que craramente parece ser assi pellas cousas que no ceo se fazem. Que hum mesmo Eclipsis da lúa vemos nos na primeyra ora da noite & os orientaes na terceyra. Pello qual consta que primeiro foy a elles noite & se lhes pôs ho sol que a nos. Nem ha outra causa disto: saluo a redondeza da terra. Poys que tambẽ seja redonda do norte pera o sul: tem sua proua. Porque aos que vuem da banda do norte: as estrellas que estã junto do pollo artico: nunca se lhes poem: & as que estam̃ junto do polo antartico nunca lhes nacem nem as podem nunca ver. E por tanto se alguem fosse do norte pera ho sul: tanto̅ poderia ir: que



Rosto e décima página da raríssima obra de Pedro Nunes

Tratado da sphera impresso em Lisboa por Germão Galharde em 1537

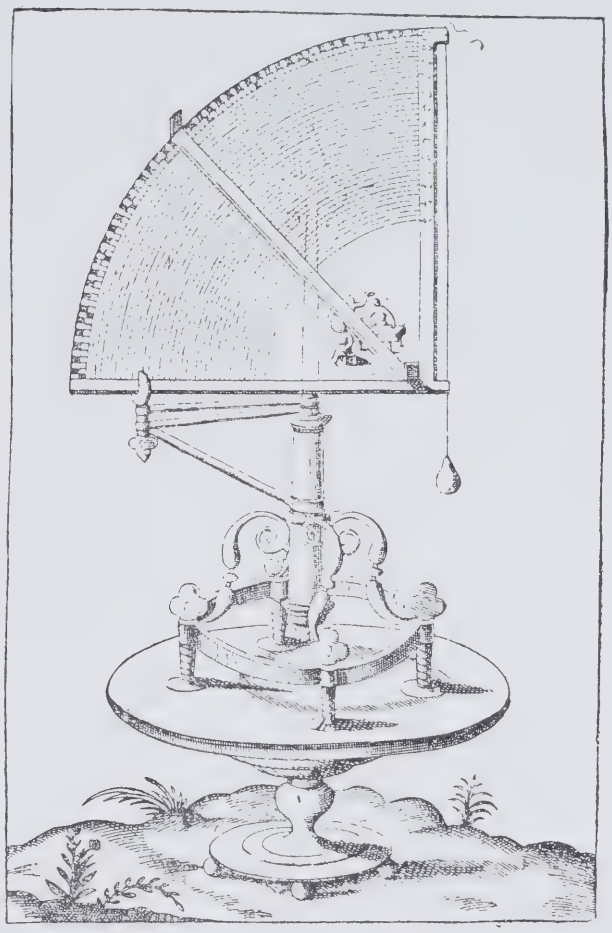
Nunes, Lisboa, 1537; o *Reportorio dos tempos*, de Valentim Fernandes, 1563, magníficas edições que são notabilíssimas obras de vulgarização e de estudo.

Na obra de Luciano Pereira da Silva há também inúmeros trabalhos sôbre astrologia, astronomia, náutica, etc. Consultar a obra de Joaquim Bensaúde sôbre a produção do professor ilustre que um doido assassinou em Caminha.

«Nam ha duvida que as navegações deste Reyno de cem años a esta parte sam mayores: mais maravilhosas: de mais altas e mais discretas conjecturas, que as de nenhũa outra gente no mundo. Os Portuguezes ousaram commetter o grande mar Oceano. Entraram por elle sem nehũ receo. Descobriram novas ylhas: novas terras: novos mares: novos povos: e ho que mais he: novo Ceo: e novas Estrellas. E perderam-lhe tanto o medo: que nem ha grande quentura da torrada Zona: nem ho descompassado frio da extrema parte do Sul: com que hos antigos scriptores nos ameaçavam lhes pode estorvar: que perdendo ha estrella do norte: e tornando-a a cobrar: descobrindo, e passando ho temeroso Cabo de Boa Esperança: ho mar de Ethiopia: de Arabia: de Persia: poderam chegar á India.

Passaram ho rio Ganges tam nomeado: ha grande Trapobani e as ylhas mais orientais. Tirarã-nos muitas ignorancias: e mostrarã-nos ser ha terra mor que ho mar: e aver hi antipodas, que até os Sanctos duvidaram: e que nam ha regiam, que nem por quente nem por fria se deixe de abitar: e que em hum mesmo clima e igual distancia da equinocial ha homẽs brancos e pretos e de muy differentes calidades. E fizeram ho mar tam cham, que nem ha quem oje ouse dizer que achasse novamente algũa pequena ylha: algũs baxos: ou se quer algũ penedo: que per nossas navegações nam seja ja descuberto. Ora manifesto he que estes descobrimentos de costas: ylhas: e terras firmes: nam se fezeram indo a acertar: mas partiam os nossos mareantes muy ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geometria: que sam as cousas de que os Cosmographos ham d'andar apercebidos segũdo diz Ptolomeo no primeiro livro de sua Geographia. Levavam cartas muy particularmente rumadas: e namja has de que os antigos usavam, que nam tinham mais figurados que doze ventos: e navegavam sem agulha, etc.»

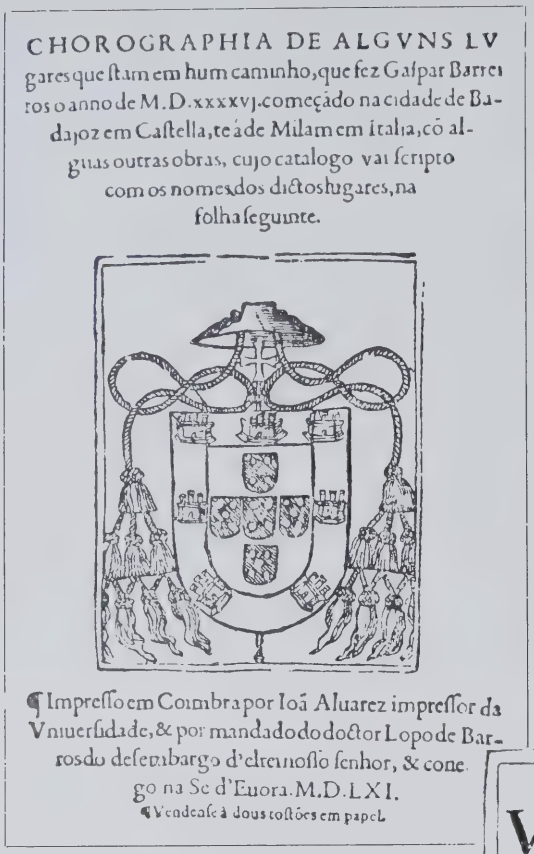
D. João de Castro (Segundo um retrato antigo existente em Gôa) *D. João de Castro*, por Manuel de Sousa Pinto. Lisboa, 1912



Quadrante de Tycho Brahe com o nónio de Pedro Nunes. (De *O astrolábio da Sociedade de Geografia e o nonio de Pedro Nunes*, por Luciano Pereira da Silva, Lisboa, 1924)

Isto diz na dedicatória do *Tratado em defensão da carta de marear* o nosso doutor Pedro Nunes e disse certo. Não foi ao acaso que as caravelas de Portugal se faziam ao mar. Elas não iam como viandante leviano por estrada desconhecida o desconhecido demandando. Elas iam, ao contrário, com propósitos definidos a cumprir instruções superiormente elaboradas pela visão política de um grande rei com o auxílio da escola de Lagos, onde o infante D. Henrique estudava, rodeado de astrónomos e cosmógrafos, geógrafos, cartógrafos e mareantes. E ali, com mestre Jácomo de Malhorca, sábio cartógrafo, entre rumas de autores antigos e informes ainda cheirando ao breu das calafetagens, o Infante reünia a teoria e a prática, que lhe permitia subvencionar, como de futuro largo e prestadio, um curso de astronomia na Universidade de Lisboa, em 1431.

Os marinheiros da escola de Sagres, com o relato das suas viagens, derruiam, a pouco e pouco, a lenda do mar


CHOROGRAPHIA DE ALGVNS LV
gares que ſtam em hum caminho, que fez Gaſpar Barrei
ros o anno de M.D.xxxxvj. começádo na cidade de Ba-
dajoz em Caſtella, teáde Milam em Italia, cõ al-
guas outras obras, cujo catalogo vai ſcripto
com os nomes dos dictos lugares, na
folha ſeguinte.

¶ Impreſſo em Coimbra por Ioã Aluarez impreſſor da Vniuerſidade, & por mandado do doctor Lopo de Barros do deſembargo d'elrei noſſo ſenhor, & conego na Se d'Euora. M.D.LXI.
¶ Vendeaſe à dous toſtões em papel.

A PRIMEIRA EDIÇÃO da *Chorographia* de Gaspar Barreiros. Coimbra, 1561. Geralmente os exemplares dêste raro livro costumam andar reünidos a outras obras do mesmo autor, embora estas com rosto especial. As *Censvras*, aos *Commentarivs de ophyra regione...*, a *Garsias Menesivs eborensis*. A ordem por que estas obras se encontram é que é vária

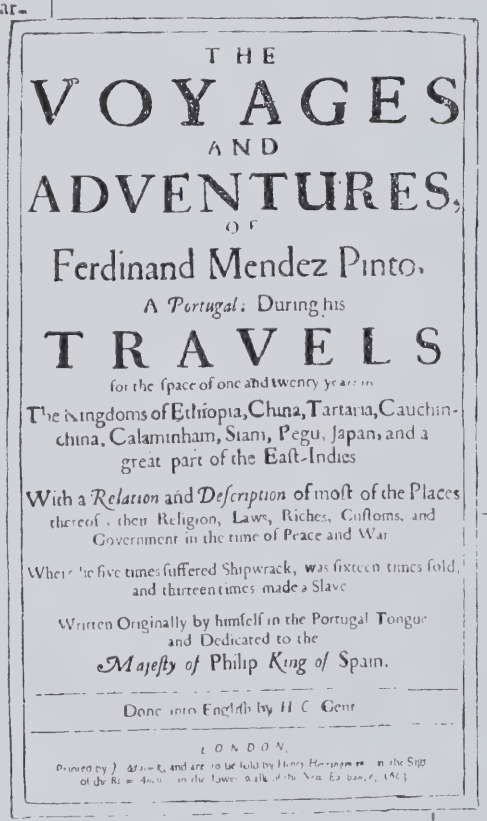
tenebroso, da terra inhabitável, dos monstros e fantasmas, proclamando que só a experiência nos conduz à verdade, nos desembaraça de dúvidas e erros, e nos permitte conhecer o quanto de fábulas, enganos e lendas os antigos cosmógrafos nos transmitiram (1). Marinheiros viajavam. Sábios iam com êles em busca de novas terras e da eterna verdade que a sciência encerra. Essa estreita colaboração deu o *Regimento do astrolabio*, codificação do saber náutico português, o mais perfeito, o mais completo do seu tempo, mas secreto e só dos iniciados, para que só Portugal pudesse ser o senhor do mais além que os seus homens ambiciosamente demandavam. O regimento do Astrolábio remonta a uma data que nos é desconhecida e que o erudito Joaquim Bensaúde supõe antes de 1485.

As obras impressas do tempo não nos mostram mais do que uma parcela insignificante da sciência que, pelas mais altas razões de estado, era mister conservar secreta. Assim são os manuscritos como o *Livro da marinharia* e outros, que nos dão, hoje publicados, a visão exacta da importância e relêvo histórico que tem a sciência náutica portuguesa dos séculos XV e XVI. Nomes a citar: Zacuto, João de Lisboa, Rúi Faleiro, Francisco Faleiro, Pedro Nunes, D. João de Castro, Duarte Pacheco, António Luís, Valentim Fernandes. Uns antes, outros depois, aqui ficam os sábios e investigadores do laboratório geográfico, astronómico, marítimo e cartográfico da sciência portuguesa.

«Les travaux de Pedro Nunes, em 1537 et de D. João de Castro (1538-1541) (diz na sua *Histoire de la science nautique portugaise*, o sr. Joaquim Bensaúde), constituent dans leur ensemble le monument le plus remarquable de la science nautique portugaise. Ils sont en même temps les chefs-d'œuvre de la bibliographie nautique européenne dans la première moitié du XVI siècle. Pedro Nunes, théoricien habile et mathématicien remarquable, a visé au côté pratique en cherchant avant tout à résoudre le problème de la cartographie moderne et à donner à celle-ci des bases éprouvées et solides, et D. João de Castro a étudié et observé la nature, admirablement servi par ses connaissances considérables, tant théoriques que pratiques.» Grande verdade, que nem alemães, nem espanhóis, mau grado argumentos invocados, conseguiram denegrir. E mercê de estudos sòlidamente arquitectados e sàbiamente orientados por Joaquim Bensaúde e Luciano Pereira da Silva, a evidência da civilização náutica portuguesa sai do seu soterro de esquecimento como sob a pá dos investigadores se exumam velhos edifícios, antigas cidades, saüdosas civilizações.

Pedro Nunes foi natural da vila de Alcácer do Sal. Nada se sabe de positivo, quer da data do seu nascimento, que Nicolau António e Bailly dão em 1492, quer da data da sua morte, que os mesmos dão em 1577, aos 85 anos, indicações seguidas por Teófilo Braga, e que o padre fr. Francisco de Santa Maria diz em 29 de Agosto de 1615, contando Pedro Nunes 73 anos.

O que se sabe ao certo é que êle cursou a Universidade de Lisboa,


THE
VOYAGES
AND
ADVENTURES,
OF
Ferdinand Mendez Pinto.
As *Portugal*: During his
TRAVELS
for the ſpace of one and twenty years in
The Kingdoms of Ethiopia, China, Tartaria, Cauchinchina, Calaminham, Siam, Pegu, Japan, and a great part of the East-Indies
With a *Relation* and *Deſcription* of moſt of the Places thereof: their Religion, Laws, Riches, Cuſtoms, and Government in the time of Peace and War
Where he five times ſuffered Shipwrack, was ſixteen times ſold, and thirteen times made a Slave
Written Originally by himſelf in the Portugal Tongue and Dedicated to the
Majeſty of Philip *King of* Spain.
Done into Engliſh by H. C. Gent.
LONDON,
Printed by J. Gr. and are to be ſold by Henry Herringman at the Sign of the Blew Anchor in the Lower walk of the New Exchange, 1663.

UMA DAS TRADUÇÕES INGLESAS das *Peregrinações* de Fernão Mendes Pinto que é, como se vê na bibliografia, uma das obras portuguesas mais vulgarizadas no estrangeiro

ITINERARIO
DE
ANTONIO TENRREYRO
Cavaleyro da ordem de Chriſto, em que ſe contem como da India veo por terra a eſtes Reynos de Portugal.
Impreſſo em COIMBRA
Em caſa de ANTONIO MARIS
M. D. LX.

A PRIMEIRA EDIÇÃO do *Itinerário* de António Tenreiro

(1) Duarte Pacheco — Esmeraldo de situ orbis, cit. por J. Bensaude.

onde estudou línguas, filosofia e medicina, recebendo o grau de doutor nesta última faculdade e que ainda vivia em 1574. Mas Pedro Nunes era sedento de saber e ei-lo que vai até Salamanca. Lá estudou matemática e de lá o mandou D. João III regressar com o propósito de lhe dar, na Universidade onde êle fôra estudante, uma cadeira. Em 6 de Novembro de 1529, sendo apenas bacharel, foi nomeado cosmógrafo-mór do reino, e em 1530 tem a sua nomeação para lente de filosofia da Universidade de Lisboa, onde leu um curso de artes, passando em 1537, com a Universidade, para Coimbra, a reger a cadeira de matemática, então ali criada e de que teve provisão a 16 de Outubro de 1544, ocupando-a até 1562, em que foi jubilado por carta de 4 de Fevereiro do mesmo ano.

Mais se sabe que casara com Isabel Tavares, de quem teve descendência, como se depreende do *alvará de lembrança*, datado de 21 de Outubro de 1557, «da mercê de hum Officio no Reino ou na India... para a pessoa que houvesse de casar com uma de suas filhas», e que foi mestre do infante D. Luís, em cuja casa serviu desde 1538, na qualidade de môço de câmara, sendo em 1545 escudeiro, e em 1555 cavaleiro, com as competentes moradias, do infante D. Henrique, depois cardial-rei, de D. João de Castro e do rei D. Sebastião.

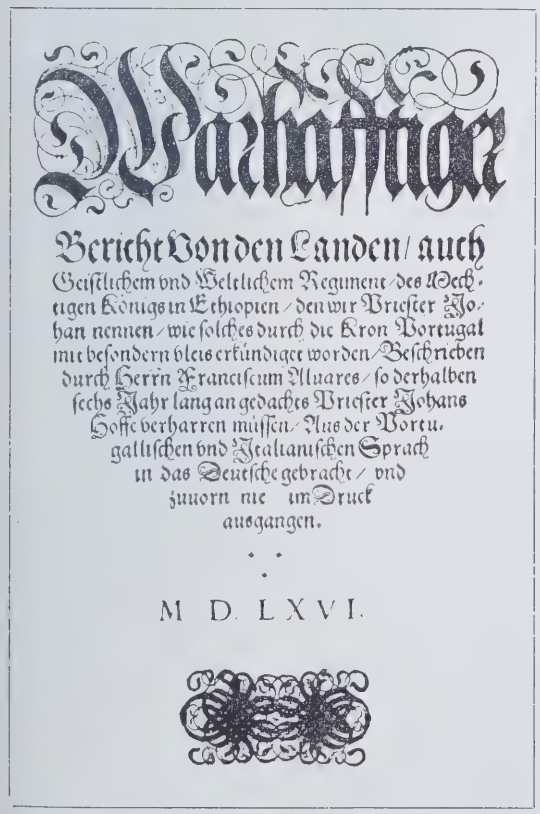
Quanto à sua competência, todos são concordes em louvá-la. Garção Stockler diz que êle é o «geometra maior que as Hespanhas tem produzido, e incontestavelmente um dos maiores que no século XVI floresceram na Europa». Joaquim Bensaúde, que tão proficientemente o estudou e o reproduziu, escreve: «La science nautique portugaise arrive entre 1537 et 1541 à sa plus haute perfection. Les travaux de Pedro Nunes et de João de Castro qui on sont l'incarnation, reposent sur un esprit de critique pratique et sain, totalement incompatible avec les flirts astrologiques qui faisaient rage parmi les plus grands savants de l'Allemagne a cette époque. En Portugal, la logique rigoureuse se libère à la fois du prestige des anciens auteurs et des chimères de l'astrologie: Le contact avec un monde réel y avait créé l'école du raisonnement scientifique moderne.»

RETRATO PUBLICADO NO *Panorama*, (vol. 2.º, 2.ª série. Lisboa, 1843)

PEDRO NUNES.

O RARO LIVRO do Padre Fr. Gaspar da Cruz. Edição de 1569, exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa

Pedro Nunes escreveu em português, latim e espanhol. Em português publicou apenas o *Tratado da sphera*, que é constituído por uma tradução de Sacrobosco e do primeiro livro da Geografia de Ptolomeu, que êle acrescentou e anotou, juntando-lhes dois trabalhos originais: o *Tratado sobre certas duvidas da navegação* e o *Tratado em defensão da Carta de marear. Cõ regimento da altura*. O primeiro é a resposta às preguntas que sôbre navegação lhe fizera Martim Afonso de Sousa. Respondendo «trouxe não só couzas praticas da Arte de Navegar mas ainda pontos de Geometria, e da parte theorica: emendou alguns logares de Ptolomeo; verificou outros, e interpretou e explicou os que tinhão escuridade, ou havião sido mal entendidos pelos modernos: mostrou os erros de Jerónimo Cardano, de Copernico, de Agostinho Riccio, de Jacob Zeiglero, de Pedro Appiano, de Alberto Pighio, de João Stoffero, de Marco Beneventano, de Gebre, e de João de Monte Regio, todos homens de grande nome em taes materias» (1). O se-

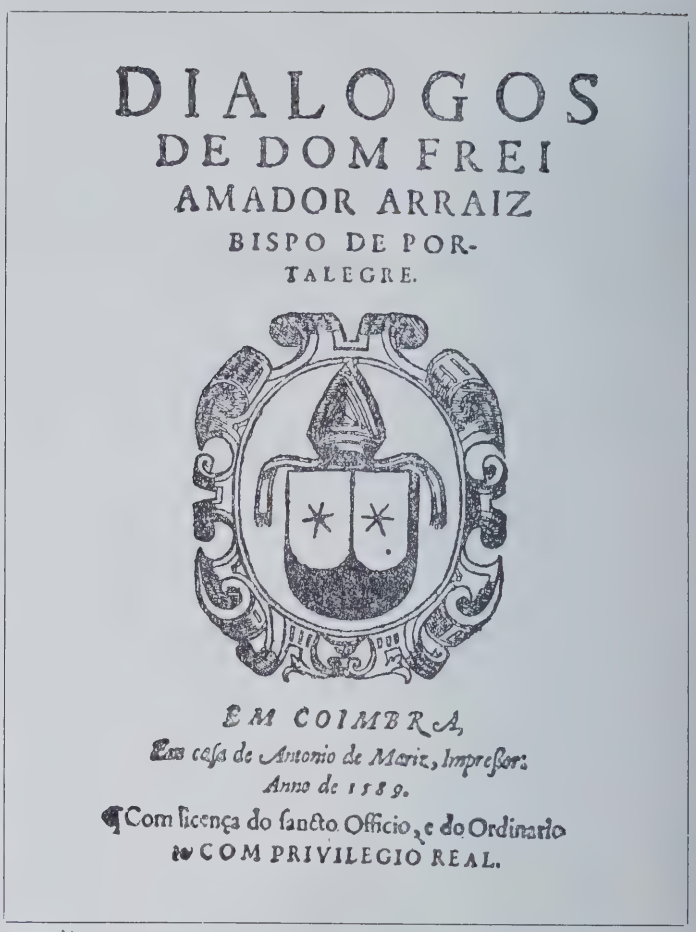


A TRADUÇÃO ALEMÃ DA OBRA do Padre Francisco Alvares *Verdadeira informação das terras do Preste João...*

(1) Ant. Ribeiro dos Santos — *Memórias de Literatura.*

CHRONICA DEL
ESFORÇADO PRINCIPE
Y CAPITAN IORGE CASTRIOTO REY
de Epiro, o Albania, traduzida del lenguaje Portugues enel Caſtellano, por Iuan Ochoa de la Salde Prior perpetuo de ſant Iuan de Letran.
Dirigida al muy ylustre ſeñor Don Alonſo de Baçan Comendador de Vallaga.
DON. ALVARO
DE SANTA CRVZ
DE BAÇAN. PRI
MERO MARQVES
EN LISBOA.
INPRESA CON LICENCIA E APROBACION del Conſejo general de la ſanta Inquiſicion.
Año de 1588.
CON PRIVILEGIO REAL.

A CHRONICA DE JORGE CASTRIOTO, de Mário Balercio Scutarino, traduzida em português por Francisco de Andrade e traduzida em espanhol por Juan Ochoa de la Salde


DIALOGOS
DE DOM FREI
AMADOR ARRAIZ
BISPO DE POR-
TALEGRE.
EM COIMBRA,
Em caſa de Antonio de Mariz, Impreſſor.
Anno de 1589.
Com licença do ſancto Officio, e do Ordinario
COM PRIVILEGIO REAL.

A PRIMEIRA EDIÇÃO dos *Dialogos* de D. Frei Amador Arrais, impressa em Coimbra em 1589. Os *Dialogos*, que foram depois por duas vezes reimpressos, são livro clássico e estimado

gundo, que abre com uma dedicatória ao infante D. Luís, onde se inserem as palavras com que abrimos esta notícia, ocupa-se de náutica — regras e instrumentos, e mais especialmente das Cartas que antes dêle eram rectas, sem regra alguma.

«Foi o primeiro (diz António Ribeiro dos Santos), que indagando a curva que descreve hum navio seguindo huma rota, que corta todos os meridianos debaixo de hum mesmo angulo, tratou da natureza, e theorica da Loxodormia, que he o nome que se dá a esta curva, isto he, da theorica das linhas espiraes, e igualmente inclinadas a todos os meridianos, que se descrevem sobre a superficie do mar; porque tendo considerado attentamente os defeitos das Cartas de marear, que até alli se usavão, que erão planas, e se não podião conformar ao

PEREGRINAÇAM
DE FERNAM MENDEZ
PINTO.
EM QVE D�à CONTA DE MVYTAS E MVY-tas eſtranhas couſas que vio & ouuio no reyno da China, no da Tartaria, no do Sornau, que vulgarmente ſe chama Sião, no do Calaminhaõe, no de Pegú, no de Martauão, & em outros muytos reynos & ſenhorios das partes Orientais, de que neſtas noſſas do Occidente ha muyto pouca ou nenhũa noticia.
DA CONTA DE MVYTOS CASOS PARTI-culares que lhe ſuccederaõ aſsi a elle como a outras muytas peſſoas. E no fim della trata breuemente de alguns ceſos, & da morte do ſancto Padre meſtre Francisco Xauier, Apoſtolico, &c. & reſplandor daquellas partes do Oriente, & Reytor nellas vniuerſal da Companhia de Ieſus.
Eſcrita pelo meſmo Fernão Mendez Pinto.
Dirigido à Catholica Real Mageſtade del Rey dom Felippe o III. deſte nome noſſo Senhor.
Com licença do ſanto Officio, Ordinario, & Paço.
EM LISBOA. Por Pedro Crasbeeck. Anno 161
A cuſta de Belchior de Faria Caualeyro da caſa del Rey noſſo Senhor, & ſeu Liureyro. Com priuilegio Real.
Eſtà taxado eſte liuro a 600 reis em papel.

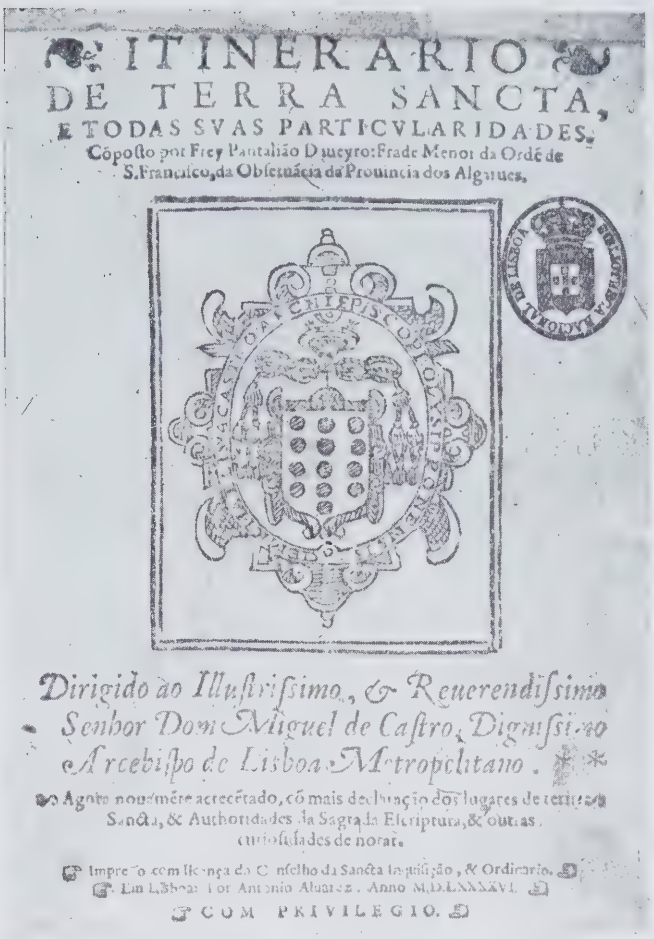
ROSTO DA 1.ª EDIÇÃO da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. (Exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa

justo com os globos em razão do movimento da agulha, que sempre aponta para o Norte; entrou em altos pensamentos de as rectificar.

«Com este intento examinou as linhas e ideou a construcção de huma taboa Loxodromica, regulando a derrota por angulos de 45 gráos, ou rumos como elle lhes chama, que se fazem em cada meridiano; e formando a supputação delles pelos triangulos esfericos: no que elle mostrou haver alcançado algumas das propriedades das Loxodromias; dando nesta engenhosa producção do seu genio huma illustre prova da sua grande sciencia Geometrica. Ainda que na theoria de muitas linhas em alguns pontos se lhe notassem depois algumas faltas de exacção, e se corrigissem; com tudo Nunes foi o que abrio o caminho a que ella recebesse as addições e perfei-

Historia da prouincia sãcta Cruz
a qui vulgarmẽte chamamos Brasil feita por Pero de
Magalhães de Gandavo dirigida ao muito Ill.mo Snor Dom Li
onis P.ra gouernador que foy da Malaca & das mais partes
do Sul na India.

O RARO LIVRO de Magalhães de Gandavo, existente na Biblioteca Nacional, indispensável para a História do Brasil


ITINERARIO
DE TERRA SANCTA,
E TODAS SVAS PARTICVLARIDADES.
Cõposto por Frey Pantalião Daueyro: Frade Menor da Ordẽ de
S. Francisco, da Obseruãcia da Prouincia dos Algarues.

Dirigido ao Illustrissimo, & Reuerendissimo
Senhor Dom Miguel de Castro, Dignissimo
Arcebispo de Lisboa Metropolitano.

Agora nouamẽte acrecẽtado, cõ mais declaração dos lugares de terra
Sancta, & Authoridades da Sagrada Escriptura, & outras
curiosidades de notar.

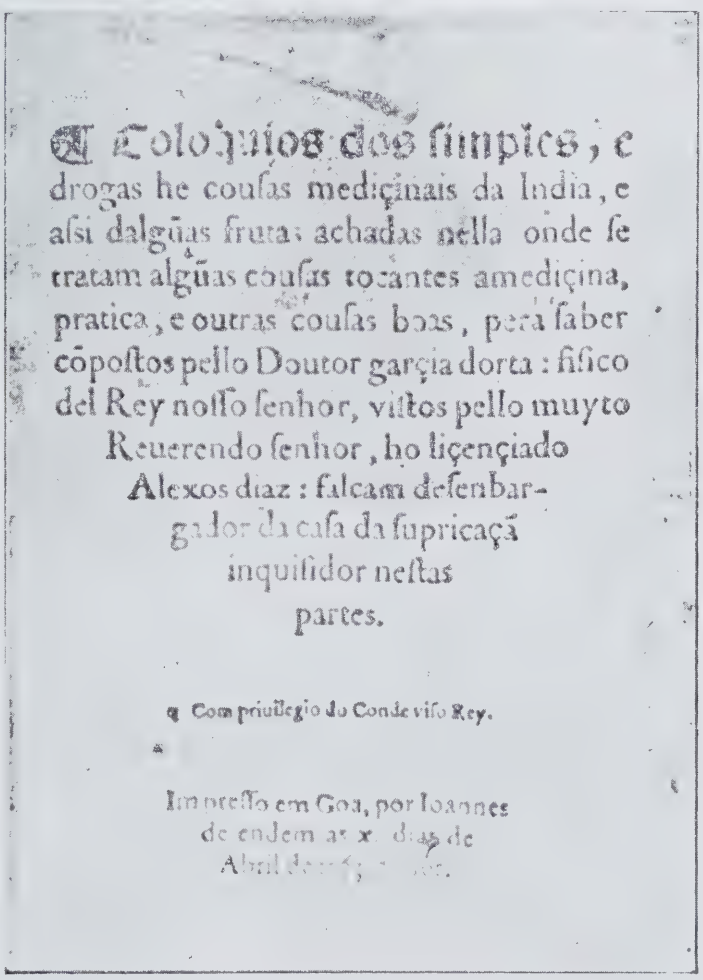
Impresso com licença do Conselho da Sancta Inquisição, & Ordinario.
Em Lisboa: Por Antonio Aluarez. Anno M.D.LXXXXVI.

COM PRIVILEGIO.

EXEMPLAR RARÍSSIMO, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, do *Itinerario* de Fr. Pantaleão de Aveiro

ções que lhe derão os Geometras modernos Stevin, Snellio, Halles, Wright, Leibnitz, Herigone e Dechales.»

A sua obra em latim, com que não tem que ver a nossa História, não é indiferente à Sciência portuguesa, de que êle é brilhantíssimo astro. E pelo que foi e pelo que represente nas nossas letras, copioso número de autores, que Ribeiro dos Santos cita, lhe tecem merecidos elogios. Atribui-se-lhe a invenção do *Nonio, Nonius* derivado do seu apelido Nunes, que outros querem dever-se a Vernier, o que estudos recentes reputam improvável. Em resumo, Pedro Nunes foi astro de primeira grandeza no céu da sciência nacional e o seu nome disfrutou a glória a que tinha direito.


Colo quios dos simples, e
drogas he cousas mediçinais da India, e
assi dalgũas frutas achadas nella onde se
tratam algũas cousas tocantes amediçina,
pratica, e outras cousas boas, pera saber
cõpostos pello Doutor garçia dorta: fisico
del Rey nosso senhor, vistos pello muyto
Reuerendo senhor, ho liçençiado
Alexos diaz: falcam desenbar-
gador da casa da supricaçã
inquisidor nestas
partes.

Com priuilegio do Conde viso Rey.

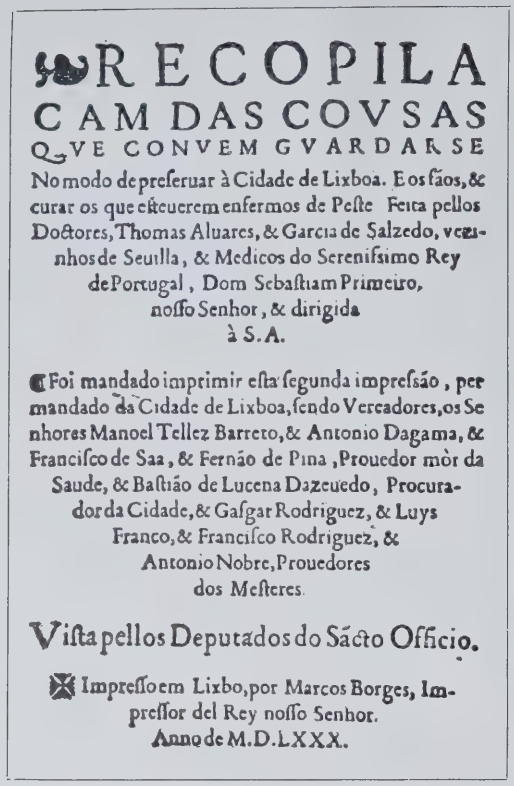
Impresso em Goa, por Ioannes
de endem as x. dias de
Abril de [illegible]

D RARÍSSIMO E NOTÁVEL LIVRO do Dr. Garcia de Orta, impresso em Gôa, e que é glória da medicina lusitana

MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

BIBLIOGRAFIA :—FRANCISCO DE MELO — *Memorias de Litteratura portugueza (Memoria da Vida, e Escritos de D. Francisco de Mello,* por António Ribeiro dos Santos), pág. 237 e seg. do vol. 7.º das *Memorias de Litteratura Portugueza.*

D. Francisco Manuel, êsse sábio que, como queria Gil Vicente, sabía *sciencia avondo,* pouco tem que fazer em uma História da Literatura. Não deixou nada publicado, os seus manuscritos não foram comentados e a sua figura literária evola-se-nos. Numa História da Cultura portuguesa, aí sim, aí é que o cosmógrafo que Lisboa viu nascer em 1490 e D. Manuel mandou estudar em Paris, poderia



RECOPILA
CAM DAS COVSAS
QVE CONVEM GVARDARSE
No modo de preſeruar à Cidade de Lixboa. E os ſãos, & curar os que eſteuerem enfermos de Peſte Feita pellos Doctores, Thomas Aluares, & Garcia de Salzedo, veznhos de Seuilla, & Medicos do Sereniſsimo Rey de Portugal, Dom Sebaſtiam Primeiro, noſſo Senhor, & dirigida à S.A.

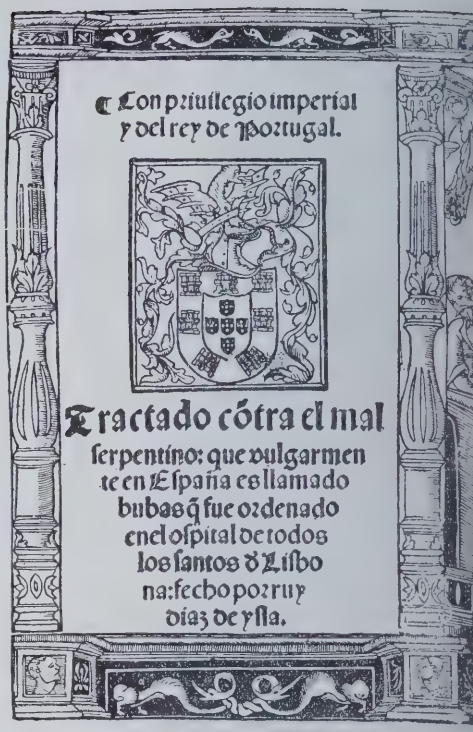
¶ Foi mandado imprimir eſta ſegunda impreſsão, per mandado da Cidade de Lixboa, ſendo Vereadores, os Senhores Manoel Tellez Barreto, & Antonio Dagama, & Franciſco de Saa, & Fernão de Pina, Prouedor mòr da Saude, & Baſtião de Lucena Dazeuedo, Procurador da Cidade, & Gaſpar Rodriguez, & Luys Franco, & Franciſco Rodriguez, & Antonio Nobre, Prouedores dos Meſteres.

Viſta pellos Deputados do Sácto Officio.

✠ Impreſſo em Lixbo, por Marcos Borges, Impreſſor del Rey noſſo Senhor.
Anno de M.D.LXXX.

UM QUINHENTISTA DE MEDICINA E EPIDEMIOLOGIA. Trata da peste, assunto capital no seu tempo

O RARO LIVRO DA MEDICINA QUINHENTISTA ESPANHOLA, *Thesouro de los pobres*. (Exemplar da nossa Biblioteca Nacional)



O RARÍSSIMO *Tratado contra o mal serpentino*. Possu um exemplar o Dr. Costa Santos, que sôbre êl publicou um copioso estudo. Comprado ao livreir Manuel dos Santos, é o único exemplar que s conhece em Portugal

dar um capítulo cheio de documentação do seu alto valor. Que fôsse homem notável do seu tempo não o duvida quem souber que André de Rèzende muito o apreciava e Nicolau Clenardo se hospedou em sua casa, em Évora, quando veio para Portugal chamado para ser mestre do Infante D. Henrique. De três orações notáveis que proferiu, uma chegou até nós impressa. Comentou Euclides e faleceu em Évora, em 1536, contando 46 anos de idade.

BIBLIOGRAFIA: — CRISTÓVÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA — *Summario ẽ que brevemente se contem algvas covsas (assi ecclesiasticas como secvlares) qve ha na cidade de Lisboa*. Lisboa, por Germão Galharde. s/d. 2.ª ed., Lisboa, 1755.

JOÃO BRANDÃO — *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa na 2.ª metade do seculo* XVI. (Estatística de Lisboa de 1552). Lisboa, 1923.

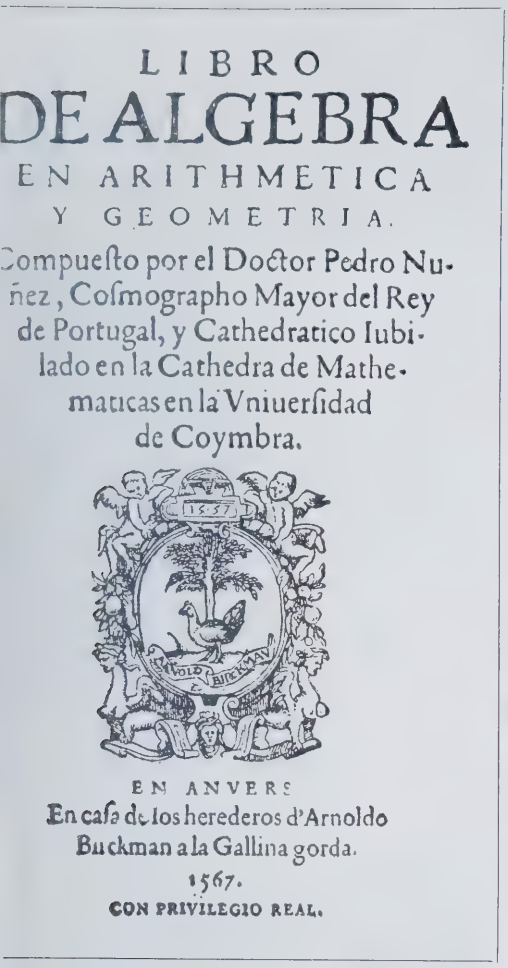
O primeiro livro impresso em Portugal, sôbre Estatística, foi o de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, que Germão Galharde imprimiu por 1550 e tantos. Do seu autor, guarda-roupa ou familiar do Arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Meneses, só se sabe que era natural de Lisboa e que recebeu o encargo de o escrever em 1551. Dá da cidade, por freguesias, a nomenclatura de suas ruas, praças, travessas e bêcos, diz do número de fogos e do número dos moradores. Distribui êstes por profissões e dá-nos as primeiras notícias exactas e precisas da nossa Lisboa, cidade de «muitas e desvairadas gentes», no dizer do cronista. Foi esta a primeira obra estatística do nosso país, a primeira que se imprimiu e no seu género é um excelente trabalho. Em 1923, Gomes de Brito fazia publicar no vol. XI, que não chegou a saír, do *Archivo Historico Portuguez* de Anselmo Braamcamp Freire o manuscrito da Biblioteca Nacional conhecido por Estatística de Lisboa de 1552. É um códice que parece ter vindo dos Mss. de Alcobaça, sem grande valor literário, mas precioso pelos dados sôbre a Lisboa quinhentista, que encerra. Serviu de subsídio a Fr. Nicolau de Oliveira de quem tem anotações mss. e ao P.e João Baptista de Castro. Antes da sua publicação em volume já Ribeiro Guimarães e o *Archivo Pittoresco* tinham publicado extractos.

O impresso de 1923 é hoje raríssimo, como o seu publicador conta no prefácio, e para a sua publicação serviu uma cópia anotada por Rodrigo José de Lima Felner. O autor do *Tratado* é João Brandão, fidalgo da casa de D. João II e D. Manuel e vereador da Câmara Municipal.

LITERATURA RELIGIOSA

(Fr. Heitor Pinto; D. Fr. Amador Arrais e Fr. Tomé de Jesus)

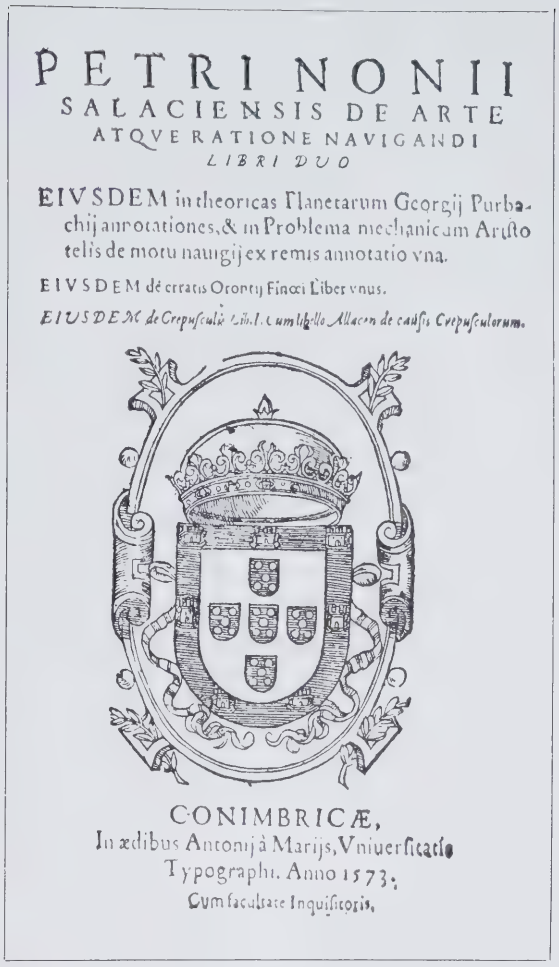
BIBLIOGRAFIA: — FR. HEITOR PINTO — *Imagem da vida christam*. Ordenada per dialogos como membros de fua compoſiçam. O primeyro he da verdadeyra philoſophia. O ſegundo da religiam. O terceyro da juſtiça. O quarto da tribulaçam. O quinto da vida ſolitaria. O ſexto da lembrãça da morte. Coimbra, por João de Barreira, 1563; 2.ª edição, Coimbra, idem, 1565; 3.ª edição, Braga, por António de Maris, 1567; Évora, por André de Burgos, 1567 no rosto, 1569 no fecho; (4.ª impressão). Lisboa, por João de Barreira, 1572; Lisboa, por António Ribeiro, 1580; Lisboa, por Andres Lobato, 1585; Lisboa, por António Alvarez, 1591; Lisboa, idem, 1592; Lisboa, por Simão Lopes, 1595 (1.ª e 2.ª partes); Évora, por Manuel de Lyra, 1603.


LIBRO
DE ALGEBRA
EN ARITHMETICA
Y GEOMETRIA.
Compueſto por el Doctor Pedro Nuñez, Coſmographo Mayor del Rey de Portugal, y Cathedratico Iubilado en la Cathedra de Mathematicas en la Vniuerſidad de Coymbra.
EN ANVERS
En caſa de los herederos d'Arnoldo Buckman a la Gallina gorda.
1567.
CON PRIVILEGIO REAL.

EDIÇÃO DE ANVERS do *Libro de Algebra*. Há outros exemplares que apenas diferem dêste em ter nas duas linhas sob a gravura a palavra em lugar de *En caſa de los herederos...* etc., *En caſa de la Biuda y herederos/ de Iuan Stelfio*

Tractado da Spera do mũdo tirada pelatim em lingoagẽ portugues Com hũa carta que hũ grãde doutor Allemam mandou a elRey de Portugall dom Joam ho segundo.

TRACTADO DA SPERA DO MUNDO (Exemplar único, existente na Biblioteca de Évora e reproduzido em *fac-simile* pelo benemérito da sciência náutica portuguesa Joaquim Bensaude)


PETRI NONII
SALACIENSIS DE ARTE ATQVE RATIONE NAVIGANDI
LIBRI DVO
EIVSDEM in theoricas Planetarum Georgij Purbachij annotationes, & in Problema mechanicum Ariſtotelis de motu naugij ex remis annotatio vna.
EIVSDEM de erratis Oronty Finæi Liber vnus.
EIVSDEM de Crepuſculis Lib. I. Cum libello Alhacen de cauſis Crepuſculorum.
CONIMBRICÆ,
In ædibus Antonij à Marijs, Vniuerſitatis Typographi. Anno 1573.
Cum facultate Inquiſitoris.

UMA RARÍSSIMA OBRA LATINA do nosso Pedro Nunes, impressa em Coimbra, em 1573, por António de Maris. É como tôdas as obras dêste impressor um belo espécime tipográfico

Segunda parte dos dialogos da imagem da vida Chriſtam: O primeiro he da tranquilidade da vida. O segundo da difereta ignorancia. O terceiro da verdadeyra amizade. O quarto das cauſas. O quinto dos verdadeyros y falſos bẽs. Lisboa, por João de Barreira; Lisboa, 1572; Lisboa, por António Ribeiro, 1575; Lisboa, idem, 1585 (?) Edição incerta; Lisboa, por Baltasar Ribeiro, 1591; Lisboa, em casa de Simão Lopes, 1593; Lisboa, por Simão Lopes, 1595 (1.ª e 2.ª partes); Évora, por Manuel de Lyra, 1603; Lisboa, na Oficina de Miguel Manescal, 1681; Lisboa, Tip. Rollandiana, 1843 (revista pelo dr. Rêgo Abranches).

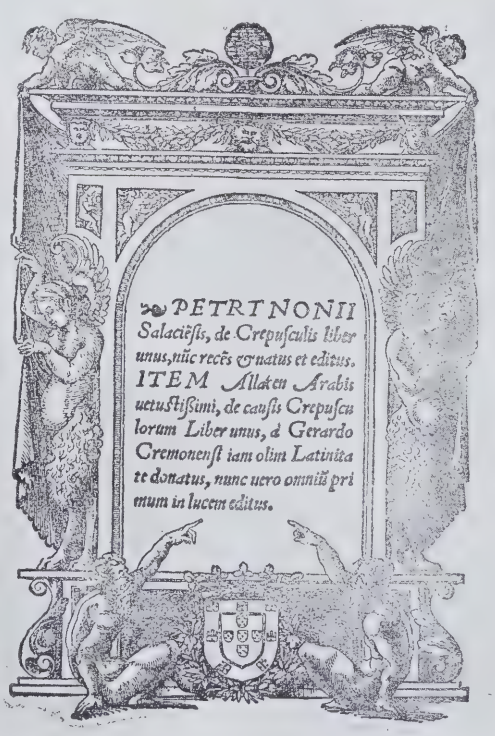
In Esaiam prophetam commentaria. Lugduni, 1561; Antuerpiæ, 1567; Coloniæ, 1572; Salamanticæ, 1581; Antuerpiæ, 1584.

In Ezechielem prophetam commentaria. Salamanticæ, 1568; Antuerpiæ, 1570; Salamanticæ, 1574; Lugduni, 1581, 1581, 1584; Coloniæ Agripinæ, 1615.

In divinum vatem Danielem commentaria. Conimbricæ, 1579; 1582; Venetiis, 1583; Coloniæ, 1582; Antuerpiae, 1595.

In propheta Ieremiæ lamentationes. Conimbricæ, 1579.

In divinvm nalvum commentarii. Conimbricæ, 1579; Coloniæ, 1582.


PETRI NONII Salaciēſis, de Crepuſculis liber unus, nũc recẽs ornatus et editus. ITEM Alhacen Arabis uetuſtiſſimi, de cauſis Crepuſculorum Liber unus, à Gerardo Cremonenſi iam olim Latinitate donatus, nunc uero omniũ primum in lucem editus.

O RARO LIVRO de Pedro Nunes impresso em Lisboa, por Luís Rodrigues, em 1542

Todos êstes comentários saíram em Lugduni, 1584, 3 tomos; idem, 1590, adicionados por Joannem Veyratum; Lutetiæ, 1617.

EM ESPANHOL: *Imagen de la vida christiana,* ordenada por Diálogos, como miembros de su composicion. En Çaragoça. En casa de la biuda de Bartholome de Nagera. 1571; Barcelona, 1572; Madrid, por Francisco Sanchez, 1572, 1573; Medina del Campo, 1573; Alcalá de Henares, por Andres de Angulo, 1576; Salamanca, 1576; Çaragoça, por Sanchez Dezpeleta, 1577; Medina del Campo, por Francisco del Canto, 1578, 1579; Alcalá, 1592.

Segunda parte de los Dialogos de la Imagen de la vida Christiana. En Çaragoça, en casa de Pedro Sãchez dezpeleta, 1576 (no fecho 1577); Madrid, Francisco Sanchez, 1573; Alcalá de Henares, 1580; Alcalá, en casa de Juan de Lequerica, 1582; Medina del Campo, por Francisco del Canto, 1585; Salamanca (trad. pelo Dr. Gonzalo Illescas), 1594.

Da primeira e segunda parte saíram edições em Alcalá, por Juan Gracian, 1595; Alcalá de Henares, 1597. Citam-se ainda outras de Salamanca, 1576, e Alcalá de Henares, 1592.

EM FRANCÊS: Lugduni, 1590; Pa-

ris, 1593; Paris, 1594; Colónia, 1609 e 1616; Paris, 1617. Image de la vie Chriſtiene, ou la uraye Philoſophie, & Religion entre les chriſtiens. Paris, 1580; Lyon, 1593. EM ITALIANO: trad. por Fr. Zacarias de Lisboa. Veneza, 1594, 2.ª ed. EM LATIM: Lugduni, 1590; Paris, 1617.

Sôbre Fr. Heitor Pinto vêja-se o vol. XVII de *O Panorama*, artigos de José Silvestre Ribeiro.

AMADOR ARRAIS — *Dialogos de Dom Frei Amador Arraiz bispo de Portalegre*. Coimbra. Em caſa de Antonio de Mariz, 1589; 2.ª ed. revista e acrescentada. Coimbra, 1604; 3.ª ed. Lisboa, 1846 (Sob a direcção do Dr. Rêgo Abranches).

FR. TOMÉ DE JESUS — *Trabalhos de Jesus*. Primeira parte. Trata de XXV trabalhos que o Senhor passou desda hora em que foy concebido até a noite de sua prisão. Tem considerações nouas & proueitosas aos pregadores quando tratam da vida de Christo nosso Senhor. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1602; Segunda parte. Que passou desde o Orto de Gethesemani, até sua morte, que são os trabalhos da sua sacratissima payxão. Continuão-se nesta segunda parte os capitulos & exercicios dos trabalhos do Sñor pela ordẽ da primeira começando no trabalho 26 até os 50. Lisboa, por Vicente Alvarez, 1609; 2.ª ed., Lisboa, por Domingos Carneiro, 1666; 3.ª ed. com a vida de Fr. Tomé de Jesus, por D. Aleixo de Meneses, arcebispo de Braga, Lisboa, 1733; 4.ª ed., Lisboa, 1781; 5.ª ed., Lisboa, 1805.

Oratorio sacro de soliloquios do Amor divino, e varias devoções a Nossa Senhora. Madrid, por los Herederos de Madrigal, 1628; Lisboa, na Of. Augustiniana, 1734; Lisboa, na Impr. Regia, 1805.

Praxis veræ fiidei qua Justus vivit, Colónia, 1629.

De oratione Dominica, Antuérpia, 1623.

Fr. Tomé de Jesus escreveu também a *Vida do veneravel P. Luiz de Montoya* que saiu em parte na *Historia de la vida del muy religioso varon Fray Luys de Montoya de la orden de Sant Auguſtin...* por Fray Hieronymo Roman. Lisboa, por António Alvares s/d. (Século XVI).

Os *Trabalhos de Jesus* foram traduzidos em ESPANHOL: por Cristobal Ferreyra y Sampayo. Madrid, Viuda de A. Martin, 1620; Çaragoça, por Juan de Lanaja y Quartanet, 1622, 1624 e 1631; Barcelona, por J. Andreu, 1673, 1695, 1724, 1738.

Rosto dos *Compromissos* das Misericórdias (Século XVI). Publicou-o o Dr. Alfredo da Cunha no seu magnífico trabalho *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão*. Lisboa, 1925

O «COLOQUIO DOS SIMPLES» espanhol. Rara edição do século XVI

Tradução de Fr. Henrique Florez, *Trabajos de Jesus;* Madrid, Marin, 1763, 1779; id. Real, 1781, 1786; 6.ª ed. en Madrid, hija de Ibarra, 1808; Barcelona, 1881; Tradução de D. José Texidó, Barcelona, 1724.

EM FRANCÊS, com o título *Travaux de Jesus*, em 1690 e em 1762, com o título *Les souffrances de Nôtre Seigneur Jesus-Christ...* traduit en François par le P. Gilles Alleaume. Nouvelle édition revue et corrigée. Lyon, 1762; Lyon, id., 1767; Lyon, 1858; Paris, 1691; id., 1693; id., 1732; id., 1754; Bruxelas, 1717.

EM INGLÊS: *The Sufferings of the Son of God Manifest in the Flesh*. Written originally in Portuguese, by Father Thomas of Jesus, of the Holy Order of the Hermits of St. Augustin: afterwards translated into French; and now done into English. Londres, 1720-1721 (trad. de R. Welton).

Richard Welton nasceu em 1671. Era filho de um farmacêutico de Woodbridge, no condado de Suffolk. «Cursou a Universidade de Cambridge (Caius College), tomando sucessivamente os gráus de mestre em artes (1695) e de doutor em teologia (1708). Em Junho de 1697 foi nomeado reitor da igreja de St. Mary, Whitechapel, em Londres, e em 1710 reitor da igreja paroquial de East Ham, no condado de Essex, onde ficou até 1715». Morreu em 1726.

Outra trad. (Trad. anónimo) *The Sufferings of Our Lord Jesus Christ Written originally in Portuguese by F. Thomas of Jesus of the Order of the Hermits of St. Augustin. And newly translated into English*. London, 1753; id., Dublin, 1806; id., 1823; id., 1835; id., 1843; id., 1855; id., 1863; Londres, 1863; Dublin, 1873.

The Sufferings of Jesus, London, 1869.

A impressão desta edição, que consta de 2 volumes de XXIV-500 pág. e VI-414 páginas, foi dirigida pelo dr. Edmund Bouverie Pusey, teólogo e professor de Oxford.

O ilustre lusófilo Edgar Prestage publicou no Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa, (vol. IV, Lisboa, 1911) um excelente trabalho sôbre «*Os Trabalhos de Jesus, de Frei Thomé de Jesus*». O retrato pintado a óleo sôbre tábua que se encontrava na Biblioteca Nacional já ali se não encontra, ignorando-se onde pára. Em 1895 viu-o Edgar Prestage, que lho mostrou o dr. Xavier da Cunha.

EM ITALIANO: *Travagli di Giesu*. Tradotti prima dalla lingua portughese nella castigliana da Chistoforo Ferrera, E Sampaio et hora di nuovo dalla castigliana, por P. Ludovico Flori, della

Compagnia de Giesu. Venetia, 1657. Roma, 1644. *Travagli o siano patimenti di Gesu Christo...* Trad. italiana. Napoli, 1838. (Feita pelo Padre Famiani sôbre a francesa de Alleaume e a latina de Lamparter).

Em latim: *Acrumnae Domini Nostri Jesu Christi. Opus Thomae a Jesu.* Trad. do P. H. Lamparter. Munich, 1676. Em diversos metros latinos Salv. Mesquita. Roma, 1665. Sôbre Fr. Tomé de Jesus vêja-se o *Panorama* n.º 49.

Na produção literária do século XVI domina a bibliografia religiosa. E compreende-se. Os valores religiosos eram considerados valores vitalmente essenciais, não distinguindo os portugueses de Quinhentos a ética da religião e a «fé» do «império», isto é, os fins últimos do indivíduo dos fins supremos do Estado. Daí, o sentimento de uma missão apologética da grei, que a conduziu à cruzada no interior contra marranos, evangelistas, tímidos inovadores e vagos críticos de textos, e à cruzada no exterior, para dilatação da fé.

É uma atitude íntegra que percorre todo o século, embora se intensifique a partir do Concílio de Trento, e cuja fisionomia se desprende com nítido perfil do desenvolvimento e variedade da literatura religiosa, no sentido amplo do têrmo. Esta literatura, que nunca foi estudada no seu conjunto, nas correntes espirituais que a informaram e na coloração nacional dos temas, é constituída por traduções, pelas edições em castelhano de místicos espanhóis e por escritos originais. Todos êstes escritos confluíam no mesmo curso; no entanto, de passagem, deve acentuar-se a importância de algumas traduções, pelo que incitaram e sugeriram na meditação ascética e mística e na análise da vida interior, além da influência no léxico, pela criação de um vocabulário psicológico e em parte filosófico, como as *Instituciones* (1551) e os *Exercicios e meditação da vida e paixão de Jesus Cristo* (trad. por Fr. Marcos de Lisboa, e três vezes editada durante o século), de Tauler, alguns tratados de S. Boaventura, a *Escala espiritual*, de S. João Clímaco (em castelhano, 1562) e os *Exercicios espirituais e divinos*, de Nicolau Eschio (1554). Pela profundidade dos estudos teológicos nas cátedras universitárias e nos colégios das ordens monásticas, pelas traduções e pela difusão da literatura mística espanhola, tanto em edições impressas em Portugal como em Espanha, a literatura religiosa portuguesa da segunda metade do século XVI dista profundamente da literatura da primeira metade, na riqueza da expressão, na variedade e complexidade dos temas, no dilatado do horizonte e no sentimento da vida interior. É de uso qualificar-se de mística esta literatura. ¿Sê-lo-á na verdade? O têrmo mística, como o têrmo metafísica, de consumo corrente, oferece subtis dificuldades na sua definição. De um modo geral pode dizer-se que por mística se significa a tendência do espírito para a união íntima com um valor absoluto. No ponto de vista religioso, êsse valor é Deus, e para o crente, designadamente católico, o misticismo, ou antes, o seu momento supremo, o êxtase, é um estado psicológico produzido pela graça divina.

Regimento da declinação do sol. Impresso em Lisboa por Germão Galharde. (Exemplar da Biblioteca de Évora, reproduzido pelo sr. Joaquim Bensaude)

Sumário de Cristovão Rodrigues de Oliveira, o primeiro livro de estatística publicado em Portugal

O êxtase, como a comunicação ou visão em Deus, normalmente carecem da contemplação, isto é, da compreensão da grandeza divina acompanhada e seguida de um intenso movimento afectivo da alma para Deus; mas podem também realizar-se directa e imediatamente, isto é, sem pensamento discursivo ou movimentos preparatórios, por imediata graça de Deus. Há, assim, duas espécies de mística: a mística experimental, ou seja a descrição das experiências teopáticas, a introspecção do êxtase ou arroubo pessoal, e a mística doutrinal, ramo da Teologia, a qual estuda a índole da contemplação e seus graus, e os preparatórios e modos do conhecimento místico.

A tradição teológica, tão dividida sôbre as diferenças entre a ascética e a mística, coincide no entanto em reconhecer que a vida espiritual normalmente percorre três vias: a *via purgativa*, durante a qual a alma se despoja dos apetites e das paixões, purificando-se dos pecados; a *via iluminativa*, na qual se ilumina pela consideração dos bens eternos, tornando íntima a paixão e redenção de Cristo, e a *via unitiva*, cujo têrmo é a visão e união com Deus, fim derradeiro das criaturas.

À luz desta concisa propedêutica, a pregunta formulada tem, a nosso ver, uma resposta negativa.

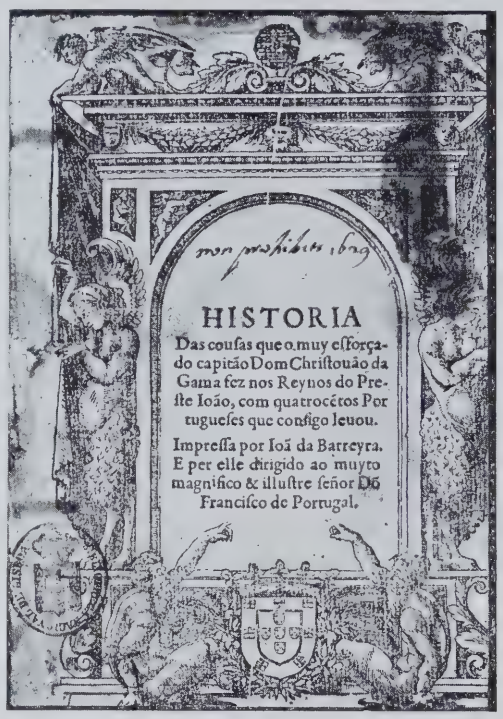
Problema novo, por demais desajudado de investigações subsidiárias e da possibilidade de confronto de opiniões divergentes, a opinião em tão delicada matéria tem muito de hipotético e provisório, no estado actual dos estudos. Em todo o caso, julgamos impor-se a conclusão de que a nossa literatura religiosa quinhentista não deve qualificar-se de mística,

mas de *ascética*, se por ascética entendermos a teoria e a prática da expurgação do espírito, por meio de exercícios, mortificações, orações e meditações, em ordem ao desprendimento dos afectos e prazeres terrenais.

Na literatura quinhentista não encontrámos uma vivência do êxtase, próxima ou idêntica às descrições de Santa Teresa de Jesus ou S. João da Cruz, nem o recordar emocional ou discursivo do arroubo, oferecendo-nos em compensação, por vezes admiràvelmente na expressão e na profundidade, a meditação dos graus e formas da vida purgativa, essencialmente ascética, e a exortação à resispiscência. A alma religiosa que mais intensamente e dramàticamente viveu o anseio místico foi, em nosso juízo, Fr. Tomé de Jesus; mas êste mesmo, se ultrapassou a via purgativa, elevando-se à meditação da via iluminativa, não logrou transmitir-nos o eco de uma vivência de êxtase ou visão em Deus. Por isso, pelo domínio dos temas ascéticos, ou se se quiser, de mística doutrinal, a literatura religiosa quinhentista, para evitar ambigüidades, afigura-se-nos dever ser qualificada de literatura ascética.

*
* *

É vasta, como dissemos, esta literatura, tanto em prosa, como em verso. Limitando-nos aos prosadores, são dignas de nota as obras de D. Gaspar de Leão, primeiro Arcebispo de Goa — *Compêndio espiritual da vida christã* (Goa, 1561; Coimbra, 1600); Francisco de Sousa Tavares, *Livro de Doutrina spiritual* (Lisboa, 1564); Fr. Bartolomeu dos Mártires, *Catecismo ou doutrina christam e práticas spirituais* (1566, várias vezes editada); Pedro de Santa Maria, *Ordem e regimento de vida christã* (Coimbra, 1555); Frei Álvaro de Tôrres, *Dialogo espiritual. Colloquio de hum religioso com hum peregrino onde lhe ensina como se hade achar a Deus* (Évora, 1579); Sebastião Toscano, *Mystica Theologia* (Lisboa, 1568); Gaspar de Tôrres, *Desengano de perdidos, em diálogos* (Goa, 1573); Fr. Nicolau Dias, *Tratado da Paixam de Nosso Senhor Jesu Christo* (Lisboa, 1580); *Regras e cautelas do proveito espiritual* (anónimo, Lisboa, 1542); Fr. Marcos de Lisboa, pelas traduções e pelas *Cronicas da ordem dos frades menores* (1.ª parte, 1557; 2.ª parte, 1562), tão injustamente esquecidas e que o nosso século deve reeditar; e do cónego D. Hilarião Brandão, a *Voz do amado* (Lisboa, 1579).


HISTORIA
Das couſas que o muy eſforçado capitão Dom Chriſtouão da Gama fez nos Reynos do Preſte Ioão, com quatrocẽtos Portugueſes que comſigo leuou.
Impreſſa por Ioã da Barreyra. E per elle dirigido ao muyto magnifico & illuſtre ſeñor Dõ Franciſco de Portugal.

Um raríssimo livro dos feitos portugueses. Edição de 1561. (Exemplar da Biblioteca Nacional)

Culminantes, porém, no aspecto literário, de há muito a crítica ergueu os nomes de Fr. Heitor Pinto, do bispo Amador Arrais e de Fr. Tomé de Jesus.

Frei Heitor Pinto (1528-84?) nasceu na Covilhã, professando no mosteiro dos Jerónimos, em Belém, em 1543. Na sua biografia, aliás mal conhecida, destaca-se a pugna com Fr. Luís de Leon, a qual parece ter exercido uma influência decisiva no curso da sua vida.

Em 1568, se não antes, aparece-nos Fr. Heitor Pinto em Salamanca. À velha cidade universitária levou-o, porventura, a conveniência de cuidar da impressão dos *In Ezechielem Prophetam*

IMAGEM
DA VIDA
CHRISTAM.
Ordenada per dialogos como membros de ſua compoſição.
O primeiro he da verdadeira philoſophia.
O ſegundo da religião.
O terceyro da juſtiça.
O quarto da tribulação.
O quinto da vida ſolitaria.
O ſexto da lembrança da morte.
Compoſtos per F. Hector Pinto
frade Ieronymo. E per elle acreſcentados neſta ſegunda impreſſam.
Impreſſos em Coimbra per Ioão de Barreira à cuſta de Antonio Coruete mercador de liuros. Anno de 1565.
Com priuilegio del Rey.
(O original mede 120×73mm)

Segunda edição da *Imagem da vida christã*. Coimbra, 1565

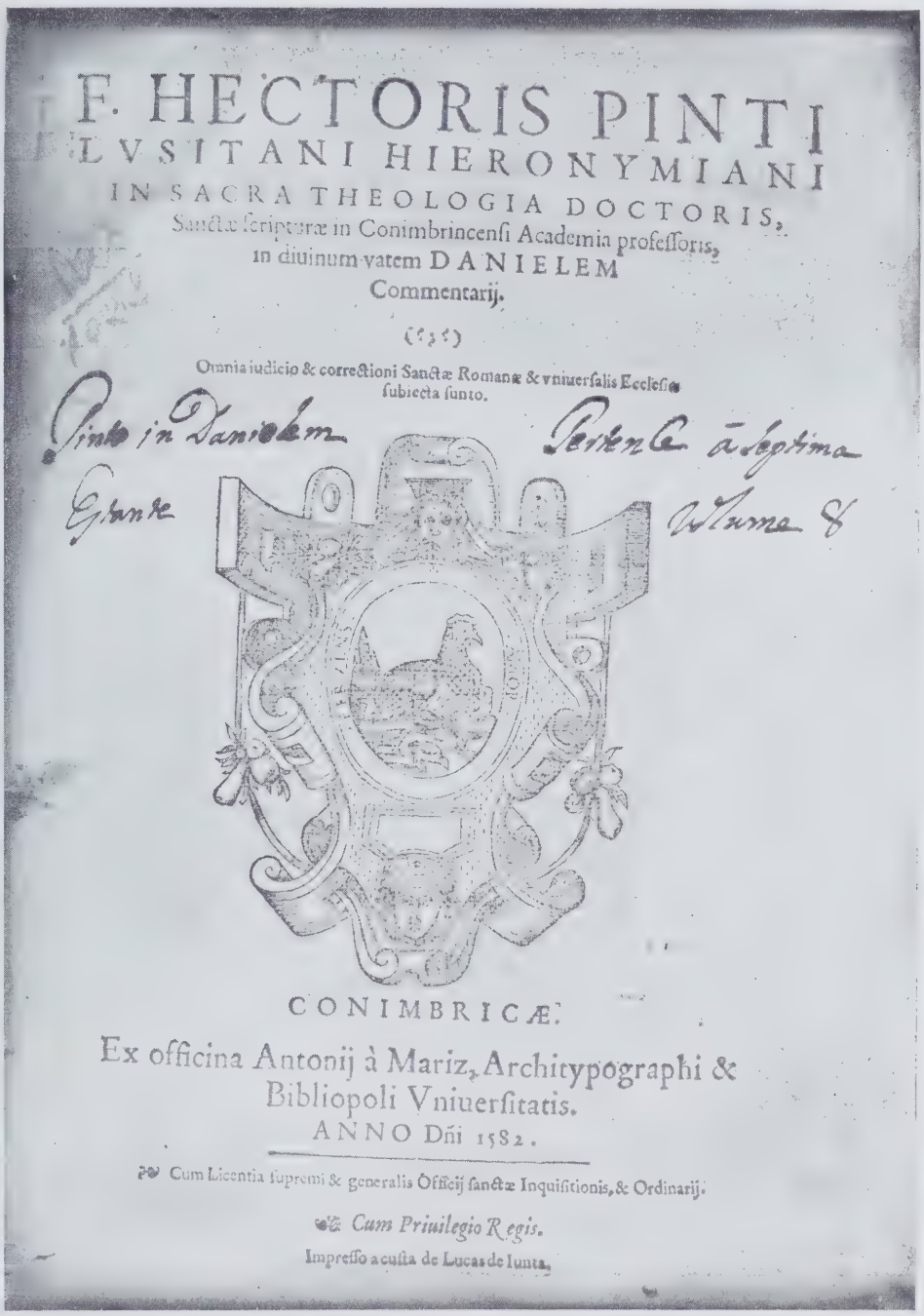
IMAGEM
DA VIDA
CHRISTAM
Ordenada per dialogos como membros de ſua compoſiçam.
O primeiro he da verdadeira philoſophia.
O ſegundo da religiam.
O terceiro da juſtiça.
O quarto da tribulaçam.
O quinto da vida ſolitaria.
O ſexto da lembrança da morte.
Compoſtos per F Hector Pinto frade Ieronimo. E por elle acreſcẽtados com muita diligẽcia.
1567

3.ª edição da *Imagem da vida christã*, impressa em Braga por António de Maris

¶ Aprouaçam do padre frey Manoel da Veyga, Inquiſidor & ezaminador dos liuros per o ſereniſſimo ſeñor Cardeal Iffante. &c

No verso do frontispício

Commentaria, que realmente imprimiu nesta cidade e neste ano; mas seduzia-o também a possibilidade de reger uma cátedra. A natureza dos seus estudos — além dos *Commentaria in Ezechielem* tinha publicado em Lyon, em 1561, os *In Isaiam Prophetam Commentaria*, — vinha ao encontro das necessidades da Faculdade Teológica de Salamanca. Gregório Gallo, catedrático de Sagrada Escritura, ou Bíblia, jubilara-se em 1560; porém era costume, senão lei, conservar a cátedra, em nome do proprietário, até à sua morte, provendo-se interinamente, por períodos de quatro anos, pelo processo das oposições. Neste ano de 1568 deveriam, portanto, ter lugar os concursos à interinidade da cátedra. A legítima ambição de Fr. Heitor Pinto era também a da sua ordem, que pela pena de Fr. Rodrigo Hiespes, afirmava que «*inter (prophetarum enarratores) nostra hac tempestate principem locum tenet reverendus pater Hector Pintus, patria Lusitanus*». Heitor Pinto, emquanto se não abria concurso, ia aplicando as horas livres em conferências, vendo formar-se em tôrno do seu nome uma aura de prestígio. Os estudantes pareciam ser os mais entusiastas, e dentre êles é natural que se distinguissem os portugueses, cujo número então ainda era apreciável em Salamanca, a despeito dos esforços nacionalizadores da Universidade de Coimbra, alfim triunfantes.


F. HECTORIS PINTI
LVSITANI HIERONYMIANI
IN SACRA THEOLOGIA DOCTORIS,
Sanctæ scripturæ in Conimbricensi Academia professoris,
in diuinum vatem DANIELEM
Commentarij.

Omnia iudicio & correctioni Sanctæ Romanæ & vniuersalis Ecclesiæ subiecta sunto.

CONIMBRICÆ.
Ex officina Antonij à Mariz, Architypographi & Bibliopoli Vniuersitatis.
ANNO Dñi 1582.

Cum Licentia supremi & generalis Officij sanctæ Inquisitionis, & Ordinarij.

Cum Priuilegio Regis.

Impresso acusta de Lucas de Iunta.

UM DOS MAIS RAROS LIVROS de Fr. Heitor Pinto. A segunda edição dos *Comentarios a Daniel*. (Exemplar da Biblioteca da Universidade de Coimbra)

Espontâneamente ou movidos por um habilidoso, solicitaram da Universidade a criação de um *partido* suficientemente remunerado para o livre-docente permanecer em Salamanca, ensinando a sacra-página, as línguas sábias e artes liberais, nas quais se mostrava diserto, e cautelosamente se levou ao conhecimento desta deliberação o rei e os membros do conselho real. A petição dos estudantes foi apresentada em 17 de Maio de 1568 ao claustro universitário, cujos votos se dividiram, e embora 8 membros, entre êles o reitor, a aprovassem, a maioria decidiu, senão repudiá-la, pelo menos diferi-la. Três dias depois reünia-se de novo o «claustro», e nêle o mestre Gaspar Tôrres deu por escrito o seu voto, no qual declarava «que lo que hace el P. Pinto es mas predicar que no interpretar Escritura... Para que esta Universidad insigne se conserve en la limpieza de errores como hasta aqui, conviene que se evite la ocasion de do tanto daño ha venido en otras universidades que sin teologia escolástica, sólo con lenguas se han metido muchos á explicar a Escritura y pretendido que todos la pueden oir é tratar, de dó vino el principal daño de Alemania, é assi es necessario primero conste de la suficiencia que tiene el P. Maestro en Theologia Escholástica presidiendo en actos é sustentandolos, de lo cual nadie ha visto muestra ninguna en esta Universidad.» Com êste voto descobriam-se as lutas entre partidários da Vulgata e do texto hebreu, mas o que surpreende é que F. Luís de Leon o aprovasse, por singular incoerência, pois, consciente ou inconscientemente, Gaspar Tôrres condenava o método hebraïzante e a frescura de inspiração bíblica pela filologia, que, tanto êle como Fr. Heitor Pinto, moderadamente praticavam. Dir-se-ia morta a pretensão dos estudantes; inesperadamente, porém, foi lido no claustro pleno de 13 de Julho

uma provisão régia, na qual se ordenava «se diese a Fray Hector Pinto la catedra de teologia, que habia obetenido por votos de estudiantes, con la condicion de que diese muestras en lo escolástico como lo habia dado en escritura y cual se habia oferecido á dar». A Universidade teve então uma atitude de independência e discutindo-se se devia ou não cumprir a vontade real, a maioria votou pela desobediência, destacando-se Fr. Luís de León, com um voto escrito hostilíssimo para Fr. Heitor Pinto. Com êste voto, que interpretava a opinião geral do claustro, ficou absolutamente prejudicado o pedido dos estudantes. Entretanto, aproximava-se o fim do quadriénio de Grajal, o mestre interino, impondo-se novo concurso. Heitor Pinto, sentindo que a integridade da sua fama sofreria com ter aceite a proposta de um *partido,* furtando-se às provas do concurso, a-pesar da evidente animadversão da Universidade, opôs-se com Grajal à substituïção do segundo quadriénio. Faltam-nos documentos ilustrativos das fases desta oposição; mas pelo processo inquisitorial contra Frei Luís de León, prova-se com tôda a evidência que o autor de *Los nombres de Christo* patrocinou Grajal, combatendo ostensivamente Fr. Heitor Pinto e os jerónimos do Convento de la Victoria, de Salamanca. Heitor Pinto fôra excluído, e como resposta aos detractores salmantinos, que o não reputavam suficiente *escolástico,* vai para Siguenza, em cuja Universidade se doutorou pouco depois (4 de Outubro de 1568). Era uma satisfação moral; mas a verdadeira reparação só Portugal lha deu, criando na Universidade de Coimbra uma catedrilha de Escritura, e cometendo-lhe, por distinção, como hoje se diria, a respectiva regência (Maio de 1576).

A VOZ DO AMADO, curioso e interessante obra de D. Hilarião Brandão, impressa em 1579

Por pouco tempo exerceu o magistério, durante o qual leu o profeta Zacarias e os Salmos, porque, patriota ardente e fidelíssimo partidário do Prior do Crato, Felipe II desterrou-o logo, no ano lúgubre de 1580, para Castela. Atribui-se-lhe (Barbosa Machado) então a frase — *Elrei Felipe bem me poderá meter em Castela, mas Castela em mim é impossível,* — de autenticidade não documentada, e cuja substância, mais que o lendário *Deciamos ayer* de Fr. Luís de Léon, exprime a realidade incontestável de um patriotismo constante e intemerato. Aubrey Bell *(Luís de Léon. A Study of the spanish Renaissance,* Oxford, 1925) parece notar uma contradição entre o espírito que a proferiu e a ambição de ocupar uma cátedra em Salamanca; porém, bastará recordar a dedicatória a D. Sebastião dos *Comentarios a Ezequiel,* impressos precisamente em Salamanca em 1568, tôda ela um louvor exaltado de Portugal, para sentirmos que a ambição do magistério em terra estranha não sufocou os sentimentos do patriota: *Viue tu felix (rex), viue, ut patria viuat.*

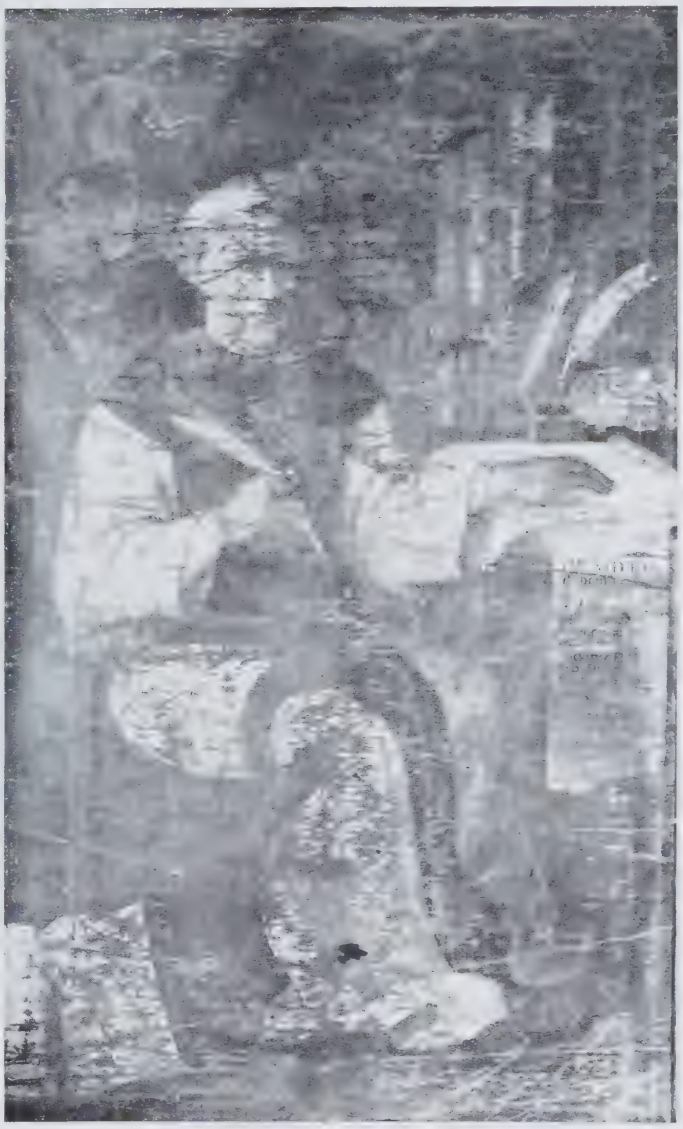
Êste dissídio entre Fr. Luís de León e Fr. Heitor Pinto orientou num sentido diverso das suas aspirações a vida do jerónimo português, e, no entanto, é intelectualmente inexplicável. Ambos escriturários ilustres, ambos sofrendo as mesmas inquietações interiores, expostas quási num plano espiritual idêntico, um nos diálogos *De los nombres de Cristo,* outro nos diálogos *Da imagem da vida christã.* Um e outro tiveram o mesmo ardor da cultura livre, e a mesma energia de resistência ao ambiente intelectual. Ambos habitaram no mesmo edifício escolástico, e a atitude de mística doutrinal é nos dois, por assim dizer, correcta, *raisonnable.* O mesmo método de interpretação das Escrituras, o mesmo culto pelo hebreu, o mesmo horror ao comentário enfático os aproxima, e de tal forma, que não pode explicar-se a combatividade de Luís de León por motivos de indignação intelectual e, muito menos ainda, por divergências teológicas. Êste incidente, o magistério em Coimbra, o ter sido um dos cinqüenta excluídos da amnistia de 1581 e o seu destêrro para Castela, onde faleceu em 1584 (?), ao que se diz, envenenado por ordem de Felipe II, são porventura os poucos momentos conhecidos, e alguns precàriamente, da sua biografia. Sabemos por vagas referências autobiográficas que esteve em Roma, em Marselha, Saboia, Monserrate, Madrid, que redigia um diário e era *curioso de antigualhas;* porém, em rigor, da sua biografia quási tudo se ignora.

Literàriamente, a obra máxima de Fr. Heitor Pinto é a *Imagem da vida christam, ordenada per dialogos como membros de sua composiçam,* traduzida em francês, castelhano e italiano. Esta obra desenvolve-se num conjunto de onze diálogos, repartidos em duas partes, compreendendo a primeira (1.ª edição, 1563), os diálogos sôbre a verdadeira filosofia, a religião, a justiça, a tribulação, a vida solitária e a lembrança da morte; e a segunda (1.ª edição, 1572), os diálogos da tranqüilidade da vida, da discreta ignorância, da verdadeira amizade, das causas, e dos verdadeiros e falsos bens. A segunda edição da 1.ª parte (1565) aditou aos seis diálogos uma interpretação das *Armas de Coimbra,* e a terceira edição (1567) o *Sumario d'hum sermão... em dia da Ascensão.* No prólogo da primeira parte, dirigido ao Duque de Bragança, D. Teodósio, a quem a obra é dedicada, H. Pinto diz que o que escreve «nesta obra, vay corroborado com authoridades das divinas letras, e de muy approvados e excellentes authores. Porque assi como quem quer prantar hum novo jardim, busca garfos e enxertos de bõas arvores, assi eu busquei authoridades de graves e famosos authores, pera prantar neste livro diviso em dialogos a maneira dos de Platam».

O límpido prosador iludira-se: os seus diálogos nada têm de platónico nem nos temas, nem no ritmo, que, por vezes, quási se desfigura em monólogo. Confessava, porém, a verdade quando dizia abonar-se nas autoridades, isto é, revolver «os livros... com grandes trabalhos e vigi-

lias», porque o que se desprende do desenrolar dos diálogos é uma vastíssima erudição. O seu espírito assimilou, como talvez nenhum outro contemporâneo luso, as culturas israelita e pagã, superadas e integradas ética e intelectualmente pela cultura e pelos valores cristãos.

A vasta sciência das letras divinas e humanas e a tendência assimiladora são, em nosso juízo, as qualidades dominantes do seu espírito. Êste, jàmais se elevou à contemplação, não ultrapassando a posição do moralista e erudito, cujo pensamento vive preso à recordação do pensar alheio, sempre à margem de livros, e que apenas se solta no que o autor chama as *comparações*. Estas comparações são, por vezes, de uma rara beleza literária, de terna moralidade e de delicado sentimento da natureza («ribeiras deleitosas, nem árvores sombrias, mas grandes penedos mais tristes e melanconizados que alegres e graciosos ao parecer da vista»), provando, como diz o sr. A. Bell, a «excepcional capacidade que tem a lingua portuguesa para combinar a suavidade com o vigor». Porém, não nos transmitem fortes emoções, o primado da vontade ou do sentimento sobre o pensar discursivo, mas, pelo contrário, uma posição ética, onde a selecção dos fins supremos, religiosos como é óbvio, se realiza por operações do entendimento. «He tam piqueno, disse o Português, o pavio de nossa vida, e vayse consumindo com tanta ligeyreza a cera da idade, que nos *convem* antes que se acabe a candea, trabalhar neste piqueno tempo com muyta pressa e cuydado por alcançarmos esta sabedoria, per cujo meo alcancemos a eterna bemaventurança... Os que vierem a alcançar a verdadeyra sabedoria, não devem tanto attentar pera o que d'ella tem acquirido, como pera o que lhe compre acquirir: porque natural he de prudentes, não olhar tanto pera o que sabem, como pera o que lhe falta saber. E pera se isto alcançar he necessario vigiar, e trabalhar, e orar, e padecer tribulações e angustias. Mas pera nellas não desmayarmos, nem enfraquecermos, comprenos cuydar na grandeza da divina misericordia: e lembrarmonos das merces que de Deos recebem, os que a elle se encommendam». Esta página dá-nos o tema permanente dos diálogos, revelando-nos ao mesmo tempo a essência da sua atitude, que é a de um moralista impregnado de ascese.



Fr. Heitor Pinto. Retrato a óleo existente em poder do Dr. Alberto Osório de Castro, ilustre poeta que amàvelmente o deixou fotografar e reproduzir

* * *

É uma atitude idêntica, menos ingénua e por isso menos sedutora literàriamente, mais presa ainda à realidade, a-pesar-da suspicácia com que a mira, a que o Bispo de Portalegre, Fr. Amador Arrais, nos oferece nos *Dialogos* (1.ª ed. 1589; 2.ª ed. revista e emendada, 1604).

Como Heitor Pinto, Amador Arrais não teve ainda o seu biógrafo. Discutíveis o lugar (Beja?, Faro?) e o ano (1530?) do seu nascimento, sabe-se que era filho de Simão Arrais, entrou como noviço na ordem dos carmelitas calçados em 24 de Janeiro de 1545, professando em 31 de Janeiro de 1546, e se doutorou em Teologia, na Universidade de Coimbra, à qual alude, por vezes, na sua obra. Foi coadjutor do Infante D. Henrique, quando Arcebispo de Évora, o qual o nomeou, em 1578, Bispo de Tripoli, alcançando a mitra de Portalegre, por nomeação de Felipe I, em 30 de Outubro de 1581.

Do seu arcebispado legou-nos Diogo Pereira Soto Maior, no *Tratado da cidade de Portalegre* (1619), curiosas notícias e algumas notas reveladoras do seu carácter esmoler, mas hábil, de homem que sabia manejar as «peitas e dádivas».

Em 1596 resignou a Sé de Portalegre, por uma demanda intentada pelo Cabido contra êle, acêrca dos rendimentos de uma igreja, recolhendo-se ao Colégio do Carmo em Combra, cujo edifício concluíu, e onde faleceu em 1 de Agôsto de 1600. No juízo dos contemporâneos, foi grande prègador, a ponto de D. Sebastião, diz-se, o querer ouvir, e tanto lhe agradou, que o nomeou seu prègador; porém, para a posteridade literária, o que salvou o seu nome foi a miscelânea histórica, ética e religiosa a que pôs o nome de *Diálogos*. Como o título indica, a obra consta de diálogos, entre dois interlocutores, Antíoco enfermo, e Apolónio médico, e alguns amigos, os quais discorrem acêrca das queixas dos enfermos e curas dos médicos; da gente judaica; da glória e triunfo dos lusitanos; das condições do bom príncipe; da consolação para a hora da morte; da paciência e fortaleza cristã; do testamento cristão e da invocação de Nossa Senhora. O simples ennunciado da matéria dos diálogos revela-nos, a par de temas morais e religiosos, assuntos históricos, como

o resumo da história de Portugal e da diáspora israelita, e esta miscelânea é indício claro de uma saturação erudita, de um pensamento de glosador, que o afastam, ainda mais que Heitor Pinto, da vivência mística. O fervor religioso, por vezes intolerante, como no diálogo *Da gente judaica,* por vezes compreensivamente humano, como no protesto contra a escravatura, é sem dúvida intenso, como o fôra em Heitor Pinto, embora não atingisse o plano relativamente elevado a que êste chegou. De Fr. Heitor Pinto suspeitaram os seus irmãos em religião que se apropriara de diálogos compostos por Fr. Álvaro de Tôrres, segundo o informe de Barbosa Machado. Êste problema, que nunca foi examinado, e que não examinámos pela absoluta raridade do *Diálogo ou Colóquio espiritual do modo de achar a Deus,* mandado imprimir pelo primeiro Arcebispo de Gôa, D. Gaspar Leão, em 1578, e por ausência de outras fontes, formula-se também em relação a Amador Arrais, não por suspeita, mas por espontânea confissão. No Prólogo ao leitor, Amador Arrais declara que «a êstes diálogos deu principio o Doutor Hieronimo Arraiz meu irmão; mas com sua morte nem lhe pode dar cabo, nem livrar o que avia principiado. Eu, por me parecer que seria obra útil e aprazível, se se prosseguisse, e perfeiçoasse, fiz nella emprego do estudo, que para outro livro tinha dirigido. Não na compus em a lingua latina, mas na nossa Portuguesa, porque minha tenção foi, e he aproveitar a todos: e polo mesmo respeito cortei por muitas cousas que faziam muito mayor este volume. Não sei o que aproveitarei, mas o intento, e desejos são aproveitar muito». ¿Até onde foi a participação original do bispo Arrais? ¿Fêz a versão do latim para português, como parece sugerir? Não o sabemos, nem talvez o possamos nunca saber; entretanto o que de líquido se colhe é que lhe pertence a lima da prosa e o apuramento do gôsto literário nìtidamente consciente. Breve no estilo, preciso e singelo, não o contaminou a retórica, e é êste equilíbrio que ressalta e há muito a crítica tradicional louvou, julgando ser «o melhor exemplar do estilo médio ou temperado».

Miguel Leitão de Andrade, o autor da *Miscelânea,* prisioneiro de Alcácer-Kibir e de Filipe, de Castela

Êste equilíbrio de prosa é o espelho do equilíbrio de sentimentos. Nem exaltações, nem extremos vitupérios, porque «não convem Antiocho, que os refrescos, e refrigerios de cá, sejam de muita dura, porque nos não descuidemos, e entreguemos ao repouso, e descanso no meo da viagem, antes de chegarmos ao cais, e porto seguro da bemaventurança». (Das queixas dos enfermos).

*

* *

Com Fr. Tomé de Jesus a erudição, a resispiscência e o moralismo cedem o passo ao puro sentimento religioso. Nem intelectualismo, nem glosa, nem parénese das vantagens da religião: puro amor de Cristo e ardente desejo de reviver os «trabalhos de Jesus», tão puro e tão ardente que a cristologia se dissolve na meditação e na contemplação do *Ecce Homo.*

«Cuidei no começo, fazer uma muito breve recopilação dos trabalhos do Senhor, declara na *Carta á Nação Portuguesa;* e confesso a sua bondade, que nem sabia por onde começasse, nem como continuasse, nem em que acabasse. Mas indo escrevendo, e *levado não de meu cabedal, senão da sua mão,* costumada a guiar as ovelhas perdidas, achei-me no cabo com dous volumes feitos, a historia de seus trabalhos, considerações, e exercicios, e doutrinas, que sobre eles, ele, sem eu o ouvir, me ensinou. As quais confesso a sua misericordia, que nunca, nem antes, nem depois, nem então soube sentir da maneira que mo ele fazia escrever. *E como isto foi sem nenhuma ajuda de livros,* e sem nenhum uso de escrever cousas desta materia; ainda que eu não queria, ficam todas as faltas, e imperfeições desta obra minhas, e o que nestes livros pode aproveitar, só fazenda sua. Ninguem pode ter isto por engenho, nem habilidade, nem experiência de cousas tão divinas, senão só por efeito daquela soberana fonte, a qual assi como corre por riquíssimos, e santíssimos canos, assi acertou de passar uma partesinha por esta vazilha desaproveitada que não deixa de ficar de barro velho, mostrando por ela a divina agua sua fermosura.»

Esta confidência, psicològicamente valiosa e sem dúvida sincera, não dispensa de forma alguma o delicado problema das fontes místico-literárias de Tomé de Jesus. Com êle se entra numa terra incógnita e sem prefigurar os resultados definitivos dessa investigação nunca tentada e aqui não tentanda, pensamos que, como Etchegoyen demonstrou em relação a Santa Teresa de Jesus, as influências ideológicas ressaltarão, como reminiscências de prístinas leituras, designadamente Santo Agostinho, e porventura Tauler e Fr. Francisco de Osuna *(Abecedário espiritual).* Como êste tema, a biografia de Fr. Tomé de

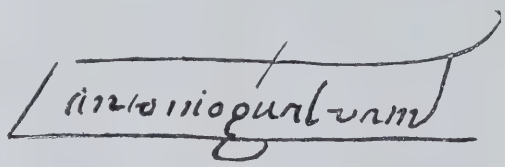
Fr. Miguel de Contreiras, o fundador das Misericórdias. (Quadro a óleo, da Biblioteca Nacional de Lisboa)

Jesus não tem sido objecto de estudos recentes. A fonte primacial continua a ser a *Vida do veneravel Padre Fr. Tomé de Jesus*, composta pelo Arcebispo de Braga, D. Fr. Aleixo de Meneses, a qual tem servido como de prefácio a algumas edições dos *Trabalhos de Jesus*. Por ela, e por outras vias, sabemos que seus pais foram Fernão Álvares de Andrade, tesoureiro de D. João III, e Isabel de Paiva, tendo nascido em Lisboa, em 1529. O nascimento tornara-o já ilustre ; porém, mais que a nobreza do sangue, singularizou a sua família a cultura do espírito. Basta dizer que foram seus irmãos Diogo de Paiva de Andrade, prègador célebre, teólogo famoso e um dos representantes de Portugal no Concílio de Trento ; Francisco de Andrada, o cronista-mor de D. João III, cuja *Crónica* escreveu ; Fr. Cosme da Presentação, falecido em Bolonha, teólogo e filósofo ; Violante, espôsa do segundo Conde de Linhares, e seu sobrinho, o autor do *Casamento Perfeito* (1636), Diogo de Paiva de Andrade, filho do cronista. Menino ainda, aos 10 anos, foi confiada a sua educação ao agostinho Fr. Luís de Montoia, o qual o levou para Coimbra, para o colégio de Nossa Senhora da Graça, um dos numerosos colégios da urbe universitária. Durante esta escolaridade, esteve em risco de morrer afogado no Mondego, «e o menino Tomé, reconhecendo a mercê que Deus lhe havia feito em dar-lhe vida milagrosamente, determinou gastá-la em serviço do mesmo Senhor.» (A. Meneses). Professou em Lisboa, no Convento de Nossa Senhora da Graça, da ordem augustiniana, em 1544, regressando de novo a Coimbra para estudar artes e teologia. Ignora-se a sua formação scientífica, mas o que se depreende da sua vida de então, como aliás do decurso de tôda ela, é uma decidida vocação religiosa. Fr. Luís de Montoia cometeu-lhe a guia e direcção dos noviços do convento de Lisboa, e tão devotadamente se consagrou Fr. Tomé de Jesus a êste serviço que escreveu o livro *Costumes de noviciado*, que foi durante muitos anos seguido na sua ordem, e cujo original se perdeu no final do século XVI ou princípios do século XVII. Escrevendo neste século, o Arcebispo de Braga D. Aleixo de Meneses (+ 1617) dizia que «o que deles ficou em memória é por onde hoje se governam, que vem a ser o mesmo, se bem no livro estavam com melhor ordem.» O seu afan religioso não se satisfez com a direcção de noviços, a qual sem dúvida concorreu para lhe dilatar a experiência da vida religiosa, aguçando e depurando o sentido da vida interior. Pensou (1574) no estabelecimento de uma congregação de recoletos da sua ordem, e êste pensamento, que o transportaria para o domínio da acção, embora encontrasse o apoio de Fr. Luís de Montoia e do Cardial Infante D. Henrique, só mais tarde teve efectivação em Espanha pelo esfôrço de Fr. Luís de León, que parece ter conhecido o projecto de seu irmão de hábito.

Êste projecto valeu-lhe intrigas e inimizades, e com estas «tiveram origem alguns trabalhos, que êle sofria com muita paciência e silêncio, ocupando-se sempre no serviço de Deus e da Religião.» (A. Meneses). Talvez para lhes fugir, retirou-se do mosteiro de Lisboa para o Convento de Penafirme, no têrmo de Tôrres Vedras, onde levava uma vida de recolhimento e meditação, interrompida apenas pela prègação nas aldeias vizinhas.

Fr. Miguel de Contreiras (Estampa existente nos albuns da Biblioteca Nacional de Lisboa

Foi por esta época, porventura, que êle escreveu a *Vida do Venerável P. Luís de Montoya*, cujo manuscrito se perdeu e em grande parte se publicou na biografia que publicou em Lisboa (1588) Fr. Jerónimo Román, redigiu a quarta parte da *Vida de Cristo*, que Fr. Luís de Montoia deixara incompleta, e teve trato espiritual, senão epistolar, com Fr. Luís de Granada. Durante algum tempo foi prior do Convento de Penafirme e visitador da Ordem, mas em 1578 D. Sebastião escolheu-o para o acompanhar na jornada de África. Na batalha de Alcácer-Quibir, quando cuidava dos feridos e exortava, com um crucifixo, os combatentes a «que pusessem o intento daquela batalha na honra e glória de Cristo Nosso Senhor e dilatação de sua Santa fé catolica», foi ferido de uma lançada e, cativo, transportado para Mequinez.



Fac-simile da assinatura do cronista António Galvão. De um documento da Tôrre do Tombo

A vida anterior de Fr. Tomé de Jesus tinha sido, mais ou menos, a vida de muitos homens, mas com o cativeiro começou verdadeiramente a sua glória, pela constância de sentimentos, pelo espírito de sacrifício, pela intrepidez da religiosidade, pelo ardente patriotismo e pela obra literária.

A sua prisão e as algemas representavam para os maometanos o triunfo do Alcorão sôbre os Evangelhos. Um marabu ou ermitão, sabendo-o cativo, logrou comprá-lo como escravo «e comprado que o teve, o levou a seu retiro, onde lhe fazia mui bom tratamento, persuadindo-lhe com êstes favores a que deixasse a lei de Cristo e se passasse à de Mafoma, prometendo-lhe se o fizesse que lhe alcançaria d'el-rei grandes honras e riquezas, e que êle com sua autoridade o poria na maior opinião entre a gente que se pudesse cuidar. Aproveitava-se o santo religioso Fr. Tomé destas práticas e favores, que o marabuto lhe fazia para persuadi-lo ao contrário, e que deixasse a lei de Mafoma, que tôda era cheia de falsidades e erros, e se passasse à de Cristo nosso Senhor, que só era a verdadeira, e em que só havia salvação.» (A. Meneses). Convencido o marabu da inutilidade desta táctica, recorreu então à violência, carregando-o de ferros, encarcerando-o despido e dando-lhe «menos de comer e mais de açoutes».

Com indomável firmeza suportou tôdas estas provações, que dia a dia refinavam, até que a notícia delas chegou ao conhecimento de D. Francisco da Costa, que em Marrocos, como embaixador do Cardial D. Henrique, estava tratando do resgate dos cativos. Conseguiu êste libertá-lo da prisão do marabu, a título de escravo do Xerife, sendo encontrado «tão fraco e desfalecido, que foi necessário regalá-lo alguns dias em casa de mercadores, que ali havia, antes que o levassem a Marrocos» (A. Meneses), onde se encontrava o embaixador de Portugal. Quís êste hospedá-lo em sua casa, assim como Pedro Vanegas, embaixador espanhol, porém Fr. Tomé de Jesus recusou, preferindo o cárcere em que estavam os cativos portugueses e de outras nações. Companheiro, médico e assistente moral dos cativos, cujas necessidades antepôs sempre às suas comodidades, tornou-se ao mesmo tempo um missionário, procurando revigorar a fé dos vacilantes e a conversão dos incrédulos e sectários de outras religiões.

Repudiando o resgate, promovido pelos irmãos, veio a extinguir-se no cárcere, em 17 de Abril de 1582, a sua vida admirável de apostolado, de resignação e de bondade. Durante o cativeiro escreveu os *Trabalhos de Jesus*. Obra de emoção, desajudado de livros, mas rico da mais profunda experiência religiosa de uma vida inteira, que as provações em Marrocos sublimaram, nenhum coração humano pode ficar indiferente perante as vivências emocionais dêste espírito. Com cruel ironia, por demais incompreensível em quem possui em alto grau o sentido agónico da vida, disse Miguel de Unamuno que «este buen fraile portugués... tenia una fertilissima imaginación para inventar refinamientos del padecer. Su libro, todo efusiones líricas y encendidas jaculatórias, es un largo himno — muchas veces difuso y muchas enfático y de un énfasis más español que portugués — al dolor». *(Por tierras de Portugal y de España)*.

Rosto do raro livro *Espelho de Casados* do moralista homónimo do historiador João de Barros

O sentido místico fôra para Tomé de Jesus não apenas o têrmo de uma vida ascética como, sobretudo, uma posição coerente com as provações do cativeiro. Nem ênfase narcisista, nem prazer literário, nem fuga para o consôlo da imaginação, porque revivendo emocionalmente os «trabalhos de Jesus» numa posição «obediencial», isto é, de «instrumento de Deus», Fr. Tomé dissolvia na contemplação espiritual do *Ecce Homo* as suas próprias dores. As condições em que esta obra foi escrita não se compadeciam com a composição calma : impunham, pelo contrário, uma exaltação da dor, e a melodia permanente da suave e doce resignação de Jesus.

Na comovida e comovente *Carta dirigida à Nação Portuguesa no tempo daquelas grandes tribulações da jornada de África* (8 Novembro 1581), que é como que a dedicatória dos *Trabalhos de Jesus*, confessou Fr. Tomé que «os pobres cativos,... só com os olhos no Ceu,... passam mais sustentados pela divina graça, que por humanas fôrças. E como a fraqueza humana é muita, há entre nós, por nossos pecados, perigos de grandes quedas espirituais, em que muitos resvalam; e maiores tentações de perder a paciência, e também maiores matérias de merecer a glória.

«Fazendo-me Deus do número dêstes seus filhos atribulados, e posto só em escura prisão, ora em ferros, ora sem êles, com os mais anexos do estado de cativo, sabendo quando maior era minha fraqueza que a de todos os outros, assim como sem meus merecimentos me fêz mercê dêstes trabalhos, assi só por sua bondade me fêz de me inspirar que passasse o tempo nêles (que tinha desocupado) em recopilar os trabalhos de Jesus, que me poderiam ser alívio certo de minhas aflições. Cometi esta obra, havendo por indústria, e muito segrêdo papel, e tinta, e escrevendo as mais das vezes sem mais luz que a que entrava por gretas da porta, ou agulheiros, e buracos das paredes. Furtava pera isto o tempo, por me não verem, e os mais aparelhos necessários, senão só o que de graça a luz divina, a meus interiores e cegos olhos dava, sem eu lho merecer».

Obra de vibração religiosa, de inspiração divina no sentimento do autor, Tomé de Jesus, a exemplo de Santo Agostinho com a dedicatória da *Cidade de Deus*, dedicou a sua obra à «cristianíssima e atribuladíssima Nação Portuguesa» pelos «muitos trabalhos com que Deus (meus Portugueses) foi servido de vos humilhar». Religiosidade e patriotismo confundiam-se, porque a mesma pena que exortava à meditação interior e à salvação eterna não abstraía das calamidades da Pátria, protestando nestas claras palavras contra os invasores e conquistadores.

AMATUS LUSITANUS

Ein Arzt von Castelblanco einer Stadt in Portugall gebürtig, hies eigentlich Johanne Rodriguez de Castelblanco, lebte in der Mitte des 16 Jahrhunderts, und bekante sich zu Thessalonich zur Jüdischen Religion

GRAVURA PUBLICADA NA RARÍSSIMA SEPARATA DE QUE SE TIRARAM APENAS 50 EXEMPLARES, dos *Comentos à vida, obra e época de Amato Lusitano (Carta ao Prof. Maximiano Lemos)* de Ricardo Jorge. Pôrto, 1916. Raríssima gravura que pertenceu à colecção de Aníbal Fernandes Tomás

Os *Trabalhos de Jesus* são expostos em «resumo», sem «prolixidade», em duas partes.

A primeira parte «trata dos trabalhos que Cristo nosso Senhor passou desde a hora que foi concebido até o dia de sua sacratíssima Paixão», e a segunda «resume os trabalhos da Paixão». Cada parte contém 25 trabalhos, e cada um dos 50 trabalhos é seguido de um exercício espiritual, que deve ser lido «com recolhimento em hora quieta pera tirar dêles os afectos que alevantam e ajuntam a alma a Deus, que é o fim e matéria dêles».

Êste fim, na verdade, domina absolutamente a obra, em cada período e no conjunto, e pela pureza da emoção religiosa e ausência de dialéctica discursiva «forma uma *De Imitatione Christi* portuguesa» (Aubrey Bell).

Sem artifício literário e sem preocupações de estilo, a síncope de algumas frases, reduzidas quási a interjeições e monossílabos, revela a impetuosidade desta emoção insondável. («Ó, ó, ó amor; ó, ó, ó amor, cale a língua e o entendimento, dilatai-vos vós por tôda esta alma»).

É pela vivacidade dêste agudo subjectivismo, para o qual confluiam a renúncia à apreensão do objectivo e o sentimento da actualidade de Cristo, que os *Trabalhos de Jesus* são uma obra singular, não apenas na nossa literatura, mas em tôdas as literaturas de edificação religiosa, como prova a abundância de traduções e reedições em espanhol, italiano, francês, alemão, inglês e latim.

MEDALHÃO DA PORTADA da *Historia plantarum*, de João Bauhin, publicado na obra de Ricardo Jorge acima citada

MORALISTAS

(Dr. João de Barros, D. Joana da Gama e D. Francisco de Portugal)

BIBLIOGRAFIA: — DR. JOÃO DE BARROS — *Espelho de Casados.* (V. pg. 96.) Brasão do infante, depois cardial D. Henrique, no rosto. Impresso «na mui nobre r Sep leal Cidade do Porto a: XX: dias do mes d fevro ano do nacimêto d noffo sõr jhũ xpo d m r. d. r. xl. anos r foy acabado por Vafco Diaz Tanco d Frexenal; 2.ª edição. *Espelho de Casados pelo doctor João de Barros. 2.ª edição, conforme a de 1540. Publicada por Tito de Noronha e Antonio Cabral.* Porto. 1874. (A tiragem foi de 210 exemplares.)

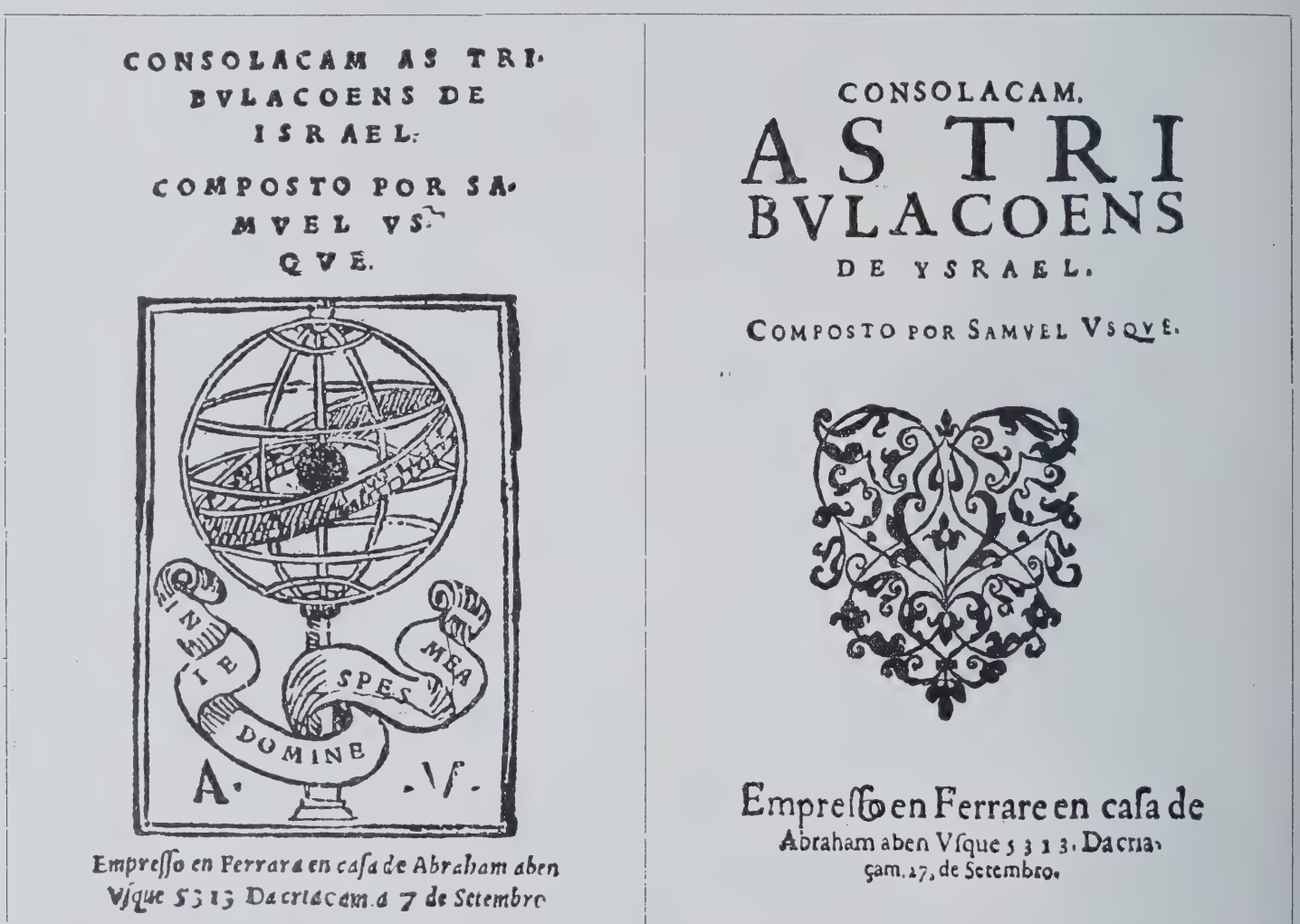
-Biblioteca Pública Municipal do Porto. Colecção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa. V. Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes pelo Doutor João de Barros. Porto. 1919.

Sobre o Dr. João de Barros veja-se Frazão de Vasconcelos — *Ascendência materna do Desembargador João de Barros* (autor do «Espelho de Casados» Lisboa, 1915. 2.ª edição. Lisboa.

D. JOANA DA GAMA — *Ditos da freyra. Ditos diverfos feytos por huã freyra da terceyra regra. Nos quaes fe cõtẽ fentẽças muy notaveys, r avifos naceffarios* s. l. n. d. (Evora. André de Burgos.); 2.ª edição: *Ditos da freyra (D. Joanna da Gama) conforme a edição quinhentista revistos por Tito de Noronha.* Porto. 1872.

D. FRANCISCO DE PORTUGAL — *Sentenças de D. Francisco de Portugal, primeiro conde de Vimioso, dirigidas á nobreza d'este reino.* Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1605; 2.ª edição, *seguida das suas poesias publicadas no Cancioneiro de Garcia de Resende, revistas e prefaciadas por Mendes dos Remedios.* Coimbra, 1905.

Do Dr. João de Barros que escreveu o *Espelho de Casados,* impresso em 1540, «tronco genealogico da philosophia matrimonial de Diogo de Paiva de Andrade no *Casamento perfeito* e de D. Francisco Manuel de Mello, na *Carta de guia de casados*», não nos diz a história nem o ano do seu nascimento nem o da sua morte, e da terra onde nasceu só nos diz um pouco Manuel Severim de Faria quando es-



AS DUAS EDIÇÕES QUINHENTISTAS DE SAMUEL USQUE, que se não sabe quando nasceu ou quando morreu. A primeira original, a segunda contrafacção. Veja-se o artigo do Dr Mendes dos Remédios, in *Biblos,* vol. III, n.ºs 6 e 7, págs. 408 e seguintes

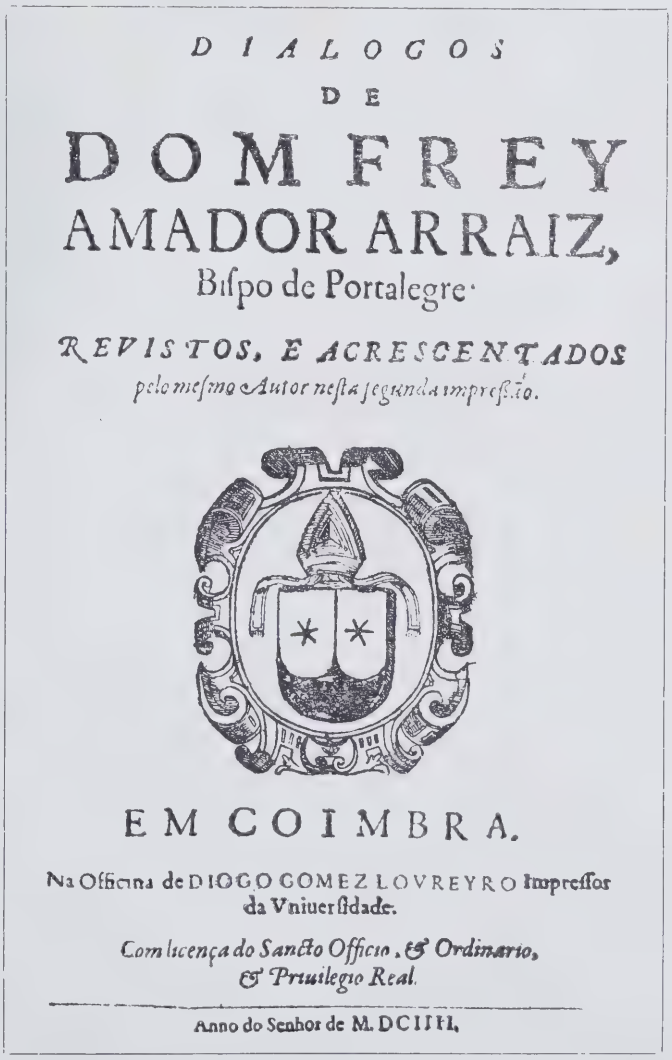
creve referindo-se ao João de Barros das *Décadas:* «Hũs affirmão que hé de Braga, confundindo (pode fer) feu nome cõ o do Doutor Ioão de Barros Autor da Discripção d'entre Douro, & Minho, q̃ della foi natural.», Nicolau António e D. Rodrigo da Cunha, que lhe atribuem o Pôrto, por terra natal.

Sabe-se porém que foi desembargador e se doutorou em Salamanca, que era filho do doutor Diogo Gonçalves e de Briolanja de Barros e que D. João III lhe mandou passar carta de brasão em 23 de Junho de 1553. Camilo diz que êle era primo do autor das *Décadas,* com quem

muitos ainda hoje o confundem. O sr. Frazão de Vasconcelos rectifica o nome do pai. O marido de D. Briolanja de Barros era o licenceado João Gonçalves e não o Doutor Diogo Gonçalves. Que fôsse homem de invulgar inteligência e de singular entendimento não sofre dúvida e as suas obras o provam. O *Espelho de casados* é um livro curioso, escrito segundo o dizer de Camilo numa «linguagem tosca, escabrosa, e ás vezes deshonesta». O autor reüne doze razões que se alegam contra o casamento e a tôdas rebate com larga cópia de erudição. As doze razões contra as quais êle arremete são: os encargos do matrimónio; de poderem morrer os filhos; de ser o matrimónio, servidão; a inferioridade mental da mulher; a inconstância delas; sua incontinência; o adultério e suas conseqüências; a impossibilidade de viver com a adúltera; as «tachas e manhas» das mulheres; pobreza, doença e velhice; a desigualdade de teres e haveres; e por último a indissolubilidade do casamento. Divide-se o livro em quatro partes. Na primeira «fe poem Doze Rezões que disfaurecem ho Cafamento.»; na segunda «ho Autor prova por Doze Rezões evidentes, e muytos fundamentos quam Excellente e proveitofo e neceffareo feja ho Cafamento»; na terceira «ho Autor particularmente refponde aos Doze Fundamentos allegados contra o Matrimonio. E reproua e deftroe todos os ditos fundamentos e Rezões dadas contra elle, e contra as Molheres, e amostra de quanta perfeyçam e Excellencia fejam. E trautamfe mais muitas coufas muy proveytofas aos Cafados.» Na quarta e final «fe poem doze declarações e Requefitos que fe requerem pera que os Cafamentos fe façam bem e a ferviço de Deos e pera defcanfo e proveito dos Cafantes.» Livro raro, se êle não logrou a difusão que no século seguinte havia de lograr o de D. Francisco Manuel, é porque o nosso doutor é copioso e pesado. Mas que êle fôsse espírito desempoeirado, vendo mesmo mais além do seu tempo, prova-o na exposição das razões pela qual publica o seu livro. E entre elas a de querer com êle furtar a mocidade à leitura de «livros mui desnecessarios e pouco proveitosos para si nem para outrem, assim como na fabulosa historia de Amadis, nas patranhas do Sancto Grial, nas semsaborias de Palmeirim e Primalião de Florisendo, e outros assim, que haviam mister totalmente exterminados, que já de nenhuma cousa servem, onde ha tantos outros de que se pode tirar proveito.» A isto acrescenta Camilo, que também cita a passagem: «Seria este um dos raros quinhentistas que em 1529 escarneciam as patranhas dos romances medievos do rei Arthur, e as *semsaborias do Palmeirim*, ao passo que outro João de Barros, seu parente, publicava nove annos antes a *Chronica do imperador Clarimundo*, que requinta na insulsez e na inutilidade.»

A propósito cita, e merece ser citado, o Dr. Fidelino de Figueiredo, o nome do licenciado Rui Gonçalves, lente da Universidade de Coimbra, e advogado da casa da Suplicação. O livro que escreveu *Dos priuilegios & prærogativas q̃ ho genero feminino tẽ por dereito comũ & ordenações do Reyno mais que ho genero mafculino*, foi impresso por

A ESTÁTUA A AFONSO DE ALBUQUERQUE, em Belem, Lisboa. Por A. A. da Costa Mota



DIALOGOS
DE
DOM FREY
AMADOR ARRAIZ,
Biſpo de Portalegre.
REVISTOS, E ACRESCENTADOS
pelo meſmo Autor neſta ſegunda impreſſão.

EM COIMBRA.

Na Officina de DIOGO GOMEZ LOVREYRO Impreſſor da Vniverſidade.

Com licença do Sancto Officio, & Ordinario, & Priuilegio Real.

Anno do Senhor de M. DCIIII.

ROSTO DA SEGUNDA EDIÇÃO dos *Dialogos de D. Frei Amador Arrais*. Impresso a vermelho e preto. Exemplar da livraria de Albino Forjaz de Sampaio

Retrato de D. António Galvão. Gravura do século XVI. (Dos albuns da Biblioteca Nacional de Lisboa)

João da Barreira, em 1557, e dedicado à raínha D. Catarina.

Com grande erudição e uma certa ingenuidade o autor, o primeiro que ergue a sua voz para sair da rotina, defendendo a Mulher «enuncia as seguintes virtudes, em que» elas «igualaram ou excederam os homens, do que dá exemplos: doutrina a saber; conselho; devoção e temor de Deus; liberalidade; clemencia e misericordia, castidade e outros elevados dotes moraes.»

O outro trabalho do Dr. João de Barros até há pouco inédito, ou de que pelo menos se não conhecem exemplares impressos, é a *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. É livro consciencioso, de grandes informações, indispensável para o estudo sério de Portugal do seu tempo. E por ser livro muito consultado deliberou a Biblioteca Pública Municipal do Pôrto onde existe o original e algumas cópias imprimi-lo, prefaciando-o João Grave, o que foi um bom serviço prestado às letras.

D. JOANA DA GAMA

Natural de Viana do Alentejo, faleceu a 21 de Setembro de 1586. Era filha de Manuel Gasco e de D. Filipa da Gama. Enviuvou e foi para Évora onde fundou o recolhimento do Salvador do Mundo, observante da regra de S. Francisco e ali viveu até que o cardial D. Henrique o fêz demolir para alargar o colégio dos jesuitas. Deve a sua notoriedade ao livro que publicou os célebres *Ditos da freyra* que Tito de Noronha em 1872 fêz reeditar. O livrinho que se compõe de prosa e verso tem um valor relativo, valendo muito mais a prosa do que a poesia. A prosa são conceitos e divagações sôbre assuntos diversos: a afeição, a adversidade, a amizade, o amor, coração, cubiça, cólera, dôr, magnanimidade, pobreza, tristeza, tempo, vontade, zombarias, terminando êste pequeno dicionário filosófico com o zêlo da virtude. Seguem-se-lhe «trovas vilancentes & sonetos, cãtigas & romances». Para mostrar o que é o seu livro transcreveremos:

«DESENGANOS

Ha poucos que queiram desenganos, e por isso sam desacostumados.

Desenganamos o mundo, nam nos queremos desenganar; amânos nós a vaydade, gastâmos os dias em cuydados vaõs desapoderados de repouso, nam temos hora segura, nem dia sem ter paixam.»

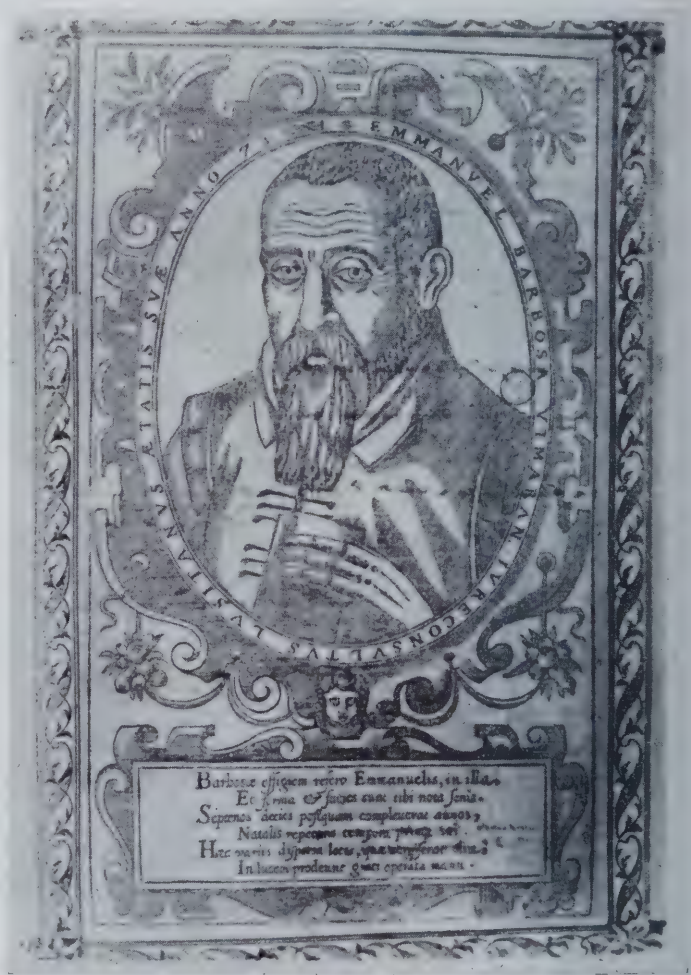
VILANCETE

Descobrem me meus olhos
o que encobre o coraçam
pera mais minha payxam

Muy tristes e agravados
d'apoz minha dor correrem,
porque viram em nam verem
senam seus gostos quebrados.
De si mesmo magoados
descobrem minha teucam
pera mais minha paixam.

D. FRANCISCO DE PORTUGAL

D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, filho de D. Afonso de Portugal, nasceu em Évora, onde seu



Retrato do Dr. Manuel Barbosa, figura eminente na jurisprudência do século XVI e pai de D. Agostinho e Simão Vaz Barbosa. (Retrato dos albuns da Biblioteca Nacional)

pai havia de ser bispo. Acompanhou D. Manuel I numa viagem a Castela e a princesa D. Isabel a Alemanha, a casar com Carlos V. Como militar distinguiu-se em 1509 em Arzila e em 1513 em Azamor, tendo sido governador desta praça em substituïção de D. Jaime, Duque de Bragança. Foi vèdor da fazenda de D. Manuel e de D. João III e camareiro mór dos filhos dêste. Conhecedor dos homens e das coisas, como o demonstram as suas *Sentenças,* retirou-se para a Évora em que nascera e onde morreu em 1549. Tal é a vida pública do homem que escreveu as *Sentenças* e com elas conseguiu ultrapassar a fama dos seus feitos guerreiros e palacianos. O seu livro que Mendes dos Remédios vulgarizou, ainda hoje se lê com agrado porque revela um profundo conhecimento do mundo e uma atenta observação dos homens. Publicada apenas em 1605, já o autor era conhecido como poeta pela sua colaboração no *Cancioneiro* de Rèzende. Seu neto, D. Henrique de Portugal, dando à luz as *Sentenças,* prestou a si e a seu avô o mais assinalado dos serviços. Que mesmo entre os seus contemporâneos era êle tido em merecida conta.

«Homem de muito preço e grande estima, de muito credito, e authoridade, e mui sezudo, e prudente, e de muito bom conselho», escreve dêle Garcia de Rèzende.

«Com razão podemos chamar o Catão Censorino porque tal o foi elle vivendo em saber, e prudencia, assim nas cousas da paz como nas da guerra, como nos conselhos dos reis que serviu», assevera Damião de Góis. Outros lhes chamaram coisas semelhantes e merecidas.

As *Sentenças* são a razão de ser da imortalidade de

(Dos albuns da Biblioteca Nacional de Lisboa)

(Dos albuns da Biblioteca Nacional de Lisboa)

D. Francisco de Portugal. São também um curso de filosofia e de experiência, atilado, discreto e de altíssimo valor:

Quẽ perde honra por negocio, perde o negocio y a honra.
O mao ouue o mal, e o bõ o bẽ.
Os maos desconfiam de todos, e os bons dos que conhecem por maos.
Ao ignorante aborrece o entendido.
O roim cuida que he industria a maldade.
Não ha amizade no cobiçoso.
Os timidos roubão a si mesmos.
Grande doudice he que tuas culpas não vejas, e as alheas te espantem.
Assi como cada hum he, assi enfina.
Quem fe quer vender não fe deve comprar.
O fraco de todos diz mal em fegredo.
Quẽ fe cria em pouquidades, quer y entende cousas pequenas.
As muytas cautellas ganhão ás vezes pouco, mas fegurão muyto.
A ira queima o entendimento.
Erro he pôr em perigo quẽ não he para fe pôr nelle.
Risco corre quem com fuſpeitas viue.
O palreiro he vasilha sẽ fundo.

Cada hum no que pratica
Deue fer fómente crido,
O que na verdade embica
He em tudo aborreçido.

Quão mao he ser enganado
Quão mao quẽ outre engana,
Antre elles he o culpado
Aquelle que os defengana.

A ELOQÜÊNCIA

D. Fr. Bartolomeu dos Mártires — Fr. Luís de Granada — Fr. Miguel dos Santos — Diogo de Paiva de Andrade, Fr. Francisco Fernandes Galvão e D. António Pinheiro

BIBLIOGRAFIA: — D. Fr. Bartolomeu dos Mártires: *Catechismo ou Doutrina Criſtaã y Praticas Spirituaes. Ordenado por Dom Frey Bartholomeu dos Martyres.* Braga. Por António de Maris. 1564; 2.ª edição. Lisboa. Por Marcos Borges, 1566; 3.ª edição. Coimbra. Por António de Mariz, 1574; 4.ª edição. Lisboa, por Manuel de Lira, 1585; Braga, por António Álvares, 1594 (?); Évora, por Manuel de Lira, 1603; Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1617; id., id., 1628; Lisboa, por Henrique Valente de Oliveira, 1656; Lisboa, na oficina de António Rodrigues de Abreu, 1674; Lisboa, na oficina de João Galrão, 1684; Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1765; Lisboa, por Simão Ferreira, 1785.

Decretos do Sagrado Cõcilio Tridẽtino. Braga, por António de Mariz, 1564.

Stymvlvs Pastorum ex grauiſsimis Sanctorum Patrum Sententijs concinnatus. Lisboa, 1565. (Sôbre esta obra consulte-se a *Bibliographia das obras impressas em Portugal no seculo XVI*, por Anselmo, e os *Anais das Bitecas e Arquivos*, vol. III, pág. 250); outra ed. Framopoli, 1705.

Compendivm spiritvalis doctrinæ... Lisboa, *1582.*

Há traduções espanholas e latinas do *Catecismo.*

Compendio de espiritual doutrina, colhido pella maior parte de varias sentenças dos Santos Padres. Traduzido do latim que escreveu o Arcebispo por F. Osorio. Lisboa, 1653.

Nas *Memórias*, por Barbosa Machado, e na *Filosofia de Principes*, ed. de Sousa Farinha, vem publicada a *Carta á Rainha D. Catharina escripta de Braga a 7 de Janeiro de 1561, para que não demitta de si a regencia da Monarchia na menoridade de D. Sebastião.*

Sôbre Fr. Bartolomeu dos Mártires escreveram diversos autores. Veja-se, por exemplo: *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Martyres da Ordẽ dos Pregadores Arcebispo & Senhor de Braga Primas das espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua trasladação, etc. Por Frei Luiz de Casegas da mesma Ordẽ. Reformada em estilo e ordẽ e ampleada em sucessos & particularidades de novo achadas per Fr. Luiz de Sousa.* Viana, por Nicoláu Carvalho. 1619; nova edição. Paris, 1760; Lisboa, 1763; Lisboa, 1785, 1818, 1850, 1857.

Vida de D. Fr. Bartolomé de los Mártires, de la Orden de Santo Domingo, Arçobispo y Señor de Braga. Sacada de la historia que de el escrivieron los Padres Luis de Granada y otros de la misma religion. Madrid, 1645.

Vita di Monsignor Don Bartolomeo dé Martiri Arcivescovo di Braga dell' Ordine de Predicatori, scritta da Fr. Malachia d'Inguimbert abate della Ordine cisterciense. Roma, 1727-8.

P. Francisco Álvares Vitório. — *Vida e acções memoráveis*

TRABALHOS
DE IESV
SEGVNDA PARTE.
QVE PASSOV DESDE O ORTO de Gethſemani, atè ſua morte, q̃ ſaõ os trabalhos de ſua ſacratiſsima payxão.
Continuãose neſta ſegunda parte os capitulos, & exercicios dos trabalhos do Señor pella ordẽ da primeira começando no trabalho 26. ate os 50.
Compoſta por F. Thomè de IESV Portugues da Prouincia de Portugal da ordẽ dos Eremitas de S. Agoſtinho, & captiuo em Berberia.
Aos 50. annos de ſeu degredo da Patria Celeſtial.

Impreſſo cõ licẽça da S. Inquiſição: Em Lisboa Por Vicente Aluarez Anno 1609
A coſta de Simão de Carualho mercador de Liuros. Com Priuilegio Real.

Rosto da segunda parte dos *Trabalhos de Jesus.* Lisboa, 1609

TRABALHOS
DE IESV,
PRIMEIRA PARTE.
TRATA DE XXV TRABAlhos que o Senhor paſſou deſda hora em q̃ foi concebido ate a noite de ſua priſaõ. Tem conſiderações nouas & proueitoſas aos pregadores quando tratarem da vida de Chriſto noſſo Senhor.
Compoſta por Fr. Thome de Ieſu da ordem dos Eremitas de S. Agoſtinho da prouincia de Portugal catiuo em Berberia.
Aos 50. annos de ſeu degredo da patria Celeſtial.

Com licença da Santa Inquiſição.
Em Lisboa por Pedro Crasbeeck 1602.

Rosto da primeira edição dos *Trabalhos de Iesus.* 1.ª parte. Lisboa, 1602

TRABALHOS
DE JESVS,
PRIMEIRA, & SEGVNDA PARTE
Compoſtos
PELO VENERAVEL PADRE Fr. THOME DE JESVS, da Ordem dos Eremitas de S. Agoſtinho, da Prouincia de Portugal, eſtando catiuo em Berberia.
Vão acreſcentados à margem em eſta impreſsaõ os lugares da Eſcriptura, & Sanctos Padres, & couſas mais notaueis, com Taboadas muy copioſas para os Euangelhos que ſe pregam.

Anno de 1666.

EM LISBOA.
Com todas as licenças neceſſarias.
Na Officina de DOMINGOS CARNEIRO.

Rosto da segunda edição dos *Trabalhos de Jesus.* Lisboa, 1666. Impresso a preto e vermelho

do venerável D. Fr. Bartholomeu dos Martyres... extrahida dos excellentes escritos de Fr. Luiz de Granada, Fr. Luiz de Cássegas, Fr. Luiz de Sousa e Luiz Munhós. Lisboa, 1748-49.

Vita Ven. Bartholomœi de Martyribus, Ord. Prædicator. Archiep. et Primat. Brachar. nec. non Petitiones in Sacros. Concil. Trid. Op. cum opport. aduotation. a Fre. Joanne Thoma Ghilardi, ejusd. Ord. Episcopo Monregalensi occasione futuri Concilii Vaticani.

D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e a usurpação dos Filippes com as cartas de Camillo Castello Branco. Braga, 1895.

José Caldas — *D. Frei Bartolomeu dos Mártires* (Profana verba). Coimbra, 1922.

A *Vida*, por Fr. Luís de Sousa, foi traduzida em francês, assim como a de Fr. Luís de Granada, publicando-se inúmeras vezes.

Fr. Luís de Granada: — *Compendio De doctrina Chriſtãa recopilado de diuersos autores que defta materia escreuerão... Acrecentarãofe ao cabo treze Sermões das principaes feſtas do anno... Lisboa, por João Blavio, 1559. Segvemse treze Sermões das tres paſchoas do anno, & das principaes feſtas de Chriſto noſſo Saluador, & de noſſa Senhora.* 1559; Nova edição. Coimbra, 1789.

Traduzido em espanhol: *Doctrina Christiana.* Salamanca, 1584 e 1586; Burgos e Salamanca, 1587; Granada, 1595; Madrid, 1595; Barcelona, 1600; Barcelona, com a vida do A., por Fr. Juan de Mariete, 1615; Valadolid, 1615; Madrid, 1650; Barcelona, 1674; Madrid, 1678; Madrid, 1727; Paris (em espanhol), 1845-46.

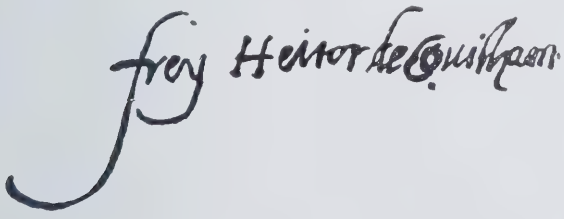
Em francês: Pelo abbé Cuissinier. Paris, 1859; Paris, s/d.

Em inglês: London, 1598.

Impresso em japonês (século XVI), na Imprensa da Companhia de Jesus.

A bibliografia de D. Fr. Luís de Granada, que é extensíssima, pode ver-se no «Manual del librero Hispano-Americano», por Palau y Dulcet, vol. III, onde ocupa de pág. 396 a 403. Fr. Luís de Granada, que escreveu em português, espanhol e latim, tem inúmeras edições saídas dos prélos portugueses, mesmo no século XVI.

O sábio prègador D. António Pinheiro, luminar da igreja e do púlpito do seu tempo. (Dos albuns da Biblioteca Nacional de Lisboa)



Fac-simile da assinatura de Frei Heitor Pinto. (Reprod. pelo Dr. Mário Brandão, na *Biblos*, de Coimbra, vol. V, 1929)

Fr. Miguel dos Santos: - Camilo Castelo Branco — *Virtudes antigas ou a freira que fazia chagas e o frade que fazia reis...* Lisboa (1868); *A Cruz*, semanário de Braga, 3.º ano, n.os 9 e 10.

Diogo de Paiva de Andrade: — *Sermões do Doutor Diogo de Payva d'Andrade.* Primeira parte... Lisboa, por Pedro de Craesbeeck, 1603, II parte. Lisboa, id. 1604, III parte, Lisboa, id. 1615.

Fr. Francisco Fernandes Galvão: — *Sermões do Dr. Francisco Fernandes Galvuam Arcediago de Cerucira no Arcebispado de Braga.* Primeira parte... Traduzidos e ordenados de seus originaes pello Licenciado Amador Vieira, Prior de Trauanqua, no Bispado de Coimbra. Lisboa, por Pedro de Craesbeeck, 1611; 2.ª ed. Lisboa, id., 1615.

Sermões das Festas dos Santos... Tirados de seus originais. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1613; 2.ª ed. Lisboa, id., 1619.

Sermões das Festas de Christo Nosso Senhor. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1616.

D. António Pinheiro: — *Svmmario da Pregaçam Funebre, que o doutor Antonio Pinhero, pregador del Rey N. S. fez por seu mandado: no dia da Trefladação dos ossos dos muito altos & muito poderoſos principes el Rey dõ Manuel ſeu pay, & a Rainha dona Maria ſua mãy de louuada memoria derigido aa muyto alta & muyto poderoſa Rainha dona Caterina.* Lisboa, por Germão Galharde. 1551.

Oração que fez & diſſe o doctor Antonio pinheyro na falla dos paços da ribeyra, nas primeyras cortes que fez o muyto alto & muyto poderoſo Rey dom Sebastião o primeyro noſſo Senhor, gouernando ſeus regnos & ſenhorios, a muyto alta & muyto poderoſa Raynha

Retrato de D. Frei Amador Arraez. (Publicado pelo Dr. Mendes dos Remédios na *Biblos*, vol. II, 1926)

PRIMALEON, um dos livros de cavalaria que Barbosa Machado atribui a Francisco de Morais. É do espanhol Francisco Vasquez e saíu pela primeira vez em Sevilha, em 1524. Foi reimpresso em Lisboa em 1566 e 1598

dona Caterina fua avó noffa Fenhora. Lisboa. Por João Alvares. 1563.

Colleçam das obras portugvezas do sabio bispo de Miranda e de Leiria. D. Antonio Pinheyro, prégador do Senhor Rey D. Ioam III e mestre do Principe, feita por Bento Iozé de Souza Farinha. Lisboa. 1784 — 2 vols.

PARA se julgar hoje a eloqüência do século XVI não abundam os documentos e os que nos restam não são de molde a poder apreciá-la em tôda a sua magnitude. A eloqüência mais usada era a do púlpito e grandes prègadores foram por exemplo Fr. Jerónimo da Azambuja, ou *Oleaster,* teólogo, da ordem de S. Domingos, que conhecia a fundo o hebraico, o grego, o latim e que regeitou a mitra de S. Tomé, tendo sido inquisidor-mór em Évora e Lisboa. João Barreira em 1556, e João Blavio em 1557 e 1558, imprimiram-lhe 5 obras em latim; Gaspar dos Reis, carmelita que foi professor de teologia em Coimbra; Diogo Mendes de Vasconcelos, Fr. Jorge de Santiago, Fr. Baltasar Limpo, Diogo da Silva, Diogo de Gouveia, D. João de Melo, D. Estêvão de Almeida, D. Fr. João Soares, Fr. Francisco Foreiro, D. Gaspar do Casal, Fr. Pedro Calvo, Fr. António Feio, o padre Luís Álvares, etc.

D. Fr. Bartolomeu dos Mártires

O dominicano da ordem dos prègadores que Fr. Luís de Granada foi arrancar à modéstia e ao silêncio da clausura para lhe dar a mitra de Braga, primaz das Espanhas, foi uma figura mais de proeminência eclesiástica do que literária, pois que à História da literatura portuguesa êle traz apenas um *Cathecismo de doutrina christã.* Mas há a aduzir que êle foi motivo bastante para que as penas de Fr. Luís de Sousa e Fr. Luís de Granada se comprazessem em escrever páginas excelentes que, hoje ainda, são modêlo de biografias e de elegante e vernácula prosa. Fr. Bartolomeu dos Mártires nasceu em 1514 e faleceu em 1590. Foi lente de Artes na capital e de Artes e teologia no Convento da Batalha. Foi mestre de príncipes, e foi arcebispo contra sua vontade. Humilde, caritativo, viajou como um pobre e viveu como um santo. Fêz o *Indice dos livros prohibidos* pelo Concilio Tridentino. Esteve em Salamanca, Veneza, Pádua e Roma, visitou os santuários da Catalunha e Aragão, e no seu próprio arcebispado não deixou de visitar a serra do Barroso onde até êle nenhum arcebispo fôra e depois dêle não tornou a ir. Era íntegro e conflituoso. Queria o clero sem fausto mas a Igreja respeitada e engrandecida. Um dia, aquêle pobre frade feito mais para a vida contemplativa, do que para a imponência do báculo, resignou e recolheu de novo ao anonimato da sua cela. Tinha fundado um convento em Viana do Castelo. O de Santa Cruz da Ordem de S. Domingos. Foi êsse que escolheu para meter tempo entre a vida e a morte. Lá morreu após 8 anos e alguns meses e lá jaz sepultado. Escreveu muitas obras em latim, cuja lista se pode ver em Barbosa Machado. Foi notável prègador, sapiente teólogo, varão eminente.

Fr. Luís de Granada

Fr. Luís de Granada era espanhol, pois nascera na cidade que tem o nome no seu apelido. Mas se nasceu em

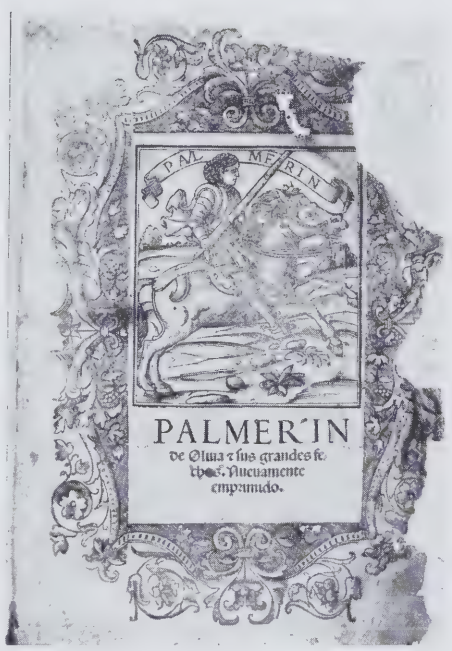
A TERCEIRA E QUARTA PARTE da *Chronica de Palmeirim de Inglaterra.* A primeira edição saíu em Lisboa em 1587

Espanha e se escreveu em espanhol é certo que entre nós viveu de 1555 a 1587, aqui morreu e em S. Domingos jaz sepultado. Foi prior provincial dos dominicanos, confessor e conselheiro do cardial D. Henrique e confessor do rei D. João III e da raínha D. Catarina. Recusou o bispado de Viseu, o arcebispado de Braga, que endossou a D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o chapéu cardinalício que Sisto V lhe oferecera. Pelo seu *Cathecismo* consideramo-lo um clássico. Os espanhóis, pelas suas obras, consideram-no um mestre da prosa castelhana. Tem muitas obras, quer na sua língua materna, quer em latim, sendo muitas impressas entre nós.

No século XVI, imprimiu entre nós o *Libro de la nacion, y meditacion*, Lisboa, por António Álvares, 1592; o *Libro llamado Guia de Pecadores...* Lisboa, 1556-1557; o *Contemptus mũdi*, Lisboa, 1542, 1555, 1557, 1573, 1589; *Unas oraciones y exercicios de deuociõ...* Lisboa, 1555, 1557, 1563; o *Compendio de doctrina christãa...* Lisboa, 1559, e treze *Sermões das tres paschoas do anno*, 1559; o *Manval de diuerfas Oraciones*, 1559; *una breue inftitucion & regla de bien biuir*, 1559; o *Memorial de lo que deue hacer el Chriftiano*, 1561; *Vita Christi*, 1561; *Perla preciosissima*, 1575; 2.º vol. do *Memorial dela vida Chriftiana*, 1565; *Oraciones y spirituales exercicios*, 1583; *Sermon*, 1588, 1589; *Doctrina spiritval*, 1589, além de sete obras em latim impressas em 1565, 1571, 157², 1574 e 1576. Como se vê, largo foi o labor de Fr. Luís de Granada, e se o seu *Compendio de doutrina* não lhe dá direito a um grande lugar nas nossas letras nem por isso elas deixam de se sentir honradas, bemdizendo o Compêndio que lhe dá ensejo de lhe citar o nome.

A fama dêste pobre frade que no século se chamava Luís de Sarria, filho da lavadeira do convento dos dominicanos de Santa Cruz de Granada, era extraordinária como prègador. Felipe II, que o ouviu prègar em Lisboa, achou-o extraordinário, a-pesar de o encontrar «algo viejo y sin dientes». As suas obras em castelhano divide-as Hurtado, La Serna e Palencia em quatro obras fundamentais, que são o *Libro de la oracion y meditacion*, *Guia de pecadores*, *Introducción del simbolo da la fe* e o *Memorial de la vida cristiana* e suas *Addiciones;* em opúsculos ascéticos, biografias e traduções.

O maior estudioso e biógrafo de Fr. Luís de Granada é Fr. Juan Cuervo que em Madrid, em 1906, publicou as suas *Obras* completas, em mais de 14 volumes e que já em 1896 tinha publicado a *Biografia de fray Luís de Granada*. Também na *Homenaje á Menéndes y Pelayo*, no tomo I, pgs. 733-734, o erudito frade publicou um excelente estudo sôbre o místico espanhol.



AS NOVELAS DE CAVALARIA. *Palmeirim de Inglaterra* na edição de Lisboa, por António Álvares, 1592, e o mesmo na edição de 1786. Rosto da edição de 1786 e o *Palmeirim de Oliva* na edição de Veneza de 1526

Fr. Miguel dos Santos

De Fr. Miguel dos Santos sabe-se apenas que morreu em 1595. É da sua obra como prègador o sermão publicado por Camilo Castelo Branco e que foi prègado nos Jerónimos, em Belém, a 10 de Setembro de 1578.

Diogo de Paiva de Andrade

O teólogo notável que foi Diogo de Paiva de Andrade, nasceu em Coimbra a 26 de Julho de 1528 e faleceu em

Lisboa a 1 de Dezembro de 1575. Educado por Fr. Luís de Montoia em breve passava do Convento da Graça para o colégio de Coimbra e na Universidade recebeu o grau de doutor em teologia. Peritíssimo no latim, sabia o hebraico e o grego e tanta era a sua erudição e o seu fervor religioso que D. Sebastião o nomeou para ir ao Concílio de Trento em 1561. Contava pouco mais de trinta anos. Das discussões acêsas nesse Concílio saíram os seus livros em latim *Explicações orthodoxas* impresso em Colónia, em 1564, contra Kemnitz, teólogo luterano, e *Defensão da fé tridentina, (Defensio tridentinæ fidei Catholicæ...* Lisboa, por António Álvares, 1578.) Conscio de que tinha bem cumprido o seu dever pensava em retirar-se para a quinta de seu irmão, que era junta ao convento do Varatojo. Não o quís a morte e pouco depois finava-se o homem ilustre a quem o bispo Jerónimo Osório no prefácio do vol. *Orthodoxarum explicationum* rende os mais calorosos elogios. Diogo de Paiva de Andrade publicou obras em latim em Lovaina, 1566, defendendo a Companhia de Jesus, (trad. em francês), em Colónia, 1580, em Veneza em 1562 e 1592 e ainda em Lovaina em 1567. Os seus *Sermões* só saíram no século XVII por diligências de seu sobrinho Fr. Manuel da Conceição, religioso da Ordem de Santo Agostinho. Fr. Manuel do Cenáculo que os tinha em grande apreço considerava-os modelos de bôa linguagem.

DITOS DA FREIRA, Joana da Gama, impressos em Évora, por André de Burgos, em 1575

Fr. Francisco Fernandes Galvão

De 1554 a 1610 decorreu a vida dêste eminente teólogo e prègador. Foi presbítero secular, mestre em Artes, doutor e lente substituto em Teologia em Coimbra, cónego da Sé da mesma cidade, Dom prior de Cedofeita, Arcediago de Vila Nova de Cerveira, revisor dos livros proïbidos. Considerado orador sagrado de primeira plana, prègou em Roma na Capela Paulina, na presença do papa Sixto V e de todo o colégio apostólico. Os seus sermões, publicados no século XVII, por diligências do licenciado Amador Vieira, são muito apreciados como exemplo da bôa oratória sagrada.

D. António Pinheiro

O bispo de Miranda e de Leiria, D. António Pinheiro, foi uma potência literária do seu tempo. D. João III mandou-o estudar em Paris no colégio de Santa Bárbara onde teve por mestre o reitor Diogo de Gouveia. Nesse mesmo colégio foi professor de Retórica até que D. João III o mandou recolher a Portugal. Quando, não se sabe, como não se sabe a data do seu nascimento, mas sabe-se que foi antes de 1541. Foi depois nomeado mestre dos moços fidalgos e após mestre do príncipe D. João, pai do rei D. Sebastião. Quando o príncipe foi jurado herdeiro da corôa nas côrtes de Almeirim a 30 de Março de 1544 D. António Pinheiro pronunciou a *Oração* que impressa é uma das suas obras. Foi cronista-mór do reino, sucessor de Fernão de Pina, e teve o encargo de escrever a crónica de D. Manuel, que não cumpriu como se sabe. Prègou na trasladação de D. Manuel, em Belém, em 1551; nas exéquias de D. João III, na aclamação do rei D. Sebastião, etc. Diz-se que foi parcial da Espanha. Deixou as obras que Sousa Farinha reimprimiu. Por elas, além de se ver o grande orador que era, *Cícero portuguez* lhe chamava Faria e Sousa, dá-nos a conhecer outros como o Dr. Estêvão Preto, o Dr. Lopo Vaz, o Dr. Gonçalo Vaz e D. Sancho de Noronha. Faleceu em 9 de Dezembro de 1582.

BIOGRAFIA

P.e João de Lucena

BIBLIOGRAFIA: — *Historia da vida do padre Francisco Xavier, e do que fizerão na India os mais Religiosos da Companhia de Jesu.* Lisboa, 1600; Nova ed. Lisboa, 1788. Trad. em espanhol pelo P.e Alonso de Sandonal. Sevilha, 1619; em italiano pelo P.e Lodovico Mansoni. Roma, 1613.

Excerptos. Seguidos d'uma noticia sobre sua vida e obras... por José F. Castilho e J. S. Ribeiro. Paris s/d.

Lucena, que nasceu em 1550 e morreu em 1600, deve a sua reputação à *Vida* de S. Francisco Xavier que escreveu. Dizem uns elogios sem par. Querem outros que fôsse plagiário e fastidioso. Entre ambos a verdade está e Lucena é clássico que se lê com agrado e sem fastio ensina.

ROMANCES E CONTOS

Francisco de Morais — Diogo Fernandes — Baltasar Gonçalves Lobato — Jorge Ferreira de Vasconcelos — Fernão Álvares do Oriente — Gonçalo Fernandes Trancoso

RETRATOS DE D. FREI BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES (Da colecção da Biblioteca Nacional de Lisboa)

BIBLIOGRAFIA: — FRANCISCO DE MORAIS: *Primeira e segunda parte do Palmeirim de Inglaterra. Dedicada à Infanta D. Maria.* Évora, por André de Burgos, 1567; *Primeira parte de Palmeyrim de Inglaterra. Chronica do famoso e muyto esforçado caualeyro Palmeyrim de Inglaterra, Filho del Rey Dom Duardos. No qual se contem suas proezas & de Floriano do Deserto su ermão & do Principe Florendos, filho de Primalião.* Lisboa, por António Alvarez, 1592; *Chronica de Palmeirim de Inglaterra. Primeira e segunda parte. A que se juntam as mais obras do mesmo autor.* 3 vols. Lisboa, 1786, edição dirigida pelo prof. Agostinho José da Costa de Macedo. A edição de 1567 saíu anónima; *Obras de Francisco de Moraes.* Lisboa, 1852, 3 vols.

O *Palmeirim de Inglaterra* saíu na tradução espanhola impresso em Toledo, em casa de Fernando de Santa Catherina, 1547, e em 1548 o *Liuro segundo.*

SENTEN
C, AS DE DOM
FRANCISCO DE
PORTVGAL PRIMEI-
RO CONDE DO
Vimioſo.
Impreſas por ordem de Dom Anrique de Portugal ſeu Netto
¶ Deregidas à Nobreza deſte Reyno
COMPRIVILEGIO:
Impreſas por Iorge Rodrigues Anno de 1605.

PRIMEIRA EDIÇÃO das *Sentenças de D. Francisco de Portugal* (Lisboa, 1605)

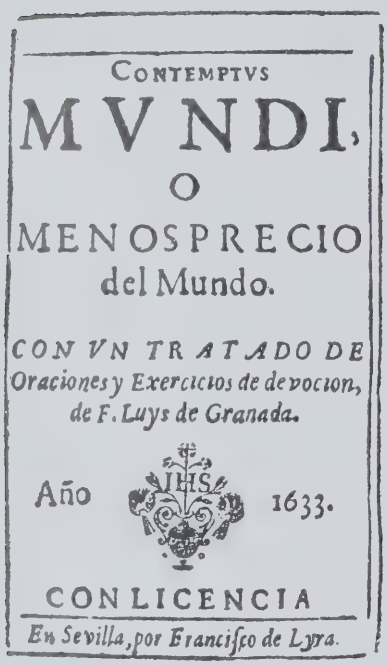
Foram traduzidos em francês os livros 1.º e 2.º. Tradução do castelhano por «maistre Jacques Vincent, dit Crest Arnauld en Dauphine». Lião, 1553; outra ed., Paris, 1574, (com duas variantes na portada). Paris, 1829, trad. por Eug. de Monglave; em italiano, trad. de Mambrino Roseo, em Veneza, 1553, 1555, 1559, 1560, 1567, 1584, 1606 e 1609; em inglês, trad. por A. M. (Anthony Munday). Londres, 1602 e 1609, 1639, 1664: Tradução de Rob. Southey. Londres, 1807.

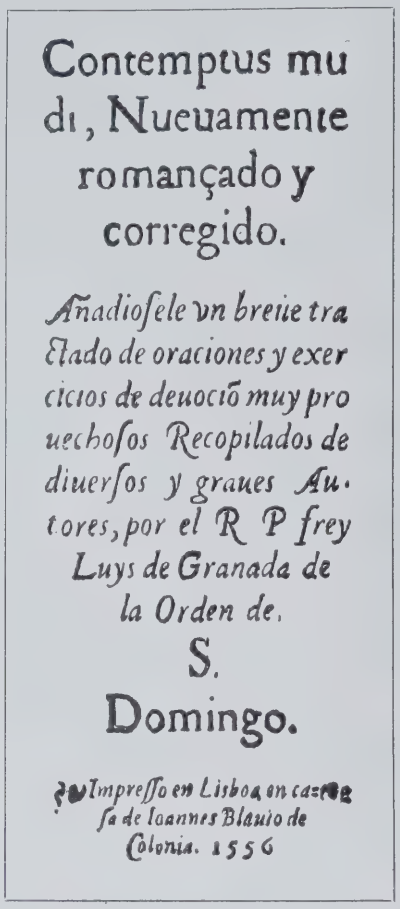
Sôbre os livros de cavalaria cumpre ver: Gayangos — *Discurso preliminar* nos *Libros de Caballerías* (Ed. Rivadeneyra). Madrid, 1867; M. Odorico Mendes — *Opúsculo acêrca do Palmeirim de Inglaterra e seu autor, no qual se prova haver sido a referida obra composta originalmente em português.* Lisboa, 1860; N. Diaz de Benjumea — *Discurso sôbre el Palmeirim de Inglaterra y su verdadero autor.* Lisboa, 1876; D. Carolina Michaëlis — *Versuch über den Pal-*

meirim. Halle, 1883; William Edward Purser — *Palmeirim of England, some remarks on this Romance and on the controversy concerning its authorship*. Dublin, 1904, e, finalmente, Teófilo Braga nas *Questões de literatura e arte portuguesa*. Lisboa, 1881 (pág. 248 e seg.).

Diogo Fernandes: *Terceira parte da chronica de Palmeirim de Inglaterra na qual se tratam as grandes caullarias de seu filho o Principe Dom Duardos segundo, & dos mais Principes, & caualleiros q̃ na Ilha deleytosa se criarão*. Lisboa, 1587.

D. Duardos II. Quarta parte da chronica de Palmeirim de Inglaterra onde se Contão os feitos do valoroso Principe o segundo Dom Duardos seu filho: & dos famosos Principes Vasperaldo, Primaleão & Laudimante & de outros grandes caualleiros de seu tempo. Lisboa. Por Marcos Borges. 1587; 2.ª edição. *Terceira e quarta parte*. Lisboa, 1604.


CONTEMPTVS
MVNDI,
O
MENOSPRECIO
del Mundo.
CON VN TRATADO DE
Oraciones y Exercicios de devocion,
de F. Luys de Granada.
Año IHS 1633.
CON LICENCIA
En Sevilla, por Francisco de Lyra.


Contemptus mu
di, Nueuamente
romançado y
corregido.
Añadioſele vn breue tra
ctado de oraciones y exer
cicios de deuocio muy pro
uechoſos Recopilados de
diuerſos y graues Au.
tores, por el R P frey
Luys de Granada de
la Orden de.
S.
Domingo.
¶ Impreſſo en Lisboa en caſa
ſa de Ioannes Blauio de
Colonia. 1556

A MAIS CONHECIDA E APRECIADA DAS TRADUÇÕES DE FR. LUIZ DE GRANADA. A tradução da *Imitação de Cristo* de Tomaz de Kempis. Saiu em Lisboa, no século XVI, por Germão Galharde, em 1542, por João Blavio, em 1556, e por João Farreira, em 1563. Ao centro uma edição portuguesa quinhentista e duas espanholas do século XVII. São inúmeras as edições espanholas

Barbosa cita ainda a obra *Segramor. Triumfos de Sagramor em que se tratão os feitos dos caualleiros da Segunda Tavola Redonda*. Coimbra, por João Álvares, 1554, de que até hoje nunca ninguém deu fé. É talvez, a existir êste livro, a 1.ª edição do *Memorial*.

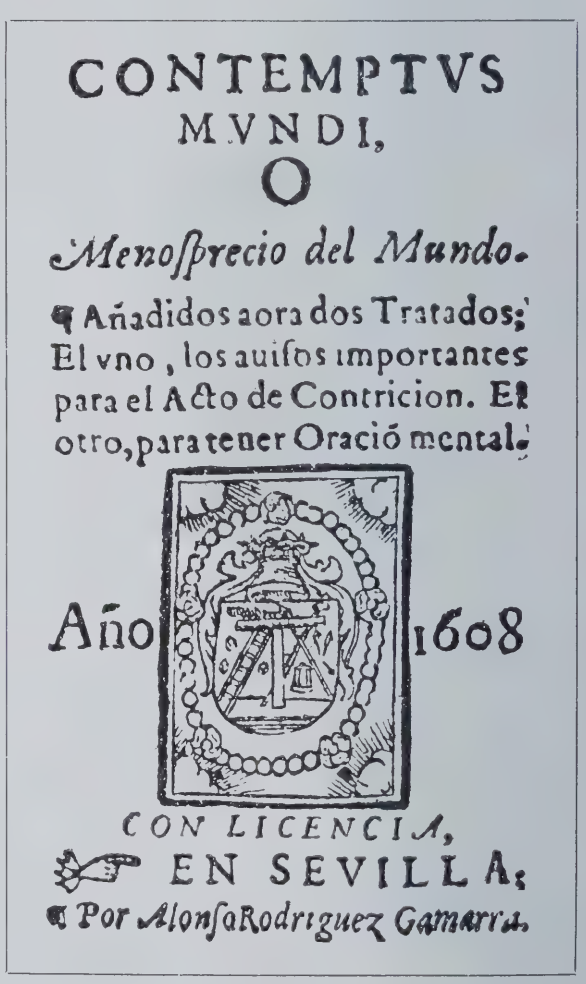
Fernão Álvares do Oriente: — *Lusitania transformada*. Lisboa, 1607; nova edição. Lisboa, 1781.

Gonçalo Fernandes Trancoso: — *Contos e histórias de proveito e exemplo*; 1.ª e 2.ª partes. Lisboa, por António Gonçalves, 1575; outra ed. Lisboa, por Marcos Borges, 1585; id. Lisboa, por João Álvares, 2 partes, 1589; id. Lisboa, por António Álvares, 1594; id. Lisboa, por Simão Lopes, 1595; id. Lisboa, por António Álvares, 1608; id. Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1624; Lisboa, 1633; Lisboa, por António Álvares, 1646; Coimbra, por Tomé Carvalho, 1660; Lisboa, por António Craesbeck de Melo, 1671; Lisboa, por Domingos Carneiro, 1681; Lisboa, por Filipe de Sousa Vilela, 1710; id., id., 1722; Lisboa, por Manuel Fernandes da Costa, 1734; Lisboa (?) 1764; Lisboa. Na *Antologia Portuguesa*, de Agostinho de Campos, 1921.

— *Regra geral pera aprender a tirar pela mão as feſtas mudaueis, q̃ vem no anno, a qual ainda que he arte antiga eſtá per termos mui claros nouamẽte eſcrita per Gonçalo Fernandez Tranquoſo*. Lisboa, por Francisco Correa, 1570.

Sôbre Gonçalo Trancoso veja-se: Deslandes — *Documentos para a historia da typographia*, e Luciano Pereira da Silva — *A «Regra geral das festas mudáveis», de Gonçalo Trancoso, autor dos «Contos de Proveito e exemplo»*. (Separata do «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra»). Veja-se também a *Revista Lusitana*, vols. 7.º e 16.º.

O romance do século XVI ou foi pastoril e amoroso, como a *Menina e Moça*, ou foi coisa de altas cavalarias em que os personagens eram heróis e as façanhas, as mais inverosímeis, o pão nosso de cada dia. Foi êste género o que mais cultores teve, talvez porque melhor falasse à mente aguerrida da raça que num frenesi corria terras e mares, desco-


CONTEMPTVS
MVNDI,
O
Menoſprecio del Mundo.
¶ Añadidos aora dos Tratados;
El vno, los auiſos importantes
para el Acto de Contricion. El
otro, para tener Oració mental.
Año 1608
CON LICENCIA,
EN SEVILLA,
¶ Por Alonſo Rodriguez Gamarra.

brindo, batalhando e vencendo, quando não convertia e prègava, a cruz acompanhando a espada, num poder de expansão para que o mundo era afinal pequeno. A *Menina e Moça*, tendo grande nomeada, não teve muitos seguidores. Êstes propenderam para a escola do *Amadis de Gaula*, e foi bebendo êsse leite que surdiu o *Palmeirim de Inglaterra*, da autoria do português Francisco de Morais. O

Palmeirim é um romance de aventuras. João de Barros na *Chronica do Emperador Clarimundo* fizera o romance de aventuras, mas romance histórico-patrótico, em prosa e verso, que lograra larga aceitação no público. Mas o *Palmeirim*, mais ousado na inverosimilhança do enredo, havia de destroná-lo nesse favor, e foi o *Palmeirim*, se prélio houve, quem venceu. Vinha do *Amadis*, inspirara-se no espanhol *Palmeirim de Oliva*, a que se seguira o *Primaleão da Grécia*. Francisco de Morais, escreve Fidelino de Figueiredo, que tão bem soube resumir o complicado enredo do romance, «escolheu para herói da sua crónica de aventuras a Palmeirim de Inglaterra, filho de D. Duardos, príncipe de Inglaterra e de Flérida.

Êste protagonista da novela portuguesa, entroncava na genealogia dos Palmeirins por sua mãi, Flérida, que era irmã de Primaleão da Grécia e filha de Palmeirim de Oliva e Polinarda».

Retrato de Diogo de Paiva de Andrade (Da colecção da Biblioteca Nacional de Lisboa)

O entrecho passa-se na Grécia primeiro, e mete florestas, castelos, ciladas, feiticeiras e gigantes, selvagens e leões. Passa-se depois em Constantinopla e mete navios, fadas, um príncipe alemão, combates, torneios, aventuras. Depois o entrecho não tem pátria. A Inglaterra, a França, a Hungria, a Bretanha, a Síria, a Lacedemónia, o Império romano do Oriente, são o taboleiro onde o jôgo de aventuras cada vez se ennovela mais. Na segunda parte um gigante, Alnzurol, guarda um castelo que tem o mesmo nome, o que constituiu um argumento sôbre a autoria portuguesa da novela. Os combates, os perigos, as façanhas, a junção do real com o maravilhoso redobra, e como remate a honra e a valentia são premiadas, a Justiça é íntegra, os fracos são protegidos, os fortes são exalçados. E tão fantasiosa é a embrulhada, o imprevisto é o mestre que tantas peripécias mete em scena, a acção e o movimento têm uma parte tão activa, que mais parece um filme dos mais estupendos e variados.

A linguagem é fluente, há propriedade nos termos, riqueza nas descrições e agudeza nos conceitos. E tão alto valor lhe deram no seu tempo que Cervantes no seu *D. Quichote* punha na bôca de uma das suas personagens que, para o guardar, bem merecia que se fizesse «otra caja como la que halló Alejandro en os despojos de Dario, que la disputó para guardar en ella las obras del poeta Homero». Dizem ainda êsse louvor as inúmeras traduções que dela se fizeram.

Está hoje provado, pelos trabalhos de Mendes, Benjumea e Purser, a autoria portuguesa do *Palmeirim*, por Vicente Salva em 1826 atribuído a Miguel Ferrer ou Luís Hurtado, com o fundamento de que se conhece uma edição espanhola, anterior à edição portuguesa. E tão indiscutíessa autoria é já hoje que Fitzmaurice-Kelly vota em absoluto pelo nome do nosso Francisco de Morais, sendo Henriy Thomas da mesma opinião.

De Francisco de Morais, que era filho de Sebastião de Morais e de sua mulher Juliana de Morais, sabe-se que foi amigo íntimo de D. Francisco de Noronha, conde de Linhares, acompanhando-o, como secretário particular, quando êste em 1540 foi nomeado embaixador português em França. Sabemos que êle pela *Desculpa de uns seus amores que teve em Paris com a donzela Torsy* esteve violentamente apaixonado. Que casou com Bárbara Madeira, filha de Gil Madeira; que com o mesmo embaixador voltou a França em 1546, quando êste foi levar, da parte de D. João III, os pêsames ao rei Henrique II pela morte de seu pai Francisco I; que em 1550 já de novo se encontrava em Lisboa, pois assistiu ao torneio de 5 de Agosto dêsse ano em Xabregas, torneio que descreveu. Morador em Évora, foi morto violentamente à porta do Rossio daquela cidade sendo já de idade muito avançada. Em virtude da fama e glória do seu *Palmeirim*, D. João III dera-lhe a comenda da ordem de Cristo e a permissão de juntar ao nome o apelido do seu heroi. E assim ficou e hoje se conserva Francisco de Morais o *Palmeirim*.

Palmeirim de Inglaterra teve continuadores. «Em 1586, Diogo Fernandes fêz publicar o seu *D. Duardos II*, partes terceira e quarta do *Palmeirim de Inglaterra*; e em 1602, Baltasar Gonçalves Lobato deu o seu *Clarisol de Bretanha*, partes quinta e sexta do *Palmeirim*. D. Duardos II era filho de Palmeirim de Inglaterra e Polinarda; e Clarisol de Bretanha era filho de D. Duardos II e de Carmélia. Em tôrno dos heróis centrais, que deram o nome às obras, muitos outros se agitam e ostentam seus heroísmos. Os característicos destas obras são semelhantes aos do *Palmeirim*, mas em intensidade mais atenuada (1).»

Jorge Ferreira de Vasconcelos

Jorge Ferreira de Vasconcelos deve a sua notoriedade não ao *Memorial das Proezas da Segunda Tavola Redonda*, que dedicou ao rei D. Sebastião, mas ao seu teatro, às comédias que o alçapremaram ao lugar que ocupa

(1) Fidelino de Figueiredo — *Historia da Litteratura Classica*. Lisboa, 1917.

LVSITANIA
TRANSFORMADA.
COMPOSTA,
Por Fernão d' Aluarez do Oriente.
DIRIGIDA,
Ao Illuſtriſſimo,& muyExcelente Senhor,Dom Miguel de Menezes. Marquez de Villa Real. Conde d'Alcoutim & de Valença,Senhor d'Almeida. Capitam mor & Gouernador de Ceita.

COM LICENCA
Do ſupremo Concelho da Santa Inquiſiçam, & do Ordinario.

Impreſſa em Lisboa, por Luys Eſtupiñan. Anno de 1607.

A RARÍSSIMA 1.ª EDIÇÃO da obra de Fernão Álvares do Oriente

com tôda a justiça. Se não fôssem estas êle ficaria ignorado, cultor de um género ingrato a que êle não soubera dar relêvo.

Jorge Ferreira de Vasconcelos enumera as aventuras dos cavaleiros da Távola Redonda e as suas páginas são plenas das façanhas do rei Artur, de Galvão, Laçarote, Tristão, Galaaz, etc., feito no intuito de incutir no ânimo do jovem rei o amor pelas cavalarias, que mais tarde lhe haviam de custar a vida.

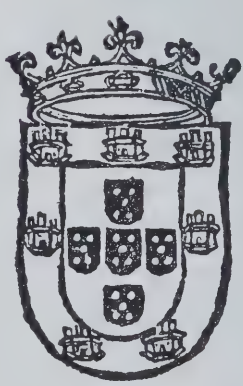
Não é um bom livro êste, maçador, emmaranhado e de que se salvam algumas páginas apenas. De bom tem o nome do autor que as histórias de literatura guardam, o consagrado nome que assina a *Eufrosina, Ulissipo* e *Aulegrafia,* três obras bôas que bem resgatam o ter escrito um livro mau.

Fernão Álvares do Oriente

Fernão Álvares do Oriente nasceu em Gôa em 1540 e morreu por 1595, ao que se presume. Foi bom português, pois que em 1591, sendo vèdor da fazenda em Ormuz, foi chamado ao reino por suspeito de conspirar contra o castelhano intruso. Quando morreu deixou um livro, que como o de Fernão Mendes e de outros, só viu a luz anos depois da sua morte. Chamava-se *Lusitania Transformada* e saíu em 1607. É um romance pastoril, buscando imitar a *Arcadia* de Sannazaro. Escrito em prosa e verso, o autor utiliza para a sua composição o real e o maravilhoso e «é escripta, ao parecer dos criticos, em linguagem purissima, correcta e elegante: posto que a prosa às vezes parece desatada e falta de numero, carecendo algum tanto da fluidez e harmonia que se admiram na de Francisco Rodrigues Lobo. Ha na sua fabula muita imaginação; invenção nos episodios; historias bem trazidas e interessantes» diz-nos o velho Inocêncio. Costa e Silva assevera que depois de Camões, Fernão Álvares é «o homem mais naturalmente poeta, de mais imaginação, e de gôsto mais apurado daqueles tempos.»

A edição de 1781 foi cuidada pelo P. Joaquim de Foyos que por vezes verbera as opiniões de Diogo Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana.* Em defesa dêste saíu o P. Francisco José da Serra Xavier que em dois opúsculos, *Aos estudiosos portuguezes,* Lisboa, 1782 (anónimo) e *Elisio e Serrano: dialogo em que se defende e illustra a «Bibliotheca Lusitana» contra a prefacção da «Lusitania Transformada» escripta por um socio da Academia Real das Sciencias.* Lisboa 1782. (Sob o pseudónimo de Francisco José de Sales).

SVMMARIO DA PREGAÇAM Funebre,que o doutor Antonio Pinheiro pregador del Rey. N.S. fez por ſeu mandado: no dia da Traſladação dos oſſos dos muito altos & muito poderoſos principes el Rey dõ Manuel ſeu pay,& a Rainha dona Maria ſua mãy de louuada memoria, derigido aa muyto alta & muyto poderoſa Rainha dona Caterina, N.S.



Viſto pela ſancta Inquiſiçáo.

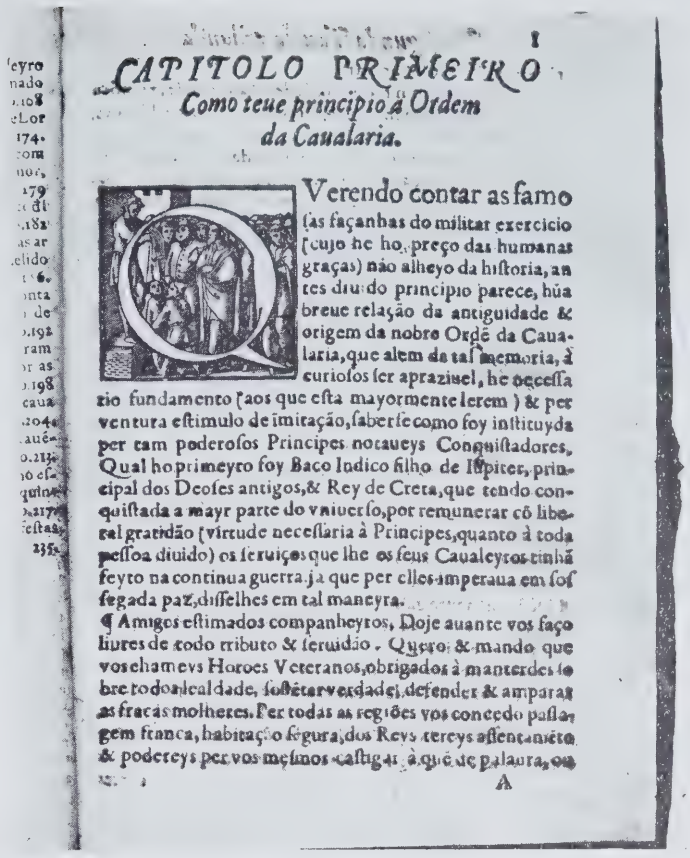
Impreſſo em Lixbõa em caſa de Germão galhard, Imprimidor del Rey. N. S.

1551.

A RARÍSSIMA OBRA DO EMINENTE D. ANTÓNIO PINHEIRO, *Summario da Pregaçam Funebre,* Lisboa, 1551

Gonçalo Fernandes Trancoso

O livro de Gonçalo Trancoso, *Contos e historias de proveito e exemplo,* nasceu, ao que conta o seu autor, de uma série de cataclismos que, só por si, bastaria para o celebrizar. A peste de Lisboa, de 1569, matou-lhe uma filha de 24 anos, um filho estudante, um neto moço do côro da Sé, e sua mulher. Entristecido e desgostoso, para fugir à melancolia pôs-se a escrever «contos de aventuras, historia de proveito e exemplo, com alguns ditos de pessoas prudentes e graves». Dedicou-o à raínha D. Catarina e sabe-se que morou em S. Pedro de Alfama. Também escreveu uma *Regra geral para aprender a tirar pela mão as festas mudáveis.* Conjectura-se que nasceu por 1515 ou 20 e sabe-se que a sua morte foi antes de 1596. O ilustre académico Agostinho de Campos fêz sôbre êle um consciencioso estudo, que abre o volume do seu nome da *Antologia* publicado em 1921. Os contos, escritos com tendências moralizadoras, são estimados. A linguagem é clara e sem arrebiques e não lhe falta uma certa originalidade. É um escritor curioso êste, que no seu tempo gozou uma justa e merecida fama.



CAPITOLO PRIMEIRO
Como teue principio à Ordem da Caualaria.

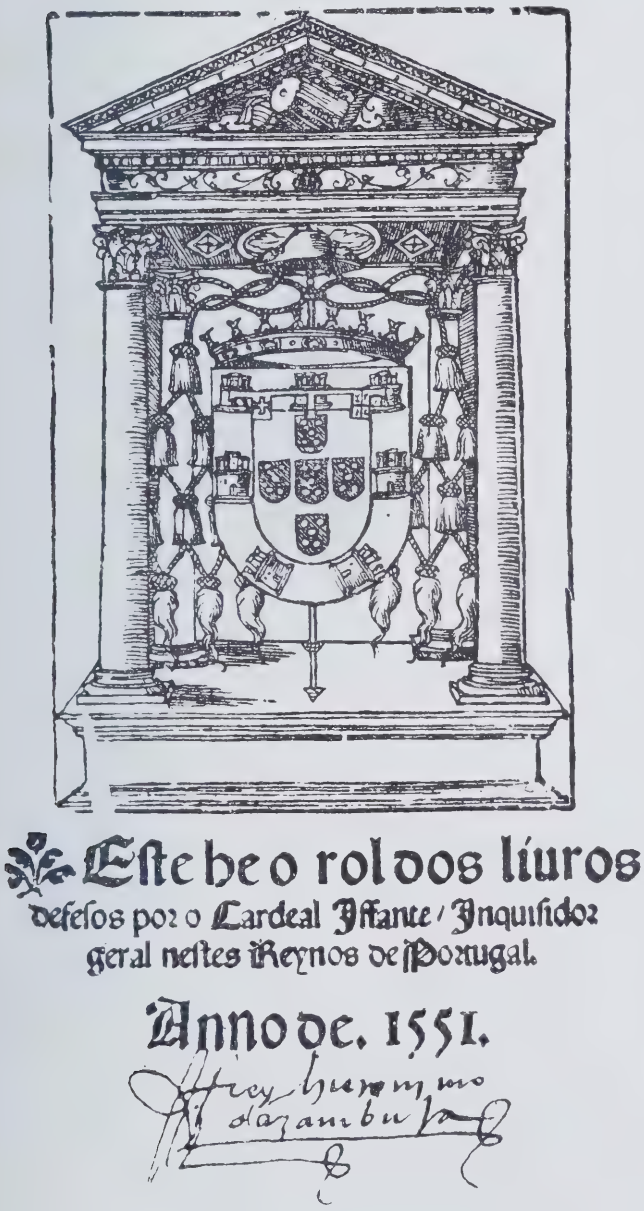
QVerendo contar as famosas façanhas do militar exercicio (cujo he ho preço das humanas graças) não alheyo da historia, antes diuido principio parece, hũa breue relação da antiguidade & origem da nobre Ordẽ da Caualaria, que alem da tal memoria, à curiosos ser aprazivel, he necessario fundamento (aos que esta mayormente lerem) & per ventura estimulo de imitação, saber se como foy instituyda per tam poderosos Principes notaueys Conquistadores. Qual ho primeyro foy Baco Indico filho de Iupiter, principal dos Deoses antigos, & Rey de Creta, que tendo conquistada a mayr parte do vniuerso, por remunerar cõ liberal gratidão (virtude necessaria à Principes, quanto à toda pessoa diuido) os seruiços que lhe os seus Caualeyros tinhã feyto na continua guerra, ja que per elles imperaua em sossegada paz, disselhes em tal maneyra.

¶ Amigos estimados companheyros, Doje auante vos faço liures de todo tributo & seruidão. Quero & mando que vos chameys Horoes Veteranos, obrigados à manterdes sobre todo a lealdade, sostẽtar verdade, defender & amparar as fracas molheres. Per todas as regiões vos concedo passagem franca, habitação segura, dos Reys tereys assentamẽto & podereys per vos mesmos castigar à quẽ de palaura, ou

A

PÁGINA DO MEMORIAL DAS PROEZAS DA SEGUNDA TÁVOLA REDONDA. Coimbra, 1567. (Exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa)

Jorge de Montemór, português, autor de *Los siete libros de la Diana,* pertence à literatura espanhola, não havendo por isso que tratá-lo aqui. Porém as suas relações com os nossos escritores, Sá de Miranda especialmente, a sua influência entre nós, e a lembrança da sua nacionalidade, fazem com que não deixemos de lhe memorar o nome.



Este he o rol dos liuros defesos por o Cardeal Iffante / Inquisidor geral nestes Reynos de Portugal.

Anno de. 1551.

O ÍNDICE DOS LIVROS PROÏBIDOS de 1551. Tem no frontispício a assinatura de Frei Jerónimo de Azambuja (Do *Diccionario bibliographico* de Inocêncio)

A LITERATURA MILITAR

BIBLIOGRAFIA: — Fernando Oliveira — *Arte da guerra do mar.* Coimbra, 1555; Iuan de Carrion Pardo — *Tratado como se devem formar los qvatro esqvadrones, en qve milita Nuestra nacion Española.* Lisboa, 1595; *Quarto liuro de Ysidoro Dalmeida, Das instruções militares.* Évora, 1573; *Regimento dos capitães móres, & mais capitães & officiaes das cõpanhias da gente de caualo & de pee: & da ordem que teram em fe exercitarem.* Lisboa, 1570; *Doctrina militar, en la qval se trata de los principios y causas porque fue hallada en el mundo la Milicia...* Lisboa, 1598.

Ley que declara o comprimento que ham de ter as espadas. Lisboa, 1539; *Ordenaçam sobre hos caualos e armas.* Lisboa, 1549 (2 ed.); *Ley das espadas mais de marca; Lei sobre os arcabuzes pequenos.* 1557 (2 edições); *Ley que se não vsem tiros de muniçam & pelouros pequenos.* 1558; *Ley das armas & Caualos,* 1569; *Lei... sobre arcabuzes pequenos.* (Nova edição da de 1557), 1583; ed. 1597; *Lei sobre os alistamentos militares,* 1597.

SÔBRE AS ORDENS MILITARES: — Santiago: 1509, 1540, 1542, 1548; Aviz: 1516; Cristo: 1503 (2 edições); as 3 Ordens: 1572.

Castanheda, João de Barros, Comentários de Afonso de Albuquerque, Crónica de D. Nuno Álvares Pereira.

Lopo de Sousa Coutinho, Francisco de Andrade, Miguel de Castanhoso, António de Castilho, J. Côrte Real, Jorge de Lemos.

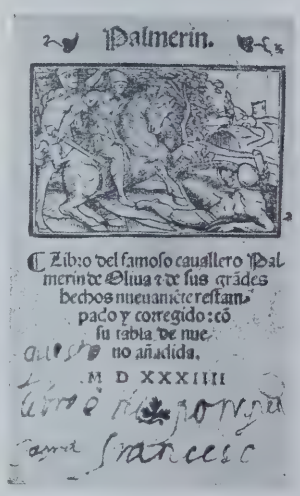
EMBARAÇO que não escondemos quási nos tolhe a pena ao, neste momento, traçar de improviso algumas, rápidas, linhas sôbre têma, até hoje, infelizmente esquecido.

Estudos profundos de sábios eminentes vêm, nos últimos anos, focando as navegações; e as descobertas, ao surgirem, realçadas, no primeiro plano, afogam, na penumbra, a epopeia militar. E, contudo, se legítimo é o orgulho nacional pelos pilotos, hábeis e audaciosos: que dizer dos grandes Capitães? Sobretudo, para o século XVI;

O RARO LIVRO dos *Privilégios e prorogativas do género feminino*, publicado em 1557, o primeiro livro publicado em Portugal em defesa da mulher

Fora rápidas alusões nos *Lusíadas* pouco mais há; e não para os principais guerreiros: o *Livro prymeiro do cerco de Diu*, por Lopo de Sousa Coutinho, impresso em Coimbra, no ano de 1556; a crónica do *Descobrimento e Conquista da India*, por Fernão Lopes de Castanheda, de 1554; a interessantíssima *Historia das cousas que o muy esforçado capitão D. Christovão da Gama fez nos Reynos do Preste João com 400 portugueses que consigo levou»*, de 1554; o *Commentario do Cerco de Goa e Chaúl no ano de M.D.LXX»*, de António de Castilho; a *Historia dos cercos que em tempo de Antonio Moniz Barreto*,

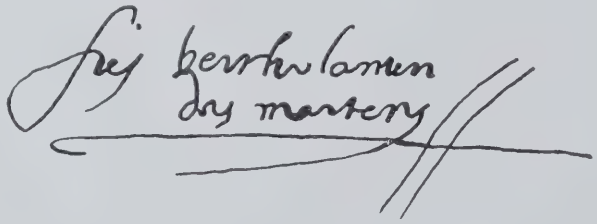
Rosto do *Primaleão* (Exemplar da Bib. Nacional de Madrid. De *Las escritoras españolas*, por Margarita Nelken)



ROSTO DA EDIÇÃO VENEZIANA do *Palmeirim de Oliva*. Exemplar da Bibliotcca Nacional de Madrid. (De *Las escritoras españolas*, por Margarita Nelken, 1930)

qual sua característica essencial em nossa História, senão as lutas de Além-Mar, numa nova guerra de *cem anos*, em multíplices *frentes de combate*, por vezes a milhares de léguas da metrópole, *base de operações* a quási um ano de viagem?

E não se restrinjam a pretensa superioridade do armamento, as causas do quási permanente sucesso em centenares de verdadeiros combates de gigantes. Com a sciência na orientação das navegações equilibra-se a inteligência da direcção militar terrestre. Duarte Pacheco e D. João de Castro, navegadores insignes, simultâneamente foram, nas *operações militares* — e já o dmonstrámos em outro lugar — chefes de concepção nítida e execução fulminante. E, como êles, quantos outros, mal conhecidos! Seus grandes feitos a custo, porém, se revelam nas obras impressas — dizemos impressas, e não, compostas — no século XVI.



FAC-SIMILE DA ASSINATURA de Fr. Bartolomeu dos Mártires

por Jorge de Lemos, e o poema do *Primeiro Cerco de Diu*, por Francisco de Andrade, de 1589.

Transitemos agora para outro ponto. Abandonando as obras de história militar, passemos àquelas que, de certo modo, possível é classificar como tratando da teoria seja ela no campo da *orgânica militar*, seja no da *táctica de combate*. Então começaremos por um livro de 1555, a *Arte da guerra no mar*, pelo licenciado Fernão de Oliveira. Nêle encontramos, não só preceitos de guerra marítima — fóra de nossa competência profissional — mas ainda curiosos elementos para a comparação, nos meados do século XVI, entre a eficácia do tiro das novas armas de fogo e o das neurobalísticas medievais. Por exemplo, o paralelo do *arcabuz* e da *bésta* com o *arco, retesado à mão:*

...Em quanto armays hũa besta; ou atacays hũ arcabuz, tira hũ frecha vinte tiros... (fol. XXXviij).

Daqui ressalta a preferência do autor pelo *arco*, em virtude da maior rapidez de tiro. E interessante é notar que, dezenas de anos depois, a quando da *Invencível Armada*, ainda em Inglaterra existiam corpos de frècheiros, armados de *arcos*.

Outra passagem do mesmo fólio:

...Quãto he da mais força das bestas, sam ellas milhores, onde os inimigos vẽ armados de couraças ou armas outras defensivas fortes (como julgamos haver sucedido com o contingente turco no segundo cêrco de Dio), *mas onde não ha mays que sayos* (regra geral, com os nossos inimigos do Ultramar) *e quãdo muito couras* (semelhantes às *lorigas* de couro da Alta Idade Média na Península) *abastã as frechas* (de *arco*, em oposição aos *virotões* de *bésta*), *e pera malha* (cota de malha) *tãbem se forẽ tiradas d'boa mão* (atiradas por mão forte e certeira).

No final da obra, vemos, em forma de aforismos, algumas regras gerais da guerra, intuïtivas, sem dúvida; mas, tantas vezes, desprezadas... Note-se uma: *mais vale a ordenança, q. a multidam.*

Mais especialmente da táctica de combate se ocupa uma outra obra, esta agora espanhola e da autoria de Juan de Carrión Pardo, mas impressa em Lisboa por António Alvares, em 1595. Intitula-se ela: *Tratado como se deven formar los quatro esquadrones, em que milita nuestra nación Española.* É de especial interêsse, para nós, êste livro por se referir às *formações tácticas* já vigorando na Europa à época, um pouco anterior de Alcácer-Quibir e do combate de Alcântara.

Ensina a formar diversos tipos de *esquadrões, quadrados de infantaria,* constituídos por *piqueiros,* uns com armas defensivas ou *armados;* outros sem essas armas — ou *desarmados,* como então se dizia — e por *arcabuzeiros,* dispostos em *mangas laterais* e em *fiadas de revestimento dos esquadrões.*

Para os referidos cálculos, em que, por vezes, se torna necessário extraír a raíz quadrada do efectivo de piqueiros, figuram, no texto, numerosas tabelas numéricas.

Uma segunda obra espanhola, a *Doctrina Militar,* devida a Scarrion de Pavia, é ainda mais interessante que a anterior, por conter informações muito importantes sôbre a *tactica de marcha e estacionamento* (fol. 59, 60 e 60 v.°...) e, ainda, sôbre os processos de *guerra de sítio* (fol. 39).

ANTIQUÍSSIMO RETRATO A ÓLEO de Diogo do Couto, existente na casa das Rosas do sr. dr. Armando Cortesão, em S. João do Campo. A legenda superior diz: «Diogo Decouto Famozo Escritor Da Historia da India Onde milito 1, Foi Unico Goardamor Datorre Dotombo Naceu EmLisboa Em 1542: Faleceu Em Goa Em 1616». A inferior: «Exprimit Efigies Cuod Solum Incaesape Visum Est» etc.

Finalmente, resta-nos apontar os diplomas mais notáveis para o estudo da *orgânica militar portuguesa.*

São êles a *Ordenaçam sobre os caualos & armas,* de 7 de Agosto de 1549 e as prescrições de recrutamento de 1597. A primeira, que apresenta pontos de contacto com a organização medieval da primeira dinastia, determina que não só os fidalgos *com moradia* assente no Paço, mas ainda quaisquer pessoas de meios, tenham cavalo e armas, sob pena de ficarem sujeitas a certa multa.

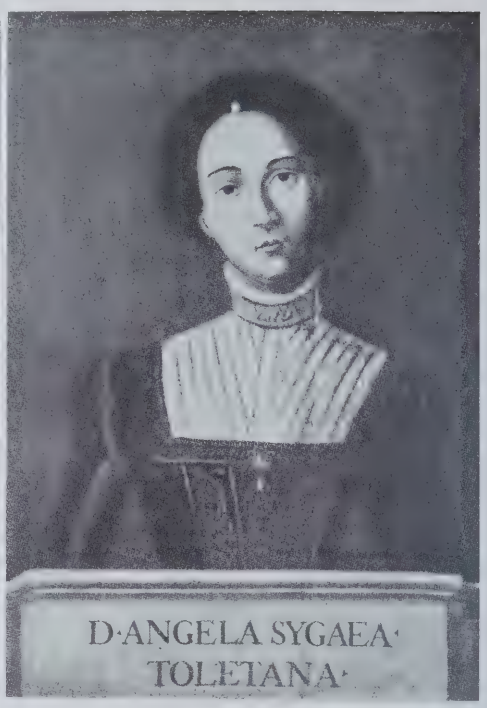
E é o que de mais importante, em literatura militar, nos aparece no século XVI.

A CENSURA

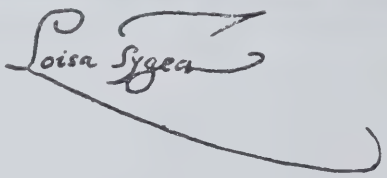
BIBLIOGRAFIA: — António Baião — *A censura litteraria inquisitorial.* Coimbra, 1919; Sousa Viterbo — *Frei Bartholomeu Ferreira o primeiro censor dos Lusiadas.* 1891; *Obras ineditas de José Agostinho de Macedo.* Lisboa, 1931; J. T. da Silva Bastos — *Historia da censura intelectual em Portugal.* Coimbra, 1926.

Este he o rol dos liuros defefos por o Cardeal Iffante Inquifidor geral neftes Reynos de Portugal. Ano de 1551; *Rol dos liuros defesos nestes Reinos & Senhorios de Portugal q̃ ho Senhor Cardeal Iffante Inquissidor geral mandou fazer no Anno de 1561; Rol dos livros qve neste reyno se prohibem per o serenifsimo Cardeal Iffante, Inquifidor geral nefte Reynos & Senhorios de Portugal. Com as Regras do outro Rol geral que veo do Sancto Concilio, trasladadas em linguage vulgar por mandado do dito Senhor, pera proueito daquelles que carecem da Lingua Latina.* Lisboa, 1564; *Index librorvm prohibitorvm* (ed. latina do anterior). Lisboa, 1564; *Catalogo dos livros qve se prohibem neftes Regnos & Senhorios de Portugal, por mandado do Illuftrifsimo & Reuerendifsimo Senhor Dom Iorge Dalmeida...* Lisboa, 1581; *Index librorvm prohibitorvm...* Lisboa, 1581 (é a edição latina do anterior); *Index librorvm prohibitorvm...* Lisboa, 1597.

António Baião — *A inquisição em Portugal e no Brazil.* Lisboa, 1906; id. — *Episodios dramaticos da Inquisição Portugueza.* Pôrto, 1919, Rio de Janeiro, 1924; Alexandre Herculano — *Historia da origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal.* Os livros de António Baião ocupam-se especialmente de homens de letras, torturados pelo Santo Ofício.



RETRATOS de Luiza e Angela Sigea



(De *Las escritoras españolas*, por Margarita Nelken, 1930)

FAC-SIMILE da assinatura de Luiza Sigea

O Santo Ofício, estabelecido em Portugal pela bula de 23 de Maio de 1536, pesou duramente sôbre todo o movimento intelectual, espionando o pensamento e açovacando as suas manifestações. Todo o livro devia sujeitar-se à censura e só publicado depois de eliminadas as passagens que aos olhos dos censores parecessem, mesmo remotamente, poderem veìcular a heresia para a grei. Visitavam as livrarias particulares, purificando-as pelo fogo, quando necessário. E muitas vezes os livros arrastavam a essa purificação o seu possuidor.

Parece que o primeiro livro censurado foi o *Ensino christão*, saído em 1539. Para a *Cartinha* de João de Barros, saída nesse ano, já foi precisa a licença do Santo Ofício. Em 1541 já se proïbiam livros, e um exemplo disso, é o *Fides, religio, moresque Aetiopum*, de Damião de Góis.

Diz António Baião que o primeiro *Indice* proïbitivo é de 1547. Nêle eram proïbidos, em maior número, os livros latinos, sendo ainda em número deminuto os portugueses.

Ao *Indice* de 1547 seguiu-se o de 1551, o primeiro rol de livros defesos que se imprimiu. O exemplar que se conserva em Évora tem no rosto a assinatura autógrafa de Fr. Jerónimo de Azambuja, talvez o seu autor, seguindo-se-lhe o de 1564, que parece ter sido feito por Fr. Francisco Foreiro. O de 1564, que Francisco Correia imprimiu, tem no final a assinatura fac-similada de Fr. Manuel da Veiga; o de 1581 teve como autor Fr. Bartolomeu Ferreira, homem inteligente, que na censura dos *Lusíadas* não exerceu malfeitorias, as que posteriormente vieram pôr em foco a sua inteligência e o seu amor pelas letras.

Concomitantemente com o fôro eclesiástico, o fôro civil para não perder as suas prerogativas, estabeleceu pelas *Ordenações do Reino* a censura do Desembargo do Paço. Em 1576 proïbia-se a impressão de livros sem licença régia, mesmo que tivessem já licença do Santo Ofício e do Ordinário, o que ainda em 1588 se apertou mais. Era preciso, além do talento de escrever, uma paciência formidável para fazer face às delongas, contrariedades e implicâncias postas por tôdas estas censuras combinadas em dar cabo da arte de pensar e de escrever. A intolerância preparava-se para receber a decadência e efectivamente os séculos literários que se seguem aparecem-nos estrangulados pelo Santo Ofício. À bela liberdade antiga seguia-se o jesuíta, a inquisição, os tormentos, os autos de fé. O livro estrangeiro era fatalmente herético e como tal defeso. O que o não era não tinha nenhum interêsse porque não bulia nas suas fôlhas nenhum vento de progresso. Para imprimir as suas *Constituïções* teve o bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, de pedir ao Santo Ofício licença. A nação agonizava. Com a morte de Camões coïncidiu Alcácer Kibir. Na literatura como no país dominava o espanhol e o inquisidor.

CORTEJO DA EMBAIXADA QUE VEIU A LISBOA PARA O CASAMENTO DA INFANTA D. CATARINA, FILHA DO REI D. JOÃO IV, COM O REI CARLOS II, DE INGLATERRA. Em baixo: o embarque da mesma infanta na esquadra inglesa que a Inglaterra a deve conduzir. (Gravura de Dirk ou Daniel Stoop, pintor e águafortista holandês, nascido em Utrecht por 1610 e morto em 1686. Acompanhou a Inglaterra a infanta. Pintou-lhe o retrato, que está na N. Gallery). As suas gravuras são muito raras, segundo Bénézit). (Da colecção de Albino Forjaz de Sampaio)

SÉCULO DEZASSETE

ASPECTOS GERAIS

A SOCIEDADE. O REI. A CULTURA. A ARTE. A LÍNGUA

O REI E O POVO

CAPITULAR DO SÉCULO XVII

BIBLIOGRAFIA:—*História de Portugal nos séculos* XVII *e* XVIII, de Rebêlo da Silva; *Fastigímia*, de Tomé Pinheiro da Veiga; *Miscelânea*, de Leitão de Andrada; *Carta de Guia de casados*, de D. Francisco Manuel de Melo; *Arte de furtar* de A. de Sousa de Macedo (?); *Tempo de agora*, de Martim Afonso de Miranda; *Grandeza de Lisboa*, de Fr. Nicolau de Oliveira; *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, de Fr. Alexandre da Paixão (?); *Arte de Galanteria*, de D. Francisco de Portugal; *Cartas do P.e António Vieira*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo; *Antologia dos cronistas portugueses*, prefaciada e organizada por A. Sérgio; *O Prior do Crato*, de Damião Peres, etc.

A frase com que Filipe II de Espanha afirmava os seus direitos ao trono de Portugal: — *yo lo heredé, yo lo compré, yo lo conquisté* — é a síntese quási completa da complexidade do momento político e social de que derivou o século XVII português.

Herdara-o, porque nos factos políticos, como na doutrina política do tempo, à dinastia estava vinculado o senhorio moral e real da nação, não havendo nesta privilégios nem foros que pudessem impedir o exercício dum dos direitos essenciais a tal senhorio — o direito da sucessão exclusivamente a dentro da família reinante, da família *senhora* por virtude duma investidura feita em nome de Deus e que de Deus directamente lhe derivava o

poder. Lembremos como, nas côrtes de 1385, João das Regras tivera necessidade de provar que o reino se encontrava *sem sucessor,* para obter que unânimemente se reconhecesse à nação o direito da eleição da dinastia.

Comprara-o. A tal ponto havia arrastado o hábito da chatinagem da Índia, as dificuldades económicas — e a depressão de carácter destas resultante —, que não faltava verdade à cínica afirmação do castelhano. A venda da dignidade cívica não fôra tráfego que envergonhasse a consciência de alguns dos mais ilustres nomes da epopeia de Além-Mar...

Finalmente, *conquistara-o.* Com efeito — é eterna, Deus louvado! a raça dos sonhadores... — ao lado daqueles a quem o fulgor do oiro ou o prestígio das fórmulas jurídicas encandeava o patriotismo, houvera um núcleo de portugueses que haviam julgado possível um segundo milagre de ressurreição de Lázaro... Poucos e mal organizados, porém, em breve a espada do Duque de Alba abateu, miseràvelmente esfarrapado, o pendão rebelde do chefe do bando — o Prior do Crato.

O REI D. JOÃO IV (Do *Plutarcho Portuguez*)

E Filipe II começou a reinar tranqüilamente sôbre um povo que vinha sofrendo demais, para deixar de acreditar nas magníficas promessas do intruso.

A sua vida social, que as instituïções municipais da Idade Média tanto haviam animado, desde os tempos do Venturoso que lentamente se vinha apagando. A sua vida económica era a angustiosa vida possível num país que, depois do abandono da cultura do solo, trocada pela ganância do ultramar, fazia dizer a um embaixador, segundo refere a *Fastigímia,* que «*Portugal parecia terra dada em dote a genro e não a filho*». Da sua vida espiritual pouco se sabe, além da intolerância religiosa que provocou motins quando D. Pedro II procurou, seguindo os conselhos do P.e Vieira e outros, abrir as fronteiras aos judeus e moderar para com êles os rigores inquisitoriais, e além da fé sebastianista, que era assim uma espécie de fosforescência de decomposição... Pouco se sabe, porque o cesarismo e o urbanismo cavavam separação cada vez mais funda entre o povo e a *élite;* e os escritores como Fernão Lopes e Gil Vicente, que com o povo se preocupavam, tinham morrido sem linhagem. Lá onde se talhavam os destinos de Portugal cada vez repercutia menos o seu conselho, e nem os ecos do seu cantar podiam ressoar no esoterismo poético aplaudido nas salas.

Um momento virá em que a sua voz será ouvida e o seu direito a isso com mais nitidez que nunca reconhecido. Refiro-me às côrtes de 1641. Bem que com rapidez de relâmpago, brilhou naquela assembleia a doutrina de que da nação e não directamente de Deus recebia o príncipe o poder real. Haviam-na prègado os jesuítas, no interêsse, avivado por suas antipatias contra os Filipes, de legitimar o destronamento de reis pouco atentos à voz de Roma. E havia-lhe dado uma instante oportunidade o próprio caso português da sucessão real em 1580, a cuja complicada e interminável discussão jurídica aquela doutrina cortava o nó górdio.

Êsse momento, porém, será ràpidamente passageiro e logo o povo será relegado para uma forçada abulia político-social, para o silêncio duma vida que, por mais de um século, mal se pode adivinhar na relativa calma da nossa história de então.

Reatando: começou Filipe II a reinar sossegadamente, afagando os ouvidos portugueses com palavras de melíflua amizade. E entre elas a de que só por constrangimento dos outros vassalos das Espanhas não fazia da raínha do Tejo, como tanto desejava e tanto lho havia de aconselhar Luís Mendes de Vasconcelos, em seu livro — *O sítio de Lisboa* — a capital dos seus vastíssimos estados...

Seria esta uma das muitas ilusões a esfarrapar...

Tomé Pinheiro da Veiga, que estanciou por Espanha, junto da côrte de Filipe III, a cada passo, nas páginas da *Fastigímia,* coloridas e movimentadas como uma quermesse, faz o confronto entre o brilho e o fausto da côrte espanhola e a *apagada e vil tristeza* da pátria sem côrte. Sem côrte e, portanto, sem as vantagens que D. Francisco de Portugal nesta encontra:

> Acudir las noches a la antecámara, después de ser entretenimiento, es una disciplina de los discursos, que alli se cuestionea lo pulido, se afina lo discreto, se envian recados, se hacen motes, se repiten versos y se conciertan fiestas... *(Arte de galanteria).*

Na côrte espanhola, não esplendiam apenas estas discretas graças espirituais. Era o fausto dos herdeiros de Carlos V, dos *Grandes* de Espanha, contando os lacaios por centenas, vestindo-os tão ricamente como fidalgos. Era a incomparável fascinação duma festa permanente, «*com tão boa graça em tudo que parece encantamento ou pintura de Palmeirim*» — diz Pinheiro da Veiga. Alegria de viver, crepitação de espírito na convivência mais galante e livre entre os dois sexos, em Portugal tão ciosamente separados. Doçura de relações sociais que resolvia pelo duelo gracioso da frase casos que entre nós tinham decisão na brutalidade

do duelo sangrento, a-pesar das rigorosas cominações contra êle.

De tudo isto resultava da parte dos espanhóis contra nós um sentimento de superioridade que a nossa resistência a aceitá-la não podia deixar de irritar — e o adjectivo com que, parece, mais nos brindavam era o injurioso *sebosos*. Claro que lhes não ocultávamos uma azeda antipatia, a que freqüentemente os autores espanhóis se referem, queixosos ou indignados, — a antipatia de dominados e explorados, com cujas rendas se acendia em parte aquele brilho e, por exemplo, ricamente se ajardinavam as *Delícias*...

E todavia, ainda em Portugal se não haviam extinguido os fulgores do ocaso dum dia que não fôra sem majestade. Persistia o luxo, evidentemente que mais moderado do que em Espanha, mas ainda exagerado muito para além do que no-lo permitia a situação económica do país. Em 1622, o alferes Martim Afonso de Miranda, no seu livro — *Tempo de Agora*, conta alarmantemente que um *cirgeiro* (ler sirgueiro) que êle vira na Rua Nova *enfitando uns chapins*, lhe disse que só de feitio recebera o mestre por êles 16$000 réis! E exclama:

Desembarque de D. Filipe II no Terreiro do Paço em 1619. Desenho de Domingos Vieira, pintor do rei. (Da *Relação* de João Baptista Lavanha. Reproduzida na *Lisboa Antiga* de Júlio de Castilho e como as de pág. 119 em *As belas artes nas festas públicas em Portugal*, por Paulino Montez. Lisboa, 1931)

> Deus nos acuda que já as demasias, variedade de trajos, modos de iguarias, cópia de coches, número de escudeiros de modo vêm em crescimento, que afogam as virtudes, condenam as almas, destroem as casas, empenham os morgados, arrendam as comendas de antemão...

E acrescenta, em desatado e áspero ralho:

> ...não gastam os homens como convém, e por isso não ha quem se não queixe de injustiças, o que merece está encantoado, o que adula tem oficios, o que peita comendas, e não ha quem faça bem.

E mais adiante, desdobra a lista dos luxos e seus preços, indistintamente usados pela *sapateira e pela condessa*: — sáias com muitas *sogilhas e golpeadas de mosqueta*, gibões *como corseletes* e *com tanta prata e ouro que não se atreve a dizer*, toalhas de quatro mil réis, chapins de quatro e cinco mil réis para cima, mantos de sêda... — coisas de tanto luxo e preço que «*traz uma mulher destas sôbre si no tempo de agora, mais do que antigamente lhe davam em dote com seu marido.*»

Isto pelo que diz respeito aos vestígios exteriores da chuva de oiro vinda do Oriente. Pelo que toca ao resíduo interno, que nas almas haviam deixado os *fumos indianos*, era êle bem sensível no orgulho destemperado que os nossos vizinhos tanto aproveitam na comediografia da época. Por exemplo, duma comédia de L. de Vega:

> ...Sou el mayor
> Señor que oje el mundo pisa;
> sou o más que pode ser,
> sou cifra de cuanto he bono,
> sou grande e de gran poder,
> sou cetro, corona e trono
> que terra e mar faz tremer.
> Sou aquel que ao profundo
> chega con fama imortal;
> E finalmente me fundo
> em que ben sou Portugal
> que sou más que todo el mundo.

Abundavam por Espanha os portugueses. Banqueiros, mercadores de panos, lenços e quinquelharias; uns, cristãos novos que de Espanha tinham vindo para Portugal no tempo de D. Manuel ou seus descendentes; outros, mesteirais que a péssima organização económica, denunciada por Severim de Faria e outros, não sabia aproveitar. Muita dessa gente, numerosíssima, sobretudo em Sevilha, passearia por Espanha um desmedido orgulho altaneiro, alternando às vezes com pedinchice lamurienta; e, em face da mulher, quási sempre a marcaria aquela apaixonadiça languidez sentimental que faz dizer a uma personagem do comediógrafo acima citado:

> — Debés de ser portugués,
> pues tan pronto os derretés.

Quando se não destacasse pela brutalidade sensual dos *juegos de manos*, tão censurada pelo autor da *Fastigímia*...

Êsse orgulho em Portugal tomava, como já indicámos, formas de irascibilidade assomadiça, que freqüentemente ensanguentavam as ruas da capital. Não era só o orgulho. Era a ociosidade perturbadora, o fácil desequilíbrio nervoso resultante do mal-estar económico, da depressão de saúde moral que um século de aventuras tinha gerado. A sociedade portuguesa perdera nas emprêsas de além-mar muito da rude energia que as iniciara e continuava a perdê-la no desorganizado esfôrço com que procurava fazê-las prosseguir, em expedições de que metade ficava pelo caminho, morta pela insalubridade da acumulação exagerada nos barcos, muitíssimo mais do que pelos naufrágios e recontros de corsários.

¿Ligar-se-há o depauperamento disto resultante com o facto, apontado por M. A. de Miranda, de serem tão

numerosos os que se deixavam fazer prisioneiros entre os turcos?

O que se perdera em vigoroso equilíbrio de energias físicas, não se ganhava em nobreza de vida espiritual. ¿De onde viriam os estímulos? A filosofia e a literatura não passavam de entretenimentos sibaríticos de desocupados. O teatro ou era, nos colégios jesuíticos, um pomposo exercício de rètórica latina; ou era, nos pátios populares, tôda a romanesca trapalhada da comédia de *capa e espada,* ou ainda, posto que com menos freqüência, aquela degenerescência do auto vicentino, como o que Leitão de Andrada nos descreve na sua *Miscelânea.* A religião tinha como forma intelectual ou as acrobacias do engenho de Vieira ou o misticismo de Bernardes, duma suavíssima expressão, é certo, mas diminuído em infantilidades que não poderiam vigorizar os caracteres. E as suas formas exteriores, em que ela quási exclusivamente consistia, inferiorizavam-na nos exibicionismos censurados pelo autor da *Carta de Guia dos Casados.*

Os conventos, só em Lisboa povoados de 1812 frades, segundo as contas de Fr. Nicolau Vieira, ressentem-se desta baixa de temperatura moral. As anedotas que a êles se prendem não serão apenas suscitadas pelo *Espírito das Trevas,* empenhado em desacreditar o *sal da terra e a luz do mundo...* ¿Mas como poderia ser de outra maneira, sabido como êles eram o retiro forçado dos filhos-famílias que os vínculos deserdavam e que não encontravam na magistratura ou no exército lugar para as suas ambições? De qualquer modo, era baixa a cota de consideração que se lhes votava. Na *Carta de Guia dos Casados* regista-se, como conselho a seguir, esta graça dum cortesão:

Eu sou amicíssimo dos frades; se não são bons, não lhes quero dar ocasião em minha casa para que sejam piores; se são bons, não lhes quero dar ocasião em minha casa para que o não sejam; de sorte que sempre os amo e sempre os escuso.

O D. Quixote em Portugal. Raríssima edição de 1605

Esta sociedade parada de fidalgos sem ocupação e de clérigos sem gravidade religiosa, onde a cultura, sequestrada do contacto com a experiência e a vida, é a superficial cultura formalista de quem tem como resolvidos, pelo dogma ou pela tradição escolástica, todos os problemas que podem angustiar, e onde a religião dissolve todo o seu conteúdo espiritual no formulário da sua exteriorização; esta sociedade, dizia eu, ainda poderia a mulher animá-la de vida graciosa, álacre e bela, se, em obediência à tradição árabe, ela não vivesse pouco menos do que enclausurada pelas convenções que o ciúme entre nós inventou.

Nem a fina cultura das conversas do *Hotel de Rambouillet,* nem a espirituosa desenvoltura das tardes do *Prado,* em Madrid, ou do *Esporão,* em Valladolid, aonde a espanhola contemporânea de Pinheiro da Veiga «*vinha dar vistas da sua pessoa e trajos*», gozar a alegre convivência dos galantes. Substituíndo isto, sem vantagens para a elegância nem para a moral, tínhamos os *outeiros* pelos abadessados, pelo S. João, etc., deliciosas tréguas, feitas na clausura, entre Jesus e Mefistófeles... A *Arte de Galanteria,* de D. Francisco de Portugal, na própria exemplificação das suas doutrinas, quási tôda extraída da era de quinhentos, se sente que é mais uma evocação de mortos do que uma norma para vivos...: É nela que ocorrem estas palavras desoladas:

Aquello de sustentar de imaginaciones, regalarse com suspiros, dexarse llevar de un ay, la grosseria nos dexo solo dello la soledad, falta que en mejor tiempo llorava ya el mejor ingenio de afectos:

Os momos, os serões de Portugal,
Tão falados no mundo onde sabidos,
E as graças temperadas do seu sal,
Dos motes o primor, e altos são idos,
Os ditos avisados, cortesões,
Que é dêles, quem lhes dá sòmente [ouvidos?

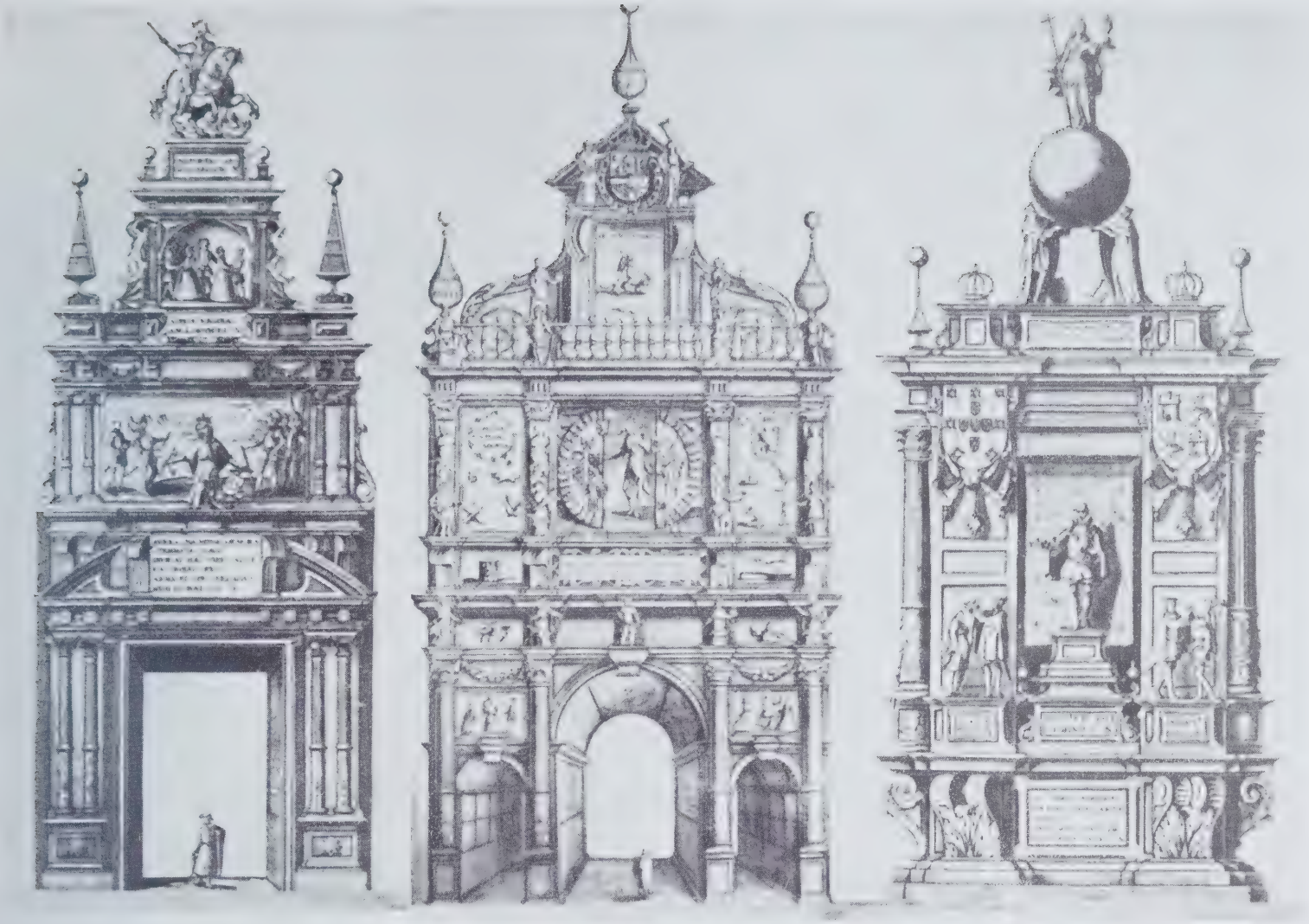
A ARTE

BIBLIOGRAFIA: — *Guia de Portugal.* Biblioteca Nacional de Lisboa. 1.º vol. (art.º «Introdução artística», por Reinaldo dos Santos) e bibliografia a págs. 1 e seguintes; Reinaldo dos Santos — *A Arquitectura em Portugal.* 1929; Raúl Lino — *A Casa Portuguesa.* 1929; Raczynski — *Les Arts en Portugal.* 1846; Cirilo Volkmar Machado. — *Collecção de memorias relativas ás vidas dos pintores e esculptores, architectos e gravadores portuguezes.* 1823; Ferdinand Denis — *Portugal.* 1846; Sousa Viterbo *Diccionario dos architectos...* 1899 — 1922.

A arquitectura do séc. XVII, dos Álvares, dos Tinoucos e dos Turrianos, foi entre nós um *barroco,* sóbrio no Norte, onde o espírito das formas se incarnou numa matéria propícia — o granito — para exprimir em robustez e côr a sua essência decorativa, mais ornado no calcáreo de Coimbra, recortado de apainelados e *cartouches.*

Constitui um dos períodos mais saborosos da arquitectura portuguesa de que eram belos exemplos as igrejas beneditinas do Pôrto, Coimbra e Lisboa, em parte arruinadas. Em Coimbra, a Sé Nova, Santa Clara e as sacristias de Santa Cruz (1622) e da Sé Velha, o Colégio Novo, o Paço episcopal (hoje Museu Machado de Castro, cuja galeria sôbre o Mondego é um dos encantos da cidade), a Sala dos Capelos de tetos apainelados e silhar de azulejos polícromos, são exemplos do barroco numa cidade onde a tradição do renascimento o inspira ainda.

Em Lisboa, a igreja de Santa Engrácia (1642) cujo não acabamento ficou proverbial, era pela planta, grandeza de proporções e admirável expressão espacial, uma



As festas de 1619 em Lisboa em honra de D. Filipe I. Arco construido pelos ingleses residentes em Lisboa — Arco construido pelos flamengos — Monumento dos ourives e lapidários. (Da *Relação...* de João Baptista Lavanha)

das mais belas concepções da nossa arte do século XVII, tectónica e rítmica como a prosa de um Bernardes. Mas um dos novos aspectos da decoração barrôca é-lhe conferido, na arquitectura religiosa como na civil, pelo emprêgo do azulejo, cuja policromia e temas geométricos revestidos de esmalte cobrem ora os lambris, ora o total das paredes. A igreja circular das Freiras de S. Domingos (Elvas) revestida de alto a baixo de azulejos (datados de 1659), é um dos mais preciosos especímens do papel decorativo e da evolução do azulejo no século XVII, que de resto abundam por todo o país, sendo o Alentejo neste período particularmente contemplado.

Outro elemento decorativo da arquitectura religiosa, desenvolvido no século XVII e que há de atingir o seu período áureo no século XVIII, é a *talha* dos altares, coros e arcazes, contrapondo os seus oiros surdos ao esmalte das faianças.

Enfim, a arquitectura civil é ainda cheia de carácter, quer nas fachadas sóbrias dos palacetes das cidades, quer nos solares, como o da casa de Mateus, onde o dinamismo das formas e a visão das perspectivas anunciam já o espírito do século XVIII.

A arquitectura do século XVII, mal estudada ainda e menos apreciada do que merece, certamente por não ter as seduções da Renascença nem o fausto do século XVIII, revela porém, como o românico, uma das expressões mais nobres do sentimento arquitectural português, sendo uma das artes que melhor traduzem a essência e a sobriedade do nosso gôsto.

A sua tradição decorativa, no mobiliário, na faiança, nos bordados, está impregnada de uma influência da Índia e do Extremo-Oriente, e contém em germe a arte do século XVIII.

Na escultura o português mais notável do século XVII foi Manuel Pereira (1604-67), autor do S. Bruno da Cartuxa de Miraflores (Burgos). Essa obra-prima em madeira policromada, exprime essencialmente o génio do naturalismo português. Êsse génio calmo, sóbrio e recolhido que se manifesta na atitude concentrada e no nobre estilo das roupagens de S. Bruno, contrastam com o realismo torturado, dramático e expressivo até ao esgar, dos Santos e Cristos dos Montañez, Gregório Fernandez, Pedro Roldan, Juan de Juni, e até do próprio Alonso Cano, o mais calmo de todos. Manuel Pereira, que era natural do Pôrto, foi, como tantos artistas e escultores da época, absorvido pela Espanha, nada deixando entre nós que possa atestar a sua passagem pela arte.

Com a saída de Sanches Coelho e Cristóvão de Morais para a côrte de Espanha e a perda da independência, que deslocou o eixo da cultura portuguesa, as artes entraram em decadência, é o século XVII, que se procura rehabilitar pela literatura e pela história, reflecte na pintura a

COIMBRA — Porta férrea, na Universidade (Século XVII) (de *A Arte em Portugal. Coimbra.* Edição do Pôrto. Excelente publicação de Marques Abreu

perda da originalidade nacional. E se a pintura de Sanches Coelho levara para a Espanha, embora sob a influência técnica de Moro, as tradições do retrato da escola portuguesa, o maior pintor do século XVII, Velasquez, pelo carácter do seu naturalismo, sentimento, harmonia de côr, e vaga tristeza das almas, dos bobos, como dos reis, aparece como um génio estranho à evolução e ao carácter da arte espanhola, mais próximo da tradição pictural dos retratos de Nuno Gonçalves, de Cristóvão de Figueiredo e do próprio Sanches Coelho. Estas afinidades, mais de sentimento que de técnica, são por isso mesmo mais explicáveis pela sua ascendência portuguesa do que pela evolução e influência de seus mestres, Pacheco ou Herrera.

É justo reconhecer que a pintura do século XVII em Portugal, mesmo no retrato, foi medíocre, embora as tradições e o génio português tivessem na arte espanhola do mesmo século acentuada repercussão. Não são os incêndios de *Pereira;* as flores e quadros religiosos de Josefa de Óbidos, com a sua série (datada e assinada) da matriz de Cascais; nem mesmo a obra dos pintores régios, como *Luís Alvares, Amaro do Vale, Domingos Vieira Serrão* (nomeado em 1619) e *Miguel de Paiva* (em 1641), ou o próprio José de Avelar Rebelo, que um alvará de D. João IV nomeia como o *melhor pintor do seu tempo,* mas cuja obra em S. Roque e Belém não justifica o elogio régio; nem são as imitações, enfim, dos mestres italianos e espanhóis, que restituem à arte seiscentista a seiva exausta da tradição naturalista.

É lógico que, pelo menos na primeira metade do século XVII, os melhores artistas fôssem atraídos pela Espanha, desde que a arte vivia da protecção da côrte e da alta prelazia. Mas já no último quartel do século XVI os quadros de *Vascus Lusitanus* (Marchena, Sevilha, S. Lucar), e os de *Fr. Domingos Rodrigues* em Salamanca, tinham anunciado a decadência.

Bento Coelho (+ 1708), que também viveu em Espanha, foi célebre em Portugal, deixando porém, nos templos jesuíticos de Évora (Santo Antão) e Lisboa (S. Roque) e no Convento do Espinheiro (em 1683) especímenes duma arte inferior à fama do seu nome.

COIMBRA — Igreja de Santa Cruz. Sacristia. (Marques Abreu). Um dos mais típicos exemplares de monumento arquitectural do século XVII enxertado na vetusta igreja

Dêste período o único artista nacional cuja obra reveste um certo valor é *Domingos Barbosa,* de que o Museu de Lisboa possui duas telas, e que identificado, por Luciano Freire e José de Figueiredo, tem para nós o grande interêsse de ser um elo entre a pintura de Sanches Coelho e a de Velásquez. Ignora-se porém tudo da sua vida, não se conhecendo também documento algum a seu respeito. Quanto a Stoop, pintor holandês ao serviço de D. João IV e que residiu em Portugal alguns anos, tendo deixado pinturas e águas-fortes reproduzindo aspectos e scenas da vida do país, não deixou rasto de influência entre nós.

COIMBRA. — Cruz de Azeviche do Museu Machado de Castro (Século XVII) (Marques Abreu)

ACADEMIAS SEISCENTISTAS

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS NO SÉCULO XVII

BIBLIOGRAFIA: — ACADEMIAS: — *Academia dos Singulares de Lisboa.* Lisboa, 1665-1668 — 2 vols. 1.ª ed.; 2.ª ed. Lisboa, 1692-1698 — 2 vols. *Progressos Academicos dos Anonymos de Lisboa.* Lisboa, 1718.

ESTUDOS GRAMATICAIS. BIBLIOGRAFIA:

AGOSTINHO BARBOSA: — *Dictionarivm Ivsitanico latinvm.* Braga, 1611.

ÁLVARO FERREIRA DE VERA: — *Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua portugueza. Com um Tratado de Memoria artificial: outro da muita semelhança, que tem a lingua portugueza com a latina.* Lisboa, 1631.

AMARO DE ROPOREDO: — *Methodo Grammatical para todas as lingvas.* Lisboa, 1619; *Porta de lingvas ov modo mvito accomodado para as entender.* Lisboa, 1623; *Raizes da lingva latina.* Lisboa, 1621; *Verdadeira Grammatica latina,* 1615; *Grammatica latina mais breve e*

facil que as publicadas até agora. Lisboa, 1625; *Regras de Ortographia portugueza,* 1615, 2.ª ed., Coimbra, 1733.

Bento Pereira: — *Florilegio dos modos de fallar, e adágios da lingoa portvgvesa:* Lisboa, 1655; *Prosodia in vocabularium trilingue Latinum, Lusitanum & Castellanum digesta...* Eboræ, 1634, Ulyssipone, 1643, id. 1656, id. 1669, id. 1674, Eboræ, 1697, id. 1723, depois com o título: *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum et Lusitanum digesta...* Ébora, 1750; *Regras geraes, breves e comprehensivas da melhor orthographia...* Lisboa, 1666.

João Franco Barreto: — *Ortografia da lingua portugueza.* Lisboa, 1671, no fim: *Regras geraes da Ortographia portugueza, per o Licenceado Duarte Nunes, cõ a resposta do mesmo auctor á margem.*

À semelhança do que no estrangeiro se fazia, Portugal, no século XVII, assiste à criação de instituïções de carácter mèramente particular, destinadas à cultura das belas letras e ainda, por vezes, à da música. São essas sociedades denominadas Academias e com esta designação, rescendendo à influência mais ou menos directa do platonismo, ficaram conhecidas na história literária de todos os países. Já nos fins do século XV, Cosme de Médicis com alguns amigos e letrados seus protegidos fundara em Florença a Academia platónica, que exerceu larga acção na arte e na literatura; em 1635, o cardial de Richelieu, que a brotoeja literária também atacara, fundou a Academia francesa, para, por assim dizer, ter o seu salão que ombreasse com outros salões que, como os do Hotel de Rambouillet, pretendiam impôr gôsto e normas ao cultivo das letras e, especialmente, da poesia. Também em Portugal, no século XVI, sem grande esfôrço, podemos considerar pródromos de Academias os serões tão celebrados do Paço e, mais razoadamente ainda, as reüniões de carácter literário e erudito que, em Enxobregas, na residência palaciana da infanta D. Maria, se celebravam, dando realce ao saber da infanta e de muitas damas, como Públia Hortênsia, notáveis pelo saber e engenho.

Coimbra — O Museu Machado de Castro. Aspecto do pátio e galeria (Século XVII)
(Do *Guia de Coimbra*, por Eugénio de Castro)

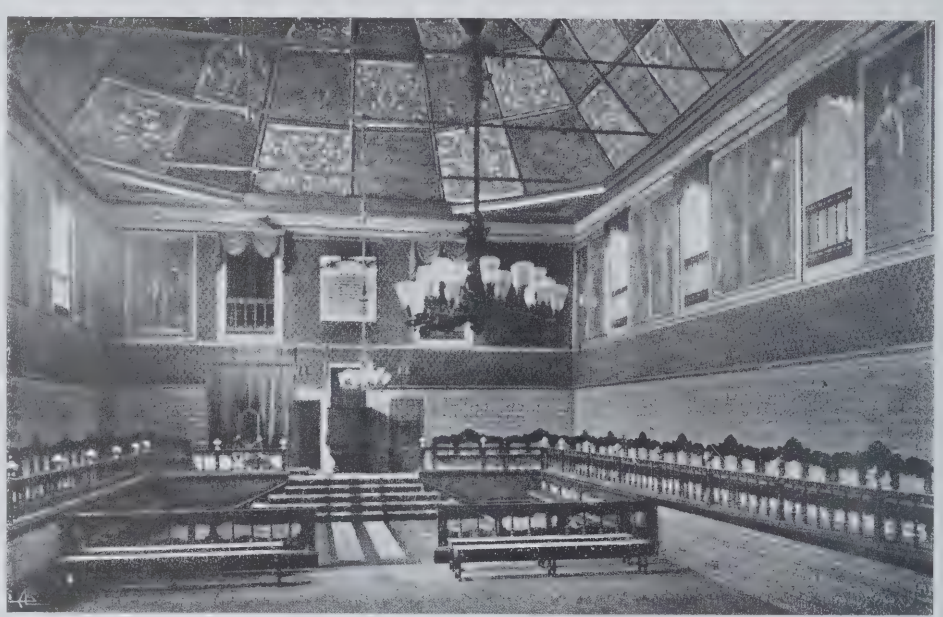
As quatro primeiras décadas do século XVII passara-as a terra portuguesa sob o domínio político da Espanha e a acção que esta, já desde o século XV, vinha exercendo sôbre as nossas letras, mais se acentuara durante o período do govêrno dos três Filipes. Com efeito, não só os autores espanhóis eram lidos e imitados entre nós, mas muitos portugueses, dotados de incontestáveis aptidões literárias, compunham suas obras em língua castelhana. Basta lembrar-nos do comediógrafo João de Matos Fragoso, Manuel de Faria e Sousa e até D. Francisco Manuel de Melo, para compreendermos claramente quanto o castelhano era preferido, como língua literária, por muitos portugueses. Sob êste aspecto, o século XVII, na sua primeira parte, representa um período de incontestável decadência nas letras pátrias. Mas causas doutra natureza, não menos importante, concorriam ainda para o abastardamento literário português, como se o espírito nacional houvera ficado exangue após a brilhante florescência literária quinhentista, em que rescendem os nomes imperecíveis de Camões, Bernardim, Cristóvão Falcão, Sá de Miranda, Diogo Bernardes, Gil Vicente e tantos outros, que enriqueceriam a mais rica literatura de qualquer país. Em verdade, o aziumar da paixão religiosa, suscitada pela Reforma luterana, envolvera a Europa em guerras truculentas, que se protelaram até à paz de Vestfália, em 1648, e criara ambiente de intolerância ferina não só nos países protestantes, como nos católicos. Êsse ambiente de desvairado fanatismo pouco propício era para a expressão livre do pensamento e, portanto, para grandes vôos literários. A habilidade, aqui requintada pelo instinto de defesa, consistia, pois, em iludir o mais possível o pensamento, em ocultar sob maravalhas de palavras, de conceitos, de subtilezas e artifícios, quaisquer pruridos ou veleidades de ideias contrárias às ortodoxias desta ou daquela seita. Em nugalhos se devia entreter o espírito para que êste não suscitasse iras e ódios, que só se saciariam com a morte; em vez duma poesia sã, forte, capaz de traduzir em formas estéticas as mais audaciosas criações da mente, as silvas, os centões, as pirâmides, as cruzes, todo êsse arsenal ridículo, que hoje nos acarreta o tédio, mas que, na impossibilidade doutra coisa melhor, servia de cibo a alguns talentos poéticos, que mal conseguiam dar-se a conhecer de abafados pelo artifício... Quiçá contra isso pretenderam lutar algumas inteligências mais lúcidas e mais intemeratas; mas o ambiente cortava-lhes o vôo, fazendo-as caír na insulsez geral ou arrastando-as à perda. Cremos sinceramente que muitas agremiações literárias deveram a sua aparição ao bom desejo de bem servir as letras; mas as suas aspirações não chegaram a efectivar-se e a sua acção redundou, quási sempre, no agravamento do mal, que nem a pompa da linguagem, nem a formação de muitos vocábulos, facetados na mais pura latinidade, atenuam. Desta forma, as Academias seiscentistas, quer portuguesas, quer estrangeiras, valem hoje mais como documentação dum período dessorado da vida literária do que pelo merecimento e valor intelectual e estético.

Duas dessas agremiações se salientaram em Portugal, no século XVII, a *Academia dos generosos* e a *dos sin-*

gulares, sendo certo que mais algumas houve tão somenos que os seus títulos ficaram para sempre no olvido. Uma e outra andaram à compita no abastardamento da poesia, salvando-se de tôda a imensa mole das suas produções apenas um ou outro trecho que, pela graça e felicidade das imagens ou pelo travor da sátira, ainda hoje se podem ler sem o perigo do leitor caír na mais funda das sonolências.

A *Academia dos generosos* que, segundo Teófilo Braga, teria sido precedida pela *Academia Augusta* da iniciativa de D. Francisco Manuel de Melo, foi fundada em 1647 por D. António Álvares da Cunha, trinchante-mór de D. João IV, sobrinho do bispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha, erudito investigador de historiografia eclesiástica. As reüniões faziam-se em casa do fundador e a elas assistiam, entre outros, Luís Serrão Pimentel, António de Sousa Macedo, o autor da *Olissipo,* Cristóvão Alão de Morais, o conde da Ericeira, que assim entretinham os domingos, dia da assembleia, discreteando sôbre têmas destituídos de valor ou mergulhando na vasa da lisonja.

«Altos conceitos, so-
[lidas doutrinas,
Sutis ideias, frases
[elegantes,
Raras sentenças,
[flores peregrinas,
Vivos exemplos, re-
[gras abundantes
Discretas notas, fa-
[bulas divinas,
Sentidos certos, opi-
[niões constantes,
São os sabios, sabi-
[dos, saborosos
D'este Convite pra-
[tos numerosos.»



COIMBRA — Universidade. A sala dos Capelos (Século XVII) (Marques Abreu)

São êstes os acepipes que a *Academia dos generosos* oferece nos seus *banquetes métricos,* segundo o testemunho, que só pode ser suspeito por louvaminheiro, de D. Francisco Manuel. O que eram tão sábios, sabidos e saborosos pratos, bem insonsos para paladares apurados doutras épocas, podemos apreciar, lendo as fastidiosas composições da *Fenis renascida,* delambidas, açucaradas, em que não raro frades e freiras nos cantam de amores.

Quatro fases é costume atribuir à actividade da *Academia dos generosos;* a primeira abrangendo um período de vinte anos, de 1647 a 1667, sob a direcção do fundador; a segunda, iniciada dezoito anos depois, em 1685, e prolongando-se por sete anos até 1692, sob a égide de D. Luís Álvares da Cunha, filho do fundador; a terceira, patrocinada pelo conde da Ericeira, de 1696 a 1716; e, finalmente, a quarta, em 1717, de duração efémera. Em nossa opinião, porém, apenas as duas primeiras se devem considerar pròpriamente *Academia dos generosos,* pois que a terceira e a quarta constituem a Academia das conferências discretas e eruditas, de cujo seio saíram os sócios que formaram a *Academia real de história portuguesa,* organizada em 1720, a primeira que teve carácter oficial, por ser subsidiada pelo faustoso D. João V.

A *Academia dos singulares* foi fundada, em 1663, por Pedro Duarte Ferrão, e, sem receio de ofensa à verdade e à justiça, pode dizer-se que seguiu a mesma trilha de mau gôsto e dispautérios poéticos, que a dos *generosos.* Era, como dissemos, o espírito da época, e a êle não havia fugir.

Chegaram até nós dois volumes impressos das composições dos *singulares* e dêles ficámos sabendo que a primeira sessão ou academia se realizou a 4 de Outubro de 1663, sendo presidida por Sebastião da Fonseca e Paiva, mestre do Hospital de El-Rei, e a última em 19 de Fevereiro de 1665, sob a presidência de André Nunes da Silva. No primeiro volume intitulado, como o segundo, *Academias dos singulares de Lisboa dedicadas a Apollo,* encontra-se no frontispício o emblema da instituïção. É formado por um sol brilhante sôbre uma pirâmide de nove degraus em cada um dos quais se encontra o nome dum poeta, começando por Homero no degrau inferior e seguindo-se Aristóteles, Vergílio, Ovídio, Horácio, Camões, Garcilazo, Gôngora e Lope. É orlado por esta sentença latina «solaque non possunt hace monomenta mori», que é a divisa académica. Infelizmente, porém, os engenhos poéticos, que se acouraçam com tão grandes nomes não chegam a ser ténue sombra sequer dos que tomaram para égide e, portanto, a divisa, que tão altaneiramente para si tomaram, não pode com razão ser-lhes aplicada.

Os dois volumes a que nos referimos, foram impressos em Lisboa, na oficina de Manuel Lopes Ferreira, respectivamente em 1692 e 1698, com tôdas as licenças necessárias, como então era de rigor.

Como bons humanistas, repletos de leitura de poetas latinos, cuja graciosidade contudo não assimilaram, os *singulares* consagram os seus trabalhos a Apolo, como testemunham na dedicatória que transcrevemos:

«Apollini
Splendidissimo lucis fonti,
et sapientissimo
Scientiarum patri
Offert quos aluit flores, Academia Soli,
Musarum Domino carmina reddit Amor.»

Mas por que se teriam chamado *singulares* êstes adoradores seiscentistas de Apolo? Êles no-lo dizem no Prólogo: «Com epitetos particulares se apelidarão todas as

Academias do mundo; Confiados se chamarão os de Pavia, Declarados os de Sena, Elevados os de Ferrara, Inflamados os de Padua, Unidos os de Veneza; cõ outros muitos apellidos se intitulárão os de outras muitas Republicas, & Provincias, quiçá porq̃ como todos os sugeitos destes concursos devião ser muito iguais na excelencia dos engenhos, hum nome apellativo geral, vinha a ser o proprio de cada hum. Á imitação destas Academias se nomeârão os sugeitos deste livro (Singulares) não porq̃ presumão de unicos nos talentos, mas porq̃ são singulares na ocupação; em tudo ficarão raros, quando (o Leytor) merecerẽ teus applausos; & quando em lugar de encomios escutarem tuas satyras, tambem ficarão unicos, pois não tens outros sugeitos, em quem empregues tuas censuras; & consolação será sua, ficarem sempre singulares, ainda que seja pelo caminho da murmuração.»

Sabido porque tão extravagantes cultores das musas se consideravam *singulares,* justo é que lhes publiquemos os nomes, muitos dêles hoje absolutamente ignorados na República das letras, como no seu tempo soía dizer-se. Foram êles, entre muitos outros, o Padre João Aires de Morais, António Marques, cantor da Capela real, Doutor Henrique do Quental Vieira, Pedro Duarte Ferrão, inquiridor das causas de Sua Magestade, António Serrão de Castro, o satírico autor dos *Ratos da Inquisição,* Sebastião da Fonseca e Paiva, António Lopes Cabral, capelão, Padre Simão Cardoso Pereira, André Rodrigues de Matos, Pedro de Valejo, Doutor Manuel Pinheiro Arnaut, Doutor Francisco de Castro, prior de S. Lourenço de Lisboa, Doutor João de Almeida, Bartolomeu de Faria, Bento Coelho, Padre Jaime Duarte, Doutor Francisco de Castro, João da Costa Cásseres, Luís Bulhão, José da Cunha. Não faltavam, pois, os que ao trato das filhas de Apolo consagravam seus afectos; mas, se a quantidade era grande, a qualidade deixava muito a desejar.

A PINTURA PORTUGUESA SEISCENTISTA

Retrato de mulher, por Domingos Barbosa, existente no Museu Nacional de Arte Antiga

De trinta e seis sessões ou academias temos composições impressas nos dois volumes publicados, e é curioso enunciar alguns dos assuntos nelas tratados para se poder avaliar até que extremos chega, por vezes, a puerilidade de certos espíritos. Na academia 8.ª, a 7 de Dezembro de 1664, tratou-se de uma dama desmaiada de uma sangria, tendo sido matéria poética da 6.ª, em 23 de Novembro do mesmo ano, uma dama ferindo lume. Que temas tão interessantes para aguçar o estro! Mas outros não menos ridículos são propostos, valendo a pena enunciá-los, que mais não seja, como testemunho da estultícia do tempo. Uma dama que saíndo de noite em trajos de homem a buscar seu amante, encontrando-se com êle, pelejaram sem se conhecerem, e pelas feridas que se deram em os peitos se conheceram; Naufrágio de Leandro e despenho de de Ero; Uma dama contando as estrelas; Uma dama que desmaia de vêr uma Ero; Uma dama que por livrar uma borboleta do fogo de uma vela, queimou uma guedelha; Uma dama zelosa, mostrando no maior rigor maior brandura, e no favor maior a maior tirania; Ao primeiro que inventou a cama; Em louvor da laranja da China; A morte de Maria Micaela; Serpentomaquia, em que se descreve a batalha da Serpe e do Drago, e Briga entre duas regateiras, figuram entre os assuntos que, nas sessões ordinárias, faziam desferir as cordas da lira.

Mas, uma ou outra vez, os *singulares* davam-se à singularidade de tratar matéria de maior tomo, realizando certames. Eram o que podemos chamar as sessões solenes, em que os académicos punham de parte a facécia e assumiam atitudes de génios. A matéria dum dêsses certames foi a congratulação pelas melhoras do infante D. Pedro, e não lhe faltaram pomposos versos latinos; noutro, discreteou-se, *em singular certamen dos singulares,* sôbre matéria «aonde Homero, Aristoteles, Vergilio, Ovidio, Horacio, Camões, Gongora, Lope e Garci-

lazo, que são os heroes de sua empreza, oferecem uma novena de assumptos sobre nove composições de metros, com o interesse de premios para o Poeta que sobre cada qual aparar melhor a pena, ou tocar melhor a lyra» ; finalmente, num outro certame, comemorou-se a morte de uma religiosa do convento de Santa Clara de Lisboa, chamada Brites da Glória.

Os versos estavam em harmonia perfeita com a futilidade dos assuntos. Mas nem só a linguagem métrica despertava os cuidados académicos; os discursos presidenciais com que se dava início à reünião, eram geralmente em prosa, campanuda, enramalhetada e pretenciosa do tempo. A título de testemunho da vertigem de linguagem dos singulares, extratamos uns passos do discurso proferido por António Lopes Cabral, capelão de Sua Majestade, no encerramento da Academia 18.ª, efectuada em a *Dominga da Quinquagésima*, a 24 de Fevereiro de 1664. «Se do Nilo as Memphicas Pyramides, se de Faro as mais altivas torres, se de Babylonia os mais dilatados muros, se de Diana o mais sũptuoso Templo, se do Sol o maior Colosso, se de Artemisa o grande Mausoleo, se de Jupiter a mais soberba Estátua, derão riscunho aos pinceis dos melhores pintores, expondo aos olhos do mais perspicaz lince, assumpto ás lingoas dos mayores Poetas, thema ás pennas dos mais elegantes Oradores, motivo ás azas da mais ligeira fama, cõ seu extranho artificio...»

A PINTURA PORTUGUESA SEISCENTISTA

Água-forte de Josefa de Óbidos, «Insígnia da Universidade», assinada e datada de Óbidos, 1653, e inserta na ed. de 1654 dos *Estatutos da Universidade de Coimbra* e no estudo do Dr. Luís Xavier da Costa, *Uma águafortista do século XVII (Josefa d'Ayala)*. Coimbra, 1931

Como modêlo de empolamento, como exteriorização de vaidade e louvaminha, difìcilmente se encontrará coisa mais completa. Justo, porém, é dizer-se que no rebuscado do termo, no brincado da frase, há, pelo menos, a propriedade rigorosa da adjectivação, tôda ela cuidada, e a solicitude na escolha do vocábulo.

É que os académicos, como todos os gongóricos ou culteranistas, supriam a falhada inspiração e o mau gôsto poético pela riqueza farfalhuda da linguagem, e, levados pelas exigências das metáforas mais audaciosas e dos conceitos mais arrevesados, facetavam da mina latina muito material com que enriqueceram o vocabulário pátrio. À língua nacional prestaram, sem dúvida, óptimos serviços, e isso lhes atenua os dispautérios com que alinharam tantos versos. E, fora das academias, também não faltaram os que a estudos lingüísticos consagraram o melhor dos seus ócios.

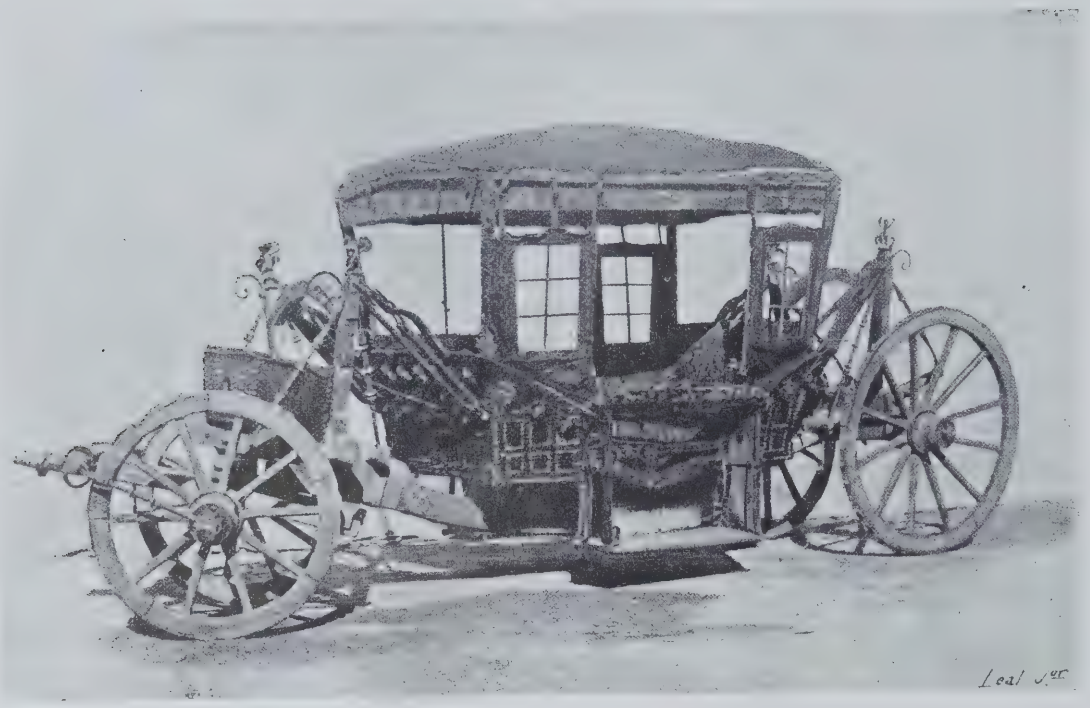
Contudo, a lingüística estava ainda bem longe de constituir uma ciência; a fantasia mais alada, os conceitos mais livres e menos harmónicos com o espírito científico, eram os elementos de que os lingüístas do tempo se serviam. Todavia, do montão de maravalhas filológicas é que se extrairiam, mais tarde, muitos contributos para a organização da filologia ou estudo rigorosamente científico das línguas, pois que no acervo de produtos imaginativos já, embora tímido e de passo vacilante, se vislumbra o método comparativo que, no primeiro quartel do século XIX, proporcionaria a Frederico Dier a glória de ser o criador da filologia românica.

Já no século XVI, um ou outro espírito mais arguto fôra impressionado pelo paralelismo do latim e do português, como João de Barros no seu *Diálogo em louvor da língua portuguesa;* mas falhava nesses primeiros tentames a concepção de que entre uma e outra havia as mais íntimas relações de parentesco. Considerado o latim como a língua nobre, a língua por excelência, conceito êste trazido pelo humanismo, todos os que se consagravam ao estudo das línguas vernáculas, procuravam encontrar nestas semelhanças, quanto mais intensas melhor, com a língua do velho Lácio. Mas, por outro lado, na idiossincrasia mental do tempo, agravada ainda no decurso de mais dois séculos, assentara domínio indiscutível a ideia de que um povo e, portanto, uma língua eram tanto mais nobres e mais infrangíveis em sua existência, quanto mais fundas fôssem as suas raízes na antiguidade. Dêste facto resultou que muitos se não contentassem com o latim como ponto de partida para as línguas modernas, que a filologia, mais tarde, havia de

agrupar sob a designação de novi-latinas, e fôssem arquitectar a existência de línguas coévas do dilúvio bíblico de que as vernáculas derivassem directamente. E assim foi que em França se supôs que a língua francesa era neta do hebraico! Todavia, como o estudo da língua latina sobrelevava, por necessidades do espírito literário e do espírito jurídico, o das línguas do uso corrente, os gramáticos dedicavam-se ao estudo da gramática latina, subordinando a esta a interpretação dos fenómenos lingüísticos, que se davam na linguagem corrente. E, assim também, os estudos gramaticais das línguas modernas eram tão sòmente ancilares da gramática latina, pois que das outras línguas mais remotas não havia conhecimentos concretos e delas só se poderia extraír farto cibo para a imaginação. Orientados por estas e quejandas ideias, aparecem, no século XVII, entre nós alguns gramáticos e lexicógrafos que convém lembrar, porque, não obstante a carência de espírito filológico, alguns serviços prestaram aos estudos lingüísticos. São dignos de nota Agostinho Barbosa, o autor do *Dictionarium lusitano-latinum*, aparecido em 1611; Álvaro Ferreira de Vera, que, seguindo a esteira do quinhentista Duarte Nunes de Leão, publicou, em 1631, a *Orthographia da lingua portuguesa*, e teve a peregrina ideia de afirmar que a língua portuguesa fôra trazida por Tubal, o celebrado neto de Noé, a quem os mesmos pios e ingénuos arqueólogos da época atribuiam a fundação de Setúbal; Amaro de Roboredo a quem se devem *Verdadeira grammatica latina, Grammatica latina mais breve, Metodo grammatical para todas as linguas*, tôdas de 1615, precedidas, em 1611, das *Raízes da língua latina*, e seguidas, em 1622, da *Janua linguarum*, obra esta traduzida do francês, segundo Diogo Barbosa Machado, na qual, embora sem disciplina verdadeiramente científica, bem como no *Método* do mesmo gramático, já encontramos aplicação do método comparativo; Bento Pereira, de Borba, porque houve outro Bento Pereira, natural de Valença, teólogo quinhentista, que, em Évora, publicou, em 1634, a afamada *Prosodia in vocabularium trilingue Latinum, Lusitanium et Castellanum digesta*, de que apareceram novas edições em 1697 e 1732, *Ars grammatica pro lingua Lusitana addiscenda*, publicada em Lião de França em 1672, *Thesouro da lingua portugueza*, em 1647, e *Regras geraes da Orthographia*, 1696; João Franco Barreto que, em 1670, deu a lume a *Orthographia da lingua portugueza e Notas á de Duarte Nunes de Leão*. As produções gramaticais e lexicológicas que deixamos indicadas têm hoje valor exclusivamente histórico; por muito tempo ainda o arbítrio das imaginações mais ou menos amplas havia de preponderar nestes estudos. No século XVIII, José de Macedo, pseudónimo de que se serviu António de Melo da Fonseca, na mais beatífica ignorância das leis que regem a evolução lingüística, proporia, muito a sério, a D. João V que publicasse uma lei ordenando o repúdio da terminação *ão* das palavras portuguesas, substituindo-a pela em *ude!* Não devemos, todavia, zombar dêstes e outros desconcertos pares, porque estavam a-dentro das teorias em voga no tempo e tinham a justificá-los um ardente amor à língua, reflexo indiscutível de forte sentimento patriótico, ainda que mal compreendido e pior orientado.

A PINTURA PORTUGUESA SEISCENTISTA

Quadro a óleo de Josefa de Óbidos sôbre cobre, assinado e datado de 1647, representando as *Núpcias místicas de Santa Catarina*, existente no Museu Nacional de Arte Antiga. Comunicado pelo Dr. Luís Xavier da Costa, que o vai inserir no seu livro *Uma águafortista do século XVII*



COCHE DE FILIPE II, DE ESPANHA, existente no Museu Nacional dos Coches, de Lisboa

A POESIA LÍRICA

BIBLIOGRAFIA: — *A Fenis renascida ou obras poeticas dos melhores Engenhos Portuguezes.* Publicada por Matias Pereira da Silva.

«Tomo I. Lisboa, 1716. Contém produções do P.e António dos Reis (pág. 1 a 31); de António Barbosa Bacelar (págs. 77 a 90, e 140 a 214); de Fr. Jerónimo Vahia (pág. 215 a 376), e algumas de autores incertos.

Tomo II. Lisboa, 1717. Contém obras de Francisco de Vasconcelos Coutinho (pág. 1 a 32), de António Barbosa Bacelar (pág. 33 a 204), de Simão Torrezão Coelho (pág. 205 a 230), de Simão Cardoso (pág. 231 a 262), de D. António Álvares da Cunha (pág. 263 a 289), de Fr. Jerónimo Vahia (pág. 290 a 383), etc.

Tomo III. Lisboa, 1718. Contém obras de Fr. Jerónimo Vahia (pág. 1 a 219), de Francisco de Vasconcelos Coutinho (pág. 220 a 251), de Jacinto Freire de Andrade (pág. 274 a 384), e outras avulsas de vários autores.

Tomo IV. Lisboa, 1721. Contém obras de Francisco Rodrigues Lobo (inédita, de pág. 1 a 33), de Fr. Jerónimo Vahia (pág. 34 a 150), António Serrão de Castro (vêm anónimas, pág. 151 a 251), Manuel Pinheiro Arnaut (pág. 252 a 278), António Barbosa Bacelar (pág. 279 a 312), Diogo de Monroy Vasconcelos (pág. 313 a 355), António da Fonseca Soares (vêm anónimas, de pág. 356 a 372).

Tomo V. Lisboa, 1728. Contém obras de Diogo Camacho, aliás de Sousa (pág. 1 a 37), de António Peixoto de Magalhães (vêm anónimas, pág. 38 a 53), de António da Fonseca Soares (sem o seu nome, pág. 72 a 136), de António Barbosa Bacelar (pág. 137 a 217), de D. Tomaz de Noronha (pág. 218 a 257), de Simão Torrezão Coelho (pág. 283 a 340) e outros diversos.»

2.ª edição. Lisboa, 1746.

— *Eccos que o clarim da fama dá: Postilhão de Apollo montado no Pegaso, girando o Universo para divulgar ao orbe litterario as peregrinas flores da Poesia Portuguesa, etc. Publicado por Joseph Maregelo de Osan (D. José Angelo de Moraes).* Eco I. Lisboa, 1761; Eco II. Lisboa, 1762.

D. FRANCISCO DE PORTUGAL — *Divinos e humanos versos.* Lisboa, 1652; *Arte de galanteria.* Lisboa, 1670; *Tempestades y batallas de un cuydado ausente.* Lisboa, 1683.

BALTASAR ESTAÇO — *Sonetos, Canções, Eclogas, e outras rimas.* Lisboa. 1604.

GREGÓRIO DE MATOS (GUERRA) — *Obras poeticas, precedidas da vida do poeta, pelo licenciado Manuel Pereira Rebello.* Tomo I. Rio de Janeiro, 1882; *Obras de Gregorio de Mattos,* 1.º, 2.º 3.º vols. Prefácios de Afrânio Peixoto, Homero Pires e Xavier Marques. Rio de Janeiro, 1923.

V. *Curso elementar de litteratura nacional* por J. C. Fernandes Pinheiro, R. Janeiro, 1883. (pág. 203 a 208); *Diccionario bibliographico brazileiro,* por A. V. A. Sacramento Blake. R. Janeiro. 3.º vol.,1895. (pág. 187 e seg.es); *Memorias de Fr. João de S. Joseph Queiroz,* (pág. 139 e 140); *Historia da Literatura Brasileira,* por José Veríssimo. (pág. 87 a 102), *Historia da Litteratura brasileira,* por Artur Mota. S. Paulo. 1930. (pág. 463 a 475).

EUSÉBIO DE MATOS — V. *Florilegio da Poesia Brasileira,* (pág. 8 do vol. 1), por Varnhagen, e os citados para o anterior.

SOROR VIOLANTE DO CÉU — *Rytmas varias de la madre Soror Violante del Cielo,* Ruan. 1646; *Oitavas a Nossa Senhora da Conceição, em applauso da victoria de Montes-Claros, em 17 de Junho de 1665.* Lisboa. 1665; *Meditações da missa, e preparação affectuosa de uma alma devota.* Lisboa. 1689; id. 1728; *Parnaso Lusitano de divinos e humanos versos.* Lisboa, 1733; *Soliloquios para antes e depois da communhão.* Lisboa. 1668; id. 1674.

SOROR MARIA DO CÉU — *A Phenix apparecida na vida, morte, sepultura e milagres da gloriosa Sancta Catharina, com sua novena e peregrinação ao Sinay.* Lisboa. 1715; *A Preciosa: allegoria moral,* Parte I, Lisboa. 1731; Parte II — *A Preciosa: obras de misericordia em primorosos e mysticos dialogos expostas; elogios de sanctos, em varios cantos poeticos e historicos,* etc. Lisboa, 1733; *Obras varias e admiraveis,* Lisboa, 1735; *Aves illustradas em avisos para as religiosas servirem os officios dos seus mosteiros.* Lisboa, 1738; *Triumpho do Rosario, repartido em cinco autos do mesmo, muito devotos e divertidos.* Lisboa, 1740; *Enganos do bosque, desenganos do rio.* Lisboa, 1741; usou o pseudónimo de Marina Clemência.

SOROR MADALENA DA GLÓRIA — *Astro brilhante em novo mundo, fragrante flor do Paraiso, plantada no jardim da America. Historia panegyrica de Sancta Rosa de Sancta Maria.* Lisboa, 1733; *Novena de Sancta Rosa de Sancta Maria.* Lisboa, 1734; *Brados do Desengano, contra o profundo somno do esquecimento, em tres historias exemplares, para melhor conhecer-se o pouco que duram as vaidades do mundo,* etc. Lisboa, 1736. Segunda parte. Lisboa, 1739. 2.ª ed. Lisboa, 17...; *Orbe celeste adornado de brilhantes estrellas e dous ramilhetes,* etc. Lisboa, 1742; *Aguia real, phenix abrasado, pelicano amante. Historia panegyrica, e vida prodigiosa do inclyto patriarcha Santo Agostinho.* Lisboa, 1744; *Reino de Babylonia ganhado pelas armas do Empyreo: discurso moral.* Lisboa, 1749. Usou o pseudónimo de Leonarda Gil da Gama.

P. ANDRÉ NUNES DA SILVA — *Poesias varias sacras e profanas.* Lisboa, 1671; *Voto metrico e anniversario á Conceição da Virgem Nossa Senhora.* Lisboa, 1695; *Hecatombe sacra, ou sacrificio de cem victimas em cem sonetos, em que se contém as principaes acções da vida de S. Caetano.* Lisboa, 1686.

ANTÓNIO ÁLVARES DA CUNHA — *Certamen epithalamico publicado pela Academia dos Generosos no felicis-*

simo casamento do sempre augusto e invicto Monarcha D. Afonso VI com a Princeza D. Maria Francisca Izabel. Pelo Academico Ambicioso e Secretario da Academia. Lisboa. 1666; *Obelisco Portuguez...* Lisboa, 1669; *Carta a João Nunes da Cunha, Conde de S. Vicente...* Lisboa. s/d.

ANTÓNIO GOMES DE OLIVEIRA — *Idylios maritimos y Rimas varias.* Lisboa, 1617; *Sonetos heroicos concernentes á Magestade e estado politico e militar do sempre Augusto Rei D. João IV...* Lisboa, 1641; *Panegyrico... D. João 4.º.* Lisboa, 1641; *Oitavario heroico votado á Magestade victoriosa d'Elrei nosso Senhor D. João o IV.* s/l. n. d.; *No dia solemnissimo da entrada delRei Nosso Senhor em Lisboa, recolhendo-se das fronteiras do Alemtejo...* s/l. n. d.; *Pela festividade amnual que em o 1.º de Dezembro de 1641...* Lisboa; *Ao serenissimo infante D. Affonso.* s. l. n. d.

ANTÓNIO DE VILAS BOAS E SAMPAIO — *Auto da Lavradora d'Ayró.* Coimbra, 1678. (Saíu sob o pseudónimo de João Martins; *Poesias... Auto da Lavradora de Ayró e Saudades do Tejo e de Lisboa, na ausencia da Senhora Catharina, Rainha da Gran Bretanha.* Poema. Coímbra, 1841.

BERNARDA FERREIRA DE LACERDA — *Soledades de Buçaco.* Lisboa, 1634; *Hespanha Libertada.* Lisboa, 1618 e 1673.

BERNARDO DE BRITO — *Sylvia de Lisardo.* Lisboa, 1597; id. 1626; id. 1632; id. 1668; id. 1784.

DIOGO FERREIRA DE FIGUEIROA — *Epitome das festas que se fizeram no casamento de D. João o II, Duque de Bragança, com a senhora D. Luiza Francisca de Gusmão.* Évora, 1633; *Desmayos de Mayo em sombras de Mondego.* Vila Viçosa. 1635; *Jardim de Tinamor.* Lisboa, *1648; Theatro da maior façanha e gloria portugueza.* Lisboa, 1642.

DIOGO DE SOUSA ou DIOGO CAMACHO — *Jornada ás Cortes do Parnaso, em que ficou laureado por Apollo.* Lisboa, 1794. V. *Jornal do Comércio,* n.os 3.952 e 53, art.os de M. Pinheiro Chagas, e Camilo Castelo Branco, *Cavar em ruinas.*

DUARTE RIBEIRO DE MACEDO — *Discursos politicos e obras metricas.* Lisboa, 1721; *Obras do Dr. Duarte Ribeiro de Macedo.* Lisboa, 1743; id. 1767; *Obras ineditas...* Lisboa, 1817.

FRANCISCO DE FREIRE — *Nova Lusitania. Historia da guerra brasileira.* Lisboa, 1675; *Flores del disierto,* de Fr. Paulino da Estrela. Lisboa, 1667. (No princípio 4 décimas em português, de J. B. Freire).

D. FRANCISCO CHILD ROLIM DE MOURA — *Dos novissimos de...* Quatro cantos, com os argumentos de um amigo em cada canto. Lisboa, 1623; *Obras...* de... Lisboa, 1853.

JOSÉ DO COUTO PESTANA — *Quiteria sancta: poema sacro.* Lisboa, 1715; *Epithalamio real nos felicissimos desposorios dos augustissimos reis D. João V e D. Maria Anna d'Austria.* Lisboa, 1709; *Oitavas epithalamicas, em que se pede ás nymphas do Tejo celebrem os desposorios do ex.mo sr. D. José Miguel João de de Portugal com a ex.ma sr.a D. Luiza de Lorena.* Lisboa, 1729; *Progressos Academicos dos Anonymos,* de Lisboa (insere trabalhos seus).

MANUEL BOTELHO DE OLIVEIRA — *Musica do Parnaso dividida em quatro córos de rimas portuguezas, castelhanas, italianas e latinas, com seu descante comico reduzido em duas comedias.* Lisboa, 1705.

MANUEL DE FARIA E SOUSA — *Fuente de Aganipe y Rimas varias divididas em sete partes.* Madrid, 1624, 1625 e 1627; id. 1644-1646. *Obras de D. Luiz de Gongora.* 1644-1648. Madrid (um soneto acróstico em português).

MANUEL DE GALHEGOS — *Gigantomachia.* Lisboa, 1628; *Templo da Memoria.* Poema epitalâmico nas felicíssimas bodas do ex.mo sr. Duque de Bragança e de Barcelos, Marquês de Vila Viçosa... Lisboa, 1635.

MANUEL QUINTANO DE VASCONCELOS — *A Paciencia constante: discursos poeticos em estilo pastoril.* Lisboa, 1622.

MANUEL DE SOUSA MOREIRA — *Varias obras poeticas...* (V. Costa e Silva. *Ensaio).*

MANUEL TAVARES CAVALEIRO — *Ramalhete juvenil.* Lisboa, 1687; *Canção á victoria de Montes-Claros.* Lisboa, 1666.

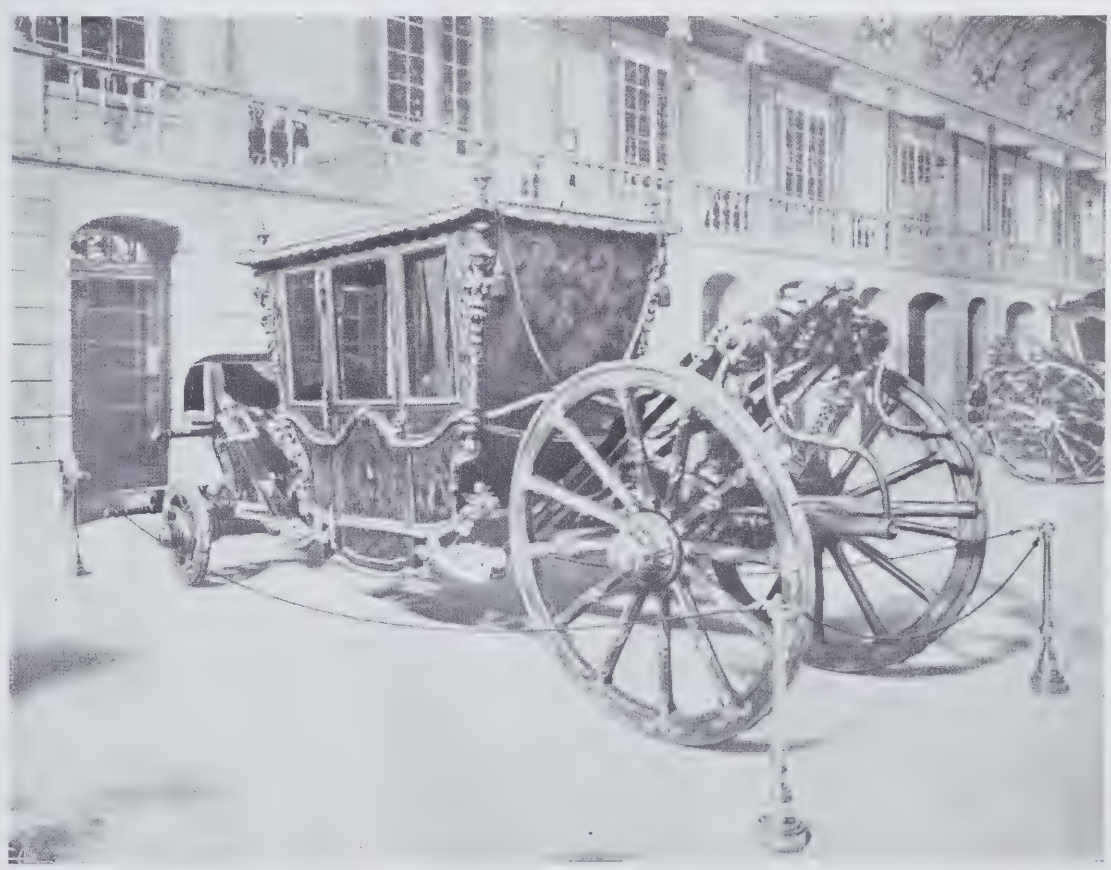
MANUEL TOMÁS — *O Phenix da Lusitania, ou acclamação do serenissimo rei de Portugal D. João IV: poema heroico.* Ruan, 1649; *União sacramental, offerecida a el-rei D. João IV do nome...* Ruan, 1650; *Poema del angelico doctor Sancto Thomás.* Lisboa, 1626; *Rimas sacras...* Anvers, 1635; *Thesouro de virtudes.* Anvers, 1661.

MANUEL DA VEIGA — *Laura de Anfriso.* Évora, 1627.

PAULO GONÇALVES DE ANDRADE — *Varias poesias.* Coímbra, 1658.

SIMÃO ANTÓNIO DE SANTA CATARINA — *Rimas sonoras.* Lisboa, 1731; *Relação metrica...* Lisboa, 1729; *Cithara sagrada de nove cordas...*

D. TOMÁS DE NORONHA — *Poesias ineditas de D. Tho-*



COCHE DO FIM DO SÉCULO XVII, existente no Museu Nacional dos Coches, de Lisboa. (Do Catálogo descritivo e ilustrado do Museu Nacional dos Coches, por Luciano Freire. Lisboa, 1923

maz de Noronha. Coímbra, 1899. (Publicadas pelo sr. dr. Mendes dos Remédios).

TROILO DE VASCONCELOS DA CUNHA — *Espelho do invisivel...* Lisboa, 1714.

ANTÓNIO SERRÃO DE CASTRO — *Os Ratos da Inquisição.* Pôrto, 1883. (Publicados por Camilo Castelo Branco.

A poesia lírica do século XVII vive, na bôca dos críticos, uma vida difícil. Todo o século XVII é, em via de regra, maltratado.

O sr. prof. Mendes dos Remédios, por exemplo, começa dêste modo o capítulo consagrado ao seiscentismo: «A quadra litteraria do século XVII representa para Portugal um periodo de grande decadencia» (*Hist. da Lit. Port.*, página 327) (1). E mesmo aqueles que procuram reagir contra esta orientação pessimista, mesmo êsses, quando se chega à Poesia, afinam por aquele tom.

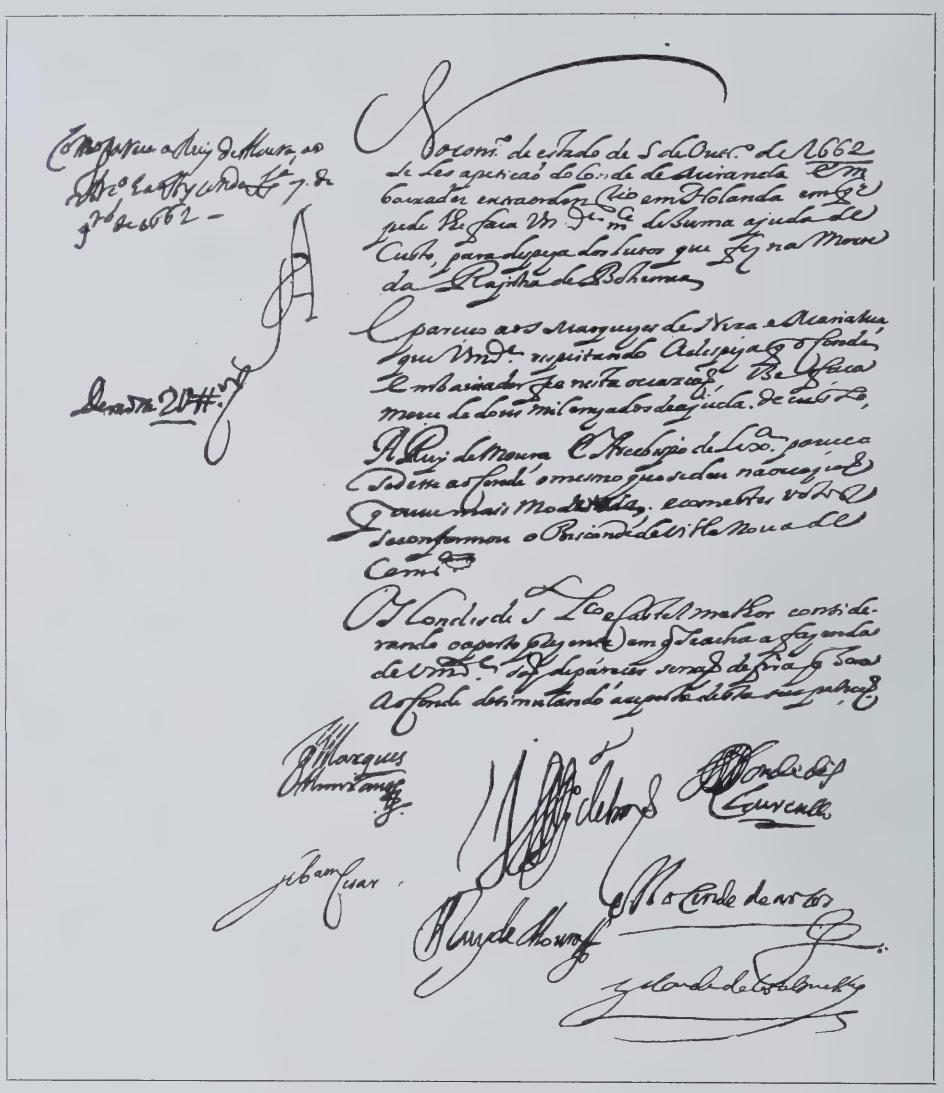
«A poesia, escreveu o sr. Fidelino de Figueiredo (*Hist. da Lit. Classica*, 2.ª época, pág. 66) é o aspecto débil desta época, em todas as suas variedades».

O sr. Manuel Múrias, numa monografiazinha de valor muito superior ao volume, diz: «O século XVII não é o século áureo da poesia» (*O Seiscentismo em Portugal*, pág. 73). E acrescenta, um pouco adiante (pág. 74): «Como quere que seja, o lirismo não floresceu no sec. XVII. *O Postilhão de Apolo* e a *Fenix Renascida*, ruínas inexgotáveis de infinita sensaboria lírica, raro aparentam uns momentos de sensibilidade sincera onde possamos apontar uma recordação de Camoens».

As Histórias da Literatura chamam à literatura do século XVII — *Gongórica* (v. g. Mendes dos Remédios) ou *Culteranista* (v. g. Teófilo Braga, *Curso da Hist. da Lit. Portug.*).

Dum modo geral, dá-se a literatura portuguesa do século XVII como de cêpa castelhana, não compreendendo, então, a gente como pôde Francisco Dias Gomes escrever êste assêrto perfeito: «Vieira, que tem por si só tanta authoridade como todos os prosistas anteriores a elle...» (*Obras poeticas*, pág. 146).

Castelhana? Gongórica? Culteranista? — a Poesia do século XVII? Rompamos, com firmeza e com decidida independência crítica, com os preconceitos, os lugares comuns, as frases estereotipadas, e pondo de parte os instrumentos dos outros, vejamos pelos nossos próprios olhos o que foi a Poesia lírica seiscentista.



UMA ACTA DO CONSELHO DE ESTADO DE 5 DE OUTUBRO DE 1662

Trata do pedido de uma ajuda de custo para a despesa do luto que fêz com a morte da Raínha da Boémia, o 3.º Conde de Miranda, Henrique de Sousa Tavares da Silva, embaixador na Holanda. Assinam êste curioso documento o Conde de Castelo Melhor (D. Luís de Vasconcelos e Sousa), o Marquês de Niza (D. Vasco Luís da Gama, que assina Marquês Almirante), o Conde de S. Lourenço D. Martim Afonso de Melo), Sebastião Cesar de Meneses, o Visconde de Vila Nova da Cerveira (D. Diogo de Lima e Brito), o 3.º Conde dos Arcos e Rui de Moura Teles, senhor da Póvoa e Meadas. Ao alto, à esquerda, o parecer autógrafo do rei Afonso VI e a sua firma (Da colecção de Albino Forjaz de Sampaio)

A Poesia lírica portuguesa de seiscentos está tôda na Poesia de quinhentos, e as suas raízes vêm de longe. O século XVII não é mais do que o desenvolvimento lógico, normal, do século XVI. É o Clássico em evolução. É a Renascença a produzir-se. É o Paganismo a reocupar posições. É o Humanismo a dominar a influência que a magnífica e humaníssima Idade Média exercera — tão salutarmente sôbre a Civilização.

Mais rebuscados, mais preciosos, mais requintados, mais subtis, mais *artistas*, os poetas do século XVII, do que os do século XVI? Sem dúvida. E era natural.

Mas o artifício, o brinco, que tanto escandaliza os impotentes e os rudes, não é exclusivo do século XVII. É de tôdas as literaturas e de tôdas as épocas.

Álvaro de Brito, muito antes fizera aquela paciência do:

> Forte, fiel, facanhoso,
> fazendo feytos famosos,
> florecente, frutuoso,
> fundando fiys frutuosos.

(1) Depois de escrito êste estudo, saíu nova edição da *Hist. da Lit. Port.* O autor modificou a sua opinião: «A quadra literária do século XVII representa para Portugal, na opinião de muitos, um período de assinalada decadência» (pág. 305).

A LISBOA DO SÉCULO XVII

PLANTA DE JOÃO NUNES TINOCO (1650) PUBLICADA PELA DIRECÇÃO GERAL DOS TRABALHOS GEODÉSICOS EM DUAS EDIÇÕES, HOJE ESGOTADAS

ACADEMIAS
DOS
SINGVLARES
DE LISBOA.
DEDICADAS A
APOLLO.
PRIMEIRA PARTE.
ANNO 1665.
LISBOA.
Com todas as licenças neceſſarias.
Na Officina de Henrique Valente de Oliueira Impreſſor delRey N. S.
ACADEMIAS
DOS
SINGULARES
DE LISBOA,
DEDICADAS A
APOLLO.
PRIMEIRA PARTE.
SOLAQVE NONPOSSVNT HÆC MONVMENTA MORI
LOPEM
GONGO
GRACIAS
CAMOES
HORATIVM
OVVIDI
VFFGILIO
ARISTOTELEM
HOMERO
LISBOA,
Na Officina de MANOEL LOPES FERREYRA,
& à ſua cuſta impreſſo.
Com todas as licenças neceſſarias M.DC.XC.II.

ROSTOS DAS PRIMEIRA E SEGUNDA EDIÇÃO DA ACADEMIA DOS SINGULARES. Lisboa, 1665-68 e 1692-98

Fama, fé, fortalecendo,
famosamente florece,
fydalguyas favorece,
francas franquezas firmando, etc.

(Cancioneiro de Rezende, fls. 28)

E Nuno Pereira dissera:

Somos hũa cousa nos,
em ambos hũa soo fym,
eu nam soou em mym sem vos,
nem vos nam estays sem mym.

(Idem, fls. 35-v.)

Juan del Encina não precisou de esperar pelo século XVII, para escrever isto que parece arrancado à *Fenix Renascida:*

«No quiero querer querer
sin sentir sentir sufrir
merecer el merecer
por poder poder saber
y servir mas que servir.

Que sirviendo padeciendo
no padece quien padece
y sufriendo mereciendo
y mereciendo sufriendo
merece mas quien merece:
y el perder es no perder
el bivir que no es bivir
por poder poder saber
merecer el merecer
y servir mas que servir.»

(Cancionero, fls. Ixxxvj v)

Nem o nosso Gil Vicente para escrever isto, por exemplo:

Já nam ouso de cuydar
nem posso estar sem cuydado
matome por me matar
onde estou nam posso estar
sem estar desesperado.

(Copilacam de todulas obras, fl. 185.)

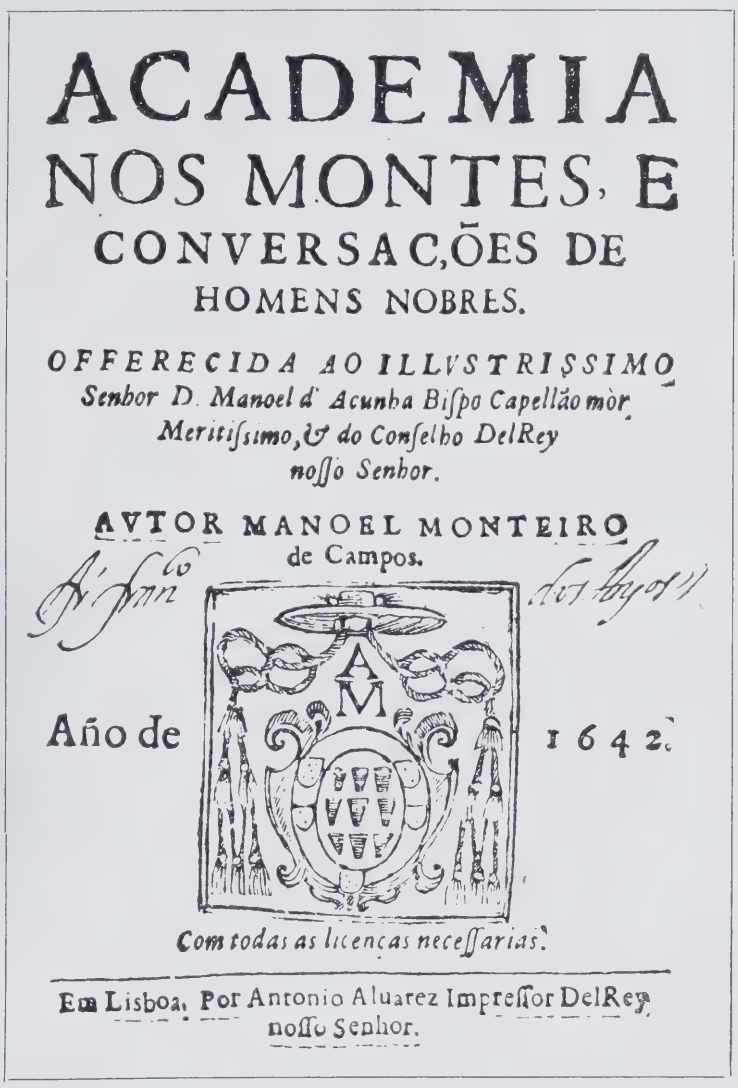
O uso e abuso da mitologia que é um dos defeitos que mais se apontam à poesia seiscentista, e constitui, na verdade, uma das suas principais dificuldades, e a razão séria da sua obscuridade — isso já vem do século anterior, e mancha assazmente a paisagem camoniana.

Se as *Soledades* de Gôngora precisam do exaustivo comentário de D. Garcia Salzedo Coronel — modêlo, diga-se de passagem, dos comentaristas nossos contemporâneos, — muito antes, Juan de Mena via o seu *Laberinto de Fortuna* ou *Trezientas,* comentado por Fernan Nuñez. E do seu *Lo Claro oscuro,* dizem os srs. Hurtado

y Palencia (*Hist. de la Lit. Españ.*, pág. 189) que «es una composición tan confusa como lo peor de Góngora».

O século XVII é o século da Reacção católica contra a peste da Reforma; é o século dos grandes teólogos portugueses e espanhóis. É o século do grande esplendor da Companhia de Jesus e dos Dominicanos. Aí está a razão do seu descrédito junto dos tempos posteriores eivados de liberalismo e racionalismo.

Principalmente a Companhia de Jesus. Essa é que carrega com as culpas quási tôdas. O panfleto envenenado e envenenante do *Compêndio histórico do Estado da Universidade de Coimbra* que, sob a ordem do Marquês de Pombal, João Pereira Ramos, dum modo geral, compôs e coordenou, e de que Fr. Luís do Monte Carmelo fêz a revisão tipográfica — êsse panfleto foi, sob a sua capa hipócrita de erudição objectiva, a cartilha por onde a crítica passou a julgar o século XVII.


ACADEMIA
NOS MONTES, E
CONVERSAÇÕES DE
HOMENS NOBRES.
OFFERECIDA AO ILLVSTRIſſIMO
Senhor D. Manoel d' Acunha Biſpo Capellão mòr,
Meritiſſimo, & do Conſelho DelRey
noſſo Senhor.
AVTOR MANOEL MONTEIRO
de Campos.
Año de 1642.
Com todas as licenças neceſſarias.
Em Lisboa, Por Antonio Aluarez Impreſſor DelRey
noſſo Senhor.

«LIVRO RARO DE ACHAR, E POUCO CONHECIDO ENTRE NÓS» chama Inocêncio a esta obra que, chamando-se Academia, é um livro de diálogos à semelhança da *Côrte na aldeia* de F. Rodrigues Lobo

Rebêlo da Silva que leu por essa cartilha, atreveu-se, então, a escrever, em relação à literatura pròpriamente dita dêsse século: «Elegancias affectadas, phrases escolhidas, conceitos refinados, e extrema singularidade na concepção e nas expressões, eram as prendas inculcadas aos poetas e prosadores, por mestres, que antepunham esta espécie de esgrima de agudezas e trocadilhos ás verdadeiras qualidades do estilo e do saber. As obras pareciam-se com os modelos. As proposições frisavam pelo transcendente obscuro indicado como ponto culminante do sublime». (*Hist. de Port. nos séculos* XVII *e* XVIII, tomo V, pág. 248).

É certo que a gente pode objectar: se as obras se pareciam com os modelos, tudo aquilo que caracteriza as obras não é privativo do século XVII nem dos Jesuítas. Mas deixemos isso.

A contrapôr àquelas palavras insensatas, temos estas de Camilo — lúcidas e seguras: «A defeza da Companhia de Jesus, no ponto de vista litterario, requeria mais amplo espaço sobre pulso mais vigoroso. Na orbita das lettras, ao critico illustrado não lhe faltariam bons lanços para glorificar-lhes a memoria. A censura não passaria por elles silenciosa; mas o louvor tambem ergueria a sua voz, pondo ouro fio a balança dos bens duradoiros e erros transitorios» (*Curso de Literat. Port.*, II, pág. 20).

Rompamos com os preconceitos confessionais ou políticos e vejamos claro no que é — como mandava Stendhal.

A poesia lírica do século XVII é, emotivamente, o que eram os sentimentos dêsse tempo. O poeta lírico canta o que sente. A emoção não se sujeita a pêso e medida. Os palacianos do *Cancioneiro de Rezende* não sentem mais nem menos do que os trovadores do *Cancioneiro da Ajuda*. *Sentem*, à sua maneira. E não poderemos julgá-los mal, se são menos obscenos do que os do *Cancioneiro da Vaticana*.

Nos poetas líricos de tôdas as idades e de tôdas as escolas, a uma *homogeneidade emotiva*, corresponde a *heterogeneidade formal*. E muito se engana quem pensa que a simplicidade da forma é sintoma de espontaneidade emocional. Quantas vezes essa simplicidade não é produto de um artifício trabalhoso! E quantas vezes o que nos dá a impressão de rebuscado, e trabalhado, não é espontâneo e fluido!

Isto

> «Preces addo precibus,
> basiaque basiis,
> fletus illa fletibus,
> iurgia conviciis.»
>
> *Carmina Burana*, edic. de Schmeller, n.º 45)

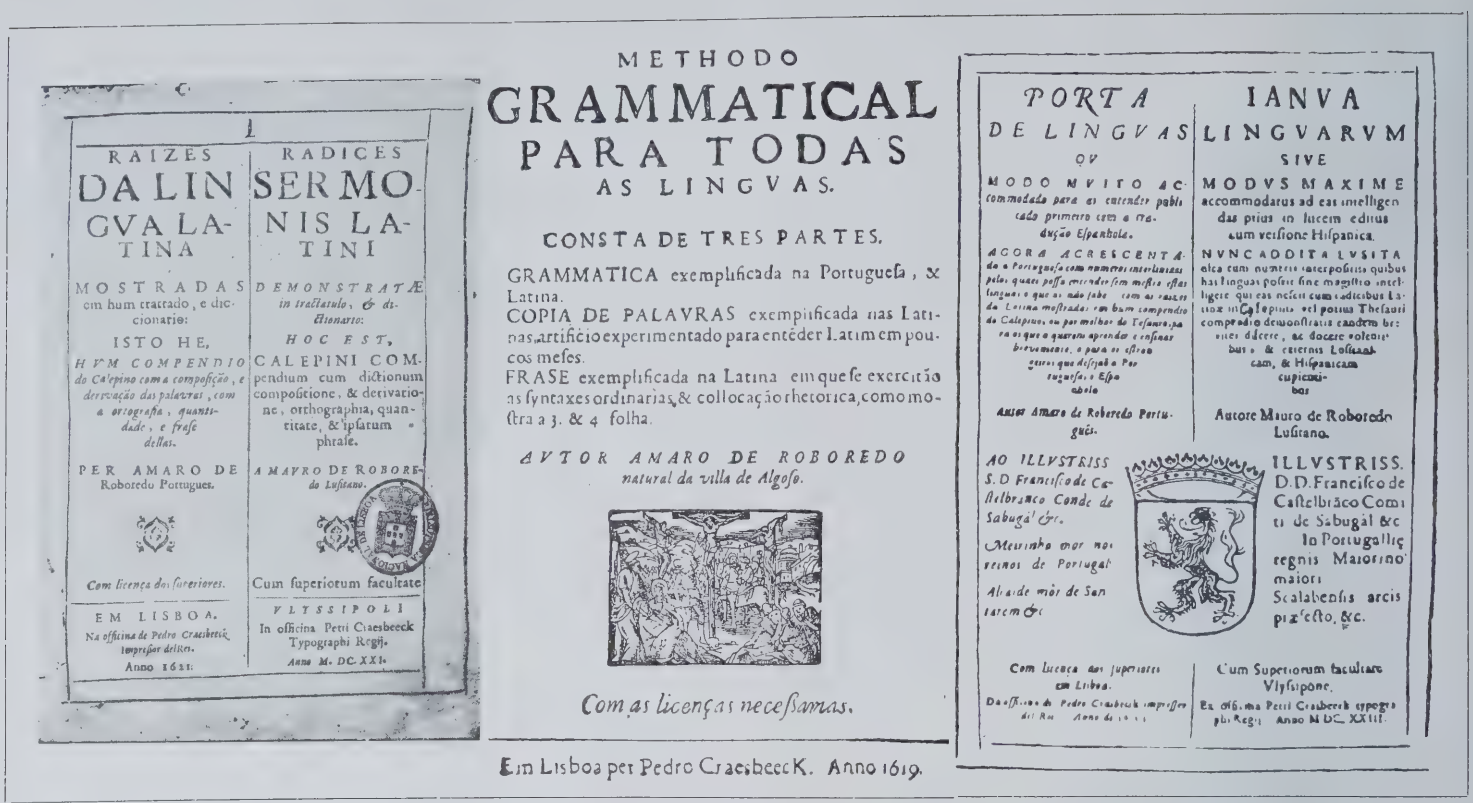
é dum poeta bem popular — dum daqueles poetas foliões, Goliardos chamados, medievo puro, que não sofrera a influência dos... jesuítas.

E que dizer dos poemas enigmáticos de Comodiano, nas suas *Instructiones*?

Os nossos líricos seiscentistas são, *poèticamente*, iguais aos que os precederam e aos que vieram depois. *Artìsticamente*, como cinzeladores do verso, ultrapassam manifestamente os seus antepassados, e só encontraram rivais nos românticos decadentistas dos séculos XIX e XX.

O decadentismo francês, com Verlaine na testeira, precisou de descobrir Gôngora para se revelar; e na Espanha, Ruben Dario acordou, de novo, a lira de Don Luís.

O nosso decadentismo é de origem francesa? Pois não fazia minga passarmos a fronteira, porque nas páginas da *Fenix Renascida*, «excepcionalmente belas, requintadamente raras», como já um dia escrevi (*Estudos phil. e*



ROSTOS DE TRÊS RAROS LIVROS DA GRAMÁTICA E ORTOGRAFIA SEISCENTISTAS. — Todos de Amaro de Roboredo, muito curiosos e apreciados pelos cultores dêste género de estudos. *Raizes da lingua latina* (1621); *Methodo grammatical* (1619) e *Porta de linguas* (1623)

crit., pág. 416) tínhamos modelos magníficos e padrões sugestivos.

Não compreendo que a crítica fique boquiaberta diante das charadas de Mallarmé e do seu pastiche nosso contemporâneo, Paul Valéry, e capitule de insulsas e coisa pior, as delicadezas e arabescos de alguns dos nossos seiscentistas.

Há muita poesia seiscentista oculta nos códices inéditos das nossas bibliotecas públicas e particulares. Os nossos arquivos são, sob certos pontos de vista, e em determinadas matérias, espessas florestas virgens que aguardam a audácia e a tenacidade de exploradores apaixonados (1).

A *Fenix Renascida* é o grande cancioneiro seiscentista. Pena que nem todos os seus versos sejam portugueses, e muitos, não sendo castelhanos, sejam acastelhanados. Evidentemente que só me ocupo dos que fazem parte da literatura portuguesa, pois que não é a certidão de idade que confere direitos de nacionalismo literário, mas sim a língua em que se exprimem os autores.

António Ferreira foi o primeiro que escreveu só em português. Mas o exemplo, a lição não frutificou. E o mal agravou-o o interregno da usurpação filipina. Do que foi escrito em castelhano não curo: porque o que se escreveu em castelhano não pertence à nossa literatura, mas à literatura de Espanha.

A primeira edição da *Fenix Renascida* é de 1716 (1.º volume), 1717 (2.º vol.), 1718 (3.º vol.), 1721 (4.º vol.) e 1728 (5.º vol.). O editor diz ao *Leytor:* «Das sombras do esquecimento, em que há tantos annos estavam sepultadas, saem á lus as obras que entre todas as deste genero a devião lograr com mayor razão».

A lição das poesias é correcta? Falando dos versos, o editor escreve: «Não pouco trabalho me custou o pollos em limpo, para o que me foy necessario ver & conferir muytos traslados, porque a grande variedade que delles se tem feyto, foy a causa de não andarem todos do mesmo modo, padecendo alguns diminuição, outros misturando intoleráveis alterações. Por esta razão não deve estranharse o irem trocadas ou accrescentadas algumas palavras».

O exemplar da minha livraria está muito emendado. Um exemplo: a pág. 37, 1.º tomo, na estância 15, os versos 5 e 6:

«A tuas lagrymas hoje sacrifico
Pois que partir sem ellas não me atrevo.»

têm a seguinte glosa marginal, em letra da época:

«A' tua dor minha alma sacrifico
Pois que partir sem ti hoje me atrevo.»

Quem se aventurará à obra meritória de fixar o texto da *Fenix Renascida?*

Inocêncio (*Diccion. Bibliog.*, II, pág. 268) informa que a 2.ª edição da *Fenix* é preferível à 1.ª, por vir acrescentada. A minha colecção é formada pelo 1.º tomo da 1.ª edição e pelos quatro restantes da 2.ª edição.

No 1.º volume, encontro umas estâncias de Hum Anonymo, que é, possìvelmente, MANUEL DE AZEVEDO MORATO, sob o título de *Sentimentos de D. Pedro & de D. Ignez de Castro*, que são uma beleza (1). O poeta fala-nos de Inês e diz-nos que ela era

«Nos donayres do talhe tão galante,
Nos alinhos da graça tão vistosa»,

atribuindo-lhe estas palavras de música que um quinhentista não podia adivinhar:

«Paray, torna a dizer, meo gosto amado,
Gloria desta alma, em quanto gloria tinha,
Mas ay alivio meo, ay meo cuydado,
Como podeis parar, se he gloria minha!

(1) Basta passar os olhos pelos Catálogos dos Mss. das Bibliotecas, Nacional de Lisboa, e Pública Eborense

(1) No volume dos *Seiscentistas*, pág. 428 e seg., Teófilo discute o problema da autoria dos *Sentimentos*. Barbosa Machado atribui-lhos sem hesitar.

Mas se destina o Ceo & manda o fado
Esta alma castigar, que amor mantinha
Deyxayme a vossa, porque a sorte ordene
Mais almas tenha, porque assim mais pene.»

É nesse poema que surge êste verso tão moderno, tão de hoje, e tão lindo:

«Defunta flor em flor, na flor da idade.»
(Est. 69, v. 4)

Figura neste volume, como sendo de Francisco Rodrigues Lobo, o celebríssimo soneto que começa:

«Formoso Tejo meo, quão differente
Te vejo, & vi, me vês agora & viste,
Turvo te vejo a ti, tu a mim triste,
Claro te vi eu já, tu a mim contente.»

De quem é o soneto? «De autor incerto», sentenceia D. Carolina Michaëlis *(Investigações sobre Sonetos e Sonetistas,* pág. 89).

Juromenha intercalou-o entre os de Camões, por sinal que com um verso errado

«Meu viver contente ou descontente»,

e com um verso menos perfeito do que o que lemos na *Fenix Renascida:*

«Lá virá então a fresca Primavera».

O sr. Aubrey F. G. Bell *(The Oxford Book of Portuguese Verse)* inclui-o no número dos anónimos, adoptando no primeiro verso do segundo terceto, a lição deficiente de Juromenha.

De quem é o soneto, êsse feiticeiro soneto?

O sr. Ricardo Jorge *(Revista da Univ. de Coimbra,* tomo II, pág. 574) dá conta dum trecho de João Soares de Brito *(Theatrum Lusitaniae Litteratum, sive Bibliotheca Scriptorum omnium Lusitanorum):* «Obiit vir ingeniosissimus in ipsis Tagi aquis submersus, quas paulo ante lyra suavissima celebraverat».

Êste «quas paulo ante» decide-me a fixar a tendência que sempre tive para atribuír a Francisco Rodrigues Lobo a autoria da jóia preciosa, porque na sua bôca «o punha como canto de agonia», o Bispo do Pará (Ricardo Jorge, *ob. cit.,* tomo VI, pág. 381).

O douto biógrafo de Rodrigues Lobo escreve: «Em todo o rigor, o soneto é de autor incerto; a paternidade de Lobo consta de diversas fontes que fornecem indício bastante para a sua aceitação, contra a qual nada há que vàlidamente se opponha.» *(Contra um plagio do Prof. Theophilo Braga,* pág. 50).

Sim. Em todo o rigor *objectivo, documental,* o soneto nem é de Camões nem é de Rodrigues Lobo, nem é do Francisco Mendes do *Cancioneiro* de Fernandes Tomaz, nem dos outros como Fernão Álvares do Oriente, que melhor ou pior passam por seus autores. Mas como tem de ser de alguém, e como contra a autoria de Lobo «nada ha que vàlidamente se opponha» — o trecho do erudito Soares de Brito, acima invocado, foi a gôta que fêz trasbordar o cálix das minhas razões.

Também, na *Fénix,* vem, por duas vezes, o soneto que começa:

«Horas breves do meu contẽtamento,
Nunca me pareceo quando vos tinha,
Que vos visse mudadas tão azinha
Em tão compridos annos de tormento ..»

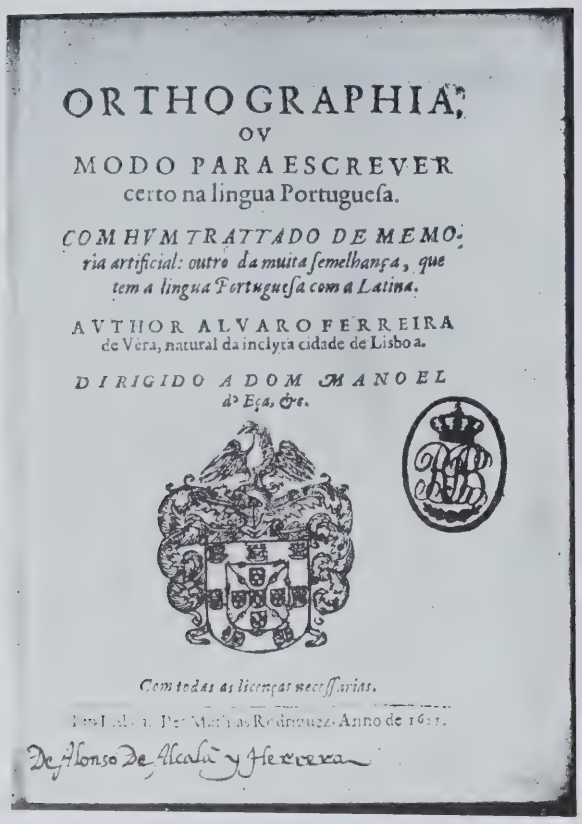
A primeira vez, no tomo III, pág. 252, sob a epígrafe de *Sonetos varios por diversos authores. Do Infante D. Luiz. Soneto moral.*

REGRAS
GERAYS
breves, & comprehenſivas
DA MELHOR ORTHOGRAFIA
com que ſe podem evitar erros no
eſcreve[r] a lingua Latina, &
Portugueza.
Para ſe ajuntar á Proſodia.
ORDENADAS PELO AVTHOR
delle do P. D. Bento Pereyra de Cõpanhia
de Ieſus, Qualificador do S. Officio.
Aprovadas per Varões peritiſſimos em
huma, & outra lingua.
DIVIDEMSE EM TRES PARTES.
A primeyra he das regras commuas á lingua
Latina, & Portugueza. A ſegunda he das
tocantes ſò á Latina. A terceyra das
tocantes ſò á Portugueza.
EM LISBOA
Com todas as licenças neceſſarias
Por Domingos Carneyro. Ano 1666.

FLORILEGIO
DOS MODOS DE
FALLAR,
E ADAGIOS DA LINGOA
PORTVGVESA.
DIVIDIDO EM DVAS PARTES.
EM A PRIMEIRA DAS QVAES
ſe poem pella ordem do Alphabeto as Fraſes Portugueſas, a que correſpondem as mais puras,
& elegantes Latinas:
NA SEGVNDA SE POEM OS
principaes adagios Portugueſes, com ſeus Latim
prouerbial correſpondente.
PERA SE AIVNTAR A PROSODIA,
& Theſouro Portugues, como appendiz,
ou complemento.
PELLO P. D. BENTO PEREYRA
da Companhia de IESVS, &c.
Com todas as licenças neceſſarias.
EM LISBOA
Por Paulo Craesbeeck, & à ſua cuſta. Anno 1666.

REGRAS
GERAYS
Breves, & comprehenſivas
DA MELHOR ORTOGRAFIA,
com que ſe podem evitar erros no
[e]ſcrever a lingua Latina,
Portugueza,
Para ſe ajuntar à Proſodia,
ORDENADAS PELO AUTHOR
delle o P. D. Bento Pereyra da Companhia
de Jeſus, Qualificador do S. Officio,
Aprovadas por Varões peritiſſimos em hua
[lin]gua, & outra lingua.
DIVIDEMSE EM TRES PARTES.
A primeira he das regras communs à lingua
Latina, & Portugueza. A ſegunda he das
tocantes ſó à Latina. A terceyra he das
tocantes ſó à Portugueza.
EM LISBOA,
Com todas as licenças neceſſarias.
Por Domingos Carneiro. Anno 1666.

TRÊS RAROS LIVROS DA GRAMÁTICA E ORTOGRAFIA PORTUGUESA SEISCENTISTAS. — O primeiro e o terceiro, as *Regras gerays breves & comprehensivas da melhor Orthografia,* são do mesmo ano, 1666, edições diferentes, não identificadas em separado pelos nossos bibliógrafos. O *Florilegio* é livro que nem Barbosa nem o Catálogo da Academia conheceram e Inocêncio cita


ORTHOGRAPHIA;
OV
MODO PARA ESCREVER
certo na lingua Portugueſa.
COM HVM TRATTADO DE MEMO-
ria artificial: outro da muita ſemelhança, que
tem a lingua Portugueſa com a Latina.
AVTHOR ALVARO FERREIRA
de Véra, natural da inclyta cidade de Lisboa.
DIRIGIDO A DOM MANOEL
d' Eça, &c.
Com todas as licenças neceſſarias.
Em Lisboa. Per Mathias Rodriguez. Anno de 1631.

ORTOGRAFIA DE ALVARO FERREIRA DE VERA. É livro estimado e raro. (Exemplar da Biblioteca Nacional que conserva, como se vê no rosto, o nome de um dos seus primitivos possuidores)

A segunda vez, no tomo V, pág. 272, sem atribuïção de autor.

De quem é o Soneto?

Pedro Joseph Supico de Morais (*Collecçam moral de apophthegmas memoraveis*, I, pág. 136), escreve: «O soneto seguinte tem grande estimação por ser do Infante D. Luís, aos vãos pensamentos do homem». Transcreve o soneto, e fá-lo acompanhar duma tradução francesa:

«Plaisirs qu'on voit mourir & naître en un moment,
Trompeuses voluptez, éffroyables caprices,
Vous me faites bien voir avec étonnement,
Que c'est vous aujourd'hui que causes mes supplices...»

No *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Eborense* (tomo II, pág. 90), estão notados dois sonetos do Infante D. Luís:

A' redea solta corre o pensamento

e

Horas breves de meo contentamento.

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos tratou largamente (in. *Investigações sobre Sonetos e Sonetistas*, pág. 45 e seg.; *Cancioneiro de Fernandes Thomaz*, pág. 81; *Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, pág. 80 e 102) dêste problema. A douta romanista entende que o soneto deve ser atribuído a Diogo Bernardes, que o incluira, aliás, na edição príncipe da suas *Flores do Lima* — discutindo, com aquela agudeza que todos lhe reconhecem, as várias hipóteses formuladas. Porque a verdade é que êste soneto é autenticamente *res nullius*: disputam a sua autoria Camões, Diogo Bernardes, o Infante D. Luís, Sá de Miranda — que sei eu! E das formas portuguesas e castelhana — quel dessas formas é a original?

Na *Fenix Renascida*, o soneto *Fermoso Tejo meo, quão differente*, vem glosado três vezes: duas vezes, pelo DOUTOR ANTÓNIO BARBOSA BACELAR, poeta de primeiro plano; e uma vez, não se diz por quem: «Ao mesmo soneto outra glossa». De Bacelar também? A composição seguinte traz como título: «A humas saudades, do mesmo Autor». Que autor? Barbosa Bacelar glosou também, neste volume da *Fenix*, o soneto de Camões

Sete annos de pastor Jacob servia,

um dos «dois gavadinhos», na expressão de Verney (*Verdadeiro Methodo*, I, pág. 207), por duas vezes; e toma-o como tema, um poeta de que não se diz o nome.

O mesmo Bacelar publica *Saudades de Aonio*, ainda no 1.º volume; no 2.º volume, uma glosa ao outro gavadinho de Camões, o

Alma minha gentil que te partiste;

duas glosas a dois sonetos de autor não confessado (1); *Varios Sonetos*, em que se lhe restituem «os que ou por erro ou por furto corrião com nomes de outros Authores» e são 34 sonetos, dos quais, sete em língua castelhana; seguem-se várias *Decimas* e *Romances;* um poema *Saudades de Lysis na auzencia de Aonio;* no tomo IV, *Poesias varias;* no tomo V, novas *Saudades de Aonio*, duas glosas (a uma oitava de Camões e a um soneto de D. Rodrigo de Meneses), uma *Cançam*, uma *Relação da festa de touros*, e alguns *Romances* e *Coplas*.

(1) Mas o primeiro soneto é de D. Rodrigo de Menezes, e como tal vem reproduzido no tomo V da *Fenix*.

BREVES
LOVVORES DA
LINGVA PORTVGVESA,
com notaveis exemplos da muita
ſemelhança, que tem com
a lingua Latina.
DIRIGIDO A DOM MANOEL
d' Eça, &c.
Pér Alvaro Ferreira de Véra.
EM LISBOA.
Per Mathias Rodriguez. Anno de 1631.
V.

RARO LIVRO DA GRAMÁTICA E ORTOGRAFIA SEISCENTISTAS. — Os *Breves louvores* que andam quási sempre encadernados com a *Orthographia* do mesmo autor

Dois dos seus melhores sonetos:

«A HUM PEITO CRUEL

O Bem passado que he? he mal presente,
O mal presente que he? he dor esquiva,
A dor esquiva que he? he morte viva,
A morte viva que he? he inferno ardente.

Com mal quem poderá viver contente,
Com dôr quem haverá que alegre viva,
Cõ morte quẽ não tem pena excessiva,
Com inferno quem vive alegremente?

Por bem passado mal vou padecendo
Por alegria dor, por vida morte,
Por gloria o mesmo inferno estou sofrẽdo:

Mas ah, peito cruel, que inda he mais forte
A dura condição, que em ti estou vendo,
Que bem, que mal, que dor, que inferno ou morte.»

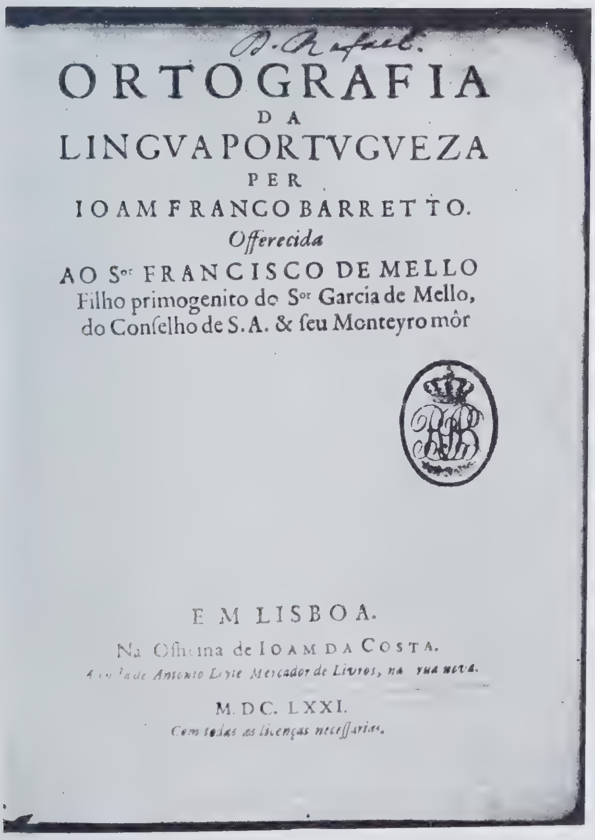
*

«Amoroso desdem num bello agrado,
No mais duro ferir hum doce geito,
Tyrania suave em brando aspeito,
Olhos de fogo em coração nevado.

No vestir hum asseyo descuidado,
Ingratidão amavel no respeito,
O brio, a graça, o riso em hum sujeito,
Variamente co' o grave misturado.

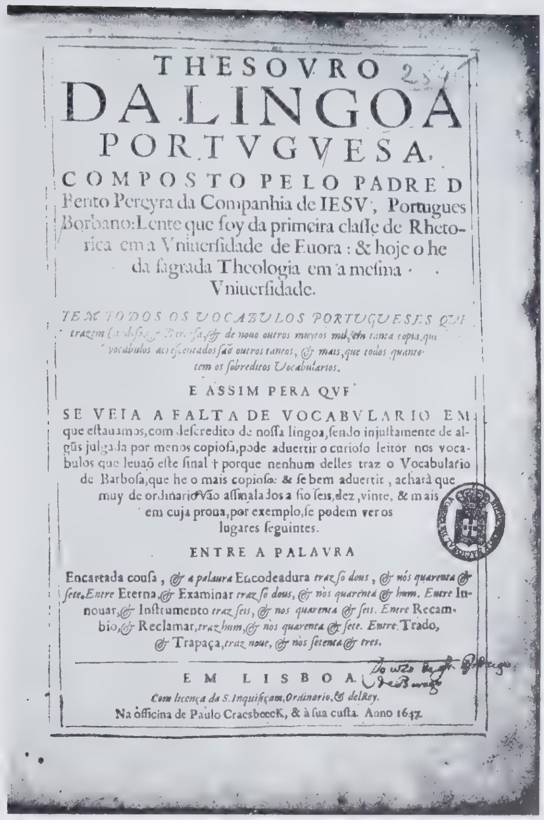
Animado primor da fermosura,
Luzido discursar de engenho agudo,
Custosa luz, incendio pretendido,

Alma no talhe, garbo na postura,
Capricho no cuidado, ar no descuido
Armas são com que amor me tem rendido.»


ORTOGRAFIA
DA
LINGVA PORTVGVEZA
PER
IOAM FRANCO BARRETTO.
Offerecida
AO Sor FRANCISCO DE MELLO
Filho primogenito do Sor Garcia de Mello,
do Conselho de S.A. & seu Monteyro mór

EM LISBOA.
Na Officina de IOAM DA COSTA.
A custa de Antonio Leyte Mercador de Livros, na rua nova.
M.DC.LXXI.
Com todas as licenças necessarias.

A ORTOGRAFIA DA LINGUA PORTUGUEZA de João Franco Barreto. Rara e estimada lhe chama Inocêncio. (Exemplar da Biblioteca Nacional)


THESOVRO
DA LINGOA
PORTVGVESA.
COMPOSTO PELO PADRE D
Bento Pereyra da Companhia de IESV, Portugues Borbano: Lente que foy da primeira classe de Rhetorica em a Vniuersidade de Euora: & hoje o he da sagrada Theologia em a mesma Vniuersidade.
TEM TODOS OS VOCABULOS PORTUGUESES QUE trazem ... & de nouo outros muytos mil, em tanta copia, que vocabulos acrescentados saõ outros tantos, & mais, que todos quanto tem os sobreditos Vocabularios.
E ASSIM PERA QVE
SE VEIA A FALTA DE VOCABVLARIO EM que estauamos, com descredito de nossa lingoa, sendo injustamente de algũs julgada por menos copiosa, pode aduertir o curioso leitor nos vocabulos que leuaõ este sinal † porque nenhum delles traz o Vocabulario de Barbosa, que he o mais copioso: & se bem aduertir, achará que muy de ordinario vão assinalados a fio seis, dez, vinte, & mais em cuja proua, por exemplo, se podem ver os lugares seguintes.
ENTRE A PALAVRA
Encartada cousa, & a palaura Encodeadura traz só dous, & nós quarenta & sete. Entre Eterna, & Examinar traz só dous, & nós quarenta & hum. Entre Innouar, & Instrumento traz seis, & nos quarenta & seis. Entre Recambio, & Reclamar, traz hum, & nós quarenta & sete. Entre Trado, & Trapaça, traz noue, & nós setenta & tres.
EM LISBOA.
Com licença da S. Inquisiçam, Ordinario, & delRey.
Na officina de Paulo Craesbeeck, & à sua custa. Anno 1647.

O THESOURO DA LINGUA PORTUGUEZA do Padre Bento Pereira, edição de 1647, não citada nos bibliógrafos que citam as de 1634, 43, 56, 69, 74, 97, 1723 e 1750

Dentre os colaboradores da *Fenix Renascida*, e nem todos, evidentemente, são de receber, em que o meu gôsto repara, cito agora, JERÓNIMO BAÍA. Foi mais um dos muitos que, nas pègadas de Gôngora, tomaram à sua conta a fábula do Cyclope monóculo, antropófago ainda por cima, o qual amou aquela de quem Jerónimo Baía diz tão delicadamente:

«Por formar natureza a Nynfa bella,
Fes nas estrellas, fes no Sol ensayo,
E tão linda a pintou que á vista della
O Sol ficou huma estrella, a estrella hũ rayo».

O poema de Gôngora é superiormente belo. A-pesar de manifestamente inspirado neste, o poema de Baía não deixa de ser notável. A mesma fábula, trata-a ainda FRANCISCO DE VASCONCELOS, COITINHO, madeirense, autor dum *Feudo do Parnaso* e de um *Hecatombe metrico*: olhem a graça desta estância:

«Se a Nynfa vay por agoa á fresca fonte,
Lhe leva o seo zagal o cantarinho,
E quando Acis á noite vem do monte,
Ella lhe tem guizado hum cordeirinho:
Porque requebros mil elle lhe conte,
Lhe diverte as fadigas do caminho,
Trazẽndolhe a roupinha em frescos molhos
Lavada, como enxuta nos seos olhos.»

De Jerónimo Baía é justo fixar êste soneto:

A' FONTE DAS LAGRIMAS

Ves essa pura fonte tão aceita,
Digna de vista ser, sem ser vistosa,
Que quanto mais murmura, mais deleita,
De muda penha filha sonorosa:

Vês que o gosto enfeitiça, o prado enfeita,
E quando branda mais, mais poderosa,
Contrarios vence, opposiçoens sujeita
Pois se vê fria, pois se vê chorosa.

Vês tanta prata, vês aljofar tanto,
Sabe Isabel gentil, e doce Isbella,
Do ouvido suspensão, da vista encanto,

Que se ella vive em mim, que eu vivo nella,
Ella he lagrimas toda, eu todo pranto,
Eu de amor fonte, fonte de amor ella.»

Também gracejou, madrigalizou e epigramou. Nem pelos romances, nem pelas canções, nem pelas graças dos epigramas e madrigais, acendo lâmpada no seu nicho.

Mas esta décima não deixa de ter sabor:

«A F. QUE COMIA BARRO

Dizem-me que estais doente
De doença tão pezada,
Que por ser de barro he nada,
E só no pezo se sente:
Credeme, que estou contente,
Pois quando a terra comeis,
Mais eterna vos fazeis,
Pois se a terra os corpos come,
E se a comeis vós com fome,
Quem vos coma não tereis.»

Escapou êste texto demonstrativo da existência da barrofagia, entre nós, à erudição, sempre tão rica, de D. Carolina Michaëlis, na sua curiosa monografia sôbre os *Púcaros em Portugal*.

Das obras de Jerónimo Baía, a de maior tomo é o célebre *Lampadario de Crystal*,

«Alpe luzido, luminar nevado,
Pompa da Regia Sala
Thesouro no valor, brinco na [gala,
Onde á materia vasta a subtil [arte
Fazendo illustre excesso,
O preço abate sublimando [o preço.»

com que abre o Vol. III da *Fenix Renascida*.

A pág. 268 do vol. V da *Fenix Renascida*, há um soneto,

Alegre pintasilgo, flor vivente

do desventurado André Rodrigues de Matos. Desventurado em vida, porque esta o levou a descuidar-se dela; desventurado na morte, porque Costa e Silva deshumanamente o caluniou.

Nos tomos IV e V dêste Cancioneiro aparecem dois grupos de poesias atribuídas a um anónimo: «Sonetos varios de hum Anonymo», no tomo IV, e várias poesias no tomo V — desde págs. 73 a 137.

É Inocêncio (*Diccion. Bibliographico*, I, pág. 111) quem nos informa de que êsses dois grupos de poesias são de António da Fonseca Soares, mais tarde, em religião, Fr. António das Chagas.

Muito discutido, êste António da Fonseca Soares, desde Verney, que lhe chama desdenhosamente «o Chagas» (*ob. cit.* I, pág. 195 e seguintes) até Costa e Silva (*Ensaio biographico-critico*, tomo X, pág. 5) que diz a seu respeito: «A natureza o havia criado para grande Poeta; tinha-o prendado com uma imaginação viva, e ardente, coração sensivel e terno, ouvido delicado, e proprio para conhecer os feitiços da harmonia metrica, amor do estudo e da gloria». Entre os dois extremos, cabem aquelas palavras de Camilo, em referência aos volumes manuscritos dos seus versos: «se nada prestam como provas de estro, occultam joias de locução que denotam profundo estudo da lingua» (*Curso de Litt. Port.*, II, pág. 47).

Castelhanou muito, — e uma das suas mais afamadas obras, *Filis y Demofonte*, poema trágico-amoroso, é escrito em castelhano. Os sonetos «quasi todos sam peste», como pretende Verney (*ob. cit.*, tomo cit., pág. 198)?

Longe disso.

Vejam a preciosidade dêste soneto:

«AO CAVALLO DO CONDE DE SABUGAL, QUE FAZIA GRANDES CURVETAS

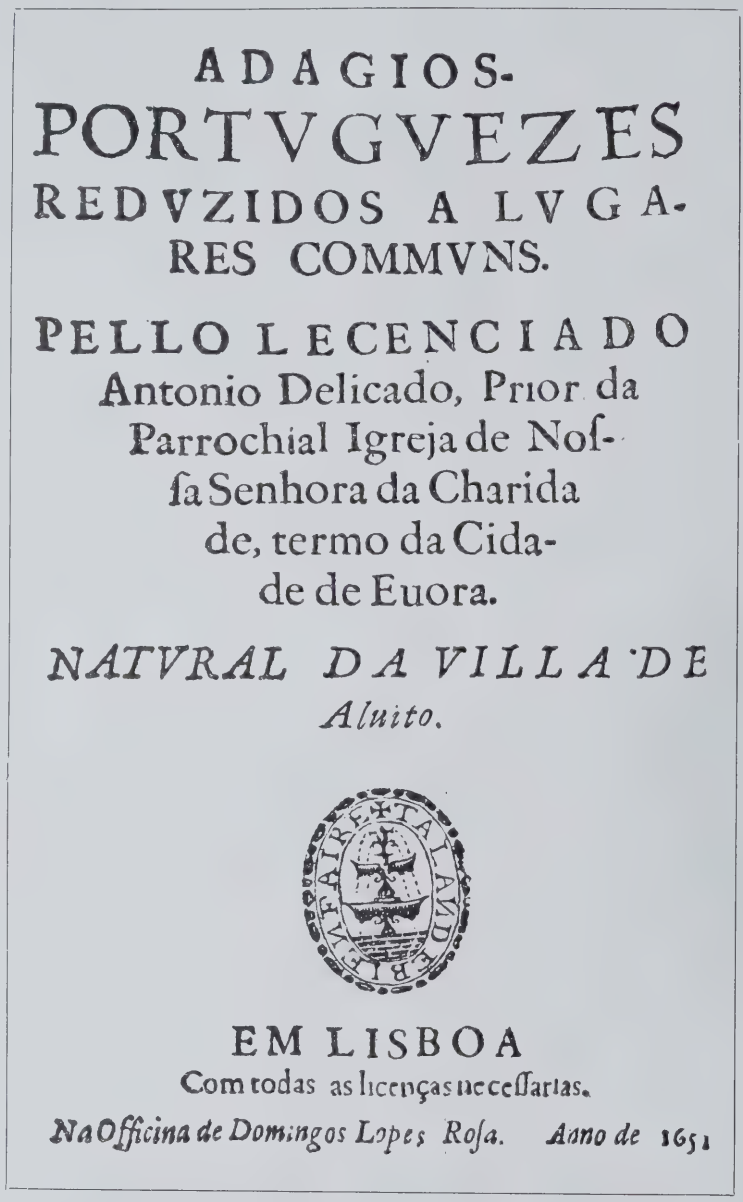
Galhardo bruto, teu bizarro [alento
Musica he nova, com que aos [olhos cantas,
Pois na harmonia de caden- [cias tantas
He clave o freyo, he solfa [o movimento:

Ao compasso da redea, ao [instrumento
Do chão, que tocas, quando a vista encantas,
Já baixas grave, e agudo já levantas,
Onde o pizar he som, e o andar concento:

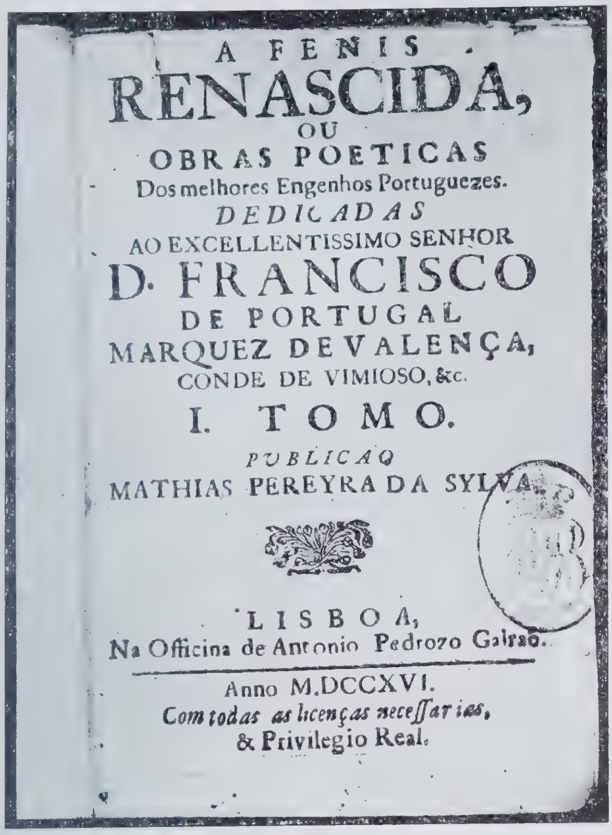
Cantão teus pés, e teo meneyo pronto,
Nas fugas, não, nas clausulas medido,
Mil consonancias forma em cada ponto:

Pois em falsas airozas suspendido,
Ergues em cada quebro um contraponto,
Fazes em cada passo um sustenido.»

Observo que entre as lições dos sonetos que Verney transcreveu e os da *Fenix*, há não pequenas diferenças de forma e de sentido. Qual a lição verdadeira?


ADAGIOS.
PORTVGVEZES
REDVZIDOS A LVGARES COMMVNS.
PELLO LECENCIADO
Antonio Delicado, Prior da Parrochial Igreja de Noſſa Senhora da Charidade, termo da Cidade de Euora.
NATVRAL DA VILLA DE Aluito.
EM LISBOA
Com todas as licenças neceſſarias.
Na Officina de Domingos Lopes Roſa. Anno de 1651

Os «Adagios Portuguezes», de António Delicado, na sua 1.ª edição



A FENIS
RENASCIDA,
OU
OBRAS POETICAS
Dos melhores Engenhos Portuguezes.
DEDICADAS
AO EXCELLENTISSIMO SENHOR
D. FRANCISCO
DE PORTUGAL
MARQUEZ DE VALENÇA,
CONDE DE VIMIOSO, &c.
I. TOMO.
PUBLICAO
MATHIAS PEREYRA DA SYLVA.
LISBOA,
Na Officina de Antonio Pedrozo Galrão.
Anno M.DCCXVI.
Com todas as licenças necessarias,
& Privilegio Real.

A FENIS
RENASCIDA:
OU
OBRAS POETICAS
Dos melhores Engenhos Portuguezes.
DEDICADAS
AO EXCELLENTISSIMO SENHOR
D. JOSEPH
DE PORTUGAL
CONDE DE VIMIOSO, &c
Primogenito do Excellentissimo Senhor
D. FRANCISCO DE PORTUGAL
MARQUEZ DE VALENÇA
II. TOMO.
PUBLICA-O
MATHIAS PEREYRA DA SYLVA.
LISBOA OCCIDENTAL,
JOSEPH LOPES FERREYRA,
Anno M. DCC.XVII.

Rosto do 1.º e 2.º volumes de *A Fenix Renascida*, o cancioneiro do século XVII, que reúne poesias da maioria dos engenhos poéticos do século

Não tem autor esta Elegia de conceito singular:

«A HUMA DAMA QUE MORREO
POUCOS DIAS DEPOIS DE HUM
ECLIPSE DE SOL

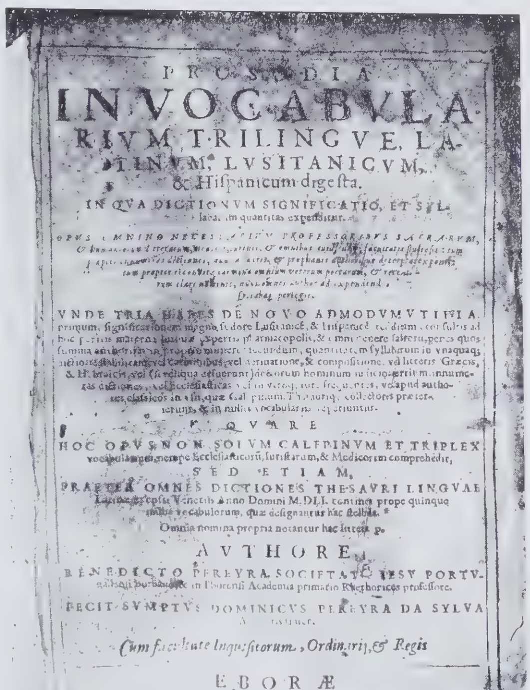
Não viste, ó Licio, o ar de horror [vestido
Arrastar negras sombras enlu- [tado?
Melancholico o Ceo como enfiado
No regaço da noite adormecido?

Não viste que de luz destituido
Deo ao orbe celeste esse cuidado
O Sol, pàllidamente agonisado,
De opposição maligna comprehen- [dido?

Pois agora verás no mal presente
Pela morte de Filis toda a esfera
Padecer alta dor, grave accidente.

Que se enfim nesta ordem, que [se altera,
Por hum Sol eclipsado isto se [sente,
Por hum Sol já defunto, que se [espera?

Na *Fenix*, abundam os anónimos — alguns, hoje identificados. A *Introducçam poetica* que abre o 1.º volume, é do Padre António dos Reis, o coordenador do famoso *Corpus illustrium Poetarum Lusitanorum, qui latine scripserunt*. O poema das *Saudades de Lydia &*



PROSODIA
IN VOCABULARIUM TRILINGUE, LATINUM, LUSITANICUM, & Hispanicum digesta.
AVTHORE
BENEDICTO PEREYRA SOCIETATIS IESV PORTV.
FECIT SVMPTV DOMINICVS PEREYRA DA SYLVA
Cum facultate Inquisitorum, Ordinarij, & Regis
EBORÆ
Anno Domini 1634.

Um raro livro do padre Bento Pereira. É não só raro mas ainda hoje muito apreciado

Armido que se lhe segue, é de Fr. Manuel de S. José (*Catalogo dos Ms. de Evora*, II, 96). A *Relaçam do triunfo, com que em Lisboa se receberam os Serenissimos Reys D. Affonso VI e D. Maria Francisca Izabel de Saboya*, no tomo IV, é de António Serrão de Castro. O poema *Pegureiro do Parnaso* (tomo V), é de António Peixoto de Magalhães, bem como os dois poemas que se lhe seguem.

No cancioneiro intitulado *Eccos que o Clarim da Fama dá*, e mais vulgarmente conhecido pelo nome de *Postilhão de Apollo*, que D. José Ângelo de Morais organizou e publicou, figuram *mutatis mutandis* os poetas da *Fenix* e até, algumas vezes, com os mesmos versos. Como, mesmo quando dá versos não incluídos na *Fenix*, em nada altera o conceito que formamos da poesia lírica do século XVII, e êste estudo é, não uma tábua dos vates, mas uma síntese crítica, não

vale a pena exhumar das suas páginas mais composições demonstrativas dêsse conceito.

*
* *

Nenhum dos poetas até agora citados como colaboradores da *Fenix*, com excepção de Morato, publicou versos em volume.

É independentemente dêsse Cancioneiro que vamos apontar os outros famosos engenhos líricos de seiscentos.

Por todos os motivos, abre a lista FRANCISCO RODRIGUES LOBO. O compilador da *Fenix* dá-nos um poemeto de Rodrigues Lobo, *Historia da Arvore triste* (tomo IV, pág. 1 a 34: 96 estâncias em oitava rima), inédito até então, pelo que diz INOCÊNCIO (*Diccion. Bibliog.*, II, pág. 268), e que não vejo citado no rol das «*Poesias esparsas* de Lobo, impressas e ineditas», que o sr. Ricardo Jorge dá (*Revista da Univ. de Coimbra*, vol. VI, págs. 377 a 385.

Poesia somenos — êsse poema. Onde Francisco Rodrigues Lobo é grande, como poeta lírico, é nas églogas, e nos tercetos, e nas redondilhas (aqui, sem dificuldade, mais belo do que Camões), e nos sonetos.

É o nosso maior poeta bucólico — na frescura transparente das imagens, na louçania melindrosa dos temas, no tom leve das notas, e no cristalino da música.

«Quem te fez tão differente
Pastor, que sentes? que viste?
Pois te vejo sempre triste,
E te vi sempre contente.

Andas transido, & mudado,
Tenho magoa, & tenho dó,
De te vêr andar tão só,
E sem ti, só ao teu gado:

Cantavas ledo, & contente,
Choras agora, andas triste,
Sey que algum demo tu viste,
Que te fez tão differente.

A alegria que ficou
Dos gostos em que te vi,
Atraz ti se foy de ti,
Com quem de ti te trocou.
E se ella tambem consiste
No que amor não te consente,
Onde te verey contente,
Se te vejo sempre triste?

Sempre te vejo dar ays,
Como que essa dor te esforça,
E donde vem, vem por força
Como não cabem lá mais:

Se algum segredo resiste,
O meyo desse accidente,
Quem sustenta o mal que sente,
Busca a causa de ser triste.»

(*Obras, políticas, morais e críticas*, ed. de 1723, pág. 146-7)

RETRATO DE FRANCISCO RODRIGUES LOBO que acompanha a edição de luxo da *Côrte na aldeia*, de 1610. Fac-simile da sua assinatura, existente na Biblioteca da Ajuda. (Reproduções do livro de Ricardo Jorge, *Francisco Rodrigues Lobo*, Coimbra, 1920)

E não sei de versos que possam, pela tristeza resignada, pelo abandono e desalento, confrontar-se com aqueles que abrem a terceira jornada do *Pastor peregrino*:

Fuy já pastor, & agora peregrino
Com o cuidado, & trajo differente
Vou traz da minha morte, ou [meu destino?
Fuy livre em outro estado, [& fuy contente,
Amor me fez cativo de hum [cuidado,
E eu me entreguey cativo li- [vremente.
Tive amigos, cabana, & tive [gado,
Tive descanço, & foi de pouca [dura,
Que nunca dura muyto hum [doce estado...»

Como típico do gôsto da época, merece ser notado êste soneto:

Inimiga, cruel, despiedosa,
Injusta, cega, vãa, nescia, atre- [vida,
Falsa, vil, lisongeyra, & fe- [mentida,
Intratavel, soberba, & rigurosa.

Prodiga, avara, pobre, cubiçoza,
Rica, inconstante, firme, & re- [partida,
Arrogante, cobarde, & desti- [mida,
Acanhada, insolente, & inve- [josa.

Ventura, ou sem razão, que á [natureza
Tiras o ser, o preço, a honra, [& gloria,
Que queres a esta vida, se inda [dura?

Ou me mata, ou me deixa, ou [me despreza,
Perdeme já da vista, ou da me- [moria,
Mas ay que o que te eu peço [era vêtura.

(Obra cit., pág. 290)

Francisco Rodrigues Lobo glosou, como Camões, a cantiga:

Descalça vay para a fonte,
Leanor pela verdura,
Vay fermosa, & não segura.

Entre as duas glosas há uma diferença notável que revela a evolução do gôsto estético. Vale a pena pô-las em confronto:

CAMOENS	RODRIGUES LOBO
Leva na cabeça o pote,	A talha leva pedrada,
O testo nas mãos de prata,	Pucarinho de feyção,
Cinta de fina escarlata,	Saia de côr de limão,
Sainho de chamalote:	Beatilha só queyxada,

Traz a vasquinha de cote,
Mais branca que a neve pura,
Vay fermosa, & não segura.

Descobre a touca a garganta,
Cabellos de ouro o trançado,
Fita de côr de encarnado,
Tão linda que o mundo espanta:
Chove nella graça tanta,
Que dá graça á fermosura,
Vay fermosa, & não segura.

(*Obras*, edição de 1720, pág. 214)

Cantando de madrugada,
Pisa as flores na verdura,
Vay fermosa, & não segura.

Leva na mão a rodilha,
Feyta da sua toalha,
Com huma sustenta a talha,
Ergue com outra a fraldilha,
Mostra os pés por maravilha,
Que a neve deixam escura,
Vay fermosa, & não segura.

As flores por onde passa,
Se o pé lhe acaba de pôr,
Ficão de inveja sem côr,
E de vergonha com graça,
Qualquer pègada que faça,
Faz florescer a verdura,
Vay fermosa, & não segura.

Não na vêr o Sol lhe val,
Por não ter novo inimigo,
Mas ella corre perigo,
Se na fonte se vê tal,
Descuidada deste mal,
Se vay ver na fonte pura,
Vay fermosa, & não segura.

(Obra cit., pág. 651)

Há menos singeleza em Rodrigues Lobo, e mais preocupação de imagens subtis.

Mas onde o poeta marca bem o seu seiscentismo é nesta preciosidade lírica:

Antes que o Sol se levante
Vay Vilante a vêr o gado,
Mas não vê o Sol levantado,
Quem vê primeyro a Vilante.

He tanta a graça que tem,
Com huma touca mal envolta,
Manga de camisa solta,
Fayxa pregada ao desdem,
Que se o Sol a vir diante
Quando vay mun(g)ir o gado,
Ficara como enleado,
Ante os olhos de Vilante.

Descalça às vezes se atreve,
Hir em mangas de camisa,
Se entre as hervas neve pisa,
Não se julga qual he neve,
Duvida o que está diante,
Quando a vê mun(g)ir o gado,
Se he tudo leyte amassado,
Se tudo as mãos de Vilante.

Se a cazo o braço levanta,
Porque a beatilha encolhe,
De qualquer pastor que a olhe,
Leva a alma na garganta,
E inda que o Sol se alevante
A dar graça, & luz ao prado,
Já Vilante lha tem dado,
Que o Sol tomou de Vilante.

(Obra cit., pág. 653)

Depois de Francisco Rodrigues Lobo, ocorre-nos FRANCISCO MANUEL DE MELO.

Se o nome de D. Francisco Manuel ainda vive, «deve a fama à sua prosa» — diz, com raro e feliz acêrto, o sr. Edgar Prestage (*D. Francisco Manoel de Mello*, pág. 415). E Camilo confessava, com manifesto azedume, (*Curso*, II, pág. 54) que «não ha ahi tambem poeta menos lido».

Costa e Silva suou as estopinhas à procura de versos portugueses de Francisco Manuel de Melo. Não houve esconso de alfarrabista, nem armário de biblioteca que êle poupasse à sua obsessão. Baldadamente, quási. Com as mãos a abanar, de tanta trabalheira, só conseguiu o soneto em honra do *Templo da Memoria*, de Manuel de Galhegos. Hoje, conhecem-se mais.

Para amostra da maneira de Francisco Manuel de Melo, eis êste soneto bem trabalhado:

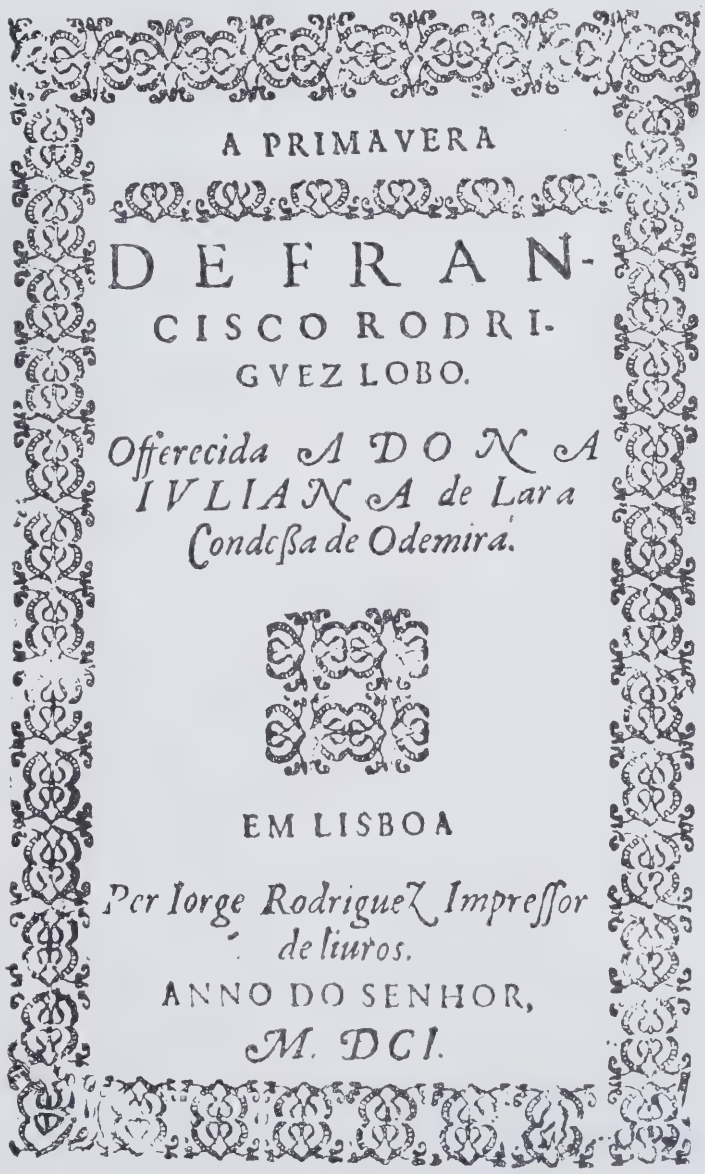
«Parto, parto-me emfim, senhora minha;
o Fado o quiz assi que nos reparte.
Mas quem cuidareis vós que é o que parte?
Parte aquelle que só partir convinha.

É verdade que parte e que caminha:
mas parte-se e caminha por tal arte,
que só vos deixa aquella illustre parte
que não terá melhor, nem melhor tinha.

Ao ceu, ao mar, ao vento, ao lenho, ao linho,
a vida entregarei, que os satisfaça,
como quem dos perigos não tem medo.

A vinda temo mais que o caminho,
porque para me dar maior desgraça
sei que me ha de trazer a sorte cedo.»

(*O Poeta Melodino*, edição do sr. José Pereira Tavares)


A PRIMAVERA
DE FRANCISCO RODRIGVEZ LOBO.
Offerecida A DONA IVLIANA de Lara Condeßa de Odemira.
EM LISBOA
Por Iorge Rodriguez Impreſſor de liuros.
ANNO DO SENHOR,
M. DCI.

ROSTO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DE *A Primavera*
(Ex. da Bib. Nacional de Madrid, reproduzido no livro de Ricardo Jorge, *Francisco Rodrigues Lobo*)

Camilo (*loc. cit.*) dá, dêste soneto, uma lição diversa, nos versos 7.º, 11.º e 12.º.

D. FRANCISCO DE PORTUGAL é outro poeta lírico desta época tão fértil em bons engenhos poéticos.

Admiremos êste soneto:

Riso á purpura dá, purpura ao riso,
Primavera animada á Primavera,
Tal graça abre na graça, que pudera
Justificar Narciso a ser Narciso.

Qual outro Paraiso hum Paraiso
Só assena hum vivo Sol no Sol que era,
Que humana acção divina acção movera
Por quem perder mais siso era mais siso.

Oppondo flor a flor e fogo a fogo,
Formosura fulmina a formosura
Que o desejo a desejo desafia.

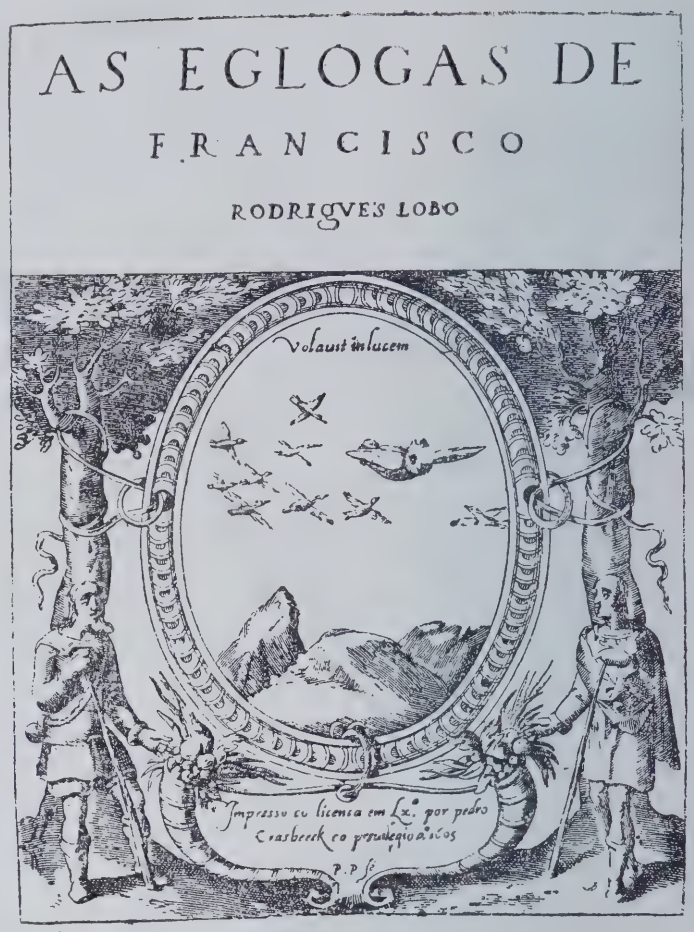
De hum incendio outro incendio nasce logo,
De hum ceu aberto, ceu de mór ventura,
Quem viu rir Celia muito mais veria.»

(in Costa e Silva, *Ensaio*, tomo VII, pág. 43)

Um dos poetas dêste tempo que merecem a minha maior admiração é BALTASAR ESTAÇO.

TRADVCION
DE LA PRIMAVERA DE
Francisco Rodriguez Lobo.
* Por Iuan Batista de Morales. *
A
DON PEDRO DE CARDE-
NAS, Y ANGVLO.
&c.
CON PRIVILEGIO REAL
Impresso en Montilla por su Autor.
Año de M. DC. XXIX.

A TRADUÇÃO EM ESPANHOL de *A Primavera*, de Francisco Rodrigues Lobo. Edição do século XVII


AS EGLOGAS DE
FRANCISCO
RODRIGVES LOBO
Volant in lucem

As Éclogas, de Francisco Rodrigues Lobo, edição de 1605. Livro raro e muito apreciado

Brincava o verso como um lavrante de ourives morde o oiro. Fixemos, dentre a montanha de sonetos que deixou, publicados uns *(Sonetos, Cançoens, Eclogas e outras rimas)*, manuscritos outros, êste primor, de sabor camoniano, no boleio do verso:

Que graça foi tão santa, a que alcançastes?
Que gloria foi tão falsa, a que perdestes?
Que graça foi tão rica a que quizestes?
Que gloria foi tão pobre a que deixastes?

Que graça foi tão alta a que mostrastes?
Que gloria foi tão baixa a que perdestes?
Que graça foi tão grande a que dissestes?
Que gloria foi tão falsa a que presastes?

Toda a Graça vos dá Deus vosso amado
Porque a Gloria deixeis, que o mundo abraça,
E a tenhais por Graça, e falsa historia.

A Gloria que lhe dais vos tinha dado,
Dá-vos por Gloria vã a divina Graça,
E por Graça divina, eterna Gloria.

(*in* Costa e Silva, idem, idem, pág. 26)

GREGÓRIO DE MATOS, baiano de nascimento, é um dos maiores poetas do século. Pródigo, como os mais pródigos, esbanjou loucamente o talento, sacrificando à mordacidade, à torpeza, os inexgotáveis recursos da sua imaginação superior. *Bôca do inferno* lhe chamaram, porque o Destino, parece, fundiu nela, as mais inverosímeis audácias dos Aretinos de todos os tempos.

Mas veja-se a beleza dêste soneto:

Adormeci ao som do meu tormento;
E logo vacilando a phantasia,
Gozava mil portentos de alegria
Que todos se tornaram sombra e vento.

Sonhava que gozava o pensamento
Com liberdade o bem que mais queria;
Fortuna venturosa, claro dia:
Mais ai que foi um vão contentamento!

Estava (oh Clori minha) possuindo
Desse formoso gesto a vista pura
Alegres glorias mil imaginando.

Mas acordei, e tudo resumindo,
Achei dura prisão, pena segura:
Oh! quem sempre estivera assim sonhando!

Obras, II, edição da Academia Brasileira, pág. 41)

O irmão de Gregório de Matos, EUSÉBIO DE MATOS, foi, a par de poeta satírico de primeira ordem, e poeta sacro, poeta sentimental de alto valor. Vejam-se estas duas estâncias:

A bocca para cravo he pequenina,
Pequenina si he, será rubi,
Rubi não tem a côr tão peregrina
Tão peregrina côr eu nunca vi,
Vi a bocca, e julguei-a por divina,
Divina não será, eu não o cri,
Mas creio que não quer a vossa bocca
Por rubi nem por cravo fazer troca.

Ver o nevado aljofar que desata
A Aurora sobre a gotta do Rosal,
Ver os rayos de Nacar dessa prata
E perolas em conchas de coral;
Ver diamantes em golpes de escarlata
Em piques de rubi vivo crystal
É ver os vossos dentes de marfim
Por entre bellos labios de carmim, etc.

Das poetisas dêste século, reparamos em três: Sóror Violante do Céu, Sóror Maria do Céu e Sóror Madalena da Glória.

O CONDESTABRE DE PORTVGAL.
D. NVNO ALVRES,
PEREIRA
DE FRANCISCO RODRIGES LOBO
Offerecido ao Duque dom Theodosio segundo deste nome Duque de Bragança. & de Barcellos, Marques de Villaviçosa. Conde de Ourem, de Arrayolos, de Neiua. & Penafiel Senhor de Monforte Montealegre & Villa de conde. Conde estabre destes Reinos & Senhorios de Portugal.
Com as licenças necessarias por Pedro Crasbeeck Anno 1610
O CONDESTABRE
DOM NVNO ALVA-
RES PEREIRA, DE
Francisco Rodrigues Lobo.
Offerecido ao Duque dom Theodosio segundo deste nome, Duque de Bragança, Conde de Ourem, de Arrayolos, de Neiua, & Penafiel, senhor de Monforte, Montalegre, & villa de Conde, Condestabre destes Reynos & senhorios de Portugal.
Com as licenças necessarias:
Em Lisboa, Na officina de Pedro Crasbeeck.
Anno M. D C X.

FRONTISPÍCIO GRAVADO E IMPRESSO da primeira edição conhecida de *O Condestabre D. Nuno Alvares Pereira*, de Francisco Rodrigues Lobo, impressa em Lisboa em 1610. Não se conhece até hoje edição anterior se bem que se aponte uma de 1609

De D. Joana Josefa de Meneses, 3.ª Condessa da Ericeira, nada direi, porque os seus versos líricos em português não estão publicados.

SÓROR VIOLANTE DO CÉU é a primeira das poetisas seiscentistas — pelo esplendor da imaginação e pela maestria da técnica. Os seus versos estão publicados em vários volumes — sendo o principal, o *Parnaso Lusitano de divinos e humanos versos*. Colaborou fartamente na *Fenix Renascida*.

Êste soneto é típico:

Se apartada do corpo a doce vida,
Domina em seu lugar a dura morte,
De que nasce tardar-me tanto a morte
Se ausente d'alma estou, que me dá vida?

Não quero sem Silvano já ter vida,
Pois tudo sem Silvano é dura morte,
Já que se foi Silvano, venha a morte,
Perca-se por Silvano a minha vida.

Ah! suspirado ausente, se esta morte
Não te obriga querer vir dar-me vida,
Como não me vem dar a mesma morte?

Mas se n'alma consiste a propria vida,
Bem sei que se me tarda tanto a morte,
Que é porque vinha a morte de tal vida.

(in *Escriptoras doutros tempos*, ediç. de Mendes dos Remédios, pág. 4)

Do espírito de Sóror Violante, é amostra valiosa esta décima feita a um doutor que lhe chamara *viola* (flor) e *viola* (instrumento):

Contradizer a um Doutor
Bem sey que he temeridade:
Porem com huma verdade
Quero pagar hum louvor:
Nem instrumento, nem flôr
Sou; porem, se o posso ser,
Ninguem trate de emprender
O que não ha de alcançar:
Pois nenhum me ha de tocar,
Pois nenhum me ha de colher.

(*Fenix Renascida*, II, 431)

A segunda das três Sorores, MARIA DO CÉU, é de tôdas a mais preciosa, a mais rebuscada e a mais fértil em variedade rítmica. Os mais interessantes dos seus livros são os *Enganos do Bosque, Desenganos do Rio, em que a alma entra perdida e sahe desenganada*, e *A Precioza*, publicada sob o pseudónimo de Maria Clemência (1731 a 1733).

A propósito desta *Precioza*, levantou o sr. Mário Saa o problema da sua paternidade, contestando que a Maria Clemência que figura como seu autor, seja sóror Maria do Céu. «Todas as obras de Maria Clemencia, diz o sr. Mário Saa (*Poemas heroicos de Simão Vaz de Camoens*, pág. 71), têm indicios de haverem sido escriptas por homem e não por mulher». Deixemos isso.

É pena que seja em castelhano: mas não me furto ao prazer de transcrever êste trecho que dá bem a medida da maneira especial de sóror Maria do Céu:

«Silencio, aves, silencio, fieras, silencio, rios,
Silencio, ayres, silencio, flores, silencio, amor,

No gima fiera, no llore fuente, no cante Nynfa,
No sople viento, no mueva hoja, no aliente flor,
Que de amor en los silencios,
Asta el silencio es rumor.»

(*Enganos do Bosque*, pág. 141)

Rúben Dario não tem melhor, e não faria melhor. As oitavas *Mortal doença,*

«Na febre do amor proprio estou ardendo
No frio da tibieza tiritando,
No fastio do bem desfalecendo,
Na sezão do meu mal deliriando,
Na fraqueza do ser vou falle-
[cendo,
Na inchação da soberba arre-
[bentando,
Já morro, já feneço, já termino,
Vão-me chamar o Medico Di-
[vino».

essas oitavas são, pela cadência mórbida, pela angústia que traduzem, qualquer coisa de magnífico.

Sóror Madalena da Glória, pintora (Volkmar Machado *dixit*) e poetisa, é, das três sorores, a que merecia estudo psicológico profundo. Disse tantas vezes que

«.. el Amor es engaño, mentira,
[y quimera»

que a gente fica com vontade de descortinar como foi que a professora do Convento da Esperança o soube.

Um excerpto:

«Sorte cruel, estrella sempre
[esquiva,
Tiranno sentimento, amarga
[pena,
Esperança defunta em morte
[viva,
Dôr, a que o triste fado me
[condemna:
Se do bem que esperava, assim
[me priva
O mal que sobre mim a sorte
[ordena,
Oh! morte, aonde estás? Tu me soccorre,
Que um infeliz descança quando morre!»

(in *Escriptoras doutros tempos*, pág. 120)

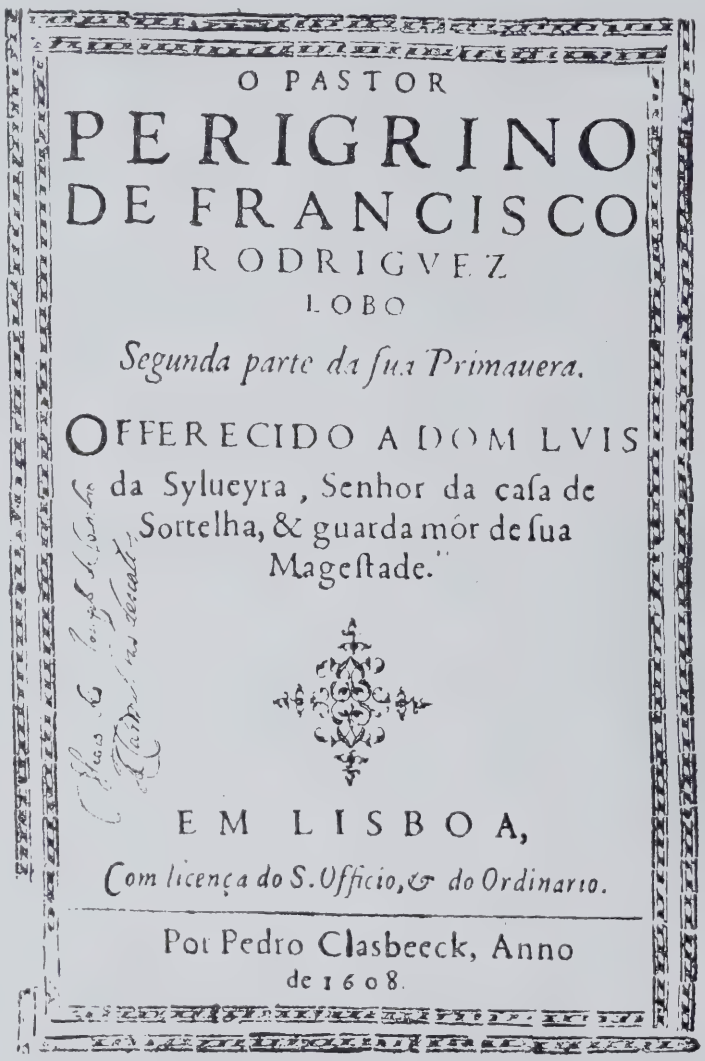
*
* *

Não posso deixar em silêncio um sector do lirismo seiscentista — o satírico, que foi, a despeito dos terrores da Inquisição, da tirania católica, e de tudo o mais que usada e abusadamente por aí, com inconsciência lastimável, se prega, fartamente povoado.

Em céu tão borrascoso e ameaçador, avistam-se três astros maiores: dois já citados — Gregório de Matos e Eusébio de Matos, e um que apresentaremos agôra ao leitor: D. Tomaz de Noronha.

A Gregório de Matos, chamou Camilo «o maior e mais sujo talento que deram as plagas de Santa Cruz» (*Curso Lit.*, II, pág. 339). Costa e Silva (*Ensaio*, IX, pág. 162), capitulou-o de «Rabelais Portuguez». Estou em crer que Costa e Silva mal conheceu Rabelais — porque êste, ao lado de Gregório de Matos, é alguma coisa de níveo e vestalino.

Ao mesmo Gregório de Matos já vimos que lhe davam o nome de *Bôca do Inferno*, e agora com razão dobrada.


O PASTOR
PERIGRINO
DE FRANCISCO
RODRIGVEZ
LOBO
Segunda parte da ſua Primauera.
OFFERECIDO A DOM LVIS
da Sylueyra, Senhor da caſa de
Sortelha, & guarda mór de ſua
Mageſtade.
EM LISBOA,
Com licença do S. Officio, & do Ordinario.
Por Pedro Clasbeeck, Anno
de 1608.

Rosto da 1.ª edição de *O Pastor Peregrino*
(Publicado por Ricardo Jorge no seu volume sôbre Francisco Rodrigues Lobo)

Dum homem com êstes apelidos, não se podem dar provas documentais, aqui, de que os merecesse. Remeto o leitor para os Ms. onde a Musa aretinesca de Gregório de Matos deixou pègadas fundas e imarcessíveis.

O irmão, Eusébio de Matos, abrigou-se no mesmo acampamento. Não com tanta violência como Gregório, mas com igual valor. Às vezes, nem se chega a saber se certos versos são de Eusébio, se de Gregório.

De D. Tomaz de Noronha, *o Marcial de Alemquer*, como poeta satírico, pouco há publicado, do muito que escreveu. Na *Fenix Renascida* (tomo V, pág. 220-59) vem uma dúzia de composições — sonetos, canções, décimas, romances. Inocentes — mesmo os que não são sérios.

Modelar, êste soneto: *A huns noivos, que se forão receber, levando elle os vestidos emprestados e indo ella muito doente e chagada:*

Sahiu a noiva muito bem tra-
[jada,
Sahiu o noivo muito bem trajado,
O noivo em tudo muito conchegado,
A noiva em tudo muito conchagada.

Ella huma enagoa muito bem bordada,
Elle hum capote muito bem bordado,
Do mais do noivo tudo de emprestado,
Do mais da noiva tudo se emprastada.

Folgamos todos os amigos seus,
De ver o noivo assim com tanto brio,
De ver a noiva assim com tantos brios.

Disse-lhe o cura então: confio em Deus,
E respondeu o noivo: e eu confio!
E respondeu a noiva: e eu com fios!

(*Fenix Renascida*, V, pág. 234)

O editor, lembrando-se da prevenção que fizera, no pórtico do 1.º volume: «não tenho tenção de dar lugar nestes tomos ás obras que por profanas, & impudicas o não merecem» — tem cautela em não arquivar tudo quanto de Tomaz de Noronha se conhecia. Mas se a gente reparar na celebríssima *Jornada que Diogo Camacho fez ás Côrtes do Parnaso, em que Appolo o laureou*, com que se abre aquele mesmo tomo V, pensa que o editor podia ter ceifado mais amostras no campo de Tomaz de Noronha.

O sr. prof. Mendes dos Remédios encontrou no Arquivo dos Manuscritos da Biblioteca da Universidade, três volumes de versos do poeta e doutros. Dando o índice das «poesias que se não publicam por serem pornographicas» oferece à curiosidade do leitor as que considerou publicáveis.

Podia ter feito uma edição integral para eruditos — porque os *Carmina burana* também não são literatura para tôdas as mãos — e a crítica alemã não hesita em os publicar (1).

Nesta confraria dos satíricos podemos apontar ainda CAETANO J. DA SILVA SOTO MAIOR, o da *Martinhada;* ANTÓNIO SERRÃO DE CASTRO, o de *Os ratos da Inquisição*, editados, modernamente, por Camilo, e das *Décimas* que o sr. António Baião (*Episódios dramaticos da Inquisição*, II, pág. 32) publicou; JERÓNIMO VAÍA, que tão largamente colaborou na *Fenix;* ANTÓNIO PEIXOTO DE MAGALHÃES; e DIOGO DE SOUSA CAMACHO, autor da sensaboronissima *Jornada*:

Sahia o Sol a vinte e trez de [mayo
Nũ coche de frisoens com gran- [des garras
Vinha deante a Aurora por la- [cayo.

Detraz em seus rocins vinham [bizarras
As nove irmãs cantando a mu- [liana
Em bandurras, rabeis, citras, [guitarras.

Estava eu, então, pescando á cana
No rio do Mondego celebrado
Cuidando em certa Ninfa castelhana.

Para escrever esta página trocista e que foi muito apreciada no seu tempo, Camacho inspirou-se na *Viaje del Parnaso*, de Cervantes:

Um quidam Caporal italiano
de patria perusino, a lo que entiendo,
de ingenio griego, ye de valor romano
llevado de un capricho reverendo
le vino en voluntad de ir a Parnaso
por huir de la corte el vario estruendo.

* * *

Estudo, repetimos, sintético, e não tabuada dos Poetas, podia dispensar-se, êste nosso trabalho, de fixar aqui mais nomes, pois os que ficaram mencionados são os das figuras representativas do Seiscentismo. Mas para satisfação da curiosidade do leitor, pois o século XVII é, de todos, talvez, o mais prolífico em matéria de inquilinos do Parnaso, — tentaremos o índice daqueles a quem poderemos chamar *Poetae minores*. Claro que nem pensar que fica completo. Quanto mais tê-lo por tal. António Figueiredo Durão no seu *Lauri Parnasseae* enumera vinte e um poetas. No seu *Hospital das Letras*, o quarto dos *Apólogos dialogais*, D. Francisco Manuel de Melo apresenta ao leitor outros tantos poetas.

Um alferes Jacinto Cordeiro, autor de um *Elogio de Poetas portugueses*, dá-nos uma lista de sete dezenas de autores das musas. E Manuel de Galhegos, ao encetar o seu *Templo da Memoria*, convoca para a festança das bodas do Duque de Bragança, uma vintena de vates.

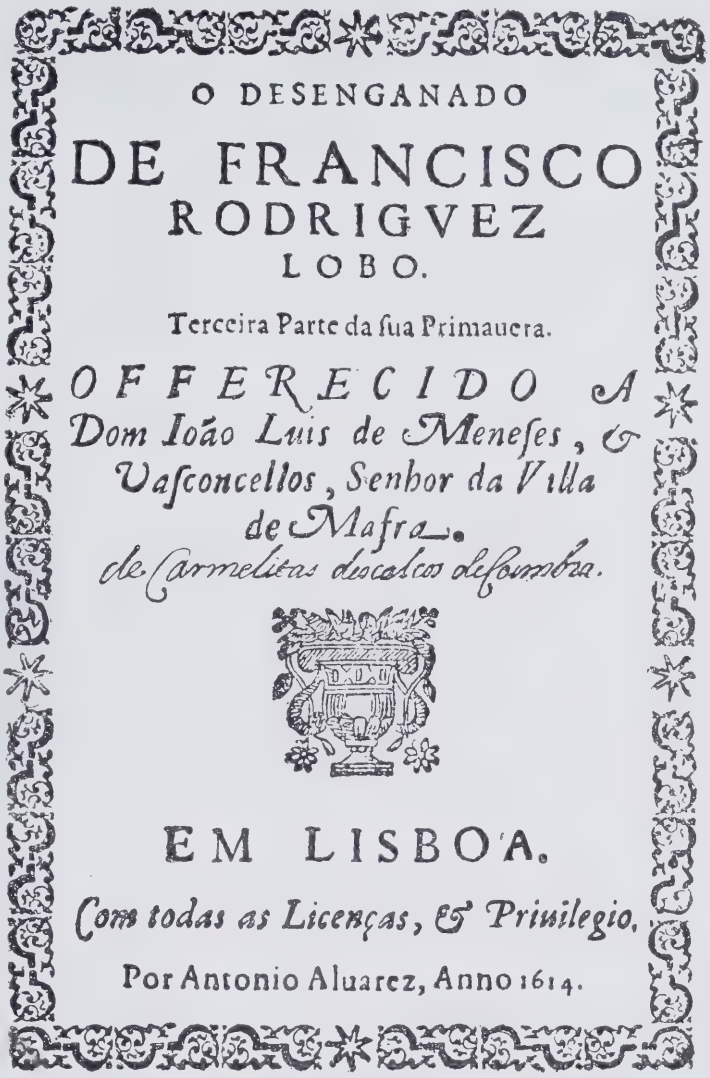
Mas tentemos um catálogo aproximado:

1) ALEXANDRE DE GUSMÃO — êste figura como seiscentista no *Ensaio biográfico-crítico* de Costa e Silva que o faz nascer em 1615 e morrer em 1753 — com a linda idade de 138 anos. Deslize de Costa e Silva. Alexandre de Gusmão nasceu em 1695 e morreu em 1753. Há que o eliminar da tabela dos Seiscentistas. Frizemos que na Biblioteca de Évora, há, de Alexandre de Gusmão, manuscrito, um *Rimario da lingua portuguesa*.

2) ANDRÉ NUNES DA SILVA — Foi da Academia dos Singulares. Alguns livros, hoje esquecidos. Há manuscritos do poeta na Biblioteca de Évora: Sonetos, e um drama *Cornucopia*. Colaborador da *Fenix renascida*.

3) D. ANTÓNIO ÁLVARES DA CUNHA — Fidalgo e goense. Colaborou na *Fenix Renascida*, com uma epístola ao Conde de S. Vicente, João Nunes da Cunha. Consta que há muitos inéditos dêste poeta.

4) ANTÓNIO GOMES DE OLIVEIRA — No *Catálogo* da


O DESENGANADO
DE FRANCISCO
RODRIGVEZ
LOBO.
Terceira Parte da ſua Primauera.
OFFERECIDO A
Dom Ioão Luis de Meneſes, &
Vaſconcellos, Senhor da Villa
de Mafra.
de Carmelitas deſcalços deſcombra.
EM LISBOA.
Com todas as Licenças, & Priuilegio.
Por Antonio Aluarez, Anno 1614.

ROSTO DE *O Desenganado*. Primeira edição. (Publicado no livro de Ricardo Jorge)

(1) Há inéditos de Tomaz de Noronha, na Biblioteca Nacional, e na Biblioteca Municipal de Évora.

Academia, dos clássicos, vêm os *Idylios maritimos y Rymas varias* dêste poeta, versos castelhanos — com excepção de uma *Canção* e de uma *Ode*, informa Inocêncio *(Diccion.* I, pág. 149), que comenta amargamente o caso.

5) António de Vilas-Bôas e Sampaio — A crítica mordaz celebra-lhe a audácia de ter cantado a formosura da Infanta D. Catarina, no seu poema *Saudades do Tejo e de Lisboa na auzencia da Senhora Catharina, rainha da Gran-Bretanha.*

6) António Teles da Silva — Na *Fenix* vêm dois sonetos seus. Barbosa diz que tem um volume de *Poesias* que está na livraria do Conde de Tarouca.

7) Bernarda Ferreira de Lacerda — Nascida em 1595, e morta em 1644, segundo Barbosa, aos 23 anos publicara um poema *España libertada*, em castelhano. Lope de Vega *(Laurel de Apolo*, Silva III, in *Biblioteca de Autores Españoles*, pág. 196) canta-a:

Frontispício da edição de luxo da rara obra de Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldea*. Esta edição é acompanhada do retrato do autor. (Exemplar existente na Biblioteca da Universidade de Coimbra)

«Si pudiera tener la fama aumento
Y gloria lusitana,
Doña Bernarda de Ferreira fuera
A cuyo portugues entendimiento
Y pluma castellana,
La *España libertada* España debe...»

Nicolau António *(Hispana Nova*, I, 214) antes de transcrever o trecho completo de Lope de Vega, escreve: «Callebat ea insigniter musicam, pulsabatque instrumenta omnia, variis Europae linguis loquebatur, poesim, rethoricam, mathematicas artes & philosophiam docta».

...Mas em português, apenas deixou alguns versos publicados no volume *Saudades do Bussaco* formado ainda por outras composições em castelhano, latim e italiano. Na Biblioteca de Évora, há um códice manuscrito — *Lyra de D. Bernarda Ferreira* que começa:

Tinha roubado o inferno a formosura.

8) Bernardo de Brito — O famoso começador da *Monarchia Lusitana*, poeta nas horas vagas, passa por ser o autor de um livrinho chamado *Sylvia de Lisardo*. Uns dizem que sim, que foi o autor: Camilo, por exemplo; outros dizem que não: Fr. Fortunato de S. Boaventura, Teófilo; outros hesitam entre o sim e o não: Inocêncio. Nicolau António, *(ob. cit.*, tomo cit. pág. 222) é omisso. Camilo *(Noites de insomnia*, IV, pág. 39) dá um soneto que diz inédito, de Bernardo de Brito. Será o que vem apontado no *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca publica eborense*, tomo II, pág. 71?

9) Bernardo Vieira Ravasco — É o irmão do Padre António Vieira. Deixou 4 vols. ms. de *Poesias portuguezas e castelhanas*. Colaborou na *Fenix Renascida*.

10) Diogo de Monroy Vasconcelos — Colaborador da *Fenix Renascida*.

11) Duarte Ribeiro de Macedo — Escreveu pouco — um cento de composições, se tanto. Colaborou na *Fenix*.

12) Fernão Correia de Lacerda — Além dos versos que traz na *Fenix Renascida*, deixou, segundo informação de Barbosa, dois poemas: *Imperio Lusitano*, que esteve na livraria do Marquês de Abrantes, e *Pastor de Guadalupe*. No *Catalogo dos Ms. da Bibliotheca publica eborense* (tomo II, pág. 76), dá-se conta minuciosa do primeiro poema: 12 cantos, 1.293 oitavas, abrangendo a história de Portugal desde a ida do conde D. Henrique à Terra Santa até o casamento de D. Fernando com Leonor Teles.

13) Francisco Brito Freire — Tem um soneto moral na *Fenix Renascida*. Barbosa não diz nada a respeito de versos. Inocêncio, idem. Nicolau António, no mesmo sentido. O que todos lhe celebram é o seu trabalho histórico *Nova Lusitania*.

14) Francisco de Melo — Corre que a sua obra poética era grande, mas que se perdeu quási tôda. Resta-nos a sua escassa colaboração na *Fenix Renascida* (tomo V, pág. 345 a 375).

15) Francisco Child Rolim de Moura — «Poeta eruditus», lhe chama Nicolau António *(ob. cit.* tomo cit., pág. 468). Autor dos *Quatro Novissimos do Homem*, uma espécie de *Divina Comedia*, mas sem fôgo e poesia. Poeta erudito — e está dito tudo.

16) Infante D. Luís — Tendo morrido, segundo Barbosa, em 1555, não sabemos como é que traz versos seus na *Fenix Renascida*. Só por êsse facto anómalo, lhe colocamos o nome aqui, e para o notar. Êste filho de D. Manuel, ensina Martins Bastos *(Privilegios da Nobreza*, pág. 131), teve como professores o famoso Poeta Lourenço de Cáceres, e o sábio Pedro Nunes.

17) Isabel Correia — Depois de nos dizer que «D. Izabel Correia alem de muito instruida nos idyomas grego, e latino, fallava com admiravel perfeição, e facilidade, as linguas castelhana, italiana, franceza e alemã», Costa e Silva (*Ensaio*, V, pág. 332), informa-nos de que

as suas poesias «sam hoje inteiramente desconhecidas» (pág. 333).

18) José do Couto Pestana — Versejou abundantemente. Na *Fenix Renascida*, um soneto apenas. Mas nos *Progressos dos Anonymos*, há muitas poesias. É autor dum poema chamado *Quiteria Sancta*, a respeito do qual um crítico francês, falando do autor, disse: «il a avec l'imagination du Camoens plus de goût et plus de naturel». Os estrangeiros, em regra, em se metendo a ajuizar as nossas obras, dão nisto. Em Évora, há muitos Ms. de Couto Pestana.

19) Luís Simões de Azevedo — Colaborador da *Fenix Renascida*. Sócio da *Academia dos Anónimos*. Em Évora, há um Códice de Romances seus.

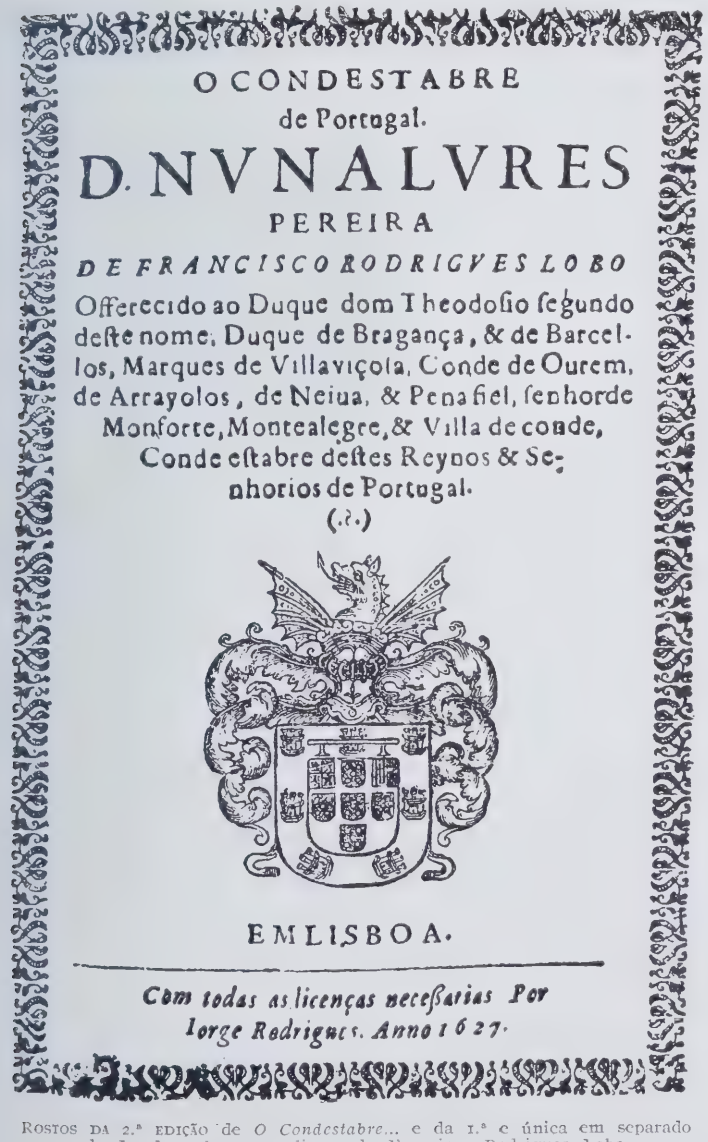
20) Manuel Botelho de Oliveira — Baiano de nascimento, e autor duma obra que tem esta graça: *Musica do Parnasso dividida em quatro choros, Rimas portuguezas, castelhanas e latinas, com seo descante comico reduzido em duas comedias*. Êste livro, afora o título, tem uma celebridade: é «a primeira colecção de poesias publicada por brasileiro», segundo elucida José Veríssimo (*Hist. da Lit. Brasileira*, pág. 83).

21) Manuel Pinheiro Arnaut — Colaborador da *Fenix Renascida*. Tem poesias dispersas. Manuscritos em Évora, e nas livrarias dos Marqueses de Castelo Melhor e de Fronteira.

22) Manuel da Veiga Tagarro — Seiscentista pela época em que se supõe que viveu, mas quinhentista pela *maneira* dos seus versos, Tagarro não devia de maneira nenhuma figurar aqui. Mas em obediência ao preconceito histórico triunfante, citamo-lo. Autor de dois volumes: *Laura de Anfriso* (Évora, 1627); *Rimas várias* (1646). Tagarro é um clássico horaciano.

23) Manuel de Galhegos — Lògicamente êste nome não devia vir aqui, porque nós tratamos de poetas líricos — e a obra que se conhece, em português, de Manuel de Galhegos, é o *Templo da memoria* — «poema de espécie ambígua», como disse José Agostinho de Macedo ao fazer o inventário das Epopeias portuguesas. Costa e Silva chama-lhe «Poema de circunstâncias». Pelo sim, pelo não, o nome aí fica, e o leitor, se quiser, decidir-se-á por que a obra é de «espécie ambígua» ou «poema de circunstâncias». O que é certo é que introduziu na nossa língua castelhanismos impertinentes: *limete, heredar, héroes, eres*, etc.

24) Manuel de Sousa Moreira — Figura famosa e amimada, no seu tempo. Poemas manuscritos, de que fazemos sobressaír os *Echos da Musa transtagana*, que é uma miscelânea onde há manifestações de todos os géneros.



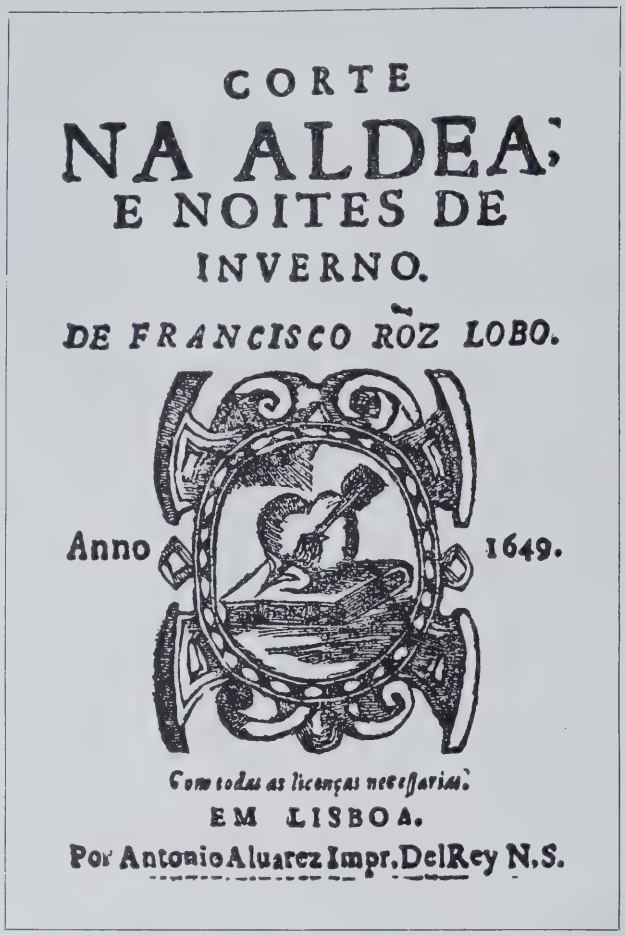
O CONDESTABRE
de Portugal.
D. NVNALVRES
PEREIRA
DE FRANCISCO RODRIGVES LOBO
Offerecido ao Duque dom Theodosio segundo
deste nome, Duque de Bragança, & de Barcellos, Marques de Villaviçosa, Conde de Ourem,
de Arrayolos, de Neiua, & Penafiel, senhorde
Monforte, Montealegre, & Villa de conde,
Conde estabre destes Reynos & Senhorios de Portugal.
(2.)
EMLISBOA.
Com todas as licenças necessarias Por
Iorge Rodrigues. Anno 1627.

LA
IORNADA
QVE LA MAGES
TAD CATHOLICA DEL
REY DON PHELIPPE III. DE LAS
Hespañas hizo a su Reyno de Portugal; y el
Triumpho, y pompa con que le recibió
la insigne Ciudad de Lisboa
el año de 1619.
COMPVESTA EN VARIOS ROMANCES
por Francisco Rodriguez Lobo.
EM LISBOA.
Com licença da S. Inquisição, Ordinario, & Paço.
Por Pedro Crasbeeck Impressor del Rey An. 1623

Rostos da 2.ª edição de *O Condestabre*... e da 1.ª e única em separado de *La Iornada*, raros livros de Francisco Rodrigues Lobo

Uma das suas obras chama-se, segundo Costa e Silva, (*Ensaio*, X, pág. 128), *Herculeiada*, e é escrita em língua latina, pelo que informa Barbosa Machado. Costa e Silva, que não vira o poema, contesta que em latim esteja escrito, fundando-se em que *Herculeiada* não é palavra latina, e em que Francisco José Freire o dá como escrito em português. E Costa e Silva sentenceia: «em latim deveria intitular-se *Heracleida*».

Afinal, a obra não se chamava *Herculeiada*, nem *Heracleida*. O *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica Eborense* (tomo II, pág. 56), traz: «*Herculeidas. Poema heroicum.* Auctor Emmanuele de Souza Moreira». E informa: «Original. Escripto na letra do principio do seculo passado (XVIII), encadernado em velludo carmezim, bordas de folhas douradas, e teve chapas que já faltam. Tem dez livros ou cantos, e descreve os trabalhos de Hercules».


CORTE
NA ALDEA;
E NOITES DE
INVERNO.
DE FRANCISCO RÕZ LOBO.
Anno 1649.
Com todas as licenças neceſſarias.
EM LISBOA.
Por Antonio Aluarez Impr. Del Rey N.S.

A CORTE NA ALDEIA de 1649, rara edição que muitos séculos esteve desconhecida

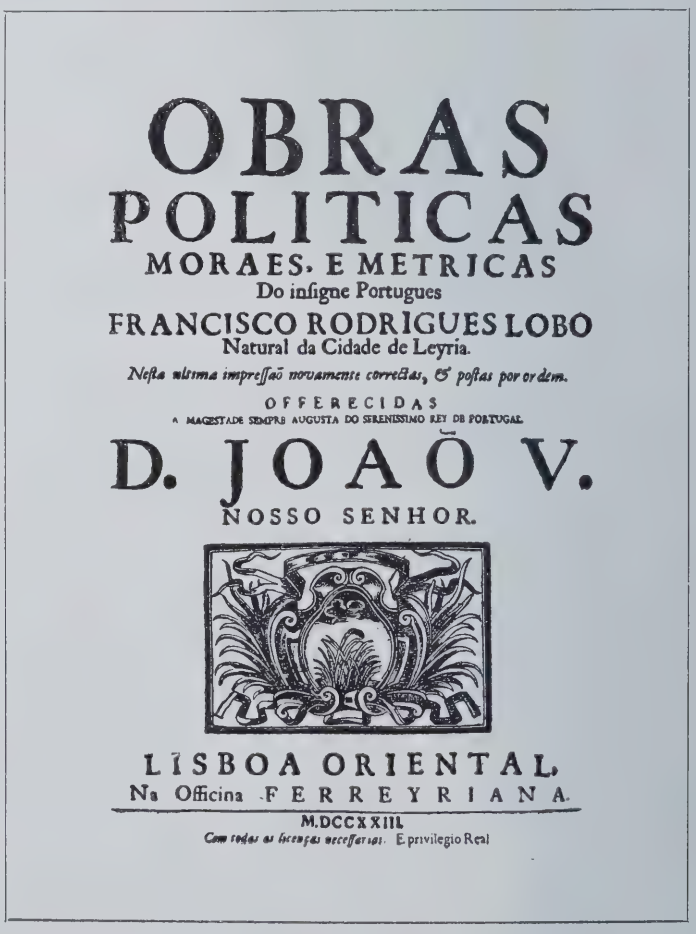
25) MANUEL FARIA E SOUSA — *Fuente de Aganipe* e *Rymas varias* são as duas colectâneas de poesias do conhecido polígrafo e editor de Camões. Fartou-se de envenenar a língua portuguesa, espalhando pelas suas obras em português, dezenas de castelhanismos. No campo do lirismo ficamos a dever-lhe esta classificação bizarra das *Éclogas:* amorosas, marítimas, venatórias, genealógicas, críticas, monásticas, eremíticas, justificatórias, arbitrárias, fantásticas e rústicas. O original da Parte VII[a] da *Fuente de Aganipe* está em Évora.

26) MANUEL MENDES DE BARBUDA E VASCONCELOS — Imaginação fértil. Chamou aos cavalos brancos — *cisnes quadrúpedes.* Deixou três volumes manuscritos completos: *Rymas sacras; Rymas humanas; Poemas funebres.*

27) MANUEL QUINTANO DE VASCONCELOS — Está quási

PRIMEIRA
E
SEGVNDA
PARTE DOS
ROMANCES
DE FRANCISCO
Rõiz Lobo, de
Leiria.
EM LISBOA.
Com todas as licẽças neceſſarias
Por Manoel da Sylua.
anno 1654.
A cuſta de Felipe Iorge mercador de livros, na rua nova.

A PRIMEIRA E SEGUNDA PARTE DOS ROMANCES, 2.ª edição raríssima. Da de 1596 não se conhecem exemplares


OBRAS
POLITICAS
MORAES. E METRICAS
Do inſigne Portugues
FRANCISCO RODRIGUES LOBO
Natural da Cidade de Leyria.
Neſta ultima impreſſaõ novamente correctas, & poſtas por ordem.
OFFERECIDAS
A MAGESTADE SEMPRE AUGUSTA DO SERENISSIMO REY DE PORTUGAL
D. JOAÕ V.
NOSSO SENHOR.
LISBOA ORIENTAL.
Na Officina FERREYRIANA.
M.DCC.XIII.
Com todas as licenças neceſſarias. E privilegio Real

COMPILAÇÃO DAS OBRAS de Francisco Rodrigues Lobo, feita no século XVIII. Excelente edição

todo inédito, pois do muito que escreveu só publicou um volume *A Paciencia Constante,* que Nicolau António aponta (*Hisp. Nova,* I, pág. 354), com nome incompleto: «A Paciencia...». No volume, há de tudo: Poemas, Éclogas, Sonetos, Voltas, Romances, Elegias, Oitavas, Canções, Epístolas, etc.

28) Manuel Tavares Cavaleiro — Um volume, apenas, — *Ramalhete juvenil.* Êstes tercetos dum soneto não são para desprezar:

Amo, e da auzencia o mal soffro [constante,
Lembranças extinguir me não [consente
Saudoza dor, e magoa pene- [trante.

Queixoso, lastimado, e paciente,
Morrendo emfim auzente, como [amante,
Vivo então mais amante, quando [auzente.

Se fôssem todos assim, os versos do poeta...

29) Manuel Tomaz — A *Insulana* é um poema épico. Não tem aqui entrada. Mas o *Phenix da Lusitania,* êsse não entra na poesia lírica? Costa e Silva (*Ensaio,* VII, pág. 87), chama-lhe «Poema das Prophecias e das Visoens».

A notar que Nicolau António (*Hisp. Nova,* I, pág. 358) faz do autor da *Insulana* e de *O Fenix da Lusitania* dois autores diversos.

30) Mendo de Foios Pereira — Colaborador da *Fenix Renascida,* com uma *Canção á Batalha de Montes Claros.* E parece que pouco mais escreveu do que isso.

31) Paulo Gonçalves de Andrade — O seu livro *Varias poesias* tem mais poesias em castelhano do que em português.

32) Simão António de Santa Catarina — Primeiro chamou-se Simão Lopes; depois, Simão Antunes Freyre, e é sob êste nome que deu à luz o 2.º vol. das suas Poesias; por fim, ficou com o nome acima indicado. Um dos seus romances, intitulado *Venus açoutando Cupido, com umas disciplinas feitas de rozas,* é um magnífico elemento de estudo para quem quiser ter uma noção do que era a sensibilidade da sociedade da época. Em Évora, há dois Códices com poesias de Fr. Simão.

33) Simão Torresão Coelho — Colaborador da *Fenix,* Inquisidor do Santo Ofício. Poesias manuscritas na livraria do Duque de Lafões. Em Évora, há um romance seu em que o autor descreve a côrte de Madrid. É em redondilhas.

34) Tomaz de Sousa — Traz versos seus na *Fenix Renascida* e nas Obras de Fr. Simão de Santa Catarina.

35) Troilo de Vasconcelos da Cunha — Madeirense. Resta da sua peregrinação pelo Parnaso, um *Espelho do Invisivel,* «o primeiro poema didascalico que apparecia na nossa lingua», segundo Costa e Silva (*Ensaio,* tomo X, pág. 202). Em Évora há nove cartas suas dirigidas ao Conde de Unhão, D. Rodrigo Xavier Teles, desde 11 de Agôsto de 1721 a 25 de Fevereiro de 1723 (*Catalogo dos Ms. da Bib. Pub. Eborense,* II, pág. 316).

AVTO
DEL NASCIMIENTO
DE CHRISTO
Y EDICTO DEL EMPERADOR
AVGVSTO CESAR

PERSONAS QVE HABLAN EN EL.

El mismo Emperador. — Laureano Pastor.
Vn Capitan. — Fabio Pastor.
Vn Guardia. — Cintio Pastor.
Vn Angel — Silvia Pastora.
El Diablo — Mendo Ratinho.

POR FRANCISCO RODRIGVES LOBO.

EM LISBOA.

Na Officina de Domingos Carneyro. Anno de 1676.

O RARO AUTO PUBLICADO PÓSTUMO de F. Rodrigues Lobo, de que Inocêncio não viu nenhum exemplar e que R. P. de Matos cita como sendo impresso em 1674. Muito raro

FRANCISCO ROIZ LOBO, O "LERENO"

BIBLIOGRAFIA: — *Primeira e segunda parte dos romances de Francisco Rodrigues Lobo de Leiria.* Coímbra, por António Barreira, 1596, (não se conhecem exemplares); 2.ª ed. Lisboa, por Manuel da Silva, 1654.

A Primavera. Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1601; 2.ª ed. Lisboa, por Pedro de Crasbeeck, 1508 (por 1608); 3.ª ed. Lisboa, por António Alvarez, 1619; Lisboa, por António Alvarez, 1651; Lisboa, por António Crasbeeck de Melo, 1670; Lisboa, por António Pedroso Galrão, 1704.

As Eglogas. Lisboa, por Pedro Crasbeeck, 1605. Lisboa, 1924. (Edição do *Diário de Notícias* publicada sob a direcção de Manuel de Sousa Pinto. Além da tiragem comum tiraram-se 100 exemplares em papel especial); outra edição do dr. José Pereira Tavares.

O Pastor Peregrino. Lisboa, por Pedro Crasbeeck, 1608; 2.ª ed. Lisboa, 1618, por António Alvarez. Lisboa, por António Alvarez, 1651; Lisboa, por António Crasbeeck de Melo, 1670; Lisboa, Bib. Univ., 1888.

O Condestabre de Portugal D. Nuno Alvres Pereira. Lisboa, por Pedro Crasbeeck, 16010 (sic) — outra ed. Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1627; Lisboa, 1785 (Ed. de B. J. de Sousa Farinha).

O Desenganado. Terceira parte da sua *Primavera.* Lisboa, por António Alvarez, 1614; Lisboa, por António Alvarez, 1651; Lisboa, por António Crasbeeck de Melo, 1670.

Comedia Eufrosina. (De Jorge Ferreira de Vasconcelos, ed. emendada por F. Roiz Lobo). Lisboa, por António Alvarez, 1616.

Corte na aldeia e noites de inverno. Lisboa, por Pedro Crasbeeck, 1619. Há uma edição de luxo com o retrato e o frontispício gravado em cobre; outra vulgar com o frontispício impresso e sem o retrato; Lisboa, por Pedro Crasbeeck, 1630; Lisboa, por António Alvarez, 1649; Lisboa, por António Crasbeeck de Melo, 1670; id. por António Pedroso Galrão, 1695; Lisboa, id., 1722. Lisboa, Bib. Univ., 1894.

La Iornada qve la Magestad catholica del Rey don Phelippe III de las Hefpañas hizo a fu Reyno de Portugal; y el Triumpho y pompa con que la recibio la infigne Ciudad de Lisboa el año de 1619. Lisboa, por Pedro Crasbeeck, 1623.

Elegia ao S. S. Sacramento. Lisboa, por António Alvarez, 1614. (Não se conhece exemplar algum).

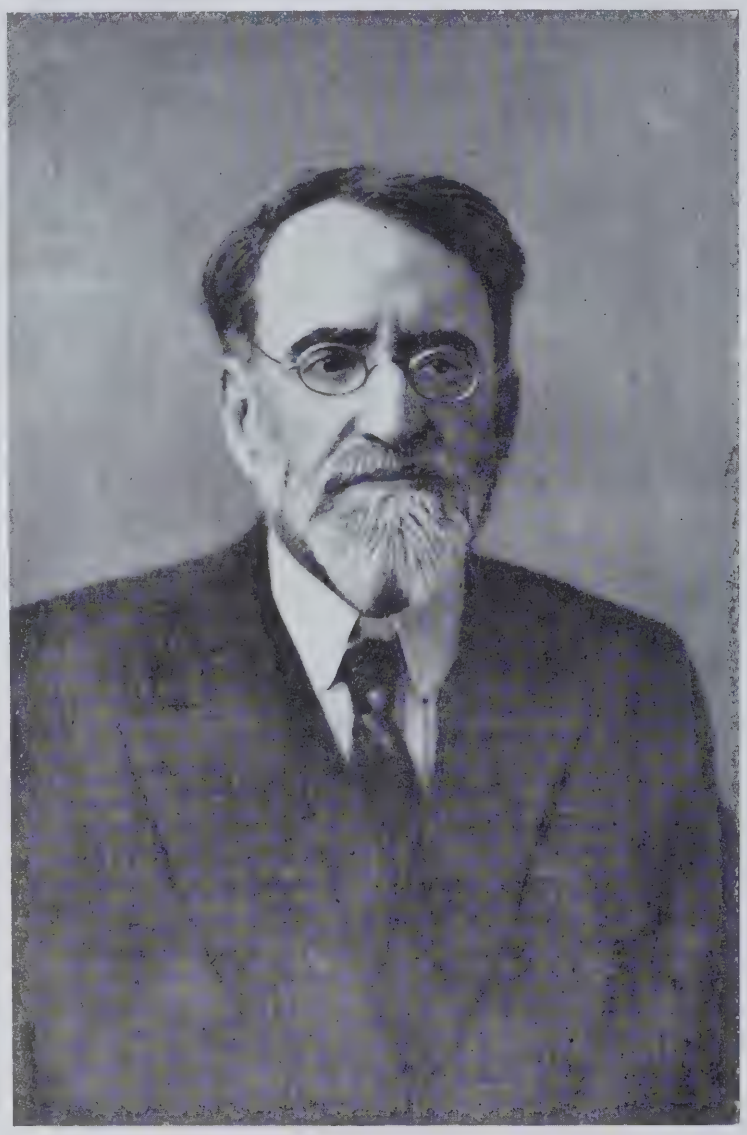
Em conjunto as obras saíram:

— *Côrte na Aldeia e obras pastoris (Côrte, Primavera, Pastor peregrino* e *Desenganado)* 2 vols., 1722 e 1721.

— *Obras politicas moraes e metricas. (Côrte, Primavera, P. peregrino, Desenganado, Eglogas, Condestabre, Jornada* e *Romances).* Lisboa, 1723.

— *Obras politicas e Pastoris. (Côrte, Primavera, P. peregrino, Desenganado, Eglogas)* 4 vols. Lisboa, 1774.

Sôbre Francisco Rodrigues Lobo a obra capital é o trabalho do eminente professor Dr. Ricardo Jorge, *Francisco Rodrigues Lobo, estudo biográfico e crítico.* Coímbra, 1920. Saíu na *Revista da Universidade de Coimbra* e tiraram-se em separado 150 exemplares, que são hoje muito raros. Ver também *Um pelágio* do prof. T. Braga.



Dr. Ricardo Jorge, Professor da Faculdade de Medicina, o mais completo e ilustre biógrafo de Francisco Rodrigues Lobo

TINHA o século dois anos — 1602 — quando na *sala dos autos públicos* da Universidade, decorridas tôdas as formalidades legais e com o cerimonial da praxe, recebia o grau de bacharel formado Francisco Roiz Lobo, nado e criado em Leiria; por inferências tiradas dos seus escritos, é de presumir que a data do seu nascimento fôsse a de 1580. Filho de família abastada, não isenta de sangue hebráico, vivera em Coímbra à lei da nobreza e acamaradara na grei da fidalguia escolar. Distinguira-se no meio académico pelo talento e inclinações literárias que precocemente o ilustraram — mais um filhote adoptivo, dos mais mimosos, das ninfas divagantes pela espessura dos sinceirais do Mondego.

Nos prelos do impressor coìmbrão dera à luz em 1596 um voluminho de *Romances,* primeira colecta portuguesa desta espécie poética, tão favorecida pela moda vinda de Espanha. Fôra apenas um tentar de asas para desferir vôos mais altos. O seu génio levanta-se logo ao máximo na feitura proso-poética da novela pastoral a *Primavera,* saída em 1601, obra prima do género na língua pátria, que lhe firmou a celebridade para presentes e pósteros. Crismam-no de Lereno, nome do protagonista em que se incarnara figuradamente o pastor-trovador das campinas banhadas pelo Lís e Lena.

Luzia-lhe a herança coìmbrã do pátio das Escolas e das ribeiras do Mondego, possuíam-no as tradições trovadorescas que não as investiduras da faculdade e os bacamartes sediços dos praxistas de que mofa em versos satíricos. Dos efeitos oficiais ou profissionais da formatura, nem vestígios sequer; remediado de bens, sem necessidade de recorrer ao Estado ou à clientela dos feitos, deixou-se embalar no regaço das musas, abeberado desde a adolescência na linfa capitosa da Fonte dos Amores.

Estadeia as prendas nas rodas aristocráticas do tempo, centros provinciais da vida de luxo e cultura, a suprirem a desaparição da côrte de Lisboa. Leiriense amante do seu ninho, pisa os paços dos marqueses de Vila Real que cedem apenas aos Braganças na cotação jerárquica. Decanta-lhes a nobreza da ascendência, as lançadas contra a moirama, as proezas da alcaidia do seu feudo de Ceuta, rememora-lhes as figuras familiais. Emparceira-se, mas a distância, com outros versistas do palácio de Leiria: tais o Fernão Álvares do Oriente, seu predecessor bucolista, e Agostinho de Vasconcelos, pessoa de talento e porte. Quando a irmã do marquês, D. Juliana de Lara, se casa em 1598 com o conde de Odemira, acompanha-a com o séquito das donzelas do paço ao sítio ridente de Penacova, onde se passa o noivado em festas galantes de Citera que fazem delirar o joven poeta e lhe caldeiam as ejaculatórias em prosa e verso. D. Juliana de Lara era amadora em literatura — ao seu patrocínio se entrega o Lereno na dedicatória da *Primavera.*

Os amores malogrados de Roiz Lobo com uma filha do marquês, rejeitados pela prosápia do fidalgo e castigados até com o destêrro de Leiria, não são senão uma tradição lendária, falha de fundamento sério e até de verossimilhança. O deus do amor inça de paixões e aventuras a sua produção lírica e novelística, culto temático forçado da literatura do tempo; o que nessa ejecção sentimental figure como lance pessoal de coração, não há meio de deslindá-lo.

Mais alta escola de cortesania teve em Vila Viçosa nos paços dos duques de Bragança, onde se ostentava o fausto principesco duma côrte quási soberana e que aspirava a sê-lo de *verdad*. A estadia do Lereno naquele remanso magnífico do Reguengo e da Tapada deve ter-se dado à saída da Universidade, entre 1601 e 1602. Pinta com entusiásmo pindárico as suas impressões nas *Églogas* (1605) e relembra-as mais tarde com grato encómio na carta prefacial da *Côrte na aldeia* (1619). Em Vila Viçosa a intelectualidade prendada era acolhida com favor: uma roda distinta se movia ali em tôrno dos Mecenas brigantinos — poetas, historiadores, eruditos, juristas, matemáticos e médicos. O Lereno recreia-se e instrui-se entre êste escol; sente inflamar-se-lhe o estro que põe ao serviço da causa e do culto dos descendentes de Nun'Alvares, paládio da ressurreição da pátria. Rodrigues Lobo é o Camões dos paços de Vila Viçosa.

O célebre MEMORIAL DO MARQUÊS DE MONTEBELO, Felix Machado da Silva Castro e Vasconcelos. Saíu sem lugar de impressão. Tem sob o escudo a data: Año M.DC.XLII.

Nomeia como seus patronos mecenáticos o duque D. Teodósio e o irmão D. Duarte, marquês de Flechilla em Espanha, aos quais dedica as obras de maior realce — àquele o *Condestabre*, a êste a *Côrte na Aldeia*, ornadas de garridas portadas de homenagem brasonada aos excelsos próceres. A D. Duarte, tido e havido como amador caroável de escritores e até de letras, que ao tempo estabelecera côrte na cidade de Évora, de pouca dura porque a atracção real de Madrid para lá o arrastou definitivamente, oferece o seu livro mestre de cortesania. Ao duque endereça o *Condestabre*, ao mesmo tempo poema heróico de Nun'Álvares e epopeia dos Braganças, a acender a flama patriótica e a redenção de Portugal pela casa bragantina, herdeira das suas glórias e da sua legítima realeza. Esperanças que nem o cantor nem o cantado chegaram a ver realizadas, pois que os fados só as cumpriram em 1640, tais quais o poeta as sonhara.

Outras relações se divisam com a aristocracia mais selecta do tempo, assim como com a gente de letras. Tais entre estas as do seu parente Fernão Roiz Lobo, o conhecido Soropita, humanista e poeta de cunho, de Fernão Álvares do Oriente, o autor da *Lusitania Transformada*, de Frei Bernardo de Brito, o grande prosador da *Monarquia Lusitana*, de Eloio de Sá Sotomaior, seu seguidor bucolista, do erudito Manuel de Severim de Faria, do médico Aleixo de Abreu, do teólogo Padre Luís de Sotomaior, etc. Tantos outros ou mais seriam, graças à sua situação privilegiada de primeiro homem de letras do seu tempo.

A sua residência, tal qual resulta da documentação de diferentes épocas, foi permanente na vila natal que tanto amava e exaltava, apesar da ingratidão de que a acusa. Freqüentaria a-miúdo a capital. Em jornada para Lisboa, aí pelo último quartel de 1622, descia o Tejo numa falua que a borrasca virou. O seu companheiro, o Conde de Assentar, ainda alcançou a práia a nado; o poeta por desgraça afogou-se e o seu cadáver arrojado à práia foi inhumado com tôdas as honras no destruido mosteiro de S. Francisco. Esta morte prematura e desastrada prantearam-na os seus confrades em Apolo em sentidos sonetos. É singular que a sua musa melancólica como que pressentira esta sepultura no seio das águas do Tejo amado dos seus cantares.

É proverbial a frase superlativa de Schlegel — «Camões representa uma literatura inteira». Sem hipérbole e com propriedade cabem bem tais dizeres a Roiz Lobo, porque a sua obra é altamente representativa dos géneros literários da época.

A musa omnímoda do Lereno percorre tôda a gama das espécies poéticas e prosáicas. No verso, não há forma nem norma consagrada que não maneje, e superiormente, — medida velha e medida nova, quadras e sonetos, romances e odes, églogas e epopeia. Esposa as tradições gloriosas do plectro luso-hispano — epígono de Miranda, Camões e Garcilasso, discípulo de Lope de Vega e Góngora. As églogas desbancam pela finalidade, teor e beleza

os idílios quinhentistas. A sua máxima pujança de publicista alcança-a com a primeira novela pastoral em português, a *Primavera,* talhada em prosa escultural e recheada de intermédios exuberantes de lírica, que nada tem que invejar à do mestre do género, Jorge de Montemor, e às dos seus seguidores espanhóis Gil Polo, Montalvo e Lope de Vega. Entuba heròicamente o Nun'Álvares no *Condestabre* que vem seriar-se com vantagem entre as epopeias epigénicas dos *Lusíadas.* Monumento, enfim, de saber e de estilo, didáctico, enciclopédico e educativo é a *Corte na Aldeia,* afrontando a quanto no género dialogal congénere se publicara aquém e além da ráia.

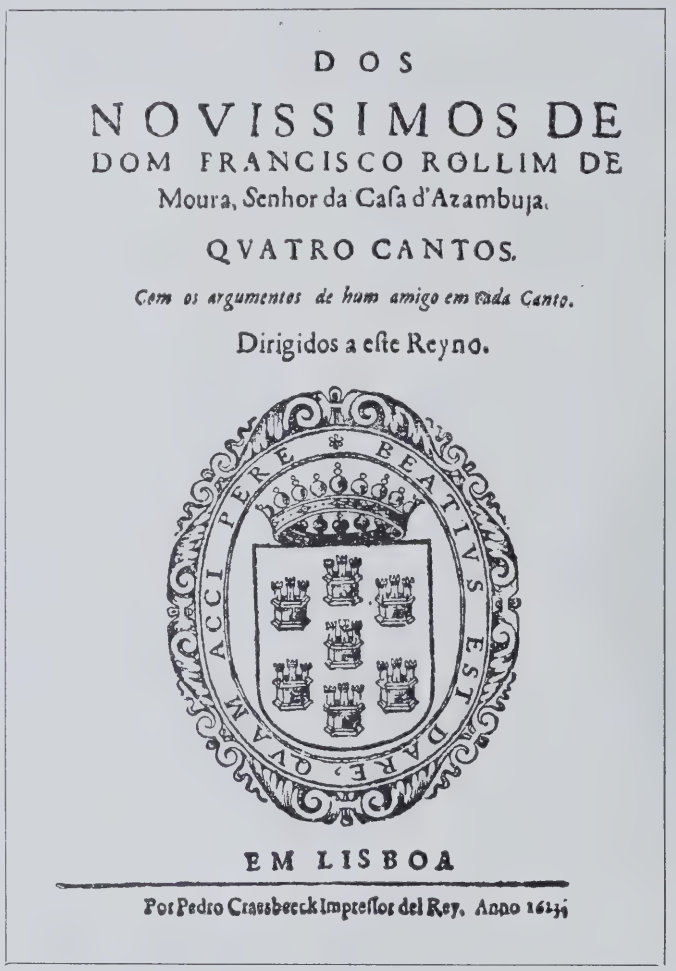
À sua poligrafia quási escapa o Teatro, de que o *Auto do Nascimento de Cristo* é apenas somenos arremêdo, e a História, tanto de nossa propensão; mas o historiógrafo revela já o que viria a ser na mesma *Côrte na Aldeia* e nas explorações pelos arquivos que constam das *Cartas dos Grandes do Mundo,* deixadas em Ms. (1).

Esta esplêndida carreira sufocou-a o desastrado afogamento no Tejo. Se não fôra essa morte prematura, tão infesta para as letras, até onde iriam os livros em que lhe luziria, a mais e mais, a pena abençoada? Pena que pela rica produção legada, tão desprezada pelos modernos, é das mais formosas e possantes que conta a literatura portuguesa.

Romances. — As fiadas de decisexsílabos partidos em hemistíquios e em monorima toante, do tipo castlhano apelidado romance, são o primeiro ensaio estampado do Lobo, quando ainda adolescente escolar em Coimbra — *Primeira e Segunda parte dos Romances* (1596). Esta tentativa tem hoje apenas valia histórico-literária como espécime da transplantação indígena dos romanceiros castelhanos que se sucediam prolìficamente no reino vizinho; toma de lá o título, e castelhano é também o conteúdo, pois que só quatro peças estão em vernáculo. Tem a honra de ser o único romanceiro lavrado e publicado por punho luso. Não mais se repetiu o feito, muito embora os romancistas reinóes fizessem cardume sem conta.

Lobo, segundo se depreende duma passagem da *Primavera,* chega a vangloriar-se de primeiro que poetou portuguêsmente em romance — ilusão juvenil, de quem esquecia as peças romanceadas, e das melhores, por Gil Vicente, Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão. Êle continuou a riscá-las entressachadas na Pastoral, e até redigiu em romances pegados, já sôbre o tarde, *La Jornada de Filipe III* (1623): para o que havia de servir a poética, aliás desenxabida, naqueles tempos arcaicos, para a reportagem massudamente descritiva, com todos os ésses e érres, das festas que a Câmara e cidadãos de Lisboa ofertaram ao monarca espanhol e dos arcos espalhafatosos de triunfo com que enramalharam as ruas da capital.

O romancismo peninsular gereceu-se no âmago de Castela, donde irradiou para todos os lados pandèmicamente. Associado à música e ao canto, assenhoreia-se das glotes de tôda a gente, tão universalizado que da arte popular passa à arte culta. Nenhum tipo estético conseguiu jamais disseminação tamanha, moda contagiosa estendida a todos os lugares e classes, desde as alfurjas aos palácios, desde os cantadores do povo aos versistas áulicos. Entre nós a irrupção fêz-se em cheio; aportuguesam-se à flux os romances castelhanos, e as canções romanceadas, no seu ritmo e teor, entranharam-se de tal sorte que remanescem por outiva através dos séculos na memória popular. Embalaram-nos o berço aquelas que vieram a estampar-se nos arquivos do nosso folklore, de que formam o melhor atractivo.


DOS
NOVISSIMOS DE
DOM FRANCISCO ROLLIM DE
Moura, Senhor da Casa d'Azambuja.
QVATRO CANTOS.
Com os argumentos de hum amigo em cada Canto.
Dirigidos a este Reyno.
ACCI PERE * BEATVS ESTI DARE, QVAM
EM LISBOA
Por Pedro Craesbeeck Impressor del Rey. Anno 1634

O poema de Francisco de Child Rolim de Moura. Tem duas edições com a mesma data, o que nos foi revelado pelo livreiro João Coelho, de Lisboa, que de ambas possui exemplares

A esta poetizante endemia, tanto a importada como a indígena, junta-se a produção autóctona dos letrados, mais ou menos feliz. Se algum dia se compilar uma antologia romancística, como já D. Carolina Michaëlis e eu mesmo propusemos, o voluminho do Lobo fornecerá alguns exemplares de escolha. Tange tôdas as teclas — romances moiriscos, os de mais voga, heróicos, satíricos e eróticos, já germinados de bucolismo.

Églogas — As églogas (1605) são, não só a obra prima do Lobo, mas uma das obras primas da poesia portuguesa de todos os tempos. Os que as lerem, assentirão a êste juízo. Nenhum defeito sensível ou ressaibo molesto as empana: não as afecta sequer o bafio dos anos; respiram, pelo contrário, frescura e modernidade que torna a sua leitura atraente. O que explica a oportunidade das duas edições recentes trazidas à luz por publicistas críticos.

As dez églogas — conta decimal que vem do mestre Vergílio — fazem um escrínio de jóias cravejadas de pedras preciosas, luzentes e cristalinas, sem falhas nem jaças — «diamantes por lavrar, perlas em sua concha»,

(1) Possuo cópia autêntica que mandei há muito tirar no *British Muscum,* à espera de impressão.

mas em que a habilidade do lavrante e do engastador se requinta. Ressalta tanta graça e louçania, tanta excelência e naturalidade de feitura, que deixa a distância as tão reputadas do próprio Camões e do Bernardes. Nesta singeleza e arte do melhor toque, vem através dos séculos ao desafio dos próprios líricos actuais da natureza e do meio campestre.

A bôca dos pastores serve-lhe para «mostrar, debaixo do burel, e com suas palavras, a condição dos vícios e o sossêgo das virtudes». É que o bucólico põe aqui a flauta rústica ao serviço da correcção dos costumes. A égloga torna-se uma moral em acção, é parenética, sem pesadumes de sermão. Métrica variada, parnasiana, mais afeiçoada à redondilha, a medida nacional por excelência que êle dedilha deliciosamente. A scena aldeã traceja-a a toques e impressões, verdadeiras aguarelas campesinas, cheias de mimo e delicadeza. Juvenaliza-se, quando arremete contra os piores vícios humanos — a inveja, o ódio e a cubiça — os pecados mortais então como hoje do português de casta. É uma patologia viva aquela em que descreve a traço mordente a enfermidade nacional, a perseguição das maiores valias, porque ter talento em terra lusa, e sobretudo mostrá-lo, é tornar-se alvo dos opróbrios da estupidez e da malignidade. Ninguém o disse nunca com a eloqüência cáustica do Roís Lobo, queixoso como tantos da crueza bruta dos conterrâneos:

Nós e os nossos naturais
Somos de má natureza...
Queremos gran mal ao bem,
Sómente pelo querer
A quem o merece e tem.
Coitado do que naceu
Nesta nossa terra ingrata...
Pesa-nos do bem que é nosso
Quando o vemos num vezinho...

O POEMA de Manuel Tomaz sôbre a aclamação de D. João IV, impressa em Ruão em 1639

Saber e conhecimento
Fazem já desmerecer,
De sorte que o não saber
Serve de merecimento...
Que estes desprezos que vemos
De bom saber, da bôa arte,
Não se usa em toda a parte
Que é na terra aonde nacemos.

Estas ensinadelas mereciam afixar-se nas esquinas — mas quem as leria para corregimento pessoal e colectivo?

PASTORAL. — A glória e a fama coroam a fronte do escritor no dia auspiciado em que sai à luz a *Primavera*. Livro de marco nas letras pátrias, grangeia tal notoriedade e estimação que dêle saíram três edições durante a vida do autor, sucesso raro neste estreito meio; mereceu versão castelhana, e dois seguimentos lhe acrescentou, o *Pastor Peregrino* (1608) e o *Desenganado* (1614).

A novela pastoral, como género da moda, consubstancia um dos teores capitais da ficção literária europeia reinante no discurso de dois séculos. Só em dois momentos da evolução das nossas letras exercemos influxo na orientação literária dos países estranhos — na fase dos romances de cavalaria, e ao depois no período dos romances bucólicos. As grandes figuras do esplendor quinhentista, por muito que nos envaideçam, se receberam o benefício de versão estrangeira não deixaram pelo mundo fora rasto imitativo. Interferência artística gozámo-la sòmente graças ao génio criador, sensível e plástico, de Jorge de Montemor, que aliás compôs a sua famosíssima *Diana* em castelhano, o idioma que então quási ombreava na ilustração difusiva com o italiano. Dêste lhe viera a inspiração com a hiperclássica *Arcadia* de Sannazaro; a sensibilidade hauriu-a do coração saüdoso que estuava nas páginas melancólicas da *Menina e Moça*.

Na sua progénie peninsular, quem mais clareia, é o autor da *Primavera*, a pastoral bordada nas ribeiras do Lis, Mondego e Tejo. Dela promanaram outras indígenas, de mais ou menos prêço, e até de menosprêzo; mas, apesar de vertida em espanhol (1629), graças ao seu admirador entusiasta, Juan Baptista Morales, não se lhe sentem resquícios na produção dos vizinhos (1).

O pastoralismo, inspirado do ibérico, vogou epidèmicamente nas letras inglesas e francesas com Sidney, Spencer e Urfé; a célebre *Astreia* deu volta ao mundo e aos corações, e já no fêcho do século XVIII Florian e Gessner sonham e deliram com zagais e zagalas. Com o advento do romantismo reflorescem as boninas dos almargens, e ressurgem as cenas silvestres. Refaz-se em moldes novos o romance idílico por tôda a parte. Quem dirá que o Lereno, o protagonista da *Primavera*, é o avoengo secular das personagens da novela rural de Camilo e Júlio Denis?

Quem pegue em qualquer das três partes da trilogia lupina, ou dos seus congéneres, não pense que se vai distraír, como na leitura dum romance do presente. O seu paladar não agüentará páginas tão arredadas da leitura moderna. Não passa o entrecho, como de costume, dum

(1) Tradução que talvez passasse despercebida, pois que a edição de tal modo se desfez, que não sabemos hoje senão de três exemplares — dois na B. N. de Madrid e outro em nosso poder, adquirido em Espanha.

embróglio mal tramado e mal cerzido — a infância da arte. A *Primavera* pretende contar as aventuras amorosas do Lereno, o pastor-cantor das águas correntes do Lis, dotado de tôdas as prendas que possam cativar damas — conquistador em que se incarna o autor em corpo e alma. Com os amoríos dêste galã em digressões sucessivas, interceptam-se uma infinidade de outros, e todo êste complicado e variegado elenco conjuga o *amo amas* perpètuamente, ora na paz da felicidade satisfeita, ora no tormento de paixões incendiárias. *Sex-appeal* perene e possessivo, se é que a sexualidade tem aqui que vêr; porque só o platonismo estreme impera nas almas, limpas de tôda a mácula fisiológica, sem a torpeza dos genitórios e dos orgasmos. Os amantes só vivem das comoções internas — êxtases, raivas, saüdades, ciúmes, rompimentos. O miôlo chega a desarranjar-se com tantos boléos, desanda em erotomania a inçar um verdadeiro manicómio, instalado junto de fonte milagreira de águas prestantes para a cura dos destempêros amatórios. Uma psiquiatria ante-freudiana. Deliciavam-se com êstes contos emaranhados os nossos maiores, e quando nós o viermos a ser, também os futuros menores estranharão tantos dos nossos romances chôchos e dos nossos cinemas sem pés nem cabeça.

SILVIA
DE
LYSARDO.
Recopilada por Lourenço Craesbeck.
AO ILLVSTRISSIMO E Reuerendiſsimo ſenhor Dó Rodrigo da Cunha Biſpo do Porto, eleito Arcebiſpo & ſenhor de Braga Primaz das Heſpanhas, do Conſelho de ſua Mageſtade. &c.
EM LISBOA
Com todas as licenças neceſſarias
POR PEDRO CRAESBEECK
Impreſſor del Rey. Anno 1626.
Vendemſe na Rua noua em caſa de Paulo Craesbeeck liureiro.

SYLVIA
DE
LISARDO.
RECOPILADA POR
Lourenço Craesbeck.
LISBOA.
NA Officina de IOAM da COSTA
Anno M. DC. LXVIII.
Com todas as licenças.

DUAS RARAS EDIÇÕES DAS POESIAS DE Fr. Bernardo de Brito. A 2.ª, 1626, e a 4.ª, 1668. Apesar da 1.ª ser impressa em 1597, Bernardo de Brito pode considerar-se um poeta, um escritor e um historiador do século XVII

O que de bom de lei têm as pastorais do Lis, é a prosa e a poesia — ambas de quilate de oiro. Prosa a acrescentar-se em pureza, propriedade e elegância à dos mestres antecessores. Lêem-se trechos pinturais, quadros campestres, paisagens finamente pinceladas, a sobressaír um naturismo que distingue e cunha a bucólica pessoal do Lereno. Sabe debuxar impressivamente animais e gente, esboçando já retratos individuais. A poesia esparze-se a rôdos nos entremeios da prosa. Há-a de todo o género e espécie — a lírica pastoral da *Primavera* é capaz de exemplificar um compêndio inteiro de poética. Como que se despica para mostrar a sua mestria em tudo quanto verseja, quer a arte maior, quer a arte menor. Os heróicos saem-lhe soberbos, à láia camoniana; tercetos bons, sonetos de antologia. No metro vulgar, quadras deliciosas; nos cenários das endechas, filigranas delicadas em que ninguém o supera.

A *Primavera*, nascida quando o século tinha um ano, inaugura a prosa soberba dos seiscentos e fecha o ciclo doirado da poesia dos quinhentos. Tarde apareceriam poetas do seu estôfo.

O CONDESTABRE — Todo o poeta de craveira ambicionava passar da lírica à epopeia. Tinham diante dos olhos a emulá-los o exemplo do Vergílio que da avena rústica das Églogas e das Geórgicas passou a embocar a trombeta de Calíope. De casa havia o modêlo portentoso dos *Lusíadas;* quem não havia de sonhar com os loiros do épico das Espanhas? Camões deixou atrás de si quatorzadas de imitadores nas duas línguas peninsulares. Nós excedemos até os vizinhos, obsediados duma epomania que nem o século 19 conseguiu curar de todo. Não contentes com poematizar na língua materna, contribuímos para a épica castelhana com perto duma dúzia de poemas de polpa. Tôda esta progénie camonista nem ao tempo nem ao depois conseguiu fama bastante: planetas baços a reflectirem apenas alguma réstea do sol que os alumiava, e alguns nem isso.

Nesta série ganharia algum lugar selecto ao menos o épico de Leiria? Os críticos velhos e novos desmereceram no *Condestabre* quási unânimemente. Na disputa do segundo pôsto imediato aos *Lusíadas,* conferido à *Ulisseia* de Gabriel Pereira de Castro, gradação em que entraram outros com votos vários, o nome do Lobo nem lembrado foi. Acham-lhe o verso froixo, e em verdade as oitavas épicas estão aqui abaixo do punho e da inspiração do soberbo lírico que êle é. Na apreciação do contexto poemático, há todavia injustiça de juízo a reparar. Lobo põe de banda a pragmática da epopeia e não há que censurá-lo por esta abstenção, como tantas vezes se tem feito; proscreve fantasias e invencionices, rejeita, de propósito declarado, inteiramente o maravilhoso, quer o mitológico em que Camões houve de cincar, quer o alegórico, tramóia ridícula do pior gôsto.

Como herói, escolheu o mais sagrado pela lenda e pela história — Nuno Álvares. Entendeu e bem, que o res-

plendor irradiado da figura e dos feitos dispensam ornatos supérfluos. Pega da Crónica do Condestável — restituïda hoje a Fernão Lopes, restituïção aliás já contestada — adstringe-se ao seu texto tão sentido e poético, e empenha-se em traduzi-lo em verso. Nenhum processo mais correcto, nem mais justo — verdade e naturalidade. A crítica de hoje tem de aplaudir-lhe a traça e a execução, que, por se afastar dos cánones sediços, desagradaram outrora. Quem quiser ler as epopeias post-camonianas, se não fôr erudito de profissão, a breve trecho sentirá afrouxar-se-lhe e cessar a atenção. Não digo que o mesmo lhe não suceda com a leitura do *Condestabre*, mas considero-o como a única agüentável, exactamente pelo seu realismo e veracidade.

O FRONTISPÍCIO GRAVADO DO POEMA *Nova Lusitania*, impresso em Lisboa em 1675. Livro raro e estimado que trata das guerras contra os holandeses no Brasil até ao ano de 1638

De vez em quando luzem episódios e passagens às quais se não podem regatear belezas. *Verbi gratia:* a investidura de armas de Nuno Álvares, o místico catecúmeno de Galaaz, pela raínha D. Leonor — a batalha temerária de Valverde, quando de joelhos e em êxtase se prepara pela oração para o desbarate do inimigo — a difusão da peste no arraial castelhano, iscada por peçonha misteriosa — o tumultuar da conjura do mestre de Avis e seus secretários, e a precipitação do bispo tredo da tôrre da Sé — a fuga trágica do rei castelhano Tejo abaixo, após a derrota de Aljubarrota, etc.

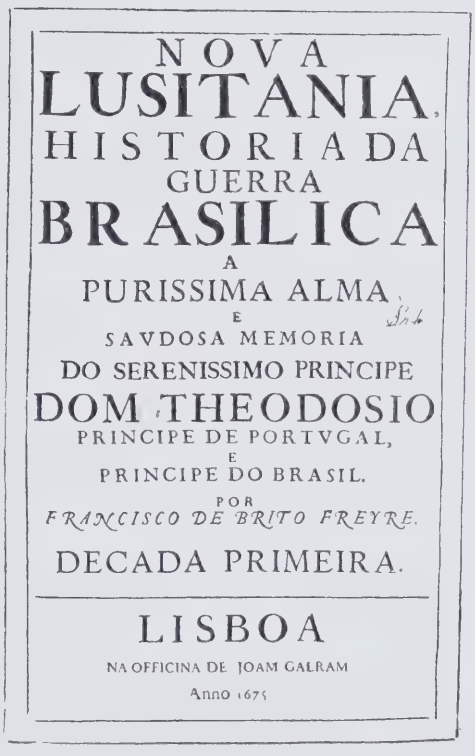
Quem chegar ao cabo, concordará que o Roís Lobo cumpriu meritòriamente a sua emprêsa heróica:

> Do vosso Nuno canto humilde e forte
> A valerosa vida e santa morte.

A CÔRTE NA ALDEIA — Quem há que não tenha saboreado os diálogos de Cícero, mais gostosos ainda que as orações que lhe deram fama eterna? O que prove dêsse nectar da ideia e do verbo, não se espantará que os renascentistas se entreguem a dialogar sôbre tôda a matéria de utilidade ou de recreio. Nos quinhentos portugueses dialoga-se de grande sôbre tudo quanto seja passível de escrita, por heteróclito que pareça — gramática, medicina, drogas, história, pintura, política, devoção, etc. A moda não foi ainda proscrita pela modernidade — que o digam entre outros os diálogos filosóficos de Renan e os recentes diálogos gramaticais de Abel Hermant, calcados sôbre o modêlo clássico.

Roís Lobo experimenta com apaixonada predilecção os «diálogos escritos em prosa com figuras introduzidas que disputem e tratem matérias proveitosas, políticas, engraçadas e cheias de galanteria; ...além de ser êste estilo mais claro, mais vulgar, mais excelente, inclui em si a lição de todos os outros modos de escrever, como são os da história verdadeira e fingida, das artes literárias e mecânicas, das ciências e disciplinas necessárias, das profissões particulares, da razão do govêrno, da vida política e privada». Horizonte vasto, abrangendo, como hoje diríamos, todos os sectores da cultura e da crítica. A *Côrte na Aldeia* é uma espécie de enciclopédia gradativa, desde a arte de escrever à de pensar e saber, manual do homem polido da sociedade, catecismo de princípios e normas reguladoras da intelectualidade mundana.

Chegado à madureza de espírito, muito lido e muito ilustrado, Roís Lobo dá-nos a medida máxima do seu talento, como até aí nos dera a do seu estro. Escrito numa lingüagem lídima e impecável que outros terão igualado, mas nenhum excedido, modêlo de vernaculidade, de rigor e de primor, eleva-se como mestre no género entre o predecessor Amador Arrais e o seguidor Francisco Manuel de Melo. Como tal difundiu-se em Espanha em duas edições — 1622, 1723. Cioso de originalidade e da inteireza da sua pena, não pede empréstimos aos numerosos que em Espanha e Itália articularam diálogos — nem ao célebre *Corteggiano* de Castiglione nem ao *Aviso de privados* de Guevara. O assento que toma junto dêles, e ao mesmo nível, é muito seu. Lê-se de fio a pavio com prazer espiritual e proveito de ensinamentos, tal é a fartura dos dados e o encanto da dição amena. Logo de entrada entôa a mais eloqüente apologia daquela língua que Deus nos deu e os homens estragam. Ah, que se êle fôra vivo, nem sequer a reconhecera nesta burundanga que por aí escorre das penas como esgôto de tinteiros. Ensina a técnica dos escritores, edificando com exemplos precisos, e procura fixar qual o estalão da boa lingüagem — questões tão da actualidade para quem queira versar os lemas da estilística.


NOVA
LUSITANIA,
HISTORIA DA
GUERRA
BRASILICA
A
PURISSIMA ALMA,
E
SAVDOSA MEMORIA
DO SERENISSIMO PRINCIPE
DOM THEODOSIO
PRINCIPE DE PORTVGAL,
E
PRINCIPE DO BRASIL.
POR
FRANCISCO DE BRITO FREYRE.
DECADA PRIMEIRA.
LISBOA
NA OFFICINA DE IOAM GALRAM
Anno 1675

FRONTISPICIO IMPRESSO da mesma edição da *Nova Lusitania. Historia da Guerra Brasilica*

Entra na novelística, diz como se hão de fazer contos,

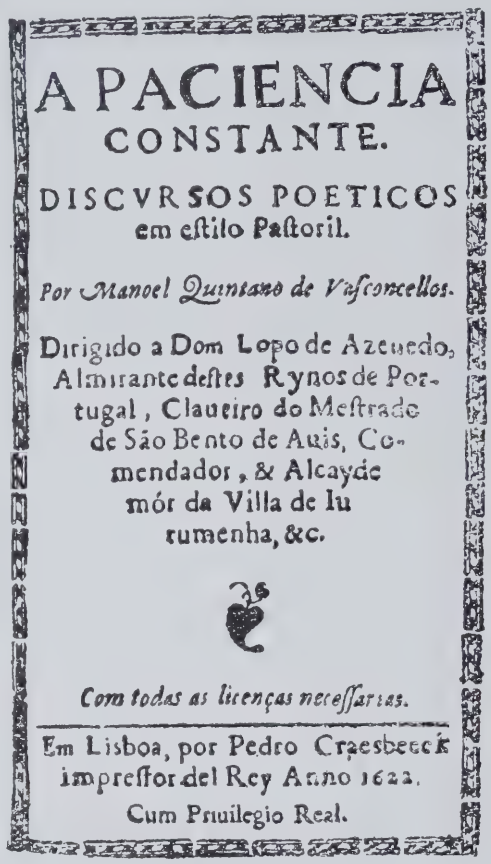
e traz à colação alguns de lavra própria. As anedotas enfiam-se com graça e pico.

A história acode a cada passo com recordações e factos. Denota um fundo erudito copioso, de que apenas estas páginas são amostra. Tão forte é a sua inclinação para tais estudos que promete dar-lhe largas em obra posterior — intento malogrado. Sôbre educação e instrução, o livro notabiliza-se para o tempo. Vai a ponto de seriar os conhecimentos humanos em disciplinas e ciências numa ordem aproximável da que havia de vingar em nosso século. Numa palavra um livro-mestre, mestre em tudo quanto contém, em tudo quanto se encare, mestre para a mentalidade e para a grafia portuguesas.

*
* *

A quanto montariam as preciosidades que nos juntaria, calcula-se ao saber-se que morreu de meia-idade. As suas promessas não falhavam se «o vilão Eolo», como disseram os necrologistas do tempo, de cumplicidade com as ondas do Tejo o não inanimassem a súbitas.

Polígrafo de faces múltiplas, poucas são as figuras que o ombreiem ou o excedam na literatura clássica. Se nela se coligir o escol dos dôze maiores poetas e dos dôze maiores prosadores, em ambas as séries há que situar o Lobo entre os primazes. No seu século um só homem o emparelha no porte, D. Francisco Manuel de Melo. Supera-o no verso o poeta do Lis, rivalizam os dois na prosa; mas a extensão e valia da obra deixada pelo Melo provém de dois factores que faltaram ao Lobo — a estadia nos meios cultos da Europa e a longevidade. Seja qual fôr o paralelo, o poeta das *Églogas*, o prosador da *Côrte na Aldeia*, é uma figura superior de nobre e original personalidade.


A PACIENCIA
CONSTANTE.
DISCVRSOS POETICOS
em eſtilo Paſtoril.
Por Manoel Quintano de Vaſconcellos.
Dirigido a Dom Lopo de Azeuedo,
Almirante deſtes Rynos de Portugal, Clauiero do Meſtrado
de São Bento de Auis, Comendador, & Alcayde
mór da Villa de Iu
rumenha, &c.
Com todas as licenças neceſſarias.
Em Lisboa, por Pedro Craesbeeck
impreſſor del Rey Anno 1622.
Cum Priuilegio Real.

RARA OBRA POÉTICA do século XVII

As letras novas desdenhadoras das letras velhas, pouco ou nada miram esta cabeça, das mais poderosas e simpáticas que brotaram da leiva pátria. E assim se sepulta no esquecimento aquela bôca de oiro, que ensina a ser português, a pensar português e a falar português. Português de entendimento e português de sentimento. Tudo quanto o torrão natal encerra, rios, montes e selvas, soube pincelá-lo com os traços e côres da paisagem nativa e animá-lo com deliciosa sensibilidade. Tudo quanto se evola dêste rincão paterno, mais bem fadado pela providência que pelos homens, para encher de nostalgia o coração — afectos, lembranças e saüdades — soube recolhê-lo elocutivamente com mimos de ternura, calor de paixão e timbre de verdade.

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO

BIBLIOGRAFIA: — *Doze Sonetos, Por varias Acciones en la muerte de la Señora Dona Ines de Castro, mujer del Principe Don Pedro de Portugal.* Lisboa, 1628.

Politica Militar en avisos de Generales... Madrid, 1638. (Inserta depois na *Aula Politica*, 1720, e na ed. de 1883 da *Historia de los Movimientos, y Separacion de Cataluña*).

Ecco Polytico. Lisboa, 1645.

Historia de los Movimientos y Separacion de Cataluña... Em S. Vicente, 1645; Lisboa, 1696; Madrid, 1808; Paris, 1826; Paris, 1828; Paris, 1840; Barcelona, 1842; Paris, 1844; Madrid, 1852; Madrid-Barcelona, 1854; Madrid, 1874; Barcelona, 1875; Madrid, 1876; Madrid, 1878-79; Madrid, 1883; Barcelona, 1885; Madrid, 1912.

Manifesto de Portugal. Lisboa, 1647.

El Mayor Pequeño. Vida y Muerte del Serafin humano Francisco de Assis. Lisboa, 1647; id., 1650; Alcalá, 1681; Alcalá, 1688. (Foi inserta nas *Obras Morales*).

El Fenix de Africa. Lisboa, 1648; *Segunda parte.* Lisboa, 1649; Alcalá, 1688. (Inserta nas *Obras Morales*).

Las Tres Musas del Melodino. Lisboa, 1649. (Inserta nas *Obras Metricas*).

Pantheon. A la immortalidad del nombre Itade. Poema tragico. Lisboa, 1650. (Nas *Obras Metricas*).

Relaçam dos successos da Armada que a Companhia geral de Commercio expediu ao Estado do Brazil o anno passado de 1649, de que foi Capitão geral o Conde de Castello-Melhor. Lisboa, 1650.

Carta de Guia de Casados. Lisboa, 1651; id., 1665; id., 1670; id., 1678; id., 1714; id., 1740; Coimbra, 1747; Lisboa, 1765; id., 1809; Londres, 1820; Lisboa, 1827; id., 1853; Pôrto, Pref. de Camilo C. Branco, 1873; id., 1898; id., 1916, com anotações e glossário de Edgar Prestage.

Epanaphoras de varia Historia Portugueza. Lisboa, 1660; id., 1676.

Declaracion que por el Reyno de Portugal ofrece el Doctor Geronymo de Santa Cruz a todos los Reynos y Provincias da Europa, contra las calumnias publicadas de sus Emulos. Lisboa, 1663; s/l. n. d. (Londres?).

Demonstracion que Por el Reyno de Portugal Agora Offrece El Dotor Geronimo de Sancta Cruz a todos los Reynos y Provincias da Europa em prueva de la Declaracion Por el mesmo Autor y por el mesmo Reyno a todos Los Reynos y Provincias de Europa ya offrecida Contra las calunias publicadas de sus Emulos y en favor de las Verdades por el tiempo manifestadas. S. l. n. d.

Obras Morales. Tomo 1.º. *(La vitoria del Hombre. El Fenix de Africa. El Mayor Pequeño. Quare?).* Roma, 1664.

Segunda Parte del Primer tomo de las Obras Morales... Roma, 1664.

Primeira Parte das Cartas Familiares de D. Francisco Manuel Escritas a Varias Pessoas Sobre Assuntos Diversos. Recolhidas e publicadas em cinco centurias Por Antonio Luiz de Azevedo... Roma, 1664; Lisboa, 1752.

Obras Metricas de Don Francisco Manuel... Em Leon de Francia, 1665.

Auto do Fidalgo Aprendiz, farça que se representou a Suas Altezas... Lisboa, 1676; Lisboa, 1718; Coimbra, 1898.

Aula Politica, Curia Militar. Lisboa, 1720.

Apologos Dialogaes... Lisboa, 1721; Lisboa, 1900; Rio de Janeiro, 1921, anotados por Fernando Nery.

Tratado da Sciencia Cabala, ou Noticia da Arte Cabalistica. Lisboa, 1724.

Feira dos Anexins. Obra póstuma... Edição dirigida e revista por Inocêncio Francisco da Silva.

Cartas de D. Francisco Manuel de Mello escritas a Antonio Luiz de Azevedo, publicadas com introducção e notas, por Edgar Prestage.

Mais pormenorizada notícia bibliográfica encontra-se no livro de Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Mello,* Lisboa, 1914.

Algumas obras de D. Francisco Manuel encontram-se traduzidas em italiano *(Manifesto di Portogallo...* Lisbona, 1647); inglês *(Carta de guia,* 1697; *As tres Musas del Melodino,* 1815, 1820), e em espanhol *(Carta de guia,* Madrid, 1724).

Sôbre D. Francisco Manuel produziu Edgar Prestage além do livro acima citado os opúsculos *Dom Francisco Manuel de Mello His Life and Writings,* etc. Manchester, 1905; *Cincoenta documentos Ineditos relativos a D. Francisco Manuel de Mello.* Lisboa, 1910. (Tiragem de 12 exemplares), e no *Arquivo Historico* de 1909 o estudo *D. Francisco Manuel de Mello. Documentos biográficos,* que foi no mesmo ano publicado em separata de 21 exemplares (2 opúsculos).

I

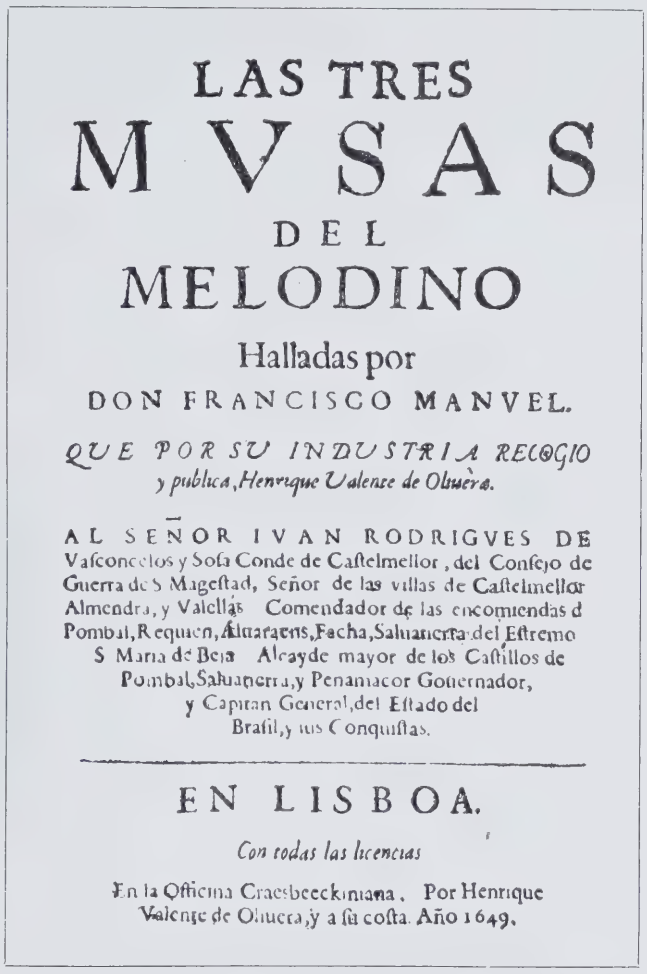
O HOMEM

EDGAR Prestage é o sábio e conscienciosо historiador de D. Francisco Manuel de Melo. Êste é pelouro seu como Francisco Rodrigues Lobo o é de Ricardo Jorge, António Vieira de João Lúcio de Azevedo, e Braz Garcia de Mascarenhas de António Ribeiro de Vasconcelos. O seu trabalho, publicado em 1914, ordenou e iluminou a vida da figura *tão complexa, tão impregnada de magia,* figura de «guerreiro e diplomata, historiador e poeta, humorista e moralista, porventura a mais notável organização de polígrafo que em terras de Portugal tem nascido», que é a de D. Francisco Manuel. E fê-lo com tanto talento e tão consciencioso trabalho que ainda hoje, volvidos dezassete anos, é sôbre o «egrégio escritor», a última palavra. Vamos, pois, pela cronologia da sua vida, nêle inserta, esboçar em traços largos o que foi a passagem pela vida dêsse aventuroso fidalgo que foi tudo o que quis e muito do que não quis: soldado e marinheiro, prisioneiro e náufrago. Poeta, diplomata, comendador e degredado, glorioso e infeliz.

D. Francisco Manuel era filho de D. Luís de Melo e M. Maria de Maçuelos, e nasceu em 23 de Novembro (?) de 1608. Em 1615 morre-lhe o pai, e em 1618 é nomeado moço fidalgo e fidalgo escudeiro. Entra no colégio de Santo Antão e é discípulo do padre Baltasar Teles. É precoce como escritor. Aos 17 anos tinha já escrito uma obra *Concordancias mathematicas de antigas e modernas hipotesis.*

Em 1625 «assentou praça de soldado na Companhia de Aventureiros capitaneados por Diogo de Mendonça Furtado». No ano seguinte, vemo-lo numa das seis galeras de Espanha, fundeadas no Tejo, sob o comando do capitão Alonso de Castilla. No outono de 1626 embarcou na Armada da Corôa de Portugal, capitaneada por D. Manuel de Menezes. Morava, então, na Calçada do Combro, e com êle iam três criados, um índio e dois naturais.

A 24 de Setembro de 1626 saíu na armada de D. Manuel de Menezes, e a 14 de Janeiro de 1627 salva-se do naufrágio perto de S. João da Luz, naufrágio em que se perderam duas náus da Índia, a Almiranta de Portugal, o galeão de S. Joseph, o galeão S. Filipe e a urca Santa Isabel.



LAS TRES
MVSAS
DEL
MELODINO
Halladas por
DON FRANCISCO MANVEL.
QUE POR SU INDUSTRIA RECOGIO
y publica, Henrique Valente de Oliuèra.
AL SEÑOR IVAN RODRIGVES DE
Vaſconcelos y Soſa Conde de Caſtelmellor, del Conſejo de
Guerra de S Mageſtad, Señor de las villas de Caſtelmellor
Almendra, y Valellás Comendador de las encomiendas d
Pombal, Requiem, Álmaraens, Facha, Saluaterra del Eſtremo
S Maria de Beia Alcayde mayor de los Caſtillos de
Pombal, Saluaterra, y Penamacor Gouernador,
y Capitan General del Eſtado del
Braſil, y ſus Conquiſtas.
EN LISBOA.
Con todas las licencias
En la Officina Craesbeeckiana. Por Henrique
Valente de Oliuera, y a ſu coſta. Año 1649.

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO. — A edição de 1649 de *Las tres musas del Melodino.* É a primeira dêste trabalho

Escapo D. Francisco Manuel, dirige-se a Madrid em companhia do General da Armada, e pela primeira vez visita «aquela grande Côrte que no decurso da sua vida tinha de visitar dez vezes». Em 1629 embarca na urca *S. Salvador* da Armada de Tristão de Mendonça. Em 28 de Março a urca pelejou com um navio de turcos que só escapou de ser tomado por se ter partido o mastaréu da prôa da *S. Salvador* e a urca inimiga poder assim escapar pela fuga à perseguição. Após o combate, D. Francisco Manuel pediu e foi armado cavaleiro.

De 1629 até 1633 podemos afirmar, fundando-nos nas conclusões do seu biógrafo, que repartia o seu tempo entre Lisboa e Madrid. «Em 1631 foi nomeado pelo Duque de Maqueda, então Capitão geral do Reino de Portugal, capitão de infantaria, para que levantasse em Lisboa uma companhia de gente natural desta cidade, e havendo-a levantado ficou lá com licença». Em 1634 D. Filipe dá-lhe o hábito de Cristo. 1635 é para o escritor um ano feliz. É feito fidalgo cavaleiro, assenta praça na armada mandada a Corunha e serve no *Bom Sucesso.* «É feito cabo da infantaria espanhola mandada passar a Cadiz, e após arriba a Lisboa onde trata da passagem desta tropa a Flandres». Em 1636 morre-lhe sua mãi e irmã, e êle busca distracção na côrte de Madrid, onde conhece D. Francisco de Quevedo. Parte para Cadiz, e é mandado a Málaga em socôrro do conde de Linhares que voltava da Índia. Pede licença para ir à côrte e para lá parte em princípios de 1637, e por fins do ano encontramo-lo prêso no Castelo de S. Jorge. Encon-

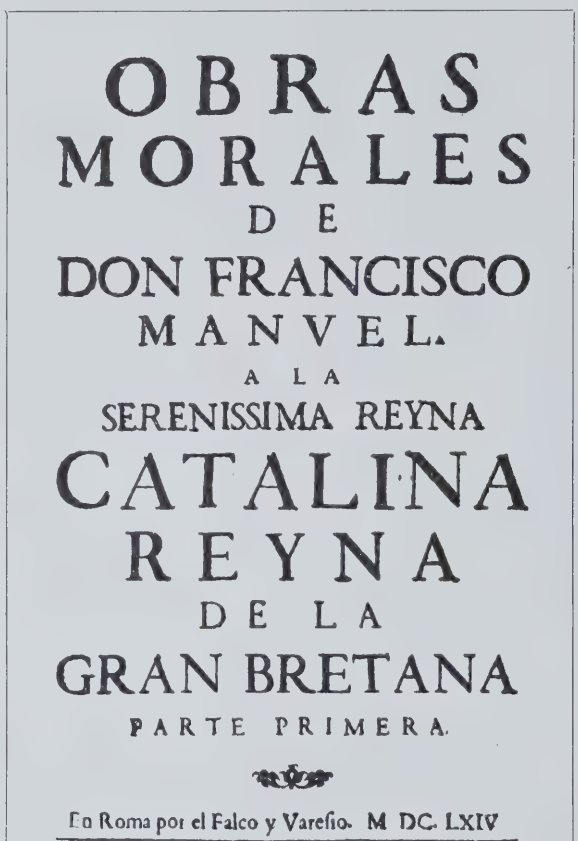
tramo-lo seguidamente a acompanhar o conde de Linhares na missão de pacificar Évora sublevada. Volta a Madrid e informa o conde-duque de Olivares da missão que lhes fôra confiada.

Em 1638 publica a *Política Militar*, e no fim do ano está novamente prêso em Lisboa. Mas é sôlto em breve, e Mestre de Campo, que é hoje coronel, levanta um têrço para a Flandres, conduz os seus homens à Corunha e ali ajuda a cidade a defender-se da armada francesa do Arcebispo de Bordéus que a atacava.

Embarca (1639), após, na Armada de Oquendo que ia refrescar de homens a Flandres e desbaratar a armada francesa como represália. Batalharam com a armada holandesa, D. Francisco Manuel governando o galeão *S. Francisco*, e a frota espanhola foi vencida e destroçada e D. Francisco pôde escapar chegando à Flandres são e salvo.

Está em Bergues e Hondschoote e depois em Alost. Está doente e deixa de cumprir uma missão na Alemanha por êsse motivo. Volta a Madrid, premeiam-lhe os serviços e vai servir na Junta da Cantábria, estabelecida em Vitória, para dirigir a guerra de França. Entretanto rebenta a guerra da Catalunha e êle é nomeado braço direito do Marquês de Los Veles, que tendo pouca experiência militar necessitava de ser aconselhado por um velho soldado. Velho na experiência, que em 1640 D. Francisco Manuel contava apenas 32 anos. Decorria a guerra com notáveis vitórias a que não era estranha a direcção do escritor quando em Portugal é aclamado D. João IV.

O rei de Espanha ordena a prisão de D. Francisco Manuel, que é remetido a Madrid, por via Valência, ficando lá prêso alguns meses, quatro pelo menos. Requere mercês, que lhe não dão, e vai para a Flandres para servir como Mestre de Campo. Presta serviços no Exército francês, vai a Londres e «toma parte nas negociações para um tratado entre a Inglaterra e Portugal».


OBRAS
MORALES
DE
DON FRANCISCO
MANVEL.
A LA
SERENISSIMA REYNA
CATALINA
REYNA
DE LA
GRAN BRETANA
PARTE PRIMERA.
En Roma por el Falco y Varesio. M DC. LXIV
Con Licencia de los Superiores.

ROSTO DA PRIMEIRA PARTE das *Obras Morales* de D. Francisco Manuel. A 2.ª foi impressa em Roma pelo mesmo impressor e no mesmo ano

De Inglaterra «é chamado a Holanda a fim de assistir na preparação duma armada de socôrro destinada a Portugal». Da armada que chegou ao Tejo em 10 de Setembro de 1641 foi D. Francisco o general. Armas, munições, vitualhas, cavalos, tal foi o auxílio que êle trouxe e tão bem recebido foi que a própria cidade de Lisboa, na pessoa do juíz do seu povo, com alguns membros da casa dos Vinte e Quatro, o foi felicitar. Todavia, como a atmosfera política se adensasse, êle começa a ser suspeito. Sabe-o e, atilado, começa a recolher cópias das suas cartas que depois devia publicar em 1664. De 1641 a 1644, D. Francisco Manuel ocupa-se em vários serviços. Litiga sôbre as suas casas da Calçada do Combro, milita no Alentejo como soldado, pede e recebe uma comenda de Cristo. Batalha, faz diplomacia, até que contra êle se levanta um conluio do inferno que o leva à prisão onde deve jazer nove anos. Acusam-no de ter assassinado um tal Francisco Cardoso por êste ter cometido adultério com a mulher de um criado de D. Francisco Manuel, criado que êste tinha despedido por êle ser descomedido e incorregível.

Parece que havia altos poderes que desejavam a perda do escritor, que êste foi prêso a 19 de Novembro de 1644 e as sentenças, que foram três, parcialmente tôdas o condenaram. Foi desterrado para a Índia, sendo depois êsse destêrro substituído pelo Brasil.

Na prisão escreve, escreve sempre. Memoriais ao rei, o *Fidalgo aprendiz*, o *Manifesto de Portugal*, o *Mayor Pequeño*, o *Theodosio*, a *Fenix*, a *1.ª Epanaphora*, as *Tres musas*, a *Carta de guia*, a *Epistola declamatoria*, a *Aula Politica* e a *3.ª Epanaphora*, etc. É na prisão que termina a guerra da Catalunha. É óbvio que o motivo da sua prisão e destêrro não foi o crime que lhe imputaram. Êste deve apenas ter sido a razão da pena, mas a razão fictícia.

A verdadeira conta-a uma *Advertencia* do século XVIII e repete-a Camilo Castelo Branco:

«A morte que se fêz foi a um Francisco Cardoso, criado do conde de Vila Nova, D. Gregório; foram enforcados três homens por ela e um que entregou o morto aos homicidas foi condenado às galés. Também dizem que a má vontade com que El-Rei D. João IV se mostrou nesta dependência de D. Francisco, procedera de se encontrar com êle uma noite em a porta do Pátio das Colunas que está nas casas contíguas ao Limoeiro, em que morava então a Condessa de Vila Nova (senhora de muito bem fazer a quem lho pedia), e porque tinha dado ponto, senha e hora, uma noite a D. Francisco Manuel, e deu a mesma em tudo a El-Rei, que também era opositor, não sabendo um do outro, pretendendo subir a escada ambos ao mesmo tempo, e não querendo ceder qualquer dêles, vieram a contenda das espadas, brigando igualmente com esfôrço e ventura; cansados, suspenderam a contenda, e acudindo gente, se retiraram ambos por não serem conhecidos; sem embargo que El-Rei conheceu a D. Francisco e D. Francisco não conheceu a El-Rei, nem sabia que era opositor naquela emprêsa. Sucedeu depois a morte de Francisco Cardoso, criado da Condessa, e a sua lhe sobreveio a ela daí a pouco tempo. Na prisão é que D. Fran-

OBRAS
METRICAS
DE
DON FRANCISCO
MANVEL,
AL SERENISSIMO
SEÑOR INFANTE
DON PEDRO.

EN LEON DE FRANCIA.
Por Horacio Boessat, y George Remevs.
M. DC. LXV.
CON LICENCIA DE LOS SVPERIORES.

OBRAS
METRICAS
DE
DON FRANCISCO MANVEL
Al Sereniſſimo Señor Infante
DON PEDRO.
CONTIENEN
La Tres Muſas.
El Pantheon.
Las Muſas Portugueſas.
El Tercer Coro de las Muſas.

EN LEON DE FRANCIA.
Por Horacio Boessat, y George Remevs.
M. DC. LXV.
CON LICENCIA DE LOS SVPERIORES.

ROSTO E ANTE-ROSTO DA 1.ª PARTE das *Obras Metricas*, impressas em Leon em 1665. A 2.ª parte contém *A Tuba de Calliope*, *A Çanfonha de Euterpe*, *A Viola de Thalia*. A 3.ª chama-se *El Tercero Coro de Las Musas del Melodino y ultima parte de sus versos*

cisco soube quem fôra o rival, e bem se mostra a sua inocência nos livros que compôs estando prêso, pondo em todos — Quare? — experimentando a ira do soberano com tanto rigor, não lho merecendo seus relevantes serviços feitos a êle e à Pátria, como refere». Querem outros que D. Francisco fôsse prêso por conspirador. O certo é que imenso devia ser o ódio e poderosos os seus inimigos, para todos os seus esforços se inutilizarem. D. Francisco Manuel fôra prêso para a Tôrre de Belém e dali o transferiram para a Tôrre Velha, onde é hoje o Lazareto. A sua vida lá conta-no-la êle nas *Obras Metricas:*

«Cazinha desprezivel, mal forrada;
Furna lá dentro, mais que inferno escura;
Fresta pequena, grade bem segura;
Porta só para entrar, logo fechada;

Cama que he potro; meza destroncada;
Pulga que por picar faz matadura;
Cão só para agourar; rato que fura;
Candea nem cos dedos atiçada;

Grilhão que vos assusta eternamente;
Negro boçal; e mais boçal ratinho
Que mais vos leva que vos traz da praça!

Sem Amor, sem Amigo, sem Parente,
Quem mais se dóe de vós diz: — Coitadinho!
Tal vida levo — Santo prol me faça!

Chegou a termos, doente e abandonado, que naturaí é o seu grito de alma: «do mundo não sey maes, senão que he hum velho velhaco; e de my que sou hum homem de que El-Rey faz bem pouca conta».

Da prisão escreve à raínha de França, D. Ana de Áustria, ao Cardial Mazarino, ao Conde de Brienne, Secretário do Rei de França, a quantos lhe podiam, enfim, valer. O rei Luís XIV escreve a D. João IV mas parece que de pouco valeu. O tempo decorria e o seu estado miserável sugeria-lhe o desejo de que o transferissem da Tôrre para o Castelo, de Lisboa. «Não tenho já que vender, nem que empenhar, nem dinheiro para dar a barcos, nem grãos a hospedes». Efectivamente, em 31 de Março de 1650 é transferido para o Castelo, e a 21 de Maio a 3.ª Instância condena-o a destêrro para o Brasil.

Em Janeiro de 1650 escrevera a *Carta de Guia de Casados*, outro monumento da sua imperecível memória. Trabalha, trabalha sempre. Pensa em formar uma biblioteca, para o que pede elementos a todos, concebendo assim o que em 1741 Diogo Barbosa Machado viria a realizar.

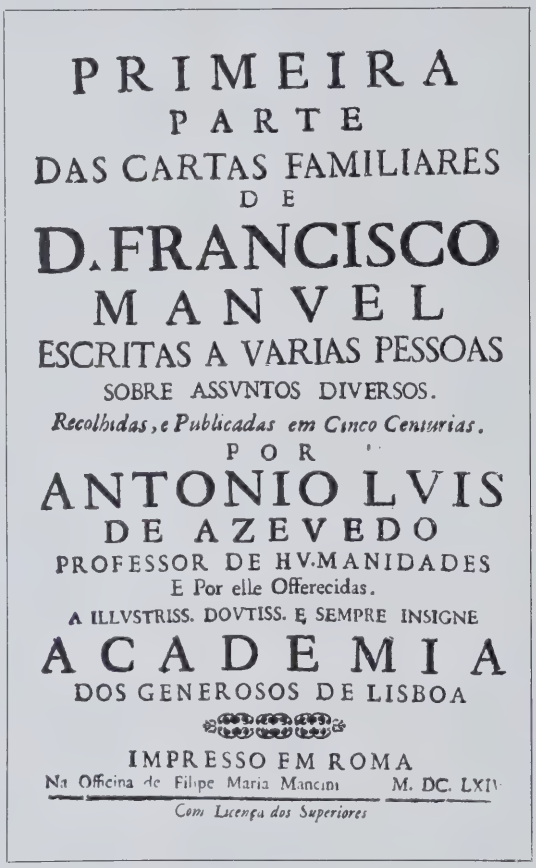
Em 1655, a 17 de Abril, embarca para o Brasil na Armada de Francisco de Brito Freire, chegando à Baía em 1 de Agôsto do mesmo ano. E caso curioso: Saíu de Lisboa como degredado e chegou à Baía conduzindo parte da frota. No Brasil depõe perante o Santo Ofício por causa de um tal António Gomes, mendigo, acusado de pro-

ferir heresias, e parece que comerciava em açúcar. No Brasil acabou os seus *Apólogos Dialogais*. Voltou do Brasil em Março de 1658. É claro que num condenado a degrêdo perpétuo esta volta supõe um indulto mascarado. «Aproveitando-se da clemência régia, D. Francisco pôde emfim voltar ao reino, mas ficou em casa, sem emprêgo, até o advento do seu parente, o Conde de Castelmelhor, ao poder.»

D. Francisco Manuel viera do Brasil a Ponta Delgada, e regressado a Portugal foi para o norte do país, para uma quinta que possuía em Entre-os-Rios, quinta de que êle muitos anos antes jocosamente escrevera a D. João IV:

Saiba Vossa Magestade
como junto da tapada
tenho eu, tão destapada,
hũa quinta, que he herdade,
dos seus coelhos herdada.
Pregunte ora aos bachareis,
bem que não são Evangelhos,
se dizem Digestos velhos
que vivos os Manueis
Os hão de herdar os Coelhos?

Nessa quinta parece terem decorrido os amores com D. Luísa da Silva de que nasceu um filho, D. Jorge Manuel que morreu, segundo Barbosa Machado, na batalha de Senefe, em 1674, sendo capitão de cavalos. D. Francisco Manuel volta a Lisboa, à sua quinta de Alcântara e publica as *Epanaphoras*. Volta também abertamente à literatura visto que a política lhe estava vedada e assiste às sessões da Academia dos Generosos, algumas das quais se realizaram na sua própria casa. Anhelava pela sua reabilitação. Essa veio finalmente quando o conde de Castelo Melhor começou *a reinar*. Estamos em 1662 e D. Francisco Manuel é encarregado de no estrangeiro «tentar resolver os três mais graves problemas políticos do tempo — o casamento do Rei, a provisão dos Bispados vagos, e a questão dos Cristãos Novos». Parte de Lisboa em 1663, desembarca em Sandwich e chega a Londres e aí compõe versos e músicas para a raínha. Ordena-se-lhe que parta para Paris e êle atravessa o estreito para Diepe e segue de Ruão para Paris. De Paris foi a Marselha, onde encontrou o Padre Manuel Godinho, e de Toulon chegou a Génova numa galera francesa. Visita Parma, chega a Roma e em Roma é recebido pelo Papa a quem não logrou convencer «visto as condições políticas do momento». Volta a Portugal. De Génova ou Liorne a Marselha e daí a Leão, a tratar da edição das suas obras. Segue para Paris. Volta, como dissemos, a Lisboa onde assiste à chegada de D. Maria Francisca de Sabóia. Prémio do seu esfôrço foram a consideração que disfrutava e o lugar de Deputado da Junta dos Três Estados, «instituida nas Côrtes de 1641 para administrar os impostos nelas consignados à defesa do reino». Em 1666, a 13 de Outubro, dá a alma ao criador com 58 anos incompletos. Era tempo de descansar. Foi enterrado em S. José de Ribamar.


PRIMEIRA
PARTE
DAS CARTAS FAMILIARES
DE
D. FRANCISCO
MANVEL
ESCRITAS A VARIAS PESSOAS
SOBRE ASSVNTOS DIVERSOS.
Recolhidas, e Publicadas em Cinco Centurias.
POR
ANTONIO LVIS
DE AZEVEDO
PROFESSOR DE HV.MANIDADES
E Por elle Offerecidas.
A ILLVSTRISS. DOVTISS. E SEMPRE INSIGNE
ACADEMIA
DOS GENEROSOS DE LISBOA
IMPRESSO EM ROMA
Na Officina de Filipe Maria Mancini M. DC. LXIV
Com Licença dos Superiores

AS CARTAS FAMILIARES de D. Francisco Manuel, publicadas em Roma em 1664

II

O ESCRITOR

Além de político e esforçado militar, D. Francisco Manuel foi intrìnsecamente homem de letras. Na carta que antecede a *Harpa de Melpomene* refere-se ao seu «afecto a los versos, tan antiguo en my como la razon», e nos intervalos das suas ocupações militares dedicava-se ao estudo poético o que o faz dizer «alcanço entre algunos algun lugar del numero de esses que llaman entendidos». Em 1629 publica os *Doze sonetos en la muerte de D. Ignes de Castro*, que é a sua primeira publicação. Já poetara e que fôsse conhecido e estimado provam-no os versos de Jacinto Cordeiro no seu *Elogio Lusitano* (1631):

«Dom Francisco Manuel, pompa glo-
[riosa
De las musas, amparo en su assis-
[tencia,
Puede solo con mano poderosa
Restituirmos faltas de su ausencia
Que es su pluma feliz tan deleitosa,
Que mereciendo aplausos su excellen-
[cia,
En su termino ilustre y modo urbano,
Le conduce el laurel por cortesano.»

A sua segunda obra é a *Politica Militar*. «É um tratado claro e prático, fruto da leitura e da experiência de D. Francisco na guerra terrestre e marítima, sendo porisso uma valiosa contribuição para a historia da arte militar». Político e militar é ainda o seu *Conflicto do Canal* que escreveu em 1640 e a sua *Guerra de Cataluña* publicada em 1645, e que terminou na prisão. A *Guerra da Cataluña* é ainda hoje um clássico histórico daquele acontecimento. Hoje verifica-se que nem sempre se pode ter como modêlo de exactidão (di-lo Balaguer, na *Historia da Cataluña*, 1883, e provou-o Celestino Pujol no seu opúsculo *Melo y la Revolucion de Cataluña en 1640*, Madrid, 1886) mas não pode deixar de ser apreciado, já pelo estilo em que está escrita, já por ser de um homem que tanta interferência teve nos acontecimentos que descreve.

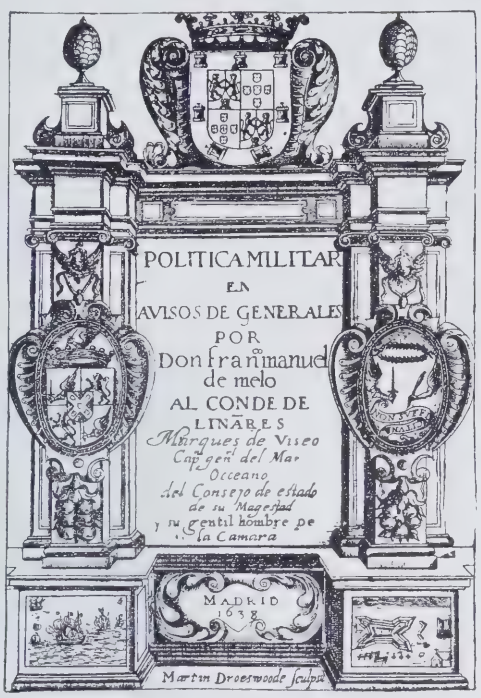
O *Auto do Fidalgo Aprendiz* é obra que ainda hoje tem nome na nossa história literária, obra cheia de interêsse, que é ao mesmo tempo a obra prima do teatro do seu século.

El Fenix de Africa foi livro muito gostado do seu tempo. Dêle confessa o autor que «no primeiro dia em que sahio, se gastarão 300 volumes» e foi nele, elucida-nos Edgar Prestage, «que estudaram a língua castelhana no Colégio Romano os alunos destinados às missões da Espanha».

O *Pantheon* é, segundo Francisco Xavier de Oliveira

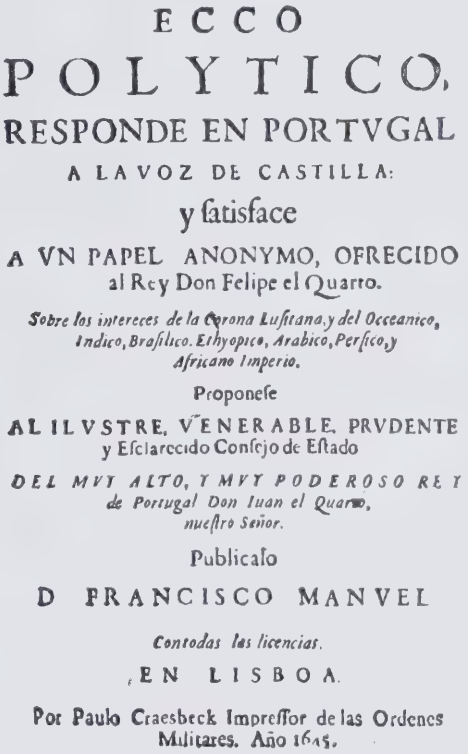
«bem extravagante e muito escuro poema» e ninguém quebra lanças pela opinião contrária se bem que para o autor êsse era o seu livro mais amado.

A obra de D. Francisco Manuel foi na sua maioria escrita na prisão. Lá deviam também ser escritos os *Apólogos Dialogais* que terminou no Brasil e Alexandre Herculano assevera serem «a balisa que marca o ponto mais alto a que subiu o talento de D. Francisco Manuel»; e, com razão, dizem os editores ser esta a *obra mais politica, civil e galante que fez seu auctor*. «O sal com que estão escritos êstes inimitáveis diálogos, o tacto com que nêles se castigam as loucuras, ridicularias e maldades de uma sociedade corrupta, o talento com que o autor trava esta espécie de drama, género de que alguma coisa participa a dialogística e a crítica, a erudição e bom gôsto de que êle dá provas, principalmente no último diálogo, são os principais motivos para se dar a êste livro a primazia entre tantos que D. Francisco escreveu. Dividiu-o êle em quatro diálogos — o 1.º, intitulado *Relógios Falantes*, em que são interlocutores um relógio da cidade e outro da aldeia; o 2.º, *Escritório Avarento*, em que falam um português fino, um dobrão castelhano, um cruzado novo e um vintém navarro; o 3.º, *Visita das fontes*, que se passa entre a fonte velha do Rossio, a nova do Terreiro do Paço, Apolo, e um soldado; e 4.º, enfim, *Hospital das Letras*, é um diálogo entre Justo Lipsio, Boccalini, Quevedo e o autor. Êste é certamente por todos os títulos o melhor e o mais claro testemunho da vasta lição de D. Francisco Manuel, bem como da clareza do seu juízo em matérias literárias». D. Francisco Manuel foi o exemplo mais perfeito e acabado do polígrafo. Cultiva igualmente a teologia, a filosofia, a diplomacia e a política, a prosa e o verso, o teatro e o género epistolar. Dá-se com os maiores talentos do seu país e do estrangeiro. É embaixador distintíssimo, militar excepcional, escritor fecundo e ilustre. Como escritor foi um clássico que se lê com sumo agrado. Vive hoje e viverá sempre a sua obra, imensa frota em que são náus capitanias insubmergíveis na Imortalidade a *Guerra da Catalunha*, a *Carta de Guia*, os *Apólogos dialogais*, as *Cartas* e o *Auto do fidalgo aprendiz*.



O ROSTO DA *Política Militar*, impressa em 1638 em Madrid. (Foi reproduzida na *Aula Política*, edição de 1720)

«Como bem diz D. Jacinto Octavio Picón, D. Francisco Manuel mostra-se em todos os seus escritos possuidor dum entendimento de primeira ordem, dum pleno conhecimento da cultura do tempo, revelando às vezes não pequena audácia de pensamento. Na independência dos seus juízos críticos é um moderno e por ter compreendido com simpatia a vida e poesia populares, ficou escritor verdadeiramente nacional. Por todo o século XVIII se multiplicaram cópias manuscritas de algumas das suas obras inéditas, imprimiram-se outras pela primeira vez, ao passo que algumas, já impressas, tiveram várias edições. Comtudo ainda não se pode dizer que Portugal fez tudo o que podia por êste filho tão ilustre». Estas palavras já hoje não têm razão de ser visto que quem as pronunciou, Edgar Prestage, levantou com o seu livro, resumido nestes capítulos, o mais elevado e duradoiro monumento à memória do tão grande como infeliz homem. D. Francisco Manuel de Melo foi um grande escritor. Um grande escritor quere um grande homem que o estude e o critique. D. Francisco Manuel teve a grande ventura de o encontrar.


ECCO
POLYTICO,
RESPONDE EN PORTVGAL
A LA VOZ DE CASTILLA:
y satisface
A VN PAPEL ANONYMO, OFRECIDO
al Rey Don Felipe el Quarto.
Sobre los intereces de la Corona Lusitana, y del Occeanico, Indico, Brasilico. Ethyopico, Arabico, Persico, y Africano Imperio.
Proponese
AL ILVSTRE, VENERABLE, PRVDENTE
y Esclarecido Consejo de Estado
DEL MVY ALTO, Y MVY PODEROSO REY de Portugal Don Iuan el Quarto, nuestro Señor.
Publicalo
D FRANCISCO MANVEL
Con todas las licencias.
EN LISBOA.
Por Paulo Craesbeck Impressor de las Ordenes Militares. Año 1645.

ROSTO DA EDIÇÃO DE 1645 do *Ecco Politico*

A POESIA ÉPICA

BIBLIOGRAFIA: — MANUEL TOMAZ: *Insulana*, Anbers, em casa de Joam Meursio, 1635; *O Phaenix da Lusitania*, Ruam, por Lourenço Maurry, 1649.

FRANCISCO ROLIM DE MOURA: *Novissimos* (a pág. 127).

FRANCISCO RODRIGUES LOBO: *O Condestabre* (a página 147).

VASCO MOUSINHO DE QUEBEDO CASTELO BRANCO: *Affonso Africano:* poema heróico da presa de Arzilla e Tanger. Lisboa, 1611; outras ed. 1786 e 1844.

BERNARDA FERREIRA DE LACERDA: *Hespanha Libertada* (a pág. 127).

MANUEL DE GALHEGOS: *Gigantomachia* e *Templo da Memoria* (V. pág. 127).

FRANCISCO DE SÁ DE MENEZES: *Malaca conquistada, por o grande Affonso de Albuquerque. Poema heroico... com os argumentos de Dona Bernarda Ferreira.* Lisboa, por Matias Rodrigues, 1634; Lisboa, 1658; Lisboa, 1779.

GABRIEL PEREIRA DE CASTRO: *Ullyssea ou Lisboa edificada: poema heroico.* Lisboa, por Lourenço Craesbeeck, 1636; s. l. n. d.; Lisboa, 1745; id. 1826; id. 1827; id., 1827.

MIGUEL SILVEIRA: *El Macabeo, poema heroico.* Em Nápoles, 1638; Madrid, 1731.

DR. ANTÓNIO DE SOUSA DE MACEDO: *Ullyssipo: poema heroico.* Lisboa, por António Alvarez, 1640; id., 1848.

MANUEL MENDES BARBUDA E VASCONCELOS: *Virginidos ou vida da Virgem Senhora Nossa. Poema heroico.* Lisboa, 1667.

ANDRÉ DA SILVA MASCARENHAS: *A Destruição de Hespanha, restauração summaria da mesma ao Principe D. Pedro.* Lisboa, por António Craesbeeck de Melo, 1671.

BRAZ GARCIA DE MASCARENHAS: *Viriato Tragico: poema heroico em 20 cantos.* Coimbra, na oficina de António Simões, 1699; id., Lisboa 1846.

Sôbre a *Ulyssea* veja-se o *Discurso poetico em louvor da Ulyssea.* Lisboa, 3.ª e 4.ª ed. do poema; as *Reflexões sobre a lingua portugueza*, 3.ª parte de Francisco José Freire. Lisboa, 1865.

Sôbre BRAZ GARCIA DE MASCARENHAS, o livro do Visconde de Sanches de Frias, *O Poeta Garcia — Braz Garcia de Mascarenhas auctor do «Viriato tragico»*. Lisboa, 1901; id., 1905; *Braz Garcia de Mascarenhas. Estudo de investigação historica*, por António de Vasconcelos. Coimbra, 1922, trabalho exaustivo e monumental.

Sôbre a *Destruição de Hespanha*, plagiato do *Viriato tragico*, veja-se o 1.º vol. do *Diccionario bibliographico*, pág. 70.

Sôbre BERNARDA FERREIRA DE LACERDA e MANUEL MENDES DA BARBUDA E VASCONCELOS, veja-se o *Ensaio biografico e crítico* de Costa e Silva.

AVTO
DO FIDALGO APRENDIZ.
FARÇA QUE SE REPRESENTOU
A SVAS ALTEZAS.

TIRADAS DAS OBRAS DE D. FRACISCO MAnoel, & Mello.

FIGURAS QUE FALLAM.

Dom Gil Cogominho.	Hum Meſtre de dançar.
Affonſo Mendez.	Hum Poeta
Beltrão.	Hum Moço de cavallos.
Iſabel.	Hũa Comadre
Brites.	Hum homem que paſſa.
Hum Meſtre de eſgryma	Hum homem das almas.

EM LISBOA

Com as licenças neceſſarias.

Na Officina de Domingos Carneiro, Anno de 1675.

O RARÍSSIMO *Auto do fidalgo aprendiz* que, com a *Carta de Guia de Casados*, é das mais conhecidas obras do escritor

A poesia é, essencialmente, exteriorização, libertação de íntimas emoções — ou ideias com maior ou menor gráu de tonalidade emotiva, — subordinada a formas expressivas com poder de agrado e sugestão mais ou menos comum.

Porque assim é, compreende-se que haja momentos no seu evoluir em que a preocupação de tais formas, com que se obtêm o prazer alheio ou a celebridade própria, substitua, como impulso criador, aquela necessidade de libertação emocional. Então, a poesia converte-se em mero luxo intelectual, modalidade da actividade lúdica, completamente alheia às fundas necessidades espirituais.

E êste aspecto pode assumi-lo a própria poesia épica, a-pesar do seu forçado lastro de factos objectivos. Assim acontece tôdas as vezes que ela se realiza fora da atmosfera que a propicía — a ardente atmosfera dum entusiasmo comum a autor e leitores, duma funda emoção colectiva, patriótica, social ou religiosa, em que o poeta apenas empresta a música da sua voz, a luminosa claridade da sua genial consciência, à vibração mais forte que no momento percorre a sua raça ou o seu povo.

O que distingue a literatura de quinhentos, é a sua comunicação com a realidade — a realidade física cuja visão os descobrimentos ampliavam e enriqueciam e a realidade moral que a sociedade e os indivíduos tão trabalhadamente viviam. A própria poesia, aristocratizando-se e esoterizando-se pelas influências grêco-latinas, não perdeu o contacto com a profunda realidade individual dos que a compunham nem com a viva realidade colectiva. Os *Lusíadas* enriquecem-se do património das tradições comuns, e estremecem-nos as comoções de todo um povo, num instante histórico intensamente vivido.

Pelo contrário, o que marca a literatura, em geral, e particularmente a poesia, de seiscentos, é que as constituem formas vazias de conteúdo real, objectivo ou subjectivo, e por isso subtilizadas em cerebrinos arranjos verbais. Se nelas se encontra algum resíduo de verdade humana, êsse é apenas o possível num século que da verdade não focava mais que os aspectos que o dogma religioso ou político não vedasse — e mais gratos fôssem ao reinante sibaritismo intelectual.

Sibaritismo intelectual: por isto se entenda, não tanto o prazer espiritual de saborear pela inteligência os factos da emotividade ou sensibilidade, mas sobretudo o gôsto de converter sentimentos e ideias em engenhosos problemas formais, apenas destinados à perspicácia do engenho.

A própria eloqüencia sagrada, a-pesar do seu objectivo de apologética e edificação moral; a própria poesia épica, não obstante a sua maior subordinação ao *facto objectivo*, a que já nos referimos, e a sua específica tendência para a exaltação emotiva, não logram subtraír-se a essa inferiorização.

Pelo que a esta última diz respeito, é o que se concluirá da sucinta exposição que vamos fazer.

Sucinta, na verdade. Nela não cabem largas referências, por exemplo, aos poemas místicos como os *Novíssimos do homem*, que em 1623 publicou D. Francisco Child Rolin de Moura, poema de matéria religiosa, tratada em perfeita conformidade com o dogma católico e com a iconografia cristã; como o *Poema del Angelico doctor Sancto Thomaz* (1625), de Manuel Tomás, o medíocre autor da *Insulana*, a que já aludiremos; como ainda o *Macabeo* (1638), de Miguel da Silveira, que em verso espanhol alargou a narrativa bíblica da reconstrução do templo de Jerusalém, juntando-lhe episódios daquela narrativa deduzidos *con castidad y moderacion*, diz o autor. Será também de passagem que mencionaremos a *España libertada*, cuja 1.ª parte foi publicada em 1618 e a segunda depois

da morte da autora, Bernarda Ferreira de Lacerda, em 1673. É também escrito em espanhol êste soporífero poema, cuja acção vai desde a conquista da Península pelos árabes até Afonso, o Sábio; e se não vai até à definitiva expulsão dos mouros pela conquista de Granada, é porque a morte da autora veio a tempo de no-lo evitar. São os *factos mais importantes* de tôda a história hispânica dêsse lapso de tempo, postos em rima fácil e ornados das graças estilísticas do tempo. Na sua *Destruïção de Espanha* (1671), retoma André da Silva Mascarenhas a mesma matéria, fazendo-o por fórma a não merecer que nêle nos detenhamos. Finalmente, uma simples referência ao poema de Manuel Tomaz — *Insulana* (1635), baldado esfôrço para transformar, pela aplicação cuidadosa dos preceitos aristotélicos, a descoberta da Madeira por Zarco em matéria épica. Quanto à *Elegíada*, de Luís Pereira Brandão, lembremos que, sendo de 1588, está fora do quadro que nos foi traçado, bem que autores como o sr. F. de Figueiredo e Camilo Castelo Branco a incluam na épica de seiscentos. Tal inclusão, que Camilo explica sobretudo pela razão de só muito de passagem Andrade Ferreira se ter referido ao poema, resulta de que nêle se descreve a catástrofe de Alcácer-Quibir, se não com o vicioso artifício da poética seiscentista, ao menos com uma pia aplicação de regras que não supre à ausência de ardor épico ou sentimento elegíaco. O autor não encontrou o primeiro, evocando as horas fulvas da batalha; nem sequer o segundo, rememorando a nevoenta desolação do cativeiro por êle próprio sofrido.

A GRAVURA DA FAMA publicada em o *Ecco Polytico*, edição de 1645, obra de D. Francisco Manuel de Melo. (Veja o rosto a pág. 159)

Afinal, não custa compreender a inferioridade desta obra. Lembranças de derrota não alimentam de sôpro a *tuba grande e sonorosa*. Depois, um fôlego épico assim curto, tão comum aos poetas do tempo, se quási sempre bastam a explicá-lo condições mèramente individuais, algumas vezes resultará também do meio social em que se respira — nacional e europeu — demasiado frio para que em haustos vivos tal fôlego se pudesse alongar e fortalecer.

Tão *comum aos poetas do tempo* — e aos que florescem no século seguinte...

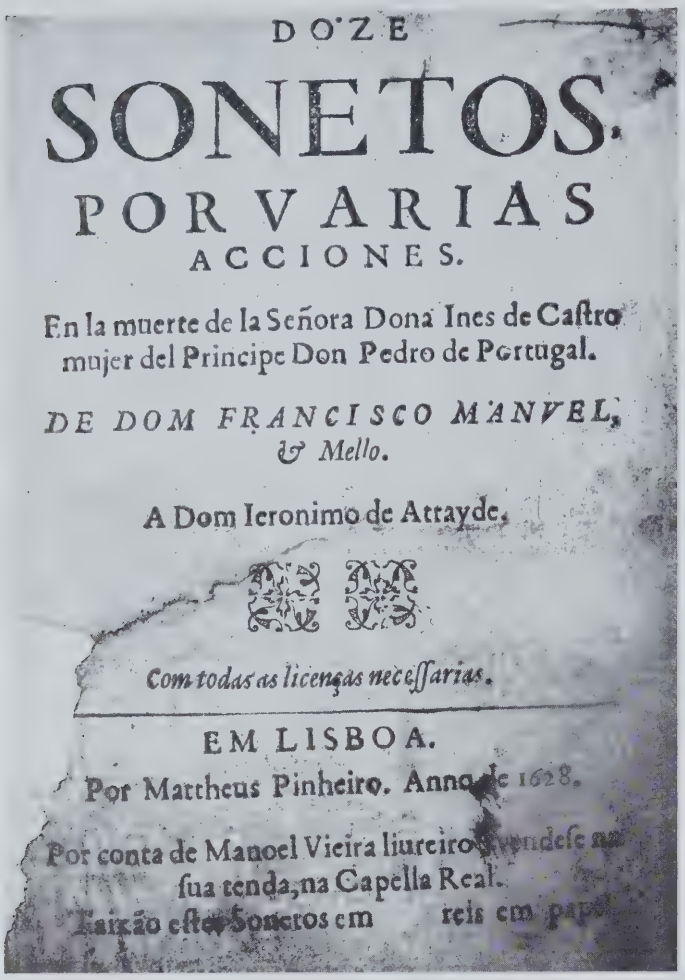
Ocupemo-nos dêles.

Seja o primeiro o Doutor Gabriel Pereira de Castro. E o primeiro, porque, se a sua *Ulyssea* ou *Lisboa edificada* é publicada em 1636, começou a realizá-la quando já ao abrir do século, escolar de leis em Coímbra, as oitavas disputavam aos artigos do Código e às glossas dos tratados a sua atenção de estudante classificado.

Desenvolver, num poema de dez cantos, a lenda da fundação de Lisboa por Ulisses, desde já se prevê só poder levar-se a cabo *pilhando* (para me servir do termo de Ronsard), e pilhando a mãos largas, no museu da mitologia homérica. Assim fêz o culto escolar coimbrão. *Circe* e a ilha maravilhosa em que recebeu os náufragos; a descrição por *Ulisses* da guerra de Troia e dos errores sofridos, ora vítima da perseguição de Vénus, ora objecto dos favores de Juno; tempestades provocadas pela ira de Eolo, logo acalmadas pelo poder de *Neptuno* e persuasiva graça das suas ninfas; a passagem pela *Ilha dos Lotófagos* e depois pela que dominava *Polifemo*, o monstruoso enamorado de *Galatea*, pelo queixo do qual

Em duas se despenha uma [corrente
De intensa baba que, correndo imunda,
Prodigamente o largo peito inunda,

mas de cuja bôca sai o fio de mel do alambicado lirismo erótico da época; a seguir, escapados os gregos à vingança do Titão, o acolhimento por *Circe*, a descida do herói com ela ao Inferno, onde vê... todo o complicado mundo da mitologia, que acima de tudo importava à boa fama de qualquer autor mostrar bem conhecido, — tudo isto nos dá a impressão duma bela paráfrase, em sonoros decassílabos portugueses, dum florilégio de passos de poe-


DOZE
SONETOS.
POR VARIAS
ACCIONES.
En la muerte de la Señora Dona Ines de Caſtro
mujer del Principe Don Pedro de Portugal.
DE DOM FRANCISCO MANVEL,
& Mello.
A Dom Ieronimo de Attayde.
Com todas as licenças neceſſarias.
EM LISBOA.
Por Mattheus Pinheiro. Anno de 1628.
Por conta de Manoel Vieira liureiro vendeſe na
ſua tenda, na Capella Real.
Vaixão eſtes Sonetos em reis em papel.

A PRIMEIRA OBRA PUBLICADA por D. Francisco Manuel de Melo. Os raríssimos *Doze Sonetos...* de 1628, primeira e única edição

mas clássicos, particularmente um formoso exercício de rètórica feito sôbre a *Odisseia* pelo estudioso e bem dotado escolar da Lusa Atenas.

É preciso dizer, todavia, que o herói, no Inferno, não vê apenas a população mitológica. Deparam-se-lhe também

Os Reis... que irão pelo Oceano
Té ver do Sol dourado a ígnea cama

e por cujo poder

...ao famoso Tejo ufano,
(Escurecendo toda a antiga fama)
Ajoelhados de longe, o mar abrindo,
A mão virão beijar o Gange e o Indo.

Depois, ao passar pelo Estreito, onde

Atlante o Ceu sustenta luminoso.

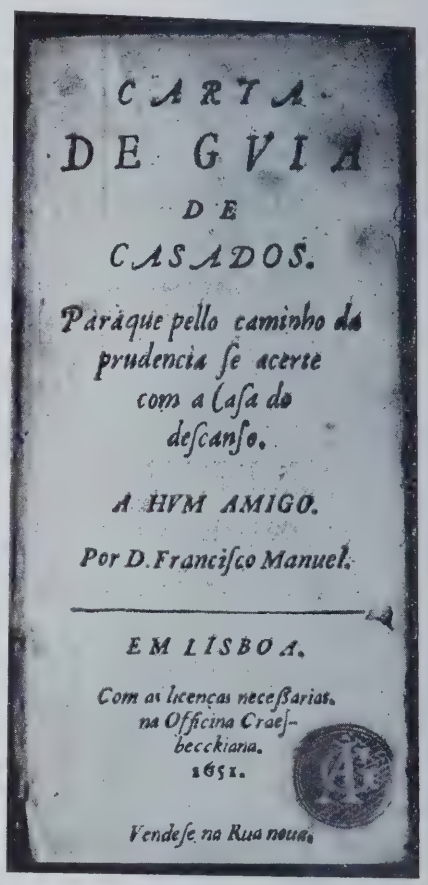
ouviram, Ulisses e os companheiros, na voz indignada duma das várias contrafacções que do Adamastor o século conhece, a predição das conquistas das praças do norte de África.

Ora isto é, como se vê, no longo e amortecido eco da voz de Homero, a vibração de acentos portugueses, a inserção, na larga antologia helénica, de páginas nacionais, que se continuarão quando, mais adiante, o *Tejo*, emergindo dos seus paços sub-aquáticos, virá visitar o herói grego e fazer-lhe saber, pela bôca harmoniosa de *Legea*,

Como abriria à lusitana gente
O mar té as roxas portas do Oriente.

Mas é sobretudo com matéria mítica e com as lendas inventadas sôbre as nossas origens pela cultura do Renascimento (Laymundo, André de Rèzende que primeiro identificou a filha de *Górgoris*, rei dos lusitanos, com a Calipso homérica, Fr. Bernardo de Brito, etc.), juntando a tudo isto as lutas, da criação pessoal do poeta, entre os gregos e os lusitanos, nas quais intervêm os deuses do Olimpo de maneira bem indiscreta, e a que o próprio Júpiter assiste no alto de *Almata*, é com tudo isto, dizíamos, que o épico ergue a máquina enorme da sua composição.

Atentemos, ràpidamente, porém,


CARTA
DE GVIA
DE
CASADOS.
Paraque pello caminho da
prudencia ſe acerte
com a caſa do
deſcanſo.
A HVM AMIGO.
Por D. Franciſco Manuel.
EM LISBOA.
Com as licenças neceſſarias.
na Officina Craeſ-
beeckiana.
1651.
Vendeſe na Rua nova.

A PRIMEIRA EDIÇÃO DA RARA *Carta de Guia de Casados*, uma das obras que mais tem contribuido para eternizar o nome do autor

MANIFIESTO
DE
PORTVGAL.
Eſcrito por
D. FRANCISCO MANVEL.
EN LISBOA.
Deorden de Su Mageſtad, y con todas licencias.
Por Pablo Craesbeeck. Año 1647.

O RARO MANIFESTO DE PORTUGAL de D. Francisco Manuel de Melo. Lisboa, 1647

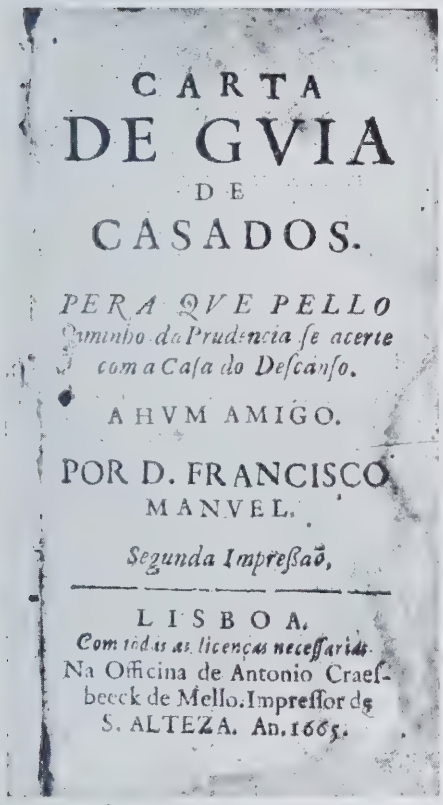
no último canto: o encontro de Juno com o marido para, tocando-o no coração depois de lhe ter perturbado os sentidos, dêle obter a protecção para o grego, é uma réplica do encontro de Vénus com o deus no poema de Camões, que em muitos passos se vê ter sido percorrido, *com mão diurna e nocturna*, pelo Dr. Pereira de Castro — como por todos os épicos do século. A despedida que a bela *Calipso* faz a *Ulisses*, depois da qual se despenha com o filho no Tejo, transformando-se em cachopos que as águas acarinham, é o primeiro sinal da invasão da epopeia pelo lirismo precioso da

Fénix Renascida. O que sobretudo, porém, chamará a nossa atenção é o curioso ecletismo político do autor, que não é certamente o único exemplar de tal atitude. Termina o poema por uma grande curvatura de reverência ante o usurpador, o *filho do Júpiter de Espanha,* que *tem um mundo numa só cidade,* e perante quem

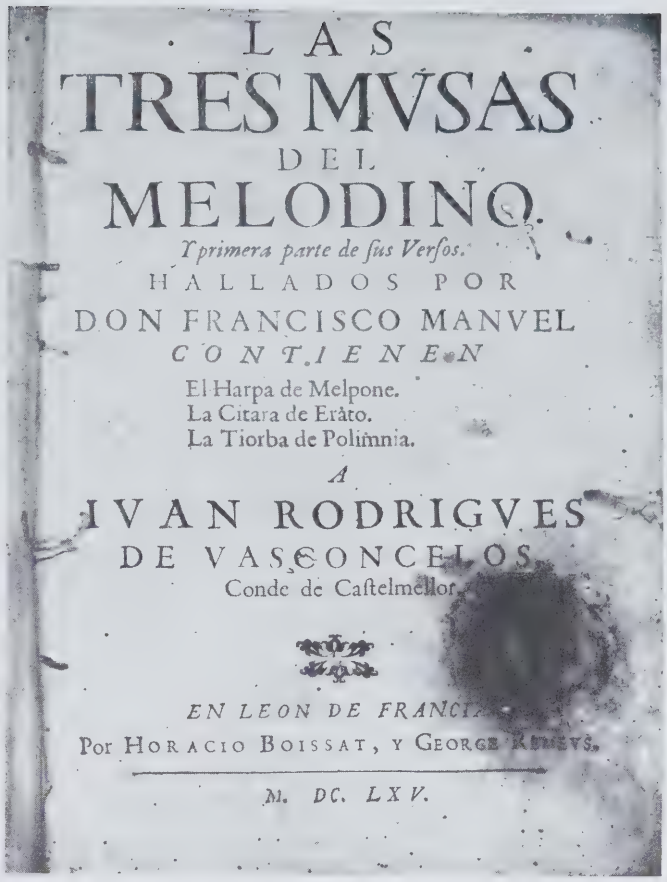
> Treme o Inglês, o Belga, o Otomano,
> E partindo convosco a Monarquia
> Lhe ficará no Olimpo onde se encerra
> A Júpiter o céu, a vós a terra.

Mas pouco antes, nas estâncias de LIII a LVI do mesmo canto, entre os lavores do escudo de *Ulisses* forjado por *Vulcano,* aquele em cuja descrição mais se compraz é precisamente o de D. Nuno Álvares combatendo os castelhanos:

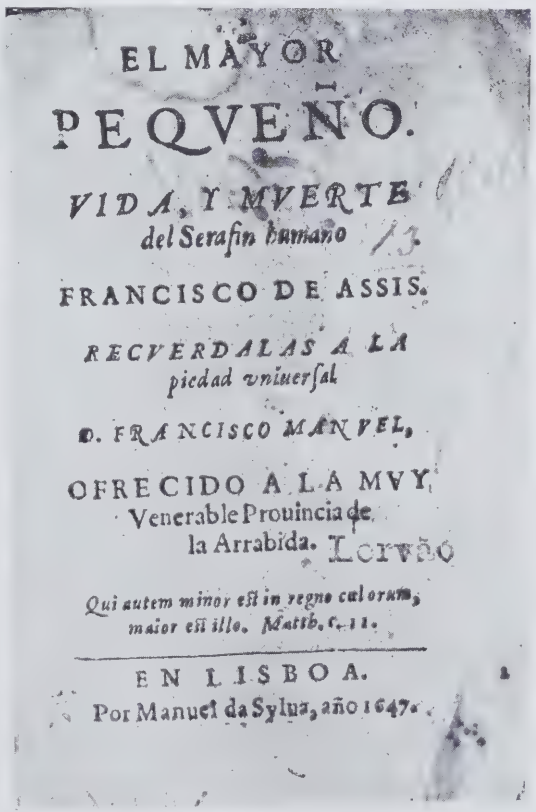
> Noutra parte a escultura representa
> Uma grande batalha, onde se via
> Que a gente Portuguesa se apresenta
> Contra a que em gran- [de número excedia:
> Com desigual partido [se sustenta,
> Fé que trocando em [medo a ousadia,
> O Castelhano foge pro- [fligado
> Do inimigo a vencê-lo [acostumado.
>
> Ali o Mestre de Avis [está abraçando
> O soldado que a fa- [cha lhe tomava,
> E, a afronta recebida [compensando,
> A mesma afronta com [seu sangue lava.
> E por vingar-se, o [campo atravessando,
> Té render o inimigo não parava,
> Entregando por mais honrosa presa,
> A bandeira Espanhola à Portuguesa.



A SEGUNDA EDIÇÃO da *Carta de Guia de Casados*, de D. Francisco Manuel de Melo. 15 edições de 1651 até 1916



LAS TRES MUSAS DEL MELODINO, publicadas em Leão, 1665



A PRIMEIRA EDIÇÃO DO RARÍSSIMO *El Mayor Pequeño*, ou a vida de S. Francisco de Assis, Lisboa, 1647, livro que no seu tempo foi dos mais apreciados do autor

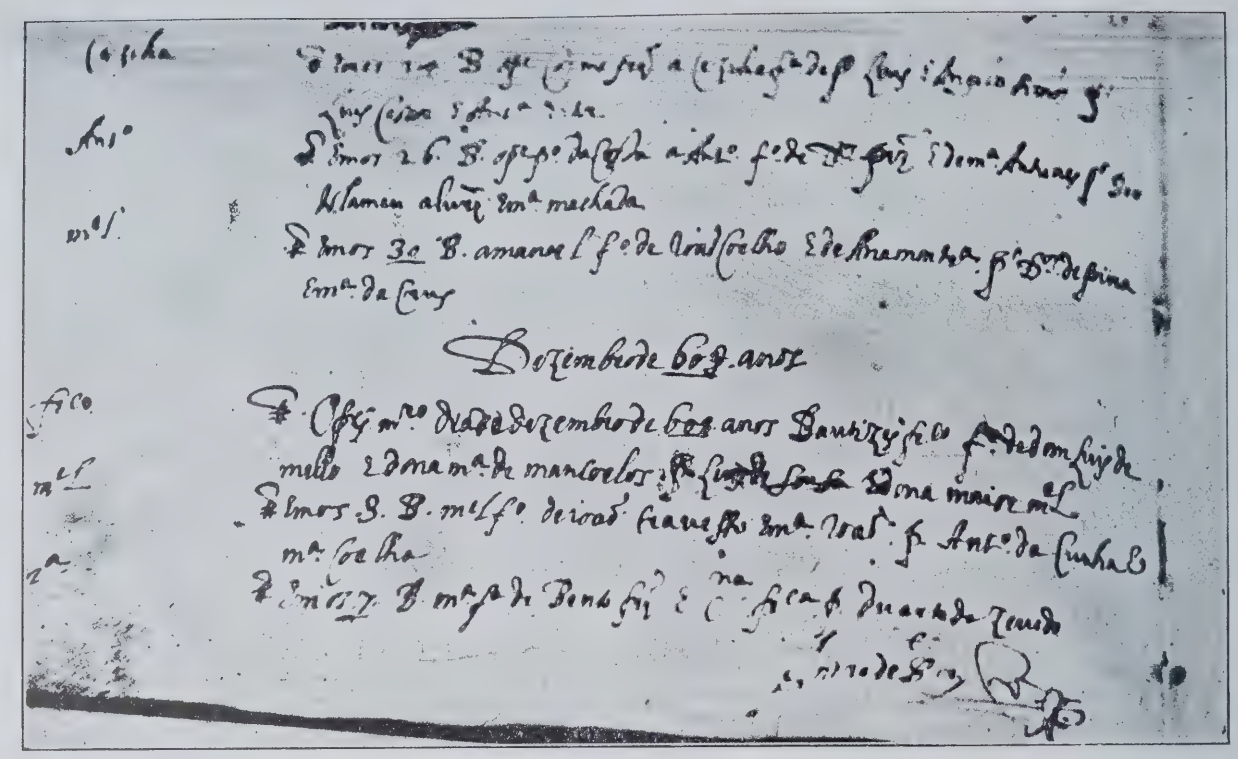
A evocação dêstes factos bem podemos relacioná-la com alguns outros de bem impressionante significado: — ter havido sob o domínio filipino dez edições dos *Lusíadas:* ser esta a época do invencionismo patrioteiro de Bernardo de Brito, Faria e Sousa e Leitão de Andrada. O sentimento da independência que em Évora eclodira revolucionàriamente um ano depois da publicação do poema, era bem natural que se escapasse, aqui e além, por uma fenda menos calafetada da armadura das convenções — e do mêdo... Quanto temos dito é suficiente para mostrar que a mitologia que nos *Lusíadas* é apenas elemento ornamental ou dramatizador da acção real, constitui uma boa parte da substância mesmo da *Ulisseia.* Pode dizer-se que estão trocadas as percentagens em que nos dois poemas entram a história e o mito.

Estamos assim, evidentemente, em face dum poema bem seiscentista pelo maior alheamento da realidade que caracteriza a poesia do século. Isto, pelo que toca à substância. Na forma, se houvesse tempo e espaço, não era difícil encontrar insinuado o mau gôsto da época em mais do que, por exemplo, êstes jogos de palavras:

> ...no caminho
> Fôrça ao cansado *lenho,* vida ao *linho*
> .....
> mostrando a sua *espalda* em vez de *es-* [*pada;*

em mais do que a hipérbole do mar saíndo do seu *natural limite,* de maneira que

> O cão celeste as águas de Anfitrite
> Tem co'a lingua ardentissima gostado;



TERMO DO BAPTISMO de D. Francisco Manuel de Melo, publicado por Edgar Prestage no seu livro *D. Francisco Manuel de Melo*, Lisboa, 1914

em mais do que a imagem forçada da lança que, não podendo trespassar o corpo, *do que fizera está tremendo...*

É preciso dizer, contudo que, porque a língua está no século XVII mais dominada — e o próprio artificialismo formal para isso havia de contribuir, — há no verso da *Ulisseia* uma fluência que não conhece certos embaraços dos *Lusíadas*. E a rebusca de imagens brilhantes não seria esfôrço inútil. Uma encontrou o poeta que todos os homens cultos do seu tempo saboreavam, não sem certa razão:

Iam-se já de flôres toucando
Os campos, porque as portas [do Oriente,
Chorando aljôfar, abre a bela [Aurora,
Que, quando ri nos Céus, [nos campos chora.

Muita coisa assim bonita, muita, tendo apenas o defeito de ser, não a espuma que espontâneamente se arrenda sôbre o vivo movimento do oceano, mas a bola de sabão que, brincando, se atira ao ar, para instantânea distracção dos olhos...

*
* *

A *Ulisseia* não foi o único poema sôbre a fundação de Lisboa. Quatro anos depois dela, em 1640, apareceu a *Ulyssipo*, do dr. António de Sousa Macedo, interessante espírito multifacetado, ao mesmo tempo jurista, moralista, diplomata e poeta.

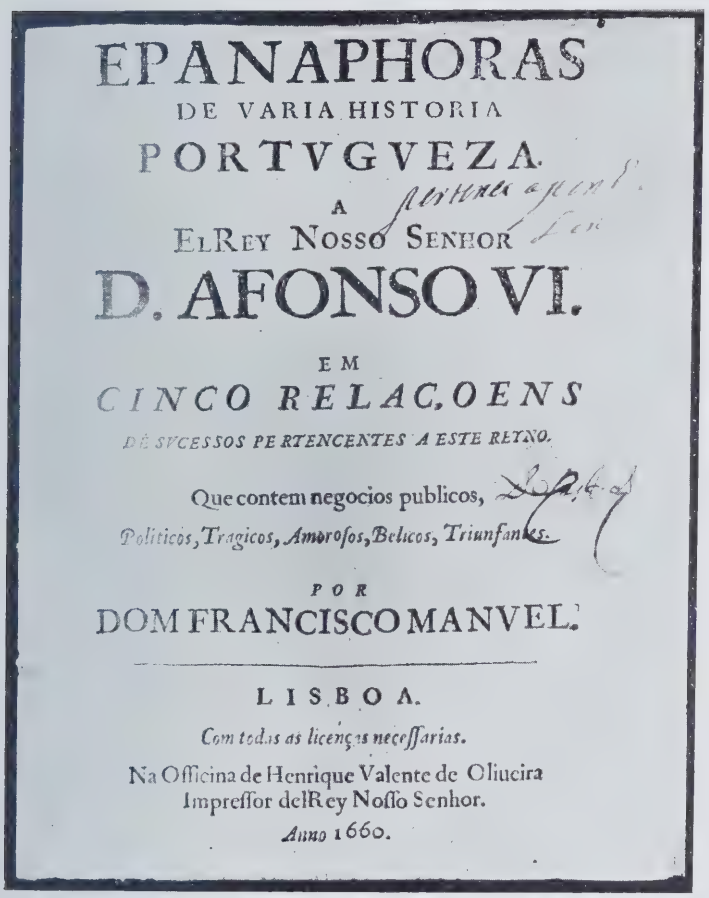
Não são bem os mesmos os processos de amplificação da matéria num poema que começa por uma invocação a Santo António — santo muito cheio de prestígio no tempo. O mecanismo mitológico é muito mais modesto. Assim, é nosso inimigo *Plutão*, convocador do Conselho onde se decide dos destinos da armada de Ulisses. Mas é nosso amigo o *Sol*, e é a *Alta Providência* que envia *um génio soberano*,

Oculta guia da lusitana terra.

DESENHO DE D. Francisco de Melo para o livro *Theodosio*, reproduzido no livro acima mencionado, de Edgar Prestage

Sendo o assunto o mesmo, tomado das mesmas fontes, desdobrado pelos mesmos fundamentais processos que constituíam cánones literários, há naturalmente muita coisa comum à *Ulyssea*. Não falta a narrativa de guerra troiana, o episódio de *Polifemo e Galatea*, tema forçado dos poetas que se prezavam, a para da intercalação, pelos meios conhecidos, de trechos da história portuguesa. Em que o poema de Macedo se distingue do anterior é, principalmente, no maior espaço nêle consagrado ao lirismo amoroso. Em vez de alambicadas ternuras apenas entre *Ulisses* e *Calipso*, trocam-se elas agora entre vários heróis e heroínas — *Nabâncio* e *Arminilda*, *Argis* e *Dorénia*, *Lísio* e *Clécia*...

Esta invasão da epopeia pelo lirismo, denunciadora de que aquêle género está fora da sua época e só por artifício se pode manter, importa outras características diferenciais. Como o poema se efemina, subtiliza-se também de forma, realizada, mais que a de Pereira de Castro, sob a sugestão do gongorismo. Eis um trecho que Jerónimo Vaía gostaria de subscrever; ocorre no canto VII, numa animada descrição de batalha, que ficaria perfeita sem êste disparatar do mau gôsto:



EPANAPHORAS
DE VARIA HISTORIA
PORTVGVEZA.
A
ElRey Nosso Senhor
D. AFONSO VI.
EM
CINCO RELAÇOENS
DE SVCESSOS PERTENCENTES A ESTE REYNO.
Que contem negocios publicos,
Politicos, Tragicos, Amorosos, Belicos, Triunfantes.
POR
DOM FRANCISCO MANVEL.
LISBOA.
Com todas as licenças necessarias.
Na Officina de Henrique Valente de Oliueira
Impressor delRey Nosso Senhor.
Anno 1660.

A PRIMEIRA EDIÇÃO das *Epanaphoras de varias historia*, raro e estimado livro de D. Francisco Manuel de Melo

> Ser descoberta (Clécia) lhe acrescenta a ira,
> A ira nova côr que a faz mais bela;
> Mais bela de apontada, golpes tira,
> Tira e suspira, intrépida donzela.

Mas a subtileza da forma não vai sem subtileza da sensibilidade. E leia-se, a propósito dum rouxinol cantando (canto III), êstes versos que alguns modernos assinariam, sem modificação de maior:

> Com estilo tão vário modulava
> Articulada voz, que juntamente
> Harpa, laúde e cítara imitava,
> Cem almas em um só corpo diferente.
> Que digo corpo? quando a voz formava
> Espírito de corpo independente,
> Um canto vivo na aura só fundado,
> Um átomo sonante, um flato alado?

HISTORIA
DE LOS
MOVIMIENTOS
Y
SEPARACION
DE CATALVÑA;
y de la Guerra entre
LA MAGESTAD CATOLICA
de Don Felipe el Cuarto Rey de Castilla,
y de Aragon,
Y LA DEPUTACION GENERAL
de aquel Principado.
DEDICADA, OFRECIDA Y CONSAGRADA
a la Santidad del Beatisimo Padre
INOCENCIO DECIMO
PONTIFICE SVMO MAXIMO ROMANO.
Escrita
POR CLEMENTE LIBERTINO.
En San Vicente. Año 1645.
Por Paulo Craesbeeck Impresor de las
Ordenes Militares.

UM DOS LIVROS MAIS REPRODUZIDOS de D. Francisco Manuel de Melo, clássico em Espanha no que se refere à Catalunha. Conta nada menos de 17 edições, sendo 2 portuguesas, 11 espanholas e 4 em França

Se a imaginação de Macedo não é mais rica, a sua sensibilidade é mais fina; e uma e outra, dir-se-ia, mais fecundadas pela leitura dos romances de cavalaria, que faziam ainda a circulação da Europa, do que pela literatura grega e latina. Assim o episódio da caverna do sábio feiticeiro *Chiron*, no vale de *Chélis*. Entrando nela, passam-se rios de fogo, serras de alta neve povoadas de monstros, mas ao fim vai-se dar a um sítio paradisíaco. No alto dum monte rodeado de lúcidos horizontes, um templo, onde a *Fortuna* e o *Sucesso* corôam a coragem e onde, para o exemplificar, se perfilam em estátuas os futuros heróis da Lusitânia e de Portugal.

*
* *

Se nestes dois poemas, exceptuadas as páginas históricas que a visão profética insere, somos normalmente

DECLARACION,
QVE
POR EL REYNO DE
PORTVGAL
OFRECE EL DOCTOR
GERONYMO DE SANTA CRVZ
A TODOS
LOS REYNOS, Y PROVINCIAS DE
EVROPA,
CONTRA
Las Calumnias publicadas de ſus Emulos.

LISBOA.

Con todas las licencias neceſsarias.

En la Emprenta de ANTONIO CRAESBEECK y Mello
Año 1663.

Demoſtracion
QUE
Por el Reyno de Portugal
AGORA OFFRECE
El Dotor Geronimo De Sancta Cruz
a todos
Los Reynos y Provincias de Europa
en prueva
de la Declaracion
Por el meſmo Autor, y por el meſmo Reyno
atodos
Los Reynos, y Provincias de Europa ya
offrecida
Contra las Calúmnias publicadas de ſus Emulos
y en favor
de las Verdades por el Tiempo
Manifeſtadas.

EN tanto es reputada la Sciencia Matematica, por mas que las otras Sciencias humanas verdadera, en quanto las doctrinas que las otras Sciencias pruevan con la fuerza de la Razon, verifica la Matematica con la infalibilidad de las Demoſtraciones que conſiſten en Cuenta, Peſo, y Medida: alo que nó a caſo aludió Platon, eſcriviendo que las Obras de Dios
A eran

DUAS DAS MAIS RARAS OBRAS de D. Francisco Manuel de Melo. Não existem na Biblioteca Nacional. Reprodução de magníficos exemplares do livreiro antiquário João Vicente da Silva Coelho, de Lisboa, que os destina ao seu catálogo em impressão

transportados ao plano da criação imaginosa, imitadora ou original, distanciam-se deles, por uma preocupação maior da realidade histórica, os poemas de Francisco de Sá de Meneses — *Malaca Conquistada;* de Brás Garcia de Mascarenhas — *Viriato trágico;* e de Francisco Rodrigues Lobo — *O Condestabre de Portugal D. Nunalvares Pereira.* Cito-os pela ordem crescente no ponto de vista da sua subordinação à história.

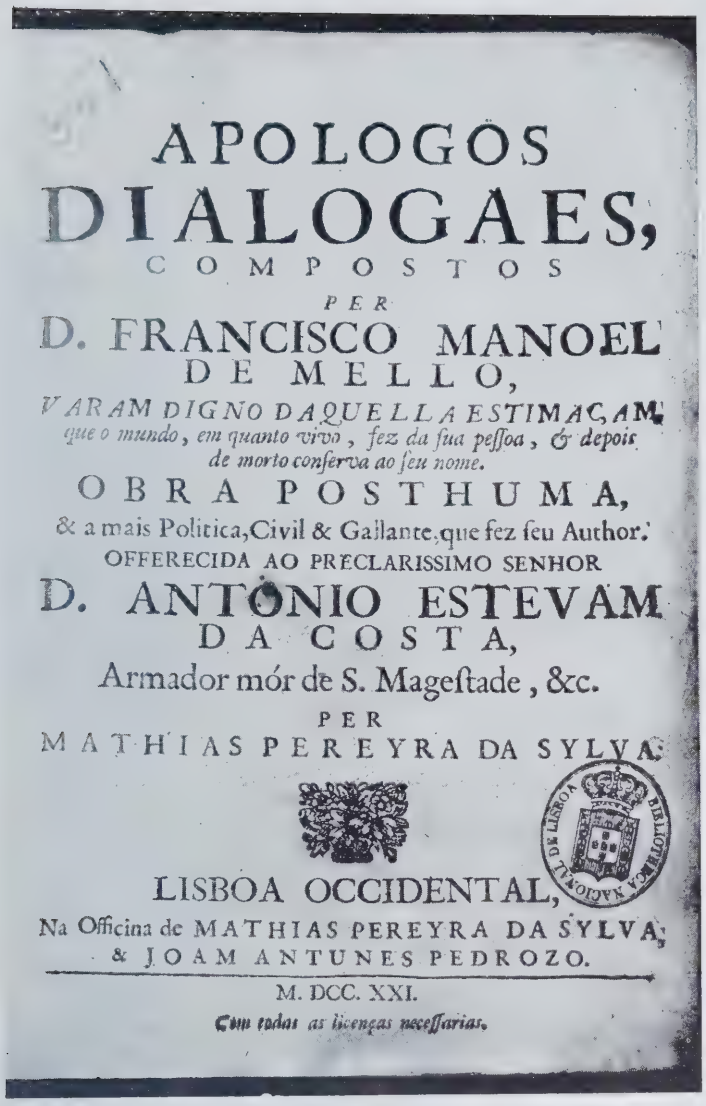
Curioso, na *Malaca Conquistada* (1634), o cuidado de reduzir o mito pagão apenas a elemento ornamental, pouco mais que às designações, imagens, comparações que o uso estereotipara. A acção sobrenatural que intervém na acção histórica, para a dramatizar e transcendentalizar-lhe o interêsse, essa está a cargo de entidades criadas pela fé cristã, ao que não terá sido indiferente a tendência mística que levaria o autor a procurar, sob a roupeta monástica, na paz do claustro de S. Domingos de Benfica, a convivência espiritual de que as longas horas de elaboração do poema seriam já uma iniciação.

É moderada a capacidade inventiva de Sá de Meneses. Uma boa parte do poema é constituída pela extensa galeria dos heróis da Índia e de Malaca, os que acompanharam Albuquerque e cuja acção militar se alonga num rosário de combates singulares e os que passam na evocação dos narradores ou são profetizados pelo artifício do maravilhoso.

As façanhas, porém, posto que numerosíssimas, não podiam encher o poema. Intercalam-se-lhes, portanto, episódios líricos, aqui e além tocados de melancolia elegíaca. Entre todos, o mais carregado de drama é o episódio de *Glaura,* a esposa malaia abandonada por ciúme, quando, no campo coberto de mortos, procura à luz da lua o corpo do marido:

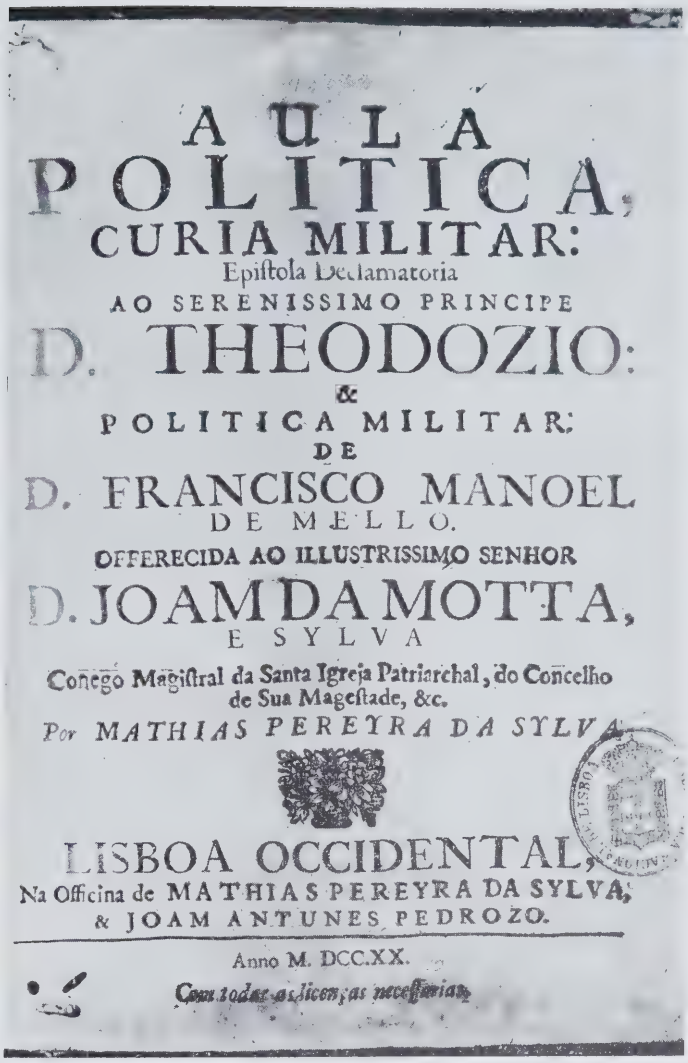
Com ânsia que a dor causa levantando
As chorosas estrêlas às Estrêlas,
Rogos e vãos queixumes misturando,
Assim roga e assim aos Céus manda querelas:
— Eternas luzes, que passais brilhando
Por celestes caminhos, margens belas,
Males de amor e morte já sentistes,
Mostrai quem morto adoro aos olhos tristes.

A máquina do maravilhoso tem como figuras principais o *Custódio,* que surge, em rápida aparição, no princípio



APOLOGOS
DIALOGAES,
COMPOSTOS
PER
D. FRANCISCO MANOEL
DE MELLO,
VARAM DIGNO DAQUELLA ESTIMAÇAM,
que o mundo, em quanto vivo, fez da sua peſſoa, & depois
de morto conſerva ao ſeu nome.
OBRA POSTHUMA,
& a mais Politica, Civil & Gallante, que fez ſeu Author.
OFFERECIDA AO PRECLARISSIMO SENHOR
D. ANTONIO ESTEVAM
DA COSTA,
Armador mór de S. Mageſtade, &c.
PER
MATHIAS PEREYRA DA SYLVA.
LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de MATHIAS PEREYRA DA SYLVA,
& JOAM ANTUNES PEDROZO.
M. DCC. XXI.
Com todas as licenças neceſſarias.

A PRIMEIRA EDIÇÃO dos *Apologos Dialogaes* (póstuma) da obra de mais impressivo relêvo de D. Francisco Manuel de Melo



AULA
POLITICA,
CURIA MILITAR:
Epiſtola Declamatoria
AO SERENISSIMO PRINCIPE
D. THEODOZIO:
&
POLITICA MILITAR:
DE
D. FRANCISCO MANOEL
DE MELLO.
OFFERECIDA AO ILLUSTRISSIMO SENHOR
D. JOAM DA MOTTA,
E SYLVA
Conego Magiſtral da Santa Igreja Patriarchal, do Concelho
de Sua Mageſtade, &c.
Por MATHIAS PEREYRA DA SYLVA.
LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de MATHIAS PEREYRA DA SYLVA,
& JOAM ANTUNES PEDROZO.
Anno M. DCC.XX.
Com todas as licenças neceſſarias.

A PRIMEIRA EDIÇÃO (póstuma) da *Aula politica...* de D. Francisco Manuel de Melo. (Exemplar da Biblioteca Nacional)

e no fim do poema, e *Asmodeu*, cujas maquinações contra a emprêsa se reduzem a pouco. Mais do que qualquer dêles acompanha a acção o sábio *Etol*, astrólogo e adivinho. O seu poder ainda assim não transcende muito os limites do real e, filho duma imaginação que bebe em fontes cristãs, é êle que acentua no poema os intuitos meio místicos meio patrióticos do futuro dominicano. É êle, por exemplo, que vai buscar o guerreiro *Garcia* à terra a que do naufrágio sofrido conseguiu aportar e onde o prende o encanto da formosa *Titónia*, princesa de *Catai*, espécie de Diana caçadora. Êle também, que inspira a *João de Sousa*, que consigo vai em demanda daquele perdido de amor, as palavras com que o increpa:

De Cristo prometeste ser guerreiro,
Não de amor, que em ti põe nódoa tão feia.
Acorda, namorado cavaleiro,
Do sono que do teu valor te alheia.
.....
Vem donde Afonso cuidadoso aguarda,
E o Céu vitórias mil para ti guarda.

Êle ainda que a *Jaime*, o aventureiro que anda em demanda da realidade que entreviu num sonho, sob a forma duma aparição feminina, lhe mostra na gloriosa fama que alcançou,

Felice amor, ditosa adversidade
Que é, pisando asperezas, certa guia
Para os campos que aspiram suavidade,
Em primavera eterna e eterno dia;
Ali consagra o tempo à eternidade
Quem do caminho do ócio se desvia.
E tantos já trabalhos mereceram
Que entre as Estrêlas altas se puseram.

É êle, enfim, que, para simbólico coroamento duma obra de glorificação patriótica, ao mesmo tempo que de proselitismo religioso, põe quási no final do poema a conversão de *Glaura*, logo seguida da aparição do *Custódio* a Albuquerque, convidando-o a levantar os olhos para ver no Céu as *ideas imortais daqueles que por êle a vida deram*, celestial falange que, auxiliada por anjos, leva de vencida, para as trevas do horizonte, a multidão infernal guiada por *Asmodeu*.

Todo êste poema decorre numa linguagem que é cheia da nobreza que o género impunha, mas que não é *hiperbórea* nem *campanuda*, como, no encalço de Garrett, se lhe tem chamado, nem sofre dos vícios do artificioso estilo do tempo. Se não tem êsses defeitos, também não devemos exagerar atribuindo-lhe o gôsto camoniano das descrições dos costumes orientais.

Quem no poema, acreditando na crítica que se lhe tem feito, quisesse fazer colheita etnográfica, ficaria decepcionado. Nada mais nele se contém, sob êsse aspecto, do que o que o poeta, por se aproximar em mais de um passo da narrativa de Barros,

LISBOA DO SÉCULO XVII — O Rossio — Quadro de azulejo do Convento das Trinas de Lisboa

não quís separar do facto que o interessava.

*

* *

O poema de Brás Garcia de Mascarenhas — *Viriato trágico* (1699), repercute em sua múltipla variedade de aspectos, em seu estilo nervoso, em sua riqueza episódica, a interessantíssima, movimentadíssima biografia do seu autor. Temperamento de *cavaleiro e namorado*, o livro por êle engendrado, onde não faltam páginas a denunciar o gôsto por cavalos e touradas, estremece todo do estrépito dos combates, alonga-se em minúcias de técnica militar, desde os planos estratégicos de *Viriato* até o resumo da evolução da arte bélica e orgânica dos exércitos, além de contar mais de um episódio que é pretexto à exaltação das mais belas virtudes guerreiras. Mas, por entre tudo isto, a revelar o

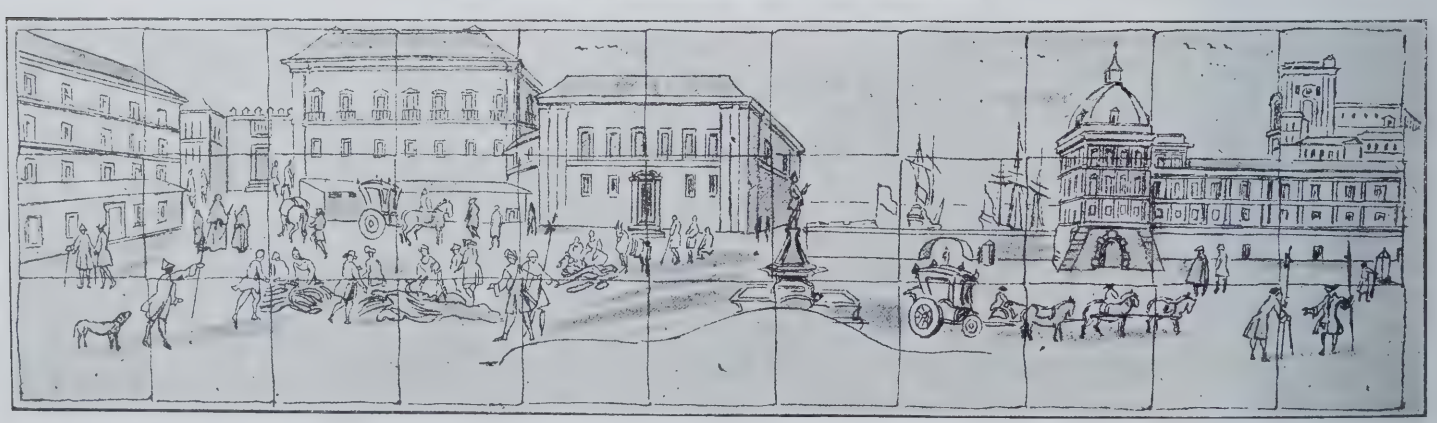
EL FENIS
DE
AFRICA,
AGVSTINO
AVRELIO,
OBISPO HYPPONENSE.
Hallado
Entre las immortales ceniças
de su memoria.
POR D. FRANCISCO
MANVEL.
Diuidido en dos partes.
A IVAN NVÑES DA CVÑA.
EN LISBOA.
Por Pablo Craesbeeck. Año 1648.
QVARE?

namorado, que se gaba de ter passado

Ciúmes, vento, chuva, calma, neve,
Desafios, paixões, brigas, feridas,

abundam as amorosas aventuras meio românticas, algumas das quais lembram as dos paladinos dos romances de cavalaria. E é nestes quadros que o poeta galante se requebra e afina ao estilo da época, nada faltando no seu versejar do que na *Fénix Renascida* e *Postilhão de Apolo* fazia as delícias dos *mancebos, das damas e dos ociosos*, para quem, na opinião de D. Francisco Manuel de Melo, a poesia devia ser feita. É ver nos cantos IV e VIII os amores de *Crisalva* e *Felisaura* com *Vandermilo* e *Balaro*, cuja lingüagem se orna de todos os enfeites da época, nem faltando os *ecos*... É ver, sobretudo, como o gôsto

A PRIMEIRA EDIÇÃO de *El Fenix de Africa*. 1.ª parte. 1648. A segunda saíu no ano seguinte



LISBOA DO SÉCULO XVII — O Terreiro do Paço — Quadro de azulejo existente no Convento das Trinas em Lisboa. Reproduzido, como a anterior, na *Terra Portuguesa* (1916) e no trabalho de Mário Brandão, *Arqueologia literaria. A visita das fontes de D. Francisco Manuel de Melo*. Coimbra, 1925

de tais ornatos com êles matiza até os episódios mais dramáticos. Assim, no canto XX, vêde a maneira como se estiliza a perturbação de *Messalina*, olhando, entre amante e desprezadora, o traidor *Alauces*, que voltava de matar *Viriato:*

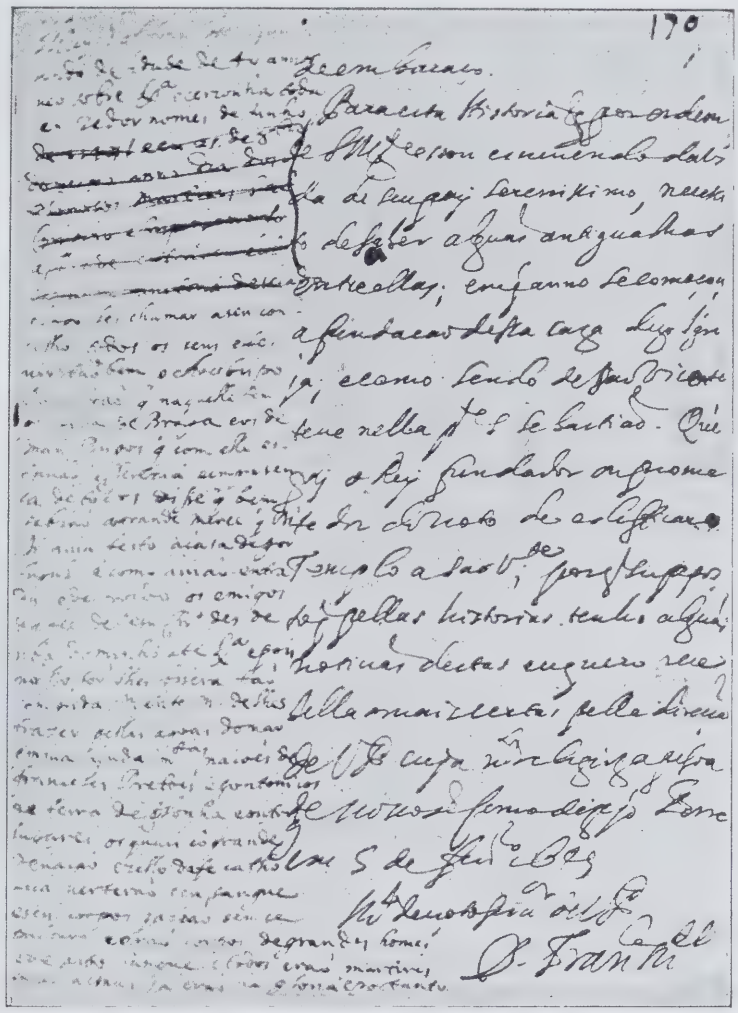
Passa por mim o transe que estou vendo!
Mas não deve passar, pois estou viva.
Mas como viva estou, se estou morrendo?
Como morro, se estou tão discursiva?
Eu não vivo, eu não morro, eu não me entendo,
Engano deve ser da perspectiva,
Que, figurando a cousa desejada,
Está mostrando tudo sem ser nada.

Todavia, nenhum poema mais pessoal do que o dêste curioso tipo de aventureiro. E como se não bastasse a revelação indirecta da sua inconfundível fisionomia moral, surge êle próprio, num sonho de herói, a contar-lhe a sua vida como poucas romanesca, a dizer da sua atitude espiritual, do seu gôsto e ocupações de soldado em descanso:

Retiro-me a êstes vales, a estas fontes,
A êstes frescos jardins e pátrios rios.
Quando vão cheios, caço pelos montes,
E neles pesco quando vão vazios.
Contente dêstes ares e horizontes,
Sem a côrte invejar, passo os estios.
Pelos invernos canto os teus louvores,
De outra musa melhor merecedores.

Soldado em descanso, mas em quem não estão extintos os ímpetos marciais:

A guerra sigo voluntàriamente,
Se ouço rebate, se me o facho acena;
Que quem a professou e mandou gente,
Por vício a segue, sem assombro ou pena.



FRAGMENTO DE UMA CARTA AUTÓGRAFA de D. Francisco Manuel de Melo, reproduzida no livro de Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo*

Como se vê, o poema é, em boa parte, feito da essência dos nervos e do espírito do autor. Já se adivinha que há-de haver páginas que se animam de tôda a palpitação da viva realidade. No canto XI, por exemplo, que é um grande fresco representando as festas realizadas no alto dos Hermínios pelo herói na prosperidade, — jogos de barra e canas, danças, corridas, cavalhadas, etc. — vêde a descrição da tourada, a pintura dos cavalos, bem parece que feita sôbre o modêlo vivo.

E mais que um trecho da histórica realidade humana consegue romper e trespassar a engomada vestidura de que a imaginação clássica em geral a cubria. É notar, entre os heróis do poema, todos amaneirados pelo tipo galante do século, o retrato do hirsuto *Serralvo,* moldado na bárbara massa de que se formou o exército de Viriato. E, pelo que respeita à natureza, há no poema aspectos que deviam ter sido surpreendidos pelo caçador nas fragas da Estrêla; assim como, a cada passo, na comparação e na imagem, a denúncia do homem que vive no campo e em seus espectáculos se compraz.

Resumindo: êste poema longo e maçador tem páginas interessantes que são compromisso entre os requintes do salão seiscentista e a natural simplicidade da vida de ar livre; entre os sibaritismos intelectuais do rètórico e a gravidade do moralista que, no comêço de quási todos os cantos, ensina as verdades que aprendeu numa vida rica em experiências, demasiado intensa e excedente para que não repercutisse naquelas oitavas.

*
* *

Bem diferente desta aventurosa vida de ar livre é a vida de Rodrigues Lobo, entre o Paço dos Marqueses de Vila Real, em Leiria, e o Paço do Duque de Bragança, em Vila Viçosa. O seu poema sôbre *O Condestabre,* além duma rápida evocação de Leiria e da paisagem do Lis e do Lena, tem de pessoal apenas a atitude de curvada, louvaminheira vassalagem ante a nobre família dos protectores. Ela está expressa na exaltação de tôda a galeria de senhores e donas da casa de Bragança, de que o poema nos apresenta a complicada árvore genealógica... No resto, êle não passa da paráfrase rimada das crónicas medievais que tratam de D. Nuno — a *Cronica* anónima e as de D. Fernando e D. João I, da autoria de Fernão Lopes. A mesma prosaica exactidão de pormenores. Curto vôo imaginoso e nenhuma *vis epica.* É ver a descrição da batalha de Valverde. Não falta a minúcia de nenhum dos movimentos dos exércitos, mas nada que extraia e comunique o patético contido nas crónicas medievas — e já revelado pelo génio de Fernão Lopes. Uma platitude monocórdica, de cujo longo e aborrecido percurso nos não compensa a fluência dum estilo que dir-se-ia por espontâneo movimento se vazar no ritmo decassilábico, nem o vigor e brilho cristalino dos conceitos em que as ideias morais como que por intrínseca virtude se simetrizam

TRATADO
DA
SCIENCIA CABALA.
OU NOTICIA DA ARTE
CABALISTICA.
COMPOSTO POR
DOM FRANCISCO MANOEL
DE MELLO.
Obra Posthuma.
DEDICADO
AO ILLUSTRISSIMO SENHOR
D FRANco CAETANO
MASCARENHAS,
Prior mòr de Aviz, do Conselho de
S Magestade, &c,
POR MATHIAS PEREYRA DA SYLVA.
LISBOA OCCIDENTAL
Na Officina de BERNARDO DA COSTA DE CARVALHO,
Impressor do Serenissimo Senhor Infante
Com as licenças necessarias.
Anno 1724.
A custa de Antonio Nunes Correa, mercador de livros,

A EDIÇÃO do *Tratado da Sciencia Cabala* de D. Francisco Manuel de Melo. Obra póstuma que só por isso não acarretou para o seu autor verdadeiros tratos de polé, a acrescentar ao ódio oculto que o infelicitou e à prisão em que passou anos (Exemplar oferecido pelo grande poeta Augusto Gil a Albino Forjaz de Sampaio)

RELAÇAM DOS SVCESSOS
da Armada, que a Companhia ge-
ral do Comercio expedio ao Esta-
do do Brasil o anno passado de
1649. de que foi Capitão General o
Conde de Castelmelhor.

HVM dos frutos que mais em breue se recolhe nas boas eleiçoẽs dos publicos magistrados, he o aplauso cõ que tão recebidas; o qual não tarda muito em ser seguido de outro mayor bem; sucedendo de ordinario a cõmum esperança, quando se funda em razão, o felicissimo effeito d' aquelles negocios, que por ella, & com ella se dirigem. Tudo vemos na proxima escolha que entre tantos dignos sogeitos fez S Mageſtade (que Deus guarde) da pessoa do Conde de Castelmelhor, para Gouernador, & Capitão General do Estado do Brasil, em tempos que aquelle Estado, parece que lutando com a ruim fortuna passada, para entrar em outra prospera, estaua ameaçado dos vltimos perigos Como sucede ao enfermo, cujo mal por dar lugar à saude, faz termo em violentissimos accidentes Da aprouação com que neste Reyno, & no Brasil foi recebida a eleiçõo do Conde, não he necessario que informemos, hauendoo por nós feito a voz publica. Tudo assaz confirmado cõ a demonstração

A RARÍSSIMA EDIÇÃO da *Relaçam dos Successos da Armada*, de D. Francisco Manuel. O único exemplar existente na Biblioteca Nacional, à data que o fomos consultar já tinha desaparecido, arrancado com tôda a perfeição da *Miscelânea*, onde se guardava

e facetam, nem uma ou outra descrição como a do combate do herói contra os 250 castelhanos nas margens do Tejo, etc.

Se nestas qualidades encontra o gôsto moderno fugidios momentos de agrado, das construções imaginosas com que o autor procura erguer a acção ao maravilhoso épico, só não se arredarão os olhos pacientes do especialista.

O maravilhoso tem aqui, como função principal, possibilitar o desdobramento da galeria dos futuros senhores da Casa de Bragança, de quem o poema é o panegírico. Todo o canto XI, por exemplo, decorre da invenção duma visão de Nuno Álvares, quando, em Vila Viçosa, ao chorar o pecado do irmão, escondendo as armas de D. Garcia, um *espírito luzente e cristalino* lhe anuncia que ali começará com a pedra que o matou e o sangue que êle verteu o alicerce do *eterno e claro assento dos seus poderosos descendentes*, que em painéis se lhe ostentam nas paredes fantásticas. A invenção do palácio maravilhoso criado pelas virtudes mágicas dum mouro, em Leiria, pretexta a exposição, num livro que ao herói mostra uma misteriosa donzela, de tôda a longa genealogia da sua estirpe. O livro é de linhagens, já se deixa ver, e a sua prosa, por mais que decorra em movimento decassilábico e guisalhe de sonoras rimas, não consegue dis-

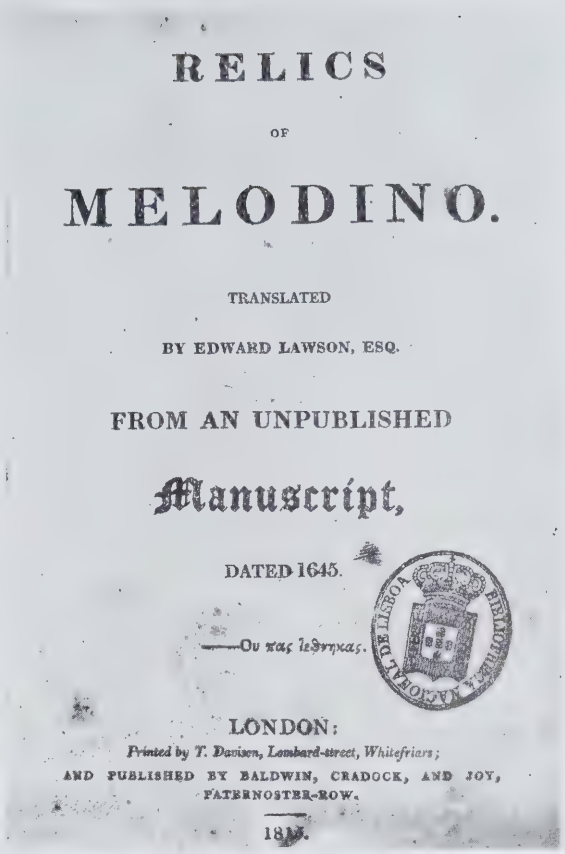
AS FIGURAS do *Auto do fidalgo aprendiz*, edição de Lisboa, 1718. Utilizaram-se chapas do século XVI, como se pode confrontar com as publicadas no estudo sôbre Gil Vicente

farçar a substancial aridez e desinterêsse.

Deixámos para o fim o poema de Vasco Mousinho de Quevedo Castelo Branco, intitulado *Afonso Africano* a-pesar-de publicado logo no comêço do século (1611), porque de todos os aqui estudados se distancia pelo objectivo e pela factura. É um poema de edificação moral, em que o sucesso histórico cantado, como as criações fantasiosas que o incidentam da intervenção do sobrenatural, é apenas a alegoria da trabalhosa justificação da alma cristã. O autor, no *Prefácio*, põe-nos ao facto do significado da obra:

«Uma das arriscadas emprêsas que há no mundo é aquela que empreende um Varão forte contra si mesmo, trabalhando render e avassalar a Cidade da sua alma, com que se lhe tem levantado o inimigo humano. Esta se afigura Arzila, situada ao longo do mar nas partes de África, de muros altos cercada, que dão entrada e saída por cinco portas abertas, que são os cinco Sentidos; na mais alta parte sua se levanta uma tôrre com três Baluartes que são as potências dessa alma, e no meio a Fortaleza da Mesquita que é o coração humano. Esta com Frota armada vai buscando das praias de Lisboa D. Afonso V, o Africano, por quem êste varão é figurado. Mete-se em meio dum mar tempestuoso de apetite irascível e concupiscível onde forma e tece o Inferno os obstáculos e impedimentos... é D. Afonso arrojado... nas praias da forte Seita, por indústria do Mago Eudolo... e juntamente seu querido Filho o Príncipe D. João (figurado por seu Amor) ali lhe desaparece e levado a uma ilha de deleites estéreis quási a ponto de perder-se, mas dando a tais gostos de mão, por favor e mercê do Céu, vem depois a ser armado Cavaleiro, como Amor qualificado e triunfante». Etc., etc.

Os mouros figuram os espíritos danados; *Tenebronte*, seu capitão, representa Lúcifer, e os seus sete filhos os sete pecados mortais. A cidade é entrada, porque o grande valor de *D. Fernando* — a *vontade* — se associa e obedece a *D. Afonso* — a *razão*, e ainda porque sete cavaleiros — as virtudes contrárias aos pecados capitais — vencem os filhos de *Tenebronte*. Entrada a cidade, consagra-se a *mesquita* e D. Afonso recebe a Deus, «prémio da Alma a seu serviço rendida, que de habitação do Inferno, figurado pela *Serpente*, que de ali desaparece, fica do próprio Deus um vivo templo».


RELICS

OF

MELODINO.

TRANSLATED

BY EDWARD LAWSON, ESQ.

FROM AN UNPUBLISHED

Manuscript,

DATED 1645.

—Ου πας ἰεθνηκας.

LONDON:

Printed by T. Davison, Lombard-street, Whitefriars;

AND PUBLISHED BY BALDWIN, CRADOCK, AND JOY, PATERNOSTER-ROW.

1815.

A TRADUÇÃO EM INGLÊS das *Líricas* de D. Francisco Manuel de Melo, publicadas em Londres, em 1815

A alegoria desdobra-se por doze extensos cantos, de verso fluente e fácil, a linguagem de clássica nobreza, sem o efeminamento dos enfeites gongóricos, que só mais tarde invadirão as letras. Há episódios que se não lêem sem certo agrado. Assim, o do príncipe D. João nos *Jardins encantados*, é uma aguarela de tímido mas fresco colorido, onde há trechos desta delicadeza:

Quais (ninfas por garbo melhor e ho-
[nesto asseio
(Que é nisto grande embuste a dife-
[rença)
Sôlto das nuvens de ouro o grato
[enleio
Cair as deixam sem remate e trença;
Abertas vão a partes pelo meio
Co'a viração que as trata sem ofensa,
Descubrindo e cubrindo juntamente
Um bem presente agora, agora au-
[sente...

Assim, também aquele episódio de *Zafira*, procurando o corpo de *Hali* no campo de batalha. É tocada de certa comoção a despedida da viúva, chorando com simplicidade a desgraça de não poder assistir aos últimos momentos do marido:

Um leito nestes braços diferente
Tiveras... Moroso benefício
Te fizera na chaga; eu te apertara
E com lágrimas minhas a lavara...

Ao menos êsses olhos, que eram lume
Dêstes cansados meus, em mim pregaras;
Faltando a voz, que a vezes se consume,
Co'a pena, por acenos me falaras;
Podendo, últimas mandas, por costume,
Deras, e as minhas últimas levaras...
Últimas mandas minhas... não da vida,
Porém da morte a meu amor devida.

EDGAR PRESTAGE, o escritor que tanto se tem devotado às letras portuguesas e consagrado especialmente a D. Francisco Manuel de Melo

O poeta, como se vê, está longe ainda dos artifícios rètóricos que, em circunstâncias parecidas, converteriam numa linda filigrana de oitavas preciosas, trabalhadas como jóias, encastoadas de rebuscadas imagens, a dôr de *Messalina* ante a morte de *Alauces*, por exemplo.

Todavia, é fria a temperatura geral dum poema que, à semelhança de todos os da época, é uma pura criação cerebral, realizada sem a colaboração do entusiasmo do poeta — nem da emotividade dos leitores. No grande momento nacional e europeu de quinhentos, Camões dera o ritmo da sua voz e o expoente exaltador do seu génio a uma grande

OBRAS
DE
D. FRANCISCO
DE PORTUGAL,

IUNTAS
POR ANTONIO CRAESBEECK DE Mello

Impreſſor de Sua Alteza,
E POR ELLE OFFERECIDAS
A
DOM LUCAS DE PORTUGAL
SEU FILHO, COMENDADOR DA Villa de Fronteyra, & Meſtre-Sala de Sua Alteza.

EM LISBOA
Com as licenças neceſſarias.
Na Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, Impreſſor de S Alteza.
Año M.DC.LXXXIII.

A EDIÇÃO das *Obras* de D. Francisco de Portugal, de Lisboa, 1683, edição não citada por Inocêncio, e a *Arte de Galanteria*, impressa em 1682. D. Francisco, aluno da escola de Gôngora, é um poeta bilingüe e «as suas poesias são escritas em linguagem pura, e elegante». «Merecia ser mais conhecido do que é actualmente» diz com profunda verdade Inocêncio Francisco da Silva

ARTE
DE
GALANTERIA
ESCRIVIOLA
D FRANCISCO DE PORTUGAL
OFRECIDA
A LAS DAMAS DE PALACIO
POR D LUCAS DE PORTUGAL
Comendador de la Villa de Frontera, y Maeſtre-Sala del Principe nueſtro Señor

EN LISBOA
Con las licencias neceſſarias
En la Emprenta de Antonio Craesbeeck de Mello, Impreſſor de S Alteza
Año M DC.LXXXII

emoção colectiva. Daí o seu triunfo. Os que no século parado e artificial que a seguir veio tentaram erguer-se à sua altura, não tinham mais recursos do que os meios materiais da realização — uma língua mais dúctil, uma técnica mais dominada, uma imaginação mais preocupada de efeitos artísticos, mas ausência completa da íntima chama própria e inflamabilidade alheia, que tornara possível, sem os recursos duma poética e duma língua muito evoluídas, a criação para a eternidade dos poemas homéricos ou das Canções de Gesta, por exemplo.

A HISTÓRIA

A "Monarquia Lusitana": Fr. Bernardo de Brito — Fr. António Brandão — Fr. Francisco Brandão — Fr. Rafael de Jesus

BIBLIOGRAFIA: — FR. BERNARDO DE BRITO: — *Monarchia Lusitana: Parte primeira. Que contem as historias de Portugal desde a creação do mundo té o nascimento de nosso señor Jesu Christo.* Alcobaça. Por Alexandre de Siqueira & António Alvarez. 1597.

Segunda parte da Monarchia Lusitana. Em que se contem as historias de Portugal desde o nascimento de nosso Salvador Jesus Cristo, até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1609.

A *Monarchia Lusitana* foi continuada por Fr. António Brandão, Fr. Francisco Brandão, Fr. Rafael de Jesus e Fr. Manuel dos Santos, e a sua 1.ª edição compõe-se:

1.ª e 2.ª partes — Fr. Bernardo de Brito — 1597-1609 — 2 volumes.

3.ª e 4.ª partes — Fr. António Brandão — 1632 — 2 vols.

5.ª e 6.ª partes — Fr. Francisco Brandão — 1650-1672 — 2 volumes.

7.ª parte — Fr. Rafael de Jesus — 1683 — 1 volume.

8.ª parte — Fr. Manuel dos Santos — 1727 — 1 volume.

Teve 2.ª edição: 1.ª parte — Lisboa, 1690; 2.ª parte — Lisboa, 1690; 3.ª parte — Lisboa, 1690; 4.ª parte — Lisboa, 1725; 5.ª parte — Lisboa, 1752; 6.ª parte — Lisboa, 1751.

3.ª edição: 1.ª parte. Lisboa, 1 a 4, 1806; 5, 1808; 6, 1809; 2.ª parte. Lisboa, 1806 a 1809, 8 vols. «Colecção dos principais autores da História Portuguesa, publicada com notas pelo director da classe de Litteratura da Academia Real das Sciências (P.e Joaquim de Foios). Os livros I a VI são de Fr. Bernardo de Brito; seguem-se os I e II (1806) de Fr. António Brandão. E foi tudo o que se publicou. O 1.º vol. insere a vida de Fr. Bernardo de Brito, por D. António da Visitação Freire.

Geographia antiga da Lusytania, incluída na *Monarchia Lusitana,* 1.º vol.

Primeira parte da Chronica de Cister, onde se contam as cousas principaes d'esta religião, com muitas antiguidades, assim do reino de Portugal, como de outros muitos da Christandade. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1602. (Com dois frontispícios diversos aparecem exemplares); 2.ª ed. Lisboa, 1720.

Elogios dos Reis de Portugal, com os mais verdadeiros retratos que se poderam achar. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1603; 2.ª ed. adicionados por D. José Barbosa, Lisboa, 1726; Lisboa, 1761; Lisboa, 1786.

Sôbre Fr. Bernardo de Brito pode ler-se as *Memorias da Academia Real das Sciencias,* tomo XII, parte I. Lisboa, 1837 *(Erros historicos-chronologicos de Fr. Bernardo de Brito na Chronica de Cister, correctos em 1834,* por

António de Almeida); *Noticias de Portugal*, por Manuel Severim de Faria, Lisboa, 1655; *(Elogio do Doutor Fr. Bernardo de Brito, Religioso de Cister e Chronista-mór)*; na reimpressão da *Monarchia Lusitana* de 1806 a sua *Vida* por D. António da Visitação Freire de Carvalho, tomo I; *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, vol. VIII. *(Memoria de algumas particularidades que se podem accrescentar ao que havia publicado sobre a sua vida...* por Fr. Fortunato de S. Boaventura); *Historia Chronologica e Critica d'Alcobaça*, por Fr. Fortunato de S. Boaventura, tit. II, cap. 5.º e tit. III, cap. 13.º e 14.º; José Maria Costa e Silva — *Ensaio biographico e critico.* Tomo VI; José Barbosa Canais de Figueiredo Castelo Branco — *Estudos biographicos ou noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes á Bibliotheca Nacional de Lisboa.* Lisboa, 1854. Veja-se no *Diccionario Bibliographico*, de Inocêncio, vol. I, outros autores que se lhe referem.

Fr. António Brandão — *Terceira parte da* Monarchia Lusitana, *que contem a Historia de Portugal desd'o Conde D. Henrique até todo o reinado d'El Rei D. Affonso Henriques.* Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1632; 2.ª ed., 1690; 3.ª, 1806.

Quarta parte da «Monarchia Lusitana», que contém a Historia de Portugal desd'o tempo d'El-Rei D. Sancho I até todo o reinado d'Elrei D. Affonso III. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1632; Lisboa, 1725.

Sôbre Fr. António Brandão veja-se: *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias,* tomo VIII, parte 2.ª, Lisboa, 1823. *(Memória sôbre a vida do cronista-mór Fr. António Brandão, e o que se pode acrescentar ao catálogo dos seus escritos, que vêm na Biblioteca Lusitana).*

Fr. Francisco Brandão — *Quinta parte da «Monarchia Lusitana», que contém a historia dos primeiros vinte e tres annos d'el-rei D. Diniz.* Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1650; Lisboa, 1752.

Sexta parte da «Monarchia Lusitana», que contém a historia dos ultimos vinte e tres annos d'el-rei D. Diniz. Lisboa, 1672; Lisboa, 1751.

Discurso gratulatorio sobre o dia da felice restituição e acclamação da magestade d'elrei D. João IV, nosso senhor. Lisboa, por Lourenço de Anvers. s/d. (1642?); *Conselho e voto da senhora D. Filippa, filha do infante D. Pedro, sôbre as terçarias e guerras de Castella. Com uma breve noticia desta princeza.* Lisboa, por Lourenço de Anvers. 1643; *Oração funebre nas exequias do serenissimo infante D. Duarte, recitada no real convento de Sancta Maria d'Alcobaça.* Lisboa, 1650; *Relação do assassinio intentado por Castella contra a magestade d'el-rei D. João IV, impedido miraculosamente.* Lisboa, 1647.

Sôbre Fr. Francisco Brandão veja-se a *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias,* 1.ª série, tomo X, parte I. Lisboa, 1872 *(Memoria do que se pode accrescentar ao que corre impresso na «Bibliotheca Lusitana» sobre a vida e escriptos do chronista-mór Fr. Francisco Brandão).*

Rafael de Jesus — *Monarchia Lusitana. Parte septima. Contém a vida d'el-rei D. Affonso IV, por excellencio o Bravo.* Lisboa. Impressão de António Craesbeeck de Melo, 1683.

Castrioto Lusitano; Parte I. Entrepreza e restauração de Pernambuco, e das capitanias confinantes, varios e bellicosos successos entre portugueses e belgas, acontecidos pelo discurso de 24 annos, e tirados de noticias, relações e memorias certas, offerecidas a João Fernandes Vieira, Castrioto Lusitano. Lisboa, 1679; Outra ed. (deturpada). Paris, 1844.

Fr. Luís de Sousa — *Vida de Dom Frei Bartholomeu dos Martyres e da Ordē dos Prégadores, arcebispo e senhor de Braga, primaz das Hespanhas. Repartida em seis livros, com a solenidade da sua trasladação. Por Frei Luiz Cacegas... Reformada em estylo & ordem & ampliada em successos & particularidades...* Viana, por Nicolau Carvalho, 1619; Paris, 1760; Lisboa, 1763; Lisboa, 1785; Lisboa, 1818; Lisboa, 1842-1843; Lisboa, 1850; Lisboa, 1857.

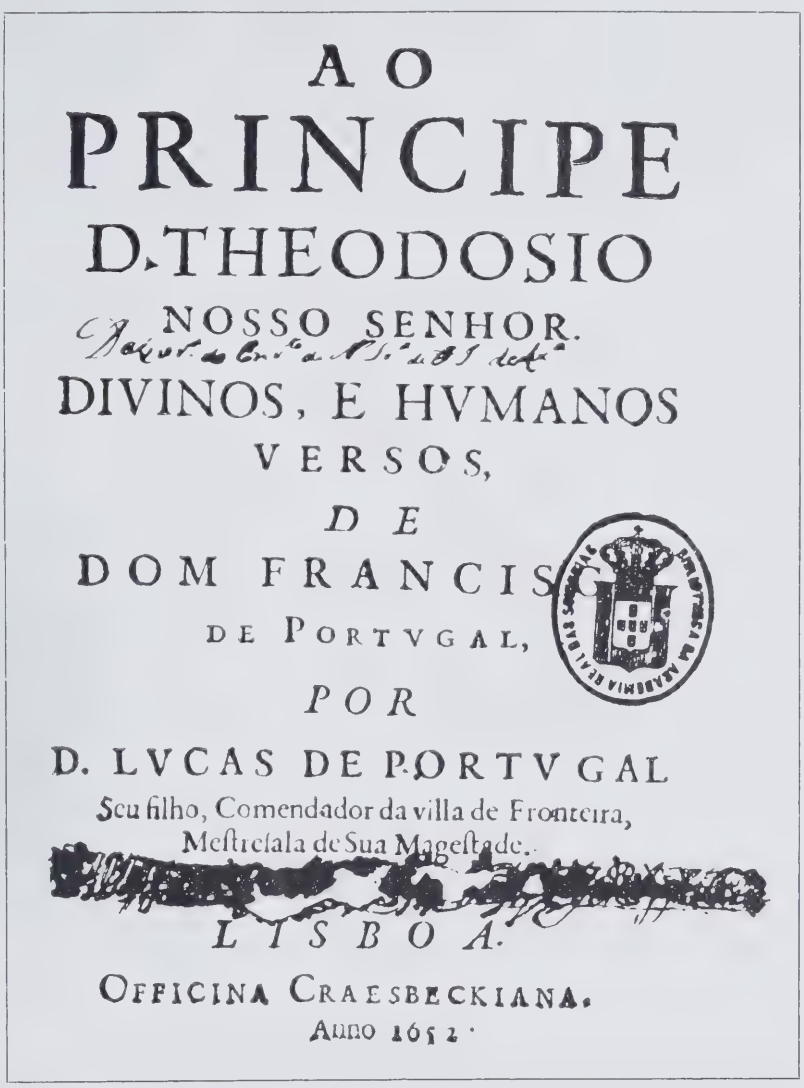
Primeira parte da Historia de S. Domingos, particular do reino e conquistas de Portugal, por Fr. Luís de Cacegas, da mesma ordem e provincia, e chronista d'ella. Reformada em estylo e ordem, e ampliada em successos e particularidades, etc. Benfica, por Giraldo de Vinha, 1623. II parte. Lisboa, 1662. III parte. Lisboa, 1678. Continuou-a Fr. Lucas de Santa Catarina. (Lisboa, 1733). 2.ª ed. Lisboa, 1767; Lisboa, 1866.

Annaes d'el-rei D. João terceiro. Lisboa, 1846. (Pub. por Alexandre Herculano).

Vida do beato Henrique Suso... Traduzida de Aleman em Latim por Lourenço Surio, Cartusiano, anno do Senhor 1555. E de Latim em Portuguez por Manuel de Sousa Coutinho... Lisboa, 1642; Lisboa, 1662; Lisboa, 1764; Coímbra, 1836.

A *Vida de Fr. Bartholomeu dos Martyres* foi traduzida em francês, Paris, 1663; 1679 (trad. de Isaac L. Maitre de Sacy), Paris, 1825 id. Em italiano, em Roma, 1727-1728. Em espanhol, em Madrid, 1727.

Sôbre Fr. Luís de Sousa, pode ver-se: *Obras* de José Caetano de Mesquita e Quadros. 1.º vol. Lisboa, 1794


AO
PRINCIPE
D. THEODOSIO
NOSSO SENHOR.
DIVINOS, E HVMANOS
VERSOS,
DE
DOM FRANCISCO
DE PORTVGAL,
POR
D. LVCAS DE PORTVGAL
Seu filho, Comendador da villa de Fronteira,
Mestre sala de Sua Magestade.
LISBOA.
OFFICINA CRAESBECKIANA.
Anno 1652.

A primeira edição dos *Divinos e humanos versos*, de D. Francisco de Portugal. Lisboa, 1652

RAMALHETE
JUVENIL,
Pelo Licenciado
MANOEL TAVARES
CAVALLEYRO

RAMALHETE
JVVENIL,
Pelo Licenciado
MANOEL TAVARES
CAVALLEYRO.

LISBOA,
Na Officina de MIGUEL DESLANDES
Impreſſor de Sua Mageſtade.
Com todas as licenças neceſſarias. Anno 1687.

O *Ramalhete Juvenil* do médico-poeta Manuel Tavares Cavaleiro. Ante-rosto (com o brasão de armas da família do autor) e rosto. (Vidé o 1.º vol. das *Impressões deslandesianas*, por Xavier da Cunha

(Vida do Padre Fr. Luiz de Sousa e juizo sobre os seus escriptos); Obras de D. Francisco Alexandre Lobo. Lisboa, 1849 *(Memoria historica e critica acerca de Fr. Luiz de Sousa).* Tomo 2.º; *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias,* vol. 6.º, páginas 218-222. Coimbra, 1913. Henrique Lopes de Mendonça — *Os «Sucessos de Arzila» e Fr. Luiz de Sousa); A Aguia,* vol. 7.º. Pôrto, 1915. Jaime Cortesão — *Fr. Luiz de Sousa (estudo sobre a sua vida e estylo);* Alexandre Herculano — *Annaes de D. João III,* 1844; *Album do Gremio Litterario Portuguez do Rio de Janeiro* (1858, art.º de Reinaldo Carlos); *Panorama,* 1843; *Diccionário da Academia; Ilustração Popular,* vol. II (1868, art.º de Joaquim F. S. Firmo); *Gazeta literária do Pôrto* (1868 — n.º 11, art.º de Camilo Castelo Branco).

MANUEL DE FARIA E SOUSA: *Epitome de las Historias portuguesas.* Tomo 1.º e 2.º. Madrid, 1628; Lisboa, 1663; Lisboa, 1673-4; Bruxelas, 1677; Bruxelas, 1730 (com o título *Historia del Reyno de Portugal, dividida en cinco partes).* Também desta edição há exemplares com frontispício. — Anvers, 1730. Há tradução em francês. Amsterdão, 1714. — *Asia portuguesa.* Tomo I, Lisboa, 1663; tomo II, Lisboa, 1674; tomo III, Lisboa, 1675. O tomo 1.º foi reimpresso em Lisboa em 1703. Traduzida em inglês. Londres, 1694-95, 3 tomos. *África portuguesa.* Tomo único. Lisboa, 1681. Faria e Sousa publicou o *Imperio de la China do P.e Alvaro Semedo,* em Madrid em 1642. Foi reimpresso em Lisboa em 1731, e traduzido em francês, italiano, inglês, etc.

LAVRA
DE
ANFRISO
Pello Lecenciado Manoel da Veiga,
DIRIGIDA AO EXCELLENTISSIMO
Principe o ſenhor Dom Duarte,
Com licenças, & Priuilegio. Em Euora por Manoel Carualho Impreſſor da Vniuerſidade. Anno 1617.

A RARA *Lavra de Anfriso,* de Manuel da Veiga

Sôbre Manuel de Faria e Sousa veja-se *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, relacion de su vida, y catalogo de sus escritos...* por D. Francisco Moreno Porcel. Madrid, 1650; 2.ª ed. Lisboa 1733; Costa e Silva — *Ensaio biográfico e crítico;* V.e de Juromenha — *Obras de Camões; Círculo Camoneano.* Pôrto, 1889-92 (art.º de Camilo Castelo Branco — *Manuel de Faria e Sousa).*

JACINTO FREIRE DE ANDRADE: — *Vida de D. João de Castro, quarto viso-rei da India.* Lisboa, na oficina Craesbeeckiana, 1651; 2.ª ed., Lisboa, 1671; 3.ª ed., Lisboa, 1703; 4.ª ed., Lisboa, 1722; 5.ª ed., Lisboa, 1736; Lisboa, 1747; Paris, 1759; Paris, 1779; Lisboa, 1786; Lisboa, 1798; Madrid, 1802; Lisboa, 1804; Madrid, 1804; Paris, 1818; Lisboa, 1815; Lisboa, 1822; Lisboa, 1834; Lisboa, 1835; Paris, 1837; Lisboa, 1839; Pernambuco, 1844.

Há tradução em latim, Roma, 1727, e Roma, 1752; e em inglês, Londres, 1664.

Portugal restaurado. S. l. n. d.

Sôbre Jacinto Freire de Andrade, veja-se: Fr. Domingos Teixeira — *Vida de Gomes Freire de Andrade,* tomo II;

Obras, do bispo de Viseu, tomo I, pág. 302; José Maria da Costa e Silva — *Ensaio biographico e critico*, vol. VI; P. Francisco José Freire — *Reflexões sobre a lingua portuguesa; Dicionario da Academia; Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*. Lisboa, 1854. *(Memoria sobre alguns reparos que se podem fazer á biographia e aos meritos de Jacinto Freire de Andrade).*

JERÓNIMO DE MENDONÇA: — *Jornada de Africa. Composta por Hieronymo de Mendonça, natural da cidade do Porto: em a qual se responde a Jeronimo Franqui, & outros, & se trata do successo da batalha, catiueiro, & dos que nella padecerão por não serem Mouros, com outras cousas dignas de notar.* Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1607; Lisboa, 1785 (Ed. de Bento José de Sousa Farinha); Lisboa, 1904 (Edição da Biblioteca dos Clássicos Portugueses). Traduzida em latim e em francês. (Paris, 1680).

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO — (Veja bibliografia a pág. 154).

D. LUÍS DE MENEZES, 3.º conde da Ericeira: — *Historia de Portugal Restaurado*. Tomo I. Lisboa, 1679; 2.ª edição. Lisboa, 1710. Tomo II. Lisboa, 1698.

Nova edição, as 2 partes em 4 tomos. Lisboa, 1751. 4 vols. 3.ª ed. Lisboa, 1759, 4 vols.

Compendio panegyrico da vida e acções do ex.mo Luis Alvares de Tavora... Lisboa, 1674. — *Relação do felice successo que conseguiram as armas do serenissimo Principe D. Pedro, nosso senhor, governadas por Francisco de Tavora, governador e capitão general do reino de Angola, contra a rebelião de M. João, rei das Pedras e Longa, no mês de Dezembro de 1671.* Lisboa. S/d. n. n. A.

Tem também uma obra em castelhano com o título *Exemplar de virtudes morales en la vida de Jorge Castrioto... offrecido a la illustre jubentud portuguesa.* Lisboa, 1688.

D. MANUEL DE MENEZES: — *Relação do successo e batalhas que teve com a nau S. Julião, com a qual, sendo capitão mór d'aquella viagem, se perdeu na ilha de Comero, alem de Madagascar ou S. Lourenço, no anno de 1616.* (Não há notícia de exemplares). — *Relacion de la armada de Portugal...* Lisboa, 1627. Na *Revista trimensal* do Inst. Hist. do Brasil fêz Varnhagen publicar a sua *Recuperação da cidade do Salvador*, cujo original está em Madrid.

MANUEL SEVERIM DE FARIA: — *Discursos varios politicos.* Évora, por Manuel Carvalho, 1624; 2.ª ed., Lisboa, 1791.

Notícias de Portugal. Lisboa, na Of. Craesbeeckiana, s/d.; Lisboa. Ed. acrescentada por D. José Barbosa, 1740; 3.ª ed., Lisboa, 1791. — *Relação universal do que succedeu em Portugal e mais provincias do Occidente e Oriente, desde o mez de Março de 625 até todo o Septembro de 626. Contem muitas particularidades e curiosidades.* Lisboa, 1626. — *Relação do que succedeu em Portugal, e nas mais provincias do Occidente e Oriente, desde Março de 626 até Agosto de 627.* Braga, 1627.

Triumpho Lusitano. livro curioso para o estudo dos usos e costumes do século XVII

Sôbre Manuel Severim de Faria, veja-se: — *Notícias de Portugal*, edição de 1740; *Revista Litteraria do Porto*, tomo III, (art.º de J. H. da C. Rivara); Freire — *Reflexões sôbre a língua Portuguesa; Dicionário da Academia.*

D. RODRIGO DA CUNHA: — *Catalogo e historia dos Bispos do Porto.* Pôrto, 1623; 2.ª edição. Pôrto, 1742. — *Primeira parte da Historia ecclesiastica dos Arcebispos de Braga e dos Sanctos e varões illustres que floreceram n'este arcebispado.* Braga, 1634-1635. — *Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa, vida e acções de seus prelados, e varões eminentes em sanctidade que n'ella floreceram.* Lisboa, 1642.

Sôbre D. Rodrigo da Cunha, veja-se João Pedro Ribeiro — *Observações Diplomaticas* e *Dissertações chronologicas*, e Fr. António da Purificação na *Chronica dos Ermitas de Sancto Agostinho.*

P.e BALTASAR TELES: — *Chronica da Companhia de Jesu, na Provincia de Portugal; e do que fizeram, nas Conquistas deste Reyno, os Religiosos, que na mesma Provincia entraram nos annos em que viveo S. Ignacio de Loyola, nosso fundador. Primeira Parte, na qual se contem os principios desta Provincia, no tempo em que a fundou & governou o P. M. Simão Rodrigues.* Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1645. Parte II. Lisboa, 1647.

Historia geral da Ethiopia, a Alta, ou Preste João, e do que n'ella obraram os Padres da Companhia de Jesus, composta na mesma Ethiopia pelo P. Manuel de Almeida, natural de Viseu. Coimbra, por Manuel Dias, 1660. Foi traduzida em francês. Paris, 1674.

JORGE CARDOSO: — *Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varões illustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas.* Lisboa, 1652, 1659, 1666. Saíu o tomo IV de D. António Caetano de Sousa. — *Officio menor dos Sanctos de Portugal...* Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1629. — *Relação da fundação do convento da Madre de Deus, de religiosas franciscanas, situado fora dos muros de Lisboa.* Lisboa, 1629.

FRANCISCO DE BRITO FREIRE: — *Nova Lusitania. Historia da guerra brasilica.* Lisboa, por João Galrão, 1675. — *Relação da viagem que fez ao Brasil a armada da Companhia, anno de 1655.* Lisboa, 1657.

Sôbre Brito Freire, veja-se o *Ensaio da Historia Litteraria de Portugal*, por Francisco Freire de Carvalho.

D. FERNANDO DE MENEZES, 2.º Conde de Ericeira: — *Vida e acções d'elrey Dom João I.* Lisboa, 1677.

Historia de Tangere que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até a sua ruina. Lisboa, 1732.

FR. ANTÓNIO DA ENCARNAÇÃO: — *Relações summarias de alguns serviços que fizeram a Deus e a estes Reinos os Religiosos Dominicos nas partes da India Oriental n'estes annos proximos passados.* Lisboa, 1635. (São 3 Relações, das quais a 1.ª é de Fr. António da Encarnação). — *Breve Relação das cousas que n'estes annos proximos fizeram os Religiosos da Ordem dos Prégadores, e dos prodigios que succederam nas christandades do sul, que correm por sua conta na India Oriental.* Lisboa, 1665.

Fr. António da Encarnação aditou a *Historia de S. Do-*

BRADOS
DO
DESENGANO
CONTRA O PROFUNDO
Sono do Eſquecimento.
Em tres hiſtorias exemplares para melhor conhecerſe o pouco, que duraõ as vaidades do mundo, e poder das divinas inſpiraçoens,
ESCRITAS
POR
LEONARDA GIL
DA GAMA,
Natural da Serra de Cintra.
I. PARTE.

LISBOA:
Na Officina de DOMINGOS RODRIGUES;
Anno de M.DCCXLIX.
Com todas as licenças neceſſarias.
Vende-ſe em caſa de Luiz de Moraes mercador de livros morador na praça da palha, e à ſua cuſta impreſſo.

ROSTOS DO PRIMEIRO E SEGUNDO VOLUME da obra de D. Madalena da Glória, *Brados do Desengano*, publicados sob o pseudónimo de Leonarda Gil da Gama. À frente da obra veem vários louvores em verso, destacando-se a seguinte composição:

Em louvor da Senhora Leonarda Gil da Gama tendo eſcrito o livro da vida de Santa Roſa de Lima, e agora novamente imprimindo os Brados do deſengano contra o profundo ſono do eſquecimento.

EPILOGO

Quem he que louvores guarda?
Leonarda
Em habito mulheril? Gil
E donde lhe vem a fama? Da
Gama.

Logo com razão ſe acclama,
Mais que Minerva, e Bellona,
Digna de louvores Dona
Leonarda Gil da Gama.

O rosto do 1.º vol. é a preto e o do 2.º a preto e vermelho.

BRADOS
DO
DESENGANO
CONTRA O PROFUNDO
Sono do Eſquecimento.
II. PARTE.
ESCRITA
POR
LEONARDA GIL
DA GAMA,
Natural da Serra de Cintra.

LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina da Muſica, e da Sagrada Religiaõ de Malta, debaixo da protecçaõ dos Patriarchas S. Domingos, e S. Franciſco.
M. DCC. XXXIX,
Com todas as licenças neceſſarias, e Privilegio Real.

mingos, de Fr. Luís de Sousa, e escreveu a sua *Vida*, que vem no começo da parte II da dita obra.

ÁLVARO PIRES DE TÁVORA: — *Historia de Varoens illustres do appellido Tavora, continuada em os senhores da casa e morgado de Caparica, com a relaçam de todos os successos publicos deste Reyno e suas Conquistas desde o tempo do Senhor Rey D. Joam Terceiro a esta parte... Noticia de Cazamentos, Guerras e Pazes...* Paris, 1648. (Saíu póstuma, e parece que nela colaborou D. Francisco Manuel de Melo).

ENTRE os historiadores do séc. XVII ocupam um lugar à parte os três monges do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, que meteram ombros ao grandioso projecto de imortalizar a nação portuguesa, escrevendo a sua história, emprêsa tanto mais digna de louvor quanto foi iniciada durante a dominação filipina. É muito desigual o mérito da *Monarquia Lusitana*. O critério histórico, as qualidades literárias dos diferentes autores dessa obra, variam profundamente. Mas especialmente os dois primeiros merecem o nosso reconhecimento, pela sua patriótica intenção.

FR. BERNARDO DE BRITO, no século Baltasar de Brito e Andrade, nasceu na vila de Almeida, a 20 de Agôsto de 1569. Era filho do capitão Pedro Cardoso de Andrade e de sua mulher, D. Maria de Brito. Filipe II, depois de jurado nas Côrtes de Tomar, como não tinha plena confiança na fidelidade dos novos subditos, ao mesmo passo que mantinha guarnições espanholas em Portugal, enviava algumas das nossas melhores tropas para os seus domínios na Flandres e na Itália. Assim sucedeu com Pedro Cardoso de Andrade, que em 1582 ou 1583 mandou ir o filho para a Itália, naturalmente para seguir a profissão paterna. Tendo

A PRECIOSA,
ALLEGORIA
MORAL,
OFFERECIDA
A EXCELLENTISSIMA SENHORA
D. MARIA ANNA
DAS ESTRELLAS,
Religioſa no Moſteiro da Eſperança de Lisboa,
e publicada por
D. JAYME DE LA TE E SAGAU,
Cavalleiro da Ordem de Saõ Tiago.
SUA AUTHORA
A MADRE MARINA
CLEMENCIA,
Religioſa de Saõ Franciſco no Moſteiro da Ilha de Saõ Miguel.
LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina da MUSICA.
Anno de M.DCC.XXXI.
Com todas as licenças neceſſarias
Vende-ſe na meſma Officina.

UMA DAS RARAS OBRAS da escritora seiscentista Maria do Céu, *A Preciosa allegoria*, publicada com o seu pseudónimo Marina Clemência

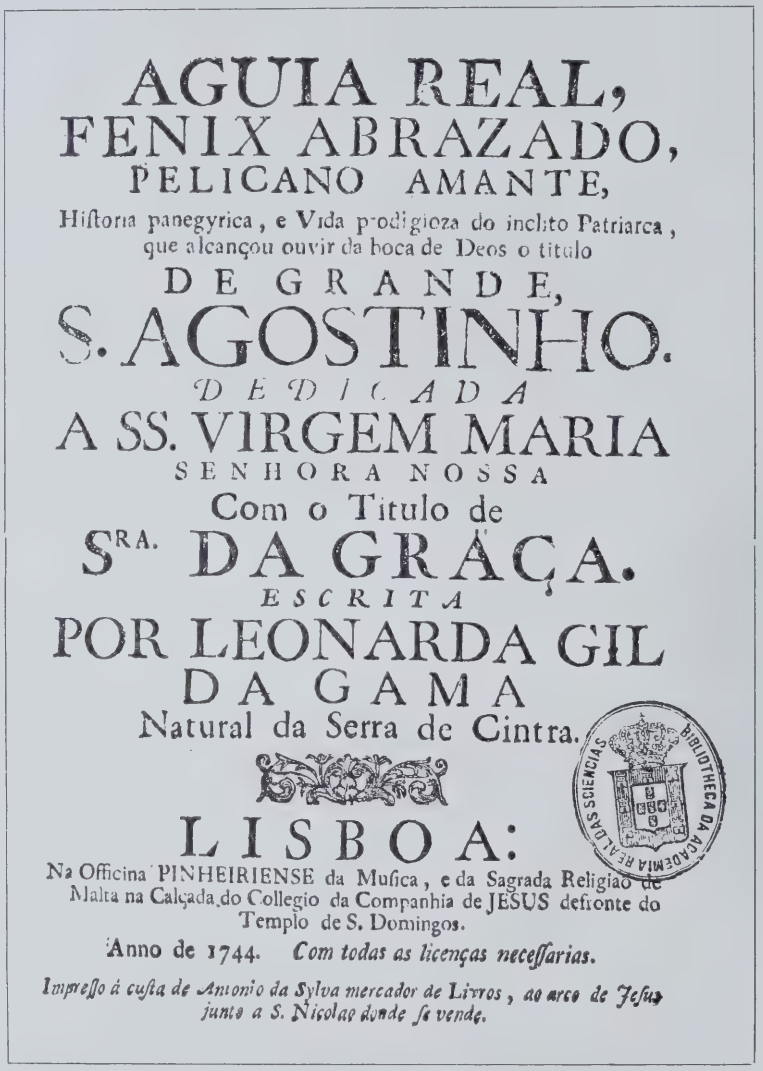
efectuado estudos em Roma e em Florença, alguns anos depois regressou Baltasar de Brito e Andrade ao país natal; e mais propenso à quietação do cláustro do que ao estrépito das armas, professou no mosteiro de Alcobaça, tomando o nome de Fr. Bernardo de Brito. Além das línguas clássicas, conhecia bem o italiano, o francês e o espanhol — que em criança aprendera — o que lhe proporcionava os meios de obter, em laboriosas leituras, aquela erudição, que infelizmente pouco contribuíu para a sua fama de historiador, mercê dos processos que usou e da lamentável falta de crítica, que revela tôda a sua obra.

Rosto (a vermelho e preto) do *Reino de Babylonia* e gravura de Debric, que o antecede

No *Prólogo* da Primeira Parte da *Monarquia Lusitana*, publicada em 1597, sob o título *Parte primeira, que contém as historias de Portugal desde a criação do mundo té o nascimento de nosso sñor Jesu Christo*, diz Fr. Bernardo de Brito que desde os dôze anos lhe não saíam da mão livros de Histórias, e com os anos lhe crescera a vontade de escrever uma História geral da sua pátria. No sossêgo da opulenta livraria do mosteiro, tôdas as horas que lhe sobravam das suas ocupações essenciais «as gastava em lição perpétua de livros antigos, notando em cada hum delles o que achava tocante aos Lusitanos». Por ordem do abade, Fr. Guilherme da Paixão, matriculou-se na Universidade de Coímbra. Ali continuou as suas leituras e assim se encontrou aos vinte e sete anos de idade, ainda antes de doutorado em Teologia, com o material necessário para empreender a sua obra. Alguns o aconselharam a escrevê-la em latim, outros em castelhano, por ser entendido «em todos os Reynos de Espanha e muitos fora della»; mas Fr. Bernardo de Brito preferiu fazê-lo na língua portuguesa, por não ser inferior à castelhana e não haver outra, na Europa, «mais digna de se estimar pera Historia». Se temos a

Algumas das curiosas gravuras de Debric que acompanham a edição do *Reino de Babylonia*

louvá-lo por isso, o mesmo não diremos da obra. Como Estevan de Garibay principiara no Dilúvio universal o seu *Compendio historial de las Chronicas y universal Historia de todos los reynos de España*, publicado em 1571, Fr. Bernardo de Brito dá começo à *Monarquia Lusitana* com a criação do mundo. Aos escritores mais fabulosos, qual Annio de Viterbo, tristemente celebrado pelas suas falsificações de textos antigos, foi êle buscar numerosos factos, que aponta como verdadeiros. Para as antiguïdades da Lusitânia, baseou-se principalmente num manuscrito existente no arquivo do mosteiro, escrito por Laymundo Ortega em 878, que se não é da autoria do próprio Fr. Bernardo de Brito — pois Fr. Amador Arrais já o aponta num dos seus *Diálogos*, cujo aparecimento data de 1589 — com certeza saíu dessa fábrica de manuscritos e documentos falsos, que por êsse tempo foi o convento de Alcobaça. Desde Tubal, neto de Noé, que em pequenas fustas veio, com sua família, a esta parte ocidental da Europa, e aqui fundou a cidade de Setúbal; de seu filho Ibero, que deu nome à Península, onde reinou, e de seu neto Brigo, a quem se deve a fundação de Cetobriga, Conimbriga e Brigância: tôdas as fantasias, tôdas as fábulas, as lendas mais absurdas, como a vinda de Hércules líbico, filho de Osiris umas vezes e outras de Júpiter, e de seu neto Hispano, que deu novo nome à Ibéria, a vinda de Baco, a vinda de Ulisses, tudo se encontra nesse quimérico e mitológico romance, que é a Primeira Parte da *Monarquia Lusitana*.


AGUIA REAL,
FENIX ABRAZADO,
PELICANO AMANTE,
Hiſtoria panegyrica, e Vida prodigioza do inclito Patriarca,
que alcançou ouvir da boca de Deos o titulo
DE GRANDE,
S. AGOSTINHO.
DEDICADA
A SS. VIRGEM MARIA
SENHORA NOSSA
Com o Titulo de
SRA. DA GRAÇA.
ESCRITA
POR LEONARDA GIL
DA GAMA
Natural da Serra de Cintra.
LISBOA:
Na Officina PINHEIRIENSE da Muſica, e da Sagrada Religião de
Malta na Calçada do Collegio da Companhia de JESUS defronte do
Templo de S. Domingos.
Anno de 1744. Com todas as licenças neceſſarias.
Impreſſo á cuſta de Antonio da Sylva mercador de Livros, ao arco de Jeſus
junto a S. Nicolao donde ſe vende.
BIBLIOTHECA DA academia real das sciencias

Outra das obras de Leonarda Gil da Gama, saída no ano de 1744

Mas na Segunda Parte, publicada em 1609, que vai até à presença do conde D. Henrique na côrte de Afonso VI, como na Primeira Parte da *Crónica de Cister*, que já aparecera em 1602, Fr. Bernardo de Brito não pode ser acusado apenas de nímia boa fé, de falho de critério histórico. Se não foi autor, foi cúmplice na fabricação de vários documentos, cujo fim visava, aliás, a realçar Portugal, ou a dar mais importância e lustre à congregação a que pertencia. Relembrar o que êste reino fôra, até à perda da sua independência, como êle fêz nos *Elogios dos Reis de Portugal* (Lisboa, 1603), era trabalhar em prol da pátria, agora sujeita a um monarca estrangeiro.

Parece que êste espírito patriótico o não acompanhou, porém, até à morte. Cronista geral da sua Ordem, ainda antes de publicada a Primeira Parte da *Monarquia Lusitana*, em 1616 nomeou-o Filipe III cronista-mor do reino, por morte de Francisco de Andrade. Havia cinco anos que Fr. Bernardo de Brito vivia em Madrid, para onde partira em 1611. Foi durante êste período, seduzido pelas atracções da côrte, que o afamado monge cisterciense escreveu, em castelhano, o seu infeliz *Disfraz de Amor*, para provar o direito que Filipe II tinha à corôa portuguesa. Não chegou essa obra a publicar-se; mas devia fortemente contribuir para que lhe fôsse dado o cargo de cronista-mor, de preferência a Diogo de Paiva de Andrade, filho do falecido cronista, que muito o pretendia. Diogo de Paiva é que se não conformou com a preterição; e no mesmo ano publicou um livro, *Exame de Antiguïdades*, pondo em relêvo os êrros históricos da Primeira Parte da *Monarquia Lusitana*. Não o inspirou, na sua crítica, o simples amor da verdade, mas um irritado despeito; a posteridade, porém, confirmou e até alargou o seu juízo (1).

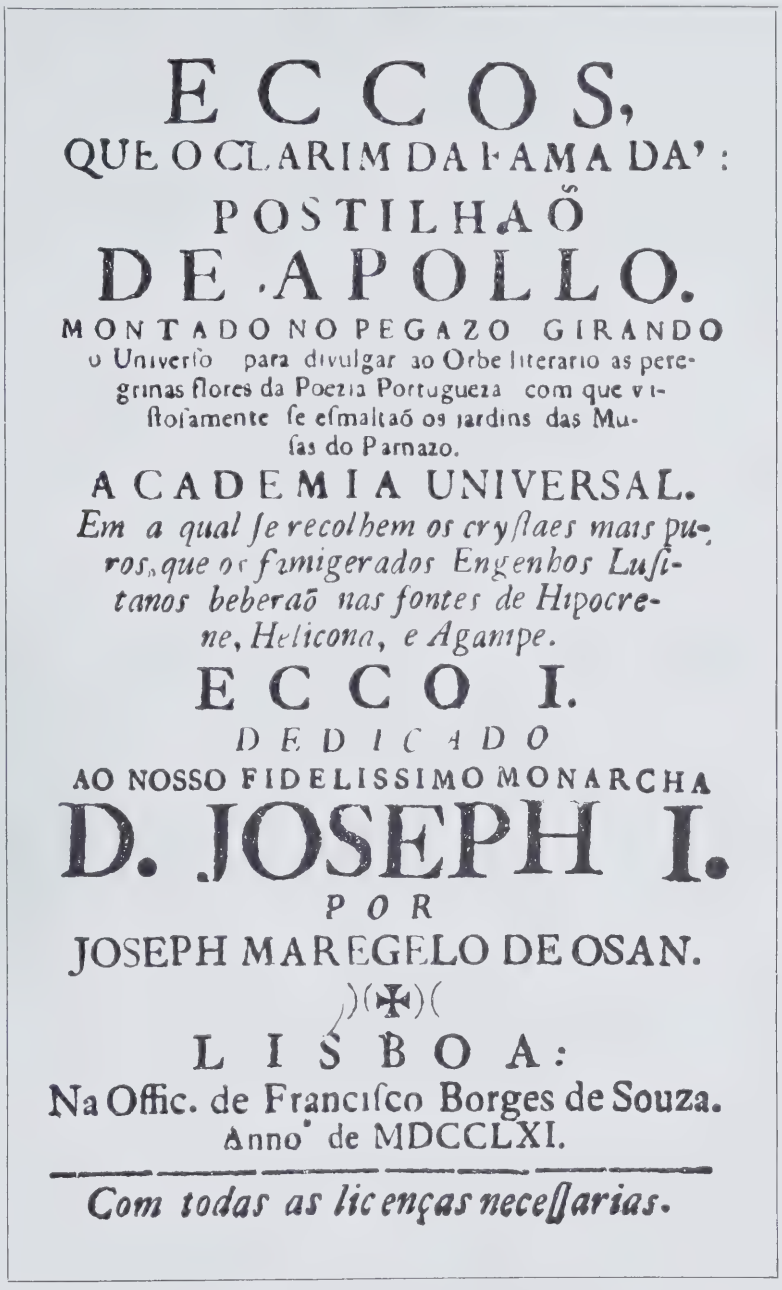
Logo que foi nomeado cronista-mór, incumbiu-lhe o Govêrno um trabalho que devia prevalecer sôbre todos os outros: a *Crónica de El-Rei D. Sebastião*. Consagrou-se Fr. Bernardo de Brito a essa história, que levou até à embaixada de D. João de Borja, em Dezembro de 1569. O manuscrito, se já estava definitivamente redigido, e não apenas em cotas e apontamentos, perdeu-se.

Repetidas vezes lhe ofereceram uma cadeira episcopal nos domínios ultramarinos; mas Fr. Bernardo de Brito nunca quís trocar o sossêgo da sua cela pelas vaidades duma alta situação eclesiástica. Obrigado, por falta de saúde, a recolher a Portugal, a jornada agravou-lhe a doença; e pouco depois de haver chegado a Almeida, em 27 de Fevereiro de 1617, falecia o iniciador da *Monarquia Lusitana*. Sepultado no mosteiro de Santa Maria de Aguiar,

(1) Em 1620, o monge cisterciense, Fr. Bernardino da Silva, respondeu a Diogo de Paiva de Andrade, publicando a Primeira Parte da sua *Defensão da Monarquia Lusitana*; e sete anos depois apareceu a Segunda. A-pesar de Fr. Fortunato de S. Boaventura considerar essa calorosa apologia de Fr. Bernardo de Brito como a esmagadora derrota do seu atrevido censor, ninguém hoje poderá tomar a sério o celebrado cronista alcobacense.

em Castelo Rodrigo, o seu cadáver foi posteriormente trasladado para Alcobaça.

Se Fr. Bernardo de Brito se não recomenda como historiador, salva-se como estilista. A sua linguagem é vernácula e correcta; mas geralmente fria, estirada, prolixa, aqui e além inflada com os hiperbólicos exageros do culteranismo, que então imperava. Já na obra da sua mocidade, *Silvia de Lizardo*, colecção de poesias em português e castelhano, a par de belos sonetos, outros há desfigurados na sua simplicidade e clareza, pelo afectado preciosismo e pedantismo da época.



ECCOS,
QUE O CLARIM DA FAMA DA':
POSTILHAÕ
DE APOLLO.
MONTADO NO PEGAZO GIRANDO
o Univerſo para divulgar ao Orbe literario as peregrinas flores da Poezia Portugueza com que vitoſamente ſe eſmaltaõ os jardins das Muſas do Parnazo.
ACADEMIA UNIVERSAL.
Em a qual ſe recolhem os cryſtaes mais puros, que os famigerados Engenhos Luſitanos beberaõ nas fontes de Hipocrene, Helicona, e Agampe.
ECCO I.
DEDICADO
AO NOSSO FIDELISSIMO MONARCHA
D. JOSEPH I.
POR
JOSEPH MAREGELO DE OSAN.
)(✠)(
LISBOA:
Na Offic. de Franciſco Borges de Souza.
Anno de MDCCLXI.
Com todas as licenças neceſſarias.

O CELEBRADO *Postilhão de Apollo*, onde se encerram muitas das poesias seiscentistas

Fr. António Brandão oferece um perfeito contraste com o seu predecessor. Muito menos erudito, menos estilista, com uma linguagem correntia e chã, a sua probidade científica levou-o a estudar todos os documentos que encontrou, relativos ao período descrito na Terceira e Quarta Parte da *Monarquia Lusitana*, desde a vinda do Conde D. Henrique à Península até à morte de Afonso III. Êle próprio o diz no *Prólogo* do seu trabalho: «Gastei perto de dez annos em buscar, e ler as doações, privilegios, escrituras, e livros dos principaes archivos das Sés, e Mosteiros deste Reino, e alguns das cidades, e villas delle, e principalmente o cartorio da Torre do Tombo, que he o Archivo Real, e está no castello de Lisboa: e do que colhi com este trabalho, conferindoo com as historias impressas, e manuscritas (de que se não deve admittir cousa alguma sem fazer estas conferencias) teci, e pus em limpo os dous volumes que offereço». Dotado de verdadeira intuição histórica, Fr. António Brandão lançou os fundamentos do magestoso edifício que, dois séculos depois, devia concluír Alexandre Herculano. Por isso, o grande historiador do período formativo da nacionalidade portuguesa com justiça o reputava *judicioso, sincero e crítico*, quanto o permitiam os preconceitos do tempo.

Fr. António Brandão nasceu em Alcobaça, a 25 de Abril de 1584, e aos quinze anos professou no mosteiro da vila. Doutorado em Teologia na Universidade de Coímbra, onde exerceu algum tempo o magistério, foi nomeado cronista-mor do reino, em 1630, na vaga de D. Manuel de Meneses. Dois anos depois publicava a Terceira e Quarta Parte da *Monarquia Lusitana*. Vivia então em Lisboa, como abade do convento de Nossa Senhora do Destêrro; mas eleito geral da sua Ordem, no primeiro de Maio de 1636, regressou a Alcobaça. Aqui faleceu em 27 de Novembro do ano seguinte.

Fr. Francisco Brandão, sobrinho do antecedente e autor da Quinta e Sexta Parte da *Monarquia Lusitana*, publicadas em 1650 e 1672, já depois de restaurada a independência, sucedeu ao tio no cargo de cronista-mór do reino. Natural também da vila de Alcobaça, em cujo mosteiro professou, Fr. Francisco Brandão doutorou-se em Teologia e duas vezes exerceu o generalato da Ordem. Muito estimado na côrte, foi nomeado esmoler-mór; e em 1680, com setenta e nove anos, faleceu no convento do Destêrro, em Lisboa.

A sua obra, que compreende só o reinado de D. Denís, não o coloca na categoria de restaurador da história pátria, que pode atribuir-se ao tio. A linguagem é simples e clara; mas se imitou o exemplo do seu predecessor, procurando basear-se em documentos, não o igualou no espírito crítico.

Fr. Rafael de Jesus é o único, entre os cinco autores da *Monarquia Lusitana*, que não foi monge de Alcobaça. Natural de Guimarãis, aos quinze anos de idade professou na Ordem de S. Bento, tendo atingido altas dignidades, como a de procurador geral e abade de vários mosteiros. Em 1679, publicou o *Castrioto Lusitano*, exaltada narração dos feitos de João Fernandes Vieira, nêsse brilhante episódio da nossa história e da história do Brasil, que terminou pela expulsão dos holandeses, durante mais

O POEMA *El Macabeo* de Miguel da Silveira

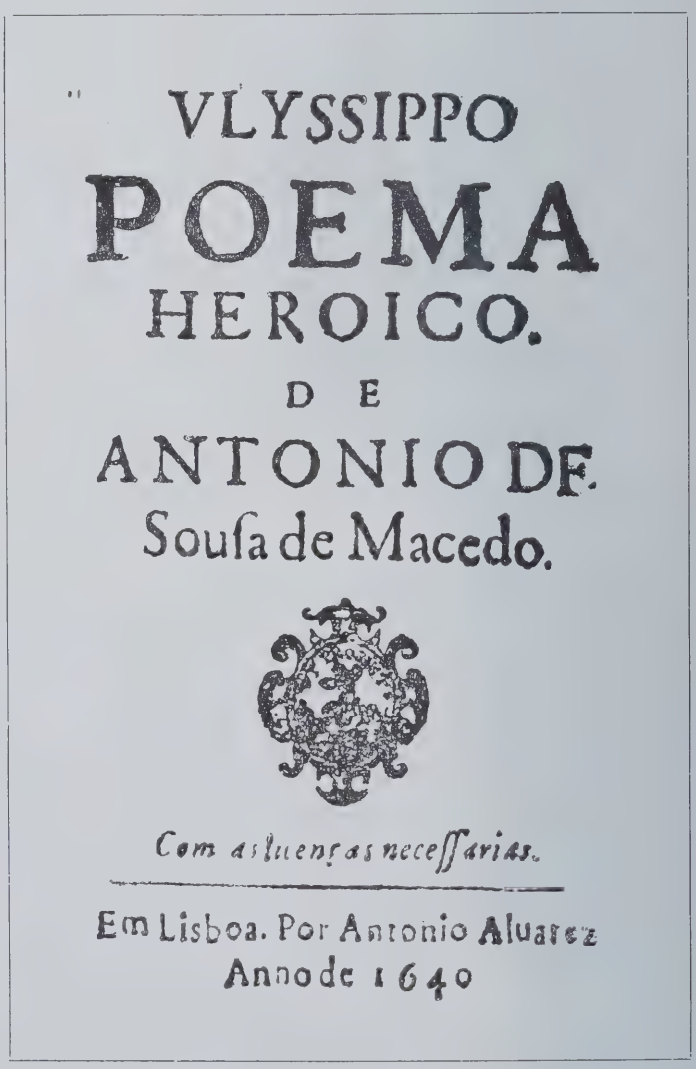
de vinte anos senhores da capitania de Pernambuco. A despeito do seu estilo redundante, artificioso, túrgido de metáforas e ornatos, êsse livro, talvez pelo assunto que versava, deu-lhe fama de historiador ; e em 1681 foi nomeado cronista-mor do reino, na vaga de Fr. Francisco Brandão. Nessa qualidade escreveu Fr. Rafael de Jesus a Sétima Parte da *Monarquia Lusitana*, que trata do reinado de D. Afonso IV. Faleceu em 1693.

Tanto pela linguagem empolada, do mais infeliz gongorismo, como pela falta de qualidades críticas, a sua obra é muito inferior à dos outros colaboradores da *Monarquia Lusitana* (1).

Fr. Luís de Sousa

Manuel de Sousa Coutinho — nome que, antes de professar na Ordem dominicana, tinha Fr. Luís de Sousa — nasceu em Santarém, por volta de 1555. Era filho de Lopo de Sousa Coutinho e de sua mulher, D. Maria de Noronha, ambos de nobre linhagem. É fora de dúvida que estudou Humanidades, pois conhecia bem a língua latina ; mas ignora-se onde recebeu essa educação literária. Entrando com seu irmão mais môço, André de Sousa Coutinho, ao serviço da Ordem de Malta, como noviços, em fins de 1576 ou princípios de 1577, navegavam no Mediterrâneo, em uma galé maltesa, que foi apresada por várias galés argelinas. Cativos em Argel, decorridos alguns meses, conseguiu Manuel de Sousa Coutinho lhe fôsse permitido vir a Portugal para obter o preço do seu resgate e do resgate do irmão, que ficava em penhor do seu regresso.

Dirigindo-se a Espanha, desembarcou em Valência ; e aqui se relacionou ìntimamente com o comendador de Malta, Jaime Falcó, matemático e poeta distinto, que exerceu acentuada influência no seu espírito. Cêrca dum ano se conservou Manuel de Sousa em Valência, até conseguir a soma necessária para os resgates ; e já estava de volta, quando àquela cidade chegou a notícia da derrota de Alcácer-Quibir. Diogo Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, diz que Manuel de Sousa Coutinho contraíra em Argel *tão estreita amisade* com Miguel de Cervantes Saavedra, que ao nosso ilustre compatriota êle se refere expressamente, na sua última novela, *Trabajos de Persiles y Segismunda*. É certo que na referida obra há uma passagem, em que figura o remador dum barco, português de nação, nobre, rico, natural de Lisboa, com o nome de Manuel de Sousa Coutinho. Mas basta ler êsse trecho para se concluír que há apenas identidade de nomes, pois o episódio amoroso, que nêle se descreve, nem de perto, nem de longe se relaciona com a vida do verdadeiro Manuel de Sousa Coutinho. Se os dois se conheceram em Argel, como é natural, pois Cervantes ali esteve cativo pela mesma época, o glorioso autor do *D. Quixote* lembrar-se-ia apenas do nome do seu companheiro para o dar a um cavaleiro português, tão enamorado, que morre de puro amor. A afirmação de Barbosa Machado, inferindo dessa passagem que os ligava muito


VLYSSIPPO
POEMA
HEROICO.
DE
ANTONIO DE
Souſa de Macedo.
Com as licenças neceſſarias.
Em Lisboa. Por Antonio Aluarez
Anno de 1640

O RARO POEMA de António de Sousa de Macedo. (No ano da Independência de Portugal)

(1) O último dêsses colaboradores, Fr. Manuel dos Santos, já pertence ao século XVIII.

MALACA
CONQVISTADA
POEMA HEROICO
POR FRANCISCO DE SAA
DE MENEZES.

ANTIGAMENTE
Impresso: agora reformado.

OFERECIDO
A Real Mageſtade de el Rey Dom
AFFONSO VI.
Noſſo Senhor.

EM LISBOA
Com todas as licenças neceſſarias

Por Paulo Craesbeeck, anno 1658.

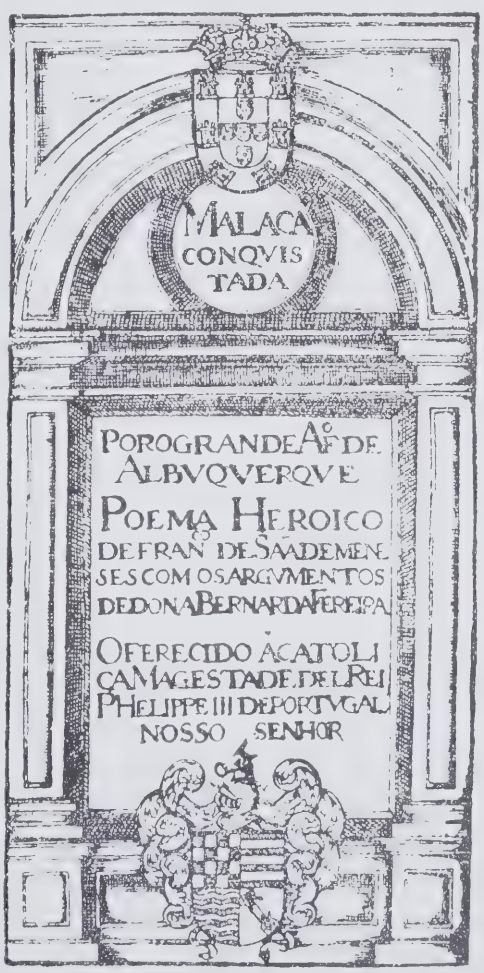
O ROSTO IMPRESSO DA EDIÇÃO da *Malaca Conquistada*

INSVLANA
DE
MANOEL
THOMAS.

A IOAM CONCALVES DA CAMARA,
Conde da Villa Noua da Calheta.

EM AMBERES,
Em Caza de IOAM MEVRSIO Impreſſor
Anno de .1635.
Com todas as licenças neceſſarias.

A Insulana de Manuel Thomas, publicada em Anvers em 1635



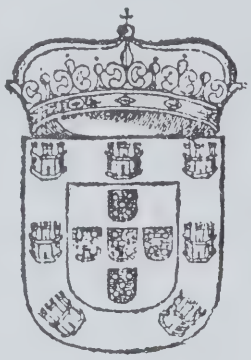
O ROSTO GRAVADO DO POEMA *Malaca conquistada*. 1.ª edição, Lisboa, 1658

estreita amisade, não passa duma fantasia, como a história inventada por Cervantes.

Só em 1579, regressou Manuel de Sousa a Portugal, nada se conhecendo da sua vida, durante os cinco ou seis anos seguintes. Entre 1584 e 1586 — segundo conjectura o bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo, na sua notável biografia de Fr. Luís de Sousa — casou com D. Madalena de Vilhena, filha de Francisco de Sousa Tavares, antigo governador de Dio. Consorciara-se esta senhora, em primeiras núpcias, com D. João de Portugal, filho de D. Manuel de Portugal, que acompanhara D. Sebastião à África, e lá morrera na batalha; pelo menos, todos assim o consideravam, pois não constava ter ficado prisioneiro, nem durante seis anos dera sinal de si. Dêsse matrimónio haviam ficado um filho e duas filhas; não era, portanto, o interêsse, mas uma sincera afeição, que levava Manuel de Sousa Coutinho a desposar D. Madalena de Vilhena, cuja idade não iria além dos trinta anos. O próprio D. João de Portugal não devia ter mais de vinte e cinco, quando entrara na fatal expedição.

Foi Manuel de Sousa residir para Almada, dividindo o tempo entre os cuidados rurais e a sua paixão pelas letras: dêsse período são diversas poesias latinas, como as consagradas a Fr. Bernardo de Brito e à opulenta colecção de relíquias, oferecida por D. João de Borja à igreja de S. Roque, de Lisboa. Em 1599, mais uma vez a capital era açoutada pela peste. Os governadores do reino, por Filipe III — o arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, o conde de Portalegre, D. João da Silva, o conde de Santa Cruz, D. Francisco Mascarenhas, o conde de Sabugal, D. Duarte de Castelo Branco, e o secretário de Estado, Miguel de Moura — querendo fugir ao flagelo, resolveram transferir a residência para Almada, requisitando para sua moradia a casa de Manuel de Sousa Coutinho. Estas requisições representavam sempre um gravame: não se faziam, em geral, senão a pessoas desafectas ou, pelo menos, indiferentes. Manuel de Sousa tomou-a como um vexame; e deliberou cortar o mal pela raíz,

VLYSSEA,
OV
LYSBOA EDIFICADA.
POEMA HEROICO.
COMPOSTO PELO INSIGNE
Doutor Gabriel Pereira de Caſtro, Corregedor
que foy do crime da Corte, & nomeado por
S. Mageſtade pera Chanceler mòr
do Reyno de Portugal.
A ELREY NOSSO SENHOR.



Com licença em Lisboa por Lourenço Crasbeeck impreſſor delRey. 1636.
Acuſta de Paulo Crasbeeck mercador de liuros.

HESPANA
LIBERTADA.
Poema Poſthumo
PARTE SEGVNDA
POR
DOÑA BERNARDA
FERREIRA DE LA CERDA,
Sacada a luz por ſu hija
DOÑA MARIA CLARA
de Menezes.

EN LISBOA
En la Offi-ina de IVAN DE LA COSTA.
M. DC. LXXIII.
Con todas las licenças neceſſarias.

A PRIMEIRA EDIÇÃO da *Ulyssea* do juiz poeta Gabriel Pereira de Castro e a primeira edição da *Hispana Libertada* por D. Bernarda Ferreira de Lacerda

lançando fogo à casa. Era, ao mesmo tempo, um desagravo de cavaleiro e a desvairada mas patriótica resposta dum português de velha têmpera. Para se furtar à indignação dos governadores, que pretendiam castigá-lo severamente — não fôsse tão perigoso exemplo de desobediência ter seguidores — fugiu Manuel de Sousa Coutinho para Madrid. As iras dos governadores perseguiram-no até aí; mas êle encontrou protectores decididos em D. João de Borja e seu tio D. Pedro de Borja, bispo de Málaga, próximos parentes do duque de Lerma, o omnipotente valido de Filipe III. Vinha essa protecção da amizade que os prendia a Jaime Falcó, já então falecido, a cuja memória queria Manuel de Sousa prestar a mais carinhosa homenagem, publicando as suas obras matemáticas e poéticas. E assim fêz, relativamente às últimas, que apareceram em 1600, com um curiosíssimo prefácio do editor, em língua latina, não só descrevendo a maneira como conheceu Falcó e a influência que êle exerceu no seu espírito, mas não hesitando em contar como incendiou a própria casa, para se pagar da afrontosa requisição. Muito confiava nos protectores, ao zombar assim da cólera dos governadores do reino!

ROSTO GRAVADO da *Gigantomachia* de Manuel de Gallegos. 1.ª edição de Lisboa, 1628

Em 1601, partiu Manuel de Sousa Coutinho para a América Central, onde se encontrava, entregue a especulações comerciais, seu irmão João Rodrigues Coutinho. Desconhecem-se os motivos que ali o levaram. Supõem uns que seria o desejo de enriquecer, outros, talvez com mais razão, relacionam essa viagem com o caso de Almada. Aos quarenta e seis anos, não costuma despertar a ambição das riquezas; além disso, é muito

possível que o prefácio das poesias de Jaime Falcó suscitasse novas queixas e reclamações. Só assim se pode explicar porque deixou Manuel de Sousa incompletas as obras do amigo e mestre, não publicando os trabalhos matemáticos, que também teve em seu poder. Talvez os Borjas lhe insinuassem a conveniência de se afastar para longe, durante algum tempo.

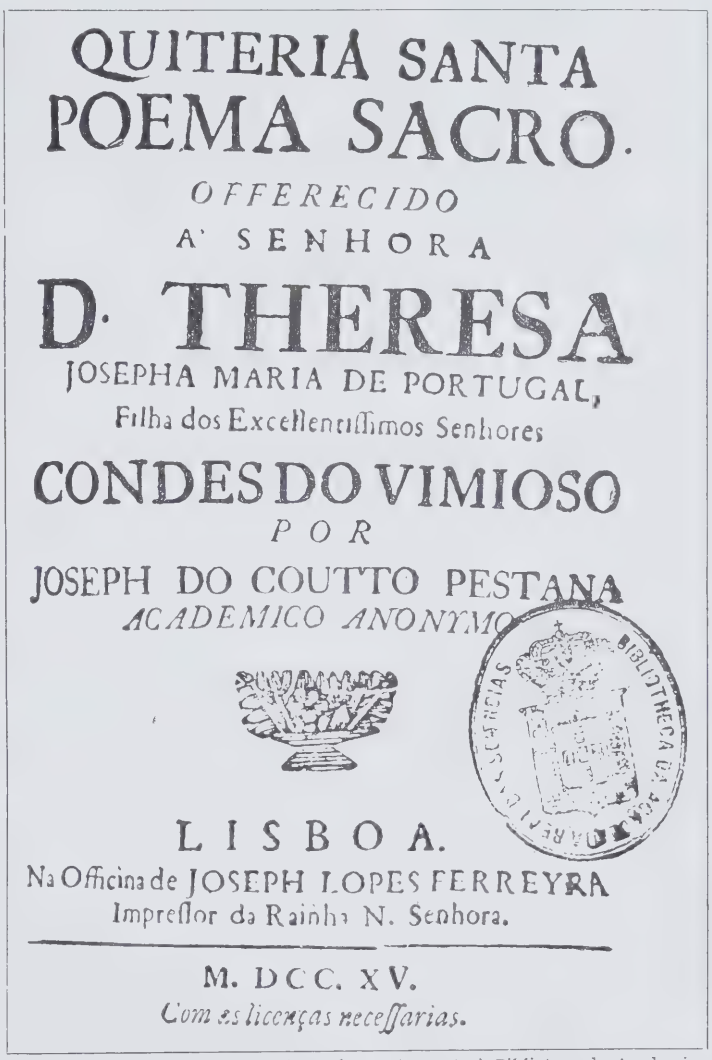
Em 1604, voltou a Portugal. Porque teve notícia do falecimento de sua filha única, afirma Barbosa Machado. D. Francisco Alexandre Lobo, Camilo Castelo Branco e

AS SOLEDADES DO BUÇACO, raro poema de D. Bernarda Ferreira de Lacerda. Rosto gravado da primeira edição

outros escritores são, porém, de parecer, mais digno de aceitação, que a filha faleceu depois da sua tornada ao reino; e Pinheiro Chagas acrescenta que o regresso se explica pela substituïção dos governadores, ou porque a côrte de Madrid lhe levantara então a espécie de exílio, a que o condenara. A segunda hipótese poderá ser plausível; a primeira não, pois meses antes da partida de Manuel de Sousa Coutinho para a América, já Cristóvão de Moura, elevado a marquês de Castelo Rodrigo, governava Portugal como vice-rei.

Restituído à sua casa de Almada, oito ou nove anos decorrem de vida tranqüila, entre os carinhos da família e o convívio de amigos dedicados. O falecimento da filha deve ter-se dado então. Em face desta desgraça irreparável, Manuel de Sousa e a mulher resolvem, de comum acôrdo, dissolver o matrimónio, professando êle no convento de S. Domingos de Benfica, com o nome de Fr. Luís de Sousa, e ela no convento do Sacramento, com o nome de sóror Madalena das Chagas. Alguns, porém, atribuem essa resolução a outro motivo: o inesperado e trágico conhecimento de que, na Terra Santa, ainda era vivo D. João de Portugal, o primeiro marido de D. Madalena de Vilhena. Quem espalhou esta versão foi um prior do mesmo convento de Benfica, Fr. António da Encarnação, ainda contemporâneo de Fr. Luís de Sousa, que em 1662 dirigiu a impressão póstuma da *Segunda Parte da História de S. Domingos,* do grande escritor. Conta êsse monge — na *Vida de Frei Luís de Sousa,* com que abre o volume — que, no ano de 1613, um peregrino, vindo da Palestina, procurou D. Madalena de Vilhena e deu-lhe, com sinais certos, notícias de D. João de Portugal, que escapara da batalha e andara depois peregrinando pelo mundo, até chegar a Jerusalém, onde vivia. Conhecida de Manuel de Sousa Coutinho esta terrível nova, logo êle decidiu que o único remédio era «fugir para o sagrado da religião».

O *Frei Luís de Sousa,* de Almeida Garrett, essa obra


QUITERIA SANTA
POEMA SACRO.
OFFERECIDO
A' SENHORA
D. THERESA
JOSEPHA MARIA DE PORTUGAL,
Filha dos Excellentiſſimos Senhores
CONDES DO VIMIOSO
POR
JOSEPH DO COUTTO PESTANA
ACADEMICO ANONYMO
LISBOA.
Na Officina de JOSEPH LOPES FERREYRA
Impreſſor da Rainha N. Senhora.
M. DCC. XV.
Com as licenças neceſſarias.
BIBLIOTHECA DAS SCIENCIAS

O RARO POEMA *Quiteria Santa*. Exemplar pertencente à Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

imortal da nossa literatura, baseia-se na dramática história narrada por Fr. António da Encarnação, quási meio século após o facto, que êle pretende realçar. Se a arte pode, porém, aceitá-la, o historiador tem o dever de investigar a sua veracidade. É mais que singular, realmente, o silêncio de trinta e cinco anos, guardado por um homem, que nada impedia de voltar à pátria e, pelo contrário, aqui tinha a chamá-lo, além do pai e irmão, uma esposa, nova e gentil, e três filhinhos, que decerto estre-

VIRIATO
TRAGICO
EM
POEMA HEROICO
ESCRITO POR
BRAS GARCIA MASCARENHAS
natural da Villa de Avòna Provincia da Beyra, & Governador, que foy da Praça de Alfayates na meſma Provincia.
OBRA POSTHUMA.
OFFERECIDA AO SERENISSIMO PRINCIPE
DOM IOAM
QUE DEOS GUARDE.
POR
BENTO MADEYRA DE CASTRO
Cavaleyro Profeſſo da Ordem de Chriſto.
EM COIMBRA, Com as licenças neceſſarias.
Na Officina de ANTONIO SIMOENS Impreſſor da Univerſidade Anno de M.DC.LXXXXIX.

RETRATO (apócrifo) de Brás Garcia de Mascarenhas e rosto da primeira edição do seu poema. (Do livro do Dr. António Ribeiro de Vasconcelos, *Braz Garcia de Mascarenhas*)

mecia! Que D. Sebastião vagamundeasse, como peregrino, era a justa penitência da catástrofe a que arrastara o reino. Mas D. João de Portugal? Se a peregrinação nascesse de algum voto feito durante a batalha, porque não deu novas suas, durante tanto tempo? E se qualquer forte motivo o impedia de vir pessoalmente, porque não escreveu a sua mulher e se limitou a mandar-lhe um simples recado verbal? Mas não é preciso invocar nenhuma tragédia moral, para explicar a resolução comum, tomada por Manuel de Sousa Coutinho e D. Madalena de Vilhena, de vestirem o hábito dominicano, após a morte da filha estremecida. Êle tinha cinqüenta e oito anos; ela o mesmo, ou talvez um a mais. Bastavam a devoção do tempo e o exemplo contagioso de casos idênticos para lhes lembrar o refúgio do cláustro. Um íntimo amigo de Manuel de Sousa, o conde de Vimioso, D. Luís de Portugal, e sua mulher D. Joana de Mendonça, também casada em segundas núpcias e com duas filhas do primeiro matrimónio, tinham anteriormente recebido o hábito, êle em S. Paulo de Almada, e ela no convento do Sacramento, o mesmo onde depois entrou D. Madalena de Vilhena.

Se D. João de Portugal estava vivo, como afirmava o peregrino, porque não empenhou a família todos os esforços para esclarecer o caso a fundo? Porque se não procurou também averiguar quem era o peregrino, tão misteriosamente desaparecido, que mais ninguém logrou vê-lo? A esta pregunta antecipou-se Fr. António da Encarnação a responder, dizendo que o peregrino era um anjo disfarçado, que vinha abrir o caminho da salvação eterna àqueles dois esposos. Camilo Castelo Branco já notou (*Curso de Literatura Portuguesa*, vol. II, pág. 69) que os propaladores do aparecimento de D. João na Palestina não viram a *Cronica de El-Rei D. Sebastião*, de Fr. Bernardo da Cruz, que a páginas 288, arrolando os fidalgos que morreram em Alcácer-Quibir, nomeia *Dom João Portugal, filho de D. Manoel Portugal*. Êste livro, realmente, só foi publicado em 1837 (1).

Fr. Luís de Sousa professou no dia 8 de Setembro de 1614 (2). Pondo de parte tôdas as vaidades, ofereceu-se para enfermeiro. Mas havendo falecido, no mesmo ano, Fr. Luís de Cácegas, cronista da Ordem, que deixara incompleta a *Historia de S. Domingos*, na parte relativa a Portugal, e a *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga*, foi-lhe ordenado, sob preceito de obediência, que refundisse êsses trabalhos, aperfeiçoando, polindo e ampliando os elementos colhidos por Cácegas.

A primeira obra publicada foi a *Vida de D. Fr. Barto-*

(1) O autor dêste artigo demonstrou, numa recente comunicação à Academia das Ciências de Lisboa, que a Fr. Bernardo da Cruz não deve ser atribuída a *Crónica* editada por Alexandre Herculano e o Dr. António da Costa Paiva. Essa comunicação será oportunamente publicada, com os respectivos documentos, revelando quem era Fr. Bernardo da Cruz, o papel que desempenhou durante o reinado do Cardial-Rei D. Henrique, em que ano faleceu, etc.

(2) No *Catalogue de la Bibliothèque de M. Fernando Palha* (*Troisième Partie*, pág. 52) vem a indicação dum preciosíssimo manuscrito, pertencente ao célebre convento de S. Domingos de Bemfica. É o registo original das profissões ali realizadas, desde 24 de Julho de 1551 até 30 de Julho de 1707. No fólio 90, encontra-se a acta da profissão de Fr. Luís de Sousa, datada de 8 de Setembro de 1614 e assinada por êle, pelo mestre de noviços, Fr. Cristóvão de S. Domingos, e pelo prior do convento, Fr. João de Portugal, curiosa coincidência de nome.

TEMPLO

DA MEMORIA.

POEMA EPITHALAMICO, NAS FE-
liciſsimas bodas do Excellentiſsimo Senhor Duque de
Bargança,& de Barcelos Marquez de Villauiçoſa:
Conde de Ourem, de Arraiolos, de Penhafiel,
de Neiua: Senhor de Alegrete, de Monfor-
te, de Villa do Conde; & Condeſta-
ble de Portugal.

ANTES.

*SENHOR DE GVIMARAINS, DE VALEN-
ça, de Montemor o nouo, de Almada, da Bidigueira, &
o mais antigo Duque de Europa.*

PER TELA. PER HOSTES

AVTOR MANOEL DE GALHEGOS.

Com as licenças neceſſarias. Em Lisboa. Por Lourenço
Craesbeeck Impr. del Rey. A cuſta do Duque. Año 1635.

O *Templo da Memória*, de Manuel de Galhegos, na sua rara edição

AFFONSO
AFRICANO.
Poema Heroyco:
DA PRESA D'ARZILLA
& Tanger.

DIRIGIDO
A DOM ALVARO DE
Souſa, Capitão da Guarda Ale-
máa de S. Mageſtade, &c.

Autor Vaſco Mauſinho de Quebedo
Natural de Setubal.

EM LISBOA.
Com as Licenças neceſſarias.
Por Antonio Aluarez.
Anno do Senhor M.DC.XI.

O *Affonso Africano*, de Vasco Mousinho de Quevedo Castelo Branco

lomeu dos Mártires, que apareceu em 1619, livro admirável, na serena elegância da linguagem, na simplicidade da forma, no primor do estilo descritivo. A *Primeira parte da Historia de S. Domingos* saiu à luz em 1623; e os aplausos que suscitou, não foram menos calorosos. A *Segunda* e a *Terceira parte*, só impressas em 1662 e 1678, não as viu, portanto, o autor, cuja morte ocorreu em 1632. As suas qualidades narrativas, a naturalidade, o encanto das suas descrições, como a do mosteiro da Batalha, a do convento de Benfica e do seu termo, fazem de Fr. Luís de Sousa um dos grandes mestres da língua portuguesa.

Em 1630, a instâncias de Filipe IV, aceitou o encargo de escrever os *Anais de D. João III*, que não chegou a concluír. O manuscrito considerava-se até perdido, quando Alexandre Herculano teve a fortuna de o encontrar na Biblioteca da Ajuda, e o publicou em 1844. Se a beleza da forma desmerece das outras suas obras, talvez por não ter podido dar aos *Anais* a última demão, sobreleva-as do ponto de vista histórico, por já não estar o seu espírito acorrentado às deficiências de critério de Fr. Luís de Cácegas.

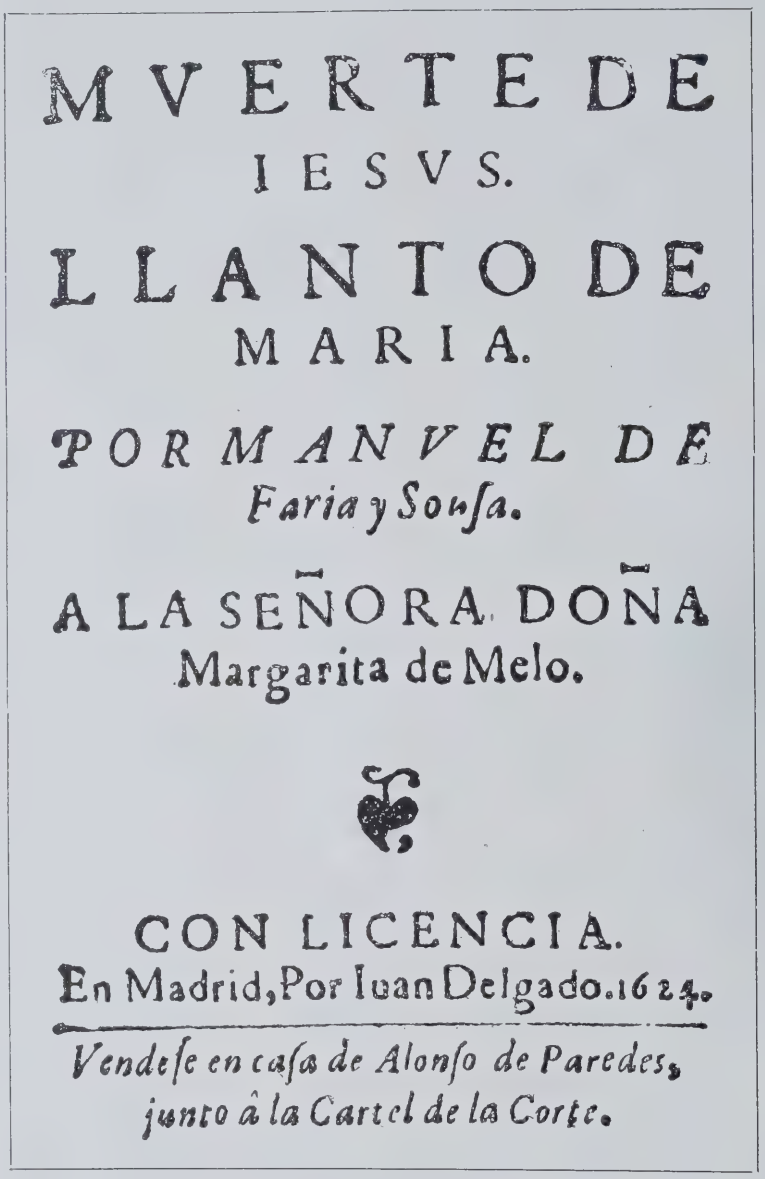
Com o seu nome foram publicadas várias edições da *Vida do beato Henrique Suso*, traduzida do latim para português. Mas nas *licenças* da 1.ª edição (Lisboa, oficina de Lourenço de Anveres, 1642), lê-se que a tradução é do dominicano Fr. Pedro de Magalhães.

Manuel de Faria e Sousa

Apesar de ter escrito quási tôdas as suas obras em castelhano, êste fértil e celebrado escritor deve figurar na história da literatura portuguesa, tão variados e importantes são os assuntos que versou. Natural da freguesia de Pombeiro, no concelho de Felgueiras, em 1600, com dez anos de idade, foi estudar para Braga, segundo uns, para o mosteiro de Refojos de Basto, segundo outros. Quatro anos depois, entrou ao serviço do bispo do Pôrto, D. Gonçalo de Morais, de quem talvez ainda fôsse parente remoto. Desejava o prelado que êle seguisse a carreira eclesiástica; mas uma veemente paixão por D. Catarina Machado, filha do contador-mor Pedro Machado, inclinou-o para o matrimónio; e se a mulher lhe não levou dote, pois casaria contra vontade do pai, trouxe-lhe uma afeição dedicadíssima, que nunca sofreu esmorecimento nas ásperas vicissitudes da sua vida. Faleceu o bispo em 1617; e a sua falta obrigou

Manuel de Faria e Sousa a recolher à terra natal. Em princípios de 1619 partiu, porém, para Madrid, onde ia ocupar o cargo de secretário particular de Pedro Álvares Pereira, um dos secretários de Estado de Filipe III nos negócios de Portugal, que faleceu conde de Muge. A morte dêsse ministro deixou-o em precárias circunstâncias, tendo de recorrer às letras para obter alguns recursos, pois a esposa o brindara já com alguns filhos. De 1623 a 1628, publicou a fábula de *Narciso e Echo*, poemeto dedicado a Lope de Vega, seu dilecto amigo; a *Fuente de Aganipe o Rimas varias*, sete volumes de versos em português e castelhano; *Noches claras, divinas y humanas flores*; o *Epitome de las historias portuguesas*; e outras obras menores. No *Epitome*, em ardências de lisonjaria para captar mercês, Faria e Sousa põe em relêvo a legitimidade dos direitos de Filipe II à corôa de Portugal, elogia a acção de Cristóvão de Moura, chasqueia do Cardial-Rei, trata duramente o Prior do Crato e a escória que o seguia, e louva a clemência do rei católico, por ter castigado apenas trinta culpados — o que, aliás, não era verdade, pois foram muitos mais — e perdoado aos outros, ficando assim purificada em poucos a imprudência dos enganados.

Estas servis adulações não lhe grangearam, porém, nenhum emprêgo; e veiu então para Lisboa, com a numerosa família, no intuito de requerer o lugar de secretário do Estado da Índia ou, pelo menos, o de secretário da câmara municipal. Queria um dos governadores, o arcebispo de Braga, D. Afonso Furtado de Mendonça, nomeá-lo; mas o marquês de Castelo Rodrigo, D. Miguel de Moura, filho do habilíssimo agente de Filipe II, tão encomiado no *Epitome*, interpôs-se, objectando que êsses cargos eram inferiores aos seus merecimentos; e em 1631, levou-o como seu secretário para Roma, pois fôra nomeado embaixador junto de Urbano VIII. Bem aceito na côrte pontifícia, relacionado com os mais ilustres escritores da Itália, tratado com distinções especiais pelo papa, dois anos depois voltou Faria e Sousa a Madrid, sendo prêso por inconfidente. Decorridos três meses, foi sôlto e proclamada a sua inocência; e talvez em compensação da injustificada violência, fixaram-lhe a pensão mensal de cem ducados, com promessa de outras vantagens.


MVERTE DE
IESVS.
LLANTO DE
MARIA.
POR MANVEL DE
Faria y Sousa.
A LA SEÑORA DOÑA
Margarita de Melo.
CON LICENCIA.
En Madrid, Por Iuan Delgado. 1624.
Vendese en casa de Alonso de Paredes,
junto â la Cartel de la Corte.

Um dos livros do lirismo espanhol do nosso Manuel de Faria e Sousa

Faria e Sousa solicitou, porém, licença para voltar a Portugal. Foi-lhe recusada, com o pretexto de que Filipe IV precisava dêle em Madrid. Tornou a pedi-la em 1635; e, havendo-lhe sido concedida, quando se preparava para sair, mandou o conde-duque de Olivares suspendê-la. É evidente que o não queriam em Portugal; e isto só pode explicar-se, por não considerarem suficientemente forte o seu desapêgo da antiga nação em que nascera. Em 1639, publicou os seus celebrados *Comentarios* aos *Lusíadas*, que a despeito da licença do Santo Ofício, poucos dias depois de publicados, foram acusados de heréticos. Examinados por uma comissão de teólogos, consultaram êstes que a obra nada tinha contra a fé. Os inimigos de Faria e Sousa, ou antes de Camões — porque os culteranistas desdenhavam ou fingiam desdenhar do grande poeta, pelo carácter nacionalista do seu poema — trouxeram as queixas para Lisboa, e a venda dos *Comentarios* foi proïbida; mas os amigos e admiradores do autor conseguiram que a ordem fôsse anulada, e o êxito da obra tornou-se por isso mesmo mais intenso.

Restaurada a independência portuguesa em 1640, Manuel de Faria e Sousa não regressa à pátria. Porque não quís, dizem uns. Porque não pôde, aventam outros, pois andaria muito vigiado. E em Madrid viveu mais nove anos, vindo a falecer em Junho de 1649, em casa do marquês de Montebello, Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos, na idade de cinqüenta e nove anos. Quanto à sua atitude durante êsse período, variam as opiniões. O espanhol, D. Francisco Moreno Porcel, assegura que Manuel de Faria e Sousa condenara a revolução do Primeiro de Dezembro, recusando-se a fugir para França, donde fàcilmente podia ganhar Portugal, e sujeitando-se a viver com privações, só para não abandonar o seu legítimo soberano. O quarto conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, ao contrário, garante que Faria e Sousa não saiu de Madrid, para mais eficazmente servir D. João IV, com quem a-miúde se correspondia, dando-lhe «as noticias mais seguras e os avisos mais ocultos, e os conselhos

mais prudentes, expondo-se a maiores perigos do que os que serviam na guerra». A versão do conde da Ericeira deve ser exacta, pois justifica e concorda com a benévola acolhida que D. João IV deu ao filho, Pedro de Faria e Sousa, quando em 1651 chegou a Lisboa, trazendo grande número de manuscritos do pai. No alvará, em que lhe faz mercê duma tença de cinqüenta mil réis, são reconhecidos os serviços de Manuel de Faria e Sousa, o que é incompatível com a versão de D. Francisco Moreno.

Camilo Castelo Branco (*Curso de Literatura Portuguesa*, vol. cit.) trata duramente Faria e Sousa, acusando-o de *renegar a pátria e escarnecer dos infortunios dela*, pelo que escreveu no *Epitome de las historias portuguesas*, e de *espião*, como denunciante dos segredos de Castela. Infelizmente, não foi êsse fecundo polígrafo o único português, que louvou a clemência de Filipe II, pelo Perdão Geral concedido em Tomar, de que eram, aliás, exceptuadas tôdas as pessoas que mais tinham combatido em prol da independência. Nas próprias Côrtes o disse o bispo de Leiria, D. António Pinheiro, antigo prègador de D. João III e criatura de confiança da raínha Catarina de Áustria. E quanto a chamar ao monarca espanhol legítimo herdeiro da corôa portuguesa, disseram-no, por escrito, a duquesa de Bragança, D. Catarina, a quem devia pertencer o trono, e seu marido, o duque D. João (Queirós Veloso, *A Dominação Filipina*, pág. 8). A atroz palavra *espião*—assim a classifica o mesmo Camilo — não nos parece ajustada. Se Faria e Sousa dava a D. João IV informações preciosas para a causa da independência portuguesa, sem receber de Portugal o mínimo estipêndio; se o fazia como um simples português domiciliado em Madrid, pois não desempenhava nenhum cargo público e não podia, portanto, atraiçoar a confiança do monarca espanhol: a sua espionagem não pode ser tomada como o *aviltado oficio*, a que se refere o grande escritor. É certo, como diz Camilo, que Faria e Sousa, em 1644, dedicou um poema acróstico, *Nenia*, à morte da raínha de Espanha, D. Isabel de Bourbon. Devemos, porém, atender a que a côrte madrilena desconfiava dêle; tinha, pois, que disfarçar os seus sentimentos patrióticos. Se Faria e Sousa tivesse então servido a Espanha — e poderosamente o podia fazer com o seu talento de escritor — não haveria passado os últimos anos da sua vida entre crueis privações. Todos os portugueses que se bandearam com Castela e em seu favor trabalharam, pela espada ou pela pena, obtiveram pingues recompensas.

Sóror Mariana Alcoforado, a amorosa freira de Beja, conhecida na bibliografia por *Uma religiosa portuguesa*. Da rara edição das *Lettres d'une chanoinesse de Lisbonne*, Haia, 1771. Gravura de Massard, desenho de Eisne

Das obras manuscritas, que Pedro de Faria e Sousa trouxe para Portugal, foram publicadas as seguintes, de carácter histórico: *Europa Portuguesa*, em três tomos, que é uma larga refundição do *Epitome*, expungido de certas passagens, que podiam agravar o nosso patriotismo, sobretudo depois de restaurada a independência; *Asia Portuguesa*, também em três tomos; e *Africa Portuguesa*, num tomo. A *Europa Portuguesa*, trabalhada sôbre as crónicas, sem base documental, oferece reduzido interêsse, sob o ponto de vista crítico. Escrita, porém, numa linguagem correntia, pouco tocada de hipérboles, e num idioma mais espalhado do que o português, essa obra concorreu poderosamente para que a nossa história fôsse conhecida no estrangeiro. O mesmo podemos dizer da *Asia* e da *Africa Portuguesa*, para o conhecimento dos descobrimentos e conquistas, que efectuámos. A *Asia Portuguesa* foi até traduzida para inglês, dezanove anos depois de publicado o terceiro tomo. A *America Portuguesa*, que era a história do descobrimento e colonização do Brasil, ficou inédita.

Nos seus estudos camonianos, Manuel de Faria e Sousa não podia esquecer as *Rimas*. Dos oito tomos manuscritos dos respectivos *Comentarios*, foram publicados cinco; e a sua publicação encontrou obstáculos idênticos à dos *Comentarios* dos *Lusíadas*, não chegando até a concluír-se. Ainda que hoje seja moda desdenhar da obra camoniana de Faria e Sousa, é incontestável que ela abriu caminho a muitos dos futuros camonistas.

Jacinto Freire de Andrade

De ascendência ilustre, nasceu êste escritor em Beja, no ano de 1597. Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra e resolvido a seguir a carreira eclesiástica, partiu para Madrid, com o fim de requerer alguma rendosa abadia. Nomeado para a de Sambade, em Alfândega da Fé, e depois transferido, a pedido seu, para a de Chãs de Tavares, no concelho de Mangualde, um dos mais opulentos benefícios do reino, Jacinto Freire continuou, porém, em Madrid, no desempenho de várias comissões. Havendo-se tornado suspeito ao govêrno espanhol, re-

LETTRES
DAMOUR
D'UNE
RELIGIEUSE
Eſcrites au
CHEVALIER DE C
Officier François en Portugal.
A COLOGNE,
Chez Pierre du Marteau,
clɔ Iɔ c Lxix.

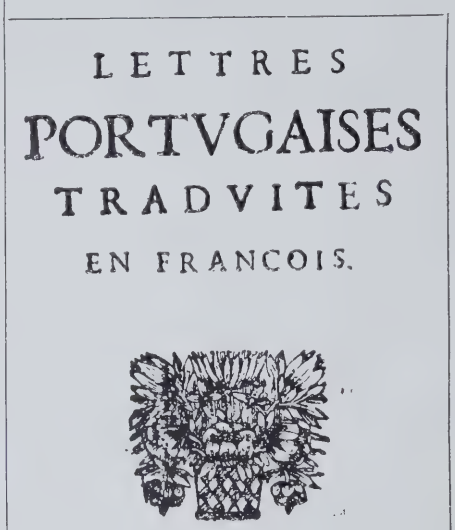
RARA EDIÇÃO, a 2.ª, das *Cartas de amor*, de Sóror Mariana

colheu à sua abadia, e ali se conservou alguns anos, até à restauração de 1640.

Vindo para Lisboa, não aceitou o bispado de Viseu, que D. João IV lhe oferecia, distinção, afinal, mais honorífica do que real, pois o papa Urbano VIII, para se não indispôr com a côrte de Madrid, não reconhecia nem confirmava, então, nenhum novo bispo português. Essa recusa fê-lo caír no desagrado do Paço, deliberando voltar para a sua igreja. Mas habituado ao bulício das grandes cidades e, principalmente, à convivência amiga dos homens de letras, Jacinto Freire de Andrade não tardou em regressar à capital, onde faleceu a 13 de Maio de 1657.

Além de diversas composições poéticas, publicadas no tomo terceiro da *Fenix Renascida*, geralmente de pouco valor, em que se destacam, porém, alguns poemetos com alusões satíricas, Jacinto Freire escreveu a *Vida de Dom João de Castro*, o excelso herói da Índia, exemplo vivo de honradez política. Publicado em 1651, êste livro tornou-se popularíssimo, tendo sido muitas vezes reimpresso e até adoptado nas escolas. Considerada uma obra clássica, nos séculos XVII e XVIII, exactamente pelo estilo altíloquo em que está escrita, no século XIX passou a *Vida de Dom João de Castro* a ser julgada um infeliz produto da artificiosa rètórica do tempo. Como obra histórica é, na realidade, de escasso merecimento; mas pode aceitar-se como panegírico. Os discursos que, à maneira de Tito Lívio e Salústio, Jacinto Freire de Andrade põe na bôca das suas personagens, encontram-se em quási todos os historiadores da época: eram prosopopeias obrigatórias para lhes dar mais grandeza, mais realce. Não obstante o abuso da antítese, o seu estilo até é sóbrio, se o compararmos com o dos mais ardentes seguidores do cultismo. A *Vida de Dom João de Castro* foi traduzida para latim e inglês.

Deixou manuscrita uma obra, em castelhano: *Origen y progreso de la Casa y familia de Castro.*

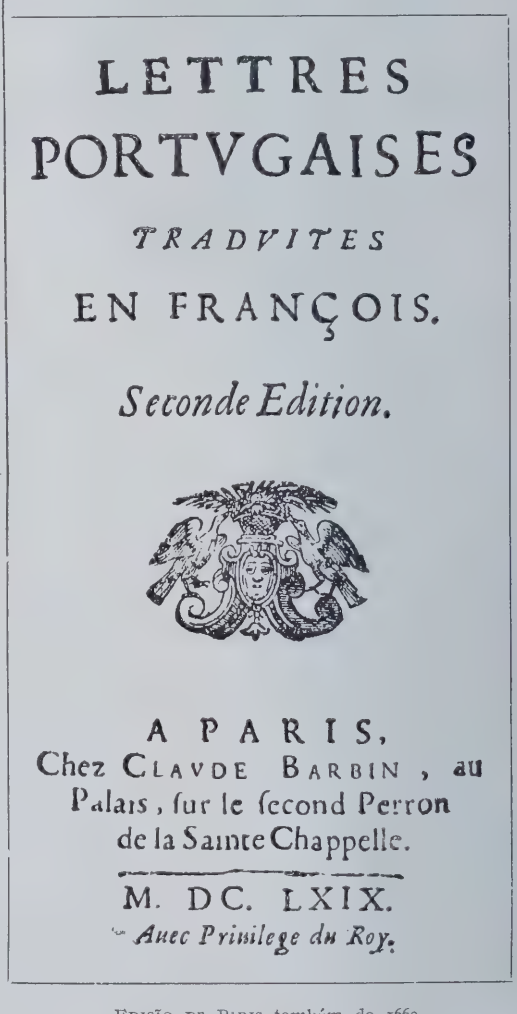

LETTRES
PORTVGAISES
TRADVITES
EN FRANCOIS.
PARIS,
Chez CLAVDE BARBIN, au Palais, ſur le ſecond Perron de la ſainte Chapelle.
M. DC. LXIX.
Avec Privilege du Roy.

EDIÇÃO DE PARIS do mesmo ano da primeira

Jerónimo de Mendonça

Jerónimo de Mendonça e Miguel Leitão de Andrade, foram os dois historiadores que estiveram na batalha de Alcácer-Quibir, tendo portanto as suas monografias o valor duma prova testemunhal incontroversa.

JERÓNIMO DE MENDONÇA, natural do Pôrto, de família distinta, pertencia ao esquadrão dos aventureiros. Prisioneiro, conheceu bem a vida dos cativos. Tendo conseguido resgatar-se, fixou residência em Lisboa. A leitura do celebrado livro de Jerónimo Franchi de Conestaggio, *Dell'unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia*, publicado em Génova, no ano de 1585, e do resumo que dêle fizera Fr. António de San Roman, com o título de *Jornada y muerte del rey don Sebastian de Portugal, sacada de*

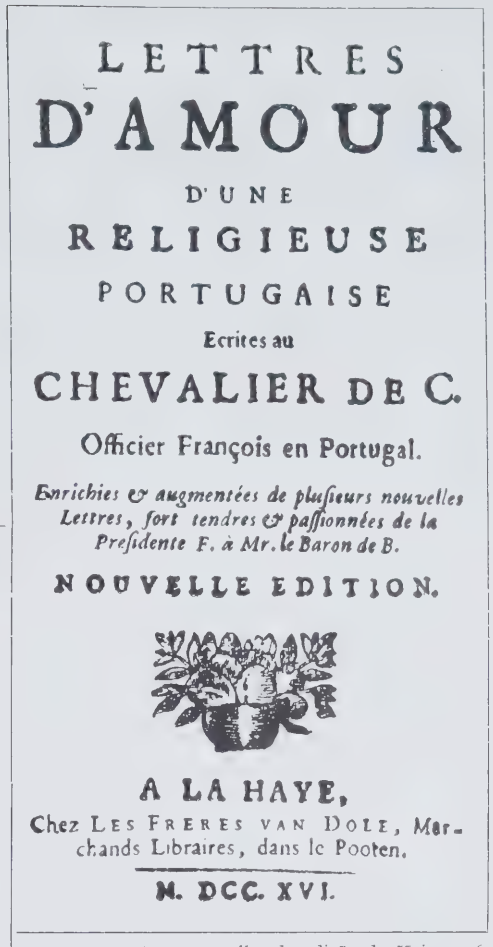

LETTRES
PORTVGAISES
TRADVITES
EN FRANÇOIS.
Seconde Edition.
A PARIS,
Chez CLAVDE BARBIN, au Palais, ſur le ſecond Perron de la Sainte Chappelle.
M. DC. LXIX.
Avec Privilege du Roy.

EDIÇÃO DE PARIS também de 1669

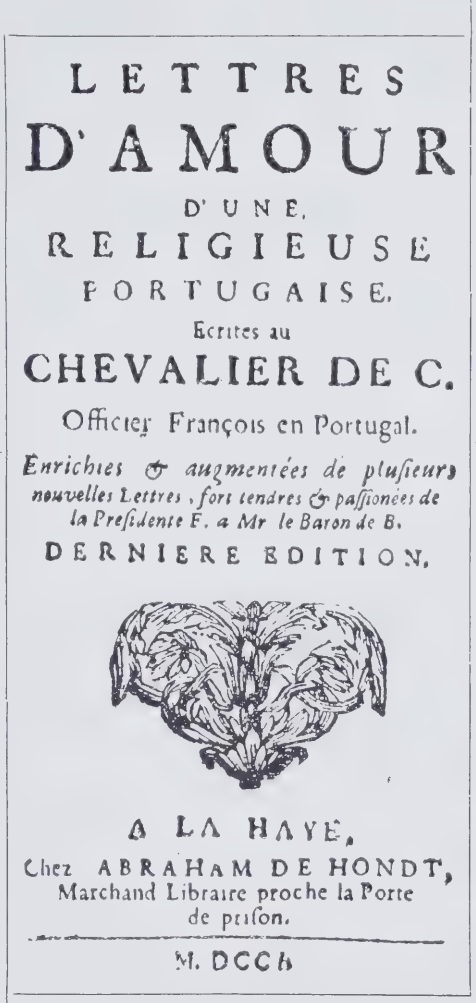
las obras del Franchi, ciudadano de Genova, impresso em 1603, na cidade de Valladolid, tanto o indignou, pelas suas falsidades, que logo resolveu escrever o seu depoimento, concluído em 6 de Outubro de 1606, como êle próprio diz no último capítulo da sua obra. Esta foi a origem da *Jornada de Africa,* que apareceu no ano imediato. Simples, sem refolhos de rètórica, contando o que o autor viu ou ouviu, êste livro é um valioso subsídio para o conhecimento da catástrofe e da sorte dos cativos. Mas peca bastante, pela excessiva preocupação de desmentir Franchi.

D. Francisco Manuel de Melo, no 4.º Diálogo dos *Apólogos Dialogais — Hospital das Letras* — põe na boca de Trajano Bocalino que a história da união de Portugal a Castela, de Jerónimo Franchi Conestaggio, «delle Conestaggio só tinha o nome, mas o espírito e arte» eram do conde de Portalegre, D. João da Silva, a quem outro dos interlocutores chama «espelho dos cortesãos daquela idade e um dos melhores discípulos da grande escola de Filipe II». Esta opinião foi adoptada por vários escritores, não obstante o próprio D. Francisco Manuel acrescentar que Franchi mostrara, «em outras obras, que por si mesmo tinha engenho e maldade bastante para escrever essa história» (1).

O problema é interessante. D. João da Silva, que foi o último embaixador de Filipe II junto de D. Sebastião, a quem acompanhou à África, tendo a desventura de lá ficar ferido e cativo, casou com D. Filipa da Silva, neta e herdeira de D. Álvaro da Silva, 3.º conde de Portalegre e mordomo-mor do rei. Duma ilustração superior à da maioria dos fidalgos do seu tempo, D. João da Silva podia ser o autor da obra, nesse caso apenas assinada por Franchi — que era um gentil-homem genovês, empregado na feitoria da alfândega de Lisboa — pois conhecia a política portuguesa e tinha apreciáveis qualidades literárias, como o provam as numerosas cartas que dêle existem no Arquivo Geral de Simancas e na Biblioteca Nacional de Madrid, em pequena parte publicadas nos tomos XL e XLIII da *Coleccion de Documentos inéditos para la historia de España,* e diversos manuscritos guardados na mesma Biblioteca. Mas, para se chegar a uma conclusão segura, seria preciso um estudo comparativo de tôda essa correspondência com as opiniões, sentimentos e juízos, expressos na *Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia.* Além de várias edições em italiano, esta obra foi imediatamente traduzida em latim, francês e castelhano.


LETTRES
D'AMOUR
D'UNE
RELIGIEUSE
PORTUGAISE
Ecrites au
CHEVALIER DE C.
Officier François en Portugal.
Enrichies & augmentées de plusieurs nouvelles Lettres, fort tendres & passionnées de la Presidente F. à Mr. le Baron de B.
NOUVELLE EDITION.
A LA HAYE,
Chez LES FRERES VAN DOLE, Marchands Libraires, dans le Pooten.
M. DCC. XVI.

Rosto a preto e vermelho da edição de Haia, 1716


LETTRES
D'AMOUR
D'UNE
RELIGIEUSE
PORTUGAISE.
Ecrites au
CHEVALIER DE C.
Officier François en Portugal.
Enrichies & augmentées de plusieurs nouvelles Lettres, fort tendres & passionées de la Presidente F. a Mr le Baron de B.
DERNIERE EDITION.
A LA HAYE,
Chez ABRAHAM DE HONDT,
Marchand Libraire proche la Porte de prison.
M. DCC.

Edição de Haia, 1701 (rosto a preto e vermelho)

LETTRES
PORTVGAISES
TRADVITES
En François.
A PARIS,
Chez CLAVDE BARBIN, au Palais sur le second Perron de la sainte Chapelle.
M. DC. LXX.
Avec Privilege du Roy.

Terceira edição de Barbin, o célebre editor das *Cartas.* Paris, 1670

(1) Camilo Castelo Branco (*Curso de Literatura Portuguesa,* vol. cit., pág. 83) aceita aquela opinião, e manda ver a *Epanaphora* 2.ª de D. Francisco Manuel de Melo. Há equívoco na citação. No prólogo dessa *Epanaphora,* escrito em 5 de Fevereiro de 1657, D. Francisco Manuel, acusando Conestaggio de caluniador e ingratíssimo com os portugueses, implìcitamente lhe atribui a autoria do livro. O 4.º Diálogo dos *Apólogos* é posterior.

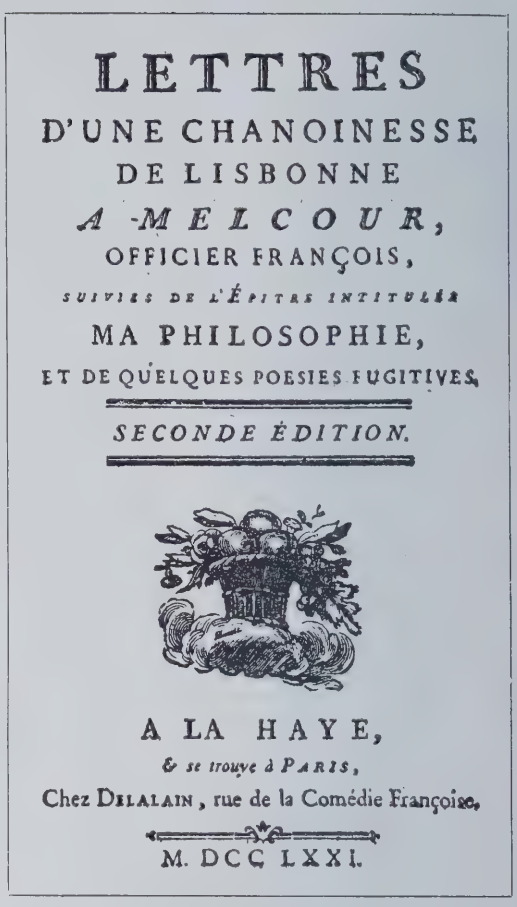
Outros historiadores

D. Francisco Manuel de Melo. — Como historiador, êste polígrafo insigne, o mais notável escritor portu-

GRAVURA representando Sóror Mariana, por Coster. Da edição de Haia, 1716

guês do século XVII, deixou duas obras: uma, em castelhano, *Historia de los movimientos y separacion de Cataluña*, publicada em 1645, sob o pseudónimo de Clemente Libertino, e depois bastantes vezes reimpressa com o verdadeiro nome do autor; e outra, em português, *Epanaphoras de varia historia portuguesa*, cuja primeira edição apareceu em 1660. A primeira não está inteiramente isenta dos defeitos do culteranismo. Mas as suas descrições são tão vivas; ressaltam os episódios com tão poderoso realismo; as suas apreciações políticas são tão imparciais, a despeito da paixão instigadora de todos êsses movimentos: que a obra é considerada clássica por todos os grandes historiadores e críticos da literatura espanhola.

As *Epanaphoras* compreendem cinco relações diferentes sôbre negócios políticos, trágicos, amorosos, bélicos e triunfantes. O seu estilo é desigual, pois foram escritas em épocas diversas; quási tôdas, porém, se ressentem daquela oposição de conceitos, daqueles laboriosos trocadilhos, que eram moda no século XVII. A *Epanaphora política* trata das *Alterações de Évora*, em 1637. Apesar de difusa, tem o alto valor dum depoimento directo, por haver D. Francisco Manuel interferido, como pacificador, nesses motins. A *Epanaphora trágica* refere-se ao *Naufrágio da armada portuguesa em França*, no ano de 1627. D. Francisco Manuel embarcara nessa esquadra, de que era general o seu amigo D. Manuel de Meneses, e foi dos poucos que se salvaram da espantosa catástrofe. O seu estilo não se perde aqui em antíteses: tem a precisão e o calor dum testemunho vivo. Na *Epanaphora amorosa* descansou o autor das responsabilidades da história, escrevendo uma *obra de mais divertimento, que as passadas:* a triste lenda do casual descobrimento da ilha da Madeira, em 1420, pelos infelizes amantes Roberto Machin e Ana de Arfet. A ênfase retórica, os discursos que, nos momentos mais patéticos, desfecham as personagens, tornam esta epanáfora de leitura fatigante para o gôsto de hoje. A *Epanaphora bélica* descreve os dois combates travados entre a armada espanhola e a holandesa, comandadas pelos almirantes D. António de Oquendo e Martin Tromp, no canal de Inglaterra, em Setembro e Outubro de 1639. O grande escritor, que tomou parte em ambos, não pôs, na narrativa, apenas a nobreza do seu estilo, mas a exactidão de quem possuia seguros conhecimentos náuticos. Na composição da esquadra espanhola entravam alguns navios e muitas centenas de marinheiros portugueses. A última *Epanaphora*, com razão denominada *triunfante*, tem por objecto a restauração de Pernambuco, em 1654.


LETTRES
D'UNE CHANOINESSE
DE LISBONNE
A MELCOUR,
OFFICIER FRANÇOIS,
SUIVIES DE L'ÉPITRE INTITULÉE
MA PHILOSOPHIE,
ET DE QUELQUES POESIES FUGITIVES.
SECONDE ÉDITION.
A LA HAYE,
& se trouve à PARIS,
Chez DELALAIN, rue de la Comédie Françoise.
M. DCC LXXI.

EDIÇÃO DE HAIA, 1771

ANTE-ROSTO DE Had. Brugge, representando a freira, publicado na edição de Haia, 1693

D. LUÍS DE MENESES, 3.º CONDE DA ERICEIRA. — Nascido em 1632, aos dezoito anos já se alistara no exército, e até o fim da guerra com a Espanha, rara foi a batalha, cêrco ou acção importante em que não tomasse parte. Em 1673, foi a D. Luís de Meneses confiado o govêrno das armas da província de Trás-os-Montes; e

dois anos depois nomeado vedor da Fazenda.

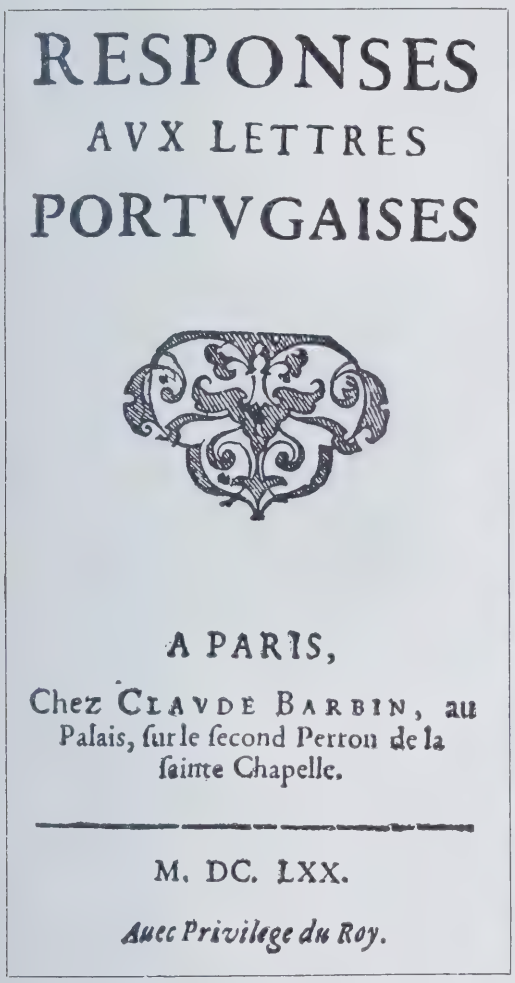
A sua *História de Portugal restaurado* — que compreende dois volumes, o primeiro publicado em 1679 e o segundo em 1698 — está cheia de informações preciosas sôbre o período que decorre de 1640 a 1668, sendo por isso um livro de consulta indispensável a quem pretenda estudar essa época; mas novas investigações têm mostrado que se não pode aceitar sem reserva tudo que o autor nos conta. Também carece de desconto a sua parcialidade a favor do infante D. Pedro, no destronamento de Afonso VI.

GRAVURA REPRESENTANDO Sóror Mariana, das *Lettres d'une chanoinesse de Lisbonne*, Haia, 1771

Em 1690, num acesso de melancolia, de que já vinha padecendo, suïcidou-se.

D. MANUEL DE MENESES (157?-1628). — General da armada, cosmógrafo-mor, por falecimento de Manuel de Figueiredo, e cronista-mor do reino, como sucessor de João Baptista Lavanha. Com o seu nome foi publicada, em 1730, uma *Crónica delRei D. Sebastião* (Primeira Parte). Barbosa Machado afirma, porém, que a crónica é apócrifa, tendo sido ordenada pelo P.e José Pereira Baião sôbre memórias antigas. O editor, Miguel Lopes Ferreira, declara, no Prólogo, que o fundamento da obra é um manuscrito, sem nome de autor, com o título de *História Cronológica de Portugal*, que havia pertencido ao secretário de Estado e guarda-mor da Tôrre do Tombo, José de Faria. Atribui êsse manuscrito a D. Manuel de Meneses, não só por D. Francisco Manuel de Melo dizer (na *Epanaphora 2.ª*) que êle deixara escrita «boa parte da Crónica delRey Dom Sebastião», a qual se devia «conservar entre seus papeis e livros», mas por ser ainda o nome do referido cronista-mor muitas vezes citado por José de Faria, nos seus Tratados Genealógicos. A suposição é bastante fantasista. O editor confessa também que introduziu «entre os capítulos daquele livro todos os sucessos de que pôde alcançar notícia, pelos instrumentos manuscritos mais fidedignos e pelos autores impressos mais acreditados».

Miguel Lopes Ferreira teve, portanto, algum colaborador. E se a afirmativa de Barbosa Machado não é


RESPONSES
AVX LETTRES
PORTVGAISES

A PARIS,
Chez CLAVDE BARBIN, au Palais, ſur le ſecond Perron de la ſainte Chapelle.

M. DC. LXX.
Auec Privilege du Roy.

As *Respostas* às «Cartas da Freira Portuguesa». Edição de Paris de 1770

A FREIRA PORTUGUESA tal como a viram os ingleses. Gravura publicada na edição de Londres de 1713

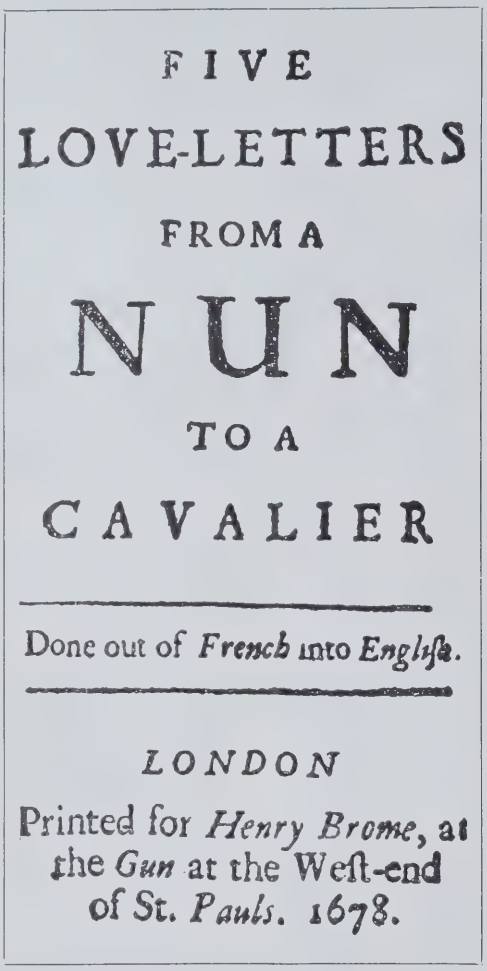
REPONSES
AVX
LETTRES
PORTVGAISES,
Traduites en François.

A PARIS,
Chez J. BAPTISTE LOISON, au cinquiéme Pillier de la grand' Salle du Palais, à la Croix d'Or.

M. DC. LXX.
Avec Privilege du Roy.

RESPOSTA ÀS Cartas. Paris, 1770. Rara edição como a anterior

plena garantia de veracidade, pois na *Biblioteca Lusitana* há muitos êrros e equívocos, não nos repugna crer que o oculto ordenador da *Crónica* fôsse o P.e José Pereira Baião. Não se deve olvidar que êle é autor doutra obra relativa a D. Sebastião, *Portugal cuidadoso e lastimado,* quási tôda consagrada ao reinado dêsse monarca, depois de haver tomado conta do poder; e que a *Crónica,* dada à publicidade com o nome de D. Manuel de Meneses, trata exclusivamente das regências de D. Catarina e do cardial D. Henrique, durante a menoridade do rei. Por isso ela é mais rica de notícias do que qualquer outra, referentes a êsse período.


FIVE
LOVE-LETTERS
FROM A
NUN
TO A
CAVALIER
Done out of *French* into *English*.
LONDON
Printed for *Henry Brome*, at the *Gun* at the West-end of St. *Pauls*. 1678.

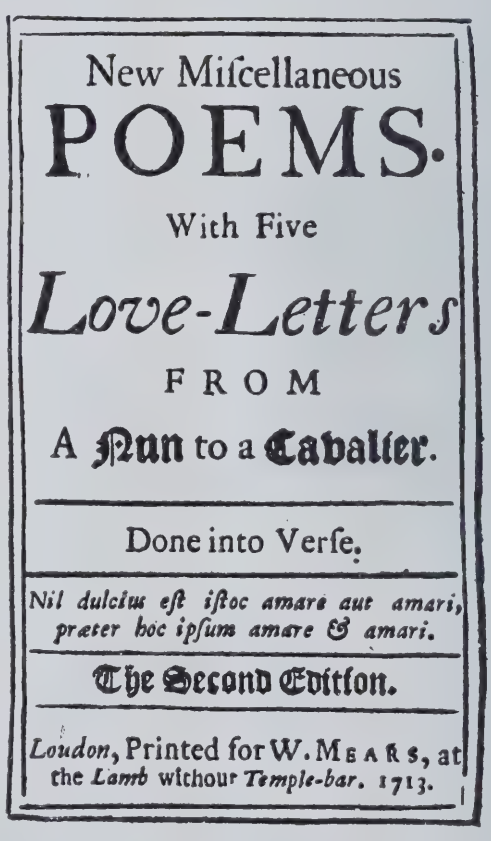
A PRIMEIRA EDIÇÃO inglesa das *Cartas* de Sóror Mariana. Raríssima edição

MANUEL SEVERIM DE FARIA (1583--1655). — Doutor em Teologia, pela Universidade de Évora, e chantre da Sé catedral da mesma cidade. São dignas de aprêço, por ter coligido elementos novos, as biografias de Camões, João de Barros e Diogo do Couto, insertas nos seus *Discursos vários políticos,* publicados em 1624. As *Notícias de Portugal,* cujo aparecimento coïncidiu com a morte do autor, ainda hoje são de utilidade, pelas abundantes informações que ministram sôbre a história política e económica do país, e a vida de alguns homens ilustres portugueses.

D. RODRIGO DA CUNHA (1577-1643). — Bispo de Portalegre e do Pôrto e, finalmente, arcebispo de Braga e de Lisboa. Os seus estudos de história eclesiástica não merecem igual estimação. O *Catálogo e história dos bispos do Pôrto,* impresso em 1628, talvez por ser a primeira das suas obras, não só é falho de crítica, como pouco seguro em datas e factos. A *História Eclesiástica dos arcebispos de Braga* (Primeira e Segunda Parte, 1634-1635) e a *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa,* da qual só saíu o 1.º volume (1642), se não estão limpas — sobretudo aquela — de fantasias e êrros cronológicos, serão sempre lidas com proveito, tanto pelas notícias que encerram, como pela primorosa linguagem em que estão escritas.

P.e BALTASAR TELES (1595-1675). — Na qualidade de cronista da Companhia, deixou duas obras notáveis: a *Crónica da Companhia de Jesus na Província de Portugal* (Parte I e II, 1645-1647); e a *História geral de Etiopia a Alta ou Preste João* (1660). Raríssimas as duas obras, para o desaparecimento da segunda correu a lenda de que muitos exemplares haviam sido destruídos pelo célebre viajante escocês, James Bruce (1730-1794), para lhe serem atribuídas tôdas as descobertas que o P.e Baltasar Teles já mencionava no seu livro. Estas descobertas não foram, porém, feitas pelo ilustrado jesuíta, que nunca esteve na Etiópia. Como êle próprio declara, a sua obra foi abreviada e novamente redigida sôbre a *História* do P.e Manuel de Almeida. O P.e Baltasar Teles é com justiça considerado um dos bons escritores da nossa língua.

As obras inéditas, em português, dos Padres da Companhia, que nos séculos XVI e XVII missionaram na Etiópia, tão ricas de novidades para a história, etnografia e geografia abexins, foram recentemente publicadas na valiosa colecção *Rerum Aethiopicarum Scriptores,* fundada em 1903, na cidade de Roma, sob a direcção de Camilo Beccari. Nela figuram as obras dos Padres Pedro Pais (1564--1622) — que, apesar de espanhol, também escreveu na nossa língua — Manuel Barradas (1572-?) e Manuel de Almeida (1580--1646).


New Miſcellaneous
POEMS.
With Five
Love-Letters
FROM
A Nun to a Cavalier.
Done into Verſe.
Nil dulcius eſt iſtoc amare aut amari, præter hoc ipſum amare & amari.
The Second Edition.
London, Printed for W. MEARS, at the *Lamb* without *Temple-bar*. 1713.

UMA RARA EDIÇÃO inglesa das *Cartas* de Sóror Mariana

JORGE CARDOSO (?-1669). — Escreveu o *Agiológio Lusitano* (3 vols., 1652-1666), que devia compreender as vidas dos santos portugueses, distribuídas pelos dôze meses do ano. Chegou só até Junho; e a continuação, por D. António Caetano de Sousa (4.º vol., 1744), abrange apenas os meses de Julho e Agôsto. O *Agiológio* revela vasta erudição. Pena é que a nímia credulidade do autor o leve a aceitar factos, que não resistem à mínima discussão.

FRANCISCO DE BRITO FREIRE (1620-1692). — Autor da *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica.* A história da guerra com os holandeses devia ir até à restaura-

ção de Pernambuco, em 1654, feliz desenlace de trinta anos de lutas, a que o autor, aliás, assistira, como almirante da esquadra portuguesa ; mas o seu livro, impresso em 1675, não vai além da primeira década. Trabalhada sôbre as *Memórias Diárias* de Duarte de Albuquerque, 1.° conde e 3.° donatário de Pernambuco — como provou Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Pôrto Seguro, na *História das lutas com os holandeses no Brasil* — o que de novo introduziu Brito Freire na sua obra foram mais excursos retóricos do que verdades históricas.

D. Fernando de Meneses, 2.° Conde da Ericeira (1614-1699). — Escreveu : em português, *Vida e acções de ElRei D. João I* (1677) e a *História de Tânger* (1732), cidade de que foi o penúltimo governador, antes da sua cedência à Inglaterra pelo tratado de 23 de Junho de 1661 ; e em latim, a crónica dos dezassete anos posteriores à restauração de Portugal, *Historiarum Lusitanorum ab anno M.DC.XL usque ad M.DC.LVII*, provàvelmente escrita nessa língua para mais fácil divulgação, no estrangeiro, dos sucessos que prepararam e seguiram a nossa independência. Publicada, porém, em 1734 (2 vols.), perdera tôda a oportunidade ; e até o próprio valor intrínseco, depois do aparecimento da *História de Portugal restaurado*, de seu sobrinho e sucessor. Das obras em português, só merece atenção a *História de Tânger*, pelas copiosas notícias que reüne.

Fr. António da Encarnação (? — 1665). — Natural de Évora, ali professou no convento de S. Domingos. Esteve muitos anos na Índia e na Arménia, onde exerceu o cargo de Provincial. Voltando ao reino, foi deputado da Inquisição em Évora e Lisboa, e depois prior do convento de Benfica. Além da *Vida de Fr. Luís de Sousa*, a que já nos referimos, escreveu umas *Adições à Historia de S. Domingos*, publicadas na *Segunda parte* da mesma *Historia*. O seu maior merecimento é o de ter, indirectamente, inspirado o *Frei Luís de Sousa*, de Garrett.

Álvaro Pires de Távora (? — 1640). — A sua *Historia de varões ilustres do apelido Tavora* é proveitosa, pelas notícias que reüne, desde o tempo de D. João III, recolhidas «das memórias originais de seus passados». A parte mais interessante diz respeito a Lourenço Pires de Távora, que tão numerosas missões desempenhou nos reinados de D. João III e D. Sebastião ; mas nem tudo se pode aceitar a olhos fechados, pois Lourenço Pires adornava ou exagerava algumas vezes aquilo em que tomava parte. A obra foi publicada em Paris, no ano de 1648, por Rui Lourenço de Távora, filho de Álvaro Pires de Távora.

Por isso, alguns escritores o têm, erroneamente, apontado como autor.

A PROSA

A ORATÓRIA SAGRADA

Padre António Vieira — Traços de sua vida — Obras — Escritos apócrifos — "Arte de furtar"

BIBLIOGRAFIA : — Sermões avulsos : *Sermam... na Capella Real o primeiro de Janeiro de 642.* S. l. n. d. ; s. d. (1642), 1642, 1645, 1651 (?), 1658, 1671 ; *Sermão... na Igreja das Chagas ..... S.to Antonio, aos 14 de Septembro... 1642.* S. l. n. d., 1642, 1645, 1645, 1658, 1672 ; *Sermam... na casa professa... 16 Agosto, 1642. ...S. Roque.* 1642, 1642, 1645, 1654, 1658, 1659, s. l. n. d. ; *Sermam de S. Ioam Baptista... Em Alcantara.* S. l. n. d., 1644, 1652, 1658, 1658, 1659 ; *Sermam... S. Joseph... na Capella Real.* 1644, s. d., 1644, 1658, 1658, 1659, 1673 ; *Sermam... na Misericordia da Bahia... Visitação de N. Senhora.* S. l. n. d. (1646), 1646, 1655, 1655, 1655, 1658 ; *Oração funebre... S. Francisco de Enxobregas no anno de 1649... exequias de... D. Maria de Ataide.* 1650, 1658, 1658, 1659 ; *Sermão gratulatorio e panegirico... dia de Reys... na Capella Real em acçam de graças pello felice nascimento da princeza primogenita no anno de 1669 ; Sermam das chagas de S. Francisco... Trad. do italiano por Ioam de Mesquita Arroyo.* 1663 ; *Sermam historico, e panegirico ... nos annos da Serenissima Rainha N. S.* 1668 ; *Sermão... no collegio da Bahia... santissimo sacramento e á memoria d'el-rei D. Sebastião.* S. l. n. d. ; *Sermam nas exequias da Rainha Nossa Senhora D. Maria Francisca Isabel de Saboya...* 1685 ; *Sermam das Obras de Misericordia... na Igreja do Hospital Real.* 1753 ; *Sermam... ao enterro dos ossos dos enforcados... Misericordia da Bahia,* 1753 ; *Sermão do B. Stanislao Koska... em Roma,* 1672.

Colecções de Sermões : *Sermoens...* 1.ª parte. Lx.ª Of. de Ioam da Costa, 1679. Da 2.ª à 8.ª a tipografia foi a Oficina de Miguel Deslandes. A 2.ª parte saíu em 1682 ; a 3.ª, em 1683 ; a 4.ª, em 1635 ; a 5.ª, em 1689 ; a 6.ª, em 1690 ; a 7.ª, em 1692. A 8.ª parte, chamada *Xavier dormindo e Xavier accordado*, saíu em 1694. Consideram-se 9.ª e 10.ª partes dos *Sermões* os vols. *Maria Rosa Mystica, excellencias, poderes e maravilhas do seu Rosario, compendiadas em trinta Sermões*, saídos em 1686 e 1687 ; 11.ª parte, Lisboa, por Miguel Deslandes, 1696 (no fim um *Sermam do felicissimo nacimento da Serenissima Infanta Teresa Francisca Iosepha)* ; 12.ª parte. Lisboa, id., 1699 ; Considera-se 13.ª parte a *Palavra de Deos empenhada, e desempenhada.* Lisboa, id., 1690 ; Parte 14.ª, *Sermões e varios discursos.* Lisboa, por Valentim da Costa Deslandes, 1710 (no fim dêste volume o índice de todos os sermões que se acham nos 14 volumes anteriores). Costumam completar a colecção os volumes : *Vozes saudosas, Da Eloquencia, Do Espirito, Do zelo...* (Publicadas pelo P.e André de Barros). Lisboa, 1736 ; *Sermões Varios, E Tratados, Ainda não impressos, Do Grande...* (Dos *Sermões* o tomo XV. E das *Vozes Saudosas*, o II). Lisboa, 1748 ; *Voz Sagrada, Politica Rhetorica, e Metrica Ou Supplemento ás Vozes Saudosas Da eloquencia, do espirito, do zelo, e eminente sabedoria Do Padre Antonio Vieira...* Lisboa, 1748 ; *Collecção dos principaes sermoens, que prégou o P....* Lisboa, 1754.

Isto constitui a colecção completa dos Sermões do Padre António Vieira, ou seiam 18 volumes. Do vol. da 2.ª parte há uma contrafacção ou variante ; da *Maria Rosa Mystica*, duas edições do mesmo ano, uma por João da Costa e outra por Miguel Deslandes ; da *Palavra de Deus*, 3 edições. As *Obras completas do Padre Antonio Vieira* foram tôdas impressas em Lisboa, 1854-58 (Seabra & T. Q. Antunes), em 27 volumes, que são : 15 de *Sermões*, 4 de *Cartas*, 3 de *Obras inéditas*, 2 de *Obras varias*, 1 da *Arte de Furtar*, 1 da *História do Futuro* e 1 da *Vida de Vieira pelo P.e André de Barros.* Edição completa dos *Sermões* é também a da livraria Chardron. Pôrto, 1907, 1908, 15 vols. Dos Sermões há mais, escolhidos e pub. em volume, as seguintes edições : *Sermões Selectos...* Lisboa, tip. Rollandiana, 1852-53, 6 vols. ; *Sermões...* Lisboa, tip. Universal, 1873, 1 vol. (19 Sermões) ; *O Chrysostomo Portuguez ou o Padre Vieira... n'um ensaio de eloquencia compilado dos seus sermões... pelo padre Antonio Honorati.* 1878 a 1890. 5 vols. (Uma das melhores compilações de Vieira) ; *Sermões...* Lisboa, tip. Adolfo, Modesto & C.ª, 1889 ; *O Livro de Oiro do P.e A. Vieira* (Recompilação, com biografia e notas), 1697-1897. Pôrto, 1897 ;

Trechos selectos do... Publicação comemorativa do bi-centenário da sua morte. Lisboa, 1897; *Sermões...* Ed. comemorativa do bicentenário da sua morte. Lisboa, 1898-99, 3 vols.; *Sermões ineditos.* s. l. (Lisboa) n. d.; *Vieira abreviado em cem discursos moraes e politicos, divididos em dous tomos.* Autor Anselmo Caetano Munhoz de Avreu Gusmam e Castellobranco. Lisboa, 1746, 2 vols.

As cinco pedras da funda de David foram sermões prègados em Roma à Raínha da Suécia, Cristina Alexandra. Foram insertos no vol. XIV dos Sermões, 1710. Diz o vol. XXII de Inocêncio que o tradutor foi Francisco Xavier de Menezes, conde da Ericeira. O padre António Honorati no *Chrisostomo portuguez* diz que a tradução é de Francsico Barreto. Em 1754 publicou-se em Lisboa *Cinco discursos moraes, fundados nas cinco pedras de David;* Em 1676, em Madrid, saíu *Las cinco piedras de la honda de David* e mais duas edições, do mesmo ano e impressor. Em 1678 saíu uma edição de Lisboa por António Gonçalves, e em 1695 outra por Miguel Deslandes. Em Roma, em 1676, também saíram *Le cinqve pietre della fionda di David.*

Problema que o sempre memoravel P. A. Vieira... recitou em huma Academia em Roma, em que foy generoso assumpto: Se o mundo he mais digno de rizo, ou de pranto; e assim quem acertava melhor, Democrito, que ria sempre, ou Heraclito, que sempre chorava. Lisboa s. d. 16 pág. (Vem no vol. XIV dos *Sermões).* Foi traduzido em espanhol *Lagrimas de Heraclito defendidas,* Valência, 1700; *Heraclito defendido...* Múrcia,, 1683.

Historia do futuro. Lisboa, 1718; outra edição, 1755; Baía, 1838; Lisboa, 1855.

Cartas. Lisboa Occidental, na Congregação do Oratorio e Regia Officina Silviana. Lisboa. 1735-1746-1827. 4 vols; *Cartas selectas...* Precedidas da sua vida, e seguidas de um índice analítico dos assuntos e matérias... Ordenadas e correctas por J. I. Roquette. Paris. 1838; *Cartas...* ed. ilust. Lisboa s. d. (1885), 2 vols; *Cartas...* Revistas por Tito de Noronha. Pôrto. 1871; *As primeiras vinte e cinco cartas...* Texto para exercícios de composição latina conforme o programa do govêrno ùltimamente publicado. Lisboa, 1871; João Lúcio de Azevedo — *Subsídios para uma edição comentada das Cartas de António Vieira.* Coimbra. 1915; *Dezanove cartas inéditas do Padre António Vieira, publicadas por J. Lúcio de Azevedo.* Coimbra, 1916; *As cartas do Padre António Vieira oferecidas ao Arquivo da Tôrre do Tombo,* por Pedro A. de Azevedo. Coimbra, 1906; *Arte de Furtar, Espelho de Enganos, Theatro de Verdades, Mostrador de horas minguadas, Gazua geral Dos Reynos de Portugal.* Amsterdam. Na Oficina Elvizeriana, *(sic)* 1652; outra edição, Amsterdam. Na of. de Martinho Schagen, 1744; id., 1745; Londres, 1820; Lisboa, 1820; Londres, 1821; Lisboa, 1829; Lisboa, 1854; Lisboa, 1855; Rio de Janeiro, 1907.

SOROR MARIANA, desenhada por Craig e gravada por Mackenzie em 1808. Da edição nessa data publicada em Londres

Além das obras indicadas, Vieira escreveu *Copia de huma carta para ElRey N. Senhor Sobre as missões do Seará, do Maraham, do Pará y do grande rio das Almansonas.* Lisboa, 1660 (vem no vol. XIV dos *Sermões); Rethorica sagrada ou arte de prégar...* 1745; *Ecco das vozes saudosas formado em huma Carta apologetica...* Lisboa, 1757; *Discurso catholico sentencioso...* Lisboa, 1747; *Informação dada por ordem do Conselho Ultramarino sobre as cousas do Maranhão ao mesmo conselho.* Lisboa, 1678; *Papel politico...* Lisboa, 1838. Muitas das obras de Vieira estão traduzidas em espanhol, francês, italiano e latim.

Sôbre Vieira consulte-se: *Diccionario bibliographico,* vols. I e XXII; Martinho da Fonseca — *Additamentos ao Dicc.º bibliographico ou Boletim da Sociedade de Bibliophilos Barbosa Machado,* vol. 3.º; P.e André de Barros — *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieira.* Lisboa, 1746; 2.ª ed., 1857; Madre Soror Margarida Ignacia — *Apologia a favor do R. P. Antonio Vieyra...* Lisboa, 1727 (Luiz Gonçalves Pinheiro, o autor); D. Manuel Caetano de Sousa — *Oração funebre...* Lisboa, 1730; D. Francisco Alexandre Lobo — *Discurso historico e critico acerca do P. Ant. Vieira e de suas obras.* Coimbra, 1823; Joaquim de Araújo — *No centenario do P.e A. Vieira.* 1697-1897. Génova, 1897; Bib. Nac. Lx.ª — *Exposição Bibliographica no bi-centenario do Padre Antonio Vieira em 1897.* Lisboa, 1897; *Carta Apologetica em que se mostra que não he aucthor do Livro intitulado Arte de Furtar o insigne P. Antonio Vieira da Companhia de Jesus, escripta por hum zeloso da illustre memoria deste Escriptor.* 25 pág.; Dr. Guilherme Studart — *A proposito do bi-centenario da morte do jesuita Antonio Vieira* — Fortaleza. 1897; Abbé E. Carel — *Vieira, sa vie et ses œuvres.* Paris, 1879.

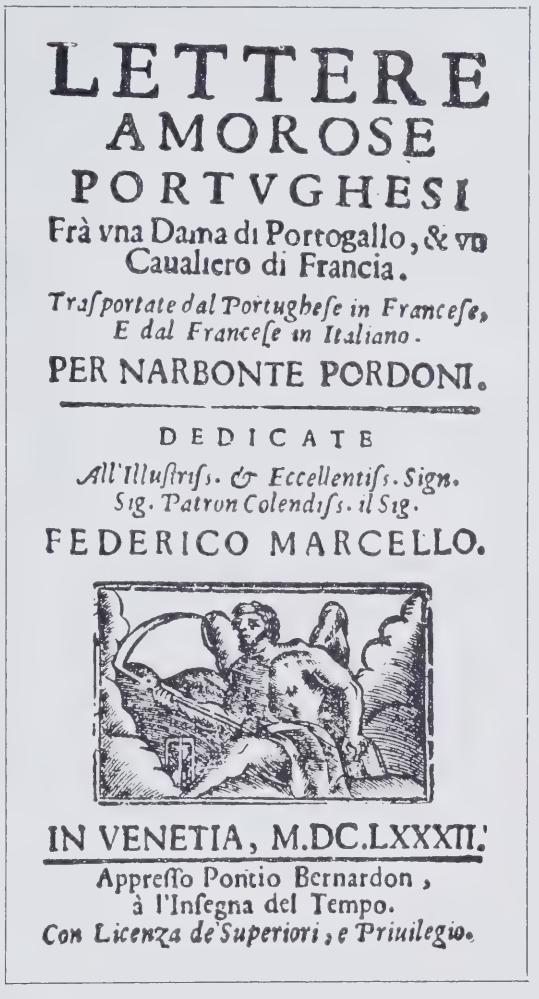
De João Lúcio de Azevedo, veja-se: *Nota sôbre as duas missões diplomáticas do Padre António Vieira à França e Holanda; Alguns escritos apócrifos, inéditos e menos conhecidos do Padre António Vieira.* Coimbra, 1915; *Os jesuítas e a Inquisição em conflito no século XVII.* Lisboa, 1916; na *Revista de História,* 1916, *Primeiro período da vida de António Vieira. O Religioso;* e, finalmente, a sua definitiva *História de António Vieira, com factos e documentos novos.* Pôrto, 1918-1920, 2 vols.

ENTRE as figuras de relêvo das nossas letras no século XVII nenhuma poderá sobrepôr-se à do Padre António Vieira. Frei Luís de Sousa, D. Francisco Manuel de Melo, o Padre Manuel Bernardes, foram, de certo, prosadores insignes; mas quem hoje lhes imitasse o estilo, arriscar-se-ia a ser tido por do tempo dêles em vez de contemporâneo nosso. Não assim Vieira, em cuja vasta obra de maravilha se encontrará vocábulo ou torneio de frase com jeito de antiqüado. De todos os nossos escritores, Camões e êle foram os que mais se penetraram do génio, da língua, os que souberam vazar-lhe o substracto nos moldes mais duráveis.

Nasceu o notável polígrafo em Lisboa, na rua dos Cónegos, perto da Sé, a 6 de Fevereiro de 1608. Seu pai, Cristóvão Vieira Ravasco, que exercia um cargo subalterno de justiça, foi no ano seguinte nomeado escrivão da Relação do Brasil, então instituïda, e partiu para a Baía, deixando no reino a família, que veio depois buscar. A mãi, Maria de Azevedo, era filha de um armeiro da Casa Real, e trouxera em dote ao marido a promessa régia de um emprêgo de justiça ou fazenda, facto vulgar na época; a qual dádiva, cumprida, motivara a transferência para o Brasil. Do lado paterno, Vieira tinha nas veias sangue africano. A avó, mulata, era serviçal em casa dos Condes de Unhão, onde o avô também servia;

criado, como se dizia, da família; meio fâmulo, meio dependente e protegido. Os desafectos a Vieira quiseram imputar-lhe ascendência de cristãos novos, mas do inquérito a que mandou proceder o Santo Ofício, não resultou a prova.

Tinha Vieira seis anos quando foi com os pais para o Brasil. Aos quinze entrou como noviço no colégio da Companhia de Jesus na Baía, onde já era aluno externo, distinto por dotes intelectuais e pela aplicação. Conta-se que nos primeiros tempos de estudante tôda a sua deligência não vencia as dificuldades: tardava no compreender, decorava com esfôrço, não satisfazia nas lições. Desde menino muito religioso, orava a certa imágem da Senhora das Maravilhas suplicando-lhe socôrro. Um dia, estando em prece, sentiu como que um estalo no interior do crânio. A Virgem deferira-lhe as súplicas. Daí por diante seus progressos surpreenderam e encantaram os mestres. Nos sérios estudos, por que na Ordem dos Jesuítas se conquistam os gráus, foi distinto. Tanto se impondo ao apreço que, saído apenas do noviciado, aos dezoito anos, lhe confiaram a carta ânua, em que é costume relatar ao Geral, de tôdas as partes do glôbo, as ocorrências de cada província da Companhia. O período fôra de sucessos memoráveis. Em 1624, os holandeses, às ordens do almirante Jacob Willekens, tinham desembarcado na Baía, e permanecido em posse da cidade por mais de um ano. Os habitantes, que puderam fazê-lo a tempo, abandonaram suas casas, refugiando-se no interior. Dêsse número os Jesuítas, que se acolheram a uma aldeia de índios, nos arredores, a cargo dêles para a catequese e administração. Os episódios da fuga dos moradores, da ocupação pelo inimigo, do cêrco pelos portugueses e da final vitória dêstes são descritos na carta com mão de mestre, e já um escritor consumado se nos denuncia. Seja exemplo o seguinte trecho, que descreve a chegada dos holandeses:


LETTERE
AMOROSE
PORTVGHESI
Frà vna Dama di Portogallo, & vn
Caualiero di Francia.
Trasportate dal Portughese in Francese,
E dal Francese in Italiano.
PER NARBONTE PORDONI.
DEDICATE
All'Illustriss. & Eccellentiss. Sign.
Sig. Patron Colendiss. il Sig.
FEDERICO MARCELLO.
IN VENETIA, M.DC.LXXXII.
Appresso Pontio Bernardon,
à l'Insegna del Tempo.
Con Licenza de' Superiori, e Priuilegio.

EDIÇÃO ITALIANA das *Cartas de Soror Mariana*. Veneza, 1682

Com a luz do dia apareceu a armada inimiga, que repartida em esquadras vinha entrando. Tocavam-se em tôdas as náus trombetas bastardas a som de guerra, que com o vermelho dos pavezes vinham ao longe publicando sangue. Divisavam-se as bandeiras holandesas, flâmulas e estandartes, que, ondeando das antenas e mastaréus mais altos, desciam até varrer o mar com tanta majestade e graça que, a quem se não temera, podiam fazer uma alegre e formosa vista. Nesta ordem se vieram chegando muito a seu salvo, sem lho impedirem os fortes, porque, como o pôrto é tão largo, tinham lugar para se livrar dos tiros.

Tanto que emparelhou com a cidade a Almiranta, a salvou sem bala, e despediu um batel com bandeira de paz. Mas à salva, e à embaixada antes de a ouvirem, responderam os nossos com pelouros, o que vendo os inimigos se puseram todos a ponto de guerra...

E foi tal a tempestade de fôgo e ferro, tal o estrondo e confusão, que a muitos, principalmente aos poucos experimentados, causou perturbação e espanto; porque, por uma parte, os muitos relâmpagos fusilando feriam os olhos, e com a núvem espessa do fumo não havia quem se visse; por outra, o contínuo trovão da artelharia tolhia o uso das línguas e orelhas, e tudo junto, de mistura com as trombetas e mais instrumentos bélicos, era terror a muitos e confusão a todos [1].»

O escrito, traçado é provável que primeiramente em vernáculo, foi mandado para Roma em dois textos, latino e português, de que os exemplares, ambos autógrafos e com assinatura, se encontram nos arquivos da Sociedade.

Da Baía passou Vieira a Pernambuco, a leccionar retórica no colégio de Olinda — o exercício do magistério por certo tempo é obrigação indeclinável dos que na Ordem postulam acesso ao sacerdócio — regressando para continuar os próprios estudos no fim do período. Em 1635, concluída a preparação teológica, foi ordenado presbítero. Ignora-se a data em que começou a prègar, mas é certo que já em noviço se ensaiava no púlpito. Um sermão dessa época foi recolhido, e acha-se impresso no volume de suas obras intitulado *Voz sagrada*. Depois dêsse, o primeiro que conhecemos é da quaresma de 1633. Em 1638 devia ser orador já notado na capital do Brasil, pois foi êle o escolhido para prègar na solenidade em celebração da vitória sôbre os holandeses, os quais nesse ano acometeram novamente a Baía, sem todavia conseguirem mais que pôr-lhe por mar e por terra um cêrco ineficaz.

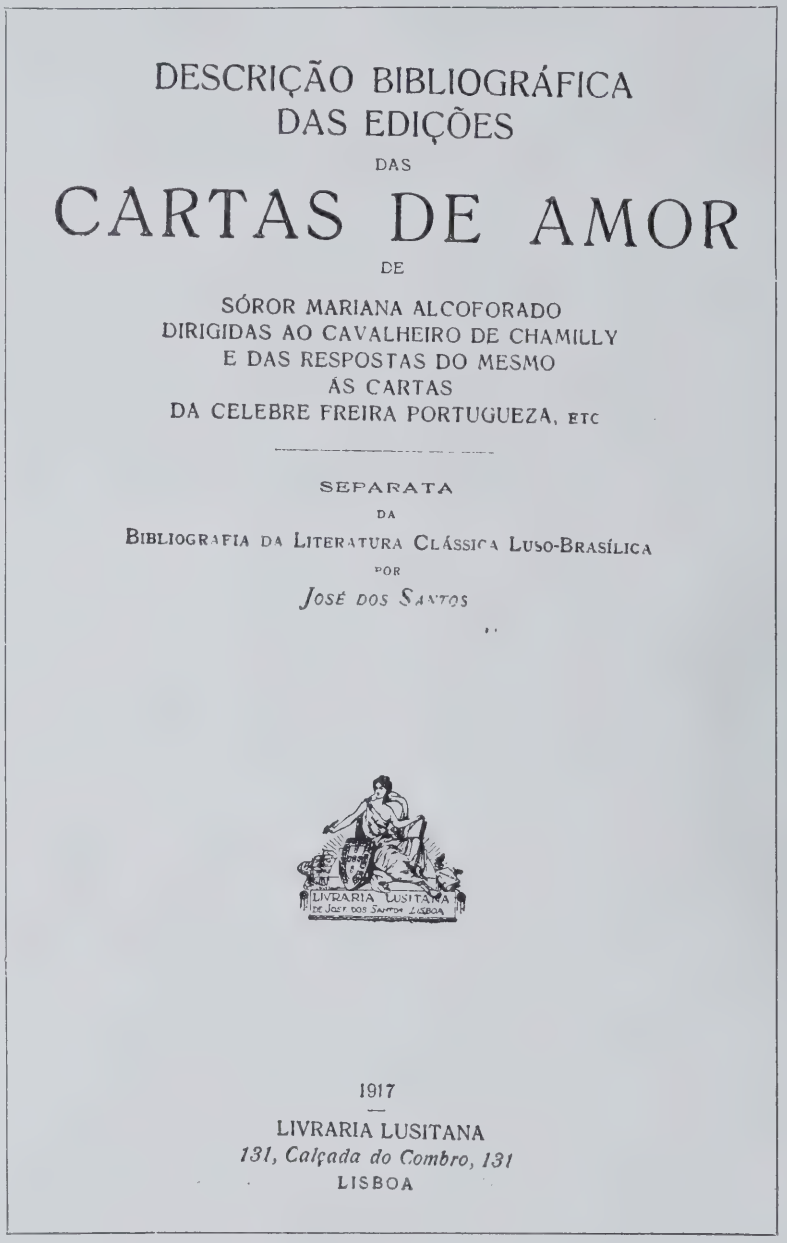
Em 1641, outra vez a guerra lhe deu ensejo de se evidenciar como orador sagrado. O almirante Lichthardt, após devastar o chamado Recôncavo da Baía, ameaçava a cidade. Em todos os templos se faziam preces pelo triunfo das armas católicas contra o calvinista inimigo. O discurso que Vieira pronunciou então é de certo uma extraordinária peça oratória, que atinge por vezes os mais altos cumes da eloqüência, e onde soam as mais vibrantes notas do sentimento religioso e do patriotismo. Adiante se lhe fará maior referência.

Seus triunfos de orador sagrado davam na capital do Estado a Vieira uma situação de realce, cujo brilho reflectia na comunidade jesuítica; e seria por isso que êle e o Padre Simão de Vasconcelos foram as pessoas designadas para acompanharem ao reino o emissário, portador da adesão do Estado do Brasil à Restauração. A êsse

[1] Êste trecho e outros adiante não se transcrevem na ortografia dos impressos, de onde são extraídos, porque não é a do autor, e sim dos editores ou a usual na oficina.

efeito, o governador Marquês de Montalvão mandou à Europa seu filho, D. Fernando de Mascarenhas. De sentimento diverso estavam outros dois, que tinha, os quais se pronunciaram por Castela e saíram do reino. Proveio daí que, aportando a Peniche a embarcação com os mensageiros do Brasil, alvorotou-se a gente de terra, e só a muito custo lograram subtraí-los as autoridades ao furor popular. Desfeito o equívoco, puderam os viajantes dar conta da sua embaixada em Lisboa. Vieira viu então o monarca, de que fêz o seu ídolo, e cuja amisade teve por glória da sua vida.

De igual modo que na Baía, a eloqüência do jesuíta conquistou-lhe em Lisboa a geral admiração. Os sucessos políticos, de que estava dependente a existência nacional, acudiam agora, trazidos por êle, à tribuna sagrada. Estimulando o patriotismo, exaltando o soberano, incitando ao sacrifício dos bens e pessoas pela manutenção de uma pátria livre, Vieira foi auxiliar prestante da nova dinastia. Êstes serviços, a fama adqüirida e o influxo da Companhia de Jesus, a qual não pouco havia contribuído para a revolução libertadora, abriram-lhe as portas do paço. Em breve a voz do prègador, admirada no púlpito, era escutada com acatamento no conselho do monarca. Para a raínha, espírito varonil, cujo voto dominava as deliberações, os preceitos de Vieira eram de oráculo. O herdeiro da corôa, D. Teodósio, venerava-o como a preceptor. O colégio de Santo Antão, onde residia o Padre, era um prolongamento da côrte, do qual saíam arbítrios para os negócios do Estado. Por vezes, a devoção à família reinante inspirou-lhe alguns, que seria difícil pôr de harmonia com o estreme patriotismo, qual o entendemos agora: isto é, o amor da terra e da gente, e não só a dedicação pela pessoa do soberano. Muito provàvelmente foi Vieira quem sugeriu a D. João IV o plano de ceder o govêrno ao Duque de Orléans, talhando para si um reino de parte do domínio colonial. Por morte do príncipe estrangeiro, que teria dado a filha em casamento a D. Teodósio, revertia o trono a êste ou seus herdeiros. Projecto subtil e aéreo, em que os mesmos franceses não ousaram convir. O fim era alcançar que a França, intervindo a nosso favor de modo eficiente na guerra, obrigasse os castelhanos a desistirem da pretensão de nos subjugarem de novo. Como quer que fôsse, para tal partiu Vieira em Fevereiro de 1647 com destino à côrte francesa, onde a proposta sossobrou na indiferença do primeiro ministro Mazarino e da regente Ana de Áustria, surprêsos ambos e não convencidos das razões apresentadas. De lá passou à Holanda, que já visitara no ano antecedente, assim como a capital francesa, também com encargos da régia confiança para os respectivos embaixadores.


DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA
DAS EDIÇÕES
DAS
CARTAS DE AMOR
DE
SÓROR MARIANA ALCOFORADO
DIRIGIDAS AO CAVALHEIRO DE CHAMILLY
E DAS RESPOSTAS DO MESMO
ÁS CARTAS
DA CELEBRE FREIRA PORTUGUEZA, ETC
SEPARATA
DA
BIBLIOGRAFIA DA LITERATURA CLÁSSICA LUSO-BRASÍLICA
POR
José dos Santos
LIVRARIA LUSITANA
1917
LIVRARIA LUSITANA
131, Calçada do Combro, 131
LISBOA

O MAIS COMPLETO e minucioso trabalho bibliográfico sôbre as *Cartas de Soror Mariana*, por José dos Santos

Segundo negócio em que a fama do jesuíta saíu ferida, foi o da paz com as Províncias Unidas, deixando aos holandeses os territórios que ocupavam no Brasil desde 1630, e ainda com várias onerosas cláusulas; proposta de que o supuseram autor. Defendeu-se êle alegando que as condições, exigidas pela república, tinham sido admitidas no Conselho de Estado, que D. João IV as aprovara, e que a sua participação consistira sòmente em redigir, por ordem do monarca, um escrito em sustentação do propósito, que a pressão da opinião pública impediu se efectuasse. É o célebre *Papel forte*, como veio a ser denominado, pelo arrôjo da proposição e vigor dos argumentos, o qual, conservado em cópia nas colecções particulares, saíu impresso em 1857 no tômo 3.º das *Obras Inéditas*.

Mais uma vez, em 1650, o Padre Vieira tomou a seu cargo uma suspeita missão política: nada menos que negociar em Roma o consórcio do príncipe D. Teodósio com a infanta, nesse tempo herdeira única de Filipe IV; modo pelo qual, segundo as suas instruções, se poderia regressar suavemente à união das duas corôas, portuguesa e de Espanha. Enquanto por esta maneira o emissário jesuita fazia propostas de paz, ajudava de outro lado a fomentar a revolta em Nápoles, por entendimentos secre-

tos com os cabeças do levante contra os espanhóis. Descoberta a intriga, foi ameaçado de morte pelo embaixador castelhano, e obrigado a deixar Roma precipitadamente.

Ainda em 1652 se pensou nele para acompanhar a Inglaterra o embaixador Conde de Penaguião, mas já nesse tempo êle havia optado pela carreira de missionário, que com notável brilho foi exercitar na América, chamando ao cristianismo multidões de selvagens e buscando-lhes defesa contra a tirania dos colonos no Pará-Maranhão.

CURIOSA E INÉDITA FOTOGRAFIA do aspecto do leilão dos livros que pertenceram a José Queiroz, em Lisboa, em 1922. Local a sala da livraria Azambuja, depois palácio onde esteve a redacção de *A Lucta*, ao Calhariz, em Lisboa. Sentado à esquerda, marcado X, o livreiro e bibliógrafo José dos Santos, autor dos melhores catálogos de livros publicados em língua portuguesa. O seu catálogo Azevedo-Samodães pode considerar-se um tratado de bibliografia. José dos Santos é tão estudioso e sabedor como modesto. Presidiu ao leilão o livreiro João da Silva Coelho

Partindo em Novembro de 1652, parece que à última hora arrependido da resolução, mas afinal conformado, lidou com singular devotamento na obra da catequese, e por quási nove anos, com a interrupção de dez meses, passados no mar e em Lisboa, aonde veio em 1654, o teatro de suas acções foram as pequenas cidades de S. Luís e Belém, cabeças de capitania no Maranhão e Pará, e os vastos desertos da região amazónica.

Pôs-lhe fim a esta espécie de actividade um levante dos habitantes portugueses, que expulsou da colónia os jesuitas em 1661 ; dêles o mais aborrecido foi o Padre Vieira, por sua constância em opor-se à escravização dos indígenas, de que subsistia a agricultura local.

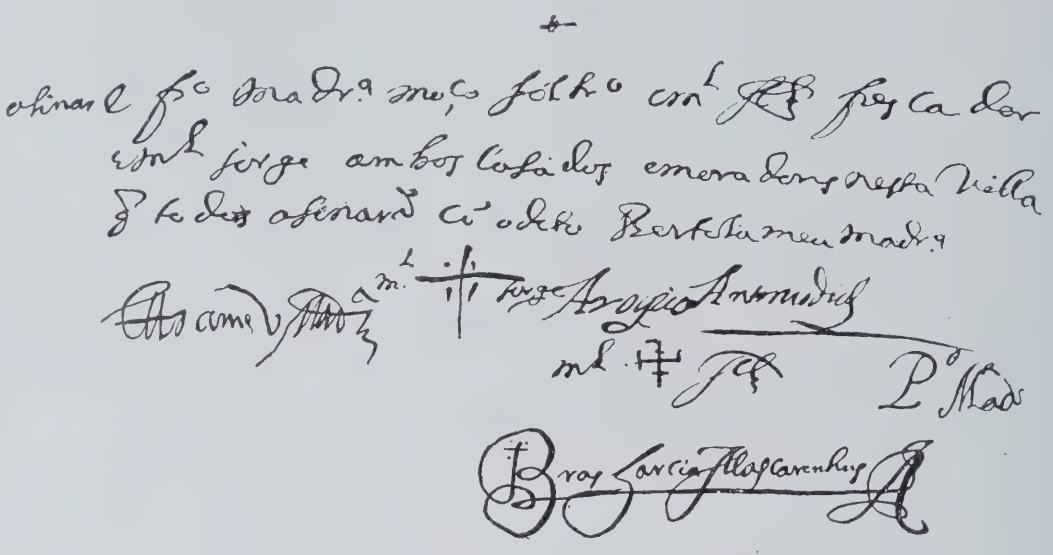
O regresso ao reino coïncide com o período aceso da discórdia na côrte, entre as facções que pretendiam, uma insistir investir no govêrno D. Afonso VI, ainda em tutela, a outra manter na regência a raínha D. Luísa, é possível que pensando desde logo em excluir do trono o soberano legítimo, como veio a suceder. Vieira aderiu sem demora, e com aquele ardor muito da sua índole, ao partido da raínha. Uma exortação, em forma de reprimenda, para que mudasse de costumes, lida ao jóvem rei perante a côrte reünida, passa por obra sua. O golpe de Estado pelo qual D. Afonso assumiu a governação desterrou-o para o Pôrto ; daí para Coimbra ; e não tardou a chamá-lo a contas o Santo Ofício, desde muito à espera de sazão propícia para o perseguir. Facultou-lhe o pretexto certo escrito, em que Vieira, fundado nas profecias do sapateiro Bandarra e outras, vaticinava a ressurreição de D. João IV, com proposições onde acharam os teólogos sabor de heresia. O processo arrastou-se longo espaço em preliminares, até que, no 1.º de Outubro de 1665, o acusado recolheu aos cárceres da Inquisição de Coimbra, de nada lhe valendo as altas protecções que invocou. De lá saíu a 23 de Dezembro de 1667, sentenciado às penas de reclusão em um mosteiro, privação de prègar, e outras de menos importância. Já porém nesse tempo vencera a facção de D. Pedro, que Vieira servira ; seus amigos recuperaram a autoridade, e as penas houveram de ser-lhe relevadas. Ao noviciado da Cotovia, residência do condenado de ontem, concorriam as pessoas mais gradas da côrte. Em breve soaria a voz do prègador. No dia de Reis de 1669, Lisboa ouvia o seu orador preferido, que celebrava o nascimento da princesa Isabel, de malogrado fim, nascida do matrimónio do Regente D. Pedro com a consorte do irmão deposto. Já antes, no aniversário da raínha, a 22 de Junho do ano precedente, Vieira se propusera prègar na festa congratulatória na capela real. Por motivos ignorados a oração, que muito exaltava a raínha, não foi proferida ; mas, posta em estampa, por diligência do confessor de D. Pedro, o jesuita Manuel Fernandes, teve larga divulgação.

CURIOSO FECHO publicado na edição das *Lettres d'une chanoinesse*, publicado em *La Haya*, 1771

Se uma e outra peças oratórias tinham por objecto captar para o autor sentimento igual ao que por êle tivera D. João IV, e reintegrá-lo na acção política, o efeito não foi logrado. Nem no regente nem na mulher dêste, o antigo conselheiro de soberanos encontrou o favor ambicionado. Descontente, decidiu exilar-se. Sob pretexto de advogar perante o Pontífice a canonização de certos mártires da Companhia de Jesus, da família portuguesa, partiu para Roma em Novembro de 1669. Por lá se demorou até Junho de 1675.

De volta à pátria, não lhe proporcionou esta as compensações em que cria ainda. Ao cabo de seis anos, des-

consolado de não encontrar no paço, nem entre os religiosos, seus consócios, aquelas satisfações a que seu ânimo aspirava, deliberou expatriar-se novamente, deixar a Europa, e acabar seus dias na terra onde anos da infância lhe haviam decorrido, onde se vira adolescente e homem feito, onde seus talentos primeiro brilharam; e à qual por fim como religioso pertencia, pois na divisão geográfica da comunidade a Província do Brasil era a da sua inscrição. Não conseguiram detê-lo as instâncias do Geral João Paulo Oliva, que o chamava para Roma, nem o lisongeiro convite de Cristina de Suécia, para seu prègador, que já uma vez recusara. Em Janeiro de 1681 disse o adeus definitivo à terra do seu berço, e pela sexta vez afrontando as procelas do Atlântico, após quarenta anos de ausência, tornou à Baía.



Um dos poucos autógrafos conhecidos do poeta Braz Garcia de Mascarenhas. *Rev. da Universidade de Coimbra*, vol. III e *O Poeta Braz Garcia de Mascarenhas* do Dr. António Garcia de Vasconcelos

Ali viveu mais dezasseis, que não foram isentos dos assaltos da sorte nem das lutas com os homens, em que se lhe mostrou tão fértil a vida. Dois anos depois de ter vindo, ei-lo implicado em um crime de homicídio, de que foi vítima o alcaide-mor da Baía, inimigo de seu irmão Bernardo Vieira Ravasco, secretário do governador, e em que o incriminavam de mandante, com outros. Acusação sem fundamento, e de que fàcilmente se ilibou. Menos felizes, o irmão e um sobrinho, filho dêste, tiveram de homiziar-se, entregaram-se, padeceram prisões, e só passados anos alcançaram a absolvição.

Um conflito de jurisdição com o bispo de Pernambuco, quando exercitava o cargo de Visitador, outro de disciplina com o Padre Provincial, depois que largou a prelatura, testemunham do instinto pugnaz, que a idade, de septuagenário adiantado, não lograra aplacar. Aos 88 anos, acabrunhado dos achaques da velhice, quási totalmente privado da vista e do ouvido, terminou a sua peregrinação pelo mundo, em que foi ornamento notável da sua época e da sua nação.

Em tão longa existência, êle aparece nas letras portuguesas como a primacial individualidade do seu século, a mais apreciada dos contemporâneos, que não deixaram de render-lhe preito até aos últimos dias. Na Baía, já inválido, impossibilitado de escrever por seu punho, recebia ainda por cada frota larga correspondência, de todos aqueles, muitos em elevada posição na côrte, que o tinham conhecido na Europa, e para quem êle era o mais eloqüente dos tribunos, o mais atilado dos políticos, o mais discreto dos carteadores. Cada ano um volume dos sermões, dado à imprensa, ia recordar aos antigos a fascinação da voz ouvida, despertar nos da geração nova a inveja aos predecessores. Suas exéquias, no templo de S. Roque, da iniciativa do conde da Ericeira, foram como que uma manifestação nacional, concorrendo a elas enviados estrangeiros, núncio e pessoas da maior categoria social. Nem todos certamente teriam lido os sermões; mas a fama do autor ampliara-se pela distância, e era do bom tom participar na homenagem que lhe prestavam os entendidos.

Estes últimos não fundavam a sua admiração exclusivamente na obra do orador. Vários escritos que não tinham vindo à imprensa, andavam em cópias de mão em mão; e além dêles as cartas, guardadas por alguns, que as tinham recebido, como jóias literárias, eram igualmente comunicadas, copiadas, e chegaram a formar volumes na colecção de amadores. Pouco a pouco diferentes tomos de escritos avulsos foram dados à estampa. Por cuidado do conde da Ericeira publicaram-se em 1735 dois tomos de *Cartas*, a que se seguiu o terceiro, por compilador menos autorizado, em 1746. Repetiram-se depois as edições, e a curiosidade por tão preclaro cultor da nossa língua não esmoreceu até hoje.

Podemos dividir em quatro espécies as obras de Vieira; parenética, mística, polémica e escritos políticos, e epistolografia; e nenhuma deixa de ter lugar em uma história geral da literatura. Em tôdas o autor foi exímio; em tôdas a sua pena tem a pureza, a abundância, aquela posse do génio da língua, em que, como dito fica, Camões e êle se distinguem. A êste respeito disse o castiço escritor D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Viseu, seu biógrafo: «Se o uso da nossa língua se perder, e com êle por acaso acabarem todos os nossos escritos que não são os *Lusíadas* e as obras de Vieira, o português, quer no estilo da prosa quer no poético ainda viverá na sua perfeita índole nativa, e na sua riquíssima cópia e louçania». Nenhum crítico de bom fundamento recusará assenso a êste juizo.

De suas orações a que, segundo parece, Vieira mais prezava, era o sermão da Sexagésima, que colocou à testa do 1.º volume. Proferido em 1655, na capela real, quando veio das missões impetrar em favor delas o auxílio de D. João IV, o tema era a arte de prègar, a propósito da qual verberava os dominicanos, émulos da Companhia, e seus próprios no púlpito, os quais na ocasião lhe imputavam o propósito de abandonar os companheiros deixados na América.

O estilo que se usava na tribuna sagrada, e em que os rivais de Vieira se distinguiam, era, dizia êle, *empeçado, dificultoso, afectado, encontrado a toda a arte e a toda a natureza*. O bispo D. Frei Manuel do Cenáculo, avisado

crítico, capitulou-o *de afeminado, delicioso e de galanteria*. O prègador jesuíta queria outra cousa:

«O estilo há de ser muito fácil e muito natural. Por isso Cristo comparou o prègar ao semear. *Exiit, qui seminat, seminare*. Compara Cristo o prègar ao semear, porque o semear é uma arte que tem mais de natureza que de arte. Nas outras artes tudo é arte; na música tudo se faz por compasso, na arquitectura tudo se faz por regra, na aritmética tudo se faz por conta, na geometria tudo se faz por medida. O semear não é assim. É uma arte sem arte; caia onde cair. Vêde como semeava o nosso lavrador do evangelho. Caía o trigo nos espinhos e nascia: *Aliud cecidit inter spinas, et simul exortae spinae*. Caía o trigo nas pedras e nascia: *Aliud cecidit super petram, et ortum*. Caía o trigo na terra boa e nascia: *Aliud cecidit in terram bonam, et natum*. Ia o trigo caindo e ia nascendo. Assim há de ser o prègar. Hão de cair as cousas e hão de nascer; tão naturais que vão caíndo, tão próprias que venham nascendo.»

Isto mesmo dizia no prólogo do 1.º tomo dos *Sermões*, dirigindo-se ao leitor: «Se gostas da afectação e pompa das palavras, e do estilo que chamam culto não me leias». E pedia lhe perdoassem os deslizes, em que na verdura dos primeiro anos pudera ter caído.

O sermão da Sexagésima seria o mais estimado do autor. O que lhe valeu mais aplausos, o que de preferência se recolhe nas antologias, é o de 1640, na capital do Brasil, pelo bom sucesso das nossas armas contra as holandesas. O que caracteriza êste discurso é a extraordinária veemência. Raras vezes o homem se dirige ao seu criador em termos de tal modo arrogantes. *Levantai-vos! Porque dormis, Senhor?* Assim principia, com palavras de David. *Não hei de pedir pedindo, senão protestando e argumentando*. Assim anuncia no exórdio à divindade, e assegura-lhe que há de saír do sermão arrependida. Já os hereges, insolentes com seus triunfos, estão dizendo que verdadeira religião é a sua, por isso Deus os favorece e vencem, e que a católica é a falsa. E que hão de dizer o *tapuia bárbaro*, o *índio inconstante*, o *etíope boçal* senão o mesmo, e como não hão de passar à crença do vencedor? Então será a hora do arrependimento:

«Entrarão os hereges nesta igreja e nas outras; arrebatarão essa custódia em que agora estais adorado dos anjos; tomarão os cálices e vasos sagrados, e aplicá-los-ão a suas nefandas embriaguezes; derrubarão dos altares os vultos e estátuas dos santos, deformá-las-ão a cutiladas e metê-las-ão no fogo; e não perdoarão as mãos furiosas e sacrílegas nem às imagens tremendas de Cristo crucificado, nem às da Virgem Maria... Em fim, Senhor, despojados assim os templos e derrubados os altares, acabar-se-á no Brasil a cristandade católica; acabar-se-á o culto divino; nascerá erva nas igrejas como nos campos; não haverá quem entre nelas. Passará um dia de Natal, e não haverá memoria de vosso nascimento; passará a quaresma, e a semana santa, e não se celebrarão os mistérios de vossa paixão.»

A descrição da estatuária, no sermão do Espírito Santo, prègado no Maranhão aos missionários, que partiam para catequizar os selvagens do Amazonas, é outro trecho muitas vezes reproduzido. O índio rude e bárbaro é qual a pedra bruta, que se afeiçoa em figura humana; será o artista o missionário.

«Vêde o que faz em uma pedra a arte. Arranca o estatuário uma pedra dessas montanhas, tôsca, bruta, dura, informe, e depois que desbastou o mais grosso toma o maço e o cinzel na mão, e começa a formar um homem, primeiro membro a membro, e depois feição por feição, até a mais miuda. Ondeia-lhe os cabelos, alisa-lhe a testa, rasga-lhe os olhos, afila-lhe o nariz, abre-lhe a boca, avulta-lhe as faces, torneia-lhe o pescoço, estende-lhe os braços, espalma-lhe as mãos, divide-lhe os dedos, lança-lhe os vestidos: aqui desprega, ali arruga, acolá recama, e fica um homem perfeito e talvez um santo que se pode pôr no altar. O mesmo será, se à vossa indústria não faltar a graça divina.»

Como êste, quantos passos descritivos, do mais fino lavor literário, derramados na vasta colecção!

Aqui ocorre ponderar se o padre lusitano emparelha na eloqüência com o seu coevo Bossuet. Um e outro, na época, emparelharam na fama, o último em França, aquele na sua pátria e em terras estranhas. Certo, o bispo de Meaux, nas suas orações mais célebres, conserva melhor o equilíbrio, nunca se desmanchando daquela justa medida, própria da sua língua e dos estilos daquela côrte majestosa onde brilhou. Vieira ora se eleva aos cumes, ora rasteja em planos ínfimos. Mas não são raros na sua obra os lances tão capazes de comoverem os ouvintes como aquele admirável brado: *O nuit désastreuse, o nuit effroyable!* que, no dizer de Voltaire, arrancou soluços e lágrimas ao mais selecto dos auditórios, na oração fúnebre pela Duquesa de Orléans. Há todavia um ponto muito em favor de Vieira, que nesta espécie de oratória se não pode deixar na sombra; e vem a ser que êle, se bem cortesão, não trepidava de falar alto aos reis da tribuna; ao contrário de Bossuet, de quem por vezes chegam a dar fastio os tópicos de servil lisonja a Luís XIV. Como quer

ROSTO DA PRIMEIRA PARTE da *Monarchia Lusitana*, a mais importante obra histórica do século XVII, embora o 1.º vol. tenha aparecido ainda no século XVI. (Colecção pertencente à livraria de Albino Forjaz de Sampaio. Este e os nove rostos seguintes)

que fôsse, o renome do português, imenso entre os seus, não deminuia perante os estrangeiros. Em Espanha imprimiram-lhe as obras, para modêlo de oradores. Em Roma, onde se arrojou a prègar em italiano, gozou alta reputação. O Geral do jesuítas, João Paulo Oliva, orador festejado na capital do mundo católico, apontava-o para lhe suceder como prègador do pontífice. A raínha Cristina de Suécia exibia-o, como orador de sua casa, ao escol da sociedade romana que a freqüentava.

Dos escritos místicos de Vieira imprimiu-se em parte a *História do futuro*, de que, além do texto publicado, nos resta o elenco dos capítulos, e alguns dêstes incompletos. Era a obra como que a introdução a outra de maior fôlego, em idioma latino, a *Clavis Prophetarum*, em que trabalhou muitos anos, até à sua morte, e que no 1.º tômo dos *Sermões* prometia ao leitor. Principiada quando, durante a regência do infante D. Pedro, se achava em Roma, não conseguiu levá-la ao fim. Do manuscrito existem cópias, de que se não sabe até que ponto foram manipuladas pelo Padre Bonucci, italiano, seu último colaborador na Baía. Com grande aparato de erudição bíblica e patriótica, o autor, assim na *Clavis* como na *História do Futuro*, mira a demonstrar o advento próximo do quinto império do mundo, e o reinado de Cristo na terra, com D. João IV ressuscitado por imperante temporal. Suscitaram-lhe o pensamento as *Trovas* proféticas do sapateiro Bandarra, aplicando ao monarca falecido os textos, que tinham sido o evangelho dos sebastianistas.

GEOGRAPHIA
ANTIGA DE LVSY-
TANIA.

COMPOSTA POR FREY BERNARDO DE BRI-
TO CHRONISTA GERAL E RELIGIOSO DA
ordem de S. Bernardo, Profeſſo no Real Mo-
ſteyro de Alcobaça.

EM ALCOBAÇA.

✠ Impreſſa com licença da Sancta, & G I Inquiſição: ✠
Por Antonio Aluarez Impreſſor de Liuros.

Anno 1597.

ROSTO DA GEOGRAFIA, inserto no primeiro volume da *Monarchia Lusitana*

Do quinto império do mundo e da ressurreição de D. João IV, com fundamento nas *Trovas*, trata de modo exaustivo o escrito de nome *Esperanças de Portugal*, em forma de carta ao bispo do Japão, Padre André Fernandes, que a êste enviou do Pará, em 1659, e foi a base do processo que lhe moveram no Santo Ofício. Não se cuide ser a aberração exclusiva de espírito em outras matérias tão lúcido; muitos contemporâneos participaram da ilusão, a que se ligava a da astrologia, cujos adeptos no século XVII foram em grande número e das classes mais cultas.

Dos escritos políticos foi sôbre todos discutido aquele, já mencionado, que advogava o abandonar-se Pernambuco aos holandeses. Outros, igualmente combatidos, referem-se aos cristãos novos e judeus refugiados em países estranhos, para os quais recomendava tolerância, em benefício da nação. Por fim, os que constam de requerimentos e projectos sôbre o modo de catequizar e aproveitar os índios da América, e ásperos libelos contra os colonos que os escravizavam.

Para a nossa geração a parte mais notável das obras de Vieira são as *Cartas*, de que, sendo muitas as conhecidas, é lícito lastimar faltem muitas mais. Nêste ramo de literatura, elas compensam com largueza a indigência do mesmo entre nós. Não há comparar-lhes as de D. Francisco Manuel de Melo, hoje enigmáticas, e sòmente aproveitáveis por modelos de boa linguagem; muito menos as do Cavaleiro de Oliveira; umas e outras conservadas com propósito de publicação. As de António Vieira, espontâneas, sem aprestos, são o reflexo límpido de uma alma, sob a impressão dos acontecimentos. Não há nelas preocupação literária, nem nenhum rebuscar de pensamento. A pena corre livre, obediente ao impulso interior. E através desta notável correspondência, é-nos dado contemplarmos meio século de história. Desde as cartas de Paris e Baía, de 1646 a 48, para o Marquês de Niza, as mais antigas, até às últimas, de octogenário na Baía, os principais sucessos do mundo e todos que possam comover a alma portuguesa perpassam nestas missivas.

O que se diz das cartas se pode em sentido geral afirmar das demais obras, as místicas não excluídas. Dos sermões, quantos não versam assuntos políticos ou que dizem respeito a ocorrências notáveis da vida nacional! E não será êrro considerar os escritos de Vieira documentos indispensáveis para bem se conhecer a época em que viveu o autor.

Suposto isto, alguns lhe foram atribuídos, que de nenhum modo lhe pertencem; já acinte, para dar ao que se exprimia a autoridade do seu nome; já por fraude inconsciente, porque, desconhecido o autor, o tinham a êle por competente sôbre todos na matéria do discurso.

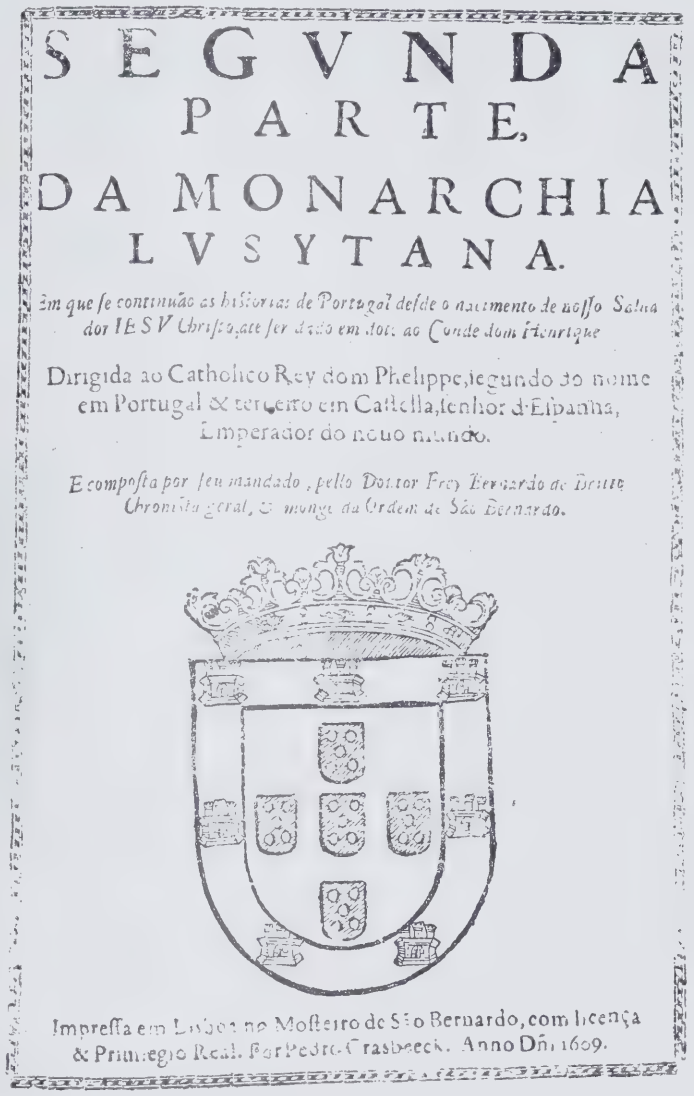
Retratos
do
Padre António Vieira
e do
Padre Manuel Bernardes

Os dois retratos que se seguem são tidos por fidedignos dos grandes escritores seiscentistas, embora de artistas estrangeiros. Ambos acompanham as suas obras e ambos são conhecidas e excelentes gravuras. São por assim dizer clássicos, êstes retratos dos notabilíssimos escritores.

VERA EFFIGIES CELEBERRIMI
P. ANTONII VIEYRA,
è Societ. Jesu, Lusitanicorum Regum Concionatoris, et Concionatorum Principis;
quem dedit Lusitania mundo Ulyssipo Lusitaniæ, Societati Brasilia Obijt Bahiæ
Prope nonagenarius Die 18 July Ann. 1697. Quieſcit in regio Collegij Bahy:
ensis templo, ubi sepultus frequentiſſimo urbis concursu, æterno orbis deſiderio ~
Arnoldo Van Westerhout Sculp. Rom. Sup. perm.

OS DOIS GRANDES PROSADORES DO SÉCULO XVI. — Os padres António Vieira e Manuel Bernardes

Sucedeu assim que não poucas peças espúrias andam nas colecções manuscritas como de sua pena, e algumas por tais se imprimiram. Destas últimas, duas merecem especial consideração. As *Notícias recônditas do modo de proceder a Inquisição com os seus prêsos* e a *Arte de furtar*. As *Notícias* saíram pela primeira vez a lume em um livro publicado em Londres, com a falsa designação de impresso em Vila Franca, pelo rabino da sinagoga portuguesa David Neto, em 1722. O volume contém vários escritos, em português e castelhano, relativos à Inquisição em diversos países, entre êsses o que diz respeito a Portugal. O nome de Vieira não figura lá, e foram os falsificadores os que, apossando-se do título do volume, o deram a uma das partes, que introduziram nas obras do jesuíta. Não se afigura incrível que êste, defensor acérrimo dos cristãos novos, tenha concorrido para a feitura do escrito, composto em Roma, quando lá se debatia um famoso pleito daqueles com o Santo Ofício, de que requeriam se reformasse o regulamento. Na acesa contenda participou Vieira de modo conspícuo; mas a redacção do papel não é dêle, e tudo leva a crer fôsse o autor certo notário despedido da Inquisição de Lisboa por prevaricador, e degredado para o Brasil, de nome Pedro Lupina Freire. O testemunho de David Neto, a quem sem dúvida os correligionários portugueses proporcionaram o escrito, é formal. Diz êle que o autor fôra secretário da Inquisição em Portugal, e se retirou para Roma em 1672. Pelas cartas de Vieira sabemos que em Setembro de 1673 Pedro Lupina Freire estava em Roma, e que os cristãos novos lhe aproveitavam os serviços. Ninguém mais apto que um antigo funcionário para desvendar os mistérios do tribunal, de que ao pessoal interno, réus e juízes, se impunha o segrêdo com grandes penas. Que encontrado com o jesuíta, a quem muito importava o negócio, dêle recebesse orientação, é bem possível; mas a parte substancial do escrito, factos narrados e análise das normas jurídicas, só sujeito do íntimo da instituïção a podia ministrar.


SEGVNDA
PARTE,
DA MONARCHIA
LVSYTANA.
Em que se continuão as historias de Portugal desde o nascimento de nosso Salvador IESV Christo, até ser dado em dote ao Conde dom Henrique
Dirigida ao Catholico Rey dom Phelippe, segundo do nome em Portugal & terceiro em Castella, senhor d'Elpanha, Emperador do nouo mundo.
E composta por seu mandado, pello Doutor Frey Bernardo de Brito Chronista geral, & monge da Ordem de São Bernardo.
Impressa em Lisboa no Mosteiro de São Bernardo, com licença & Priuilegio Real. Por Pedro Crasbeeck. Anno Dñi. 1609.

ROSTO DA SEGUNDA PARTE da *Monarchia Lusitana*, 1.ª edição. Lisboa, 1609

A *Arte de furtar*, de autor incógnito, é por certo uma das obras notáveis da literatura nacional. A lingüagem tersa, a fina sátira, a curiosidade das matérias tratadas, que são de tôdas as épocas, dá-lhe lugar entre os clássicos que não é permitido esquecer. Quem quer que a tenha escrito, posto que inferior àquele de quem usurpa o nome (Vieira — diz Camilo Castelo Branco — era mais eloqüente, compunha e ataviava com outras galas de estilo, ervava as sátiras e alusões com mais penetrante peçonha) não desmerece o qualificado neste século de prosadores excelentes. Assim como o nome do autor, supostas são no livro o lugar da imprensa e a data. Em Amsterdam, na Oficina Elvizeriana *(sic)*, 1652, quando está averiguado, pela identidade de papel e tipo com as da segunda edição, de 1744, que da mesma tipografia e do mesmo ou de ano pròximamente anterior deve ter sido a publicação. O livro teve grande voga, pelo nome do suposto autor, então no galarim da fama, e pela malícia do assunto, o que explica a imediata reïmpressão. Com a data verdadeira desta vez, mas ainda trazendo a fingida designação de Amsterdam e o falso nome do impressor. Era o meio de subtrair o livro à censura; não obstando isso à larga divulgação, por motivo da qual duas vezes em 1744 se fêz a edição clandestina. O impressor foi o genovês João Baptista Lerzo, dono de uma pequena tipografia ao Loreto, o qual adqüirira o manuscrito no espólio de um desembargador, de quem não consta o nome. O Padre João Baptista de Castro era das relações de Lerzo, teve a obra por empréstimo, e extraíu trechos que enxeriu em uma publicação sua, intitulada *Hora de recreio*. Na opinião dêle o autor seria Tomé Pinheiro da Veiga, por analogias que lhe pareceu encontrar no talho da letra e lingüagem. Lerzo, não convencido, ou porque a isso o impelia o interêsse, optou por Vieira, e não hesitou em atirar o livro à publicidade com êste nome. Fraude de que estivesse consciente? É possível que não. Na verdade, a quem ler atento a *Arte de furtar* e conhecer a vida e estilo de Vieira, a confusão não é lícita. Mas que havemos de esperar do impressor, sujeito naturalmente de letras mingüadas, e de mais estrangeiro, quando um crítico, qual Cândido Lusitano, se julga obrigado a desvanecer a ilusão do público e a intervenção dá ainda ensejo a polémica? À *Carta apologética* de Francisco José Freire responde a *Dissertação apologética e dialogística* de Frei Francisco Xavier dos Serafins Pitarra, adversário inferior, mas a que não faltaram sequazes. Freire volta à estacada com o *Vieira defendido*, sem que até hoje a lenda de todo se tenha extirpado. Tanto basta para mostrar que o engano do primeiro editor podia não ser voluntário. Não assim o dos seguintes,

que com a mira no lucro repetiram o êrro dos predecessores. Em Espanha foi a obra proïbida pela Inquisição, com a declaração expressa de ser falso o nome do autor.

Os trechos abaixo dão idéa do estilo. Da forma grave:

«Ninguem se deve fiar muito na paz feita com inimigo porfiado; porque a malicia e a ambição, com pretexto de paz, se valem de enganos e cautelas peores que a guerra: e porisso o principe prudente no tempo da paz não deve deixar os ensaios da guerra e exercicios militares, nem que os seus vassalos se dêem ao ocio e regalos; porque, como diz Tito Livio, não fazem tanto danno á republica os inimigos quanto fazem os regalos e deleites. Na mayor paz, ter as armas e as armadas prestes enfrea os inimigos. Paz desarmada é mais arriscada que a mesma guerra. Não estão ociosos os galeoens no estaleiro, nem as armas com bolor nos armazens; dalli, sem se moverem, estão reprimindo o inimigo, que se acanha só com cheirar que ha de achar resistência. O Emperador Justiniano tem que os príncipes hão de estar armados com as armas da guerra, e armados com as leys da paz, para governarem bem os povos que tem a seu cargo. Começa a ruina de uma republica com o desprezo das leys, onde acaba o exercicio das armas. Quando Xerxes rendeo Babilonia não matou nem cativou os que lhe resistirão; mas só mandou para se vingar delles que não exercitassem mais as armas e que se occupassem em tanger, cantar e dançar, e em serem jograis e taverneiros; e com isto conseguio que a gente daquella cidade, tão insigne no mundo, fosse vil e fraca. Tal foy a paz que o governo de Filippe trouxe a Portugal com o perdão geral que deu a todos os que lhe resistiraõ: e houve Estadistas tão sabios que tiveraõ isto por felicidade.»

Na feição jocosa:

«A Republica dos ratos entrou em conselho e fez huma junta, sobre que remedio teciaõ para se verem livres das unhas do gato. Presidio um arganaz de bom talento: assentaraõ-se por suas antiguidades os adjuntos: votou o mais velho: mudemos de estancia: vamo-nos para os Armazens delRey onde não ha gatos, e sobejaõ bastimentos, biscouto arrodo, queijos a fartar, chacinas de toda a sorte, e onde muitos homens de bem achaõ seu remedio, sem lhes custar mais que tomallo, tambem nós o acharemos, que nos contentamos com menos. Enganaes-vos, disse o Presidente, comer á custa delRey nunca é barato nem seguro, porque quem a galinha delRey come magra gorda a paga, e nos seus armazens ha unhas peores que as dos gatos, que nada lhes escapa. Votou o outro (devia de ser alentado) sou de parecer que cortemos as unhas do gato. Acodio o Presidente: calay-vos lá murganho: cortarlhas-heis vós? Não dizeis nada porque logo lhe hão de nascer outras mayores e mais peçonhentas. Isto de unhas são como enxertos de mato bravo; são como ortigas e tojos, que nascem sem que as semeem.»

Vimos que um dos primeiros sujeitos de quem foi conhecida a *Arte de furtar* a julgou de Tomé Pinheiro da Veiga, por semelhanças do estilo e da letra, suposição que adoptou Cunha Rivara, no prefácio às *Reflexões da língua portuguesa* de Cândido Lusitano. Êste último inclinava-se a João Pinto Ribeiro. Duarte Ribeiro de Macedo também foi lembrado, e há poucos anos o escritor brasileiro Solidónio Leite, ressuscitando a questão, sugeriu o nome de António de Sousa de Macedo. Não será de estranhar que outras sugestões apareçam ainda. A verdade é que a autoria da *Arte de furtar* continua problema literário insoluto.

PADRE MANUEL BERNARDES

BIBLIOGRAFIA: — *Exercicios espirituaes e meditações da vida purgativa; sobre a malicia do peccado, vaidade do mundo, miserias da vida humana & quatro novissimos do homem.* Lisboa. Of. de Miguel Deslandes, 2.º vol.; 2.ª ed. Lisboa, 1706-1707; 3.ª ed. Lisboa, 1731; 4.ª ed. Lisboa, 1758; 5.ª ed. Lisboa, 1784-85; *Luz e calor, obra espiritual para os que tractão do exercicio de virtudes & caminho de perfeyção.* Lisboa, 1696; 2.ª ed. Lisboa, 1696; 3.ª ed. id., id.; 4.ª ed. Lisboa, 1724; 5.ª ed. Lisboa, 1758; 6.ª ed. Lisboa, 1871; *Pão partido em pequeninos para os pequeninos da casa de Deus.* Lisboa, 1696; 2.ª ed. Coímbra, 1698; 3.ª ed. Coímbra, 1707; 4.ª ed. Lisboa, 1726; 5.ª ed. Lisboa, 1757; 6.ª ed. Lisboa, 1762; 7.ª ed. Pôrto, 1923. (Revisão e prefácio de A. C. Pires de Lima). No fim do tomo I da ed. de 1726 andam encorporadas a *Visão rara e admiravel que das penas do inferno teve a veneravel madre Anna de Santo Agostinho,* de pág. 116 a 137 e as *Meditações sobre os quatro novissimos,* de pág. 138 a 219, depois coligidas também nos *Varios tratados,* vol. II; *Armas da castidade: tratado espiritual,* etc. Lisboa, 1699; 2.ª ed. Lisboa, 1758. (Inserto no vol. II dos *Varios tratados); Meditações sobre os principaes mysterios da Virgem Santissima Senhora Nossa, Mãe de Deus...* Lisboa, 1706; 2.ª ed. Lisboa, 1706; 3.ª ed. Lisboa, 1768; (Insertas nos *Varios tratados,* vol. I); *Nova Floresta, ou Sylva de varios apophthegmas, e ditas sentenciosas espirituaes & moraes; com reflexoens, em que o util da doutrina se acompanha do vario da erudição, assim divina como humana...* Lisboa, 1706, 1708, 1726, 1728, 5 vols.; Reimpressos com as mesmas datas os vols. 1.º, 2.º e 3.º; 2.ª e 3.ª edições. Lisboa; 4.ª ed. 1759-60, Lisboa; 5.ª ed. Pôrto, 1909-1912, prefácio de José Pereira de Sampaio (Bruno).

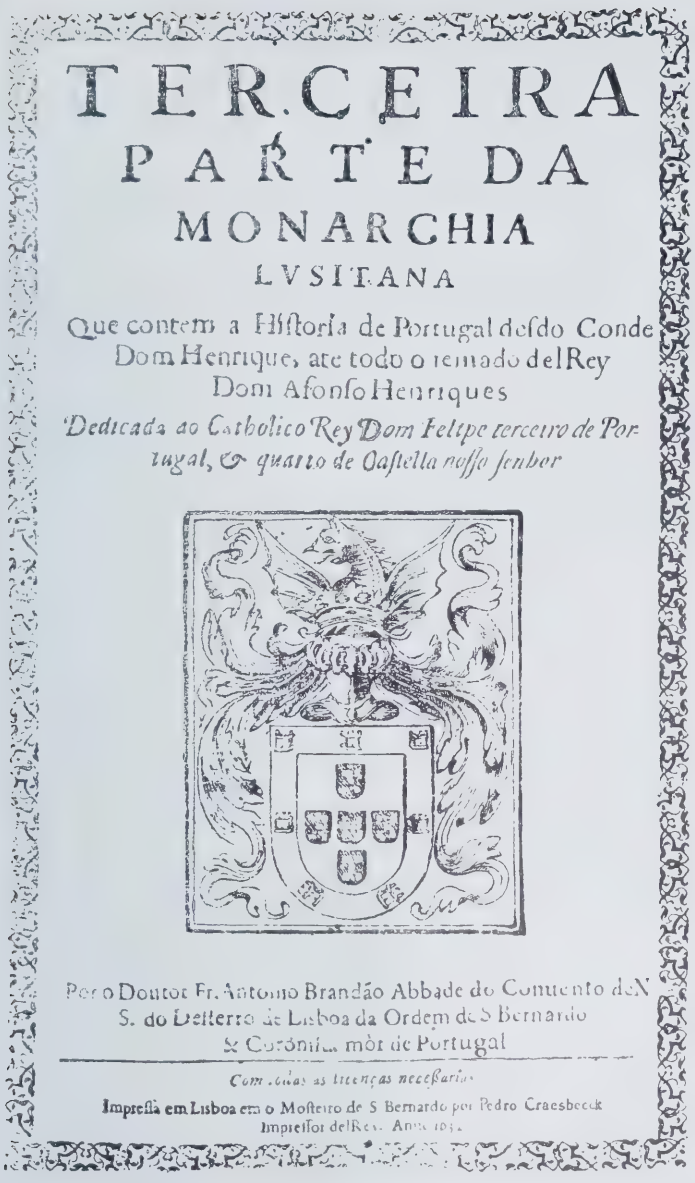
OBRA PÓSTUMA — *Sermões e praticas.* Lisboa, 1711, 2 vols.; 2.ª ed. Lisboa, 1733; 3.ª ed. Lisboa, 1762; *Direcçam para ter os nove dias de Exercicios espirituais.* Lisboa, 1725; 2.ª ed.; 3.ª ed. Lisboa, 1757. (Inserta nos *Varios tratados,* vol. I); *Os ultimos fins do homem, salvação condemnação eterna.* Tratado espiritual. Lisboa, 1728; 2.ª ed. Lisboa, 1761; *Estimulo pratico Para seguir o bem e fugir o mal. Exemplos selectos das virtudes e vicios; illustrados com reflexões.* Lisboa, 1730; 2.ª ed. Lisboa, 1762; *Varios tratados.* Lisboa, 1737, 2 vols.; 2.ª ed. Lisboa, 1762; *Paraiso de contemplativos...* Trad. do italiano e ilustrado com anotações. Lisboa, 1739; 2.ª ed. Lisboa, 1761; *Compendio Doutrinal.* Lisboa, 1744; *Estimulo do Amor Divino.* Opusculo tirado do livro *Luz e calor.* Lisboa, 1758; *Tratado breve da oração mental...* Lisboa, 1775; *Meditações sobre os quatro novissimos do homem: morte, juizo, inferno, e paraizo.* Lisboa, 1798. (Inserto nos *Varios tratados); Dois discursos do grande classico portuguez P. Manuel Bernardes.* Lisboa, 1907.

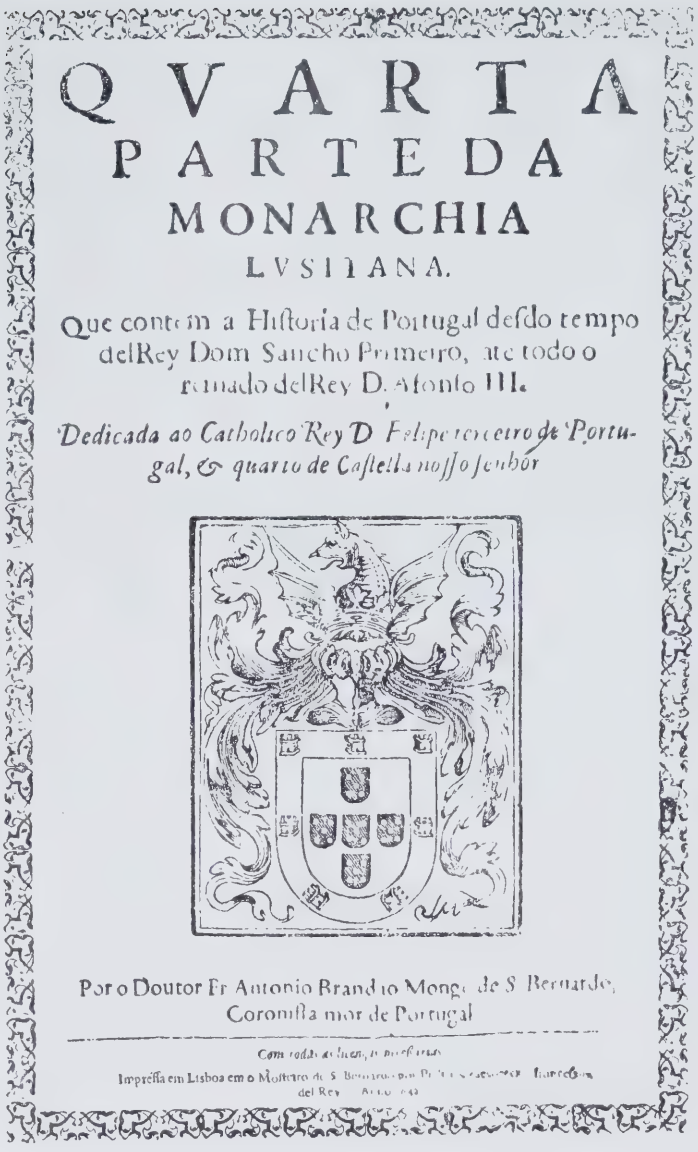
No Rio de Janeiro, edição do Anuário do Brasil, saíu uma excelente edição de *Historias varias* (da *Nova Floresta*) na colecção *Anthologia Universal.*

Bernardes está traduzido em francês: *Exercices spirituelles ou meditations sur les fins derniers,* 2 tomos e o *Trésor d'Amour,* Paris, 1862.

Sôbre o Padre Manuel Bernardes pode ver-se de António Feliciano de Castilho a *Livraria Classica Portugueza. Manuel Bernardes. Seguidos de uma noticia sobre vida e obras.* Rio de Janeiro, 1865, 2 vols. Na edição de Lisboa, 1845, 7 tomos; Agostinho de Campos, *Antologia Portugueza. Bernardes. I — Nova Floresta.* 2.ª ed. Lisboa, 1920. II vol. *Nova Floresta, Estimulo pratico, Luz e calor, Ultimos fins do homem, Exercicios espirituaes;* e *Collecção Patricia: Manuel Bernardes.* Lisboa, 1927, por Albino Forjaz de Sampaio.

MANUEL Bernardes não teve ainda grandes biógrafos, já talvez porque os documentos escasseiam, já porque a vida do homem que voluntàriamente renunciou às pompas do mundo, não teve história. Sabe-se que nasceu em Lisboa aos 29 de Agosto de 1644, filho de João Antunes e de Maria Bernardes, filha de João Bernardes, cavaleiro de Cristo, avaliador do fisco real, e sobrinho de António Leite Pereira, moço da Câmara de Filipe IV, cavaleiro fidalgo e familiar do Santo Ofício. Sabe-se mais que foi baptisado


TERCEIRA
PARTE DA
MONARCHIA
LVSITANA
Que contem a Hiſtoria de Portugal deſdo Conde Dom Henrique, ate todo o reinado delRey Dom Afonſo Henriques
Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Caſtella noſſo ſenhor
Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Deſterro de Lisboa da Ordem de S Bernardo & Coronista mòr de Portugal
Com todas as licenças neceſſarias
Impreſſa em Lisboa em o Moſteiro de S Bernardo por Pedro Craesbeeck Impreſſor delRey. Anno 1631.


QVARTA
PARTE DA
MONARCHIA
LVSITANA.
Que contem a Hiſtoria de Portugal deſdo tempo delRey Dom Sancho Primeiro, ate todo o reinado delRey D. Afonſo III.
Dedicada ao Catholico Rey D Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Caſtella noſſo ſenhor
Por o Doutor Fr Antonio Brandão Monge de S Bernardo, Coronista mor de Portugal
Com todas as licenças neceſſarias
Impreſſa em Lisboa em o Moſteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck Impreſſor delRey Anno 1632

ROSTOS DA TERCEIRA E QUARTA PARTES da primeira edição da *Monarchia Lusitana*, de Fr. Bernardo de Brito, continuada por Fr. António Brandão

na igreja de Nossa Senhora do Loreto. Dos mestres jesuítas passou para a Universidade de Coímbra onde se formou em teologia, ordenando-se de presbítero. E tal era a sua vocação para a vida contemplativa e para o estudo que por ela desprezou honras e cargos, o de confessor e guia espiritual do bispo de Viseu, D. João de Melo, por exemplo.

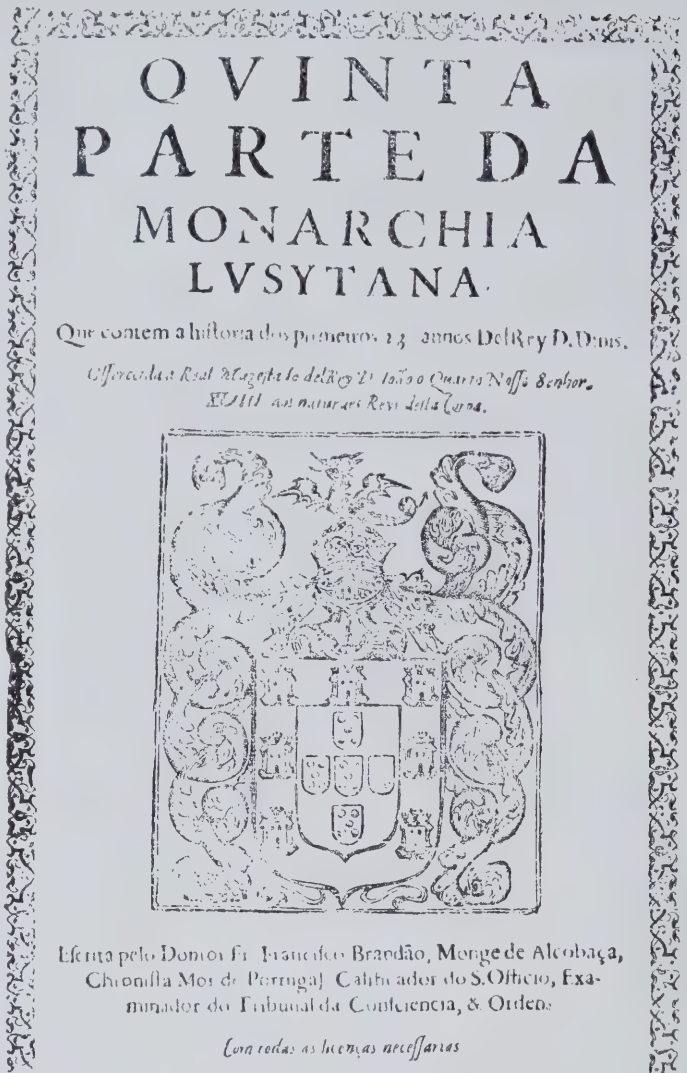
Preferiu para a vida religiosa que escolhera a Congregação do Oratório do padre Bartolomeu do Quental. Nela viveu trinta e seis anos, lá prègou, escreveu, rezou, morreu e foi sepultado. Quando o padre Manuel Bernardes entrou para a Congregação do Oratório de S. Filipe Néri, a 14 de Julho de 1674, mudava-se esta do fundo da rua Nova do Almada, do sítio antigamente chamado das Fangas do Farinha, onde fôra pouco mais ou menos o pátio das Comédias, contíguo ao palácio dos Viscondes de Barbacena, mais para cima para a Igreja do Espírito Santo, chamado da Pedreira. Ali morreu a 17 de Agosto de 1710, louco há dois anos, e ali foi sepultado. A Casa do Espírito Santo foi totalmente arruïnada pelo terremoto e substituída após por outra igreja, que Ludovice desenhou. Foi depois palácio do sr. Barão de Barcelinhos e é hoje os Grandes Armazens do Chiado.

Em pouco, como se vê, se cifra a vida do homem que no século XVII foi uma das grandes potências literárias. Mas muito vale a obra que deixou. Muito vale Bernardes como prosador. Vieira, seu émulo, diz-se que exclamara um dia: «Emquanto vivo fôr o meu padre Manuel Bernardes, ninguem se amesquinha por esta formosa língua portugueza!» «Os 5 tomos das *Florestas*, a *Luz e Calor*, os *Ultimos fins do homem*, são livros resgatados não ha muitos annos de injustissimo desamor; já agora perpetuou-os o estylo primeiramente, depois a graça maviosa, a multiplicidade dos paineis, cada um com seu colorido. O seu escrever deve ter sido mui de espaço lavrado para sahir tão cuidadosamente aceiado e illeso das borbulhas que fruiam nos mais talentosos escriptores da sua idade. Nas rarissimas graças que escorregou, levantou-se desculpado pela graça inoffensiva do trocadilho ou joguete de palavras. Recamos superfluos não ha procural-os tirante os lardos de latim e as tumidezas escolasticas de que não podemos acoimar o sacerdote e o mystico escriptor conjurado em exorcismar os ruins costumes. Afastou-se dos archaismos, e nacionalisou vocabulos peregrinos, derivados de linguas afins da nossa, da italiana e da hespanhola; mas escolheu com tão bom

discernir que todos medraram, e correm hoje incontestadamente portugueses. Terso, claro, melodioso, elegantíssimo, o estilo do padre Manuel Bernardes, é mais opulento que o de Fr. Luiz de Sousa, avantaja-se-lhe na ductilidade, brandura, e nos reptos quando o arrebatamento lhe vem de seu natural, e não ressabe e inculca um encadeamento de figuras debuxadas pelos exemplos de Quintilliano.» Assim Camilo Castelo Branco pensa e escreve de Bernardes e não pode haver síntese mais perfeita do estilo do grande oratoriano.

Bernardes e Vieira foram dois extraordinários prosadores e como soe aparecerem juntos, os seus nomes, justo é que se faça conhecido o paralelo que António Feliciano de Castilho, num dos volumes da *História Clássica* que lhe consagra, escreve:

«Lendo-os com attenção, sente-se que Vieira, ainda fallando do céo, tinha os olhos nos seus ouvintes; Bernardes, ainda fallando das creaturas, estava absorto no Creador. Vieira vivia para fóra, para a cidade, para a côrte, para o mundo; Bernardes para a cella, para si, para o seu coração. Vieira estudava galas e louçainhas de estylo; achava-as, é verdade, tinha boa mão no afeiçoal-as e uma graça ao vestil-as como poucos; Bernardes era como estas formosas de seu natural, que se não cansão com alindamentos, a quem tudo fica bem; que brilhão mais com uma flor apanhada acaso, do que outras com pedrarias de grande custo. Vieira fazia a eloquencia; a poesia procurava a Bernardes. Em Vieira morava o génio; em Bernardes o amor, que, em sendo verdadeiro, é tambem genio. Vieira sacrificava tudo á sua necessidade suprema, ao empenho de ser original e unico; sacrificava-lhe até a possibilidade; não hesitava em propôr o principio mais absurdo, como fosse ou parecesse novo, e como para lá não achava caminho pela logica, fabricava-o com pontes sobre pontes, através de um oceano de sophismas, de argucias, de puerilidade, de indecencias, de quasi heresias; e contente de lá chegar por entre os applausos, não se detinha a reflectir se não tinha sido aquillo um grandissimo abuso da grande alma que Deus lhe dera, uma duplice vaidade aos olhos da religião e da philosophia, um exemplo ruim, mais perigoso pelo agigantado de quem o dava; Bernardes não tomava these que da consciencia lhe não brotasse; e a desenvolvel-a applicava todas as suas faculdades intellectuaes, que erão muito, e todas as suas faculdades moraes, que erão mais tresdobradamente. Vieira zomba frequentes vezes da nossa credulidade; podemos desconfiar da convicção de Vieira ainda quando nos falla certo; Bernardes é um amigo candido e liso, que, ainda quando nos illude, não nos mente. Por tudo isto se admira a Vieira; a Bernardim admira-e e ama-se.»


QVINTA
PARTE DA
MONARCHIA
LVSYTANA.
Que contem a hiſtoria dos primeiros 23 annos DelRey D. Dinis.
Offerecida a Real Magestade delRey D. Ioão o Quarto Noſſo Senhor.
XVIII. dos naturaes Reys della Lusa.
Eſcrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronista Mor de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Conferencia, & Ordens.
Com todas as licenças neceſſarias
Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck Anno 1650.

QUINTA PARTE da *Monarchia Lusitana*, por Fr. Francisco Brandão

Como se vê, tudo é concorde em reputar Bernardes modesto e douto, clássico e imaginoso, vernáculo e escritor cheio de talento, místico cheio de fé, prègador chão e discreteador cheio de graça. Bernardes é no seu século um dominador da prosa portuguesa.

O TEATRO

As tragicomédias dos jesuítas — D. Francisco Manuel de Melo — Os Pátios das Comédias

BIBLIOGRAFIA: — Teófilo Braga — *Historia do Theatro portuguez. A comedia classica e as tragicomedias. Séculos XVI e XVII.* Pôrto, 1870. (Vol. 2.º da *História*); Edgar Prestage — *D. Francisco Manuel de Mello;* D. Garcia Perez — *Catalogo razonado, biográfico y bibliografico de los autores portugueses que escribieron en castellano.* Madrid, 1890; Aragão Morato — *Mem. sobre o theatro português.* 1817; Simões de Castro — *Notas ácerca da vinda e estada de el-rei D. João 3.º em Coimbra no ano de 1550.* Coimbra, 1914; Freire de Oliveira — *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa;* Júlio de Castilho — *Lisboa Antiga,* 2.ª ed.; J. Pereira Baião — *Portugal cuidadoso e lastimoso,* Lisboa, 1737.

D. Francisco Manuel de Melo — *Auto do Fidalgo aprendiz.* Lisboa, por Domingos Carneiro, 1676; id., Coimbra, 1898; Manuel Coelho Rebêlo — *Musa entretenida de varios entremeses...* Coimbra, 1658; 2.ª ed., Lisboa, 1695

FORA de relativo esplendor o movimento do teatro português no século XVI, quando Gil Vicente o impulsionara, criando-lhe carácter e fixando-lhe formas definidas curiosas, principalmente, pelo seu sentido de conceito literário em que, por vezes, palpita uma observação flagrante e transparece uma mordacidade que reveste aspectos de bem revelada rebeldia, concretizada em comentários e estudo dos tipos arrancados à sociedade de então, com uma verdade forte e decidida.

Os moldes de escrever e fazer teatro, em que Gil Vicente ocupara a sua pena arguta e experimentada, haviam consubstanciado uma época que não tardaria em ser tocada de acontecimentos de monta que não pouco abalariam a estrutura literária e social, até êsse momento, determinada por sérias correntes literárias e políticas

mais ou menos em predomínio na Europa civilizada. A ameaça do decadentismo alteara-se já, desde que a vida da nação começara de entrar numa fase de instabilidade política que foi a característica de todo êsse período histórico em que se desenrolou a indecisão governativa, factor dominante do reinado de D. Sebastião e dos dias breves do Cardial D. Henrique. Época de crise, de surda convulsão interna, foi essa que derivando dos fins da vigência do rei D. João III, alastrou pelo país sob a compressão sistemática e dura da Inquisição e da Companhia de Jesus.

O século de seiscentos salientou-se por um torpe vulgarismo e funda subserviência que transformou a língua numa mirífica combinação de palavras, onde só predominava o artifício conjugado com uma imitação obstinada de conceitos que receberam a sugestão de Ledesma e Gôngora, figuras primaciais da literatura espanhola no que toca ao sentido geral da educação culteranista. Essas circunstâncias favoreceram a classificação dada, de período clássico-espanhol ou gongórico, a essa época de evidente desnacionalização artístico-literária.

O nosso país ficara insensível ao movimento filosófico e científico que irrompera com tanto êxito na Alemanha e na Inglaterra e em que a França mais ou menos se interessara pelo impulso produzido por Descartes. A ideia inovadora espalhada por êstes países não lograra penetrar no nosso, porque a plena posse da educação assegurada pelos jesuítas havia confinado aos seus ensinamentos e à sua orientação tudo o que representava cultura. A Censura, os Índices Expurgatórios abafaram o pensamento e mutilaram as asas da ideia.

Em presença do refreamento dos caracteres e das inteligências estabeleceu-se, naturalmente, um regime literário e artístico com âmbito marcado, de que resultou a invasão de processos que deviam incarnar-se na «nova ordem» e, para isso, a adulação foi a melhor arma. As palavras não traduziam os sentimentos íntimos e tudo o que se dizia e escrevia subordinava-se à sanção dos que dispunham de tôdas as formas de cultura. O âmbito criado, além fronteiras, enfermava, igualmente, um tanto do mal, embora não tivesse, como entre nós, o malefício dos factores predominantes em Portugal. Por isso, ainda que na França, na Itália, na Alemanha e na Inglaterra, a corrupção do gôsto se manifestasse de certo modo, pondo em giro os mesmos fúteis trocadilhos, as mais desenvoltas expressões metafóricas e as incongruentes deformações estilísticas, não deixaram de se acentuar as tendências benéficas do movimento da Reforma, nocivo ao campo teológico, mas, evidentemente, renovador na assimilação de novas doutrinas, ou pelo menos na correcção e depuração das que já existiam e a que não podia imputar-se o carácter da imponderabilidade.

SEXTA PARTE
DA
MONARCHIA
LVSITANA,
QVE CONTEM A HISTORIA DOS VLTIMOS
vinte & tres annos delRey Dom Dinis.
OFFERECIDA
Ao Sereniſſimo Princepe DOM PEDRO N S.
Regente, & Gouernador deſtes Reynos, &c.
ESCRITA
Pelo Doutor Fr. FRANCISCO BRANDAM, Monge de Alcobaça, Eſmoler de S. A. Chron. Mor de Portugal, Qualificador do S. Officio, & Examinador do Tribunal da Conſciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo.
LISBOA.
Na Officina de IOAM DA COSTA. Anno M.D.C.LXXII.
Com todas as licenças neceſſarias

SEXTA PARTE da *Monarchia Lusitana*, por Fr. Francisco Brandão. Lisboa, 1672

Pelo que respeita à península ibérica o contacto político da Espanha serviu a falsear a nossa maneira de vêr e a soberania política imposta pelos Filipes assenhoreava-se de nós, estabelecendo normas e facultando o desenvolvimento dos seus modelos literários. Era a oficialização da língua o mais importante motivo de descaracterização da nossa produção intelectual. Muitas das obras de escritores espanhóis foram compostas em tipografias portuguesas, e daí resultou a disseminação dêsses livros, aliás favorecidos pela evidente categoria dos seus autores, que atingiam, por vezes, grande superioridade.

Era incontestável o domínio espanhol mental e político. Não é vagamente, que a êste período literário do seiscentismo português se deu o classificativo de gongórico, porque, na verdade, foi Luís de Gôngora que deu, em geral, a «lei literária» através dos vários aspectos da sua gestação. No nosso país foi bem menos intensa a influência da outra corrente literária em que assentaram posições Lope da Vega, Calderon de la Barca e Tirso de Molina, ou antes, tem outro carácter, embora fôsse tão saliente o seu influxo no teatro espanhol, que tanto lhe deve.

A maneira gongórica, artificiosa, redundante de vocábulos, convencional, era, no entanto, um pouco, o reflexo do que se passava em outros países.

É sob êste ambiente pouco favorável ao desenvolvimento duma «feição literária nacional», perdido o elemento tradicional, que actua a nossa literatura dramática, desacompanhada de impulsos fortes e portanto pouco apta a criar uma escola ou a mostrar, sequer, o que ficara do século anterior e em que fôra figura primacial Gil Vicente. Bastou o rodar de poucos anos para que se fôssem apagando, ou pelo menos desvanecendo, os vestígios do teatro de Camões, António Prestes, Ribeiro Chiado e outros. Paralelamente, a influência espanhola criava o gôsto pelas comédias do seu país. Ao passo que em Portugal os escritores se retraíam, em presença das censuras e índices expurgatórios, a fecundidade dramática dos autores espanhóis era enorme, espalhando-se a sua produção, aliás notável, pelos melhores teatros da Europa.

Lope de Vega, Montalvão, Tirso de Molina, Calderon de la Barca e Alarcon entravam na cena de quási todos os países, faustosamente, opulentamente. Foram as comédias e os comediantes que fizeram a invasão da maneira mais decisiva e prática. Bem disse um historiador português, quando afirmou que os pátios da comédia portuguesa tinham sido transformados em outras tantas sucursais dos pátios de Madrid. Documentos contemporâneos registam a vinda a Lisboa de companhias espanholas e assinalam a todo o passo a exibição de peças da mesma orígem.

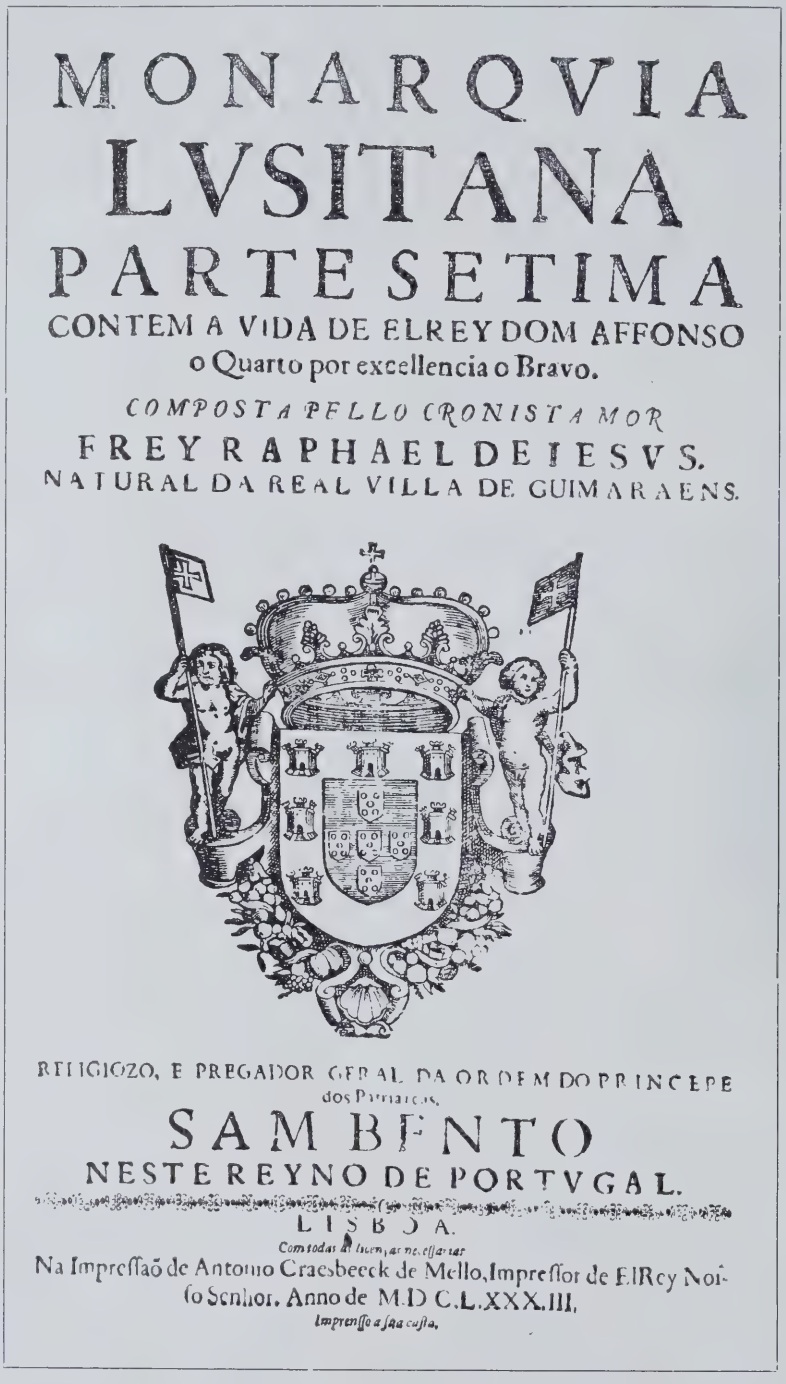
Eram principalmente as companhias ambulantes que, a-miúde, nos visitavam, para representar as comédias de capa e espada dos autores de maior relêvo.

Perdera-se, portanto, a independência literária, como se perdera a independência política, e a língua não pôde escapar-se à influência, porque se é certo que ela não sofreu qualquer alteração característica, não deixa de se poder notar que os gramáticos portugueses seguiram, em certos casos, as regras adoptadas pela gramática espanhola.

A-pesar-de tudo, o índice expurgatório inexorável e obstinado nos seus ditames, que condenou as comédias clássicas de Jorge Ferreira de Vasconcelos, Sá de Miranda, Baltasar Dias e António Ferreira, tendo eliminado na obra de Gil Vicente, entre outras, as farsas do Velho da Horta e dos Almocreves, opôs barreira espessa ao incremento, cada vez maior, das comédias espanholas, achou a maneira de fazer-lhes concorrência e, para isso, os jesuítas usurparam, com criação sua ou dos seus apaniguados, tudo que então corria com êxito e, senhores dos principais estabelecimentos de ensino, espalharam, copiosamente, as suas tragi-comédias, servindo-se, não pouco, da língua latina para as escrever. Foram aproveitadas para local das representações as próprias escolas da sua jurisdição, encarregando os alunos de as fazer. Essas tragi-comédias tinham, em geral, um aspecto bisonho, sentencioso, que não despertavam, de modo algum, interêsse e cujo desempenho se prolongava por muitas horas, chegando a dilatar-se por dois e três dias. É bem um documento insofismável, a série de cinco tragédias de que foi autor Luís da Cruz e cujo substancioso título é — *Tragicae comicae quae actiones à regio artium collegio societatis Jesu datae Conimbricae in publicum theatrum.*

Essas obras, de grande aparato cénico, traziam as designações: «Prodigus», «Vita Humana», «Sedecios» ou «Destruïção de Jerusalém por Nabucodonosor», «Manasses» e «Josephus».

Uma destas peças foi representada quando D. Sebastião, acompanhado do Cardial-Rei, visitou Coímbra no ano de 1570.


MONARQVIA
LVSITANA
PARTE SETIMA
CONTEM A VIDA DE ELREY DOM AFFONSO
o Quarto por excellencia o Bravo.
COMPOSTA PELLO CRONISTA MOR
FREY RAPHAEL DE IESVS.
NATURAL DA REAL VILLA DE GUIMARAENS.
RELIGIOZO, E PREGADOR GERAL DA ORDEM DO PRINCEPE
dos Patriarcas,
SAM BENTO
NESTE REYNO DE PORTVGAL.
LISBOA.
Na Impreſſaõ de Antonio Craesbeeck de Mello, Impreſſor de ElRey Noſſo Senhor. Anno de M.D.C.L.XXX.III.

A SÉTIMA PARTE da *Monarchia Lusitana*, por Fr. Rafael de Jesus. Lisboa, 1683

Os jesuítas, representando esta tragédia, pretenderam opôr teatro sério, dentro da sua ideologia, ao que havia sido representado na cidade universitária por ocasião da estada nela do rei D. João III. Era o depurativo às liber-

MONARQUIA
LUSITANA
PARTE VIII.

CONTEM A HISTORIA, E SUCCESSOS memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D Fernando a eleiçaõ delRey D Joaõ I com outras muitas noticias de Europa comprehende do anno de Christo Senhor noſſo 1367 ate o de 1385 na Era de Ceſar 1405 ate o anno de 1423.

AUTOR

FREY MANOEL DOS SANTOS

Monge no Real Moſteiro de Alcobaça, Meſtre jubilado em Theologia, Chronſta de Sua Mageſtade, e deſtes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo

LISBOA OCCIDENTAL,

NA OFFICINA DA MUSICA,

Anno M. DCC. XXVII.

A' cuſta de Franciſco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental.

Com todas as licenças neceſſarias.

A OITAVA PARTE da *Monarchia Lusitana*. É êste um dos mais raros volumes, se não o mais raro, a-pesar de ser o mais moderno

dades que nessa ocasião se haviam tomado em matéria de arte dramática.

Muitas peças elaboradas pelos padres da Companhia de Jesus não lograram ser representadas; no entanto é fácil coordenar os nomes de muitas que o conseguiram. João da Rocha, Domingos Teixeira e Pedro de Vasconcelos, jesuítas que gozaram de boa reputação nessa época, foram dos que mais triunfo alcançaram na sua produção dramática. Escreveu o primeiro a tragédia *Daniel*, o segundo a égloga *Pastor David*, levada à cena em 1618, e o terceiro *Dares e Entellus*, representada no ano de 1629.

Muitas dessas representações das tragi-comédias revestiram grande importância, não só pelo número de personagens que nelas figuravam, mas ainda pelo aparatoso simbolismo que as caracterizava. Em geral, essas obras teatrais iam buscar assunto à vida dos santos, especialmente jesuítas, à história do Velho Testamento ou a factos nacionais recentes. Muitas tragi-comédias ficaram manuscritas, como «Sacer Hercules», de Pedro Peixoto, padre lisbonense.

Êsse género de teatro, deve acentuar-se, não é privativo do século XVII. Já no anterior se havia usado. Diogo de Paiva de Andrade compôs três peças: *Antonius Magnus, Joanne Baptista* e *Eduardus* e Fr. Francisco de Santo Agostinho Macedo: *Orpheus tragicomedia in Aulo Regia Palatii Pariensis curam Rege Christianissimo Luduvico XIV acto*, impresso

COLLECÇÃO
DOS
PRINCIPAES AUCTORES
DA
HISTORIA PORTUGUEZA,
PUBLICADA COM NOTAS
PELO
DIRECTOR DA CLASSE DA LITTERATURA
DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS,
E
POR ELLA OFFERECIDA
A
S. ALTEZA REAL
O
PRINCEPE REGENTE
NOSSO SENHOR.

TOM. I.

LISBOA
Na Typographia da mesma Academia.
ANNO 1806.
Com licença de S. ALTEZA REAL.

ROSTO DA EDIÇÃO DE 1806, 1.º volume

em Paris em 1647. Outros autores cultivaram também o mesmo género dramático.

Durante muitos anos a sumptuosidade da exibição da trági-comédia dos jesuítas residiu, mòrmente, no Colégio das Artes de Coímbra e no Colégio dos Jesuítas de Évora. O Colégio de Santo Antão, em Lisboa, esteve quási na

obscuridade até à segunda metade do ano de 1619. Lisboa não tinha nesse momento a aura cultural que disfrutava qualquer daquelas duas cidades. Elas eram duas sedes universitárias e nesses grémios jesuíticos encontrava-se, por assim dizer, a mentalidade mais elevada da Companhia de Jesus. Nos dois colégios haviam tomado um realce inconfundível tôdas as ciências e artes. A simples leitura de qualquer crónica dos jesuítas o demonstra sem grande esfôrço. Colocado o teatro no campo da cultura como um instrumento poderoso de educação, era necessário revigorar os principais estabelecimentos de ensino da Companhia de Jesus, fazendo-os partilhar dêsses espectáculos como alarde público de aproveitamento científico e artístico e como propaganda, por meio de peças, de tudo o que pudesse engrandecer os seus métodos de ensino. Em Lisboa a engrenagem política garantia a obra formidável dos jesuítas no seu poder enorme de captação por intermédio da função escolar, até certo ponto, a mais decisiva e eficaz no domínio espiritual.

Mas, era aparente essa preferência. Simplesmente o momento não teria chegado ainda. E, tanto assim era que, chegadas as primeiras notícias da entrada em Portugal de Filipe II, se aprestaram, ansiosos e diligentes, os padres da Companhia, para dar retumbância à recepção ao monarca quando êle, triunfalmente, pisasse o solo de Lisboa. Ficaram célebres êsses dois dias de festa dramática que foram em vinte e um e vinte e dois de Agosto do ano de 1619. O Colégio de Santo Antão aparatou-se de galas opulentíssimas para exibir uma peça que os jesuítas da Casa engendraram e a que chamaram: «Real tragicomedia del Descubrimiento y Conquista del Oriente por el Felicissimo Rey decimo quarto de Portugal dom Manoel de gloriosa memoria...».

RETRATO do historiador Fr. Bernardo da Cruz

Êsse trabalho dramático que excedia, em pompa, tudo o que, até então, se vira, embora mais ou menos ideado pelo escol dos padres de Santo Antão, apareceu com a autoria única do padre António de Sousa.

Tratando-se duma representação em honra dum rei espanhol não é de admirar que a peça fôsse escrita no melhor castelhano.

Era êste um ensejo de boa tática política porque, quási inalteràvelmente, as representações dos jesuítas nos seus estabelecimentos escolares constavam de comédias de Plauto e Terêncio, que os alunos interpretavam à mistura com produções alegóricas, em que campeava a sátira política e pessoal.

Deu brado a grande reputação da peça do padre António de Sousa.

No pátio escolar, sôbre um tablado de cento e quarenta e cinco palmos de largo e oitenta e nove de comprido, se desenvolveu a acção da formidável tragi-comédia escrita em bons versos latinos, e em que apareciam umas trezentas figuras. A todo o momento surgiam personagens alegóricas representando cidades, rios, sentimentos, etc., tudo numa grandeza inexcedível de vestuário e ornamentos, em que lucilavam jóias formosíssimas e resceudiam brindes do mais custoso prêço, tudo emprestado pela fidalguia. A música da peça fôra encomendada ao melhor maestro de Lisboa. Delirou a assistência com o espaventoso espectáculo, e o rei castelhano também devia ter ficado satisfeito com a sinceridade, principalmente da fidalguia portuguesa, que, na sua grande parte, recebeu o monarca de braços abertos.

Nesta vacilação dramática em que decorre o século de seiscentos, onde não assoma, pelo menos durante o domínio espanhol, uma tentativa sequer de regeneração ou renovação do género teatral, avulta entretanto como digno de ponderação, o rasgo de inovamento que sobreleva a outras composições do tempo, a obra de Manuel Coelho Rebêlo, que deu uma curiosa colectânea pela impressão coimbrã de 1658 e pela de Lisboa de 1695.

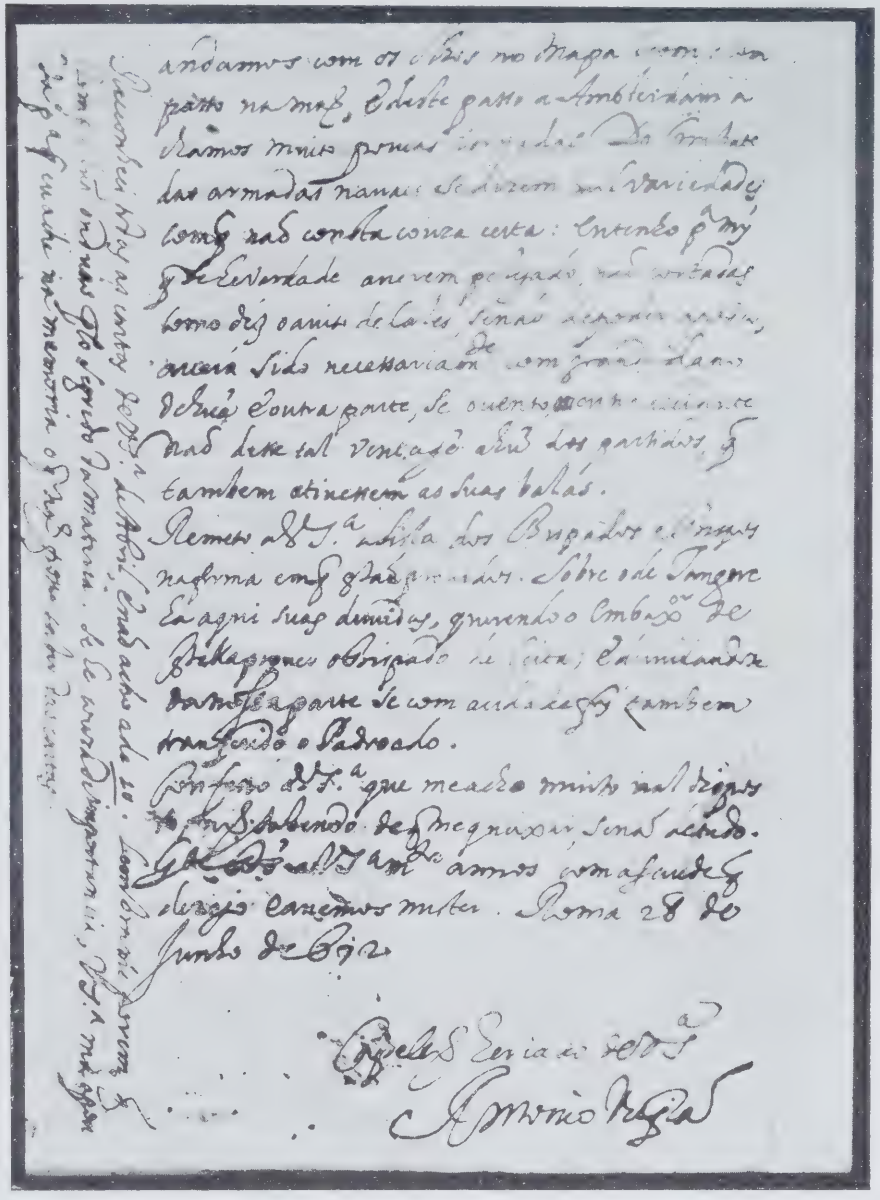
Trata-se da «Musa entretenida de vários Entremeses», e que abrange vinte e quatro composições desta natureza representadas pouco tempo antes da primeira impressão de Coímbra.

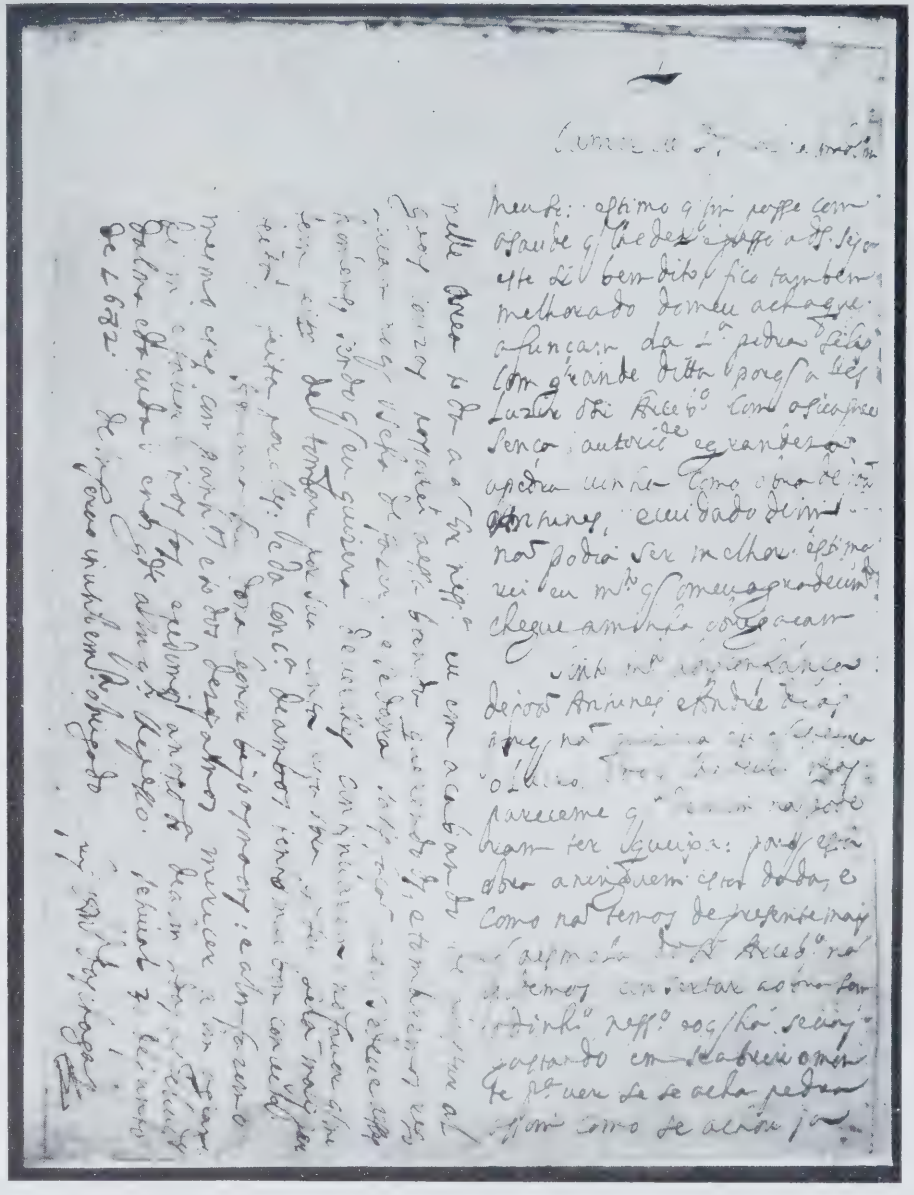
A aparição dêste género de comédia deu, principalmente, a produção exibida nos «pátios» ou «corros», e onde gozaram de grande aceitamento público os autos, colóquios e comédias de alguns escritores de certa nomeada no tempo, merecendo destaque os autos do escalabitano António Pires Gonge, que deu às suas obras um carácter hierático-popular que muito se coadunava com o espírito da assistência aos teatros ambulantes, em geral gente humilde. Dir-se-ia que Santarém gozava da primazia em dar autores para esta modalidade teatral, porque dela foi natural Manuel Nogueira de Sousa, que, inspirado na escola de Gil Vicente e de António Prestes, escreveu o «Auto do Nascimento de Christo Senhor Nosso» e o «Auto Cómico da adoração dos Santos Reis Magos». Nêsses

Autógrafos do Padre António Vieira e de Fr. António das Chagas

Não é sem uma certa comoção que se contempla o escrito do punho de dois homens tão ilustres por suas qualidades e obras. Os documentos juntos são duas cartas, uma do Padre António Vieira, a maior figura das letras do seu tempo, a outra de Fr. António das Chagas, chamado no século António da Fonseca Soares. A carta do P.e António Vieira é datada de Roma, 28 de Junho de 1672; a de Fr. António das Chagas, de Setúbal, 30 de Junho de 1682, no mesmo ano da sua morte, pois em cheiro de Santidade morreu no Varatojo a 20 de Outubro de 1682. Capitão de cavalaria, desiludido do mundo, meteu voluntàriamente tempo entre a vida e a morte e nada mais desejou que a tranqüilidade interior, pois até a mitra de Lamego regeitou. Na mesma letra que olhamos no autógrafo de Vieira escreveu êle todos os sermões, tôdas as cartas, todos os livros que conhecemos e que são alguns milhares de páginas compactas, pacientes escritas e inconfundìvelmente geniais.

Ambos os originais existem entre os manuscritos da Biblioteca Nacional.





Autógrafos do Padre António Vieira e de Fr. António das Chagas

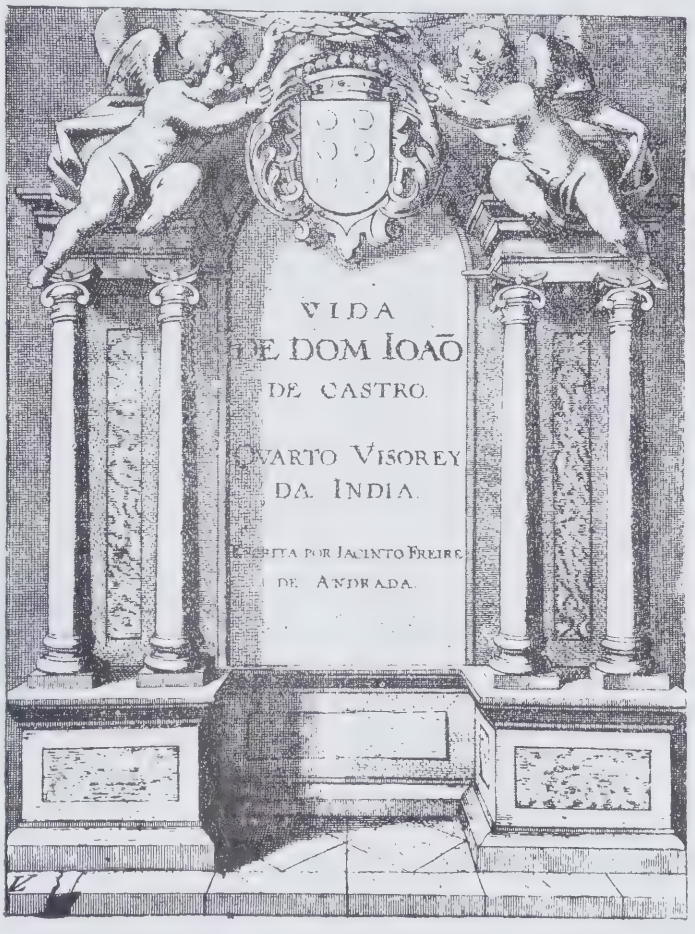
(Cartas existentes na Biblioteca Nacional)

autos eram objectivados assuntos religiosos e de aspecto mais ou menos patriótico. Dois nomes ocuparam, então, bom lugar: António Lopes e Fr. Lucas de Santa Catarina, embora entre um e outro haja certa dissonância descritiva e diferenciação literária. «Autos e Colloquios do Nascimento de Christo» e «Oriente illustrado — Primicias Gentilicas», têm perspectivas diversas, ainda que o contôrno dramático se iguale em certas passagens.

Êstes dois âmbitos de produção dramática permitiram entreter as representações, pode-se dizer, simultâneamente, nas escolas jesuíticas e no recinto dos pátios, visto que a derivação dos espectáculos para os conventos, onde tal foi permitido, não ofereceu de modo algum interêsse geral, por se limitarem à vida monástica de que êles inteira e privadamente se aproveitaram. Eram exibições acentuadamente hieráticas, cuja produção pouco ficou na literatura dramática, sendo citados, quási a título de simples exemplificação, os três autos de Sóror Maria do Céu: «Maior Fineza de Amor», «Amor e Fé» e «As lágrimas de Roma»; e as três comédias, em espanhol, «En la cura na la flecha», «Perguntarlo à las Estrellas» e «En la más escura noche».

* * *

A expressão popular do teatro no século XVII no que respeita à divulgação da arte dramática, teve nos «pátios» o seu mais curioso movimento, porque permitiu ao povo entreter-se neles e deu ensejo e estímulo aos escritores que tinham maneira, fora dos limites do poder jesuítico, de fazer respeitar as suas obras pondo-as em verdadeiro contacto com as multidões.



A PRIMEIRA EDIÇÃO da citada e empolada obra de Jacinto Freire de Andrade. Lisboa, 1651

O «pátio» fundamentou-se, criou raízes, tomou aspectos vários de sítio civilizado, e foi vivendo até ao segundo quartel do século XIX, em que o teatro o matou. Viveu mais e melhor do que as tragi-comédias dos jesuítas, que só chegaram parcamente ao século XVIII. Na sua trajectória, mais de nove séculos foram pretexto de exibições curiosas, e por êles passaram actores grandes e actores pequenos, peças de raro valor e de interêsse mínimo. Foi de Espanha que veio a ideia e a prática dos «pátios».

Lisboa teve vários, e alguns ficaram na história da arte dramática portuguesa pelo papel educativo que desempenharam na sua época. À proporção que os anos passavam, a sua estrutura, a sua acomodação, iam-se modificando num sentido de confôrto e de aparência, e em alguns, como o das Arcas, pode dizer-se se resume quási exclusivamente o que de melhor produziu o teatro português durante o século XVII. Nos pátios se fizeram representações de trabalhos de autores de nomeada, bastando citar-se o facto de num dêles ter sido feita a do «Auto de El-Rei Seleuco», como se deduz do teor do seu prólogo.

A predilecção do povo pela representação nos pátios acentuava-se a todo o instante, não só pela afluência numerosa dos espectadores, como ainda pelo interêsse com que o desempenho era seguido. São bastantes os documentos, manuscritos e impressos, que relatam essas representações e encarecem a atenção que o povo lhes dispensava.

Os primeiros pátios, os do século XVI e alguns do século seguinte, obedeceram a uma rudimentaríssima traça, tendo a resguardá-los, como cobertura, uma simples lôna, quando a tinham, e sendo as paredes armadas no ar sem qualquer vestígio de solidez ou confôrto. Sòmente, mais tarde, em 1591, ao contratar Fernão Dias Latorre com o Hospital Real de Todos os Santos a construção de dois pátios que deveria executar no prazo de um ano, ficou estabelecido que êles fôssem cobertos e que as suas paredes constassem de alvenaria e pedraria com varandas cobertas de telha e madeira. Êstes pátios foram pela ordem da sua construção, o da *Bitesga* e o das *Arcas*. O primeiro funcionava já em 1594, mas, ao que parece, a sua acção na vida teatral foi de pouco relêvo.

Anteriormente à construção dêstes pátios assinala-se a existência do das *Fangas da Farinha*, que foi colocado no local da Bôa Hora, onde existiu o convento dos frades de Santo Agostinho. Foi um sobrinho de Fernão Dias de Latorre, de nome João Hiranço, que, em 1619, contratou com D. Luís de Castro, da casa de Barbacena, a sua construção no sítio do seu palácio que se levantava naquêle ponto, chamado Fangas da Farinha. A vida dêste pátio foi bastante acidentada, principalmente pelas desavenças suscitadas entre o senado, o proprietário e o Hospital de Todos os Santos, que, a êsse tempo e até muito depois, teve fiscalização e superintendência nos pátios de comédias de que cobrava não pequeno pecúlio. Por outro lado, o povo não acorria muito a êle, o que ainda mais dificultou a sua existência que era deveras limitada. D. Luís de Castro acabou por doá-lo, em 1633, a uns religiosos que aproveitaram os camarotes para fazer as celas, transformando o palco em capela. Êstes frades permaneceram aí, em comunidade, até 1659, dando o lu-

gar aos padres da Congregação do Oratório. Por fim, em 1674, os agostinhos descalços apropriaram-se do pátio, em cujo local foi fundado o convento da Bôa Hora.

A-pesar da curta duração do pátio das Fangas da Farinha é tradição de que nele foram interpretadas as comédias de António Prestes e as dos autores da colecção de 1587, cuja primeira e única parte foi publicada por Afonso Lopes, moço da capela real de Filipe II.

O pátio das *Arcas,* o segundo mandado construir por Fernão Dias Latorre, é, incontestàvelmente, o que teve em Lisboa uma história mais notável, sendo, por isso, aquêle de que mais se fala como elemento de divulgação teatral no povo e pela qualidade das companhias que nele representaram.

Em Maio de 1593 foram comprados a D. Denís de Lencastre as casas e quintal de que era possuidor na praça da Palha e rua das Arcas. A rua das Arcas era no segundo quarteirão da rua Augusta, sendo o largo próximo o recinto a que se chamava a praça da Palha, de que posteriormente derivou o nome de travessa da Palha ao arruamento aí estabelecido. A rua das Arcas seguia até S. Nicolau. O teatro ficou levantado, pouco mais ou menos, no sítio onde actualmente se vê o segundo quarteirão da rua Augusta, para o lado do Rossio.

Os documentos contemporâneos da construção do teatro do pátio das Arcas, também designado pátio da rua da Praça da Palha, descrevem assim as confrontações: na rua das Arcas, que é a que vai do Rossio pela rua da Praça da Palha para S. Nicolau, à entrada dela, à esquerda, entre o bêco das Comédias e o de Lopo Infante, fica interior ao bêco das Comédias sem embargo de que para aí tem porta, como também no de Lopo Infante.

O teatro do pátio das Arcas oferecia certa solidez construtiva, pois, segundo descrições fidedignas, estava fundado sôbre vinte varões de ferro armados em cima dum parapeito de pedra que corria todo em roda do pátio, lageado por cima, servindo às frisas (forçuras) em número de dezoito, de anteparo. Tôdas estas frisas tinham porta para um corredor que ficava ao nível do pátio, por baixo do sobrado que servia de assento. Sôbre os vinte varões mencionados, estavam outros tantos, também em redor e na mesma direitura dos outros; aí corria o andar onde existiam os camarotes de primeira ordem. Neste primeiro andar, em cada uma das ilhargas, havia camarotes, do nascente, à direita, quando se entrava no pátio, quatro para homens e no lado opôsto três para senhoras. Os camarotes de primeira ordem eram em número de vinte e um, sendo os dois que ficavam a nascente, ao entrar no pátio, à direita, um sôbre o tablado e outro fora dêle. Êstes camarotes pertenciam ao Marquês de Cascais por contrato com a Misericórdia. Sôbre o primeiro andar de camarotes havia outro com vinte e um, mas o que ficava no poente, quando se entrava, à esquerda, era do hospital e com aplicação aos fidalgos que serviam na casa da Fazenda dêle.

O teatro do Pátio das Arcas gozou de grande reputação tendo nele representado muitas companhias portuguesas e espanholas. Em geral, a época começava na Páscoa e acabava no Entrudo seguinte, o que não quere dizer que, às vezes, não se iniciasse mais tardiamente.

Foram notáveis os espectáculos dados com as comédias de Jacinto Cordeiro, que ocuparam um período que vai de 1620 a 1630. Êste autor, que só escreveu duas obras em português, contribuiu para o Páteo das Arcas com as peças: «El juramento ante Dios y lealtad contra el amor», «El hijo de las batallas», «Portuguez en Hungria» e outras. Muitas foram as companhias espanholas que visitaram o Pátio das Arcas, como a da célebre actriz Damiana Riquelme, e a do grande cómico Cosme Perez, conhecido por João Rana. A primeira funcionou quando se deu a Restauração e, a-pesar do ódio aos castelhanos, a companhia representou até ao fim do ano. Nesta companhia os actores cantavam, dançavam e representavam. Mais tarde, em 1673 e 1674, esteve o grupo de Felix Paschoal, de Saragoça. Depois do incêndio que devorou o teatro em 1698, feita a sua reconstrução, nele trabalharam durante o século XVIII companhias portuguesas e espanholas, tendo sido vários os arrendatários. Já então os pátios e barracões teatrais se divulgavam, sendo os de maior cotação os do Bairro Alto, beco da Comédia, Patriarcal, Salitre e Rua dos Condes.

De tôda esta confusão teatral, de todo êste período do século XVII, em que as tragi-comédias dos jesuitas ou sequazes tiveram largo predomínio, de todo êste abatimento nacional em que até a própria língua foi posta de parte, ficou como elemento sèriamente representativo da arte dramática o nome de D. Francisco Manuel de Melo, historiador e crítico, novelista, epistológrafo e dramaturgo.

Embora a sua figura mental se exalçasse mais em outros ramos da literatura do que pròpriamente no teatro, êste vulto singular impôs-se pelo seu valor, ocupando um lugar invejável entre os melhores escritores de todos os tempos, do nosso país. Vida acidentada, cheia de escolhos, teve a compensar as suas desditas o justo relêvo em que posteriormente o puseram aqueles que à história literária portuguesa têm dedicado as suas horas. Edgar Prestage diz e muito bem, que o autor dos «Apologos dialogaes» e das «Epanaphoras de varia historia portugueza» sabia com igual perícia servir a uma mesa nobre e comandar um têrço, ditar uma balada e tratar duma questão de teologia, contar uma história graciosa e explicar a derivação duma palavra, dirigir uma dança na Côrte e penetrar nos mistérios da Cabala, jogar a espada e compôr música para uma ópera.

No «Auto do Fidalgo Aprendiz», de que êle próprio dá notícia em 2 de Fevereiro de 1646, quando da prisão, escreve: «Aqui se engenhou hũa força, que se bem me não descontenta de todo, para quem como eu tem entrado tantas vezes no teatro da Fortuna, bem pudera ser melhor escrita. O será mal, por aquella certa regra de que não ha alfayate bem vestido.»

O «Auto do Fidalgo Aprendiz» é admirável como acuidade de observação e como movimento de figuras. A maneira chistosa como algumas delas estão tratadas define bem o espírito mordaz de D. Francisco Manuel de Melo, que, no entanto, não deixou de se inspirar nas comédias de Lope de Vega e outros aspectos do teatro espanhol, assimilando dêle a mobilidade do diálogo e o sistema da divisão por «jornadas». O tipo de fidalgo que simboliza a alma portuguesa na sua ânsia de brilho mas que na sociedade se desequilibra por não assentar a individualidade em bases certas e definidas, êsse carácter amimado, desigual, a roçar pelo grotesco e a tocar o halo da sensatez, por influência aberrativa, dão bem a nota do protagonista. O contôrno que D. Francisco Manuel soube dar ao escudeiro Afonso Mendez, demonstra o conhecimento que êle tinha do teatro italiano da época, no

seu movimento das figuras endiabradas, cheias de vivacidade e malícia. Êsse recorte marcadamente característico foi adoptado, mais tarde, por Molière nas suas obras de teatro, podendo assegurar-se que D. Francisco Manuel o precedeu.

Tôdas as figuras do «Auto do Fidalgo Aprendiz» se movem a-dentro do seu temperamento e das suas tendências. Não se confundem umas com as outras. Têm um vinco próprio, uma acção definida. São produtos humanos, vividos, íntegros de «substratum» moral que o comediógrafo amarrou inexoràvelmente aos seus ridículos, às suas sentimentalidades. São indivíduos ligeiramente tocados de caricatura, mas exactos na orígem e nas propensões, nas atitudes e no recorte moral. São doze figuras que «falam» porque dizem de si próprias, das suas intimidades.

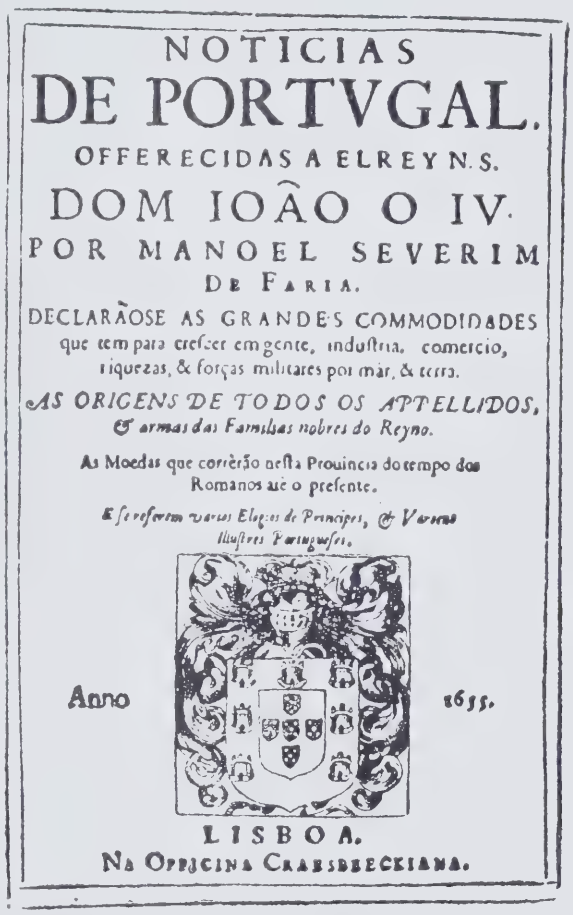
O «Auto do Fidalgo Aprendiz» vem incluido nas «Obras Métricas», cujas aprovações são datadas de 30 de Abril e 2 e 4 de Maio de 1665. As três primeiras «Musas de Melodino» são em castelhano, como o é «El tercer coro de las Musas» ; só as «Segundas três Musas» são escritas em português e a estas se juntam o «Canto de Babilonia», «As ancias de Daliso», a «Pyramide Solemne» e a farsa «Fidalgo Aprendiz».

LITERATURA DE VIAGENS

BIBLIOGRAFIA : — *Relação do caminho que fez da Persia o Embaixdor do Grão-Sofi, e as honras que lhe fizeram nos reinos e senhorios por onde passou, até chegar a este reino de Portugal. Lisboa,* por António Álvares, 1602. Vol. in-8º, no dizer de Inocêncio da Silva (Vol. 7.º, pág. 68).

Cartas escritas de Laor (1602) e de Hircande (1604), pelo P.e Bento de Goes, S. J. — Lisboa, 1605 (Jorge Rodrigues) e 1609 (Pedro Crasbeeck).

Das batalhas do galeaom Sancliago com Olandeses. E da nâo Chagas que ardeo entre as Ilhas, com Vngleses. Das causas porque em 20. annos se perderão 38. nâos da India. De como a cõquista, & nauegação do Oriẽte não pertẽce a nação algũa senão á Portugueses, & lhe foi dada por nosso Senhor Iesv Christo. Dos sitios das Ilhas de Sancta Elena, & de Fernão de Loronha. E do que nellas à. Escripto por Melchior Estacio do Amaral. Dirigido ao Excellentissimo Principe Dom Thedosio Duque de Bragança. Impresso em Lisboa : Com licença da Sancta Inquisição : Por Antonio Aluarez. Anno 1604. — Tal é o frontispício da edição existente na Biblioteca da Ajuda, secção dos Cimélios. In-4.º, de 2 ff. in+65 n. pela frente+1 com quatro gravuras. Com a declaração de terem sido impressos pelo mesmo António Alvarez e nesse mesmo ano de 1604, há na Biblioteca Nacional de Lisboa, exemplares desta obra com rosto diferente da edição existente naquela Biblioteca e impressos noutro tipo, além de outras diferenças. Nestoutros exemplares, a obra tem o título : *a) Tratado, das Batalhas, e svcessos do Galeão Sanctiago com os Olandeses na Ilha de Sancta Elena. E da Nâo Chagas com os Vngleses antre as ilhas dos Açores: Ambas capitanias da carreira da India. E da causa, & desastres porque em vinte annos se perderão trinta & oito náos della: com outras cousas curiosas; b) Tratado das batalhas, e sucessos do galeam Santiago Com os Olandeses na Ilha de Santa Elena, E da Nao Chagas com os inglezes entre as Ilhas dos Açores, ambas Capitanias da carreira da India, & da causa, & desastres, porque em vinte annos se perderão trinta, & oito Náos della.* — Com o último dêstes três títulos, esta obra foi reimpressa por B. Gomes de Brito, no 2.º tomo da «Historia tragico-maritima», págs. 437-538.


NOTICIAS
DE PORTVGAL.
OFFERECIDAS A ELREY N. S.
DOM IOÂO O IV.
POR MANOEL SEVERIM
DE FARIA.
DECLARÃOSE AS GRANDES COMMODIDADES
que tem para crescer em gente, industria, comercio,
riquezas, & forças militares por mar, & terra.
AS ORIGENS DE TODOS OS APTELLIDOS,
& armas das Familias nobres do Reyno.
As Moedas que corrèrão nesta Provincia do tempo dos
Romanos até o presente.
E se referem varias Elogios de Principes, & Varões
Illustres Portuguezes.
Anno 1655.
LISBOA.
Na Officina Crasbeeckiana.

A EDIÇÃO DAS RARAS *Noticias de Portugal* de Manuel Severim de Faria. Lisboa, 1655

Arte de navegar. Composta por Simão d'Oliueira, natural da cidade de Lisboa. Dirigida a Dom Pedro de Castilho Bispo de Leiria, Inquisidor mór, & Visorey em os Reynos de Portugal. Com licença da S. Inquisição & Ordinario. Em Lisboa, por Pedro Crasbeeck. 1606. Com Priuilegio Real. — In-4.º, de 5 ff. in.+170 págs. n.+3 ff. in. («Taboada» e «Erratas»).

Iornada do arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes primaz da India oriental, religioso da Ordem de S. Agostinho. Quando foy ás Serras do Malauar, & lugares em que morão os antigos Christãos de S. Thome, & os tirou de muytos erros e heregias em que estauão, & reduzio ã nossa Sancta Fè Catholica, & obediencia da Santa Igreja Romana, da qual passaua de mil annos que estauão apartados. Recopilada de diuersos tratados de pessoas de autoridade, que a tudo forão presentes. Por Frey Antonio de Gouuea Religioso da mesma Ordem de Santo Agostinho, lente de Theologia, & Prior do Convento de Goa. *Dase noticia de muytas cousas notaueis da India, de que a não auia tão clara.* Dirigida ao Reverendissimo Senhor Dom Frey Agostinho de Iesv Arcebispo, & Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas Religioso da mesma Ordem. Em Coimbra. Na officina de Diogo Gomez Loureyro Impressor da Vniversidade. Com licença do Sancto Officio, & Ordinario. Anno Dñi 1606. — In fol.º, de 6 ff. in. + 152 n. pela frente. *Traduções:* em castelhano por Fr. Francisco Muñoz, e em francês por Fr. João Baptista de Glen (Anvers, 1609, Bruxelas, 1609 ; e Colonia, 1611), segundo refere Barbosa Machado.

Iornada de Africa. Composta por Hieronymo de Mendoça, natural da cidade do Pôrto : *em a qual se responde à Ieronymo Franqui, & outros, & se trata do sucesso da batalha, catiueiro, & dos que nelle padecerão por não serem Mouros, com outras causas dignas de notar.* Com licença da sancta Inquisição. Em Lisboa. Impresso por Pedro Crasbeeck. Anno 1607. Com Privilegio Real. A custa de Iorge Artur, mercador de liuros. — In-4.º, de 6 ff. in.+188 n. pela frente. *Reedições:* Lisboa, 1785, 1878, 1904 (2 vols.), e Pôrto, 1878.

Hydrographia; Exame de Pilotos no qual se contem as regras que todo o Piloto deve guardar em suas navega-

çoens assi no Sol, variação da agulha, como no cartear com algumas regras da navegação de Leste a Oeste com mais o aureo Numero, Epactas, marés, e altura da Estrella Polar com roteiros de Portugal para o Brasil, Rio da prata, Guiné, S. Thomé, Angola, Indias de Portugal, e Castella. Lisboa, 1608. Composto por Manuel de Figueiredo; in-4.° — Assim o refere Barbosa Machado; Pinto de Matos diz ser volume in-4.°, de 51-34 folhas, impresso por Vicente Alvares. Em 1614 e com o nome dêste mesmo impressor se estampou outra edição, em cujo frontispício se lê: «Composto por Manuel de Figueiredo, q ora serve de Cosmographo Mor, por mandado de Sua Magestade. Em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, & do Conselho do Paço. Impresso por Vicente Alvarez. Anno 1614.» In-4.°, de IV+44+68+31 ff. No frontispício de outros exemplares, com esta mesma data, diz-se: «Agora impresso por conta de João Dias e Sebastião de Góis.» Uma outra edição se fêz em 1625, sob o nome do mesmo impressor Vicente Álvares, em que se estamparam êstes dizeres: «Composto por Manuel de Figueiredo, q̃ seruio de Cosmographo Mór, por mandado de sua Magestade. E agora impresso por conta de Ioão Dias, & Sebastião de Gois.» A obra foi traduzida para francês por Nicolas le Bon.

Roteiro e navegação das Indias occidentais Ilhas, Antilhas do Mar Oceano Occidental, com suas derrotas, sondas, fundos & conhecenças. Novamente ordenado segundo os Pilotos Antigos, Modernos, por Manuel de Figueiredo, que serue de Cosmographo Mor, por mandado de Sua Magestade nestes Reynos, e senhorios de Portugal. Dirigido a Dom Carlos de Borga, Conde de Ficalho, do Concelho do Estado de Sua Magestade. Com licença da Sancta Inquisição & do Concelho do Paço. Em Lisboa, por Pedro Crasbeeck. 1600. — In-4.°, de 2 fl. in+42 ff. n. pela frente. As licenças de 19 de Novembro de 1608.

Itinerario Da India Por Terra Ate Este Reino De Portugal Com A Descripçam de Hierusalem. Dirigido A Raynha de Espana Margarita de Austria Nossa Senhora. Composto por Frei Gaspar De São Bernardino Da Ordem do Seraphico Padre Sam Francisco da Provincia de Portugal Com licença da Sancta Inquisiçam E ordinario em Lisboa Na Officina de Vicente Alvares. Anno 1611. — In-4.°, de 7 ff. in.+130 n. pela frente. *Reedições:* Lisboa, 1842 e 1854-1856.

Roteiro da navegaçam e carreira da India, com seus caminhos, & derrotas, sinaes, & aguageis, & differença da agulha: tirado do que escreueo Vicente Rodrigues, & Dioguo Affonso Pilotos antiguos. Agora nouamente acrescentado a viagem de Goa por dentro de são Lourenço, & Moçambique, & outras muitas cousas, & aduertencias, por Guaspar Ferreira Reymão, caualeiro do habito de Santiago, & Piloto mór destes Reynos de Portugal, por el Rey nosso senhor. Em Lisboa, com licença Por Pedro Crasbeeck. 1612. — In-4.°, de 4 ff. in. + 52 n. pela frente; 3 mapas mss. da costa oriental de África e um desenho colorido, também mss. As licenças são datadas de 9, 11 e 16 de Dezembro de 1611. A dedicatória, «A El Rey Nosso Senhor», tem a data de 16 de Fevereiro de 1612.

DISCVRSOS
VARIOS
POLITICOS
POR MANOEL SEVERIM DE FARIA
Chantre, & Conego na Santa Sé de Euora.
Com as licenças neceſsarias.
EM EVORA Impreſſos por Manoel Carvalho
Impreſſor da Vniverſidade. Anno 1624.

A EDIÇÃO dos *Discursos* de Manuel Severim de Faria, de Évora, 1624

Relação do naufragio da Nao São Thomé na terra dos Fumos no anno de 1589, e dos grandes trabalhos que passou D. Paulo de Lima nas terras da Cafraria até sua morte. Por Diogo do Couto (1611). — Inédita até 1736, foi neste ano publicada por Bernardo Gomes de Brito no 2.° tomo da «Historia tragico-maritima» (págs. 153-213), extraída dos cap. XXXII-XXXXI da «Vida de D. Paulo de Lima Pereira», do mesmo Diogo do Couto, que veio a ser editada 29 anos depois (1765).

Relação do successo, e batalhas que [D. Manuel de Menezes] *teve com a Nao S. Julião com a qual sendo Capitão-mór daquella viagem se perdeo na Ilha de Comaro alem de Madagascar, ou S. Lourenço no anno de 1616.* — É êste o título dado por Barbosa Machado (Vol. 3.°, pág. 211, da sua «Bibliotheca Lusitana»), a uma das obras que D. Francisco Manuel de Melo («Epanaforas de varia historia», págs. 268-269 da ed. de 1660) diz terem sido escritas e estampadas pelo cronista-mor e cosmógrafo-mor do reino D. Manuel de Menezes; sem indicação de lugar nem ano.

Viagem da catholica real magestade del rey D. Filipe II. N. S. ao reyno de Portugal E rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez. S. Magestade a mandou escreuer por João Baptista Lavanha sev cronista mayor. Madrid Por Thomas Iunti Impressor del Rei N. S. M.DC.XXII. — In-fol.°, de 3 fl. in.+78 n., com 14 estampas. Traduzida para castelhano, pelo próprio autor, foi publicada pelo mesmo impressor no mesmo ano de 1622, com as mesmas estampas, mas em 76 fl.

Historia de Ethiopia, pelo padre Pero Paes, S. J. (1622). Em 4 livros respectivamente de 37, 23, 22 e 37 capítulos. Inédita durante quási três séculos, foi publicada pelo padre Camilo Beccari, em 1905-1906, nos tomos II e III da sua preciosíssima colecção, estampada em Roma, «Rerum aethiopicarum scriptores occidentales inediti». Esta *Historia* foi estampada segundo o manuscrito autógrafo existente nos arquivos da Companhia de Jesus.

Regimento da navegaçam, no qval se contem hvm breve svmmario dos principaes Circulos da Sphera material: regras para se conhecer a altura do Polo pelo Sol, & estrellas. Como se devem fazer as derrotas de hvm logar a outro. Como se conhecerá a variação da agulha & se lhe dará o resguardo. Como se saberão as marés pelo Aureo numero & epactas, & finalmente as festas mudaveis de todo o ano, etc. Dirigido a Sebastião César de Menezes. Ordenado novamente por Valentim de Saa, natural desta cidade, & cidadão della, Cosmographo mór de sua Magestade em este Reyno, & Coroa de Portugal. Com licença da S. Inquisição, Ordinario & Paço. Em Lisboa. Pedro Craesbeeck. Impressor del Rey, anno 1642. — In-4.°, de 2 fl. in.+46 n. pela frente.

Tratado do sucesso que teve a nau S. João Baptista, e jornada que fez a gente que d'ella escapou, desde 33° no Cabo da Boa Esperança onde fez naufragio, até Sofala, indo sempre marchando por terra. Por Francisco Vaz de Almada. A Diogo Soares Secretario do Conselho da Fazenda de Sua Magestade, &c. Auzente Ao Padre Manuel Gomes da Silveira. Com licença da S. Inquisição, Ordinario, & Paço. Em Lisboa. Por Pedro Crasbeeck. Impressor delRey, anno 1625. — In-4.°, de 41 ff. n. pela frente. Desta obra se fêz uma contrafacção, de 96 págs., incluida na

denominada «Collecção dos Naufragios» impressa no século XVIII.

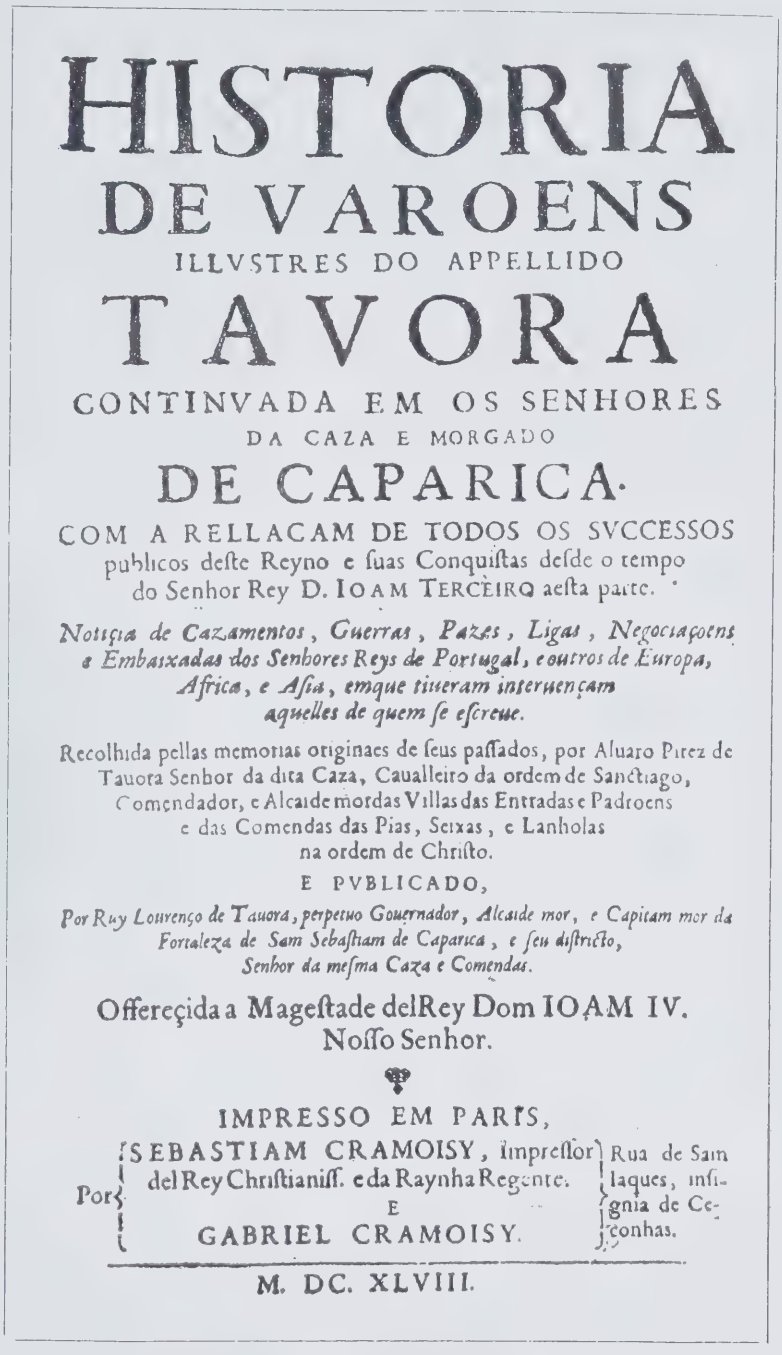
Memoravel relaçam da perda da nao Conceiçam que os Turcos queimarão à vista da barra de Lisboa, varios sucessos das pessoas que nella continuarão. E descripção nova da Cidade de Argel, de seu governo. E cousas mui notaveis acontecidas nestes ultimos annos de 621. até o de 26. Por Ioam Carvalho Mascarenhas que foi cativo na mesma Nao. Dedicada a D. Pedro de Menezes Prior da Igreja de Santa Maria de Obidos. Anno de 1627. — In-4.°, de 4 ff. in.+48 n. pela frente. Desta obra também se fizeram contrafacções no século XVIII, as quais andam encadernadas na chamada «Collecção dos Naufragios»; de 3 ff. in.+100 págs. n.+1 in. contendo as licenças; nalguns exemplares o nome do autor é João Tavares Mascarenhas, em vez de João Carvalho Mascarenhas.

Relaçam da viagem, e socesso Que teve a Nao Capitania N. Senhora do Bom Despacho Vindo da India no anno de 1630. Escrita por Fr. Nuno da Conceição. Da terceyra Ordem de São Francisco. Lisboa, Na Officina de Pedro Crasbeeck Anno de 1631. In-4.°, de 4 ff. in.+47 páginas n. Contrafacções no século XVIII, com o mesmo número de ff., mas com diferenças na fôlha do rosto e também (nalguns exemplares) na pág. 47.

Viagem de Goa, ou Cochim para Pegú, em Abril, e em Setembro, escrita por Gaspar Pereira dos Reys anno de 1635. — Publicada na «Arte de navegar» de Manuel Pimentel, a págs. 480-485 da edição de 1746.

Os três *Tratados* do padre Manuel Barradas, S. J.: *Tratado primeiro — Do estado da santa fé romana em Ethiopia quando se lançou o pregão contra ella* (em 13 capítulos); *Tratado segundo — Do reino de Tygrê e seus mandos em Ethiopia* (em 55 capítulos); *Tratado terceiro — Da cidade e fortalezas de Adem* (em 8 capítulos). — Inédita nos séculos XVII e XVIII, foi publicada em 1906, no tomo IV da colecção «Rerum aethiopicarum scriptores occidentales inediti», do padre C. Beccari.

Historia de Ethiopia a alta ou Abassia, pelo padre Manuel de Almeida, também da Companhia de Jesus. Publicada pela primeira vez, integralmente, em 1907-1908, nos tomos V, VI e VII da já referida colecção do padre C. Beccari. Esta obra é dividida em 10 Livros; o 1.° dos três volumes compreende os quatro primeiros Livros, contendo respectivamente 22, 25, 19 e 26 capítulos; o 2.° vol. encerra os Livros quinto, sexto, sétimo e oitavo, com 20, 16, 34 e 25 capítulos, respectivamente; o 3.° e último é constituído pelos Livros nono e décimo, com 33 e 45 capítulos. Os vols. VIII e IX da colecção Beccari contêm uma outra obra do padre Manuel de Almeida: *Expeditio Aethiopiae.*



HISTORIA
DE VAROENS
ILLVSTRES DO APPELLIDO
TAVORA
CONTINVADA EM OS SENHORES
DA CAZA E MORGADO
DE CAPARICA.
COM A RELLACAM DE TODOS OS SVCCESSOS
publicos deſte Reyno e ſuas Conquiſtas deſde o tempo
do Senhor Rey D. IOAM TERCEIRO aeſta parte.
Notiçia de Cazamentos, Guerras, Pazes, Ligas, Negociaçoens e Embaixadas dos Senhores Reys de Portugal, e outros de Europa, Africa, e Aſia, emque tiueram interuençam aquelles de quem ſe eſcreue.
Recolhida pellas memorias originaes de ſeus paſſados, por Aluaro Pirez de Tauora Senhor da dita Caza, Caualleiro da ordem de Sanctiago, Comendador, e Alcaide mordas Villas das Entradas e Padroens e das Comendas das Pias, Seixas, e Lanholas na ordem de Chriſto.
E PVBLICADO,
Por Ruy Lourenço de Tauora, perpetuo Gouernador, Alcaide mor, e Capitam mor da Fortaleza de Sam Sebaſtiam de Caparica, e ſeu diſtricto, Senhor da meſma Caza e Comendas.
Offereçida a Mageſtade delRey Dom IOAM IV. Noſſo Senhor.
IMPRESSO EM PARIS,
Por SEBASTIAM CRAMOISY, impreſſor del Rey Chriſtianiſſ. e da Raynha Regente. E GABRIEL CRAMOISY. Rua de Sam Iaques, inſignia de Ceconhas.
M. DC. XLVIII.

A *Historia de varões*, etc., rara e muito curiosa pelas muitas notícias que contém. Edição de 1648, de Paris

Naufragio da nao Nossa Senhora de Bethlem. Feito na terra do Natal no Cabo de Boa Esperança. Svcessos que teve o capitão Joseph de Cabreira, qve nella passov á India o anno de 1635 fazendo o officio de Almirante daquella Frota atè chegar a este Reyno. Escrito pelo mesmo Joseph de Cabreyra. Offerecidos a Diogo Soares do Conselho de Sua Magestade, & seu Secretario do Estado em Madrid, Com todas as licenças necessarias. Em Lisboa, Por Lourenço Craesbeeck Impressor d'ElRey. Anno M.DC.XXXVI. — In-4.°, de 2 ff. in.+32 n. pela frente. Contrafacções, impressas com 69 págs.+1 com as licenças; no frontispício de alguns exemplares imprimiu-se 1633, em vez de 1635.

Nova derrota para a navegação do Maranhão, por Domingos Franco. — In-4.°; saíu impressa no Regimento de pilotos, publicada em 1642.

Regimento de pilotos e roteiro das navegaçoens da India Oriental. Agora novamente emendado, & acressentado com o Roteiro da Costa de Sofala até Mombaça, & com os portos, & barras do Cabo de Finisterra, até o estreito de Gibraltar com suas derrotas sondas, & demonstraçoẽs, por Antonio de Mariz Carneiro Fidalgo da Casa de Sua Mag. & seu Cosmografo mòr destes Reynos. Em Lisboa. Na Officina de Lourenço de Anvers anno de 1642. — In-4.°, de 4 ff. in.+40 irregularmente n.+78 pág. Com a mesma data e sob o nome do mesmo impressor se fêz uma contrafacção de 4 ff. in.+1-80 págs.+51-77 págs.; nelas o nome do autor é precedido do título de Desembargador. Barbosa Machado diz terem-se feito duas reedições dêste *Regimento,* ambas em Lisboa: uma em 1655, por Manuel da Silva; a outra em 1666, por Domingos Carneiro.

Regimento de pilotos, e roteiro da navegaçam, e conqvistas do Brasil, Angola, S. Thomé, Cabo Verde, Maranhão, Ilhas & Indias. Agora novamente emendado & acresentado o Roteiro do Maranhão, & com os Portos,

& Barras do Cabo de Finis taerra ate o estreito de Gibaltar, com suas derrotas, sondas, & demonstraçoens. Pello Dezembargador Antonio de Mariz Carneiro Fidalguo da Caza de Sua Magestade, & seu Cosmographo mor destes Reynos de Portugal. Em Lisboa. Na Officina de Lourenço de Anvers. 1642. — In-4.°, de 4 ff. in.+40 ff. n. irreg. +179 págs. n.+1 pág. in. (com «Index do roteiro de Indias»); na paginação do *Roteiro* dá-se a singularidade de serem sòmente numeradas na frente as ff. até 33, e daqui em diante numeradas por ambas as faces, principiando a 34 no verso da 33; de sorte que, por êste

EPITOME
DE LAS HISTORIAS
PORTVGVESAS.
Primero i Segundo Tomo.
Divididos en quatro Partes.
POR MANVEL DE FARIA
I SOVSA.
Mô
AL EXCEL SENOR DON MANVEL DE
Movra Corte-Real Marques de Castel-Rodrigo,
Conde de Lumiares, Comendador Mayor de la Orden de
Chriſto, Capitan i Governador de las islas Terceras, San
Iorge, Fayal i Pico, Grande de Eſpaña, Gentil-
hombre de la Camara de ſu Mageſtad, de
ſu Conſejo de Eſtado, i Veedor de
ſu hazienda.
CON PRIVILEGIO.
EN MADRID,
Por Francisco Martinez.
A coſta de Pedro Coello, Mercader de Libros.
1628.

O *Epitome de las historias portuguesas* de Manuel de Faria e Sousa

modo, a pág. 179 deveria ser 211, se se seguisse o mesmo processo de paginação desde o princípio. Estoutro *Regimento* de António de Mariz Carneiro foi reeditado em Lisboa por Manuel da Silva, em 1655, in-4.° de 32 ff. irreg. n.+114 ff. também irreg. n.

Rellação do Sucesso da jornada que fez Gonçalo de Siqueira de Souza a Jappão por embaixador ao Rey daquellas jlhas, enviado por El-Rey nosso señor Dom João o 4.° que Deus guarde em Janeiro de 1644. — Inédita até 1900, foi neste ano publicada, em Lisboa, pelo sr. Aires de Sá, no 2.° vol. do seu «Frei Gonçalo Velho», págs. 11-42, segundo um manuscrito arquivado na Tôrre do Tombo («Documentos remetidos da India», Liv.° 59, fls. 4-13). Novamente publicada no «Boletim da Agência geral das colónias», ano IV, n.° 38, de Agosto de 1928, págs. 21-61, pelo oficial do exército inglês sr. C. R. Boxer, com várias anotações; estoutra edição foi feita sôbre uma cópia existente em Londres, no «India Office»; dela saíu, na «Japan Socicty Transations», uma tradução em inglês.

Relação do navfragio, que fizeram as naos: Sacramento, & nossa Senhora da Atalaya, vindo da India para o Reyno, no Cabo de Boa Esperança; de que era Capitão mor Luis de Miranda Henriques, no anno de 1647. Offerece a a Magestade del Rey Dom Joam o IV. nosso Senhor, Bento Teyxeyra Fco. Em Lisboa. Com todas as licenças necessarias. Na Officina Crasbeeckiana. Anno 1650. — In. 4.°, de 2 ff. in.+52 págs. n. Contrafacções com 87 págs.

Relaçam da viagem do galeam Sam Lourenço e sva perdiçam nos baixos de Moaxincale em 3 de Septembro de 1649. Pello P.e Antonio Francisco Cardim da Companhia de Iesvs Procurador geral da Prouincia do Japão.A Manoel Seuerim de Faria. Em Lisboa, por Domingos Lopes Rosa. No anno de 1651. — In-4.°, de 14 ff. in. Contrafacções, de 43 págs., na «Collecção dos Naufragios».

Relação da jornada que fez o Governador Antonio de Sousa Coutinho ao estreito de Ormuz, e dos successos d'ella; e batalhas que teve com a poderosa armada dos arabes, em que foram vencidos. Lisboa, Officina de Domingos Lopes Rosa, 1653. — In-4.°, de 12 págs. in.

Relação da viagem que fez ao Brasil a armada da Companhia no anno de 1655, a cargo do general Francisco de Brito Freire. Lisboa, por Henrique Valente de Oliveira, 1657. — In-12.°. Reeditado em 1675.

Historia geral da Ethiopia a alta, ov Preste Ioam, e do qve nella obraram os padres da Companhia de Iesvs: composta na mesma Ethiopia, pelo padre Manoel d'Almeyda, natural de Vizeu, Prouincial, e Visitador, que foy na India, Abreviada com nova releyçam, e methodo, pelo padre Balthezar Tellez, natural de Lisboa, Prouincial da provincia lvsitana: ambos da mesma Companhia. Em Coimbra. Com todas as licenças necessarias. Na officina de Manoel Dias Impressor da Vniversidade: Anno do Senhor de mil & seyscentos & sessenta. — In.- fol.°, de 20 fl. in.+736 págs. n.+2 in. *Traduções:* em extracto, para francês em 1654 (Londres) e 1674 (Paris).

Relaçam diaria, da jornada, que a serenissima rainha da Gram Bretanha D. Catherina fez de Lisboa a Londres, indo já desposada com Carlos ij. rey daqvelle reyno. E das festas, qve nelle se fizerão até entrar em seu Palacio, Anno de 1662. Lisboa. Com todas as licenças necessarias. Na Officina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor delRey N. S. Anno 1662. — In-8.°, 12 ff. in.

Relação do novo caminho qve fez por terra, e mar vindo da India para Portugal no anno de 1663. O padre Manoel Gódinho da Companhia de Iesv; enviado á Magestade delRey N. S. Dom Affonso Vj. pello sev viso-rey Antonio de Mello de Castro, & Estado da India. A Lvis de Vasconcellos e Sovsa Conde de Castelmelhor, dos conselhos de Estado, & Guerra de Sua Magestade, seu Escrivão da Puridade, &c. Em Lisboa: Com licença. Na officina de Henrique Valente de Oliueira. Impressor del-Rey N. S. Anno 1665. — In-4.°, de 12 ff. in.+188 págs. n. — *Reedição,* 1842, Lisboa, in-8.°, de 16 págs. in.+234 n.+3 in.

Relaçam da embaixada extraordinaria de obediencia, enviada do Serenissimo principe Dom Pedro successor governador, e regente dos Reynos de Portugal, & dos Algarues, &c. A Santidade de N. S. o Papa Clemente X. Dada pello illustrissimo senhor Dom Francisco de Sovsa Conde do Prado, Marquez das Minas... Anno 1670. Com as licenças necessarias. Na officina de Antonio Craesbeeck de Mello Impressor da Casa Real, à custa de Miguel Manascal, Livreiro de S. Alteza. — In-4.°, de 20 ff. in.

Relação da viagem e successos da armada do estreito de Ormuz, e batalha do Congo. Lisboa, por Antonio Craesbeeck de Mello, 1670. — In-4.°, de 28 págs.

Relação do naufragio que padeceu no anno de 1636 o padre Fr. Manuel do Sepulchro. — Publicada, em 1721, na «Historia Serafica Chronologica de S. Francisco na provincia de Portugal», de Fr. Fernando da Soledade, parte 5.ª, livro 4.º, cap. 45, n.os 1266-1269.

Roteiro do mar mediterraneo tirado do espelho, ou tocha do mar, no qual se contem as derrotas, portos, baixos, & correntes até auante de Napoles, & pellas Ilhas deste mar até Sicilia: pellas costas de Barbaria até Tunes. Por Lvis Serram Pimentel, cosmografo môr, & engenheiro môr do Reyno, & Senhorios de Portugal, Tenente general da Artelharia com exercicio em qualquer das Prouincias fronteiras. Lisboa. Na officina de Ioam da Costa. M.DC.LXXV. Com todas as licenças necessarias. — In-fol.º, de 52 págs.

Arte pratica de navegar e regimento de pilotos repartido em duas partes. A primeira propositiva, em que se propoem alguns principios para melhor inteligencia das regras de navegação: A segunda operativa em que se ensinão as mesmas regras para a pratica. Iuntamente os roteiros das navegaçoens das Conquistas de Portugal, & Castella. Por Luis Serrão Pimentel cosmografo mor, e engenheiro mor que foi dos Reinos, & Senhorios de Portugal, & Tenente General da Artilheria com exercicio em qualquer das Provincias do Reino. Lisboa. Com as licenças necessarias, & Privilegio Real. Na impressão de Antonio Crasbeeck de Mello Impressor de S. Alteza. Anno 1681. — In-fol.º, de 4 ff. in.+424 págs. n.+2 ff. in. (com «Indice» e licenças).

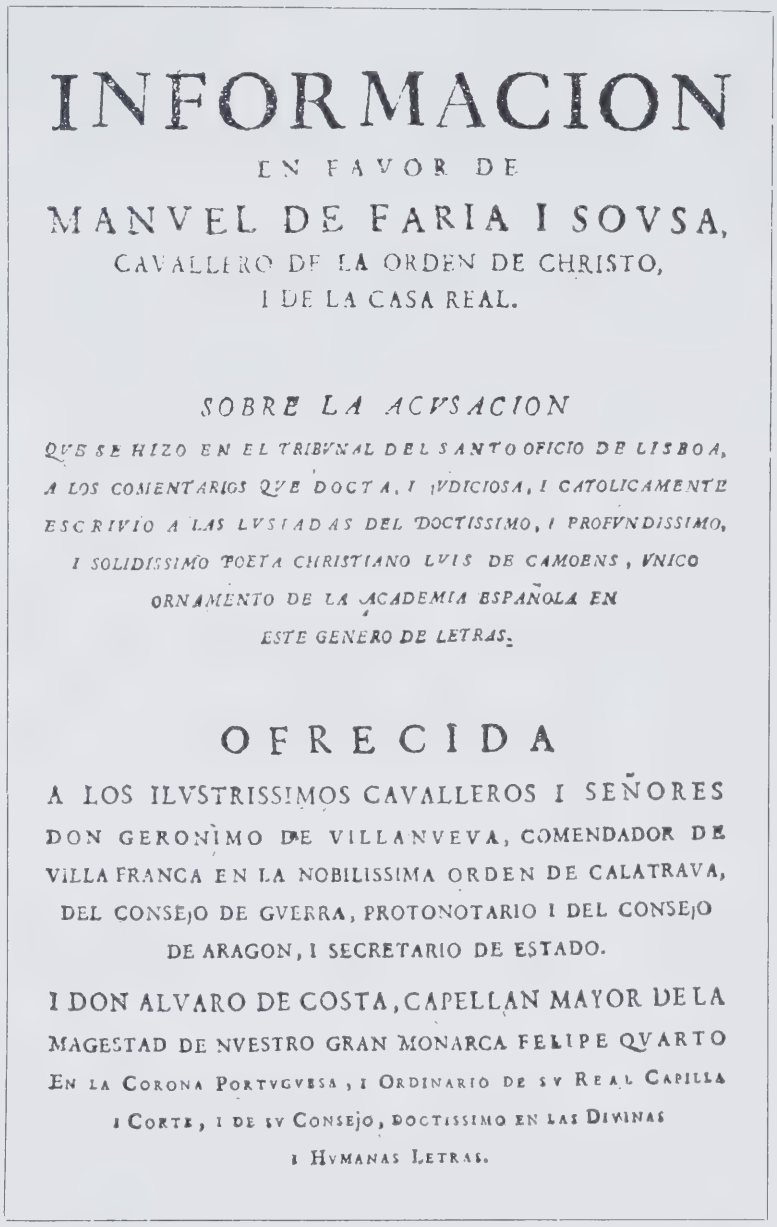
Arte practica de navegar, & roteiro Das viagens, & costas maritimas do Brasil, Guiné, Angola, Indias e Ilhas Orientaes, occidentaes. Agora novamente emendado & acrescentado o Roteiro da costa de Espanha, & Mar Mediterraneo. Por Manuel Pimentel Cosmographo môr do Reyno, & Senhorios de Portugal. Lisboa. Na officina de Bernardo da Costa de Carvalho. Com todas as licenças necessarias. Anno de 1699. — In-fol.º, de 4 ff. in.+496 págs. n.+3 págs. in. *Reedições:* 1712, 1746, 1762 e 1819.

PORQUE menos numerosos, do que no século anterior, foram no século XVII os naufrágios em embarcações portuguesas, mais reduzido é também nesta centúria o número de Relações ou Narrativas de viágens trágico-marítimas (1). Maior é, porém, o número de espécies relativas a viágens terrestres, especialmente no tocante às regiões da Etiópia, bem como das atinentes a Roteiros de navegação.

Dentre tôdas as 40 espécies enumeradas na precedente *Bibliografia,* merecem particular menção as que nos deixaram os seguintes autores:

D. Fr. António de Gouveia

Natural de Beja, professou em Lisboa no convento dos eremitas de Santo Agostinho, a 4 de Junho de 1591. Em 1597 partiu para Gôa, de onde foi enviado à Pérsia como embaixador, em 1602. O imperador recebeu-o com muita benevolência, e por sua vez o enviou à Europa em companhia de um embaixador para o papa e para El-rei D. Filipe. No seu regresso a Portugal, foi nomeado bispo de Cyrene, recebendo a sagração a 28 de Dezembro de 1612. Passando novamente à Pérsia, como embaixador do pontífice, ali foi mal recebido. O Xá estava então irritado por não ver executados os planos que propusera na guerra contra os turcos. Com imensos trabalhos pôde D. Fr. António de Gouveia transportar-se a Alepo, onde embarcou para Marselha; mas, contrariada a embarcação pelos ventos, voltou à Sardenha, vindo a caír em cativeiro dos mouros, com outros cristãos que o acompanhavam. Só em 1620 foi resgatado. Faleceu em Maçanares de Membrilha (Espanha), a 18 de Agosto de 1628 (1).



INFORMACION

EN FAVOR DE

MANVEL DE FARIA I SOVSA,

CAVALLERO DE LA ORDEN DE CHRISTO,

I DE LA CASA REAL.

SOBRE LA ACVSACION

QVE SE HIZO EN EL TRIBVNAL DEL SANTO OFICIO DE LISBOA, A LOS COMENTARIOS QVE DOCTA, I ¡VDICIOSA, I CATOLICAMENTE ESCRIVIO A LAS LVSIADAS DEL DOCTISSIMO, I PROFVNDISSIMO, I SOLIDISSIMO POETA CHRISTIANO LVIS DE CAMOENS, VNICO ORNAMENTO DE LA ACADEMIA ESPAÑOLA EN ESTE GENERO DE LETRAS.

OFRECIDA

A LOS ILVSTRISSIMOS CAVALLEROS I SEÑORES DON GERONÌMO DE VILLANVEVA, COMENDADOR DE VILLA FRANCA EN LA NOBILISSIMA ORDEN DE CALATRAVA, DEL CONSEJO DE GVERRA, PROTONOTARIO I DEL CONSEJO DE ARAGON, I SECRETARIO DE ESTADO.

I DON ALVARO DE COSTA, CAPELLAN MAYOR DE LA MAGESTAD DE NVESTRO GRAN MONARCA FELIPE QVARTO EN LA CORONA PORTVGVESA, I ORDINARIO DE SV REAL CAPILLA I CORTE, I DE SV CONSEJO, DOCTISSIMO EN LAS DIVINAS I HVMANAS LETRAS.

UM TÃO RARO COMO CURIOSO LIVRO sôbre a ainda pouco estudada figura de Manuel de Faria e Sousa

Dentre as obras que escreveu destaca-se a *Jornada do arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes, primaz da India Oriental, religioso da Ordem de Santo Agostinho;* Coímbra, 1606. Obra de grande mérito e de excelente exposição histórica e muito bem escrita, «distingue-se pelas belezas da linguagem, tomando lugar de honra entre os melhores escritores nacionais».

(1) Vide «Navegação portuguesa dos séculos XVI e XVII. Naufrágios inéditos. Novos subsídios para a História trágico-marítima de Portugal», no *Instituto,* de Coímbra, vol. 64.º (1917), págs. 69-93.

(1) Conf. *História da Igreja em Portugal,* por Fortunato de Almeida, Tomo III, parte 2.ª (Coímbra, 1915), págs. 678 e 376.

SERMAÕ
QVE PREGOV
O R. P. ANTONIO VIEIRA DA
Companhia de IESVS.

Na Capella Real o primeiro dia de Ianeiro de anno de 1642.

EM COIMBRA
Com todas as licenças neceſſarias,
Na officina de Thome Carualho Impreſſor da Vniuerſidade Anno de 1658.

SERMAÕ
QVE PREGOV O R. P.
ANTONIO VIEIRA DA COMPANHIA
de IESV, na Igreja das Chagas, em a feſta, que ſe fez a S. Antonio, aos 14. de Septembro deſte anno de 1642.

Tendoſe publicado as Cortes para o dia ſeguinte.

EM LISBOA. *Com todas as licenças neceſſarias.*
Na Officina de Domingos Lopes Roſa. Anno de 1645.

DOIS RAROS SERMÕES do Padre António Vieira, publicados em opúsculo antes de se começar a colectânea em volumes. Êstes e os que se seguem, sermões soltos, são da magnífica colecção de Albino Forjaz de Sampaio

Jerónimo de Mendonça

Dêste escritor possuímos a *Jornada de Africa... em a qual se responde a Jeronimo Franqui, & outros, & se trata do sucesso da batalha, cativeiro, & dos que nelle padecerão por não serem Mouros, com outras cousas dignas de notar;* Lisboa, 1607. Dêle escreveu Barbosa Machado ter sido natural da cidade do Pôrto, ilustre por geração e insigne por talento, não só versado na inteligência das línguas mais polidas, mas na destreza de tocar instrumentos; acompanhou a el-rei D. Sebastião na infeliz jornada de África em o ano de 1578, onde, depois de dar do seu valor heróicos argumentos, ficou cativo; sendo restituído à sua liberdade, escreveu fielmente como testemunha ocular dos trágicos sucessos de tão fatal dia.

Conquanto em estilo simples e de restrito valor literário, a *Jornada de África* é bastante curiosa como livro de viágens e mui interessante como subsídio histórico, fornecido por testemunha presencial, para melhor conhecimento do desastroso acontecimento de Alcácer Quibir. Escrita, com singular singeleza e sinceridade, em contestação ao livro «Dell' unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia» — publicado sob o nome do genovês e feitor da alfândega de Lisboa, Jerónimo Franchi Conestaggio, mas cujo espírito e arte (no dizer de D. Francisco Manuel de Melo) são de D. João da Silva, conde de Portalegre — Jerónimo de Mendonça dedicou-a, em Janeiro de 1607, a D. Francisco de Sá e Meneses, senhor de Penaguião e Sobrado, alcaide-mor e capitão-mor da cidade do Pôrto. A obra é precedida de um «Ao leitor em resposta do novo Proémio de Jerónimo Franqui, em a sua terceira impressão» (Venetia, Paulo Ugolino, 1592).

Fr. Gaspar de São Bernardino

Franciscano da província de Portugal, era filho de Simão Rodrigues e de Maria Rodrigues, e natural de Lisboa; professou o instituto seráfico no convento de Leiria a 25 de Abril de 1593. Anos depois, foi enviado para a missão da Índia. Em regresso para a Europa e tendo embarcado em Gôa, a bordo da nau *Nossa Senhora de Betancor,* no fim de 1605, naufragou na ilha de de S. Lourenço (Madagascar). De aqui passou às ilhas de Comaro, Pemba, Mombaça, Melinde, ilha de Pate,

SERMAM.

QVE PREGOV

O P. ANTONIO VIEIRA DA COMPANHIA de IESVS na caza profeſſa da meſma Companhia em 16 de Agoſto de 1642.

NA FESTA QVE FEZ A S. ROQVE ANTONIO Telles da Silua do Concelho de guerra de Sua Mageſtade Gouernador, & Capitam Geral do Eſtado do Braſil &c.

Com todas as licenças neceſſarias.

Em Lisboa na Officina de Domingos Lopes Roſa. Anno 1642.

SERMAM

DE S. IOAM

BAPTISTA

NA PROFISSAM

DA SENHORA

MADRE SOROR MARIA DA CRVZ

Filha do Excellentiſſimo

DVQVE DE MEDINA SYDONIA

SOBRINHA DA RAYNHA N. S.

Religioſa de Sam Franciſco.

No Moſteyro de Noſſa Senhora na Quieta çam, das Framengas,

Em Alcantara.

Eſteve o SANCTISSIMO SACRAMENTO expoſto *Aſſiſtirão ſuas MAGESTADES, & ALTEZAS.*

PREGOV O O.P. ANTONIO VIEIRA da Companhia de Iesv Prègador de Sua Mageſtade.

EM COIMBRA. *Com todas as licenças neceſſarias.*

Na Impreſſam de Thome Carualho Impreſſor da Vniverſidade Anno de 1658.

DOIS RAROS SERMÕES do Padre António Vieira publicados soltos em opúsculo em 1642 e 1658

costa da Líbia, cabo Guardafui, ilha Socotará, Cabo Rosalgate, ilha de Ormuz, Pérsia (Lara, Xiraz, Romus, Lara), Arábia Deserta, Caldea, Babilónia, Desertos da Palestina, Síria (Alepo), Antióquia, e ilha de Chipre (14 de Fevereiro de 1606. Esteve em Jerusalém, visitou o Santo Sepulcro, o monte Calvário, o vale de Josafá, monte Sião, monte Olivete, Betlem, rio Jordão, a Judea; voltou à ilha de Chipre, indo depois às ilhas de Condia (Creta), Zante e Zafalónia, Corfú, Venesa, Otranto e outras cidades da Itália, Nápoles, Sardenha, ilhas Baleares, Denia, Gândia, Valença de Aragão e Madrid, reentrando em Lisboa após seis anos de ausência.

Em Maio de 1609, pelo ministro geral da Ordem a que pertencia, foi-lhe mandado compôr «com toda a presteza, & verdade todo o caminho que fez, visto a Rainha Nossa Senhora [D. Margarida de Áustria, mulher de Filipe III] querer que a ela seja dedicado». Tal a origem e o objectivo do *Itinerario da India por terra até este reino de Portugal com a descripçam de Hierusalem. Dirigido á rainha de Espanha Margarida de Austria, nossa senhora, composto por Frei Gaspar de São Bernardino, da ordem do Seraphico Padre Sam Francisco, da Provincia de Portugal. Com licença da Sancta Inquisiçam e ordinario. Em Lisboa, na officina de Vicente Alvares. Anno 1611.* Esta obra já se achava licenciada e pronta para a impressão (21 de Maio de 1611), quando sobreveio a morte da raínha D. Margarida (3 de Outubro do mesmo ano de 1611); por tal motivo o autor veio a dedicá-la «Á muy alta, e serenissima infanta Dona Anna de Austria», sua filha. O original dêste *Itinerário* tinha sido repartido em três partes, conforme consta do respectivo «Prologo ao lector, e argvmento de toda a obra»; certo é, porém, que só se imprimiu a 1.ª parte, a qual consta de 22 capítulos — o último dos quais fecha com o desembarque na ilha de Chipre. Na 2.ª parte, «a qual fico compondo», ocupava-se da viágem e estada em Jerusalém e Terra Santa. Dos pareceres firmados por Fr. Martinho de Madureira, definidor da Ordem, e por Fr. António da Conceição, leitor em teologia (respectivamente de 5 e 8 de Abril de 1611) conclui-se que só a 1.ª parte chegou a ser submetida ao exame dêstes dois censores. É de advertir que nas reedições (1842 e 1854-1856) a obra

saíu com os títulos, respectivamente: *a) Itinerario da India por terra até a ilha de Chipre; b) Itinerario da India por terra* — sem referência à descrição de Jerusalém incluída no frontispício da edição *princeps*. A *Taxa* para a venda desta edição está datada de 16 de Novembro de 1611.

No dizer e autorizado parecer de Pedro José da Fonseca, esta obra é escrita com elegância, bôa ordem, e vária erudição, principalmente histórica e geográfica. O autor descobre nela o grande conhecimento que tinha do que sôbre estas matérias escreveram antigos e modernos. Muitos dos nossos escritores, se acham aqui citados, e neles se advertem algumas vezes os enganos em que caíram, assim de facto, como de geografia. Fr. António da Conceição, um dos censores por parte da Ordem, testifica ser êste *Itinerario* «curioso, e composto com muito estudo e bom estilo», acrescentando-lhe «parecer util, & proveitoso pera todo o christão folgar de o ler».

Padre Pedro Pais

Conquanto castelhano de orígem, a *Historia da Ethiopia* [1] que êste missionário da Companhia de Jesus nos deixou, é tôda escrita em português. Esta obra «foi a base fundamental de todas as obras posteriores do mesmo genero» — no dizer do malogrado académico Francisco Maria Esteves Pereira; ela compreende a história política e religiosa da Etiópia desde a sua mais remota antiguidade de que há memória até o tempo da morte do autor (1622); e contém, além da narração dos sucessos históricos, preciosas notícias geográficas, etnográficas, etc. É nesta obra que se encontra a mais antiga descrição das celebradas Fontes do Nilo (Nilo azul, isto é, Abaui), que o P.e Pedro Pais visitou em 1618; mas tal descoberta pretendeu ter feito, no fim do século XVIII, o célebre viajante escossês James Bruce, aliás muito notável pelas suas viágens, pelos seus estudos e pela preciosa colecção de manuscritos etiópicos que trouxe da Abissínia, com os quais enriqueceu a Biblioteca de Oxford. Os testemunhos da *Historia de Ethiopia* são: os livros históricos escritos pelos naturais na língua literária do país, que o P.e Pedro Pais sabia; as pessoas mais autorizadas que no seu tempo (1603-1622) viviam em Etiópia; e êle mesmo, a respeito das coisas que êle viu, e dos factos cuja relação êle ouviu [2].

Padre Manuel Barradas

Natural da vila de Monforte e filho de Gaspar Barradas e Isabel Caldeira, recebeu a roupeta de jesuíta no noviciado de Évora a 6 de Fevereiro de 1587, donde partiu para a Índia, e, depois de assistir em Gôa alguns anos, foi mandado, com outros sequazes do seu instituto, para a Etiópia, donde tinha sido expulso o patriarca D. Afonso Mendes; êste nomeou-o seu legado à Índia, em cuja jornada, sendo cativo pelos turcos, padeceu com heróica constância horríveis moléstias durante seis meses. Faleceu em Cochim em 1646.

Segundo refere Barbosa Machado, êste padre Manuel Barradas escreveu uma *Descripção da Etiophia em que relata a causa da sua rebelião*. A esta obra, em manuscrito, faz referência Manuel de Faria e Sousa, escrevendo: «Descripcion de lo principal de la Etiopia, escrita por el Padre Manuel Barradas, jesuita, que por averla visto bien, con verdad y zelo muestra los muchos y notables errores que escribió en su Etiopia el docto y elegante padre Fray Luis de Urreta. Comunicòmela el Chantre Manuel Severim de Faria» [1]. Deve ser o primeiro dos três *Tratados* que o padre Camilo Beccari publicou no vol. IV da sua colecção «Rerum aethiopicarum...» (Roma, 1906).

Padre Manuel de Almeida

Foi natural da cidade de Viseu e teve por pais a Manuel Antunes e Mécia de Almeida — da melhor nobreza daquela nobre cidade, no dizer do P.e Baltasar Teles. Sendo estudante na Universidade de Coímbra, entrou para a Companhia de Jesus em 1595; segundo outros, aos 12 de Novembro de 1594, tendo 15 anos de idade. Concluído o noviciado, foi enviado para as missões do Oriente em 1597, ou em 1602 (segundo diz o P.e António Franco) [2]. Em Novembro de 1622 foi mandado de Gôa para Etiópia, mas sòmente lá chegou em Janeiro de 1624; aí teve por companheiro o patriarca D. Afonso Mendes, que ali veio a dar entrada nos fins de Janeiro de 1626. Cêrca de 9 anos residiu na Etiópia; de lá foi desterrado em 1633 com o patriarca e outros religiosos; chegou a Gôa em 1634, tendo estado em Adem e Diu. Poucos anos depois foi mandado para Salsete, onde ficou três anos; em 1645 estava novamente em Gôa. Aqui faleceu em 10 de Maio de 1646, no Colégio da Companhia, com 65 anos de idade.

Escreveu a *Historia da Ethiopia*, com grandíssimo trabalho, por ordem especial do padre Geral, Mucio Vitelleschi. Esta obra havia sido começada pelo padre Pedro Pais e ficara no ano 1622. «Pera esta obra, diz o padre António Franco [3], não perdoou a trabalho algum, correo, & quasi apalpou com as mãos toda a Ethiopia, de que avia pouca noticia. Revolveo os livros, & arquivos do Imperio mais reconditos. Donde ordenou a *Historia* desde a Rainha Sabâ atte o presente Imperador, que foi obra neste genero mui erudita. Escreveo os progressos da fé naquelle Imperio desde a vinda de Christo atte seu tempo. Escreveo mais os erros dos Abexins com respostas, que mostravam a sua falsidade. Fez tambem hum tratado em que confuta os desbarates de hum autor valenciano que fez huma Historia cheia de muitas cousas aereas sobre Ethiopia, fiado nas informações erradas, & phantasticas que lhe deu hum Abexim, que por engrandecer as cousas do seu Imperio, meteo na cabeça aquelle autor, quanto lhe ditou o seu sonho, & a sua phantezia».

«Abreviada com nova releiyçam, e methodo», a *Historia da Ethiopia* do padre Manuel de Almeida foi dada à estampa em Coimbra, em 1660, pelo padre Baltasar Teles, tendo sido modernamente (1907-1908) publicada na íntegra pelo padre C. Beccari, em Roma, constituindo os volumes V, VI e VII da sua colecção «Rerum aethiopicarum scriptores occidentales inediti».

---

(1) O patriarcado da Etiópia foi fundado pelos jesuitas no reinado de D. João III, tendo sido seus primeiros patriarcas: D. João Nunes Barreto (1555-1557), D. André de Oviedo e D. Afonso Mendes (nomeado em 1622).

(2) «Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa», Vol. VII (Coimbra, 1914), pág. 44. — Vide «Agiológio Lusitano», do padre Jorge Cardoso, tomo 3.º, págs. 331 e 337, let. *h*.

(1) «Asia Portvgvesa», tomo I (Lisboa, 1666), a seguir às «Advertências».

(2) «Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra» (Évora, 1719), T. I pág. 349 e T. II, pág. 622. — Conf. «Agiologio Lusitano», do padre Jorge Cardoso, T. III (Lisboa, 1666), págs. 153 e 161, letra *n*.

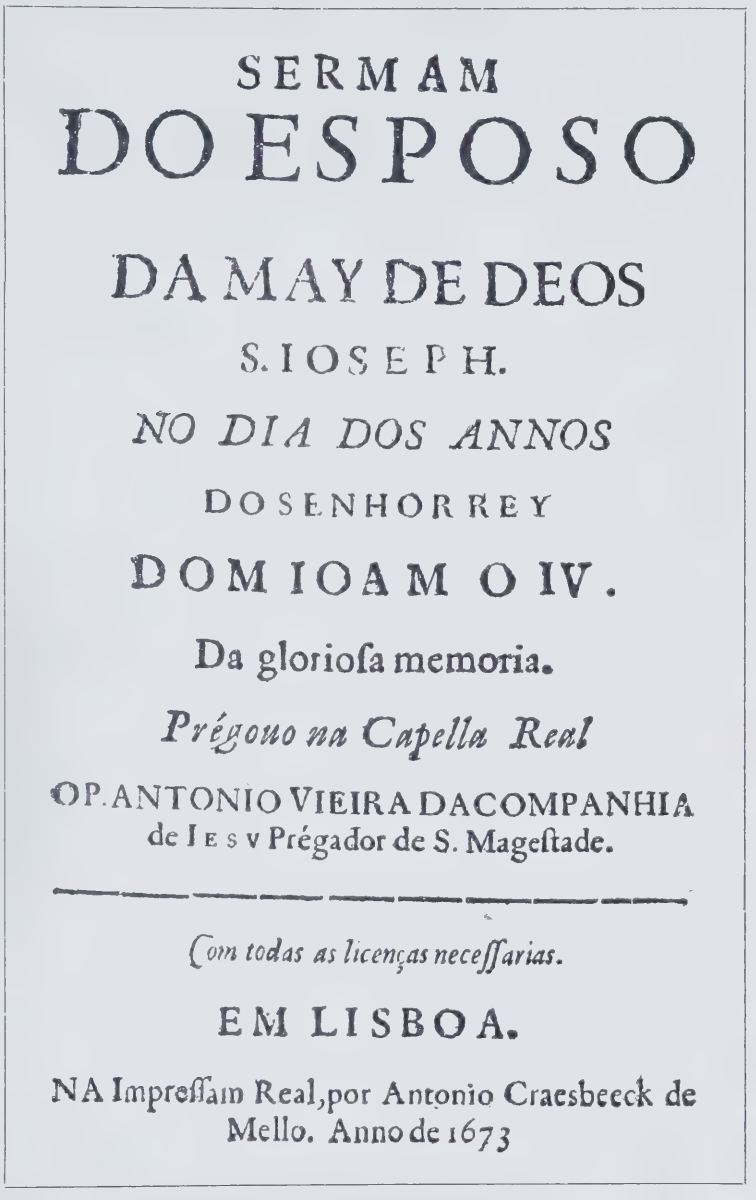
(3) Obra citada, T. I, pág. 352-353.

Padre Baltasar Teles

Nascido em Lisboa em 1595, era filho de Francisca de Morais de Sá e de João Tilly, cavaleiro inglês que, fugindo da perseguição da raínha Isabel, se foi à Flandres, onde o arquiduque Alberto o fêz védor e, trazendo-o para Lisboa, o fêz consul de Inglaterra, Escócia e Irlanda.

Sua mãi era neta materna de Francisco de Morais *(o Palmeirim)*, tesoureiro do tesouro particular de D. João III. Entrou na Companhia de Jesus aos 24 de Março de 1610, tomando a roupeta no Colégio de Coímbra; ensinou as primeiras classes nos colégios de Braga, Lisboa, Évora e Coímbra, vindo depois a ser professor sucessivamente de Filosofia e Teologia especulativa e moral nos colégios de Coímbra e Lisboa; foi reitor do Seminário dos irlandeses e do Colégio de Santo Antão, bem como provincial e propósito da Casa de S. Roque. Aqui faleceu em 20 de Abril de 1675.

Em 1658, ou fôssem 13 anos depois de haver sido dada a lume a sua tão afamada *Chronica da Companhia de Jesus na provincia de Portugal* (Lisboa, 1645) — em que se mostra aprimorado escritor—achava-se já pronta para a impressão a *Historia geral de Ethiopia a Alta*, a qual todavia só veio a publicar-se em 1660, na cidade de Coímbra. Conforme aliás se lê no respectivo frontispício, esta *Historia* é pròpriamente a que nos deixara o padre Manuel de Almeida, «abreviada com nova releyçam e methodo» pelo padre Baltasar Teles, seu correligionário. Àcêrca destas obras e dos seus autores, leia-se o que, no volume *A formação intellectual do jesuita—Leis e factos*, págs. 237-238 (Pôrto, 1917), escreveu o muito erudito padre Francisco Rodrigues, S. J.


SERMAM
DO ESPOSO
DA MAY DE DEOS
S. IOSEPH.
NO DIA DOS ANNOS
DO SENHOR REY
DOM IOAM O IV.
Da glorioſa memoria.
Prégouo na Capella Real
OP. ANTONIO VIEIRA DA COMPANHIA
de Iesv Prégador de S. Mageſtade.
Com todas as licenças neceſſarias.
EM LISBOA.
NA Impreſſam Real, por Antonio Craesbeeck de Mello. Anno de 1673

RARO SERMÃO de Vieira publicado em opúsculo

Padre Manuel Godinho

Era filho de Manuel Nunes de Abreu e de Joana dos Reis; nasceu na comarca de Portalegre, vila de Montalvão, em 5 de Dezembro de 1633, conforme nos refere, a fls. 88, o manuscrito n.º 419 do Fundo geral da Biblioteca Nacional de Lisboa. Pertenceu durante alguns anos à Companhia de Jesus, para a qual entrou em 1649, saíndo dela em 1667. Tendo partido para a Índia em 1655, voltara para a metrópole em 1663. Refere o sobredito manuscrito: «Saiu da Companhia pello querer obrigar o Padre Geral João Paulo Oliva a que tornasse para a India, tendo elle rezões forçosissimas para nam tornar; demais dos Decretos del-Rey D. Afonso 6.º que lhe impediam o embarcar; o que tudo he notorio. No mesmo mez de Maio de 1667 passou o dito Senhor Rey hum Decreto para se lhe dar a maior Igreja vaga no Padroado, e ao mesmo tempo vagando a de Loures, a que he de concurso, a levou o dito Padre». Faleceu em 1712, no dizer de Barbosa Machado, com 78 anos de idade.

Na sua *Relação do novo caminho qve fez por terra, e mar, vindo da India para Portvgal no anno de 1663*, descreve o seu embarque em Baçaim a 15 de Dezembro de 1662, sua passagem por Damião e Surrate e chegada a Cascais em 25 de Outubro de 1663, tendo passado pela Pérsia, a Arábia Deserta, Babilónia, Alepo e Marselha.

Desta obra se ocupou Pedro José da Fonseca, escrevendo o seguinte: «Esta Relação he curiosa, cheia de muitas advertencias geographicas, e instructiva em razão das noticias, que dá dos usos e costumes de varias nações Orientaes. Está escrita em frase pura, se bem que em alguns logares hum tanto artificiosa. Mas isto particularmente se encontra naquellas occasiões, em que o autor descrevendo procura ostentar elegancia e polimento; pois que de ordinario a explicação dos factos he natural, singella e desaffectada. As circunstancias destes se achão judiciosamente ponderadas, e de modo tal, que o leitor toma parte nellas, deleitando-se não menos com a novidade da materia, que com a viveza, força e propriedade da sua narração».

O JORNALISMO

As "Relações" de Manuel Severim de Faria e as "Gazetas" da Restauração — Os "Mercurios" — Quem foi o primeiro periodista português?

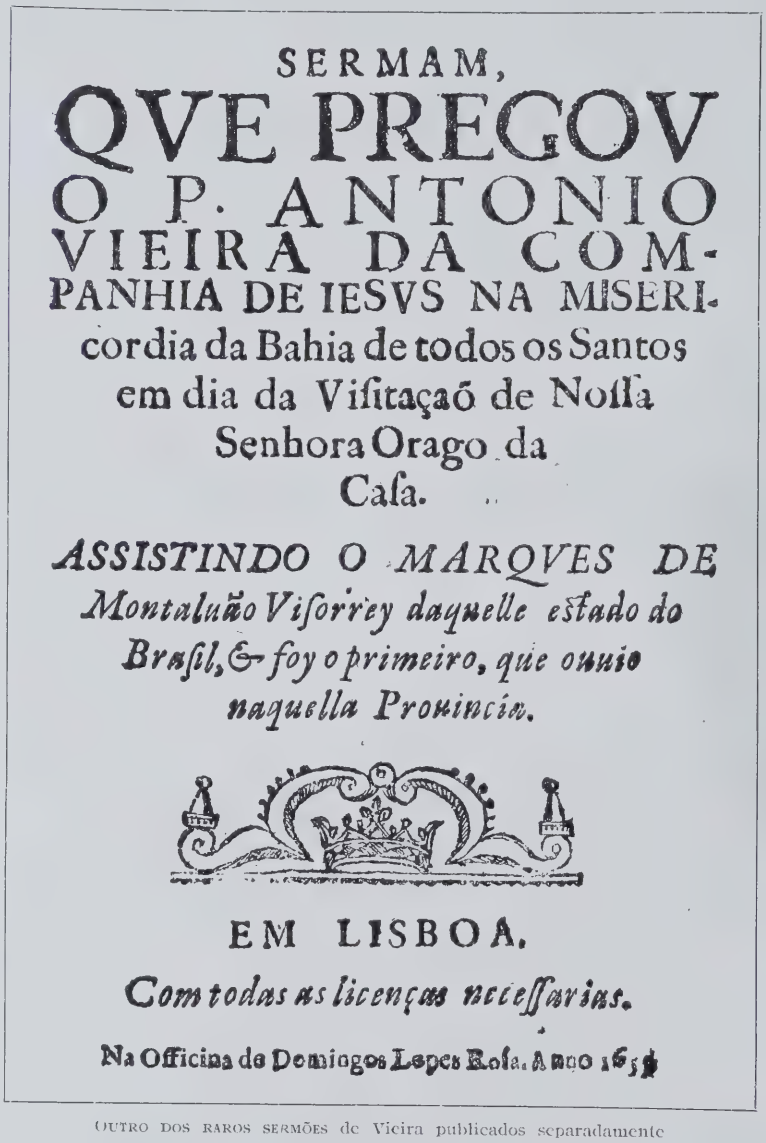
BIBLIOGRAFIA: — *Cartas bibliográficas àcêrca da orígem e introdução das Gazetas em Portugal e Diccionario bibliographico* de Inocêncio Francisco da Silva; Alfredo da Cunha — *La Presse périodique en Portugal.* Lisboa, 1898; id. — *O Diário de Notícias.* Lisboa, 1914; Alberto Bessa — *O jornalismo.* Lisboa, 1904; *O Panorama,* vol. II, pág. 101 e 133; A. X. da Silva Pereira — *O jornalismo portuguez.* Lisboa, 1895; José Leite de Vasconcelos — *Severim de Faria. — Notas biográfico-literárias.* 1914; Eduardo Coelho — *Notice* — apresentada ao Congresso Literario Internacional, 1880; Silva Tulio — *Introdução bibliografica* ao primeiro *Brinde aos senhores assignantes do «Diario de Noticias».*

Gazeta em que se relatam... Lisboa, na off. de Lourenço de Anvers. (1641 a 1647); *Mercurio Portuguez,* com as novas da guerra... Na off. de Henrique Valente de Oliveira... (1663 a 1667).

EM Setembro de 1898, por ocasião do Congresso Internacional da Imprensa, então reünido em Lisboa, escrevia o autor destas linhas, no *Diário de Notícias,* de que era director:

«Não há infelizmente ainda hoje publicada em Portugal uma história do jornalismo, embora datasse, pelo menos, de 1865, a promessa do falecido escritor e académico Silva Túlio, de a dar oportunamente à luz da publicidade; como não há também publicado um dicionário do jornalismo, a-pesar das diligências para êsse fim empregadas por um trabalhador tão modesto como infatigável, que consagrou com entusiástica devoção todos os seus esforços a essa obra, por enquanto apenas manuscrita, o sr. António Xavier da Silva Pereira» (1).

O que observámos há mais de 30 anos, e já observara também Inocêncio Francisco da Silva, em 1863, nas *Cartas bibliographicas àcerca da origem e introdução das Gazetas em Portugal,* é ainda certo hoje em dia. E por isso alguns importantes pontos daquela história têm continuado mal esclarecidos ou confusamente averiguados.


SERMAM,
QVE PREGOV
O P. ANTONIO
VIEIRA DA COM-
PANHIA DE IESVS NA MISERI-
cordia da Bahia de todos os Santos
em dia da Visitaçaõ de Nossa
Senhora Orago da
Casa.

ASSISTINDO O MARQVES DE
Montalvão Visorrey daquelle estado do
Brasil, & foy o primeiro, que ouuio
naquella Provincia.

EM LISBOA.

Com todas as licenças necessarias.

Na Officina de Domingos Lopes Rosa. Anno 165[illegible]

OUTRO DOS RAROS SERMÕES de Vieira publicados separadamente

Um dêles — de certo o mais interessante — é o da antigüidade do nosso jornalismo, ou seja o de qual foi o primeiro periódico português — título nobiliárquico atribuído por uns à primeira *Relação* impressa de Manuel Severim de Faria, e por outros à primeira *Gazeta,* das chamadas *da Restauração.*

Por meados de 1925, apareceu na imprensa a ideia de se comemorar solenemente o tricentenário da publicação do nosso mais antigo periódico, fixando-se, para tal fim, o mês de Setembro de 1926. E dava-se como razão o haver sido precisamente três séculos antes que se imprimira ou publicara em Lisboa a *Relação* aludida.

Entrevistados então sôbre o assunto, observamos:

que era sabido que a primeira *Relação* publicada em Lisboa saíu a lume muitos anos antes das do chantre de Évora, pois há *Relações* impressas na capital desde o século XVI;

que, tratando-se da *Relação* de Manuel Severim de Faria, referente aos meses de Março de 1625 «até todo o Setembro de 1926», a sua impressão ou publicação, de certeza, só podia ter sido em Outubro daquêle segundo ano;

que, finalmente — e isto era o que mais importava — sempre consideráramos erróneo datar do aparecimento de tal *Relação* o início da imprensa periódica em Portugal, que julgávamos — e continuamos julgando — dever datar-se da publicação da primeira *Gazeta em que se relatam as novas todas que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mes de Novembro de 1641.*

É certo que a projectada celebração não se fêz, por motivos que ignoramos. Se a ideia foi posta de parte, por ter vingado a opinião que então expusemos, felicitamo-nos, não pela mesquinha vanglória de haver prevalecido o nosso critério, mas porque se evitou uma ruïdosa comemoração intempestiva, por demasiadamente prematura, e sujeita a desfavoráveis críticas, por assentar num evidente lapso histórico.

Não dizemos isto com o mais ligeiro propósito de cen-

(1) O manuscrito completo do *Dicionário Jornalístico Português* foi adqüirido, há bastantes anos, pela Academia das Ciências de Lisboa, em cuja posse se encontra.

sura a quem teve a louvável iniciativa duma celebração muito para aplaudir, quando realizada na época própria, porque o equívoco vem de mais remota data e perfilhou-o quem possui autoridade e crédito.

* * *

Dois pontos há a discutir ou apreciar:

1.° — As duas *Relações,* mencionadas pelos bibliógrafos, e publicadas por Manuel Severim de Faria sob o pseudónimo de *Francisco de Abreu* — porque estas e não outras é que têm originado a discordância — seriam realmente os primeiros periódicos portugueses, dignos dêste nome, como, no seu *Dicionario* manuscrito, pretende António Xavier da Silva Pereira, que abre, com a primeira de tais *Relações,* a *Resenha cronologica* que intitulou — *O Jornalismo Português* — e que publicou em 1895?

Serão elas, como chegou a avançar o sr. dr. José Leite de Vasconcelos, num estudo, que aliás êle próprio diz não ser «definitivo», sôbre Severim de Faria (1) e do qual neste ponto nos permitimos divergir, «o protótipo dos jornais modernos», tomando esta expressão no sentido de «primeiro tipo», ou de «modêlo perfeito, exacto» de tais publicações?

Ou deverá datar-se, não do aparecimento dessas *Relações,* mas do da primeira *Gazeta,* da Restauração, referente a Novembro de 1641, o comêço do periodismo entre nós?

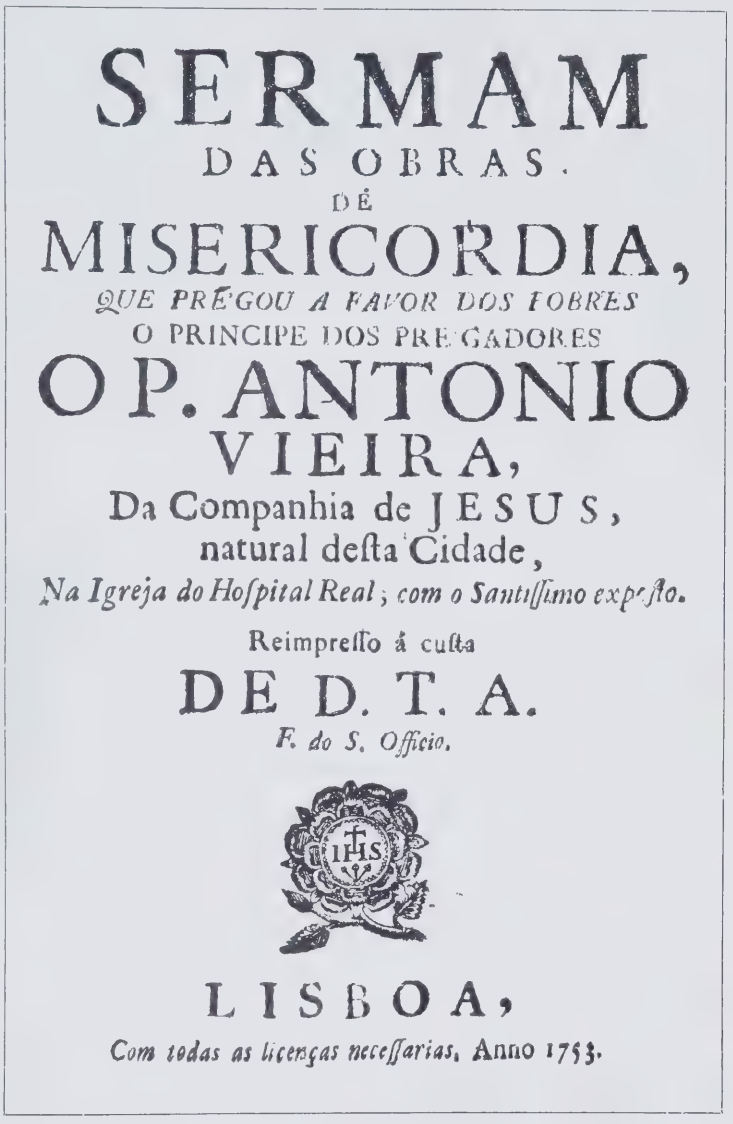
2.° — Dando como inaceitável esta última opinião, que todavia, repetimos, sempre julgamos a melhor, deverá ter-se efectivamente a *Relação* de Severim de Faria, impressa em 1626, pela primeira publicação portuguesa de *novas gerais,* que é o único ponto de contacto que ela poderá apresentar com os periódicos modernos?

Ou, em vez dessa, será a primeira alguma outra das várias «*relações de novas gerais*» a que depreciativamente aludia a Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627, como publicadas *havia anos,* e portanto muito anteriores à de Severim, a qual ainda incluía «todo Setembro de 1626», e sôbre cujo aparecimento, à data daquêle diploma, haveriam decorrido, não anos, mas apenas alguns poucos meses?

* * *

Inocêncio Francisco da Silva fêz, com a sua comprovada proficiência, alguns estudos àcêrca da imprensa periódica portuguesa, tanto nas *Cartas bibliographicas* a que me referi, como no *Diccionario Bibliographico Portuguez,* mas ali mesmo confessa a impossibilidade de preencher as lacunas que encontrou e de resolver as muitas dúvidas que se lhe apresentaram.

Ora uma dessas dúvidas, de sumo interêsse para os que se dedicam à arqueologia periodística, versa sôbre o ponto em que, no caminho intérmino do tempo, se deve colocar o marco indicador de que foi ali que apareceu, balbuciante e incerta nos passos, como é próprio dos recemnascidos, a primeira publicação caracterizadamente periódica ou jornalística em Portugal. E que tal não deve reputar-se a primeira *Relação* que se conhece, impressa, de Severim de Faria, é o que, antes de mais, intentaremos provar.



SERMAM
DAS OBRAS.
DE
MISERICORDIA,
QUE PREGOU A FAVOR DOS POBRES
O PRINCIPE DOS PREGADORES
O P. ANTONIO
VIEIRA,
Da Companhia de JESUS,
natural deſta Cidade,
Na Igreja do Hoſpital Real; com o Santiſſimo expoſto.
Reimpreſſo á cuſta
DE D. T. A.
F. do S. Officio.
IHS
LISBOA,
Com todas as licenças neceſſarias, Anno 1753.

Sermão do padre Vieira reimpresso no século XVIII pela Inquisição

Do Chantre de Évora escreveu o sr. dr. José Leite de Vasconcelos, no opúsculo citado:

«De quanto meditava e lia, e de quanto observava na convivência dos homens, dos livros e dos monumentos tirava constantemente notas, que depois reduzia a tratados, discursos, prontuários. Em *Relações* seguidas apontava os acontecimentos memoráveis do seu tempo.»

Era êste o seu sistema de trabalhar. Dessa acumulação de *notas* e *apontamentos,* tomados à medida que os factos ocorriam, e sem outro método ou ordem que não fôssem os da cronologia — e da cronologia, não dos acontecimentos, mas das informações que ía tendo dêles — se formaram as *Relações* manuscritas do Códice n.° 241 da Biblioteca Nacional de Lisboa, e que vão desde o ano

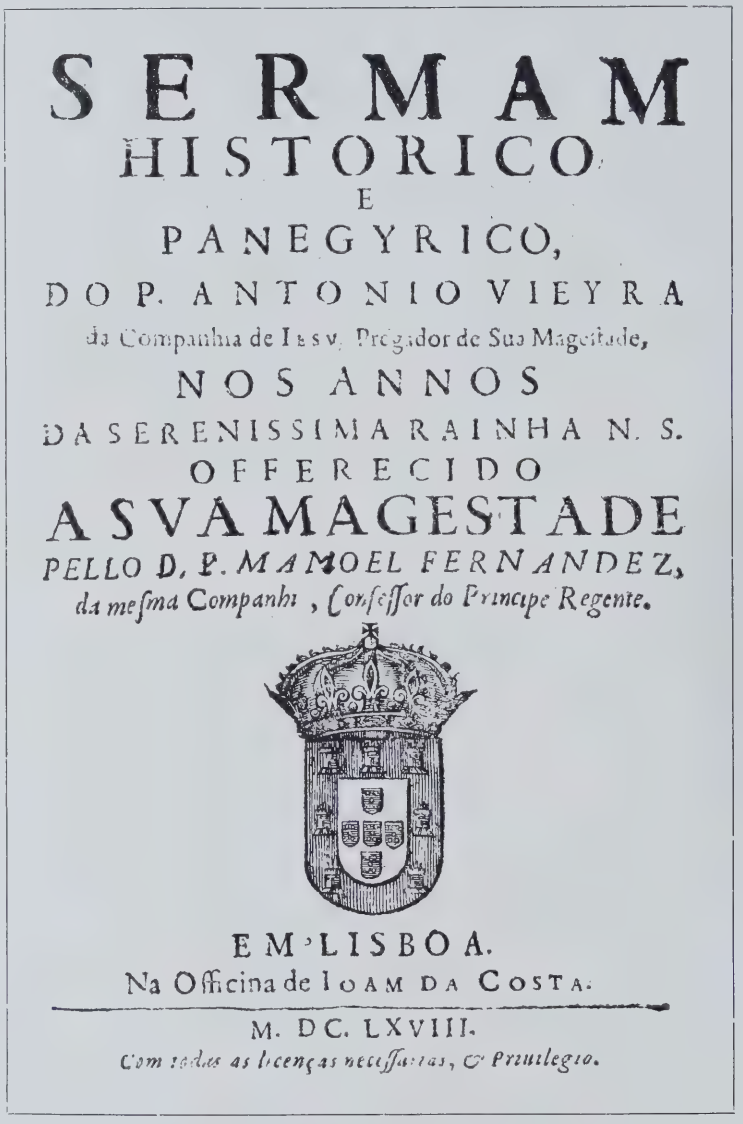
(1) *Severim de Faria — Notas biográfico-literárias* — (Separata do *Boletim* da Segunda classe da Academia das Ciências de Lisboa, vol. VIII), 1914.

de 1610 até o mês de Fevereiro de 1641, com um intervalo de 6 meses, de Março a Agosto de 1627, segundo se declara no começo da 18.ª *Relação*.

É a colecção intitulada — *Historia Portugueza e de outras Provincias do Occidente desde o Anno de 1610 até 1640 — Da Felice Acclamação de El Rey Dom João o 4.º. — Escritta em trinta e huma Relações por Manoel Severim de Faria, Chantre da Sé de Evora.*

Deviam provàvelmente estar incluídas no conjunto de manuscritos que Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, indica sob a denominação — *Annaes de Portugal que comprehendem os successos do Reino e suas Conquistas de todo o tempo que governarão os tres Reys de Castella até a Acclamação del Rey D. João IV*, e de que aquêle bibliógrafo afirma que o autor «estrahio as duas Relaçoens impressas» em 1626 e 1628.

Que representam, pois, estas duas *Relações* publicadas, pelo que respeita a tôda a vastíssima obra de apontamentos e lembranças do seu autor? Representam apenas dois capítulos saídos, com ligeiras diferenças, sob a forma de cartas a amigos ausentes, duma *Historia portugueza*, como se diz no frontispício do Códice n.º 241, ou duns *Annaes de Portugal*, como Barbosa Machado lhes regista o título, e arrancados, ignoramos por que motivos especiais, da obscuridade e reserva dos manuscritos, para a luz da publicidade pela imprensa. Não são, nem pela sua contextura, nem pelo propósito que os inspirou, periódicos ou jornais. Porque êstes têm características bem marcadas que os distinguem, e de que as *Relações* de Severim totalmente carecem.



SERMAM
HISTORICO
E
PANEGYRICO,
DO P. ANTONIO VIEYRA
da Companhia de Iesv, Prégador de Sua Magestade,
NOS ANNOS
DA SERENISSIMA RAINHA N. S.
OFFERECIDO
A SVA MAGESTADE
PELLO D. P. MANOEL FERNANDEZ,
da mesma Companhi, Confessor do Principe Regente.
EM LISBOA.
Na Officina de IOAM DA COSTA.
M. DC. LXVIII.
Com todas as licenças necessarias, & Privilegio.

SERMÃO PANEGYRICO do padre António Vieira publicado em 1668

* * *

Vimos, dessas duas *Relações* impressas, registadas pelos bibliógrafos, exemplares da primeira, quer da edição feita em Lisboa, em 1626, quer da reedição bastante incorrecta, quanto à ortografia, feita em Braga, em 1627. E êsse exame acabou de tirar-nos as dúvidas e de firmar-nos no nosso antigo juízo.

Verificamos que ela é, com algumas insignificantes alterações, e com um aditamento respeitante à partida do rei, de Madrid para Aragão, e a outras novas do estrangeiro, extraída da colecção do Códice n.º 241, onde tem o número de ordem 16.ª. E, quanto à segunda, o próprio autor, na 18.ª do mesmo Códice (Setembro de 1627 a todo Fevereiro de 1628) esclarece:

> «Ainda que as *Relações* passadas (alude às 17 manuscritas ali contidas) comprehendam o anno todo, começando em Março e acabando em Fevereiro seguinte, nesta não diremos mais que o que succedeo nos últimos seis mezes, porquanto a historia dos primeiros está já impressa com a *Relação* antecedente.»

Foi àcêrca das duas *Relações* impressas, de que temos falado, que Inocêncio observou, no seu *Diccionario*:

> «Esta espécie de resenhas ou noticias periodicas dos successos do mundo, anteriores às *Gazetas* do tempo da acclamação de D. João IV, são, ao que parece, os papeis mais antigos desta classe que se nos deparam impressos em Portugal.»

Ao tratar do segundo ponto a apreciar neste estudo, veremos como tal conjectura carece de consistência, e como, anos antes daquelas *Relações* de Severim, devem ter saído outras impressas — as que provocaram a Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627 — e quem sabe se alguma ou algumas também daquêle mesmo escritor.

* * *

Das variadíssimas formas, com diversíssimas denominações, por que se tem escrito a história, algumas há com os nomes já fora de uso, como *Epanáforas*, *Parergos*, *Ânuas* e *Relações*, ou *Relatorias* — vocábulo êste não registado nos léxicos, mas que Francisco Vaz de Almada aplicou a uma sua *Relação* — que estavam em voga — principalmente as *Relações* — ao tempo em que escreveu Manuel Severim de Faria.

Foram inúmeras, é certo, as que, nos séculos XVI e XVII, enxamearam em Portugal, e de que Figaméri, na *Bibliographia Historica Portugueza*, dá conta, em grande parte. Nasceram e multiplicaram-se com a introdução da tipografia no nosso país.

Escreviam-se e imprimiam-se *Relações* a propósito de assuntos sérios ou jocosos, sagrados ou profanos. Num volume existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, encontram-se reünidas publicações de tal natureza respei-

tantes a guerras e viágens, enterros e incêndios, prodigiosas aparições e monstruosos animais, com a singularidade de algumas serem já ilustradas com estampas.

No século XVI, nota o sr. Fidelino de Figueiredo na sua *História da Literatura Clássica* (p. 383) — as *relações* dos naufrágios foram um dos géneros criados pelo teor da vida que em Portugal se vivia naquela época, em que eram periódicas as partidas das armadas para a Índia e para o Brasil, e muito freqüentes as perdas de navios por motivo dos ataques dos piratas ou dos inimigos em guerra, e também pelas deficiências da construção naval.

«Para satisfazer a curiosidade de notícias e para divulgar os naufrágios sensacionais (escreve aquele i l u s t r e académico) pelo grande perigo corrido ou pelo heroïsmo revelado, surgiu um género literário novo, a relação dos naufrágios, fôlha volante, que, pela repetição e actualidade, se aproximava um pouco do carácter periódico e noticioso do jornal moderno. Era um jornal sinistro que só pretendia divulgar as fúnebres notícias das mortes, incêndios e mil misérias que corriam no mar os que se aventuravam a essas longas travessias.»

O PADRE ANTÓNIO VIEIRA
Retrato publicado em *O Plutarcho portuguez*

Isto, dezenas de anos antes de Severim de Faria publicar as duas *Relações* que alguns autores consideram os dois primeiros jornais portugueses! Tudo servia de tema para exploração da curiosidade pública por meio de tais papéis: um combate ou uma vitória, um crime ou um milagre, umas festas triunfais ou umas exéquias fúnebres. E às vezes, a propósito ou não do caso principal, a *Relação* divagava por outros sem nenhuma conexão com aquêle, ou incluía o que então se chamava — *novas gerais*.

Por exemplo: na *Relação da enfermidade e morte delrei D. Filipe III e o testamento que fez... e o alevantamento de D. Filipe IV*, lá se acrescenta a êstes dizeres do título, mais os seguintes: «*com todas as novidades que succederam na côrte até agora.*» E numa das que possuímos, e que tanto caíu no gôsto do público que valeu a pena fazer dela uma contrafeição, a *Memoravel relaçam da perda da nau «Conceiçam» que os turcos queimaram à vista da barra de Lisboa*, igualmente se inclui a *secção* (como hoje diríamos) das «*cousas mui notaveis acontecidas nestes ultimos anos de 621 até o de 626.*»

De *relação* trata o editor da *Europa Ilustrada*, de Manuel de Faria e Sousa, o segundo tomo da obra, em cujos *parergons*, apostos a cada uma das partes, se aditam as *Memorias del mundo — Memorias proprias* e *Memorias estrañas* — dos anos de cada reinado; *Relação* denominou o P.e Manuel Godinho a descrição do seu itinerário do novo caminho da Índia para Portugal, em 1663; *Relações* chamou D. Francisco Manuel às suas *Epanaphoras de varia historia portugueza;* como já, muito antes, João de Barros, nas *Decadas*, dissera que ia fazer *relação* do que passara, etc.

Das suas *Relações* do tempo em que assistia na côrte de Paris, escreveu o Dr. Duarte Ribeiro de Macedo, como que dando a definição do termo: «He parte da historia, e só parece que differe em se compor de successos varios e assumptos differentes.» Ora, se é certo que os periódicos também podem considerar-se «parte da história», ou elementos valiosíssimos para a história se fazer, não menos certo é que êles com as *relações* se não confundem, e antes, segundo a opinião de autorizados lexicógrafos, melhor se i n c l u e m nas *crónicas*, pelo modo como contam, s e m intercadências, o que vai sucedendo pelas várias partes do mundo. Até, se bem procurarmos, em Garcia de Rèzende iremos achar, três quartos de século antes de Severim de Faria, na *Miscelanea*, cuja primeira edição é de 1554, uma *relação*, versificada em décimas, de uma grande «*variedade de historias, costumes, casos e cousas que em seu tempo aconteceram*», como se diz no título, isto é — tal qual sucedia com muitas relações em prosa — de *novas gerais*.

Nem admira. Dera incremento, como já notámos, ao desejo e ao interêsse de contar novidades ao público, o uso recente da imprensa, da qual Rèzende escrevia:

E vimos em nossos dias
A letra de forma achada
Com que a cada passada
Crescem tantas livrarias
E a sciencia é aumentada.

Té Alemanha louvor
Por d'ella ser o autor
D'aquesta cousa tão dina!
Outros affirmam na China
O primeiro inventador.

E deixando-se levar na corrente dominante, explicava:

Estas novas novidades,
Mudanças e grandes feitos,
Em papas, reis, dignidades,
Em reinos, vilas, cidades,
Vimos feitos e desfeitos.

E pois tudo vi passar,
Começar e acabar,
E desta mundana glória
Não ficar mais que memoria,
Desta me quiz ajudar.

E desta realmente se ajudou, assim como das suas faculdades poéticas, para narrar, em centenas de redon-

dilhas, as *novas novidades* que soube do que ia pela sua terra e pelas estranhas. Recordaremos algumas amostras dêsse noticiário rimado, ainda que não seja senão para amenizar êste trabalho, de sua natureza, fatigante e árido.

A comparação entre o que se vira anteriormente ao tempo em que Garcia de Rèzende escrevia, e o que êle estava então vendo, quási se poderia aplicar ao que sucedia há duas dúzias de anos e o que sucede agora com a ligeireza e insuficiência dos trajos, com os vestidinhos, os capotinhos e os chapelinhos da moda feminina actual. Porque também êle sarcàsticamente observava :

Agora vemos capinhas,
Muito curtos pellotinhos,
Golpinhos e çapatinhos,
Fundas pequenas, mullinhas,
Gibõezinhos, barretinhos ;
Estreitas cabeçadinhas,
Pequenas nominaszinhas,
Estreitinhas guarnições,
E muito mais invenções,
Pois que tudo são cousinhas.

Depois trata de assuntos mais sérios, tais como o descobrimento da Índia :

Outro mundo novo vimos
Por nossa gente se achar,
E o nosso navegar
Tão grande, que descobrimos
Cinco mil léguas por mar.

Memora a criação da «Misericórdia santa»,

Cousa tanto de louvar,
Que não sei quem não se espante
De mais cedo não se achar.

Fala dos músicos, pintores, luminadores, ouríveses, escultores e escritores notáveis da sua época, encarecendo as belezas de Lisboa, e, fazendo também um pouco de política oposicionista, observa que

Governo, bons regimentos
Lhe falece, e não al.

Alude aos governadores da Índia «mortos ou acusados», à emigração dos portugueses da metrópole para lá e para o Brasil — assuntos ainda hoje em plena ordem do dia. E continua fazendo o que presentemente se diria — reportagem :

Vimos cá vir elefantes,
Outras bestas semelhantes
Trazer da India por mar,
Por mar as vimos mandar
A Roma mui triumphantes.

Regista os prodígios do seu tempo :

E vimos monstros na terra,
E no céo grandes signaes,
Cousas sobrenaturais,
Grandes prodígios de guerra,
Fomes, pestes...

Insistindo na sua crítica mordaz, como qualquer azêdo foliculário nosso contemporâneo, escrevia :

Vimos os bons descahidos
E os maus mui levantados
.....
Sandeus desinvergonhados
Valer com seus artifícios,
Estrangeiros com oficios
E senhores enganados.
.....
E vimos muitos mandar
Que deviam ser mandados.

Depois refere-se às calamidades gerais e aos burlões que em

Trigo, cevada, centeio,
Furtam quasi de per meio
E deitam terra no pão.

Lamentava-se, como hoje, por iguais motivos, nos lamentamos, de que

Pão, carnes, frutas e vinhos
E os pescados marinhos,
Azeites e todo o al,
Se nos vai de Portugal,
E não sei per que caminhos.

Invectivava, nestes termos, os maus costumes, que eram do seu tempo, como são do nosso :

Vi soberba nos vilãos,
E baixeza nos honrados ;
Vi cobiça nos prelados,
Descuido nos anciãos,
E desordem nos estados.

Vemos em ladrões falar ;
Se os há, não são achados
Ou não os querem catar.

Registava os preços de certos objectos de uso pessoal e de géneros de alimentação :

Vimos por vinte cruzados
Luvas de coiro vender.
.....
Vimos em Evora valer
Os moios de pão eguaes,
Quinze, vinte mil reais ;
Agora os vemos vender
A septenta mil, e mais.

Ano vi tão abastado
Que a oito reaes comprados
Foi o alqueire de pão ;
Outro vimos em que não
Se achava por um cruzado.

Referia-se às heresias de Lutero, às mentiras da astrologia, aos estragos dum terramoto que subverteu «uma grande vila inteira» numa das ilhas açoreanas, e em Lisboa

Duas ruas destruiu,
Duzentas casas sumiu.

Descreve os prejuízos causados pelas inundações do Tibre, e por outro terramoto em Portugal,

Que se não viu outro tal,
Nem Deus que se veja queira.

Alonga-se a contar o que se passou em Almeirim, por virtude do pavoroso fenómeno, que devia ter sido o grande cismo de 26 de Janeiro de 1531 :

Gretas, buracos fazia
A terra, e se abriu,
Agua e arêa sahia,
Que a enxofre fedia!

Tal qual todos se lembram que sucedeu por ocasião do violento tremor de terra de Abril de 1909.

Garcia de Rèzende não fêz, portanto, como se vê destas transcrições, senão, resumidamente, e em verso, o que mais desenvolvidamente fizeram, depois dêle, outros autores de *relações* em prosa.

Não me parece, pois, que alguém deva escrupulizar em incluir a *relação,* em décimas, do môço de escrevaninha de D. João II, na lista das *relações* seiscentistas, e de a

considerar predecessora, com algumas dezenas de anos de avanço, das de Severim de Faria.

Castilho não teve dúvida em chamar à *Miscelanea*, «uma relação bastante curiosa, posto que sêca, de tôdas as coisas notáveis que viu ou de que teve notícia, acontecidas em seu tempo em Portugal e seus domínios, como no restante mundo».

Eis a que longínquas eras e a que género de publicações se teria de remontar para descobrir os primórdios do nosso jornalismo, se se atendesse apenas à índole noticiosa das *relações* ou escritos congéneres, e não a outros requisitos que melhor definem e caracterizam o periodismo, como bem se notava num artigo do *Panorama* (1) atribuído a Alexandre Herculano.

* * *

O nome de *Relações* deu-o Severim de Faria, como já dissemos, aos 31 capítulos da sua *Historia Portugueza*, manuscrita, do citado Códice n.º 241, os quais, segundo Barbosa Machado, também se intitulariam *Anais*. Êstes define-os Fr. Francisco de S. Luís: «huma narração simples e concisa de factos dispostos anno por anno, sem ornamento e sem ligações».

Anuários lhes chamou Inocêncio, mas algumas delas melhor se podiam denominar *Ânuas* — vocábulo desusado hoje, mas que no *Dicionario* de Morais Silva se define «cartas que referem os sucessos de aquele ano em que se escreveu».

Têm tais escritos realmente a forma epistolar, e foram destinados expressamente a certos indivíduos, como sucedeu com a 1.ª do referido Códice «enviada a Diogo do Couto, estando no Estado da Índia»; com a 2.ª e 3.ª, enviadas ao P.e Francisco Dias, da Companhia de Jesus; com a 16.ª, que saíu impressa, e cujo comêço e final (não no manuscrito, mas na publicação) não deixam dúvidas quanto a haver sido endereçada a alguém, que não nomeia, mas que lhe pedira «novas do reino, côrte e mundo» — *novas gerais* — e que vivia «entre Douro e Minho» — relação que terminava por estas palavras: «E com isto tenho satisfeito a curiosidade de vossa mercê e a minha obrigação»; com a 17.ª (também impressa em 1628) e dirigida «a Gil de Nicola, cavalleiro francez»; e, finalmente, com a 21.ª (Março de 1630 a Fevereiro de 1631) «tirada de uma carta para a Índia».

UM DOS MAIS CURIOSOS RETRATOS do Padre António Vieira, datado de 1742 e publicado em 1746 na *Vida do apostolico padre Antonio Vieyra...* pelo P.e André de Barros

Na 1.ª, depois de dar a Diogo do Couto várias informações de política e administração pública, escrevia:

«Não sahio neste Anno livro de importancia, por isso os não mando a V. M. que, como tão curioso, entendo será a cousa que V. M. mais deste Reyno desejará».

E concluia assim:

«Isto é brevemente o que por cá passa, do que quiz dar noticia a V. M., entendendo levará gosto de saber estas novas de Evora a 28 de Fevereiro de 1611».

As *Relações* 2.ª e 3.ª têm a mesma forma de missivas, em que, a par com as novas gerais, trata de assuntos de mero interêsse pessoal do destinatário, como quando lhe diz que, junto com a *Relação*, lhe manda uma memória àcêrca da abertura do sepulcro da Raínha Santa Isabel, em Coimbra.

As restantes *Relações* do Códice n.º 241, tenham ou não enderêço, assemelham-se em tudo às três primeiras, dando, pela ordem cronológica por que o autor as ia colhendo, as notícias sôltas mais variadas do que lhe constava sôbre guerras, governação do Estado, nascimentos e óbitos, nomeações para cargos militares ou eclesiásticos, viagens, agricultura, prodígios ou milagres, festas, etc., e deixando para o fim as informações do estrangeiro.

Assim, conforme êle próprio se exprimia na *Relação* 16.ª (uma das impressas) «descreve o Mundo em pequena táboa». E descrevia-o com parcimónia de comentários e sobriedade de conceitos, grave e moderadamente.

Para exemplo, veja-se como, logo na 1.ª *Relação*, êle se distancia dos áulicos lisonjeadores do soberano espanhol, ao referir-se à próxima visita dêste a Portugal:

«...só falta vir El Rey, cuja vinda muytos desejão, esperando se restaure o Reyno, com o dinheyro da corte; mas os que melhor entendem, receão que se vier, se acabarão de perder de todo alguns bons costumes do Reyno, se os ainda ha, com que ficará arruinado de todo».

Se isto prova o simpático espírito de independência de Severim de Faria, não quere dizer que êle se mostre sistemàticamente hostil ao govêrno filipino, que trata habitualmente com a sua natural bonomia.

Assim é que, ao abrir a *Relação* de Março de 1622 a Fevereiro de 1623, notava:

«No Governo de Portugal não houve este anno, de que faze-

(1) T. II, pág. 101.

mos relação, mudança, continuando no Regimento delle os Senhores Governadores cõ universal satisfação».

O que fica dito quanto à benevolência de Severim para com o Govêrno filipino, não significa que, findo o domínio castelhano, o patriotismo do austero sacerdote se não regosijasse com a libertação da pátria. Pelo contrário. A última e interessantíssima *Relação* de Março de 1640 a Fevereiro de 1641, tôda dedicada à revolução do 1.º de Dezembro daquele ano, e aos factos imediatamente subseqüentes, termina nêstes termos:

«Deste modo está o R.no em m.ta parte bem fortalecido, e esperamos em Deos que brevemente fique de maneira q. possa resistir a mayores forças que ás Castelhanas; pelo que temos confiança que a Restauração da nossa liberdade permanecerá, pois está fundada sobre divinos oraculos, sobre manifestos milagres, sobre admiraveis prognosticos, sobre forças proprias, e sobre a inhabilidade e fraqueza dos contrarios».

*
* *

Mas voltemos pròpriamente às *Relações* impressas de Severim de Faria (1).

O exame da primeira, conhecida, quer na edição de Lisboa, quer na reedição de Braga, não nos proporcionou sòmente o prazer estéril de contemplar duas publicações raríssimas: forneceu-nos um argumento mais, e dos mais decisivos, para avançarmos que a *Relação* de que se trata nem pode considerar-se um periódico, nem comparar-se com os jornais modernos.

Tinha a forma e a índole de *Carta de notícias,* não intencionalmente escrita para o público, mas sim para um amigo ausente, a quem o autor pretendia amenizar os ócios.

Eugène Hatin, no livro *Le Journal,* escreve:

«Em seguida á invenção da imprensa, tornara-se geral o uso de imprimir em folhas separadas, e vender por baixo preço relações de todos os acontecimentos notaveis, de todos os factos próprios para atrair leitores».

.....

«Houve dessas folhas volantes, em maior ou menor numero, quase por toda a parte onde havia imprensas; mas em parte nenhuma se via que tivessem qualquer encadeamento entre si, e não se lhes poderia, por conseguinte, reconhecer o carácter de jornal, de que não tinham nem a periodicidade, nem a continuidade, nem a variedade, mesmo quando algumas apresentassem entre si alguma semelhança de forma».

Ora êstes predicados só os reüniu, em França (depois da aluvião das fôlhas volantes ali publicadas), a *Gazette,* de Renaudot, em 1631; e, em Portugal, (depois das muitas de tais fôlhas aqui também difundidas), a *Gazeta,* da Restauração, em 1641.

Pois, quanto às *Relações* impressas de Severim de Faria, faltava-lhes, em primeiro lugar, para serem periódicas... a periodicidade, quer no aparecimento, quer no tocante aos períodos de tempo a que respeitavam. No aparecimento, visto que a primeira foi aprontada para impressão *em Outubro de 1626,* e a segunda em Setembro de 1627, mas só impressa em 1928; no tocante aos períodos que abrangiam, porque a primeira compreendia *19 meses* (Março de 1625 a todo Setembro de 1626), e a segunda *ano e meio* (Março de 1626 a Agôsto de 1627), repetindo-se, porém, nesta os meses de Março a Setembro de 1626.

Faltava-lhes, em segundo lugar, a freqüência e a continuidade, porque não se sabe da existência, em forma de publicação impressa, senão das duas mencionadas, embora possa supor-se que mais alguma do mesmo autor houve antes daquelas.

Em terceiro lugar, não eram originàriamente destinadas ao público, visto que nelas se declara que a primeira foi escrita para gôzo ou distracção pessoal de um indivíduo que vivia entre Douro e Minho, e a segunda era dirigida especialmente ao cavaleiro francês Gil de Nicola.

Em quarto lugar, não apresentavam a perfeita identidade de denominação ou título — que é, para os jornais, o que o nome de baptismo é para as pessoas — entre a primeira — *Relação Universal,* etc. — e a segunda — *Relação do que succedeo,* etc.

Em quinto lugar, não havia identidade de lugar de impressão, porque a primeira foi impressa em Lisboa, e reimpressa em Braga, e a segunda saíu do prélo em Évora.

---

(1) A confusão no que respeita às duas *Relações* impressas, que se conhecem, da autoria de Severim de Faria, começa logo que se queira, só em vista das informações dos bibliógrafos mais autorizados, apurar quando e onde se imprimiu a que se tem considerado primeira. Encontra-se a seguinte exactíssima descrição, *de visu,* no *Catálogo da livraria Azevedo-Samodães,* elaborado pelo livreiro-bibliófilo José dos Santos, em 1922: «*Relaçam / Universal do / Que succedeo em Portugal e mais Provincias do Occidente & Oriente, / de Março de 625, até todo Setembro de 626. / Contem muitas particularidades e / curiosidades. / Ordenada por Francisco de Abreu natural / desta cidade de Lisboa.* / (Vinheta representando um anjo sentado sobre um animal fantasioso; gravura em madeira) *Com todas as licenças necessarias. / Em Lisboa / Impressa por Geraldo da Vinha 1626.* — In 4.º de 32 páginas inumeradas.

Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana,* T. III, p. 372) regista esta edição, mas informa que não deu notícia da que saíu em Braga, em 1627.

No *Catálogo* de autores que precede o tomo I e único do *Diccionario da Lingua Portuguesa publicado pela Academia Real das Sciencias* (1793), a pág. CXI, menciona-se tal *Relação* como impressa em Braga, por Frutuoso Lourenço de Basto, em 1627, e não se dá notícia da de Lisboa, de 1626, de que aquela foi a reedição.

Jorge César de Figanieri, na *Bibliographia Historica Portugueza,* do mesmo modo que Barbosa Machado, cita a edição de Lisboa, e diz não ter visto nenhum exemplar da impressa em Braga.

Inocêncio Francisco da Silva, no *Diccionario Bibliographico Portuguez* (t. VI, p. 108) menciona a de Lisboa, de que viu um exemplar, mas, por um dêsses lapsos de admirar em tão cuidadoso bibliógrafo, dá como impressa em Braga, em 1627, não a reedição da de 1626, mas a *Relação* de Março de 1626 a Agosto de 1627, que só consta haver sido impressa em Évora, em 1628, não se registando qualquer reedição. E agrava a inadvertência, dizendo que aquela segunda *Relação* vem apontada, como sendo impressa em Braga, no *Catálogo dos autores,* que antecede o citado tomo I do *Diccionario* da Academia, quando tal não é, pois aqui vem como impressa em Évora, por Manoel de Carvalho.

Silva Pereira, no *Diccionario Jornalistico Portuguez,* manuscrito, acertando quanto à descrição da *Relação* de 1626, e quanto a haver esta sido reeditada em Braga, desacerta quando afirma que ninguém viu esta reedição, porque fôra ela vista, ao menos, pelo autor ou autores do aludido *Catálogo,* em que ela é a única mencionada, sem que ali se indique a edição de Lisboa.

Finalmente, o sr. dr. José Leite de Vasconcelos, no seu já citado estudo sôbre Severim de Faria, como já fizera Silva Tulio, em 1865 (*Introdução bibliológica* ao *Brinde do Diário de Notícias* de 1866, p. 8) louva-se nas informações de Inocêncio, pelo que, a pág. 10 e 30 daquele opúsculo, se refere à edição de Braga, da segunda *Relação,* que diz «concernente aos anos de 1626 e 1627», quando o que naquela cidade se imprimiu foi a 2.ª edição da primeira *Relação* concernente aos meses de Março de 1625 a Setembro de 1626. E dá como publicada em Évora, em 1628, uma «nova edição» da segunda *Relação,* quando desta não consta que houvesse sido reimpressa em qualquer parte.

Vem a propósito notar-se uma circunstância curiosa que se dá com a primeira *Relação* a que nos temos referido. Abrange ela, como já se disse, os meses de Março de 1625 a fim de Setembro do ano seguinte. Pois o parecer do censor Frei João Cardoso e as licenças do Bispo Inquisidor Geral e do Ordinário são datadas de 14, 16 e 17 de Abril de 1626, inferindo-se dêste facto que elas recaíram, não sôbre tôda a *Relação,* respeitante aos 19 meses indicados, mas talvez apenas sôbre o *ano,* começado em Março de 1625, e que na *Historia Portugueza* manuscrita de Severim, a que aludimos, constitui o 16.º capítulo.

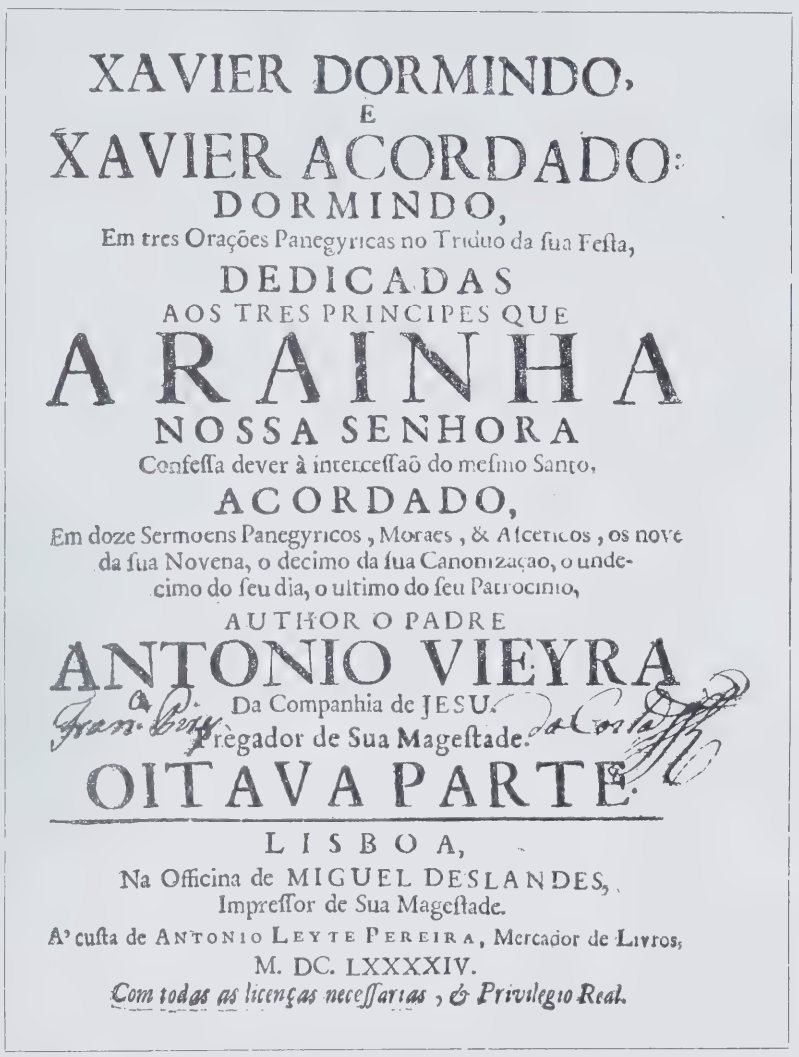
Seria isto porque tanta confiança inspirava a todos o probo e respeitabilíssimo chantre que se achou dispensável voltar a *Relação* a correr os trâmites da censura com as notícias adicionadas dos sete meses, de Março a Setembro de 1626, e bastou que o mesmo Frei João Cardoso lhes desse o passaporte para a publicidade, autorizando a impressão em 2 de Outubro de 1626, com a condição de tornar, depois de impressa, «para se taxar», o que efectivamente sucedeu em 22 dêsse mês, data em que o referido censor declara que a *Relação* «concorda em tudo com o seu original»? Seja qual fôr a explicação, o caso não é vulgar e causa estranheza.

Vem também no *Catálogo* da livraria Azevedo Samodães, acima aludido, a informação de que o dr. José Carlos Rodrigues, na sua *Bibliotheca Brasiliense,* diz que possuía o «único exemplar conhecido dêste primeiro Jornal ou Gazeta que se publicou em Portugal.» Pois não dizia bem, porque tal *Relação,* além de não ter sido o que lhe atribui, há dela outros exemplares conhecidos, como o que viu e descreveu, em 1922, o livreiro José dos Santos e os que nós próprio tivemos ensejo de examinar há tempo — o da primeira edição, de Lisboa (1626), por gracioso empréstimo de seu dono, o sr. Martinho da Fonseca, e o da reedição, de Braga (1627), por amável concessão do seu então possuidor, o sr. dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal, a cujas mãos veio ter um exemplar que havia pertencido à livraria do dr. José de Sousa Machado, de Braga, — exemplar que hoje é propriedade da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Em sexto e último lugar, careciam de publicação oportuna, de actualidade nas informações, de aparecimento quási imediato aos sucessos, dêsse viço ou dessa frescura nas novidades, que é também uma das características essenciais dos jornais modernos, e que os leva aos máximos sacrifícios de trabalho e de dispêndios.

Basta dizer que a primeira *Relação* foi impressa muitos meses depois dos primeiros factos que noticia, e a segunda, começando a narrativa em Março de 1626 e acabando-a em Agôsto de 1627, só se imprimiu em 1628, para se fazer ideia de quanto elas se distanciavam da compreensão do verdadeiro jornalismo.

Uma publicação que dá como novidade, em Outubro ou Novembro de 1626, a notícia de que 19 ou 20 meses antes, em Março de 1625, falecera na prisão do Castelo de Lisboa, D. Jerónimo de Azevedo, viso-rei, que fôra, da Índia; e que só um ano depois informa que, em 21 de Novembro de 1625, na côrte de Madrid, «pario a Raynha huma filha», como fêz e se exprime a primeira das *Relações* de que trato, será tudo menos o arremêdo sequer dum jornal moderno. Faltava-lhe esta essencial superioridade sôbre o livro — a brevidade e urgência na divulgação dos acontecimentos. Porque, quando os leitores da *Relação* aludida, por ela souberam do feliz sucesso da raínha de Castela, já esta soberana poderia ter dado à luz, se é que efectivamente não deu, em nova gestação, outro infante! Severim de Faria foi, pois, um memorialista, como hoje se diz, e não um periodista, como há quem o inculque.



XAVIER DORMINDO,
E
XAVIER ACORDADO:
DORMINDO,
Em tres Orações Panegyricas no Triduo da ſua Feſta,
DEDICADAS
AOS TRES PRINCIPES QUE
A RAINHA
NOSSA SENHORA
Confeſſa dever à interceſſaõ do meſmo Santo,
ACORDADO,
Em doze Sermoens Panegyricos, Moraes, & Aſceticos, os nove da ſua Novena, o decimo da ſua Canonizaçaõ, o undecimo do ſeu dia, o ultimo do ſeu Patrocinio,
AUTHOR O PADRE
ANTONIO VIEYRA
Da Companhia de JESU.
Prègador de Sua Mageſtade.
OITAVA PARTE.
LISBOA,
Na Officina de MIGUEL DESLANDES,
Impreſſor de Sua Mageſtade.
A' cuſta de ANTONIO LEYTE PEREIRA, Mercador de Livros,
M. DC. LXXXXIV.
Com todas as licenças neceſſarias, & Privilegio Real.

A 8.ª PARTE DOS *Sermões* do P.e António Vieira e que constitui, como se vê pelo título, uma parte independente. 1.ª edição

Além de que, se admitíssemos como exacto o conceito de La Fontaine, de que todo o fazedor de jornais paga tributo à malícia — ou ao espírito maligno — teríamos, ainda por tal motivo, de excluir da classe periodística o bondoso Chantre, cuja candura de alma e cordura de estilo atestam quantos dêle têm escrito...

Evidentemente, se, em vez de se procurar o primeiro periódico português, digno dêste nome, se procuram as suas origens ou raízes, encontrá-las-emos nas *Relações*, não só de Severim, mas de quantos, muito antes dêle, como Garcia de Rèzende, por exemplo, escreveram e publicaram notícias dos mais variados sucessos mundiais. Do mesmo modo que, se em vez de se pretender saber qual foi a primeira publicação caracterizadamente jornalística, só possível depois do descobrimento da imprensa, se investigarem quais foram os seus germes ou rudimentos, teremos de remontar a muitos séculos antes de Cristo e de deletrear os papiros dos museus arqueológicos, divagando pelas regiões do Egito e da Babilónia, nos seus tempos áureos. Se não quisermos, com Paulo Luís Courier, numa carta pela qual os jornalistas lhe não devem agradecimentos, aceitar que Caim lia jornais no Paraíso terrestre...

Mas, quando se trate de fixar data ao aparecimento, não da semente em embrião do periodismo, mas dêste já formado e como actualmente o compreendemos, os escritores mais autorizados avançam muitos séculos, e só depois de Guttemberg marcam o seu início nos diversos países da Europa. E não aceitam, por exemplo, que fôssem as *Relações semestrais* noticiosas, aparecidas nos fins do século XVI, em Francfort, que representassem o papel de primeiro periódico alemão — título que só foi conferido, um quarto de século mais tarde, a outra publicação daquela mesma cidade.

Com que legitimidade, portanto, hão-de considerar-se periódicos as *Relações*, impressas de dois em dois, ou de três em três semestres, de Severim de Faria, se as semestrais alemãs não são admitidas em tal categoria?

* * *

Temos até aqui exposto argumentos de razão que, mal ou bem, julgamos provarem que as *Relações* de que tratamos, ou são simples *Cartas de Notícias*, como denominaram as de Andrés de Almanza y Mendoza, aparecidas em Espanha em 1621-1626, ou repositórios de apontamentos ou lembranças, sem pretensões, por parte do compilador, a informar o público, a tempo e horas, acêrca dos factos apontados.

Mas, como se faz nos pleitos tratados contenciosamente,

em que se chamam peritos a opinar sôbre pontos controvertidos, venham aqui também depor os que, para tal, gozam da reputação de entendidos.

Recorra-se, pois, aos argumentos de autoridade. E veja-se como historiadores — Herculano, o maior de todos; bibliógrafos — Inocêncio e Brito Aranha; jornalistas — Teixeira de Vasconcelos e Eduardo Coelho; investigadores eruditos — Cunha Rivara, Fonseca Benevides e Sousa Viterbo, êste também jornalista, e dos melhores, não perfilham a opinião de que devam ter-se pelos primeiros periódicos portugueses as *Relações* impressas de Severim de Faria, e, pelo contrário, atribuem essa primazia à *Gazeta* que principiou em 1641.

No artigo do *Panorama* já citado, e atribuído a Herculano, lê-se:

«Apezar de todas as indagações que fizemos para descobrir gazetas portuguezas anteriores a 1640, não as podemos encontrar. É verdade que antes dessa epocha apparecem relações volantes dos acontecimentos publicos, nacionaes ou estranhos; mas taes relações nem eram periodicas, nem tinham em si a disposição duma gazeta».

«A gazeta mais antiga que vimos foi uma do mez de Novembro de 1641».

E êste artigo considerou-o Cunha Rivara «bem acabado» (cit. *Panorama*, p. 133).

Na mesma ordem de ideias, Inocêncio, melhor e com mais clareza do que no *Diccionario Bibliographico*, onde aliás regista em números diferentes, e como publicações independentes e separadas, as duas *Relações* (n.ºs 1294 e 1295 da letra M), ao contrário do que fêz com as *Gazetas*, que inclui tôdas em um só número, e como uma só obra periódica, nas *Cartas Bibliographicas*, publicadas posteriormente, opinava de forma peremptória:

«Tão pouco deve caber essa denominação (de gazetas ou papeis periodicos) às duas *Relações do que succedeo em Portugal e mais Provincias do Occidente e Oriente*, etc., reportadas uma ao anno de 1626, outra ao de 1627, especies de *Annuarios*, como hoje diriamos, que o douto Chantre Severim de Faria publicou».

Teixeira de Vasconcelos, jornalista dos mais brilhantes e académico ilustre, numa biografia de António Rodrigues Sampaio publicada em Paris, em 1858, notando que Filipe IV de Espanha não era, como Luís XIII em França, rei que apreciasse gazetas, ou nelas colaborasse, e que portanto não podia entrar nos seus planos do govêrno de Portugal o deixá-las publicar em Lisboa, observa que «com a casa de Bragança as coisas mudaram de figura». «As relações mais seguidas com a Holanda, a Inglaterra e a França deviam muito naturalmente importar a introdução do jornalismo de então».

E conclui: «Tal foi o começo do jornalismo em Portugal», que assim considera posterior à aclamação de D. João IV.

Numa *Noticia* apresentada ao Congresso literário internacional de Lisboa, em 1880, Eduardo Coelho, fundador, entre nós, da imprensa popular noticiosa, depois de aludir às fôlhas volantes aparecidas durante a dominação filipina, e às *Relações de novas gerais* conhecidas desde os fins do século XVI, afirmava:

«Nenhuma dessas folhas tinha essa periodicidade que caracteriza o jornalismo. A primeira publicada em Portugal com êsse caracter é a gazeta de que tenho a honra de reproduzir o fac-simile, não só como curiosidade bibliográfica, mas tambem como uma homenagem.»

Referia-se à *Gazeta em que se relatam as novas todas que ouve nesta côrte e que vieram de varias partes no mes de Novembro de 1641*.

Francisco da Fonseca Benevides, académico e historiador, biógrafo consciencioso das *Raínhas de Portugal*, ao tratar da época em que reinou D. Luísa de Gusmão, anotou:

«Foi durante o reinado de D. João IV que se começou a publicar a *Gazeta* de Lisboa, primeiro jornal portuguez noticioso e politico, sendo concedido o privilegio dessa publicação a Manoel Gallegos, em novembro de 1641».

Finalmente, o eruditíssimo investigador Dr. Sousa Viterbo, em 1889, e o operosíssimo bibliógrafo Brito Aranha, em 1893, inclinaram-se ambos, com a especial autoridade que lhes provinha de terem sido, tôda a vida, jornalistas, a considerar a *Gazeta* de 1641 a verdadeira *avó* dos jornais noticiosos modernos.

Registou Viterbo, num artigo com o título — *O primeiro jornal portuguez* (1), a opinião de Silva Túlio quanto a admitir-se «com os bibliógrafos que o precederam», que a primeira fôlha conhecida em Portugal era a *Gazeta*, cujo primeiro número apareceu em Novembro de 1641». E, embora reconheça aos escritos volantes anteriores a ela o carácter de «moléculas iniciais dêste organismo que chegou na nossa idade a tão aperfeiçoado gráu de evolução», e aluda à diferença entre as gazetas do tempo de D. João IV e os diários contemporâneos, é com o aparecimento daquelas que faz coïncidir a implantação do jornalismo entre nós.

E Brito Aranha, num estudo em que tratou do *Periodismo na Europa* e dos *Primeiros jornais* nela publicados (2), coloca à cabeça do rol, pelo que respeita ao nosso país, a citada *Gazeta* de 1641.

A tôdas estas opiniões contrapõem-se, como já disse, as de Silva Pereira e do sr. dr. José Leite de Vasconcelos, que, na sua valiosa comunicação, feita à Academia das Ciências de Lisboa em 25 de Junho de 1914, declarou que as *Relações* de Severim de Faria «correspondem aos jornais modernos; apenas diferem em ser anuais» (o que aliás não sucedeu, precisamente, com as impressas, uma das quais compreende 19 meses e outra ano e meio); que no opúsculo intitulado *Severim de Faria* — avança, como já notámos, que nelas «temos o protótipo dos jornais modernos»; e que, insistindo sempre nêste juízo, a pág. 239 da *Historia do Museu Etnologico Português* (1915), em nota onde nos dá a honra de citar um trabalho nosso em que se trata do ponto em discussão e doutros mais concernentes à imprensa periódica em Portugal (3), aponta como anteriores aos dois «dos mais antigos jornais — a *Gazeta* de 1641 e o *Mercurio da Europa*, de 1689 — «as *Relações* mss. de Severim de Faria», isto a propósito do jornalismo arqueológico português.

Ao mais, porém, a que, em nosso parecer, se poderá chegar, na transigência com os que tal sustentam, é em reputar as *Relações* de Severim ou as notícias avulsas seiscentistas como «os *preliminares* da vida regular e normal do jornalismo», que assim se lhes chama no

(1) *Jornal da Manhã*, do Pôrto, de 16 de Julho de 1889.
(2) *Diário de Notícias* de 16 de Janeiro de 1893.
(3) *O «Diário de Notícias» — A sua fundação e os seus fundadores — Alguns factos para a história do jornalismo português*, por Alfredo da Cunha — 1914.

MARIA
ROSA MYSTICA.
EXCELLENCIAS, PODERES, E MA-
ra ilhas do ſeu Roſario,
COMPENDIADAS
EM TRINTA SERMOENS ASCETICOS;
& Panegyricos ſobre os dous Evangelhos deſta ſolemnidade
Novo, & Antigo:
OFFERECIDAS
A SOBERANA MAGESTADE DA MESMA
SENHORA
Pelo P. ANTONIO VIEIRA
DA COMPANHIA DE JESU DA PROVINCIA
do Braſil, em comprimento de hum voto feito, & repetido em gran-
des perigos da vida, de que por ſua immenſa benignidade, &
poderoſiſſima interceſſaõ ſempre ſahio livre.
I. PARTE.

LISBOA.
NA Officina de MIGVEL DESLANDES, Na Rua da Figueyra.
A cuſta de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.

M. DC. LXXXVI.
Com todas as licenças, & Privilegio Real.

MARIA
ROSA MYSTICA.
EXCELLENCIAS, PODERES,
E MARAVILHAS DO SEU ROSARIO:
COMPENDIADAS
EM TRINTA SERMOENS ASCETICOS, E PANEGYRICOS,
ſobre os dous Evangelhos deſta Solennidade, Novo, & Antigo:
OFFERECIDOS
A' SOBERANA MAGESTADE DA MESMA
SENHORA,
Pelo P. ANTONIO VIEIRA,
DA COMPANHIA DE JESU, EM CUMPRIMENTO
de hum Voto, feito, & repetido em grandes perigos da Vida, de
que por ſua immenſa Benignidade, & poderoſiſſima Inter-
ceſſaõ ſempre ſahio livre.
II. PARTE.

LISBOA
Na Impreſſaõ Craesbeeckiana. Anno M DC LXXXVIII.
A' cuſta de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.
Com todas as Licenças, & Privilegio Real.

MARIA ROSA MYSTICA, que constitui as 9.ª e 10.ª partes ou volumes dos *Sermões* do Padre António Vieira e que, como se vê pelo título, também constitui obra independente

Rapport de la Section Portugaise apresentado ao Primeiro Congresso Internacional da Imprensa, reünido em Antuérpia, em 1894.

Preliminares ou prenúncios, moléculas ou germes dum organismo em embrião, sim; protótipos ou modelos, sementes plenamente germinadas ou órgãos bem formados, não!

*
* *

Eis chegada a apreciação do problema que pode assim enunciar-se: dando de barato que as *Relações* impressas, de Severim de Faria, devam considerar-se periódicos e correspondam aos jornais modernos, teriam elas sido as mais antigas publicações de tal natureza em Portugal, e deverá portanto datar-se da primeira conhecida dos bibliógrafos, a fundação do periodismo entre nós?

Quem, e com que provas, pode assegurar que outras *Relações* não houve, do mesmo género, antes daquelas, e até escritas e publicadas pelo próprio Severim de Faria? E, conseguintemente, como se poderia legìtimamente fixar o mês de Setembro de 1926 para se comemorar o tricentenário da primeira *Relação* avoenga dos jornais de hoje?

Eis os pontos, não diremos de dúvida para nós, mas de divergência com os que têm opinião diferente da nossa.

Era concebida nos seguintes termos a *Carta Regia* de 26 de Janeiro de 1627:

«De alguns anos a esta parte, se tem introduzido nessa cidade (de Lisboa) escrever e imprimir relações de novas geraes — e porque em algumas se fala com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes, ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinarias, e que antes de as dar, se revejam e examinem com particular cuidado.»

A propósito desta severa providência, observou Silva Túlio:

«A *relação de novas geraes* que daquele tempo se conhece, é a do nosso classico Manuel Severim de Faria, publicada em 1626, com o titulo de *Relação Universal*, etc.

«Dizendo porém a citada carta regia que o uso de escrever e imprimir taes *relações* se havia introduzido *de alguns annos a esta parte*, referindo-se ao anno de 1627 em que foi datada, é claro que não aludia só à de Severim de Faria, publicada em Lisboa no anno antecedente, porém a outras *alguns annos* mais antigas.»

Está aqui posta, com a maior nitidez e a melhor lógica, a resolução do problema, quanto à insubsistência da data de 1626 como sendo a do começo das *Relações de novas geraes*, isto é, da natureza daquelas que os escritores de quem divergimos colocam à cabeça do rol dos periódicos portugueses.

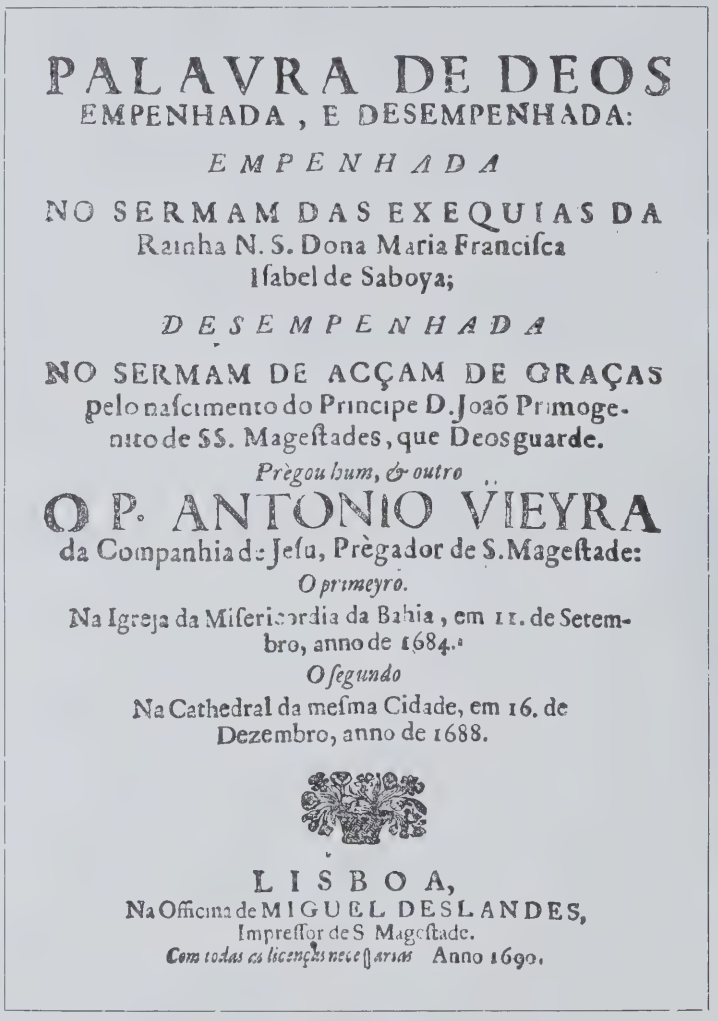
Convém — para se compararem as datas e dessa comparação se tirarem as naturais conseqüências — atender a que a *Relação Universal* de Severim não podia ter sido publicada antes de fins de Outubro de 1626, visto que é de 22 dêsse mês a declaração de concordância dela com o original, firmada pelo censor Fr. João Cardoso. E a *Carta régia,* com referências depreciativas, reportadas a *alguns anos* antes, às *relações de novas gerais,* é só três ou quatro meses, o máximo, posterior à mesma *Relação Universal* do Chantre da Sé de Évora.

Mas aludiria tal diploma a outras *Relações* de Severim mais antigas, visto que, em manuscrito, dêle se encontram obras dessas, desde muitos anos atrás, sendo de 1610 a primeira das do Códice n.º 241 citado?

É possível, embora não seja acreditável, que o prudente e benévolo sacerdote, a cuja descrição e moderação todos fazem os mais levantados encómios, caísse nos seus escritos, e principalmente nos publicados, em excessos de *pouca certeza e menos consideração,* de que resultassem *graves inconvenientes,* como se dizia na carta régia filipina.

O sr. Dr. Leite de Vasconcelos o confirma, dizendo:

«Pessoa comedida e ponderada por natureza, e que além disso desempenhava na sociedade papel saliente, e habitava entre jesuítas, que sabem sempre o que vem e o que não vem a propósito, manteve sob o domínio dos reis estrangeiros uma discrição e prudência que, sem o fazerem abdicar dos sentimentos patrióticos, o não tornavam suspeito aos olhos dos castelhanos.»


PALAVRA DE DEOS
EMPENHADA, E DESEMPENHADA:
EMPENHADA
NO SERMAM DAS EXEQUIAS DA
Rainha N. S. Dona Maria Franciſca
Iſabel de Saboya;
DESEMPENHADA
NO SERMAM DE ACÇAM DE GRAÇAS
pelo naſcimento do Principe D. João Primogenito de SS. Mageſtades, que Deos guarde.
Prègou hum, & outro
O P. ANTONIO VIEYRA
da Companhia de Jeſu, Prègador de S. Mageſtade:
O primeyro.
Na Igreja da Miſericordia da Bahia, em 11. de Setembro, anno de 1684.
O ſegundo
Na Cathedral da meſma Cidade, em 16. de Dezembro, anno de 1688.
LISBOA,
Na Officina de MIGUEL DESLANDES,
Impreſſor de S. Mageſtade.
Com todas as licenças neceſſarias Anno 1690.

PALAVRA DE DEOS EMPENHADA, E DESEMPENHADA.. que se considera a 13.ª parte dos *Sermões* do P.e António Vieira

Não seria portanto sôbre as suas *Relações* que se lançava, não a suspeita, mas a acusação categórica de menos certas, e de inconsideradas ou irrespeitosas. Porque — ainda o testemunha aquêle mesmo académico — «a moderação que usava na prática da vida, usava-a do mesmo modo em seu estilo.»

Já o colector do *Catalogo* do *Diccionario* da Academia assim definia Manuel Severim: «a pessoa mais autorizada e respeitavel por virtudes e letras que em seu tempo se conhecia em Portugal», gabando-lhe «a candura e modestia do seu caracter.»

Foram até estas qualidades, que certamente o impunham à confiança dos censores, que tornam plausível a hipótese a que nos aventuramos, de que parte da *Relação Universal,* impressa, como fica dito, em Outubro de 1626 — a parte concernente aos meses de Abril a Setembro dêsse ano — não tivesse ido à censura prévia e às licenças do Santo Ofício e Ordinário, visto o parecer do censor e aquelas licenças serem datadas de Abril, isto é, de seis meses antes da impressão. Efectivamente, aquela *Relação,* licenceada em 14, 16 e 17 de Abril de 1626, termina com a narração de factos ocorridos na Alemanha, em Agosto do mesmo ano.

Que, porém, antes daquela *Relação Universal,* tida, até agora, como a primeira, impressa, de Severim de Faria, êste houvesse feito imprimir outra ou outras, é conjectura que, embora não víssemos ainda formulada por ninguém, julgamos admissível.

Nem admira que a prova concreta e tangível dêste assêrto, isto é, a prova representada pela própria relação impressa, não apareça, porque também essa prova tem falhado a diversos bibliógrafos, no tocante às duas *Relações* impressas, que registam como existentes, sem que nunca lhes tivessem posto os olhos, tal tem sido a sua raridade!

Basta, porém, notar, para refôrço da nossa suposição, que a *Relação Universal* aludida, na reedição de Braga, que examinámos, começa por estas palavras:

«Pede-me vossa mercê novas do Reyno, Corte e mũdo, dizẽdo q. todas ellas vê a parar nesta Cidade de Lisboa, praça geral do universo: brevemente apôto as que pude alcançar; para que a v. m. sobre os regalos desse entre Douro & Minho, lhe não falte cousa de alivio, e de gosto.»

E continua:

«Vimos, o anno atras, a poderosa liga em que ficavão unidos cõtra Espanha, etc.»

Posto reconheçamos que outra interpretação se lhe pode dar, é certo que aquêle modo de dizer torna perfeitamente admissível a hipótese de que o autor quisesse referir-se a outra *relação* sua, publicada «*o anno atras*», e na qual êle houvesse informado, a respeito dos acontecimentos de que esta noticiava a continuação ou seqüência.

Que não foi certamente a *Relação Universal* de 1626 que provocou a carta régia de Janeiro de 1627, provam-no, além do que àcêrca do carácter do seu autor já observámos, os termos moderadíssimos, e até de simpatia para com os Governadores do Reino, em que ela está redigida. Assim é que uma das notícias ali dadas reza desta forma:

«Esteve o Governo de Portugal nos Condes D. Diogo de Castro e D. Diogo da Silva, a cujo zelo e deligencia se deve grande parte dos bons sucessos deste Anno.»

E na resenha de tais sucessos, ou nos ligeiros comentários que êles lhe dispertam, se algum sentimento se revela, é o de benevolência, e nunca o de acrimónia para com os soberanos espanhóis ou os seus representantes em Portugal.

Parece-nos, por conseguinte, indubitável que (além da *Relação* ou das *Relações* que havia possibilidade de ter Severim de Faria publicado anteriormente a 1626) houve, alguns anos antes — «*de alguns annos a esta parte*» — como dizia, em Janeiro de 1627, a Carta régia filipina, outras *Relações de novas geraes* que — anàlogamente às de Severim — aquêles que nas dêste escritor encontram o modêlo ou a correspondência dos jornais modernos, deveriam reputar *avós* ainda mais velhas dos periódicos actuais. E então outra *Relação*, mais remota que a de Setembro de 1626, cumpria ter escolhido para, a partir dela, contarem os anos para a comemoração do tricentenário do primeiro periódico português, os que na realização desta plausível iniciativa se empenhavam.

*
* *

Em conclusão, pelo que respeita à parte inicial dêste nosso estudo: Não se sabendo qual foi a primeira *Relação de novas geraes* publicada em Portugal, mas tudo indicando não haver sido ela a de Severim de Faria, impressa em 1626, não deve esta ser tida pelo primeiro periódico português, mesmo que periódicos se considerem tais *Relações*.

*
* *

Designado o lugar que lhes compete, e definida a natureza das *Relações* de Severim de Faria, segundo o nosso critério e — o que mais vale — segundo o critério da maioria dos investigadores autorizados que sôbre a questão se têm pronunciado, trataremos do primeiro dos periódicos da Restauração — a *Gazeta* que na oficina de Lourenço de Anveres se imprimiu em Lisboa a partir de Novembro de 1641.

No seu ensaio biográfico — *O Conde de Castel-Melhor no exílio* — notou Fernando Palha (não apreciamos agora se com perfeito rigor histórico) que «os tempos da Restauração foram os primeiros, em Portugal, em que os governantes conheceram a necessidade de ter consigo a opinião pública.» Mas, se não foram os primeiros, não há dúvida de que, nesses agitados dias, «os chefes do movimento (continua o mesmo escritor) sentiam em torno de si os medos e desconfianças dos que não podiam acreditar que Portugal fosse adversario capaz de arrostar com as iras de Castela. Para dissipar estes receios não se poupavam em fazer chegar ao conhecimento de todos a notícia de qualquer acontecimento que pudesse contribuir, directa ou indirectamente, para o triunfo tão desejado da nacionalidade.»

E, nesta necessidade dos governantes se pôrem em contacto com o público, filiou aquêle académico o aparecimento, quer das variadíssimas *Relações* da época, quer da primeira *Gazeta* portuguesa.

Na mesma ordem de ideias escrevera o autor do artigo, aqui mais de uma vez citado, do *Panorama:*

«Era preciso animar o povo depois daquella ousada tentativa; convinha narrar-lhe as vantagens alcançadas contra a Hespanha, bem como as difficuldades em que se via envolvida aquella monarchia, e até exaggera-las; e por ventura o governo não achou meio nenhum mais azado a seus intentos, do que lançar mão das gazetas, invento que como vimos era já conhecido em outros países da Europa.»

Evidentemente, a política exercia poderosa acção no desenvolvimento daquêles eficazes instrumentos de difusão de ideias e de propaganda patriótica, de que pessoalmente teria lançado mão o próprio D. João IV, a confiar em António Caetano de Sousa, que dá crédito à suposição, muito insuficientemente averiguada, de haver aquêle monarca redigido ou ditado as primeiras *Gazetas* [1].

Como quer que tivesse sido, porém, no que respeita à paternidade das *Relações* e das *Gazetas*, o certo é que, nos últimos decénios da dominação filipina, o soberano usurpador, naturalmente receoso dos excessos da liberdade de imprensa, como se diria hoje, promulgou contra ela algumas providências restritivas que, aliás, não eram mais do que a ampliação, mais explícita, às *Relações* ou *noticias avulsas*, ou *papeis volantes*, do que prescrevia o Livro 5.°, título 102, das *Ordenações do Reino*. Não permitiam estas que livros «ou obra de qualquer materia que seja», se imprimissem sem prèviamente serem vistos e examinados pelos desembargadores do Paço, depois de o haverem sido pelo oficiais do Santo Ofício da Inquisição.

Mas além da Carta régia de 26 de Janeiro de 1627, pode ainda citar-se outra, de 31 de Maio de 1632, em que nas prescrições seguintes mais patente se mostra o receio que infundiam tais publicações, e a intenção de se lhes reprimir a desenvoltura de linguagem:

«Por alguns livros, que de poucos tempos a esta parte sairão impressos neste Reino, em cuja impressão se devera reparar, se tem visto quanto nestas cousas se tem facilitado as licenças no meu Desembargo do Paço, aonde isto toca; e porque a materia he de muita consideração, e pede toda a reformação, vos encomendo muito e encarrego que o advirtais àquella Mesa, para que esteja nisto com o cuidado devido; e que particularmente não concedão licença alguma, para se imprimir nenhum livro que toque à Historia, ou a materias do governo, ou successos destes tempos, sem primeiro se me consultar; e fareis executar com todo o cuidado a Lei que está passada, que prohibe imprimir-se nenhum livro, nem papel, sem esta licença; e vereis se convirá accrescentar a mesma Lei, e as penas della, e mo avisareis com o parecer dos do Desembargo do Paço e vosso.»

Mas o Desembargo do Paço parecia não corresponder em zêlo e energia repressora aos desejos ou conveniências do rei de Castela. E, então, noutra Carta régia, datada de 18 de Maio de 1633, que se expediu para Lisboa, por causa da impressão de um discurso de João Pinto Ribeiro, àcêrca da conservação da Índia e Conquistas, «que contem algumas cousas que não convem andar impressas», conforme lá se dizia, foi advertido aquêle tribunal de que os papeis de tal qualidade «que tratam de historias presentes, e casos que aconteceram, se não devem imprimir, sem preceder consultar-me», concluía o rei.

Silva Túlio atribuíu, ignoro se com razão, estas providências contra as fôlhas que punham a correr mundo «casos que aconteceram», mas que ao soberano não con-

---

[1] Também no exemplar da *Bibliografia Histórica Portuguesa*, de Jorge César Figanieri, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, encontrei, escrito pela letra de Brito Aranha (o indefesso continuador da obra de Inocêncio Francisco da Silva) a quem o livro pertencera, a nota marginal de que as *Relações* de 261 a 307, referentes a guerras com Castela, foram atribuídas a D. João IV.

vinha que se divulgassem, o terem sido os animadores dos tumultos de 1623 em Lisboa e de 1637 em Évora.

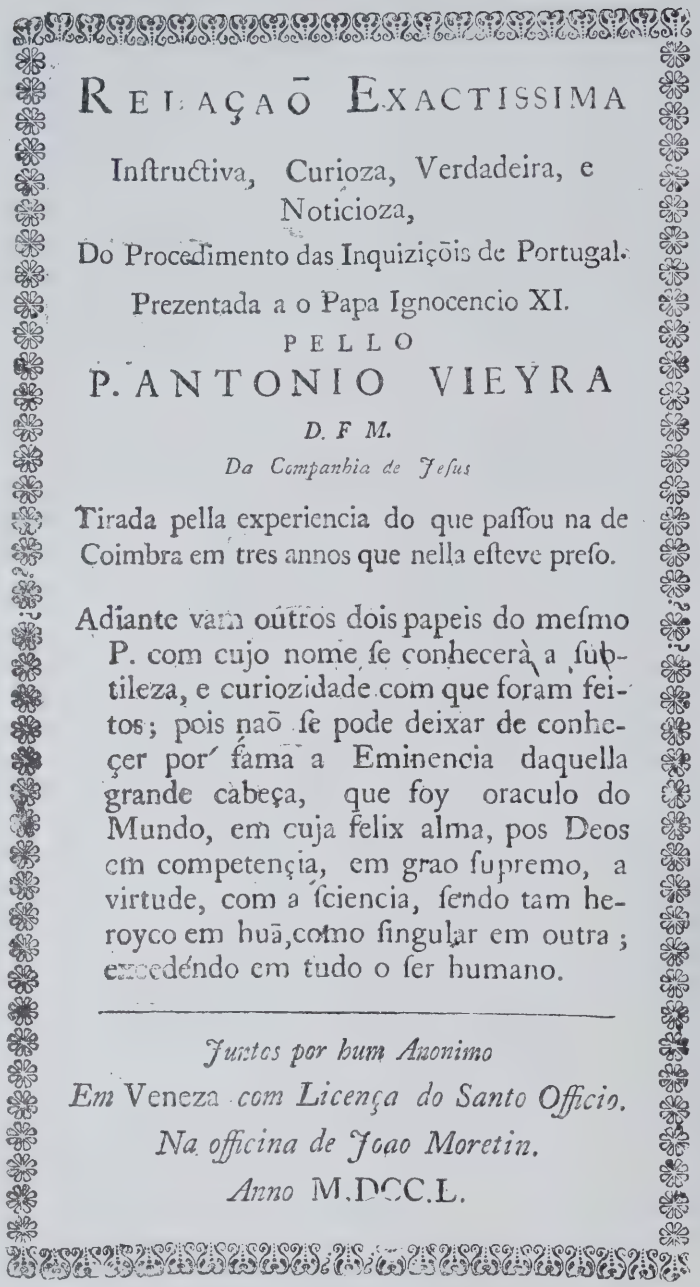
O que é verdade é que as *Gazetas*, para se publicarem, também estiveram sujeitas a «todas as licenças necessarias», como se lê no frontispício, e se verifica no final logo da primeira; e que, se obtiveram *privilegio real*, foi certamente porque, embora D. João IV as não ditasse ou redigisse, pelo menos via-as com bons olhos, e talvez, enquanto não exorbitaram, lhes dispensasse protecção.

Êsse privilégio real concedeu-o êle, em 14 de Novembro de 1641, no próprio mês a que aquela *Gazeta* diz respeito, a Manuel de Galhegos, homem de valor literário, que Barbosa Machado inclui «entre os canoros cisnes do Parnaso Portuguez», não atentando em que os cisnes — a não ser à hora da morte, segundo uma tradição, aliás mal verificada — se não recomendam pela suavidade da voz, nem pela melodia do canto...

Não está bem apurado se Manuel de Galhegos foi apenas o *proprietário*, ou se foi também o *redactor* da *Gazeta*.

O que parece todavia é que as *Gazetas*, na parte concernente às *novas do reino*, deixaram de agradar, ou passaram a ser menos úteis a quem lhes privilegiara e protegia a publicação. A admitir a existência dos Decretos de 19 de Agosto de 1642 e 2 de Novembro de 1643, registados por João Pedro Ribeiro no seu *Indice Cronologico;* postos em dúvida por Silva Túlio, mas citados sem contestação no artigo do *Panorama* atribuído a Herculano, e no *Diccionario* de Inocêncio, D. João IV teria proïbido «imprimirem-se *Gazetas* geraes, com noticias do Reino e de fora delle, em razão da pouca verdade de muitas, e do estylo de todas.»

Quanto às *noticias do reino*, é certo que desapareceram desde a *Gazeta* de Outubro de 1642, na qual se modificou até o primitivo título, denominando-se — *Gazeta primeira do mes de Outubro de novas fora do Reyno*. E é provável que passassem a ser redigidas por João Franco Barreto, a quem, por Alvará de 29 de Julho daquêle ano, se concedeu a licença, que pedira, «para que elle sómente pudesse traduzir e imprimir as *Relações* de França e suas *Gazetas*.»



RELAÇAÕ EXACTISSIMA

Inſtructiva, Curioza, Verdadeira, e Noticioza,

Do Procedimento das Inquizições de Portugal.

Prezentada a o Papa Ignocencio XI.

PELLO

P. ANTONIO VIEYRA

D. F M.

Da Companhia de Jeſus

Tirada pella experiencia do que paſſou na de Coimbra em tres annos que nella eſteve preſo.

Adiante vaõ outros dois papeis do meſmo P. com cujo nome ſe conhecerà a ſubtileza, e curiozidade com que foram feitos; pois naõ ſe pode deixar de conheçer por fama a Eminencia daquella grande cabeça, que foy oraculo do Mundo, em cuja felix alma, pos Deos em competençia, em grao ſupremo, a virtude, com a ſciencia, ſendo tam heroyco em huã, como ſingular em outra; excedéndo em tudo o ſer humano.

Juntos por hum Anonimo

Em Veneza *com Licença do Santo Officio.*

Na officina de Joao Moretin.

Anno M.DCC.L.

UM DOS RAROS OPÚSCULOS ATRIBUIDOS AO PADRE ANTÓNIO VIEIRA. Raríssima edição desconhecida dos bibliógrafos e descrita sob o n.º 5415 da *Bibliografia Geral* de Manuel dos Santos e na sua livraria vendida

Ora, assim como na publicação das *Gazetas* «a lacuna que se nota entre os meses de Julho e Outubro de 1642» se explica, segundo Inocêncio, «pelo decreto de supressão acusado por João Pedro Ribeiro, como manuscrito e datado de 19 de Agosto do dito ano», também o facto das *Gazetas* deixarem de inserir *noticias do reino* deve ter explicação análoga. E, se êsses rigores foram efectivamente atenuados, não pode, sem restrições, dizer-se, como disse o insigne bibliógrafo, que a proïbição fôsse levantada pouco depois, porque tudo indica que só o foi quanto às *novas de fora do reino*.

Diversamente das *Relações* de Severim de Faria, as *Gazetas* tiveram periodicidade, porque foram quási sempre mensais; continuidade, porque duraram, salvo uma ou outra solução, desde Novembro de 1641, até, pelo menos, Setembro de 1647; interdependência, porque em algumas se encontram até rectificações ou aclarações às precedentes; e procuraram ter oportunidade e rapidez de informação, tando quanto era possível naquele tempo de reportagem pouco desenvolvida. Basta reparar em que algumas inseriam, no fim — no que se chama hoje *Última hora* — as novas recebidas ao fechar o periódico. Foi o que sucedeu, por exemplo, com a *Gazeta* de Março de 1642, que, para obtemperar à curiosidade dos leitores, incluiu em si um acontecimento pertencente à de Abril seguinte, lendo-se no final da fôlha:

«No mesmo ponto em que se acabou de imprimir êste papel, veio da ilha Terceira Jorge de Mesquita, e trouxe aviso de que a fortaleza se avia rendido, e estava já por el Rey N. Senhor. Por ser nova de grande alegria para este Reyno se poz nesta Gazeta, não obstante que pertence á do mês de Abril.»

Com os jornais contemporâneos se assemelhavam também as *Gazetas* em darem curso a boatos inverosímeis e em contarem, de quando em quando, certos casos estupendos para estupefacção dos leitores ingénuos. Isto sem falar nas informações das guerras, das quais se escrevia no *Panorama:*

«Quanto aos sucessos militares, vemos que já não é novo o costume dos periodicos o exagerar as perdas alheias e encobrir

A primeira "Gazeta" publicada em Portugal

«Gazeta, em que se relatam as novas todas
qve ovve nesta corte, e qve vieram de
varias partes no mes de Nouembro
de 1641. Lisboa. Na officina de
Lourenço de Anueres.»

Como se depreende, saíu êste primeiro número do primeiro jornal português em 1641. Saíram mensal ou bi-mensalmente os seus números, desde 1641 a 1647, conhecendo-se como último o de Setembro de 1647, impresso na oficina de Domingos Lopes Rosa. Sôbre as Gazetas, além dos artigos no *Diccionario* de Inocêncio, vol. 3.º e 9.º, há artigos publicados no *Panorama,* vol. II, um de Alexandre Herculano, outro de J. H. da Cunha Rivara, e ainda no volume *O Diário de Notícias,* publicado pelo Dr. Alfredo da Cunha, no cinqüentenário da sua fundação. Logo no primeiro jornal houve uma supressão, que foi de Julho a Outubro de 1642. Como se vê, vem de longe o abuso do poder exercido em censuras, supressões, multas, etc.

Êste primeiro número foi, pela primeira vez, publicado em *fac-simile* pelo Dr. Alfredo da Cunha.

GAZETA, EMQVESE RELATAM AS NOVAS TODAS, QVE OVVE NESTA CORTE, EQVE VIERAM DE varias partes no mes de Nouembro de 1641.

Com todas as licenças necessarias.

E priuilegio Real.

EM LISBOA.

Na Officina de Lourenço de Anueres,

PELEIIOV a armada de Olanda com huma esquadra da armada Real de Castella, em que vinhão muitas fragatas de Dúquerque: durou a pendencia mais de vinte, & quatro oras; foise a pique hum galeão dos Castelhanos, & ficaraõ alguns destroçados, & todos com muita gente morta. O Olandez com algum dano se retirou a este porto, donde està aguardando aque elRey nosso Senhor lhe de socorro para sair otra vez a atemorizar os portos de Andaluzia.

O Conde da Castanheira, que estaua preso numa torre de Setuual pedio a elRey nosso Senhor que lhe mudasse a prizão por quãto estaua indisposto: & elRey nosso Senhor vsando de sua natural benignidade o mãdou trazer para o Castello de Lisboa.

Num lugar da Beira se afirma que ouue hum homẽ, que ouuindo dizer numa cõuersação de amigos que na felice aclamação delRey nosso Senhor fizera o crucifixo da Sè o milagre, que a todos he notorio. disse que podia a caso a imagem do Senhor despregar o braço; & assim como acabou de dizer estas palauras cahio huma parede junto da qual estauão todos os da conuersação, & sò a elle matou.

Estando o galeão Santa Margarida para dar à vela disse o Piloto que naõ se atreuia a sair sem lhe darẽ mais gente do mar; inquietaraõse os soldados, & foy necessario acodir o General Antonio Telles de Menezes, & alguns Senhores q̃ o acõpanharam na jornada de Cadis: & despois de tudo quieto prenderaõ tres soldados, que foraõ os cabeças, & a todos tres os enforcarão.

A Luis

Luis de Abreú que estaua preso por complice na conjuração, que se fes contra a pessoa Real prouou sua inocencia, & sahio liure.

O Conde de Alba de Liste, & o Marques de Alcanises aos 19. de Octubro entrarão pella villa de Isanes, & Malhadas com dous mil homens com animo de tomarẽ as muniçoens, & a artelharia, que desta corte se mandaua para a cidade de Mirãda: porem os nossos lhe prẽderam junto à villa das duas Igrejas (por donde a comboi hauia de passar huma hespia que lhe hauia dado o aluitre) & lhes vinha ensinando o caminho; & com a sua prizaõ mudaraõ de intento, & se forão: logo: chegou o train: ao lugar das duas Igrejas dõde cõ grãde preça se recolheo, & se pôs em cobro. fizeraõ os enimigos na retirada algũ dano: porem Ruy de Figueiredo de Alarcão Fronteiro mor de Traslosmontes, & Pero de Mello capitaõ mor, & superintendente das armas na cidade de Miranda juntarão 3000: infantes, & com cauallos, & com dous mil infantes mais que lhes mandou Francisco de Sampayo Frõteiro mór da Torre de Mõcoruo, de que era cabo Domingos de Andrade Correa foraõ a Brandilanes sinco legoas de Miranda, donde o enimigo estaua feito forte, & despois de duas horas de batalha ganharaõ a trinchira, ẽ q̃ mataraõ 70. homẽs, & os demais se retrarão a huma Igreja, dond: resistiraõ atè q̃ os nossos puserão fogo a hum barril de poluora, para q̃ elles cuidassẽ que os querião queimar, & se entregassẽ. O que fizerão; mas ficarão mortos quatrocẽtos, entre os quais morreo Dõ Inigo de Balãdria gouernador da caualleria. Saquearão os nossos o lugar, & vieraõ victoriosos cõ mais de 300 armas de fogo

fogo, muyto fato, grãde numero de gado, & outros muitos despojos; da nossa parte morrerão sete, ou oito homens

Despachou elRey nosso Senhor ao Conde da Vidigueira por embaixador de França para assistir na corte de Paris.

Dom Antão de Almada (que foy por Embaixador extraordinario a Inglaterra, fica assistẽte para tratar dos negocios do Reyno.

Veio Frei Dinis de Alẽcastre; a quem elRey nosso Senhor hauia mandado as partes do Norte: & naõ se sabe a que foy mas presumese que effeituou tudo com a felicidade, que se esperaua de hum sogeito, em quẽ concorrẽ taõ soberana qualidade; & partes taõ superiores.

O general Martim Affonso de Mello (sabẽdo que o enimigo estaua em Valuerde preuenindose para dar ẽ Oliuença) juntou do terço de Dom Ioaõ da Costa, de Aires de Saldanha, & de todas as fronteiras de Alentejo 3000. & tantos homens, & a 27. de Outubro sahio da cidade de Eluas ao dia seguinte pella menham, chegou a Valuerde com a infantaria repartida em tres esquadroens, & quinze mangas volantes, & a caualleria ẽ sete tropas Foi visto dos enimigos: acudiraõ todos a defẽça: preuniraõse os nossos para o assalto; enuestiraõ, & ganharão logo a primeira, & a segunda trincheira; & arrimando escadas entraraõ na villa, na qual naõ hauia rua, que naõ defendesse a entrada com huma pessa de artelharia porem os nossos romperaõ, & albanarão tudo, & os enimigos se retiraraõ a huma Igreja, aopè da qual hauia hũ reducto, donde se defendèrão valerosamente, & estando ja os nossos aopè da terceira trincheira, & o lugar quasi

A 2 rendido.

rendido, ouue da nossa parte quem gritou que se retirassem, & cuidando todos que era ordem do General obedecerão, & cessou o destroço, que foy taõ grande q̃ não ficou em todo o lugar casa alguma que os soldados não saqueassem, & o que naõ podiaõ trazer ou o despedaçauão, ou lhe punhaõ o fogo. Tornaraõ em fim para Eluas alegres cõ a vitoria, & deixaraõ na villa mortos mais de 400. Castelhanos entre os quaes morreo o Comissario da Caualleria: trouxerão 55. prisioneiros, tomaraõ 3. bãdeiras: & otros muitos despojos; da nossa parte morreraõ pouco mais de 30. homens, & os conhecidos foraõ o Comissario da Cauallaria, o Capitam Ieronimo de Castro, o capitão Ioaõ de Seixas, o Tenente de Ioaõ de Saldanha capitaõ de cauallos.

Veio noua que estauão os Galegos mui atemorizados despois que lhes desfizeraõ os reductos; tomaraõlhe os nossos algumas armas, & muniçoens mataraõlhe, & catiuaraõlhe alguma gente.

Onze homens de Castro Lobeiro que estauaõ na trincheira viraõ no campo doze caualleiros castelhanos os quais vinhaõ à reconhecer, & deraõlhes huma carga cõ que mataraõ sete, & catiuaraõ os mais, & lhe tomaraõ as armas, & os cauallos, e os mandaraõ presos a Valença Vinhão atras destes caualleiros trezentos infantes, & sẽ saberem do que lhes hauia socedido acometeraõ a trincheira: mas os onze mosqueteiros lhes deraõ duas cargas com que mataraõ alguns, & os mais fugiraõ, & não foraõ tão poucos os mortos, & os catiuos, que não fossẽ por todos 31. & dos nossos ninguem perigou.

Em Caminha se tomaraõ tres barcos de Galegos, donde

de se matou alguma gente, & outra se catiuou.

Fez elRey nosso Senhor mercè do Priorado do Crato ao Illustrissimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha Arcebispo Metropolitano.

Prenderaõ hum frade Beguino estrangeiro, & dizem que veio a esta cidade por espia.

Estão nomeados por Mestres de campo Christouam de Mello filho do Porteiro mòr, & Dom Sancho Manoel

Publicouse o subsidio Ecclesiastico.

Abriose o comercio de Moscobia, & ja veio huma nao com mercadorias, & ficanão muitas para vir.

Dizem que estaõ quinze mil Francezes sobre Fonte Rabia.

Chegou a este porto huma carauella, que vinha das Indias com auizo, & os nossos a tomaraõ nas ilhas. Tras vinte mil crusados em patacas.

Està eleito capitaõ de cauallos Dom Nuno Mascarenhas filho de Dom Antonio Mascarenhas

Chegou hum nauio que faltaua da esquadra de Rui de Brito: o qual hauia ido no alcance de huma nao de Turcos, & se presumia que estaua perdido.

Elegeo elRey nosso Senhor a Tristão de Mendoça por General, & não se sabe ainda para onde vai; he seu Almirante o capitam Francisco Duarte.

O Padre Ioaõ de Matos, Reitor que foy da companhia em Euora, agora assistente da mesma Companhia em Roma escreueo que o summo Pontifice esperana cõ grande aluoroço pello Bispo Embaixador de Portugal a pesar das instancias que o de Castella fazia, por lhe estoruar

A 3 toruar

toruar a entrada.

Veio Francisco de Sousa Coutinho, que auia idò por embaixador delRey nosso Senhor ao Reyno de Suecia; foi là recebido com grandissimo aplauso deixou as pazes cõfirmadas; & trouxe tres naos de guerra de mais de 30 peças de bronze cada huma com hum fidalgo, ò qual vem a este Reyno de parte da Rainha de Suecia para assistir nesta corte, & ja falou a elRey nosso Senhor trouxe muita artelharia de bronze, grandissimo numero de corpos de armas, mosquetes, & crauinas, 30. mastros grandes: huma embarcação carregada de poluora, & alguns cauallos. Deulhe a Rainha huma cadea de ouro, que pesa 330000. huma joya de diamantes com o seu retrato, & a todos os que foraõ em sua companhia mandou dar huma cadea de ouro, & escreueo a elRey nosso Senhor dándolhe os parabens da Restauração do seu Reino, & assegurandolhe que com tudo o que pode, & com a propria vida se empregarà sempre em seu seruiço, & vltimamente lhe dà sua palaura de que naõ farà nunca pazes com o Emperador, & que sendo caso que as faça serà a primeira condição, que elle darà a liberdade ao Senhor Dom Duarte.

O Conde de Bocoi mandou prender hum soldado Frances da companhia de Monsiur Baron tiueraõ ãbos hum encontro sobre a prizão, de que o Monsiur Baron sahio com alguma desconfiança, & ao dia seguinte pella menham foy a casa do Conde de Bocoi, & despois de almorçar com elle, lhe disse; que se pusesse a cauallo que hauião de ir ambos a desafio: aceitou o Conde, & logo se foraõ ambos cada hum com seu padrinho a cãpo lide

& tanto

& tanto que chegaraõ se deceraõ todos quatro dos cauallos: & se tirarão as capas, ronpetas & giboins, & assim os desafiados como os padrinhos se inuistiraõ com valor igual, & no primeiro encontro se feriraõ todos, & o Monsiur Baron cahio logo morto com o que se acabou a pendencia. O Conde de Bocoi veio muito mal ferido & temesse que morra.

Nouas de fora do Reino.

POR via de Olanda foy a França hũa carta de hũ Portugues, que asiste nas Indias de Castella, & de França veio a esta cidade, a qual diz que he partida ã frota cõ algumas naos de guerra, mas que estauão os castelhanos temerosos de que lhe saissem ao encontro os enimigos de Espanha, por quanto hauia noua que Pè de pao General da armada de Olanda saira de Pernaõbuco em companhia de huma esquadra de Portuguezes, que andaua nos mares do Brasil, & se fora na volta da Bermuda.

A armada Real de Castella anda diuidida em duas esquadras huma no cabo de São Vicente, otra na barra de Cadis esperando a Frota. He general o Duque de Maqueda.

Em Madrid a petraõ com os Portuguezes, & estam presos alguns por se quererem vir para Portugal

O Bispo de Lamego, que foy por Embaixador ao Summo Pontifice, dizem que ficaua junto a Marcelha, para dalli passar a Roma.

O Principe de Condè està sobre Perpinham, & o tẽ posto em taõ grande aperto que dizem que sem duuida

A 3 de

da se lhe entregara.

Monsiur de la Mota anda cõ hũ exercito poderosissimo à vista de Aragaõ, & tem saqueado alguns lugares.

De Gonqua, & de Veneza se diz que foy la bem recebida a deliberação da nobreza de Portugal: & que se resolue que não se darà socorro contra elRey Dom Felippe mas que serà admitido o Embaixader delRey Dom Ioaõ o quarto.

A armada do Bispo de Bordeus se reforma; & se presume que vem outra vez sobre Tarragona.

O Papa leuanta gente na terra da igreja, não se sabe para que.

ElRey de Inglaterra faz grandes leuas em seus Reynos, & dizem que quer restaurar o Palatinado.

Por pessoa, que veio de Cadiz, & por carta de Castro Marinho, se soube que a Armada de Olanda fizera grandissimo destroço na armada de Castella, & que se recolhera com dous galeoens, perdidos, & muitos sem mastros, & passados das balas, & grandissimo numero de gente morta

ESta Gazeta està conforme com seu original. Em S. Domingos de Lisboa 3. de Dezembro de 641.

O Mestre Fr. Ignatio Galuaõ.

VIsto estar conforme com o Original pode correr esta Gazeta. Lisboa 3. de Dezembro de 1641.

Fr. Ioaõ de Vasconcellos. *Pero da Silua.*

Francisco Cardozo de Torneo. *Sebastião Cesar.*

Taxasse esta Gazeta em seis reis. em Lisboa 5. de Dezembro de 1641.

Antonio Coelho de Carualho.

O PRIMEIRO NÚMERO DA PRIMEIRA GAZETA PUBLICADA EM PORTUGAL, 1641

as proprias ; data esta usança em Portugal do anno do Senhor de 1640 ou 1641.»

Lá encontramos, na *Gazeta* de Fevereiro de 1642, o seguinte :

«Na comarca de Miranda falou um minino mudo, e disse : — *Viva el-rey Dom Joam IV.*»

E como o próprio redactor naturalmente desconfiou de que os leitores não ligassem grande crédito à informação, acrescentou, para a reforçar :

«Isto se sabe de certo, e agora se está fazendo um instrumento de testemunhas por ordem da Sé de Miranda.»

Era êste prodígio de as meninas e os meninos mudos, ou pouco mais que recem-nascidos, falarem como pessoas idosas e sábias, o que parecia andar em moda desde o começo da segunda dinastia, pelo menos, em Portugal. Porque nos *Lusíadas* (canto IV, est. 33) lá se nos depara «a voz duma menina» que

ante tempo falando... nomeou

o Mestre de Aviz.

E como cousa emfim que [o Ceo destina
No berço, o corpo e a voz [alevantou :
Portugal, Portugal, alçando [a mão,
Disse, pelo Rei novo, [Dom João.

Já Garcia de Rezende, na *Miscelânea*, contava :

Em Evora vi um menino
Que a dois annos não che- [gava,
E intendia, e falava,
E era já bom latino,
Respondia e preguntava :

Era de maravilhar
Ver seu saber, seu falar,
Sendo de vinte e dois meses ;
Monstro entre portugueses
Para ver, para notar.

São os dois casos, ambos dados como ocorridos em Évora, que Manuel de Faria e Sousa, fácil acolhedor destas e doutras monstruosidades, regista no seu *Epítome de las historias portuguesas*, obra a que êle bem fêz em chamar de *histórias*, e não de *história*...

Pois a *Gazeta* mostrava ser do seu tempo, não fugindo ao registo daquela e quejandas informações !

* * *

Estudando em tempo as primeiras *Gazetas* (1), não só quanto ao que elas representavam, cronològicamente, na história do jornalismo português, mas também quanto ao seu objecto, relembramos as seguintes linhas dum artigo do *Panorama*, já repetidas vezes citado :

«O objecto principal destas gazetas antigas era dar noticias da guerra com Castela ; continham, alem disso, as novidades ocorridas nos países estrangeiros, as novas publicações literarias de vulto, os obitos das pessoas notaveis, e variedades curiosas, tudo narrado com tal concisão e simplicidade, que seria de imitar pelos periodistas modernos.»

E, pelo que respeita à índole de tais publicações, acrescentávamos :

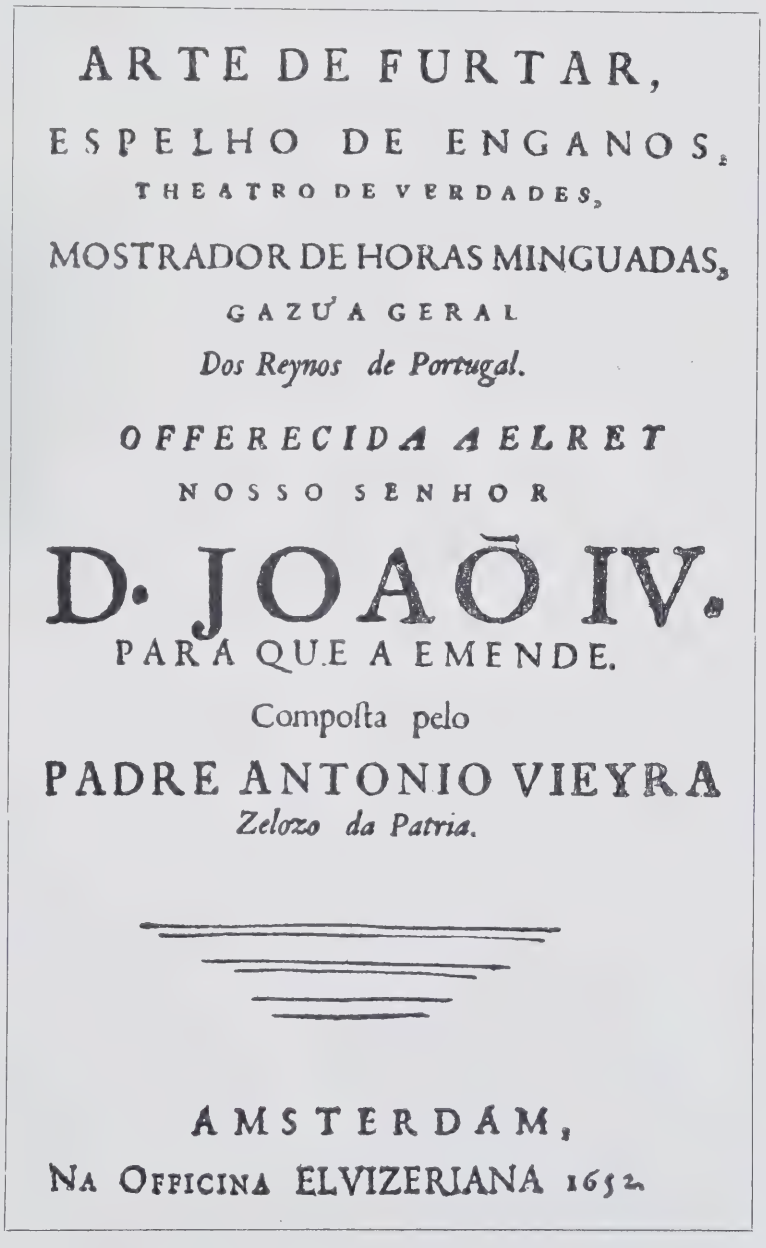
«Para se fazer ideia de como as *Gazetas* se aproximavam em muito dos modernos jornais noticiosos quanto á natureza das informações, reproduzirei algumas noticias, das que se chamariam hoje — *Bibliografia, Necrologia, Diario mundano, Festas e diversões, Espectaculos, Despachos*, etc.

«*Gazeta* de Dezembro de 1641 : — «Acabou-se de imprimir o livro intitulado *Summa Universæ Philosophiæ*, composto pelo Padre Balthazar Telles da Companhia de Jesu : obra muy desejada, e que inclue, com grande erudição, tudo o que ha na Philosophia.»

«Morreu o Padre Diogo de Hereda, aquele raro Prégador da Companhia : causou geral sentimento a sua morte pello muito que perderão os pulpitos de Portugal.»

«O Conde da Castanheira, o Cõde de Val-de Rey e Gõçalo Pires de Carvalho estão já em suas casas.»

«*Gazeta* de Janeiro de 1642 : — «Quasi todo este mes ventou, choveu, e nevou, e fez muito dano a tempestade. Cairam no bairro de S. Paulo hũas casas, donde morreram duas pessoas ; arruinou-se o recolhimento de S. Christovão, e as orfans se mudaram para hũa casa junto á Egreja de S. Vicente. Creceo a agua da chuva de maneira, que na rua dos canos se afogou


ARTE DE FURTAR,
ESPELHO DE ENGANOS,
THEATRO DE VERDADES,
MOSTRADOR DE HORAS MINGUADAS,
GAZUA GERAL
Dos Reynos de Portugal.
OFFERECIDA A ELREY
NOSSO SENHOR
D. JOAÕ IV.
PARA QUE A EMENDE.
Composta pelo
PADRE ANTONIO VIEYRA
Zelozo da Patria.
AMSTERDAM,
NA OFFICINA ELVIZERIANA 1652.

A PRIMEIRA EDIÇÃO da *Arte de furtar*, atribuida ao Padre António Vieira

(1) *Diário de Notícias — A sua fundação e os seus fundadores — Alguns factos para a história do jornalismo português*, por Alfredo da Cunha, director do *Diário de Notícias* — Lisboa, 1911

hum homem, e morto veio pello cano Real sahir ao Terreiro do Paço. Junto ao baluarte da carreira dos cavallos cahio um rayo.»

«*Gazeta* de Abril de 1642: — «O Domingo de Lazaro se celebrou nesta corte o acto de Fé. Junto ao quarto em que assiste a Raynha nossa Senhora se fabricou o theatro. Sahirão a padecer tres mulheres e tres homens, hum dos quais hia a morrer vivo por pertinaz, e ás dez horas da noite se reduzio, depois de ter cãçado aos Religiosos que lhe assistião, e a muitas outras pessoas. Grãde parte deste dia estiverão el Rey Nosso Senhor e a Raynha nossa Senhora numa das janellas do paço, que ficava sobre o theatro.»

«*Gazeta* de Maio de 1642: — «Fez el Rey nosso Senhor mercê a hũ bisneto do Bandarra de hũa capella com que se pode sustentar sufficientemente.»

* * *

Não será descabido, ao tratar do primeiro periódico português, referirmo-nos a outro ponto de dúvida, igualmente por nós tratado no aludido estudo: — quem foi o redactor daquele primeiro periódico, ou seja o mais antigo periodista de Portugal.

Houve quem atribuisse essa glória (escreviamos) nada mais nada menos do que ao próprio rei D. João IV, que, segundo tradição recolhida por D. António Caetano de Sousa, na sua *Historia Genealógica da Casa Real*, teria escrito ou ditado aqueles papeis.

«Nada, porém, de seguro confirma tal hipótese, segundo a qual, à semelhança de Luís XIII, no tempo da *Gazeta* de Renaudot, de Luís XVIII e do Czar Pedro o Grande, que fêz parte, ao que se diz, da redacção do mais antigo jornal russo, o fundador da dinastia de Bragança teria sido o tronco ilustre da numerosíssima família jornalística que tão prolificamente se tem multiplicado entre nós.

«Inocêncio Francisco da Silva, não só rejeitou esta lenda, como justificou mesmo a sua opinião contrária a que o govêrno daquele tempo houvesse influido directamente na publicação das gazetas, ou de que estas tivessem carácter oficial [1].

«Outros, com Fr. Fortunato de S. Boaventura, julgam que o primeiro, ou um dos primeiros redactores da *Gazeta* foi o cronista-mor Fr. Francisco Brandão, pelo menos desde Julho de 1645, não parecendo aceitável a opinião constante dum manuscrito de Agostinho José da Costa de Macedo, que atribuia ao P.e António Vieira o imputar aquela honra a um jesuita, o padre Pedro Soares [2].

«Inocêncio, aludindo ao documento achado pelo Visconde de Juromenha, que concede o privilégio da publicação das *Gazetas* a Manuel de Galhegos, pregunta: «Seria êle, pois, o que por êste tempo as escrevia?»

«Esse privilégio foi conferido por Alvará de 4 de Novembro de 1641, e Juromenha, referindo-se a êsse diploma e a Manuel de Galhegos, não diz que êste fôsse *redactor* da *Gazeta*, mas seu primeiro *proprietário*, e o que é facto é que o Alvará de privilégio restringe êste à faculdade de êle, Galhegos, ou «a pessoa que para isso nomear», *imprimir e vender* as «*Gazetas das novas deste Reyno*».Não fala em as redigir ou escrever, pelo que me não parece que o Alvará, só de per si, ofereça base segura para a dedução, feita embora muito cautelosamente, como era seu costume, pelo eruditíssimo escritor dr. Sousa Viterbo, em um breve estudo àcerca de *O primeiro jornal português*, inserto, há anos, no *Jornal da Manhã*, do Pôrto.

«Ali, aquele ilustre jornalista e investigador, em vista de dois privilégios publicados pelo dr. Venâncio Deslandes nos seus *Documentos para a historia da typographia portugueza nos seculos XVI e XVII*, aventa a opinião de que a Manuel de Galhegos competiria publicar as notícias do reino e a João Franco Barreto, como conhecedor da língua francesa, a tradução das *Relações* e *Gazetas* de França. É, porém, o dr. Sousa Viterbo o próprio que não oculta o que há de falível nestas conjecturas.

«Inocêncio, sentindo-se também sem fio seguro neste complicado labirinto, e referindo-se à hipótese também registada por Figanieri de haver sido Fr. Francisco Brandão redactor da *Gazeta*, diz que conviria ver a segunda parte da *Alcobaça Ilustrada*, em manuscrito, o que lhe não foi possível fazer, declarando ignorar se ela existia entré os outros códices da livraria de Alcobaça, recolhidos na Biblioteca de Lisboa.

«Levado pelo empenho de apurar êste ponto, quem escreve estas linhas procurou e teve ensejo de compulsar êsse volumoso códice, que efectivamente existe naquela biblioteca, e a pág. 848 encontrou a nota de que «*por decreto deste mesmo principe* (D. João IV) *escreveu* (Fr. Francisco Brandão) *as Gazetas que se imprimirão no tempo das guerras.*»

«Fr. Manuel dos Santos, que escreveu esta lembrança, não deixou aos pósteros fama de infalível; e Fr. Fortunato de S. Boaventura (*Memória* inserta nas *Memórias da Academia*, t. X, parte 1.ª, pág. 16) ao atribuir a Fr. Francisco Brandão a glória de ter sido «porventura» «*o primeiro que as escreveu* (as gazetas) *n'estes Reinos*», vai, à cautela, declarando que êsse serviço prestado por aquele cronista ao seu rei e à sua pátria «*descança meramente na authoridade do chronista-mor Fr. Manuel dos Santos, que viu, e tratou grande numero de monges coetaneos de Fr. Francisco Brandão.*» Acrescenta contudo que «nenhum motivo há para rejeitarmos ou considerarmos por fabuloso.»

«Fr. Fortunato, comparando, além disso, o estilo da 5.ª e 6.ª partes da *Monarchia Lusitana*, de Brandão, com o da *Gazeta* de Julho de 1645, em que se trata da liberdade de consciência para os católicos irlandeses, entende não ser temeridade assinar-lhes por autor aquele cronista.

«O que se apura, porém, de tudo isto é que, depois de ponderadas as opiniões dos investigadores, ao leitor curioso cabe o direito de continuar a repetir a pregunta acima formulada: — quem foi o primeiro redactor da primeira gazeta portuguesa, o primeiro *diarista*, como se dizia dantes, ou o primeiro jornalista, como se diz agora?»

* * *

Iguais dúvidas se não oferecem relativamente ao primeiro redactor do segundo periódico, digno dêste nome, publicado em Portugal no século XVII — o *Mercurio Porguez com as novas da guerra entre Portugal e Castella*, que principiou em Janeiro de 1663 e era impresso em Lisboa. Foi o insigne portuense António de Sousa de Macedo, erudito polígrafo, e também poeta de nome, autor do poema heróico *Ulyssipo*.

O primeiro *Mercurio* abre com estas linhas que definem o carácter e fins do periódico [1]:

«Saber os successos de outros Reynos e Provincias, não hé só curiosidade, mas necessidade aos Politicos, porque de mais do que se aprende pelos exemplos (que sendo do mesmo tempo, são melhores Mestres) o estado em que se achão os outros, principalmente se são vesinhos, ou interessados, hé medida por que se regulão, e encaminhão os meios da conservação, e utilidade propria.»

Ao findar a série dos seus *Mercurios*, em Dezembro de 1666, escrevia Sousa de Macedo:

«Com este numero tem o *Mercurio* referido em cada mez de quatro anos proximos passados tudo o que chega á sua noticia

---

(1) Como se conciliaria efectivamente êste carácter oficial com as disposições cominatórias dos Decretos de 19 de Agosto de 1642 e 2 de Novembro de 1643, citados por João Pedro Ribeiro, contra a «pouca verdade» de muitas gazetas e o «estilo de tôdas»?

Num artigo, que passa por ser de Cunha Rivara, inserto no *Panorama*, T. II, p. 133, depois de se notar que as *gazetas* eram, como outros quaisquer impressos, sujeitas às censuras e licenças do costume, acrescenta-se que «nada indica que fossem verdadeiramente *officiaes*.»

(2) Inocencio, a pág. 130 do T. III do seu *Diccionario Bibliographico*, rebate a opinião do colector do *Catálogo* da Academia, Costa de Macedo, sustentando que o P.e António Vieira, ao aludir, numa carta inserta a pág. 346 do tomo II da antiga edição das *Cartas*, às *Gazetas* do P.e Pedro Soares, queria referir-se a outras muito posteriores à primeira, e que em 1686, data da carta, seriam recentes.

(1) Dêste artigo de introdução infere-se que não havia então nenhum periódico em Portugal.

SERMOENS
DO
P. ANTONIO VIEIRA,
DA COMPANHIA DE IESU,
Prégador de Sua Alteza.
PRIMEYRA PARTE.
DEDICADA
AO PRINCIPE, N. S.

EM LISBOA.
NA Officina de IOAM DA COSTA.

M. DC. LXXIX
Com todas as licenças, & Privilegio Real.

CARTAS
DO
P. ANTONIO VIEYRA
da Companhia de JESU
TOMO PRIMEIRO.
OFFERECIDO
AO EMINENTISSIMO SENHOR
NUNO DA CUNHA
E ATTAYDE
Presbytero Cardeal da Santa Igreja de Roma do Titulo de Santa Anastasia, do Conselho de Estado, Guerra, e Despacho de Sua Magestade, Inquisidor Geral nestes Reynos, e Senhorios de Portugal.

LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina da Congregaçaõ do Oratorio.

M.DCC XXXV.
Com todas as licenças necessarias.

ROSTOS DA PRIMEIRA EDIÇÃO dos *Sermões* e das *Cartas* do padre António Vieira

dos principaes successos que nelles vio este Reyno. O estylo foi simples e corrente ajustando-se sempre com a maior certeza que pode alcançar sem affectar locuções altas que desdissessem da sinceridade de huma pura narraçam.

«Conseguio o intento que o incitou a escrever, que foi tapar a boca aos Castelhanos que vendo-nos mudos imprimirão licenciosamente relaçoens fantasticas do que desejavam fiados em que os Estrangeiros lhes davão credito, parecendo-lhes que em calarmos consentiamos, e depois que *Mercurio* escreveo nam se atreveram a proseguir.»

A *Gazeta* iniciada em 1641 e o *Mercurio Portuguez* (1) foram as principais, senão as únicas publicações periódicas portuguesas setecentistas.

Inocêncio (*Diccion. Bibl. Portu.*, t. 3.°, p. 139) nota que, findos os *Mercurios*, não aparece notícia de mais publicações daquele género até o ano de 1715, em que começaram as gazetas de José Freire Monterroyo Mascarenhas. Corrigiu, porém, esta informação, a pág. 420 do tomo 9.°, ao dar notícia de duas *Gazetas* impressas em 1704.

* * *

Chegado ao termo dêste longo e fastidioso estudo, e verificando-se que todos são concordes em reconhecer nas *Gazetas* iniciadas em 1641, e dentro dos limites das restritas possibilidades daquela época, os requisitos essenciais característicos da imprensa periódica, entendemos que, se se tornar a pensar — e justo é que a seu tempo se pense — na comemoração do tricentenário do primeiro periódico português, acertadamente se procederá fazendo a conta dos 300 anos a partir, ou de Novembro de 1641, mês a que a primeira *Gazeta* diz respeito, ou de Dezembro seguinte, em que provàvelmente foi publicada, visto que antes de 5 dêste último mês — dia em que foi taxada para venda — não lhe era lícito aparecer em público.

Sentimos deveras não poder formular conclusões que façam remontar muito além do ano indicado o início do periodismo em Portugal. Assim daríamos satisfação aos que se comprazeriam em celebrar, mais do que o tricentenário, o milénio dêsse facto.

Lamentamos sinceramente não ter podido, para aumento das nossas glórias literárias, tornar o primeiro jor-

(1) «O *Mercurio* (lê-se no *Panorama*, T. II, p. 102) redigido por um homem tão habil, por um politico tão consumado, como era o auctor da *Lusitania Liberata*, teve grande voga; mas parece não escapou ao fado de todos os diarios politicos. O P.e Vieira o taxava de pouco veridico, e, o que mais é, de impolitico e de mal escripto. Se aqui andavam odios de côrte não o diremos nós, ainda que nol-o possa fazer crer o screm estes dois grandes escriptores de bandos contrarios na questão entre D. Affonso 6.° e o usurpador seu irmão.» Porque é bom não esquecer que Sousa de Macedo, notável diplomata e estadista, foi elevado a ministro e secretário de Estado pelo infeliz irmão de D. Pedro II, havendo, no tempo dêste monarca, seguido a má sorte dos que mais se haviam dedicado à causa do seu predecessor no trono.

nal português coevo, por exemplo, das *acta diurna*, de que Suetonio diz que foi instituïdor Júlio César ; ou das *diurna populi romani*, a que Tácito alude nos *Anais* «*per provincias, per exercitus, curatius leguntur*» ; ou das de que fala Juvenal, ao descrever as ocupações e passatempos diários da mulher abastada na Roma do seu tempo, entre os quais figurava o de lêr o seu jornal «*longi relegit transversa diurni.*»

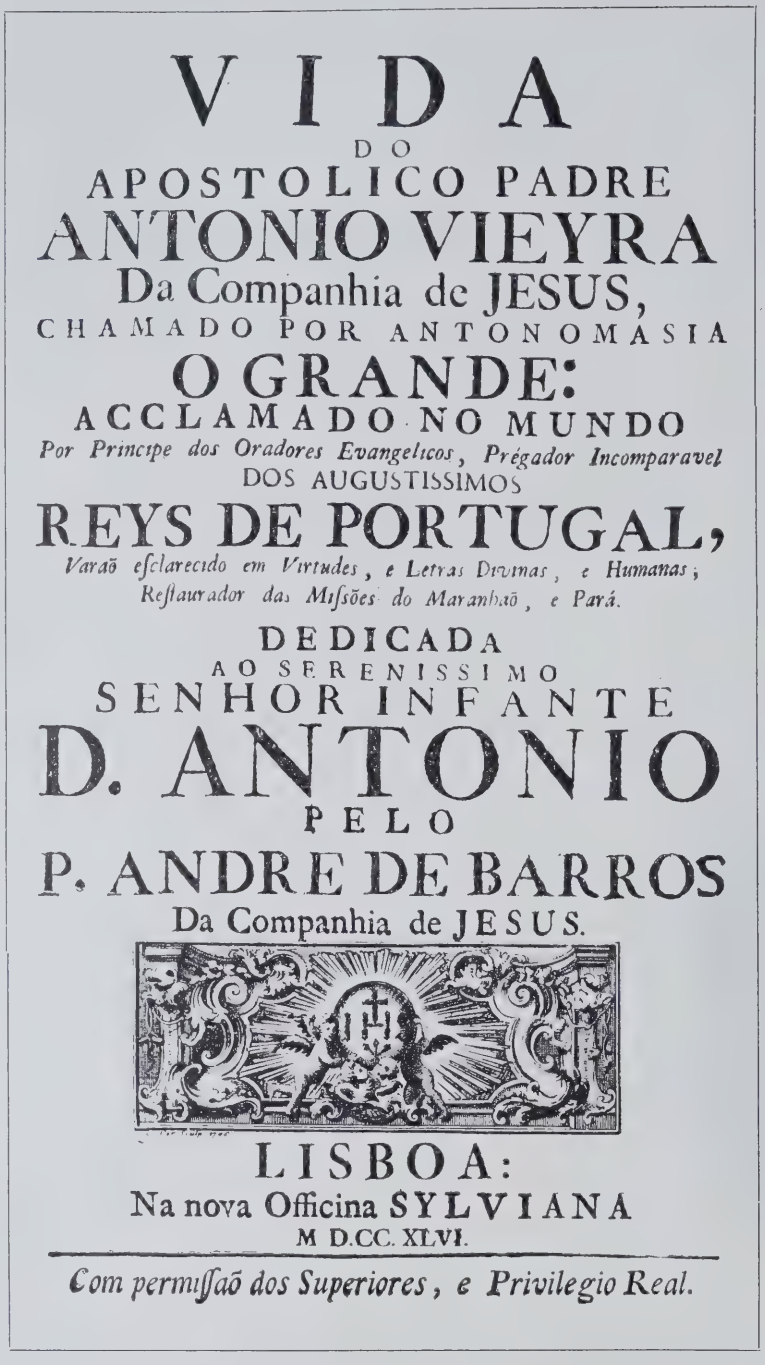
Penaliza-nos profundamente, porque idealizámos, com Sousa Viterbo, numa das suas divagações pelas remotas eras da história, que «prodígio não realizaria a reportagem, se em vez dos casos de polícia e das intrigas da política, tivesse (o jornal) de narrar as aventuras maravilhosas dos nossos navegadores, as proezas heróicas dos fronteiros de Arzila e Mazagão, dos soldados heróicos de Diu!»

«Quantas páginas comoventes não daria a primeira entrevista de um jornalista com Vasco da Gama, ao voltar da Índia, ou com o Duque de Bragança, ao regressar vitorioso da tomada de Azamor!»

Deploramos vivamente não ter encontrado jornais em que houvessem colaborado vigorosos evocadores dos episódios da história pátria, como Fernão Lopes ; romancistas imaginosos como Vasco de Lobeira ; novelistas sentimentais, como Bernardim Ribeiro ; graciosos e mordazes críticos de costumes como Gil Vicente ; comentadores filósofos como Sá de Miranda ; cronistas versejadores como Garcia de Rèzende, ou gazetilheiros espirituosos e satíricos como alguns dos poetas do seu *Cancioneiro* — os dos *Porquês* e dos *Arrenegos* ; repórteres de viagens como Fernão Mendes Pinto ; fazedores de secções de *falar e escrever*, como poderiam ter sido os gramáticos Fernão de Oliveira ou João de Barros. E ficaríamos encantado, se acaso se nos deparasse uma revista de jurisprudência, que João das Regras tivesse dirigido ; ou de medicina, sob os auspícios de um Pedro Julião ; ou de ciências matemáticas, tendo um Pedro Nunes a orientá-la ; ou de literatura—uma ilustração talvez, para que dessem desenhos os iluminadores da época — com um Camões à frente da sua redacção, rodeado, como colaboradores, dessa pleiade de quinhentistas seus contemporâneos que em prosa e verso se tornaram célebres.

Porque a todos êsses vultos das ciências ou das letras só o que faltou para terem sido insignes e gloriosos jornalistas, foi... o haver jornais no seu tempo e na sua pátria, e o terem vivido depois da imprensa periódica invadir o mundo civilizado.

Confrange-nos, finalmente, ter de sacrificar os desejos de aumentar o cabedal das nossas glórias ao dever de procurar a verdade, e de, tendo-a achado, e dela estando convencido, a justificar e proclamar, adeqüando ao caso o dito referido a Platão : — *Amica patria, sed magis amica veritas...*



VIDA
DO
APOSTOLICO PADRE
ANTONIO VIEYRA
Da Companhia de JESUS,
CHAMADO POR ANTONOMASIA
O GRANDE:
ACCLAMADO NO MUNDO
Por Principe dos Oradores Evangelicos, Prégador Incomparavel
DOS AUGUSTISSIMOS
REYS DE PORTUGAL,
Varão eſclarecido em Virtudes, e Letras Divinas, e Humanas;
Reſtaurador das Miſsões do Maranhão, e Pará.
DEDICADA
AO SERENISSIMO
SENHOR INFANTE
D. ANTONIO
PELO
P. ANDRE DE BARROS
Da Companhia de JESUS.
LISBOA:
Na nova Officina SYLVIANA
M D.CC. XLVI.
Com permiſsão dos Superiores, e Privilegio Real.

A VIDA do *Padre António Vieira*, composta pelo seu fiel e devotado panegirista o padre André de Barros

EPISTOLOGRAFIA

D. Francisco Manuel de Melo, P.e António Vieira, Fr. António das Chagas e Sóror Mariana Alcoforado

BIBLIOGRAFIA — D. FRANCISCO MANUEL DE MELO — *Primeira parte das Cartas familiares escritas a várias pessoas sôbre assuntos diversos. Recolhidas, e publicadas em Cinco Centúrias. Por António Luiz de Azevedo...* Roma. 1664 ; Lisboa, 1752. — *Cartas de D. Francisco Manuel de Mello, escritas a António Luiz de Azevedo. Publicadas com introducção e notas por Edgar Prestage.* Lisboa, 1911.

Livro importante, por lapso omitido na bibliografia de págs. 154 e 155, é o do ilustre erudito dr. José Tavares, *O Poeta Melodino*, Pôrto, 1921. Também no vol. X da *Revista de História*, a págs. 154-155, se publica a certidão de óbito de D. Francisco Manuel. Por ela se vê que que êle faleceu a 24 de Agosto de 1666 e não a 13 de Outubro do mesmo ano.

— *Carta de Guia de Casados.* (V. pág. 154).

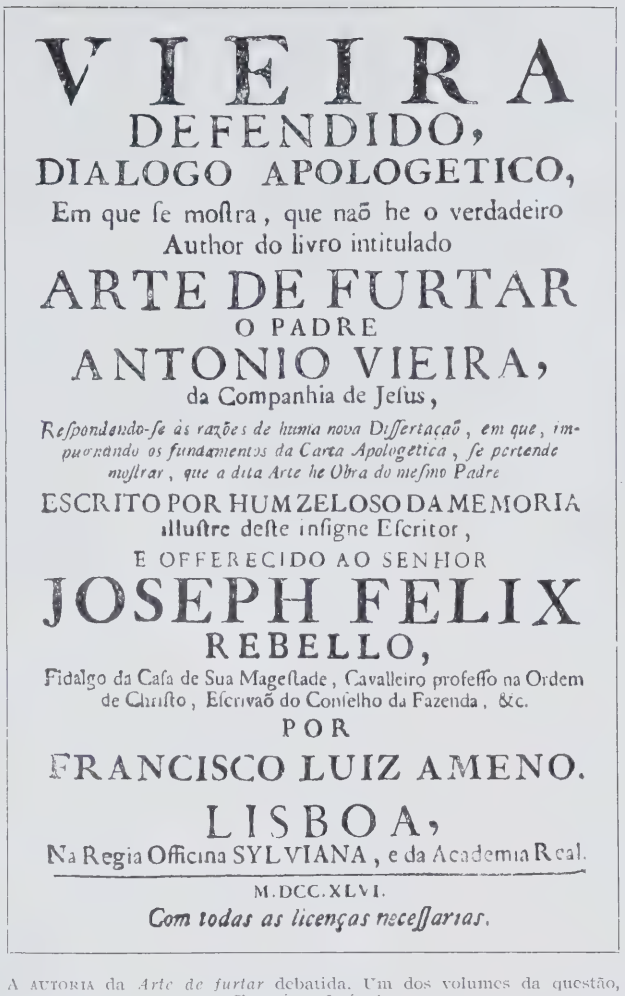
PADRE ANTÓNIO VIEIRA — *Cartas* (V. pág. 194); *Cartas do Padre António Vieira, coordenadas e anotadas por J. Lucio d'Azevedo.* Tomo I. Coimbra, 1925; 2.ª; Coimbra, 1926; 3.º: Coimbra, 1928.

FR. ANTÓNIO DAS CHAGAS — *Viva Jesus. Cartas espirituaes do Veneravel Padre Fr. Antonio das Chagas, com svas notas observadas por hum Amigo.* Lisboa, ret., 1684. 2.ª parte. Lisboa, 1687; 2.ª edição, Lisboa, 1701; 3.ª ed. Lisboa, 1736; 4.ª ed. Lisboa, 1762.

— *Carta do veneravel padre Fr. Antonio das Chagas escripta a hum amigo seu, depois de ser religioso.* Lisboa Ocidental, 1738. (Atribuida também ao Cardial D. José Pereira de Lacerda).

Sôbre o P.e António das Chagas veja-se Manuel Godinho — *Vida, virtudes e morte com opinião de santidade do Veneravel Padre Fr. Antonio das Chagas,* etc. Lisboa, 1687; 2.ª ed. 1728; 3.ª Lisboa, 1762; e os *Estudos biográficos* de Cassaes. Veja-se também sôbre Fr. António das Chagas poeta os artigos de Teófilo Braga na *Revista Contemporanea,* vol. V. (1864-65) com o título *Poesia mystica portugueza.*

SOROR MARIANA ALCOFORADO — *Lettres portugaises traduites en françois.* A Paris, chez Claude Barbin, 1669. É a 1.ª edição. Em Português as Cartas de Soror Mariana saíram pela 1.ª vez em 1819, nas obras completas de Filinto Elísio, tomo X. Paris. A tradução de Filinto saiu em Lisboa em 1896 e em Coimbra no mesmo ano. Saíram ainda em diversas traduções (Morgado de Mateus, António Pedro Lopes de Mendonça, Domingos José Enes, Luciano Cordeiro, Manuel Ribeiro, Joaquim Gomes e Jaime Cortesão) em 1852, 1872, 1888, 1902, 1913, 1914, 1918 e 1920, além de em outros anos edições diversas destas traduções. Sôbre Soror Mariana veja-se o vol. da *Colecção Patrícia: Sóror Mariana,* a obra de Luciano Cordeiro, *Sóror Mariana a freira portuguesa.* Lisboa, (188) e 1890 e os estudos de Asdrúbal de Aguiar, *Masochismo psychico de Soror Mariana Alcoforado,* Lisboa, 1922, e *Soror Mariana, estudo sobre a Religiosa portuguesa.* Lisboa, 1924. Veja-se ainda Fidelino de Figueiredo, *Mariana Alcoforado,* Coimbra, 1920, e José dos Santos, *Descrição bibliográfica das edições das Cartas de Amor de Soror Mariana Alcoorado...* Lisboa.



VIEIRA
DEFENDIDO,
DIALOGO APOLOGETICO,
Em que ſe moſtra, que naõ he o verdadeiro
Author do livro intitulado
ARTE DE FURTAR
O PADRE
ANTONIO VIEIRA,
da Companhia de Jeſus,
Reſpondendo-ſe às razões de huma nova Diſſertaçaõ, em que, impugnando os fundamentos da Carta Apologetica, ſe pertende moſtrar, que a dita Arte he Obra do meſmo Padre
ESCRITO POR HUM ZELOSO DA MEMORIA
illuſtre deſte inſigne Eſcritor,
E OFFERECIDO AO SENHOR
JOSEPH FELIX
REBELLO,
Fidalgo da Caſa de Sua Mageſtade, Cavalleiro profeſſo na Ordem de Chriſto, Eſcrivaõ do Conſelho da Fazenda, &c.
POR
FRANCISCO LUIZ AMENO.
LISBOA,
Na Regia Officina SYLVIANA, e da Academia Real.
M.DCC.XLVI.
Com todas as licenças neceſſarias.

A AUTORIA da *Arte de furtar* debatida. Um dos volumes da questão, por Francisco Luís Ameno

A epistolografia do século XVII é especialmente importante já pelos vultos que a cultivaram, já como documento biográfico e literário. D. Francisco Manuel de Melo conta nelas a sua vida, António Vieira faz política, Fr. António das Chagas mística e Soror Mariana frases de amor. Quatro individualidades em quatro diferentes maneiras epistolares.

*

D. Francisco Manuel de Melo, na frase justa e apropriada de um dos seus biógrafos, teve duas celebridades: a do talento e a da desgraça. A primeira está exuberante e primorosamente documentada nas famosas obras que deixou, escritas em português e castelhano, entre as quais se salientam, num admirável relêvo literário, a «*Historia de los movimientos y separacion de Cataluña, y de la guerra entre la magestad catholica de Don Filipe el cuarto, rey de Castilla y la deputacion de aquel principado*», a «*Carta de guia de Casados*», os «*Apologos Dialogaes*» e as «*Cartas Familiares*».

A segunda celebridade, a da desgraça, comprova-se e acompanha-se com comovida tristeza e simpatia ao percorrer a marcha tão agitada da sua vida, ora entrecortada de passos gloriosos e bafejada pela fortuna, ora passada nas amargas humilhações e durezas da prisão e do cativeiro.

Sendo nosso propósito tratar sòmente aqui, no limitado espaço de que nos é lícito dispôr neste fascículo, do valor de D. Francisco Manuel de Melo como epistológrafo, trataremos, pois, especialmente, em sucinta e breve notícia, das suas cartas, em cujo género literário a sua pena fulgurante, o seu estilo tão primoroso e rico de modalidades colocam a sua figura eminente de insigne soldado, de diplomata, de filósofo e de escritor num plano de inconfundível e superior relêvo.

JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO, o sábio historiador do Padre António Vieira. Além da *História do Padre António Vieira,* publicada em 1918, trabalho exaustivo sôbre o grande polígrafo seiscentista, João Lúcio de Azevedo tem sôbre o assunto publicado outros trabalhos parcelares de grande valor

As suas *Cartas Familiares,* as suas *Cartas a Azevedo,* são, além de primorosos e inimitáveis modelos de linguagem, as mais copiosas fontes de informação para se poderem seguir não só os lanços mais notórios da sua vida, como também as fases do estado do seu espírito, sobretudo durante o período de quási vinte anos que passou no cárcere e no destêrro: — na tôrre de Belém, na do Bugio, na prisão do Castelo de S. Jorge e finalmente no seu destêrro no Brasil, Baía, para onde foi nos fins do ano de 1653 e de onde voltou desalentado e combalido em 1659.

LUZ, E CALOR.
OBRA ESPIRITUAL
Para os que tratão do exercicio de virtudes, & caminho de perfeyção,
DIVIDIDA EM DUAS PARTES.
Na Primeyra se procura communicar ao entendimento LUZ de muytas verdades importantes, por meyo de Doutrinas, Sentenças, Industrias, & Dictames espirituaes.
Na Segunda se procura communicar à vontade CALOR do Amor de Deos, por meyo de Exhortações, Exemplos, Meditações, Colloquios, & Jaculatorias.
ESCRITA
Pelo P. MANOEL BERNARDEZ
Da Congregação do Oratorio,
Que dedica, & offerece
A SOBERANA, E CLEMENTISSIMA SENHORA DE TODAS AS CREATURAS
MARIA
Sacratissima concebida em resplendores de Graça, & incendios de Amor Divino no primeyro instante de seu ser.
LISBOA,
Na Officina de MIGUEL DESLANDES,
Impressor de Sua Magestade.
Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.
Anno M. DC. XCVI.

NOVA
FLORESTA,
OU
SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS sentenciosos espirituaes, & moraes;
COM REFLEXOENS,
Em que o util da doutrina se acompanha com o vario da erudição assim divina como humana:
offerecida, & dedicada
A SOBERANA MÃE DA DIVINA GRAÇA
MARIA
Santissima Senhora Nossa
PELO PADRE MANOEL BERNARDEZ DA Congregaçaõ do Oratorio de Lisboa.
PRIMEYRO TOMO.
DE
LISBOA.
Na Officina de VALENTIM DA COSTA DESLANDES, Impressor de S. Magestade. *Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.* Anno M. DCC. VI.

Luz e Calor e *Nova Floresta*, uma das mais lidas e a mais importante obra do Padre Manuel Bernardes. A *Nova Floresta* é livro que ainda hoje se lê com agrado e se aprende lendo-o

No prefácio e na carta que D. Francisco Manuel dirige aos leitores das suas cartas diz êle:

«Cinco centurias de cartas minhas se vos offerecem neste livro: as cuaes forão escritas cõ sangue, enxutas com lagrimas, dobradas com singeleza, selladas pella desgraça, leuadas pella mofina —. Só se deleitará de as ler a Fortuna, que as fez ditar: como quem nellas está vendo o dibuxo das façanhas da sua sem razão. Em os Assuntos ha pouca variedade porque sempre o humor da Sorte, estava fixo na melancolia.

.....

Suprirá a riqueza do numero, a desualia da calidade. Não vos maravilhe a promessa, sendo facil de cumprir; despoes de haver ajustado que só nos primeiros annos da minha prizão, escreui vinte e duas mil, e seis centas cartas. E que será hoje sendo doze os de prezo, seis os de desterrado, e muitos os de desditozo?»

A maior parte do tempo da sua prisão foi passada na Tôrre de Belém, para onde foi, supõe o sr. Edgar Prestage, a cujas autorizadas informações nos reportamos, ou nos fins do anos de 1664, ou em Janeiro de 1645, data a partir da qual são escritas várias cartas dirigidas a parentes e amigos, umas pedindo auxílio para a sua desgraçada situação, outras de carácter meramente literário.

Além do seu belo estilo e do encanto do seu sabor literário, tão cheio de graciosa ironia e de resignada conformidade, essas cartas são, ao mesmo tempo, expressivos documentos que nos retratam o estado de espírito de D. Francisco Manuel, tão fidalgo e tão distinto, ainda mesmo na desventura e no seu tão comovente infortúnio.

Da sua pena, que foi das melhores entre os líricos e os escritores do século XVII, a-pesar dos afrontamentos e das perseguições e ódios de que foi vítima, não saem senão palavras de nobre tranqüilidade e de serena moderação que em tão belo relêvo colocam a sua fidalga e galharda individualidade. Nas duras horas de cárcere o seu absorvente e fecundo labor literário constituia a sua melhor distracção e aprazível recreio; vinham, porém, a seguir momentos de desânimo que o obrigavam a escrever as seguintes desalentadas e entretecidas frases: «os mais destes papeis são escritos com suma infelicidade; prisão, desordem, pouco gosto, espirito ocupado de dores; quanto em fim que faz desvairar as melhores penas».

Noutro passo de uma carta dirigida a Frei Francisco de Gouveia: «Basta que se saiba que sobre ferro ou delles, hey padecido tantos naufragios como o mais aventurado navio dentro do golfo».

As *Cartas a Azevedo*, em número de 33, são dirigidas ao seu amigo António Luís de Azevedo, oficial da secretaria das Mercês e professor de humanidades, em cujos

bons serviços esperava achar «a taboa que me salve deste naufrágio (1).

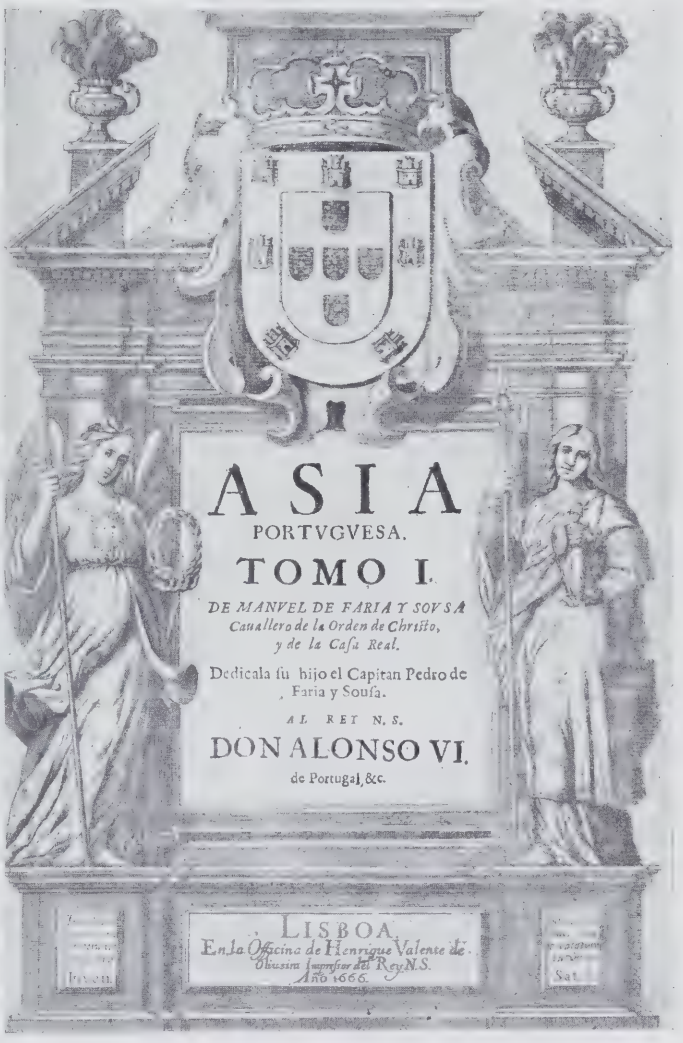
Foi êste seu desvelado amigo, activo e diligente colaborador, quem se incumbiu da tarefa de publicar a primeira parte das *Cartas Familiares*, que saíram em Roma no ano de 1664, precedidas de um prólogo e de uma dedicatória à Academia dos Generosos.

As cartas são divididas, como o seu autor declara, em cinco centúrias, que decorrem desde 1645 a 1650, ano em que D. Francisco de Melo escreveu também essa obra prima de vernácula e elegante linguagem e de profunda análise e observação que é a *Carta de guia de Casados*.

São ainda dignas de menção no estilo epistolar que D. Francisco Manuel com tanto brilho cultivou, as cartas escritas durante as viagens diplomáticas de 1663-1665, publicadas, com outros interessantes documentos que muito elucidam e completam a sua biografia, na erudita obra do sr. Edgar Prestage, uma das mais valiosas contribuições para o estudo da personalidade e da obra do insigne escritor que encheu de vivo fulgor as letras portugueses no século XVII.

*

A seguir vem como epistológrafo o Padre António Vieira. Nas suas cartas o singular orador não é o retorcido e complicado estilista dos seus sermões. Há nestes tanto artifício como naquelas simplicidade. É por isso que Camilo afirmava que as *Cartas* «representam o genuino talento do grande escriptor, e são exemplares de classica litteratura.» Mas são mais do que isso : Podem apontar-se como um curso de diplomacia tanto lustre elas mostram na argúcia, nas traças e engenhos do que foi de si político notável, tendo tanto de lábia como de sagacidade. É que no Padre António Vieira a sua feição epistolar é ainda de memorar-se, porquanto a colecção publicada das suas cartas, encerra muito de subsidiário valioso para a história do seu tempo ainda não conhecida em todos os seus pormenores. «Loquaz por condição, e até à extrema velhice atento ao mundo exterior e interessado na política, não houve caso, dos que podiam interessar a opinião do seu tempo, sôbre que a êste ou àquele não comunicasse o seu parecer. Aos noventa anos, valetudinário, cego e quási surdo, dita ainda cartas onde o inquieta a morte iminente de Carlos II de Espanha e dá arbítrios sôbre a situação económica do Brasil», diz-nos no prefácio da sua edição magnífica o eminente trabalhador e sábio esclarecedor de Vieira, sr. João Lúcio de Azevedo. A êste infatigável erudito se deve possuir hoje a nossa literatura uma edição de cartas, completas quanto possível, elucidadas quanto aos seus destinatários e esclarecidas quanto aos assuntos de que tratam. São conhecidos os originais de 344 e entre os destinatários há pessoas das mais diferentes, de estirpes as mais diversas. António Vieira fazia ouvir o seu parecer, ou dirigia as suas solicitações a testas coroadas como D. João IV, à raínha D. Luísa, ao rei D. Afonso VI, ao Grão-Duque da Toscana, à raínha D. Catarina, à raínha D. Maria Sofia, ou a nobres, o Duque de Cadaval, os Condes da Castanheira e da Ericeira, aos Marqueses de Niza e de Gouveia, ou ainda a pobres jesuitas. A todos expõe, pede, tenta convencer ou aliciar com uma clareza de exposição, com uma cópia de argumentos e com um talento que só a sua pena adestrada podia dar. Por isso a sua colecção de cartas são modêlo epistolar e uma obra com que contarão os biógrafos do autor, os historiadores do seu tempo, e os políticos que queiram iluminar certas razões de Estado. Prosa magnífica, as *Cartas* são das mais perfeitas e valiosas obras que assinou o Padre António Vieira, príncipe do púlpito e mestre em epistolografia profunda e valiosa não excluidora de vivacidade e brilho literário.

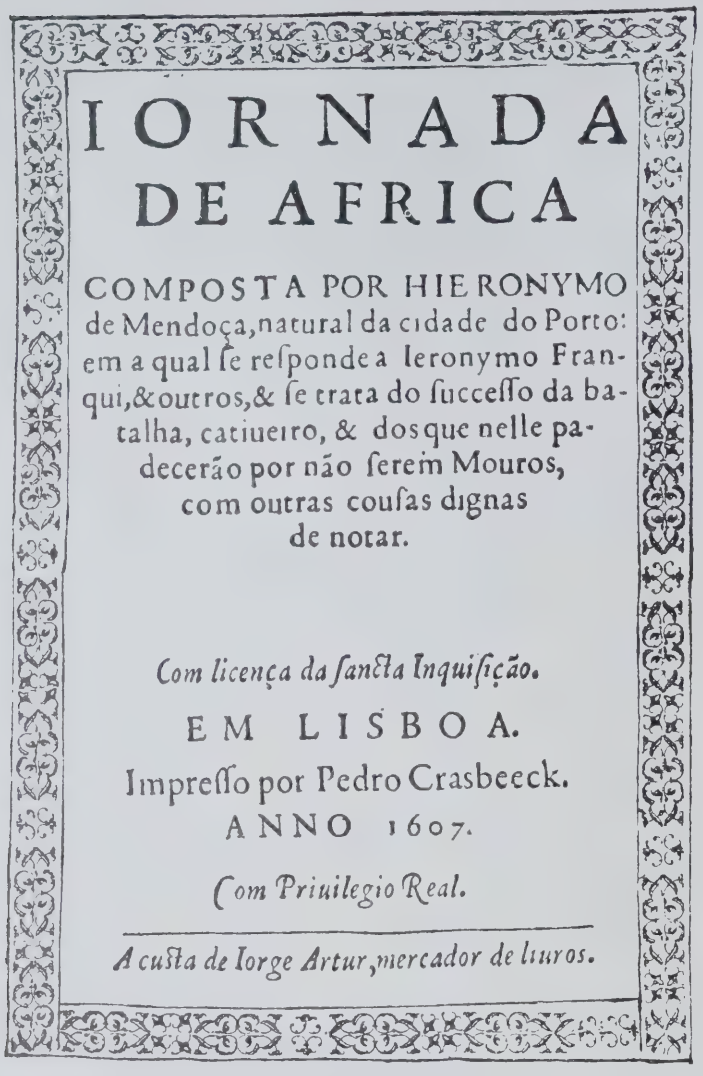


ROSTO DA PRIMEIRA EDIÇÃO da *Asia Portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa

*

As *Cartas* de Fr. António das Chagas são mais obra mística do que pròpriamente epistolar e pode ser classificada em mística quanto ao pensamento e em epistolar quanto à forma. Assim se classificará para não darmos as de D. Francisco Manuel à biografia e as de António Vieira à política. Fr. António das Chagas, chamado no século António da Fonseca Soares, foi capitão de cavalos. Diz-se que o ter morto um homem no Brasil o fizera trocar a farda pela quietação da vida monástica e as cutiladas pelas lides da pena. Professou em Évora, na regra de S. Francisco, tendo quási 32 anos de idade, a 19 de Maio de 1663. Foi missionário apostólico e instituidor do seminário do Varatojo «no convento que ahi fundara el rei D. Affonso V, e de que elle e os seus companheiros tomaram posse a 6 de Maio de 1680. Nasceu na vila da Vidigueira, no Alentejo, a 25 de Junho de 1631, e depois de regeitar a mitra de

(1) Edgar Prestage — D. Francisco Manuel de Melo.



IORNADA
DE AFRICA

COMPOSTA POR HIERONYMO de Mendoça, natural da cidade do Porto: em a qual ſe reſponde a Ieronymo Franqui, & outros, & ſe trata do ſucceſſo da batalha, catiueiro, & dos que nelle padecerão por não ſerem Mouros, com outras couſas dignas de notar.

Com licença da ſancta Inquiſição.

EM LISBOA.

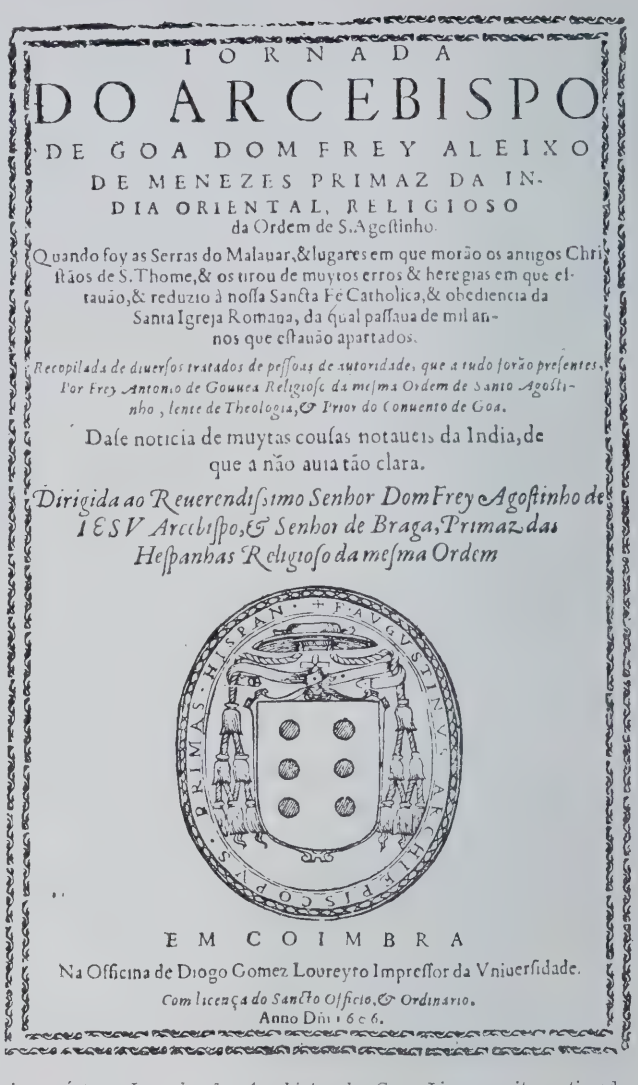
Impreſſo por Pedro Crasbeeck.

ANNO 1607.

Com Priuilegio Real.

A cuſta de Iorge Artur, mercador de liuros.

A *Jornada de África*, de Jerónimo de Mendonça, fonte de historiadores sôbre D. Sebastião e Alcacer-Kibir



IORNADA
DO ARCEBISPO
DE GOA DOM FREY ALEIXO
DE MENEZES PRIMAZ DA INDIA ORIENTAL, RELIGIOSO
da Ordem de S. Agoſtinho.

Quando foy as Serras do Malauar, & lugares em que morão os antigos Chriſtãos de S. Thome, & os tirou de muytos erros & heregias em que eſtauão, & reduzio à noſſa Sancta Fe Catholica, & obediencia da Santa Igreja Romana, da qual paſſaua de mil annos que eſtauão apartados.

Recopilada de diuerſos tratados de peſſoas de autoridade, que a tudo forão preſentes. Por Frey Antonio de Gouuea Religioſo da meſma Ordem de Santo Agoſtinho, lente de Theologia, & Prior do Conuento de Goa.

Daſe noticia de muytas couſas notaueis da India, de que a não auia tão clara.

Dirigida ao Reuerendiſsimo Senhor Dom Frey Agoſtinho de IESV Arcebiſpo, & Senhor de Braga, Primaz das Heſpanhas Religioſo da meſma Ordem

EM COIMBRA

Na Officina de Diogo Gomez Loureyro Impreſſor da Vniuerſidade.

Com licença do Sancto Officio, & Ordinario.

Anno Dñi 1606.

A RARÍSSIMA *Jornada do Arcebispo de Goa*. Livro muito estimado e apreciado pelas muitas notícias que encerra

Lamego, que lhe fora offerecida, morreu com fama de grande sanctidade no referido seminario do Varatojo a 20 de Outubro de 1682, com pouco mais de 51 annos». Camilo diz que os seus livros «offerecem boa recompensa a quem os ler, e parecem escriptos no periodo anterior por modelos primorosos.» Cândido Lusitano, que o desconfiado e irrudível Inocêncio com desvanecimento cita, é de opinião que êle fôsse «escriptor... dos que melhor penetraram os mysterios da lingua portugueza. Em todas as suas obras se vêem provas de que usava d'ella com propriedade, como quem tinha medido a sua vastidão. Nas *Cartas Espirituaes* acham-lhe os criticos mais cultura e pureza do que nos outros livros, especialmente no uso de termos e phrases familiares, se bem que muitas as inventou, ou tirou do castelhano, sem as achar defendidas com exemplos de escriptores de classica auctoridade. Se o seu estylo não fôra tão florido, inconstante, e muitas vezes poetico, teria talvez facilitado, ainda aos rigoristas, o darem-lhe logar mais distincto entre os primeiros mestres da nossa linguagem... O certo é que não haverá palavra expressiva, ou modo de falar legitimamente portuguez, que se não encontre n'este auctor, especialmente nas obras em que usou do estylo temperado, ou simples.»

SÓROR MARIANA ALCOFORADO. — Sóror Mariana, mais conhecida na literatura universal pela Freira Portuguesa, nasceu em Beja, sabendo-se que foi baptizada em 22 de Abril de 1640 e que era filha de Francisco da Costa Alcoforado e de D. Leonor Mendes. Professou e viveu no Convento da Conceição, em Beja, onde morreu a 28 de Julho de 1723, com 60 e tantos anos de freira e 83 de idade. A sua notoriedade deveu-a a cinco cartas que escreveu ao capitão de cavalaria Noel Bouton, também conde de Chamilly-Saint Leger, nascido em 1636 e que morreu em 1715, marechal de França e mais glorioso pela auréola que lhe emprestara o amor da freira do que por seus feitos heroicos e guerreiros. As cartas saíram pela primeira vez em Paris, em 1669, traduzidas para francês. O original perdeu-se. Tal sensação produziram que no mesmo ano se reimprimiram, as edições sucederam-se, publicaram-se respostas, imitações, e a glória bafejou-as visto que elas e o nome da que passa por autora se tornaram imortais.

As cartas são ternas, inflamadas de amor, recriminativas ou resignadas, modêlo do seu género. Leem-se com interêsse e compreende-se que a curiosidade da multidão delas tomasse conta e as erguesse em apoteose admirativa. Rousseau e Alexandre Herculano e com êles Camilo Castelo Branco são concordes em que as cartas são da autoria não do amor da freira mas do génio literário de um homem. Seja como fôr, elas há séculos que, verdadeira ou supostamente, dão relêvo literário no estrangeiro à nossa literatura. E porque assim é recolhamos à nossa história literária essa obra gloriosa que corre míngua, se a desdenharmos, de não ter quem a recolha.

Sóror Mariana e o Cavalheiro de Chamilly na arte do nosso tempo

Diversas teem sido as interpretações dadas pelos artistas a essa doce figura da freira portuguesa, visto que nenhum retrato a posteridade conserva seu. E entre os muitos pintores que se comprazeram em imaginar a amorosa autora das cartas pode dar-se um lugar primacial a Alberto Sousa, pois estudou o local onde ela viveu e por vezes os seus pincéis a evocaram. As suas magníficas obras de arte que acompanham a edição de luxo de J. Rodrigues, publicada em 1925, merecem bem destacar-se na iconografia da freira. Chamily, simples capitão, subiu a marechal da França. Soror Mariana Alcoforado alcançou a imortalidade. A sua glória foi maior, pois que é devido às suas cartas que a memória conserva ainda o seu nome, menos como marechal do que como feliz amado de uma mulher que por êle tão bem soube dar forma ao seu amor.

SOROR MARIANA ALCOFORADO

NOËL BOVTON M.ez DE CHAMILLY.

SOROR MARIANNA E O CAVALHEIRO DE CHAMILLY NA ARTE DO NOSSO TEMPO

INTERPRETAÇÃO ICONOGRÁFICA DE ALBERTO SOUSA NA EDIÇÃO DAS «CARTAS DE AMOR» PUBLICADA EM 1925

OS MORALISTAS. CRÍTICA DE COSTUMES

BIBLIOGRAFIA—Francisco Rodrigues Lobo, D. Francisco Manuel de Melo, Padres António Vieira e Manuel Bernardes, veja-se, lugar da bibliografia individual.

MARTIM AFONSO DE MIRANDA — *Triumphos da salutifera cruz de Christo*. Lisboa, 1620; 2.ª parte. Lisboa, 1635. *Tempo de Agora em dialogos*. Parte 1.ª. Lisboa, 1622; 2.ª parte, Lisboa, 1624. 2.ª edição. Lisboa, 1785.

Declaração do padre nosso com suas meditações. Lisboa, 1624. *Discursos historicos de la vida y muerte de Don Antonio Zuniga*. Lisboa, 1618.

TOMÉ PINHEIRO DA VEIGA — *Fastigímia* (colecção dos mss. inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto) Pôrto.

DIOGO DE PAIVA DE ANDRADE — *Casamento perfeito*... Lisboa, 1630; 2.ª ed., Lisboa, 1726.

A crítica de costumes com vezo moralizador encontra-se disseminada na obra de quási todos os grandes prosadores do século XVII. Encontra-se na *Côrte na Aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo, na *Feira dos Anexins* e nos *Apólogos Dialogais*, de D. Francisco Manuel de Melo, na obra sermonária do Padre António Vieira, nas *Armas de Castidade* e na *Nova Floresta*, do Padre Manuel Bernardes, na *Arte de Furtar*, na *Fastigímia*, de Tomé Pinheiro da Veiga, e no *Tempo de Agora*, de Martim Afonso de Miranda. O casamento mereceu a Diogo de Paiva de Andrade o *Casamento perfeito*, logo segundado por D. Francisco Manuel com a *Carta de guia de casados*.

A *Côrte na Aldeia* já se refere às galas da Índia, ao luxo e à dissolução dos costumes do tempo em que nascera; os *Apólogos*, como a *Feira dos Anexins*, são recheados de comentários, ditos e imagens, alguns de um invulgar brilho de forma e de conceitos:

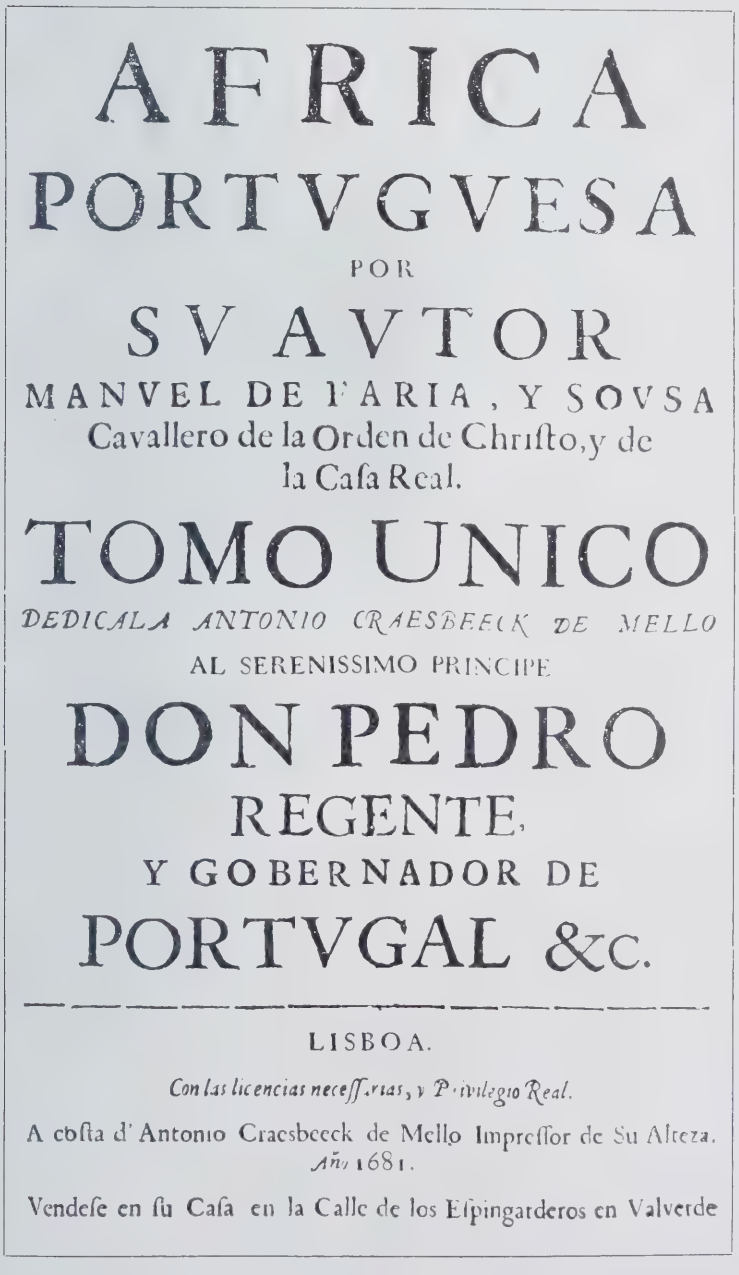
«que a imaginação era curral de concelho, onde por não ter portas todo o animal tinha entrada!»

.....

«... como se o não fazer nada mal feito pudesse supprir a obrigação dos que são obrigados a fazer cousas bem feitas.»

.....

«... o pouco dinheiro sempre foi mal ouvido...»



AFRICA
PORTVGVESA
POR
SV AVTOR
MANVEL DE FARIA, Y SOVSA
Cavallero de la Orden de Chriſto, y de
la Caſa Real.
TOMO UNICO
DEDICALA ANTONIO CRAESBEECK DE MELLO
AL SERENISSIMO PRINCIPE
DON PEDRO
REGENTE,
Y GOBERNADOR DE
PORTVGAL &c.

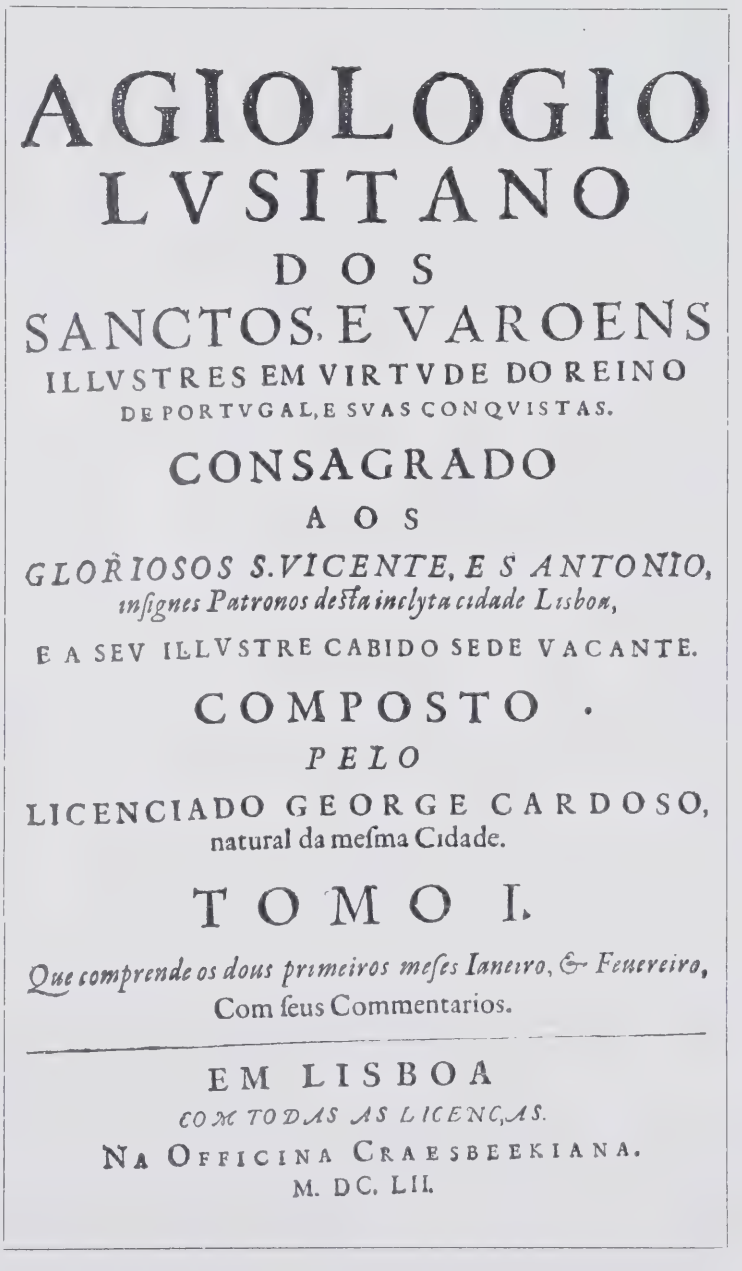
LISBOA.

Con las licencias neceſſarias, y Privilegio Real.

A coſta d' Antonio Craesbeeck de Mello Impreſſor de Su Alteza. *Año* 1681.

Vendeſe en ſu Caſa en la Calle de los Eſpingarderos en Valverde

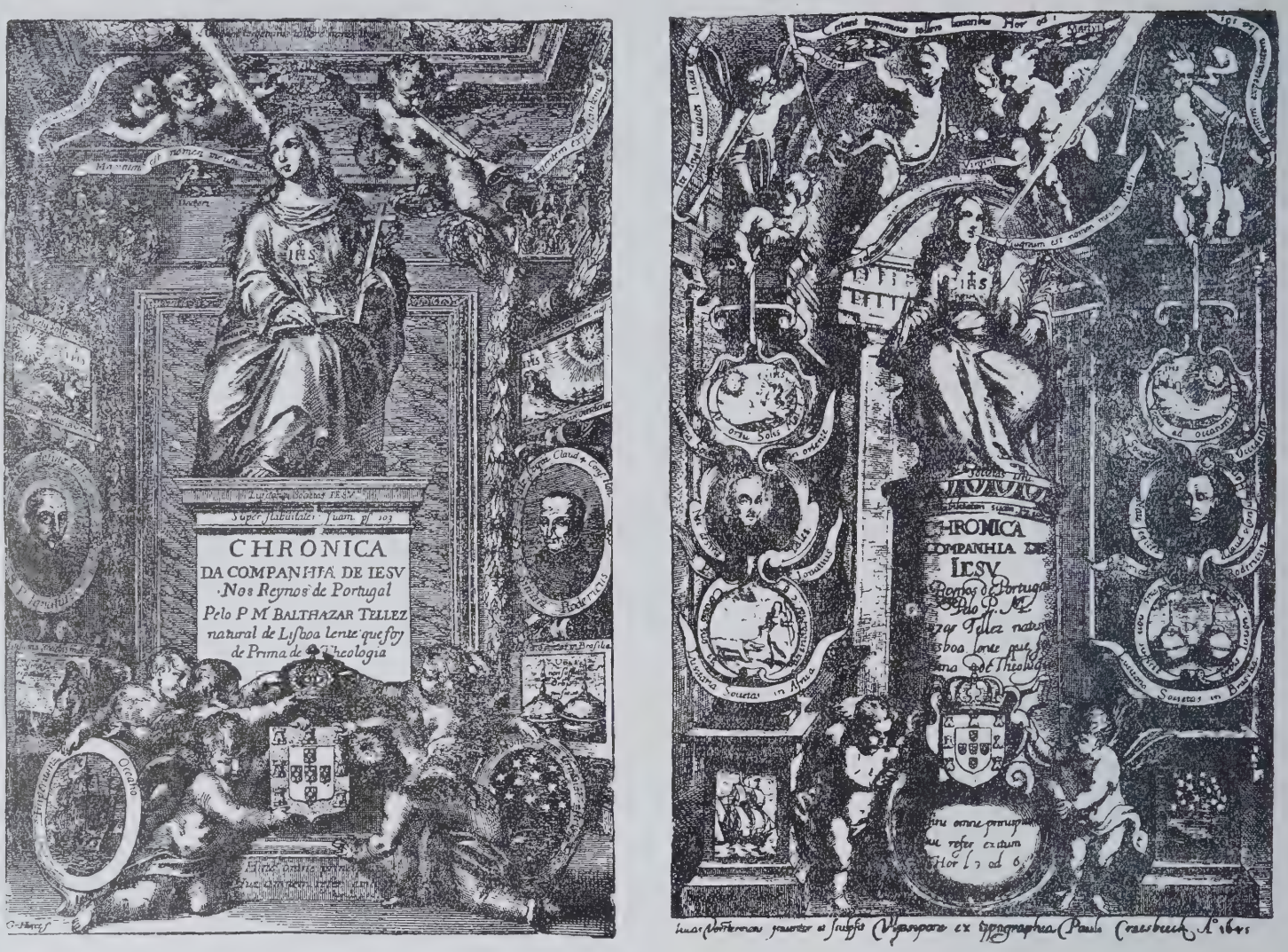
A PRIMEIRA EDIÇÃO da *Africa Portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa



AGIOLOGIO
LVSITANO
DOS
SANCTOS, E VAROENS
ILLVSTRES EM VIRTVDE DO REINO
DE PORTVGAL, E SVAS CONQVISTAS.
CONSAGRADO
A OS
GLORIOSOS S. VICENTE, E S ANTONIO,
inſignes Patronos deſta inclyta cidade Lisboa,
E A SEV ILLVSTRE CABIDO SEDE VACANTE.
COMPOSTO
PELO
LICENCIADO GEORGE CARDOSO,
natural da meſma Cidade.
TOMO I.
Que comprende os dous primeiros meſes Ianeiro, & Fevereiro,
Com ſeus Commentarios.

EM LISBOA
COM TODAS AS LICENÇAS.
NA OFFICINA CRAESBEEKIANA.
M. DC. LII.

O *Agiologio Lusitano*, de Jorge Cardoso. 4 vols. Lisboa, 1652-1744



Crónica da Companhia de Jesus na Província de Portugal, pelo padre Baltasar Teles. Portadas alegóricas dos dois volumes de que a obra se compõe. Lisboa, 1645-1647, por Paulo Craesbeeck. (Da biblioteca do dr. Martinho Augusto da Fonseca)

. . . . . .

«... males houve, males ha e males haverá; mas como dos passados falamos de ouvido, dos futuros com receio, damos sómente fé dos que experimentamos, d'onde vem que nos parecem maiores os prezentes...»

. . . . . .

«... o oficio dos olhos é ver, chorar e enganar.»

. . . . . .

«... ha gente que tem por estrella empéecer á outra gente.»

. . . . . .

«... mau negocio tendes compadre, se vos faltam os compadres.»

. . . . . .

«... ha uns bemfazeres que são finissima usura.»

E como o luxo era desvairo que dominava tudo, a condenação era unânime:

... Que lhe importa a dona fulana ser toda uma taboleta de ourives, testa de prata, cabellos de ouro, olhos de esmeraldas, faces de perolas, boca de rubins, dentes de aljófar, collo de chrystal? Pois em se descuidando, talvez com a edade, lhe chega sua hora de velhice, contra quem não valem todos os estofos e badulaques que inventou a vaidade e a incontinencia...

Lê-se nos *Apólogos:*

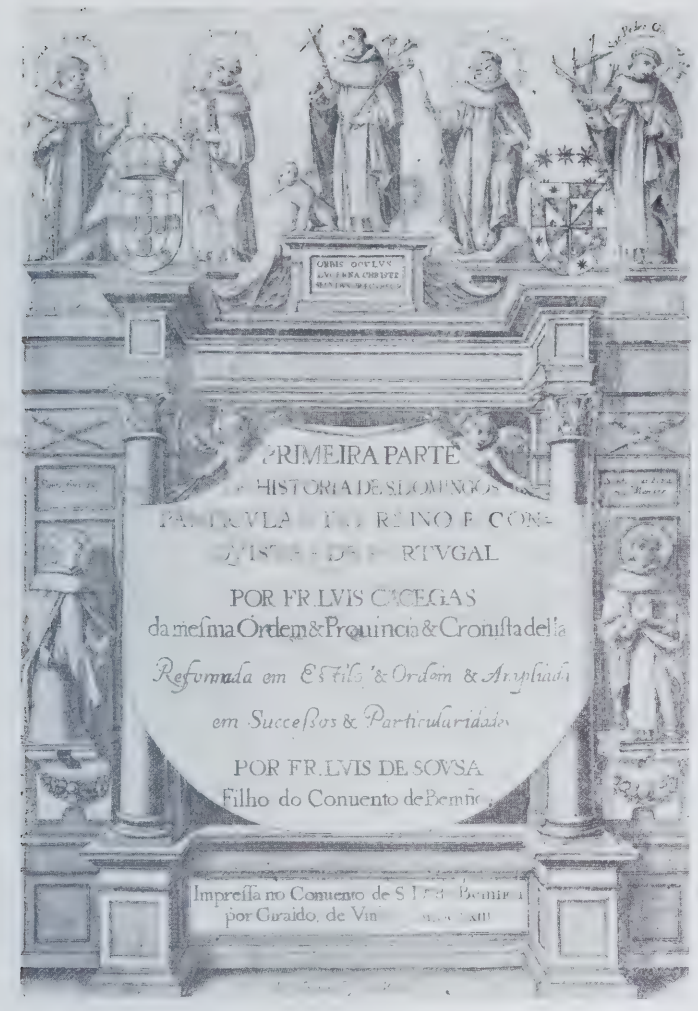
«... D. Francisca de Aragão, com os cabellos tintos de assafrão e as pestanas de verniz, o rosto de almagra, a garganta de gesso e a bocca de setim. toda a olio, com huma demão de unto de porco e outra de manteiga crua...»

Descreve-nos Tomé Pinheiro da Veiga e, finalmente, indignado, Martim Afonso de Miranda conta-nos pela boca de um dos seus interlocutores:

«... dey em vestir a cortesaã, bem differente do que em vida de meu pay trajava, porque em seu tempo trazia hum pelote, & ferragoulo de dozeno, chapeu de laã preta, no pescoço huma pequena volta, humas botas de bom cordovaã, porem triennaes. Pus-me gentilhomem com ferragoulo, & roupeta de sargeta de seda, calções & gibão de melchochado golpeados sobre felilha branca, manteo de cambray muy azul, punhos do mesmo, com hum palmo de pulso aparecer, meyas de Toledo, ligas de quatro covados de tafetá negro com pontas de ouro, çapatos de bocca de vaca, & soxas nelles muy grande com serrilha, adreço de espada de tauxia, sombreiro ao largo, & muy fino de castor com trancelim de peças...»

E ainda investe com as «bebidas confeiçoadas» e com as «librés, soguilhas, botoes & passamanes, as portinholas & almenilhas» para as verberar, bem como a çareza dos chapins, tão luxuosos que só de feitio custavam 16$000 réis, não deixando o vestuário feminino de merecer crítica entre indignada e irónica.

Em Vieira e Bernardes, opinião idêntica se topa a cada passo. E se Rodrigues Lobo, D. Francisco Manuel, Vieira e Bernardes estão já tratados justo é que se destaquem



PORTADA DA PRIMEIRA EDIÇÃO da clássica e muito citada *História de S. Domingos*, por Fr. Luís de Sousa

A CÉLEBRE *Viagem* de João Baptista Lavanha, curioso livro que muito descreve e esclarece dos usos e costumes do seu tempo

(Da preciosa livraria de Martinho Augusto da Fonseca)

Martim Afonso de Miranda, Tomé Pinheiro da Veiga e Diogo de Paiva de Andrade.

*

De Martim Afonso de Miranda não se sabe quando nasceu nem morreu, persuadindo-se Inocêncio que o seu óbito fôsse antes de 1640. Sabe-se apenas que foi alferes de uma companhia da guarnição da côrte e criado da casa dos duques de Bragança. Escreveu coisas várias, mais ou menos religiosas, mas o que o imortalizou foi a sua obra *Tempo de agora*, de que saíram duas partes das quatro que o autor prometia. Em diálogos, como era uso do tempo, compunha-se a primeira de três: o da verdade e da mentira; o dos bens do trabalho e males da ociosidade; e o da temperança e males da largueza; e a segunda, de três também, que são o da verdadeira e falsa amizade; o da justiça e injustiça; e o da doutrina para príncipes.

Obra estimada, foi reimpressa em 1785 por Bento José de Sousa Farinha, que «fez n'isso mais um bom serviço ás lettras portuguezas», diz Inocêncio.

Tempo de Agora é interessante e não merece o esquecimento em que se encobre. Tem óptima prosa, sendo considerado clássico, e está cheio de informações preciosas sôbre usos e costumes do tempo e até sôbre a topografia da velha Lisboa. Filosofa e discreteia com brilho, e Camilo consagra-lhe algumas páginas em que lhe faz justiça. Também Rebelo da Silva se serviu de Martim Afonso de Miranda para escrever o tomo V da sua *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Como se vê, o escritor a quem faltou apenas um panegirista de génio para o tornar lido em tudo, mostra que o espera merecidamente.

TOMÉ PINHEIRO DA VEIGA deve ser considerado como um dos melhores escritores do seu tempo. A sua obra é a *Fastigímia*, que a Biblioteca do Pôrto publicou e que José Pereira de Sampaio (Bruno) eruditamente prefaciou. Tomé Pinheiro da Veiga nascera em Coímbra e morreu a 29 de Julho de 1656, contando 85 anos. Foi jurisconsulto, lente de Coímbra, chanceler-mor do reino e galhofeiro. Viajou por Portugal e Espanha, e em Valladolid esteve com a côrte. A sua *Fastigímia*, em manuscrito até 1911, «é um alfobre prazenteiro, por onde corre tintilando a agua de jocunda rega das anecdotas travessas; é um viveiro forte de provérbios explicativos; é uma sementeira inexhaurível de locuções vivazes e de réplicas discretas. Elle presta-se como nenhum á illustração de commentarios doutos e serviria ainda hoje para dissolver a macambuzice dos affligidos e desgostados», diz Sampaio (Bruno), e conclui: «Thomé Pinheiro da Veiga foi um dos nossos raros antigos que em prosa riu; elle proprio sente a sua originalidade; elle reconhece-se destoante; o seu merito peculiar não lhe passa desper-

cebido ; a sua unicidade, elle a apprehende ; d'ella se não dedigna ; com ella, mesmo, folga e se compraz.»

Atribuíram-lhe a *Arte de Furtar,* que lhe não pertence, mas publicada a sua *Fastigímia,* esta lhe basta para o afirmar um dos mais curiosos, interessantes e pitorescos escritores, não só do seu tempo mas da nossa literatura.

Diogo de Paiva de Andrade, o segundo, foi sobrinho do primeiro. Nasceu em Lisboa a 13 de Dezembro de 1576 e morreu na vila de Almada a 21 de Dezembro de 1660. O seu *Casamento perfeito,* diz Inocêncio que «é livro mui curioso, e que encerra bom numero de documentos da vida civil e doméstica, e noticias mui variadas». Contado entre os clássicos, Camilo julga-o «uma regra de bem viver na vida conjugal ; dá excellentes alvitres de socego e alegria, baseados em historias que fazem ao intento, contadas com deliciosa simplicidade e graça. O recheio de erudição bebida nas fontes grega e latina estorva o prazer da leitura hoje em dia ; mas devia de ser no seculo mais erudito em antigas litteraturas um ineffavel prazer. A despeito dos empeços que desalentam a vontade, o *Casamento perfeito* é o elo interposto ao livro quinhentista do doutor João de Barros e á primorosa *Carta de guia de casados* de D. Francisco Manuel de Mello.»

CIÊNCIAS AUXILIARES DA HISTÓRIA NO SÉCULO XVII

GENEALOGISTAS (1)

BIBLIOGRAFIA : — D. António Caetano de Sousa — *Apparato á Historia Geneologica da Casa Real Portuguesa* (Lisboa, 1735) ; José Freire de Monterroio Mascarenhas — *Bibliotheca Genealogica ex plurimus Scriptoribus omnium fere nationum in omni idiomate composita a Joseph Freire Monterroyo Mascarenhas.* (Cod. 1141 do F. G. da Bib. Nac.) ; Diogo Barbosa Machado — *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Cronologica.* (Lisboa, 1741) ; Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos) — *Bibliographia Nobiliarchica Portugueza.* (Braga, 1916) ; José de Sousa Machado — *O Poeta do Neiva.* (Braga, 1929) ; G. L. Santos Ferreira — *Salvador Gonçalves Zarco (Cristobal Colon). Os Livros de Dom Tivisco.* (Lisboa 1930) ; António Machado de Faria de Pina Cabral — *Antonio Soares d'Albergaria* (Lisboa, 1929) ; Conde de São Paio (D. António) — *Do Direito Heraldico Português.* (Lisboa), 1927, etc.

A PRIMEIRA EDIÇÃO do *Itinerário* de Fr. Gaspar de S. Bernardino. Clássico e estimado, cheio de notícias curiosas

Do balanço da literatura histórica do século XVII, dentre a cultura das ciências auxiliares da história, por certo que as mais cultivadas foram a genealogia e a heráldica.

Não sofre dúvida que houve numismatas ilustres como o chantre da Sé de Évora, epigrafistas e outros antiquários distintos, a genealogia e a heráldica, porém, já por corresponderem à utilidade prática do conhecimento da sucessão dos inúmeros morgados e capelas a que a propriedade estava vinculada, já por serem a base da distinção de raças naquela sociedade regida pelo Santo Ofício, já por serem o fundamento da casta onde se ia recrutar os governantes, já por alimentarem uma natural propensão peninsular de prosápia, já por natural culto da tradição numa sociedade essencialmente tradicionalista, já por extensa voga ou modismo, foram das ciências auxiliares da história as mais trabalhadas senão as mais cultivadas de tôdas. De longe, muito longe, vinha o seu estudo e cultura, desde os alvores da literatura, havia-se mesmo iniciado a escrita da história com o desfiar do encadeamento das gerações de infanções e ricos-homens que apadroavam ricos mosteiros ou nêles tinham comedorias, e a obra do Conde de Barcelos e dos seus anónimos predecessores, iniciada, diz-se, logo com o primeiro rei da primeira dinastia por um douto presbítero seu capelão e confessor, de nome João Camelo, tinha-se continuado através do Livro Velho das Linhagens, e das obras do régio bastardo de D. Denis, do eminentíssimo João das Regras, do doutor Fernão Pacheco, do quartenário Xisto Tavares, das notas de Damião de Góis, dos nobiliários de D. António de Lima, e de D. António de Ataíde, e de outros muitos ; tal como a cadeia das gerações se ia transmitindo o facho da vida, assim êstes seus escribas lhes foram registando a passagem, até que nos encontramos no século XVII. Havia mais de uma centuria que a invenção da imprensa permitira a vulgarização dos conhecimentos, a progresso de tão largo alcance não poderia ficar estranha a genealogia.

(1) No presente estudo, conquanto impossível se tornava tratar do assunto sem referência à matéria manuscrita, por ser a principal, procurou-se estudar apenas as obras impressas no decorrer do século em questão, ou de autores do mesmo período cujas obras foram depois impressas pòstumamente, por constituirem as outras pròpriamente os inéditos.

Principiaram a encerrar-se, pois, as cadeias de gerações na fôrma dos prelos. O provável primeiro trabalho que a tais tratos foi sujeito, curioso é constatá-lo, resultou em abôrto, por isso que, começado a imprimir-se por volta de 1604, foi a sua impressão proíbida, e as fôlhas impressas sequestradas pelo vice-rei Marquês de Castelo Rodrigo, D. Cristóvão de Moura. Tratava-se da obra do Dr. Diogo de Melo

CATALOGO
E HISTORIA DOS
BISPOS DO PORTO

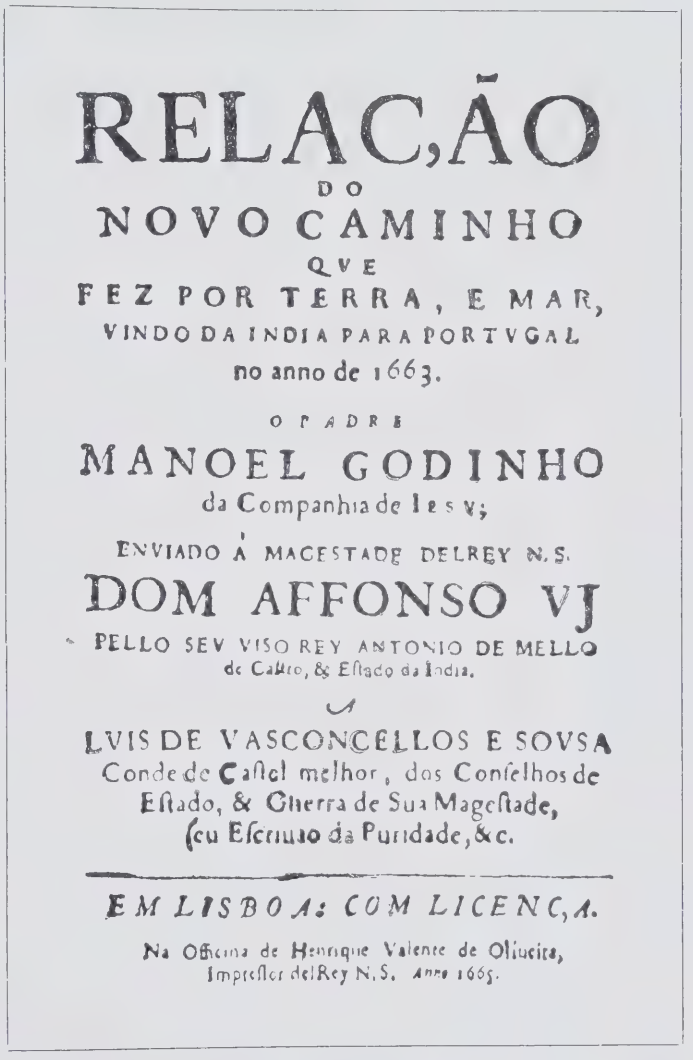
Offerecida a Diogo Lopes de Souza Conde de Miranda, & Governador da Relaçaõ, & caza do Porto, & seu districto: do Conselho de sua Magestade.

Por D. Rodrigo da Cunha Bispo do Porto.

No Porto. Por Ioaõ Rodriguez Impressor de sua Senhoria. *Com as licenças necessarias.* Anno. 1623.

A PRIMEIRA EDIÇÃO, impressa no Pôrto em 1623, do *Catálogo dos bispos*, de D. Rodrigo da Cunha. (Da livraria Martinho da Fonseca)

Pereira, prior da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Vila de Tentúgal, muito versado em retòrica, humanidades, teologia moral e escolástica, e intitulava-se *Nobreza de Portugal, que trata das linhagens e altos feitos com que os portuguezes illustrarão e ennobrecerão a sua patria.* Entrementes, D. Manuel de Castelo Branco, 2.º Conde de Vila Nova de Portimão, comendador na Ordem de Cristo, Conselheiro de Estado, e escrivão da puridade, nascido em Lisboa em 1560 do casamento de D. João de Castelo Branco, capitão-general do Algarve, com D. Branca de Vilhena, fazia imprimir entre 1586 e 1625 uma série de árvores de costado dos titulares daquêle tempo, cuja colecção, sem frontispício nem indicação do lugar da impressão, in-fol. gr. de 33 ff., à falta de mais exacto título, é conhecida pela designação de *Arvores do Conde de Vila Nova.* Neste mesmo ano, o antiquário de Guimarãis, e cónego da sua insigne colegiada de Santa Maria da Oliveira, Gaspar Estaço, eborense de nascimento, imprimia em Lisboa, na oficina do régio impressor Pedro Crasbeeck, in-8.º gr. de 52 págs. com front. especial, ápenso à sua obra *Várias antiguidades de Portugal,* um *Trattado da linhagem dos Estaços, naturaes d'Evora. O qval contem hva defensam da nobresa do sangue, e outra das armas, com o principio das insignias das familias particulares, isto é, quando e por quem foram introduzidas.* Parece-nos que não devemos deixar de incluir nesta lista a conhecida e apreciada obra de Francisco Soares Toscano *Paralelos de Princepes, e Varões illustres,* etc., por não só no conteúdo como no título da obra se mencionar *com a origem das armas de algũas familias deste reyno.* Em Évora, por Manuel de Carvalho, 1623, in-4.º de XVII — 180 ff. nums. pela frente. Também será interessante mencionar, por ter sido a obra impressa em Lisboa e seu assunto ser igualmente bem português, conquanto língua e autor sejam estrangeiros, o raro folheto de D. Fernando Alvia de Castro, Cavaleiro da Ordem de Calatrava, vedor geral da gente de guerra e presídios de Portugal, intitulado *Panegirico genealogico y moral del Excelent.mo Dvque de Barcelos.* Por Pedro Crasbeeck. Año 1628, in-4.º peq. de IV ff. s. n. e 68 ff. n. na frente.



RELAÇÃO
DO
NOVO CAMINHO
QVE
FEZ POR TERRA, E MAR,
VINDO DA INDIA PARA PORTVGAL
no anno de 1663.

O PADRE
MANOEL GODINHO
da Companhia de Iesv;

ENVIADO Á MAGESTADE DELREY N. S.
DOM AFFONSO VJ
PELLO SEV VISO REY ANTONIO DE MELLO
de Castro, & Estado da India.

A
LVIS DE VASCONCELLOS E SOVSA
Conde de Castel melhor, dos Conselhos de Estado, & Guerra de Sua Magestade, seu Estribeiro da Puridade, &c.

EM LISBOA: COM LICENÇA.

Na Officina de Henrique Valente de Oliueira, Impressor delRey N. S. Anno 1665.

O LIVRO das *Viagens* do Padre Manuel Godinho. Clássico e estimado. Primeira edição. (Da livraria de Albino Forjaz de Sampaio)

O ano de 1631 viu saír a público duas notáveis obras nobiliárquicas. Referimo-nos à *Origem da nobreza politica, blasões de armas, appellidos, cargos, e titulos nobres. Dirigido a Lvis d'Albuquerque de Mello,* etc., de Álvaro Ferreira de Vera, impressa em Lisboa, por Matias Rodriguez, in-4.º de IV ff. prels. s. n. e 56 nums. pela frente, obra à qual a *História da Literatura Portu-*

guesa já fêz mais larga referência sôbre o ponto de vista bibliográfico, e à obra, ou ensaio do Padre António Soares de Albergaria, beneficiado da colegiada de Santo Estêvão de Alfama, de Lisboa, onde também foi capelão das capelas de Santo Eutropio e S. Mateus, intitulada *Tropheos Lusitanos,* Parte 1.ª, título que se encontra no frontispício, que é de portada gravada, e tem na base: — Ano 1631. O rosto impresso, ou frontispício tipográfico, tem o seguinte título: — *Tropheu suntrerum gestarum monumenta, et victoriae signa. Sulpitius & Beroaldus in lib. Pharsal. Lucani.* Ano 1632. Em Lisboa, imp. por Jorge Rodriguez, in-4.° peq., a que anda junto, como apêndice, o seguinte opúsculos: *Reposta a certas obieiçoens sobre os Tropheos Lusitanos.* Em Lisboa, por Jorge Rodriguez. Ano M.DC.XXXIIII. In-4.° de 111-12 ff. numeradas só na frente. Esta obra, de que se encontram muitos exemplares diferentes no número e colocação das estampas e brasões, parece, no sentir do distinto biógrafo dêste eminente heraldista e genealogista, o sr. António Machado de Faria de Pina Cabral, que seria uma espécie de prospeto ou especime da grande obra que o P.e Albergaria deixou manuscrita, e que se conserva na secção de reservados da Biblioteca Nacional, intitulada *Triunfos Dela nobleza Lusitana y origen de sus blasones,* e para cuja publicação Soares de Albergaria procuraria angariar subscritores ou encontrar Mecenas que a custeasse. Foi pena que o erudito presbitero tal não encontrasse, porque esta obra representa, dentro da especialidade, qualquer coisa de notabilíssimo pela sua vastidão, pela sua probidade, e pela profundeza e justeza dos seus conhecimentos, a ponto de a tornarem um dos mais valiosos repositórios a mencionar na bibliografia da historiografia portuguesa. Álvaro Ferreira de Vera publicou ainda, posto que mais tarde, *Notas ao Nobiliario do Conde D. Pedro.* Lisboa, por Estêvão Paulinio, 1640, fol.; com mais duas edições, uma em 43, e outra em 46: *Informacion del Titulo de Gijon,* impresso em Madrid, em 1645, fol.; e *Informacion de la origen de los Vasconcellos,* impresso na mesma cidade, em 1646, fol. A familia de Vasconcelos teve ainda outro cronista, foi o operoso genealogista João Salgado de Araújo, Abade de Pera, que em 1638 publicou em Madrid um *Sumario de la Familia de Vasconcelos historiada, y con Elogios,* dedicado à Condessa de Figueiró, D. Ana de Vasconcelos e Meneses. A era gloriosa de 1640 é também assinalada na história da literatura genealógica portuguesa com o aparecimento nesse ano da 1.ª edição do *Nobiliario do Conde D. Pedro,* impresso em Roma por Estêvão Paolinio, e por conta de D. Manuel de Moura Côrte Real, marquês de Castelo Rodrigo, sôbre o manuscrito preparado pelo cosmógrafo-mor e cronista-mor do reino, João Baptista Lavanha, que não hesitou em colaborar largamente com o Conde de Barcelos, não só no próprio texto, classificado no título do frontispício de «*ordenado*», mas também *ilustrando-o* com *notas y indices* — o frontispício desta obra veio já reproduzido na presente História. Lavanha era natural de Lisboa, onde nasceu antes de 1555 e faleceu em Madrid em 1625. Era filho de Luís Lavanha e de Jerónima Daça, foi cavaleiro da Ordem de Cristo e mestre de matemática de El-Rei D. Filipe III. Consta ter deixado ainda, abertas em lâminas de cobre, uma colecção de diversas árvores genealógicas de muitos reis e grandes da Europa, intitulada *Selva Real,* e uma árvore genealógica denominada *Rosal do Principe.*

HISTORIA
GERAL
DE ETHIOPIA
A
ALTA
OV
PRESTE IOAM.
E DO QVE NELLA OBRARAM
OS
PADRES DA COMPANHIA
DE
IESVS.
COMPOSTA NA MESMA
ETHIOPIA,
PELO PADRE MANOEL D'ALMEYDA, NATVRAL DE VIZEV.
Provincial, e Visitador, qve foy na India.
ABREVIADA COM NOVA RELEÇAM, E METHODO,
PELO PADRE BALTHEZAR TELLEZ, NATVRAL DE LISBOA,
PROVINCIAL DA PROVINCIA LVSITANA:
AMBOS DA MESMA COMPANHIA.
EM COIMBRA.
Com todas as licenças neceſsarias.
Na Officina de MANOEL DIAS Impreſſor da Vniverſidade: Anno do Senhor de mil & ſeyscentos & ſeſſenta.

Rosto da *Historia Geral de Ethiopia a Alta,* raro e apreciado livro do esfôrço português na África misteriosa

A edição de Lavanha do nobiliário medieval, in-fol. gr. de XXI-404 págs. e mais 34 immums. de índices, foi acompanhada da impressão de outras anotações de mais três genealogistas contemporâneos: as já referidas de Álvaro Ferreira de Vera, umas de Manuel de Faria e Sousa de quem vamos tratar adiante, e outras do Marquês de Montebelo. Êste Marquês de Montebelo, em Itália, era Felix Machado da Silva Castro e Vasconcelos, 6.° senhor hereditário de Entre Homem e Cavado, típica figura de cortesão português na côrte dos Austrias, e marca na literatura genealógica de Portugal com um seu célebre *Memorial,* dado à estampa em 1642, in-4.° de VI-298 págs., sem n. do a. nem l. de impr. (1). Preocupado com ilustrar mais a sua já não pouco esclarecida ascendência, o Marquês de Montebelo, com o seu Memorial, consagrou a falsidade que durante séculos campeou nos trabalhos genealógicos. Nele se basearam sucessivas gerações de linhagistas para se não ferirem em muitas arestas que o Marquês havia limado na história medieval da nobreza portuguesa e que lhe diziam respeito. Ainda imprimiu

(1) Sôbre o autor e sua obra Vid. *O Poeta do Neiva,* por José de Sousa Machado. Braga, 1930, págs. 354 e segs.

PORTADA da *Historia geral de Ethiopia a Alta*. É assinada por Ph. Fruijtiers e gravada por P. van Lischelten. Há uma variante desta portada. O Preste João tem uma corôa na cabeça em lugar de corôa de plumas. Está de ceptro e manto real em lugar de pele e os seus súbditos todos de turbante na cabeça, em lugar de cabeça descoberta. (Cat.º n.º 15 da Liv. Coelho, de Lisboa, que possui os dois exemplares)

RELACION
DE LA REAL
TRAGICOMEDIA
CON QVE LOS PADRES DE
LA COMPAÑIA. DE IESVS
en ſu Colegio de S. Anton de Lisboa recibie-
ron a la Mageſtad Catolica de Felipe II.
de Portugal, y de ſu entrada en eſte
Reino, cõ lo que ſe hizo en las
Villas, y Ciudades en
que entrò.
Recogido todo verdaderamente, y dedicado al Excelentiſsimo ſeñor Don Theodoſio ſegundo Duque de Bragança, &c.
Por Iuan Sardina Mimoſo Sácerdote,
natural de Setubal.

Año 620.

CON PRIVILEGIO
Impreſſo en Lisboa por Iorge Rodriguez.

UM CURIOSO LIVRO sôbre teatro de João Sardinha Mimoso, de Setúbal

outra obra, a *Vida de Manuel Machado d'Azevedo, señor de las Casas de Castro, Vasconcellos y Barrozo, y de los solares dellas, y de las tierras de Entre Homem y Cabado, Villa de Amares, Comendador de Sousel en la Orden de Avis*, sem log. de impr., por Pedro Paredes, 1660, in-4.° de V-138 págs., obra que é hoje considerada raríssima. Neste mesmo ano D. António de Sousa de Noronha, capitão que foi de infantaria na Baía, e depois na Catalunha, natural de Freixo de Numão, imprimiu em Madrid um *Discurso genealogico de la dilatada, esclarecida y antiquissima Familia de Sousas*, dedicado a seu irmão Fr. Feliciano de Sousa Diniz. É ainda digna de menção a obra de João Franco Barreto, impressa neste ano também, intitulada *Cathalogo dos Christianissimos Reis de França e das Rainhas suas Esposas, prosapia sua*, etc., e a de Manuel Fernandes Vila Real, cônsul de Portugal em Paris, impressa no ano anterior em Pamplona, intitulada *Epitome genealogico del eminentissimo Cardenal Duque de Richelieu*, etc., cópia ou tradução de um livro de Du Chesne, reimpresso na mesma cidade, neste ano de 42, com a supressão de alguns textos. Também não podem passar sem menção, conquanto não sejam pròpriamente genealógicas, as obras nobiliárquicas de João Pinto Ribeiro, *Discurso sobre os Titulos da Nobreza de Portugal, e seus Privilegios*, in-4.° s. d. n. l. da impressão, e a *Carta ao Cronista Fr. Francisco Brandão sobre os titulos da nobreza de Portugal e seus privilegios*, in-4.° s. d. n. l. da impr., mas que parece ter sido escrita em 1643.

Neste século há um nome que brilha especialmente nestes estudos posto que seja mais conhecido em Espanha do que pròpriamente na sua pátria: é o de Rodrigo Mendes da Silva, natural de Celorico da Beira, onde nasceu em 1607, o primeiro heraldista da heráldica de domínio portuguesa, o primeiro que se ocupou em descrever os brasões populares dos municípios portugueses, na sua *Poblacion General de España*, Madrid, 1654, mas que se iniciara nos estudos genealógicos publicando em 1637 o seu *Chatalogo Real de España*, e seguira imprimindo em 1640 a *Vida y hechos heroicos del gran Condestable de Portugal... con los Arboles y descendencias de los Emperadores, Reys, Principes*, etc., e continuára sempre nestes estudos estampando os seus memoriais ou discursos genealógicos das Casas de Sotomayor (1653), Vilar-Don Pardo (1646), Palavicini (1649), Machado, Contreras, Saavedra, etc., e uma infinidade de outras obras que montam acima de trinta. Rodrigo Mendes da Silva foi muito afecto á casa de Austria, passou a Castela, aonde foi cronista geral e membro do Supremo Conselho, conservando-se fiel a ela depois de 1640, mas isto não pode impedir, nem o facto

LA
COMEDIA
DE
EL SITIO
DE VIENA,
FIESTA QVE SE REPRESENTÓ
a los Felizes Años de la Reyna Madre
Nueſtra Señora,
D. MARIANA DE AVSTRIA;
EL DIA VEINTE Y DOS DE DIZIEMBRE
de 1683. en el Real Salon de Palacio.

EM LISBOA.

Na Officina de MIGVEL DESLANDES.
M. DC. LXXXIV.
Com todas as licenças neceſſarias.

UMA RARA PEÇA DE TEATRO, em espanhol, impressa em Lisboa, em 1684, por Miguel Deslandes, livro raríssimo que não vem citado nas *Impressões Deslandesianas* do Dr. Venâncio Deslandes

de ter escrito quási sempre em castelhano, que êle seja contado entre os mais distintos historiógrafos e genealogistas portugueses. Manuel de Faria de Sousa, o célebre autor da *Asia, Europa,* e *Africa* portuguesas, evidencia-se nos estudos genealógicos pela sua edição do Nobiliário do Conde D. Pedro, traduzindo-o para castelhano, e castigando-o (na pior acepção da palavra) com *nuevas illustraciones de nuevas notas*. Foi esta edição impressa em Madrid em 1646, e dela comentava Camilo que era «bem fundada a suspeita de que esta edição levou em mira expurgar do Nobiliario primitivo um judeu ou neophito, Ruy Capam, tronco de muita fidalguia da nossa peninsula».

Álvaro Pires de Távora, senhor do morgado da Caparica, é o verdadeiro iniciador dos extensos tratados duma só família, compondo êle próprio a sua *Historia de Varoens Illustres do appelido Tavora, continuada em os senhores da casa e morgado de Caparica. Com a rellaçam de todos os sucessos publicos deste Reyno e suas Conquistas desde o tempo do Senhor Rey D. Joam Terceiro a esta parte. Noticia de Casamentos, Guerras, Pazes, Ligas, Negociações e Embaixadas dos Senhores Reys de Portugal, e outros da Europa, Africa, e Asia, em que tiveram intervençam aquelles de quem se escreve. Recolhida pellas memorias originaes de seus passados,* a qual foi publicada depois da sua morte por cura de seu filho Rui, que a mandou imprimir em Paris por Sebastião e Gabriel Cramoisy, em 1648.

Em 1653 saíu dos prelos londrinos uma das obras mais raras do presente século. Referimo-nos à *Domus Sadica. Regis lineis firmata: Romanis Columnis nixa; Sadicis heroibus illustrata. Londini. Typiis Guilhelmi Du Gord,* composta pelo P.e Francisco de Santo Agostinho de Macedo, da Companhia de Jesus, notável erudito do seu tempo, mestre de controvérsia no Colégio da Propaganda Fide, de Roma, leute de história na Universidade da Sapiência Romana, e de filosofia moral na de Pádua, onde faleceu em 1681, tendo-lhe os religiosos eri-

MVSA
ENTRETENIDA
DE
VARIOS ENTREMESES.

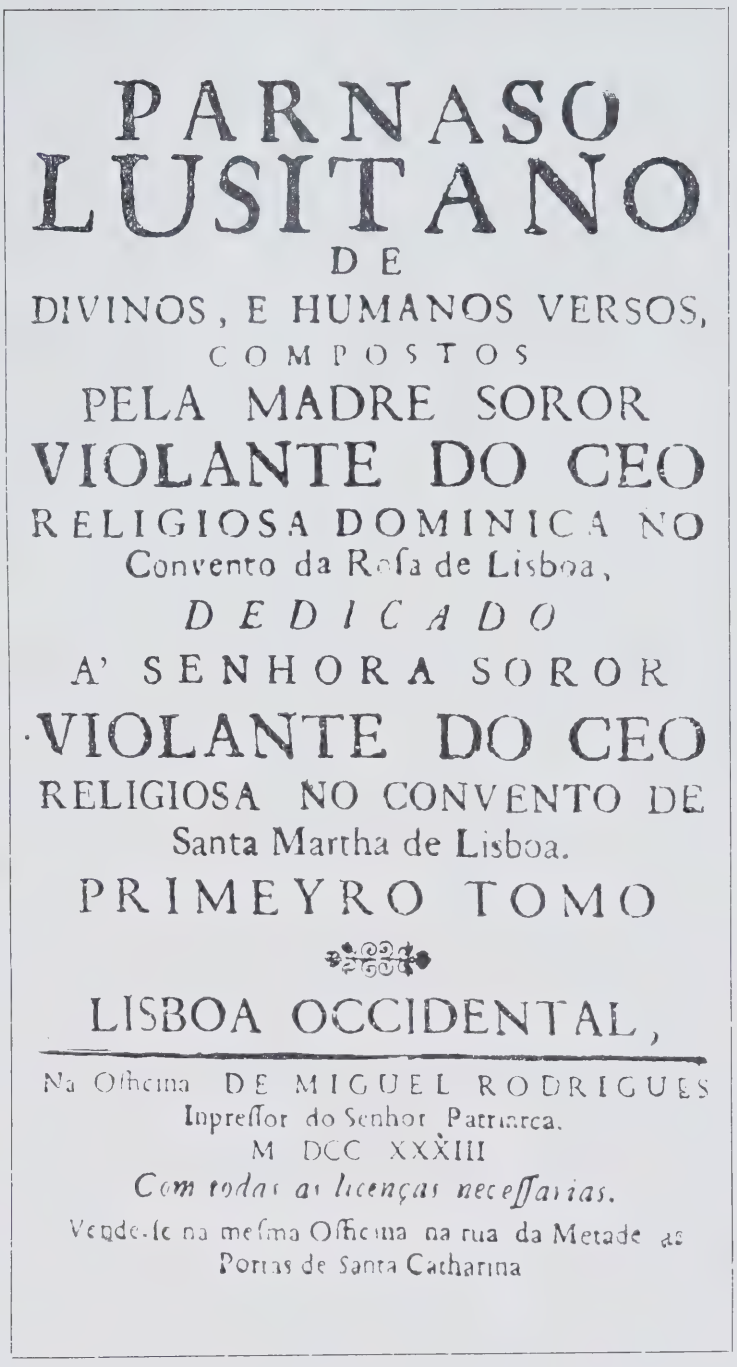
POR MANOEL COELFO REBELLO
da Villa de Pinbel.

DEDICADO
A IOAM DE MELLO FEYO
Comendador da Villa do Vemioto, & gouer-
nador do Rio de Ianeiro,&c.

EM COIMBRA

Com todas as licenças neceſſarias.
Na officina de Manoel Dias impreſſor da Vniuerſida
de: anno 1658.

A Musa entretenida, obra muito importante para o estudo do teatro neste século



PARNASO
LUSITANO
DE
DIVINOS, E HUMANOS VERSOS,
COMPOSTOS
PELA MADRE SOROR
VIOLANTE DO CEO
RELIGIOSA DOMINICA NO
Convento da Roſa de Lisboa,
DEDICADO
A' SENHORA SOROR
VIOLANTE DO CEO
RELIGIOSA NO CONVENTO DE
Santa Martha de Lisboa.
PRIMEYRO TOMO

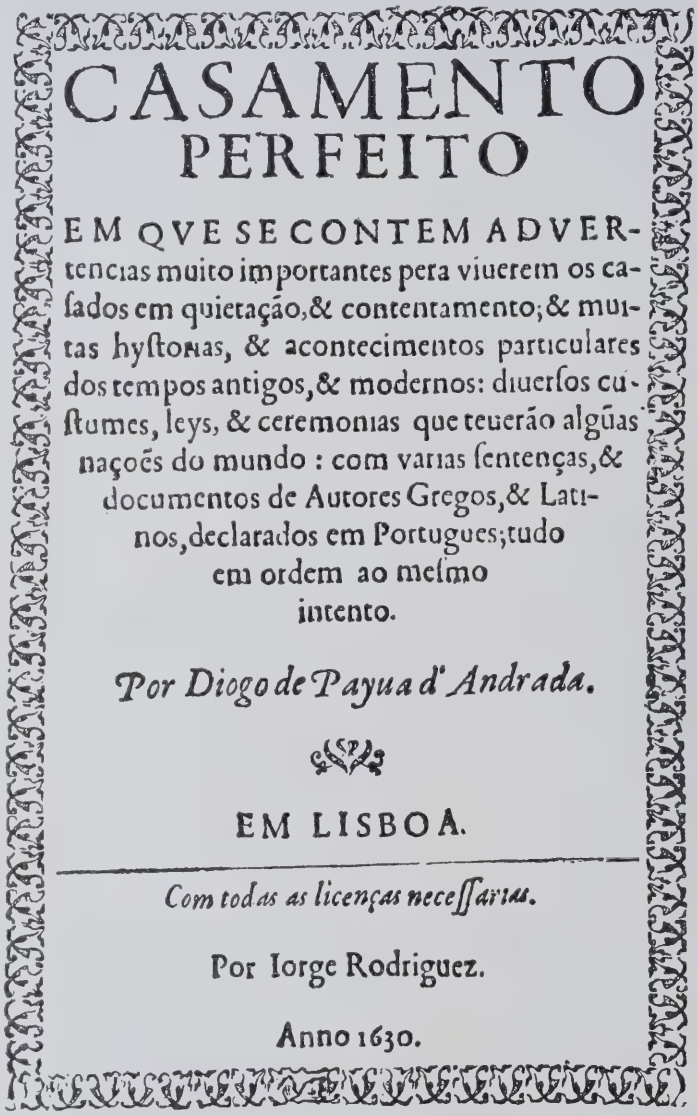
LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina DE MIGUEL RODRIGUES
Impreſſor do Senhor Patriarca.
M DCC XXXIII
Com todas as licenças neceſſarias.
Vende-ſe na meſma Officina na rua da Metade as
Portas de Santa Catharina

O *Parnaso Lusitano*, a mais importante obra de Sóror Violante do Céu

gido um jazigo com epitáfio. Foi impressa em Londres para dar a conhecer à côrte inglesa a prosápia do embaixador português, D. João Rodrigues de Sá e Meneses, conde de Penaguião; esta obra muito serviu a D. Carolina Michaëlis para os seus primeiros estudos sôbre Sá de Miranda.

Em 1654, D. João de Rezende Pereira Pimentel imprimia em Madrid um *Memorial al Rey Nuestro Señor,* em que desenvolvia a genealogia dos Rezendes. Em 1656 D. António Soares de Alarcão, Marquês de Trocifal, fazia imprimir na mesma cidade, por Diogo Dias de la Cravera, a sua grande obra *Relaciones Genealogicas de la Casa de los Marqueses de Trocifal, Condes de Torresvedras, su varonia Zevallos de Alarcon, por la Casa; y primer appelido Suarez,* e finalmente, em 1694, o académico Manuel de Sousa Moreira compôs o seu *Theatro historico, genealogico, y panegyrico: erigido a la Immortalidad de la Excelentissima Casa de Sousa. Dedicada al Ex.mo Snr. Carlos José de Ligne, Marquez de Arronches, Senescal de Haynaut Princepe del S. R. I. del Conseio de Su Magestade,* impresso com grande luxo e belas gravuras, em cobre, de Giffart, em Paris, in-fol. gr. de 48-986-13 págs., tôdas obras a correr parelhas com as magníficas histórias das Casas de Silva, de Lara, e de Farnese, do príncipe dos genealogistas espanhóis, Salazar y Castro, e que haveriam de encontrar a sua expressão máxima, no século imediato, na monumental Historia Genealogica da Casa Real, de Caetano de Sousa.



CASAMENTO
PERFEITO

EM QVE SE CONTEM ADVERtencias muito importantes pera viuerem os casados em quietação,& contentamento;& muitas hyſtorias, & acontecimentos particulares dos tempos antigos,& modernos: diuerſos cuſtumes, leys, & ceremonias que teuerão algũas naçoẽs do mundo : com varias ſentenças,& documentos de Autores Gregos,& Latinos,declarados em Portugues;tudo em ordem ao meſmo intento.

Por Diogo de Payua d' Andrada.

EM LISBOA.

Com todas as licenças neceſſarias.

Por Iorge Rodriguez.

Anno 1630.

A RARA E CURIOSA OBRA de Diogo de Paiva de Andrade, parelha no mesmo século da *Carta de Guia* de D. Francisco Manuel de Melo

São ainda dignos de nota os trabalhos do notável diplomata Duarte Ribeiro de Macedo, que publicou em Paris o seu *Panegyrico historico genealogico da Serenissima Casa de Nemours. Offerecido á Senhora Rainha da Gram Bretanha,* e o *Nascimento e Genealogia do Conde D. Henrique, Pay de Dom Affonso Henriques, I Rey de Portugal,* respectivamente em 1669 e 1670; de D. Jerónimo de Ataíde, 6.º Conde da Castanheira, *Memorial sobre a preferencia e prerogativas dos Marquezes de Portugal,* e de Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos, que em 88 oitavas escreveu o *Panegyrico Historial Genealogico de la Familia de Sousa, al illustre Varon Vasco Afonso de Sousa, primer Varon della, Conde de Arenales, Señor de la Villa del Rio,* impresso em Córdova, sem ano da edição. Não podemos terminar sem uma referência muito especial às obras de Manuel Severim de Faria e de António de Villas Boas e Sampayo. Aquele, um dos mais célebres antiqüários de Portugal, na sua valiosa miscelânia, *Noticias de Portugal* (Lisboa-1655), dedica uma parte generosa às *origens de todos os appelidos, e armas das Familias nobres do Reyno,* êste, escrevendo a sua *Nobiliarchia Portuguesa* (Lisboa-1676), compôs a mais consagrada e clássica obra sôbre o assunto, e, conquanto deva ser talvez classificada mais pròpriamente dentre a literatura da jurisprudência, ela encerra largas entradas pelo campo da história e da genealogia a dentro. Àparte estas obras e seus autores, impossível se torna, sem reclamar largo espaço, enumerar e estudar os outros escritores que incidentalmente com mais ou menos profundeza ou extensão se ocuparam da genealogia. Pode-se a bem dizer que não houve um escritor seiscentista que em história bulisse e na genealogia não tocasse. São todos os cronistas civis e eclesiásticos, como os Britos, os Brandões, e os Frei Leão de São Tomás, os poetas como Manuel de Gallegos, os corógrafos, os reinicolas e praxistas, e todos quanto mais ou menos se embrenharam no passado. Dos seus méritos, ingénuos uns, refinados falsários outros, escrupulosos críticos terceiros, superficiais ou profundos, deixámos no decorrer destas rápidas linhas algumas brevíssimas notas, e o certo é que todos concorrem hoje para o formidável monumento que se está procurando erigir, a história objectiva, scientífica, da política, da vida, da sociedade portuguesa [1].

---

[1] Muito propositadamente não quisemos mencionar no texto a notável e indubitàvelmente enigmática obra *Theatro Genealogico, que contem as Arvores de Costados das principais Familias do Reno de Portugal, & suas Conquistas. Tomo I, pelo Prior D. Tivisco de Nazao Zarco, y Colonna. Em Napoles por Novelo de Banis. Ano M.CX.II.* Esta obra é certamente das mais conhecidas e citadas produções genealógicas do século XVII, e gozou do réclame de mandado de apreensão por ordem régia por conter «notorios erros contra a verdade do facto» e não ser conveniente que corresse... quando é certo que êsses erros *notórios* nunca nenhum genealogista os encontrou, e correrem mundo, na mesma época, outras obras verdadeiros alfobres de falsidades descaradas. A data do livro é evidentemente uma impossibilidade, grosseira mesmo de mais para se lhe atribuir gralha tipográfica. A impressão dêle deve ter sido clandestina. Sabe-se que o livro apareceu em um dos últimos anos dêste século, talvez no de 1692, como opina Barbosa Machado. Tem-se atribuido a sua autoria ao genealogista Manuel de Carvalho e Ataíde, ùltimamente, porém, numa curiosa obra do falecido investigador Major G. L. Santos Ferreira, *Salvador Gonçalves Zarco (Cristobol Colon)* —, essa autoria é atribuida a Fr. Jerónimo de Sousa. A questão é melindrosa, por envolver um evidente mistério, e uma decifração que ainda não foi criticada, por isso relegamos para esta nota a referência a esta interessante obra, por certo uma das mais curiosas que o século XVII produziu, e que ainda dará muito que falar.

TEMPO DE AGOR.
EM DIALOGOS.

Dirigido ao Excellentiſſimo ſenhor Dom Theodoſio ſegundo do nome, Duque de Bargança, &c.

Pelo Alferes Martim Affonſo de Miranda, natural de Lisboa

Com todas as licenças neceſſarias.

Em Lisboa, por Pedro Craesbeeck 1622

TEMPO DE AGORA
EM DIALOGOS.
DIRIGIDO
AO
ILLUSTRISSIMO SENHOR
D. THEODOSIO
SEGUNDO DO NOME,
DUQUE DE BARGANÇA *ETC.*
PELO ALFERES
MARTIM AFFONSO DE MIRANDA,
Natural de Lisboa,
E agora fielmente copiado da Ediçam de 1622.
POR
BENTO JOZÉ DE SOUZA FARINHA,
Profeſſor Regio de Filoz ofia, e Socio da Accademia das Scienc ias de Lisboa.

LISBOA
Na Offic. de ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,
Impreſſor da Real Meza Cenſoria.

ANNO MDCCLXXXV.
Com licença da meſma Real Meza.

A RARÍSSIMA OBRA de Martim Afonso de Miranda, importantíssima para o estudo dos usos e costumes do século XVII, na sua primeira e segunda edições.
(Exemplares da livraria de Albino Forjaz de Sampaio)

A LITERATURA MÉDICA

BIBLIOGRAFIA: — Fonseca Benevides — *Bibliografia Medica Portugueza* no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, 1840-1842; Maximiano Lemos — *Historia da Medicina em Portugal*, MDCCCXCIX; *Zacuto Lusitano*, 1909; Gomes de Lima — *Reflexoens criticas sobre os Escritores Chirurgicos de Portugal;* Sá Matos — *Bibliotheca elementar chirurgico-anatomica*, 1788; Manuel José Leitão — *Resumo da historia da anatomia e cirurgia*, MDCCLXXXVIII; J. Leite de Vasconcelos — *Etnografia Portuguesa* (em preparação); Serrano — *Tratado de Osteologia humana*, 1895; Costa Santos — *O tratamento das boubas no Hospital Real de Todos os Santos em principios do século* XVI, 1916; *Sobre barbeiros sangradores do Hospital de Lisboa*, 1921; *A Escola de Cirurgia do Hospital Real de Todos os Santos*, MCMXXV.

Não foi abundante a literatura médica do século XVII em Portugal. As causas dêste facto, pelo que respeita à medicina, não foram especiais mas precisamente as mesmas que haviam paralisado no final do século anterior tôdas as actividades produtoras da nação.

Em primeiro lugar, a expulsão dos judeus repercutiu-se nos embrionários estudos médicos por um grande prejuízo porquanto, como é sabido, eram os judeus muito dados ao cultivo das letras e ciências, tornando-se célebres alguns médicos desta raça. A guerra aos judeus e aos cristãos novos movida pelo povo fanático e instigada pelo clero corrupto, fêz exilar do país homens de alto valor na profissão médica, como Amato Lusitano, Luís Nunes, Rodrigo de Castro, Estêvão Rodrigo de Castro, etc. Todos êstes sábios médicos, e muitos outros mais, foram inhibidos de prestar o seu valioso concurso ao avanço das ciências médicas no país, devido à funesta inópia da intolerância religiosa.

O estabelecimento da Inquisição veio ainda mais agravar êste estado de coisas pela feroz restrição por ela trazida à liberdade de pensamento. O terrível tribunal tolhia todo e qualquer progresso intelectual.

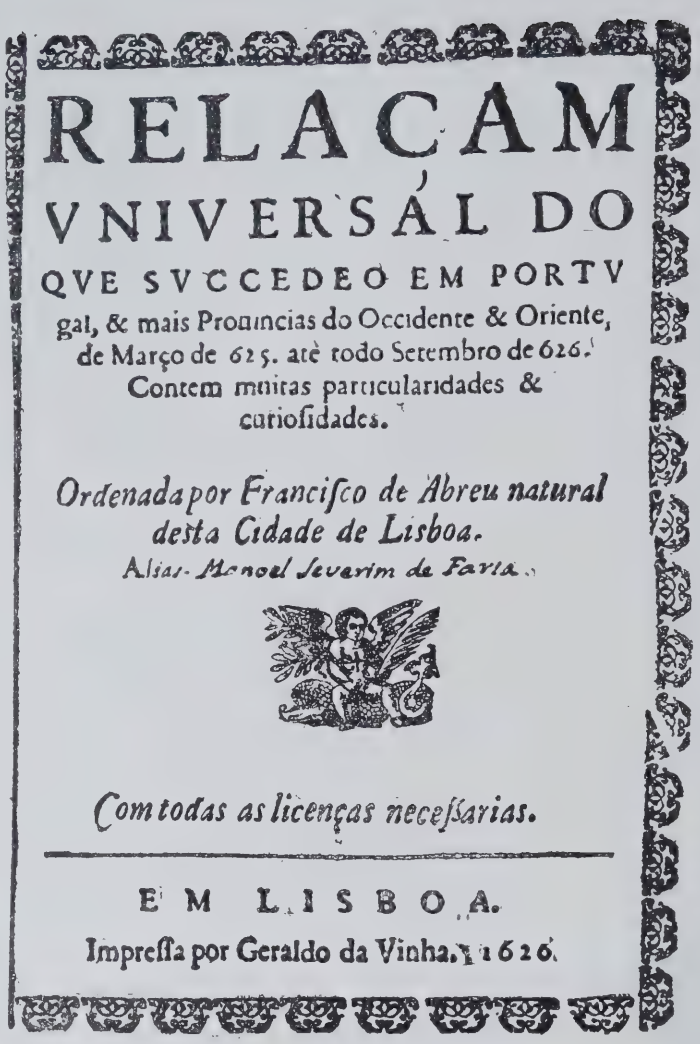
Perfeitamente a par destas duas nefastas influências actuava a acção jesuítica que pouco a pouco se foi apoderando do ensino para assim mais fàcilmente poder matar à nascença qualquer veleidade de progresso ou de renovação. A ela se deve a decadência completa dos estudos anatómicos e o perfeito desconhecimento da descoberta da circulação do sangue durante todo o século XVII.

A juntar a estas causas ainda o abalo político sofrido

pela nação deprimindo-a e fazendo-a suportar contra vontade a dominação castelhana.

Ainda como explicação para a falta de trabalhos de valia encontramos no exercício da profissão um fundo de superstição e de charlatanismo, comprovado fartamente nas *Artes de barbeiro* e nas *Luzes de comadres e parteiras* cujas edições e nefasta influência se prolongaram pelo século seguinte adiante, como veremos.

O século XVII foi para a profissão médica em Portugal o século dos barbeiros e charlatães. Enquanto que em 1551 Cristóvão de Oliveira contava em Lisboa 57 médicos, 60 cirurgiões, 197 barbeiros, 25 parteiras e 20 cristaleiras, em 1620 Nicolau de Oliveira apontava 60 médicos, 40 cirurgiões, 153 barbeiros e 200 cistaleiras, quere dizer: deminuíra o número de cirurgiões e aumentara muito o dos barbeiros, pois que no rol de Cristóvão de Oliveira não havia distinção entre barbeiros quer sangrassem quer não. Isto não acontecia na lista de Nicolau de Oliveira, onde já vinham separados os barbeiros sangradores dos outros, classificados como «barbeiros sacaladores de espadas», em número de 143.



RELAÇAM VNIVERSÁL DO QVE SVCCEDEO EM PORTVgal, & mais Prouincias do Occidente & Oriente, de Março de 625. atè todo Setembro de 626. Contem muitas particularidades & curioſidades.

Ordenada por Franciſco de Abreu natural desta Cidade de Lisboa.

Alias Manoel Severim de Faria.

Com todas as licenças neceſſarias.

EM LISBOA.

Impreſſa por Geraldo da Vinha. 1626.

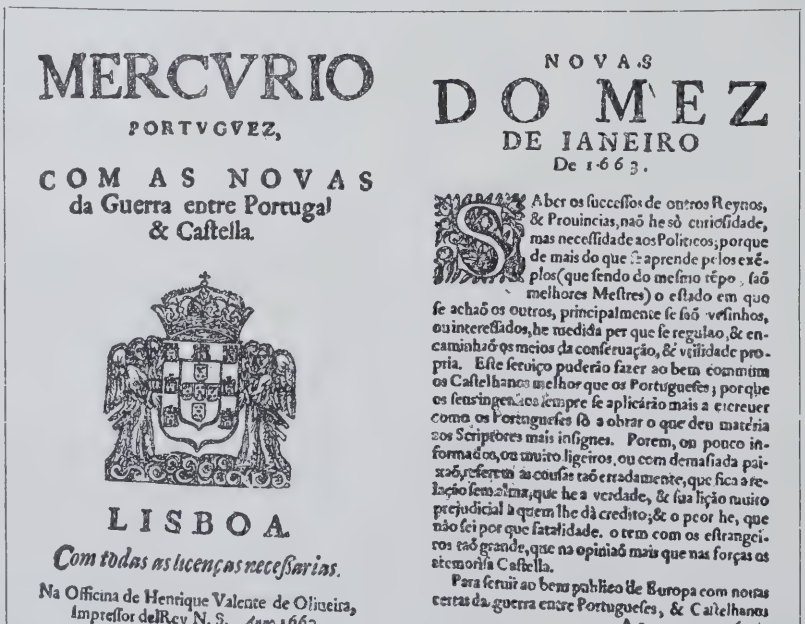
A *Relação* de Manuel Severim de Faria, nome que se lê mss. no exemplar que se reproduz

Salientam-se em lugar de destaque na literatura médica do século XVII, em medicina a obra de Zacuto Lusitano, que viu a luz da publicidade em país estranho e também em terras estranhas foi melhor apreciada, e em cirurgia as obras de António da Cruz e de António Ferreira, publicadas ambas em Lisboa.

Zacuto Lusitano, nascido em Lisboa no ano de 1575, órfão de pai, fêz os seus estudos em Salamanca e Coímbra, doutorando-se aos vinte e um anos na Universidade de Siguenza. Habilitou-se para fazer clínica em Coímbra, e no final do século XVI ei-lo em Lisboa, onde combate a epidemia de 1598. Em 1625 transferia-se para Amsterdão devido à perseguição aos judeus, e aí conquista grande clientela pelo seu fino tacto clínico.

As obras completas de Zacuto constituem dois volumes, o primeiro dos quais encerra os *De medicorum principum historia libri sex*, e o segundo compreende as *Praxis historiarum* e as *De praxi medica admiranda libri tres*. O primeiro volume, como o seu título diz, contém uma série de observações de todos os grandes médicos da antigüidade, juntando-lhe comentários seus, tirando dúvidas e comparando com casos da sua prática mais ou menos idênticos. É uma obra de erudição, para a publicação da qual lutou com imensas dificuldades. O segundo volume das obras de Zacuto abre por um tratado de deontologia médica de certo valor, apesar de pouco adiantar sôbre a colossal obra do seu conterrâneo Rodrigo de Castro. Publica a seguir a sua *Farmacopeia*, que é um tratado de farmácia árabo-galénica. A seguir à *Farmacopeia* vem a *Praxis historiarum*, um compêndio de patologia interna dedicado mais especialmente ao tratamento das doenças. A obra de mais valia publicada por Zacuto é, sem dúvida, a *Praxis admiranda*, cuja primeira edição data de 1634. Como as *Centurias* de Amato Lusitano, é uma colecção de observações de doentes pouco vulgares, a maior parte casos da sua clínica e outros comunicados pelos primeiros médicos do seu tempo, com quem mantinha aturada correspondência.

Galenista confesso, combatia os modernos por perverterem os textos e desrespeita-



MERCVRIO PORTVGVEZ, COM AS NOVAS da Guerra entre Portugal & Caſtella.

LISBOA

Com todas as licenças neceſſarias.

Na Officina de Henrique Valente de Oliueira, Impreſſor delRey N. S. *Anno* 1663.

NOVAS DO MEZ DE IANEIRO De 1663.

Saber os ſucceſſos de outros Reynos, & Prouincias, não he só curioſidade, mas neceſſidade aos Politicos; porque de mais do que ſe aprende pelos exẽplos (que ſendo do meſmo tẽpo, ſão melhores Meſtres) o eſtado em que ſe achão os outros, principalmente ſe ſão veſinhos, ou intereſſados, he medida per que ſe regulão, & encaminhão os meios da conſeruação, & vtilidade propria. Eſte ſeruiço puderão fazer ao bem commum os Caſtelhanos melhor que os Portugueſes; porque os ſeus ingenios ſempre ſe aplicárão mais a eſcreuer como os Portugueſes ſó a obrar o que deu matéria aos Scriptores mais inſignes. Porem, ou pouco informados, ou muito ligeiros, ou com demaſiada paixão, referem as couſas tão erradamente, que fica a relação ſem alma, que he a verdade, & ſua lição muito prejudicial à quem lhe dà credito; & o peor he, que não ſei por que fatalidade, o tem com os eſtrangeiros tão grande, que na opinião mais que nas forças os atemorisa Caſtella.

Para ſeruir ao bem publico de Europa com noticias certas da guerra entre Portugueſes, & Caſtelhanos

A 2 (vol-

FRONTISPÍCIO E PRIMEIRA PÁGINA do primeiro número do *Mercurio portuguez*

EXAME
D'ANTIGVI
DADES
COMPOSTO POR DIOGO DE
Payva d'Andrada.
PARTE PRIMEYRA.
REPARTIDA EM DOZE TRATADOS,
onde se apurão hiſtorias, opiniões, & curioſidades per-
tencentes ao reyno de Portugal, & a outras partes,
desde a creação do mundo ate o anno 3403.
DIRIGIDA AO PRINCIPE DOM
Felipe noſſo ſenhor
Com as licenças neceſſarias
Em Lisboa impreſſo na officina de Iorſe Rodriguez
Anno 1616.
VARIAS
ANTIGVIDADES
DE
PORTVGAL
AVTOR
GASPAR
ESTAÇO.
Com licença da S. Inquiſiçaõ, Ordinario, & Paço.
EM LISBOA.
Por Pedro Crasbeeck Impreſſor del Rey
Anno Dñi. M.DC.XXV.

O *Exame de Antiguidades*, de Diogo de Paiva de Andrade, e as *Varias antiguidades de Portugal*, por Gaspar Estaço. Rosto das primeiras edições

rem os mestres. Como escritor médico e profissional apresenta-nos um tipo curioso, mixto de modéstia e de orgulho. Zacuto mostra-se orgulhoso da sua obra perante os seus pares, evidentemente por possuir consciência absoluta do seu valor.

O licenciado António da Cruz entrou para o serviço do nosso Hospital Real de Todos os Santos como cirurgião em 1579 e nele permaneceu até o seu falecimento, em 1626, isto é, durante o longo período de 47 anos. É natural que se tenha licenciado em Coimbra ou em alguma universidade espanhola. Tirou, porém, carta de cirurgião em Lisboa, e deixou uma obra intitulada *Recopilaçam de Cirurgia*, que serviu de bíblia aos cirurgiões portugueses e a alguns espanhóis durante o século XVII. Citam-se do livro indicado nove edições, publicadas sucessivamente em 1601, 1605, 16??, 1630, 1649, 1661, 1669, 1688 e 1711.

Por esta obra, a primeira sôbre cirurgia escrita em língua portuguesa, se poderá avaliar do ensino cirúrgico de então, pois ela reflecte a forma didactica como Cruz transmitia aos praticantes do Hospital a sua ciência. A obra em questão vem cheia de árabo-galenismo, imperante na época, com algumas notas originais de observação pessoal adqüiridas na sua longa experiência.

António Ferreira, natural de Lisboa, estudou em Coimbra, por onde se licenciou em medicina. Seu pai era barbeiro. Teve carta de cirurgião em 1644. Tratou a peste em Tânger, e logo no ano seguinte, em 1654, entrou para o serviço do Hospital citadino como cirurgião dos males.

Em 1670 publicou a sua obra de cirurgia intitulada *Luz verdadeyra e recopilado exame de toda a cirurgia*. Esta obra é um resumo perfeito de tudo quanto havia escrito ao tempo da primeira edição, 1670, sôbre cirurgia, por vezes com certos traços de originalidade, conquistou grande reputação e foi durante o último quartel do século XVII e durante todo o século XVIII o compêndio expositor preferido dos cirurgiões dêstes dois séculos, a quem por isso os seus poucos detractores chamam «ferreiristas».

Obra também digna de registo é a que publicou Duarte Madeira Arrais sôbre a sífilis. Madeira Arrais nasceu em Moimenta da Beira, estudou medicina em Salamanca e mais tarde foi nomeado físico-mór *do pulso* do rei D. João IV. Morreu em 1652. Publicou-se a obra em Lisboa e a sua primeira edição é de 1642. Intitulava-se *Methodo de conhecer e curar o morbo gallico* e era obra muito completa sôbre a especialidade que tratava, tendo tido tal acolhimento que mereceu no século seguinte as honras de uma nova edição, correcta e aumentada, por Francisco da Fonseca Henriques, que, com os seus vastos conhecimentos, muito a valorizou. O autor é pela importação americana da sífilis, admite a transmissão heredi-

ORIGEM
DA NOBREZA
POLITICA, BLASOẽS de armas, appellidos, cargos, & titulos nobres.
DIRIGIDO A LVIS D'ALbuquerque de Mello, &c.
POR ALVARO FERREIRA DE VERA.

Com todas as licenças necessarias.

EM LISBOA. Por Mathias Rodriguez. Anno MDCXXXI.

NOBILIARCHIA
PORTUGUEZA.
TRATADO
Da Nobreza hereditaria, & politica
OFFERECIDA
Ao Excellentiſſimo Senhor
D. RODRIGO
ANNES DE SAA, ALMEYDA, E MENEZES,
Marquez de Fontes, Conde de Pennaguiaõ, Camareiro môr da Caza Real, &c.
ESCRITA
POR ANTONIO DE VILLASBOAS, & Sampayo.
EM LISBOA.
Com todas as licenças neceſſarias
Na Officina de FELIPPE DE SOUZA VILLELA.
Anno de 1708.

DOIS CURIOSOS E INTERESSANTES LIVROS de genealogia publicados no século XVII. O de Álvaro Ferreira de Vera e o de António Vilasboas e Sampaio, ainda hoje estimados

tária e o contágio pelo contacto mediato ou imediato. No tratamento da doença, aconselha Madeira Arrais os meios brandos e defende o uso dos banhos sulfurosos como adjuvante do tratamento mercurial, citando as águas de Lafões e das Caldas da Raínha como boas para êsse efeito.

Era a sangria fartamente usada na terapêutica médica e cirúrgica do século XVII. As suas indicações, o modo de a executar e bem assim a maneira de aplicar ventosas e sanguessugas são objecto de uns livrinhos, à maneira de catecismos, intitulados *Artes de sangradores* e *Praticas de Barbeiros*, cujos autores mais em voga foram Manuel Leitão e Henrique do Quental Vieira. A primeira edição da *Pratica de Barbeiros*, de Manuel Leitão, apareceu em 1604 e teve sucessivas edições em 1647, 1651, 1693 e 1744.

Contra êste abuso da sangria insurgiu-se fr. Manuel Teixeira de Azevedo numa obra curiosa, intitulada *Correcção de abusos introduzidos contra o verdadeiro méthodo da medicina*, que se publicou em dois volumes. Manuel de Azevedo começou por se formar em medicina em Salamanca após o que embarcou em Lisboa numa armada espanhola que em 1631 partiu para o Brasil tendo lá prestado relevantes serviços. Em seguida à restauração de Portugal fêz-se carmelita obtendo dispensa para exercer a medicina. A sua obra é justa no combate ao abuso da sangria que até já andava nos adágios populares: «Em Lisboa não há sangria má nem purga boa.» Porém no restante é uma obra de crendice popular incluindo até um «tratado da fascinação, olhado ou quebranto» em que fala com conhecimento de causa, é êle quem o afirma, dos feitiços e maneira de os curar com amuletos.

Obra muito apreciada ainda hoje é o *Trattado unico da constituiçam pestilencial de Pernambuco* de João Ferreira Rosa, médico no Brasil, onde se publica pela primeira vez a descrição da febre amarela. Êste livro foi impresso em Lisboa em 1694. Descreve com grande soma de detalhes os sintomas da febre amarela e é por isso obra digna do aprêço em que é tida pelos bibliógrafos.

DO
SITIO DE
LISBOA.
DIALOGO
DE LVYS MENDEZ
de Vaſconcelos.
COM LICENC, A
da Sancta Inquiſiçam,
& do Ordinario.
IMPRESSO EM LISBOA,
na officina de Luys
Eſtupiñan.
Anno de M.DCVIII.

PRIMEIRA PARTE
DA
FVNDAC, ÃO,
ANTIGVIDADES
E GRANDEZAS
DA MVI INSIGNE CIDADE
DE LISBOA,
E SEVS VAROENS ILLVSTRES EM
Sanctidade, Armas, & Letras.
CATALOGO
DE SEVS PRELADOS, E MAIS COVSAS
Eccleſiaſticas, & Politicas ate o Anno 1147 em que foi
ganhada aos Mouros por ElRey D Afonſo Henriquez
DEDICADA
AO ILLVSTRE, E INCLITO SENADO DELLA
ESCRITA
PELO CAPITÃO LVIS MARINHO DE AZEVEDO
natural da meſma Cidade.
EM LISBOA.
Na Officina Craesbeckiana.
M.DC.LII

Os dois importantes livros impressos sôbre Lisboa, no século XVII, por Luiz Mendes de Vasconcelos e Luiz Marinho de Azevedo. Êles são, com os de João Brandão e Cristóvão Rodrigues de Oliveira, do século anterior, dos mais estimados volumes da bibliografia ulissiponense

OUTROS GÉNEROS

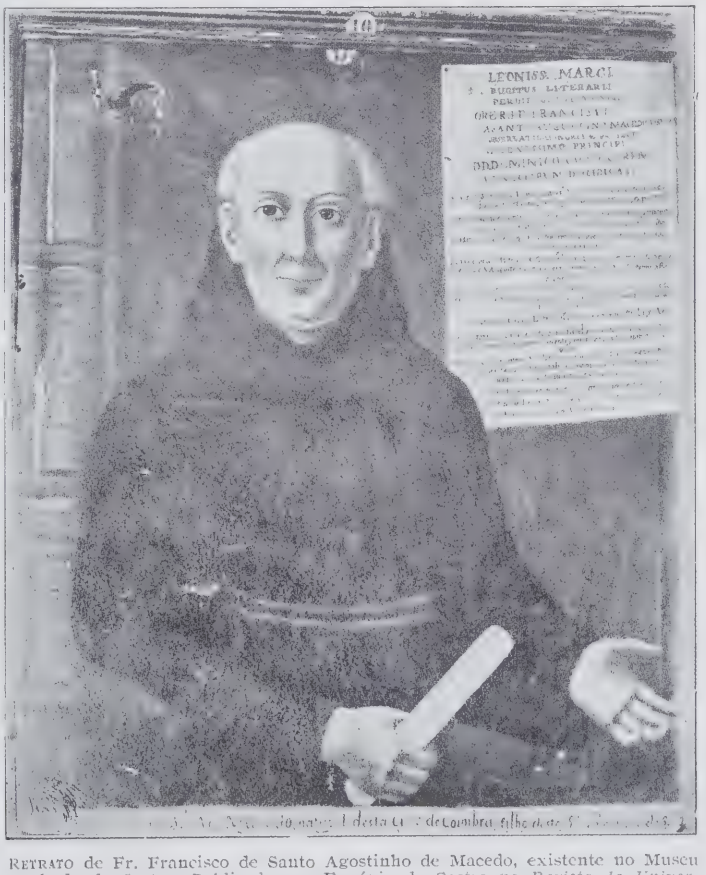
BIBLIOGRAFIA :— Diogo Fernandes Ferreira — *Arte da caça da altanaria*. Lisboa, 1616; 2.ª ed. Lisboa. Bib. dos Clássicos Portugueses (de Melo de Azevedo). Lisboa.

Luís Mendes de Vasconcelos — *Do sítio de Lisboa*. Lisboa, 1608, 2.ª ed., 1786, 3.ª ed., 1803.

Fr. Nicolau de Oliveira — *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa, 1620. 2.ª ed. Lisboa, 1804.

Luís Marinho de Azevedo — *Primeira parte da fundação, antiguidade e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa...* Lisboa, 1652. 2.ª ed. Lisboa, 1753 (1.ª e 2.ª partes).

António Delicado — *Adagios portugueses reduzidos a logares comuns*. Lisboa, 1651. 2.ª ed. Lisboa, 1924, prefaciada por Luís Chaves.



Retrato de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, existente no Museu Machado de Castro. Publicado por Eugénio de Castro na *Revista da Universidade*, vol. VI, 1917

João Baptista Lavanha — *Viagem da Catholica Real Magestade d'el rei D. Filipe II... ao reino de Portugal, e relação do solemne recebimento que n'elle se lhe fez*. Madrid, 1622.

Luís de Abreu e Mello — *Avisos para o Paço*. Lisboa, 1659.

De outros géneros somenos ficaram livros que todo o mundo conhece, aprecia e guarda sem que o historiador literário tenha até hoje atentado muito neles, não lhes traçando por isso o merecido elogio. E êsses livros são por vezes interessantes, merecendo bem a inclusão que a outros, às vezes, é concedida. Assim está Diogo Gomes Ferreira, com o seu livro *Arte da caça da altanaria*, publicado em 1616, que uns filólogos querem que seja

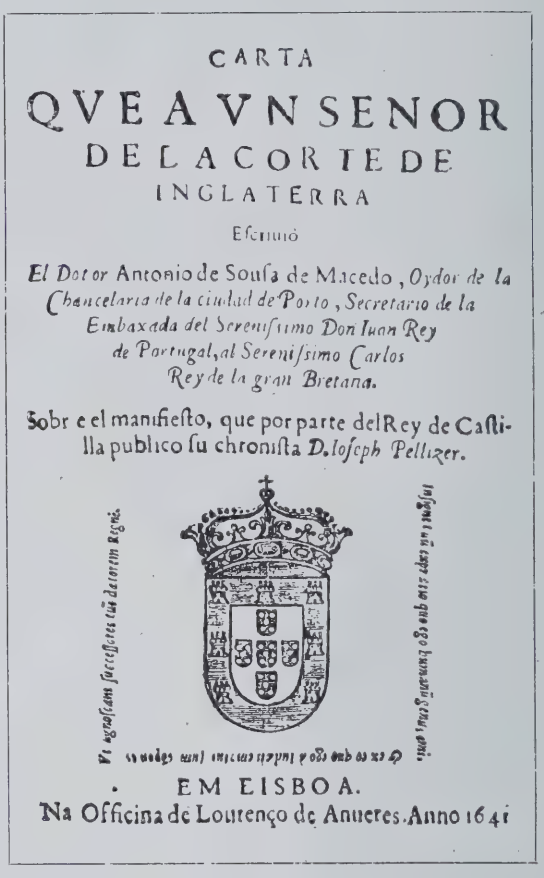
bom, outros que o não seja, em matéria de pureza de lingüagem. O *Catálogo* da Academia, porém, inclui-o nas suas páginas e êle é escrito com grande vivacidade e desenfastiadamente. É útil, e ainda hoje se lê bem e nêle mesmo a língua se aprende com prazer.

VLYSSEA
OV
LYSBOA EDIFICADA
Poema heroyco
DeGabriel Pereira de Castro
do Conselho de ELRey
noſſo Senhor

RARÍSSIMA EDIÇÃO da *Ulyssea* publicada na Holanda (?) em 1642 (?) e descrita pelo livreiro Manuel dos Santos

Lisboa foi neste século muito louvada e teve livros que só das suas opulências se ocuparam seguindo assim as pisadas de Cristóvão Rodrigues de Oliveira e João Brandão. Nada menos de três autores sôbre ela publicaram seus livros. Foram êles, Luís Mendes de Vasconcelos, guerreiro e diplomata, Fr. Nicolau de Oliveira, frade trinitário falecido em 1634 e Luís Marinho de Azevedo, guerreiro e patriota. O primeiro escreveu *Do sitio de Lisboa* e uma *Arte militar. Do sitio de Lisboa* é o livro de um verdadeiro escritor do seu tempo. Escrito em diálogos entram nêle um *Político* que julgaram ser o Conde da Castanheira, um *Soldado* em que todos viram Martim Afonso de Sousa e um *Filósofo*, que é controverso ser D. Jerónimo Osório como se afirmou. O segundo, a curiosa obra, como literatura e pelas inúmeras notas de que sôbre a nossa velha capital está recheada, que é o *Livro das grandezas de Lisboa*. E o terceiro a *Primeira parte da fundação, antiguidade e grandedas da mui insigne cidade de Lisboa*. Não sendo a mais valiosa das três nem por isso deixa de se ler com curiosidade sendo na bibliografia da arqueologia citadina peça estimada.

Houve neste século uma especial e copiosa literatura. Acha-se sumariada no livro do sr. Martinho Augusto da Fonseca *Elementos bibliographicos para a Historia das guerras chamadas da Restauração* (1640-1668), Lisboa, 1927. São relações, desabafos patrióticos, coisas várias sem um vigoroso e pujante relêvo literário.


CARTA
QVE A VN SENOR
DE LA CORTE DE
INGLATERRA
Eſcriuió
El Doctor Antonio de Souſa de Macedo, Oydor de la Chancelaria de la ciudad de Porto, Secretario de la Embaxada del Sereniſsimo Don Iuan Rey de Portugal, al Sereniſsimo Carlos Rey de la gran Bretana.
Sobre el manifieſto, que por parte del Rey de Caſtilla publico ſu chroniſta *D. Ioſeph Pellizer.*
EM EISBOA.
Na Officina de Lourenço de Anueres. Anno 1641

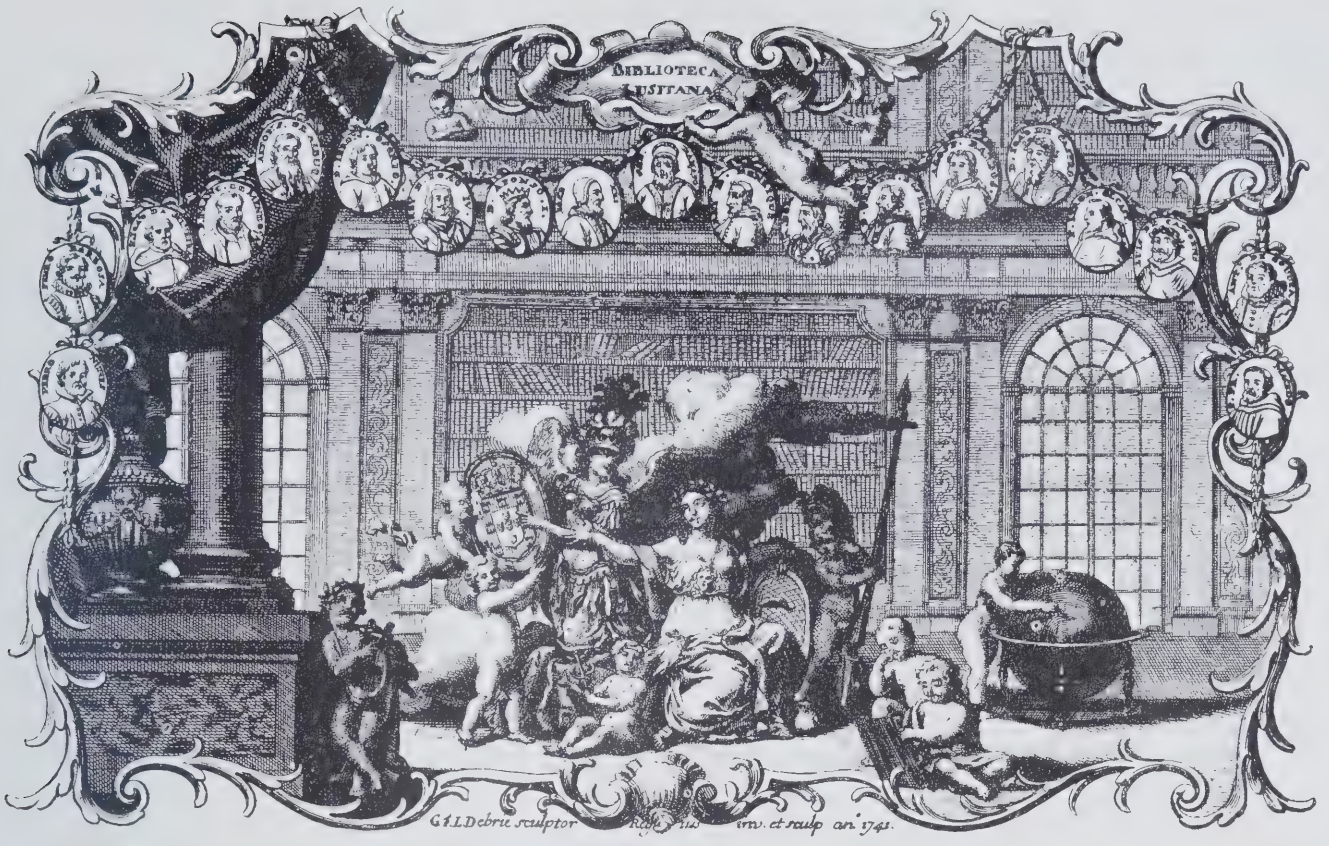
LITERATURA DA RESTAURAÇÃO. O raro livro de António de Sousa de Macedo

Livro muito interessante é o do padre António Delicado, salvo pela nova edição que o sr. Luís Chaves eruditamente prefaciou. «É um vasto repositorio de proverbios de toda a especie, que para estímulo e uso deverão de servir a futuros colectores, do *Adagiario Geral Português*».

Lavanha tem um livro que anda em tôdas as grandes livrarias e é obra consultada por quem queira saber dos usos, costumes, trajos e até da topografia da velha Lisboa; é a *Viágem* que o rei D. Filipe fêz a Portugal, obra recheada de estampas não menos apreciadas.

Avisos para o Paço é um livrinho avisado, de leitura conceituosa, e prova no seu autor méritos de literato com valor e bem merecedor de ser contado na história literária do seu tempo.

CARTAS DE AMOR
DA
SÓROR MARIANA
AO CAVALHEIRO DE CHAMILLY
TRADUÇÃO DE LUCIANO CORDEIRO
ILUSTRAÇÕES DE ALBERTO SOUZA
LISBOA.
LIVRARIA J. RODRIGUES & Cª
186, RUA AUREA, 188.



ABERTURA DA PARTE BIBLIOGRÁFICA DA BIBLIOTECA LUSITANA de Diogo Barbosa Machado (Desenho e gravura de Debrie)

SÉCULO DEZOITO

ASPECTOS GERAIS

A SOCIEDADE. O REI. O TERREMOTO. POMBAL. A CULTURA. A ARTE.

INICIAL ORNADA DA BIBLIOTECA LUSITANA

BIBLIOGRAFIA do século XVIII é grande. São todavia dignas de consulta as seguintes obras: *Almanachs de Lisboa* para 1872, etc.; António Baião — *Episódios dramáticos da inquisição portuguesa;* Manuel Bernardes Branco — *Portugal na época de D. João V, História das Ordens Monásticas, Portugal e os Estrangeiros;* Júlio de Castilho — *Lisboa antiga* e *A Ribeira de Lisboa;* Venâncio Deslandes — *Impressões Deslandesianas;* Amador de Lisboa — *Memorias das principaes Providencias, que se derão no terremoto que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755;* Marquez de Rezende — *Pintura de um outeiro nocturno;* Jacome Ratton — *Recordações;* José Baretti — *Portugal em 1760;* Rebêlo da Silva — *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII;* Marquez de Alorna — *As Prisões da Junqueira;* Camilo Castelo Branco — *O Marquês de Pombal;* João Lúcio de Azevedo — *O Marquez de Pombal e a sua epoca;* João Baptista de Castro — *Mappa de Portugal;* Teófilo Braga — *Historia da Universidade de Coimbra* e *Historia do theatro portuguez;* José Seabra da Silva (Marquez de Pombal) — *Dedução chronologica;* Duc du Chatelet — *Voyage en Portugal;* P.e João Chevalier — *Relação das magnificas festas, com que na cidade de Lisboa foy applaudida a canonisação de S. Camilo de Lelis; Description de la ville de Lisbonne...* Paris, 1730; Dumouriez — *État présent du royanme de Portugal en l'année,* 1766; N. de Fer — *Les Royannes de Portugal et d'Algarve.* Paris, 1705; José Pedro Ferrás Gramoza — *Successos de Portugal;* P. Bartolomeu Lourenço de Gusmam — *Petição, sobre o instrumento que inventou para andar pelo ar e suas utilidades;* Luz Soriano — *Historia do Reinado de D. José e da Administração do Marquez de Pombal;* Murphy — *Travels in Portugal;* Oliveira Martins — *Historia de Portugal;* Francisco Xavier de Oliveira — *Cartas;* id — *Memoires;* António de Oliveira Freire — *Descripçam corographica do reyno de Portugal;* Pinheiro Chagas — *Historia de Portugal;* Fernando António da Rosa — *Relação das Insignes Festas que aos Felices e Reaes annos da Princeza do Brazil Nossa Senhora se fizerão no sitio da Junqueira;* Inácio Barbosa Machado — *Relação da enfermidade, ultimas acções, morte, e sepultura ... .. o sr. D. D. João V;* Juan Alvarez de Colmenar — *Les delices de l'Espagne y du Portugal...* Leide, 1707, etc.

O século XVIII tem sido geralmente mal apreciado, supondo-se um período inerte e estéril, quando, na realidade, foi em tôda a Europa um século de fecunda e larga elaboração, que delineou e estabeleceu os princípios sôbre que assentam as sociedades modernas. Foi incontestàvelmente a França o país que mais forte acção exerceu na Europa quer no campo político, quer no filosófico e no literário. Essa hegemonia francesa começou a manifestar-se no século anterior, mas adquiriu tôda a expansão no século XVIII que, com razão, se pode chamar francês. No campo filosófico

e científico o inglês Francisco de Verulam, lord Bacon, assentava no *Noveau orzancro* as leis da experiência e da indução combatendo a sêca e estéril lógica aristotélica; Descartes, francês, no *Discours sur la méthode* estabelecera as bases do novo método científico; Locke no *Ensaio do entendimento humano* dera à experiência a função formadora da inteligência, a *tábua raza* em que a experiência gravava tôdas as suas aquisições; mas foi o século XVIII que difundiu tôdas essas conquistas do espírito. Se a França literàriamente se afirmara por forma brilhante no seiscentismo a sua acção impôs-se mais ainda no século XVIII com Voltaire, Beaumarchais, Bernardin Saint-Pierre, Prévost, Lesage, no romance e no teatro, com os enciclopedistas a cuja frente figuram Diderot e d'Alembert, com Rousseau na orientação no campo filosófico e no político, não sendo menor a acção do Condillac no sensualismo filosófico iniciado por Locke. A Alemanha que viu logo no comêço do século a formação do reino da Prússia (1700) que seria o ponto de concentração de tôda a nação germânica, também não escapou ao influxo francês e nela Voltaire foi extraordinàriamente querido e admirado, o seu maior pensador Leibnitz, embora seguindo a esteira de Locke, escreveu as suas obras capitais em francês e foi a França quem a formou intelectual e literàriamente no século que alguns autores chamam do iluminismo. Foi o século XVIII o dos políticos-filósofos, que muitos príncipes, como o imperador José de Áustria, Frederico II da Prússia e até Catarina da Rússia, blasonavam de ser, contribuindo, assim, embora involuntàriamente, para a vitória dos princípios novos. Portugal também não ficou alheio a êsse movimento renovador, se bem que por causas complexas e múltiplas os seus benefícios se fizessem sentir cá mais tardia e morosamente. Com efeito a primeira metade do século XVIII apresenta-nos quadro sombrio em que os males do seiscentismo se agravam, parecendo corromper tudo, se bem que espíritos argutos poderiam vislumbrar nessa decadência pródromos da renovação. A sociedade portuguesa dos primeiros cinqüenta anos de setecentos jazia mergulhada no mais torpe e estúpido fanatismo, alimentado pela intolerância mais atroz que nas fogueiras do Santo Ofício encontrara meio seguro de abafar os mais tenues tentâmenes de emancipação dos espíritos; o ensino caíra no marasmo, impossibilitado de se libertar manietado pelo formalismo jesuítico, hirto, frio e rígido como um cadáver; a volubilidade, a luxúria desbragada que sentando-se no trono com D. João V alastrara por tôda a parte, não poupando os conventos alguns dos quais pelo relaxamente da disciplina eram verdadeiras alcovas; as camadas populares davam o triste espectáculo da mais abjecta submissão e a crápula cevava-se nelas ainda talvez com maior fúria que no clero, em que abundavam os *abades almiscarados* e *janotas* que de olhos em alvo se rebolavam cantando o *lundum* e outras modinhas afrodisíacas, na nobreza babada e babosa perante a caricatura do *rei Sol*. Nestas condições, num povo que fugira ao trabalho e esperava andrajoso às portarias dos conventos a sopa, a literatura não podia florescer, e a poesia, a flor mimosa da imaginação, estiolara-se e em seu lugar pompeavam os estafados *ecos*, as saporíferas *silvas*, os disparatados *acrósticos* e tantas e tantas outras perversões das boas letras, e alçapremava-se a poeta o sacripanta Sottomayor, o *Camões do Rossio*. Mas, para prova de que nem tudo era morto, de que nem tudo era cisco nesta terra desviada da sua evolução natural, alguns espíritos rasgados, inteligências sólidas e abertas aos ideais renovadores, apareceram na nossa terra, como Luís António de Verney, António Nunes Ribeiro Sanches, Francisco Xavier de Oliveira, embora tivessem de procurar no estrangeiro a segurança para as suas vidas que a intolerância brutal e estúpida espreitava ávida de novas vítimas. A acção dêstes belos espíritos exerceu-se, ainda que de longe, na terra pátria, que assistiu a profunda revolução na sua mentalidade, tão ineficazes os golpes da reacção contra as justas conquistas da evolução progressiva do espírito. Ao influxo das suas ideias modificou-se a instrução nacional; foram banidos os processos educativos do formalismo jesuítico, a Universidade reformada recebeu rajadas de vento purificador, o ensino comercial iniciou-se, a instrução primária e a secundária desenvolveram-se, a gramática portuguesa pela vez primeira foi mandada ensinar independentemente da latina, o Colégio dos Nobres e a Academia de marinha e fortificação resultam da nova orientação dada ao ensino, as indústrias rejuvenescem ou criam-se, por tôda a parte parece brotar nova seiva que alenta o depauperado orga-

GRAVURA DO ROSSIO ANTES DO TERREMOTO em que se vê: S. Lourenço, e no último plano o Castelo de S. Jorge, a Igreja de S. Domingos, a Ermida de N.ª Sr.ª da Escada, por detraz a Igreja de Santa Justa, a Igreja de S. Cristóvão, junto ao palácio dos Marqueses de Tancos, a Igreja e, principalmente, o Hospital de Todos os Santos, a Igreja e Convento da Graça

nismo nacional e que sôbre os escombros do terremoto faça nascer os fundamentos duma sociedade nova. O espírito moderno tudo invade; D. Francisco de Lemos e D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, dois representantes do alto clero são executores de reformas benéficas no ensino, Pombal, com todos os seus rigorismos tantas vezes cruentos, com as suas queimas dos livros estrangeiros apreendidos, não consegue deter a onda invasora e é, apesar de tudo, o artifice do Portugal renovador. As letras não podiam alhear-se dêste movimento geral e, na verdade, as Academias, frívolas e até ridículas do seiscentismo, embora conseguissem esbracejar no setecentismo, caem dentro em pouco para cederem o lugar a outras de intuitos mais levantados e processos mais consentâneos com o espírito novo e a Academia Real de História portuguesa e as Arcádias, que lhes sucederam, vieram prestar uma à erudição nacional e outras à poesia serviços apreciáveis, cuja acção benéfica se não deve esquecer, embora os seus esforços não houvessem tido tanto êxito quanto os seus cooperadores idealizaram, porque causas internas, que não puderam ser absotamente estirpadas, a isso obstaram. A Academia Real das Ciências no último quartel do século é como a cúpula do edifício com tanto afan levantado em prol da mentalidade nacional. Não foi, pois, um século inútil nem apagado o XVIII; século de renovação, século de vagas aspirações, muitas das quais ainda nêle se converteram em realidade, merece o respeito e o estudo dos que lhe aproveitaram os óptimos frutos que nêle germinaram, em terreno que tão ingrato parecia.

AMPLIAÇÃO DE PARTE DA GRAVURA ANTECEDENTE: «No primeiro plano a Igreja de S. Domingos, a Ermida de N.ª Sr.ª da Escada. Por detraz o Colégio e no último plano o Convento da Graça»

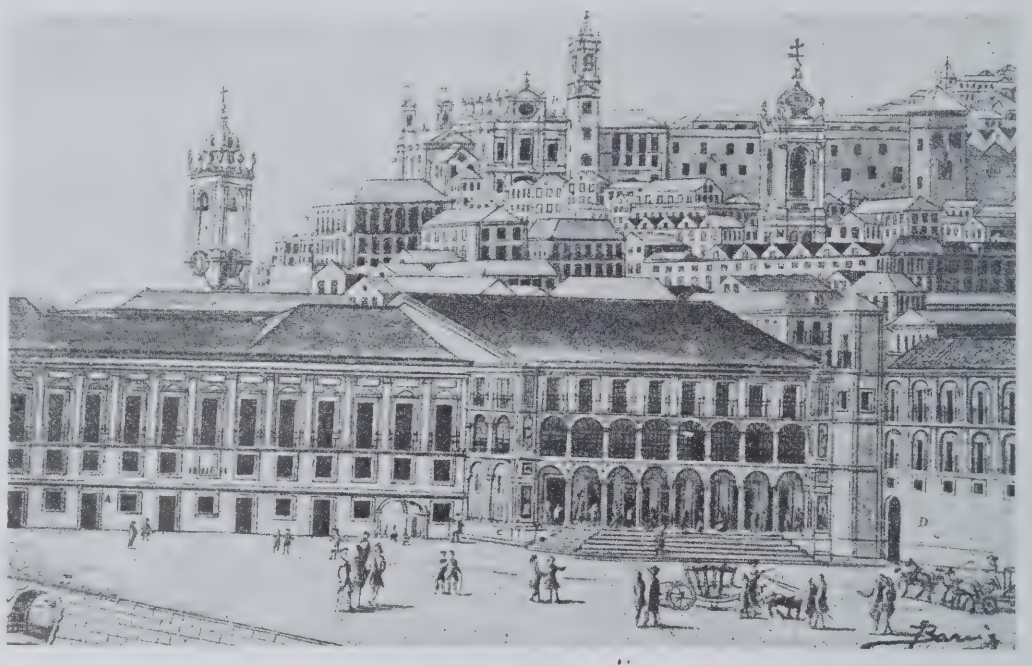
*

Os reis que atravessaram o século XVIII entre nós foram D. Pedro, até 1706; D. João V, de 1706 e 1750, faustoso e devasso, beato e magnificente; D. José, de 1750 a 1777, político que no Marquês de Pombal declinou a alta missão de governar; e finalmente D. Maria I, que foi uma pobre fanática que se não destaca na tela severa da História. D. João V impulsionou a Arquitectura, construiu Mafra, e festa de igreja que se realizasse não era sem o seu beneplácito. D. José teve a singular fortuna de encontrar um ministro notável e de ter tido um terremoto para fazer erguer da velha Lisboa medieval uma cidade digna dêsse nome. Mas no seu tempo animaram-se os estudos, premiaram-se os sábios, buscaram-se professores no estrangeiro e quando D. Maria I chegou para demitir o ministro que fôra a glória de seu pai já não pôde travar as rodas do carro do progresso. O século XVIII, a-pesar de tudo, foi bem interessante, quanto aos usos e costumes, quanto às artes, e mesmo no campo literário foi êle o grande e decisivo renovador.

A ARTE

BIBLIOGRAFIA — *Academia celebrada pelos religiosos... de S. Francisco... no dia da... inauguração da estatua equestre* — Lisboa, 1775; *Almanach para o anno de 1786* — Lisboa, 1785; *Annuario da Academia Polytechnica do Porto...* 1877-1878 — Pôrto, 1878; *Arte (A) e a natureza em Portugal*. Album... Pôrto 1902 a 1905 — Emílio Biel & C.ª, editores; *Auto do levantamento e juramento... á... Senhora D. Maria I...* — Lisboa, 1780; *Breve noticia do applauzo com que na... cidade do Porto se festejou... o ...aniversario do... rey D. Joseph o I. Nosso Senhor* — S. l. n. d.; *Capella (A) de S. João Baptista na Egreja de S. Roque* etc., — Lisboa, 1893; *Capella (A) de S. João Baptista* etc. *(Noticia em portuguez e francez)* — Lisboa, 1893; *Carta de ++++ escripta a um amigo... sôbre os quadros que Pompêo Batoni executou...* — S. l. 1784; *Estatutos da Real Fabrica das sedas...* — Lisboa, 1757; *Guias de Portugal* [da Biblioteca Nacional de Lisboa]; *Monumento (O) de Mafra. Guia illustrado...* — Lisboa, 1906; *Narração dos applausos com que o Juiz do Povo... festeja a... inauguração da estatua equestre...* — Lisboa, 1775; *Notas sobre Portugal* (Exposição nacional do Rio de Janeiro) — Lisboa, 1908; *Plutarcho Portuguez* — Pôrto, 1881; *Catálogo Geral da Primeira Exposição de «Ex-Libris» em Portugal* — Lisboa, 1930; *Catalogo illustrado da Exposição retrospectiva de arte ornamental* — Lisboa, 1882 — (Texto e Estampas); *Catalogo da Exposição districtal de Aveiro... pelo Gremio Moderno em 1882* — Pôrto, 1883; *Exposição distrital de Aveiro em 1882...* — Aveiro, 1883 [Catálogo ilustrado]; *Exposição de arte sacra... do centenario de Santo Antonio em 1895. Catalogo da Sala de Sua Magestade El-rei* — Lisboa, 1895; *Indicador da Exposição de arte ornamental de Vianna do Castello...* — Viana, 1896; *Exposição de arte ornamental do districto de Vianna... Catalogo descriptivo* — Viana do Castelo, 1898 — [ilustrado]; *Exposição Olisiponense* — Lisboa, 1914; A mesma. (Tiragem especial) — Lisboa, 1914 — Catálogo; *Indicador na Exposição de ceramica nacional antiga de Vianna do Castello...* — 1915; *Exposição de Tapetes de Arraiolos* — Lisboa, 1917; *Catalogo dos objectos particulares collocados na Exposição philantropica de 1851 e Additamento ao catalogo da Exposição philantropica* — Lisboa; *O guia da Exposição philantropica* — Lisboa, 1851; *Catalogo dos objectos particulares collocados na Exposição philantropica 1858* — Lisboa; *O guia da Exposição philantropica na Sala do Risco em 1858* — Lisboa, 1858; *Relação das acções com que no... mosteiro de Alcobaça se renderam graças pelos... anos d'elrey Dom José... celebrnão-se a inauguração da estatua...* —

— Lisboa, 1775; *Relação da fabrica na igreja de Nossa Senhora do Loreto para nella se depozitar o Santissimo Sacramento...* — Coimbra, 1735; *Relação da Viagem do embaixador André de Mello e Castro á Corte de Roma* — Paris, 1707; Albuquerque (A. M. Seabra de) — *Biographia de Ignacia d'Almeida, Esculptora em barro e cêra* — Coimbra, 1879; Almeida (Sousa Viterbo e R. Vicente de) — *A capella de S. João Baptista erecta na Egreja de S. Roque...* — Lisboa, 1900; Araujo (Joaquim de) — *Archivo de Ex-Libris portuguezes* — 1901 a 1908; Almeida (P. Theodoro de) — *Lisboa destruida* Poema — Lisboa, 1803; Andrade (Jeronymo de) — *Elogio funebre... do insigne Pintor Vitorino Manoel da Serra* — Lisboa, 1748; Andrade (José Sergio Velloso de) — *Memoria sobre chafarizes, bicas... de Lisboa, Belem...* — Lisboa, 1851; Aragão (Antonio Barnabé Elescano Barreto) — *Josepho I. Lusitanorum... ad statua equestris memoriam. Epigramma* — Lisboa, 1775; Aragão (A. C. Teixeira de) — *Descripção geral e historica das moedas cunhadas... reis, regentes e governadores...* — Lisboa, 1874-1877-1880; Araujo (Antonio Jacintho de) — *Nova arte de escrever* — Lisboa, 1794; Araujo (Manuel Antonio Vieira de) — *Descripção do prodigioso augusto sanctuario do Bom Jesus do Monte... de Braga* — Lisboa, 1793; Ayres (Christovam) — *Manuel da Maya e os engenheiros militares portuguezes no Terremoto de 1775* — Lisboa, 1910; B. (P. A. F.) — *Vozes em Lisboa, eccos em Portugal, que ao fidelissimo rei... D. Jozé o I... na inauguração da estatua equestre... Ode.* — Lisboa, s. d. (1775); Baena (Visconde de Sanches de) — *Apontamentos ácerca da biographia do notavel architecto da basilica... de Mafra...* — Lisboa, 1881; Bapst (Germain) — *Études sur l'orfèvrerie française au XVIII siècle. Les Germain Orfèvres — Sculpteurs du Roy* — Paris, s. d.; *Catalogue raisonné des pièces d'orfèvrerie française... à la collection du Marquis da Foz* — Paris, 1889; *L'orfèvrerie française a la Cour de Portugal au XVIII.e siècle* — Paris, 1892; Barbosa (Domingos Caldas) — *Collecção de poesias feitas na feliz inauguração da estatua equestre...* — s. l. n. d.; *Descripção da grandiosa quinta dos senhores de Bellas e noticia...* — Lisboa, 1799; Barbosa (I. de Vilhena) — *Estudos historicos e archeologicos* — Lisboa, 1874-1875; *Monumentos de Portugal* — Lisboa, 1886; Benedicto (Joaquim Duarte) — *Elogio do grande Apelles portuguez Luiz Gonçalves de Senna* — Lisboa, 1791; Bermudez (D. Juan Agustin Cean) — *Diccionario historico de los mas ilustres professores de las bellas artes en España* — Madrid, 1800; Botto (Monsenhor Conego J. M. Pereira) — *Promptuario analytico dos carros nobres da Casa Real Portuguêsa...* — Lisboa, 1909; Branco (Luís de Freitas) — *A Música em Portugal* — Lisboa, s. d.; Branco (Manuel Bernardes) — *Portugal e os estrangeiros* — Lisboa, 1879-1879-1893-1893-1895; Brandão (Thomás Pinto) — *Descripção de Mafra... Romance...* — S. l. n. d.; *Função Real na Sagração do Templo de Mafra... Sylva* — S. l. n. d.; Brum (Dr. José Zeferino de Menezes) — *Catalogo dos retratos colligidos por Diogo Barboza Machado* — Rio de Janeiro, 1893-1905; Carvalho (J. Lino de) — *Monumento de Mafra. Palestra associativa* — Lisboa, 1904; *Alguns edificios... notaveis...* — *Monumento de Mafra* — *Basilica da Estrella...* — 2.ª Edição... — Lisboa, 1909; Carvalho (Dr. Joaquim Martins Teixeira de) — *Domingos Antonio de Sequeira em Itália (1788-1795)* — Coimbra, 1922; Castiço (Fernando) — *Memoria historica do Santuario do Bom Jesus do Monte* — Braga, 1884; Castilho (Julio de) (2.º Visconde de) — *Lisboa antiga* — Lisboa, 1879-1884-1884-1885-1885-1887-1889-1890; *Lisboa antiga* — 2.ª edição — O Bairro Alto de Lisboa — Lisboa, 1902 a 1904; *Amores de Vieira Lusitano* — Lisboa, 1901; Castro (P.e João Bautista de) — *Mappa de Portugal* — Lisboa, 1745-46-47-49-58; *Mappa de Portugal antigo e moderno* — (2.ª edição da anterior) — Lisboa, 1762-63-63; Castro (Joaquim Machado de) — *Elogio ao Sn.r Francisco Vieira Lusitano* — Lisboa, 1758; *Ao rey fidelissimo Dom José I. Nosso Senhor, collocando-se a sua estatua... Ode* — Lisboa, 1775; *Carta, que hum affeiçoado ás artes do desenho escreveo a hum alumno de escultura...* — Lisboa, 1780; A mesma (2.ª edição) — Lisboa, 1817; *Discurso*

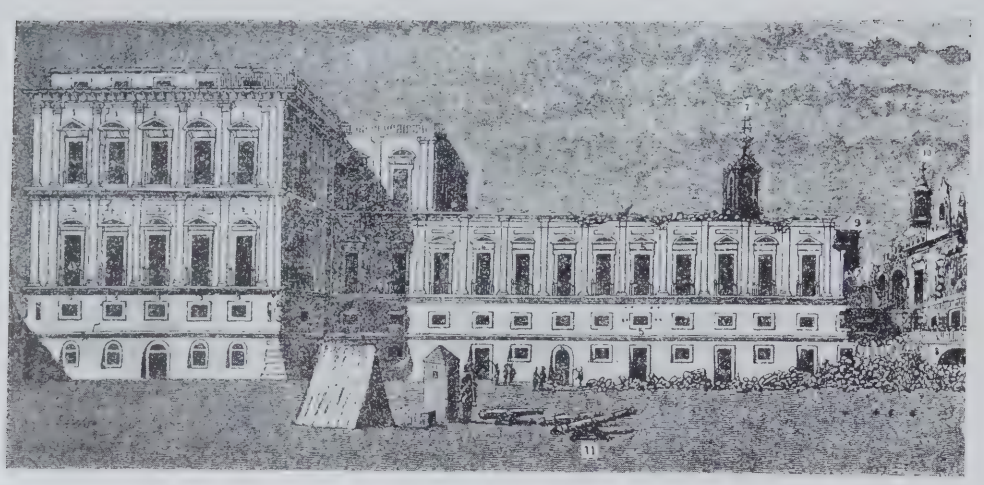


«Gravura do Terreiro do Paço antes do terremoto, em que se vê, principalmente, a célebre Galeria das Damas, na rectaguarda as tôrres do relógio (L), da Patriarcal (M), e no último plano, a começar da esquerda para a direita, a igreja dos Mártires (O), a igreja de S. Francisco (P), etc.»

Fachada nascente do Convento do Carmo em 1745

sobre as utilidades do desenho — Lisboa, 1788; (2.ª edição) — Lisboa, 1818; *Analyse grafic'orthodoxa e demonstrativa...* — Lisboa, 1805; *Descripção analytica da execução da estatua equestre...* — Lisboa, 1810; Chaves (Luiz) — *Registos de Santos — Catálogo... da colecção... de Aníbal Fernandes Tomás...* — Lisboa, 1925; *Subsídios para a historia da gravura em Portugal* — Coimbra, 1927; Cidade (Manuel Pereira) — *Memorias da Basilica da Estrela escritas em 1790* — Coimbra, 1926; Christino (J. Ribeiro) — *Estética citadina* — Lisboa, 1923; Conceição (Fr. Claudio da) — *Gabinete historico...* — Lisboa, 1818 a 1831; Correia (Vergílio) — *Azulejos datados.* 1.ª série — Lisboa, 1916; O mesmo (2.ª edição) — Lisboa, 1922; *Sequeira em Roma.* Duas épocas (1788-1795-1826-1837) — Coimbra, 1923; Costa (Agostinho Rebello da) — *Descripção topographica e historica da cidade do Porto* — Pôrto, 1789; Costa (Laurindo) — *A ourivesaria e os nossos artistas* — Pôrto, 1917; *Uma arte famosa* — Pôrto, 1920; *Artistas Portuguezes* — Pôrto, 1922; *A ourivesaria antiga. Evolução...* — Pôrto, 1925; Costa (Luiz Xavier da) — *Domingos Antonio de Sequeira e Francisco Vieira Lusitano desenhadores de medalhas* — Lisboa, 1923; *Francisco Vieira Lusitano poeta e abridor de águasfortes* — Lisboa; 1926; O mesmo (2.ª edição ampliada) — Coimbra, 1929; *Onde nasceu o pintor Sequeira. Quem foram seus pais e onde moraram* — Lisboa, 1927; *Notas sôbre a baixela Germain da antiga côrte portuguesa* — Lisboa, 1928; Coutinho (Azevedo) — *Bom Jesus do Monte* (Esboço historico e descriptivo) — Braga, 1899; Couto (João) — *Ourivesaria Portuguesa* — Lisboa, s. d.; Cruz (Joseph Gomes da) — *Carta apologetica, e analytica, que pela ingenuidade da pintura...* — Lisboa, 1752; Cunha (Xavier da) — *Um retrato inedito do Dr. Diogo de Carvalho e Sampaio* — Lisboa, 1916; Denis (M. Ferdinand) — *Portugal* — Paris, 1846; Dieulafoy (Marcel) — *Espagne et Portugal* — Paris, 1913; Dornellas (Affonso de) — *Historia e Genealogia* — Lisboa, 1913 a 26; Eça (Mathias Ayres Ramos da Silva de) — *Problema de architectura civil a saber: Porque razão os edificios...* — Lisboa, 1770; (2.ª edição) — Lisboa, 1777; Faria (Antonio de Portugal de) — *12 de fevereiro de 1909. Primeiro centenario da morte do... pintor Morgado de Setubal...* — Milão, 1909; Feio (Alberto) — *Bom Jesus do Monte* — Braga, 1930; Fernandes (Manuel Bernardo Lopes) — *Memoria das moedas correntes em Portugal* — Lisboa, 1856; *Colecção das medalhas e condecorações portuguezas, e das estrangeiras...* — Texto e Atlas; Ferreira (A. Aurelio da Costa) — *Domingos Antonio de Sequeira e a Casa Pia de Lisboa* — Coimbra, 1912; Figueiredo (José de) — *Algumas palavras sobre a evolução da arte em Portugal* — Lisboa, 1908; *Exposition portugaise de l'epoque des grandes decouvertes jusqu'au XX.e siècle* — S. l. n. d. (1931); *Sequeira, Manique, e o pintor brasileiro Manoel Dias* — Lisboa, 1919; *A Baixela Germain* — Lisboa, 1926 (separata da «Lvsitania»); Figueiredo (Manoel de Andrade de) — *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar* — Lisboa, 17....; A mesma (duas edições diversas) — Lisboa, 17....; Forjás (Fr. Joaquim) — *Oração gratulatoria pronunciada na cathedral de Castello-Branco... pela ocasião... da estatua equestre, que se levantou na capital...* — Lisboa, 1775; Foz (Marquês da) — *A baixela Germain da antiga côrte portuguesa* — Lisboa, 1925; Freire (João Paulo) (Mario) — *Mafra. Historia, bibliographia e notas* — Lisboa; Freire (Luciano) — *Museu Nacional dos Coches... Catalogo descritivo e ilustrado* — Lisboa, 1923; Freitas (Jordão de) — *A capella real e a igreja patriarchal na Ajuda* — Lisboa, 1909; G. (D. M. de M.) — [Guimarães (Daniel M. de Moura)] — *Guia do amador de bellas-artes* — Pôrto, 1871; Gama (João de Saldanha da) — *Catalogo da exposição permanente dos cimelios da Biblioteca Nacional* — Rio de Janeiro, 1885; Gambôa (Joaquim Fortunato de Valadares) — *Ao illust.mo, e excel.mo Senhor Marquez de Pombal, collocando-se... a real estatua...* — S. l. n. d.; Garrett (Visconde d'Almeida) — *O retrato de Venus...* — Coimbra. Anno I (1821); *O retrato de Venus e Estudos de historia litteraria* (2.ª edição da ant.or) — Pôrto, 1867; Gomes (Joaquim da Conceição) — *O monumento de Mafra...* — Mafra, 1866; *Descripção minuciosa do monumento de Mafra* — Lisboa, 1871; *O monumento de Mafra...* — 3.ª edição — Lisboa, 1876; *O monumento de Mafra...* — 4.ª edição — Lisboa, 1887; *O monumento de Mafra...* 5.ª edição — Lisboa, 1894; *Mafra et Cintra ou Description detaillée de leurs monuments* — Lisbonne, 1873; Gonçalves (Cardoso) — *O convento de Mafra* — Lisboa, 1906; Guarienti (Pietro) — *Abecedario Pittorico del Pellegrino Antonio Orlandi, accresciuto...* — Veneza, 1753; Guimarães (Alfredo — e Albano Sardoeira) — *Mobiliário Artístico Português (Elementos para a sua história) I Lamego*

FRONTARIA DO CONVENTO DO CARMO e exterior da capela-mór do lado Rossio, antes do terremoto de 1755. Gravura feita em 1745 e republicada na *História de Portugal* de Pinheiro Chagas, ed. pub. pela Empresa da História de Portugal



«Paço da Ribeira (Cópia de uma gravura da época): 1 — Uma grande sala que servia para os embaixadores. 2 — Biblioteca. 3 — Quarto do marquês de Abrantes. 4 — Janela por onde lançaram a Vasconcelos. 5 — Janela onde se armava a tribuna régia para as funções públicas. 6 — Porta da casa da Índia. 7 — Tôrre do Relógio. 8 — Arco que conduz ao Terreiro do Paço. 9 — Palácio do Conde da Ribeira. 10 — Tôrre da freguesia de Nossa Senhora dos Mártires. 11 — Peças de artilharia com que se intentou deitar abaixo as ruínas.»

— Pôrto, 1924; Guimarães (J. Ribeiro) — *Summario de varia historia* — Lisboa, 1872-72-73-74-75; Ivo (Júlio) — *O Monumento de Mafra* — Pôrto, 1930; Jesus (Júlio) — *Subsídios documentais para a biografia de António Joaquim Padrão* — Coimbra, 1930; Jordão (Dr. Levy Maria — e José do Nascimento Gonçalves Correia) — *Historia da Real Casa de Santo Antonio* — Lisboa, 1857; Lamas (Arthur) — *Medalha commemorativa da instituição da Academia Real da Historia...* — Lisboa, 1907; *Medalha commemorativa do casamento de D. João VI* — Lisboa, 1908; *Medalhas portuguezas e estrangeiras referentes a Portugal...* — Lisboa, 1916; *A Rua da Junqueira* — Lisboa, 1922; *A quinta de Diogo de Mendonça no sitio da Junqueira (Extra-muros)* — Lisboa, 1924; *A casa-nobre de Lazaro Leitão no sitio da Junqueira (Extra-muros)* — Lisboa, 1925; Leal (Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho — *Portugal antigo e moderno* — Lisboa, 1873; Leitão (Alexandre José dos Santos) — *Collecção numismatica. Medalhas e condecorações portuguezas e estrangeiras...* — Pôrto, 1897; Lima (Casimiro José de) — *Catalogo dos ponções matrizes e cunhos de moeda existentes na Casa da moeda...* — Lisboa, 1873; Lima (Henrique de Campos Ferreira) — *Subsídios para um dicionário... dos calígrafos portugueses* — Lisboa, 1923; *O Tenente-General Bartolomeu da Costa* — Lisboa, 1924; *Princesas artistas (As filhas de El-rei D. José)* — Coimbra, 1925; *Notícia histórica acerca do busto do duque de Lafões existente na Academia das Sciência de Lisboa* — Coimbra, 1925; *Joaquim Machado de Castro...* — *Notícia biográfica e compilação dos seus escritos dispersos...* — Coimbra, 1925; Lima (Mathias) — *Super-libros portuguezes ineditos* — Pôrto, s. d.; Lusitano (Vieira) (Francisco Vieira de Mattos) — *O insigne pintor e leal esposo...* — Lisboa, 1780; Macedo (Luís de) — *A igreja de Santa Maria Madalena de Lisboa* — Lisboa, 1930; Machado (Cyrillo Volkmar) — *Conversações sobre a pintura, escultura e architectura* — Lisboa, 1794 a 1798; *As honras da pintura, esculptura, e architectura: Dircurso...* — Lisboa, 1815; *Nova academia de pintura dedicada ás senhoras portuguezas...* — Lisboa, 1817; *Collecção de memorias, relativas ás vidas dos pintores, e escultores...* — Lisboa, 1823; (2.ª edição) — Coimbra, 1922; Martha (M. Cardoso) — *Desenhadores portuguezes de ex-libris* — Figueira da Foz, 1908; Mello (Adelino Antonio das Neves e) — *Apontamentos para a historia da ceramica em Coimbra* — Coimbra, 1886; *Historia da Ceramica em Coimbra...* (2.ª edição da anterior) — Lisboa, s. d.; Maia (Manoel Rodrigues) — *A inauguração da estatua equestre do... senhor D. Joze I.* — *Ecloga* — Lisboa, 1775; Mêna Junior (Antonio Cesar) — *Um esboceto de Vieira Lusitano* — Lisboa, s. d.; O mesmo — (2.ª edição) — Lisboa, 1903; Mesquita (Alfredo) — *Lisboa* — Lisboa, 1903; Natividade (Fr. Joseph da) — *Fasto de Hymeneo, ou historia panegyrica dos desposorios dos... Reys... D. Joseph I. e D. Maria Anna Vitoria...* — Lisboa, 1752; Neves (José Accursio das) — *Variedades sobre objectos relativos ás artes, commercio...* — Lisboa, 1814-17; *Noções historicas, economicas e administrativas sôbre... a Fabrica das sedas...* — Lisboa, 1827; Noronha (Tito de) — *Numismatica portugueza* — Pôrto, 1872-1874; Oliveira (Luiz Augusto de) — *A extinta fábrica cerâmica de Viana* — Lisboa, 1915; *As extintas fabricas ceramicas fundadas em Coimbra e em Gaia...* — Lisboa, 1918; *Exposição retrospectiva de ceramica nacional de Vianna do Castello de 1915. Breves estudos* — Pôrto, 1920; Ortigão (Ramalho) — *O culto da arte em Portugal...* — Lisboa, 1896; 2.ª edição — S. l. n. d. (Lisboa); P. (P. M. da S.) — *Relação do notavel incendio,... que houve no Real Convento de S. Francisco... em ...1741* — Lisboa, 1741; Pacheco (Fr. João) — *Divertimento erudito* — Lisboa, 1734 a 1744; Paris et Pedegache (M. M.) — *Collecção de algumas ruinas de Lisboa causadas pelo terremoto... abertas ao buril por Jac. Ph. Le Bas* — Paris, 1757; Passos (Carlos de) — *Porto* — Pôrto, 1929; *Nicolau Nasoni e Luís Chiari...* — Pôrto, 1931; Patrício (Padre F. J.) — *Noticia da Egreja dos Clerigos do Porto* — Pôrto, 1885; Pereira (Esteves — e Guilherme Rodrigues) — *Portugal. Diccionario...* — Lisboa, 1904 a 1915; Pereira (Gabriel) — *Estudos eborenses; Bibliotheca Nacional de Lisboa; Catalogo dos desenhos e aguarellas do album Cifka da B. N. L.* Lisboa, 1903; *A collecção de desenhos e pinturas da Bibliotheca d'Evora em 1884* — Lisboa, 1903; etc.; Pessanha (D. José) — *A fabrica de louça do Rato. Documento para a sua historia...* — Lisboa, 1898; *A porcelana em Portugal. Primeiras tentativas* — Lisboa, 1903; *Tapetes de Arrayolos* — Lisboa, 1906; Pessanha (D. Sebastião) — *Tapetes de Arrayolos* — Lisboa, 1917; Pimentel (Diogo Pereira Forjaz de Sampaio) — *Memorias do Bom Jesus do Monte* — Coimbra, 1844; 2.ª edição — Coimbra, 1861; 3.ª edição — Coimbra, 1876; *Memorias do Bom Jesus do Monte e roteiro ou breve noticia de Braga* — Lisboa, 1883; Pires (Antonio Caldeira) — *Historia do Palácio Nacional de Queluz* — Coimbra, 1924-26; Prado (Fr. João de S. Joseph do) — *Monumento sacro da fabrica e solemnissima... da Basilica... de Mafra...* — Lisboa, 1751; Queiroz (José) — *Ceramica portugueza* — Lisboa, 1907; *Museu de Mafra. Inauguração. Maio de 1911* — Lisboa; *Olarias do Monte Sinay* — Lisboa, 1913; R. (A. d. S.) — *Carta ou narração... da festividade feita... na collocação da estatua equestre...* — Lisboa, s. d.; *Segunda parte da carta, ou narração da festividade...* — Lisboa, 1775; Raczynski (Comte A.) — *Les arts en Portugal. Lettres adressées à la Société artistique... de Berlim* — Paris, 1846; *Dictionnaire*

Igreja de Santo António — Hospital de S. José (antigo)

historico-artistique du Portugal... — Paris, 1847; Ratton (Jacome) — *Recordações* [sic]... *sobre occurrencias do seu tempo em Portugal* — Londres, 1813; A mesma — (2.ª edição revista) — Coimbra, 1920; Ribeiro (José Silvestre) — *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal* — Lisboa, 1871 a 1893; Ribeiro (Victor) — *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa... 1498-1898* — Lisboa, 1902; *Algumas noticias documentais... relativas á Misericordia* — Lisboa, 1907; *A egreja e casa de S. Roque de Lisboa. Algumas noticias...* — Lisboa, 1910; Rocha (José de Mattos) — *Descriptio poetica Villae Calarisianae* — Ullyssipone ocid., 1739; Sales (P.e Ernesto) — *Nosso Senhor dos Passos da Graça (de Lisboa)* — Lisboa, 1925; Sant'Anna (Cosmelli) — *Machado de Castro e a sua obra. Conferência* — Lisboa, 1931; Santos (Reynaldo dos) — *A arquitectura em Portugal* — Lisboa, s. d.; Sendim (Mauricio José) — *Exposição... da criação... da aula de desenho... estabelecida... na Casa Pia de Lisboa* — Lisboa, 1836; Sequeira (G. de Mattos) — *Depois do Terremoto* — Lisboa, 1916-18-22; *Tempo passado (Crónicas alfacinhas)* — Lisboa, 1923; *Palacios e solares portuguezes* — Pôrto, s. d.; *Portugal. Lisboa* — s. l. n. d.; Silva (Francisco Liberato Telles de Castro da) — *Pintura simples* — Lisboa, 1898; Silva (Innocencio Francisco da) — *Diccionario bibliographico portuguez... estudos... continuados e ampliados por Brito Aranha* — Lisboa, 1858 a 1923; Soares (Ernesto — e Cardoso Martha) — *Desenhadores e gravadores* [de ex-libris] — Lisboa, 1929; S. Luiz (D. Fr. Francisco de) (Cardeal Saraiva) (D. Francisco, Bispo Conde) — *Lista de alguns artistas portuguezes...* — Lisboa, 1839; Solla (Conde de Castro e) — *Super-libros ornamentais* — Lisboa, 1913-1915; *Revista de ex-libris portuguezes* — Pôrto, 1916 a 1924; *Faianças brazonadas* — Lisboa; Soubies (Albert) — *Histoire de la musique. Portugal* — Paris, 1898; Sousa (abbade A. D. de Castro e) — *Noticia acerca dos antigos coches da casa real* — Lisboa, 1845; A mesma — 2.ª impressão — Lisboa, 1858; Sousa (Alberto) — *Gravura popular I* — Coimbra, 1915; *O trajo popular em Portugal nos seculos XVIII e XIX* — S. l. n. d.; Sousa (Francisco Luiz Pereira de) — *Effeitos do terremoto de 1755 nas construcções de Lisboa* — Lisboa, 1909; Taborda (José da Cunha) — *Regras da arte da pintura, com breves reflexões criticas...* — Lisboa, 1815; A mesma (2.ª edição) — Coimbra, 1922; Teixeira (Francisco Augusto Garcez) — *A irmandade de S. Lucas* — Lisboa, 1931; Thomaz (Annibal Fernandes) — *Os ex-libris ornamentaes portuguezes — Reproduções e notas...* — Pôrto, 1905; Tóro (José do Amaral B. de) — *Diccionario de numismatica portugueza* — Pôrto, 1884; Trinacrino (Dafni) — *Elementos da lingua italiana* — Lisboa, s. d. (descrição em verso da Basilica da Estrela); — Valente (Vasco) — *Jerónimo Rossi fidalgo ceramista* — Pôrto, 1931; Vasconcelos (A. Tibúrcio de) — *Colecção de estampas e índice de gravadores* [da Sociedade Martins Sarmento] — Guimarães, 1931; Vasconcellos (Frazão de) — *Subsídios inéditos sôbre Eugénio dos Santos, arquitecto...* — Lisboa, 1930; Vasconcellos (P.e Ignacio da Piedade) — *Artefactos symmetriacos, e geometricos, advertidos... pela... perfeição das Artes* — Lisboa, 1733; Vasconcellos (Joaquim de) — *Os musicos portuguezes* — Pôrto, 1870; *Luiza Todi. Estudo critico* — Pôrto, 1873; *Conde de Raczynski (Athanasius)* — Pôrto, 1875; *Exposição ceramica. Documentos coordenados* — Pôrto, 1883; *Ceramica portugueza. Serie II — Estudos...* — Pôrto, 1884; *Museu municipal do Porto. Catalogo da ceramica portugueza...* — Pôrto, 1909; *Arte religiosa em Portugal* — Pôrto, 1914-15; *Bibliographia da arte portugueza. Catalogo de alguns... raros* — Pôrto, 1905; Vasconcellos (J. Leite de) — *Da numismatica em Portugal* — Lisboa, 1923; Vidal (Angelina) — *Lisboa antiga e Lisboa moderna* — Lisboa, 1900; Vieira (Ernesto) — *Diccionario biographico de musicos portuguezes* — Lisboa, 1900; Viterbo (Sousa) (Francisco Marques de Sousa Viterbo) — *A Exposição d'arte ornamental — Notas ao catalogo* — Lisboa, 1883; *Artes e artistas em Portugal* — Lisboa, 1892; A mesma — (2.ª edição) — Lisboa, 1920; *Diccionario... dos architectos, engenheiros e constructores...* — Lisboa, 1899-1904-1922; *Carlos Mardel. Novos apontamentos* — Lisboa, 1909; *Noticia de alguns pintores portuguezes e de outros...* — Lisboa, 1903-1906 e Coimbra, 1911; *A gravura em Portugal. Breves apontamentos para a sua historia* — Lisboa, 1909; *A Ceramica Lisbonense nos principios do seculo XVIII* — Lisboa, 1922; *Um artista desconhecido. Um desenho de Vieira Lusitano* — S. l. n. d.; etc., etc., etc.; Vitorino (Pedro) — *José Teixeira Barreto — Artista portuense* (1763-1810) — Coimbra, 1925; *Cerâmica portuense* — Pôrto, 1930; Watson (Walter Crum) *Portuguese architecture* — London, 1908.

Palácio do Conde de Aveiras, comprado por D. João V por 200.000 cruzados e hoje Palácio de Belém. Grav. das Delices de Espagne et du Portugal, por J. Alvarez de Colmenar

Sôbre arte consultem-se ainda os seguintes jornais e revistas: *Águia* — Pôrto, 1910 a 1925; *Atlântida* — Lisboa, 1915; *Archivo pittoresco* — Lisboa, 1857-68; *Archivo popular* — Lisboa, 1857-43; *Archivo nacional de ex-libris* — Lisboa, 1927 (em publicação); *Archivo de architectura civil. Jornal dos architectos portuguezes e archeologos* — Lisboa, 1865-67 (10 números); *Boletim de architectura e de archeologia da Real Associação dos architectos e archeologos* — 1876 a 1900; Idem — 1901 a 1910; *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes* — 1910 a 1921; *Arqueologia e Historia* — Publicação da Associação dos Arqueólogos Portugueses — Lisboa, 1922 a 1930; *Arte.*

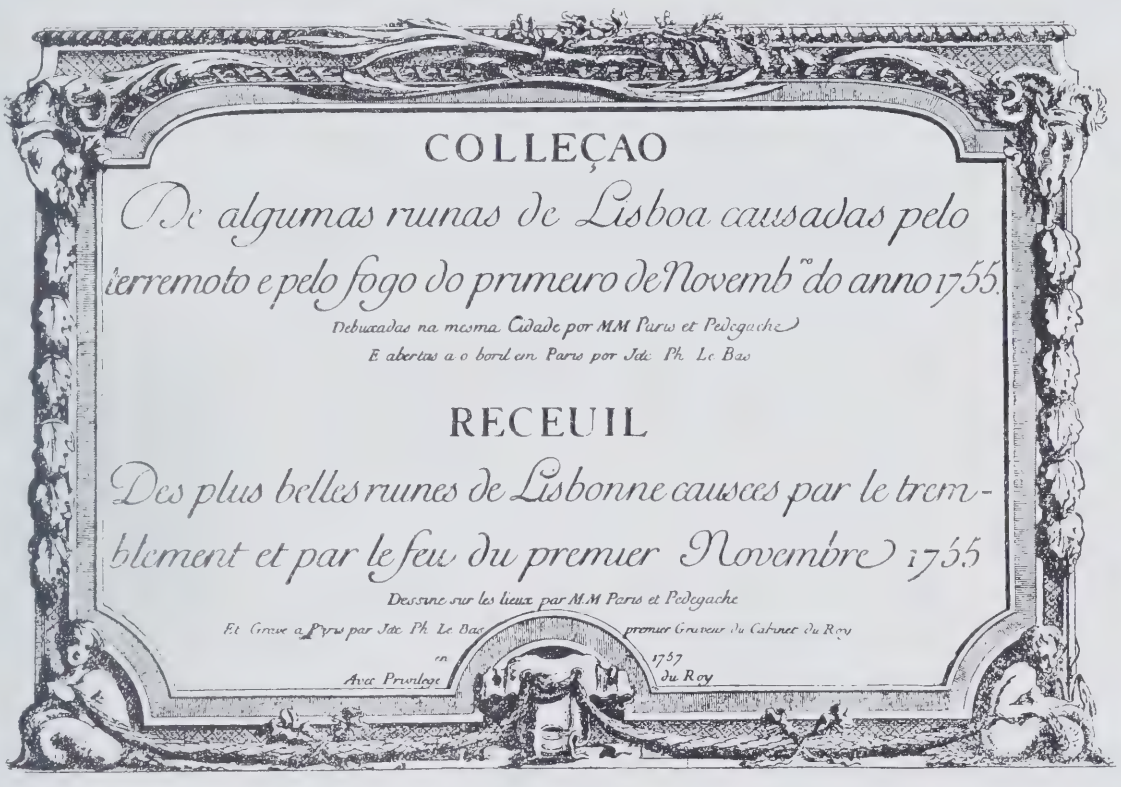
Archivo de obras de arte — Pôrto, 1905 a 1912; *Arte (A)* — Lisboa, 1879 a 1881; *Arte portugueza* — Lisboa, 1895 (6 números); *Artes e letras* — Lisboa, 1872 a 1875; *Ilustração moderna* — Pôrto, 1926 (em publicação); *Illustração popular* — Lisboa, 1866-74; *Illustração portugueza...* do jornal «O Século» — 2.ª série, 1906; *Jornal de bellas artes, ou Mnemosine Lusitana* — Lisboa, 1816-17; *Jornal das bellas-artes* — Lisboa, 1843 (6 números); *Jornal das bellas-artes* — Lisboa, 1848 (3 números); *Jornal das bellas-artes* — Lisboa, 1857 (8 números); *Jornal de Coimbra* — Lisboa, 1812 Vols. I a V; *Panorama (O)* — Lisboa, 1837 a 1868; *Universo pittoresco* — Lisboa, 1839-44; *Revista Universal Lisbonense* — Lisboa, 1841-59; etc.

Almeida (Alberto Pereira de) — *Portugal artistico e monumental (Inventario de suas obras de arte)* — Lisboa, s. d.; Brum (Dr. José Zeferino de Menezes) — *Estampas gravadas por Guilherme Francisco Lourenço Debrié* — Rio de Janeiro, 1908; Carvalhaes (Manuel Pereira Peixoto d'Almeida) — *Inês de Castro na opera e na choreographia italianas* — Lisboa, 1908; *Marcos Portugal na sua musica dramatica* — Lisboa; *Supplemento* — 1916; Chaves (Luiz) — *Os baristas de Extremoz (seculos XVIII-XX)* — Lisboa, 1916; Freire (Luciano) — *Museu Nacional dos Coches... Catalogo...* 2.ª edição — Lisboa, 1928; Gonçalves (Eugenio de Castro e A. Augusto) — *Noticia historica e discriptiva dos principaes objectos de ourivesaria existentes no Thesouro da Sé de Coimbra* — Coimbra, 1911; Lambertini (Michel Angelo) — — *Bibliophilie musicale* — Lisboa, 1918; Ribeiro (Emânuel) — *Como os nossos avós aprenderam uma profissão* — Pôrto, 1930.

LISBOA — ASPECTO DO LARGO DO PELOURINHO EM FINS DO SÉCULO XVIII. — Gravura de *As capitais do mundo*, livro inglês de viagens. (Da *História de Portugal* de M. Pinheiro Chagas, ed. H. de Portugal)

Os elementos necessários para escrever a história da Arte em Portugal no século XVIII, encontram-se quási todos nos tratadistas clássicos. Isso não ignoram os que a tais estudos se dedicam. Todavia êsses elementos não estão seriados ; e por vezes a informação que uma página nos dá, só outra página distante ou livro completa, ou só o conhecimento da época e o manuseio aturado das fontes conseguem esclarecer. É um mundo confuso, um montão de notas, de datas, de factos, que reclama ainda um sistematizador devotado e paciente, um evocador amoroso, um historiador competente enfim. Nos livros de Vieira Lusitano, Machado de Castro, Raczynscki, Cyrillo, Taborda, do cardeal Saraiva, nos modernos de Sousa Viterbo, Joaquim de Vasconcelos e outros, há material que farte para a organização pormenorizada do estudo e que só espera o construtor devotado que a tal empresa queira meter ombros.

Alguns dêstes tratadistas, vivendo na época e perto dos acontecimentos, tendo mesmo em muitos tomado parte, são fontes indispensáveis e de veracidade indiscutível para alicerçar êsse estudo. Dão-nos grande soma de referências que, embora já por êles utilizada, hoje, à luz de um critério mais amplo e científico, nos é preciosa também para historiar a arte daqueles tempos.



RARÍSSIMA OBRA SÔBRE O TERREMOTO DE LISBOA, contendo uma colecção de estampas representando as ruinas dos vários edifícios da cidade

Assim, por exemplo, Cyrillo Wolkmar Machado, na sua *Collecção de Memorias* cita, como fontes de onde manaram as notícias que tão desenvolvidamente nos fornece «...alguns m.s. menos conhecidos ; Relação dos Pintores e Escultores que florecerão no seculo de 1700, de que ha obras publicas, escripta por Pedro Alexandrino de Carvalho. Este cathalogo foi solicitado por D. José Cornide, da Real Academia da Historia de Madrid ; e pelos DD. Narciso Heredea, e D. Manoel Carrilho, que nos fins do seculo viajárão em Portugal por ordem da Corte de Hespanha, para recolher memorias de artistas e de obras notaveis das boas artes... Noticia de todos os Pintores, etc., que com Protecção Regia forão estudar em Roma, por intervenção do Intendente Geral da Policia, Diogo Ignacio de Pina Manique nos fins do seculo 18°, escripta por José da Cunha Taborda. Outra noticia sobre a mesma materia dada pelo cavalheiro Archangelo Fosquini.» «Além das noticias escriptas tivemos outras, que nos derão de viva voz os Pintores antigos, como José Carvalho Rosa, Jeronymo de Andrade, Simão Caetano, Pedro Alexandrino, José Antonio Narciso, Francisco Gomes e outros. Joaquim Carneiro deo-nos todas as noções relativas á instituição das aulas do desenho, e gravura que elle dirigio. João Paulo fez-nos scientes do que tocava á aula dos estuques. Antonio Joaquim de Figueiredo, do que pertencia á aula do desenho e gravura do Arsenal Real do Exercito. Antonio Fernandes Rodrigues da aula de desenho do Castello ; Joaquim Marques e Luiz Antonio da escola da fabrica de caixas. Alexandre Giusti, Alexandre Gomes, o Cavalleiro Barros, Braz Toscano, e Joaquim Antonio de Macedo derão-nos noticias das aulas de desenho e escultura, estabelecidas em Mafra, e em Lisboa...». Tão longa citação, propositadamente feita, serve para demonstrar a veracidade das afirmações anteriores.

* * *

A arte do século XVIII em Portugal não teve próspe-ros começos. Sob a dominação espanhola do século anterior, deslocado para Madrid o centro da vida intensa e faustuosa da nação, necessàriamente que as belas-artes o acompanharam ; e não é de admirar, visto que às letras o mesmo sucedeu. Muitos dos nossos escritores preferiram o espanhol para traduzir seus pensamentos. Com a independência vieram as guerras e só a paz de Utrecht, em 1715, após as lutas e o desassossêgo, nos deixou respirar alfim. À Espanha sucedia, aliás, o mesmo : farta de guerras, entregava-se então livremente às artes.

Em Portugal, aberta da mão a espada batalhadora, a renovação impunha-se. Renascia-se para a vida. E com a fundação das Academias literárias e científicas, a da História em 1720 e a Academia Problemática de Geometria de Setúbal em 1722, o rei D. João V mandava para Roma alguns alunos pensionados, a fim de se exercitarem no estudo das Belas-Artes. Outros, independentemente do favor régio, os seguiram, não faltando ainda a outros, Mecenas que os protegessem e custeassem para o mesmo fim. Destinada a albergar os estudantes que D. João V, o

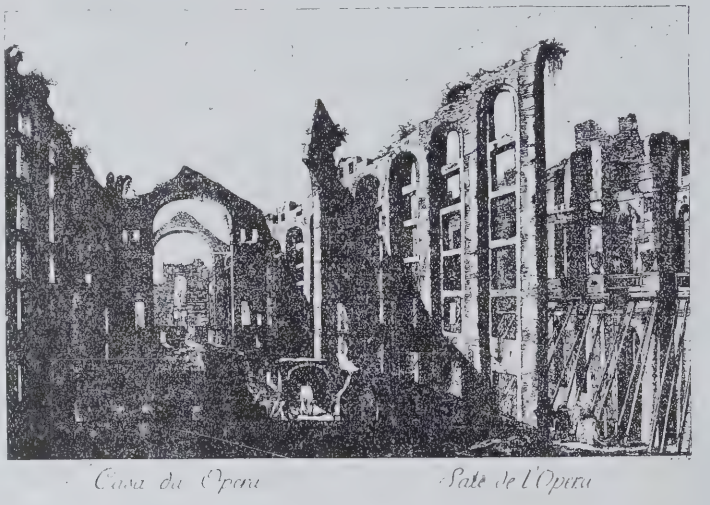
munificente, para lá mandou, há memória de haver criado e sustentado ali uma Academia Portuguesa das Artes ; e em 1796, ainda Cyrillo lá pôde ver «vestigios de uma grande casa com padrão das Armas Reaes Portugueza [sic] sôbre a entrada, e que era chamada pelos Italianos a Academia de Portugal». Foram êles os pintores Ignacio de Oliveira Bernardes, Ignacio Xavier, Domingos Nunes, João Glamma Stroberle, o escultor José de Almeida, o gravador Joaquim Carneiro da Silva, o modelador Antonio Fernandes Rodrigues, o miniaturista Felix José da Rocha e talvez outros.

A iniciativa de D. João V, enviando pensionistas a Roma, foi um acto de notável acêrto e depois seguida com êxito. Dizer de cada um o que o notabilizou, longa tarefa seria, visto que no mesmo homem se encontraram por vezes, à semelhança dos homens da Renascença, diversas aptidões que exerceu com perícia em duas ou três artes diferentes. Pintores, escultores, ceramistas-azulejadores, miniaturistas, arquitectos, gravadores, de tudo se recrutaria naquele núcleo, exemplo que ainda hoje países de grande cultura perfilham e mantêm. A Academia que D. João V fundara tão generosamente em Roma, parece haver terminado em 3 de Julho de 1760, quando o nosso ministro D. Francisco de Almeida mandou, por ordem régia, a todos os portugueses, que saíssem da cidade.

Francisco Vieira de Matos, cognominado o Lusitano, fôra para Roma estudar em 1712, protegido pelo Marquês de Abrantes, e aí se fêz um grande artista pintor. Outros também a Itália foram, sob várias protecções.

D. João V, dando grande impulsão às letras, deu também grande brilho à tipografia. É ver como os livros do seu reinado são obras de arte sàbiamente equilibradas, desde o papel à mancha tipográfica, desde as capitais ornadas às vinhetas e estampas, que requeriam artistas perfeitos e de apurado gôsto. O rei, se por um lado mandava portugueses fora do país, para formar grandes artistas nacionais, por outro avisadamente chamava a Portugal, por intermédio do Conde de Tarouca, D. João da Silva, embaixador em Haia, artistas estrangeiros : os gravadores e estampadores que lhe faltavam, grande como era a tarefa a cumprir. Tão grande, que a actividade de Vieira Lusitano, depois contratado, em 1734, como assalariado efectivo da Academia, não bastava. E vieram Quillard, Miguel le Bouteux, Francisco Harrewyn, Gabriel Debrie, De Granpré, Luiz Simoneau, talvez o enigmático O. Cor, Rousseau e os Rochefort pai e filho, cuja actividade artística na gravura, mesmo fora dos trabalhos oficiais da Academia, teve grande expansão. Algum dêles, como Francisco António Quillard, era também pintor de valia, havendo executado durante a sua estada em Portugal quadros e retratos de merecimento. A tais nomes podemos juntar o de António Mangin, abridor de cunhos, que trabalhou na Casa da Moeda e notável no seu ofício.

Ao mesmo tempo que êstes artistas e tentados igualmente pela sedução de um rei magnificente que patrocinava as artes e as letras, vinham outros, demandavam Portugal e aqui fixavam residência mais ou menos demoradamente. Bastará citar, começando no francês Claude Le Bault, os pintores, italiano Vicente Baccarelli, Muien, francês que também era músico, João Ranc, francês, Julio Cesar de Femine, genovês que parece foi o mestre de André Gonçalves, etc.



DUAS GRAVURAS DO ALBUM DA PÁGINA ANTECEDENTE. As ruínas da Ópera e de S. Roque, após o terremoto de 1755

*
* *

O sonho megalomano de de D. João V realizou-se com a edificação de Mafra, para cuja construção se apresentaram (1714) três projectos : o de Filippe Juvara, o de Antonio Canevari e o de João Frederico Ludovice, que teve a preferência. Canevari construiu em Lisboa a célebre tôrre do Relógio, que desapareceu com o terremoto de 1755, e outros edifícios.

Porém não foi só Mafra. Foram a grandiosa obra das Águas Livres (1731), projecto e execução de Manuel da Maia, arquitecto português, em que depois intervem, como em muitas obras, o húngaro Carlos Mardel, que em Portugal se fixa definitivamente e que foi o autor do lindo chafariz da Esperança. Foram as sumptuosas obras da patriarcal, erecta na Capela do Paço da Ribeira, que dão ensejo à actividade de artistas pintores como André Gonçalves e Francisco Vieira de Matos. O movimento renovador estende-se pelo reino todo. No Pôrto ergue-se o templo dos Clérigos (1732), com a sua alterosa tôrre sineira, risco e execução do arquitecto italiano Nicolau Nazoni, que depois dirige importantes obras de reconstrução na Sé duriense, exercendo, pela sua competência e actividade, profunda influência na arquitectura do norte do país.

Mafra, porém, foi a escola e oficina principal de tôdas as belas-artes, vincando a sua acção no restante do século XVIII. Com a vinda para Portugal da maravilhosa capela de S. João Baptista (1746), executada em Roma e erecta na igreja de S. Roque, veio um artista italiano notável que depois exerceu nas artes portuguesas capital predomínio. Foi êle Alexandre Giusti, o qual, havendo ido para Mafra em 1753, aí manteve uma escola de escultura que persistiu até 1770, quando em Lisboa se começou a tratar da estátua equestre. A saída para esta cidade, por tal motivo, de Joaquim Machado de Castro, fêz criar aqui outra escola dirigida pelo novo escultor e que depois tomou grande incremento. A cegueira de Giusti fêz com que, de 1733 em diante, a escola de Mafra decaísse.

*
* *

O monumento a D. José (1775), para o qual Machado de Castro se viu obrigado a aceitar, nas suas linhas gerais, o projecto anteriormente feito por Eugénio dos Santos, marca época na história das belas-artes em Portugal. E se a execução da obra em que Machado de Castro demonstrou as altas qualidades do seu talento e aptidões é notável, não menos notável foi a perfeição técnica da fundição da estátua e seu levantamento, com que nela o tenente-general Bartolomeu da Costa, director da Fundição de Canhões, colaborou.

Mafra, porém, continuava a ser um centro de produção de artistas, absorvendo o trabalho dos que aí ficaram e que eram indispensáveis para a continuação da traça do edifício. Lá esteve também, por muito tempo, o pintor Vieira Lusitano.

CURIOSA COMPOSIÇÃO de Manuel de Macedo, representando o Marquês de Pombal estudando a reedificação de Lisboa (Publicada em *O Ocidente*)

A reconstrução de Lisboa, depois do terremoto de 1755, faz aparecer uma pleiade de arquitectos-engenheiros e artistas excelentes que dão corpo às largas concepções e à acção enérgica do Marquês de Pombal. Eugénio dos Santos de Carvalho é o primeiro dirigente das obras públicas, chefiando a chamada Casa do Risco, então estabelecida para a reedificação da cidade, e que foi também aula de grande ensino e aprendizagem. Acompanha-o nas obras o já citado Carlos Mardel, depois seguido pelo notável Reinaldo Manuel dos Santos.

Para Coimbra, que já D. João V dotara com a monumental e artística Biblioteca (1716-1724), vai o arquitecto Jacome Azzolini tratar da obra do seminário, empregando-se depois noutras construções. Azzolini viera de Itália chamado por João Carlos Bibiena, também italiano, para o auxiliar nos trabalhos do teatro régio do Paço da Ribeira, trabalhos que ocuparam uma multidão de artistas de tôda a ordem, os quais, mesmo fora dos seus encargos oficiais, não deixaram de exalçar a Arte com a sua actividade.

Para o estrangeiro continuavam, entretanto, a saír portugueses que de lá voltavam com a sua educação artística aperfeiçoada: Francisco José Apparicio, pintor que estudou em Paris; Lourenço da Cunha, pintor de arquitectura que estudou em Roma; o arquitecto José da Costa e Silva, o qual, com uma pensão da côrte, estudou em Bolonha e Roma, e José Manuel de Carvalho e Negreiros, êste viajando muitos anos pelo estrangeiro.

Em 1779, já no reinado de D. Maria I, era começada a construção da basílica do Coração de Jesus, ou da Estrêla, concepção do arquitecto Mateus Vicente, que aliás morreu desgostoso com as imperfeições do seu projecto. Foi um discípulo da escola de Mafra, que terminou a obra, o já citado Reinaldo Manuel dos Santos, também autor e construtor da basílica dos Mártires. Mateus Vicente fôra, com o francês João Baptista Roubillon, o construtor de grande parte do palácio real de Queluz e o reedificador da linda igreja de Santo António de Lisboa, em que a cúpula destoa, por mesquinha, do restante do edifício.

*
* *

Uma das manifestações artísticas mais desenvolvidas e valiosas do século XVIII, sobretudo na sua primeira metade e aliás continuando no incremento que havia tomado já no século XVII, foi a dos azulejos. Nêste género, entre os pintores-decoradores notáveis, destacam-se António de Oliveira Bernardes e seus filhos, José e Policarpo de Oliveira Bernardes, sobretudo o primeiro e o último, irmão do pintor Inácio de Oliveira Bernardes a quem já fiz referências.

E seguindo igualmente tradições anteriores, vários artistas do século XVIII foram exímios escultores baristas de figuras sagradas ou populares, e de grupos pitorescos, interessantes pela sua perfeição técnica, primor de observação e exacta representação da vida que traduzem. Com êles se construiram os célebres «presépios», dos quais alguns ainda hoje restam patentes à nossa admiração e que em nada ficam a dever às obras análogas executadas em Itália. António Ferreira, autor dos presépios da Cartuxa de Laveiras, da Madre de

JUIZO
DA VERDADEIRA CAUSA
DO
TEP.REMOTO,
QUE PADECEO
A CORTE
DE LISBOA,
NO PRIMEIRO DE NOVEMBRO
de 1755.
PELO PADRE
GABRIEL MALAGRIDA
da Companhia de JESUS, Miſſionario
Apoſtolico.

LISBOA:
Na Officina DE MANOEL SOARES.
M DCC.LVI
Com todas as licenças neceſſarias.

Padre Gabriel Malagrida
De uma gravura em medalhão existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (Da *História de Portugal* de Pinheiro Chagas, ed. da Emp. da Hist. de Portugal, vol. VII)

Deus, da Basílica da Estrêla, etc., é talvez o maior dêstes escultores-barristas, em cujo número se incluem também o grande Joaquim Machado de Castro, autor do presépio existente na Sé de Lisboa e de outras produções que atestam o seu valor nestes trabalhos, Frei Manuel Teixeira e até o pintor Pedro Alexandrino de Carvalho.

Êste Pedro Alexandrino de Carvalho, discípulo de André Gonçalves e cuja actividade imensa, ainda que de valor secundário, enche tôda a segunda metade do século, foi quem pintou o tecto da biblioteca do Convento de Jesus, hoje da Academia das Ciências de Lisboa. Quási coevo é Cyrillo Volkmar Machado, que estudou em Sevilha e foi a Roma, também pintor de grande actividade artística e autor das «Memorias», publicadas póstumas em 1823, onde reüniu, ainda que bastante desordenadamente, a copiosa e valiosíssima soma de notícias sôbre história das belas-artes em Portugal que pôde coligir e à qual fiz referência no comêço do meu trabalho. Contemporâneo dos precedentes, o curioso Morgado de Setúbal, José António Benedicto Faria de Barros, discípulo de Vieira, pintor de mau colorido e desenho deficiente, mas realista nas figuras e naturezas mortas que representava.

É curial não deixar no olvido os calígrafos e ornamentadores à pena, que os houve habilíssimos. Admirando-se o tratado de Manuel de Andrade de Figueiredo, impresso na primeira metade do século e sendo apreciável o de António Jacinto de Araujo, publicado nos finais.

* * *

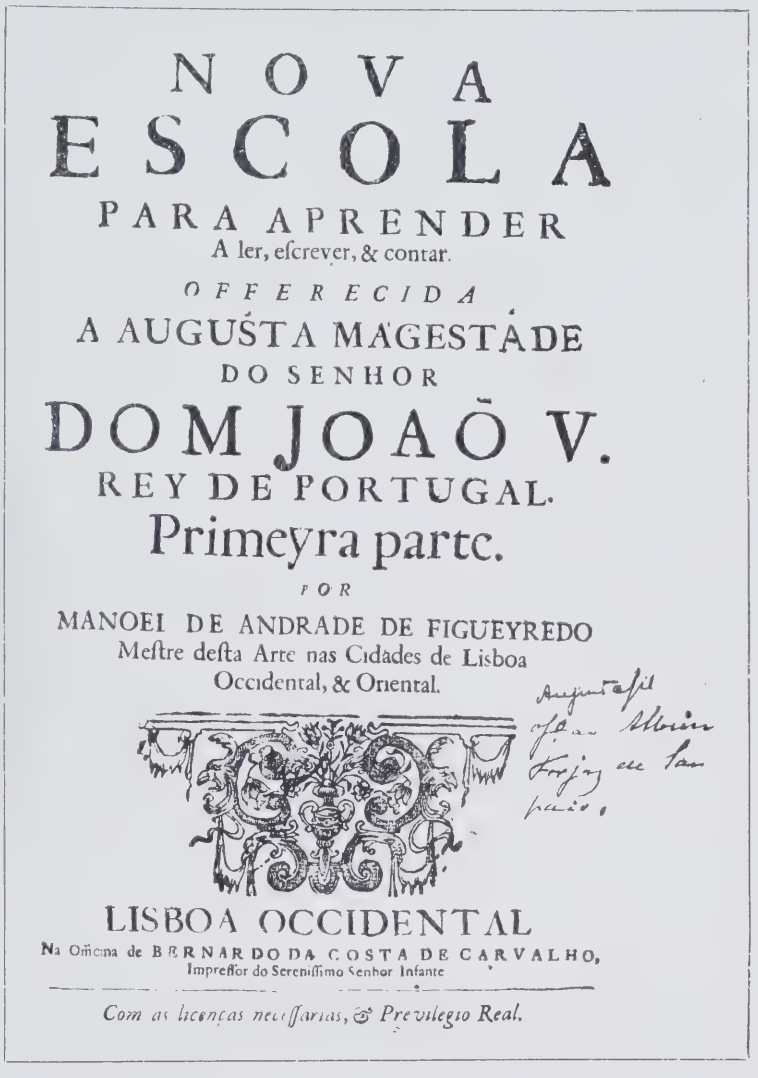
Tínhamos alguns gravadores nacionais. Francisco Vieira Lusitano, António Joaquim Padrão e João Silvério Carpinetti seus discípulos, Joaquim Manuel da Rocha seu imitador, Joaquim Leonardo Rocha, filho e discípulo do anterior, do mesmo modo que outros, gravaram a água-forte e a talho-doce. Manuel José Gonçalves, filho do pintor André Gonçalves, Jerónimo de Barros e José Lúcio da Costa, também eram gravadores.

Porém a fundação da Imprensa Régia e Real Fábrica de Cartas de Jogar, em 24 de Dezembro de 1768, trouxe anexo o estabelecimento de uma aula oficial de gravura sob a direcção e ensino de Joaquim Carneiro da Silva, óptimo profissional e que, como já vimos, estudara em Roma e Florença, regressando a Lisboa em 1762. Carneiro da Silva só abandonou a direcção da aula em 1790, indo para Madrid e deixando como discípulos seu sobrinho Ventura da Silva e Eleutério Manuel de Barros, que depois ainda foram estudar para Roma, Manuel da Silva Godinho, Eduardo José de Figueiredo e outros.

Como gravador de cunhos, medalhas e moedas, viera do estrangeiro, no tempo de D. João V, como já vimos, o célebre Mangin, que deixou discípulos e a quem sucedeu, no lugar de primeiro abridor da Casa da Moeda, José Gaspart, flamengo de nação.

Noutra escola que depois funcionou, anexa à Fundição de Canhões ou Arsenal Real do Exército, exerceu o seu mister de gravador de cunhos e pedras João de Figueiredo, natural de Aveiro, o qual também fêz discípulos: seus filhos António Joaquim, Gaspar e Francisco Xavier de Figueiredo, Cipriano da Silva Moreira, Francisco de Borja Freire, Nicolau José Correia, Luís Rodrigues Viana, etc.

Em todos os ramos das belas-artes nunca faltaram em Lisboa artistas nacionais e estrangeiros, alguns verdadeiramente notáveis; e tão grande se nos apresenta a lista de seus nomes, que nem pensamos um momento sequer em a apresentar aqui. No entanto, não deixaremos de citar o pintor Pedro Guariente, italiano que recolheu notícias curiosas, publicadas em Veneza em 1753; João Pillement, pintor paisagista francês que por duas vezes veio a Lisboa; João Throno, de Turim, pintor retratista que veio em 1785; Pellegrino Parodi, pintor genovês; F. Hickey, pintor retratista inglês que veio em 1783; Servang, pintor retratista e paisagista que veio em 1780; Bernardino Gagliardini, pintor retratista italiano, que veio cêrca de 1785;... Como arquitectos e pintores decoradores vieram Matheus d'Orey, cêrca de 1780, indo depois para Coimbra, onde trabalhou; Larre que fêz a frontaria da Fundição, hoje Arsenal do Exército;... e tantos, tantos outros, ornemanistas, pintores a fresco, cenógrafos, estucadores de arte, etc.


NOVA
ESCOLA
PARA APRENDER
A ler, eſcrever, & contar.
OFFERECIDA
A AUGUSTA MAGESTADE
DO SENHOR
DOM JOAÕ V.
REY DE PORTUGAL.
Primeyra parte.
POR
MANOEL DE ANDRADE DE FIGUEYREDO
Meſtre deſta Arte nas Cidades de Lisboa
Occidental, & Oriental.
LISBOA OCCIDENTAL
Na Officina de BERNARDO DA COSTA DE CARVALHO,
Impreſſor do Sereniſſimo Senhor Infante
Com as licenças neceſſarias, & Previlegio Real.

ROSTO DE UMA ANTIGA EDIÇÃO da primorosa obra de Manuel de Andrade de Figueiredo (Exemplar oferecido por Augusto Gil a Albino Forjaz de Sampaio)

Para o grandioso teatro régio dos Paços da Ribeira, construido em 1753, viera, como também já vimos ao falar de Azzolini, o célebre arquitecto italiano J. C. Bibiena, autor do projecto, como o foi igualmente dos teatros palacianos da Ajuda e de Salvaterra. Bibiena trouxe Petronio Manzoni, outro arquitecto, Salvador Cornelio e Cleriset, pintores decoradores, Marcos, pintor a têmpera, e Paulo, pintor de batalhas e paisagista. Muitos outros contribuiram com a sua acha para a labareda artística que é o século XVIII em Portugal.

A camareira-mór da côrte, D. Ana de Lorena, discípula de André Gonçalves, foi pintora amadora. E as infantas D. Maria Ana e D. Maria Francisca Benedicta, filhas do rei D. José I, dedicaram-se ao desenho e à pintura, sendo discípulas de Carneiro da Silva.

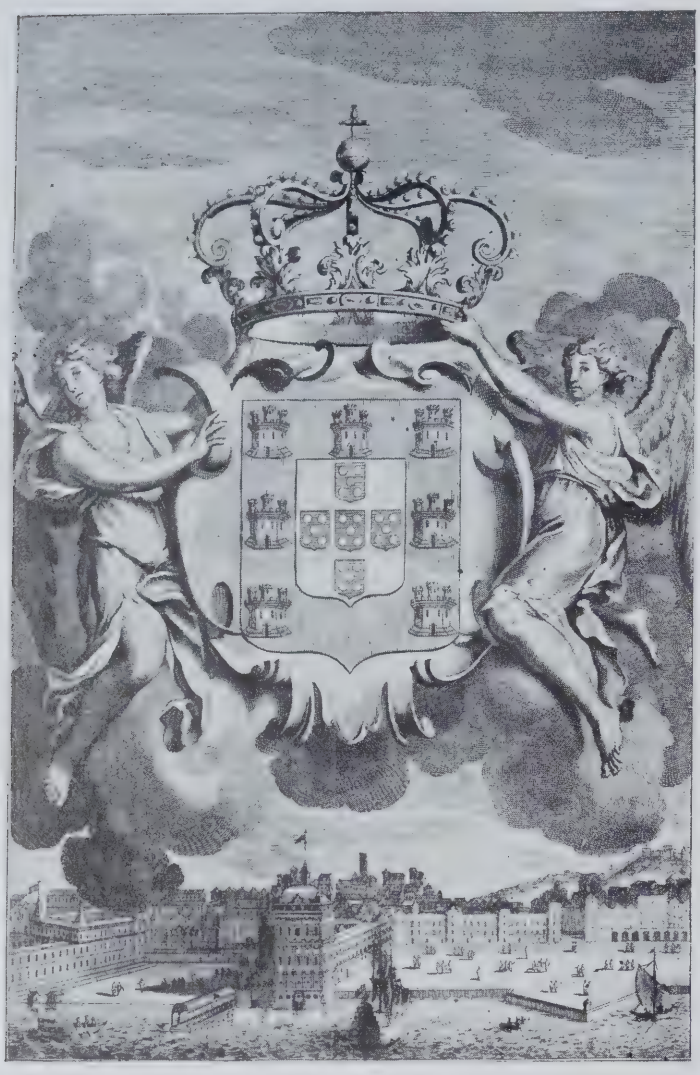
* * *

A-pesar de tôda essa actividade, o ensino das belas-artes não existia oficialmente organizado; e só quási no fim do século, em 1781, o Intendente Diogo Inácio de Pina Manique criou, anexa à sua grandiosa fundação da Casa Pia de Lisboa, sita no Castelo, uma aula de desenho, nomeando para professor António Fernandes Rodrigues, que a 23 de Abril do mesmo ano a inaugurou solenemente, recitando a oração académica. Em 1780 Joaquim Carneiro da Silva traçara, segundo narram os coevos, por insinuação de Fr. José da Rocha, um plano para a criação de outra aula de desenho, que teve realização pelo alvará de 23 de Agôsto do ano seguinte, o qual fundou a «Aula Régia de Desenho e Figura»; sendo nomeados seus professores Joaquim Manuel da Rocha para o desenho histórico, tendo como substituto o referido Joaquim Carneiro da Silva, e José da Costa e Silva para o desenho da arquitectura.

No Pôrto, em 1779, criára já a Companhia da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro uma «Aula de Debuxo e Desenho»; nomeando para seu professor a António Fernandes Jacome, o qual estudara em Roma. Teve lugar a abertura em 17 de Fevereiro de 1780.

A importância que teve a existência de todos êstes estabelecimentos de ensino, pode ajuizar-se pelo grande número de alunos que desde logo os freqüentaram, entre os quais se contam quási todos os artistas que depois manifestaram a sua actividade durante a última parte do século XVIII e primeira do século XIX.

Faltava, porém, uma verdadeira Academia de Nú, que parece haviam já tentado realizar Francisco Vieira de Matos e André Gonçalves. Mas tiveram que desistir, porque o povo em motim apedrejára as janelas da casa onde ela funcionava, escandalizado pela notícia da exibição de um modêlo despido. Em 1780 repetiu Cirilo Wolkmar Machado a tentativa, abrindo a Academia do Nú, em 16 de Maio, nas salas do palácio de Gre-



ANTE-ROSTO GRAVADO da edição do livro de Manuel de Andrade de Figueiredo que se segue. Em baixo uma vista do Terreiro do Paço antes do Terremoto

NOVA
ESCOLA
PARA APRENDER
A ler, eſcrever, e contar.
OFFERECIDA
A' AUGUSTA MAGESTADE
DO SENHOR
DOM JOAÕ V.
REY DE PORTUGAL.
PRIMEIRA PARTE.
POR
MANOEL DE ANDRADE DE FIGUEIREDO,
Meſtre deſta Arte nas Cidades de Lisboa.
Occidental, e Oriental.

LISBOA OCCIDENTAL.
Na Officina de BERNARDO DA COSTA DE CARVALHO,
Impreſſor do Sereniſſimo Senhor Infante

Com as licenças neceſſarias, e Privilegio Real.

RARA EDIÇÃO do livro de Andrade de Figueiredo, glória de Portugal e do seu tempo na arte de escrever à pena (Da livraria de Albino Forjaz de Sampaio)

gório de Barros e Vasconcelos, a S. José, que para tal fim as cedera, sendo a freqüência numerosa. O falecimento dêste benemérito obrigou os fundadores a interromperem os estudos, por falta de casa. Mais tarde renovou-se o ensino numa dependência do Convento dos Camilos. E não parando as vicissitudes, ainda pela terceira vez, por iniciativa de Pina Manique, se fêz o seu restabelecimento, indo pessoalmente o Intendente convidar para a direcção dela os lentes da Aula Régia de Desenho, Joaquim Manuel da Rocha, Machado de Castro e Carneiro Silva, e o da Aula de Desenho da Casa Pia do Castelo, António Fernandes Rodrigues, aos quais depois juntou o pintor Pedro Alexandrino; e reabrindo a Academia no seu palácio aos Anjos, em 17 de Outubro de 1785. Nesta Academia do Nú, que em 1787 funcionava na Casa Pia do Castelo, pronunciou Joaquim Machado de Castro, a 24 de Dezembro, «em presença da maior parte da corte, e nobreza», o seu célebre *Discurso sôbre as utilidades do desenho,* que corre impresso em várias edições.

*
* *

Não satisfaziam, contudo, ao Intendente Pina Manique estas aparências. Êle desejava, com um profundo bom senso patriótico e largas vistas sociais, que as artes em Portugal fôssem exercidas por portugueses que bem as conhecessem, bem as executassem e pudessem ser os mentores de um movimento de renascença e progresso artístico nacional. Com êste fito resolveu enviar para Roma alunos da Aula da Casa Pia do Castelo que servissem os fins que tinha em mente. Em 1785 fêz seguir José Alves (ou Álvares) de Oliveira, Joaquim Fortunato de Novais e João José de Aguiar, para ali se especializarem, o primeiro na pintura, o segundo na arquitectura e o terceiro na escultura. Mas outros candidatos se apresentavam, alunos de aulas estranhas e recomendados por altas influências da côrte ou financeiras, para irem também a Roma; e em 1787 partiam António Joaquim Lopes de Sousa, aluno da Casa Pia, que se destinava a arquitecto, e Manuel Lourenço, que fôra aluno da Aula Régia de Desenho, que ia para pintor e incisor, custeado por seu tio o padre-mestre Fr. Rodrigo, franciscano.

Em 1788 foram, para incisor, António Sizenando, discípulo em gravura de Carneiro da Silva, José António do Vale, aluno da Casa Pia, para abridor de pedras, José da Cunha Taborda, aluno da Aula Régia, para pintor, e conjuntamente Archangelo Foschini com Domingos António de Sequeira, ambos alunos da mesma; o que demonstra que o último nunca foi aluno da Casa Pia, pois de contrário haveria naturalmente freqüentado a aula de desenho desta. No mesmo ano havia ido João Caetano Rivara, para incisor.

Domingos António de Sequeira foi enviado à custa do real bolsinho e por influência palaciana, talvez movida pelo Marquês de Marialva.

Em 1789, com pensão da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, a que mais tarde juntou uma pequena pensão régia, seguiu para pintor e incisor Francisco Vieira, cognominado o Portuense, que fôra aluno de seu pai, Domingos Francisco Vieira pintor paisagista, e de João Glamma, na capital do Norte, e depois da Aula Régia de Desenho, em Lisboa.

Em 1790, com pensão da ordem de S. Bento e destinado a pintor e incisor, seguiu o frade José Teixeira Barreto, depois secularizado e que fôra aluno da Aula Régia de Desenho.

Em datas que não podemos precisar, haviam seguido, para pintor, Bartolomeu António Calixto, aluno da Aula Régia, para pintor e incisor, o brasileiro Manuel Dias de Oliveira, para incisor Manuel Correia, e para arquitecto Sebastião Valente Nougai.

Desde 1785 o director e encarregado dos alunos portugueses em Roma era Carlos Maria Marucchi ; e aqueles contavam, entre outros, como mestres comuns, em pintura Labruzzi e em arquitectura João Antinori, o qual, havendo estado em Lisboa, onde casara e trabalhara como ajudante de Eugénio dos Santos de Carvalho na Casa do Risco, tivera depois que fugir e gozava na cidade papal de certa reputação.

Porém D. João de Almeida, quando em 1789 ocupou o lugar de ministro de Portugal junto da Santa Sé, encontrou os pensionistas tão sem disciplina e tão desleixados em seus estudos, que logo tomou para com êles severas medidas de coacção e ordem, mandando prêso para Lisboa o pintor Manuel Lourenço, o qual, como vimos, não fôra para Roma enviado pelo Intendente ; e recolhendo os outros em comunidade numas dependências da legação, de onde saíam para freqüentar as galerias, e cursos ou oficinas dos mestres, que livremente podiam escolher.

Em 1791, D. Alexandre de Sousa Holstein que sucedera a D. João de Almeida, organizou então com os ditos alunos, fora da legação, um Colégio Português de Belas-Artes, a que também pomposamente denominaram Academia Portuguesa de Roma, sendo nomeado para seu director o culto literato João Gerardo de Rossi e apetrechado o estabelecimento com o estudo do nú, e com abundância de material didático e artístico em grande parte proveniente das colecções de Mengs e de Pehler. Antinori faleceu em 1792.

Pela aproximação dos franceses na sua invasão dos Estados Pontifícios, foi em 1797 encerrada a Academia. E passado o período da República Romana, D. Alexandre de Sousa Holstein, que em 1802 regressava a Roma como embaixador, dissolveu a fundação e fêz enviar para Portugal pelo pintor José Viale, que foi de cá buscá-los, os gêssos e apetrechos, salvos e acondicionados pelo dedicado João Gerardo de Rossi. Êstes gêssos foram recebidos em Lisboa e incorporados na Aula de Desenho da Casa Pia ; porém decorridos poucos anos, em 1808, os os invasores napoleónicos, quando ocupavam a nossa capital, serviram-se dêles para encherem os caboucos das fortificações organizadas à pressa no Castelo...

Manuel de Andrade de Figueiredo
Gravura da *Nova Escola*, curioso livro de arte caligráfica

Exceptuando aguns alunos vindos prematuramente em 1792 e anos próximos, a maioria dêles saíu de Roma em 1796 e 1797, recolhendo a Lisboa após excursões mais ou menos demoradas e extensas pela Itália e outros países.

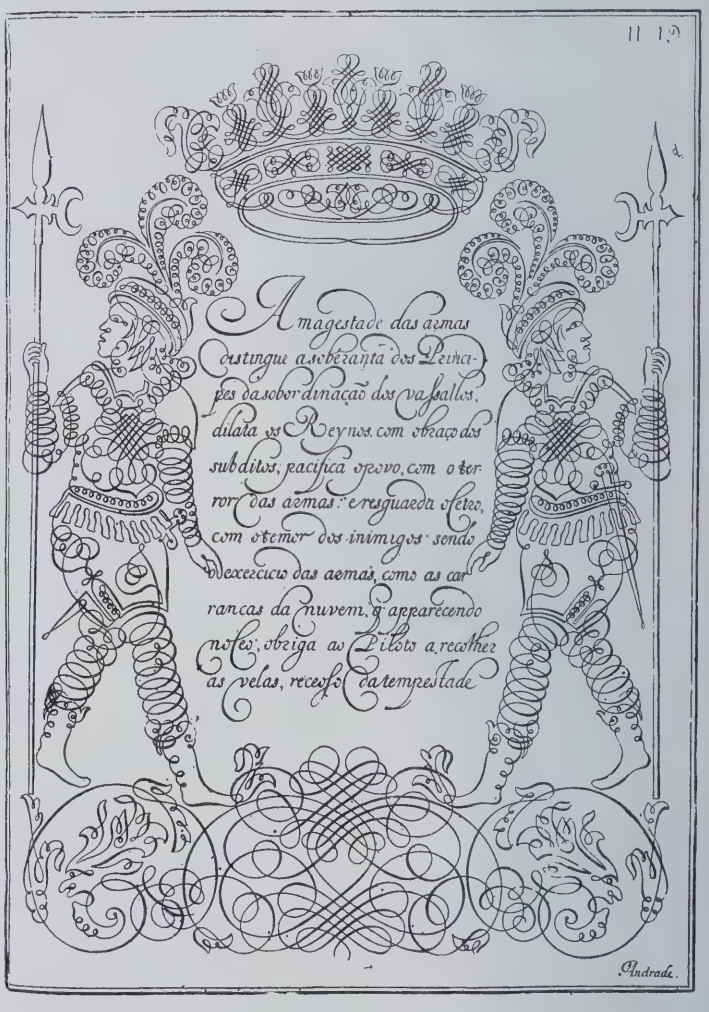
Domingos António de Sequeira, que nunca esteve incluido no Colégio das Belas-Artes, vivendo sempre fora dêle e independente dos seus regulamentos e comunidade, já gozava, antes de saír de Roma em 1795, de prestígio e nomeada, havendo ascendido a professor e membro da Academia de S. Lucas daquela cidade. Francisco Vieira, o Portuense, que usufruia no Colégio especiais regalias, liberdade e deferências, saíu em 1796 e chegou a Lisboa em 1802, depois de se haver demorado em Parma onde foi pintor da côrte, académico e professor de pintura, em Dresde, Viena e Londres, onde brilhou pelos seus trabalhos. Os dois émulos haviam enviado para Portugal, durante o seu período de tirocínio em Itália, valiosas obras pictóricas demonstrativas de valor e aplicação.

* * *

Não falaremos de alguns santuários que se iam erguendo pelo país.

Entre as empresas arquitectónicas de vulto a mencionar nos finais do século XVIII, contar-se-ia o edifício do Erário

Régio, cujo grandioso projecto, feito por José da Costa e Silva em 1789, não passou em execução do levantamento das bases. O mesmo arquitecto foi autor, em 1792, do projecto do Teatro de S. Carlos e dirigiu a construção do belo edifício. Neste ano fizera o plano do Asilo dos Inválidos de Runa, que veio a efectuar-se. Em 1795 os planos para o Real Palácio da Ajuda, juntamente com o arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri que viera de Roma, e ao qual a construção do colossal edifício, aliás



DUAS INTERESSANTES PÁGINAS da *Nova Escola* de Manuel de Andrade de Figueiredo, que mostram o grau de perfeição atingido pela arte caligráfica durante o século XVIII

nunca terminada, foi depois incumbida definitivamente, pela saída de Costa e Silva para o Brasil.

Estamos no começo do século XIX.

A MÚSICA

O século XVIII foi também o século da música em Portugal. Quando D. Maria Ana de Áustria casou com D. João V (1708), trouxe de Viana o gôsto e uso da ópera. Vieram cantores, bailarinos, cenógrafos, músicos e até libretistas para comporem os poemas. Músicos portugueses foram enviados a Roma, sendo dos primeiros «António Teixeira em 1717 e Francisco António de Almeida pouco depois». Foi o último Marcos António Portugal.

Em 1721 contratou D. João V, o célebre cravista Domingos Scarlatti que «foi mestre affeiçoado da Infanta D. Maria Barbara, mais tarde Rainha de Espanha.» Quando Scarlatti a acompanhou para Madrid veio substituí-lo David Peres «que exerceu profunda e duradoura influencia nos compositores nacionaes.» O que em música dessa influência resta na Biblioteca da Ajuda dá «testemunho de que a segunda metade do século XVIII marca um periodo aureo para a musica theatral na corte portuguesa. Desde 1720, epoca em que as representações italianas começaram a tomar maior incremento, até á inauguração do theatro de S. Carlos, em 1793, isto é, durante setenta e tres annos, cantaram-se nos theatros regios para cima de duzentas operas differentes, um terço das quaes foram escriptas por musicos portugueses. As restantes eram dos auctores em voga na Europa, figurando no maior numero os dois mestres napolitanos David Peres e Nicola Jommelli. Este ultimo firmara em 1769 um contracto pelo qual se obrigou a enviar para Lisboa copia de todas as partituras que composesse, contracto que cumpriu até fallecer, em 1777,» diz-nos nas *Notas sobre Portugal* o ilustre musicógrafo Ernesto Vieira.

É dêsse tempo o aparecimento artístico de Luísa Todi, cantora muito célebre do músico não menos célebre Marcos Portugal. Uma geração de músicos apareceu, e Vieira cita-nos João de Sousa Carvalho, que estudou em Itália e foi o sucessor de David Peres nos cargos oficiais e que eram : «mestre da familia real, compositor e director das operas, mestre da capella e mestre de contraponto no

Duas páginas da já citada obra de Manuel de Andrade de Figueiredo

Seminario Patriarchal, que era então a nossa primeira escola de musica». Além dêste, António da Silva, Leal Moreira, João José Baldi e João Domingos Bontempo, não contando Luciano Xavier dos Santos, João Cordeiro da Silva, Jerónimo de Lima e Braz de Lima.

Nos teatros do Salitre e Rua dos Condes representava-se uma infinidade de óperas e peças que continham *arias* e *lunduns* que se tornavam populares. Da ária nasceu a *moda* ou *modinha*, como lhe chamam os brasileiros, que mais não é que a aportuguezação da ária italiana, e do *lundum* o *fado*. A par da música profana a música sacra foi também notável. «D. João V contratara em 1729 um mestre veneziano, João Jorge, para dirigir a escola de canto religioso que fundou.» Luciano Xavier dos Santos foi o músico português da especialidade, mas o gôsto pelas *árias* dos castrados, então moda, tirou a música religiosa do seu papel, mesclando-a por vezes com a profana.

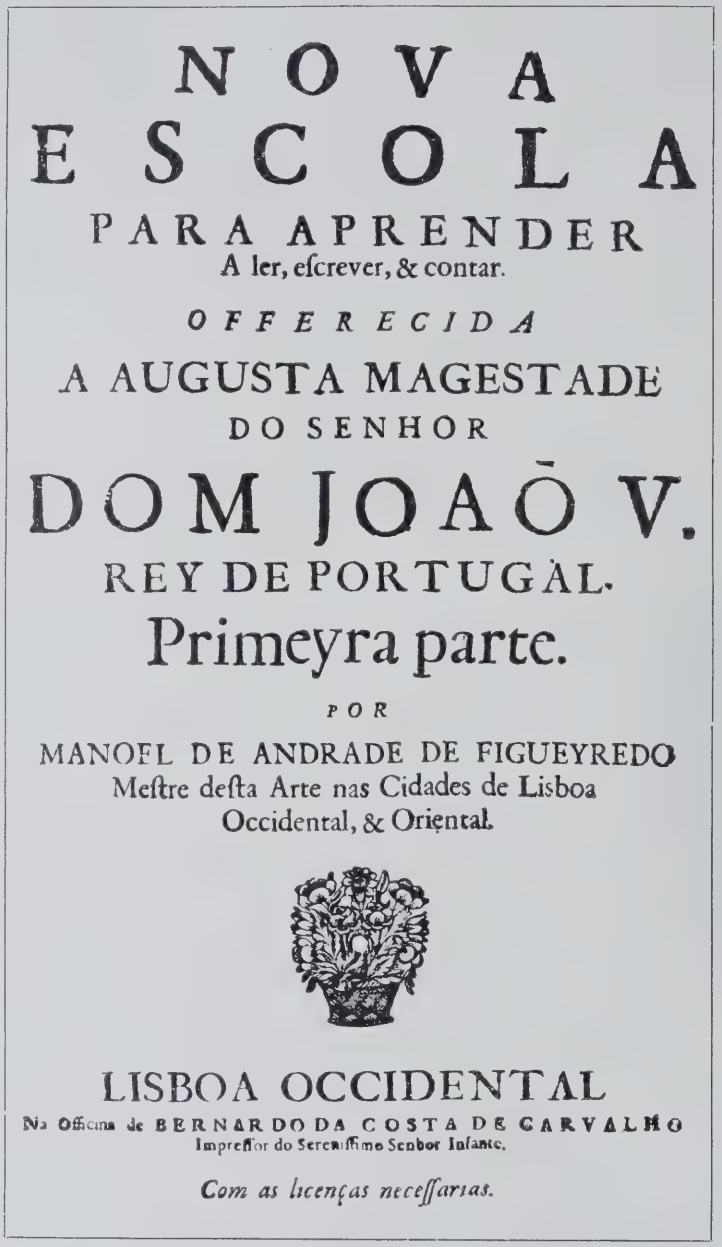
Final da obra *Nova Escola* de Manuel de Andrade de Figueiredo

No entanto, a música portuguesa do tempo solene das grandes festividades religiosas é ainda uma grande província pouco estudada e sôbre que há apenas ideias gerais. Mas é valiosa e interessante, como se provará quando sôbre ela se fizer a merecida luz.

A LÍNGUA. ESTUDOS E TRABALHOS

BIBLIOGRAFIA — D. Rafael Bluteau — *Vocabulario portuguez e latino...* — Coimbra, 1712-28, 10 vols.; Fr. João Pacheco — *Divertimento erudito...* — Lisboa, 1734-44, 4 vols.; Francisco José Freire — *Reflexões sobre a lingua portugueza.* Partes 1.ª, 2.ª e 3.ª — Lisboa, 1842; *Arte poetica ou regras da verdadeira poesia...* — Lisboa, 1748, 2.ª ed. 1759; *Diccionario poetico...* — Lisboa, 1765, 2.ª ed. 1794, 3.ª ed. 1820; Antonio de Melo da Fonseca — *Antidoto da lingua portugueza* — Amsterdam, s. d.; Antonio Pereira de Figueiredo — *Exercicios da lingua latina e portugueza...* — Lisboa, 1751; *Collecção de palavras familiares, assim portuguezas como latinas...* — Lisboa, 1751, 2.ª ed. 1757, 3.ª ed. 1759, 1821, etc.; Manuel José de Paiva (Silvestre Silvério da Silveira e Silva) — *Infermidades da lingua, e arte que ensina a emudecer para melhorar* — Lisboa, 1760; Jerónimo Soares Barbosa — *Poetica de Horacio...* — Lisboa, 1781; *As duas Linguas, ou Grammatica philosophica da lingua portugueza, comparada com a latina...* (1807); *Grammatica philosophica da lingua portugueza...* — Lisboa, 1822, 2.ª ed. 1830; António das Neves Pereira — *Mechanica das palavras em ordem á harmonia do discurso eloquente, tanto em prosa como em verso* — Lisboa, 1787; António de Morais Silva — *Diccionario da Lingua Portugueza* — Lisboa, 1789, 2.ª ed. 1813, 3.ª ed. 1823, 4.ª ed. 1831, 5.ª ed. 1844, etc.; *Diccionario da lingua portugueza publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa* — Tomo I (unico) — Lisboa, 1793; *Diccionario portuguez, e brasiliano...* — Lisboa, 1795; Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo — *Elucidario das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão.* Lisboa, 1798-1799, 2 vols. 2.ª ed. 1865.

Nas *Memorias de Litteratura* da Academia Real das Ciências pode ver-se o trabalho de Francisco Dias Gomes *Analyse e combinações philosophicas sobre a elocução e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha e Camões* (tomo IV) e os trabalhos do P.e Antonio das Neves Pereira *Exame critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escriptores dos seculos XV e XVI, e deixaram esquecer os que se seguiram até ao presente* e *Ensaio sobre a Philologia portugueza por meio do exame e comparação da locução e estylo dos nossos mais insignes poetas que floresceram no seculo XVI* (tomos IV e V). Também nas *Memorias da Academia* se acha o *Espirito da lingua e eloquencia portuguesa extrahido das Decadas de João de Barros e reduzido a um Diccionario critico das suas palavras e frases mais especiaes* de António Pereira de Figueiredo (tomo III).



NOVA
ESCOLA
PARA APRENDER
A ler, eſcrever, & contar.
OFFERECIDA
A AUGUSTA MAGESTADE
DO SENHOR
DOM JOAÕ V.
REY DE PORTUGAL.
Primeyra parte.
POR
MANOEL DE ANDRADE DE FIGUEYREDO
Meſtre deſta Arte nas Cidades de Lisboa
Occidental, & Oriental.

LISBOA OCCIDENTAL
Na Officina de BERNARDO DA COSTA DE CARVALHO
Impreſſor do Sereniſſimo Senhor Infante.
Com as licenças neceſſarias.

UMA DAS MAIS RARAS EDIÇÕES da *Nova Escola* (Exemplar pertencente ao distinto escritor Henrique de Campos Ferreira Lima)

COMO se vê pela bibliografia não escassearam neste século os trabalhos sôbre a língua ou sôbre os escritores sob o ponto de vista de linguagem, nem os homens abalizados que, sabendo do assunto, perpetuassem o seu nome, em obras ainda hoje dignas da nossa admiração. Um século em que se publicam obras como o *Vocabulario* de Bluteau, o *Divertimento erudito* de Fr. João Pacheco, o *Diccionario* da Academia e o *Elucidario* de Viterbo, é um século que nesta secção literária é absolutamente notável. Qualquer destas obras é um verdadeiro monumento e todos os reparos e críticas que lhe tenham feito não destruiram o valor que ainda hoje elas representam.

Rafael Bluteau nasceu em Londres em 1638, filho de pais franceses. Estudou a língua portuguesa aos trinta anos, idade em que veio para Portugal. Cá se envolveu em política e para França foi, até que em 1704 voltou novamente saüdoso da terra e da gente. Voltára em má hora, porém, porque declaradas as hostilidades entre a França e Portugal, Bluteau, tornado suspeito, foi prêso para o mosteiro de Alcobaça, onde até 1713 trabalhou no seu *Vocabulario*. Conhecedor de muitas línguas, pois sabia o grego e o latim profundamente, o espanhol, o italiano, o inglês e o francês, provou largamente que a fundo conhecia o português. É ainda hoje apreciado e presta serviços o seu vocabulário, mas que penetrára o génio da língua o prova, se lermos as suas *Prosas*, onde se mostra que até o poderemos taxar de simbolista, sem desprimor nem do erudito lexicogista, nem do vocábulo. Morreu em 1734 e a sua obra é também hoje, além de apreciada, rara e valiosa.

Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822) deve a sua imortalidade ao *Elucidario*, livro de grande préstimo para os eruditos e estudiosos que conta hoje duas edições. A segunda, ordenada e revista por Inocêncio Francisco da Silva, deu origem a uma polémica dêste com Augusto Seromenho que a criticara, como a primeira merecera os reparos de João Pedro Ribeiro e de Fr. Fortunato de S. Boaventura. Todos os censores não fizeram mais do que pôr em relêvo o valor da obra de Fr. Santa Rosa de Viterbo, franciscano da província da Conceição, solitário do convento da Fraga, obra que ainda hoje é não só estimada mas indispensável a quem quere decifrar velhos documentos.

Francisco José Freire, conhecido na Arcadia por *Candido Lusitano* (1719-1773), foi também grande cultor da língua que muito prezou e amou. As suas *Reflexões* deram-lhe uma indiscutível autoridade e embora elas só vissem a luz da publicidade em 1842, êsse facto não vem senão confirmar o que dizemos.

António Pereira de Figueiredo (1725-1797), Francisco Dias Gomes (1745-1795), Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), António José dos Reis Lobato (—1804?), António das Neves Pereira (—1818) foram os tratadistas da filologia e da lingüística do seu tempo, todos dignos de menção e todos gozando de certa autoridade. De todos o de maior é Francisco Dias Gomes, de quem ainda hoje se compulsam os estudos. Barbosa, com a sua *Gramática filosófica*, iniciava a moderna filologia entre nós.

Para o fim deixámos propositadamente Fr. João Pacheco, que os historiadores literários esquecem e que é autor de quatro volumes intitulados *Divertimento erudito*. Nascido em 1677, Inocêncio só conseguiu saber que em 1747 ainda era vivo. Frade augustiniano, foi prior da sua ordem em Lamego, Vila Viçosa e Lisboa. A sua obra é do maior valor para quem queira estudar o seu tempo, nas artes, nas indústrias e nas ciências. É incalculável o número de excelentes informações que nos fornece e como a sua consulta é vantajosa. Pode dizer-se afoitamente que o *Divertimento erudito* é dos melhores e mais prestantes livros do seu tempo, completando para o estudioso, inteligentemente, o *Vocabulario* de Bluteau. Fr. João Pacheco anda esquecido como Martim Afonso de Miranda no século anterior. Mas pode afirmar-se sem receio que êle é dos que no seu género merecem um lugar primacial.

LUÍS ANTÓNIO VERNEY — A RENOVAÇÃO MENTAL

BIBLIOGRAFIA — *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util á republica e á igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal: exposto em varias cartas, escriptas pelo R. P... Barbadinho, etc.*—Valensa, 1746, 2 tomos; 2.ª ed. id. id., 1747. 2 tomos.

A esta obra sucedeu acesa polémica de que se mencionam: *Reflexões apologeticas á obra intitulada: «Verdadeiro methodo de estudar»...* por Nicolau Francez Sion. Lisboa, 1748. (O nome é anagrama de Francisco Luiz Ameno e a obra é atribuida ao P.e José de Araujo, jesuita); *Retrato de morte-côr...* Sevilha (1749), atribuido ao jesuita P.e Joaquim Rebelo); *Illuminação apologetica do «Retrato de morte-côr»...* — Parte 1.ª (1751), (atribuida ao P.e Francisco Duarte, jesuita); *Illuminação apologetica...* — Parte 2.ª (1752); *Conversação familiar, e exame critico, em que se mostra reprovado o «Methodo d'estudar»* —Valença, 1750; *Carta de um amigo a outro...* — Atribuido a Antonio Pereira de Figueiredo); *Dialogo jocoserio, em que se controvertem e examinam os fundamentos das materias do «Novo methodo d'estudar»* — Valença, 1751; *Advertencias criticas e apologeticas, sobre o juizo que nas materias do B. Raymundo Lullo formou o dr. Apollonio Philomuso, e que communicou ao publico em a resposta ao «Retrato de morte-cor»* — Coimbra, 1752. (Fr. Manuel do Cenáculo); *Carta apolegetica de um amigo a outro...* M. M. R. — Lisboa, 1752; *Balança intellectual, em que se péza o merecimento do «Verdadeiro Methodo de estudar»* — Lisboa, 1752; *Illustração critica a uma «Carta» que um philologo de Hespanha escreveu a outro de Lisboa, ácerca de certos Elogios lapidares.* Por Candido Lusitano — Lisboa, 1751; *Contestação da calumniosa accusação com que o auctor do «Verdadeiro Methodo d'estudar» accusa a nação portugueza, de pronunciar menos bem diversos vocabulos latinos.* Por José Caetano — Lisboa, 1751; *Carta em que se dá noticia da origem e progresso das sciencias, escriptas ao dr. José da Costa Leitão por um seu amigo* — Lisboa, 1753 (Fr. José de S. Miguel); *Carta apologetica que escreveu Theotonio Anselmo Brancanales...* — Lisboa, 1854 (Manuel Antonio de Castello Branco); *Grosseria da «Illuminação Apologetica»... por Fulano indifferente* — Valença, 1752; *Carta ao sr. L. A. V. por F. de P. e M.* (Francisco de Pina e Mello); *Carta exhortatoria aos reverendos padres da Companhia de Jesus...* (Diogo Barbosa Machado); *Resposta compulsoria á «Carta exhortatoria»...* Por Francisco de Pina e Mello; *Carta apologetica, em defeza de alguns pontos da «Resposta compulsoria».* Por Francisco de Pina e Mello; *Conferencias expurgatorias que teve com o dr. Apollonio Philomuso o auctor da «Balança intellectual»* — Coimbra, 1759 (por F. de Pina e Mello); *Discurso apologetico, em que se mostra ser injustamente criticado pelo auctor do «Novo Methodo d'estudar» o soneto que fez o desembargador Luiz Borges de Carvalho na morte da senhora infanta D. Francisca* — Coimbra, 1752; *Desagravio de los autores y faculdades que ofende el Barbadiño en su obra «Verdadeiro Methodo, etc.»* — Barcelona, 1764; *Defensa del Barbadiño en obsequio de la verdad...* — Madrid, 1758.

NOVA ARTE DE ESCREVER,
OFFERECIDA
AO
PRINCIPE NOSSO SENHOR,
PARA INSTRUCÇÃO DA MOCIDADE.
COMPOSTA
POR
ANTONIO JACINTHO DE ARAUJO,
LISBOA
NA OFFICINA DE ANTONIO GOMES.
Com a licença da Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros

Rosto da *Nova Arte de Escrever*, por António Jacinto de Araújo, calígrafo

O autor do *Verdadeiro Methodo de Estudar* redarguiu aos seus contraditores com os seguintes volumes: *Resposta ás «Reflexões» que o R. P. M. jr. Arsenio da Piedade, capucho, fez ao livro «Verdadeiro Methodo de estudar», escriptas por outro religioso da dita provincia, para dezagravo da mesma religiam e da nasam* — Valensa, 1748; *Parecer do dr. Apollonio Philomuso, lisbonense, dirigido a um grande prelado do reino de Portugal, ácerca de um papel intitulado «Retrato de Morte-cor»* — 1750; outra ed., Salamanca, 1750; *Carta de um filologo de Espanha a outro de Lisboa, ácerca*

de certos Elogios lapidares — Madrid; *Ultima resposta, em que se mostra: 1.º Que o reverendo Elogista, e o reverendo Severino de S. Modesto não provaram o que deviam; 2.º Que a doutrina do Barbadinho e seus defensores é em tudo conforme á dos mais doutos e acreditados jesuitas. Escripta pelo sr. Gelaste Mastigophoro ao sr. José da Piedade, procurador bastante do reverendo Elogista, e auctor da «Carta de um amigo a outro»* — Sevilha, s/d.

Luiz Antonio Verney escreveu ainda as seguintes obras:

Grammatica latina, tractada por um methodo novo, claro e facil... — Barcelona, 1758; *Cartas de Luiz Antonio Verney e Antonio Pereira de Figueiredo aos padres da Congregação do Oratoria de Goa* — Nova Goa, 1858.

Das obras em latim encontra-se noticia no *Diccionario bibliografico*, de Inocêncio. Sôbre Verney veja-se: *Retratos e Elogios de varões e donas; Noticia succinta dos monumentos da lingua latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma.* Por José Vicente Gomes de Moura — Coimbra, 1823, pg. 355; *Ensaio sobre a Historia Litteraria de Portugal*, pgs. 239 e 366 e nas *Memorias de Litteratura da Academia*, vol. IX.

Gravura do século XVIII pertencente à colecção do sr. Martinho Augusto Ferreira da Fonseca, representando a estátua equestre. Distribuída na sua inauguração

Corria o ano de 1746 quando, no pântano mental em que se abeberava a mocidade das escolas, caíu de chofre, um dia, um livro que trazia êste título inofensivo: *Verdadeiro método de estudar para ser útil à República e à Igreja:* proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal exposto em várias cartas, escritas pelo R. P.*** Barbadinho da Congregação de Itália ao R. P.*** Doutor na Universidade de Coímbra. — Era seu autor Luís António Verney, arcedíago da Sé de Évora. De orígem francesa, nasceu em Lisboa, a 23 de Junho de 1713, graduou-se mestre em artes na Universidade de Évora, viajou pela Europa, e, em Roma, onde veiu a fixar residência, doutorou-se em teologia e direito. Ali faleceu a 20 de Março de 1792. O livro, que era uma crítica cerrada ao ensino em Portugal, levantou uma celeuma tremenda. Obra e autor foram rijamente atacados pelos mestres jesuítas, entre os quais se destacaram os padres José de Araújo, Joaquim Rebelo e Francisco Duarte, não tendo faltado na polémica, à míngua de argumentos, as insinuações de heresia. Multiplicando-se em pseudónimos, Verney fêz frente à Companhia, com aplauso, tácito ou manifesto, de todos os homens cultos que em Portugal partilhavam das suas ideias sôbre a necessidade de uma reforma mental: entre outros, D. Luís de Meneses, Ribeiro Sanches, Jacob de Castro Sarmento, Martinho de Mendonça, Xavier de Oliveira, Alexandre de Gusmão, Azevedo Fortes, Manuel do Cenáculo, Francisco José Freire. As ideias de Verney acabaram por triunfar; e foi assim que, quando mais tarde, por uma *carta régia* de 1770, foi criada a *Junta de Providência Literária*, encarregada de planear os novos *Estatutos da Universidade de Coímbra*, todos os seus membros eram partidários de Verney.

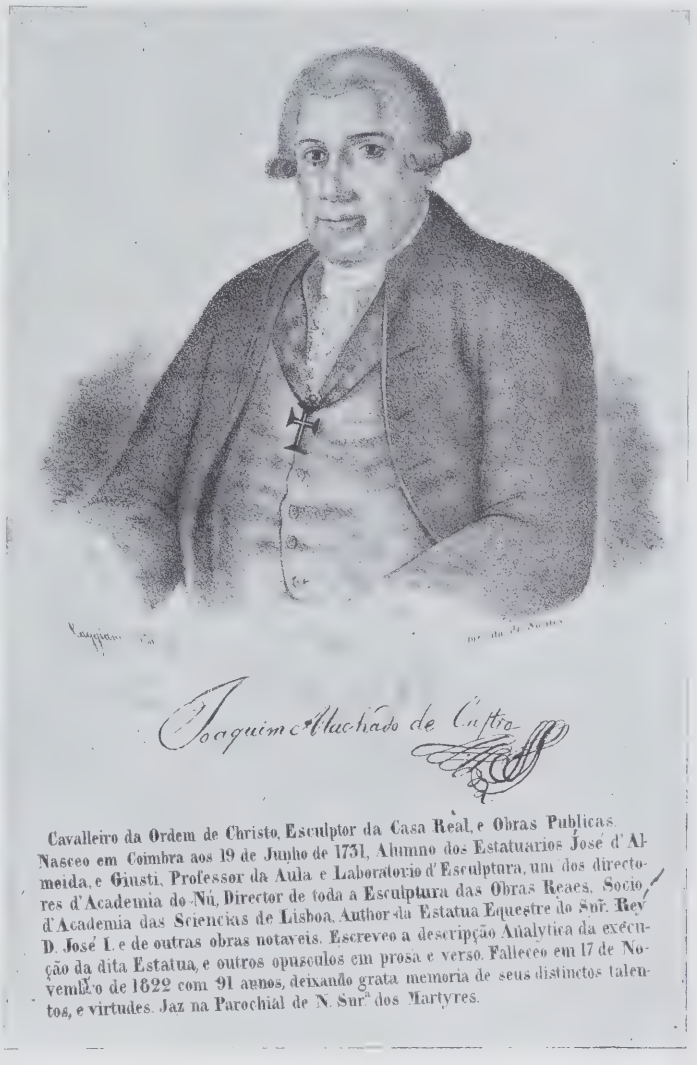
A leitura das publicações suscitadas pelo *Verdadeiro método de estudar*, é, hoje, custosa de tragar, tamanho é o recheio de parvoíces; mas a quem tiver a paciência de as ler dão bem ideia do atrazo mental em que a nação, à data, se encontrava. Para bem se compreender a indignação que o livro levantou nos meios universitários e a resistência que lhe opuseram, basta fazer o paralelo — melhor diria o desparalelo — entre o progresso crescente das ideias na Europa, durante o século XVII e princípios do XVIII, e a sua estagnação em Portugal, onde, suspenso o impulso indagador, mal tinha sido iniciado, a corrente do pensamento retrocedeu, para se ir confinar, circungirando, na ruminação perpétua da

O Terreiro do Paço como hoje se pode ver

escolástica, e nos prestígios da retórica, herdada dos latinos.

Se os séculos XV e XVI são de renovação, de esfôrço libertador, de fermentação de ideias que preparam a era moderna, o século XVII, pela constituïção definitiva da mecânica, da astronomia e da física, é quem firma para sempre nos espíritos a noção de *lei natural*, alicerça a *concepção mecânica do mundo*, e, substituindo à revelação e à autoridade, a experiência e a razão, fecha definitivamente a época medieval, e abre para o pensamento uma era inteiramente nova.

Pelo século adiante estende-se e intensifica-se o movimento intelectual criado, desde os fins do século XV, sob o impulso do espírito investigador, nascido das descobertas geográficas, dos manuscritos gregos vindos de Constantinopla e da invenção da imprensa. Viete, Descartes, Pascal, Fermat, Cavalieri, Roberval, Gregório de Sain-Vincent, Newton, Leibnitz, Moivre, dão à álgebra a sua constituïção definitiva, criam a geometria analítica, resolvem os problemas do cálculo integral, inventam o cálculo diferencial, estudam o cálculo das probabilidades; Neper e Kepler elaboram as primeiras tábuas de logaritmos, permitindo executar ràpidamente os cálculos trigonométricos na astronomia. Kepler, Galileu, Cassini, Huyghens, Hooke, Picard, Halley, Newton, Roemer, estabelecem as leis das órbitas planetárias, os princípios fundamentais da mecânica, dão a demonstração experimental das leis da queda dos corpos e das oscilações do pêndulo, formulam as teorias matemáticas da fôrça centrífuga e das marés, aperfeiçoam os instrumentos de observação, inventam o telescópio de reflexão, o micrómetro, o óculo meridiano, resolvem as nebulosas, descobrem os satélites de Saturno e a volta periódica dos cometas, medem com exactidão as dimensões da terra, e reduzem todos os movimentos dos corpos celestes à lei da gravitação universal.



JOAQUIM MACHADO DE CASTRO, autor da estátua equestre de D. José
(Da colecção de Martinho A. da Fonseca)

Em física, Galileu, Torricelli, Pascal, Otto de Guericke, os académicos de Florença, Mariotte, Boyle, demonstram experimentalmente o pêso do ar e as variações da pressão atmosférica, estabelecem as leis da compressibilidade dos gazes, inventam o barómetro e a máquina pneumática. Otto de Guericke, Boyle, Gassendi, Mersenne, Sauveur, Daniel Bernouilli, demonstram a propagação do som no ar, formulam as leis das vibrações das cordas e dos tubos sonoros, e, com a teoria matemática do som, criam a acústica. Kepler, Descartes, Malebranche, Huyghens e Newton, descobrem as leis da refracção, simples e dupla, o fenómeno da polarização, a decomposição da luz branca nas sete côres do espectro por meio do prisma; formulam a teoria matemática da luz e a hipótese da sua propagação por ondulações do éter. Roemer, pelo estudo dos eclipses dos satélites de Júpiter, consegue medir com grande aproximação a velocidade da luz. Van Drebbel, Sanctorio, os académicos de Florença, Otto de Guericke, Newton, Papin, estudam os efeitos do calor sôbre os corpos, inventam e aperfeiçoam o termómetro. Papin faz conhecer os efeitos mecânicos do vapor de água, e constróe a primeira máquina constando de um corpo de bomba movido pelo vapor. Savery, Newcomen e Cowley aperfeiçoam-na, e conseguem com ela extraír a água das minas. Gilbert, Boyle, Halley, iniciam o conhecimento da electricidade estática e do electro-magnetismo, comparam a terra a um grande iman, com polos e equador magnético. Otto de Guericke constroe a primeira máquina eléctrica de atrito.

Na química, Boyle, Glauber, Kunckel, Tachinio, João Rey, Mayow, Stahl, Lemery, Homberg, esforçam-se por libertá-la das especulações alquimistas, procuram decompôr os corpos em elementos simples, resolvem os sais em ácidos e alcalis, descobrem substâncias novas, estabelecem o papel do ar nas combustões e na respiração, notam o aumento de pêso dos corpos pela calcinação e começam a entrever relações numéricas nas combinações e decomposições da matéria.

Nas ciências naturais, Fábio Colonna, Redi, John Ray, Perrault, Magnol, Rivin, Líster, Tournefort, aplicam-se a descrever e ordenar com mais precisão os caracteres distintivos das espécies minerais, vegetais e animais. Com Fábio Colonna, Boccone, Descartes, Maillet, Stenon, Leibnitz, começa a fazer-se uma ideia positiva dos fósseis, estado primitivo do globo e seu resfriamento progressivo, dos terrenos geológicos e sua orígem ígnea ou sedimentar. Harvey, Aselli, Pecquet, Rudbeck, Stenon, completam a descoberta anterior de Cesalpino, Colombo e Servet, demonstram a grande circulação do sangue, os vasos quilíferos, a circulação linfática. Borelli, Bartholin,

Stenon, Bellini, Wirsung, Wharton, Glisson, Riolan, Lower, Grew, Graaff, Peyer, Brunner, Malpighi, Willis, Vieussens, Ruysch, Leuwenhoeck, Swammerdam, Hooke, Millington, Camerarius, alargam os conhecimentos sôbre a anatomia, principalmente, mas também sôbre a fisiologia do homem e dos animais; com o auxílio do microscópio e das injecções còradas, estudam os tecidos animais e vegetais, fazem conhecer a contextura das glândulas, do coração e do sistema nervoso, os órgãos da geração dos animais e das plantas, os glóbulos do sangue, os espermatozóides e os infusórios; descobrem na irritabilidade a propriedade geral da matéria viva. Sydenham, o grande clínico do século, reage contra os sistemas, regeita a autoridade dos antigos, procura assentar a medicina ùnicamente sôbre a observação e a experiência. Sílvio de Le Boe, Baglivi, Boerhaave, Hoffman, se bem que tentando prematuramente fundar a medicina sôbre uma química e uma fisiologia embrionárias, seguem na clínica, os preceitos de Sydenham, corrigindo na prática, pela boa observação, a inconsistência das teorias.

Tôda esta intensa actividade científica desenvolve-se numa atmosfera de internacionalismo. Há as academias italianas *dei Lincei* e *del Cimento*, a *Sociedade Real de Londres*, a *Sociedade dos Curiosos da Natureza*, de Schweinfort, as *Academias de Ciências*, de Paris, de Berlim, de S. Petersburgo, das quais podem fazer parte sábios de qualquer nacionalidade; criam-se os observatórios astronómicos de Greenwich, de Uranienburg, de Praga, Copenhague, de Paris. Por seu intermédio, pelos jornais científicos e pela correspondência particular, os sábios de todo o mundo mantêm-se em relações constantes.

BARTHOLOMEU DA COSTA

MAQUINA com que foi suspendida a Estatua Equestre do S. D. JOZE I. na Caza da Fundiçaõ, e se tirou para fóra por hũ angulo recto, para se pôr no Carro de transporte.

(Da colecção de Martinho A. da Fonseca)

Na filosofia, Bacon, Descartes, Gassendi, Spinosa, Hobbes, Locke, Malebranche e Leibnitz, enchem êste século, que rejeita a autoridade como fonte da verdade e as qualidades ocultas como explicação dos fenómenos, afirma a solidariedade da verdade científica e da autonomia do pensamento, e, pondo a dúvida metódica no ponto de partida do conhecimento, rompe decididamente com a escolástica, e inaugura a concepção científica do mundo. De uma maneira geral, a partir da data do *Discurso do método* (1637), o racionalismo cartesiano domina os espíritos, mesmo aqueles, como Gassendi e Locke, que combatem o cartesianismo. A pedagogia retarda: os jesuítas dominam. No ensino das letras, vão adiante os jansenistas, mas os oratorianos são mais liberais na parte que dão às ciências. Fénelon avança tìmidamente, mas Coménio e Locke são inteiramente modernos.

Nos domínios da religião, é o século da máxima regalista — *cujus regio ejus religio*, — da revogação do édito de Nantes, da conciliação aparente entre a razão e a fé; e, ao mesmo tempo, de Pascal e das *Cartas provinciais*, das lutas entre jesuítas e jansenistas, de Arnauld e Bossuet contra Malebranche e Fénelon, expondo, assim, aos olhos do público, a inanidade das disputas teológicas e a fraqueza interna da Igreja. Também o prestígio do monarca não resiste às conseqüências patenteadas de uma política despótica e uma administração ruïnosa. E assim é que, mesmo antes de findar o século, na nação que fazia a admiração da Europa, as três grandes instituïções tradicionais — realeza, igreja e nobreza — vacilam nos seus alicerces. Uma surda reacção contra o absolutismo, se bem que dissimulada nas formas habituais do respeito, manifesta-se com La Bruyère e Fénelon, Vauban, Boisguillebert e o abade de S. Pedro. Ao mesmo tempo, dois cartesianos, Fontenelle, com a sua *Pluralidade dos mundos* e a sua *História dos oráculos*, e Bayle, com os seus *Pensamentos sôbre o cometa* e, sobretudo, com o seu *Dicionário histórico e crítico*, preludiam e inauguram o século XVIII. E quando o Rei-Sol desaparece, a corrente das ideias novas irrompe com tal impetuosidade, que não haverá já diques que possam tolher-lhe a marcha. Assim, Descartes, cuja filosofia, no século XVII, tinha sido condenada pela Congregação do Index, pela côrte de Roma e pela Sorbonne, e cujo elogio fúnebre fôra proïbido por Luís XIV, figura, em 1720, nos programas da Universidade.

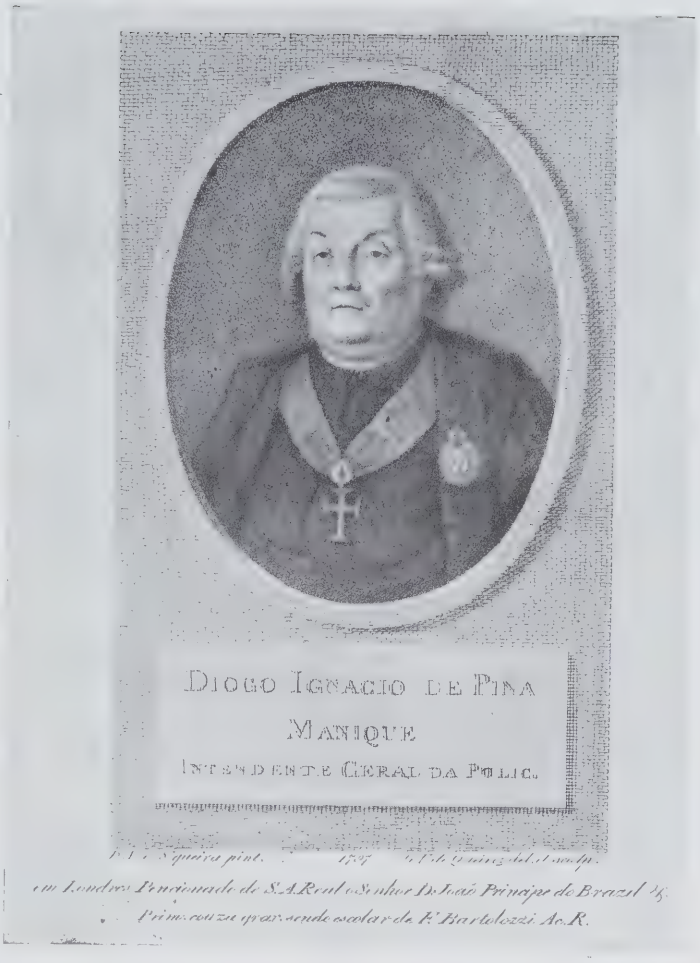
No período que vai até à data do *Verdadeiro método de estudar*, o progresso das ciências é de continuação e desenvolvimento. Nas matemáticas e na astronomia, Taylor, João Bernouilli, Euler, Clairaut, d'Alembert e Ma-

claurin, acrescentam capítulos novos à análise matemática. Bradley descobre a nutação do eixo da terra e a aberração das estrêlas fixas, de onde deduz, para a velocidade da propagação da luz um número mais exacto que o de Roemer, ao mesmo passo que fornece a prova decisiva do sistema de Copérnico. As duas missões, de Bouguer e La Condamine, às regiões equatoriais, de Maupertuis e Clairaut, às regiões polares, demonstram decisivamente o achatamento da terra nos polos. Pouco tempo depois, Clairaut e d'Alembert apresentam a solução do problema dos três corpos, ficando, assim, resolvidas as objecções que podiam ser levantadas contra a gravitação universal.

Em física, Fahrenheit, Réaumur, Célsio, sucessivamente, realizam, com a graduação dos termómetros, um progresso de alcance incalculável. Gray, Wheeler, Musschenbrock, Dufay, Nollet, demonstram experimentalmente os fenómenos da condutibilidade e condensação eléctricas, distinguem as duas electricidades e suas acções recíprocas, aperfeiçoam a máquina de Otto de Guericke. No mesmo ano em que aparece o *Verdadeiro método de estudar*, Musschenbroeck inventa a *garrafa de Leyde*, e Nollet transmite o choque eléctrico a uma distância de dois quilómetros por meio de uma cadeia de pessoas de mãos dadas.

Em química, Geoffroy Rouelle, Baron, Macquer, Marggraf, prosseguem nos estudos de análise e de preparação dos corpos, descobrem alguns corpos simples, como o níquel, e formulam o princípio das afinidades químicas.

Nas ciências naturais, Linneu, com os seus *Sistema natural*, *Fundamenta botânica* e *Genera plantarum*, publicados de 1735 a 1737, dá a primeira classificação científica dos animais, e a primeira classificação dos vegetais baseada nos órgãos de reprodução. Réaumur, Peyssonnel, Lyonnet, Hales, Trembley, Haller, Pacchioni, Valsalva, Santorini, Winslow, Albino, Morgagni, ampliam os conhecimentos sôbre a anatomia humana, os caracteres dos animais e das plantas, e acarretam materiais para a futura constituïção da fisiologia.



O célebre Diogo Inácio de Pina Manique, figura dominante do século XVIII e impulsionador das artes do seu tempo

No que respeita às letras, não há só continuação, há transformação manifesta. Em primeiro lugar, já não é a protecção régia que estimula os escritores, é a curiosidade do público. Depois, a separação entre sábios e homens de letras deixou de existir: enceta-se a carreira literária pelas ciências. A curiosidade, pode mesmo dizer-se, a mania da ciência, é geral, inclusivé nos salões literários. O público apinha-se nos gabinetes de física e de história natural para ouvir as prelecções e assistir às experiências. Lê com avidez o *Espectáculo da natureza*, do abade Pluche, as *Lições de física experimental*, do abade Nollet, a *Estática dos vegetais*, de Hales, as *Memórias para servir a história dos insectos*, de Réaumur, as curiosas experiências de Trembley sôbre a hidra de água doce, que traziam pasmados os próprios sábios: tudo, enfim, quanto se publica no domínio das ciências físicas e naturais. Por isso, Locke e Newton conquistam o favor do público à custa de Descartes. Demais, a anglomania grassa: Dryden, Addison, Pope, Shaftesbury, Hutcheson, Butler, Swift, Mandeville, De Foe, Richardson, Fielding, os livre-pensadores — Bollingbroke, Toland, Collins, Tindal, Woolston, começam a difundir-se no continente, e a Inglaterra a ser o figurino da Europa.

NOVA, E PEQUENA PEÇA
INTITULADA
AS DESORDENS DOS TAFUES,
OU SETE HE PONTO.

PESSOAS

Silverio.
D. Parla Cavalheiro Tosal.
Norberto homem de idade.
Hum Cadete.
Hum Poeta.
Monjr. Farsou Patraõ de huma Caza de Jogo
D. Lucelia mulher de Silverio, e mais peſſoas que figurarão na Caza do Jogo.
Hum Alcaide, e Ronda.

LISBOA
Na Officina de FELIPPE DA SILVA E AZEVEDO. Anno de 1783.

Rosto de uma das peças de teatro «de cordel», em que se vê uma cena familiar, das muitas descritas por Nicolau Tolentino

De tudo isto resulta uma transformação dos géneros literários que ainda vestem os trajos clássicos, mas cujo espírito é já outro. No teatro, é Marivaux, La Chaussée, Gresset; no romance, Lesage, Marivaux, o abade Prévost. Na filosofia e na crítica social, no mesmo ano

em que sai à luz o *Verdadeiro método de estudar*, publica Diderot os *Pensamentos filosóficos*, e Condillac, o *Ensaio sôbre a orígem dos conhecimentos humanos*. No ano anterior saíra a *História natural da alma*, de La Mettrie, e pouco antes o *Ensaio sôbre o espírito humano*, de Morelly. Voltaire publicou já as *Cartas filosóficas*, que tornaram conhecidas as instituïções inglesas e a filosofia de Locke, e alguns fragmentos do seu *Ensaio sôbre os costumes* saíram no *Mercúrio de França*. Montesquieu é já conhecido pelas *Cartas persas* e pelas *Causas da grandeza e decadência dos romanos*. Diderot está já encarregado de preparar a *Enciclopédia*.

O PALÁCIO REAL DE QUELUZ (Escada dos Leões e colunata da fachada lateral) (Construção de 1758-94, imitação de Versalhes)

Eis aqui, a fase a que tinha chegado o desenvolvimento intelectual da Europa na data do *Verdadeiro método de estudar*, enquanto Portugal, no couce, alheado, marcava passo. Escrito em forma de cartas, o livro começa pela necessidade de estudar a gramática portuguesa antes do latim e de simplificar a ortografia; passa ao ensino da gramática latina, que «deve ser escrita em português» e as 247 regras do P.e Álvares reduzidas, quando muito, às 36 de Pôrto-Real; necessidade da geografia, da cronologia e da história, para entender os livros latinos; necessidade das línguas grêga e hebraica, para entender os textos sagrados, e utilidade das línguas francesa e italiana. Em seguida, aponta os vícios do ensino e da prática da retórica em Portugal e faz a crítica da poesia portuguesa. Em filosofia, reclama o ensino da história filosófica, critica a lógica dos escolásticos, expõe o que ela deve ser, afirma que a metafísica é inseparável da lógica e da física, mostra as puerilidades da física da Escola, preconiza a observação e a experiência, e a necessidade da aritmética e da geometria para entender a física. Finalmente, mostra que a Ética faz parte da filosofia e não da teologia, e que é necessária para os juristas, os teólogos e os nobres. Passando aos estudos médicos, faz a crítica do galenismo, mostra a necessidade das ciências físicas, da anatomia — estudada no cadáver humano, da prática hospitalar e da cirurgia. Critica o ensino do Direito, tanto civil como canónico, proclama a necessidade do estudo da história geral e eclesiástica, preconiza a teologia positiva pelo estudo directo dos textos, para o que se torna necessário o conhecimento das línguas. Por último, traça um plano de estudos para tôdas as escolas, incluindo as Universidades, e dá «uma ideia do modo de instruir as mulheres, e não só nos estudos, mas na economia, com utilidade da República.»

O CONVENTO DE MAFRA — «Um dos maiores e mais sumptuosos monumentos de Portugal». 1717 a 1735. Custou mais de 48 milhões de cruzados

O livro é um reflexo assaz fiel do saber do seu tempo, — até nas ideias sôbre a poesia, que são as de La Motte — e do que melhor, então, havia nas instituïções pedagógicas da Europa. Revela vastíssima erudição, que não vai sem exageros — nos livros que recomenda para o ensino, — nem exclue deslizes, — como quando aprova, para a botânica, Tournefort, já ultrapassado, mesmo em vida, pois que sempre se recusou a admitir, ou a ligar importância, aos sexos das plantas. A crítica é certeira, e os remédios, não sendo novos, quási sempre apropriados, àparte o que se refere à poesia. Mas, não se procure em Verney uma doutrina pedagógica: êle não se eleva acima das questões de organização, de métodos de ensino e de programas; parece admitir, implìcitamente, os mesmos fins educativos que os seus adversários. Sob êste ponto de vista, o *Verdadeiro método de estudar* é inferior às *Cartas sôbre a educação da mocidade*. Dos dois precursores da reforma pombalina — o filósofo de vasta erudição e o simples profissional da arte de Hipócrates, — êste é quem vê mais largo e mais longe: é nêle que encontramos uma filosofia e uma política pedagógicas. Mas, talvez que essa mesma inferioridade, aliada à erudição e ao ardor combativo do autor, expliquem o seu sucesso. Se êle fôsse tão adiante do seu tempo como as *Cartas*, de Ribeiro Sanches, demais, sem o aparato erudito que impõe, as facécias ignaras do P.e Arsénio teriam pôsto os galhofeiros do seu lado, sem contrapêso. Um público educado na superstição dos textos só podia ser conquistado por quem se apresentasse brandindo calhamaços. Assim, a erudição de Verney amarelou o riso dos adversários, e permitiu-lhe exercer uma influência que havia, mais tarde, de manifestar-se na elaboração da reforma pombalina.

O ÚLTIMO INTERROGATÓRIO DO MARQUÊS DE POMBAL (Célebre quadro de José Malhôa)

OS COOPERADORES DE VERNEY

António Nunes Ribeiro Sanches, Alexandre de Gusmão e Francisco Xavier de Oliveira

BIBLIOGRAFIA — ANTONIO NUNES RIBEIRO SANCHES — *Cartas sobre a educação da mocidade* — Colónia, 1760, 2.ª edição revista e prefaciada pelo dr. Maximiano Lemos. Coímbra, 1922. (Foram reproduzidas em 1822 na *Rev. da Sociedade de Instrução do Porto; Fundamentos da Sociedade christã e politica, obra novamente dada á luz, e offerecida a todos os bons e ficis portuguezes.* (Por Philanecto de Corte Real).

Sôbre Ribeiro Sanches consulte-se: Maximiano Lemos — *Ribeiro Sanches. A sua vida e a sua obra* — Pôrto, 1911; id. — *Noticia de alguns Mss. de Ribeiro Sanches existentes na Bibliotheca Nacional de Madrid* — Pôrto, 1913; Ricardo Jorge — *Cartas de Ribeiro Sanches* — Lisboa, 1907; id. — *Amigos de Ribeiro Sanches.* J. H. de Magellan — Lisboa, 1910; id. — *Ribeiro Sanches e Soares de Barros* — Lisboa, 1909; *Catalogue des livres de M. Antonio Nuñes Ribeiro Sanches...* — Paris MDCCLXXXIII; *Oeuvres de Vicq d'Azyr...* — Paris, 1805; Maria Carolina Ramos — *J. Alvarez (Um dos amigos de Ribeiro Sanches)* — Pôrto, 1917.

E ainda: Barbosa Machado — *Bibliotheca Lusitana; Obras completas de Filinto Elisio:* o *Interessante*, 1835, vol. I; Inocêncio e Brito Aranha — *Diccionario bibliographico*, I e VIII, *Archivos de Historia da Medicina Portugueza*, 1910 e seguintes (parte do livro de M. Lemos *Ribeiro Sanches* e do mesmo *Cartas de Ribeiro Sanches ao Dr. Pacheco Valladares* (existentes na Bib. d'Evora), *Gazeta dos hospitaes do Porto*, 1909. *(Subsidios para a monographia do celebre medico portuguez Antonio Nunes Ribeiro Sanches*, por Artur Araujo) e *Medicina Contemporanea* (onde saíram os trabalhos do prof. Ricardo Jorge).

ALEXANDRE DE GUSMÃO — *Relaçam da entrada publica que fez em Paris aos 18 d'agosto de 1715, D. Luiz da Camara conde da Ribeyra Grande do Conselho d'el-rey de Portugal... reinando n'esta monarchia Luiz XIV...* — Paris, 1715; *Collecção de varios Escriptos ineditos politicos e litterarios de Alexandre de Gusmão, dados á luz publica por J. M. T. de C.* — Porto, 1841; *Complemento dos Ineditos de Alexandre de Gusmão, publicado por Albano Antero da Silveira Pinto* — Porto, 1844.

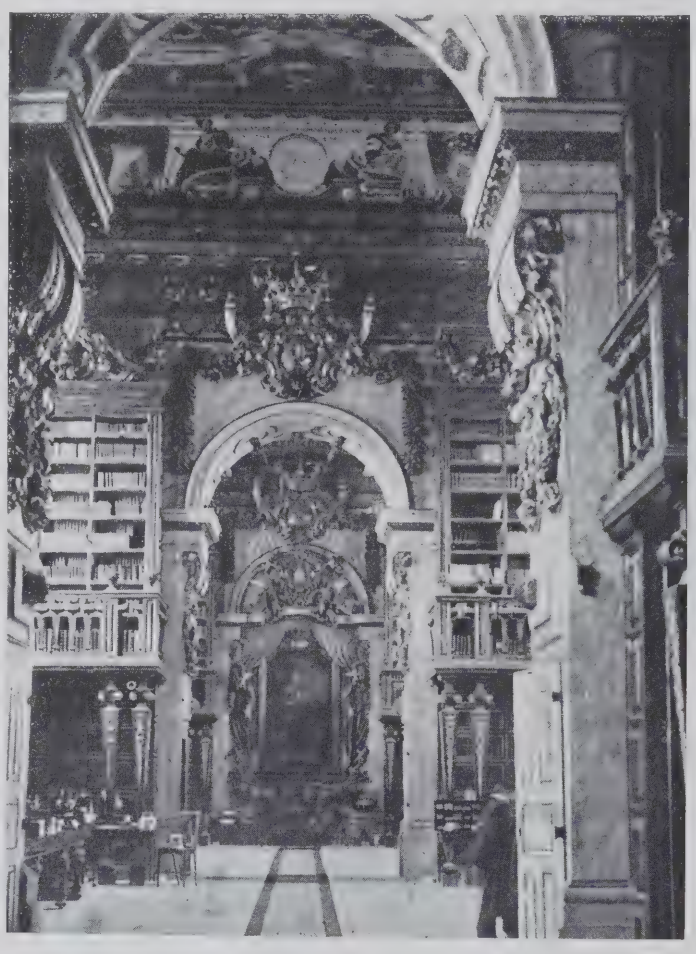
De Alexandre de Gusmão publicaram-se trabalhos no vol. XI da *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real das Sciencias* — Lisboa, 1732; no *Investigador Portuguez em Inglaterra, Revista Litteraria*, tomo X, no *Panorama*, etc.

Sôbre Alexandre de Gusmão pode ver-se: Miguel Martins de Araujo — *Elogio de Alexandre de Gusmão, cavalleiro professo da ordem de Christo, academico da Academia Real*, etc. — Lisboa, 1754; José Feliciano Fernandes Pinheiro — *Da vida e feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartholomeu Lourenço de Gusmão* — Rio de Janeiro, 1841. E a *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado; Pereira da Silva — *Plutarcho Brazileiro;* Costa e Silva — *Ensaio biographico-critico;* Manuel de Figueiredo — *Theatro*, tomo XIV; Inocêncio — *Diccionario bibliographico;* Artur Mota — *Historia da Litteratura Brasileira*, vol. II; Artur Goulart — *Estudo litterario e bio-*

graphico sobre A. de Gusmão (Rev. do Inst. Historico de S. Paulo, vol. II).

Francisco Xavier de Oliveira — *Memorias das viagens de Francisco Xavier de Oliveira* — Amsterdam, 1741; *Cartas familiares, historicas, politicas e criticas: discursos serios e jocosos.* 3 vols. — Amsterdam e Haya. 1741, 1742, 1742; 2.ª edição. Lisboa, 1855, 3 vols; *Viagem á ilha do Amor, escripta a Philandro* — Haya, 1744. 2.ª ed., Lisboa, 1794; *Carta ao sr. Isaac de Sousa Brito, com os privilegios concedidos em Napoles e Sicilia á nação hebrêa, traduzidos do original italiano em Napoles, no anno de 1740* — Haya, 1741; *Mille et une observations (ou reflexions) sur divers sujets de morale, de politique, d'histoire et de critique* — Amsterdam, 1741; *Memoires de Portugal avec la Bibliotheque Lusitane* — Amsterdam, 1741; *Réponse à la lettre de mr. C. D. M. M.* — Amsterdam, 1741; *Discursos patheticos a respeito das calamidades presentes succedidas em Portugal...; O Cavalheiro d'Oliveira queimado em estatua por hereje; como, e porque? Anecdotas e reflexões sobre este assumpto, dadas ao publico por elle proprio.* Nova ed. Not. bibliog. pelo dr. J. de Carvalho — Coimbra, 1922; *Reflexões de Felix Corvina de Arcos, christão velho Ulyssiponense; sobre a «Tentativa Theologica» composta pelo reverendo e douto P. Antonio Pereira da Congregação do Oratorio de Lisboa* — Londres, 1767. Saíu 2.ª ed. na Imprensa da Universidade de Coimbra; *Oeuvres mêlées ou discours historiques, politiques, moraux, littéraires et critiques, publiés dans les mois de janvier (jusqu'en Décembre) de 1757, sous le titre d'Amusement périodique. Par le Chevalier d'Oliveyra.* Tomos I, II e III — Londres. Saíu 2.ª edição traduzida e prefaciada por Aquilino Ribeiro (da Biblioteca Nacional, Lisboa), em 1922. 2 vols. CXVII-3-259-3 pág. e 297-3 pág. 1 nota de erratas. O prefácio de Aquilino Ribeiro é um belo e excelente estudo sôbre a figura e obra do autor da *Recreação.*

Sôbre o Cavalheiro de Oliveira veja-se o *Curso de Litteratura,* de Camillo Castello Branco; *Algumas horas na minha Livraria,* por Martins de Carvalho; Cartas de Cunha Rivara; o *Archivo Historico Portuguez,* I e II vol., etc.



Biblioteca da Universidade de Coimbra — Magnífica construção de D. João V

Foi Camilo quem escreveu: «Tem sido exclusiva e superabundantemente encomiado Luís António Verney, e quási esquecidos os seus cooperadores Francisco Xavier de Oliveira, e mais ainda ingratamente olvidado na pátria quanto honrado no estrangeiro, António Nunes Ribeiro Sanches e Alexandre de Gusmão.»

Efectivamente, era assim no seu tempo. Hoje, as figuras de Ribeiro Sanches e Oliveira são mais conhecidas, e até mesmo trabalhos seus lograram ver novamente a luz da estampa. Do primeiro, as *Cartas,* e do segundo os *Discours* e *Recreação,* são de ontem, em reimpressão aprimorada e cuidadosa, e até se do primeiro Ricardo Jorge e Maximiano Lemos lhe estudaram a vida e obra, do segundo, Jordão de Freitas soube tratar com superior erudição. É, pois, uma dívida de que alguma coisa se amortizou, o que em terra de ingratos, registrada e professa, vamos lá com Deus, para louvar é já.

Ribeiro Sanches, que nasceu em Penamacôr em 1699 e morreu em Paris em 1783, foi educado catòlicamente. Estudou em Coímbra e graduou-se em medicina em Salamanca. Volta à pátria, fixa residência em Benavente, de onde vem para Lisboa. Mas, cristão-novo, para fugir à Inquisição, embarca, dirige-se a Génova e depois a Londres, onde se faz judeu. Visita a França, a Holanda, a Alemanha, e, já novamente cristão, dá fundo na Rússia, onde foi médico dos exércitos e da imperatriz. Volta a Paris e lá morre, cercado de consideração.

Se tal foi a vida material de Ribeiro Sanches, a sua vida mental é das que mais se impõem à nossa consideração. Voluntàriamente exilado, êle não se esquece do seu Portugal e é dos que mais concorreram para a renovação mental portuguesa do seu tempo. A criação do Colégio dos Nobres, obra do Marquês de Pombal em 1761, foi-lhe por êle aconselhada de Paris em 1759. Concorreu em muito para a modernização do ensino médico, pôs a Academia das Ciências de S. Petersburgo em relações com a nossa Academia de História, e deve-se-lhe em parte grande influência na reforma pombalina da Universidade de Coímbra. As suas *Cartas sôbre a educação da mocidade* são livro de um espírito superior, audacioso para o meio português do seu tempo e cheio de penetração e desejo de ver a sua terra enfileirar no movimento de progresso que animava o mundo. Ribeiro Sanches foi grande demais para o meio onde nascera, e deve a sua glória exactamente aos seus prejuízos religiosos, que o fizeram exilar. Mas honrou Portugal, e o mundo científico estrangeiro ainda hoje pronuncia com respeito o seu nome.

Alexandre de Gusmão (1695-1753) foi mais homem de acção do que escritor, mais diplomata do que académico, mas não deixou de escrever com um estilo próprio, que motivou a Camilo Castelo Branco o dizer:

«As cartas de Alexandre de Gusmão não se encarecem como obra escrupulosa de linguagem; mas na esperteza da observação, na solércia da crítica, e para quem antepõe estudos sociológicos a proluxidades lingüísticas, o

secretário de D. João V excede António Vieira e D. Francisco Manuel de Melo.»

Alexandre de Gusmão foi um homem de talento e desempoeirado. A sua acção política e depois a sua obra literária prepararam a renovação mental de que o país tanto carecia e de que Verney foi o deflagrador. Espírito agudo e cintilante, atribuíu-se-lhe a autoria da *Arte de furtar*.

Francisco Xavier de Oliveira (1702-1783) foi um homem célebre no seu tempo e hoje é ainda um escritor notável, lido com agrado e coleccionado com gula. Conhecido pelo *Cavalheiro de Oliveira*, tem como escritor uma obra que atravessou os séculos: as *Cartas familiares*, e como prova de que o seu nome não caíu no olvido, as modernas edições da *Recreação periódica* e das *Reflexões de Félix Corvina dos Arcos*.

Francisco Xavier de Oliveira foi, em 1734, para Viena de Áustria como secretário do conde de Tarouca. Em 1740 passou à Holanda, onde, em 1741, publicou o 1.º volume das *Cartas*, e do produto da sua venda vivia quando o padre-inquisidor Fr. Manuel do Rosário, ao censurar o 2.º volume, o denominou de hereje. Isso fêz com que as suas obras fôssem proïbidas em Portugal e confiscados os exemplares existentes.

Encontra-se em 1744 em Londres com Sebastião José de Carvalho e em 1746 abjura solenemente da religião católica. A sua língua sôlta diz coisas que à Inquisição portuguesa não agradam. Quando êle preconiza a extinção desta, a liberdade dos judeus, a terminação do culto dos santos, a Inquisição responde a seu modo e com as armas que tem. Queima-o em estátua por o não poder queimar em carne e ôsso. «Isso, porém, não impediu que Francisco Xavier de Oliveira ainda vivesse vinte e dois anos, postoque pobremente», diz, Camilo. Morreu em Hachney em 1783. As suas obras são escritas num estilo desprendido, fácil, elegante, e nelas se pode recolher grande cópia de informações curiosas dos usos e costumes do seu tempo. Também há uma certa filosofia no encarar dos problemas e no modo de criticar os acontecimentos. É vigoroso, irónico, e a sua prosa agrada francamente.

AS ACADEMIAS

As Academias do século XVIII são a continuação das Academias Literárias do século anterior. As mais notáveis foram a *Academia Real da História Portuguesa*, a *Academia Real das Ciências*, a *Arcádia Lusitana* ou *Ulissiponense* e a *Nova Arcádia*. Estas foram as mais importantes no movimento literário. Mas, outras houve de importância menor e vivendo sem fausto nem grandeza culturais e finando-se sem que a sua falta fizesse clareiras de espanto ou de saüdade. Assim foram a *Academia dos Anónimos*, as *Conferências discretas*, que se fundiram na *Academia Real de História Portuguesa*, a *Academia dos Aplicados*, a dos *Escolhidos, Ocultos*, esta a precursora da *Arcádia*, e mais a *Problemática de Setúbal*, a dos *Solitários de Santarém*, a *Problemática de Guimarãis*, a dos *Ilustrados*, a dos *Insignes*, a dos *Laureados*, a dos *Obsequiosos*, a dos *Unidos*, a *Latina e Portuguesa*, a *Mariana*. A moda estendeu-se à colónia do Brasil, que lá se fundaram a *Academia Brasilica dos Esquecidos*, a dos *Felizes*, a dos *Selectos*, a dos *Renascidos*, a *Literária* e outras. Vamos vêr o que foram os vultos mais notáveis das principais.

A HISTÓRIA

A Academia Real da História Portuguesa

BIBLIOGRAFIA — *Collecção dos documentos e memorias da Academia Real de Historia Portugueza, que nos annos de 1721 a 1736 se compuseram e se imprimiram, por ordem de seus censores*—Lisboa Occ., 1721-36, 15 tomos, 16 vols. (Compreende *Notícias* do que se passou nas conferências; *Contas* dos estudos dos Académicos; *Panegíricos; Orações; Elogios fúnebres; Declarações* dos Directores; *Dissertações; Catálogos* históricos; *Extractos* críticos dos livros raros, manuscritos e impressos; Documentos extraídos dos Arquivos ou notícias dêles; a explicação de medalhas, inscrições, epitáfios, etc; os *Diplomas* régios, *Estatutos, Decisões*, etc., relativos à Academia; e, finalmente, algumas obras de maior vulto, de que se tiraram também exemplares em separado: tais como o *Portugal Renascido*, por Fr. Manuel da Rocha; as *Noticias chronologicas* da Universidade de Coímbra, por Francisco Leitão Ferreira, etc., etc.).

MANUEL TELES DA SILVA — *Historia da Academia Real da Historia Portugueza* — Lisboa, 1727.

ALEXANDRE FERREIRA — *Supplemento Historico, ou Memorias e Noticias da celebre Ordem dos Templarios, para a historia da admiravel Ordem de N. S. Jesus Christo*. Parte I. Tomo I. — Lisboa, 1735. Págs. 1 a 504. Mandada suspender a impressão por ordem da Academia.

D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA — *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza desde a sua origem até o presente, com as familias illustres que procedem dos Reis*, etc. — Lisboa, 1735 a 1748. 12 tomos; *Provas da Historia Genealogica...* — Lisboa, 1739 a 1748, 6 tomos; *Serie dos Reis de Portugal, reduzida a taboas genealogicas, com uma breve noticia historica*, etc. — Lisboa, 1743; *Memorias historicas e genealogicas dos Grandes de Portugal* — Lisboa, 1739; outra ed., 1742, id. 1755; *Agiologio lusitano dos Sanctos e Varões illustres...* Tomo IV. — Lisboa, 1744. (Continuação da obra de Jorge Cardoso).

Sôbre D. António Caetano de Sousa veja-se: Affonso de Dornellas — *D. Antonio Caetano de Sousa. A sua vida, a sua obra e a sua familia. Subsidios*. (É a maior parte do VI vol. da *Historia e Genealogia* do autor. Saíu também em separata, Lisboa, 1920).

DIOGO BARBOSA MACHADO — *Elogio funebre do beneficiado Francisco Leitão Ferreira, recitado no Paço* — Lisboa, 1735; *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo d'el-rei D. Sebastião, unico do nome, desde o anno de 1554 até o de 1561*. Tomo I — Lisboa, 1730; II (de 1561 até 1567), 1737; III (de 1567 até 1574), id. 1747; IV (de 1574 até 1579), id., 1751; *As verdades principaes e mais importantes da fé...* (Trad. de Dandini) — Lisboa, 1729 (Pub. anónimo); *Relação das solemnes exequias... á saudosa memoria delrei Dom João V* — Lisboa, 1750; *Carta exhortatoria aos Padres da Companhia de Jesus...* — s. l. n. d. (anónimo); *Bibliotheca Lusitana* — Lisboa, 1741, 1747, 1752, 1759.

Sôbre Barbosa Machado consulte-se a *Oração funebre nas exequias do Reverendo D. Diogo Barbosa Machado, Abbade Reservatario da igreja de Sancto Adrião de Sever, etc... celebradas na ermida de N. S. da Conceição no Sitio de Rilhafoles, em o dia 9 de Septembro de 1772* — Lisboa, 1773; o *Boletim da Sociedade de Bibliophilos*

Barbosa Machado — Lisboa, 1910 a 1917; e os *Annaes da Bib. Nac. do Rio de Janeiro.*

Francisco Leitão Ferreira — *Affectos Lusitanos...* — Lisboa, 1691; *Auspicios encomiasticos...* — Lisboa, 1697; *Memoria sepulchral...* — Lisboa, 1699; *Musa Typographica...* — Lisboa, 1707; *Idéa poetica epithalamica...* — Lisboa, 1709; *Berço natalicio...* s/d. (Peças poéticas consagradas a diversos e sem grande valor). *Nova Arte de Conceitos...* — Lisboa, 1718-1721; *Dissertação apologetica em que se defende a verdade do primeiro Concilio Bracharense, descoberto e dado à luz por Fr. Bernardo de Brito* — Lisboa, 1723; *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra. Primeira parte, que comprehende os annos que decorrem desde o de 1288 até principios de 1537* — Lisboa, 1729; *Noticias da vida de André de Resende.* Pub. anotadas e aditadas por Anselmo Braamcamp Freire — Lisboa, 1916.

Sôbre F. Leitão Ferreira veja-se o seu *Elogio funebre* por Diogo Barbosa Machado, no tomo XV da *Collecção de Mem. da Academia de Historia;* o *Diccionario bibliographico* de Inocêncio, etc.

Inácio Barbosa Machado — *Panegyrico historico do serenissimo sr. infante D. Manuel...* — Lisboa, 1717; *Noticia da entrada publica, que fez na corte de Paris em 18 de Agosto de 1715 o ex.mo conde da Ribeira Grande, D. Luis Manuel da Camara* — Lisboa, 1716 (anónimo); *Panegyrico á immortalidade do ex.mo sr. Manuel Carlos de Tavora, conde de S. Vicente* — Lisboa, 1718 (Sob o nome da Valeriano da Costa Freire); *Nova relação das importantes victorias, que alcançaram as armas portuguezas na India...* — Lisboa, 1742 (Sob o nome de Jacinto Machado de Sousa); *Fastos politicos e militares da antiga e nova Lusitania, em que se descrevem as acções memoraveis que na paz e na guerra obraram os portuguezes nas quatro partes do mundo,* etc. Tomo I — Lisboa, 1745. D. 2.º imprimiram-se 280 págs.; *Vindicias apologeticas e criticas contra o prologo anticritico que escreveu o P. Fr. Lourenço Justiniano da Annunciação, impugnando a Dissertação e Appendix dos «Fastos politicos e militares da Lusitania»* — Paris, 1760, *Relação da enfermidade, ultimas acções, morte e sepultura do muito alto e poderoso rei o senhor D. João V...* — Lisboa, 1751; *Historia critico-chronologica da instituição da festa, procissão e officio do Corpo Sanctissimo de Christo...* — Lisboa, 1759.

Sôbre êste autor vejam-se os *Estudos biographicos* de Barbosa Canaes, etc.

D. Jerónimo Contador de Argote — *Regras da lingua portuguesa,...* — Lisboa, 1721; 2.ª ed. Lisboa, 1725; *Sermão da Paixão...* — Lisboa, 1716; 2.ª ed. id. 1735; *Vida e milagres de S. Caetano Thieni...* — Lisboa, 1722; *Supplemento...* — Lisboa, 1747; *Vida da veneravel Madre Rosa Maria Serio de Sancto Antonio* (Trad. do italiano) — Lisboa, 1744; 2.ª ed. id., 1749; 3.ª ed. id. 1762; *De Antiquitatibus Conventus Bracharaugustani...* — Lisboa, 1738; *Memorias para a Historia Ecclesiastica de Braga...* — Lisboa, 1732, 1734, 1744, 1747; *Parecer anatomico, historico, critico e juridico sobre a dissertação historica e critica de uma inscripção que existe no campo de Sant'Anna, na cidade de Braga* — Lisboa, 1742 (Sob o pseudónimo de Egídio Albornoz de Macedo).

A Tôrre dos Clérigos no Pôrto — Construção do século XVIII

D. José Barbosa — Dos seus muitos Sermões, Orações fúnebres, Elogios, Panegiricos, etc., pode ver-se a relação completa no IV vol. do *Diccionario bibliographico* de Inocêncio. As suas obras principais são o *Catalogo chronologico, historico, genealogico e critico das rainhas de Portugal, e seus filhos* — Lisboa, 1727; *Memorias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra...* — Lisboa, 1727; *Historia da fundação do Real Convento do Santo Christo das religiosas capuchinhas francezas*—Lisboa, 1748; *Vida de S. Vicente de Paulo...* — Lisboa, 1738; 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1850; *Epitome da vida de D. Luiz Carlos Ignacio Xavier de Menezes...* — Lisboa, 1743; *Relação da posse e entrada publica que fez na cidade de Goa D. Pedro Miguel d'Almeida...*—Lisboa, 1746 (Sob o nome de Ambrósio Machado).

Sôbre o escritor veja-se Manuel Teles da Silva — *Elogio funebre do P. D. José Barbosa...* — Lisboa, 1751; Barbosa Canaes — *Estudos biographicos;* D. Tomaz Caetano do Bem — *Memorias historicas dos Clerigos Regulares,* tomo II; Inocêncio F. da Silva — *Archivo pittoresco,* tomo IX, etc.

José Soares da Silva — *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo d'el-rei D. João o I, do anno de 1383 até o de 1433.* Tomo I — Lisboa, 1730; Tomo II, ed., 1731; Tomo III, id., 1732; *Collecção dos documentos com que se auctorisam os primeiros tres tomos* — Lisboa, 1734; *Diario metrico en aplauso de la immaculada Concepcion de Maria Santissima, distribuido para todo el año* — Lisboa, 1717.

Fr. Lucas de Santa Catarina — *Estrella dominicana...* — Lisboa, 1703 e 1713; *Historia de S. Domingos...* — 4.ª parte — Lisboa, 1733; 2.ª ed., Lisboa, 1767, 3.ª ed. 1866; *Memorias da Ordem Militar de S. João da Malta...* — Lisboa, 1734; *O Racional da Graça...* — Lisboa, 1735; *Serão politico, abuso emendado...* — Lisboa, 1704, id. 1723 (Sob o nome de Felis da Castanheira Turacem, anagrama do nome do autor); *Oriente illustrado...* — Lisboa, 1727.

Manuel Pereira da Silva Real — *Dissertação exegetica-critica, em que se prova ser fabuloso o supposto primeiro concilio de Braga, citado por Fr. Bernardo de Brito*

Lisboa, 1723; *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado da Guarda. Tomo I* — Lisboa, 1729; *Discurso apologetico critico, juridico e historico, em que se mostra a verdade das doutrinas, factos e documentos, que affirmou e referiu na conta dos seus estudos, que deu na Acad. Real em conferencia de 8 de Novembro de 1731, a respeito do sacro, pontificio e real colegio de S. Pedro* — Lisboa, 1733.

Sôbre o autor veja-se António da Silva Sampaio — *Elogio funebre...;* Barbosa Canaes — *Estudos biograficos*, etc.

Fr. Manuel dos Santos — *Monarchia Lusitana: Parte oitava...* — Lisboa, 1727; *Alcobaça illustrada; noticias e historias dos mosteiros e monges insignes cistercienses da congregação de Sancta Maria de Alcobaça.* Primeira parte... — Coimbra, 1710; *Alcobaça vindicada: resposta a um papel, que com o titulo de «Justa Defensa» publicou o P. Francisco de Sancta Maria contra as chamadas invectivas, tiradas da Historia de Alcobaça illustrada, e contra o seu auctor*, etc. — Coimbra, 1714; *Historia Sebastica*—Lisboa, 1735; *Analysis Benedictina*—Madrid, 1732.

Sôbre o autor veja-se Fr. Fortunato de S. Boaventura — *Historia Chron. da R. Abbadia de Alcobaça*, págs. XVI a XXVIII, e a polémica suscitada pela *Analysis Benedictina* (V. Inocêncio).

Sebastião da Rocha Pita—*Historia da America Portugueza, desde o anno de 1500 do seu descobrimento até o de 1724* — Lisboa, 1730; 2.ª ed., Baía, 1878; 3.ª ed., Lisboa, 1880; 4.ª ed., Rio de Janeiro s/d. (Garnier); *Breve compendio e narração do funebre espectaculo...* — Lisboa, 1709; *Summario da vida e morte da ex.ma Senhora D. Leonor Josepha de Vilhena...* — Lisboa, 1721.

Veja-se *Varões illustres do Brazil* de Pereira da Silva; *Historia da litteratura brasileira* por Artur Mota; Laudelino Freire — *Estante classica*, vol. XV; id. — *Classicos Brasileiros*, etc.

A capela de S. João Baptista na igreja de S. Roque (Lisboa). Maravilha da arte italiana e do gôsto e munificência do rei D. João V

No século XVIII trabalhou-se, afanosamente, na história de Portugal. Muitos foram os que procuraram colher, nos arquivos no reino, documentos ou notícias; mas de tantos eruditos, geralmente crèdores da nossa gratidão, não saiu nenhum grande historiador. Os seus principais representantes pertencem à Academia Real da História Portuguesa, fundada por D. João V, em 8 de Dezembro de 1720, a conselho e instigações do clérigo regular teatino, D. Manuel Caetano de Sousa. Deviam os sócios da Academia escrever «a historia eclesiastica destes reinos, e depois tudo o que pertence á historia delles e de suas conquistas». Aprovados os Estatutos, entrou a Academia em plena actividade, procurando colher cópias dos documentos precisos para os seus trabalhos, como lhe impunha a divisa, que escolhera: a figura da Verdade, com a letra — *Restituet omnia.* Para o levar a efeito, publicou-se uma carta régia e expediram-se os avisos necessários, mandando abrir aos académicos todos os arquivos; as cópias seriam feitas por paleógrafos bem remunerados.

O primeiro director da Academia da História foi D. Manuel Caetano de Sousa, que obteve ainda, em 1722, que os livros, por ela publicados, ficassem isentos da censura do Desembargo do Paço, bastando a licença dos censores académicos. O seu nome está, portanto, vinculado a essa notável instituïção, cujo período de intensa laboriosidade, infelizmente, foi curto, de 1721 a 1736. Mas, não obstante ser um polígrafo incansável — pois o catálogo das suas obras, impressas e manuscritas, compreende 289 espécies — D. Manuel Caetano de Sousa não deixou trabalho que mereça ser posto em relêvo.

Quatro censores teve, a princípio, a Academia: o 4.º conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses; o 1.º marquês de Abrantes, Rodrigo Anes de Sá Meneses e Almeida; o 2.º marquês de Fronteira, D. Fernando Mascarenhas, e o 3.º marquês de Alegrete, Manuel Teles da Silva, que também exercia o cargo de secretário, e nessa qualidade publicou, em 1727, a *Historia da Academia.* A *Colecção dos Documentos e Memorias* abrange 15 tomos, em 16 volumes, *in-folio.*

D. António Caetano de Sousa (1674-1759), clérigo regular teatino. Incumbido pela Academia de escrever as memórias eclesiásticas dos bispados ultramarinos, a essa tarefa se dedicou com verdadeiro interêsse, chegando a organizar diversos catálogos de bispos e arcebispos das dioceses do Funchal, Angra, África, Brasil e Oriente; mas do ultramar não se apressavam a fornecer-lhe os indispensáveis subsídios, e D. António Caetano de Sousa interrompeu êsses estudos.

A sua obra capital é a *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa,* desde o conde D. Henrique até

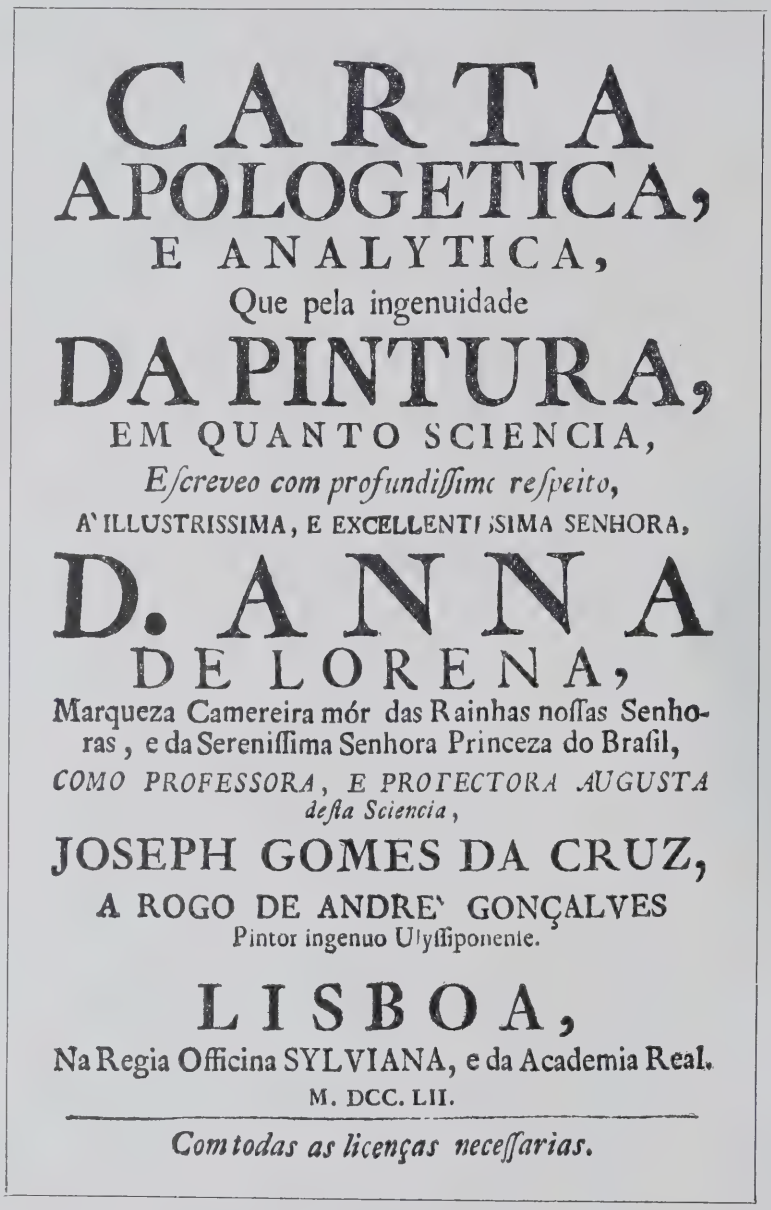
D. João V. Não é, como no primitivo plano do autor, uma simples colecção de mapas genealogicos, nem um catálogo das famílias, que dos reis de Portugal descendiam. Apesar das suas confusões, dos seus equívocos e até dos seus erros — desculpáveis em trabalho tão extenso e que procurava ser tão minucioso — a *Historia Genealogica* é um valioso repositório de notícias, que será sempre consultado com proveito. Aos seus treze tomos devem acrescentar-se os seis das *Provas*. João Pedro Ribeiro censura-as com severidade, pelos defeitos que apresentam, e que o notável investigador atribui à inépcia dos copistas. Assim é, com efeito; e, no entanto, essa abundante colectânea de documentos, muitos dos quais pertenciam a arquivos, que desapareceram com o terramoto de 1755, presta úteis subsídios aos historiadores.

Deixou ainda as *Memorias historicas e genealogicas dos grandes de Portugal*, de índole panegirista, e — como já vimos ao tratar de Jorge Cardoso — a continuação do *Agiologio Lusitano*.

Diogo Barbosa Machado (1682-1772), abade-reservatário da igreja de Santo Adrião de Sever. O primeiro grande reportório bibliográfico português é a sua *Biblioteca Lusitana*, quatro tomos *in-folio*, cheios de informações coligidas à custa de pacientes pesquizas. Não possuindo dotes críticos, nem a educação literária indispensável para empreender uma obra, que o próprio título classifica de *histórica* e *crítica*, a *Biblioteca Lusitana* tem muitas deficiências e anacronismos, sendo não só erróneas, mas pueris, certas induções suas. Estas faltas não destroem, porém, o valor dêsse vasto depósito de notícias, que continuará aproveitando aos estudiosos.

Diogo Barbosa Machado deixou-nos também as *Memorias para a historia delRei D. Sebastião* (4 tomos, 1736-1751), que a Academia o encarregara de escrever, bem como as relativas ao cardeal-rei D. Henrique e aos três Felipes, que não chegou a encetar. Matizadas de digressões supérfluas, numa linguagem prolixa, por vezes fastidiosa, as *Memorias* estão longe de ser um trabalho histórico; mas são de estimar as informações que dá, algumas incompletas e, especialmente, os documentos, que publica sôbre êsse interessantíssimo e ainda tão desconhecido período da nossa história.

Inácio de Barbosa Machado (1686-1766). Êste irmão do autor da *Biblioteca Lusitana* doutorou-se em Leis, na Universidade de Coimbra, e foi desembargador da Relação do Pôrto. A sua obra principal, *Fastos politicos e militares da antiga e nova Lusitania*, tem escasso merecimento histórico; e o seu valor literário não é maior. Apareceu apenas o 1.º tomo, em 1745.



CARTA
APOLOGETICA,
E ANALYTICA,
Que pela ingenuidade
DA PINTURA,
EM QUANTO SCIENCIA,
Escreveo com profundissimo respeito,
A' ILLUSTRISSIMA, E EXCELLENTISSIMA SENHORA,
D. ANNA
DE LORENA,
Marqueza Camereira mór das Rainhas nossas Senhoras, e da Sereníssima Senhora Princeza do Brasil,
COMO PROFESSORA, E PROTECTORA AUGUSTA deſta Sciencia,
JOSEPH GOMES DA CRUZ,
A ROGO DE ANDRE' GONÇALVES
Pintor ingenuo Ulyssiponense.
LISBOA,
Na Regia Officina SYLVIANA, e da Academia Real.
M. DCC. LII.
Com todas as licenças necessarias.

A rara *Carta Apologetica, e analytica*, curioso livrinho sôbre arte, do século XVIII

D. José Barbosa (1674-1750), clérigo regular teatino e irmão também de Diogo Barbosa Machado. Êste famoso e fecundo prègador sobreleva, em qualidades literárias, à maioria dos escritores do seu tempo. O *Catalogo cronologico, historico, genealogico e critico das rainhas de Portugal e seus filhos*, publicado em 1727, é, porém, muito deficiente.

Como cronista da Casa de Bragança, escreveu ainda as *Vidas dos cinco primeiros duques*, que se imprimiram já depois da sua morte, em 1755. Nenhum exemplar se distribuíra; e todos se perderam, assim como o próprio manuscrito, no terrível incêndio consecutivo ao terramoto.

José Soares da Silva (1672-1739). Escolhido pela Academia para estudar o reinado de D. João I, escreveu as *Memórias para a história de Portugal, que compreendem o govêrno de el-rei D. João I, do ano 1383 até o de 1432*. O estilo empolado, em que está escrita, prejudica o interêsse da obra, cujas ilustrações também oferecem curiosos anacronismos. O que mais a valoriza é a *Colecção de Documentos com que se autorizam as Memórias*.

Francisco Leitão Ferreira (1667-1735). As suas *Notícias cronologicas da Universidade de Coimbra* são um livro indispensável a quem pretenda estudar a história da Universidade de Lisboa-Coímbra, desde a sua fundação em Lisboa até à sua última transferência para Coímbra,

em 1537. Tomando para base as *Memórias da Universidade de Coímbra*, apresentadas à Academia Real da História pelo reitor e reformador da mesma Universidade, Dr. Francisco Carneiro de Figueirôa, a obra de Leitão Ferreira dá-nos elementos preciosos para a história literária do nosso país, durante êsse longo período.

A morte não o deixou concluir o seu trabalho. A *Primeira Parte, que compreende os anos que discorrem desde o de 1288 até principios de 1537*, foi a única publicada. O manuscrito da Segunda Parte, que vai só até o ano de 1551, existe na Biblioteca Nacional; também se encontra uma cópia no Arquivo da Universidade. A penetração crítica de Francisco Leitão Ferreira levou-o a regeitar muitas invenções monásticas.

Dr. Alexandre Ferreira (1664-1737), desembargador da Relação do Pôrto e da Casa da Suplicação. Tendo-lhe sido distribuída a história das Ordens Militares, publicou dois tomos com *Memórias e notícias da Ordem dos Templários*. A impressão do terceiro, intitulado *Memórias históricas de algumas Ordens Militares*, foi mandada suspender, por ordem da Academia, quando ía já na página 504. Ignoram-se os motivos dessa resolução, que tornou o último tomo raríssimo. A obra é de pouca estimação.

Estampa que acompanha a *Carta Apologetica* (Por Manuel Joaquim Gonçalves) Exemplar de H. de C. Ferreira Lima

D. Jerónimo Contador de Argote (1676-1749). Clérigo regular teatino, como tantos dos seus confrades na Academia, consagrou-se a estudos arqueológicos e de história da arquidiocese bracarense, os primeiros em latim, *De Antiquitatibus conventus Bracaraugustani*, e os segundos em português, *Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga, primaz das Espanhas*. Não obstante as suas incorrecções e deficiências, agravadas por uma singular falta de método, as obras de Contador de Argote fornecem-nos numerosas notícias sôbre a antiga Braga.

Fr. Lucas de Santa Catarina (1660-1740). Natural de Lisboa, professou no convento de S. Domingos de Benfica; e a fama, que alcançou nos seus estudos, obteve-lhe o lugar de cronista da Ordem. Foi nesta qualidade que escreveu a *Quarta Parte da Historia de S. Domingos*, que vale pouco, do ponto de vista histórico, mas ainda vale menos pelo seu estilo afectado e pretencioso, freqüentemente metafórico, tanto em voga entre os escritores da época. Como membro da Academia, escreveu as *Memorias da Ordem Militar de Malta*, livro em que a falta de crítica nem sequer é compensada pelo valor dos documentos que o acompanham, pois estão cheios de êrros, como provou José Anastácio de Figueiredo, na *Nova Historia da Militar Ordem de Malta*, publicada em 1800.

A obra ficou incompleta, pois só apareceu o tomo I.

Manuel Pereira da Silva Leal (1694-1733). A reputação de inteligente e estudioso que grangeou, freqüentando as aulas de humanidades no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, e depois a Universidade de Coímbra, onde se doutorou, levou D. João V a nomeá-lo, com vinte e seis anos apenas, membro da Academia; e os seus colegas incumbiram-lhe a história do bispado da Guarda.

Em 1729, um ano antes de entrar no professorado universitário, publicou o 1.º tomo da Primeira Parte das *Memórias para a história eclesiástica do bispado da Guarda*. A obra, que a morte lhe não deixou completar, tem reduzido interêsse, pois se refere a um período muito anterior à constituïção da nacionalidade portuguesa. Como apêndice, traz uma *Dissertação*, demonstrando ser fabuloso o 1.º concílio de Braga, mencionado por Fr. Bernardo de Brito.

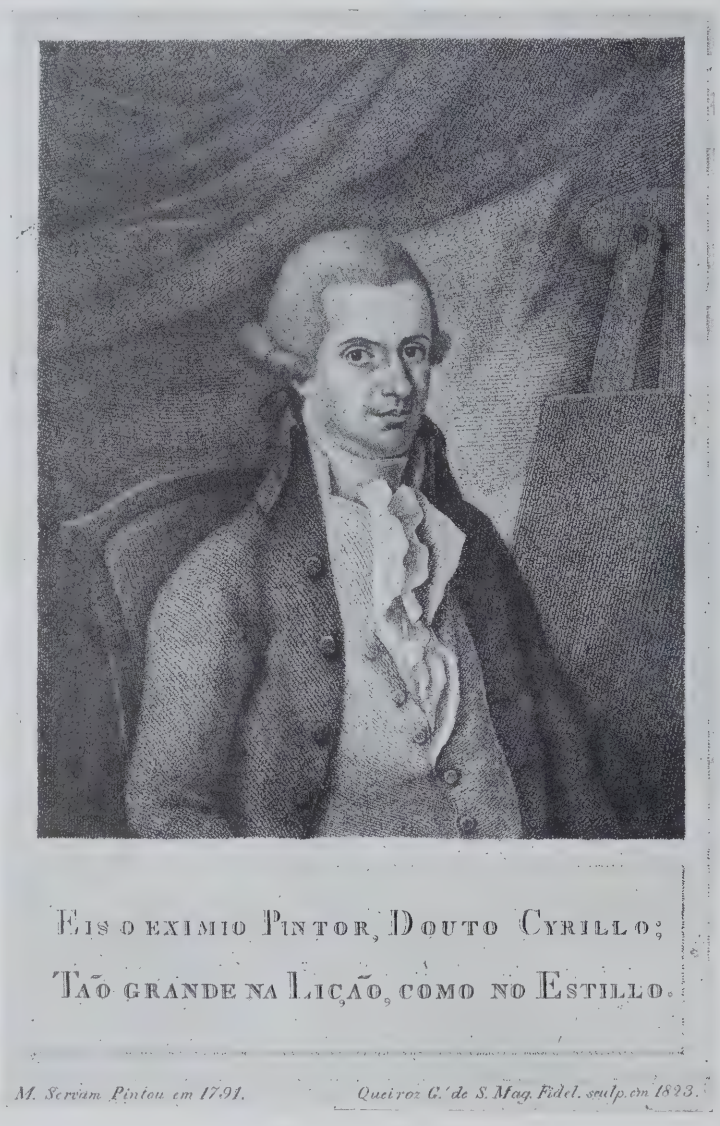
Sebastião da Rocha Pita (1660-1738). Nasceu na cidade da Baía, vindo a Portugal formar-se em Cánones. Voltou depois para o Brasil, sendo nomeado coronel do regimento das ordenanças da sua terra natal. Entre a administração da casa, pois tinha bens patrimoniais, e a leitura de obras portuguesas e espanholas, cuja língua conhecia, amadureceu-lhe no espírito a ideia de escrever a história do Brasil. Estudou demoradamente os arquivos dos conventos e principalmente dos colégios da Companhia de Jesus; com o fim de completar as suas investigações partiu para Lisboa, esforçando-se por coligir os materiais indispensáveis à obra que traçara.

Concluída nos meados de 1726 e nesse mesmo ano submetida à apreciação da Academia, a *Historia da America Portuguesa desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o de 1724*, foi publicada em 1730. Os pareceres dos censores são unânimemente favoráveis. Uns celebram o seu «estilo tão elegante, que tem muito de poetico», e por isso «não será menos estimada... do que outras... de semelhante estilo na nossa lingua, e na dos nossos visinhos»; outros, pelo contrário, admiram «a frase verdadeiramente portuguesa, desafectada, pura, concisa e conceituosa»;

e até há quem lamente que a *Historia* tenha «o defeito de não ser mais dilatada, para que os leitores se pudessem divertir com maior torrente de eloqüência». A verdade é que na lingüagem de Rocha Pita se encontram os vícios do tempo: o gôsto do trocadilho, a inflacção do período, o abuso da hipérbole.

Do ponto de vista histórico, tem essa obra a vantagem de ser a primeira história geral do Brasil. É interessante a descrição que o autor faz do «corpo natural e material» dêsse grande império, das suas produções, da sua fauna. Já os costumes das tribus indígenas rápida atenção lhe mereceram. As informações sôbre a vida política do Brasil, durante duzentos e vinte e quatro anos, são copiosas, mas nem tôdas absolutamente exactas; singular é a facilidade com que aceita a tradição piedosa dos missionários sôbre a ida do Apóstolo S. Tomé à América do Sul, em prègação aos gentios. Foi Rocha Pita quem deu mais corpo à lenda de que o descobrimento das terras de Santa Cruz fôra devido a uma tormenta, que arrojou a armada de Pedro Álvares Cabral àquela «jàmais sulcada costa». Propícia e amiga tempestade, que assim levava doze poderosas náus a pôrto seguro, na enseada de Santa Cruz!

Da *História da América Portuguesa* fêz-se nova edição em 1880.



Cirilo Volkmar Machado, pintor do século XVIII e a quem a história da arte com a publicação do seu livro *Collecção de memorias relativas ás vidas dos pintores e esculptores, architectos e gravadores portuguezes,* tanto deve

Fr. Manuel dos Santos (1672-1740). As histórias da Literatura costumam incluir êste celebrado monge cisterciense entre os membros da Academia Real de História. Não há dúvida que no mesmo ano em que foi nomeado cronista-mor do reino, igualmente o escolheu D. João V para académico supranumerário. Mas, em nenhuma das suas obras, êle fêz gala dessa distinção; e até no Prólogo da *História Sebástica,* publicada em 1735, se queixa de não ter podido ver, na Tôrre do Tombo, a Chancelaria de D. Sebastião — *que eu não vi, dado que o desejey* — dificuldade que só pode explicar-se por haver a Academia já incumbido Diogo Barbosa Machado de escrever as *Memórias* do mesmo rei, cujo primeiro tomo apareceu em 1736, isto é, logo no ano seguinte à publicação do livro de Fr. Manuel dos Santos.

Na qualidade de cronista da Ordem de S. Bernardo, escreveu a *Alcobaça Ilustrada,* Primeira Parte da história do famoso mosteiro, desde a sua fundação até à morte do cardeal-rei D. Henrique. A Segunda Parte também a concluíu Fr. Manuel dos Santos, pois a inclui numa lista das suas obras, *até o ano de 1734,* publicada na *Historia Sebastica,* com indicação das já impressas. O mesmo catálogo nos revela que êsse monge cirterciense, como cronista mor do reino, continuara a *Monarquia Lusitana,* tendo escrito as seguintes Partes: *Setima* (historia dos reis D. Afonso IV e D. Pedro I), conclusão da *Setima Parte* de Fr. Rafael de Jesus; *Oitava* (história del-rei D. Fernando e parte del-rei D. João I); *Nona* (história del-rei João I até à conquista de Ceuta); e *Décima* (história do mesmo rei até sua morte). Dêstes quatro tomos só foi impresso um, a *Oitava Parte,* que não merece, inteiramente, os desdéns com que tem sido tratada.

A melhor obra de Fr. Manuel dos Santos é a *História Sebástica.* Deminuem-lhe o valor uma pronunciada má vontade contra o cardeal D. Henrique e as lacunas a que o obriga o seu empenho de não deixar nenhuma sombra no panegírico do infeliz monarca.

P.e José Pereira Baião

P.e José Pereira Baião — *Historia das prodigiosas vidas dos gloriosos sanctos Antonio e Benedicto, maior honra e lustre da gente preta* — Lisboa, 1726; *Portugal glorioso e illustrado...* — Lisboa, 1727; *Vida do glorioso S. João da Cruz...* — Lisboa, 1727; *Historia da vida... de S. Fernando, rei de Castella e Leão.* Traduz. e accrescentadas... — Lisboa, 1728; *Historia verdadeira... de... Cid Campeador* — Lisboa, 1734; 2.ª ed., Lisboa, 1751; *Epitome chronogenealogico e critico da vida, virtudes e milagres do prodigioso portuguez Sancto Antonio de Lisboa:* trad. — Lisboa, 1735; *Chronica d'el-rei D. Pedro I de Portugal...* — Lisboa, 1735; 2.ª ed., Lisboa, 1760; *Historia da prodigiosa vida, morte e milagres do glorioso S. Franco de Sena* — Lisboa, 1737; *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Sebastião...* — Lisboa, 1730 e 1730; *Portugal cuidadoso e lastimado com a vida e perda do senhor D. Sebastião* — Lisboa, 1737; *Retrato do Purgatorio e suas penas...* — Lisboa, 1742.

D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas — As obras mais importantes de D. Fr. Manuel do Cenáculo são as *Memorias historicas do ministerio do pulpito. Por um religioso da ordem terceira de S. Francisco* — Lisboa, 1776; *Cuidados litterarios do Prelado de Beja em graça do seu bispado* — Lisboa, 1791; *Advertencias criticas e apologeticas sobre o juizo que nas materias do B. Raymundo Lullo formou o Dr. Apollonio Philo-muso...* (Sôbre

O PRESÉPIO DA SÉ DE LISBOA, atribuido a Machado de Castro

o *Verdadeiro Methodo de Estudar*) — Valença, 1752; 2.ª ed., Coimbra, 1752.

Das suas outras inúmeras obras veja-se o Catálogo anexo ao seu *Elogio histórico* por Francisco Manuel Trigoso (Memórias da Academia), ou nos vols. V e XVI do *Diccionario bibliographico*. Para a sua bibliografia, veja-se P. António da Costa Velez — *Elogio funebre...*; Barbosa Canais — *Estudos biographicos;* António Francisco Barata — *Memoria descriptiva do assalto, entrada e saque da cidade de Evora pelos francezes, em 1808.*

ANTÓNIO CAETANO DO AMARAL — *Vida e opusculos de S. Martinho Bracharense...* — Lisboa, 1803; *Vida e regras religiosas de S. Fructuoso Bracharense...* — Lisboa, 1805; *Memorias para a historia da vida do veneravel Arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão* — Lisboa, 1818. Nas *Memorias de Litteratura Portugueza* pub. pela Acad. Real das Ciências há uma série de Memórias verdadeiramente notável. Publicou e prefaciou em 1790 as *Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portuguezes na Asia* e traduziu *A Monarchia* de D. C. Peñalosa y Zuniga — Lisboa, 1798, e *Evangelho em triumpho*, Lisboa, 1802, além das acima indicadas.

Veja-se sôbre o escritor nas *Memórias da Academia*, tomo VIII, parte II, o seu *Elogio* por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso.

ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS — *A Poética de Aristóteles, traduzida do grego em português* — Lisboa, 1779 (anónima); *A Verdade da Religião Christã* — Coimbra, 1787 (anónima); *Sonetos a Dona Ignez de Castro* — Lisboa, 1783; 2.ª ed. Lisboa, 1784; 3.ª ed. Lisboa, 1824.

Publicou ainda nas *Memorias de Litteratura portuguesa*, da Academia Real das Ciências, importantes trabalhos nos vols. II, III, IV, VII e VIII. No século XIX publicou a *Lyrica de Quinto Horacio Flacco, trasladada em verso portuguez*. Lisboa, 1807, e as *Poesias de Elpino Duriense*. Lisboa, 1812-1817.

Veja-se a notícia sôbre R. dos Santos em Inocêncio, *Diccionario bibliographico* e consultem-se os autores citados e *António Ribeiro dos Santos bibliophilo*, por Xavier da Cunha — Lisboa, 1913.

JOÃO PEDRO RIBEIRO — *Observações historicas e criticas para servirem de memorias aos systhemas da Diplomatica portugueza. Parte I* — Lisboa, 1798.

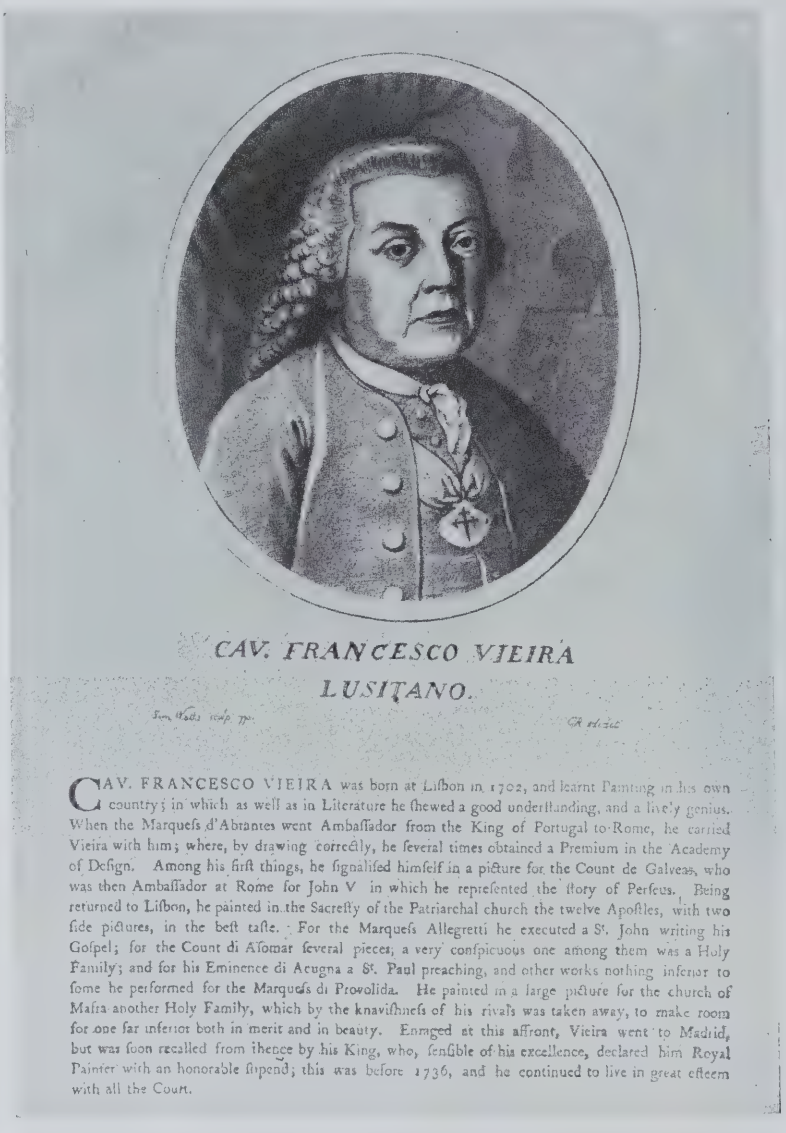
Das muitas obras que publicou pertencem apenas ao século XVIII algumas memórias na colecção das *Memorias de Litteratura*, da Academia das Ciências, e alguns *Sermões* que foram publicados anónimos.

A despeito de não pertencer à Academia Real da História, o Padre Baião foi considerado, no século XVIII, um notável historiador. As suas obras podem dividir-se em dois grupos: as do agiógrafo e as do cronista. No primeiro figuram as vidas das raínhas, Santas Sancha, Teresa, Mafalda, Isabel e Joana; e as de Santo António, S. Benedito, S. João da

Cruz e S. Fernando (o infante santo) — reünidas sob o título genérico de *Portugal glorioso e ilustrado*. No segundo, contam-se: a *Cronica de el-rei D. Pedro I, na forma em que a escreveu Fernão Lopes; e o Portugal cuidadoso e lastimado com a vida e perda do Senhor Rei D. Sebastião o Desejado*.

Na *Cronica de D. Pedro I*, o P.e Baião alterou bastante o que escrevera Fernão Lopes, não com o propósito de o falsificar, mas — como diz Herculano no prólogo da *Cronica de ElRei D. Sebastião*, de Fr. Bernardo da Cruz — por «estar convencido de que era necessário ou conveniente o apurar com melhores noticias as antigas historias». O mérito dêsse livro ficou muito quebrantado, logo que a Academia das Ciências publicou, na sua *Colecção dos livros inéditos*, a verdadeira *Crónica* do grande historiador quatrocentista.

Não é, como escreve o organizador do *Catalogue de la Bibliothèque de M. Fernando Palha (Troisième Partie*, pág. 145): «*la même [chronique] qui avait déjà paru sous le nom de Don Manoel de Menezes*»; nem, como outros dizem, uma «segunda edição, muito emendada» da *Crónica de D. Sebastião*, do referido D. Manuel de Meneses. Esta — que foi, como já tivemos ocasião de mostrar, provàvelmente ordenada pelo P.e Baião sôbre memórias antigas — trata apenas das regências da raínha D. Catarina e do cardeal D. Henrique; e o *Portugal cuidadoso e lastimado* abrange todo o reinado dêsse monarca, ocupando a parte relativa à sua menoridade sòmente 106 páginas, das 784 que tem o livro.



RETRATO DE VIEIRA LUSITANO (Gravura do tempo)

No *Portugal cuidadoso e lastimado* está a sua obra mais importante.

Esta obra está cheia de interessantes novidades, que o P.e José Pereira Baião diz ter colhido, principalmente, em três *Memorias:* uma, de autos desconhecidos; outra, devida a Fr. Bernardo de Brito, que estivera, primeiro, em poder do 2.º marquês de Castelo Rodrigo, D. Manuel de Moura, e depois pertencera a Manuel de Faria e Sousa; e a última, de António Pinto Pereira, autor duma *Historia da India, no tempo de D. Luís de Ataíde*, de grande importância para os acontecimentos de Marrocos. Pena é que, a par de informações verdadeiras, o P.e Baião recolheu tôdas as invenções a que o reinado de D. Sebastião deu origem.

O P.e Baião nasceu em Penacova, no ano de 1690, e faleceu em 1743.

Outros historiadores

Os historiadores, a que vamos agora referir-nos, inscrevem-nos, em geral, as histórias da Literatura sob o título genérico de *Academia Real das Ciencias*, de que todos foram sócios; e ficam assim reünidos, não só os que exerceram a sua actividade literária apenas no século XVIII, como os que publicaram exclusivamente as suas obras no século imediato. Êstes devem entrar na época própria.

D. FR. MANUEL DO CENÁCULO VILAS-BOAS (1724-1814). Lente da Faculdade de Teologia, na Universidade de Coímbra, bispo de Beja e, por último, arcebispo de Évora. Foi um dos principais e mais activos colaboradores do marquês de Pombal, nas suas grandes reformas pedagógicas. Possuidor duma erudição vastíssima, as suas obras — *Memórias históricas do Ministério do púlpito, Cuidados literários do Bispo de Beja* e *Memórias históricas dos progressos e restabelecimentos das Letras na Ordem Terceira de São Francisco em Portugal* — respectivamente publicadas em 1776, 1791 e 1794, não sendo de carácter estritamente histórico, ministram-nos valiosíssimos subsídios para a história eclesiástica e literária do nosso país. O seu estilo é, por vezes, obscuro, pelo abuso das metáforas e transposições. Foram enormes os serviços que prestou à instrução.

ANTÓNIO CAETANO DO AMARAL (1747-1819). Afastando-se dos moldes da erudição fradesca, procurou estudar não só as fontes da nossa legislação, como a vida íntima do povo. Foi êle quem desbravou o caminho, por onde depois deviam entrar Coelho da Rocha, Alexandre Herculano e Gama Barros. As suas cinco *Memorias* — quatro sôbre a forma de govêrno e costumes dos povos, que habitaram o terreno lusitano, desde os tempos mais remotos até o conde D. Henrique, e a última desde esta época até o fim do reinado de D. Fernando — foram

publicadas nos tomos I, II, VI e VII das *Memórias de Literatura Portuguesa* da Academia Real das Ciências.

Amigo do arcebispo de Braga, D. Fr. Caetano Brandão, a seu pedido, escreveu as *Vidas* de S. Frutuoso e de S. Martinho Bracarense, assim como a tradução das suas obras, com eruditas notas. Também publicou dois volumes de *Memórias* para a história daquele santo Prelado. Todos êstes trabalhos fornecem numerosas achegas aos investigadores de tais assuntos.

António Ribeiro dos Santos (1745-1818), lente da Faculdade de Cánones e desembargador da Casa da Suplicação. Polígrafo de variadas aptidões, consoante a sua vasta cultura, António Ribeiro dos Santos foi dos primitivos sócios da Academia Real das Ciências um dos que mais a enriqueceu com trabalhos de valor. Entre os publicados nas *Memórias de Literatura Portuguesa*, destacam-se as quatro *Memórias* acêrca da literatura sagrada dos judeus portugueses, desde os primeiros tempos da monarquia até o século XVIII. Ribeiro dos Santos era deputado do Santo Ofício; mas isso não o impediu de estudar e elogiar as obras daqueles que o implacável Tribunal tanto perseguira. O interêsse científico começava a levar de vencida o estreito espírito do facciosismo religioso. Com os mesmos estudos se relaciona o seu *Ensaio de uma biblioteca lusitana anti-rabínica*.

Quando se fundou a Biblioteca Pública de Lisboa, o primeiro bibliotecário-mór foi António Ribeiro dos Santos, que já exercera, em Coimbra, o cargo de bibliotecário da Universidade, e tinha profundos conhecimentos bibliográficos. As duas *Memórias* sôbre a origem e a história, da tipografia de Portugal, nos séculos XV e XVI, são muito noticiosas. Versando um assunto inteiramente novo, as incorrecções, que apresentam, talvez sejam devidas ao pouco cuidado da revisão, pois estava então quási cego.

Ribeiro dos Santos estudou a *Vida e escritos de Pedro Nunes;* e deixou-nos também quatro *Memórias* sôbre antigos mapas geográficos e navegações. Apesar de não ser esta a sua especialidade, revelam curiosas intuïções. Já o mesmo não poderemos dizer dos seus trabalhos filológicos, pois defendem a peregrina ideia de que a língua portuguesa era de orígem céltica. Como poeta, sob o nome arcádico de *Elpino Duriense,* publicou três volumes de poesias, de forte sabor clássico, algumas das quais — como diz Garrett — duma rara elegância e pureza de linguagem.

Outro retrato de «Francisco Vieira Lusitano insigne e leal pintor»

João Pedro Ribeiro (1757-1839). Seguiu a carreira eclesiástica e doutorou-se em Cánones, passando a reger uma cadeira daquela Faculdade. Mas as tendências do seu espírito chamavam-no para as investigações históricas; e tal perícia adquiriu na leitura de antigos documentos, tanta erudição e argúcia revelava na sua interpretação crítica, que a Academia Real das Ciências, apesar de não ser ainda seu sócio efectivo, o escolheu, em 1790, para a importante comissão de visitar os arquivos e cartórios, a fim de apurar e coligir o maior número possível de subsídios para a nossa história. Esta digressão científica mostrou-lhe a necessidade de introduzir em Portugal os estudos diplomáticos e paleográficos; e tendo-o proposto ao govêrno, em 1796 foi criada, na Universidade de Coímbra, a cadeira de Diplomática, e nomeado primeiro professor o proponente. Dois anos depois, publicava João Pedro Ribeiro as *Observações históricas e críticas para servirem de Memória ao sistema da Diplomática Portuguesa.*

A seu pedido, foi em 1801 transferido o ensino da Diplomática para Lisboa, ficando anexo à Tôrre do Tombo, a mais opulenta das oficinas para trabalhos de investigação. Duma actividade incansável, com um critério seguro, tendo por lema a verdade e, portanto, a energia para rejeitar as invenções e crendices dos cronistas eclesiásticos e civis, João Pedro Ribeiro prestou os mais altos serviços à ciência histórica portuguesa. Da sua produção vastíssima apontaremos apenas as obras capitais: *Dissertações cronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia eclesiastica e civil de Portugal,* cinco tomos em que são analizados alguns problemas e questões fundamentais; e as *Reflexões historicas,* onde estão reünidos bastantes estudos, já publicados em opúsculos.

João Pedro Ribeiro legou todos os seus livros e manuscritos, assim como uma colecção de moedas e medalhas antigas, à Biblioteca da Universidade de Coímbra. A lista completa dêsses manuscritos, entre os quais há alguns sôbre interessantes assuntos, encontra-se no tomo IV do *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio Francisco da Silva. Elaborou-o o dr. Aires de Campos.

Academia Real das Ciências de Lisboa

BIBLIOGRAFIA — Para o estudo da Academia das Ciências consulte-se, em primeiro lugar, o trabalho de Cristóvão Aires, *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa,* Coímbra, 1927, trabalho magnífico que primeiro saíu no «*Boletim da segunda classe*». Depois, veja-se do Prof. Fidelino de Figueiredo, *O que é a Academia das Ciências de Lisboa* (1779-1915) — Pôrto, 1915. Êste trabalho foi publicado primitivamente no n.º 16 da *Revista de História,* vol. IV, 1915, e nêle se cita como indispensável para estudar a Academia o seguinte: *Programmas da Academia Real das Sciencias,* 1780-1854, 57 folhetos; *Discursos, Relatorios e Sessões publicas,* numerosos opúsculos; *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias,* em publicação desde 1797, três séries; *Collecção Systematica das Leis e Estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa desde o seu estabelecimento até ao tempo presente,* por Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato—Lisboa, 1822; *Actas das Sessões; Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos...* por José Silvestre Ribeiro; *A Bibliotheca da Academia Real das Sciencias de Lisboa,* por Cardoso de Bettencourt — Lisboa, 1909; *As Medalhas da Academia das Sciencias de Lisboa,* por Artur Lamas —Lisboa, 1909; *As Lotarias da Misericordia e a Academia das Sciencias,* por Vítor Ribeiro — Coímbra, 1914.

Além desta biografia, veja-se *Os estudos históricos na Academia das Ciências,* Coímbra 1931, e *A Academia das Ciências e o movimento filosófico, científico e económico da 2.ª metade do século* XVIII — Coímbra, 1923, ambos de António Ferrão; *O Duque de Lafões e a primeira sessão da Academia,* por Júlio Dantas, e *O terceiro jubileu da Academia das Ciências de Lisboa.*

MARCOS PORTUGAL
Notável músico do século XVIII

A Academia das Ciências, que sucedeu à Academia da História, foi fundada em 1779 por D. João Carlos de Bragança, Duque de Lafões, auxiliado pelo abade José Correia da Serra. D. João Carlos, incompatibilizado com o seu meio, saíra de Portugal, começava o Marquês de Pombal a ajustar contas com a nobreza do reino. Viajara muito e tinha grande nome nas côrtes europeias. Paris, Londres, Roma, Viena, eram-lhe familiares. Conhecia a Alemanha, jogara a vida na Silésia. Fôra até ao Mar Negro, Smirna, Atenas, Constantinopla. Como Damião de Góis, avançara até à Lapónia. Visitara as pirâmides do Egipto. Conhecera, jóvem, Mozart e dera-se com todos os grandes homens da sua época. Gluck, em 1770, dedicara-lhe a sua ópera *Paride ed Elena.* Voltara. E era então conselheiro, ministro, marechal-general do exército. Tal era o homem que levara o projecto da Academia à Raínha, que aprovou os seus estatutos a 24 de Dezembro de 1779 e lhe deu o nome de Real em 1783.

Sob tão aureolada protecção, a Academia ràpidamente se impôs. Em 1780 já ela possui uma tipografia própria e uma biblioteca. Em 1790 «pode importar, livre de direitos, o papel que quiser para as suas impressões». Em 1789 já ela não tinha censura nas suas obras. E foi por tudo isso que em 1791, grata ao seu fundador, ela deliberou considerá-lo presidente perpétuo.

O abade José Francisco Correia da Serra também vinha de passar largo tempo no estrangeiro, e se o Duque era a experiência, êste seu amigo e hóspede era o entusiásmo.

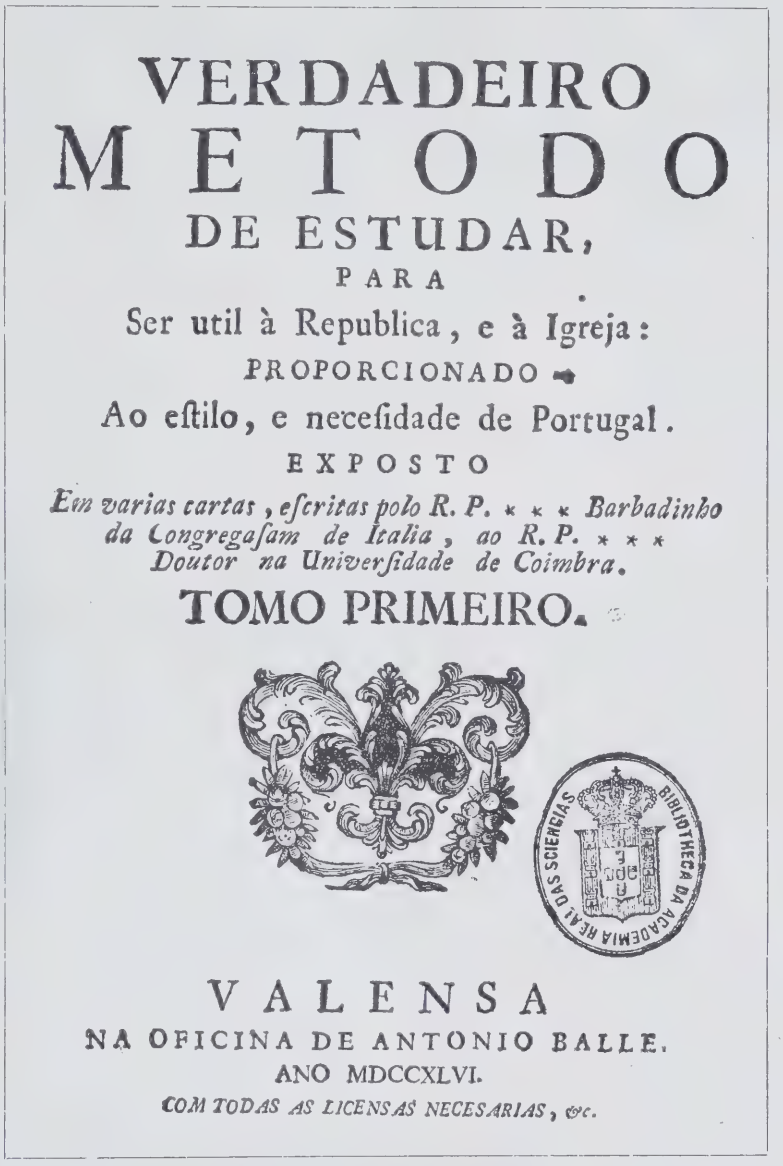
A Academia reüniu, primeiro, no Palácio das Necessidades, onde, a 16 de Janeiro de 1780, deu a sua primeira sessão particular e a 4 de Julho do mesmo ano a sessão pública de abertura, em que orou o padre Teodoro de Almeida, que depois foi muito criticado. Transitou depois para o Poço dos Negros e seguidamente para a Calçada do Combro, Largo do Calhariz, Estrêla, Passeio Público, S. Vicente de Fora, até que, por 1836, passou para o Convento de Jesus, em edifício que lhe foi doado e em que ainda hoje se conserva.

Segundo os estatutos, a Academia compreendia três classes, cada uma com 8 sócios efectivos: a de ciências naturais, a de matemática e a de belas letras. Podia admitir sócios honorários e correspondentes nacionais e estrangeiros. Deveria ter um museu e uma biblioteca. Tudo isso realizou. A Biblioteca da Academia é, hoje, uma das bibliotecas mais ricas do país. Instalada na sua séde, reüne o seu núcleo principal na grande sala mandada construír por Fr. Manuel do Cenáculo, e de que o teto foi pintado por Pedro Alexandrino. As estantes são encimadas por bustos de notáveis individualidades das ciências, artes e letras. Nesse salão nobre, que mede 31 metros de comprimento por 15 de largo e 11,15 de alto, reüniu o Parlamento depois do incêndio de S. Bento e realiza hoje a Academia as suas sessões solenes. A biblioteca é rica, possuindo mais de 250.000 volumes, 112 incunábulos e mais de 2.000 manuscritos.

A Academia, desde o seu comêço, tem produzido obras verdadeiramente notáveis. O *Dicionário* da língua portuguesa, de que saíu apenas o 1.º vol., mas em cujo trabalho sucumbiram Pedro José da Fonseca, Costa Macedo e Bartolomeu Inácio Jorge, as *Memórias de Literatura,* a colecção dos *Livros inéditos de História Portuguesa,* as *Portugaliae Monumenta Historica,* a *Colecção dos principais autores de História Portuguesa,* os *Monumentos inéditos para a história das conquistas dos portugueses,* a *História e Memórias,* o *Boletim da Segunda Classe,* os *Monumentos de literatura dramática, Corpo diplomático,* etc. Sem ser incluídas nas suas colecções, muitas obras importantes têm visto a luz da imprensa por seu intermédio, que, assim, cumpre o seu papel de

elevado instrumento de cultura e instituto superior de estudos sérios e conscienciosos.

Do século XVIII muitos foram os grandes nomes que pertenceram à Academia, sabido demais que a maioria dos académicos da *Academia Real da História* nela ingressaram. Entre os seus mais considerados sócios figuram Fr. Manuel do Cenáculo e António Caetano do Amaral, de que já, ao tratar-se da História, êste volume se ocupou, António Ribeiro dos Santos e João Pedro Ribeiro, de que se ocupou também mas de que se ocupará ainda no capítulo sôbre bibliografia. De outros como António Pereira de Figueiredo, Fr. Joaquim de Foyos, Joaquim José Ferreira Gordo, Fr. Joaquim Forjaz, José Anastácio de Figueiredo e Fr. João de Sousa vamos dar rápida notícia.


VERDADEIRO
METODO
DE ESTUDAR,
PARA
Ser util à Republica, e à Igreja:
PROPORCIONADO
Ao eſtilo, e neceſidade de Portugal.
EXPOSTO
*Em varias cartas, eſcritas polo R. P. * * * Barbadinho da Congregaſam de Italia, ao R. P. * * * Doutor na Univerſidade de Coimbra.*
TOMO PRIMEIRO.
VALENSA
NA OFICINA DE ANTONIO BALLE.
ANO MDCCXLVI.
COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS, &c.

ROSTO DA 1.ª EDIÇÃO da obra célebre de Luíz António Verney *Verdadeiro método de estudar*

BIBLIOGRAFIA — ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO — Os trabalhos de António Pereira de Figueiredo são inúmeros e pode ver-se um bom catálogo dêles no *Diccionario bibliographico* de Inocêncio. Obras sôbre gramática latina e latinidade, sôbre retórica, eloqüência e linguagem nacional, sôbre história, sôbre teologia e matérias eclesiásticas, de tudo êle publicou. *O Reinado do Amor* — Lisboa, 1790; *Comentario latino e portuguez sobre o terremoto...* — Lisboa, 1756; Londres, 1756; *Elogios dos Reis de Portugal* — Lisboa, 1785; *Tentativa theologica...* — Lisboa, 1766; 2.ª ed., Lisboa, 1766; 3.ª, Lisboa, 1769, obra que está traduzida em italiano, latim, francês, alemão e espanhol. Da Bíblia há edições de 1791 a 1803, 17 vols., e 1803 a 1805. 6 vols. Testamento Velho e Testamento Novo. Nova edição, 7 tomos, Lisboa, 1794. Há outras edições.

FR. JOAQUIM DE FOYOS — *Oitavas ao terremoto...* — Lisboa, 1756; *Sonetos elegiacos...* — Lisboa, 1805; *Dous sonetos...* — 1808. Traduziu do grego o *Hyppolito* de Euripedes, 1803, e nas *Memorias de Literatura da Academia* publicou algumas memórias de que a mais importante é a *Memoria sobre a poesia bucolica dos poetas portuguezes.* (Tomo I). Para o seu estudo veja-se o artigo de Costa e Silva no *Ramalhete* n.º 150, de 1840.

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA GORDO — *Fontes proximas da compilação Filippina, ou indice das Ordenações do Codigo Manuelino, e das extravagantes, de que proximamente se derivou* — Lisboa, 1792; 2.ª ed., Lisboa, 1829. Nas *Memorias de Litteratura*, tomo III, publicou os *Apontamentos para a Historia civil e litteraria de Portugal e seus dominios, colligidos de manuscriptos, assim nacionaes como estrangeiros, que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escurial, e nas de alguns senhores e letrados da corte de Madrid*, e na *Historia e Memorias* (1823) a *Memoria sobre os judeus.*

FR. JOAQUIM FORJAZ — Várias *Orações, Panegyricos* e *Elogios* de que se pode ver o Catálogo em Inocêncio. No tomo I das *Memorias de Litteratura* a *Memoria sobre algumas Decadas ineditas de Diogo do Couto.*

JOSÉ ANASTÁCIO DE FIGUEIREDO RIBEIRO — *Synopsis chronologica de subsidios, ainda os mais raros, para a historia e estudo critico da Legislação portugueza...* — Lisboa, 1790; *Historia da Ordem Militar do Hospital, hoje de Malta...* — Lisboa, 1793; Nova edição feita a obra de novo. *Nova Historia da militar ordem de Malta...* — Lisboa, 1800. Nas *Memorias de Litteratura* publicou várias memórias importantes.

FR. JOÃO DE SOUSA — *Vestigios da lingua arabica em Portugal, ou Lexicon etymologico de palavras e nomes portuguezes, que tem origem arabica* — Lisboa, 1789; 2.ª ed., Lisboa, 1830; *Documentos arabicos para a historia portugueza...* — Lisboa, 1790; *Narração da arribada das princezas africanas ao porto desta capital de Lisboa...* — Lisboa, 1793; *Compendio da grammatica arabica...* — Lisboa, 1795. Nas *Memorias de Litteratura* publicou a *Memoria de quatro inscripções arabicas, com suas traducções* (Tomo V).

António Pereira de Figueiredo se ainda hoje é lembrado é mais especialmente pela sua tradução da *Biblia*, trabalho excelente que ainda hoje se admira e pelas suas memórias sôbre a língua portuguesa publicadas nas *Memorias de Litteratura*. A sua *Tentativa theologica* que ao tempo causou profunda impressão está absolutamente esquecida. Fr. Joaquim de Foyos é como Monsenhor Ferreira Gordo, Fr. Joaquim Forjaz, José Anastácio de Figueiredo e Frei João de Sousa: estimados e lembrados ainda pelas memórias que publicaram na obra que a todos os respeitos é verdadeiramente notável, as *Memorias de Literatura da Academia*. Para falar dela temos que falar dos homens que a fizeram e êsses foram os nomes que hoje se evocam, alma e vida da própria Academia.

AS ARCÁDIAS

BIBLIOGRAFIA — Teófilo Braga — *Os Arcades* — Pôrto, 1918; Rebêlo da Silva — *Arcadia Portuguesa* — Lisboa, 1909; Aragão Morato — *Memoria sobre o estabelecimento da Arcadia de Lisboa, e sobre a sua influencia na restauração da nossa Litteratura* — Lisboa, 1819; *Obras poeticas de Garção* — Lisboa, 1778; Lopes de Mendonça (A. P.) — *Memorias de litieratura contemporanea* (A ultima Arcadia) — Lisboa, 1855; T. Braga — *Filinto Elysio e os Dissidentes da Arcadia* — id.; *A Arcadia Lusitana* — Pôrto, 1899; J. Silvestre Ribeiro — *Historia dos Estabelecimentos scientificos*, vol. I.

Entre as sociedades ou agremiações literárias do século XVIII, se as Academias reüniam os eruditos as Arcádias englobavam os poetas. Assim na *Arcadia Lusitana* ou *Ulissyponense*, que em 1756 António Diniz da Cruz e Silva e Manuel Nicolau Esteves Negrão fundaram, se reüniam vários poetas, os Arcades, que como tal tinham um nome poético. Correia Garção era o *Corydon Erymanteo*, Cruz e Silva o *Elpino Nonacriense*, Quita, *Alcino Micénio*, Francisco José Freire o *Cândido Lusitano*, Manuel de Figueiredo, *Lycidas Cyntio*, Esteves Negrão, *Almeno Sincero*, o académico Joaquim de Foyos, *Fabio*, etc. Durou de 1756 a 1766 e reüniam no *Monte Ménalo*, nome poético da prosaica Casa Real das Necessidades ou da sala da Junta do Comércio. Reünia uma vez por mês em particular e duas vezes por ano em sessão pública. À *Arcádia Lusitana* seguiu-se a *Nova Arcádia*, já em 1790. Conhecida também pela *Academia das Bellas Lettras de Lisboa*, dela fizeram parte Bocage, que foi o *Elmano Sadino*, José Agostinho de Macedo, o *Elmiro Tagideu*, Curvo Semedo, *Belmiro Transtagano*, Pato Moniz, *Olino*, etc. Fundada em 1790 pelo Conde de Pombeiro, José de Vasconcelos e Sousa, pouco durou. Bocage e José Agostinho, seus sócios, não pouco concorreram para tal.

A POESIA LÍRICA

BIBLIOGRAFIA — Obras gerais: Inocêncio e Brito Aranha — *Diccionario bibliographico;* Costa e Silva — *Ensaio biográfico-crítico* — Lisboa, 1850-1859; *Parnaso Lusitano*, 1826; Camilo Castelo Branco — *Curso de Litteratura Portugueza*, II vol. — Lisboa, 1876; Fidelino de Figueiredo — *Historia da Literatura Classica* (1580-1825) — Lisboa, 1931; id. — *Historia da critica literaria em Portugal* — Lisboa, 2.ª ed., 1917; Teófilo Braga — *Historia da Universidade de Coimbra* — Lisboa, 1892-1902; *Os Arcades; Filinto e os Dissidentes da Arcádia;* D. Tereza Leitão de Barros — *Escritoras de Portugal* — Lisboa, 1924; Francisco José Freire (Cândido Lusitano) — *Arte poetica* (de Horacio) trad. e comentário — Lisboa, 1759; Hernani Cidade — *Ensaio sobre a crise mental do seculo XVIII* — Coimbra, 1929; *Parnaso Lusitano* — Paris, 1826; *Obras á inauguração da Estatua equestre* — Lisboa, 1775.

Pedro António Correia Garção — *Obras poeticas de Pedro Antonio Corrêa Garção...* — Lisboa, 1778; 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1812, 2 tomos; 3.ª ed., Lisboa, 1825, 2 tomos; *Obras poeticas e oratorias de... com uma introducção e notas de J. A. de Azevedo Castro* — Roma, 1888; *Cinco sonetos eroticos de Garção* — Roma, 1887.

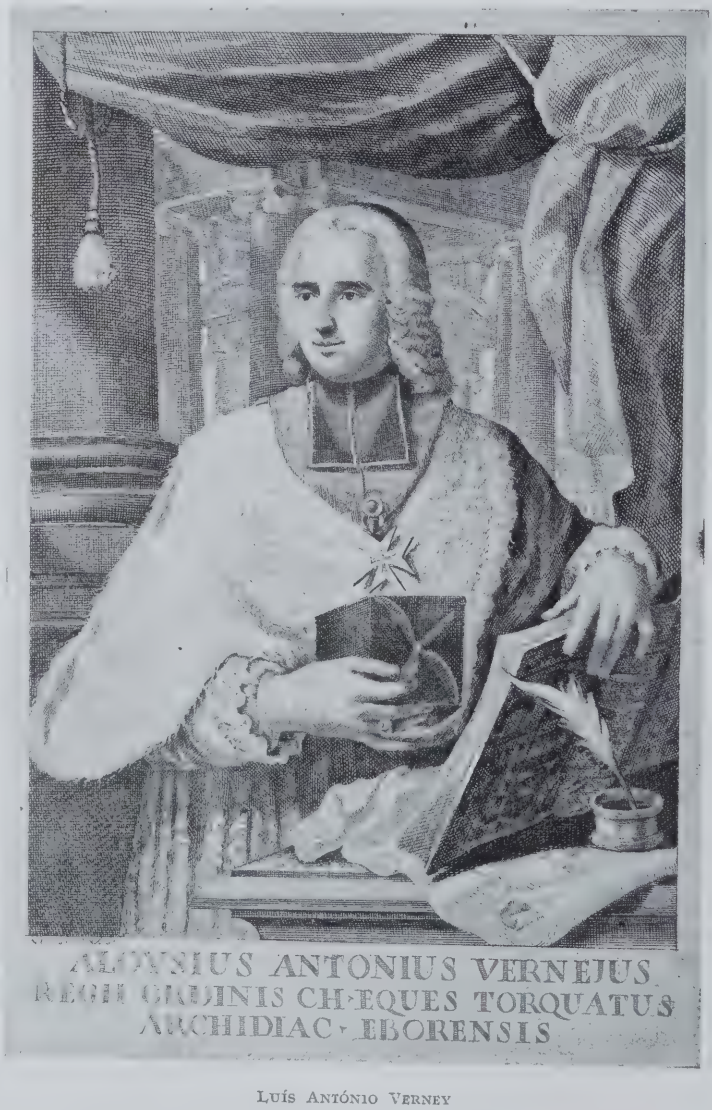
Sôbre Garção, além do prefácio das *Obras poeticas* de 1888, veja-se a *Arcadia Portugueza* de Rebêlo da Silva, *O Ramalhete*, III, artigo de Costa e Silva, *Imprensa e Lei*, 1855, por Salema Garção, Inocêncio, e *Diccionario bibliographico*, etc.

Domingos dos Reis Quita — *Obras de... chamado entre os da Arcadia Lusitana Alcino Micenio* — 1766; 2.ª ed. «*correcta e augmentada com as obras posthumas e vida do auctor*» — Lisboa, 1781; 3.ª ed., Lisboa, 1831. *Mégara*, tragédia. *A Castro*. Esta foi traduzida em inglês *Ignez de Castro, a Tragedy in three acts, written by Don Domingo Quita, translated by Benjamin Thompson, Esq.* — London, 1800.

Sôbre Quita consulte-se a *Arcadia* de Rebêlo da Silva.

António Diniz da Cruz e Silva — *Ode ao conde de Lippe* e *Ode á inauguração da Estatua equestre d'El-rey D. José I Nosso Senhor; Idyllio pastoril aos desposorios do sr. Manuel Bernardo de Mello e Castro em 1771;* e o *Dithyrambo em applauso ao Marquez de Pombal* (de colaboração com Teotónio Gomes de Carvalho), 1774.

Poesias de... — Lisboa, 1807, 1811, 1812, 1814, 1815, 1817, 6 vols. (Ed. preparada e dirigida por Francisco Manuel Trigoso); *Odes pindaricas posthumas d'Elpino Nonacriense* — Coímbra, 1801; 2.ª edição — Londres, 1820; *O Hyssope*. Poema herói-cómico — Londres, 1802; 2.ª edição — Lisboa, 1808; 3.ª edição — Paris (nova edição com variantes, prefácio e notas), 1817; 4.ª edição (revista, correcta e ampliada de notas) — Paris, 1821; 4.ª no *Parnaso Lusitano* — Paris, 1826-34; 5.ª ed. — Lisboa, 1834; 6.ª ed. — Barcelos, 1876; 7.ª edição anotada por José Ramos Coelho e ilustrada por Manuel de Macedo, grav. de Alberto, Hildibrand, Pedroso



Luís António Verney
(Gravura da época. Da colecção de Martinho A. da Fonseca)

e Severini — Lisboa, 1879; 8.ª ed., Pôrto, 1886; 9.ª ed., Coimbra, 1911 (prefaciado, revisto e anotado por Adriano Gomes).

O Hyssope está traduzido em francês com o título *Le Goupillon*, por J. F. Boissonade — Paris, 1828 e Paris, 1867, edição esta última, revista e precedida de uma notícia por Mr. Ferdinand Denis. Há uma tradução por Paul Gitton, de Chateauroux, 1876. Está também traduzido em alemão, *Der Hyssope*, Leipzig, 1899, e em inglês o canto V: *Canto V of the «Hyssope» of Antonio da Cruz e Silva.* por Edgar Prestage. April, 1916.

Sôbre A. D. da Cruz e Silva, consulte-se o *Diccionario* de Inocêncio, vols. 1, 8 e 22, o *Archivo Pittoresco*, vol. I, 1858 (artigo de Inocêncio F. da Silva) e *Arcadia Portuguesa* de Rebêlo da Silva, Lisboa, 1908, (do *Panorama*, 1855 e 56) e a *Revista trimestral do Instituto do Brasil*, 1865; o *Arquivo Historico portuguez* (Brito Rebêlo — *Um episodio da sua vida*, vol. I, Lisboa, 1903), a ed. critica de *O Hyssope*, por J. Ramos Coelho.

João Xavier de Matos — *Rimas de...* — Lisboa, 1775-83; Lisboa, 1782; Lisboa, 1800-1; Nova edição — Lisboa, 1827; *Elegia na morte do ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Niza* — Lisboa, 1784; *Ao ex.mo e rev.mo sr. D. Fr. Manuel do Cenaculo, bispo de Beja.* Canção — Lisboa, 1784; outra ed. — Lisboa, 1794; *Elegia á morte do sr. D. José, Principe do Brasil* — Lisboa, 1788; *Ecloga de Dorindo e Floro* — Lisboa, 1789; *Hymno a Nossa Senhora* — Lisboa, 1793; *Elogio funebre do ill.mo e ex.mo sr. D. Francisco Xavier Telles* — Lisboa, 1779.

Luísa Todi, grande figura do teatro português do século XVIII

Nicolau Tolentino de Almeida — *Obras poeticas...* — Lisboa, 1801, 2 vols. O 3.º vol., 1836; 2.ª ed. — Lisboa, 1828. 3 vols. como a anterior e mais um de *Obras póstumas...*; 3.ª ed. 1828; 4.ª ed. 1861 «com um ensaio-biográfico-crítico por José de Torres, ilustradas por Nogueira da Silva»; *Satiras e epistolas* — Lisboa, 1888.

Sôbre o poeta veja-se o vol. da «Colecção Patrícia» *Nicolau Tolentino;* a *Vida do poeta Nicolau Tolino,* por João Augusto Amaral Frazão — Lisboa, 1834; *Memorias de Tolentino,* pelo Visconde de Sanches de Baena — Lisboa, 1886.

Paulino António Cabral de Vasconcelos — *Poesias de....., Abbade de Jazente* — Pôrto, 2 vols., 1786-7; 2.ª ed. — Lisboa, 2 vols., 1837, e 3.ª ed. de Lisboa, 1909, em 2 vols. As *Poesias* desta edição são «revistas, annotadas, e seguidas de um estudo biographico-litterario sobre o poeta por Julio de Castilho.» São os vols. 69.º e 70.º da Colecção António Maria Pereira, pub. pela Parceria António Maria Pereira. *Ao terremoto do 1.º de novembro de 1755* — Romance fúnebre.

Sôbre o poeta veja-se Firmino Pereira — *O Porto de outros tempos* — Pôrto, 1914.

José António Carlos de Seixas, organista e cravista de grande reputação. (Das *Notas sobre Portugal*, vol. II)

José Anastácio da Cunha — *Composições poeticas...* — Lisboa, 1839. Das suas composições matemáticas e diversas veja-se Inocêncio, vol. IV. As suas poesias foram publicadas por Inocêncio.

Sôbre J. A. da Cunha veja-se ainda: *O Instituto*, vols. 38 e 39 (António José Teixeira — *Questão entre J. A. da C. e José Monteiro da Rocha)* — Coimbra, 1890-1891; Gomes Teixeira — *Panegiricos e Conferencias* — Pôrto, 1925; Hernani Cidade — *A obra poetica do Dr. José Anastacio da Cunha, com um estudo sobre o Anglo-germanismo nos Proto-romanticos portuguezes* — Coimbra, 1930; Camilo Castelo Branco — *Noites de insomnia* — 3.º vol.

Manuel Maria Barbosa du Bocage — *Elegia que o mais ingenuo e verdadeiro sentimento consagra á deploravel morte do Ill.mo e Ex.mo Sr. D. José Thomas de Menezes* — Lisboa, 1790; *Queixumes do pastor Elmano contra a falsidade da pastora Urselina. Egloga* — Lisboa, 1791; *Idyllios maritimos recitados na Academia das Bellas Artes de Lisboa* — Lisboa, 1791; 2.ª ed., Lisboa, 1821; 3.ª ed., Lisboa, 1825; *Rimas.* Tomo I — Lisboa, 1791; 2.ª ed., 1800; 3.ª, 1806 (a anterior com novo rosto); 4.ª ed., 1834; *Elogio poetico á admiravel intrepidez, com que em domingo 24 de agosto de 1794 subiu o capitão Lunardi no balão aerostático* — Lisboa, 1794; *Ode ao capitão Lunardi* — Lisboa, 1794; *A estancia do fado,* elogio dramatico — Lisboa, 1797; *Rimas.* II vol. — Lisboa, 1799; 2.ª ed., Lisboa, 1802; 3.ª ed., Lisboa, 1813; 4.ª ed.; 5.ª ed., Lisboa, 1843; *Elogio aos faustissimos annos do Serenissimo Principe Regente nosso senhor* — Lisboa, 1801; 2.ª ed., 1802; *Epicedio na sentida morte do Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Pedro José de Noronha...* — Lisboa, 1804; *Rimas.* Tomo III — Lisboa, 1804; 2.ª ed., 1806; 3.ª ed.; 4.ª ed., 1842; *Maguas amorosas de Elmano.* Idílio — Lisboa, 1805; 2.ª ed., 1821; 3.ª ed., 1824; *A gratidão.* Elogio dramático — 1805; *A saudade materna.* Idílio — 1805; *Improvisos de Bocage na sua mui perigosa enfermidade dedicada aos seus bons amigos* — Lisboa, 1805; 2.ª ed., 1810; *Collecção dos novos improvisos de Bocage na sua molestia com as obras que lhe foram dirigidas* — Lisboa, 1805; *A Virtude Laureada, drama recitado no Theatro do Salitre* — Lisboa, 1805.

Depois da sua morte publicaram-se as seguintes composições: *Armia* — Lisboa, 1806 (seguido da ode *O Desengano)* — 2.ª ed., 1824; *Obras completas* — Rio de Janeiro — 1811; *Obras poeticas... precedidas de um discurso sobre a vida e escriptos d'este poeta por José Maria da Costa e Silva. Tomo IV* — Lisboa, 1812; 2.ª ed., 1820 (É o 1.º vol. pub. por Desidério Marques Leão); *Obras poeticas. Tomo V* — Lisboa, 1813; 2.ª ed., Lisboa, 1822 (2.º vol. pub. por Desidério Marques Leão); *Verdadeiras ineditas, obras poeticas de.....* (Tomo IV e 1.º das suas obras póstumas) — Lisboa, 1813; 2.ª ed., 1835; 4.ª ed., 1843; *Verdadeiras ineditas...* Tomo V (2.º das obras póstumas) — Lisboa, 1814; *A morte de Ignez de Castro, cantata* — Lisboa, 1824; *Médea ou a vingança, cantata* — Lisboa, 1826; *Descripção do Diluvio* — Lisboa, 1826; *Poesias escolhidas...* — Lisboa, 1835; *A pavorosa Illusão* — Londres, 1837; *Pena de Talião* — Lisboa, 1838; *Poesias satyricas ineditas...* coligidas pelo professor de grego António Maria de Couto — Lisboa, 1840 (é a 2.ª ed.); *Quadras, motes, improvisos, decimas e colchêas glosadas* — Lisboa, 1842; *Obras poéticas...* Lisboa, 1849-50. 7 vols. (Estudo de Couto e Costa e Silva e Pato Moniz); *Obras poeticas...* — Lisboa, 1852. (É o 3.º vol. de Desidério Marques Leão); *Poesias de...* (Ed. de Inocêncio Francisco da Silva), 6 vols.; *Poesias eroticas, burlescas e satyricas* — Bruxelas, 1854, 1860; Rio de Janeiro, 1861; Baía, 1861, etc.; *Poesias selectas... colligidas e annotadas* por J. S. da Silva Ferraz — Pôrto, 1864; *Obras poeticas...* — Pôrto, 1875, 8 vols.; *Poesias ineditas...* — Lisboa, 1896; *Glosas, apologos e elogios, advinhações, epigramas, madrigaes* — Lisboa, 1900; *Canções, epistolas e satyras* — Lisboa, 1915; *Glosas, apologos e elogios* — Lisboa, 1915; *Odes, Elegias e Idyllios* — Lisboa, 1915; *Sonetos* — Lisboa, 1915; *Olinda e Alzira* — Lisboa, 1915; *Sonetos escolhidos...* — Lisboa, 1921; *Morte de Leandro e Héro.* Cantata, s/d.; *Desaggravo*

jocoso da injuria feita ao enfermo Bocage pelo editor da novela intitulada «A Hespanhola ingleza», attribuindo-lhe aquella má tradução — Soneto em fl. volante.

Bocage fêz inúmeras traduções. Consulte-se sôbre a sua figura e obra: *Bocage* da «Colecção Patrícia» e tôdas as inúmeras obras ali citadas.

Francisco Manuel do Nascimento — *Obras completas de Filinto Elysio.* 2.ª ed. — Paris, 1817-1819, 11 vols. Nova ed., Lisboa, 1836-40, 11 vols. E mais a trad. do *Antigono em Thessalonica*, de Metastasio — Lisboa, 1768; *Entremez intitulado: O Cinto Magico*, de Rousseau — Lisboa, 1768; e a trad. *Da vida e feitos d'el-rei D. Manuel* por D. Jerónimo Osório — Lisboa, 1804-1806; *Vida de Jesus Christo...* — 1819; Paris, 1847; *O Elogio do dr. Antonio Ribeiro Sanches de Vicq d'Azyr* — *Paris*, 1806.

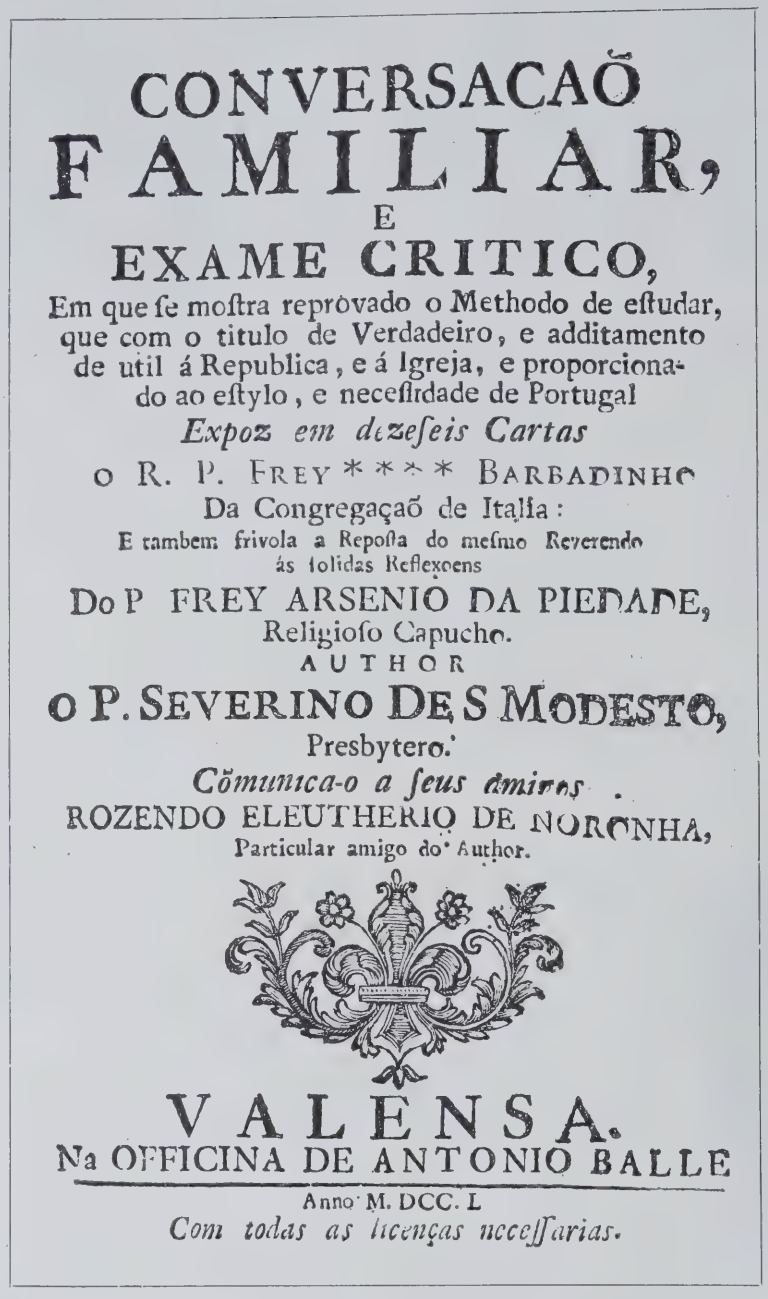
Sôbre Filinto veja-se: J. M. Pereira da Silva — *Filinto Elisio e sua época* — Rio de Janeiro, 1891; *Boletim da Segunda Classe da Ac. Real das Ciencias* — 1.º vol., 1903 (José de Sousa Monteiro — *Acerca de F. Elysio)*; id., vol. 10.º — Lisboa, 1917 (Cândido de Figueiredo — *Filinto Elysio — Extravagancias do seu estylo)*; Thales Bernard — *Les poetes portugais*; A. P. Lopes de Mendonça — *A ultima arcadia*, in *Memorias da Litteratura Contemporanea*, 1857.

D. Leonor de Almeida (Marquesa de Alorna) — *Elegia á morte de S. A. R. o principe do Brazil, D. José* — Lisboa, 1788; *Poetica de Horacio* — Londres, 1812; *Paraphrase a varios psalmos* — Lisboa, 1817; *Obras poeticas...* — Lisboa, 1814. 6 vols. Traduziu de Chateaubriand *De Bonaparte e dos Bourbons* — Londres, 1814, e de Lamennais o *Ensaio sobre a indiferença em materia de religião* — Lisboa, 1820.

Sôbre a Marquesa de Alorna veja-se o vol. *Marqueza de Alorna* da «Colecção Patrícia»; D. Olga Sarmento da Silveira — *Mulheres illustres. A Marqueza de Alorna* — Lisboa, 1907; Marquês de Ávila e de Bolama — *A Marqueza de Alorna* — Lisboa, 1916; Maria Amália Vaz de Carvalho — *A Marqueza de Alorna* (No *Boletim da Segunda Classe da Ac. das Ciencias de Lisboa)*; Maria Amália Vaz de Carvalho — *A Marqueza de Alorna. A sociedade e a litteratura do seu tempo.* (In *Boletim da Segunda Classe da Ac. das Ciencias*, vol. 6.º — Coimbra, 1913); *Memorias do Marquez de Fronteira e Alorna* — Coimbra; Hernani Cidade — *A Marqueza de Alorna, com algumas cartas ineditas* — Pôrto, 1930; Camilo C. Branco — *Esboços de apreciações litterarias* — Pôrto, 1865; Teixeira de Vasconcelos — *Glorias portuguezas* — Lisboa, 1869; Ribeiro Guimarães — *Recordações da Marqueza de Alorna* (in *Summario de Varia Historia*, 4.º vol., 1874); D. António da Costa — *A mulher em Portugal* — Lisboa, 1892.

Belchior Manuel Curvo Semedo Tôrres de Sequeira — *Composições poeticas de B. M. C. S. entre os Arcades Belmiro Transtagano* — Lisboa, 1803, 1817, 1835; *Traducção livre das melhores fabulas de Lafontaine* — Lisboa, 1820; *Ode na feliz exaltação ao solio portuguez do senhor D. Miguel I* — Lisboa, 1828.

Sôbre Curvo Semedo veja-se: *Meridional*. Número especial, 15 de Março — Montemor-o-Novo 1903; Fernandes Costa — *O Arcade Curvo Semedo na poesia anglo-americana* (In *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias)* — Coimbra, 1919.



CONVERSACAÕ
FAMILIAR,
E
EXAME CRITICO,
Em que ſe moſtra reprovado o Methodo de eſtudar, que com o titulo de Verdadeiro, e additamento de util á Republica, e á Igreja, e proporcionado ao eſtylo, e neceſſidade de Portugal
Expoz em dezeſeis Cartas
o R. P. Frey * * * * Barbadinho
Da Congregaçaõ de Italia:
E tambem frivola a Reposta do meſmo Reverendo ás ſolidas Reflexoens
Do P Frey Arsenio da Piedade,
Religioſo Capucho.
AUTHOR
o P. Severino de S Modesto,
Presbytero.
Cõmunica-o a ſeus amigos
ROZENDO ELEUTHERIO DE NORONHA,
Particular amigo do Author.
VALENSA.
Na OFFICINA DE ANTONIO BALLE
Anno M. DCC. L
Com todas as licenças neceſſarias.

Um dos muitos livros que na época se publicaram contra o *Verdadeiro método de estudar* de Luís António Verney. Em 1750, quatro anos depois, ainda a questão estava acesa, como se vê

I

Árcades

A poesia do século XVIII que vamos estudar, quero dizer — a poesia caracteristicamente do século XVIII, que não devemos confundir com a que, embora escrita na mesma época, continua utilizando os valores estéticos do século anterior — é, duma maneira geral, poesia de moderado surto, mas tendências cheias de significação.

Elaborada com espírito de reacção contra a chamada escola gongórica, poderemos esquematizar a sua evolução, dizendo que ela se realiza no sentido duma gradual aproximação da vida subjectiva e objectiva de que andava alheada. As Academias, em oposição à obra das suas congéneres do século anterior, tentam, pela crítica e pela teorização, uma prévia purificação das formas, ou seja a subordinação dos géneros à pureza dos moldes clássicos, que, embora fechados e rígidos, eram uma sóbria e nobre estilização da *naturalidade* e da *verdade*. Êsse trabalho uma vez feito, só faltava encher as formas assim simplificadas, clarificadas, de conteúdo de vida real. E a vida real, no século XVIII, que a si próprio se considerava a *idade filosófica*, fatalmente as dominaria em breve, pois que por tôda a parte frementemente, e aqui ou além convulsamente, ela se renovava e agitava, de modo a

VOCABULARIO
PORTUGUEZ,
E
LATINO,

AULICO, ANATOMICO, ARCHITECTONICO, BELLICO, BOTANICO, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Ilagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rethorico, Rustico, Romano, Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Terapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico,

AUTORIZADO COM EXEMPLOS
DOS MELHORES ESCRITORES PORTUGUEZES E LATINOS,
E OFFERECIDO
AELREY DE PORTVGVAL,
D. JOAÕ V
PELO PADRE
D. RAPHAEL BLUTEAU
CLERIGO REGULAR, DOUTOR NA SAGRADA Theologia, Prêgador da Raynha de Inglaterra, Henriqueta Maria de França, & Calificador no sagrado Tribunal da Inquisiçaõ de Lisboa.

COIMBRA
No Collegio das Artes da Companhia de JESU Anno d. 1712
Com todas as licenças necessarias.

DICCIONARIO
DA
LINGOA PORTUGUEZA
PUBLICADO
PELA
ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
DE LISBOA.
TOMO PRIMEIRO
A

LISBOA
NA OFFICINA DA MESMA ACADEMIA.
ANNO M. DCC XCIII
Com licença da Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros

AS DUAS OBRAS CAPITAIS sôbre língua portuguesa do século XVIII. O *Vocabulario* de Bluteau e o *Diccionario* da Academia (Da livraria de Albino Forjaz de Sampaio)

não deixar de se impôr à atenção de artistas, pensadores e eruditos. Eram as ciências revelando, por uma observação muito mais atenta e mais tècnicamente adextrada para o surpreender, muito mistério da vida e da natureza, e era a história, muito mais atentamente estudada nos documentos, apurando-se na investigação como na crítica. Era a sociedade que atravessava uma das suas crises de crescimento, ansiando por quebrar os quadros em que se constrangia. E eram, finalmente, os indivíduos sofrendo, na sua vida interior, os conflitos que repercutiam o convulso drama exterior. De aqui o gôsto do século pela *poesia filosófica* ou *didática*, que tem entre nós como principal cultor o P.e José Agostinho de Macedo; de aqui as galarias de heróis nacionais, erguidas nas odes pindáricas de Cruz e Silva ou nas poesias de Ribeiro dos Santos, Francisco Dias, etc.; de aqui a vibração inaudita da sátira político-religiosa, nunca tão fremente de sentidas cóleras como nas odes de Francisco Manuel do Nascimento, assim como a intensidade do lirismo pessoal, apaixonado como nunca em certos trechos dêste mesmo poeta e de Bocage, molhados de lágrimas e repercutindo gritos de alma dilacerada.

Não valerá a pena escrever de todos os poetas do século. São numerosíssimos, muito mais do que os que podem ser abrangidos nos limites do espaço, do tempo — e do interêsse.

Compreende-se que nos não ocupemos senão daqueles poetas que em tema ou forma realizam qualquer coisa de novo ou significativo da transformação que se opera. E assim, dum lado, agruparemos Garção, Reis Quita, Cruz e Silva, Xavier de Matos, Tolentino, Paulino Cabral, poucos mais, como representantes do espírito arcádico, purificador de formas que ficaram, todavia, com modesto conteúdo de realidade moral, dando expressão, quando muito, a estados morais que continuam a tranqüilidade da vida antiga, que a agitação do século ainda não perturbava. Do outro, ficarão os poetas contagiados da febre própria da crise em que o mundo tumultuàriamente se renova, ou sejam José Anastásio da Cunha, Francisco Manuel do Nascimento, Bocage e Marquesa de Alorna. José Agostinho de Macedo figuraria neste último grupo, se não lhe fôsse dedicado na *História da Literatura Portuguesa* o capítulo especial que a multiplicidade do seu talento merece.

DIVERTIMENTO
ERUDITO
PARA OS CURIOSOS DE NOTICIAS
Hiſtoricas, Eſcolaſticas, Politicas, e Naturaes, Sagradas, e Profanas.
Deſcobertas em todas as Idades, e Eſtados do Mundo até o preſente.
E EXTRAHIDA
DE VARIOS AUTHORES.
Pela infatigavel diligencia
DO PREGADOR GERAL
FR. JOAÕ PACHECO
Eremita Auguſtiniano, aſſiſtente no Convento de N S. da Graça de Lisboa Oriental
DEDICADO, E OFFERECIDO
A SEU IRMAÕ
MANOEL MACHADO
COELHO PIMENTEL
Sargento mór das Villas de Riba-Tejo
Por cujo empenho còrreo a Impreſſaõ deſta Obra.
TOMO I. 1683.
LISBOA ORIENTAL
NA OFFICINA AUGUSTINIANA.
Anno M. DCC. XXXIV
Com todas as licenças neceſſarias.

A MAGNÍFICA OBRA do padre João Pacheco, repositório de notícias valiosas e interessantes (Da livraria de Albino Forjaz de Sampaio)

PEDRO ANTÓNIO CORREIA GARÇÃO

Destaca singularmente entre os poetas contemporâneos, não apenas pelo dramático relêvo da sua vida, como pela perfeição artística duma obra poética onde se inserem algumas das melhores páginas do lirismo do tempo.

A vida foi-lhe, de facto, dramática, não lhe faltando o mistério, ainda por dilucidar, daquele seu encarceramento de 1 ano e 7 meses, só conseguindo as súplicas da espôsa arrancar da dureza do omnipotente Primeiro Ministro o alvará que o havia de soltar, no mesmo dia em que a Morte lhe veio dar a libertação definitiva.

¿Admitiremos a versão que, fiado em Maximiano Tôrres, amigo do poeta, Inocêncio pôs em curso, segundo a qual êle teria emprestado a Ávila as graças da sua musa, para que êste mais fàcilmente conseguisse desvairar a filha do coronel inglês, Macbean?

O que é certo, é que foi aquele o doloroso remate duma vida que não correu sem certa amenidade, mau grado intermitências de dificuldades financeiras que procura remediar, recorrendo, como nos seus versos o surpreendemos, a empréstimos e dádivas de amigos em troca de sonetos que, no burlesco da forma, mal conseguem disfarçar o penoso da situação.

Garção era culto. Na carreira da magistratura, que não completou, passou ainda além das humanidades, ao tempo fortemente adubadas de cultura clássica. Mas era também familiarizado com a língua inglesa, como se depreende de certos passos da sua obra, muito fugidios, é certo, e ainda da atribuïção à sua conta do episódio da tentativa de rapto — de bem funestos resultados.

Esta cultura não podia ser indiferente à singular atitude duma obra poética que não é apenas uma insistente doutrinação e perfeita exemplificação de nobre elegância, mas uma discreta insinuação, nas formas purificadas, de imprevistos aspectos da realidade moral da vida burguesa.

Garção doutrinou e exemplificou — dissemos nós. Doutrinou na qualidade de presidente da Arcádia Ulissiponense, que fundou em 1757 com António D. da Cruz e Silva, Teotónio Gomes de Carvalho e Manuel Nicolau Esteves Negrão, e onde teve o nome arcádico de *Corydon Erymantheo*. Vejamos a substância da doutrina e

INFERMIDADES
DA
LINGUA,
E A ARTE QUE A ENSINA
a emmudecer para melhorar.
AUTHOR
SYLVESTRE
SILVERIO DA SILVEIRA E SILVA.
INVOCA-SE
A PROTECÇAM DÓ GLORIOSO
S.TO ANTONIO
DE LISBOA
Por MANOEL JOSEPH DE PAIVA.
LISBOA M DCC LIX.
Na Of. de MANOEL ANTONIO MONTEIRO.
Com todas as licenças neceſſarias.
E á ſua cuſta impreſſo.

AS CURIOSAS «INFERMIDADES DA LINGUA», de Manuel José de Paiva (Da liv. de Albino Forjaz de Sampaio)

a maneira do exemplo com que influíu na poesia contemporânea aquele

> Que abriu novo caminho para o Pindo

como de si próprio diz, não sem razão.

Antes de mais, é manifesta a antipatia do poeta pelos formalismos da Escola Gongórica, fértil em

> ...exquisitos pensamentos
> Em denegridas nuvens embrulhados.

Os vícios seiscentistas não os conseguira ainda extirpar o esfôrço dos Árcades, que êle não louva nem de zeloso nem de unido. É ainda possível escrever com *metáforas violentas*

> Imitando êsse corvo do Mondego
> Que entre os cisnes do Tejo está grasnando

diz com despeito, aludindo a Francisco de Pina e de Melo.

Simplicidade que não ofenda a nobreza duma arte que

DO EX GERAL
Da Congregação da Terceira Ordem
Fr Vicente Salgado. 7 687.

ELUCIDARIO
DAS
PALAVRAS, TERMOS, E FRASES,
QUE EM PORTUGAL ANTIGUAMENTE SE USÁRÃO,
E QUE HOJE REGULARMENTE SE IGNORÃO:
OBRA INDISPENSAVEL
PARA ENTENDER SEM ERRO
OS
DOCUMENTOS MAIS RAROS, E PRECIOSOS,
QUE ENTRE NÓS SE CONSERVÃO
PUBLICADO EM BENEFICIO DA LITTERATURA PORTUGUEZA.
E DEDICADO
AO
PRINCIPE N. SENHOR
POR
FR. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO,
Dos Menores Observantes Reformados da Real Provincia da Conceição.
TOMO PRIMEIRO.
A—F 7.687

LISBOA M. DCC. XCVIII
NA OFFICINA DE SIMÃO THADDEO FERREIRA.
Com licença da Meza do Desembargo do Paço.

A PRIMEIRA EDIÇÃO do *Elucidario de Viterbo*. (Exemplar pertencente à Biblioteca da Academia das Ciências)

COLLECÇAM
DOS
DOCUMENTOS,
ESTATUTOS, E MEMORIAS
DA
ACADEMIA REAL
DA HISTORIA PORTUGUEZA,
Que neste anno de 1721. se compuzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores,
DEDICADA
A ELREY NOSSO SENHOR,
SEU AUGUSTISSIMO PROTECTOR,
E ORDENADA PELO
CONDE DE VILLARMAYOR,
SECRETARIO DA MESMA ACADEMIA.

LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de PASCOAL DA SYLVA,
Impressor de S. Magestade, e da Academia Real
M. DCCXXI.

O ROSTO DA *Colecção de documentos*, a obra primacial da Academia Real da História Portuguesa. (Exemplar pertencente à Biblioteca da Academia das Ciências)

continua a ser aristocrática pela orígem e pelo destino — eis a grande lição que êle vai haurir, para incansàvelmente a transmitir, nos mestres clássicos jàmais perdidos de vista. Êles continuam a ser para Garção os *soberbos originais, a única fonte de que manam boas odes, boas tragédias e excelentes epopéas.*

Imitar os antigos embora sem subserviência de tradutor; ir mais além, mas sem desvio do rumo por êles marcado; descobrir o *novo* mas o novo virtualmente contido nos moldes de concepção e realização dêsses grandes mestres.

Garção não nos diz em que consiste para êle a beleza clássica. Reconhece-se que a sabe muito mais sentir do que definir. Quási apenas nos fala das suas características exteriores, como a nítida diferenciação dos géneros, que considera um sinal de decadência termos confundido. Se entra em pormenores, nada vê para além dos ornatos do estilo, que deseja simples mas nobre, despido de *palavras empoladas, metáforas exorbitantes e hipérboles sem modo;* como nada vê para além das questões lexicológicas, debatidíssimas no tempo, sendo de parecer que, para escrever a pura língua portuguesa, não é precisa a integral transposição para o século XVIII da linguagem de quinhentos, apenas cumprindo conformar ao génio que ela principalmente nessa época revelou tôdas

HISTORIA
DA
ACADEMIA
REAL
DA HISTORIA PORTUGUEZA,
Compoſta
Por MANOEL TELLES DA SYLVA,
Marquez de Alegrete, Secretario da meſma Academia,
E DEDICADA
A ELREY D. JOAÕ O V.
noſſo Senhor.
TOMO PRIMEIRO.

LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA,
Impreſſor da Academia Real.
Anno M. DCC. XXVII.

MEMORIAS
DE
LITTERATURA
PORTUGUEZA,
PUBLICADAS
PELA
ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
DE LISBOA.

Niſi utile eſt quod facimus, ſtulta eſt gloria.

TOMO I.

LISBOA
NA OFFICINA DA MESMA ACADEMIA
ANNO M DCC XCII
Com licença da Real Meza da Commiſſaõ Geral ſobre o Exame e Cenſura dos Livros.

A *Historia da Academia Real da Historia*, pelo Marquês de Alegrete, e as *Memorias de Litteratura*, uma das mais apreciadas colecções da Academia Real das Ciências

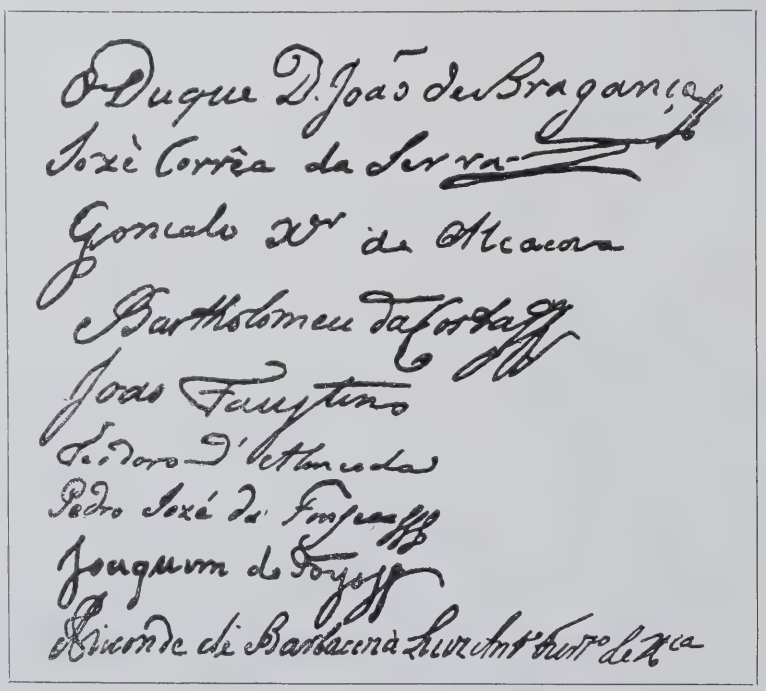
as aquisições posteriores do uso.

Quanto à rima, é Garção entre nós, ainda de certo pelo culto da poesia clássica, de ritmo quantitativo, um éco de oposição que, talvez pela sugestão de exemplos ingleses que datam do século XVI, em França lhe faziam escritores como La Motte, Montesquieu e Buffon.

Como êles, Garção opõe-se a

Que o contínuo zum-zum do [consoante
Que o ouvido agita só, a [alma não,
Esfrie o fogo que na ideia [nasce.

Como complemento a esta docilidade à orientação e impulso dos antigos, aconselha o teorizador a docilidade à crítica dos contemporâneos qualificados. Ela é uma das mais importantes funções das Academias, da sua Arcádia. Função fácil, pois apenas consistia em julgar do valor da produção pelo critério da sua mais ou menos perfeita observância dos cânones clássicos; mas, a-pesar-de fácil, parece que, a dar crédito às queixas de Garção, exercida com uma raridade e com uma insuficiência que lhe põe na solenidade da voz presidencial vibrações de pedagogo mal escutado.



«FAC-SIMILE» DAS ASSINATURAS dos primeiros académicos da Academia Real das Ciências. (Do livro de «Actas» da Academia, ano de 1780, reproduzido na obra de Cristóvão Aires, *Para a história da Academia...*)

O PADRE TEODORO DE ALMEIDA, o orador oficial da Academia é um enciclopedista português sem enciclopédia. Cópia de uma gravura da época.
(Da *História de Portugal*, de P. Chagas)

RECREAÇÃO
FILOSOFICA,
OU
DIALOGO
Sobre a Filoſofia Natural, para inſtrucção de peſſoas curioſas, que não frequentárão as aulas.
PELO
P. THEODORO D'ALMEIDA
Da Congregação do Oratorio de S. Filippe Neri, Socio da Real Sociedade de Londres, e da de Biſcaia.
Quinta impreſsão muito mais correcta, que as precedentes.
TOMO I.
LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.
ANNO M. DCC. LXXXV-I.
Com licença da Real Meza Cenſoria, e Privilegio Real.

«RECREAÇÃO FILOSOFICA», a obra capital do padre Teodoro de Almeida, na sua 5.ª edição, já com o nome do autor. 10 vols., de que o 8.º, 9.º e 10.º são raros.
(Da livraria de Albino Forjaz de Sampaio)

Eis tôda a doutrina do teorizador. O resto é nada. Nem a mais leve sugestão do que de novo e tumultuoso fremia para além dos horizontes do *Monte Ménalo*. Nem uma palavra vagamente indicativa de outras fontes de beleza expressiva, que não o museu esplêndido mas exploradíssimo do mundo mitológico.

A esta doutrina do retórico adapta-se a prática do poeta. Leia-se a *Cantata de Dido*. Discreta aliança de fôrça e graça, nobreza e comoção, equilibrada ordenação do conjunto e vigorosa expressividade do pormenor. Inteligente eliminação do que no poema vergiliano havia de inadaptável à simples narrativa do episódio isolado. Belo o contraste entre a alacridade matinal do começo e a fúnebre melopéa final.

É esta a melhor composição da Arcádia, ao mesmo tempo que a mais representativa do que de mais perfeito poderia resultar dos germes semeados nas faldas do *Ménalo* pelo mesurado esfôrço dos seus pastores e trazidos da França clássica de Boileau e de J. B. Rousseau. Beleza, todavia, alheia à vida, como se os árcades continuassem fitando as mesmas estrêlas que em seus ócios epicuristas contemplavam os da plácida côrte de Mecenas.

Em temas de amor, mais nada o poeta mostra do que a sua perfeição técnica. Repete o sabido há muito e canta ao unísono das vozes vulgares do seu tempo, que nem precisamos de ouvir, de tão idênticas à voz do Mestre. Demos, todavia, um exemplo dessa perfeição:

Tu és Dircea, filha de Tirreno,
Eu um dos filhos sou do pobre Alceste;
Mas nem por fado teu tal pai tiveste,
Nem eu por culpa minha sou pequeno.

Bem sei que te pretende o rico Alceno;
Mas se peles e lãs mais finas veste,
Também no amor o venço, qual cipreste
Excede no robusto ao brando feno.

Deixa vaidades de justiça alheias,
Não desprezes afectos e ternuras,
Por teres mais cabritos e colmeias.

O FELIZ
INDEPENDENTE DO MUNDO
E DA FORTUNA,
OU
ARTE DE VIVER CONTENTE
EM QUAESQUER TRABALHOS DA VIDA,
DEDICADO
A
JESU CRUCIFICADO
PELO
P THEODORO DE ALMEIDA
Da Congregação do Oratorio e da Academia das Sciencias de Lisboa, da Real Sociedade de Londres, e da de Biſcaya.
TOM. I
LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.
ANNO M. DCC. LXXIX.
Com Licença da Real Meza Cenſoria, e Privilegio Real.

ROSTO DO ROMANCE FILOSÓFICO do padre Teodoro de Almeida, obra traduzida várias vezes em espanhol e francês. (Exemplar da Academia das Ciências de Lisboa)

Faze, Dircea, reflexão madura,
Vê que a virtude própria em mim premeias,
E nele só premeias a ventura.

Chénier, creio, não faria muito melhor, e o sr. Eugénio de Castro não deixaria de o subscrever porventura. O poeta bebeu, sem as turvar, as águas da fonte helénica.

O que, porém, mais cumprirá destacar na lira de áureas cordas de *Corydon* não é a limpidez da sua vibração, mas o inaudito de algumas das suas notas. A vida familiar do poeta projecta-se-lhe na obra de tal modo que temos, lendo-o, a impressão duma convivência com êle, convivência que, se às vezes nos choca a sensibilidade moral pelo impudor com que burlescamente fala das dificuldades da sua vida, atormentada de crèdores, com freqüência nos leva ao simpático interior da *Fonte Santa*, modesto mas acolhedor, onde, entre goles de chá, nos toma a comunicativa alegria do P.e António...

Surpreendem-nos gratìssimamente, depois do longo alheamento da vida que é a poesia anterior, êstes contactos retomados com ela, nestas cenas de vida doméstica em rápidas notações de uma idealização simples que as não deforma, às vezes mesmo destituídas de tôda a idealização, com o sabor parnasiano dos versos de Coppée, por exemplo:

.....
Com medonho estampido pa-
[voroso,
Os longos ecos dos trovões
[soando,
A rezar nos pusemos teme-
[rosos!

Parou a chuva; correm sussur-
[rando
Os torcidos regatos vagarosos;
Não me atrevo a saír, fico jo-
[*gando.*

Intercalam-se nestes episódios de vida burguesa, reflectida na calma dêstes versos encantadores de simplicidade, os seus combates literários, na Arcádia e fora dela, pela causa, a que se consagrou, do ennobrecimento da língua e da poesia portuguesas, pelo regresso ao bom-senso nos temas e à elegância simples na forma. Nisso se inspiram epístolas e sátiras que se não lêem sem certo prazer, pelo vigoroso estremecimento duma convicção sugestiva e pela pureza duma linguagem que, mesmo nas odes, não desdenhava o vigor do termo popular, a que sobrava em expressividade o que faltava em nobreza.

A prisão não podia deixar de pôr-lhe na voz acentos dramáticos. Poucos, todavia. Estava-se ainda longe do tempo em que estados morais dessa natureza haviam de ser objecto de dolorosa análise e assunto de criação literária. Bocage está mais próximo de Sílvio Pélico ou do Óscar Wilde do *De Profundis*.

Garção morreu aos 48 anos. A sua actividade académica não pôde ser substituída. A António Denis da Cruz e Silva impediram-no as ocupações de magistrado, nesse ano, por exemplo, no Alentejo. E faltava o prestígio do nome e da profissão, bem que lhe chegasse o talento tìpicamente arcádico a um outro admirador de Garção, educado sob o prestígio da sua arte. Refiro-me a

Domingos dos Reis Quita

Mestre cabeleireiro de profissão, oculta por muito tempo a sua actividade poética, com receio de que não aguasse o sabor com que os seus versos fôssem lidos, a ideia de que vinham de tão humilde origem.

Retrato da época

Quando um dia, pelo aparecimento do soneto:

Benigno amor, os ímpios que
[te ofendem,

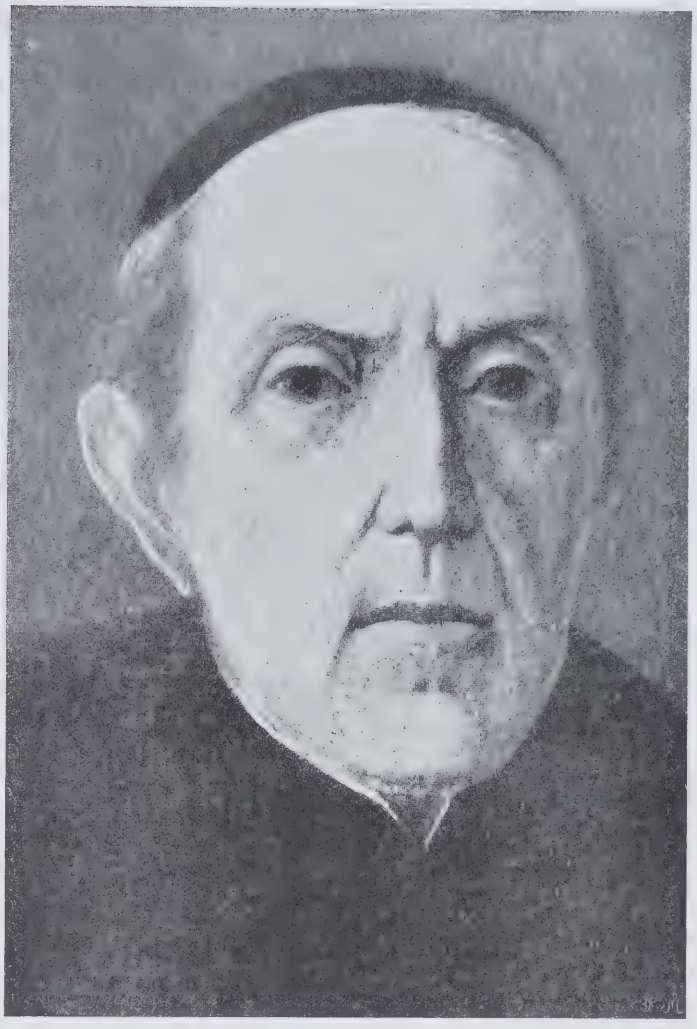
nasceram as suspeitas do verdadeiro autor desta e de outras poesias, logo confirmadas num divertimento da Quinta de Santo António, na Moita, já o poeta dominava a métrica e a língua portuguesa, por forma que nenhumas falhas pudessem dar razão séria às oposições satíricas a que a sua profissão incitava. Tinha aprendido de cór a *Poética de Horácio*, traduzida por Cândido Lusitano.

Triunfando na esfera literária, a-pesar das sátiras de Zúniga e Tolentino, jàmais obteve, na esfera social, a consagração correspondente. Isto, a-pesar de ter cantado em todos os tons e a todos os pretextos o omnipotente Primeiro Ministro de D. José. O terremoto de 1755, que cantou numa *Silva* cheia de realismo impressionante, deixa-o na miséria. Vale-lhe D. Teresa Teodora de Aloim, já quando viúva de seu primeiro marido e depois de casada com o Dr. Baltasar de Tara, a quem o poeta deveu cuidados que, todavia, não impediram a tuberculose de o arrebatar em 1770.

Quita é, entre os poetas do século XVIII, por ventura dos que melhor poderão representar a corrente arcádica — purificação das formas mas nenhuma tentativa de renovação dos temas. Poucos poderiam, com tanta propriedade, falar da sua arte como Reis Quita nestes versos:

Entre os salgueiros da ribeira umbrosa,
Que banha o flavo Tejo murmurando,

GRAVURA DE RETRATO de D. António Caetano de Sousa, incluída na *História genealógica da Casa Real*. Retrato feito em 1735, mostrando o retratado aos 61 anos de idade



FRAGMENTO DO RETRATO de D. António Caetano de Sousa, pintado em 1758, e pertencente ao seu actual representante. Até há pouco inédito e publicado no livro de Afonso de Dornelas sôbre o escritor.
(Vol. VI da *História e genealogia*)

Alcino modulava o verso brando
Com avena suave e lacrimosa.

Assim mesmo. *Avena suave e lacrimosa*, modulando em *verso brando* magoadas *cantilenas*, duma idealização que o próprio poeta reconhece destituída de ambições intelectuais como de estremecimentos de profunda vida interior :

Só leia a minha Musa, quem respira
Da natureza a simples influência
E c'os amores rústicos suspira.

¿Que há, de facto, na musa de Quita em matéria de sentimentos e ideias, mais do que aqueles estados de alma elementares que a natureza e o amor suscitam às sensibilidades delicadas mas equilibradas?

Há um soneto em que Reis Quita insinua ser capaz de mais alguma coisa que a sua inferior situação social lhe não teria deixado realizar. É aquele em que se descreve modulando a lira, em Buenos-Aires, enquanto a vista, sob o luar que banha o Tejo, se *vai perder nos mares dilatados:*

Amada Pátria — o mísero dizia —
Se grata ouvisses meu canoro metro,
Às estrêlas teu nome levaria

Quando da vil miséria o feio Espectro
Lhe toca a dôce bôca co'a mão fria
E lhe quebra iracundo o áureo plectro.

Teria razão. Mas se *o feio espectro da vil miséria* de facto lhe *quebrou o plectro*, o poeta identificou-o mal. Foi a miséria, ou seja a estreiteza de horizontes da sua *Arcádia* que lhe impediu mais alto surto — e dessa não se adivinha a mais leve impressão de angústia, na sua musa correcta, harmoniosa, mas sem drama nem anseio.

Foi um pouco mais além dêste limitado círculo de temas, o poeta, conceituadíssimo no tempo,

António Denís da Cruz e Silva

Com o curso de direito e uma bela educação clássica, exerceu funções na magistratura e foi nessa situação que em Elvas surpreendeu e fixou nas páginas perduráveis do *Hissope* o *Génio das Bagatelas*, que soprou no ambiente calmo da Sé aquela tempestuosa contenda entre o bispo e o deão...

Denis é hoje apenas conhecido por esta sátira. E, todavia, é tôda a sua obra variada e bela, quanto lhe permitiam os cánones clássicos, em cuja perfeita obediência é elaborada.

Dela foram no tempo saboreadas as suas odes pindáricas, ainda mais do que os seus idílios e elegias, a-pesar da suavidade com que neles o metro flue, ainda mais que as odes anacreônticas e os sonetos, que, todavia, constituem peças líricas dum acabamento perfeito e, sobretudo as primeiras, duma tocante simplicidade encantadora.

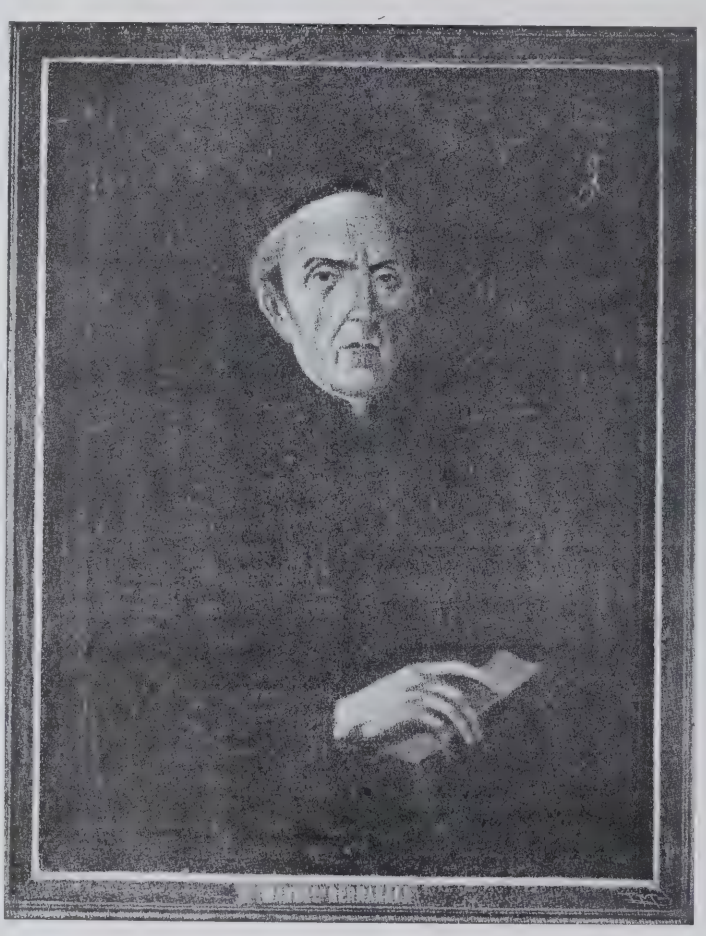
¿E porque são as odes pindáricas objecto de tal admiração? ¿Apenas porque o poeta as realizou, primeiro do que ninguém, segundo as formas clássicas, com as estrofes, anti-estrofes e épodos? Por isso, evidentemente, mas também porque nelas surgia uma matéria que, nem por ser a normal nas composições gregas de tal tipo, deixava de constituir quási uma novidade, ao menos na sistemática insistência com que se apresentava — e uma novidade que vinha ao encontro de certa tendência *para aproximar a literatura da realidade*. O poeta cantava no estilo altissonante correspondente ao hieratismo antigo da forma, tôda uma galaria de heróis portugueses dignos de páginas épicas.

Não é, porém, a única novidade de Cruz e Silva. O poeta esteve no Brasil e, se bem que com pouco mais sensibilidade do que o seu antecessor D. Francisco Manuel de Melo, que apenas das paisagens equatoriais sentiu... o calor, ainda assim, nos sonetos *Sôbre a serra de Parati, Sôbre o grande salto que forma o rio Tieté junto da vila de Itu, Sôbre o Morro de Vila Rica,* etc., revive impressões que poderíamos considerar inéditas, se não houvessem, antes, sido escritas certas páginas de Camões — e pouco mais. Quási todos êsses sonetos começam por um descritivo que, no remate, se vê ser o pretexto dum conceito moral. Por exemplo, o relativo ao rio Tieté, que, depois da violência da corrida —

Penedos, pontes, árvores co-
[padas
Quando topa de cólera es-
[cumando,
Com fragor espantoso vai ro-
[lando
Nos vórtices das ondas empo-
[ladas,

é para o poeta

O próprio retrato... de um po-
[deroso,
Pois quanto mais sublime é seu estado,
Mais estrondosa é sua ruína.



Retrato de D. António Caetano de Sousa depois de repintado em 1917, na moldura do padre Manuel Bernardes. (Colecção da Imprensa Nacional). (Do vol. VI da *História e Genealogia,* de Afonso de Dornelas)

Mas já assim não sucede com o soneto que intitula — *Sôbre as grandes montanhas que se encontram indo de Parati até às margens do caudaloso rio Paraíba:*

Ficção da Grécia foi, que antigamente
Audaz Tifeu nos céus guerra movera,
Que o Ossa sôbre o Olimpo então pusera
Para escalar o Império refulgente

Se a Grécia da terráquea mole ingente
A quarta parte nova conhecera,
Aparente razão talvez tivera
Para assim fabular a orgiva gente.

Pois nas frondosas, húmidas campanhas,
Que abrindo com a veia caudalosa.
O Paraíba vai por largo espaço,
Só montanhas se vêem sôbre montanhas
Nas núvens esconder a fronte umbrosa,
Tanto da natureza pode o braço!

Neste soneto, a impressão do paisagista é sem mistura de qualquer intuito moralizador, ou seja a paisagem, como nos tempos românticos, interessa o poeta por si própria, embora na sua representação recorra a reminiscências de leitura clássica.

Notemos, ràpidamente embora, que é no Brasil que Cruz e Silva escreve as suas *Metamorfoses* e, para nomes próprios, utiliza os nomes índios *Tié, Caboré, Seriba, Magé,* etc., e até aproveita, para a tecitura de uma dessas composições, o nome do *Bem-te-vi,* salpicando assim de exotismo a pureza clássica usual no género.

Um outro aspecto pelo qual o autor do *Hissope* parece dar uma mão a Rodrigues Lobo e outra ao Garrett romântico, é o que surpreendemos em algumas das suas odes anacreônticas. É pena ser demasiado longa para consentir uma transcrição integral aquela onde ocorrem estas estâncias:

Que não sou a verde relva
Que ela pisa,
Quando airosa pela selva
Segue as feras e matiza
De seu sangue as várias flô-
[res
Rodeada dos amores!

Ou o rio cristalino,
Onde banha
O seu corpo peregrino,
Quando desce da montanha,
No calor da sesta ardente,
A buscar sua corrente!

Cruz e Silva tem o seu nome de magistrado ligado aos dos poetas Manuel Inácio da Silva Alvarenga e Tomaz António Gonzaga, pois fêz parte da Alçada de três juízes que foi encarregada de julgar no Brasil a famosa *Conjuração de Minas,* em que o autor da *Marília de Dirceu* foi julgado cúmplice, e desempenhava as funções de Chanceler da Relação do Rio de Janeiro, quando a *Arcádia Ultramarina,* a que Alvarenga pertencia, foi acusada de clube político disfarçado em tertúlia literária.

Não nos detenhamos neste facto. Da biografia do poeta, morto em 1799, está dito o suficiente para compreender uma obra literária em que ela toma uma parte insignificante.

¿Seria exagerado dizer que tal biografia está por ventura tão ligada à obra do seu colega na magistratura, *Tomaz António Gonzaga* (1744-?), como à sua própria?

O malogrado cantor de *Marília* é o poeta justamente

HISTORIA
GENEALOGICA
DA
CASA REAL
PORTUGUEZA,
DESDE A SUA ORIGEM ATÉ O PRESENTE,
com as Familias illuſtres, que procedem dos Reys, e
dos Sereniſſimos Duques de Bragança,
JUSTIFICADA COM INSTRUMENTOS,
e Eſcritores de inviolavel fé,
E OFFERECIDA A ELREY
D. JOAÕ V.
NOSSO SENHOR,
POR
D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA,
Clerigo Regular, e Academico do Numero da Academia Real.
TOMO I.

LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA,
Impreſſor da Academia Real.

M. DCC. XXXV.
Com todas as licenças neceſſarias.

ROSTO DA OBRA MONUMENTAL de D. António Caetano de Sousa. (Da livraria de Albino Forjaz de Sampaio)

admirado que viveu o seu enternecedor idílio com a intensidade tropical que lhe esbrazeava o sangue herdado do pai brasileiro, atenuado da delicadeza e elegância da mãi britânica. Todavia, bem que nascido no Pôrto, é com certa razão tratado no grupo dos poetas brasileiros, motivo por que apenas a êle se fará esta breve alusão.

Como Garção, como Cruz e Silva e como Gonzaga, ¿teria também o poeta

JOÃO XAVIER DE MATOS

freqüentado leis em Coímbra?

Assim se afirmou, mas sem certeza. O que é positivo é que, se usou pasta de bacharel em moço, substituíu-a na vida prática por sacola de mendigo, embora mendigo de *bom-tom*, discreto e quási lavado. Mendicava nas casas fidalgas jantares em troca de sonetos e, pelas ruas, êle mesmo vendia os exemplares das suas poesias, impressas em papel pardo.

Mas êste homem, morto em 1789, não nos deixou apenas a triste memória duma indignidade que não é a única no tempo. Não há no século XVIII quem melhor saiba tornear um verso ou uma estância. Nenhum de sabor mais camoneano, de gôsto mais puro (1). Que lindo, por exemplo, êste soneto:

Trazei, Ninfas, trazei mimosa areia,
Nos virginais regaços; espalhai-a
No duro chão, não mortifique Olaia
Os delicados pés, quando passeia.

Ah! Como vem de maravilhas cheia!
Com tantas graças a manhã não raia,
Nem é tão bela a corpulenta faia
A quem o brando zéfiro meneia.

Vós, Napeias do bosque mais vizinho,
Vinde esperá-la, derramai-lhe flôres,
Castas rosas, devoto rosmaninho.

Vinde beijar-lhe a mão. E vós, pastores,
Ide diante dela, abri caminho,
Para passar a Deusa dos Amores.

Se êste soneto vibra no banho de luz pagã sob a qual quási tôda a poesia clássica é feita, outro citarei igualmente belo, mas onde se adivinham as melancolias ro-

(1) A factura parnasiana dos sonctos de Matos, alguns dos quais fazem lembrar os melhores de Bilac ou do sr. Eugénio de Castro, é perfeitamente idêntica à de um pelo menos dos *Sonetos amatorios* que T. Braga encontrou num ms. de 1802 e inseriu nos *Arcades* como sendo de J. A. da Cunha, êrro em que me induziu, pois os transcrevi para o meu livro *A obra poética do Dr. José Anastácio da Cunha*. Afinal, o organizador da edição das *Rimas de João Tavira de Matos*, de 1827, atribui a êste poeta o soneto que começa:

Em ti mil graças sempre estão chovendo

e ainda o 4.º da série:

Contra o poder de vossas mãos senhora.

GRAVURA DA PORTADA da *História Genealógica da Casa Real*

mânticas que se vão erguer, como sombras de fim da tarde:

Pôs-se o sol. Como já na sombra feia
Do dia pouco a pouco a luz desmaia!
E a parda mão da noite, antes que caia,
De grossas núvens todo o ar semeia.

Apenas já diviso a minha aldeia.
Já do cipreste não distingo a faia.
Tudo em silêncio está. Só lá na práia
Se ouvem quebrar as ondas pela areia.

Co'a mão na face a vista ao céu levanto
E, cheio de mortal melancolia,
Nos tristes olhos mal sustenho o pranto.

E se inda algum alívio ter podia,
Era ver esta noite durar tanto,
Que nunca mais amanhecesse o dia.

O último verso impressiona como um grito de angústia que, porque não se integra em qualquer episódio de amores do pastor *Albano* com a ninfa *Damiana*, porque espontâneamente ascende do fundo misterioso da alma, quando lhe falta a tonificante excitação da luz exterior, é dum discreto romantismo, estranho, porque prematuro.

Garrett, no Prefácio da *Lírica de João Mínimo*, não encontrava mais representativo documento do gôsto literário a que o Romantismo se opõe do que a écloga do *pastor Albano* e da *pastora Damiana*, como se sabe, da autoria de Xavier de Matos. Misturado aos acontecimentos políticos que transformavam a vida portuguesa, entendia o nosso primeiro romântico que era tempo de abandonar uma poesia que não passava dum embalo voluptuoso mas adormecedor, insuportável na agitação de novos interesses mentais que sacudia o mundo. Daí a mordacidade da sua crítica.

CONVENTO DA ORDEM DOS CLERIGOS REGULARES CAETANOS THEATINOS DE NOSSA SENHORA DA DIVINA PROVIDENCIA, EM LISBOA, ONDE HOJE ESTA O CONSERVATORIO

Croquis feito pelo desenho de Luiz Gonzaga Pereira existente na sua obra inedita «Descripção dos Monumentos Sacros de Lisboa, ou Collecção de todos os Conventos, Mosteiros e Parochias no recinto da cidade de Lisboa em 1833», existente na secção dos manuscritos da Bibliotheca Nacional

Esta Egreja foi começada a construir com o dinheiro que D. Antonio Caetano de Sousa herdou de Pae

(Pág. rep. o trabalho de Afonso de Dornelas)

Todavia, é sabido que das éclogas sôbre os *Albanos* e as *Damianas* se não salta bruscamente para a *D. Branca* e o *Camões*. Nos últimos anos do século XVIII e primeiros do XIX, a poesia anglo-germânica, já, aqui ou além, de nítido acento romântico, é conhecida entre nós através de traduções directas ou indirectas, feitas sôbre o francês. Klopstock, Wieland e Gessner transpõem as fronteiras que nos isolavam da vida intelectual europeia, ao lado de Milton, Pope, Young, Ossian, etc. A penetração por meio dos livros, completa-se pela penetração, mais insistente e larga, realizada pelos periódicos, entre os quais destacam os publicados em Londres pelos portugueses que fugiam a Pina Manique ou, posteriormente, aos franceses invasores. Ao lado dos tradutores, não faltam os imitadores, como, por exemplo, Costa e Silva.

Mesmo independentemente de tais influências, porém, a poesia portuguesa, na espontaneidade duma evolução apenas determinada pelo crescimento espiritual do escol que a elabora, vai-se enchendo de realidade moral, vai-se *aproximando* da vida, de que até então procurava *distrair*. ¿Não é, por exemplo, saturada de realidade contemporânea a poesia de

NICOLAU TOLENTINO DE ALMEIDA?

Nascido em 1740, em lar abastado e culto (o pai era advogado), foi-lhe possível freqüentar direito, em Coimbra, cuja formatura, porém, não há a certeza de ter concluído. Nem ela lhe era necessária, dada a aptidão, que é o traço mais vincado da sua fisionomia moral, para a mendicidade meio chorosa meio histriónica em que passou a vida. Pediu a cadeira de rètórica, que obteve por influência do tio, o Principal Almeida. Farto, desde o começo da carreira, de aturar meninos, só versos de aborrecimento e desprêzo a profissão lhe inspira e não o fatiga a literatura dos memoriais em verso, até que obtém do Primeiro Ministro, Marquês de Ponte de Lima, não sem lhe lisongear a vaidade por meio de remoques a Pombal, o lugar ambicionado de oficial de ministério. Pede e obtém a impressão dos versos na Imprensa Régia, pede e obtém cura gratuita nas Caldas, pede — e não sei se obtém — que o aliviem do pesado fardo de irmãs *sem nenhum rendimento e com muito bom estômago*. Já que o livraram de crianças, livrem-no também de velhas, *gado ainda mais impertinente e que se não contenta com figuras de rètórica...*

A poesia de Tolentino, fácil e fluente, dextra na caricatura da sociedade do tempo, de que traçou quadros cheios de vida, documentos indispensáveis da história dos costumes, tem, todavia, como obra de arte e como obra de emoção, uma mediocridade que vai bem à mediocridade moral dêste típico produto duma sociedade que não era, positivamente, das melhor organizadas para suscitar, nos humildes de nascimento ou enjeitados da fortuna, o amor da própria dignidade.

Relevemos, contudo, em Tolentino, esta substância de realidade moral, pessoal e social, inferior mas abundante, de que êle enche as quintilhas em geral bem torneadas. Sob tal ponto de vista, destaca o poeta singularmente como um anunciador dos novos tempos. Junto dêle, a tal respeito, apaga-se a personalidade poética de *Belchior Manuel Curvo Semedo*, a-pesar-de metrificador hábil, bom tradu-

tor de La Fontaine, capaz, num momento feliz, de escrever o soneto que mereceu a tradução do americano William Cullen Bryant e que tanto parece resultar de vaga sugestão romântica.

É de bem maior relêvo a personalidade, senão a obra de

PAULINO ANTÓNIO CABRAL

o abade de Jazente (1719--1789).

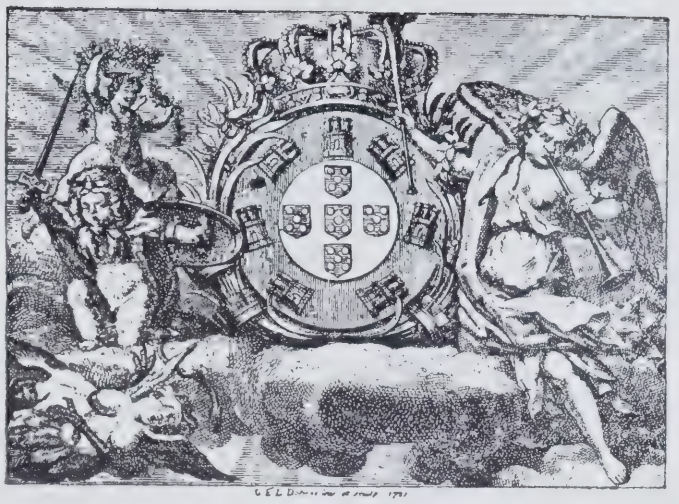
Anima-o a veia satírica de Nicolau Tolentino, mais túmida e rubra, todavia, e por ela surpreendem as suas poesias o momento crítico dum fim de século em que as antigas disciplinas se sentem flectir e quebrar-se. Alma e voz masculinas, num tempo em que os poetas se refugiavam da natureza e da vida na doirada ficção de églogas e idílios, a dialogar com musas, à margem dos sempre límpidos regatos, êle vive na sua aldeia do Marão, cujo *carregado* e *forte muro, penhascos de medonho gesto, gente bruta que só por instinto se governa,* nas suas páginas nos surgem tais quais, sem poética névoa que os alinde. A solidão é penosa a êste espírito, a cada passo evocando uma sociedade onde teve triunfos que se adivinham terem sido gratíssimos a Mefistófeles... Nise, contudo, não o abandonou de todo:

Aqui, onde o Marão a espádua dura
Curva, Nise gentil, sôbre a campanha,
Como oprimido da ousadia estranha
Com que as moles do céu suster procura;

Aqui, onde mais grita que murmura
Sombria fonte, arrôjo da montanha,
Que, supondo-se rio, não só banha,
Mas troncos morde e mármores apura;

Aqui aonde o bosque a cada penha,
Tece grinaldas mil com tôsco alinho
Da tarde ou nunca penteada grenha;

Aqui, aonde apenas faz caminho
Rústica planta, por confusa grenha,
Aqui, Nise gentil, tenho um moínho.



PRIMEIRA VINHETA (gravura de Debrie) da monumental *História Genealógica da Casa Real*

Deixemos, porém, êstes tímidos ensaios de renovação de temas e detenhamo-nos um pouco na poesia, em que mais vivamente repercute o abalo que lá fora transforma a vida social e íntima.

II

Pre-românticos

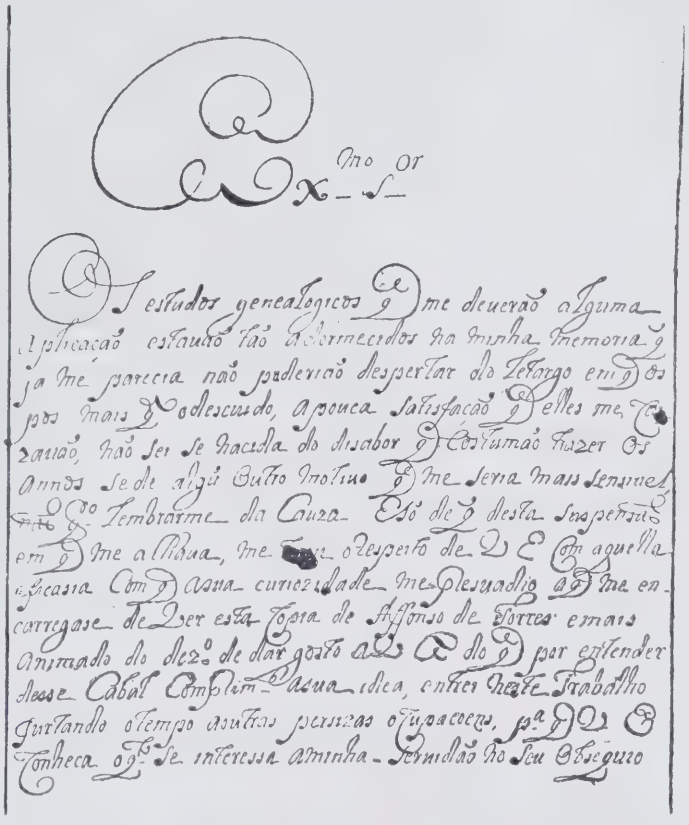
Comecemos pelo malogrado

JOSÉ ANASTÁSIO DA CUNHA

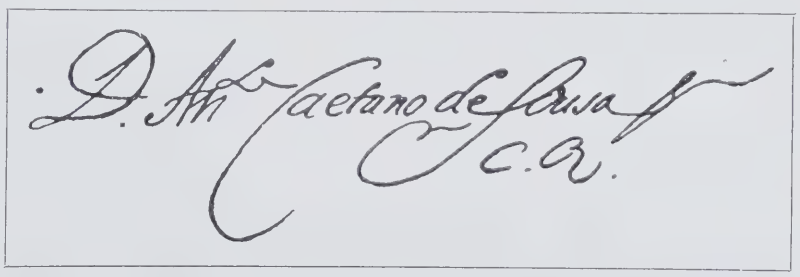
É quem primeiro em Portugal deixa adivinhar, na sensibilidade e na voz, as novas comoções da Europa pre-romântica.

Nascido em 1744 de família muito humilde, recebeu nas Necessidades, entre os oratorianos, a sua educação literária e a iniciação, em que o pai colaborou, na sua formação científica de matemático que foi ilustre. A reforma do exército no tempo de Pombal, fá-lo oficial de bombeiros ou seja de artelharia, fazendo a sua carreira entre os oficiais ingleses que o Conde de Lippe enquadrara naquela arma científica. Estanceia principalmente por Valença e aí o foi buscar Pombal, quando criou a Faculdade de Matemática, para professor de Geometria na *Universidade Restaurada,* pois do excepcional talento do jóvem tenente o informavam com viva admiração os seus superiores britânicos.

Da Universidade, onde em horas de convivência amiga o jóvem professor não oculta a sua simpatia pelo filosofismo francês, arrancaram-no em 1778 as garras da Inquisição, felizmente já nessa época meio cortadas pela tesoura audaciosa de Pombal. Condenado a abjurar dos seus erros, de hábito penitencial, num auto de fé, sofreu igualmente a pena de reclusão por três anos na Casa das Necessidades, sendo-lhe poupado o degrêdo para Évora, porventura porque Pina Manique, que acabava de fundar a Casa Pia,



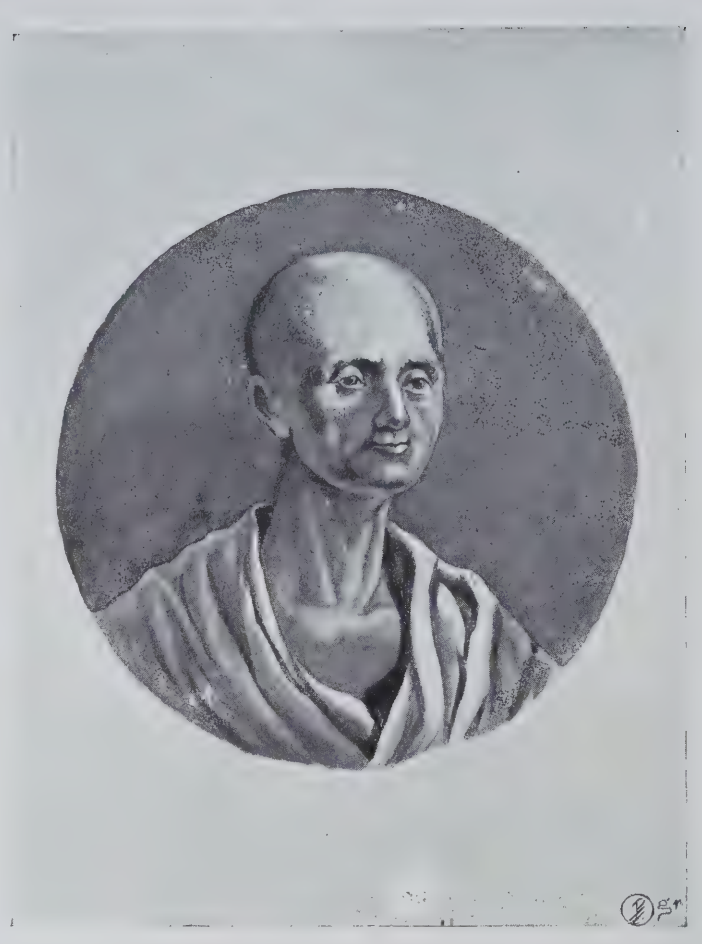
PRIMEIRA PÁGINA de uma carta de D. António Caetano de Sousa dirigida a D. Pedro de Lencastre, 5.º conde de Vila Nova, em 6 de Junho de 1725



«FAC-SIMILE» DA ASSINATURA de D. António Caetano de Sousa. (Do vol. VI da *História e Genealogia,* de Afonso de Dornelas)

o quis ali utilizar como professor de matemática. Morreu nessa situação em 1787, 6 anos depois de recuperada a liberdade.

Educado pelos oratorianos, entre os quais pontificava em rètórica e crítica literária Cândido Lusitano, assim mesmo José Anastásio realizou, antes dos 20 anos, poesias dum vigor que o academismo desconhecia. A sua permanência entre os ingleses, deu-lhe, todavia, à alma impetuosa, de uma emotividade febril servida por um talento cheio de inquietações estranhas ao meio português, estímulos que lhe determinaram expansões e a ergueram em atitudes esquecidas do conformismo reinante. Dogmas religiosos, preceitos de convenção moral, cánones clássicos da poesia — tudo foi desbordado por uma mocidade sàdia e audaciosa, ao mesmo tempo de corpo e espírito.



António Nunes Ribeiro Sanches, médico célebre e autor das *Cartas sôbre a educação da mocidade*

Além do grego, do latim, do francês e do italiano, conhecia o poeta também perfeitamente o inglês, ao ponto de nas tertúlias da Praça de Valença, sempre regadas por bom vinho do Pôrto, de que porventura gostava exageradamente, recitar, numa excitação que impressionava a fleuma britânica, versos de Shakespeare, além de traduzir, mantendo-lhe o ímpeto original, trechos de Milton, Pope, Otway e também daquele genial dramaturgo. É ver, por exemplo, a tradução do diálogo da *Veneza preservada,* de Otway, entre *Belvidera e Jafiers,* ou a tradução da primeira epístola de *Heloísa a Abelardo.* Tôda a intensidade passional do texto inglês êle transmite à tradução portuguesa, porventura mais por intermédio da sensibilidade vivamente erótica do poeta moço, que perante a Inquisição se confessa *propenso ao vício da luxúria,* do que pela técnica fria do tradutor competente.

Todavia, José Anastásio da Cunha não se contentou de transmitir o que de alheio feria mais fundo a sua viva sensibilidade. Recebida a primeira percussão dessa poesia do Norte, mais que a poesia dos povos latinos prolongando, pelo sonho, os limites do efémero, angustiada da dramática profundidade da vida, tôda arrepiada dos estremecimentos da génese dum mundo novo, José Anastásio muito lhe acrescentou da sensibilidade do seu temperamento meridional.

O que à primeira vista nos surpreende na sua poesia, é ser quási tôda ela cheia de uma realidade moral dir-se-ia que demasiadamente tumultuada de paixão para poder conter-se no frio formulário arcádico. Ansiedades de inteligência ou abalos de emotividade dão-lhe aos versos frémitos que os tornam inconfundíveis.

¿É dêle a *Voz da Razão?* Não se sabe. O que se pode afirmar é que desde a lógica linha dialética, realizada *more geometrico,* tão a quadrar com o mestre da Universidade pombalina, até os acentos graves de dúvida dolorosa

Ó céus! Ó céu que escutais
As cordas da minha lira!
Iluminai-me a razão
Que entre mil desejos gira!
.....
Não é a fé que me esfria
No seio das mornas veias;
É a razão que se perde
Num tropel de mil ideias.

tudo isto se adapta como expressão à alma mais inquieta daquele tempo em Portugal.

Lembremos que da *Notícia Infausta* se desprende êste grito doloroso:

Oh tenebrosa! Oh dura, impe-
[netrável
É desconsoladíssima incerteza!

por que termina um doloroso flutuar do espírito entre a ideia da insensibilidade das *bárbaras estrêlas* e a ideia de que a morte, que elas não evitam, é o regresso a um asilo onde se goza uma ternura suavíssima que

Quási *parece lânguida tristeza*
É inda não houve mais contente riso...

Leia-se a composição — *Notícia Infausta,* aquela em que se cumpre *O Preságio,* a *Lembrança dum trespasse,* o *Epitáfio.* Em tôdas elas o poeta gostosamente prolonga, na intensidade lírica, a intensidade do abalo emotivo fundamente *vivido,* que não apenas *imaginado.* Há mesmo versos que fazem adivinhar o Baudelaire da *Charogne:*

É me esconde esta avara sepultura
O corpo que era mais que formosura
Sem insígnias, sem título, pisado,
Pôdre... em pó... daquela alma separado!

Em tôdas estas composições se surpreendem aspectos duma emotividade que radica nas máximas profundidades da angústia humana, a par de aspectos duma inquietação espiritual que não receia transpor os limites postos pela tradição e pelo dogma ao pensamento do seu século, ao elaborar, não *ideias abstractas,* mas *factos* duma vida íntima, removida como nenhuma.

Mas — apressemo-nos a dizê-lo — se estas poesias são, para o historiador das ideias, as mais cheias de interêsse, são outras as que, à distância de mais de um século, ainda chocam a sensibilidade, pelo ardor e pela exuberância de vida sensual e sentimental. Nunca em Portugal, antes de José Anastásio, uma paixão amorosa encontrara na lira dum poeta acentos de tão funda veemência!

É ler a poesia *O abraço,* que como nenhuma canta o deslumbramento que isola da vida real, o preamar da

ternura desbordante, os delírios febris da imaginação, a santificação do amor pela exaltação sentimental que suscita, mais vibrante que nenhuma, a nota da fusão das almas na frágoa da paixão :

Mesma vontade, mesmo pen-
[samento,
Mesmos desejos, mesmo terno
[ardor.
Somos, enfim — Que glória!
[Que portentos! —
Não dois amantes — mas um
[mesmo amor.

Impressionabilidade e veemência. Sensibilidade cuja finura é capaz de versos como êstes :

Entre estas verdes *sombras,*
[*tão caladas,*
Da luz da lua apenas pertur-
[*badas,*
Nesse ameno silêncio passar
[quero.
Aqui há-de vir ter por quem
[espero.
Aqui há-de vir ter!...

Uma ou outra vez, formas de puro recorte, como Bocage ou Xavier de Matos ou Quita. Mas, mais predominantemente, ímpeto irregularizador do ritmo clássico, na linguagem e no metro, correspondente ao ímpeto febril da vida interior.

A NOTÁVEL GRAVURA de *Vieira Lusitano*, um dos mais conhecidos e apreciados trabalhos do artista

Em veemência sentimental só lhe será comparável

MANUEL MARIA BARBOSA DU BOCAGE

Ei-lo, auto-retratado :

Magro, de olhos azuis, carão moreno,
Bem servido de pés, meão de altura,
Triste de facha, o mesmo de figura,
Nariz alto no meio e não pequeno ;

Incapaz de assistir num só terreno,
Mais propenso ao furor do que à ternura.
Bebendo em níveas mãos por taça escura
De zêlos infernais letal veneno ;

Devoto incensador de mil deidades,
(Digo, de moças mil) num só momento,
E sòmente no altar amando os frades ;

Eis Bocage, em quem luz algum talento.
Saíram dêle mesmo estas verdades
Num dia em que se achou mais pachorrento.

É assim mesmo o poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage, o célebre *Elmano Sadino,* mais simplesmente *Bocage* ou *Elmano,* que foi no côro dos poetas dos princípios do século passado, ou fins do anterior, a voz clara e harmoniosa por que muitos, antepondo-a à de Filinto, procuraram afinar a sua.

Biografia agitada, a dêste inadaptado em quási permanente desequilíbrio dentro de si próprio, igualmente capaz de altas ascensões espirituais e de rastejos no lodo de baixas indignidades. Órfão de mãi — uma francesa — aos 10 anos, veio aos 16 de Setúbal, sua terra natal, para Lisboa, freqüentar a Academia Real de Marinha. Impulsivo e ardente, como se nas veias lhe corresse líquido sol meridional, capaz como ninguém de repentinamente e com brilho glosar o mote proposto, como de estender, fino e picante, o ferrão do epigrama ou de cortantemente espalmar em costas alheias o látego da sátira, ei-lo, de entrada, envolvido numa desnorteadora popularidade, rixas e boémias que o prenderam muito mais às mesas do *Agulheiro dos Sábios* ou do *Nicola* do que aos bancos da Academia de Marinha. Isto não o impediu, contudo, de se familiarizar com o latim, traduzindo para português, e de modo a contentar o fino gôsto de Garrett, alguns dos melhores trechos das *Metamorfoses,* de Ovídio. Conhecia igualmente o italiano e o francês, de que traduziu muito, desde Jean Baptiste Rousseau a Bernardin de Saint-Pierre, não sem prejudicar todo o encanto do pitoresco do *Paul et Virginie* com o hábito das generalizações e abstracções de linguagem do seu classicismo.

Em 1786, com 21 anos, parte para a Índia, com escala pelo Rio de Janeiro. Lord Beckford, numa das suas cartas, refere-se ao brilho do talento do seu casual companheiro de viagem, com um calor de sinceridade admirativa que faz honra à fina inteligência do inglês. Da guarnição de Damão deserta para a China, estanciando em Cantão e Macau, até que lhe facilitam o regresso a Lisboa. A similaridade do seu destino com o de Camões é aqui impressionante, nem lhe faltando voltar da aventura do Ultramar como voltou Camões, numa pobreza razando pela miséria, mas com alguns versos que são dos de mais patético acento na sua lírica, que tão alta e sugestiva expressão dava à saüdade, ao amor, ao ciume, — além daqueles que, ainda semelhantemente a Camões, fustigam com seu desprêzo e troça as inferioridades morais do desfeito Eldorado. O poeta assinala esta paridade de destinos :

Camões, grande Camões, quão semelhante
Acho teu fado ao meu, quando os cotejo!
Igual causa nos fêz, perdendo o Tejo,
Arrostar c'o sacrílego gigante ;

Como tu, junto ao Ganges sussurrante
Da penúria cruel no horror me vejo;
Como tu, gôstos vãos, que em vão desejo,
Também carpindo estou, saüdoso amante;

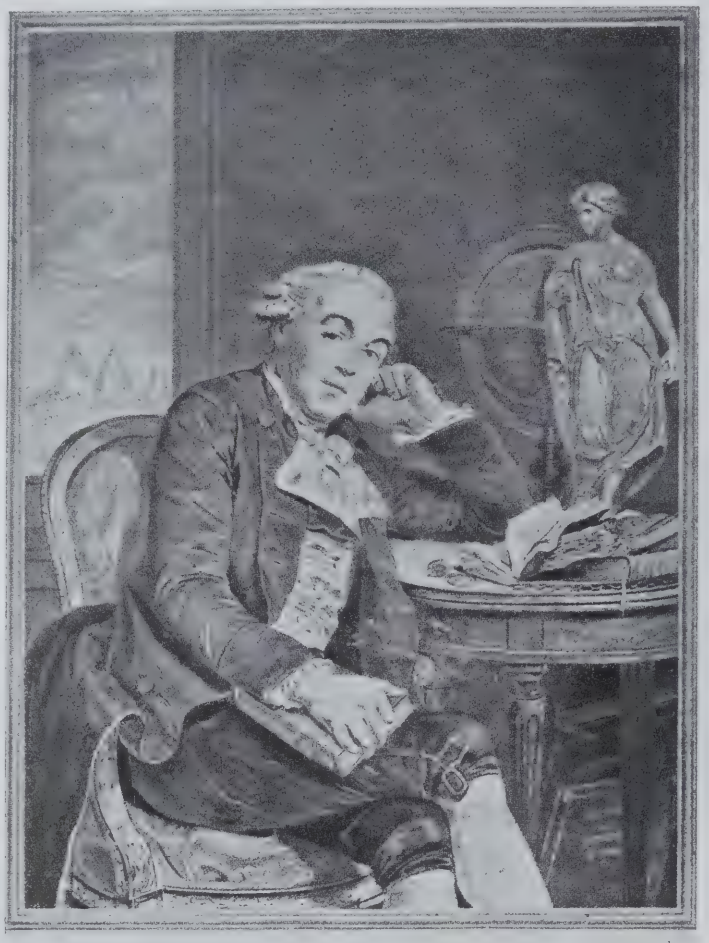
Em Lisboa, foram mais 15 anos consumidos primeiro na vida irregular da boémia, um dos quais na prisão, sob Pina Manique, em virtude da repercussão, na sua lira, dos frémitos da França revolucionária, e por fim, dolorosamente gastos nos trabalhos do grilheta intelectual, obrigado a arrancar da pena de tradutor o magríssimo sustento seu e da irmã. Sátiras veementes alternam, nesta quadra, com as poesias laudatórias e gratulatórias que lhe aliviavam as dificuldades; versos onde ecoa o liberalismo nascente do tempo intercalam-se entre versos de inspiração religiosa; desbocadas facécias fesceninas, que deram o nome do poeta a tôdas as produções escatológicas, embora carregando-lhe de lodo as asas líricas, não o impedem de ascender ao azul puríssimo, lá onde os gritos do seu coração, tantas vezes sangrando, tinham uma harmoniosa limpidez que a nossa sensibilidade distingue de entre o numeroso côro dos poetas de todos os tempos.

Esta vida trabalhada e êste temperamento de funda vibratilidade não podiam deixar de se projectar em seus versos, como

Urdidos pela mão da desven-
[tura
Pela baça tristeza envenena-
[dos.

Bocage é, como êle mesmo diz, *mais propenso ao furor do que à ternura*. Por isto se entenda que é dotado duma *veemência passional* só comparável, dentro do século XVIII, à que estremece a lira de José Anastásio, ou, no século seguinte, à do Garrett das *Fôlhas Caídas*. O amor nestes temperamentos, abre tanto as portas do Inferno como as do Paraíso, sobretudo quando se choca a incompatibilidade da vida boémia com os sonhos conjugais das *Gertrúrias* burguesas. O ciume corrosivo a cada passo é destilado das apreensões e suspeitas que a tirania das convenções inevitàvelmente provoca. O poeta dá a êste sentimento uma expressão singularmente aguda e repetida que a sua biografia fará compreender sincera como poucas:

Gritemos, pois, *frenéticos ciúmes*,
Gritemos outra vez, que dos Aflitos
São triste refrigério os ais e os gritos.



O DUQUE DE LAFÕES, fundador da Academia Real das Ciências

Frenéticos ciumes e até *frenéticas amarguras* — são expressões que, segundo creio, foi êle o primeiro a empregar. Convencido de que

A frouxidão no amor é uma ofensa,

sente-se que o seu modo de viver e exprimir o amor está bem condensada nesta sua quadra:

Vê qual sou, vê qual és, vê que diferença!
Eu decoro, eu praguejo, eu ardo, eu gemo,
Eu choro, eu desespero, eu clamo, eu tremo,
Em sombras a razão se me con-
[densa.

Compreende-se que não só em sua vida amorosa o poeta pusesse esta excedência de ardor meridional. Foi ela que, a-pesar das despreocupações de boémio, lhe abriu o coração e o cérebro aos clamores revolucionários de Além-Pirineus, como foi ela que lhe pôs na sátira literária as inexoráveis durezas de que José Agostinho de Macedo e Curvo Semedo, por exemplo, sentiram a contundência. ¿E não será também nela que encontraremos a explicação da produtividade febril, quando o espectro da miséria lhe rondava a magreza cadavérica?

Esta veemência de que falo não iria bem a um puro temperamento de intelectual. Bocage compraz-se no mundo das formas, por tal maneira que, quando as formas de beleza o repelem, é no mundo das formas macabras, propícias ao arrepio do terror, que êle se detém. Veja-se como se delicia neste quadro campestre de primaveril frescura luminosa:

Olha, Marília, as flautas dos
[pastores
Que bem que sôam, como estão cadentes!
Olha o Tejo a sorrir-se! Olha, não sentes
O zéfiro brincar por entre as flôres?
.....
Que alegre o campo! Que manhã tão clara!
Mas ah! Tudo o que vês, se eu te não visse,
Mais tristeza que a morte me causara.

Assim sucede, de facto, quando o despeito, o ciume, a nostalgia lhe entenebrecem o horizonte. Então, é entre os horrores da existência ou da fantasia que prefere encontrar-se, para mais demoradamente gozar a volúpia da sua excedência sentimental.

Ó retrato da Morte! Ó noite amiga,
Por cuja escuridão suspiro há tanto!
Calada testemunha de meu pranto,
De meus desgôstos secretária antiga!
.....

E vós, ó cortesãos da Escuridade,
Fantasmas vagos, mochos piadores,
Inimigos, como eu, da claridade!

Em bandos acudi aos meus clamores.
Quero a vossa medonha sociedade
Quero fartar meu coração de horrores.

Êstes fúnebres clarões de ultra-romantismo creio que deveremos considerá-los mais como criação espontânea da sua própria veemência emotiva do que como vaga sugestão do lirismo do Norte, bem que seja de 1783 a primeira tradução portuguesa do célebre poema de Young — *Night Thoughts* e êle mesmo haja traduzido um trecho de *Ossian*.

¿Não nos transporta, de facto, aos meados do século XIX êste símbolo plástico por êle criado para o seu gostoso isolamento entre imagens e evocações sinistras?

Velando está minha alma, es-
[curecida,
Envôlta nos horrores da tristeza,
Qual tocha que entre túmulos
[*acesa,*
Espalha feia luz amortecida.

Nenhum poeta português até Bocage tão intensamente havia dado expressão a esta nova forma de emotividade. Há mesmo um soneto que dir-se-ia Antero não haver lido sem arrepio que deixou reminiscências. Eis alguns versos:

Nas horas de Morfeu vi a meu
[lado
Pavoroso Gigante, enorme Vul-
[to;
.....
— Ah! Quem és! — lhe pregun-
[to, arrepiado —
Mereces o meu ódio ou o meu
[culto?
— Sou — me diz — o que 'em sombras te sepulto,
Sou teu perseguidor, teu Mal, teu Fado.

Corres, triste mortal, por minha conta,
Mas.....
.....
Poder vem perto que te mude a sorte;
Lá tens o teu regresso... — E nisto aponta.
Olho rápidamente e vejo a Morte.

Claro que a morte para Bocage nem sempre é o refúgio *perdurável e sagrado*. O *terrível pregão* da eternidade fá-lo tremer, posto que não creia no *Deus do fanatismo e da impostura*...

GRAVURA DO TEMPO representando o abade Correia da Serra e a Academia

A aventura do Ultramar é-lhe causa de nostálgicas tristezas, agravados ciumes de ausência, sempre que evocava o que deixara na pátria e, perante o que encontrava no Oriente, um motivo, permanentemente renovado, de acres ou dolorosas reacções da sensibilidade e dos hábitos. Não é preciso dizer que nem o pitoresco novo da paisagem nem o dos costumes produzem a menor curiosidade num espírito impermeável a tais emoções, pelo forte induto da educação clássica. Natureza, sociedade indiana, seus próprios errores de desertor, sua própria miséria de soldado, tudo se lhe mistura na desolada depressão moral expressa neste soneto:

Já por bárbaros climas entra-
[nhado
Já por mares inóspitos vagante
Vítima triste da fortuna errante,
Té dos mais desprezíveis, des-
[prezado;

Da fagueira esperança abando-
[nado,
Lassas as fôrças, pálido o sem-
[blante,
Sinto rasgar meu peito a cada
[instante
A mágoa de morrer expatriado.

Mas ah! Que bem maior, se,
[contra a sorte,
Lá do sepulcro no sagrado hos-
[pício,
Refúgio me promete a amiga
[Morte!

Vem, pois, ó Nume aos míseros
[propício,
Vem livrar-me da mão pesada
[e forte
Que de rastros me leva ao preci-
[pício.

Sempre o mesmo apêlo à morte, normal em quantos não encontram na vontade energias para a realização da mínima porção dum sonho, tanto mais inacessível quanto menos foi construído na lúcida consciência da capacidade realizadora.

Volta para Portugal. Boémia, polémica e fulgurações do talento que criou o *Tritão*, *Leandro e Hero*, etc., peças líricas das mais belas de tôda a poesia portuguesa. O contágio do espírito europeu tornou-o suspeito à intolerância político-religiosa que tinha em Pina Manique o seu Argus incansável. Bocage cantou a liberdade, a tolerância, os triunfos napoleónicos, se bem que igualmente encontrasse, na sua fácil emotividade de temperamento, entusiasmo para cantar o heroismo de Nelson e indignação contra a morte de Maria Antonieta. A média que disto a maledicência tirava era carga mais que suficiente de libelo.

Em cínico fervor me finge aceso,
Venenoso, mordaz, ímpio me chama,
Diz que o jugo de um rei, de um Deus desprezo.

Comprometido, assim, perante os zelosos defensores da

ordem, é prêso. O cárcere horroriza-o. É o *horrível sepulcro da existência*, onde se debatem as suas *frenéticas impaciências*. A imaginação é o seu algoz. Como Dante, lamenta-se de que ela o força

> ...a que os gostos de algum dia
> Submerso dêste horror no abismo observe.

O ciume visiona-lhe a amante nos braços do rival. O próprio Deus é para êle o *nume sonolento* que o desampara às torturas dum pensamento que se lhe converte em inferno. Mas por entre os apelos para a morte, irrompem os gritos harmoniosos da sua mocidade:

> Nise mimosa, como as gra-
> [ças pura,
> Amável Nise, como as gra-
> [ças bela,
> .....
> Um ai, penhor de cândida
> [doçura,
> Envia ao triste que esmorece,
> [anela,
> Que, em ti cuidando, solitário
> [vela,
> No seio antigo da masmorra
> [escura.

É transferido do Limoeiro para o Santo Ofício, passando depois para o Mosteiro de S. Bento e por fim para as Necessidades, onde esteve algum tempo na simpática companhia dos oratorianos. Liberto em 1798, trouxe da prisão energia que bastou ainda à polémica veemente com Macedo — e para o trabalho aturado das traduções e composições próprias que lhe dão o pão para si e para a irmã, honesta e heroicamente ganho no desconfôrto e na doença.

Aos 40 anos incompletos, a morte ronda-o, obsediante, sem máscara. Desalentos, renúncias, a funda melancolia duma velhice precoce, e às vezes, rápidos fogachos de esperança, lampejos da consciência do próprio valor, vôos de despedida da águia moribunda:

> Cantor que a fronte erguia engrinaldada
> Convosco, idálias corôas, mirto e rosas,
> Que viu por mão das tágides formosas
> De aljôfares a lira de ouro ornada;
>
> Mente de etéreos dons abrilhantada
> Que, sôlta em produções louçãs, pomposas,
> Surgiu, voou com asas luminosas
> Ante o bando que vai de rôjo ao nada,
> .....
> Seu fado o fulminou, bateu-lhe o raio.

Foi, de facto, fulminado. O Bocage da última fase é uma doce figura resignada, que se reconcilia com os inimigos — Macedo, Semedo, etc., e que, olhando amarguradamente um passado em tão grande desvio do seu ideal moral, arranca da lira notas duma pungente gravidade inaudita, que andam na memória de todos.

> Deus, oh Deus!... Quando a morte a luz me roube
> Ganhe um momento o que perderam anos
> Saiba morrer o que viver não soube.
> .....
> Eu me arrependo. A língua
> [quási fria
> Brade em alto pregão à mo-
> [cidade
> Que atrás do som fantástico
> [corria:
>
> Outro Aretino fui... A santi-
> [dade
> Manchei!... Oh! Se me cres-
> [te, gente impia,
> Rasga os meus versos, crê
> [na eternidade.

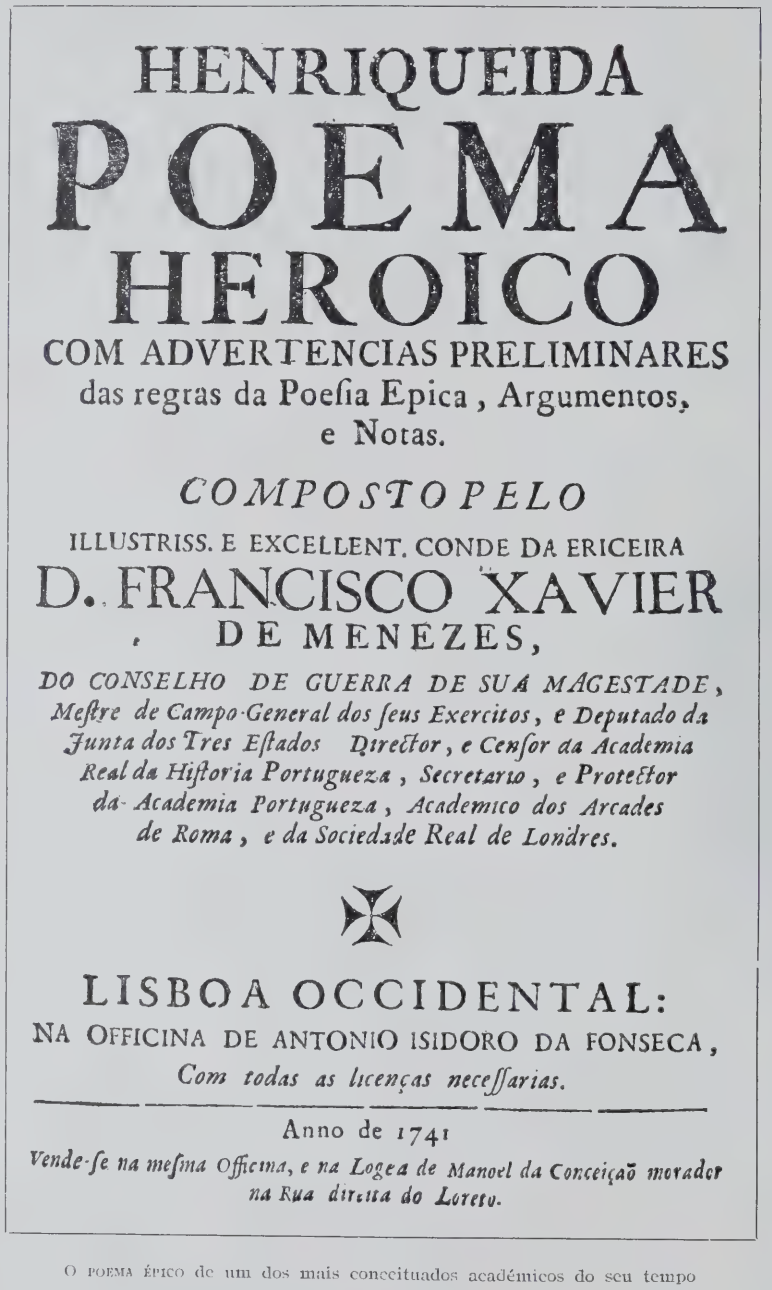
A notícia da morte de Bocage, em 1805, teve em Paris um eco doloroso e harmonioso, no epicédio que lhe consagrou *Filinto*, o poeta e o crítico mais respeitado do tempo, que já lhe havia festejado o génio em termos que o fizeram exclamar, confiado em que um louvor de *Filinto* era a sua consagração:

> «Zoilos, tremei! Posteridade, és minha!»

Filinto, como arcàdicamente o baptizou D. Leonor de Almeida, a quem êle em troca deu o nome poético de *Alcipe; Filinto Elísio*, como depois do exílio preferia assinar, em homenagem saüdosa a Lisboa, a amada *Lísia*, era o

P.e Francisco Manuel do Nascimento,

filho dos amores sem sacramento duma linda varina lisboeta e do fragateiro João Manuel, depois elevado a Patrão-Mor, o que o habilitou a elevar o filho a *clérigo de missa*. O jóvem presbítero, na sinecura da tesouraria da Igreja das Chagas, seria o tipo do *petit Abbé*, se não herdasse do pai o arcaboiço e as rudezas de temperamento. Lia os poetas latinos, Horácio sobretudo, mais do que o *Livro de Horas*. É de aqui como do ancestral vigor lhe vem a antipatia pela dessorada poesia da época, antipatia que logo à sua entrada na vida literária o leva, com o *Grupo da Ribeira das Naus*, que em seu tôrno se forma, a nutrir um vivo tiroteio satírico contra a *Arcádia*, reali-


HENRIQUEIDA
POEMA
HEROICO
COM ADVERTENCIAS PRELIMINARES
das regras da Poeſia Epica, Argumentos,
e Notas.
COMPOSTO PELO
ILLUSTRISS. E EXCELLENT. CONDE DA ERICEIRA
D. FRANCISCO XAVIER
DE MENEZES,
DO CONSELHO DE GUERRA DE SUA MAGESTADE,
Meſtre de Campo-General dos ſeus Exercitos, e Deputado da
Junta dos Tres Eſtados Director, e Cenſor da Academia
Real da Hiſtoria Portugueza, Secretario, e Protector
da Academia Portugueza, Academico dos Arcades
de Roma, e da Sociedade Real de Londres.
LISBOA OCCIDENTAL:
NA OFFICINA DE ANTONIO ISIDORO DA FONSECA,
Com todas as licenças neceſſarias.
Anno de 1741
Vende-ſe na meſma Officina, e na Logea de Manoel da Conceiçaõ morador
na Rua direita do Loreto.

O POEMA ÉPICO de um dos mais conceituados académicos do seu tempo

Retratos
de
Manuel Maria Barbosa du Bocage
e
do Padre José Agostinho de Macedo

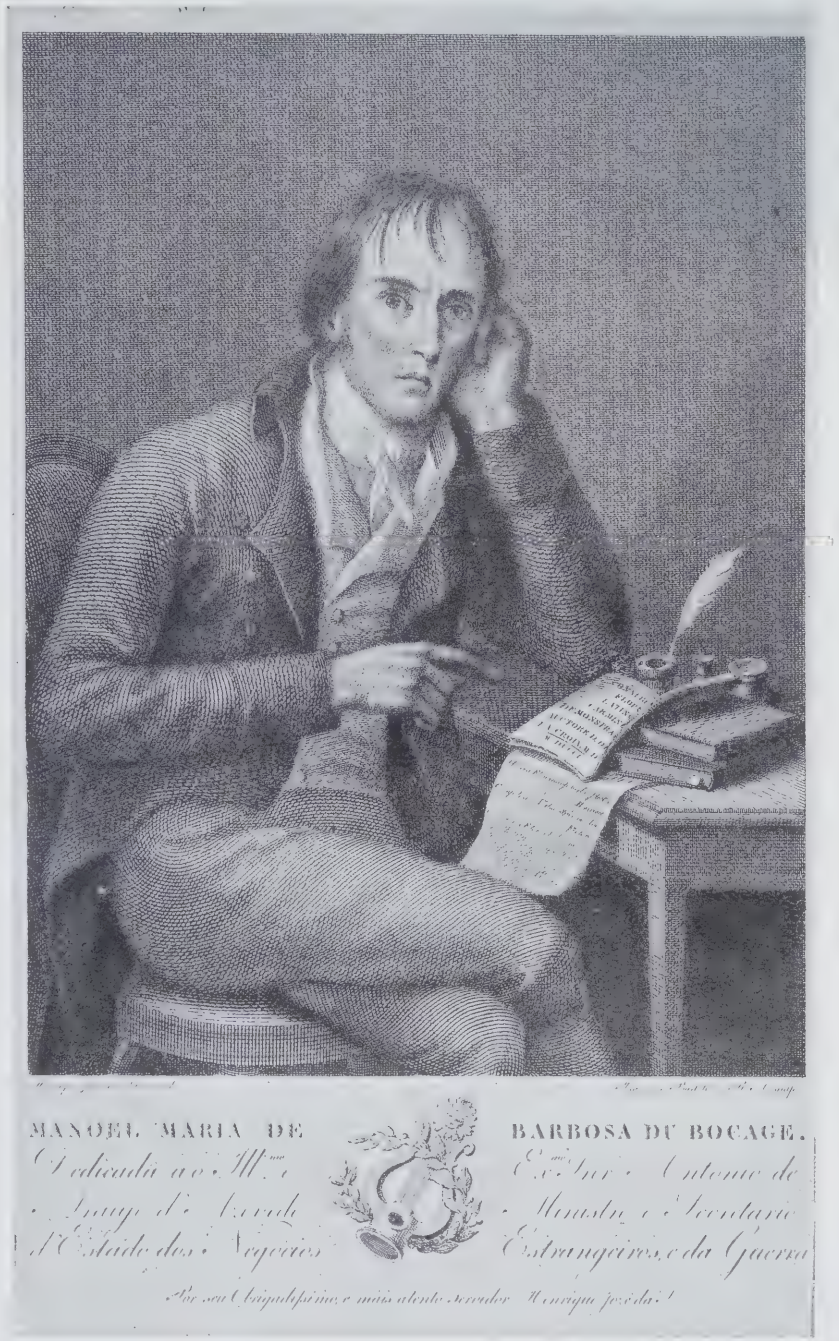
(Da colecção de Martinho A. da Fonseca)

Retratos fidedignos, pois são da vida dos retratados, o primeiro é gravura de Francisco Bartolozzi, e composição de Henrique José da Silva, e o segundo, uma litografia do truculento padre Macedo, na idade de 62 anos, datada de 1828. São duas obras primas que mostram bem a psicologia dos retratados. No grande poeta, que foi Bocage, o condenado pela doença que o vitimou. No padre rotundo, o lutador tenaz que encheu o seu século de ódios, querelas e rancores.

POEMA

e

do Padre Jose Agostinho de Macedo



Manuel Maria Barbosa du Bocage e o Padre José Agostinho de Macedo

zadora dum classicismo que era um quási apagado eco da lírica forte e bela dos romanos dos tempos áureos.

Todavia, em mais finas e doces ocupações passava o poeta os seus longos ócios. No locutório do convento das Albertas, em Chelas, dava lições de latim a D. Leonor de Almeida, filha dos Marqueses de Alorna, e lições de música a sua irmã D. Maria, estas últimas interrompidas de longos diálogos terníssimos, ora tecidos pelos lábios ardentes ora pelos olhos enfeitiçados. Bem diferente da complacência habitual da Madre Abadessa, benévola com as pupilas que a sanha de Pombal contra a avó, marquesa de Távora, lhe confiara, era a áspera indignação do pai, que na sua clausura do forte da Junqueira adivinhava êstes arrulhos, numa crescente antipatia pelo galante coroado — e o que era pior, de tão baixa e suja origem. Esta antipatia mais tarde não haveria de ser estranha às perseguições de que o poeta foi vítima.

O diálogo prolonga-se nas ausências, em versos ao sabor do tempo, que também ela é poetisa :

Eu sou feliz, que mereci a Dafne
Dôces versos por sua mão escri-
[tos.
. . . . . .
Feliz quem bebe a meiga melodia
Do teu suave canto!

Por ela inspirado, o clérigo enamorado desfere no plectro, para a cantar, os acentos líricos da mais branda música e delicada inspiração de que é capaz :

Qual corrente de linfa cristalina
Dos alpestres rochedos debru-
[çada,
Beija a raiz a faia levantada,
Salpica a fôlha à rosa purpurina ;

Já rasgando em meandros a cam-
[pina,
Ora foge, ora volta, obra abra-
[çada
Ao pé do tronco amante, enamo-
[rada
Se demora, que Amor assim lho
[ensina ;

Tal desce a minha Márcia aquele
[outeiro,
Mais cândida que a espuma da corrente,
Vindo a Filinto, seu amor primeiro ;

E ora esquiva, ora meiga me consente
Ou nega um beijo, um furto aventureiro,
Reclinada em meus braços, brandamente.

FR. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA (Bib. de Évora) Da *Hist. de Portugal* de M. Pinheiro Chagas

Filinto, todavia, não se ergue por esta época além desta poesia de beleza puramente formal. Horácio é o seu guia e está em fielmente o imitar todo o seu empenho.

A discípula precedeu-o, porém, como veremos, na realização duma poesia feita, não de reminiscências livrescas, por um frio engenho cerebrino, mas de reais estados de alma, por uma sensibilidade dolorida.

É essa a poesia que êle vai elaborar no exílio, para onde fugiu às garras do Santo Ofício. Depois de curta estada na Holanda, como secretário do embaixador, volta para a França, onde até à morte, em 1819, lhe decorre uma vida de pobreza quási miserável, parte da fortuna tendo-lha sequestrado o Santo Ofício e parte tendo-a perdido na quebra do banqueiro parisiense onde a depositara. Defendia-se da fome pela pena de tradutor e de professor de português, tendo tido como discípulo Lamartine, que lhe consagra uma ode, bela e sentida.

A mansarda de Paris, todavia, é o centro de reünião de todos os emigrados. Correia da Serra, Ribeiro Sanches, Lourenço de Gusmão, etc., ali vão celebrar-lhe o aniversário do dia em que nasceu — e o do dia em que evitou a morte, pela fuga à Inquisição.

O poeta é querido e respeitado, porque é afabilíssimo com os amigos, generoso até com os rivais, generoso no próprio ódio aos *Naires* e aos *Bonzos*, nobre no seu altivo sofrimento e comovedor na sua permanente saüdade da pátria, que, todavia, se não resolve a abrir-lhe a fronteira, cuidadosamente calafetada, mesmo depois de Pina Manique, contra o espírito revolucionário que uma ou outra vez lhe inflamava a inspiração. A sátira político-religiosa em que esta florescia é da mais veemente que em Portugal se tem escrito. Nunca a poesia dera uma expressão assim forte às nobres cóleras do coração!

Filinto está convencido, como os intelectuais do seu tempo, de que a *Verdade*, como um *límpido ribeiro*, ao descer do *plácido monte divino*, a breve trecho é encanudada pelas *censuras procaces, pelas masmorras e fogueiras.*

Mas eis que se ergue em França
A esquiva tempestade, ameaça-
[dora,
Das despóticas frentes...
Já roncam os trovões, já raios
[rasgam
O núbilo regaço
E já nos ares pesam os chuveiros
Que hão-de inundar a Europa...

Êsse ódio à tirania, de que é vítima, a cada passo lhe tempestua nas páginas. Mas a fôrça expressiva que nelas tanto se adapta à veemência sentimental que lhe trabalha o mundo interior, também vigoriza, bem que em acentos infinitamente mais harmoniosos, a parte da sua lírica mais pessoal, aquela em que canta as mágoas da sua nostalgia de exilado :

Ai daquela ave que do ninho ausente
Deslisa o vôo por estranhos ares,
Que se queixa e não vê ao seu queixume
Vir compassiva rôla!

Poesia pessoal como raro se escrevia no seu tempo, convivemos, lendo-a, com o poeta exilado, visitamos o seu lar quási sempre sem pão e sem lume, onde mais não vemos que

...dois tições negros
Que se roçam, se beijam, se abraçam
Na ânsia de tomar fogo.

Acompanhamo-lo nos passeios solitários pelas *tácitas alamedas do Luxemburgo* e somos permanentes, comovidas testemunhas duma vida em que,

Vazia a bôlsa, a guarda-roupa nua,
Passava sem lume as noites desabridas,
E os dias de mesquinhos alimentos
De acerbíssimas lágrimas molhados.

Um facto lhe dá um vivo orgulho — labareda interior que lhe aquece a vida — uma selvagem alegria de lobo faminto mas livre :

Sofri desterros, fomes e misérias
De quem dobrões não roda em terra estranha,
Perdi amigos e mui meigas damas
Na saüdosa pátria.
Mas falei sem mordaça inquisitória,
Envolvi sem temor malsins censórios,
Dei dois trinques bem rijos para os Bonzos
E mais dois para os Naires.

Não o impede, contudo, êste orgulho de sentir, como ninguém o havia tão fundamente sentido antes dêle, o *taedium vitae*, expresso neste grande grito de alma rude, esmagada mas revoltada :

Que vim eu cá fazer? Papel de parvo!
.....
Que me valeu viver? Prendesse-me antes
Em seu esconderijo o Nada!

Êstes versos como diferem dos elegantíssimos versos de Bocage, em situação anàlogamente dolorosa! Bocage herdara, no sangue impetuoso, delicadezas que os pais não haviam podido transmitir a Francisco Manuel. Eis, porventura, uma das explicações da diferença entre os chamados *filintismo* e *elmanismo*.

Digamos, a propósito, ràpidamente, qual o conceito que Filinto Elísio tem da poesia :

Está o poeta convencido de que, na *era filosófica* por antonomásia, à poesia apenas cumpre acrescentar à utilidade da prosa o deleite da música, da expressão escolhida, que caracteriza o verso. Só é bom o verso que, convertido em prosa, mantenha, pelo conteúdo e pela fôrça da elocução, mais que pela rima ou música, o poder de impressionar e interessar.

O que cumpre, portanto, é vigorizar a língua, renovando-a,

LISBOA
REEDIFICADA,
POEMA EPICO,
SEU AUTHOR
MIGUEL MAURICIO
RAMALHO,
LISBONENSE.
LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.
ANNO M.DCC.LXXX.
Com licença da Real Meza Censoria. Nº 6
Vende-se na loja de Domingos José Fernandes, na Rua Nova de ElRei.

UM POEMA ÉPICO sôbre o terremoto e a reedificação de Lisboa

para que deixe de ser a *língua bruta, ôco-ribomba ou freira* ou a *mal alinhavada francesia dos casquilhos*, disfarçando os defeitos com *cascaveis de guapos consoantes*. Tal renovação deveria ser feita à custa da língua latina e da de quinhentos, formada quando

...os claros lumes do alto Pindo
Queimavam fezes godas e mouriscas.

Frase *concisa, ornada e culta*. A obscuridade dos hiperbatos não lhe faz mal. O que nela houver de imprevisto ou difícil como expressão será mais um excitante para a atenção sonolenta. Para tais qualidades, é preciso o domínio do vocábulo :

Quanto mais ferramenta tem o mestre
Mais fáceis, mais subtis prefaz as obras.

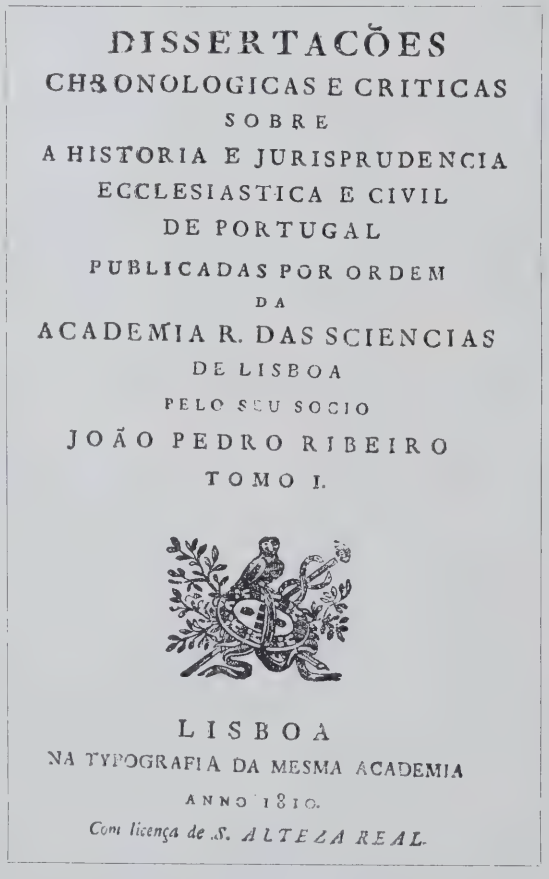
Pelo que respeita à técnica poética, nada de atenuar a valentia da expressão pela tirania da rima. Quantas vezes, *ao romper como uma aurora, na alma do poeta, a luzida ficção*, a rima *sarrazina, emperrada*, lhe deita um *véu de esquecimento*,

Que chupa, que desbota, que desmancha
A polpa, a côr, o fio bem traçado...

Liberta de tal tirania, a poesia pode, na ode, por exemplo, embriagar-se de entusiasmo, delirar, longe do trilho vulgar do discurso lógico :

...Tu só podes,
Feliz Delírio, eternizar os cantos
Dos mestres da alta lira!
.....
O espírito segue Apolo, a ovelha o trilho,
O estilo impetuoso duma ode
Atropela, não pisa; esconde a estreia,
Que talhou, despedida a turvos olhos.

Versos longe da *dicção trivial*, de *meneio marcial*, de onde respire antes *cheiro de pólvora que de almíscar*, não muito trabalhados para não perderem a fôrça e a graça nativas, bem que realizados num esfôrço permanentemente guindado — eis os versos que o encantam e procura realizar. Eis os versos que entusiasmam a geração cujo gôsto Garrett define em 1825, no prefácio da *Lírica de João Mínimo*.


DISSERTAÇÕES
CHRONOLOGICAS E CRITICAS
SOBRE
A HISTORIA E JURISPRUDENCIA
ECCLESIASTICA E CIVIL
DE PORTUGAL
PUBLICADAS POR ORDEM
DA
ACADEMIA R. DAS SCIENCIAS
DE LISBOA
PELO SEU SOCIO
JOÃO PEDRO RIBEIRO
TOMO I.
LISBOA
NA TYPOGRAFIA DA MESMA ACADEMIA
ANNO 1810.
Com licença de S. ALTEZA REAL.

A MAIS VALIOSA OBRA de João Pedro Ribeiro. Ainda hoje única no seu género

Bocage opõe à alpestre rudeza do *filintismo*, a fôrça mesurada, a energia helénica do seu *elmanismo*. Sem imprevistas ressurreições vocabulares quinhentistas, sem hiberpatos tão freqüentes como em Filinto e até, às vezes, por delicadezas de gôsto artístico, com discretas simetrias de construção, paralelismos poéticos de graça feminina, Elmano realizou uma poesia que, com menos novidade e vigor de imagens, não o impediu de dar ao drama da sua vida interior uma expressão tão impressionante como a de Filinto, mas infinitamente mais grata à sensibilidade do nosso tempo.

Divergentes em questão de forma, eram, por muitos aspectos, bem parecidos. Pelo que de vida moral meteram na frieza das formas arcádicas, pelas traduções em que nos puseram em contacto com aspectos novos da sensibilidade estética (Bocage traduzindo Delille, Bernardim de Saint-Pierre, tradução que, todavia, deixou inédita, e até Ossian ; Filinto fazendo-nos conhecer Wieland e Chateaubriand), por tudo isto, dizia eu, bem os podemos considerar os dois maiores preparadores do ambiente intelectual em que triunfará, sem dificuldades, a obra romântica de Garrett. Mas o passo mais audacioso neste sentido, deu-o

D. Leonor de Almeida,

4.ª Marquesa de Alorna, a célebre *Alcipe*.

Aproximemo-nos desta curiosa figura de mulher e de escritora, a quem Herculano, pelo muito que lhe queria e lhe devia, mas também pelo muito que a admirava, chamou, por ocasião da sua morte em 1830, a *Staël portuguesa*.

Diogo Barbosa Machado — Abade de Sever e príncipe dos bibliógrafos portugueses

Foi, como sua irmã D. Maria, como seus pais, D. João de Almeida Portugal e D. Maria de Lorena, filha dos Marqueses de Távora, vítima da sanha de Pombal, contra os que tentavam deminuir uma omnipotência que ardia em zelos despóticos, na mesma medida em que fremia nos entusiasmos renovadores a que devemos a integração de Portugal na Europa culta.

Alcipe, bem que enclausurada no convento de Chelas, desde 1758, ano do atentado contra D. José, manteve-se em contacto cada vez mais íntimo com a cultura europeia do tempo. As cartas escritas a seu pai, homem inteligente e culto, dão-nos conta das suas leituras, feitas numa ansiosa curiosidade intelectual que não hesitava ante as cominações do *Index* nem as do confessor, com quem, aliás, discutia.

A poesia de Alcipe realizada no convento é curiosa, porque, a par de muita composição feita segundo as consabidas receitas arcádicas, há poesias cheias da realidade moral que ela vivia. Uma poesia singularmente significativa sob tal ponto de vista, é aquela em que Alcipe responde a um madrigal de Filinto. O poeta horaciano concebe um entendimento entre as deusas rivais, Palas, Juno e Vénus, temerosas da celebridade de Alcipe, que triunfa da sua. Esta responde ao madrigal, que é um caramelo de doçura e frieza, com uma composição que sabe às lágrimas com que na ocasião velava a mãi enferma, como ela encarcerada em Chelas :

Ah! Filinto, que versos ma-
[goados
Agora vão nascer bem triste-
[mente,
De uma lira cercada de cuidados,
Que inda o céu por piedade me
[consente!
.....
Giram meus ais em tôrno a um
[triste leito...
Pálida vejo a Mãi...

A discípula precedia assim o mestre na elaboração de uma poesia que, em vez de ser um entretenimento sibarítico da imaginação, era antes uma sublimação pela arte dos sorrisos e das lágrimas da vida — das lágrimas, principalmente.

Uma vez liberta da clausura, Alcipe, pelo casamento com o Conde de Oyenhausen, austríaco que acompanhara Lippe a Portugal, colocou-se em condições de receber fecundas influências de todos os pontos do quadrante. Percorre a Espanha e a França, onde freqüentou os salões dos Necker, já nêsse tempo iluminados pelo talento de sua filha, a futura M.me de Staël, passou pela Alemanha e instalou-se na côrte austríaca, onde o imperador José teve para com a espôsa do *Ministro Enviado* de Portugal — pois tal era a situação do Conde — as provas da melhor deferência. De volta para Portugal, a Condessa de Oyenhausen, cultíssima, viajada, poetiza com a sensibilidade fecundada, afinada por poetas alemães, ingleses, franceses, italianos, todos os quais conhecia na própria língua, reüne nos seus salões de Benfica quanto Lisboa contém de mais ilustre, desde o sábio Correia da Serra ao mundano Conde de Sabugal, ali tendo Herculano, ainda muito novo, recebido a sua iniciação literária e sido contagiado do gôsto pela poesia romântica do Norte. Até que é expulsa de Portugal por Pina Manique, indo para a

Inglaterra, onde passou uma vida de dificuldades financeiras e desgostos domésticos, de que nos dão conta as cartas publicadas.

De volta para Portugal em 1814, procura reabilitar o irmão D. Pedro, cuja cabeça havia sido posta a prémio como comandante da legião que acompanhara Napoleão à Rússia e veio a Portugal incorporada no exército invasor de Massena. Consegue-o, finalmente, herdando-lhe os bens e o título paterno.

A obra de Alcipe foi realizada sôbre a pressão de meios absolutamente opostos e, por isso, encontramos nela, ao lado da poesia perfeitamente *arcádica*, poesia já audaciosamente *romântica*. Isto, além da poesia *pessoal*, que escreveu apenas sob o comando das próprias emoções duma vida como poucas trabalhada.

BOCAGE (gravura de uma das edições do seu tempo)

No meio conventual em que viveu, se no ponto de vista das ideias conseguiu o milagre de se pôr em contacto com o espírito europeu, representado por Voltaire, Diderot, Buffon, etc., também no que respeita a formas de arte a vemos familiarizada com Young, através de Letourneur, com certeza, bem que seja com poetas horacianos que, sobretudo, mantém convivência.

Vinha a propósito dedicar algumas páginas ao grupo de poetas da convivência de Filinto e Alcipe, sobretudo aos que se reüniam no locutório do convento das Albertas, em Chelas: Fr. Tomé do Coração de Jesus *(Almeno)*; Fr. Alexandre da Silva *(Sílvio)* o tio de Garrett; o Dr. António Ferreira Barroco *(Albano), em cujos beiços canta Filomena;* o Dr. Domingos Maximiano Tôrres *(Alfeno Cíntio)*, êste, sobretudo, alma simpática e melancólica, lealíssimo amigo de Garção, prêso, e que ao grupo que formava com *Albano* e *Filinto*, dedica a écloga *Os Pomareiros*, que às deusas tutelares, respectivamente, *Alcipe* e *Dafne*, ofertam, *apenas raia a aurora, as maduras primícias dos pomares...* Mas o espaço é limitado. Reatemos:

Bem que iniciada sob a inspiração arcádica, a obra de D. Leonor de Almeida é das mais abertas à influência estrangeira — e das mais estremecidas de emoção pessoal.

Nas cartas em que discute com o pai, intransigentemente setecentista, os seus pontos de vista literários, Alcipe, discípula de Filinto e seguindo a corrente de La Motte, insurge-se contra a rima, citando o dístico:

Maudit soit le premier dont la verve insensée
Dans ces bornes étroits renferme la pensée.

Em verso branco, de facto, realizou uma boa parte da sua obra, e nela quási tôdas as numerosas traduções — *Salmos, Ossian, Oberon*, de Wieland, *Arte poética*, de Pope, *Seasons*, de Thomson, etc. —, assim como o longo poema *Recreações botânicas*, que dedica às senhoras portuguesas, convencida, como José A. de Macedo, como Delille, como os numerosos autores de *poemas didáticos* desta *era filosófica*, de que

Da verdade nasceram ficções lindas
Que, sem desfigurá-la, aos Vates servem
Para orná-la dos trajos mais modestos;
E as musas, cujos cofres esgotados
Pela Grécia já pobres se julgavam,
Incógnitos tesouros descobriram.

Traduziu ou imitou, porém, em graciosas redondilhas ao gôsto tradicional, várias poesias alemãs, entre elas de Burger e Goethe, assim como em redondilha escreveu, já mesmo em Chelas, aquela poesia de gôsto tão romântico dedicada a uma freira:

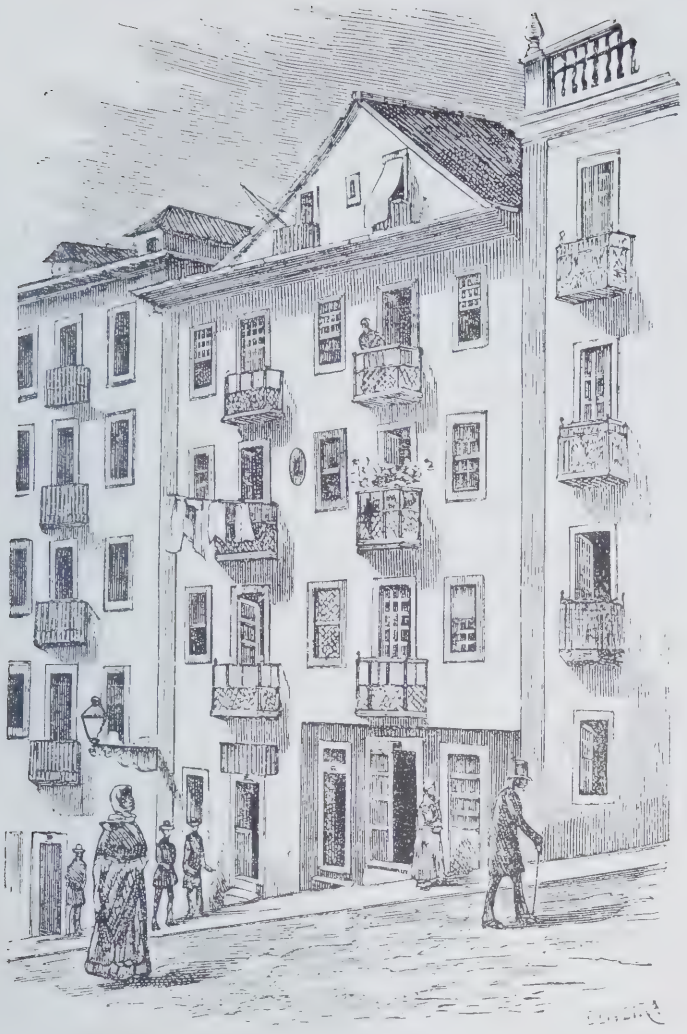
Quando em silêncio adormecem
Todos os sêres mortais
Ligeiros à tua porta
Vôam saüdosos meus ais.

São igualmente em redondilha tôdas as composições que ela separa na sua obra sob a designação de *Cantigas*, tôdas duma graciosa simplicidade de idealização e forma, consagradas a cantar estados subjectivos sem complicação nem exaltação, em geral suavemente melancólicos, mas aqui e além acidulados de leve ironia.

Uma *cantata* feita a propósito duma visita ao túmulo do marido é perfeitamente romântica, no sentimento que a repassa, na estrutura estrófica como em todos os valores expressivos, todos convergindo para a sugestão da sombra, de onde a visão poética ressuscita, como uma breve aparição, a figura do morto:

Aquele outeiro sombrio
Está de névoa coberto;
Escorre entre canas, perto,
Fraco e murmurando, um rio.
Naquele negro pinhal,
Como tocha funeral,
Brilha modesta candeia
Que ao pastor pobre alumeia
Com a luz embaciada.
Vem por corvos arrastada
A Tarde.
A luz apenas das estrêlas arde!...
Que pavor
Espalha em todo o campo a minha dôr!

Não é apenas pela utilização de tais valores estéticos que o nome da Marquesa de Alorna merece especial destaque.



Casa onde nasceu Nicolau Tolentino, na Calçada de Santo André, n.os 28 e 30, em Lisboa

É também porque, antes de Filinto e de Bocage, a sua lira deu *expressão directa* a estados de alma comovida.

Percorrendo-lhe a obra, a cada passo nela nos impressionam as amarguras da sua vida de prisioneira, episódios do drama que a família vivia, suas revoltas contra a tirania de que era vítima. Escreve Alcipe:

A dor que hoje me rasga o peito aflito
É quem fere também a fraca lira;
E os frouxos sons que terna te repito
São menos sons do que ais de quem suspira.

Mas não só a dôr a inspira. A sua alma, varonil pela ascendência e pela têmpera que recebeu da vida, é capaz de sentimentos de mais forte vibração. A *Epístola a Filinto, a respeito de uma ode que lhe mandaram fazer e fêz ao Marquês de Pombal*, por exemplo, é notável como jacto vivo de máscula indignação, não perdendo o calor originário na severidade clássica em que se molda:

Mas se um vate sublime, revolvendo
Da escura antigüidade os casos vários
Em Sócrates Anitos convertendo
Chama a Sejanos-Solons, Belisários;

Que fruto tira o justo quando grita?
A cadeia dos êrros dilatada,
Fabricada por homens, necessita
Ser por fôrças de um Deus despedaçada.

Se esta nota interessa ao analista de caracteres eminentes, o que acima de tudo chama a atenção do historiador da literatura é o que à sua actividade literária, realizada pelos seus escritos e pela brilhante convivência dos seus salões, deve a preparação do Romantismo.

Quando apareceram as primeiras obras românticas de Garrett, o seu triunfo não foi difícil. Além do génio literário que as impunha, havia no leitor português, por virtude de tôda a infiltração de ideias, sentimentos e formas que vinham dos últimos tempos do século XVIII, uma viva apetência de qualquer coisa de mais vivo e de mais profundo, de mais perto da natureza e mais perto da alma, apetência que o Romantismo veio satisfazer.

O PADRE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

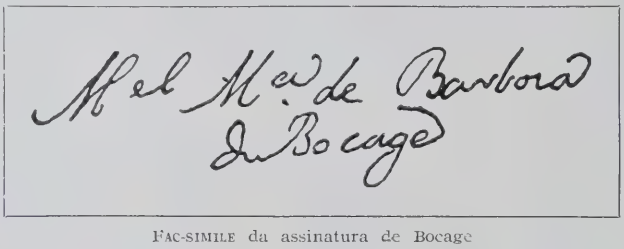
BIBLIOGRAFIA — *O Oriente* (poema) — Lisboa, 1814, 2 vols.; 2.ª ed., Lisboa, 1827; 3.ª ed., Pôrto, 1854; *Gama* (Poema narrativo) — Lisboa, 1811; *A Creação* (poema) — Lisboa, 1865; *A Meditação* (poema filosófico) — Lisboa, 1813; 2.ª ed., Lisboa, 1818; 3.ª ed., Pernambuco, 1837; 4.ª ed., Pôrto, 1854; *Newton* (poema) — Lisboa, 1813; 2.ª ed., Lisboa, 1815; 3.ª ed., Rio de Janeiro, 1849 (no jornal *O Iris*); 4.ª ed., Pôrto, 1854; *Viagem extatica ao templo da sabedoria* (poema) — Lisboa, 1830; 2.ª ed., Pernambuco, 1836; 3.ª ed., Braga, 1841; 4.ª ed., Pôrto, 1854; *A Natureza* (poema) — Lisboa, 1846; 2.ª ed., Pôrto, 1854, *Contemplação da Natureza* (poema) — Lisboa, 1801; *O Novo Argonauta* (poemeto) — Lisboa, 1809; 2.ª ed., Lisboa, 1825; *Os Burros ou o Reinado da Sandice* (poema heroe-comico-satyrico) — Paris, 1827; 2.ª ed., Paris, 1835 3.ª ed., Lisboa, 1837; 4.ª ed., Pôrto, 1892; *A Lyra anacreontica* — Lisboa, 1819; 2.ª ed., Lisboa, 1835; 3.ª ed., Pernambuco, 1836; *Ode sobre a verdadeira felicidade, dirigida ao Sr. Manuel Maria Barbosa du Bocage* — Lisboa, 1791; 2.ª ed., 1850; *Ode augurando a regia successão no throno Lusitano* — Lisboa, 1792; *Ode pindarica ao feliz successo das Armas portuguezas, que auxiliam as de Hespanha contra a França* — Lisboa, 1794; *Ode ao invicto Wellington* — Lisboa, 1813; *Ode á ambição de Bonaparte* — Lisboa, 1813; *Ode, ao principe Kutusow, pela batalha de Berodino* — Lisboa, 1813; *Ode a sua Magestade Imperial Alexandre I, o Triumphador* — Lisboa, 1813; *Ode a Sua Magestade Imperial Alexandre I, o Triumphador, pelo Decreto em que determina se edifique em Petersburgo hum Templo a Deos, em reconhecimento das victorias que alcança* — Lisboa, 1813; *Elegia á sentidissima morte*

Casa onde morreu Nicolau Tolentino, em Lisboa, Rua dos Cardais de Jesus, n.º 35 (hoje 25)

CASA ONDE NASCEU BOCAGE, em Setúbal, na rua de S. Domingos, 17 e 18

CASA ONDE BOCAGE FALECEU, em Lisboa, na Tr. André Valente, 23 e 25

do ill.mo e ex.mo sr. D. José Thomaz de Menezes — Lisboa, 1790; *Epicedio na morte do ill.mo e ex.mo Sr. D. João Pedro de Mello...* — Lisboa, 1791; *Epicedio na morte do ill.mo e ex.mo Senhor D. João Anoberto de Noronha, conde de S. Lourenço...* — Lisboa, 1804; *Epicedio na morte de Manuel Maria Barbosa du Bocage*—Lisboa, 1806; *Epistola ao Senhor Stokler sobre a Viagem aerea do capitão Vicente Lunardi* — Lisboa, 1796; *Epistola a sua excellencia Lord Wellington...*—Lisboa, 1813; *Epistola ás grandes Potencias alliadas, na passagem do Rheno* — Lisboa, 1814; *Epistola ao sr. João de Figueiredo Maio e Lima...* — Lisboa, 1815; *Epistola de Manoel Mendes Fogaça...* — Lisboa, 1822; *Satira a Manuel Maria Barbosa du Bocage* — Lisboa, 1848; *Branca de Rossis* (tragédia) — Lisboa, 1819; *D. Luiz d'Ataide, ou a Tomada de Dabul* (drama heroico) — Lisboa, 1823; *A Impostura castigada* (comédia em 3 actos) — Lisboa, 1822; *O Sebastianista desenganado á sua custa* (comédia) — Lisboa, 1823; *Clotilde ou o Triumpho do Amor Materno* (drama em 3 actos) — Lisboa, 1841; *O Vicio sem mascara, ou o Filosofo da Moda* (pequeno drama) — Lisboa, 1841; *O Preto sensivel* (drama) — Lisboa, 1848; *O Voto* (elogio dramatico nos faustissimos annos do Principe regente nosso senhor...)—Lisboa, 1814; *A volta de Astria* (drama allegorico) — Lisboa 1829; 2.ª ed., 1829; 3.ª ed.; *Apotheose de Hercules* (elogio dramatico)—Lisboa, 1830; *A Verdade ou Pensamentos filosoficos sobre os objectos mais importantes á Religião e ao Estado* — Lisboa, 1814; 2.ª ed., Lisboa, 1828; 3.ª ed., Pernambuco, 1837; *O Homem; ou os limites da Razão* (tentativa filosólica) — Lisboa, 1815; *Refutação dos principios metaphysicos e moraes dos Pedreiros-livres illuminados*— Lisboa, 1816; *Demonstração da existencia de Deos* — Lisboa, 1816; 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1845; *Sermão de acção de graças ao Omnipotente pelo beneficio da Paz geral* — Lisboa, 1802; 2.ª ed., Lisboa, 1814; *Sermão das Dores de Nossa Senhora* — Lisboa, 1813; 2.ª ed., Lisboa, 1829; *Panegyrico de S. Francisco Xavier* — Lisboa, 1826; *Sermão na festividade da instituição da real Ordem de Santa Isabel* — Lisboa, 1819; *Sermão prégado na real casa de Santo Antonio na grande festividade que o illustrissimo e excellentissimo Senado da Camera de Lisboa fez pela restauração d'este reino a 28 de Setembro de 1808* — Lisboa, 1809; *Sermão prégado na egreja de N. Senhora dos Martyres a 23 de Novembro de 1808, por occasião da festividade na feliz restauração d'este reino* — Lisboa, 1809; 2.ª ed., Lisboa, 1814; *Sermão de preces pelo bom successo das nossas Armas, contra as do tyranno Bonaparte na terceira invazão deste reino* — Lisboa, 1811; 2.ª ed., Lisboa, 1814; *Sermão sobre o espirito de seita dominante no seculo XIX*—Lisboa, 1811; 2.ª ed., Lisboa, 1828; *Sermão contra o filosofismo do seculo XIX* — Lisboa, 1811; 2.ª ed., Lisboa, 1828; *Sermão em quarta-feira de cinza...* — Lisboa, 1813; 2.ª ed., Lisboa, 1827; *Sermão de acção de graças pelo milagroso restabelecimento da felicidade da Europa* — Lisboa, 1814; *Sermão de acção de graças pelo milagroso beneficio da Paz geral da Europa* — Lisboa, 1814; 2.ª ed., Lisboa, 1814; *Sermão sobre a verdade da religião catholica* — Lisboa, 1819; *Sermão de Magdalena...* — Lisboa, 1820; *Sermão de acção de graças pelo feliz regresso de S. Magestade...*—Lisboa, 1821; 2.ª ed., Lisboa, 1821; *Sermão de acção de graças pelo restabelecimento da monarchia independente* — Lisboa, 1823; *Sermão do primeiro domingo do Advento* — Lisboa, 1824; *Oração funebre que nas exequias do ill.mo Barão de Quintela...* — Lisboa, 1818; *Oração funebre recitada nas exequias do ill.mo e ex.mo conde de Rio Maior* — Lisboa, 1826; *Oração funebre que nas exequias do muito alto, e muito poderoso imperador e rei o senhor D. João sexto...* — Lisboa, 1826; *Elogio historico do illustrissimo e excellentissimo sr. Ricardo Raymundo Nogueira* — Lisboa, 1827; *Refutação do monstruoso, e revolucionario escripto, impresso em Londres, intitulado: Quem é o legitimo rei de Portugal? Questão Portugueza, submettida ao juizo dos homens imparciaes* — Lisboa, 1828; *A Besta esfolada* — Lisboa, 26 números e 1 póstumo (1831); *Os Jesuitas ou o Problema que resolveu e ao muito alto e poderoso rei, o senhor D. Miguel I* — Lisboa, 1830; *Os Jesuitas, e as Lettras ou a pergunta respondida* — Lisboa, 1830; *Os Frades ou reflexões philosophicas sobre as Corporações Regulares* — Lisboa, 1830; *O Desengano* (Periodico politico e moral) — Lisboa, 1830, 31; *Motim litterario em forma de Soliloquios* — Lis-



FAC-SIMILE da assinatura de Bocage

BOCAGE por Alberto Sousa

BOCAGE por Leal da Câmara

boá, 1811; 2.ª ed., Lisboa, 1811; 3.ª ed., Lisboa, 1841; 4.ª ed., 1845; *Cartas filosoficas a Attico* — Lisboa, 1815; *O Espectador Portuguez* (Jornal semanal de Litteratura e de Critica) — 1816, 1818; *O Desapprovador* (Periodico semanal) — Lisboa, 1817, 1819; *Os Sebastianistas (Reflexões criticas sobre esta ridicula seita)* — Lisboa, 1810; 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1810; *2.ª parte* — Lisboa, 1810; *Justa defensa, do livro intitulado os Sebastianistas, e resposta prévia a todas as Satyras e invectivas, com que tem sido atacado seu Autor* — Lisboa, 1810; 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1810; *Mais logica ou nova Apologia da Justa defensa do livro Os Sebastianistas* — Lisboa, 1810; 2.ª ed., Lisboa, 1810; *A Senhora Maria, ou nova impertinencia* — Lisboa, 1810; *Carta ao erudito Author da Defeza dos Papeis Anti Sebasticos...* — Lisboa, 1810; *Inventario da Refutação Analytica* — Lisboa, 1810; *Considerações christãs e politicas sobre a Enormidade dos Libellos Inflamatorios* — Lisboa, 1811; *Reflexões criticas sobre o episodio do Adamastor nas Lusiadas. Canto V. Oit. 39 em forma de carta* — Lisboa, 1811; *Resposta á Carta do Professor regio, Antonio Maria do Couto, escripta a 11 de Dezembro de 1811* — Lisboa, 1812; *Carta, que escreveo o Doutor Manoel Mendes Fogaça, a hum seu amigo trasmontano* — Lisboa, 1811; *Carta II do Doutor Manoel Mendes Fogaça, escrita ao seu amigo trasmontano* — Lisboa, 1812; *Carta escrita por Manoel Mendes Fogaça, a seu amigo Antonio Balea* — Lisboa, 1812; *Carta de Fogaça, ou historia do Cerco de Saragoça* — Lisboa, 1812; *As Pateadas de theatro investigadas na sua origem, e causas* — Lisboa, 1812; 2.ª ed., Lisboa, 1825; 3.ª ed., Lisboa, 1851; *Carta de hum pae para seu filho, estudante na Universidade de Coimbra, sobre o espirito do Investigador Portuguez em Inglaterra* — Lisboa, 1812; *Resposta aos dois do Investigador Portuguez em Londres...* — Lisboa, 1812; *O Exame examinado, ou resposta aos senhores*

FRANCISCO MANUEL DO NASCIMENTO (retrato publ. em *Os Martyres* e nas *Obras completas* (ed. grande)

FRANCISCO MANUEL DO NASCIMENTO (gravura do tempo)

bacharcis João Bernardo da Rocha e Nuno Pato Moniz — Lisboa, 1812; *Carta de Manoel Mendes Fogaça, em resposta á que lhe dirigio Antonio Maria do Couto, intitulada: O Doutor Halliday em Lisboa, impugnado até á evidencia* — Lisboa, 1812; *Considerações mansas sobre o quarto tomo das Obras Metricas de Manoel Bocage, accrescentadas com a vida do mesmo* — Lisboa, 1813; *A Analyse analysada* — Lisboa, 1815; *O Couto (Resposta ao folheto Regras da Oratoria da Cadeira)* — Lisboa, 1815; *Carta de Manoel Mendes Fogaça escrita a seu amigo trasmontano, sobre huma cousa que observou em Lisboa chamada o Observador* — Lisboa, 1818; *Epistola de Manoel Mendes Fogaça dirigida de Lisboa a hum amigo da sua terra, em que se lhe refere como de repente se fez pocta e lhe conta as proezas de um rafeiro* — Lisboa, 1822; *Censura dos Lusiadas* — Lisboa, 1820; *Exorcismos, contra periodicos, e outros maleficios* — Lisboa, 1821; *Cordão da peste, ou medidas contra o contagio periodiqueiro* — Lisboa, 1821; *Reforço ao cordão da Peste* — Lisboa, 1821; *Novo Mestre periodiqueiro* — Lisboa, 1821; *2.ª parte* — Lisboa, 1821; *Carta primeira escripta ao senhor Pedro Alexandre Cavroé, Mestre examinado do Officio de Carpinteiro de Moveis* — Lisboa, 1821; *Carta 2.ª* — 1821; *3.ª* — 1821; *4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª* (1821); *Carta Escripta ao Senhor Redactor da Gazeta Universal...* — Lisboa, 1821; 2.ª ed., 1821; *Carta ao Senhor Redactor do Diario do Governo* — Lisboa, 1822; *Reflexões imparciais* — Lisboa, 1821; 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1822; 3.ª ed., 1834; *Carta ao Senhor Redactor do Patriota* — Lisboa, 1821; *Manifesto á Nação ou ultimas palavras impressas de José Agostinho de Macedo* — Lisboa, 1822; 2.ª ed., Pôrto; *Carta ao Sr. J. J. P. Lopes* — Lisboa, 1822; *Huma palavra só sobre o Padre por hum homem que nunca lhe falou* — Lisboa, 1822;

Mais meia palavra sobre o Padre — Lisboa, 1822; *Hum quarto de Palavra sobre o Padre, ou o vergalho de mariolas* — Lisboa, 1822; *Ultimo quarto de Palavra sobre o Padre* — Lisboa, 1822; *Proposta dirigida ao R.mo P. M. D.or Fr. José de S. Narciso...* — Lisboa, 1822; *Segunda gaitada ao Anão dos assobios* — Lisboa, 1822; *Gaitada terceira, ao P. Fr. José da Encommendação* — Lisboa, 1821; *Gaitada quarta, e ultima* — Lisboa, 1822; *Carta ao Senhor Anão dos Assobios* — Lisboa, 1822; *Symphonia de Cochicho com corno inglez obrigado, ou o Anão dos assobios ao Padre Medrões Teimoso* — Lisboa, 1822; *Carta aos Srs. Anonymos do Porto* — Lisboa, 1823; *Sandoval mú e crú* — Lisboa, 1823; *Retornello do Pardal* — Lisboa, 1825; *Ducto de Laberco e Taralhão...* — Lisboa, 1825; *Resposta aos colaboradores do infame papel, intitulado Correio interceptado, n.º 6, impresso em Londres* — Lisboa, 1826; *Parecer sobre a obra do P.e M.e Dr. Fr. Fortunato de S. Boaventura...* — Lisboa, 1827; 2.ª ed., Lisboa; *A Voz da Justiça, ou o desaforo punido* — Lisboa, 1827; *Carta unica...* — Lisboa, 1828; *Carta 1.ª a seu amigo Faustino* — Lisboa, 1828.

A relação completa de tôdas as polémicas, traduções, tudo o que se escreveu pró e contra o padre levar-nos-ia muito longe, mas nas referidas *Memorias* por Inocêncio encontra o estudioso tudo o que precisa.

«Que diabo de Teiguera he este? O que lhe escreve a carta assigna-se Teiguera, agora diz que eu sou Teiguera? Isto será algum Mac-Benac? Ou outra qualquer senha da ordem dos Innocentes?» — assim reponta, com todo o ar de quem não entende, o Padre José Agostinho de Macedo (*O Espectador portuguez* 2.º semestre, página 236), quando um adversário, Hipólito José da Costa, traz à superfície da discussão, um soneto que se atribui a Pato Monís, e que termina por êste verso maligno:

O fofo ex-frade, que se diz Macedo.

OUTRO RETRATO de *Filinto Elísio*, publicado nas suas *Obras Completas*. Paris, 1817, e rep. na *História de Portugal* de Pinheiro Chagas

Insinuava, o vate, que José Agostinho de Macedo usava um nome que lhe não pertencia — pois o pai se chamava José Agostinho Teigueira.

António Maria do Couto, ao biografar, histórica e literàriamente, em 1813, o autor do *Oriente*, diz que êste era «filho de hum Ourives do ouro por nome Francisco Xavier Tegueira (in *Motim Litterario*, 1 vol., pág. 5 da *Biografia*).

Pinho Leal (Portugal Antigo e Moderno, I, pág. 365) escreve que «era filho primogenito de Francisco José Tegueira, primeiro marido de Angelica dos Seraphins Freire».

Na certidão de baptismo publicada por Inocêncio (*Memorias para a vida intima de J. A. de Macedo*, pág. 161), lê-se que José Agostinho era «filho primeiro de Francisco José Tegueira».

Tegueira (Teiguera, Teigueira) — efectivamente, que é isto? Não encontro, por mais que busque, vestígios desta palavra, para poder explicar-me o seu aparecimento inopinado junto de José Agostinho.

Teófilo (*Os Arcades*, pág. 509), dá conta duma nota escrita por Macedo num exemplar dos *Burros*, em que se afirma «filho de Francisco José Teixeira».

Será aquele Tegueira, com suas variantes, deturpação, fraudulenta ou casual, de Teixeira?

Sôbre o nome da mãi, não há dúvidas: Angélica Freire de Andrade ou Angélica dos Serafins Freire, como mais oficialmente se chamava, e parece que parente de Jacinto Freire de Andrade.

José Agostinho nasceu em Beja, a 11 de Setembro de 1761.

À volta dos onze anos, entra na Congregação do Oratório, na Casa das Necessidades; cinco anos depois, em 1777, portanto, fica pertencendo à Ordem dos Agostinhos Calçados, professando, em 1778, com o nome de frei José de Santo Agostinho.

Os dezasseis anos de frei José eram endiabrados. A Congregação vivia horas desassossegadas, de irritação ou bom humor, consoante os caprichos do novo agostinho. Havia que pôr termo àquilo. Mas o rapaz era muito esperto, fazia progressos extraordinários nos estudos — e tudo indicava a conveniência em o aproveitar. Resolveu-se, então, transferi-lo para o Colégio de Coimbra — a fim de estudar teologia, com recomendações severas.

Estava, então, em Coimbra, Santa Rita Durão, e foi aos cuidados e direcção dêste que confiaram José Agostinho. Acertado passo, pois do convívio com Santa Rita Durão, José Agostinho só poderia tirar proveito.

O padre Antunes Vieira S. I., no mundo literário Artur Viegas, reconhece-o: «Effectivamente não seria facil a Macedo encontrar no claustro melhor iniciador na carreira das bellas-letras» (*O Poeta Santa Rita Durão*, pág. LIX).

Êsse contacto feliz durou pouco tempo. Durão partira para Lisboa, onde veio a morrer nos princípios de 1781, e José Agostinho já em 1782 está em Braga, no Colégio de Nossa Senhora do Pópulo. Por pouco tempo. Porque em Agôsto dêsse ano, assinala-se oficialmente a sua presença no Convento de S. João Novo, no Pôrto, por meio da sentença contra êle proferida em 17 dêsse mês.

Improfícua sentença, essa. Em fins de 1784 ou começos do ano seguinte, têmo-lo no Convento da Graça, em Évora, donde foge, pelo que nova sentença condenatória lhe cai no cadastro — a de 21 de Março de 1785.

Volta para Lisboa, para a sua primitiva residência religiosa, a continuar a vida antiga, porque em 22 de Julho de 1788, outra sentença se dava contra êle, e para o declarar, informa Inocêncio (*Memorias* citadas, pág. 19), «reo incorregivel».

As penalidades foram atenuadas devido à intervenção contemporisadora do Núncio Bellisoni — e José Agostinho mandado para o Convento da Graça em Tôrres Vedras, onde chegou para partir, fugindo, pouco tempo depois. Apanhado, recambiado para Lisboa, onde o sujeitam a tão

O Padre José Agostinho de Macedo jornalista

O padre José Agostinho de Macedo foi um dos mais vigorosos e truculentos jornalistas da nossa terra. Fazia e desfazia periódicos conforme as suas paixões, o motivo que o impulsionava ou o interlocutor que o motivara. Polemista violento e combativo êle não teve só *A besta esfolada* de que saíram 26 números e mais 1 póstumo e incompleto (1828-1831), *A Tripa virada* (1823) de que só saíram 3 números, a *Tripa por huma vez* (1823) de que saíu como o título indica um número, *O Desengano* (1830-31) de que saíram 27 números, e foi o último periódico que escreveu, *O Desapprovador* (1817-1819) de que saíram 25 números e um suplemento, e o *Jornal Encyclopedico de Lisboa,* que, embora não seja só seu, pois que o principal redactor foi Joaquim José Pedro Lopes, tem muita e variada colaboração sua, teve mais *O Escudo,* as *Cartas a seu amigo Joaquim José Pedro Lopes,* que são também um periódico contra *O Portuguez* de Garrett, *O Espectador portuguez,* etc. A actividade de José Agostinho foi extraordinária, como se vê, e como jornalista foi notável e dos mais temidos do seu tempo.

O Padre José Agostinho de Macedo
Jornalista

A BESTA ESFOLADA,

POR

JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.

N.° 1.

Omnes Bestiæ agri.
Sahem a campo todas as Bestas.

CHegou o momento de se cumprirem todas as minhas promessas, e de se satisfazer á já cançada expectação pública. Ha quasi hum anno, começado a contar de 31 de Julho de 1827, que eu comecei a prometter a Besta esfolada, e até hoje 6 de Julho de 1828, naõ passou hum dia, em que se me naõ perguntasse pela Besta esfolada; mas começou a ser taõ grande, e taõ rápida a roda dos altos couces, que ella começou a atirar, calçada de aço, e de poder nos quatro pés, que naõ era possivel ás minhas forças chegar-me muito para o pé da garupa, e começar a prometida operação. Eu a toureava de longe, ou á vara larga, e se o ferro alguma coisa a picava, naõ lhe entrava, ou se lhe naõ embebia muito o rojaõ; a Besta atirava, e cada vez mais; e he bem de acreditar, que a naõ poderia esfolar em quanto a naõ visse no chaõ. Bom, e constante era o meu desejo, e esfolá-la viva era o meu triunfo; mas ao primeiro talho, que lhe atirasse, era eu esfolado vivo como hum S. Bartholomeu, e o desejo de me demorar alguma coisa mais por este valle de lagrimas, que a fallar a verdade naõ he taõ feio como o pintaõ, naõ me deixava aspirar ao heroismo do martyrio. Diraõ muitos, *pois naõ he vossa mercê o homem da entrepidez?* Naõ fingou *vossa mercê* tantos, e tantos artigos na *Gazeta Universal*, pelos quaes o menos que lhe agoirarão os seus amigos, era hum passeio breve, e delicioso, ou pela Costa de Leste, ou pelas Ilhas de Solôr, e de Timôr, nos mares da China com escala pelo Estreito de Gaspar até a Peniu-

A TRIPA VIRADA.

PERIODICO SEMANAL.

N.° 1.

Sem pão nem pedra cá'he feita em pedaços
Co-a Trolha, e Prumo a Força dos Palhaços.
FORNO DO TIJOLO.

TAõ memoravel e prodigioso foi, e será nos Fastos de todas as Nações civilisadas, o dia cinco do corrente Junho de 1828, pelo quatro unico, e sem exemplo que nos offerece a Historia como agradavel e divertida foi para mim a noite do mesmo dia, pelo espectaculo que me offereceo o acaso. Ahi para o fim da rua do Telhal, encruzilhadas da rua de Santo Antonio etc. tenho hum amigo muito curioso, e o maior espreita lor das vidas alheas que tem apparecido no Mundo, parece hum destes Clerigos que naõ tem mais que fazer que acompanhar de noite os mortos, que de mistura com o Officio Divino que reza, e muito mal, á janella passa huma revista geral a toda a visinhança, e de faro taõ fino, que com huma sorvedella só declara sem equivoco a qualidade de manjares que fervem nas differentes panellas do districto. Este meu amigo foi Guarda Civica, e se o deixão mais dois dias, nem hum Cabo filaria mais ligeiro a cabra de hum Heróe de Marengo; convidou-me para assistir a huma Comedia, que nessa noite se representava, e que com effeito foi vista por hum boraco, porque morando elle em casa contigua ao *Grande Oriente Lusitano*,

O DESAPPROVADOR.

N.° 1.°

Ridet, et odit.
Juvenal.

TEm a sociedade humana alicerces sobre que descança; tem vinculos que a segurão; tem circumstancias accessorias que a tornão facil, prospera, e ditosa. Os costumes, os sentimentos, a linguagem, as Sciencias, as Artes, quando tecão o ponto da possivel perfectibilidade, fazem gostosa a existencia, e util á sociedade que a mutua fraqueza, e precisões dos homens tornárão indispensavel; e são tantos os bens que destas fontes nascem quando são puras, quantos os males que dellas se derivão, quando se corrompem, porque então fazem os homens não só infelizes, porém ridiculos. Muitos Filosofos, antigos, e modernos, julgárão o homem hum animal degradado, e fóra de sua natural esféra, e pertendêrão mostrar, que elle era por natureza insociavel, e que o estado de sociedade era huma violencia, e não huma propensão: não quizerão buscar, e achar outra fonte de todos os males, não só moraes, porém fysicos, senão a mesma sociedade. Esta conclusão era hum resultado muito natural de huma combinação sempre prompta, e sempre obvia, e todos os paradoxos de João Jacques nascêrão deste mal entendido principio. Olhárão para o homem selvagem, e para o homem da sociedade; virão neste constrangimento, e artificio; virão naquelle natureza, e propriedade, e concluirão, que o homem está depravado depois que deixou de ser insocial. João Jacques enganou-se, equivocou hum desejo com huma persuasão. Persuadio-se que o estado proprio, e natural do homem fosse a insociabilidade, porque desejou que o homem não tivesse tantos vicios, nem fosse dominado de tantos erros no estado social; e como o mais ardente, *ou* predominante appetite do homem he a ventera, quiz sustentar que esta era so partilha do es-

JORNAL ENCYCLOPÉDICO

DE

LISBOA,

COORDENADO

PELO P. J. A. DE M.

N° I JANEIRO DE 1820

TOMO PRIMEIRO

LISBOA:
NA IMPRESSÃO REGIA.
1820

Com Licença de Sua Magestade.

TRIPA

POR

HUMA VEZ.

LIVRO PRIMEIRO, E ULTIMO.

Vivat Asturius ibi,
Vivant qui nigra in candida vertunt

Sobre os cornos da Rua *Asturio* viva,
E viva quem converte o negro em branco.
JUVENAL SAT 3.ª

LISBOA:
NA OFFICINA DA HORROROSA CONSPIRAÇÃO.
ANNO DE 1823.

Rua Formosa N°. 42.

O DESENGANO

PERIODICO POLITICO, E MORAL

POR

JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

N.° 1.

Salus Populi suprema Lex esto

LISBOA:
NA IMPRESSÃO REGIA
1830.

POR ORDEM SUPERIOR

O Padre José Agostinho de Macedo jornalista

Alguns dos jornais escritos e publicados pelo notável polemista

OBRAS COMPLETAS

DE

FILINTO ELYSIO,

Segunda edição, emendada, e accrescentada com muitas Obras inéditas, e com o retrato do Autor.

Tomo 1º

N.º 20

PARIS,
Na officina de A. BOBÉE

1817.

A EDIÇÃO GRANDE das obras de Filinto Elísio

OS MARTYRES,

OU

TRIUMPHO

DA RELIGIÃO CHRISTAA;

POEMA

DE F. A. DE CHATEAUBRIAND,

TRADUZIDO EM VERSOS PORTUGUEZES

POR FRANCISCO MANOEL:

E por este dedicado

Ao Ill.mo e Ex.mo Senhor ANTONIO DE ABAUJO DE AZEVEDO, Conde da Barca, etc.

Cesse tudo o que a Musa antiga canta;
Que outro valor mais alto se levanta.
CAMÕES, Cant. 1.

Com o retrato do Traductor.

TOMO I.º

PARIZ,
Vende-se em Casa de REY E GRAVIER, Mercadores de Livros, *quai des Augustins*, N.º 55.

ANNO 1816.

Os Martyres, tradução de Filinto Elísio (Da liv. de A. F. Sampaio)

rude clausura que em 2 de Dezembro de 1789, Pina Manique faz chegar às mãos do Ministro do Reino a reclamação do recluso. Em Janeiro do ano seguinte, por ordem do Intendente G. da Polícia, o Corregedor do Bairro do Rocio vai visitar o prêso, e averiguar do fundamento daquela reclamação. A informação que o Intendente dá, fundado na visita do Corregedor, é curiosa: «o queixoso Fr. José de Santo Agostinho é de uma irregular conducta e relaxado»; mas «o provincial e prior são de um genio pouco proprio para prelados» (Inocêncio, *Memorias* cit., pág. 165).

Como conseqüência disto, ordem da Secretaria de Es-

Je sais qu'il est indubitable
Que pour former œuvre parfait,
Il faudrait se donner au diable,
Et c'est ce que je n'ai pas fait.

Filinto Elysio.

Declaro que todos os exemplares que não forem asignados da firma de Filinto Elysio, não se devem acreditar como obra original

Filinto Elysio.

NOTA NO VERSO DO ROSTO da edição grande das *Obras* de Filinto Elísio

Todos os Exemplares desta Obra que não forem por mim assignados, serão de edição contrafeita, e por tanto manchados com erros e descuidos que me não devem ser imputados.

Francisco Manoel

NOTA NO VERSO DO ROSTO da tradução de *Os Martyres* com o *fac-simile* da assinatura de Francisco Manuel do Nascimento, *Filinto Elísio*, seu tradutor

RETRATO DE BELCHIOR CURVO SEMEDO publicado no seu volume *Composições poeticas*

COMPOSIÇÕES POETICAS

OFFERECIDAS

AO SERENISSIMO SENHOR

DOM JOAÕ

PRINCIPE REGENTE DE PORTUGAL

POR

B. M. C. S.

SOCIO DA ACADEMIA TUBUCIANA

ENTRE OS ARCADES

BELMIRO TRANSTAGANO

LISBOA,

NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA

M. DCCCIII.

ROSTO DO VOLUME DE CURVO SEMEDO publicado em Lisboa em 1803 (Da liv. de Albino Forjaz de Sampaio)

tado para José Agostinho ser tirado do cárcere, embora fique guardado «em custodia, com liberdade de fallar a seus procuradores e amigos» — sem prejuízo de que «prossiga nos mais termos da causa que com elle corre, até final sentença».

Em 1790, José Agostinho consegue ser transferido para o mosteiro do SS. Sacramento, na Calçada do Combro, da Ordem dos paulistas. A-pesar do meio ser outro, e, sob todos os pontos de vista, atraente para José Agostinho, em Março de 1791, êste abandona-o, e em 20 de Maio, Pina Manique remete José Agostinho, por andar «vagando pelas ruas de Lisboa, na mais triste e deploravel figura que escandalisa a todos aquelles que o vêem», ao Reitor do mosteiro de S. Paulo, para que êste o faça «recolher ao carcere para ter com elle o procedimento que prescrevem as leis da religião» (Inocêncio, *Memorias* cit., págs. 169-170).

Dois meses, se tanto, lá esteve. Em Setembro, a Polícia participava ao Bispo Confessor D. José Maria de Melo, que tinha na cadeia «Fr. José de Santo Agostinho, religioso graciano, o qual foi achado e preso na figura mais deploravel, em trajes de secular, em vestia, sem signal algum de religioso» ; e em 8 de Outubro remetia-o para o Convento de Nossa Senhora da Graça — o primitivo Convento de José Agostinho!

Prêso no seu já bem conhecido cárcere — não tardou a evadir-se outra vez. Quando «o leigo, Fr. Leandro, seu carcereiro, e o moço que o acompanhava» lhe iam levar a ceia, deu-lhes uma sova (Inocêncio, *Memorias*, cit., pág. 175) e aí vai êle... «com tanto estrondo, que fêz amotinar êste bairro e o visinho» (idem, pág. 176).

E, é claro, por sentença de 4 de Fevereiro de 1792, José Agostinho foi expulso «por notoria e consummada incorrigibilidade» — realizando-se o acto da expulsão em 18 do mesmo mês.

José Agostinho não se conformou com a sentença! E recorreu para a justiça do Rei e para a do Papa. A primeira deferiu o recurso — anulando a sentença, pelo que José Agostinho solicitou à segunda que lhe concedesse breve para a sua secularização. Obteve-o. Em 5 de Março de 1794, apresenta-se com êle na Câmara eclesiástica — para prestar obediência ao Ordinário da Diocese. Em 20 de Março, o vigário do Patriarca, «por auctoridade apostolica e ordinaria», concede licença a José Agostinho «para licitamente sahir da sua religião para o estado de presbytero secular», com tôdas as conseqüências inherentes a tal situação (Inocêncio, *Memorias* cit., págs. 180-181).

Com trinta e três anos, livre da disciplina monástica a que, desgraçadamente, nunca soube afazer-se, José Agostinho ia, agora, lutar pela vida, a caminho duma glória difícil, tendo que provar abundantemente as fezes que, no fundo, para os que a alcançam, a glória tem.

Entre dois polos se prendeu a sua vida — entre êles permanecendo até o fim : o de prègador e o de escri-

tor. Prègador sacro, dizem os coevos que foi de primeira plana; tanto que, em 1802, é nomeado oficialmente prègador régio. Escritor — logo diremos que escritor foi.

Agora, àparte o rapidíssimo incidente de 1807, da denúncia de Macedo à Inquisição, tão rápido que até nem está averiguado que êle o tivesse conhecido — a sua vida decorre sem factos assinaláveis fora do campo literário.

Vida fulgurante, pelo talento, mas envenenada pelas invejas e pelos ódios.

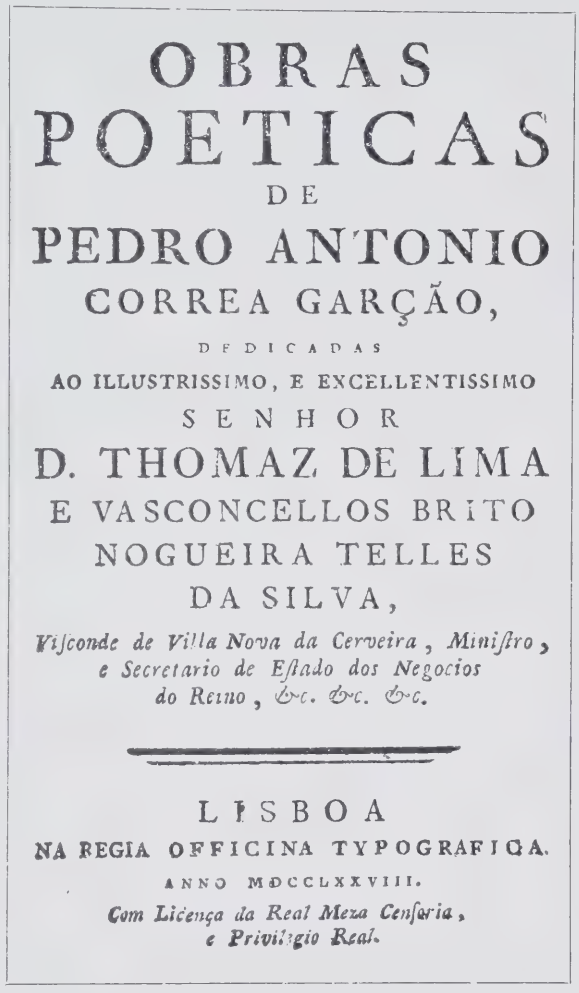
Cêdo começara José Agostinho a labutar na literatura. Entre 1785 e 1786, compusera um poema *Panegyrico a D. Fr. Manuel do Cenaculo;* e em 1789, sob o título de *O Descobrimento da India,* começara a gizar aquilo que, vinte e seis anos mais tarde, havia de ser *O Oriente.*

Em 1793, figura no 4.º tomo do *Almanach das Musas,* já membro da Arcádia de Roma, com o nome de Elmiro Tagideo.

Nêsse mesmo ano começa a *Meditação.* Em 1797, traduz a *Thebaida,* de Estácio. Em 1801, compõe a *Contemplação da Natureza,* que transforma e desenvolve até 1806. Em 1804 tenta o teatro com a *Zaida.* Em 1806, traduz Horácio. Em 1811, aparece-nos com o *Motim litterario.* E em 1812 começam a conhecer-se os primeiros versos dos *Burros* — em que trabalha até 1827. Em 1813, publica a *Meditação* e o *Newton.* Em 1814, *A Verdade;* no ano seguinte, *O Homem,* o *Oriente,* as *Cartas philosophicas a Attico.* Em 1816, o *Espectador portuguez.* Em 1820 a *Censura dos Lusiadas.* Estas são as afirmações literárias mais notáveis.

Com o ano de 1820, inicia-se para José Agostinho de Macedo, o Calvário político. Em 1823, temos a *Tripa virada.* Em 1827, as suas *Cartas a seu amigo J. L. P. Lopes.* Em 1828, a *Besta esfolada.* Em 1831, o *Desengano.* Entre êstes marcos miliários da sua actividade de panfletário político — centenas de folhetos que ainda hoje são alvo da investigação dos mais pacientes bibliógrafos, obras começadas e não acabadas, e êsse magnífico trabalho de Censor do Ordinário, que o ocupou desde 1824 a 1829.

Em 2 de Outubro de 1831, cansado, doente, inválido do corpo, cerra os olhos para sempre, tendo El-Rei D. Miguel para honrar a sua memória, mandado que o seu cadáver fôsse transportado de casa para o túmulo, num côche da Casa Real, não, como se pode supôr, para lhe evitar um entêrro de miserável, mas para premiar condignamente quem, com tanto denodo e saber, largamente lutara pela monarquia legítima que o Rei personificava, o que é comprovado pelo facto de a chave do féretro ter sido confiada à guarda do mesmo Rei.



OBRAS
POETICAS
DE
PEDRO ANTONIO
CORREA GARÇÃO,
DEDICADAS
AO ILLUSTRISSIMO, E EXCELLENTISSIMO
SENHOR
D. THOMAZ DE LIMA
E VASCONCELLOS BRITO
NOGUEIRA TELLES
DA SILVA,
Viſconde de Villa Nova da Cerveira, Miniſtro, e Secretario de Eſtado dos Negocios do Reino, &c. &c. &c.

LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.
ANNO MDCCLXXVIII.
Com Licença da Real Meza Cenſoria, e Privilegio Real.

ROSTO DA PRIMEIRA EDIÇÃO das *Obras Poeticas de Garção* (Liv. de A. F. de Sampaio)

* * *

Inocêncio, no *Diccionario,* conseguiu classificar 312 espécies das obras de José Agostinho. Teófilo Braga dá conta de 332 espécies. E ninguém pode dizer que o catálogo esteja completo

Que é feito dos 20 vols. mss. da *História Genealógica da Casa Real?* Que é feito das *Annotaçoens á Biblia* que êle já tinha completas em 1692 (ou 1693?)?

De uma fecundidade pasmosa e dum vigor incontestável, José Agostinho de Macedo é um dos nossos mais prestigiosos polígrafos.

Duas coisas o prejudicaram: o seu feitio batalhador pôsto ao serviço dum orgulho legítimo — criou-lhe inimigos rancorosos entre os competidores, com mérito ou sem êle; as ideias políticas que serviu sem disfarces ou reservas transformaram o crítico em panfletário — e êste arredou para segundo plano, na opinião dos coevos e dos pósteros, o que havia, em José Agostinho, de mais forte, de mais são e de mais valioso.

Um caso a que, um século depois, J. Benda havia de chamar *la trahison des clercs...* Mas cada um é como é. E José Agostinho de Macedo era assim. «No seu trato familiar, informa Pinho Leal (*Port. ant. e mod.* I, pág. 367), era afabilíssimo, tinha um coração bondoso e era excessivamente generoso e benfazejo.» Mas na arena, entre as feras, era o gigante da cólera. E para quê? Sim, para quê?!...

Em José Agostinho de Macedo, temos a considerar: *a)* o Poeta; *b)* o Prègador; *c)* o Crítico; *d)* o Erudito; *e)* o Panfletário.

Digamos, impressionistamente, o que pensamos de cada uma das facetas sôbre que se nos apresenta a individualidade literária de José Agostinho.

a) O POETA.

Em todos os géneros, marcou o seu génio: como poeta épico; como poeta lírico (erótico e satírico); como poeta didascálico; como poeta dramático.

Precisamos de não esquecer que José Agostinho de Macedo pertence ao signo arcádico e que, conseqüentemente, sofre dos defeitos da hora em que viveu — que são mais da hora do que do poeta. Comparar a epopeia macediana, dos fins do século XVIII, com a epopeia de Camões,

O HYSSOPE,

POEMA

HEROI-COMICO

DE

ANTONIO DINIZ DA CRUZ E SILVA.

. . . Ridentem dicere verum
Quid vetat?
HORAT. lib. 1, Sat. 1.

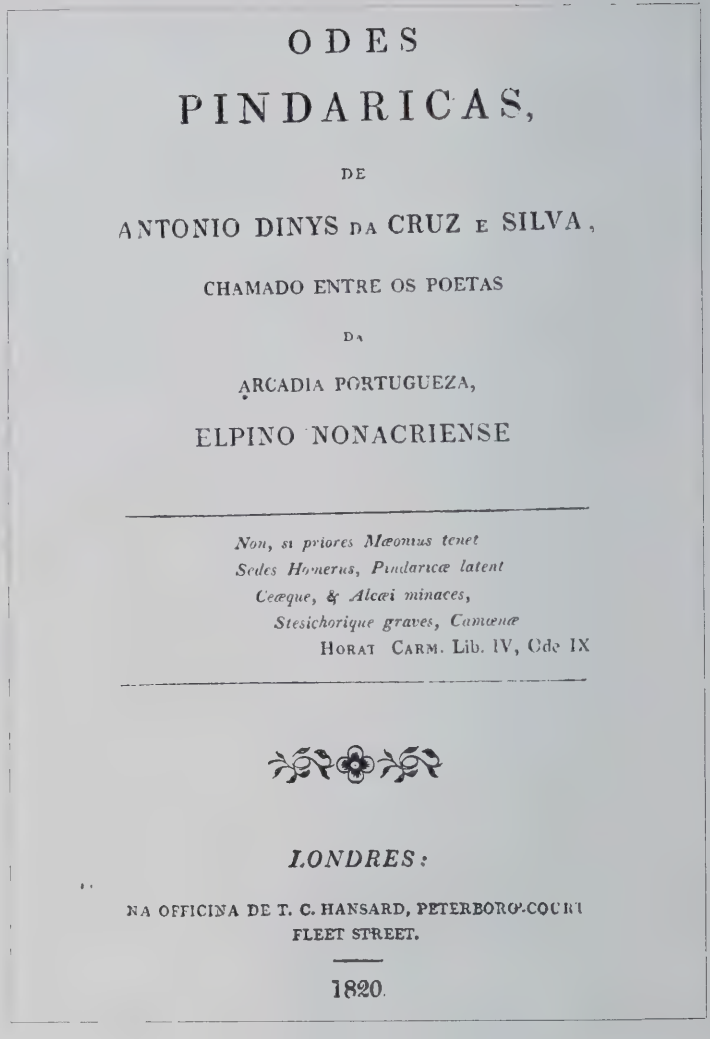
Nova edição revista, correcta e ampliada de Notas.

PARIZ,

NA OFFICINA DE P. N. ROUGERON, RUA DE L'HIRONDELLE, N.º 22.

1821.

A EDIÇÃO de Paris, de 1821, tida como uma das melhores do poema de António Diniz da Cruz e Silva



ODES

PINDARICAS,

DE

ANTONIO DINYS DA CRUZ E SILVA,

CHAMADO ENTRE OS POETAS

DA

ARCADIA PORTUGUEZA,

ELPINO NONACRIENSE

Non, si priores Mæonius tenet
Sedes Homerus, Pindaricæ latent
Ceæque, & Alcæi minaces,
Stesichorique graves, Camœnæ
HORAT CARM. Lib. IV, Ode IX

LONDRES:

NA OFFICINA DE T. C. HANSARD, PETERBORO-COURT FLEET STREET.

1820.

UMA RARÍSSIMA EDIÇÃO das *Odes Pindáricas*, (Londres, 1820)

dos meados do século XVI, é um êrro de palmatória que nos faz sorrir, se é praticado de boa-fé, e nos irrita, se é de má-fé praticado. O momento das epopeias, em todos os povos, é um só: o do seu máximo esplendor imperialista. O nosso foi no século XVI, quando regressávamos do Brasil e da Índia, e caminhávamos para o fecho da abóbada — o Império de Marrocos. Nenhum outro poema épico atinge a altura dos *Lusíadas*, nem a *Pátria* «os *Lusíadas* da Decadência» (Bruno, *O Brazil mental*, pág. 61), apesar das excepcionais faculdades verbalistas de Junqueiro.

Colocado no seu tempo e no seu meio, o *Oriente*, de José Agostinho de Macedo, tem páginas imortais. O verso é perfeitíssimo — quantas vezes marmóreo, como todo o verso dignamente clássico:

Grave Matrona, e recostada, vinha
N'hum throno soberbissimo, firmado
Sobre hum branco Elephante; este caminha
Do peso que em si traz como ufanado:
A Matrona gentil dos hombros tinha
Pendente hum manto imperial, tomado
C'hum broche de rubins no engaste de ouro:
Hum sceptro traz na mão, na frente hum louro.

Ao modo oriental vinhão patentes
Os seios de alabastro, e alli brilhavão
Sobre o candor piropos refulgentes
Que huma luz ardentissima vibravão:
Da côr do ceu safiras transparentes
Em frizos de ouro os braços lhe abrochavão
E as Erithreas perolas lhe enleião
Finos cabellos que no collo ondeião.

(Canto I, est. 29 e 30)

Recorde-se a entrada do Canto VIII, e reconheça-se que isto é inegàvelmente belo:

Já das soberbas mezas removião
Attentos pagens panos preciosos,
Com fasto e pompa oriental ardião
De toda a parte sandalos cheirosos:
Pelo esmaltado leito ainda jazião
Os Lusitanos nautas valorosos,
Quando volvendo o rosto ao forte Gama,
De Melinde o monarcha assim lhe exclama:

Feliz navegador que tens domado
A furia do Oceano embravecida
A quem parece que se humilha o Fado
E a cujos passos vai Fortuna unida...

Todo o Canto IX tem a grandeza que inspirou Milton. Do poema *A Meditação*, em que o autor se mantém em alturas que nem a todos são acessíveis, nada direi. Limito-me a reproduzir a opinião insuspeitíssima de Almeida Garrett: «...um poema que faz suma honra ao nome português, — a *Meditação*, do sr. J. A. de Macedo, — que tem sido censurada por quem não é capaz de intendê-la. Não sei eu se ella tem defeitos; é obra humana, e decerto lhes não escapou; mas sublimidade, cópia de doutrina, phrase portuguesa e grandes ideias, só lho negará a cegueira ou a paixão.» *(Bosquejo da Hist. da Poesia e Lingoa portuguesa*, cap. VII, *in fine)*.

Como poeta lírico-erótico, o que José Agostinho escreveu de melhor foi o voluminho da *Lyra anacreontica*, composto aos 58 anos, em louvor de Luísa Cândida do

Vale, religiosa de Odivelas, e sua última paixão. Apesar da monotonia da forma estrófica e métrica, é um poema admirável pela delicadeza e pela ternura :

Com brandos fios de seda,
Marcia bordava uma roza,

diz o Poeta. Parece que «com brandos fios de seda» teceu êle as odes da sua *Lyra Anacreontica*.

Como poeta lírico-satírico, deixou-nos *Os Burros*, que não têm par em literatura alguma do mundo. Há, nesse decantado Poema, versos magistrais, lapidares. A *Dedicatória ao Geral dos Bernardos* é uma obra-prima de insolência e de garotice — modelada em bronze. Não há uma lição *ne varietur* dêsse Poema. As que existem, ou são truncadas, como a de 1837, ou falsificadas como tôdas as outras. Inocêncio não chegou a publicar a que projectava. Possuímos uma lição manuscrita que há onze anos comprámos ao falecido livreiro-editor H. Antunes, e que começa :

Honra, Patria e Razão, vós sois meos [Numes,
Vós da Verdade me abrazais na chama,
E só por vos servir, salvo das sombras,
Tiro dos veus do eterno esquecimento
As obras e os varoens dignos de Fôrca.

Como poeta dramático, José Agostinho não brilhou. Não admira. Os Árcades, como dramaturgos, foram insípidos. Só em 1844, com o *Frei Luiz de Sousa*, Garrett havia de renovar o teatro português, que, depois que Gil Vicente desaparecera, se arrastava banalizado e frio.

b) O Prègador.

Sermões e discursos são para serem ouvidos. Peças para leitura, pertencem ao espólio do *escritor*, que não do *orador*. Nos *Discursos* de Cícero, ou nos *Sermões* de Vieira, nós admiramos a arte do escritor e não a arte do orador. Esta, só a apreciou quem ouviu Cícero no fôro e no Senado, e Vieira no púlpito.

Como eram ditos, os sermões de Macedo? Herculano *(in* Fernando Campos, *O pensamento contra-revolucionário de Portugal*, I, pág. 46, nota 2), escreveu : «Na eloquencia do pulpito, a unica em Portugal cultivada, só um orador deixou pela estampa monumentos dignos de exame, se attendermos á fama popular que para seu auctor grangearam : já se vê que fallamos do Padre Macedo.»

Da sua maneira de compôr sermões, é o próprio José Agostinho quem *(Motim litterario*, solilóquio 63.º, *in fine)* nos dá informação : «Constituido em acção começa o discurso, e escaldando-se-lhe progressivamente a fantasia, vão sucedendo-se em ordem ideias sempre novas ; a proposição, ou proposições estabelecidas, são demonstradas com todo o rigor automático sem secura, com toda a pompa e fertilidade de eloquencia, este homem pára de cançado e não de exaurido, e acomodada que seja esta fervura, e tornando o entendimento a equilibrar-se não se lembra nem de huma palavra só que pronunciasse, e fica por grande espaço em tal inacção, que se assemelha á verdadeira estupidez.» Êste depoimento, seria precioso para um psicólogo que estudasse a função do Inconsciente na Obra de Arte.

Uma gravura que acompanha *O Hyssope*, edição de Paris de 1821

c) O Crítico ; *d)* O Erudito.

Em quási tôda a sua obra, José Agostinho exerce o papel de crítico, debaixo das mais diversas maneiras — nos poemas didascálicos como aquele que consagra a Newton, nos poemas filosóficos pròpriamente ditos, nos panfletos, etc. Mas onde o encontramos no desempenho propositado de tal mister é na *Censura dos Lusíadas*, no *Motim litterario*, e nas *Censuras*.

O primeiro trabalho acarretou-lhe, entre ineptos ou mal intencionados, conseqüências muito sérias, porque criou, para o seu nome, uma fama de invejoso e detractor, que nada justifica. Ninguém se lembrou de condenar Macróbio por, nos livros V e VI das *Saturnais*, fazer uma crítica impiedosa a Vergílio, apontando-lhe o que mais custa a ver num escritor : as influências directas ; e ninguém, entre nós, atacou Verney, no século XVIII, e Castilho, no século XIX, pelas suas opiniões sôbre os *Lusíadas*. Só José Agostinho de Macedo merece o apôdo de detractor de Camões, embora não tivesse dito que «nenhum bom poeta dos nossos dias, ainda que inferior a Camões, se resignaria, cuido eu, a assignar como sua uma unica estancia inteira de todos os dez cantos», como dos *Lusíadas* escreveu Castilho *(Conversação preambular* no *D. Jaime*, de Tomás Ribeiro).

Nesses três volumes — erudição a jorros. São êles e as suas *Cartas* que nos levam a compará-lo a Erasmo — pelo saber prodigioso e profundo. Há sínteses críticas que só meditações analíticas explicam ; e isso da erudição superficial de José Agostinho é outra lenda que convém desfazer. Quem tão chãmente como êle confessa a sua inaptidão para as matemáticas *(Motim litterario*, solilóquio 10.º), não é homem capaz de só perfunctòriamente tratar os assuntos.

e) O Panfletário.

Não há, no panorama português, ninguém que chegue à sua sombra, neste campo. No panfleto, em prosa ou em verso, nos *Burros* ou na *Besta esfolada* — José Agostinho usa o chicote de Juvenal, a pedrada de Aretino, a truanice de Pasquino, e a mordacidade de Erasmo. Os seus adversários dão-nos a impressão de fantoches de palha, e José Agostinho, o Gigante da Cólera, no meio dêles, é hercúleo, inultrapassável. A um século de distância, a gente lê, pasmada, aquelas páginas de *virtuoso* do Insulto, em que há chamas que cegam como a braza eléctrica, e

podridões que fulminam como os pântanos esquecidos. A prosa, nas suas mãos, é um brinquedo leve nas mãos duma criança, é oiro líquido em fôrma de arabescos...

O sr. dr. Júlio Dantas tem razão: de José Agostinho, resta-nos «o esplendor duma obra imortal, a riqueza duma linguagem forte, saborosa, pitoresca e vernácula» (in *Comércio do Pôrto*, 22, Novembro, 1931).

José Agostinho considerava-se «hum português da gema». Foi-o em tudo: na sua vida aventurosa, desequilibrada, boémia; na sua obra formidável de génio coruscante — pairando, como as águias, sôbre os píncaros puros das montanhas, e descendo aos covis das feras para as azorragar e ferretear; e na defesa que ninguém igualou dos princípios tradicionais da Nação. Português de gema o foi, indiscutìvelmente; e a essa qualidade deve a fama difamatória que o Espírito estrangeiro que conquistou Portugal, lhe criou, e alimenta ainda.

*
* *

Para valorizar êste artigo, vamos dar um inédito de José Agostinho.

O *Motim Literário* foi à censura de dois censores: João Guilherme Cristiano Müller e o douto João Pedro Ribeiro. O original, por sinal que incompleto e tristemente estragado, encontra-se na Tôrre do Tombo — *Mesa Censória*, 2154 e 2155.

A fls. 63 v. do 2.º tomo, lê-se: «Imprima-se menos o solilóquio desasseis. D.or Ribeiro.»

Foi o sr. dr. António Baião quem identificou o censor, e pela sua generosa informação, aqui ficam os nossos agradecimentos. Êsse Solilóquio XVI devia ser o Solilóquio 80 da edição do *Motim* de 1841. Refere-se aos ingleses. Transcrevo-o na íntegra.

APPENDICE

Solilóquio 16

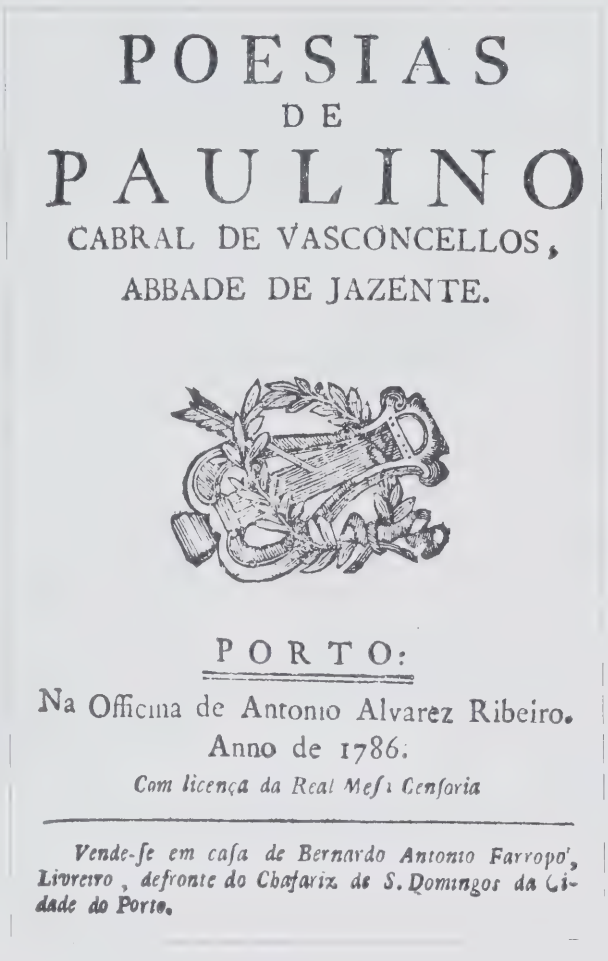
A vista nua descobre melhor os objectos na sua natural e verdadeira aptitude. Quando se cavalgão os oculos da prevenção, quasi sempre se alterão os objectos, ou aparecem as avessas. Nós os Portuguezes devemos muito á Inglaterra, a Inglaterra não nos deve menos. Os seculos e os interesses têm arreigado a mutua sympathia que une estas duas celebres naçoens. Se nós não tivessemos hido adiante, a Inglaterra não se adiantaria tanto. Muito lhe ensinarão Vasco da Gama, Fernando de Magalhaens, e mais lhe ensinou ainda o memoraver Fernão Mendes Pinto: e se João de Barros não escrevesse tão bem a topographia do Indostão, o Indostão não lhe faria tantas cocegas. Mas seja a este respeito o que fôr, he certo que deposta toda a prevenção, odio, e amor, a Inglaterra he huma nação justamente celebre considerada debaixo de todos os aspectos. Nação que com feiçoens notaveis caracteristicas porem comũs a todos os individuos, reune qualidades as mais oppostas, contrastes os mais notaveis de altivez e servidão, de orgulho e venalidade, de dureza e de humanidade, de despejo ou descaramento, e de modestia, de razão, penetração, juizo e conhecimento e locuras do Protestantismo, e insano odio ao Catholicismo e preocupaçoens de toda a especie. O orgulho impertinente da liberdade e o alistamento forçado para a marinha e praça perpetua na milicia; huma prodigalidade quasi sempre ridicula, e huma economia muitas vezes sordida; hum grande luxo exterior e huma espantosa mesquinharia domestica. Mulheres timidas, prudentes, modestas, e homens muitas vezes crapulozos, desaforados, e insolentes. Maridos que estimão suas mulheres, e que as tratão com o ultimo desprezo; a aparencia e a superficie da mais escrupulosa e perfeita igualdade, e todas as distinçoens, e jerarquias e prehe-minencias vivamente despertadas, e muitas vezes a murro seco e fechado como já se vio entre dois candidatos para lugares do Alto Parlamento, que de contenda verbal vierão á unha, houve entre ambos contados pelos Padrinhos, 400 socos tão tezos de ambas as partes que ficou a victoria indecisa tão vivamente se disputão os lugares e se estabelece a efectiva desigualdade. Divertimentos publicos continuos, hum verdadeiro ar de magnificencia sem descobrir jámais o aspecto da miseria e da indigencia, e no meio de tudo isto, todos os rostos com a marca sensivel e patente da melancholia, desconsolação e tristeza. Nação activa, e animosa no que comprehenda, fria e impassivel nos prazeres. Falla incessantemente e sem se calar de sentimentos de felicidade e doçura doméstica, e corre furiosamente apoz o prazer e a dissipação cheia de energia de reflexão, de amor de independencia, adopta cègamente pelo que diz respeito a negocios publicos a maneira de sentir e de pensar de hum cabeça de partido. Ama excessivamente seu paiz, seus costumes, seu regimen dietetico, e mil e mil individuos desta nação se desterrão voluntariamente por

«Ao pastor que se apeia o hyssope offerece»
Gravura de Manuel de Macedo para a edição de *O Hyssope* de 1878

«Que em seguro já posto, ao pé da guarda»
Gravura da edição de *O Hyssope* publicada pela empresa do *Archivo Pittoresco* em 1878

toda a vida. Por inquietação, por actividade, por ambição, não deseja, não ama, não procura mais do que a guerra maritima e funda sua prosperidade exclusivamente no commercio, que se funda nas bases solidas da paz. Tal he esta nação que por sua posição insular vive segura, e se ri de qualquer invasão e desafia de cima das Dunas, Bonaparte que investe Barcas e imagina baloens para lhe fazer huma visita, cujas forças ofencivas e defensivas longe de lhe serem pesadas no tempo de paz, lhe servem de aumentar as riquezas que tinha ajuntado no tempo da guerra, e de engrandecer o commercio que elas tinhão protegido, em que todos sabem igualmente comandar, e obedecer, emq.º nenhum homem, segundo a admiravel sabedoria das leis e imparcial administração da justiça pode opprimir seo semilhante. Não ha um individuo entre os Inglezes que não viva á mira e á lerta do que pode atentar contra essa liberdade ou interece individual e a parte que tem os particulares nos fundos publicos, e o temor que haja perturbaçoens civiz que os destruão, sustentão o credito do governo, e servem de base ás suas disposições administrativas, e lhe afiangão para novos impostos e novos emprestimos os recursos que podem necessitar as circumstancias. Tem os Inglezes conservado athé agora huma inclinação ou huma paixão invensivel pellas navegaçoens remotas, dilatadas, e perigosas, e esta mesma poderosa inclinação lhes conserva a coragem no meio da opulencia e do luxo. O amor insaciavel de riquezas lhes excita, e promove sua pasmosa industria, que entre eles he a verdadeira roda de Ixião que nunca pára. Tem tanta avidade, que tomarão, e o dizem com toda a singeleza, tornarse senhores exclusivos de todo o comercio do mundo conhecido, e buscar alguma porção desconhecida do mesmo mundo, para nela estabelecer logo e logo o comercio. Nação verdadeiramente ambiciosa, rival de Roma, quer que todos os descendentes de Adão se sugeitem ás suas leis. Desgraçado daquelle Povo que se lhe mostre fraco, dependente, e poco energico, que se põe a risco de ser engolido e oprimido. Tal he em geral o espirito da Nação, que hoje faz tremer o Mundo e cuja constante prosperidade naval lhe assegura huma influencia soberana sobre todos os povos, cujas leis lhe mãtem a segurança publica porque entre os contrastes monstruosos que se lhe notão, ninguem sabe mandar e obedecer tão bem como hum Inglez. Isto he o que eu tenho observado neles e o que desejaria observar de mais perto, se eles se resolvessem de huma vez a quebrar e vencer a debil barreira da entrada do Tejo, em cuja boca me parece que querem ser hospedes eternos, e nos viessem ajudar a agradecer aos Francezes a expontanea protecção com que nos acudirão; não sei que lhe experão os Inglezes: eles não devem perder a vontade de entrar, nem eu a esperança da sua vinda. Se considero esta Nação pela face da Literatura, encontrão se os mesmos notaveis contrastes que se lhe observão na ordem civil. Abundão os Livros polemicos sobre a crença, e prègão a mais ilimitada tolerancia, e em tudo isto são graves e ridiculos: tem raros escritores em todas as repartições scientificas, ralhão do pedantismo das universidades, e ambicionão o titulo de Doutor. Depois disto, tendo apurado todos os conhecimentos ao ultimo grao de perfeição, conservão hum defeito que lhes he comum com os Romanos, a confusão e falta de methodo; eis aqui em que cedem aos Francezes, em tudo o mais lhes são infinitamente superiores. (Ms. 2.º vol. fls. 40 a 51 v.)

(Tôrre do Tombo, Mesa Censoria, 2155).


POESIAS
DE
PAULINO
CABRAL DE VASCONCELLOS,
ABBADE DE JAZENTE.

PORTO:
Na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro.
Anno de 1786.
Com licença da Real Meſa Cenſoria

Vende-ſe em caſa de Bernardo Antonio Farropo, Livreiro, defronte do Chafariz de S. Domingos da Cidade do Porto.

A PRIMEIRA EDIÇÃO das *Poesias* de Paulino Cabral de Vasconcelos (Da livraria de Albino Forjaz de Sampaio)

Outros poetas

Outros poetas fizeram parte da Nova Arcádia ou Academia das belas letras de Lisboa, instituido em 1790 pelo conde de Pombeiro. Poetas menores, alguns de tal ou qual notoriedade mas sem o génio dos outros que a história literária focou em lugares primaciais. Entre êstes devem mencionar-se Domingos Caldas Barbosa, fluminense, o autor da *Viola de Lereno*, a sua melhor obra, embora do século XIX, Domingos Maximiano Tôrres, e Alfeno Cynthio, cujos versos apareceram em 1791; Luiz Correa de França e Amaral, o Dr. França, autor das *Obras de Melizeu Cylenio, arcade de Lisboa* (1764), e outros em que não vale a pena falar, uns por serem de limitado valor, outros por pertenecerem ao século seguinte e nele deverem ser incluidos. Os grandes nomes, dêsses dissemos já de nossa justiça e só sem ela poderiam ser esquecidos.

TOMÁS ANTÓNIO GONZAGA E OS POETAS DE MINAS

TOMÁS ANTÓNIO GONZAGA — *Marilia de Dirceu* — Lisboa, 1792; 2.ª ed., Lisboa, 1799; 3.ª ed., Lisboa, 1800; 4.ª ed., Lisboa, 1802; 5.ª ed., Lisboa, 1803; 6.ª ed., Lisboa, 1804; 7.ª ed., Rio de Janeiro, 1810; 8.ª ed., Lisboa, 1811; 9.ª ed., Lisboa, 1812; 10.ª ed., Baía, 1812-1813; 11.ª ed., Lisboa, 1817; 12.ª ed., Lisboa, 1819; 13.ª ed., Lisboa, 1820; 14.ª ed., Lisboa, 1820; 15.ª ed., Lisboa, 1820; 16.ª ed., Lisboa, 1824; 17.ª ed., Lisboa, 1824; 18.ª ed., Lisboa, 1825; 19.ª ed., Lisboa, 1827; 20.ª ed., Lisboa, 1827; 21.ª ed., Lisboa, 1828; 22.ª ed. Lisboa, 1833; 23.ª ed., Baía, 1835; 24.ª ed., Lisboa, 1840; 25.ª ed., Pernambuco, 1824; 26.ª ed., Rio de Janeiro, 1842; 27.ª ed., Rio de Janeiro, 1845; 28.ª ed., Baía, 1850; 29.ª ed., Rio de Janeiro, 1855; 30.ª ed., Rio de Janeiro, s/d; 31.ª ed., Rio de Janeiro, 1862; 32.ª ed., Rio de Janeiro, 1868; 33.ª ed., Lisboa, 1888; 34.ª ed., Rio de Janeiro; 35.ª ed., Rio de Janeiro, 1922. *Cartas chilenas* (Publicadas pela primeira vez em 1845) — Rio de Janeiro, 1863.

Sôbre Gonzaga e seguintes, consulte-se a *Historia da Literatura Brasileira*, de Artur Mota, e a larga bibliografia que aí vem: Gonzaga foi traduzido em francês, italiano, espanhol, alemão e latim.

A identificação das *Cartas chilenas* deve-se a Alberto Faria.

CLAUDIO MANUEL DA COSTA — *Munusculo metrico* — Coimbra, 1751; *Epicédio consagrado á memoria do Rev.mo Sr. Fr. Gaspar da Encarnação* — Coimbra, 1753; *Labyrintho de Amor*, poema — Coimbra, 1753; *Numeros armo-*

nicos — Coimbra, 1753; *Obras de...* — Coimbra, 1768; *Villa Rica*, Ouro Preto, 1839; 2.ª ed., id., 1897; *Sonetos*, Ouro Preto; *Obras Poeticas de...* — Rio de Janeiro, 1903.

Sôbre o poeta consulte-se: Alberto Lamego — *Autobiografia e ineditos de C. M. da Costa; Commemoração do centenario de C. M. da Costa pelo Instituto Historico em 4-7-1889; Classicos brasileiros* (Laudelino Freire); Manuel de Sousa Pinto — *Um bi-centenario. Claudio Manuel da Costa. 1729 — 5 de Junho — 1929.* Pôrto, 1929.

Inácio José de Alvarenga Peixoto — *Merope.* Tragédia de Maffei — 1776; *Obras poeticas de...* colligidas, annotadas, precedidas de juizos de escriptores nacionaes e estrangeiros e de uma noticia sobre o autor e suas obras, com documentos historicos, por J. Norberto de Sousa e Silva — Paris, 1865.

Sôbre o poeta consulte-se Mota — *Historia da Literatura brasileira* e respectiva bibliografia.

Manuel Inácio da Silva Alvarenga — *O desertor das lettras*, poema heroi-comico — Coimbra, 1774; 2.ª ed., Rio de Janeiro; *No dia da collocação da estatua equestre d'el-rei D. José I*, ode — Lisboa, 1775; *Ao sempre augusto e fidelissimo rei de Portugal D. José I* — 1775; *O Templo de Neptuno; Apotheose poetica do sr. Luiz de Vasconcellos e Sousa* — Lisboa, 1785; *Glaura*, poema erotico — 1799; 2.ª ed., Lisboa, 1801; 3.ª ed., 1880; *As artes, poema* — Lisboa, 1821; *Obras poeticas de...* — Paris, 1864, 2.ª ed. *Obras completas...*

Sôbre o poeta veja Mota — *Historia da Lit. brasileira* e sua bibliografia.

José Basilio da Gama — *O Uraguay* — Lisboa, 1769 — 102 págs.; 2.ª ed. Rio de Janeiro, 1811; 3.ª ed., Lisboa, 1822; 4.ª ed., Rio de Janeiro, 1844; 5.ª ed., Lisboa, 1845; 6.ª ed., 1855; 7.ª ed., Rio de Janeiro, s. d.; 8.ª ed., Rio de Janeiro, 1895; 9.ª ed., Pelotas, 1900; 10.ª ed. (nas *Obras poeticas*) Rio de Janeiro. Liv. Garnier (1920). Foi publicado ainda na revista *Marmota*, no *Parnaso Lusitano* e no *Florilegio da poesia brasileira*. Foi traduzido em inglês e publicado por Burton. *Relação abreviada da Republica...; A Liberdade* (de Metastasio) — Burgos, 1773; Lisboa, 1773; *Os Campos Elyseos* — Lisboa, 1776; *A Declamação tragica* — Lisboa, 1772; *Lenitivo da Saudade...* — 1778; *Quitubia* — Lisboa, 1791; *Epithalamio ás nupcias de D. Maria Amelia de Carvalho de Mello* — Lisboa, 1769; *Obras poeticas...* precedidas de uma biografia critica... por José Verissimo — Rio de Janeiro, 1920.

Sôbre o poeta veja-se além de Mota, Manuel de Sousa Pinto — *O Indianismo na poesia brasileira*, Coimbra, 1928.

Fr. José de Santa Rita Durão — *Caramurú*, poema épico do descobrimento da Baía — Lisboa, 1781, 307 págs.; 2.ª ed., Lisboa, 1836; 3.ª ed., Baía, 1837; 4.ª ed., Lisboa, 1843 (Epicos brasileiros. Ed. do Visconde de Pôrto Seguro); 5.ª ed., Lisboa, I. Nac.; 6.ª ed., Rio de Janeiro, 1878; 6.ª ed., Rio de Janeiro, Garnier.

O *Caramurú* está traduzido em francês por Eugène de Monglave, Paris, 1829. A *Historia da Literatura* de Artur Mota diz Eugène de Monglave, o *Catalogo* da livraria de Anibal Fernandes Tomaz, Eugène Renduel. Não pudémos verificar.

Sermão que prégou na Sé de Leiria, em acção de graças pelo restabelecimento do rei D. José do sacrilego attentado...; Josephi Duram teologi conimbricensis O. E. S. A. pro annua studiorum instauratione oratio—Coimbra, 1778; *Novena de S. Gonçalo de Lagos* — Lisboa, 1781.

Consulte-se: Artur Viegas — *O poeta Santa Rita Durão. Revelações historicas de sua vida e do seu seculo* — Bruxelas-Paris, 1914; Artur Mota — *Historia da Literatura Brasileira* — S. Paulo, 1930, e outras; a *Revista da Academia Mineira de Letras* 1.º vol. (Elogio de Santa Rita Durão por Carlos Gois); *Revista do Instituto Hist. e Geog. Brasileiro*, vol. 8.º (Biografia por F. A. Varnhagen e vol. 2.º (1848) (O *Caramurú* perante a História, do mesmo); Manuel de Sousa Pinto — *O Indianismo na poesia brasileira* — 1928, etc.

O retrato da Marquesa de Alorna, condessa de Oeynhausen, que acompanha a edição das suas obras

Desde que, em 1826, Garrett, no seu *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*, escreveu, quanto ao século XVIII: — «E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros» — ficou o hábito de incluir em capítulo especial, nas Histórias da Literatura Portuguesa, os nomes de alguns poetas nascidos no Brasil ou supostamente brasileiros. Aludira Garrett a Cláudio Manuel da Costa, Fr. José Durão, Gonzaga, que êle supunha brasileiro, e José Basílio da Gama. A estes têm-se às vezes juntado outros: Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, Sousa Caldas, Caldas Barbosa, Francisco de Melo Franco. Não nos compete discutir aqui o acêrto dessa tradição, mas apenas satisfazer um desejo do organizador desta obra. Não deixaremos, porém, de notar que Teófilo Braga prestou muita atenção à maioria dêsses autores, entendendo que: — «Quando o século se apresenta exausto de vigor moral e de talento, é da colónia, que se agita na aspiração da sua independência, que lhe vêm as seivas das naturezas criadoras.» Pena foi que o sábio professor desse crédito, até no título do Vol. 20 da

sua grande *História da Literatura Portuguesa,* a uma lenda sem realidade, qual a da Arcádia Ultramarina como grémio, quando não passava de vaga indicação genérica, equivalente a poetas de além-mar, brasilienses, ou americanos.

São seis os principais poetas agrupados pelos historiadores da Literatura Brasileira com o rótulo de «Escola Mineira», que José Veríssimo substituiu por «Plêiade Mineira». Nem uma nem outra designação são rigorosamente exactas, pois êsses seis poetas, embora quási todos amigos, seguem caminhos diversos e têm características diferentes. José Basílio da Gama e Santa Rita Durão nasceram em Minas, mas abandonaram cedo a região natal, tendo morrido em Lisboa. Silva Alvarenga, natural de Minas, fixou-se e morreu no Rio de Janeiro. Gonzaga, julgado brasileiro, era portuense, e Alvarenga Peixoto carioca. Foram parar a Minas e, por causa da Conjuração Mineira, morreram desterrados em África. Cláudio Manuel da Costa, êsse, nasceu em Minas, viveu em Minas, e apareceu morto no seu cárcere mineiro. É, por conseguinte, o mais mineiro dos seis, que todos estiveram em Portugal, e, com excepção de José Basílio da Gama, passaram pela Universidade de Coimbra.

A MARQUESA DE ALORNA na Arte moderna

Entendemos que, numa História da Literatura Portuguesa, o primeiro a tratar, dos seis poetas que indicámos, não pode deixar de ser Gonzaga, e, por isso, por êle começaremos.

TOMÁS ANTÓNIO GONZAGA (1744-180?) — Cuidou-se durante muito tempo que Gonzaga, filho de brasileiro, nascera e se criara no Brasil. A edição brasileira, da *Marília de Dirceu,* de 1835, por exemplo, dá-o como natural da Baía. Pela certidão de baptismo averiguou-se que nascera no Pôrto, na Rua dos Cobertos em Miragaia, a 11 de Agosto. É, portanto, um poeta português, e dos melhores, com poucas notas brasileiras.

Antes de 1 de Outubro de 1763, data da sua matrícula em leis na Universidade de Coimbra, nada se sabe ao certo da vida de Gonzaga, que parece não ter saído até então de Portugal. Formado em 1768, só em 1782 é nomeado ouvidor para Vila Rica, transferindo-se para o Brasil. Gonzaga, que até aí resistira ao casamento, vai conhecer e vai cantar, na capital de Minas Gerais, o seu grande amor, primeiro glorioso e depois desgraçado, por uma brasileirinha mais nova do que êle vinte e cinco anos. Tencionando casar com a sua Marília em 1789, quando foi prêso a 23 de Maio, andavam ela nos vinte e êle nos quarenta e cinco: diferença de idades que imprime à *Marília de Dirceu,* vista por muitos como idílio juvenil e vulgar, um aspecto singular e completamente diverso do que têm pretendido atribuir-lhe vários críticos desdenhosos, como José Feliciano de Castilho:

> *Marília de Dirceu* venha após esta,
> Co'os seus vasios, chocalhantes versos,
> E co'a rima em lugar dos pensamentos:
> Que tem? fala de amor e são versinhos.

Felizmente que, contra a insensibilidade severa dêste Castilho e do irmão, sem esquecer a lamentável incompreensão do «ramilhete sêco de frivolidades» camiliano, altos louvores mais certos tem merecido Gonzaga, algumas de cujas Liras Garrett considerava «de perfeita e incomparável beleza».

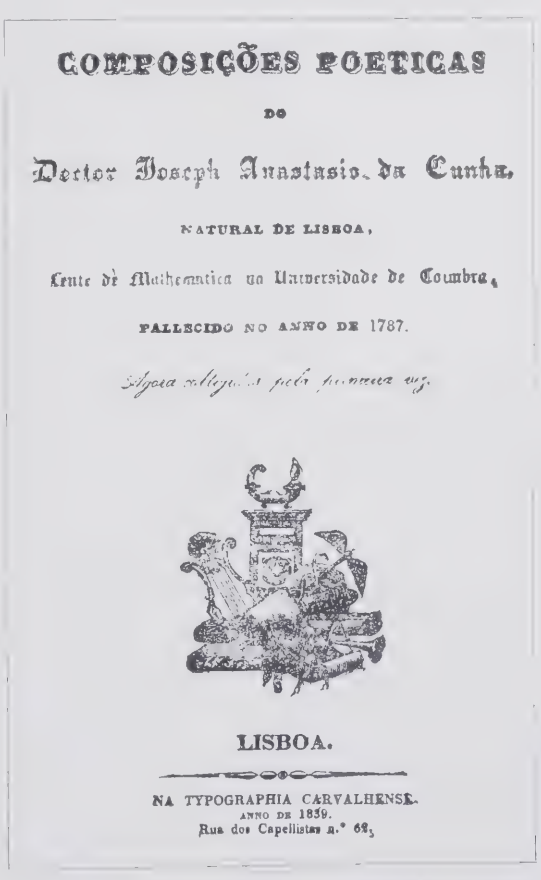
Como estilizador da sua paixão cheia de equilíbrio, Gonzaga, que ainda não foi estudado devidamente, não tem talvez rival em nenhuma literatura pelo carácter especialíssimo do seu lirismo e pela verdade da sua dôr. Com razão, pôde Nuno Pato Moniz dizê-lo «inventor de uma nova e belíssima espécie de poesia».

São dos mais belos da língua alguns dos dizeres de amor dêsse que passou de «venturoso a triste»:

> Eu tenho um coração maior que o [mundo!
> Tu, formosa Marilia, bem o sabes:
> Um coração... e basta
> Onde tu mesma cabes.

No seu perfil de *Dirceu,* nome pastoril de Gonzaga, Araripe Júnior falou em «aquela singular loqüela poética, que até hoje não encontrou exactíssimo imitador». Dúbio embora, é êsse um grande elogio, e deve lembrar-se que a «singular loqüela», ou seja a arte inconfundível do poeta, veio a influir no modo simples de João de Deus, para quem a *Marília de Dirceu* foi livro de cabeceira.

Acusado de comprometido na Conjuração Mineira, Gonzaga, já



COMPOSIÇÕES POETICAS

DO

Doctor Joseph Anastasio da Cunha,

NATURAL DE LISBOA,

Lente de Mathematica na Universidade de Coimbra,

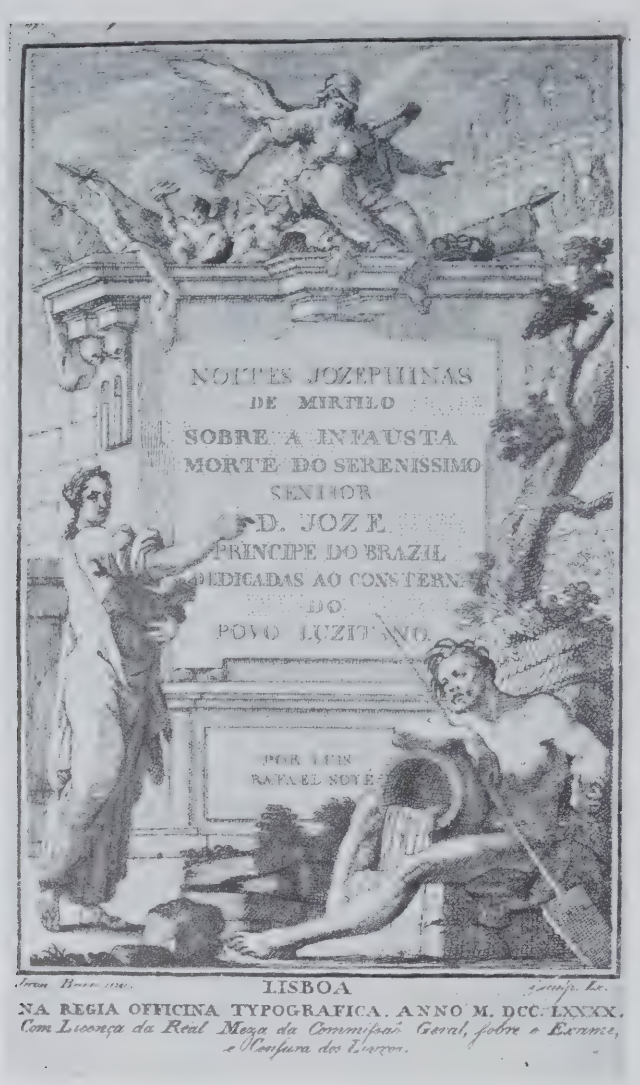
FALLECIDO NO ANNO DE 1787.

Segunda edição feita pela primeira vez.

LISBOA.

NA TYPOGRAPHIA CARVALHENSE.
ANNO DE 1839.
Rua dos Capellistas n.° 69.

O VOLUME das *Composições poéticas* de José A. da Cunha



Rosto da curiosa edição das *Noites Jozephinas*, de Luiz Rafael Soyé

Retrato de Luiz Rafael Soyé, inserto nas *Noites Jozephinas*

(Da livraria de Albino Forjaz de Sampaio)

nomeado Desembargador da Relação da Baía, viu-se condenado a degrêdo perpétuo para Angola, depois comutado em dez anos de destêrro em Moçambique, tendo seguido do Rio para África em 1792.

Nêsse mesmo ano aparecia em Lisboa, impressa na Tipografia Nunesiana, com 118 páginas, uma colecção de trinta e três Liras intitulada *Marília de Dirceu* por T. A. G. Nenhuma indicação de Primeira Parte a prometer seguimento. O nome do autor reduzido às iniciais perdurará nas futuras e inúmeras edições, até à do Rio de Janeiro, 1845, primeira a trazer por extenso o nome do autor. Em 1799 sai, na mesma Oficina Nunesiana, com a reimpressão da que passa a ser Primeira Parte, a primeira edição da Segunda Parte, composta de trinta e duas Liras. Em 1800 publica-se uma Terceira Parte, apócrifa, na Oficina de Bulhões, com quinze Liras e dois sonetos. Há outra Terceira Parte, de 1812, Impressão Régia, na qual se dá a Terceira Parte de 1800 como «obra de outro engenho», que, segundo Inocêncio, se dizia ser o poeta mineiro José Eloi Ottoni. Compreende oito Liras e outras composições, que muitas não se referem a Marília e podem ser de Gonzaga. A primeira edição brasileira é do Rio, 1810.

Deixada em Vila Rica a sua Marília, D. Maria Doroteia Joaquina de Seixas, que viria a acabar octogenária, Gonzaga, tendo visto ruir todos os seus sonhos de glória e de ventura iniquamente, adoece em Moçambique, e, sombra do que fôra, resolve casar com a sua dedicada enfermeira, D. Juliana de Sousa Mascarenhas, africana, filha dum comerciante português.

Sôbre a tragédia colonial de Gonzaga pairaram a injustiça e a incerteza. Nem sequer se sabe a rigor o ano da sua morte em Moçambique, já depois de expirada a vil condenação. Supõe-se ter-se dado entre 1807 e 1809.

> De ser cega a Fortuna eu não me queixo :
> Sim me queixo de que má cega seja :
> Cega que nem pergunta, nem apalpa,
> E' porque errar deseja.

Dissera êle nessa tão dolorosa Segunda Parte da *Marília de Dirceu*, iniciada pelo amargo dístico :

> Já não cinjo de louro a minha testa,
> Nem sonoras canções o deus me inspira,

e na qual tão admiràvelmente se afirmam, com as reminiscências clássicas da sua cultura, a serenidade e a distinção que Gonzaga, loiro e dado à elegância, devia ao seu avô materno, João Clark, inglês de Londres.

É hoje, quási que unânimemente, atribuída a Gonzaga a autoria da sátira *Cartas Chilenas*.

COMPOSIÇÃO de Luiz Rafael Soyé, inserta nas *Noites Jozephinas*

RETRATO do príncipe D. José, inserto nas *Noites Jozephinas*

CLÁUDIO MANUEL DA COSTA (1729-1789) — É um dos mais perfeitos sonetistas da língua portuguesa, como se pode ver do volume das *Obras de Claudio Manuel da Costa, Arcade Ultramarino, chamado Glauceste Satúrnio,* publicado em Coimbra, 1768, e no qual há oitenta e seis sonetos em português e catorze em italiano, além da *Fábula do Ribeirão do Carmo* e outras composições.

Nascido na Vargem do Itacolomi, a 5 de Junho, e formado em Coimbra, o Soneto LXXVI dará bem ideia do seu fundo arcádico à portuguesa :

Enfim te hei-de deixar, doce corrente
Do claro, do suavíssimo Mondego;
Hei-de deixar-te enfim, e um novo pêgo
Formará de meu pranto a cópia ardente.

De ti me apartarei, mas, bem que ausente,
Desta lira serás eterno emprêgo;
E quanto influxo hoje a dever-te chego
Pagará de meu peito a voz cadente.

Das Ninfas que, na fresca, amena estância
Das tuas margens húmidas ouvia,
Eu terei sempre nalma a consonância;

Desde o prazo funesto dêste dia,
Serão fiscais eternos da minha ânsia
As memórias da tua companhia.

Regressado à pátria, Cláudio Manuel da Costa teve de reconhecer que a natureza brasileira, mais rude e agressiva, repelia o bucolismo à europeia. «Não são estas as venturosas praias da Arcádia» — escreveu êle na Carta-dedicatória das *Obras*. Procurou renovar a sua maneira, tendo-nos deixado como maior prova dessa apetecida transformação o poema épico, em dez cantos, *Vila Rica,* no qual, depois de Garção Tinoco, que êle cita, tratou o tema bem brasileiro dos chamados Bandeirantes ou desbravadores do sertão.

Prêso como implicado na Conjuração Mineira, apareceu estrangulado no cárcere a 4 de Julho de 1789.

INÁCIO JOSÉ DE ALVARENGA PEIXOTO (1744?-1793) — Natural do Rio de Janeiro, formou-se em Coimbra, tendo sido magistrado, coronel e fazendeiro. Acusado de tomar parte na Conjuração Mineira, foi um dos condenados à morte, pena depois comutada em degrêdo perpétuo para Ambaca, onde faleceu a 1 de Janeiro.

Perdeu-se parte da sua obra. O pouco que resta foi reünido por Joaquim Norberto de Sousa Silva num volume da «Brasilia».

Casado com a poetisa paulista Barbara Heliodora Guilhermina da Silveira e pai de uma menina, com mais três irmãos, a quem tratava por «Princesa do Brasil», Alva-

renga Peixoto, além de odes laudatórias, compôs, já no cárcere, algumas poesias a que a sua situação desesperada aumenta a valia.

É de Alvarenga Peixoto um dos sonetos que acompanha o poema *O Uraguay*.

Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814) — Filho dum músico, e músico êle também, nasceu em Vila Rica. Formou-se em Coimbra. São dos seus tempos de Portugal o poema herói-cómico em cinco cantos, *O Desertor* (1774), a heróida *Teseu a Ariadna* (1774), e várias poesias à Estátua Eqüestre.

Amigo e admirador de José Basílio da Gama, endereçou-lhe *O Templo de Neptuno* (1777), *A Gruta americana* (1779), e uma *Epístola* que começa:

> Génio fecundo e raro, que com polidos versos
> A natureza pintas em quadros mil diversos.

Usou o nome arcádico de Alcindo Palmireno. A sua principal obra é a colecção de rondós e madrigais intitulada *Glaura. Poemas eróticos*. Lisboa, 1799.

Professor de Retórica e fundador da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, esteve prêso mais de dois anos por suspeito de revolucionário. Faleceu no 1.º de Novembro de 1814.

Pela escolha de certos temas, como o cajueiro, a mangueira, o beija-flor, etc., Silva Alvarenga deve ser considerado um dos iniciadores do lirismo brasileiro.

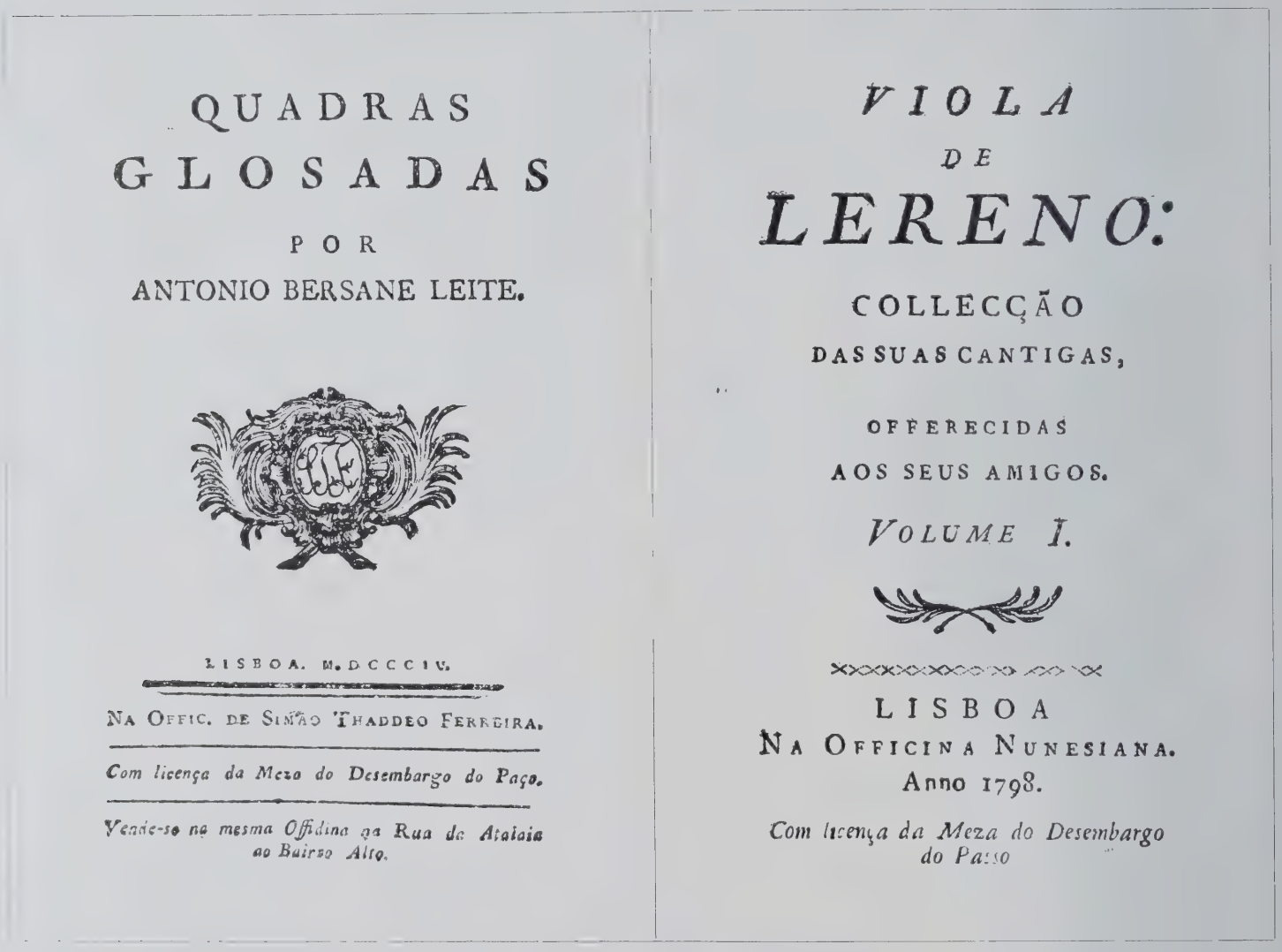
José Basílio da Gama (1741?-1795) — Nascido na chácara do Caxeu, em S. José do Rio das Mortes, hoje Tiradentes, é um poeta de singular relêvo na literatura da América do Sul o autor da famosa apóstrofe:

> Gentes da Europa, nunca vos trouxera
> O mar e o vento a nós. Ah! não debalde
> Estendeu entre nós a natureza
> Todo êsse plano espaço imenso de águas!

São versos da sua obra-prima, *O Uraguay*, poema em cinco cantos de verso livre, publicado em Lisboa no ano de 1769, e que é, na poesia brasileira, a pedra fundamental do chamado Indianismo. Oficialmente, o herói do *Uraguay* é Gomes Freire de Andrade, comandante das tropas reünidas de Portugal e Espanha contra os índios das Sete Missões, mas, nos três grupos de personagens do curto e belo poema, cabe papel principal aos índios, Cacambo, Cepé, Caitutú, Pindó, Tatu-Guaçu, Kobé, e às índias, Lindoya e Tanajura. O suicídio da primeira,

> Tanto era bela no seu rôsto a morte,

constitue o episódio mais célebre do *Uraguay*. Formam os outros dois grupos de personagens os militares, na sua



QUADRAS
GLOSADAS
POR
ANTONIO BERSANE LEITE.

LISBOA. M.DCCCIV.
Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira.
Com licença da Meza do Desembargo do Paço.
Vende-se na mesma Officina na Rua da Atalaia ao Bairro Alto.

VIOLA
DE
LERENO:
COLLECÇÃO
DAS SUAS CANTIGAS,
OFFERECIDAS
AOS SEUS AMIGOS.
VOLUME I.
LISBOA
Na Officina Nunesiana.
Anno 1798.
Com licença da Meza do Desembargo do Paço

Dois curiosos volumes de versos do século XVIII

maioria, portugueses, e os jesuitas, designados com os seus nomes verdadeiros, como Balda (o P.e Lourenço Balda, cura do povo de S. Miguel) e Tedêo (o P.e Tadeu Ennis, cura de Santo Estanislau e autor de umas Efemérides da Guerra dos Guaranis, em latim).

Quando foi extinta a Companhia de Jesus, José Basílio da Gama, que era noviço no Rio de Janeiro, abandonou-a e veio para Portugal, indo depois até Itália, onde foi admitido na Arcádia de Roma com o nome pastoril de Termindo Sipílio, que figura no frontispício do *Uraguay*. De Roma tornou ao Brasil, voltando para Lisboa em 1768. Denunciado como jesuíta, teve de assinar o compromisso de se exilar para África. Valeu-lhe então o escrever um *Epitalâmio às núpcias da Senhora D. Maria Amália, filha do Marquês de Pombal* (1769). Pombal não só lhe perdoou como o protegeu, nomeando-o em 1774 oficial da Secretaria de Estado do Reino. Coube-lhe, nêsse cargo, registar, em 1777, o Auto do levantamento e juramento de D. Maria I. Antes assinara o Regimento da Inquisição de 1774.

No seu poemeto *A Doença* (1777), outro poeta brasileiro, Caldas Barbosa, aludiu à sorte de José Basílio:

Só d'um posso contar, é só Si-
[pilo,
Que vagando também sem ter
[asilo,
Achou mão poderosa que o
[erguera
Da abatida miséria, e que lhe
[dera
Grata matéria a sonoroso
[canto:
Feliz Sipilo, que merece tanto.

Sipílio, Termindo Sipílio, e não Sipilo, como escreve Caldas Barbosa, era como já vimos, o nome poético de José Basílio da Gama, que, feito escudeiro fidalgo e cavaleiro da Casa Real, e havendo recebido o hábito de S. Tiago, com diversas tenças, veio a falecer a 31 de Julho de 1795.

Garrett, que se deixou influenciar pelo *Uraguay*, considerava-o «o moderno poema que mais mérito tem na minha opinião». Na pena de Garrett, o adjectivo «moderno» correspondia a pre-romântico.

Fr. José de Santa Rita Durão (1722-1784). — A ordem cronológica faz com que se deva ler o *Caramurú* depois de *O Uraguay*, e faz muito bem, porque José Basílio da Gama nos dá primeiro a atmosfera americana, para Durão nos trazer depois o ambiente brasileiro. A América começa a ser realidade poética com *O Uraguay*, e passa a afirmação brasileira com o *Caramurú*, publicado em 1781. Com o seu estro inovador, José Basílio da Gama rasgou a estrada, e Santa Rita Durão meteu por ela, embora, quanto à forma, muito mais apegado aos moldes camonianos.

O *Caramurú*, «poema épico do descobrimento da Baía», aliás já descoberta havia anos, propunha-se ser como que uns *Lusíadas* da América do Sul. Dizia-o o próprio autor: — «Os sucessos do Brasil não mereciam menos um poema que os da Índia». O herói do poema, que tem dez cantos e 834 oitavas, é um náufrago português, Diogo Alvares Correia, «nobre vianês», chamado Caramurú pelos índios, cujos costumes Durão descreve com certo pitoresco e valor etnográfico, entendendo que, afinal, todos os povos atravessam um estado selvagem:

Foram qual hoje o rude Ameri-
[cano
O valente Romano, o sábio Ar-
[givo;
Não foi de Salmoneu mais tôrpe
[o engano,
Do que outro Rei fizera em
[Creta altivo.
Nós, que zombamos dêste Povo
[insano,
Se bem cavarmos no solar na-
[tivo,
Dos antigos Heróis dentro às
[imagens,
Não acharemos mais que outros
[Salvagens.

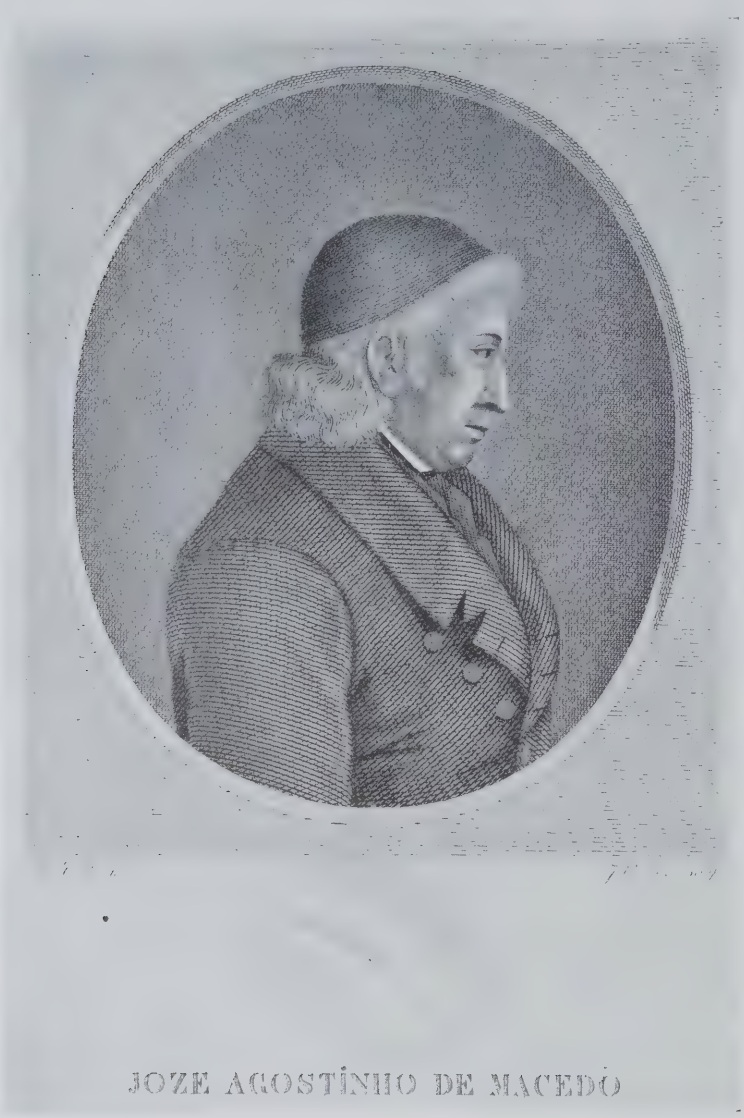
Tomaz Pinto Brandão, um dos mais populares poetas do seu tempo

Na Nota 7 do mesmo Canto II, insistiu na ideia, prevenindo-se contra as críticas ao seu assunto: «Os Heróis dos tempos fabulares foram sem dúvida semelhantes aos nossos primeiros Descobridores, feitos célebres pela rudeza e ignorância dos seus tempos. Observamos êste paralelo para preocupar a censura de quem acaso estimasse a matéria e objecto desta Epopeia indigna de comparar-se à que escolheram os antigos Poetas Épicos.»

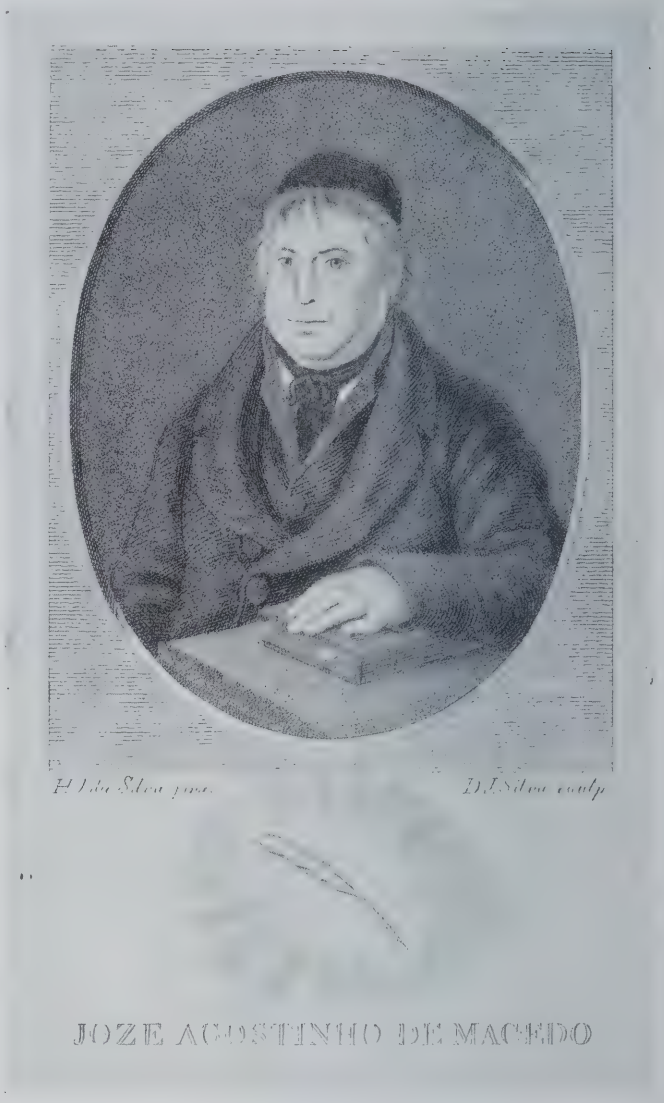
Fr. José de Santa Rita Durão, natural da Cata-Preta, em Minas, veio do Brasil aos nove anos e nunca mais lá voltou. Professou na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, e esteve uns doze anos em Roma, tendo sido bibliotecário da Biblioteca Lancisiana. Voltando a Portugal em 1777, chegou a lente de Teologia em Coimbra. Morreu em Lisboa a 24 de Janeiro de 1784, e, nos seus últimos anos de Coimbra, teve por discípulo e secretário a José Agostinho de Macedo, que, no prefácio da *Viagem extática ao Templo da Sabedoria*, se lhe referiu com louvor.

José Daniel, no *Portugal enfêrmo*, não esqueceu também o autor do *Caramurú*:

Um Durão, Padre mestre Graciano,
Com Estro divertido Americano.



RETRATO de *O Oriente*, 1827



RETRATO do popular escritor, de uma das suas edições

O TEATRO

BIBLIOGRAFIA — Teófilo Braga — *Historia do Theatro Portuguez.* Vol. III. *A Baixa Comedia e a Opera. Século* XVIII — Pôrto, 1871; Albino Forjaz de Sampaio — *Subsídios para a História do Teatro português. Teatro de Cordel* — Lisboa, 1922; Costa e Silva — *Ensaio biografico-critico sobre os melhores poetas portuguezes* — Lisboa, vol. X, 1855; Inocêncio e Brito Aranha — *Diccionario bibliographico portuguez;* Matos Sequeira — *Depois do terremoto,* vol. II — Lisboa, 1918; Manuel Pereira Peixoto de Almeida Carvalhais — *Marcos Portugal na sua musica dramatica* — Lisboa, 1910-1916; Sousa Bastos — *Carteira do Artista* — Lisboa, 1898; id. — *Diccionario do Theatro Portuguez* — Lisboa, 1908; Firmino Pereira — *O Porto d'outros tempos* — Pôrto, 1914; Júlio de Castilho — *Lisboa antiga. O Bairro Alto* — Lisboa, 1902. Vol. V; Antero de Figueiredo — *Jornadas em Portugal* — Lisboa, 1918; *Catalogue de la Bibliothèque de M. Ricardo Heredia* — Paris, 1891; Joaquim de Vasconcelos — *Os musicos portugueses* — Pôrto, 1870; Barrera y Leirado — *Catálogo bibliográfico y biográfico del Teatro antiguo español, desde sus origenes hasta mediados del siglo XVIII* — Madrid, 1860; Garcia Peres — *Catalogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano* — Madrid, 1890; Júlio César Machado — *Biografia do actor Isidoro;* id. — *Biografia da actriz Soller;* Ribeiro Guimarães — *Summario de varia historia* — D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos — *A Saudade Portuguesa* — Pôrto; Manuel de Figueiredo — *Theatro; O Occidente,* V e VI vol.; *Boletim da Real Associação do Architectos Civis e Archeologos Portugueses.* Tomo XI — 1908. Opúsculos de José Agostinho de Macedo sôbre as *Pateadas; Memorias da Academia Real das Sciencias.* Tomo V (Aragão Morato); *Jornal do Commercio* n.º 3736 e seg. (J. M. A. Nogueira — *Archeologia do Theatro Portuguez).*

O teatro do século XVIII, para efeitos da história do teatro, há que ser estudado no seu aspecto aristocrático, isto é a Ópera, com a sua música, coreografia e arte cénica, e no seu aspecto popular, o teatro de cordel, seu mundo, tramoias e invenções. Mas, para efeitos da história da literatura, êsse estudo é apenas reduzido a duas ou três figuras, como as de António José da Silva, o *Judeu,* que Camilo tão bem romanceou, Nicolau Luíz e Manuel de Figueiredo. De tôdas elas só uma fulge com esplendor: a do *Judeu.* As dos seus parceiros apagam-se, se as escabicharmos com cuidado, reduzidas às suas verdadeiras proporções. A de Nicolau Luíz, autor, tradutor, adaptador, ensaiador, homem dos sete ofícios, uma verdadeira utilidade dentro do seu teatro e dentro do seu tempo; a de Manuel de Figueiredo, visionário que pretendeu orientar em teatro sem cuidar de orientar o seu esfôrço, que por isso mesmo resultou improdutivo. E assim, o teatro da Ópera não nos

O ORIENTE

POEMA EPICO

DE

JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO.

Plus ultra.

LISBOA:

NA IMPRESSÃO REGIA.

1827.

Com Licença

A SEGUNDA EDIÇÃO de *O Oriente* feita à custa do mosteiro de Alcobaça e de que se tiraram 1.500 exemplares

GAMA,

POEMA NARRATIVO,

AUTHOR

JOSÉ AGOSTINHC DE MACEDO.

LISBOA,

NA IMPRESSÃO REGIA.

1811.

Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Vende-se na Loja de Desiderio Marques Leão no largo do Calhariz, N.° 12.

A PRIMEIRA EDIÇÃO do *Gama*, poema de onde saiu *O Oriente*

interessa por fora do nosso assunto e o teatro de cordel pouco nos interessa por carecido de valor literário capaz de figurar numa História da Literatura.

Mas, porque seja justo traçar o quadro onde estas três figuras se moveram, vamos sintetizar a época e o meio sob o ponto de vista teatral. Temos que dar a preferência à *baixa-comédia*, ao teatro de cordel, já porque os seus ancestros vinham do século XVI, já porque o espírito das multidões setecentistas para êle ia de preferência, deixando ao rei e à côrte, as óperas que não entendia e uma língua que não era a sua. O teatro popular vinha do século XVI e tão persistentemente que o sentir das multidões estupidificadas e ingénuas o perpetuava. No século XVIII muitas e muitas foram as edições de Afonso Álvares, Baltasar Dias, do padre Francisco Vaz de Guimarães, etc. E por tôda a província o *Auto da Paixão de Cristo* ou o de *Santa Genoveva*, arrancavam aplauso e admiração. Em Lisboa, no *Pátio da Comédia*, no Bairro Alto, onde floresceu, de 1727 e 1733, a companhia espanhola de António Rodrigues, depois denominado *Teatro do Bairro Alto* e que só acabou pelo terremoto de 1755, se representavam tôdas as endróminas cénicas do tempo e até as obras do *Judeu*. Era situado ao fim da rua da Rosa, no Pátio do Conde de Soure, e se ali viu representar o *Ju-*

VIAGEM EXTATICA

AO

TEMPLO DA SABEDORIA

POEMA

EM QUATRO CANTOS

POR

JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.

LISBOA

NA IMPRESSÃO REGIA.

1830.

Com Licença

A PRIMEIRA EDIÇÃO da *Viagem extatica*, feita à custa do Mosteiro de Alcobaça. É o poema *Newton* refundido

(Tôdas as obras de José Agostinho de Macedo reproduzidas são da livraria de Albino Forjaz de Sampaio)

A
MEDITAÇAO.
AUTHOR
JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.

Me, me adsum qui feci, in me convertite ferrum.
Virg. Liv. 8. Eneid.

LISBOA:
NA IMPRESSÃO REGIA. Anno 1813.

Com Licença.

A SEGUNDA EDIÇÃO do poema *A Meditação*

A MEDITAÇÃO.
POEMA FILOSOFICO
EM QUATRO CANTOS.
AUTHOR
JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO.

Disce legens studium ex me, verumque laborem,
Fortunam ex aliis, nam te mea penna Minervæ
Adictum dabit, et nulla inter prœmia ducet.

LISBOA:
NA IMPRESSÃO REGIA.
ANNO DE MDCCCXIII.
Com licença.

DUAS DAS EDIÇÕES de *A Meditação* com data de 1813, uma delas desconhecida dos bibliógrafos

A MEDITAÇÃO.
POEMA FILOSOFICO
EM QUATRO CANTOS.
AUTHOR
JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO.

Disce legens studium ex me, verumque laborem,
Fortunam ex aliis, nam te mea penna Minervæ
Adictum dabit, & nulla inter prœmia ducet.
O A.

LISBOA,
NA IMPRESSÃO REGIA.
1813.
Com Licença

Nunes, pintor, arquitecto e decorador, e de que foi alma António José de Paula, homem de grande valor em assuntos teatrais. O *da Mouraria* não teve intromissão notável nas representações do tempo, pois estava em plena decadência.

Para a ópera, fundara-se o Teatro da Ópera do Tejo, que durou sete meses, pois inaugurado em 31 de Março de 1755 em Novembro o terremoto transformou-o num montão de ruínas, e existia o velho teatro de Horta dos Condes, que o terremoto arrazou também. Mas, se a ópera não nos interessa, vamos em compensação ao teatro popular, aquela literatura, aquele teatro que o povo pitorescamente apodou de teatro de cordel.

Teatro de cordel

Nicolau Tolentino foi quem, na sátira *O Bilhar*, deu a designação bibliográfica ao teatro popular do século XVIII.

«Todos os versos leu da Estatua Equestre,
E todos os famosos Entremezes,
Que no Arsenal ao vago caminhante
Se vendem a cavallo n'um barbante.»

Vendido pelos cegos papelistas e encavalitado nos cordéis com que nas paredes os vendedores improvisavam os seus lugares de exposição, o teatro de cordel é numerosíssimo. Inocêncio, que o tentou recensear, não o conseguiu, como o não conseguiu Teófilo Braga. É tarefa impossível pois que o tempo, calamidades da sorte vária e a própria natureza do seu papel ordinário, cada dia que passa fazem rarear o seu número. Rodrigo José de Lima Felner reüniu uma colecção, que se compunha de 343 comédias, e que existe na Livraria Fernando Palha, hoje na América. A essa colecção adicionou o seu possuidor mais 32 peças, o que prefaz 375 peças diferentes. O autor dêste artigo reüniu outra colecção que se compõe de 487 peças diferentes e mais 253 edições diversas das mesmas peças, colecção que é hoje pertença do ilustre bibliófilo sr. Vítor Perez. Essa colecção contém 108 peças que a de Fernando Palha não encerra, faltando-se por seu turno 25 das que ela possue e que devem ser hoje, ou só por milagroso acaso, difíceis de reünir.

Êsse teatro são originais e traduções, muitas traduções mesmo, porque disso se vivia então. Traduções do espanhol, do italiano e do francês. De Moreto, Solis, Calderon, Vilhelgas, Candamo, Medina, Mira de Amesma, Villaviciosa y Avellaneda. De Goldoni e Metastasio. De Corneille, Molière e Voltaire. Traduções e imitações.

Eram comédias, dramas, entremezes, farsas, tragédias, peças, óperas, tragi-comédias, em que abundavam as sátiras aos peraltas, a crítica aos tafuis, as chanças às criadas ladinas e aos velhos namoradores, galegos lorpas, etc. É um repositório abundantíssimo de modos, usos, costumes, locuções e ridículos curiosíssimos dêste curiosíssimo século.

Muitas das suas peças ocuparam lugar duradoiro no teatro, como *Os Cazadinhos da Moda*, *O Capitão Belizario*, *A Creada Ladina*, *D. Ignez de Castro*, a imitação de Molière *O Esgaranelo*, o *Casamento por força*, etc., que tiveram não só o favor das plateias, como o favor do público, que lhe esgotava as edições.

Estátua de António José da Silva

(O Judeu)

POR

José Simões de Almeida (sobrinho)

A estátua do popularíssimo escritor que a inquisição queimou em auto de fé ainda não figura em canto nenhum da cidade que viu o fogo reduzi-lo a cinzas. Todavia, o pedestal está já construído defronte da Maternidade Alfredo da Costa e a estátua pode ver-se no *atelier* do seu autor, no edifício da Escola de Belas Artes, preparada para a fundição. Feita por encomenda da Junta Liberal, presidida pelo dr. José de Castro, não foi erecta por morte dêste, e por terem desaparecido a pouco e pouco todos os membros que constituiam a comissão. O pedestal é do arquitecto Tertuliano de Lacerda Marques, e foi construído pela Câmara Municipal em lióz. Já lá vai uma boa dezena de anos. O escultor fêz a estátua e dela não tirou nem a glória de a ver comemorando o artista que Camilo celebrou no romance, nem dinheiro, pois que nada recebeu até hoje.

E não se sabe até quando António José da Silva não terá o seu monumento.

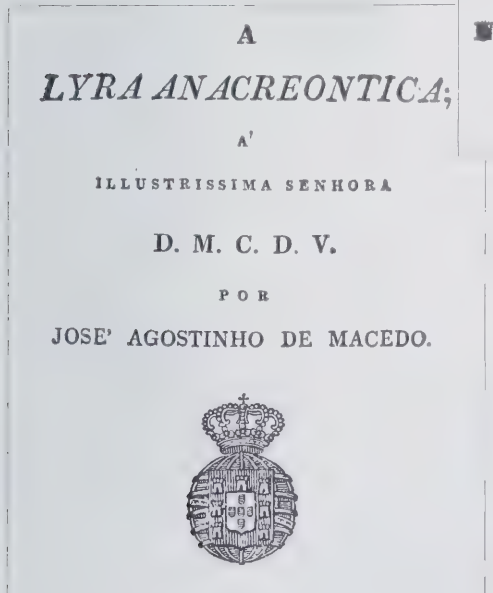
Estátua de António José da Silva (o Judeu)

pelo ilustre escultor José Simões de Almeida (sobrinho)

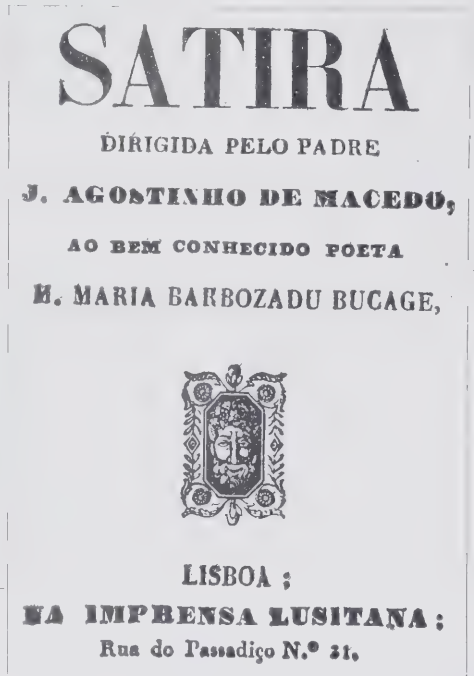
Para o teatro trabalhava afanosamente uma multidão. Nicolau Luíz dava-lhe todo o seu esfôrço, ensaiando, compondo, remendando, traduzindo, inventando. António José de Paula, José Felix da Costa, Vitorino José Leite, João Inácio Henriques, José António Ferreira, Vítor Porfírio de Borja, António Borges Garrido, Silvestre Ferreira, Francisco António de Sousa, Rodrigo César, João de Almeida, Lourenço António, José da Cunha de Morais, José Arsénio da Costa, Cecília Rosa de Aguiar, Luíza de Aguiar, Maria Joaquina, Joana Inácia da Piedade e Francisca Eugénia era actores do Teatro do Bairro Alto. José Procópio Monteiro era, em 1784, o «famoso centro» do Salitre. Quanto às suas edições, se a peça era boa imprimia-se ràpidamente, no formato da série, imitada do espanhol, e cegos e vendilhões apregoavam-na pelas ruas e vielas, ganhando fartos proventos.

E não se julgue que o teatro de cordel se fica em Portugal. Não. Atravessa o Oceano e vai até ao Brasil na bagagem das gentes simples e audaciosas que lá vão tentar vida. Vão os Autos, vão os Mistérios e o padre Ventura, «brasileiro e homem de cor», inaugura no Rio de Janeiro a sua Casa de Ópera, onde põe em cena *O Labyrinto de Creta*, a *Vida de D. Quichote* e os *Encantos de Medea*, do nosso fluminense António José da Silva. Mas a Casa da Ópera de lá, como a de cá, ardeu, e nova Casa da Ópera surgiu, a de Manuel Luíz, onde se representavam as *Astucias de Escapim* e *D. Ignez de Castro*, além do popularíssimo *Judeu*. Eram grandes actores «Joaquim da Lapa, a actriz cantora Maria Joaquina, José Ignacio da Costa, por alcunha—o Capacho — que não era sómente actor, porem ainda poeta e major do regimento dos pardos».

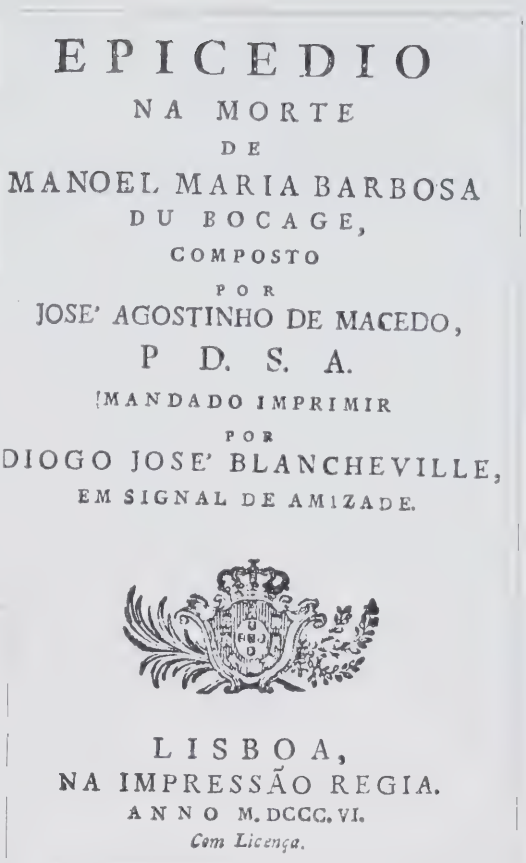
De 1730 e tal a 1775 foi assim e a política fêz fechar o teatro. Depois, como rei, o teatro adquiriu galas e importância e até Vítor Porfírio de Borja, actor do Teatro do Bairro Alto, lá adquiriu notoriedade como tribuno popular.


A
LYRA ANACREONTICA;
A'
ILLUSTRISSIMA SENHORA
D. M. C. D. V.
POR
JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.
LISBOA:
NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1819.
Com Licença.

A PRIMEIRA EDIÇÃO da *Lyra Anacreontica*, de 1819


SATIRA
DIRIGIDA PELO PADRE
J. AGOSTINHO DE MACEDO,
AO BEM CONHECIDO POETA
M. MARIA BARBOZA DU BUCAGE,
LISBOA;
NA IMPRENSA LUSITANA:
Rua do Passadiço N.º 31.
1838.

A SÁTIRA escrita em 1801 e publicada pela primeira vez em 1838, e de que êste rosto é segunda edição


EPICEDIO
NA MORTE
DE
MANOEL MARIA BARBOSA
DU BOCAGE,
COMPOSTO
POR
JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO,
P. D. S. A.
MANDADO IMPRIMIR
POR
DIOGO JOSE' BLANCHEVILLE,
EM SIGNAL DE AMIZADE.
LISBOA,
NA IMPRESSÃO REGIA.
ANNO M. DCCC. VI.
Com Licença.

O *Epicedio na morte de Bocage*, tido como uma das melhores obras de José Agostinho e publicado também nas obras de Bocage

António José da Silva

BIBLIOGRAFIA — *Labyrintho de Creta* — Lisboa, 1736; outra ed., 1740; *Zarzuela de uma opera epithalamica, nas bodas do principe D. José* — Lisboa, 1729; *Glosa ao Soneto de Camões «Alma minha gentil, que te partiste»...* Outra ed. com um prefácio de Joaquim de Araujo — Pôrto, 1889; *As variedades de Protheu*, comédia — Lisboa, 1737; *Guerras do Alecrim e Manjerona*. Ópera joco-séria — Lisboa, 1737; outra ed., Lisboa, 1770; outra, R. Janeiro, 1847; outra, Prefácio do Dr. Mendes dos Remédios — Coimbra, 1905; *O Grande Governador da Ilha dos Lagartos* (Imitação de um episódio da vida de D. Quixote) — Lisboa, 1784; Há mais 3 edições s/data; *Esopaida, ou vida de Esopo*. Ópera — Lisboa, 1817; *Vida do grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança. Opera jocosa*. Prefaciada e revista por Mendes dos Remédios — Coimbra, 1905.

Theatro comico portuguez, ou Collecção das operas portuguezas que je reprefentarão na Casa do Theatro publico do Bairro Alto de Lisboa. 2 vols. — Lisboa. Francisco Luíz Ameno. 1774. (III vol.). *Operas portuguezas*. Lisboa. Off. de Inacio Rodrigues — 1746; 2.ª ed., 1751; outra ed. dos primeiros 2 vols., Lisboa, 1751; id., Lisboa, 1753; id., 4.ª ed., Lisboa, 1759. A estas ed. anexaram-se os vols. 3.º e 4.º, em Lisboa, 1760 e 1761; outra ed. dos 4 vols., Lisboa, 1787-1792.

Obras do diabinho da mão furada... pub. na *Revista Brasileira* e depois no *Theatro de Antonio José (o Judeu)* — Rio de Janeiro, 1911, precedida de notícia crítica e bibliográfica por João Ribeiro. 4 tomos (Livraria Garnier).

É-lhe também atribuida a *Historia comica de Cefalo e Procris* — Lisboa, 1737.

A Vida de D. Quixote foi traduzida em francês por Ferdinand Denis e incluída na colecção dos *Chefs-d'Oeuvre des Théatres étrangers.*

Sôbre o Judeu consulte-se: Barbosa Machado — *Bibliotheca Lusitana;* Inocêncio — *Diccionario bibliographico;* Costa e Silva — *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes,* tomo X, págs. 328-371; Camilo C. Branco — *O Judeu;* Ernest David — *Les opéras du juif, Antonio José* — Paris, 1880; Ruscalla — *Il Giodeo Portoghese* — Turim, 1852; Teófilo Braga — *Historia da Litteratura Portugueza — Os Arcades,* vol. 4.º pág. 113; id. — *Historia do theatro portuguez,* tomo III; Artur Mota — *Historia da literatura brasileira* — São Paulo, 1930.

ANTÓNIO José da Silva, o *Judeu,* nasceu no Rio de Janeiro a 8 de Maio de 1705. Foram seus pais João Mendes da Silva, advogado, e D. Lourença Coitinho, matrimónio de que nasceram três filhos: André Mendes, Baltasar Rodrigues e António José. Perseguida no Brasil, para se onde trasladaram as doutrinas da caça aos Judeus, a família do futuro dramaturgo embarca para Lisboa, onde sua mãi vem dar entrada nos cárceres do Santo Ofício. Foi isto em 1712, princípios de 1713, e a pobre saíu penitenciada no auto de fé de 9 de Julho do mesmo ano. Estava *reconciliada.* Mas a Inquisição não deixava dormir aqueles que por infelicidade um dia lhe caíam nas mãos. Em 8 de Agôsto de 1726 sua mãi é outra vez prêsa e com ela António José, que freqüentava Coimbra. A Inquisição acusa-o de várias torpezas, de judeu, de sedutor, de homo-sexual, declarando-o, em 22 de Agôsto, apóstata, hereje, ficto, falso, confitente, deminuto e impenitente, condenando-o na pena de excomunhão maior e confiscação de todos os bens. Saíu no Auto de fé de 15 de Outubro de 1726, «com a condição de ser doutrinado».

Diz Teófilo Braga que «foi certamente no intervallo que vae de 1727 a 1733 que Antonio José da Silva fez a sua formatura em direito na Universidade de Coimbra, vindo depois advogar em Lisboa, no escriptorio de seu pae». Entre 1733 e 1734 casa o poeta com sua prima Leonor Maria de Carvalho, como êle experimentada nos cárceres do Santo Ofício.

Começa então a vida literária de António José. Tendo experimentado o seu vezo literário com várias composições, é em 1733 com a *Vida do grande D. Quixote de la Mancha,* que, no Teatro do Bairro Alto, êle se estreia a valer.

NEWTON

POEMA.

POR

JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.

SEGUNDA EDIÇÃO CORRECTA, E AUGMENTADA.

LISBOA:
NA IMPRESSÃO REGIA.

ANNO 1815.

Com Licença.

Vende-se em Casa de Joam Nunes, na Rua da Gloria N. 14.

A SEGUNDA EDIÇÃO do *Newton* de José Agostinho

Depois vieram tôdas as suas peças, críticas de costumes, sátiras a figuras e usos, tudo entressachado de modinhas brasileiras, que tornavam os seus escritos não só populares como queridos do público. António José é o teatro do seu tempo e tôdas as qualidades e defeitos dêle na sua obra se reflectem. É o entremez lusitano com o teatro de Metastásio e Goldoni, se êstes tivessem nascido circulando-lhes nas veias sangue português.

Grangeara já meios de fortuna e corria-lhe a vida agradável, bafejado pela popularidade, quando em 1737 foi novamente prêso pela Inquisição. Saíu dois anos depois no Auto de fé para ser queimado como *relapso* e *negativo.* Foi efectivamente queimado. Não foi êsse um dos menores crimes do sinistro Tribunal.

As suas comédias reünidas no *Theatro comico,* ainda hoje são lidas e apreciadas. No panteão literário que são as histórias da literatura, o seu nome figura entre os melhores do seu tempo. É uma restituição póstuma e uma apoteose justiceira ao seu nome.

Nicolau Luís

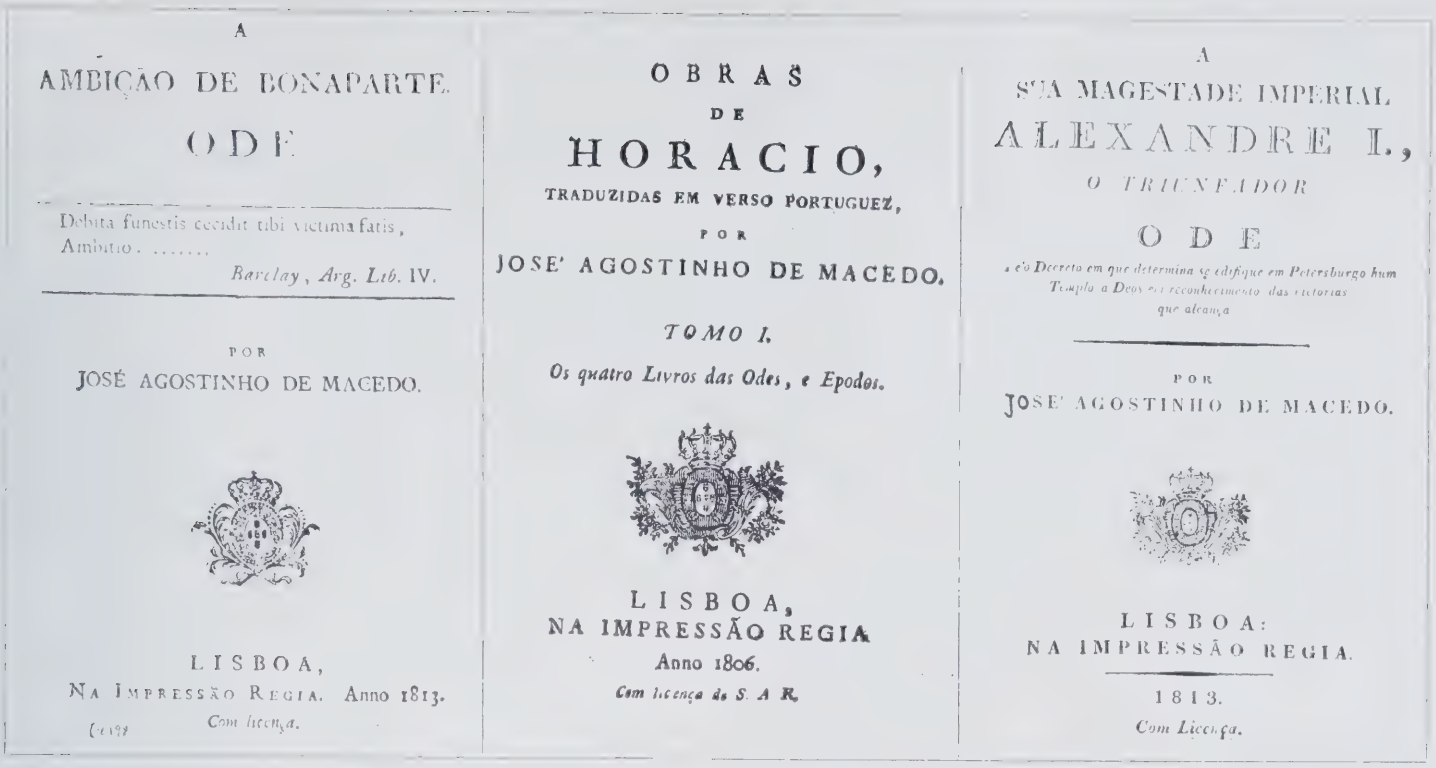
BIBLIOGRAFIA — *Os Maridos Paraltas e as mulheres sagazes* — Lisboa, 1788. (Única comédia que aparece com o seu nome).

Comédias que lhe são atribuidas: *A Ilha dezabitada* — Lisboa, 1772, 1781, 1783, 1783; *A Bella Salvagem* (de Goldoni) — Lisboa, 1778; Lisboa, 1788; Lisboa, 1788; Lisboa, 1788; *Cordova Restaurada ou o Amor da Patria* — Lisboa, 1779; Lisboa, 1782; *Aspasia na Syria* — Lisboa, 1788; Lisboa, 1789; Lisboa, 1792; Lisboa, 1803; *Heraclio reconhecido* — Lisboa, 1781; id. 1783, 1792, 1826; *Escravo em grilhões de ouro* — Lisboa, 1782 (Tradução de Candamo); *D. João de Alvarado o criado de si mesmo* — Lisboa, 1782; Lisboa, 1789; *Alarico em Roma* — Lisboa, 1783; id., 1783; *O Conde Alarcos* (de Mira de Mescua) — Lisboa, 1783; id., 1783; id., 1792; *A Restauração de Granada* — Lisboa, 1783; id., 1792; *Amor e obrigação* (do espanhol) — Lisboa, 1784; id., 1784; *D. Ignez de Castro* — Lisboa, 1785, 1813, 1844, 1790, 1792, 1792.

Atribue-se-lhe ainda *O Capitão Belizario* (de Mira de Mescua?), *Ezio em Roma, Artaxerxes, Pharamundo na Bohemia,* etc.

A *D. Ignez de Castro* foi traduzida para inglês por John Adamson — New-Castle, 1808.

NICOLAU Luíz ou Nicolau Luíz da Silva foi o grande animador do teatro de cordel, o continuador de António José da Silva. Costa e Silva dá-no-lo como mestre de meninos, «que morava no fim da rua da Rosa, toucado com uma cabelleira de grande rabicho, que ninguém viu na rua se não embuçado com capote



A

AMBIÇÃO DE BONAPARTE.

ODE

Debita funestis cecidit tibi victima fatis,
Ambitio. .....

Barclay, Arg. Lib. IV.

POR

JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO.

LISBOA,
NA IMPRESSÃO REGIA. Anno 1813.
Com licença.

OBRAS
DE
HORACIO,
TRADUZIDAS EM VERSO PORTUGUEZ,
POR
JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.

TOMO I.

Os quatro Livros das Odes, e Epodos.

LISBOA,
NA IMPRESSÃO REGIA
Anno 1806.
Com licença de S. A R.

A
SUA MAGESTADE IMPERIAL
ALEXANDRE I.,
O TRIUNFADOR
ODE
e ao Decreto em que determina se edifique em Petersburgo hum Templo a Deos em reconhecimento das victorias que alcança

POR
JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.

LISBOA:
NA IMPRESSÃO REGIA.
1813.
Com Licença.

DUAS ODES E UMA TRADUÇÃO de Horácio feitas pelo padre José Agostinho de Macedo, poeta amoroso e panfletário político da maior truculência do seu tempo, tão provocado como provocante, tão admirado como temido e tão grande que ainda hoje pode ser um grande exemplo literário

de baetão de toda a roda, notavel pelo desalinho e desmazelo do seu vestuario, trazendo comsigo um grande cão de agua, que o acompanhava sempre, e sorvendo repetidas pitadas de simonte com toda a placidez e magestade cathedratica». Foi juiz do povo no terremoto de 1755 e pouco ou nada se sabe da sua vida e labor. Sabe-se apenas que à sua actividade deveu ter o teatro do Bairro Alto sempre peças novas, porque êle as fazia, as adaptava, as traduzia, as engendrava de qualquer modo, vendendo os originais, que nem sequer revia ou assinava, ao cego papelista Romão José, que vendia comédias à esquina do convento de S. Domingos, no Rossio. Tem o seu teatro valor literário para ser incluido numa história da literatura? Não tem. Mas não é de mais lembrar um homem que deu ao teatro do seu tempo, vida e esfôrço, e que foi o grande fornecedor, dessa enormíssima série de *teatro de cordel*.

Manuel de Figueiredo

BIBLIOGRAFIA — *Theatro de Manuel de Figueiredo* — Lisboa — 1804 a 1815, 14 tomos; *Obras posthumas de Manuel de Figueiredo* — Lisboa, 1804-1810, 2 tomos.

MANUEL de Figueiredo, na Arcádia Lycidas Cynthio, nasceu em Lisboa a 15 de Julho de 1725 e morreu a 27 de Agôsto de 1801. Foi homem instruido, a quem Sequeira pintou o retrato, e foi um infatigável trabalhador, como o demonstram as suas obras. Mas, mais do que a sua obra dramática, o seu nome impõe-se ao investigador pela tarefa em que se empenhou e que não teve fôrças para levar a cabo: a reforma do teatro português. De 1756 a 1777 êle só pensou nesse sonho e a atestá-lo ficaram os seus discursos recitados na Arcádia, discursos em que êle critica o teatro do seu tempo e preconiza os modos de o reformar. Entretanto compunha «quarenta e um dramas, em que entram vinte e quatro comédias originais e cinco imitadas ou traduzidas; e doze tragédias, das quais são originais oito, e traduzidas quatro». Não teve grande incentivo o seu teatro, em que há muito de aproveitável e que editorialmente é hoje de grande raridade.

Garção e Quita, os autores do *Theatro Novo* e da *Castro*, foram já tratados, mas nenhum mal advém de novamente se lhe lembrarem os nomes. Garção, nas suas comédias, é que brilha com todo o seu fulgor. O *Theatro Novo* e *A Assembleia ou Partida*, comédia de costumes, são teatro que ainda hoje têm não só senso comum, como bastantes belezas literárias. É nesta última que se encontra a *Cantata de Dido*, tão enaltecida por Garrett. Quita é o autor das tragédias em verso *Astarto, Mégara, Hermione e Inês de Castro*, esta última muito conceituada, tendo até sido imitada por João Baptista Gomes na *Nova Castro*, imitação que mereceu ser traduzida em alemão, e que ouviu louvores da crítica. A *Nova Castro* não atinge a alta expressão quer da tragédia de Ferreira, quer do encanto de Quita, não sendo todavia obra destituida de valor e indigna de aprêço.

Não foi famoso o teatro do século XVIII, como se vê, mas foi um teatro complexo, curioso e digno de um aturado estudo, sendo vantajosíssimo para o estudo dos costumes da época.

Teatro grande e sério não houve. Houve sim um teatro campanudo, artificial e artificioso que ora se espraiava em farsolice e pachouchada, ora se complicava em carpintarias e tramóias históricas pesadonas e desvaliosas. As traduções imperavam. E a boçalidade do publico aplaudia. Não se curava de escrever para a posteridade e poucos homens de letras eram chamados. Improvisar eis o problema. O teatro perdera o rumo, singrava entre névoas e confusões. E deficitário de talento e de interêsse, esperou até ao século seguinte que o talento de um Garrett o resgatasse.

A LITERATURA MÉDICA

BIBLIOGRAFIA: — Fonseca Benevides — *Bibliografia Medica Portugueza* no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, 1840-1842; Maximiano Lemos — *Historia da Medicina em Portugal*, MDCCCXCIX; *Ribeiro Sanches*, 1911; Gomes de Lima — *Reflexoens criticas sobre os Escritores Chirurgicos de Portugal*; Sá Matos — *Bibliotheca elementar chirurgico-anatomica*, 1788; Manuel José Leitão — *Resumo da historia da anatomia e cirurgia*, MDCCLXXXVIII; J. Leite de Vasconcelos — *Etnografia Portuguesa* (Em preparação); Serrano — *Tratado de Osteologia humana*, 1895; Costa Santos — *Sobre barbeiros sangradores do Hospital de Lisboa*, 1921; *A Escola de Cirurgia do Hospital Real de Todos os Santos*, MCMXXV.

Em medicina, no século XVIII, pretendeu-se ganhar o tempo perdido no século anterior, em que tanto nos tínhamos atrasado das correntes científicas dominantes. Lançámo-nos, então, num movimento febril e desordenado, procurando acompanhar o trabalho científico estrangeiro. No campo da medicina vêem a luz da publicidade muitos trabalhos demonstrativos dessa actividade. Actividade desorientada, porquanto abundam, a par de obras modernas de vulgarização, muitas outras cheias do árabo-galenismo medieval. O século XVIII, em matéria de literatura médica, marca um período de difícil preparação, pela desordem, confusão e desorganização dos seus trabalhos.

Foi neste século que novas doutrinas médicas vieram eclipsar de vez o velho galenismo, assim como os sistemas de Bacon e Descartes substituïram a antiqüada filosofia aristotélica. Não tivemos ainda, é certo, cirurgiões nem anatómicos nacionais que ombreassem com os estrangeiros, mas citam-se, com razão, alguns médicos distintos e, dentre êles, um se destaca com figura gigantesca e reputação mundial: Ribeiro Sanches.

MOTIM-LITERARIO

EM

FÓRMA DE SOLILOQUIOS.

Desta Obra, inteiramente Original, se publicão duas folhas cada semana, que encerrão objectos separados, e independentes.

SEU AUTHOR

JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.

Num. I.

LISBOA,

NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1811.

Com licença.

Vende-se na Loja de Desiderio Marques Leão, no largo do Calhariz, N.º 12. onde se fazem as Assignaturas.

O preço para os Assignantes he 70 rs. por semana, e para os não Assignantes 80 rs. e a collecção inteira de 12 semanas em papel 3:600. E adverte-se que a Obra durará 4 annos, que para tanto ha manuscripto.

A PRIMEIRA EDIÇÃO da curiosa obra de José Agostinho *Motim litterario*, uma das melhores de tôda a produção do combativo escritor

Foi em 1739 que apareceu, entre nós, o primeiro compêndio de anatomia escrito em língua portuguesa e com estampas, devido à autoria de um italiano, Bernardo Santucci, que D. João V nomeara lente de anatomia no Hospital Real de Todos os Santos, de Lisboa. Parecia que o ensino da anatomia se instalava definitivamente entre nós após as falhadas tentativas de Falconete e de Monravá, mas a ordem régia de suspensão das dissecações anatómicas inutilizou esta boa iniciativa.

Quanto ao livro de anatomia de Santucci, depois de ter sido alvo de fartos elogios, verifica-se hoje que é um resumo da obra de Verheyen, então muito em voga na Itália e na Alemanha.

Mais tarde, Pedro Dufan, nomeado pelo Marquês de Pombal para reger anatomia no Hospital lisbonense, publicou em 1760 um tratado de anatomia incompleto, pois só se ocupa dos ossos e músculos. Esta obra teve nova edição em 1764. É um livro escrito em forma concisa e clara, que deverá ter sido bem recebido pelos praticantes de cirurgia da época.

A idea do ensino da anatomia como base dos estudos médicos só vingou no final do século XVIII, pela pertinácia e inteligência dum grande português e hábil cirurgião: Manuel Constâncio. O maior título de glória de Dufan é, porventura, o de ter sido mestre de Manuel Constâncio.

A fisiologia não lograva cultores entre nós e nem mesmo a descoberta da circulação do sangue pelo grande Harveo, publicada em 1628, conseguira excitar a curiosidade dos nossos médicos de então. Só no segundo quartel do século XVIII, Marques Correia, de Beja, publicou uma obra interessante, descrevendo com muita lucidez e bastante desenvolvimento, a descoberta de Harveo. Intitulava-se: *Tratado physiologico medico-physico, e anatomico da circulação do sangue* e publicou-se em 1735. Um cirurgião do Pôrto, Alexandre da Cunha, reduziu a obra a forma dialogal e resumiu-lhe o texto a fim de o tornar mais acessível aos estudantes da época. Publicou-se esta nova edição em 1761, no Pôrto.

A produção literária nos domínios da cirurgia foi grande, no século XVIII. A *Cirurgia Reformada*, de Feliciano de Almeida, com que êste pretendeu destronar a *Cirurgia*, de António Ferreira, não conseguiu o seu fim por falta de compreensão, da parte do seu autor, de algumas das novas conquistas científicas.

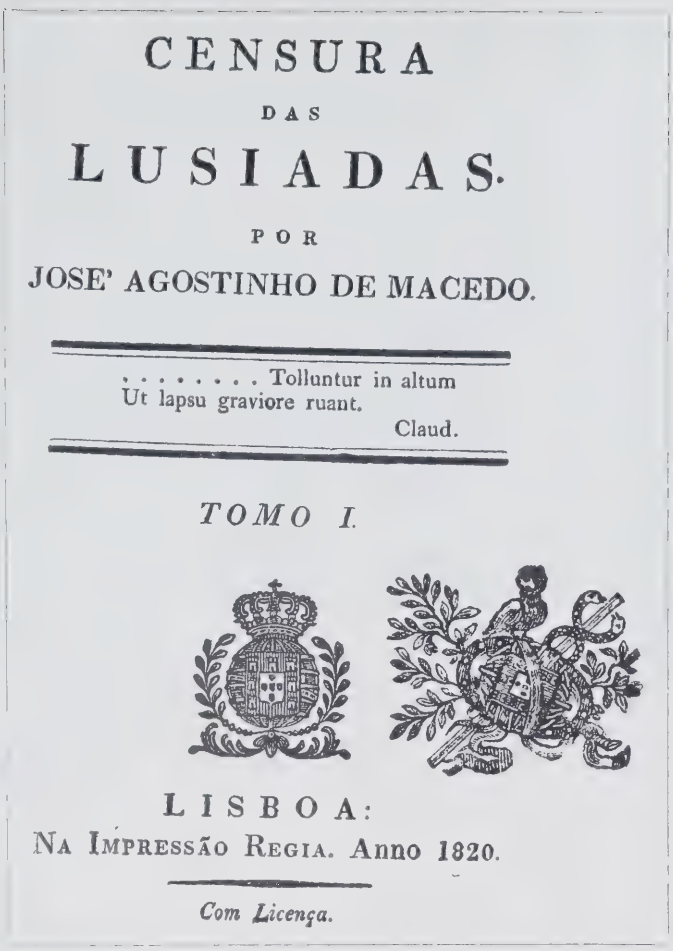
A obra, em dois grossos volumes, de João Lopes Correia, cirurgião do hospital citadino, intitulada *Castello forte contra todas as enfermidades que perseguem o corpo humano*, pretendia incluir tôda a ciência médica da época. São dois calhamaços tresandando a galenismo e representando, por isso, um retrocesso científico.

O *Promptuario*, de Santos de Tôrres, outro cirurgião do hospital lisboeta, apareceu na sua primeira edição, em 1741, na capital. Como livro de patologia cirúrgica destinado aos praticantes, e portanto sem pretensões, preenche muito bem essa finalidade. Teve segunda edição,

a comprovar a sua boa aceitação.

Na sua *Novissima Medicina* dá-nos Monravá uma exposição das suas doutrinas cirúrgicas, que para o tempo marcavam um grande progresso. Apesar dos defeitos de polemista inveterado e atrabiliário, foi o primeiro escritor do seu tempo que tentou encaminhar a cirurgia numa direcção moderna e inteligente.

Mais outro manual a tentar destronar a *Cirurgia* de António Ferreira, é a *Cirurgia classica,* de António Gomes Lourenço, com pretensões modernistas. Obteve um verdadeiro sucesso de livraria, sendo várias as edições de cada uma das duas partes em que se dividia a obra, nunca se tendo feito uma edição conjunta dos dois tomos. Apesar de expurgada, sobretudo em matéria terapêutica, de muitas velharias, no conjunto não se afasta muito das obras de Cruz e de Ferreira, marcando, portanto, um recuo.



CENSURA
DAS
LUSIADAS.
POR
JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.

. . . . . Tolluntur in altum
Ut lapsu graviore ruant.
Claud.

TOMO I.

LISBOA:
NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1820.

Com Licença.

A CÉLEBRE E RARA *Censura das Lusiadas* (amplificação do *Discurso Preliminar* da 1.ª edição do *Oriente*)

Manuel Leitão, já muito conhecida no século antecedente, a de Leonardo de Pristo da Barreyra, pseudónimo do dr. Bernardo Pereira, com duas edições, a de Manuel José da Fonseca, com variadas edições, algumas até no século XIX, a *Arte de sangrar,* de Manuel José Leitão, etc.

Na volumosa obra de Mouravá, no capítulo dedicado a doenças próprias das senhoras, ocupa-se o autor dos acidentes de gravidez e do parto, o que representava um grande progresso, sabido que os tratadistas de então eram omissos em matéria de obstetrícia. Quem quisesse leitura sôbre êstes assuntos tinha que escolher entre a *Luz de Comadres ou Parteyras,* de Sebastião de Sousa, publicada em 1725, que era Galeno puro, e o *Novo methodo de partejar,* de Manuel José Afonso e José Francisco de Melo, publicado em 1772, obra muito incompleta também.

No ramo da patologia médica, enquanto uns autores abandonam por completo o árabo-galenismo e se tornam defensores de qualquer dos modernos sistemas médicos então em luta, outros preferem transaccionar a doutrina tradicional com os novos sistemas.

A sangria, ainda então muito em voga, era objecto de trabalhos especiais. A todos sobreleva, pela clareza da exposição e por já considerar a circulação do sangue segundo Harveo, o livro de António Gomes Lourenço, intitulado *Arte flebotomanica,* e um seu resumo, sob o título de *Breve exame de sangradores.* Entre as inúmeras *Praticas de Barbeiros,* publicadas no século XVIII, lá figuram, além da de

Assim, um dos maiores representantes, entre nós, do iatro-quimismo, é Fonseca Henriques, de Mirandela. A sua primeira obra, intitulada *Peuricologia,* vem ainda recheada de doutrina ga-

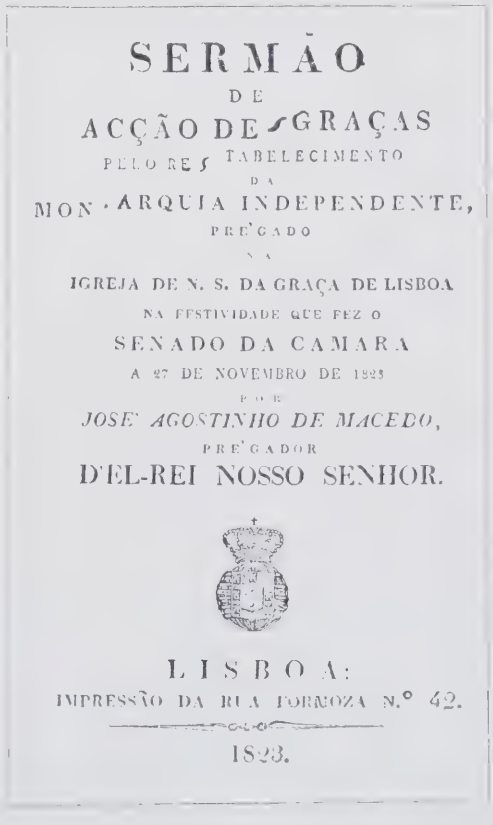
ORAÇAÕ FUNEBRE,
QUE
NAS EXEQUIAS DO MUITO ALTO, E MUITO PODEROSO IMPERADOR E REI
O SENHOR
D. JOAÕ SEXTO,
CELEBRADAS NA BASILICA
DO
CORAÇAÕ DE JESUS,
NO DIA 10 DE ABRIL DE 1826,
PRE'GOU
JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO,
[illegible]

LISBOA 1826

NA TYPOGRAFIA DE BULHÕES

Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

A ORAÇÃO FÚNEBRE das Exéquias de D. João VI



SERMÃO
DE
ACÇÃO DE GRAÇAS
PELO RESTABELECIMENTO
DA
MONARQUIA INDEPENDENTE,
PRE'GADO
NA
IGREJA DE N. S. DA GRAÇA DE LISBOA
NA FESTIVIDADE QUE FEZ O
SENADO DA CAMARA
A 27 DE NOVEMBRO DE 1823
POR
JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO,
PRE'GADOR
D'EL-REI NOSSO SENHOR.

LISBOA:
IMPRESSÃO DA RUA FORMOZA N.º 42.

1823.

UM DOS FAMOSOS SERMÕES de José Agostinho de Macedo

lénica. No *Socorro Delphico* já o seu autor mostra tendências iatro-químicas. O seu *Apiarium medico-chymicum* é um relato de várias observações clínicas, que revelam, no seu autor, como as restantes obras, um prático cuidadoso e esclarecido.

Fonseca Henriques editou e anotou com observações pessoais o tratado da sífilis de Madeira Arrais, obra então muito em voga. Sôbre tratamento anti-sifilítico, aconselha o mercúrio administrado em mais larga escala do que Arrais. Termina esta edição por uma dissertação sôbre os humores do corpo humano, reflexo do humorismo daquela época.

Publicou também Fonseca Henriques, em 1726, uma obra interessante, intitulada *Aquilegio medicinal*, e que é o primeiro inventário das nossas águas mínero-medicinais feito no país. O seu valor é pequeno porque o seu autor, seguindo um critério mèramente descritivo, desprezou o aspecto clínico e a parte hidrológica, pròpriamente dita, e colocou no mesmo pé de igualdade, fontes verdadeiramente medicinais, rios, lagôas, cisternas e fontes, cujos préstimos deixam muito a desejar.

O livro de Fonseca Henriques que teve maior aceitação por parte do público, foi a *Ancora Medicinal*, um verdadeiro tratado de higiene, ocupando-se, na sua maior parte, dos alimentos, principalmente daqueles que são mais consumidos entre nós.

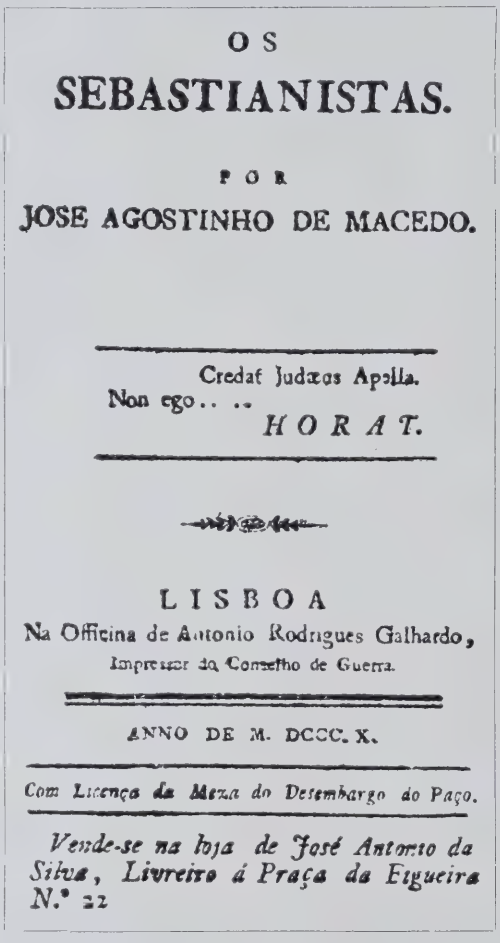
Outro médico afamado até os nossos dias, pelo que deixou publicado, é J. Curvo Semedo. Apaixonado também, pelo iatro-quimismo, fêz da sua terapêutica uma série de receitas de composição, mais ou menos secreta, cujas virtudes rèclamava por bom preço.

Curvo Semedo nasceu em Monforte do Alentejo, em 1635, seguindo os estudos na Universidade de Coimbra. Acabado o seu curso, vem para Lisboa, onde é nomeado médico da Misericórdia e da Casa Real, vindo a morrer em 1719. Quási no final do século XVII apareceu a sua *Polyanthea medicinal*, cuja fama chega ainda até nós, e que é a defeza do antimónio e a apologia da quinina como auxiliar da medicina. A *Atalaya da Vida*, de Curvo Semedo, livro também de bastante nomeada, é uma obra lamentável, sobretudo na parte medicamentosa. O certo é que, apesar das composições medicamentosas por êle aconselhadas serem uma mistura de tudo quanto havia de mais asqueroso e repugnante, elas lhe grangearam fortuna e bom dinheiro ainda após a sua morte. Nas suas *Observações medicas* mostra-se Curvo Semedo um prático conciencioso e prudente, que via e observava bem. Em 1736 fêz o dr. Rivera uma edição espanhola de *Cien secretos*, de J. Curvo Semedo, tirados da *Atalaya da Vida*.

A figura mais representativa, entre nós, do animismo de Stahl, é, sem dúvida alguma, José Rodrigues de Abreu. As ideias naturistas de Stahl são defendidas em duas obras de Abreu: a *Luz de cirurgiões embarcadiços* e a *Historiologia medica*. Especialmente, esta última, é uma exposição, assás completa, do sistema de Stahl.

Também as feitiçarias tiveram o seu escritor neste século. Bernardo Pereira publicou a sua *Anaphaleosis*, um pôço de crendices com que o seu autor nos descreve as doenças produzidas pelos feitiços e a maneira de os combater pelos exorcismos e amuletos.

Reflectindo as doutrinas iatromecânicas, então reinantes, é o excelente livro sôbre *Materia medica*, de Jacob de Castro Sarmento. Êste ilustre médico nasceu em Bragança, em 1691. Formou-se em Coimbra e, por ser judeu, exilou-se para Londres, onde conquistou títulos científicos e exerceu clínica com bastante resultado. Dentre as inúmeras obras que publicou destaca-se a *Materia medica*, impressa em Londres, onde trata da composição química dos corpos, designando quais os que eram empregados como medicamentos.


OS
SEBASTIANISTAS.
POR
JOSE AGOSTINHO DE MACEDO.
Credat Judæus Apella.
Non ego.. ..
HORAT.
LISBOA
Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo,
Impressor do Conselho de Guerra.
ANNO DE M. DCCC. X.
Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.
Vende-se na loja de José Antonio da Silva, Livreiro á Praça da Figueira N.° 22

UMA DAS FASES COMBATIVAS de José Agostinho. Contra *a ridicula seita* dos Sebastianistas

Um nome, como já dissemos, enche a nossa literatura médica do século XVIII e marca, por assim dizer, o início das novas ideas médicas em Portugal; êsse nome é o de Ribeiro Sanches.

Nasceu António Nunes Ribeiro Sanches em Penamacor, no ano de 1699, oriundo de família de cristãos novos, muito perseguida pela Inquisição. Bastante novo ainda, mostra tendências para os estudos, que segue nas universidades de Coimbra e de Salamanca, por onde se bacharela em medicina, em 1724, ao mesmo tempo que freqüentava a clínica dum grande prático da Guarda.

Regressado a Portugal, vem fazer clínica para Benavente e em Lisboa, donde se exila em 1726, fugindo à perseguição religiosa. Uma vez fora da pátria, procura alargar o vasto cabedal científico que já possui, visitando e freqüentando, entre outros centros de cultura, as universidades de Montpellier, Pisa e Leyden, onde é discípulo do grande Boerhaave, cujo talento médico atraía, então, as atenções de tôda a Europa.

Tendo a imperatriz da Rússia pedido a Boerhaave para lhe mandar três médicos da sua confiança, para prestarem serviço na Rússia, foi Ribeiro Sanches indicado e recomendado à cabeça do rol. Uma vez na Rússia, ocupou altos cargos na medicina dos exércitos, acabando por ser nomeado médico da côrte. Com a morte da imperatriz, empalideceu a sua estrêla, conseguindo, finalmente, com muita dificuldade, obter a exoneração dos seus cargos, em 1747.

De regresso da Rússia, Ribeiro Sanches fixa residência em Paris, onde passa vida atribulada, pois tem que re-

O HOMEM.

OU

OS LIMITES DA RAZÃO:

TENTATIVA FILOSOFICA

DE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO.

LISBOA:
NA IMPRESSÃO REGIA.
ANNO 1815.
Com licença.

UMA DAS OBRAS filosóficas do padre José Agostinho de Macedo

começar uma carreira tão desastradamente interrompida e não lhe abundam os recursos materiais, desamparado do país que servira tão dedicadamente e abandonado da ingrata pátria distante. O seu entranhado amor às ciências leva-o a ficar em Paris, onde trabalha na *Enciclopedia*, de Alembert e Diderot, de quem era amigo, e pode-se afirmar que só com os livros passou os trinta e seis anos, que ainda viveu, continuadamente escrevendo.

Além dos inúmeros trabalhos manuscritos que deixou, existentes hoje na Biblioteca da Faculdade de Medicina de Paris, fêz uma dissertação histórica, cuidadosamente escrita, combatendo a origem americana da sífilis. A obra em questão apareceu em 1750, e sem nome de autor, teve várias edições e algumas traduções em inglês e alemão.

Dedicado ao duque de Lafões, publicou Ribeiro Sanches, em 1756, o *Tratado da conservação da saude dos povos*. Era um código de higiene muito aperfeiçoado, para a época, comprovando que a obra de higienista de Ribeiro Sanches não é menos notável do que a do sifilígrafo.

Ainda no ramo da higiene, podemos incluír a sua obra sôbre as paixões da alma, traduzida e publicada na *Encyclopédie méthodique* sob o título de *Affections de l'âme*. É um estudo da influência do físico sôbre o moral, do espírito sôbre o corpo e do corpo sôbre o espírito. Ainda sôbre higiene hospitalar, deixou Ribeiro Sanches um manuscrito, intitulado *Origine des hôpitaux*. Um dos seus últimos trabalhos foi a *Memoria sobre os banhos de vapor da Russia*, em que faz a apologia mais completa dêstes banhos.

Da sua autoria, como sifilígrafo, constam ainda, o artigo *Maladie vénérienne*, da *Encyclopédie méthodique*, de Diderot e Alembert, um manuscrito intitulado o *Peculio de varias receitas* e, finalmente, as *Observations sur les maladies vénériennes*, terminadas em 1776, e publicadas, por Andry, após a sua morte. Esta obra, que abunda em doutrina, hoje moeda corrente, tem muita observação valiosa, sobretudo no que respeita a sífilis hereditária, podendo nós, afoitamente, considerar Ribeiro Sanches como um precursor de Fournier.

CARTAS FILOSOFICAS

A

ATTICO

POR

JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.

Et solum mihi super est sepulchrum.
Job.

LISBOA,
NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1815.
Com Licença.

CARTAS sôbre crítica, literatura, filosofia, etc., pelo padre José Agostinho

SANDOVAL

NU, E CRU.

LISBOA:
NA OFFICINA DA HORROROSA CONSPIRAÇÃO.
ANNO DE 1823.

Rua [illegible] N.º 42

A FAMOSA RESPOSTA ao *Oraculo* de Sandoval, *Sandoval nu, e cru*

Não param, porém, aqui, os merecimentos de Ribeiro Sanches, pois foi também um pedagogo e um reformador, tendo-nos legado uma vasta obra sôbre ensino. Conhecendo perfeitamente o estado deplorável a que tinha chegado a instrução em Portugal, e muito principalmente, o ensino da medicina, fêz um projecto, que intitulou *Methodo para aprender e estudar a medicina*, em que lamentava não se ensinar anatomia em Coimbra, nem botânica, nem química, aconselhando a ida ao estrangeiro, de seis a oito estudantes de medicina, para estudarem nos centros de maior cultura. Tendo enviado, após consulta do govêrno português, o ante-projecto em ofício, em 1758, foi-lhe arbitrada uma pensão e cometido o trabalho de preparar o projecto definitivo. É uma reforma universitária que, se em alguns pontos parece revolucionária, noutros é acanhada, mesmo em relação à época em que era apresentada. No entanto, alguns dos alvitres foram aproveitados na reforma universitária de Pombal.

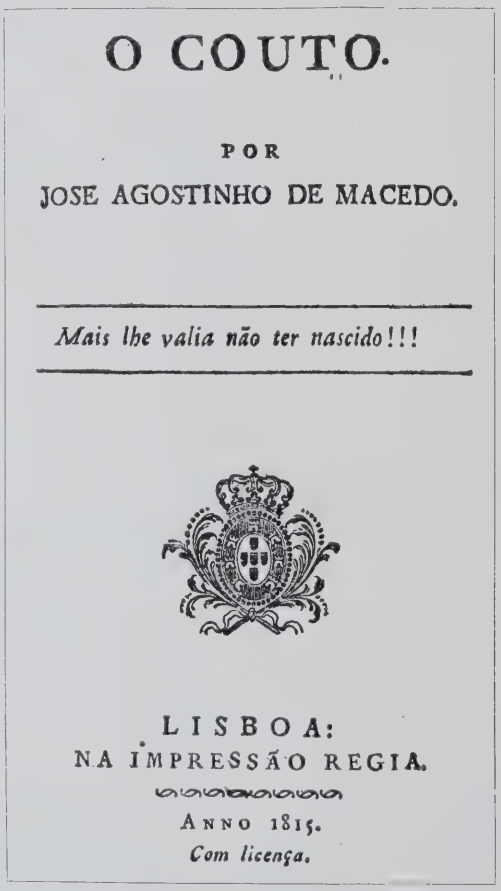
Ainda sôbre educação, uma obra importante precede, cronològicamente, a projectada reforma universitária, a qual é as *Cartas sobre a educação da mocidade,* escritas por Ribeiro Sanches logo em seguida ao ter conhecimento de que se havia proïbido aos jesuítas tôda e qualquer função docente, pois era um defensor convicto e propagandista ferrenho do ensino laico. Estas cartas encerram ideas novas e aspectos originais, avançando muito sôbre o tempo em que foram escritas, representando, por isso, um valioso trabalho, que o falecido professor Maximiano Lemos julgou digno de nova edição em 1922.

Não foi só na literatura médica que Ribeiro Sanches se destacou. Dotado de uma incomensurável vontade de aprender, adquiriu assim uma vastíssima cultura que lhe servia para abordar outros assuntos, tais como políticos, sociais e económicos, todos com igual facilidade. Liberal por temperamento e educação, demonstrava, a cada passo, nos seus escritos, a aversão às ordens religiosas e à supremacia clerical, especialmente em muitas cartas que deixou sôbre assuntos políticos, que encarava com superior critério.

Um outro médico de nomeada fêz, entre nós, a propaganda das ideas de Boerhaave, porquanto consagrava um culto grande ao mestre de Leyden. Êsse médico chamou-se Sachetti Barbosa, e é da sua autoria um livro, *Considerações medicas,* que se ocupa do tratamento e profilaxia das epidemias, tudo baseado no sistema de Boerhaave. O seu processo original de curar as febres infecciosas foi impugnado por um médico lisbonense, chamado Rebêlo Saldanha, que em matéria de sistemas médicos adoptava um prudente cepticismo, imitado, porventura, de Sydenham. No entanto, se Sacheti Barbosa era o médico inteligente, entusiasmado pelas novas teorias de Boerhaave, Rebêlo Saldanha era o prático arguto, criticando cautelosamente, sem espírito preconcebido, mas armado da sua sólida experiência.

BIBLIOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

BIBLIOGRAFIA: — António Anselmo — *Bibliografia das bibliografias portuguesas.* Lisboa, 1923; Diogo Barbosa Machado — *Bibliotheca Lusitana historica, critica e chronologica.* Lisboa, 1741-1759. 4 vols.; Bento José de Sousa Farinha — *Summario da Bibliotheca Lusitana.* Volumes I a IV. Lisboa, 1786-1788; Agostinho José da Costa Macedo — *Catalogo dos livros, que se hão de ler para a continuação do Diccionario da lingua portugueza mandado publicar pela Academia Real das Sciencias.* Lisboa, 1799; *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ in quo non tantum codices recensentur, sed etiam quod tractatus, epistolas, & c. singuli codices contineant, expositur.* Olissipone, 1775; António Barnabé de Elescano Barreto e Aragão — *Demetrio moderno, ou o Bibliografo juridico portuguez. O qual, em huma breve dissertação historica e critica, propõe e dá uma clara e distincta idea de todas as preciosas reliquias e authenticos monumentos antigos e modernos da Legislação Portugueza.* Lisboa, 1781; João Pedro Ribeiro — *Observações historicas e criticas para servirem de memoria ao systema da Diplomatica portugueza.* Lisboa, 1798; *Memorias da litteratura portuguesa,* da Academia Real das Ciências.


O COUTO.

POR

JOSE AGOSTINHO DE MACEDO.

Mais lhe valia não ter nascido!!!

LISBOA:
NA IMPRESSÃO REGIA.

ANNO 1815.
Com licença.

A RESPOSTA de José Agostinho de Macedo ao folheto de Couto *Regras da Oratoria da Cadeira*

GABRIEL Peignot ao começar do século XIX, ou seja no ano X-1802, no seu *Dictionaire raisonné de bibliologie,* define assim o que seja a bibliografia e o bibliógrafo: «La *bibliographie* étant la plus vaste et la plus universelle de toutes les connaissances humaines, tout parait devoir être du ressort du *bibliographe;* les langues, la logique, la critique, la philosophie, l'éloquence, les mathématiques, la géographie, la chronologie, l'histoire et la diplomatique ne lui sont point étrangères; l'histoire de l'imprimerie et des célebres imprimeurs lui est familière, ainsi que toutes les opérations de l'art typographique. Il est sans cesse occupé des ouvrages des anciens et des modernes; il s'applique à connaître les livres utiles, rares et curieux, nonseulement par le titre et par la forme, mais encore par leur contenu; il passe sa vie à les analiser, les classer, les décrire. Il cherche ceux qui sont indiqués par les auteurs intelligens; il parcourt les bibliothèques et les cabinets pour augmenter la somme de ses connaissances; il étudie les auteurs qui ont traité de la science des livres; il relève leurs erreurs; il choisit dans les produtions nouvelles celles qui sont marquées au coin du génie et qui doivent vivre dans la mémoire des hommes; il furte les journaux littéraires pour se tenir sans cesse au courant des découvertes de son siècle, et les comparer à celles des siècles passés; il est avide de tous les ouvrages qui traitent des bibliothèques, et surtout des catalogues, lorsqu'ils sont bien faits, bien raisonnés, et que les prix ajoutent encore à leur valeur. Tel est le vrai *bibliographe*». Estas palavras do sábio bibliógrafo ainda hoje não foram alteradas. Permanecem vivas e são exactas. E que a bibliografia seja a chave de abertura de todos os conhecimentos humanos e ao mesmo tempo o seu remate, não sofre dúvida.

O século XVIII foi por excelência o século áureo da bibliografia entre nós e no estrangeiro. Entre nós Diogo Barbosa Machado vem à cabeça, seguindo-se-lhe Costa Macedo, Ribeiro dos Santos, João Pedro Ribeiro e outros. No estrangeiro há a citar Marchand, que na Haia em 1740 escreveu a *Histoire de l'imprimerie,* e Mercier,

Diogo Barbosa Machado

e

a sua "Bibliotheca Lusitana"

Diogo Barbosa Machado é digno da eterna gratidão dos portugueses e só a publicação da sua *Bibliotheca Lusitana* seria bastante para celebrisar o século literário em que ela apareceu. Abade de Sever, académico da Academia Real da História Portuguesa, nasceu em 1682 e faleceu em 1772. Bibliógrafo ilustre, foi também bibliófilo distinto e parte da sua bibliotteca constitui hoje um dos fundos mais preciosos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de que foi o início. A sua *Bibliotheca Lusitana* consta de quatro volumes, o primeiro de 1741, com o retrato do autor, gravado por Thomassin, abrangendo as letras A a E. O 2.º volume foi publicado em 1741, letras F a I. Este volume teve um rosto onde aparecia uma dedicatória ao Bispo do Pôrto, D. Fr. José Maria da Fonseca e Évora, rosto e dedicatória que foi substituído e que são hoje raríssimos. O 3.º volume saíu em 1752, letras L a Z, e o 4.º, em 1759, contendo as adições, emendas e alterações aos 3 volumes antecedentes e seus índices.

Inocêncio Francisco da Silva, censor violento e rigoroso, escreve da *Bibliotheca Lusitana,* dizendo-a «obra monumental», «que, apesar das suas tantas vezes apregoadas inexactidões, e das faltas e imperfeição inseparáveis das obras humanas, resgata amplìssimamente quaisquer defeitos pela vastidão do assunto, pela trabalhosa e variada erudição que nela reina, e pela sua inegável utilidade, assegurando a seu autor uma glória imarcessível.»

Diogo Barbosa Machado

e

a sua "Bibliotheca Lusitana"

Diogo Barbosa Machado Ulyssiponense
Abbade da Parochial Igreja de Santo Adriaõ
e Sever Academico Real:

BIBLIOTHECA LUSITANA

Hiſtorica, Critica, e Cronologica.

NA QUAL SE COMPREHENDE A NOTICIA DOS AUTHO-
res Portuguezes, e das Obras, que compuſeraõ deſde o tempo
da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo prezente.

OFFERECIDA

À AUGUSTA MAGESTADE
DE

D. JOAÕ V.

NOSSO SENHOR

POR

DIOGO BARBOSA MACHADO

Ulyſſiponenſe Abbade da Parochial Igreja de Santo Adriaõ de Sever, e Academico do Numero da Academia Real.

TOMO I.

LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONSECA

Anno de M. D. CC. XXXXI.

Com todas as licenças neceſſarias.

O ABADE DIOGO BARBOSA MACHADO E O ROSTO DO 1.º VOLUME DA SUA OBRA MONUMENTAL

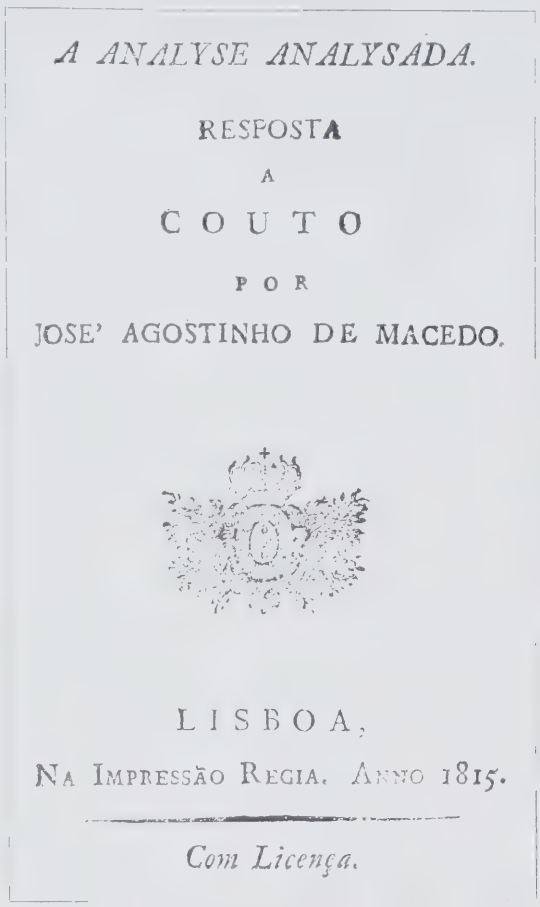
abade de Saint-Léger que lhe deu o suplemento, Fournier, Laire, Francisco Mendez, Nicolau António, Née de La Rochelle, De Bure, Georgi, Renouard, Duclos, Vogt e outros, que constituiram uma lista interminável.

Dos portugueses, como dissemos, é Diogo Barbosa Machado a quem cabe o priorado da ordem bibliográfica. A sua obra mesmo com os defeitos que contém é um trabalho magnífico de esfôrço e de erudição, de paciência e de saber. Abade da igreja paroquial de Santo Adrião de Sever, no Bispado do Pôrto, foi também um dos cinqüenta académicos da Academia Real da História Portuguesa. Natural de Lisboa, era filho do capitão João Barbosa Machado e de sua mulher D. Catarina Barbosa. Foi irmão de D. José Barbosa e de Inácio Barbosa Machado, como êle escritores. Nasceu a 31 de Março de 1682, falecendo a 9 de Agôsto de 1772 «sendo sepultado o seu cadáver na igreja dos padres da Congregação da Missão, em Rilhafoles».

Foi um grande bibliógrafo e um bibliófilo apaixonado. A sua livraria pacientemente reünida foi por êle doada ao rei D. José, que no terremoto perdera a Biblioteca Régia e que transportada depois por D. João VI para o Rio de Janeiro constituiu o fundo da hoje Biblioteca Nacional da capital fluminense.

A sua obra capital é a *Bibliotheca Lusitana*, 4 volumes, publicados de 1741 a 1759. No seu prólogo diz:

«De todas as producçoens litterarias, com que os mayores Sabios eternizàrão a sua fama nos Annaes da Posteridade, nenhuma lhes mereceo mais gloriosos elogios, e celebres applausos que o laborioso estudo de huma Bibliotheca, onde pelo impulso das suas pennas renacem a nova vida os Escritores, que a tinhão alcançado immortal na Republica das Letras. São as Bibliothecas ou dispostas por ordem Alphabetica, como observárão huns, ou Chronologica, como seguirão outros, aquelles eruditos Amphitheatros em cuja espaçosa circumferencia apparecem animados os Oraculos de todas as sciencias, que para nunca emmudecerem deixárão impressa nos fecundos partos dos seus engenhos a mais nobre de todas as potencias. Nellas se fazem patentes as Patrias, que illustràrão com os seus nacimentos, como os lugares que forão Religiosos depositos das suas cinzas. Relatão-se as acçoens memoraveis das suas vidas para documentos exemplares da vida moral, e politica. Com à luz sempre clara da Chronologia se desterrão as sombras dos Anacronismos, que confundem a verdadeira Epocha dos Annos. Restituese ao seu verdadeiro Author a obra injustamente uzurpada pela afectada sciencia dos Plagiarios. Defende-se com fundamentos solidos o berço em que se animarão alguns de seus illustres filhos contra a opinião mal fundada de outras Naçoens ambiciosas de tão grande gloria. Apparece justificada a innocencia de outros falsamente acusada no Tribunal da maledicencia. Declarase o nome de muitos modesta, ou maliciosamente occulto, e com enigmaticas figuras de anagrammas, e letras iniciaes disfarçado. Resuscitão das urnas dos Archivos as Obras *M. S.* a quem a Arte Typographica negou o beneficio da luz publica. Ultimamente se assinão as diversas impressoens de cada livro, e qual dellas seja a mais correcta, e estimavel. Esta he a universal Anatomia de huma Bibliotheca dividida nas partes organicas, que lhe formão o corpo, de cujo estudo forão professores em todas as idades os primeiros Varoens da Republica Litteraria, escrevendo huns genericamente a noticia dos Authores eminentes em diversas Faculdades, e naturaes de diferentes Paizes; outros contrahindo-se a menor esfera applicarão as suas vigilias nos Elogios de huma Sagrada Familia, ou illustre Nação querendo com este obsequio eternizar as glorias da Mãy, de que nacerão espiritualmente para o Ceo, e temporalmente para o mundo.» Estas eram as ideias do douto abade de Sever que no prosseguimento do prólogo faz uma resenha dos autores que à bibliografia portuguesa se têm consagrado. Acha que começou em 1600 e tal, com o licenciado Francisco Galvão de Mendanha. Esquece os Índices de livros proïbidos que não visando fazer bibliografia são ainda magnificos elementos para ela. Faz lembrar a frase «serve-se muitas vezes a liberdade julgando destruí-la». Os *Índices dos livros prohibidos* são os ancestros da bibliografia portuguesa, semente apenas da árvore que havia de mostrar a sua poderosa fronde na obra do erudito abade de Sever.


A ANALYSE ANALYSADA.

RESPOSTA

A

COUTO

POR

JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.

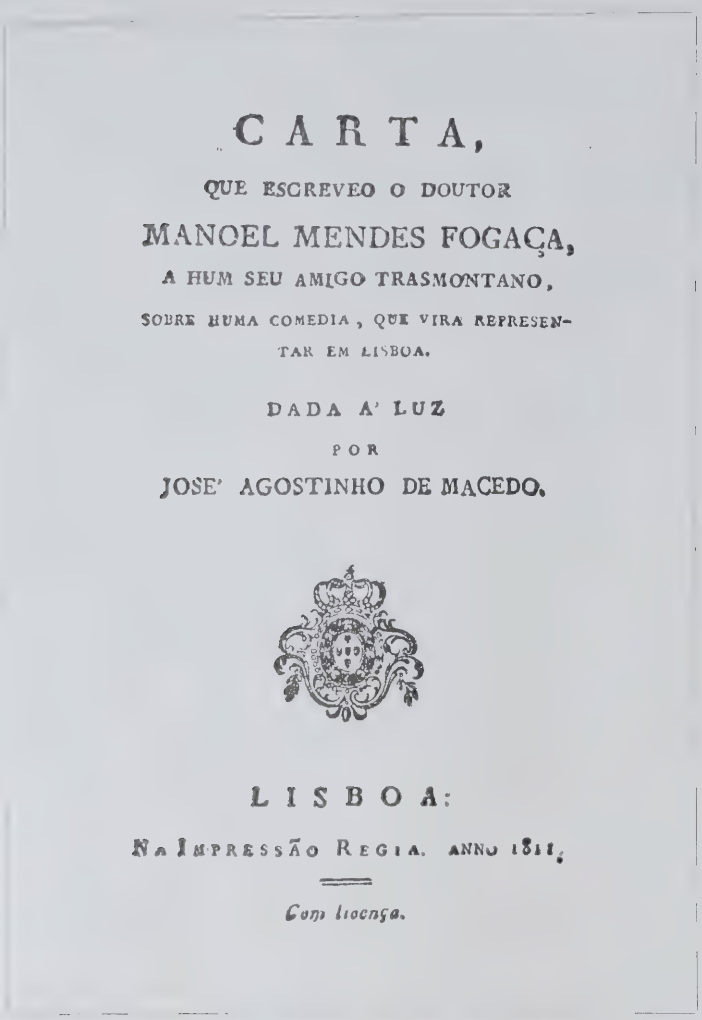
LISBOA,

NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1815.

Com Licença.

Opúsculo em que José Agostinho critica a crítica de Couto *Breve diccrso do Oriente*

A obra de Barbosa Machado tem sido, como não podia deixar de ser, acerbamente criticada, mas ninguém ainda se atreveu a negar-lhe o valor que indubitàvelmente tem. O Padre Joaquim de Foyes na 2.ª edição da *Lusitana Transformada* de Fernão de Álvares do Oriente, de 1781, foi um dos censores. Mas se Barbosa Machado tinha quem o atacasse não lhe faltou quem o defendesse. O padre Francisco José da Serra Xavier saiu à estacada com *Elisio e Serrano. Dialogo em que se defende e illustra a Bibliotheca Lusitana contra a Prefação da Lusitania Transformada escrita por hum Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, em 1782, sob o pseudónimo de Francisco José de Sales.



CARTA,

QUE ESCREVEO O DOUTOR

MANOEL MENDES FOGAÇA,

A HUM SEU AMIGO TRASMONTANO,

SOBRE HUMA COMEDIA, QUE VIRA REPRESENTAR EM LISBOA.

DADA A' LUZ

POR

JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.

LISBOA:

NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1811.

Com licença.

Um dos opúsculos de crítica teatral do padre José Agostinho de Macedo (Crítica de *A Preta de Talentos* de António Xavier) A Carta II trata do drama *Adelli* do mesmo autor

CARTA DE FOGAÇA,

OU

HISTORIA

DO

CERCO DE SARAGOÇA,

Segundo o vio representar em huma Comedia, o Doutor Manoel Mendes Fogaça, que a descreve ao seu amigo Trasmontano, no estilo de seu 5.° Avô Fernão Mendes.

DADA Á LUZ

POR

JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO,

LISBOA:

NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1812.

Com Licença.

Opúsculo crítico em que o padre José Agostinho de Macedo continua a analisar a obra de António Xavier. Noutra carta dêste mesmo ano criticara o *Manuel Mendes*

E quais são os senões que se atribuem à obra monumental do abade bibliógrafo: «O elogio immoderado que dispensa a quasi todos os escriptores portuguezes, dos quaes raro é o que não teve «pouco vulgar engenho» ou não foi «profundamente versado nas lettras divinas e humanas». O magistrado é para êle «inaccessivel à bataria de subornos e respeitos»; o prègador «é insigne, e triunfa gloriosamente entre os applausos dos maiores sabios»; o militar «ostenta intrepido valor e singular disciplina nas batalhas»; o religioso «serve de exemplar aos mais observantes na modestia do semblante, austeridade do alimento e mortificação dos sentidos»; o poeta «toca a lyra de Apollo em cuja divina arte compete, e excede os mais sonoros cisnes do Parnaso Portuguez.» E Ramiz Galvão, que estamos seguindo, prossegue: (*Annaes da Bibliotheca do Rio de Janeiro*, vol. I e *Boletim da Sociedade de Bibliophilos Barbosa Machado*, vol. II). «Este continuado panegyrico constitue sem duvida um grave defeito, e só póde ser attenuado pela consideração de que n'aquella epocha raro era o que não procedia d'esta sorte, imitando o systema de Ribadeneyra (*Bibliotheca Scriptorum Societatis Iesu. opvs inchoatvm a Petro Ribadeneira, anno salutis 1602. Continvatvm a Philippo Alegambe, vsque ad annun 1642. Recognitum & productum ad annum jubilæi M.DC.LXXV. a Nathaniele Sotvello. Romæ, ex Typ. de Lazzaris Varesii, 1676, in-fol*) e Sotwel, que padeceram da mesma enfermidade.»

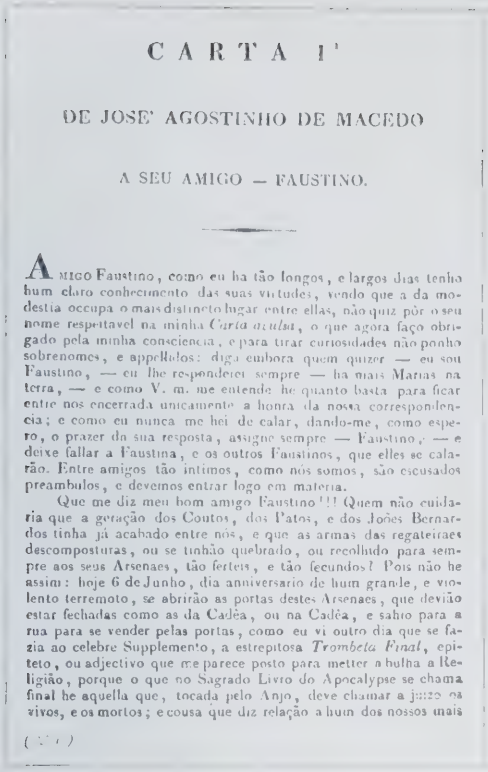
«2.° Tambem não podemos passar em silencio a acrimonia injustificavel com que Barbosa constantemente falla dos escriptores protestantes, esquecido de que a verdade nada tem com as crenças religiosas do auctor, desde que o assumpto versa sobre materias extranhas a este particular.

«Um critico francez, a quem se deve em nosso parecer a mais perfeita analyse da *Bibliotheca Lusitana*, publicada no tomo 35.° da *Bibliothèque Françoise (Bibliothèque Françoise, ou histoire litteraire de la France)* tractando d'este poncto, accrescenta com alguma razão, «mais, peut-être l'Auteur répondroit-il à cela, s'il le pouvoit, qu'il n'en a agi ainsi, que *propter metum christianorum.*» É bem possivel que sim. A Inquisição estava então em Portugal em seu pleno vigor, e sabe-se que não seria visto com bons olhos, quem, aludindo a um escriptor protestante, lhe não addicionasse um epitheto affrontoso.

«Era o mal do tempo e da sociedade; ¿que faria Barbosa sinão respeital-o e convir com elle? ¿Não se tomara por norma na Academia Real da Historia Portugueza o rejeitar *in limine* a auctoridade dos escriptores de outro credo religioso?

«Si isso se-fazia em relação á historia, não era muito extranho, antes julgamos naturalissimo que padecesse a bibliographia os effeitos da mesma doctrina, por mais condemnavel que ella hoje nos pareça.

«3.° Tambem merece reparo a classificação de reis e principes portuguezes entre os escriptores nacionaes, quando é corrente que muitos delles nada publicaram de



CARTA I.ª

DE JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO

A SEU AMIGO — FAUSTINO.

AMIGO Faustino, como eu ha tão longos, e largos dias tenho hum claro conhecimento das suas virtudes, vendo que a da modestia occupa o mais distincto lugar entre ellas, não quiz pôr o seu nome respeitavel na minha *Carta acutal*, o que agora faço obrigado pela minha consciencia, e para tirar curiosidades não ponho sobrenomes, e appellidos: diga embora quem quizer — eu sou Faustino, — eu lhe responderei sempre — ha mais Marias na terra, — e como V. m. me entende he quanto basta para ficar entre nos encerrada unicamente a honra da nossa correspondencia; e como eu nunca me hei de calar, dando-me, como espero, o prazer da sua resposta, assigne sempre — Faustino, — e deixe fallar a Faustina, e os outros Faustinos, que elles se calarão. Entre amigos tão intimos, como nós somos, são escusados preambulos, e devemos entrar logo em materia.

Que me diz meu bom amigo Faustino!!! Quem não cuidaria que a geração dos Coutos, dos Patos, e dos Joões Bernardos tinha já acabado entre nós, e que as armas das regateiraes descomposturas, ou se tinhão quebrado, ou recolhido para sempre aos seus Arsenaes, tão ferteis, e tão fecundos? Pois não he assim: hoje 6 de Junho, dia anniversario de hum grande, e violento terremoto, se abrirão as portas destes Arsenaes, que devião estar fechadas como as da Cadêa, ou na Cadêa, e sahio para a rua para se vender pelas portas, como eu vi outro dia que se fazia ao celebre Supplemento, a estrepitosa *Trombeta Final*, epiteto, ou adjectivo que me parece posto para metter a bulha a Religião, porque o que no Sagrado Livro do Apocalypse se chama final he aquella que, tocada pelo Anjo, deve chamar a juizo os vivos, e os mortos; e cousa que diz relação a hum dos nossos mais

( )

CARTA ao seu amigo Faustino, por J. A. de Macedo. A resposta por Faustino José da Madre de Deus está inédita

CARTA UNICA

DE JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO

Sobre hum muito pequeno, e pobre Folheto, que se chama — Breves observações sobre os fundamentos do projecto de Lei para a extincção da Junta do *Exame* do estado actual, e melhoramento *Temporal*

DAS ORDENS REGULARES.

Impresso na Patriotica da rua da Esperança N.º 50.

LISBOA

NA IMPRESSÃO REGIA. Anno 1828.

Com licença da Commissão de Censura.

UM DOS OPÚSCULOS do celebrado polemista

A VOLTA DE ASTREA:

DRAMA ALLEGORICO,

PARA SE REPRESENTAR

NO THEATRO PORTUGUEZ

DA RUA DOS CONDES,

EM 26 DE OUTUBRO DE 1829,

FAUSTOSO ANNIVERSARIO NATALICIO

DE SUA MAGESTADE FIDELISSIMA

O SENHOR

D. MIGUEL I.

NOSSO AMABILISSIMO SOBERANO E SENHOR.

POR SEU MAIS HUMILDE E REVERENTE VASSALLO

JOSE' AGOSTINHO DE MACEDO.

LISBOA.

NA TYPOGRAFIA DE BULHÕES. ANNO DE 1829.

Com Licença.

UMA DAS MAIS VULGARIZADAS peças de teatro do padre José Agostinho de Macedo

seu, e que as leis, alvarás, decretos e tractados foram sempre, como ainda hoje, obra de ministros, secretarios de Estado, ou escrivães da puridade, como melhor se chamem.

«Sem dúvida nestes casos era movido Barbosa pelo desejo de ennobrecer o nome portuguez, e ajuntar titulos de gloria aos que na direcção do Estado adquiriram muitos d'aquelles soberanos, cuja memoria somos os primeiros a respeitar. Mas a verdade antes de tudo; dos reis de Portugal poucos cultivaram as lettras, e mui poucos estamparam obra de sua lavra; conseguintemente não tinham jus ao logar honroso que occupam na *Bibliotheca Lusitana*.

«4.º O mesmo sentimento patriotico fez com que mais de uma vez désse o auctor como filhos de Portugal a escriptores de outra nacionalidade. Sirva de exemplo o medico francez Jacques Sylvius, auctor da *Isagoge in linguam gallicam*, que Barbosa nos dá como Diogo da Sylva, medico portuguez. Este exemplo é aponctado pelo critico da *Biblioth. franç.*, a quem mais acima nos-referimos, e certamente não é o unico a advertir-se. Emfim nesta obra se podem notar inda descuidos de impressão, transcripção pouco fiel de titulos escriptos em linguas extrangeiras, nomes de auctores adulterados; mas tudo isto nos parece digno de excusa ante a ponderação de que em uma obra de tão grande folego são inevitaveis os lapsos da revisão, e mais que tudo ante a idéa de que a bibliographia estava naquelles tempos mui longe do que hoje é em materia de rigor e fidelidade, em methodo de exposição e espirito de critica.

«Tambem houve quem censurasse o systema adoptado por Barbosa de citar os auctores pela ordem alphabetica dos pronomes; quanto a isto, parece-me de todo descabida a censura, dês que temos no 4.º tomo da *Bibliotheca* os indices, que facilitam as investigações e supprem cabalmente os defeitos do systema. Em summa a *Bibliotheca Lusitana* tem sinões, e fôra para assombrar que não n'os-tivesse; mas o trabalho que revela é tanto, o que nos adeantou em ponctos de bibliographia portugueza é de tal ordem, seu lado bom e prestavel é tão grande, que se não pode deixar de incluir Barbosa entre os mais benemeritos escriptores portuguezes do seculo XVIII.

«A obra monumental, que nos-legou, corre parelhas com a famosa *Bibl. Hispana Vetus et Nova* do sempre louvado Ni-

O PADRE

JOSE' AGOSTINHO,

E

MAIS CAMBADA APOSTOLICA.

FUNCHAL:

NA TYP. DE I. S. D'ABREU. 1827.

Com Licença da Commissão de Censura.

OPÚSCULO respondendo ao padre José Agostinho de Macedo pelas *Cartas a J. J. Lopes*

colau Antonio; posta em parallelo com as publicações congeneres do tempo leva a quasi todas vantagem, como bem advertiu o padre Serra citando a *Bibl. Sicula* de Mongitore, a *Napolitana* de Toppi, a *Cremona litterata* de Arisio; e a prova mais evidente de que tem merito real é que ainda hoje, passado mais de um seculo, e não obstante publicações mais perfeitas e muito mais modernas, a consultamos sempre com fructo, e até não n'a-podemos dispensar em assumptos de historia litteraria e bibliographia portugueza. Quando um livro resiste a um seculo, esse livro é bom!

«Seja-nos permittido addicionar a estas considerações o parecer de auctoridades competentes, — antigas e modernas —, e ficará d'est'arte satisfeito o que a este proposito nos-propunhamos dizer:

«O celebre T. F. Dibdin, (*The Library Companion; or, the young man's guide, and the old man's confort, in the choice of a library. Second edit. Part. I.* London, printed for Harding &, 1825, in 8.° pp. 323 a 324.) enumerando as obras indispensaveis para o conhecimento da historia litteraria de Portugal, assim se exprime ao citar a *Bib. Lus.*: «a wook, beyond all competition and beyond all praise; but till of late years — and even perhaps at this present moment — of the most extreme difficulty of acquisition. This is the great Oracle for him to consult; especially if he be deeply versed in the Portuguese ianguage.»

«O sr. Ferdinand Denis, (no já citado artigo da *Nouvelle Biographie Universelle... publiée par mm. Firmin Didot frères, sous la direction de m. le dr. Hoefer. Tome quatrième.* Paris, F. Didot frères, 1853, in-8.°, col. 458), que aliás não occulta os sinões da *Bib. Lus.*, mas que com espirito superior e incontestavel competencia sabe avaliar trabalhos desta ordem, exprimia-se dest'arte em 1853: «...un vaste réportoire qui, malgré quelques erreurs, est néanmoins le plus beau monument consacré jusqu'à ce jour à la gloire littéraire de son pays, etc.»; e o mesmo auctor já em outro lugar dissera: «La Bibliothèque Lusitanienne n'est pas assez fréquemment consultée, et il serait à souhaiter qu'elle guidât plus souvent ses biographes français, quand il s'agit du Portugal». (*Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil;* par Ferdinand Dinis. Paris. Lecointe et Durey, 1826, in 16.°, pág. 442).

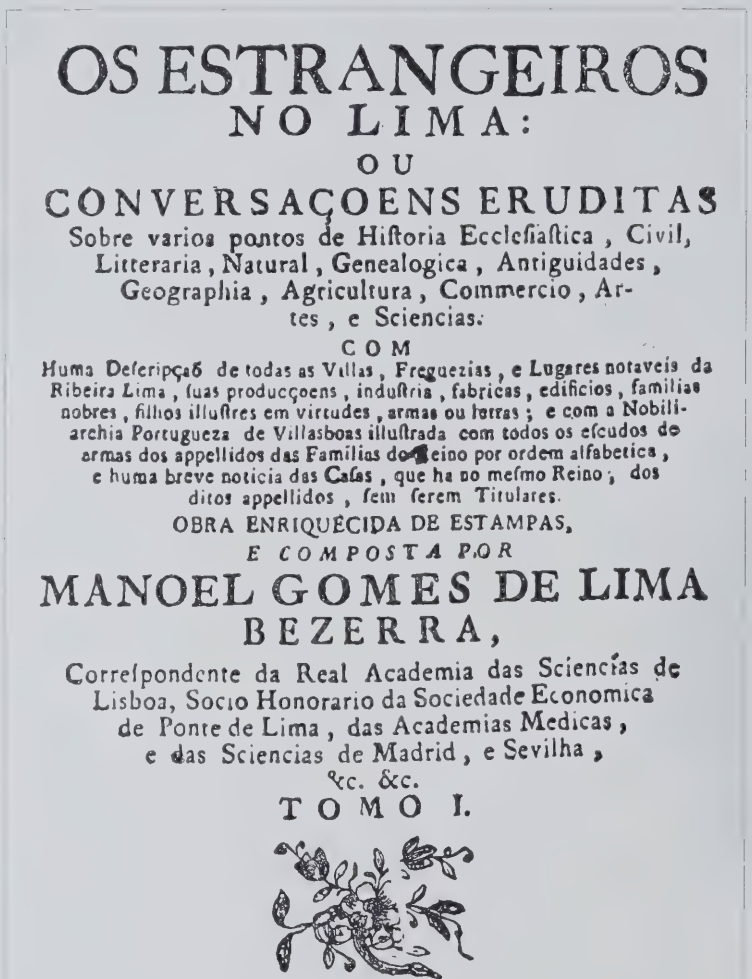
«O mesmo G. Ticknor, (*Historia de la Literatura Española* de G. Ticknor, traduzida e annotada por D. Pascual de Gayangos, tomo III), que por vezes já aqui citámos, chama a *Bib. Lus.*: «one of the amplest and most important works of literary biography ever published».

«J. Charles Brunet, o assás conhecido autor do *Manuel libraire et de l'amateur des livres,* tem-n'a por «ouvrage fort estimable, malgré les erreurs qu'on y peut remarquer».

«Emfim, J. Petzholdt, (*Bibliotheca bibliographica. Kritisches Verzeichniss der das Gesammtgebiet der Bibliographie betreffenden Litteraturdes Inund Auslandes in systematischer Ordnung bearbeitet von Dr. Julius Petzholdt.* Leipzig, Velarg vom W. Engelmann, 1866, in-4.° peq. pág. 381), cujo nome faz auctoridade nestes assumptos, não duvidou exarar o seguinte juizo critico: «Ein in seiner Art und für seine Zeit vortreffliches Werk, welches, trotz mancher Lücken, doch seither als Hauptquell für alle ähnliche Sckriften gedient hat &.»

Como se vê, os bibliógrafos como Ramiz Galvão fazem inteira justiça à obra monumental de Diogo Barbosa Machado que está actualmente sendo reimpressa, o que constitui um notabilíssimo serviço prestado às letras pátrias e aos estudiosos em particular.

Diogo Barbosa Machado foi um bibliógrafo perfeito para o seu tempo e um bibliófilo apaixonado. «Collector infatigavel não poupou sacrificios para reunir a esplendida e escolhida livraria, que guardou seu nome, e onde se não sabe o que mais admirar, se a excellencia das edições raras, se a belleza dos exemplares preferidos, se emfim a boa ordem e a perfeição das collecções facticias, que são um prodigio de perseverança e de cuidado.» Essa livraria dividida por 34 classes compunha-se de 4301 obras em 5764 volumes. Reuniu ainda uma famosa colecção de retratos que se compunha de 2290 retratos «muitos dos quaes rarissimos e dos melhores mes-



OS ESTRANGEIROS
NO LIMA:
OU
CONVERSAÇOENS ERUDITAS
Sobre varios pontos de Hiſtoria Eccleſiaſtica, Civil, Litteraria, Natural, Genealogica, Antiguidades, Geographia, Agricultura, Commercio, Artes, e Sciencias.
COM
Huma Deſcripçaõ de todas as Villas, Freguezias, e Lugares notaveis da Ribeira Lima, ſuas producçoens, induſtria, fabricas, edificios, familias nobres, filhos illuſtres em virtudes, armas ou letras; e com a Nobiliarchia Portugueza de Villasboas illuſtrada com todos os eſcudos de armas dos appellidos das Familias do Reino por ordem alfabetica, e huma breve noticia das Caſas, que ha no meſmo Reino, dos ditos appellidos, ſem ſerem Titulares.
OBRA ENRIQUECIDA DE ESTAMPAS,
E COMPOSTA POR
MANOEL GOMES DE LIMA
BEZERRA,
Correſpondente da Real Academia das Sciencias de Lisboa, Socio Honorario da Sociedade Economica de Ponte de Lima, das Academias Medicas, e das Sciencias de Madrid, e Sevilha,
&c. &c.
TOMO I.
COIMBRA:
NA REAL OFFICINA DA UNIVERSIDADE,
Anno de M.DCCLXXXV.
Com licença da Real Meſa Cenſoria, e Privilegio Real.
Tamanho igual ao original

UM DOS MAIS CURIOSOS e apreciados livros do século XVIII pelas muitas notícias que insere

tres.» Essa biblioteca e a colecção de retratos foi oferecida ao rei D. José, para lhe compensar a perda da livraria real e foi depois transportada para o Rio de Janeiro onde constitui o fundo da Biblioteca Nacional.

Outro dos grandes bibliógrafos do tempo foi António Ribeiro dos Santos. Nascido em 1745 faleceu em 1818, tendo sido o primeiro Bibliotecário-Mór do Reino, nomeado por Decreto de 4 de Março de 1796, para a Biblioteca Pública de Lisboa, criada nesse ano por D. Maria I.

António Ribeiro dos Santos foi o autor de vários interessantes estudos publicados nas *Memorias de Litteratura da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Uns no século XVIII e outros no começo do século XIX, são também estudos novos em Portugal e do melhor que em bibliografia nos foi legado. *Memoria da Litteratura sagrada dos judeus portuguezes desde os primeiros tempos da Monarchia, até os fins do seculo* XV, no vol. II, que contém no cap. VI um estudo sôbre a *Typographia hebraica em Portugal* e no cap. IX outro *Dos livros sagrados, e seus commentadores impressos nas typographias hebraicas em Portugal; Memoria da Litteratura sagrada dos judeus portuguezes no seculo* XVI também no vol. II; *Memoria da Litteratura sagrada dos judeus portuguezes no seculo* XVII, no vol. III; e *Memoria da Litteratura sagrada dos judeus portuguezes no seculo* XVIII, no vol. IV, são trabalhos notáveis que precederam na orientação alguns estudos do nosso tempo. As suas memórias *sobre a origem da Typographia em Portugal no seculo* XV e *para a Historia da Typographia portugueza do seculo* XVI, são os primeiros trabalhos metódicos sôbre o assunto. Passava-se da enumeração bio-bibliográfica para o estudo de uma época literária e tipográfica e isso mostra o valor do erudito que criava uma província nova na bibliografia portuguesa. Que os seus estudos têm erros ou lacunas? É de crêr pois tudo estava quási caótico e ainda estudos precisos, trabalhos sérios e documentados não tinham aparecido. É por isso que maior é o valor de Ribeiro dos Santos, poeta, bibliógrafo e bibliófilo ilustre. Como poeta, *Elpino Duriense* escreveu uma poesia que nos dá o seu amor livresco e que vale a pena transcrever das suas *Poesias:*

RETRATO do insigne botânico Dr. Felix de Avelar Brotero

O AUTHOR

AOS SEUS LIVROS

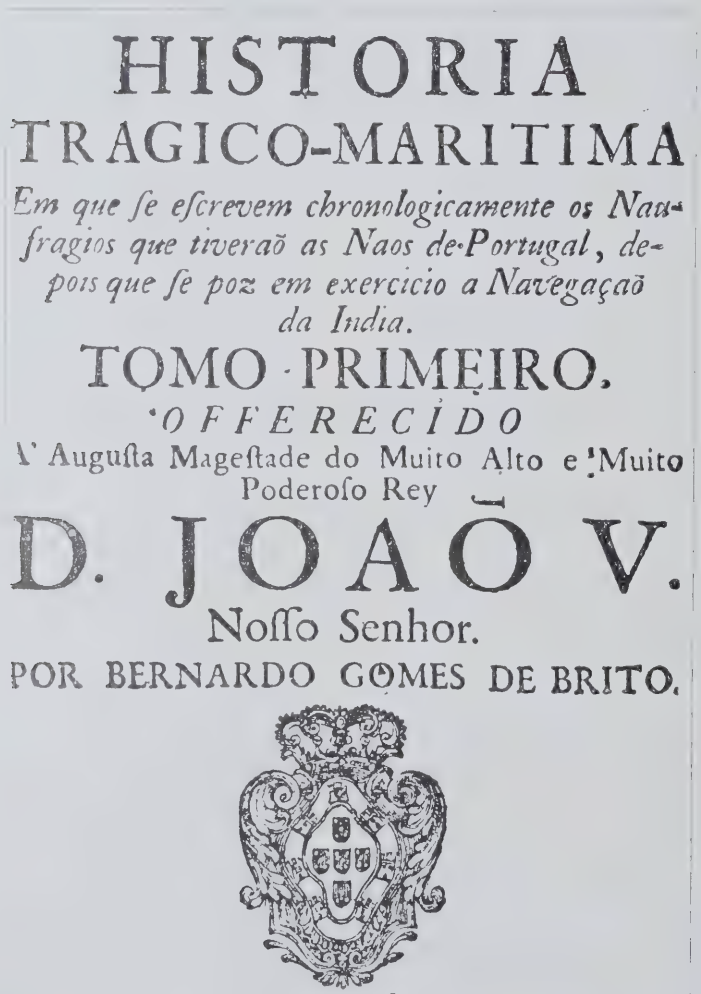
Salvé, ó meus Livros, Livros escolhidos
Por vossos proprios meritos sublimes,
Minha saude e vida, meus prazeres;
Mimos dos olhos meus, altas delicias
Do meu esp'rito, que vos ama terno:
Que seria de mim, se o iniquo fado
Me forçasse a viver de vós ausente!
Salvé, ó grão pai dos Vates, douto Homero,
De vasta fantasia, e éstro ardente,
Que as Gregas hostes discorrendo accendes
Labaredas, que excitão homens, Deoses.
Salve, ó Marão divino, ó grão Poeta
De fundos sentimentos d'alma terna,
Que nunca cesso de te ler, nem canço.
Salve, Lucrecio, ó filho da [Natura
Que te ensinou reconditos [arcanos
Desse vasto Universo, nunca [ouvidos
Na Lingua Lacial. Salve, ó [grão Flacco,
Honra de Roma, honra de [Venuza,
Com quem tenho vivido do- [cemente,
A quem impresso trago na [memoria,
E até na patria Lingua tras- [ladado.
Salve, vós outros, que por [muitas vezes
Cantar ouvio o alto Capitolio
No gentil coro das Pierias [Musas.
Salve, vós, que inda agora [as paixões d'alma
C'o forte estilo commoveis [potentes,
Demosthenes sublime, nobre [Tullio.
Salve, Ferreira meu, que [bem seguiste
Os Laciaes e Gregos; meu [grão mestre,
De bom saber, de siso, de [são gosto,
De proveito geral a todos: [salve
Outra vez, homem de res- [peito e d'honra,
Zeloso Cidadão e Magistrado,
Filosofo e Poeta, amor dos [Deoses.
Salve comtigo o outro, que [te iguala
Na sãa Doutrina, sabedor [Miranda.
Mestre das Musas, Mestre da [Virtude.
Salve, Camões sublime, grão [Poeta,
Que déste brado á Lysia, de- [cantando
As nauticas façanhas, que [exalçárão
Desde o Tejo gentil aos fins do Ganges
O Lusitano Nome e o alto Imperio.
Salve, Castro de trompa altiva e forte,
Que inda desse teu éstro sublimado
Saltão faiscas do sagrado fogo
Da fulgurante Iliada, que accendem
Nos campos de Ulyssea ardidas tropas
De fortes Gregos, de valentes Lusos.
Salve com estes todo o coro inteiro
Dos outros Vates da canora Lyra,
Filhos do Tejo, Lima, Doiro e Lena.
Salve, ó Padres da Historia, grandes Mestres
Da vida humana, vós que relatastes
Feitos da Grega e da Romana gente,
Herodoto, Thucydides, Sallustio,
Tacito e Livio. Salve, vós, ó Padres
Tambem da Lusa Historia venerandos,
Lopes, Pina, Galvão, illustre Barros,

C'os outros anciões, que a Lysia honrárão.
Salve, immortaes Filosofos, famosos,
Epictecto, Plutarcho, Xenofonte,
Que as virtudes moraes nos ensinastes.
E sobretudo salve, ó Livro Eterno
Das sublimes verdades, que benigno
O Ceo por nosso bem mandou á terra,
Farol luzente na carreira humana.
Salve, vós outros todos das mais classes,
De Nações varias, de diff'rentes Linguas,
Que eu sempre muito amei, que aqui não posso
Hum por hum nomear, bem que sois ricos
De elegancia e doutrina; salve, todos,
Não huma, duas, tres, porem mil vezes;
E ouvi as preces, que eu por vós só faço:
Rógo ao Ceo que, depois que vos eu deixe,
Finando estes meus dias já cançados,
Passeis a doutas mãos, que vos estimem
Como eu cá sempre vos prezei amigo;
Que ainda hum dia o novo dono vosso,
Quando vos registar, possa lembrar-se
Do antigo dono, que tivestes; possa
Meigo dizer-vos: vós, ó Livros, fostes
Do Duriense Elpino Lusitano:
Elpino vos amou mui ternamente,
E eu vos amarei por vós, por elle.»

Magnífica prova de um bibliófilo que pregôa o amor ao livro com as mais sentidas estrófes em que um erudito pode versejar.

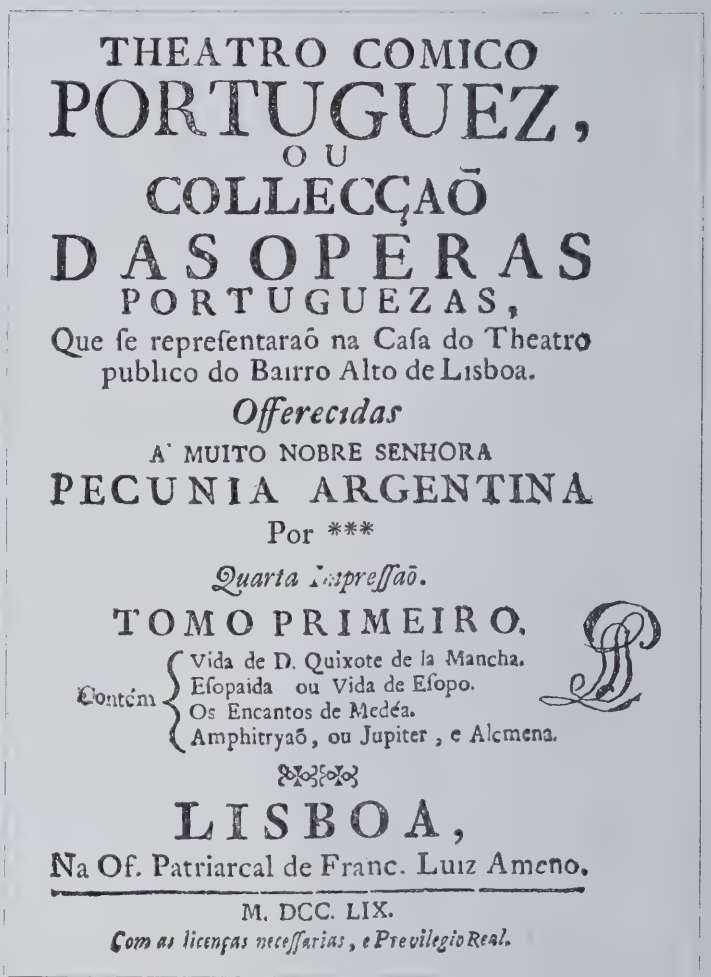
As *Memorias de Litteratura da Academia* inserem ainda sob o ponto de vista bibliográfico uma *Memoria sobre a materia ordinaria para a escrita dos novos Diplomas, e papeis publicos*, no vol. II, estudo sôbre o papel, pergaminho, etc., por José Anastácio de Figueiredo, estudo que precedeu os trabalhos de João Pedro Ribeiro e uma *Memoria sobre os codices manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça*, por Fr. Joaquim de Santo Agostinho. O *Index Codicum Bibliotheca Alcobatiæ* publicado também durante êste século é um belo livro (g. av. a pág. 139 do 1.º vol. da presente História), o mesmo não se podendo dizer do *Summario da Bibliotheca Lusitana* por Bento José de Sousa Farinha que enferma de muitos erros e de grande leviandade de arranjo sôbre a obra do abade de Sever. A *Bibliotheca historica* de José Carlos Pinto de Sousa de que apareceu em 1801 uma segunda edição, inteiramente refundida e aumentada, precedeu a *Bibliographia historica* de Figaniére. Mas ao contrário desta o seu valor não é grande e não resistiu ao tempo que tudo põe no seu lugar. Como se vê a bibliografia em Portugal no século XVIII merece bem na História literária de Portugal um lugar condigno, pois que nos não envergonha à face da Europa do seu tempo.

Um ramo literário que se orgulha de possuir nomes como o douto abade de Sever e obras como a *Bibliotheca Lusitana* é do maior valor sob todos os pontos de vista. A bibliografia não está ainda suficiente estudada entre nós, não faltando quem ainda há pouco a apodasse a *arte de conhecer os livros pelos rostos e lombadas*. A bibliografia é a chave de tôdas as ciências e só desconhece o seu valor quem seja absolutamente ignorante.



HISTORIA
TRAGICO-MARITIMA
Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiverão as Naos de Portugal, depois que se poz em exercicio a Navegaçaõ da India.
TOMO PRIMEIRO.
OFFERECIDO
A' Augusta Magestade do Muito Alto e Muito Poderoso Rey
D. JOAÕ V.
Nosso Senhor.
POR BERNARDO GOMES DE BRITO.
LISBOA OCCIDENTAL.
Na Officina da Congregaçaõ do Oratorio.
M. DCC. XXXV.
Com todas as licenças necessarias.

A CELEBRADA *Historia Tragico-Maritima* que, começada no século XVI, teve no século XVIII a sua metódica coordenação (Da livraria de Albino Forjaz de Sampaio)



THEATRO COMICO
PORTUGUEZ,
OU
COLLECÇAÕ
DAS OPERAS
PORTUGUEZAS,
Que se representaraõ na Casa do Theatro publico do Bairro Alto de Lisboa.
Offerecidas
A' MUITO NOBRE SENHORA
PECUNIA ARGENTINA
Por ***
Quarta Impressaõ.
TOMO PRIMEIRO.
Contém
Vida de D. Quixote de la Mancha.
Esopaida ou Vida de Esopo.
Os Encantos de Medéa.
Amphitryaõ, ou Jupiter, e Alcmena.
LISBOA,
Na Of. Patriarcal de Franc. Luiz Ameno.
M. DCC. LIX.
Com as licenças necessarias, e Previlegio Real.

A OBRA DO *Judeu*, António José da Silva (Da livraria Forjaz de Sampaio)

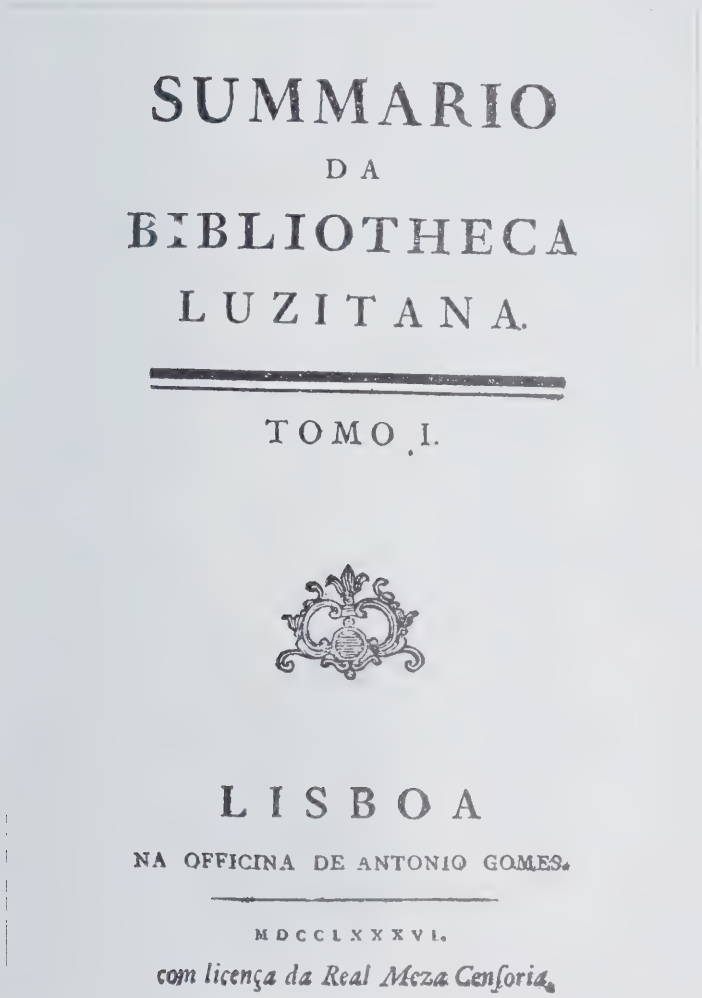
AS VIAGENS

A "Historia Tragico-Maritima"

BIBLIOGRAFIA: — *Historia tragico-Maritima Em que fe escrevem chronologicamente os naufragios que tiverão as naos de Portugal, depois que fe poz em exercicio a Navegação da India.* 2 vols. Lisboa, 1735 e 1736; por Bernardo Gomes de Brito.

2.ª edição: *(Bibliotheca dos Classicos Portuguezes)*, 1904. 12 vols.; *Centenario da India. Historia Tragico-Maritima de Portugal, illustrada com vinte gravuras. Descripção dos tres primeiros naufragios succedidos depois da descoberta do Caminho da India. Extracto do livro de Bernardo Gomes de Brito por Hygino de Mendonça.* Lisboa, 1898 (na capa). *Historia Tragico-Maritima. Descripção chronologica dos naufragios que tiveram as naus de Portugal depois que se poz em exercicio a navegação para a India, seguindo a coordenação feita por Bernardo Gomes de Brito.* Lisboa, 1896 (no rosto).

Veja-se sôbre o assunto: P.e Francisco de Santa Maria — *O anno historico;* Oliveira Martins — *Portugal nos Mares;* Carlos de Passos — *Navegação Portuguesa dos seculos XVI e XVII. Naufragios ineditos. Novos subsidios para a Historia Tragico-Maritima de Portugal;* Albino Forjaz de Sampaio — *Historia Tragico-Maritima* (Colecção Patrícia); Quirino da Fonseca — *Os portugueses no mar;* Sousa Viterbo — *Trabalhos nauticos dos portugueses nos seculos XVI e XVII;* Henrique Lopes de Mendonça — *Estudos sobre os navios portuguezes nos seculos XV e XVI.*



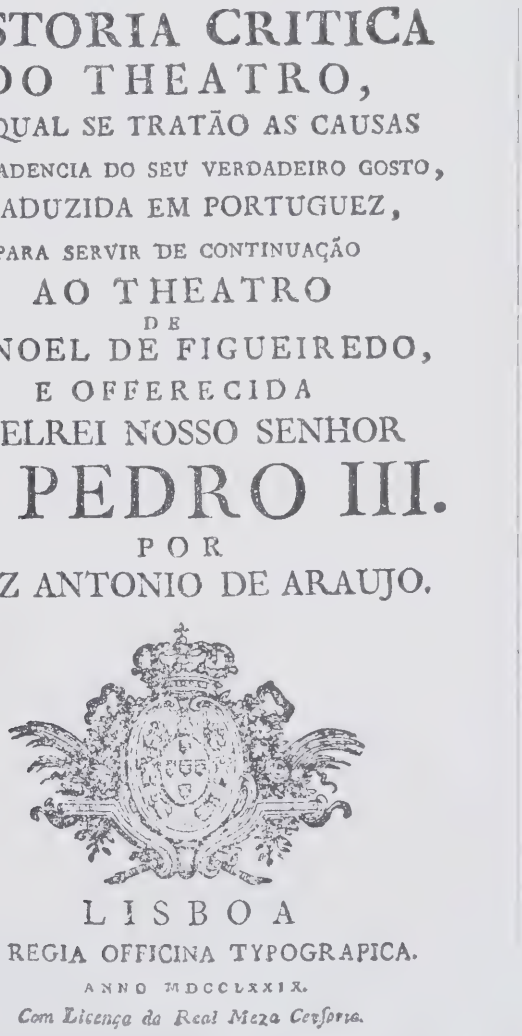
SUMMARIO
DA
BIBLIOTHECA
LUZITANA.

TOMO I.

LISBOA
NA OFFICINA DE ANTONIO GOMES.
MDCCLXXXVI.
com licença da Real Meza Cenſoria.

O RESUMO DA *Biblioteca Lusitana*, por Bento José de Sousa Farinha (Da livraria Forjaz de Sampaio)

A *História Tragico-Maritima* são dois volumes em que Bernardo Gomes de Brito reüniu as relações de naufrágios «que na vasta navegação da India Oriental padeceram alguns galeões e navios portuguezes, ou indo d'esta cidade de Lisboa para a Asia, ou voltando da Asia para a Europa», relações publicadas em opúsculos em várias datas e por vários autores, sendo inéditas também algumas. É uma obra excelente esta compilação, quer sob o ponto de vista literário quer sob o ponto de vista das nossas navegações. Isoladas aquelas notícias ninguém as leria nem delas daria grande fé. Constituïndo colecção tornaram-se o monumento literário que todos admiram e que está nas nossas letras como jóia magnífica e consagrada. As Relações que a compõem são a da *perda do galeão grande S. João* por Álvaro Fernandes, publicada em 1554; a da *viagem que fez Fernão d'Alvares Cabral* por Manuel de Mesquita Perestrelo, publicada em 1554; a do *naufragio da nao Conceyção,* por Manuel Rangel, publicada no século XVII; a da via-



HISTORIA CRITICA
DO THEATRO,
NA QUAL SE TRATÃO AS CAUSAS
DA DECADENCIA DO SEU VERDADEIRO GOSTO,
TRADUZIDA EM PORTUGUEZ,
PARA SERVIR DE CONTINUAÇÃO
AO THEATRO
DE
MANOEL DE FIGUEIREDO,
E OFFERECIDA
A ELREI NOSSO SENHOR
D. PEDRO III.
POR
LUIZ ANTONIO DE ARAUJO.

LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAPICA.
ANNO MDCCLXXIX.
Com Licença da Real Meza Cenſoria.

UM CURIOSO LIVRO de *Historia do Theatro*, por Luíz António de Araujo (Da livraria Forjaz de Sampaio)

TOMAZ ANTÓNIO GONZAGA (Retrato da *Hist. de Portugal* de M. Pinheiro Chagas)

por Bento Teixeira Pinto, publicada em 1601; a do *naufragio da nao S. Thomé*, por Diogo do Couto; a do *naufragio da nau S. Alberto*, por João Baptista Lavanha, publicada em 1597; a da *viagem da nau S. Francisco*, inédita; a das *Batalhas e successos do Galeão Santiago*, por Melchior Estácio do Amaral, publicada em 1602.

Vê-se que o grosso da obra são relações quinhentistas mas nem por isso deixa de ser êste o lugar próprio para a notícia pormenorizada da Colecção, que só neste século se distingue e toma nome próprio, impondo-se como conjunto notável de belas peças que vistas isoladamente passariam despercebidas. A segunda edição, publicada em nossos tempos, amplia a colecção sem lhe dar maior lustre visto serem primaciais as que Bernardo Gomes de Brito reüniu, já pelo brilho literário, já pelo interêsse histórico e pureza de linguagem. Esta é que, embora popular, conta no número das que devam ser estudadas a fundo pelos que bem queiram conhecer a nossa língua.

Ninguém calcula o número de maneiras de dizer elegantes, próprias e vernáculas que esmaltam as suas páginas. Fica-se absorto de como gentes tão fora do vêzo literário tenham encontrado a maneira própria, ideal, o modo idóneo de exprimir o pensamento em justo português. Ora vejamos: No *Naufragio do galeão grande S. João* quando se diz a propósito da perdição de Manuel de Sousa «mas como já estava de cima que acabasse este capitão...» por já Deus ou o Destino tinham determinado...; quando, no *Naufragio da nau S. Bento*, se chama ao mar «fria e inquieta sepultura», ou «nos metemos em fio, um atraz do outro», ou ainda, «cahimos no erro que fizeramos em deixar a fralda do mar», por terem abandonado a costa, ou quando para dizer que se havia escaramuçado com a negraria «desembaraçando-nos d'elles com algumas remetteduras e trochadas», que puristas não são estes cronistas sem nome, ingénuos parcelistas da grande soma do incontável esfôrço português! E que psicologia, que crítica se nos devara por vezes: «mas são os homens no mar mui semelhantes ás mulheres nos tempos de seus partos, em suas mui estranhas e grandissimas dores, que juram se d'aquela escapam, não terem mais copula, nem ajuntamento nunca com varão.

«Assim, n'estes perigos, tão evidentes de tanto temor e espanto, qual ha ahi que não jure e prometta de nunca outra tal lhe acontecer, nem em outra tal se achar. O que passado, passou-se, e acabou-se a memoria de tudo; e tudo são folias, pandeiros e zombarias.»

E que trechos modelares de boa e legítima prosa portuguesa, como os da morte de Manuel de Sousa de Sepúlveda, os dos leões que visitavam o povoado na relação de Manuel de Mesquita Perestrelo, os da rendição de Jorge de Albuquerque no *Naufragio que passou Jorge de Albuquerque Coelho*, em que não sabemos que mais admirar se a heróica alma dêste português, se a prosa com que esta nos é revelada.

Há também revelações da vida do tempo que são únicas, como por exemplo no *Naufragio da nau*

O URAGUAY
POEMA
DE
JOSÉ BASILIO DA GAMA
NA ARCADIA DE ROMA
TERMINDO SIPILIO
DEDICADO
AO ILL.mo E EXC.mo SENHOR
FRANCISCO XAVIER
DE MENDONÇA FURTADO
SECRETARIO DE ESTADO
DE
S. MAGESTADE FIDELISSIMA
&c. &c. &c.

LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA
ANNO MDCCLXIX
Com licença da Real Meza Censoria.

A PRIMEIRA EDIÇÃO de *O Uraguay*

REPOSTA APOLOGETICA
AO POEMA INTITULADO
O URAGUAY,
COMPOSTO
POR JOSE' BASILIO DA GAMA,
E DEDICADO
A FRANCISCO XAVIER
DE MENDONCA FURTADO,
IRMAÕ
DE
SEBASTIAO JOSE' DE CARVALHO,
CONDE DE OEYRAS,
E
MARQUEZ DE POMBAL

LUGANO
MDCCLXXXVI.
com licença dos Superiores

UM DOS LIVROS SÔBRE *O Uraguay*

A BIBLIOTECA LUSITANA

de

DIOGO BARBOSA MACHADO

Página do primeiro volume anotada por Camilo Castelo Branco

Rosto suprimido do segundo volume

A *Biblioteca Lusitana* do abade de Sever, é bem um monumento literário e esta página um curioso documento para os bibliófilos e bibliógrafos que a estimam. Representa ela, em *fac-simile,* a pág. 308 onde, no canto inferior, Camilo lançou uma das suas curtas e eruditas anotações, e o rosto do segundo volume dedicado a D. Fr. José Maria da Fonseca e Évora, bispo do Pôrto. Êste rosto foi impresso e circulou em alguns exemplares, tendo sido suprimido por o seu autor ter sido advertido de que sendo o 1.º volume, e conseqüentemente tôda a obra, dedicado ao Rei, não podia o 2.º volume, sem gravame, ser dedicado a um particular. Tais razões pesaram no espírito do douto académico, que imediatamente mandou recolher todos os exemplares, sendo por isso dá maior raridade os que conseguiram escapar.

ma que a Condeſſa da Caſtanheira mandàra tirar aquella Copia do Original em 2. de Março de 1648. para adar a ſeu neto, cujo Original ficava na Caſa da Caſtanheira, como mais difuſamente o eſcreve o P. D. Antonio Caetano de Souſ. no Apparat. à *Hiſt. Geneal. da Caſa Real Portug.* pag. 47. n. 25. Caſou D. Antonio de Lima com D. Maria de Vilhena filha de Chriſtovaõ de Mello herdeiro da Ilha de S. Thomé de cujo matrimonio teve unicamente a D. Anna de Lima que caſou com D. Antonio de Attayde Conde de Caſtro Dayro, e Caſtanheira, do qual fizemos larga memoria em ſeu lugar. Eſtá ſepultado no pavimento da Capella mór do Convento de S. Franciſco de Lisboa, como eſcreve Fr. Manoel da Eſperança *Hiſt. Seraf. da Prov. de Portug.* Part. 1. liv. 2. cap. 22. n. 3.

ANTONIO DE LIMA BARROS PEREYRA. Naceo na Cidade do Porto a 11. de Setembro de 1687. e foy filho de Gonçalo de Oliveira, e ſua mulher Joanna de Barros Pereira. Na Univerſidade de Coimbra recebeo o gráo de Doutor na faculdade dos Sagrados Canones, e na Cathedral de Angra hum Canonicato. Deſde os primeiros annos ſe applicou à Poeſia, e com a idade foy cada vez crecendo mais na cultura deſta Arte, porque mereceo os applauſos dos ſeus melhores profeſſores, dando para teſtemunho do ſeu genio neſta faculdade a obra ſeguinte.

Floreſta Apollinea. Lisboa por Bernardo da Coſta. 1720. 4.

Fr. ANTONIO DE LISBOA filho da Cidade do ſeu appellido, e da Religiaõ Serafica da Provincia de Portugal. Cultivou as Muſas Sagradas em que compoz alguns Autos que ſe repreſentaraõ com grande applauſo dos expectadores. De todos elles ſómente chegou à noſſa noticia o ſeguinte.

Auto dos dous Ladroens que foraõ Crucificados juntamente com Chriſto Senhor noſſo. Lisboa por Antonio Alvares. 1603. 4.

ANTONIO LOPES natutal da Villa de Viana do Alemtejo. Aprendeo as letras humanas, e as artes da Rhetorica, e Poetica nas Eſcolas da Companhia de JESUS, e ſahio taõ conſumado nellas, que naõ conheceo no ſeu tempo outro que lhe foſſe ſuperior, pois imitava a Virgilio na mageſtade dos Poemas, e a Ovidio na ſuavidade das Elegias. Eſtes dotes ſcientificos acompanhados de honeſto procedimento o habilitaraõ para que o inſigne Biſpo de Sylves D. Jeronymo Oſorio o fizeſſe ſeu Capellaõ, e Meſtre de toda a ſua familia, cujo miniſterio exercitou com tanta ſatisfaçaõ deſte Prelado, que lhe deo em remuneraçaõ a Igreja da Alagoa no Reyno do Algarve que governou como Paſtor cuidadoſo enſinando as ſuas ovelhas com a voz, e com o exemplo. Como ſobreviveo ao ſeu Patrono lhe ornou a ſepultura com elegantes verſos. Morreo em Villanova de Portimaõ, donde foy transferido à ſua Igreja. Compoz muitos verſos excellentes na lingua Latina dos quaes nenhum logrou a luz publica. Deſcreveo em verſo heroico o ſitio de Mazagaõ que lhe puzeraõ os barbaros no ano de 1562. onde ſoraõ totalmente derrotados. Começava.

Lyſiadum ingentes animos, & funera latè
Edita per campos quos inſuperabile tollit
Maſaganum. &c.

Deſta obra faz menção o P. Antonio Poſſevino in *Apparat. Sacr.* Tom. 1. pag. 96.

De Myſterio Crucis Dominicæ, de diverſis ejuſdem typis, ac Sacramentis ab ipſa promanantibus. Dedicado ao Pontifice. Cuja obra foy muito eſtimada em Roma, e aintitula *Præclarum et lectu dignum* Scoto in *Bib. Hiſp.* Claſſ. 2. Tom. 3. pag. 533. Compoz mais em verſo.

Prima, et Secunda in Africam expeditio Regis Sebaſtiani. M. S.

Poemà de duplici amore in laudem Sanctæ Mariæ Magdalenæ.

Poema in Speluncam, & Sepulchrum B. Mariæ Magdalenæ. Começa.

Jam ſol puniceum radiis patefecerat orbem

Elegia in qua Magdalena Chriſtum alloquitur. Começa.

Vita meæ vitæ vita mihi charior ipſa.

Victoriæ Elepantinæ duce Joanne Auſtriaco comparatæ deſcriptio M. S.

Eſtando aſſiſtindo a hum banquete, e coma ocultamente lhe lançaſſem mais agua que vinho no copo, tanto que o bebeo ſahio extemporaneamente com eſte dyſticho, que admi-

Página do primeiro volume da «Biblioteca Lusitana» de Diogo Barbosa Machado, anotada por Camilo Castelo Branco. (Exemplar da livraria de Albino Forjaz de Sampaio)

BIBLIOTHECA LUSITANA

Hiſtorica, Critica, e Cronologica.

NA QUAL SE COMPREHENDE A NOTICIA DOS AUthores Portuguezes, e das Obras que compuzeraõ deſde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça ate o tempo prezente

OFFERECIDA

AO EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR.

D. Fr. JOZE MARIA DA FONCECA, E EVORA.

Biſpo do Porto do Conſelho de Sua Mageſtade.

POR

DIOGO BARBOSA MACHADO

Ulyſſiponenſe Abbade Reſervatario da Parochial Igreja de Santo Adriaõ de Sever, e Academico do Numero da Academia Real

TOMO II.

LISBOA:

Na Officina de IGNACIO RODRIGUES.

Anno de M. D. CC. XLVII.

Com todas as licenças neceſſarias.

Rosto suprimido do segundo volume da «Biblioteca Lusitana» de Diogo Barbosa Machado. São raríssimos os exemplares em que esta página se encontra

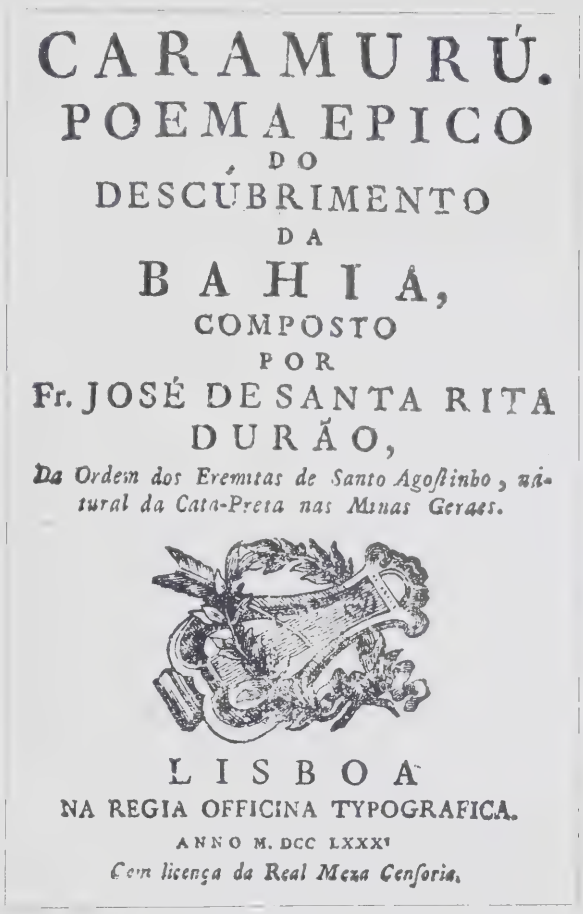
Santa Maria de Barca a das festas dos pescadores de Alfama nas «suas tão antigas cerimónias com que veneravam e festejavam o dia do bemaventurado S. Pero Gonçalves, levando-o às hortas de Enxobregas, e com muitas folias, e de lá o traziam enramado de coentros frescos; e êles todos com capelas ao redor dêle dançando e bailando... (1557)».

Também em matéria de crítica a *História* é fértil. A razão dos naufrágios, o porquê daquelas perdições de riquezas e vidas, o nosso desmazêlo, a incúria, a imprevidência lusitana, tudo isso ali passa em rápidas páginas ressumando verdade e o fatalismo da raça, aquela gandaia e aquele improvizar ao Deus dará tão peculiar à gente portuguesa. Grandes, eternas, magníficas páginas.

Bernardo Gomes de Brito, que nasceu a 20 de Maio de 1688, era natural de Lisboa. Sabe-se apenas que vivia ainda em 1759 mas ignoram-se outras particularidades da sua vida.

Da *Historia* diz-se que tinha mais três volumes preparados para a impressão. São dois volumes publicados, mas a curiosidade das gentes apensa-lhes sempre um terceiro volume com *Relações* não incluídas nos dois anteriores. É claro que êste volume não faz parte da obra, e é muitas vezes formado por duplicados de *Relações* já insertas na *Historia*, em edições sôltas.

Os autores escolhidos por Bernardo Gomes de Brito para serem insertos na sua obra foram, como ficou dito, Álvaro Fernandes, guardião que foi do galeão grande *S. João*, mas Álvaro Fernandes foi apenas o narrador; Manuel de Mesquita Perestrelo, filho de Pero Sobrinho de Mesquita e de Francisca Perestrelo. Naufragou em 1549 e 1554. Foi por capitão-mor de uma frota a S. Jorge da Mina em 1562, e lá ficou um ano governando a fortaleza, donde veio prêso para o castelo de S. Jorge acusado de peculato e abuso de autoridade. Transferido para a cadeia da cidade fugiu para Espanha, donde voltou perdoado por carta de 27 de Maio de 1569. Em 1575 por ordem do rei D. Sebastião foi examinar a costa africana do Cabo da Boa Esperança ao das Correntes. Aí se demorou de 22 de Novembro de 1575 até 15 de Março de 1576, e daí nasceu o *Roteiro*, que também escreveu. Casou com D. Guiomar Lobo, que faleceu em 1626. O original do *Naufragio*, incorporado na *Historia*, parece que se guarda na Biblioteca Nacional de Lisboa, e o do *Roteiro* na Biblioteca Pública de Évora. Sôbre Manuel Mesquita Perestrelo pode ver-se um curioso estudo no *Boletim da Sociedade de Bibliofilos Barbosa Machado;* Manuel Rangel, de quem se ignoram notícias; Padre Manuel Barradas; Henrique Dias, criado do Prior do Crato; Bento Teixeira Pinto, natural de Pernambuco, que foi também cronològicamente o primeiro escritor nascido no Brasil. Bento Teixeira Pinto diz-se autor do *Naufragio que paſſou Jorge de Albuquerque Coelho vindo do Brazil*, de que se publicou a primeira edição em 1601. Varnhagem, porém, na sua *Historia do Brazil* atribue a autoria do naufrágio a António da Costa, mestre do Duque de Bragança; Manuel Godinho Cardoso, de quem apenas se sabe ser natural de Lisboa; Diogo do Couto; João Baptista Lavanha; o padre Gaspar Afonso, jesuíta, natural de Serpa e que morreu em Coimbra em 1618, e Melchior Estácio do Amaral, natural de Évora. Autores quinhentistas e seiscentistas pela primeira vez reünidos no século XVIII, o século grande que ainda está por estudar nos seus pormenores e mesmo no seu conjunto.


CARAMURÚ.
POEMA EPICO
DO
DESCÚBRIMENTO
DA
BAHIA,
COMPOSTO
POR
Fr. JOSÉ DE SANTA RITA
DURÃO,
Da Ordem dos Eremitas de Santo Agoſtinho, natural da Cata-Preta nas Minas Geraes.
LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.
ANNO M. DCC LXXX.
Com licença da Real Meza Cenſoria.

ROSTO DA PRIMEIRA EDIÇÃO do poema *Caramuru* de Santa Rita Durão

Relações de naufrágios pròpriamente do século XVIII insere a 2.ª edição da *Historia* a *Relaçam do successo que teve o patacho chamado de N.ª S.ª da Candelaria da ilha da Madeira, o qual vindo da Costa da Guiné no anno de 1693 huma rigorosa tempestade o fez varar na Ilha incognita que deixou escrita Francisco Correa, Mestre do mesmo Patacho, e se achou no anno de 1699 depois da sua morte*, e que saíu em 1724; o *Naufragio Carmelitano*, que Caetano José da Rocha e Melo publicou e saíu em 1750; a *Relação ou noticia particular da infeliz viagem da Nao de Sua Magestade Fidelissima, Nossa Senhora da Ajuda e S. Pedro de Alcantara, do Rio de Janeiro para a Cidade de Lisboa neste presente anno*, e que foi publicada em 1778; e a *Relaçam da Prodigiosa navegaçam da Nao chamada S. Pedro e S. Joam, Da Companhia de Macau*, escrita por Ricardo Fineça Faschunh, que saíu em 1743.

Duas outras relações setecentistas há que não foram incluídas na segunda edição da *Historia:* a *Relação da viagem e naufragio do navio da Companhia Britanica das Indias Orientaes, denominado a Halse Wel*, e a *lista das pessoas que se salvarão do naufragio do navio de guerra hespanhol a S. Pedro de Alcantara acontecido na noite de 2 de Fevereiro*. Lisboa, 1786, e a *Relação do que aconteceu a bordo do navio inglez que felizmente escapou de dar á costa no Cabo Espichel*. Lisboa, 1799, mas o certo é que as grandes *Relações* são as incluídas na primeira edição da obra de Gomes de Brito. As outras, salvo poucas excepções, têm pouco ou nenhum valor literário. A obra de Bernardo Gomes de Brito, porque se lhe pode chamar assim, é uma síntese maravilhosa de psicologia nacional e ao mesmo tempo uma reünião de excelentes páginas literárias. Mais do que nenhum outro povo nós poderíamos ter a história dos nossos, sendo como somos o povo que abriu novos mares à navegação. Fê-la Gomes de Brito. A sua obra, além do valor literário tem por isso um valor patriótico.

CIÊNCIA E FILOSOFIA

Teodoro de Almeida, Jacob de Castro Sarmento, Félix de Avelar Brotero, Bento de Moura Portugal e António Soares Barbosa

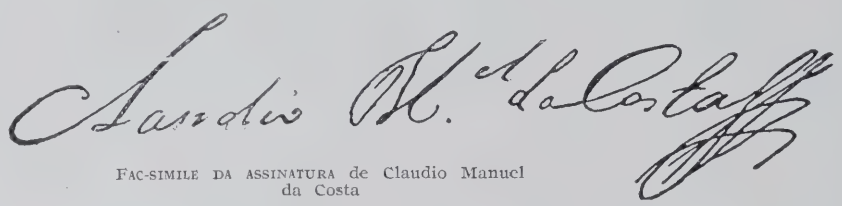
BIBLIOGRAFIA: — TEODORO DE ALMEIDA: *Recreasão filozofica ou dialogo sobre a filozofia natural, para instrucsão de pessoas curiozas, que não frequentarão as aulas.* Tomo I. Lisboa, 1751 e seg., 9 vols. Há diversas edições dos vários tomos da obra que foi publicada sob o nome de Teodósio Eugénio Silvio; *Cartas Fysico-Mathematicas de Theodosio a Eugenio, para servirem de complemento á Recreação Filosofica.* Lisboa, 1784 e seg., 3 tomos. Publicadas sob o pseudónimo de Dorotheo de Almeida e traduzidas em espanhol por D. Francisco Vasquez; *Institutiones Physicæ ad usam Scholarum.* Olissipone, 1785, 3 tomos; *Methodo para a geographia.* Lisboa, 1787, sob as iniciais T. A. O. S. F. N. (Teodoro de Alusida, Oratoriano de S. Filipe Néry). *O Feliz independente do mundo e da fortuna, ou arte de viver contente em quaesquer trabalhos da vida.* Lisboa, 1779, 3 vols.; 2.ª ed. corrigida e acrescentada. Lisboa, 1786, 3 tomos; 3.ª edição, Lisboa, 1835; 4.ª edição, Lisboa, 1844; 5.ª edição, Lisboa, 1861. Foi traduzido quatro vezes em Espanha e uma em França pelo abade Jannet, com o título *L'Homme Leureux.* Caen, 1820. Foi imitado em 1786 pelo padre Merino em *La Muger feliz.*

Sermões. Lisboa, 1787, 3 tomos *Opusculos sobre varios assumptos.* Lisboa, 1797; *Cartas espirituaes sobre varios assumptos, escriptas a diversas pessoas.* Lisboa, 1804; *Lisboa destruida; poema.* Lisboa, 1803.

Sôbre o padre Teodoro de Almeida veja-se o *Dicionário bibliográfico* de Inocêncio Francisco da Silva, o seu *Elogio historico* na *Historia e Memorias da Academia das Sciencias,* pelo académico José Maria Dantas Pereira, tomo XI, parte I.ª, págs. XIII a XXIV, de que se fêz separata; a *Bibliotheca Familiar e Recreativa,* tomo V; o *Panorama,* vol. IX (1846); os *Estudos biographicos* de Barbosa Canais, e *Curso elementar de Litteratura Nacional,* de T. C. Fernandes Pinheiro.

JACOB DE CASTRO SARMENTO: *Theoria verdadeira das marés, conforme a philosophia do incomparavel cavalheiro Isaac Newton.* Londres, 1737; *Grammatica da lingua ingleza, a qual serve para instruir os portuguezes no idioma inglez,* por Jacob de Castro. Lisboa; Londres, 1770. A 1.ª edição parece ser de Londres, 1700. Das obras de medicina e opúsculos em latim pode ver-se Barbosa e Inocêncio. Para a sua biografia vejam-se os *Annaes da Sociedade Litteraria Portuense,* n.º 1, de 1837, artigo de Fr. Francisco de S. Luís.

FÉLIX DE AVELAR BROTERO: *Compendio de Botanica, ou noções elementares d'esta sciencia segundo os melhores escriptores modernos; expostas na lingua portugueza.* Paris, 1788; 2 tomos; *Principios de Agricultura philosophica.* Coimbra, 1793; *Phytographia Lusitaniæ...* Olissipone, 1800; refundida depois. Vol. I, 1816, II (incompleto), 1827; *Flora Lusitanica...* Olissipone, 1804; *Historia natural da urzella.* Lisboa; *Noções geraes das dormideiras...* Lisboa, 1824; *Noções botanicas das especies de nicociana mais usadas nas fabricas de tabaco, e da sua cultura.* Lisboa, 1826.



FAC-SIMILE DA ASSINATURA de Claudio Manuel da Costa

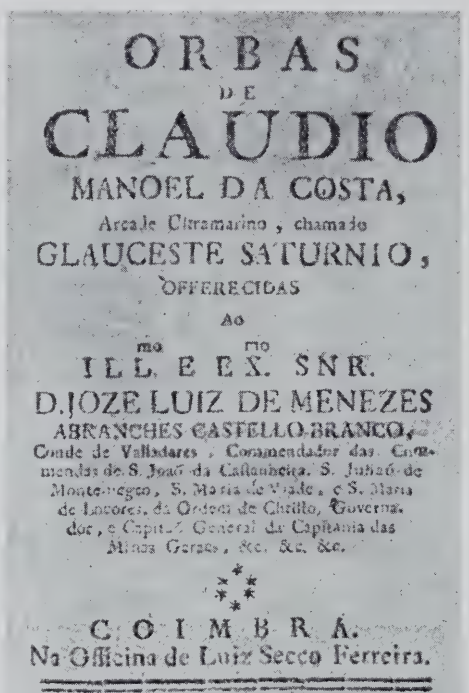
Sôbre Avelar Brotero veja-se além de Inocêncio a *Noticia biographica do doutor Felix de Avelar Brotero, tirada dos apontamentos escriptos por um seu parente e coordenada por um distinto litterato* (o conselheiro Filipe Ferreira de Araújo e Castro). Lisboa, 1847; o *Archivo Pittoresco,* tomo III, pág. 136; a *Revista Universal Lisbonense,* 1.ª série, vol. IV; *(Bosquejos biographicos. O Abbade Correa da Serra e Felix de Avelar Brotero,* pelo dr. Rodrigues de Gusmão); o *Archivo Pittoresco,* tomo I; a *Galeria dos Deputados das Cortes Geraes...* 1822, págs. 84 a 86; o *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa,* tomo XXXIV (1860), artigo pelo dr. Inácio Quintino de Avelar; e a *Gazeta de Portugal,* n.º 1189, de 10 de Novembro de 1866.

BENTO DE MOURA PORTUGAL: *Inventos e vários planos de melhoramentos para este reino, escriptos nas prisões da Junqueira.* Coimbra, 1821.

Sôbre Bento de Moura Portugal veja-se o *Panorama,* 1842 (art.º de J. da C. Neves Carvalho); a *Relação dos Presos do Forte da Junqueira,* pelo Marquês de Alorna; o IV vol. da *Recreação philosophica* do padre Teodoro de Almeida.

ANTÓNIO SOARES BARBOSA: *Discurso sobre o bom e verdadeiro gosto na Philosophia.* Lisboa, 1766; *Tratado elementar da Philosophia moral.* Coimbra, 1792; traduziu de Guadagnini o *Parecer sobre os chamados actos de fé, esperança e charidade e de outras virtudes christãs.* Coimbra, 1798; de Bossuet, *Elevações a Deus.* Coimbra, 1794; e do francês um *Compendio da Historia do Antigo e novo Testamento, com as rasões em que se prova a verdade da nossa religião.* Coimbra, 1772, e a 2.ª ed. 1830.

Sôbre Soares Barbosa veja-se a *Revista Universal Lisbonense,* n.º 37, art.º de Rodrigues de Gusmão; *As Duas Linguas* de Jerónimo Soares Barbosa, 1807, e o *Conimbricence,* n.º 1244, de 30 de Dezembro de 1865.



ORBAS
DE
CLAUDIO
MANOEL DA COSTA,
Arcade Ulramarino, chamado
GLAUCESTE SATURNIO,
OFFERECIDAS
Ao
mo mo
ILL. E EX. SNR.
D. JOZE LUIZ DE MENEZES
ABRANCHES CASTELLO-BRANCO,
Conde de Vallados, Commendador das Commendas de S. João da Cassanheira, S. João de Montemuro, S. Maria de Viade, e S. Maria de Louredo, da Ordem de Christo, Governador, e Capitaõ General da Capitania das Minas Geraes, &c. &c. &c.
COIMBRA.
Na Officina de Luiz Secco Ferreira.
M.DCC.LXVIII.
Com licença da Real Meza Censoria.

ROSTO DA RARA OBRA de Claudio Manuel da Costa. (Do estudo do Dr. Manuel de Sousa Pinto, *Um bi-centenario. Claudio Manuel da Costa. 1729 — 5 de Junho — 1929.* Pôrto, 1929

ENTRE os nomes quási esquecidos do século XVIII figura, injustamente, o do Padre Teodoro de Almeida, que teve larga reputação com o seu *Feliz independente.* Teodoro de Almeida foi o grande vulgarizador científico do seu tempo, e a sua *Recreação filosofica* trouxe-lhe, como a oração de abertura da Academia das Ciências, críticas acerbas e amaríssimos comentários, tão injustos como imerecidos. Nascido em Lisboa a 7 de Janeiro de 1722, faleceu a 18 de Abril de 1804. Presbitero da Congregação do Oratório, sócio fundador da Academia Real das Ciências, membro da Sociedade Real de Londres e da Biscaia, estudou humanidades, a

geometria e a física na Congregação do Oratório, para onde entrara aos 13 anos, e onde aos 24 era substituto da cadeira de filosofia e aos 29 mestre efectivo.

Inovador, espírito desempoeirado para o seu tempo, pouco tardou em atraír as desconfianças do Marquês de Pombal, e isso mereceu-lhe o exílio. A 20 de Junho de 1760 êle e os padres João Baptista, João Chevalier e Clemente Alexandrino foram desterrados da côrte. Em Setembro de 1768, parece, do Pôrto, onde estava, refugiou-se em França, onde se demorou perto de 10 anos, ensinando ciências físicas e matemáticas em Baiona e em Auch.

Voltou a Portugal em 1778, e foi residir para a casa de N.ª S.ª das Necessidades, onde prègando e confessando se entretinha também a polir as obras que compusera. A *Recreação filosofica* datava de 1751, e essa era e ficou sendo a obra que lhe imortalizou o nome. Ela abriu à cultura portuguesa a ciência de que ela carecia. Educação feita sôbre bases teológicas, místicas e sentimentais, a nossa não tinha o espírito positivo, científico, que depois, na França, veio revolucionar o mundo.

Quando o padre Teodoro de Almeida voltou a Portugal trazia o espírito amplificado pelo convivio demorado em terras civilizadas. E assim abraçou com entusiasmo a ideia de Lafões e Correia da Serra para a fundação da nova Academia e tanto que tomou a incumbência de dizer a *Oração inaugural*, e que realizou em 1 de Julho de 1780. Essa peça literária é uma defesa das Academias e uma defesa do bom nome português. E aos derrotistas, aos que impugnavam a criação da que êle inaugurava, dizia:

«Que augmento não deve toda a França, a Italia, a Alemanha, a Inglaterra, às sociedades litterarias que nesses Estados ha tantos annos florescem? Que augmentos lhes não devem as Sciencias, as Artes, a Lingua, a Agricultura, o Comercio, e, n'uma palavra, o Bem dos Povos? A combinar o que esses Estados erão d'antes, e o que são depois delas, custa a crer que são os mesmos homens, os mesmos climas, os mesmos Estados. Ora só para nós, Portuguezes será essa fundação inutil? Só nelles será superflua e escusada?»

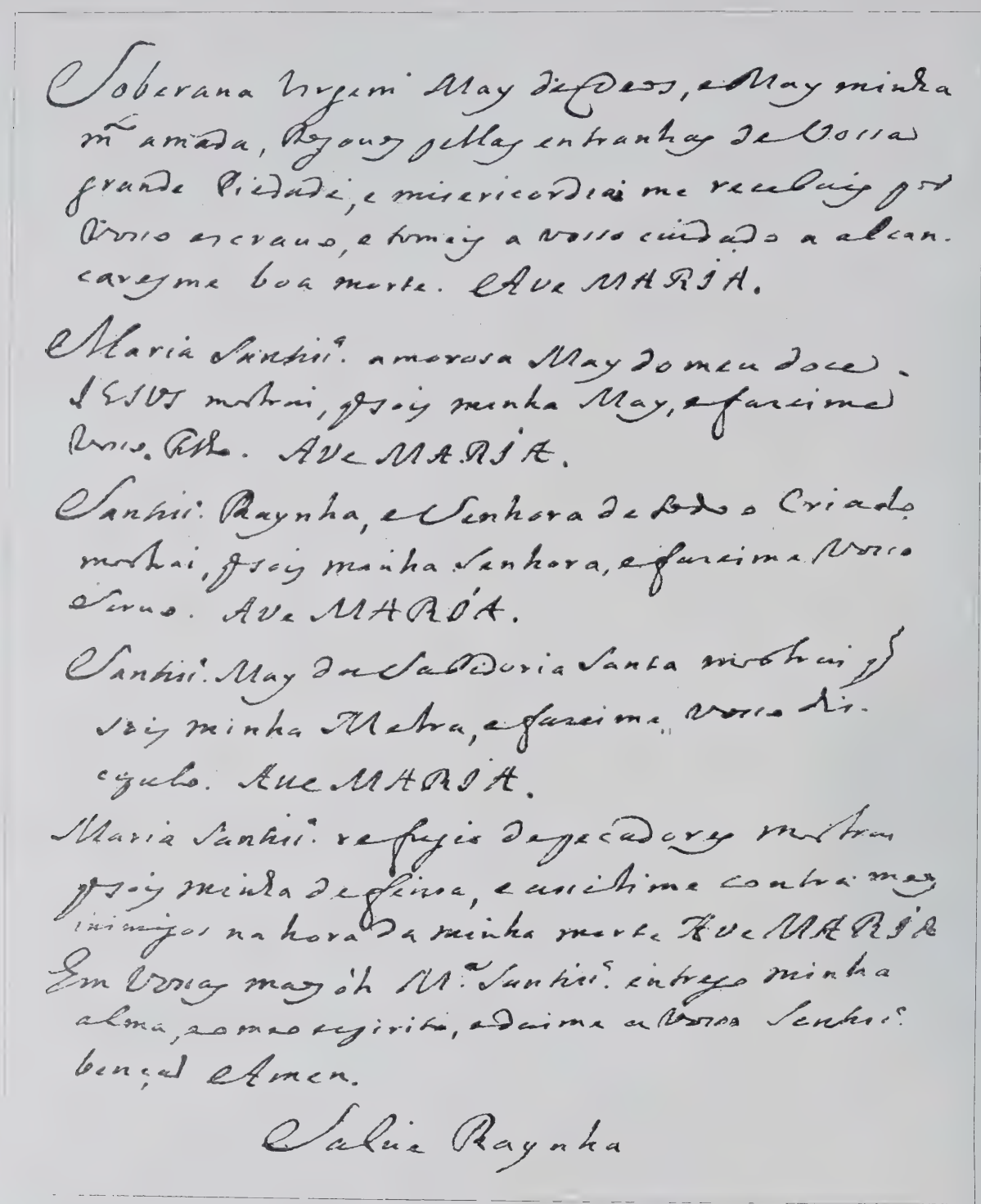
«Huns ingratos á Patria e ao Ceo, esquecidos do nosso seculo de oiro, por huma especie de enthuziasmo fazem timbre de desprezar sempre os seus, julgão que a Academia he inutil; porque assentão que nós, disgraçadamente unicos em toda a Europa, somos incapazes de tudo que he Bom. Estes, ocupados só em resolver as nossas fraquezas, sem attender ás belas qualidades que temos, põem diante de seus olhos hum triste painel da sua propria afronta, e com melancolica temeridade profetizão de nós como se fazia em França, em Inglaterra, em Alemanha, quando estas Sociedades nascião. Pessimos cidadaons: perdoe-lhes a Patria. Outros pelo contrario, vaidosamente prezumidos, se contentão só do que he seu, e com os olhos de desprezo lanção friamente a vista languida para o que aparece lá fóra. Estes julgam a Academia escuzada, porque dizem que sabemos o que nos basta; e formando destes vaidozos fumos as nuvens da sua gloria, nelas põem o seu throno vão, e se estão comprazendo em falso. Embriagados do seu amor próprio, tem por couza indigna o hir neste ponto atraz dos estranhos, e seguir os seus passos, quando os seguem nas modas. Pessimos Logicos; perdoe-lhes a Razão.

A estátua do botânico Avelar Brotero no Jardim Botânico de Coimbra. (Cliché de Marques Abreu)

«Porem nós, que sabemos quanto devemos ao Ceo, e quanto podem os Nossos, se querem; nós que sabemos que o terreno he singularmente fertil em engenhos, mas não tanto na cultura e nos meios; porque razão não poremos todo o nosso esforço, para ressuscitar a nossa gloria oprimida, e enterrada?

«Lá debaixo das cinzas do esquecimento ainda estão respirando os nossos grandes homens do seculo de 500, que os Estrangeiros então admirarão, e hoje ainda louvão, respeitão, citão e ás vezes imitão. Lembra-me o grande Camoens, a quem o Tasso imita n'hum dos mais belos epizodios da sua Jeruzalem Libertada. O Camoens a quem os Estrangeiros dão ao mesmo tempo a Sciencia de hum Escaligero, e o enthuziasmo de hum Virgilio. Eu via sobre os altares no Templo da Gloria hum frio e mutilado cadaver do seu engenho, quero dizer huma friissima tradução das suas obras; e quando os estranhos, que não são prodigos de louvores, assim dão estas adoraçoens a hum simulacro mudo da sua alma, que farião se podessiem bem entender o seu original e a vissem inteira, se vissem o seu espirito vivo, brilhante, fogozo, admiravel, que, não obstante alguns defeitos, vôa, arrebata e transporta? E não poderão agora hir atraz dele, posto que com passos menores, entre os Pereiras, e Sás de Miranda, o Poeta do Lima, e outros alguns que vivem, alguns do futuro? Já se mudou o clima? Já a Imaginação esfriou? Já se nos acabou o ardor e o fogo, quando a critica veio?

«Que figura não fez entre os sabios o nosso grande geometra Pedro Nunes? a quem nenhum estrangeiro



Oração autógrafa de Diogo Barbosa Machado que como se lê no verso, reproduzido na página seguinte, o douto bibliógrafo resava tôdas as noites ás badaladas das Almas da Casa, da Congregação da Missão de Rilhafoles. É muito curiosa por ter ainda a data exacta do seu falecimento. Pertence a Martinho da Fonseca e foi reproduzida no *Boletim da Sociedade de Bibliophilos Barbosa Machado*

a memoria do nosso Aquilles Estaço, cuja Biblioteca inteira e separada de todos os mais livros se conserva e mostra na Valtuda com o titulo de *Bibliotheca Staciana*. Ainda os antiquarios citão o nosso Cardoso, o nosso Luiz Nunes, o nosso Rezende, e outros de quem tirão e copião as as antiguidades dos Arabes, dos Godos, dos Romanos e dos Cartaginezes, que eles dezenterrarão para servir á Historia. E que imenso socorro não deve toda a Europa esperar hoje de Nós, estando este Reino cheo destas preciozissimas minas que a Academia ha de dezentranhar das pedras, e do mais interior dos montes, minas, e preciozidades que por mizeria muitos tão pouco estimão, e com vergonha nossa, e pezar dos eruditos, vendem ainda hoje por preço bem vil, fazendo por este modo que aparação em todo o

douto costuma nomear, sem que lhe pague primeiro o tributo dos mencionados louvores. O grande Bernoulli gastou 5 annos de rezolver hum problema que ele com muita facilidade e elegancia tinha já rezolvido. Quem deixa de respeitar o nosso Infante D. Henrique, honra da Mathematica, Mestre da Navegação, gloria do Throno? Que figura não fez hum D. João de Castro, que na sua expedição ao Mar Vermêlho nos deixou em duvida, se ainda era maior Astronomo e Geographo, que general e guerreiro?

«Nos catalogos das Universidades de França e de Italia ainda se lêm com veneração os nomes de muitos Portuguezes, que nelas ensinarão; ainda está viva em Roma mundo evidentes e publicos tropheos da sua negligencia e descuido!

«Quantos famozos Portuguezes benemeritos na Republica das letras hão de sahir agora do sepulchro do esquecimento, sendo até aqui, por culpa dos que possuião as suas obras, ignorados dos estrangeiros, e até pouco conhecidos dos nossos. Agora se hão de publicar os seus manuscriptos, ou cobertos do pó com desprezo, ou com avareza guardados nos mais reconditos arquivos; guardados para que por modo nenhum vissem a Luz. Obrava a falsa estima o mesmo que poderia fazer o odio para com seus ilustres Autores; pois deste modo os suffocarão para não respirarem essa imortal vida da Gloria, a que tinhão

tanto direito: barbaro carinho e amor! Outros vereis que pelas ediçoens já muito antiguas e raras estão quazi agonizando na memoria dos homens; mas agora novas ediçoens com eruditas notas lhes darão huma mais brilhante vida, que nunca tiverão.

«A nossa Lingoa talvez a mais precioza de toda a Europa, a filha primogenita e mimoza da Latina, pois que mais que nenhuma outra se parece á Mãy que a gerara; lingoa que juntamente une em si todas as belas qualidades, que dispersas se estimão nas outras; a suavidade, e doçura, sendo masculina e nobre, a força, a energia, a eufaze, a abundancia, e regularidade, esta lingoa, digo, em muitos se acha tão corrupta e barbaramente confundida com vocabulos estranhos, e frazes não suas, que falão de propozito huma linguagem monstruoza, pois nem he portugueza, nem de alguma outra Nação conhecida. Esta lingoa digo, tem apoio firme, huma regra segura n'hum novo Diccionario tirado unicamente dos nossos bons Portuguezes, que nos seculos precedentes nos derão tanta honra, e deixarão tantas saudades.

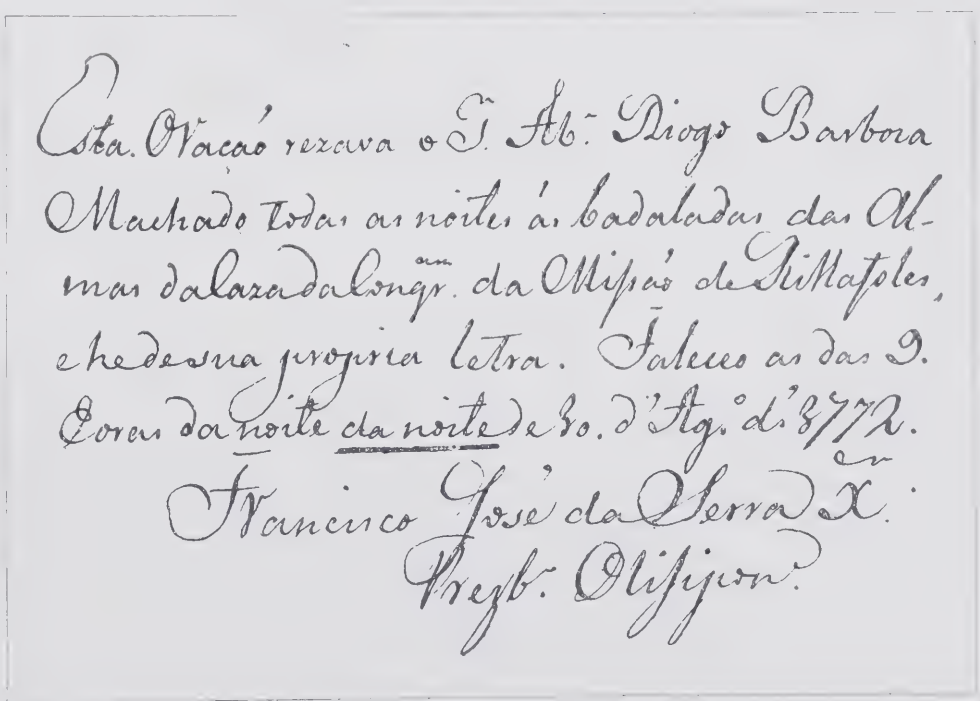
«A Agricultura, que os nossos antigos Reis tanto protegião, e prezavão, dando para ela regulamentos admiraveis, que augmento não ha de ter com o estudo, e aplicação dos Naturalistas, que de propozito estudão as qualidades das terras, as novas sementeiras e plantas novas, e as utilidades imensas, que cada dia vão aparecendo nessas mesmas vulgares, e conhecidas, que até aqui se desprezavão.

«Nesta corporação, Senhores, não ha de haver membro inutil, nem tambem algum que seja mais do que as suas forças permitem oprimido com trabalho; todos mutuamente se hão de ajudar, bem como nas arvores huns ramos produzem os frutos, que pendurados se oferecem ao ociozo passageiro, outros preparão o meio com que se crião, e sustentão, outros com as folhas que os cobrem, lhes fazem sombra, para os defender do calor do Sol, e dos passaros, que os perseguem. Tal ha de ser esta Academia: huns preparão as noticias, outros dezenterrão monumentos, outros examinão os livros, confrontão ediçoens, consultão os originais; aqui huns descobrem manuscriptos, que outros ilustrão com notas; ali outros os traduzem com gosto, outros os publicão com elegancia. Lá estarão aqueles observando os mineraes, as aguas, as plantas, n'huma palavra a Natureza, quando da outra parte estão outros tentando experiencias, fazendo observaçoens, imaginando projectos: aqui se formão novos instrumentos, e maquinas, ali se reformão e perfeiçoão as já conhecidas; acolá se verão outros trabalhando com incansavel aplicação nas Mathematicas e no calculo, outros fazendo faceis as doutrinas mais espinhozas e dificeis, semeando na mocidade o gosto, a critica, o dezejo de estudar e saber. Os multiplicados correspondentes serão como outras tantas raizes, que espalhadas e escondidas se vão estendendo ao longo, para lá hir beber o succo, que subministrão já meio cozido e preparado ao tronco, que com ele se nutre. Mas sobre todos estes que se determinão a trabalhar continuamente, vem a sombra salutifera dos Honorarios, que os protegem e defendem dos bicos dos passaros, que vagando occiozos de huma parte a outra, se divertem com picar e morder os mais sazonados frutos, sem que eles os produzão melhores.

«N'huma palavra as nossas Memorias (apezar das Profecias Sinistras) serão pouco a pouco como as dos outros, porque não he Madrasta dos Portuguezes a Natureza, que foi Mãy dos estranhos.

«E quando alguem se persuadisse, que as dissertações dos que estão prezentes não serião taes que nos dessem gloria, ao menos não poderão negar, que estimularão os vindouros para que a dêm com as suas: e ficará compensada com a gloria de serem os primeiros, o que lhes falta por não serem os melhores.»

Nesta oração que nas ideias seria de hoje, há só para o não ser o estilo da época. E sendo uma bela apologia, e um punhado de patrióticas verdades, logo foi deturpada, criticada, e o seu autor posto de salmoira pela crítica. No volume *Para a historia da Academia das Sciencias de Lisboa,* de Cristóvão Aires, Coimbra, 1927, se podem encontrar duas das tundas com que o mimosearam. *O Feliz independente* é novela que teve aceitação no seu tempo, e a sua *Recreação* trabalho notável para êle. Trata-se nos dez volumes dessa obra da História da filosofia, da gravidade, movimento, pêso e movimento dos líquidos, da luz, do calor e do frio, da alma, do fogo, da água, do ar, da vista, dos sentidos, da anatomia, dos animais, insectos, aves, etc., árvores, flores e frutos, do céu e astro, sol e da lua, planetas, do movimento dos astros, da Razão e da Lógica, do discurso, do método, da metafísica, da religião e da ética. É, como se vê, uma enciclopédia feita em forma de diálogos. O padre Teodoro de Almeida foi um espírito claro e desempoeirado



Esta Oração rezava o P. Mr. Diogo Barbosa Machado todas as noites ás badaladas das Almas da Caza da Congr.am da Missão de Rilhafoles, e he de sua propria letra. Faleceo as das 9. Horas da noite da noite de 30. d'Ag.o d'1772.

Francisco José da Serra Xer.

Presb. Olisipon.

VERSO DA ORAÇÃO reproduzida na página antecedente, autógrafo do Padre Francisco José da Serra Xavier, amigo e defensor literário de Diogo Barbosa Machado

que bem merece da posteridade o estudo crítico que esta ainda lhe não consagrou.

JACOB DE CASTRO SARMENTO

Jacob de Castro Sarmento não foi só um dos mais célebres médicos do seu tempo. Foi também um espírito esclarecido que honrou os mestres e se notabilizou pelos seus trabalhos. Nascido em Bragança em 1691, era filho de Francisco de Castro Almeida e de Violante de Mesquita. No baptismo teve por nome Henrique, e em Mértola se passou a sua mocidade. Transitou para Évora e ali se revelou um estudante a quem dentro em pouco não havia que ensinar. Ali cursou letras e humanidades, ali se relacionou com a filosofia, e ali, contando apenas 19 anos, recebeu o gráu de mestre em Artes em 1710. Estudou medicina na Universidade de Coimbra e ali em 1717 recebeu o gráu de bacharel. O seu espírito sequioso não se continha em Portugal e em 1721 fixou residência em Londres onde começou de novo os seus estudos, a filosofia, a mecânica, a química, a anatomia, findos os quais foi admitido no colégio real de Londres. Converteu-se ao judaismo e trocava o nome de Henrique pelo de Jacob, notabilizando-se por trabalhos repetidos que em 1730 lhe deram entrada na Sociedade Real de Londres, na Universidade escocesa de Aberdeen e no colégio dos médicos de Londres. Jacob de Castro Sarmento foi biografado pelo Cardeal Saraiva, e está sendo estudado actualmente pelo dr. Augusto de Esaguy.

MARTINHO AUGUSTO FERREIRA DA FONSECA, da Academia das Ciências de Lisboa, bibliógrafo, bibliófilo notável, fundador e principal animador da «Sociedade de Bibliophilos Barbosa Machado», que publicou um curioso e valiosíssimo *Boletim*

FÉLIX DE AVELAR BROTERO

O dr. Félix de Avelar Brotero foi não só o maior botânico do seu tempo em Portugal, como um dos maiores sábios da sua especialidade. Como autêntico homem de ciência viu-se a braços com o Santo Ofício, e se com Filinto Elísio não vai comer o pão do exílio a Paris, não chegaria decerto depois a professor da Universidade de Coimbra, nem teria hoje uma estátua no Jardim Botânico da mesma cidade. É que o contacto com gentes civilizadas deu ao português foragido uma amplificação de estudos que êle não teria se se quedasse no meio pequeníssimo da pátria.

Nascido em Santo Antão do Tojal a 25 de Novembro de 1744, era filho do dr. José da Silva Pereira e Avelar, médico, e de sua mulher D. Maria René de Encarnação Frazão, que morreu louca. Foi seu avô materno João Rodrigues Correia Frazão, almoxarife dos paços reais de Mafra, quem auxiliou Brotero nos seus estudos primários que foram cursados no colégio dos religiosos arrábidos daquela vila.

Mas o avô morreu e Brotero, mercê da sua tenacidade, consegue ser nomeado capelão-cantor na patriarcal de Lisboa. Aprende o grego e o direito canónico, e só não consegue concluir a sua formatura em Coimbra porque a reforma de 1772 proíbe os exames sem freqüência.

As suas ideias filosóficas ligam-no a Filinto Elísio, e isso torna-o perseguido do Santo Ofício. Com Francisco Manuel se evade no *Nicolau Roque*, navio sueco, que a ambos os transporta para França, graças à protecção de Timóteo Verdier. Foi em Paris que êle adoptou o apelido de Brotero e ali, onde se conservou 12 anos, freqüentou o curso de história natural de Valmont de Bomare e as demonstrações botânicas de Brisson, além de tôdas as aulas e institutos de história natural do seu tempo. Seguidamente foi doutorar-se em medicina na Universidade de Reims, até que farto de exílio e da revolução, voltou a Lisboa em 1790. Nomeado lente de Botânica e Agricultura da Universidade de Coimbra em 25 de Fevereiro de 1791, foi-lhe conferido o capelo na Faculdade de filosofia em 13 de Março de 1792. Brotero foi a alma do Jardim Botânico a que Domingos Vandelli dera o grande impulso e êle completou de forma a pô-lo à altura da Universidade a que pertencia. As suas obras, especialmente a *Flora lusitana* e a *Phytografia*, são trabalhos monumentais que lhe merecem honras e nome considerado.

Em 16 de Agôsto de 1811 foi jubilado, e em 4 de Agôsto de 1828 falecia em Arcolena, Belém, o homem que na botânica portuguesa era luminar perpétuo.

Brotero foi director do Museu e Jardim Botânico da Ajuda, foi deputado nas côrtes de 1820 e pertenceu às Sociedades de Horticultura e Lineana de História Natural de Londres, à de História Natural e Filomática de Paris, à Fisiográfica de Lunden, na Suécia, à Academia Real das Ciências de Lisboa, à da História Natural de Rostock, à Academia Cesarea de Bonn, na Alemanha, etc. Foi um homem notável e um verdadeiro sábio, e a sua biografia muito extensa o demonstra.

BENTO DE MOURA PORTUGAL

De Bento de Moura Portugal escreveu o sábio alemão Hermano Osterrieder que «depois do grande Newton, em Inglaterra, só Bento Moura em Portugal», e parece que assim foi, pois numerosa foi a série de inventos que êle realizou e que lhe fizeram merecer de D. João V uma confiança ilimitada. Nascido em 21 de Março de 1702, faleceu no forte da Junqueira, onde por criticar o Marquês de Pombal foi encerrado 16 anos, a 27 de Janeiro de 1776. Era filho de Manuel de Moura Castanheira e julga-se que estudou com os padres da Companhia de Jesus, em Gouveia. Sabe-se que em Outubro de 1720 se matriculou em direito na Universidade de Coimbra, concluindo a formatura em 11 de Maio de 1731. D. João IV mandou-o viajar, e especialmente visitar a Hungria, para se aperfeiçoar nos seus estudos de engenharia, e da utilidade dêles deu provas, não só em inventos numerosos

DIPLOMA DA EXTINTA Sociedade de Bibliophilos Barbosa Machado de que Martinho da Fonseca foi fundador e principal animador e que prestou valiosos serviços à nossa bibliografia

mas também em aplicações práticas como a abertura dos paúes de Vila Nova de Magos, do Juncal e Tresoito. No cárcere escreveu, mas o pouco que se salvou só em 1821 foi publicado, por diligência de António Ribeiro Saraiva.

ANTÓNIO SOARES BARBOSA

Foi o filósofo do seu tempo. Presbítero secular e bacharel formado em Cánones pela Universidade de Coimbra, foi lente jubilado e director da Faculdade de filosofia, deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino, etc. Nasceu em Ancião a 5 de Maio de 1734 e faleceu a 4 de Março ou 3 de Abril de 1801. Foi educado no seminário episcopal de Coimbra, onde se ordenou e foi mestre. Em 9 de Outubro de 1772 foi graduado na Faculdade de filosofia pela mão do Marquês de Pombal e despachado lente do primeiro ano da mesma Faculdade. Foi sócio da Academia das Ciências e colaborou nas Memórias da Academia. As suas obras sôbre filosofia deram-lhe larga e justa nomeada.

OUTROS GÉNEROS. DIVERSAS FIGURAS LITERÁRIAS

OUTROS géneros ainda há para especificar, mas por que sob o ponto de vista estritamente literário não estejam perfeitamente vincados, uma sumária enunciação bastará, o mesmo sucedendo a algumas figuras literárias que não adstritas a géneros merecem a perpetuação do seu nome, embora sem grande categoria apensa. Poetas como Luíz Rafael Soyé, Tomaz Pinto Brandão, ou como D. Francisco Xavier de Menezes, oradores como Fr. Alexandre do Espírito Santo Palhares e D. Fr. Caetano Brandão, epistológrafos, críticos e orientadores como António Costa, mais conhecido pelo *Abade Costa*, ou como Alexandre de Gusmão, que a-pesar de brasileiro, português foi e bom do nascimento à morte, — dêsses homens, uns maiores outros menores, não há que esquecê-los, embora sejam os mais diversos os seus serviços e de mór lustre uns que outros.

Também não se consagrando um capítulo à literatura jurídica, não se podem olvidar os nomes de Pascoal José de Melo Freire dos Reis, que foi o fundador do nosso direito civil e que nascido em 1738 em 1798 falecia ; de

Manuel Fernandes Tomaz, figura mais do século que se segue do que pròpriamente dêste ; de Manuel de Almeida e Sousa, autor de excelentes trabalhos de jurisprudência, e mais conhecido pelo *Lobão*, nome da aldeia da Beira Alta onde exerceu a advocacia, conhecido e consultado ainda hoje, assim como entre os políticos fulguram os nomes de D. Luíz da Cunha, mais do século anterior do que dêste, Alexandre de Gusmão já referido, José da Cunha Brochado e o próprio Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo. A êste se acusa de ser o autor da *Deducção chronologica e analitica,... Na qual se manifesta pela succesiva serie de cada um dos reinados da monarchia portugueza, que decorreram desde o governo do senhor rei D. João III até o presente, os horrorosos estragos, que a Companhia denominada de Jesus fez em Portugal e todos seus dominios...* livro que anda sob a autoria de José de Seabra da Silva e de que saíram duas edições. Também Pombal interveio no ensino, nos *Estatutos* e no *Compendio historico da Universidade de Coimbra*. Além disso a sua interessante figura tem sôbre ela uma literatura vasta da *ode* ao *epigrama* e dos estudos completos aos artigos de vulgarização. A bibliografia Pombalina tem já milhares de espécies, algumas assinadas por nomes de notável brilho : José António Moniz catalogou a secção da Biblioteca Nacional que guarda os manuscritos que foram do estadista notável ; Camilo escreveu um livro notável onde há páginas como essa estupenda do suplício da marquesa de Távora *(Perfil do Marquez de Pombal.* 1882) ; João Lúcio de Azevedo um notabilíssimo trabalho sôbre a sua vida *(O Marquez de Pombal e a sua Epoca.* 1909) ; Jordão de Freitas um estudo sôbre êle e a inquisição. *(O Marquez de Pombal e o Santo Oficio da Inquisição.* 1917). Notáveis sôbre Pombal, figura extraordinária da sua época, são ainda os livros de Latino Coelho *(O Marquez de Pombal.* 1905) ; D. Miguel Sotto-Mayor *(O Marquez de Pombal, exame e historia critica da sua administração.* 1905) ; Zeferino Brandão *(O Marquez de Pombal (Documentos inéditos).* 1905), as suas *Cartas*, que D. José de Noronha, em 1916, publicou, o romance de António de Campos Júnior sôbre a sua vida *(O Marquez de Pombal)*, a *Historia do reinado de El-Rei D. José e da administração do Marquez de Pombal*, etc., por Simão José da Luz Soriano. Lisboa, 1867 ; o volume *O Marquez de Pombal cem anos depois da sua morte, pelo Conde de Samodães*, 1882 ; *O Marquez de Pombal, Alguns documentos inéditos*, por Júlio Firmino Júdice Bicker, 1882, etc. O tomo XIX do *Diccionario bibliographico*, de Inocêncio, continuado por Brito Aranha, é, em grande parte, consagrado ao estadista notável, na sua bibliografia e na comemoração do seu centenário. O século XVIII é, mesmo sob o ponto de vista literário, um século estudado imperfeitamente, mas não devemos esquecer que êle foi o átrio da civilização actual e que foi enorme a transformação que se fêz do século anterior para êle. Os seus literatos, os seus infinitos poetas, que o século XVIII foi por excelência o século da poesia, os seus usos e costumes, a sua civilização e as influências estrangeiras que o dominaram, tudo isso, que anda em tentativas de esbôço, por trabalhos diversos e que deu tão belas páginas a tanto escritor, tudo isso merece o historiador que ainda não teve, tudo isso essa tela, imensa e formidável de colorido, busca o seu pintor, o artista excelso que a vivifique e ponha de pé.

Como o século XVII, êste não está estudado, tarefa que só agora se empreende. Os estudos de Edgar Prestage sôbre D. Francisco Manuel de Melo, de Ricardo Jorge sôbre Francisco Rodrigues Lobo, de João Lúcio de Azevedo sôbre o padre António Vieira, são potentíssimos focos que iluminam sectores importantes e tudo é de crêr que êsses estudos sejam imitados. Mas não faltam vontades e os séculos XVII e XVIII hão de um dia constituïr o encanto dos eruditos, dos literatos e das mulheres.

VINHETA empregada na oficina dos Deslandes e reproduzida no livro *Impressões Deslandesianas* de Xavier da Cunha

ÍNDICES
E
CORRIGENDA

CABEÇA ORNAMENTAL usada por Valentim da Costa Deslandes na *Musa typographica*, impressa em Lisboa em 1707

ÍNDICE

SÉCULO DEZASSEIS

(CONTINUAÇÃO)

A POESIA

A POESIA ÉPICA DEPOIS DE CAMÕES, pelo DR. FIDELINO DE FIGUEIREDO..... 1 a 10

A escola de Camões. — A repercussão da obra camoneana. — Elenco dos poemas heróicos portugueses. — Problemas suscitados por êste elenco: *a)* Conceito da epopeia; *b)* Critério da nacionalidade em literatura. — Juízo sôbre os poemas quinhentistas.

Pedro da Costa Perestrelo e Jerónimo Côrte Real, 6. — Luíz Pereira Brandão e Francisco de Andrade, 8.

A HISTÓRIA

JOÃO DE BARROS. DIOGO DO COUTO, pelo DR. ANTÓNIO BAIÃO..... 10 a 14

João de Barros — Sua vida e sua obra, 10. — Diogo do Couto, 12.

FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA, pelo DR. LARANJO COELHO..... 14 a 18

Biografia, 14. — A obra de Castanheda, 16. — Críticos e inimigos, 17. — O livro IX e o padre Maffei, 17.

DAMIÃO DE GÓIS, pelo DR. ANTÓNIO BAIÃO 18 a 41

Seu nascimento e infância. No Paço servindo El-Rei D. Manuel, 18. — Na Feitoria da Flandres. O estudante de Louvain e Pádua. — Viagens pelo norte da Europa, 21. — As viagens de Góis, 22. — O estudante da Universidade de Pádua, 1534-1538, 24. — Derradeira assistência nos Países Baixos. 1538-1545. — Regressa a Portugal. Assume o lugar de guarda-mor da Tôrre do Tombo, 26. — Processo na Inquisição, 30. — Na Inquisição, 33. — Duas rectificações, 38. — O Artista, 38. — As obras de Góis, 38.

BRAZ DE ALBUQUERQUE, O AUTOR DOS «COMMENTARIOS», pelo DR. ANTÓNIO BAIÃO..... 41 a 44

Doações que D. Manuel I e D. João III lhe fizeram — Conselheiro real e presidente do Município de Lisboa, 42.

OUTROS HISTORIADORES, pelo DR. LARANJO COELHO..... 44 a 50

Bibliografia, 44. — Gaspar Corrêa, 44. — Jerónimo Osório, 46. — António Galvão, 46. — Miguel Leitão de Andrade, 47. — Duarte Nunes de Leão, 48. — Fr. Bernardo da Cruz, 48. — Pedro de Maris, 49. — Samuel Usque, 49. — Francisco de Andrade, 50.

VIAGENS

LITERATURA DE VIAGENS, pelo DR. JORDÃO DE FREITAS..... 50 a 64

Bibliografia, 50. — Colecções de viagens, 59. — D. João de Castro, Padre Francisco Álvares, António Tenreiro, Gaspar Barreiros, António Galvão, Gaspar Frutuoso, Fr. Pantaleão de Aveiro, 52 e 53.

Fernão Mendes Pinto. I — Biografia, 53. — II — As Cartas, 57 — III — A *Peregrinação*, 60.

A CIÊNCIA

MEDICINA. A LITERATURA MÉDICA ATÉ AO FIM DO SÉCULO XVI, pelo Dr. Augusto da Silva Carvalho..... 64 a 78

Bibliografia, 64 e 78. — Obras manuscritas, 65. — Obras impressas em latim, 70. — Obras impressas bilingues, 74. — Obras impressas em português, 75.

NÁUTICA, ASTRONOMIA, COSMOGRAFIA ..... 79 a 85

Pedro Nunes, 79.

MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA..... 85 a 86

Francisco de Melo, 85. — Cristóvão Rodrigues de Oliveira e João Brandão, 86.

A PROSA

LITERATURA RELIGIOSA

FR. HEITOR PINTO, D. FR. AMADOR ARRAIS E FR. TOMÉ DE JESUS, pelo Dr. Joaquim de Carvalho..... 86 a 97

Bibliografia, 86. — D. Gaspar de Leão, 90. — Francisco de Sousa Tavares, 90. — D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, 90. — Pedro de Santa Maria, 90. — Frei Álvaro de Tôrres, 90. — Sebastião Toscano, 90. — Gaspar Tôrres, 90. — Fr. Nicolau Dias, 90. — Fr. Marcos de Lisboa, 90. — D. Hilarião Brandão, 90. — Fr. Heitor Pinto, 90. — Fr. Amador Arrais, 93. — Tr. Tomé de Jesus, 94.

MORALISTAS

DR. JOÃO DE BARROS, D. JOANA DA GAMA, E D. FRANCISCO DE PORTUGAL 98 a 101

A ELOQÜÊNCIA

D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, 104. — Fr. Luíz de Granada, 104. — Fr. Miguel dos Santos, 105. — Diogo de Paiva de Andrade, 105. — Fr. Francisco Fernandes Galvão, 106. — D. António Pinheiro, 106.

DIVERSOS

BIOGRAFIA..... 106

P.e João de Lucena, 106.

ROMANCES E CONTOS..... 107 a 111

Francisco de Morais, 109. — Diogo Fernandes, 109. — Baltasar Gonçalves Lobato, 109. — Jorge Ferreira de Vasconcelos, 109. — Fernão Álvares do Oriente, 110. — Gonçalo Fernandes Trancoso, 111.

A LITERATURA MILITAR, por A. Botelho da Costa Veiga..... 111 a 113

A CENSURA..... 113 a 114

SÉCULO DEZASSETE

ASPECTOS GERAIS: A SOCIEDADE. O REI. A CULTURA. A ARTE. A LÍNGUA. O REI E O POVO.

I — ASPECTOS GERAIS. A SOCIEDADE. O REI. O POVO, pelo Dr. Hernâni Cidade 115 a 120

II — A ARTE, pelo Dr. Reinaldo dos Santos ..... 118 a 120

III — ACADEMIAS SEISCENTISTAS. Estudos linguísticos no século XVII, pelo Dr. Agostinho Fortes..... 120 a 125

Academias, 121. — Agostinho Barbosa, 125. — Álvaro Ferreira de Vera, 125. — Amaro de Roboredo, 125. — Bento Pereira, 125. — João Franco Barreto, 125.

A POESIA

A POESIA LÍRICA, pelo Dr. Alfredo Pimenta ..... 128 a 147

Bibliografia, 126. — A *Fenix Renascida*, 132. — Manuel de Azevedo Morato, 132. — António Barbosa Bacelar, 134. — Jerónimo Baía, 135. — Francisco de Vasconcelos Coitinho, 135. — André Rodrigues de Matos, 136. — António da Fonseca Soares (Fr. António das Chagas), 136. — *O Postilhão de Apolo*, 137. — Francisco Rodrigues Lobo, 138. — Francisco Manuel de Melo, 139. — D. Francisco de Portugal, 139. — Baltasar Estaço, 139. — Gregório de Matos, 140. — Eusébio de Matos, 140. — Sóror Violante do Céu, 141. — Maria do Céu, 141. — Sóror Madalena da Glória, 142. — D. Tomáz de Noronha, 142. — Caetano J. da Silva Soto Maior, 143. — António Serrão de Castro, 143. — Jerónimo Vaía, 143. — António Peixoto de Magalhães, 143. — Diogo de Sousa Camacho, 143. — Alexandre de Gusmão, 143. — André Nunes da Silva, 143. — D. António Álvares da Cunha, 143. — António Gomes de Oliveira, 143. — António Vilas-Boas e Sampaio, 144. — António Teles da Silva, 144. — Bernarda Ferreira de Lacerda, 144. — Bernardo de Brito, 144. — Bernardo Vieira Ravasco, 144. — Diogo de Monroy Vasconcelos, 144. — Duarte Ribeiro de Macedo, 144. — Fernão Correia de Lacerda, 144. — Francisco

Brito Freire, 144. — Francisco de Melo, 144. — Francisco Child Rolim de Moura, 144. — Infante D. Luíz, 144. — Isabel Correia, 144. — José do Couto Pestana, 145. — Luíz Simões de Azevedo, 145. — Manuel Botelho de Oliveira, 145. — Manuel Pinheiro Arnut, 145. — Manuel da Veiga Tagarro, 145. — Manuel de Galhegas, 145. — Manuel de Sousa Moreira, 145. — Manuel Faria e Sousa, 146. — Manuel Mendes de Barbuda e Vasconcelos, 146. — Manuel Quintano de Vasconcelos, 146. — Manuel Tavares Cavaleiro, 147. — Manuel Tomáz, 147. — Mendo de Foios Pereira, 147. — Paulo Gonçalves de Andrade, 147. — Simão António de Santa Catarina (Simão Lopes ou Simão Antunes Freire), 147. — Simão Torresão Coelho, 147. — Tomáz de Sousa, 147. — Troilo de Vasconcelos da Cunha, 147.

FRANCISCO ROIZ LOBO, «O LERENO», pelo Dr. Ricardo Jorge..... 147 a 154

Bibliografia, 147. — Os estudos, 148. — Os Amores, 148. — A vida cortesã, 149. — A obra: Romances, 150. — Eglogas, 150. — Pastoral, 151. — O Condestabre, 152. — A Côrte na Aldeia, 153.

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO 154 a 159

Bibliografia, 154. — O Homem, 154. — O escritor, 158.

A POESIA ÉPICA, pelo Dr. Hernâni Cidade ..... 159 a 172

Bibliografia, 159. — Manuel Tomáz, 160, 161. — Francisco Rolim de Moura, 160. — Francisco Rodrigues Lobo, 166, 169. — Vasco Mousinho de Quevedo Castelo Branco, 171. — Bernarda Ferreira de Lacerda, 161. — Francisco de Sá de Menezes, 166. — Gabriel Pereira de Castro, 161. — Miguel da Silveira, 160. — Dr. António de Sousa de Macedo, 164. — André da Silva Mascarenhas, 161. — Bráz Garcia de Mascarenhas, 166, 168.

A HISTÓRIA

A «MONARQUIA LUSITANA», FR. BERNARDO DE BRITO, FR. ANTÓNIO BRANDÃO, FR. FRANCISCO BRANDÃO, FR. RAFAEL DE JESUS. OUTROS HISTORIADORES, pelo Dr. Queiroz Veloso..... 172 a 193

Bibliografia, 172. — Fr. Bernardo de Brito, 176. — Fr. António Brandão, 179. — Fr. Francisco Brandão, 179. — Fr. Rafael de Jesus, 179. — Fr. Luíz de Sousa, 180. — Manuel de Faria e Sousa, 185. — Jacinto Freire de Andrade, 187. — Jerónimo de Mendonça, 188. — Outros historiadores: D. Francisco Manuel de Melo, 189. — D. Luíz de Menezes, 3.º Conde da Ericeira, 190. — D. Manuel de Menezes, 191. — Manuel Severim de Faria, 192. — D. Rodrigo da Cunha, 192. — P.e Baltasar Teles, 192. — Jorge Cardoso, 192. — Francisco de Brito Freire, 192. — D. Fernando de Menezes, 2.º Conde da Ericeira, 193. — Fr. António da Encarnação, 193.

A PROSA

A ORATÓRIA SAGRADA. O PADRE ANTÓNIO VIEIRA (Traços da sua vida. Obras. Escritos apócrifos. «Arte de furtar», por João Lúcio de Azevedo..... 193 a 202

Bibliografia, 193. — Nascimento e família, 194. — Ida para o Brasil, 195. — Os estudos, 195. — Mestre de retórica, 195. — O prègador, 195. — Chegada ao reino, 196. — Na côrte, 196. — O diplomata, 196. — O político, 197. — Na Inquisição, 197. — Partida para Roma, 197. — Ida para a Baía, 198. — Velhice e morte, 198. — A obra, 198. — O estilo, 198. — *A História do futuro*, 200. — *As Cartas*, 200. — *A Arte de furtar*, 201.

O PÂDRE MANUEL BERNARDES..... 202 a 204

Bibliografia, 202. — Nascimento e família, 202. — Vida e morte, 203. — A Obra, 203.

O TEATRO

AS TRAGICOMÉDIAS DOS JESUÍTAS — D. FRANCISCO MANUEL DE MELO — OS PÁTIOS DAS COMÉDIAS, por Gustavo de Matos Sequeira e Nogueira de Brito..... 204 a 211

Influência do teatro quinhentista e do teatro espanhol, 205. — O teatro dos jesuítas, 206. — Luíz da Cruz, 206. — João da Rocha, Domingos Teixeira e Pedro de Vasconcelos, 207. — O padre António de Sousa, 208. — Manuel Coelho Rebelo, 208. — António Pires Gonge, 208. — Manuel Nogueira de Sousa, 208. — António Lopes e Fr. Lucas de Santa Catarina, 209. — Pátios e comédias, 209. — Jacinto Cordeiro, 210. — D. Francisco Manuel de Melo, 210.

VIAGENS

LITERATURA DE VIAGENS, pelo Dr. Jordão de Freitas..... 211 a 219

Bibliografia, 211. — D. Fr. António de Gouveia, 215. — Jerónimo de Mendonça, 216. — Fr. Gaspar de S. Bernardino, 216. — Padre Pedro Pais, 218. — Padre Manuel Barradas, 218. — Padre Manuel de Almeida, 218. — Padre Baltasar Teles, 219. — Padre Manuel Godinho, 219.

O JORNALISMO

AS «RELAÇÕES» DE MANUEL SEVERIM DE FARIA E AS «GAZETAS» DA RESTAURAÇÃO — OS «MERCURIOS» — QUEM FOI O PRIMEIRO PERIODISTA PORTUGUÊS?, pelo DR. ALFREDO DA CUNHA..... 220 a 236

O tri-centenário da Imprensa portuguesa, 220. — As *Relações*, de Manuel Severim de Faria, 221. — *A Miscelanea*, Garcia de Rezende, 223. — *Relações* e *Gazetas*, 225. — *O Mercúrio Português*, 234.

EPISTOLOGRAFIA E MORAL

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, PADRE ANTÓNIO VIEIRA, FR. ANTÓNIO DAS CHAGAS E SÓROR MARIANA ALCOFORADO ..... 236 a 240

OS MORALISTAS, CRÍTICA DE COSTUMES ..... 241 a 244

Francisco Rodrigues Lobo e D. Francisco Manuel de Melo, 241. — Tomé Pinheiro da Veiga, 242. — Martim Afonso de Miranda, 242. — Diogo de Paiva de Andrade, 244.

CIÊNCIAS AUXILIARES DA HISTÓRIA

GENEALOGISTAS, pelo CONDE DE S. PAIO 244 a 250

Dr. Diogo de Melo Pereira, 245. — D. Manuel de Castelo Branco, 245. — Gaspar Estaço, 245. — Francisco Soares Toscano, 245. — D. Fernando Alvia de Castro, 245. — Álvaro Ferreira de Vera, 245 e 246. — António Soares de Albergaria, 246. — João Salgado de Araújo, 246. — João Baptista Lavanha, 246. — Manuel de Faria e Sousa, 246 e 249. — Marquês de Montebelo, 246. — D. António de Sousa de Noronha, 248. — João Franco Barreto, 248. — Manuel Fernandes Vila Real, 248. — João Pinto Ribeiro, 248. — Rodrigo Mendes da Silva, 248. — Álvaro Pires de Távora, 249. — P.e Francisco de Santo Agostinho de Macedo, 249. — D. João de Rezende Pereira Pimentel, 250. — D. António Soares de Alarcão, 250. — Manuel de Sousa Moreira, 250. — Duarte Ribeiro de Macedo, 250. — D. Jerónimo de Ataíde, 250. — Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos, 250. — Manuel Severim de Faria, 250. — António de Vilasboas e Sampaio, 250.

A LITERATURA MÉDICA, pelo DR. SEBASTIÃO DA COSTA SANTOS..... 251 a 254

Zacuto Lusitano, 252. — António da Cruz, 252 e 253. — António Ferreira, 253. — Rodrigo de Castro, 252. — Amato Lusitano, 252. — Duarte Madeira Arrais, 253. — Manuel Leitão, 254. — Henrique do Quental Vieira, 254. — Fr. Manuel Teixeira de Azevedo, 254. — João Ferreira Rosa, 254.

OUTROS GÉNEROS..... 255 a 256

Diogo Fernandes, Luíz Mendes de Vasconcelos, Fr. Nicolau de Oliveira, Luíz Marinho de Azevedo, António Delicado, João Baptista Lavanha e Luíz de Abreu e Melo.

SÉCULO DEZOITO

ASPECTOS GERAIS: A SOCIEDADE. O REI. O TERREMOTO. POMBAL. A CULTURA. A ARTE.

I — PORTUGAL DO SÉCULO XVIII, pelo DR. AGOSTINHO FORTES..... 257 a 259

II — A ARTE, pelo DR. LUÍZ XAVIER DA COSTA ..... 259 a 272

Bibliografia, 259. — Cirilo Wolkmar Machado, 265. — A dominação espanhola e a arte portuguesa, 265. — As Academias, 265. — A Academia Portuguesa das Artes, 266. — Pensionistas enviados a Roma por D. João V, 266. — Vieira Lusitano, 266. — Artistas estrangeiros chamados a Portugal, 266. — Mafra e os seus projectos, 266. — A Arquitectura, 266. — Mafra, escola de Belas Artes, 267. — Machado de Castro, 267. — O terremoto, 267. — Os artistas da reconstrução citadina, 267. — Artistas estudando no estrangeiro, 267. — Os azulejos, 267. — Escultores e barristas, 267. — Calígrafos, 268. — Gravadores, 268. — Artistas estrangeiros em Portugal, 269. — O teatro dos Paços da Ribeira, 269. — O ensino das Belas-Artes, 269. — A aula de desenho e Pina Manique, 269. — A aula Régia de Desenho e Figura, 269. — A aula de Debuxo, do Pôrto, 269. — A Academia do Nú, 269. — Os pensionistas enviados para o estrangeiro por Pina Manique e outros, 270, 271. — O Colégio Português de Belas-Artes de Roma, 271. — Sequeira, 271.

A MÚSICA..... 272 a 273

Músicos portugueses enviados a Roma, 272. — A Ópera e a música religiosa, 272. — Marcos Portugal, Scarlatti, David Peres, Jommelli, Luíza Todi, Marcos Portugal e João de Sousa Carvalho, 272. — Os músicos do tempo, 273. — Os teatros, 273. — A música sacra, 273.

III — A LÍNGUA. ESTUDOS E TRABALHOS ..... 274 e 275

Rafael Bluteau, 274. — Fr. João Pacheco, 274. — O *Dicionário* da Academia, 274. — O *Elucidário* de Viterbo, 274. — Outros estudos da língua e suas obras, 275.

IV — A CULTURA. LUÍS ANTÓNIO VERNEY. A REVOLUÇÃO MENTAL, pelo DR. JOSÉ DE MAGALHÃES ..... 275 a 280

Bibliografia, 275. — *O verdadeiro Método de estudar*, 276. — A Europa científica do tempo de Verney, 277, 278 e 279. — Academias e observatórios, 278. — O espírito religioso da Europa, 278. — A literatura do tempo, 279. — O estado mental português, 280. — Influência de Verney na reforma pombalina, 280.

OS COOPERADORES DE VERNEY. ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES, ALEXANDRE DE GUSMÃO, FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA ..... 281 a 283

AS ACADEMIAS 283

A HISTÓRIA

A ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA, pelo DR. QUEIROZ VELOSO 283 a 291

Bibliografia, 283. — A Academia Real da História Portuguesa, 285. — O seu primeiro director, 285. — Os censores e as Publicações, 283. — D. António Caetano de Sousa, 285. — Diogo de Barbosa Machado, 286. — D. José Barbosa, 286. — José Soares da Silva, 286. — Francisco Leitão Ferreira, 286. — Dr. Alexandre Ferreira, 287. — D. Jerónimo Contador de Argote, 287. — Fr. Lucas de Santa Catarina, 287. — Manuel Pereira da Silva Leal, 287. — Sebastião da Rocha Pita, 287. — Fr. Manuel dos Santos, 288.

OUTROS HISTORIADORES — P.e José Pereira Baião, 288. — D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, 290. — António Caetano do Amaral, 290. — António Ribeiro dos Santos, 291. —

ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA 292

Bibliografia, 292. — Sua fundação, 292. — O Duque de Lafões e o abade Correia da Serra, 292. — Publicações, 292. — Os Académicos, 293. — Sua bibliografia, 293. — António Pereira de Figueiredo, 293. — Fr. Joaquim de Foyos, 293. — Joaquim José Ferreira Gordo, 293. — Fr. Joaquim Forjaz, 293. — José Anastácio de Figueiredo Ribeiro, 293. — Fr. João de Sousa, 293.

AS ARCÁDIAS 294

A POESIA

A POESIA LÍRICA, pelo DR. HERNÂNI CIDADE ..... 294 a 317

Bibliografia, 294.

I — *Arcades*, 296. — Pedro António Correia Garção, 297. — Domingos dos Reis Quita, 302. — António Denís da Cruz e Silva, 303. — João Xavier de Matos, 305. — Nicolau Tolentino de Almeida, 306. — Paulino António Cabral, 307.

II — *Pre-românticos* : José Anastásio da Cunha, 307. — Manuel Maria Barbosa du Bocage, 309. — P.e Francisco Manuel do Nascimento, 312. — D. Leonor de Almeida, 315.

O PADRE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO, pelo DR. ALFREDO PIMENTA ..... 317 a 327

Bibliografia, 317. — O nome, 320. — Filiação e estudos, 320. — Vida, 321. — Sua morte, 323. — A sua obra — *a)* Poeta, 323. — *b)* O Prègador, 325. — *c)* O Crítico, *d)* O Erudito, 325. — *e)* O Panfletário, 325. — Apêndice, Solilóquio 16, 326.

OUTROS POETAS 327

TOMAZ ANTÓNIO GONZAGA E OS POETAS DE MINAS, pelo DR. MANUEL DE SOUSA PINTO ..... 327 a 333

Bibliografia, 327. — Tomaz António Gonzaga, 329. — Cláudio Manuel da Costa, 331. — Inácio José de Alvarenga Peixoto, 331. — Manuel Inácio da Silva Alvarenga, 332. — José Basílio da Gama, 332. — Fr. José de Santa Rita Durão, 333.

O TEATRO

Bibliografia, 22. — Teatro de cordel, 336. — Nicolau Luíz, 338. — Manuel de Figueiredo, 339.

A PROSA — DIVERSOS GÉNEROS

A LITERATURA MÉDICA, pelo DR. SEBASTIÃO DA COSTA SANTOS ..... 340 a 344

Bibliografia, 340. — A medicina no século XVIII, 340. — Ribeiro Sanches, 340 e 342. — A *Anatomia* de Santucci, 340. — Pedro Dufan, 340. — Manuel Constâncio, 340. — O livro de Marques Correia e o resumo de Alexandre da Cunha, 340. — Feliciano de Almeida, João Lopes Correia, Santos de Tôrres, 340. — Mouravá, António Gomes Lourenço, Manuel Leitão, Leonardo Pristo da Barreyra, Manuel José da Fonseca, Manuel José Leitão, Sebastião de Sousa, Manuel José Afonso, José Francisco de Melo, 341. — Fonseca Henriques, 341 e 342. — J. Curvo Semedo, 342. — José Rodrigues de Abreu, Bernardo Pereira, Jacob Rodrigues Sarmento, Sachetti Barbosa e Rebêlo Saldanha, 344.

BIBLIOGRAFIA E DIPLOMÁTICA, por ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO ..... 344 a 350

Bibliografia, 344. — Definição de bibliógrafo e bibliografia, 344. — O século XVIII na bibliografia nacional e estrangeira, 344. — Diogo Barbosa Machado, 345. — *A Biblioteca Lusitana*, seus censores e inimigos, 345. — A crítica de Ramiz Galvão, 346. — Críticos estrangeiros, 346. — A livraria de Barbosa Machado, 348. — António Ribeiro dos Santos, 349. — O autor aos seus livros, 349. — Outros bibliógrafos, 350.

VIAGENS

A «HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA» 351

Bibliografia, 351. — *A História trágico-marítima*, 351. — Relações que a compõem, 351. — A língua e o estilo na *História*, 352. — Os autores, 353.

CIÊNCIA E FILOSOFIA

TEODORO DE ALMEIDA, JACOB DE CASTRO SARMENTO, FÉLIX DE AVELAR BROTERO, BENTO DE MOURA PORTUGAL E ANTÓNIO SOARES BARBOSA 354

Bibliografia, 354. — O padre Teodoro de Almeida, sua biografia, 354. — A Oração inaugural da Academia Real das Ciências, 355. — Jacob de Castro Sarmento, Félix de Avelar Brotero, Bento de Moura Portugal, 358. — António Soares Barbosa, 359.

OUTROS GÉNEROS — FIGURAS LITERÁRIAS

LITERATURA JURÍDICA — A ELOQÜÊNCIA — A POLÍTICA — BIBLIOGRAFIA POMBALINA

Luíz Rafael Soyé — Tomáz Pinto Brandão — D. Francisco Xavier de Menezes — Fr. Alexandre do Espírito Santo Palhares — D. Fr. Caetano Brandão — António Costa — Alexandre de Gusmão — Pascoal José de Melo Freire dos Reis — Manuel Fernandes Tomáz — Manuel de Almeida e Sousa — D. Luíz da Cunha — José da Cunha Brochado — Sebastião José de Carvalho e Melo, 359 e 360.

FECHO DECORATIVO muito usado nas impressões dos séculos XVII e XVIII

TARJA USADA na oficina dos Deslandes no século XVIII

TARJA da *Nova Escola...* de Manuel de Andrade de Figueiredo, impressão de Bernardo da Costa Carvalho, de Lisboa, século XVIII

ÍNDICE
DAS
GRAVURAS
CONTIDAS NO VOLUME TERCEIRO

SÉCULO DEZASSEIS
(CONTINUAÇÃO)

A POESIA

A POESIA ÉPICA DEPOIS DE CAMÕES

JERÓNIMO CORTE REAL. — ARTE: Estátua, do monumento a Luís de Camões, em Lisboa, 11. OBRAS: — *Naufrágio e lastimoso sucesso da perdição de Manuel de Sousa Sepúlveda*, edições de 1594, 1783 e 1840 (rostos), 3. — *Felicíssima victoria concedida del cielo al señor don Iuan d'Austria, en el golfo de Lepanto*, 1578 (rosto, escudo e gravuras), 4, 5, 7, 8 e 9.

LUÍS PEREIRA BRANDÃO. — *Elegíada*, 1588 (rosto), 11.

FRANCISCO DE ANDRADE. — *O primeiro cerco que os Turcos puferão ha fortaleza de Diu*, 1589 (rosto), 9.

VASCO MOUSINHO DE QUEVEDO. — Estátua (no monumento a Camões, em Lisboa), 11.

A HISTÓRIA

JOÃO DE BARROS. — RETRATOS E ARTE. — Retrato colado na edição seiscentista da B. N. Lisboa, 12. — Dos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, 13. — Da edição de 1778-1788 das *Decadas*, 13. Estátua (no monumento a Camões), 11. OBRAS: — *A primeira parte da Cronica do Emperador Clarimundo*, 1601 (rosto), 14. — *Chronica do Emperador Clarimundo*, 1742 (rosto), 15. — *Ásia*, 1552 (rosto), 16. — *Segunda Decada*, 1553 (rosto), 16. — *Terceira Decada*, 1563 (rosto), 17. — Gravura alegórica e rosto da *Decada primeira*, edição de 1628, 19. — *Quarta Decada*, 1615 (rosto), 20. — Rosto do raríssimo opúsculo *Dialogo da Viciosa vergonha*, 21. — *Dialogo de Juan de Barros com dous filhos seus, sobre preceitos moraes em modo de jogo*. MDLXIII, 22. — Gravura do jôgo, em que as virtudes e vícios saem do homem em forma de árvore, 23. — *Panegyricos* do grande João de Barros, 1791, 24. — Compilação de várias obras... 1785 e 1869 (rostos), 24. TRADUÇÕES E COMPILAÇÕES: — Rosto da *Primeira e segunda Decada*, edição italiana de Veneza, 1562, 20. — *Aphorismos y Exemplos politicos, y militares sacados de la primeira Decada de... Barros*, por D. Fernando Alvia de Castro, 20. AUTÓGRAFOS: — Carta dirigida por João de Barros a D. João III, 25.

DIOGO DO COUTO. — RETRATOS: — Da edição da *Ásia*, de 1778, 27. — Dos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, 28. — Dos *Discursos de vários políticos*, de Manuel Severim de Faria, 80. Pertencente ao dr. Armando Cortesão, 113. OBRAS: — *Decada quarta da Ásia*, 602 (rosto), 39. AUTÓGRAFOS: — Certidão datada de 9 de Dezembro de 1612, 29.

FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA. — OBRAS: — *Ho livro primeiro dos dez da Historia do defcobrimento y conquista da India pelos Portugueſes* (rosto), 32. — O rosto do livro segundo, 1552, 33. — Rostos dos livros terceiro e quarto, 1552 e 1553, 34. — Dos livros sexto e sétimo, 1554, 35. — Do oitavo livro, 1561, 36. TRADUÇÕES: — Rosto da tradução espanhola de 1554, 30. — Da tradução francesa de Nicolas de Grouchy, Anvers, 1553, 31. AUTÓGRAFOS: — Fragmento de um dos 31 capítulos encontrados no espólio de Maffei, por êste legados à Companhia de Jesus (livro 9.º da obra de Fernão Lopes de Castanheda), 37. — Assinaturas autógrafas de Fernão Lopes de Castanheda, 38.

DAMIÃO DE GÓIS. — RETRATOS: — Retrato, existente em Viena de Austria, na Colecção Albertina, 45. — Dos *Retratos e elogios de varões e donas*, 46. OBRAS: — *Chronica do principe D. João*, 1567 (rosto), 50. — Edição de 1724, 54. — De 1790, 53. — Edição moderna, 52 (rostos). — *Segunda parte da Chronica do... rei D. Manuel*, 1566 (rosto), 51. — A única composição musical que se conhece de Damião de Góis, 55. — *Epistola de El-Rei D. Manuel ao papa Julio II*, traduzida do texto latino por Damião de Góis (ed. Ernesto do Canto), 63. — OBRAS LATINAS: — *Vrbis olisiponis*, 1554, 56. — *Vrbis Lovaniensis obsidio*, 1546, 64. — *Fides, religio...*, 65. — *Commentarii rervm gestarum in India citra gangem a Lusitanis anno 1538*, 66. — *De bello Cambaico*, 67. — *Legatio magni Indorum*, 1532, 67. — ITALIANAS: — *Avisi de le cose fatte da portuesi ne l'India*, 67. AUTÓGRAFOS E MANUSCRITOS: — Assinaturas de Damião de Góis, 46. — Assinatura de Fr. Manuel da Veiga, 47. — Rosto do *Livro de linhagens*, cópia de 1739, 47. — Ordem do Duque de Bragança para se entregar ao guarda-mór da Tôrre do Tombo um exemplar do *Livro de linhagens* do Infante D. Pedro, 48. — Carta do guarda-mór da Tôrre do Tombo, Gregório de Mascarenhas Homem, sôbre o extravio do *Livro de linhagens* de Damião de Góis, 49. — Fac-simile do assento de enterramento de Damião de Góis, 61. VIDA: — A vila de Alenquer, naturalidade de Damião de Góis, 57. — Casa da quinta do Barreiro, onde se supõe ter nascido Damião de Góis, 57. — Igreja da Várzea, onde está sepultado Damião de Góis, 58. — Lápide na igreja da Várzea, em Alenquer. Brasões de Damião de Góis e de sua mulher D. Joana de Hargem, 58. — Lápide na igreja da Várzea, em Alenquer. Epitáfio de Damião de Góis, 59. — Relógio de sol dado por Damião de Góis ao Convento de S. Francisco em Alenquer. Um dos capitéis das colunas do claustro. (Desenhos de Ribeiro Cristino), 59. — Cabeça de Damião de Góis em pedra, que encima a lápide do seu túmulo, 60. — Imagem do «Ecce Homo», oferecido por Damião de Góis à igreja da Várzea, em Alenquer, 51. — Igreja e ex-convento (modernamente hospital) de S. Francisco de Alenquer, onde jazem os pais e avós de Damião de Góis, 63.

BRAZ DE ALBUQUERQUE. — RETRATOS E VIDA: — Busto de Braz de Albuquerque, 42. — O palácio da Bacalhoa, em Azeitão, 43. — Desembarque de Afonso de Albuquerque, na Índia, aguarela de Domingos António de Sequeira, 1. — A estátua de Afonso de Albuquerque, em Belem, por A. A. da Costa Mota, 99.

OUTROS HISTORIADORES

JERÓNIMO OSÓRIO. — OBRAS: — De *Nobilitate civili*, 1542, 75. — *De vera Sapientia*, 1578, 76. — *Epistola... ad Elisabetam Anglix Reginam*, 1575, 76. — *De Gloria libri V*, 1549, 76. — *De regis institvtione...* 1571, 76. — Outra edição, 1572, 76. — *De rebvs Emmanvelis...*, 1571, 77. — Três raras edições de livros latinos, 78. — *Da gloria* (página do livro), 78.

ANTÓNIO GALVÃO. — RETRATOS: — Gravura do século XVI, 100. AUTÓGRAFOS: — Fac-simile da assinatura, 96. OBRAS: — *Tratado... dos diversos & desvairados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta e especearia veio da India ás nossas partes; e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos...* (rostos das ed. antiga e moderna), 73. — Rosto da edição de 1731.

MIGUEL LEITÃO DE ANDRADE. — RETRATO: — 94. OBRA: — *Miscelanea*, 1629, 79.

DUARTE NUNES DE LEÃO. — OBRAS: *Repertorio dos cinqvo livros das ordenações*, 1560, 68. — *Leis extravagantes*, 1569, 69. — *Primeira parte das Chronicas dos Reis de Portugal*, 1600, 69. — *O livro das genealogias dos Reis de Portugal (Regum Portugaliæ Genealogia Liber)*, 1585, 70 e 71. — *Genealogia verdadera de los reyes de Portugal*, 1590, 72. — *Descripção do reino de Portugal*, 1610, 72.

PEDRO DE MARIZ. — OBRAS: — *Dialogos de varia historia*, 1594, 79.

SAMUEL USQUE. — *Consolacam às tribulacoens de Israel*. Rosto das duas edições quinhentistas, 98.

FRANCISCO DE ANDRADE. — OBRAS: — *Chronicas de D. João III* (rosto da primeira edição), 1613, 79. — Tradução espanhola da *Chronica de Jorge Castrioto*. Ed. de 1588, 84. — Ed. de 1579, 79.

VIAGENS

LITERATURA DE VIAGENS

D. JOÃO DE CASTRO. — Retrato da Galeria dos vice-reis e governadores da India portuguesa, 80. — Retrato antigo existente em Goa, 81. — *P.e Francisco Álvares*. Tradução alemã da *Verdadeira informação das terras do Preste João...*, 1566, 83. ANTÓNIO TENREIRO. — *Itinerario*. Coimbra, 1560 (rosto), 82. GASPAR BARREIROS. — *Chorographia de alguns logares...*, 82. FR. PANTALEÃO DE AVEIRO. — *Itinerario da terra sancta...*, 1596, 85. FERNÃO MENDES PINTO. — *Peregrinaçam...*, 1614 (rosto), 94. — *The voyages and adventures*. Londres (rosto), 82. FR. GASPAR DA CRUZ. — *Tractado em que fe cõtam... as cousas da China...*, 1569, 83. PEDRO MAGALHÃES DE GANDAVO. — *Historia da provincia de Sancta Cruz*, 85. — *Historia das cousas que o muy esforçado capitão D. Christovão de Moura fez nos Reynos do Preste João com quatrocentos portuguezes que consigo levou*, 90.

A CIÊNCIA

MEDICINA. A LITERATURA MÉDICA ATÉ AO FIM DO SÉCULO XVI

Recopilacam das covsas que convem guardarse no modo de prefervar á Cidade de Lisboa, 86. — *Thesoro de los pobres...*, 86. — *Tractado cõtra el mal serpentino...*, 86. — *Tractado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales...*, por Christoval Acosta, 88. — *Compromisso da Misericordia*, 88.

GARCIA DE ORTA. — *Coloquios dos Simples*, 1563, 85. RETRATOS: — Fr. Miguel de Contreiras (Óleo e gravura da Biblioteca Nacional), 95. — Amatus Lusitanus, 97. — Medalhão da portada da *Historia plantarum...*, 97.

NÁUTICA. ASTRONOMIA. COSMOGRAFIA

PEDRO NUNES. — RETRATOS: — Do *Panorama*, 83. — Estátua (do monumento a Luís de Camões), 11.

OBRAS: — *Tratado da spera do mũdo*, 87. — *Libro de algebra en arithmetica y geometria*. Anvers, 1567, 87. — *De arte atqueratione navigandi*. Coimbra, 1573, 87. — *De crepusculis*. Lisboa, 1542, 87.

Quadrante de Ticho Brahe com o nónio de Pedro Nunes, 81. *Regimento da declinação do sol*, 89.

MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

CRISTÓVÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA. — *Summario ẽ que brevemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*, 89.

A PROSA

LITERATURA RELIGIOSA

FR. HEITOR PINTO — *Imagem da vida christam*, 2.ª ed., Coimbra, 1565, 90. — 3.ª ed., 1567, 90. — Verso do frontispício, 90. — *Commentarios a Daniel*, 2.ª ed., 91. RETRATOS: — Retrato a óleo, pertencente ao dr. Alberto Osório de Castro. AUTÓGRAFOS: — Fac-simile da assinatura de Fr. Heitor Pinto, 103.

D. FR. AMADOR ARRAIS. — RETRATOS: — Publicado na *Biblos*, 103. OBRAS: — *Dialogos*. Rosto da 1.ª edição, 1589, 84. — Da 2.ª ed., 1604, 99.

FR. TOMÉ DE JESUS. — RETRATOS: — O venerável padre Fr. Tomé de Jesus nas masmorras de Marrocos, 101. — Dos álbuns da Bib. Nacional, 101. OBRAS: — *Trabalhos de Jesus*. Lisboa, 1602, 1609. Rosto da primeira e segunda parte, 102. — Rosto da segunda edição, 1666, 102.

MORALISTAS

DR. JOÃO DE BARROS. — *Espelho de Casados*, 96.
D. JOANA DA GAMA. — *Ditos da freira*. Évora, 1575.
D. FRANCISCO DE PORTUGAL. — *Sentenças*, 1605, 107. *Privilegios e prorogativas do genero feminino*, 1557, 112.

A ELOQÜÊNCIA

D. FR. BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES. — RETRATOS: — (Dois da Bib. Nacional), 107. AUTÓGRAFOS: — Fac-Simile da assinatura de F. Bartolomeu dos Mártires, 112. FR. LUÍZ DE GRANADA. — *Contemptus Mvndi* (rosto das edições de 1556, 1608 e 1633, 108. DIOGO DE PAIVA DE ANDRADE. — RETRATO: — (Da colecção da Biblioteca Nacional, 109. D. ANTÓNIO PINHEIRO. — RETRATO: — (Dos álbuns da Biblioteca Nacional), 103. OBRAS: — *Svmmario da pregaçam funebre...*, 1551, 110.

DIVERSOS

ROMANCES E CONTOS

FRANCISCO DE MORAIS. — *Primaleon*. Lisboa, 1598, 104. Exemplar da Bib. Nac de Madrid, 112. — *Palmeirim de Inglaterra*, 1592 e 1786, 105. — *Palmeirim de Oliva*, 105. — Rosto da edição veneziana de 1534, 112. DIOGO FERNANDES. — *Dom Dyardos de Bretanha. Terceira parte da Chronica de Palmeirim de Inglaterra...* Lisboa, 1604, 104. JORGE FERREIRA DE VASCONCELOS. — Página do *Memorial das proezas da Segunda Tavola Redonda*, 1576, 111. FERNÃO ÁLVARES DO ORIENTE. — *Lusitania transformada*. Lisboa, 1607, 110. FR. HILARIÃO BRANDÃO. — *A voz do Amado*, 1579, 92. — *A Censura*. — *Este he o rol dos liuros defefos*, 1551, 11.

SÉCULO DEZASSETE

ASPECTOS GERAIS: A SOCIEDADE. O REI. A CULTURA. A ARTE A LÍNGUA. O REI E O POVO

I — ASPECTOS GERAIS. A SOCIEDADE. O REI E O POVO

Cortejo da embaixada que veiu a Lisboa para o casamento da infanta D. Catarina, filha do rei D. João IV, com o rei Carlos II, de Inglaterra. O embarque da mesma infanta na esquadra inglesa que a Inglaterra a deve conduzir. Gravuras de Dirk ou Daniel Stoop, 115. — Capitular do século XVII, 115. — O rei D. João IV, 116. — Desembarque de Felipe II no Terreiro do Paço, em 1619, 117. — As festas de 1619, em Lisboa, em honra de Felipe I. Arco construído pelos ingleses residentes em Lisboa. Arco construído pelos flamengos. Monumento dos ourives e lapidários, 119. — *Triumpho Lusitano*, livro curioso para o estudo dos usos e costumes do século XVII, 175.

II — A ARTE

Coimbra. Porta férrea, na Universidade, 120. — Coimbra. Igreja de Santa Cruz. Sacristia, 120. — Id. O Museu Machado de Castro. Aspecto do pátio e galeria, 121. — Id. A sala dos capelos, 122.

Uma acta do conselho de Estado de 1662, 128. — Lisboa no século XVII. Planta de João Nunes Tinoco, 129.

Retrato de mulher por Domingos Barbosa, 123. — Insígnia da Universidade, água-forte de Josefa de Óbidos, 124. — Núpcias místicas de Santa Catarina, quadro a óleo de Josefa de Óbidos, 125.

Coimbra. Cruz de Azeviche do Museu Machado de Castro, 120.

Coche de Felipe II, de Espanha, 126. — Coche do fim do século XVII, 127.

A CULTURA

O D. Quixote em Portugal. Raríssima edição de 1605, 118.

III — ACADEMIAS SEISCENTISTAS. A LÍNGUA

Academias dos Singulares. Rosto da primeira e segunda edição. Lisboa, 1665-68 e 1692-98, 130. — *Academia nos Montes, e conversações de homens nobres*, 131.

AGOSTINHO BARBOSA. — Retrato do dr. Manuel Barbosa, pai de Agostinho e Simão Vaz Barbosa, 100. ÁLVARO FERREIRA DE VERA. — *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portugueſa*, 134. — *Breves louvores da lingva portvgvesa*, 134. AMARO DE ROBOREDO. — *Raizes da lingua latina*, 132. — *Methodo grammatical para todas as lingvas*, 132. — *Porta de ligvas*, 132. BENTO FERREIRA. — *Regras gerays breves, & comprehenſivas da melhor orthographia*, 133. — *Florilegio dos modos de fallar e adagios da lingva portvgvesa*, 133. — *Thesovro da lingua portvgvesa*, 1647, 135. — Prosodia in vocabvlarivm trilingve..., 137. JOÃO FRANCO BARRETO. — *Ortografia da lingva portvgveza*, 135.

Adagios portvgvezes redvzidos a lvgares commvns, por António Delicado, 1651, 136.

A POESIA

A POESIA LÍRICA

A Fenix Renascida, 1716 e 1717, 137. — *Eccos, que o clarim da Fama dá: Postilhão d'Apolo*, 1761, 179.

D. FRANCISCO DE PORTUGAL: *Ao Principe D. Theodosio, Nosso Senhor. Divinos e hvmanos versos de D. Francisco de Portugal*, 1652, 173. — *Arte de Galanteria*, 1682, 172. — *Obras*, 1683, 172. — SÓROR VIOLANTE DO CÉU: *Parnaso Lusitano*, 1733, 249. — SÓROR MARIA DO CÉU: *A Preciosa allegoria moral*, ESP. — SÓROR MADALENA DA GLÓRIA: *Brados do Desengano contra o profundo sono do Esquecimento*. I e II partes, 176. — Rosto do *Reyno de Babylonia*, 177. — Gravuras de Debrie, do *Reino de Babylonia* (4), 177. — *Aguia Real, Fenix abrazado, Pelicano amante*, 178. — FRANCISCO DE BRITO FREIRE: *Nova Lusitania, Historia da Gverra Brasilica* (Frontispicios gravado e impresso), 153. — FRANCISCO ROLLIM DE MOURA: *Dos novissimos*, 1623, 150. — FR. BERNARDO DE BRITO: *Silvia de Lisardo*, ed. de 1626 e 1668, 152. — MANUEL DA VEIGA: Laura de Anfriso, 1627, 174. — MANUEL QUINTANA DE VASCONCELOS: *A Paciencia Constante*, 1622, 154. — MANUEL TAVARES CAVALEYRO: Ante rosto e rosto do Ramalhete Juvenil, 1687, 174. — MANUEL THOMAS: *O Phœnis da Lusitania*, 1640, 151. — JOSÉ DO COUTO PESTANA: *Quiteria Santa*. Poema sacro, 1715, 183. — MANUEL DE FARIA Y SOUSA: *Mverte de Jesus. Santo de Maria*. Madrid, 1624, 186.

FRANCISCO RODRIGUES LOBO. — RETRATOS: — Retrato que acompanha a edição de luxo da *Côrte na Aldeia*, 138. OBRAS: — *Avto del nacimiento de Christo*, 1676, 147. — Frontispícios gravado e impresso da primeira edição de *O Condestabre Dom Nvno Alvares Pereira*, 1610, 141. — Rosto da 2.ª edição, de 1627, 145. — *Corte na Aldea, e Noites de Inverno*, 1619, 144. — Edição de 1649, 146. — *O Desengano*, 1614, 143. — *As Eglogas*, 1605, 140. — *La Iornada qve la Magestad catholica del Rey don Phelippe III de las Hefpañas hizo a fu Reyno de Portvgal*, 1623, 145. — *Obras politicas, moraes e metricas*, 1723, 146. — *O Pastor peregrino*, 1608, 142. — *A Primavera*, 1601, 139. — *Primeira e segvnda parte dos Romances*, 1654, 146. TRADUÇÕES: — *A Primavera*, trad. espanhola, 1629, 140.

Dr. Ricardo Jorge, o mais completo e ilustre biógrafo de F. Rodrigues Lobo, 148. — *Memorial do Marquês de Montebello*, Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos, 149.

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO. — OBRAS: — *Apologos Dialogaes*, 1721, 167. — *Aula Politica, Curia Militar*, 167. — *Auto do fidalgo aprendiz*, 1676, 160. — As figuras do *Auto do fidalgo aprendiz*, edição de Lisboa de 1718, 170. — *Carta de gvia de casados*, 1651, 162. — Edição de 1665, 163. — *Primeira parte das Cartas Familiares*, 158. — *Declaracion qve por el reyno de Portugal oferece el doctor Geronymo de Sancta Cruz*, 1663, 166. — Outra edição, 166. — *Doze sonetos por varias acciones...*, 1628, 162. — *Ecco polytico*, 1645, 159. — Gravura da *Fama*, publicada em o *Ecco Polytico*, edição de 1645, 161. — *Epanaphoras de varia historia portugueza*, 1660, 165. — *El Fenix de Africa. Agvstino Avrelio*, 1648, 168. — *Historia de los movimientos y separacion de Catalvña*, 1645, 165. — *Manifiesto de Portvgal*, 162. — *El mayor pequeño...*, 1647, 163. — *Obras metricas*, 1665 (Rosto e ante-rosto da 1.ª parte), 157. — *Obras morales*, 1664, 156. — *Politica militar*, 1638, 159. — *Relaçam dos svcessos da Armada, que a Companhia geral do Comercio expedio ao Estado do Brafil o anno paffado de 1649 de que foi Capitão General o Conde de Castel-melhor*, 170. — *Tratado da Sciencia Cabala ou noticia da Arte Cabalistica*, 1724, 170. — *Las tres mvsas del melodino*, 1649, 155. — Edição de 1665, 163. TRADUÇÕES: — *Relicis of Melodino*, translated by Edward Lawson, 171. VIDA: — Termo do baptismo de D. Francisco Manuel de Melo, 164. — Desenho de D. Francisco Manuel de Melo para o livro *Theodosio*, 164. — Lisboa do século XVII. O Rossio. Quadro de azulejo do Convento das Trinas de Lisboa, 168. — O Terreiro do Paço, id., 168. — Edgar Prestage, biógrafo de D. Francisco Manuel, 171. AUTÓGRAFO: — Fragmento de uma carta autógrafa de D. Francisco Manuel de Melo, 169.

A POESIA ÉPICA

MANUEL TOMAZ: *Insvlana*, 1635, 181. — FRANCISCO RODRIGUES LOBO: *O Condestabre de Portugal D. Nvno Alvares Pereira*. Frontispícios gravado e impresso da 1.ª edição, 1610, 141. — Rosto da segunda edição, 1627, 145. — VASCO MOUSINHO DE QUEVEDO CASTELO BRANCO: *Affonso Aricano*, 1611, 185. — BERNARDO FERREIRA DE LACERDA: *Soledades do Bvçaco*, 1643, 183. — *Hespana libertada*, 1673, 182. — FRANCISCO DE SÁ DE MENESES: *Malaca Conqvistada*, 1658. Rostos impresso e gravado, 181. — GABRIEL PEREIRA DE CASTRO: *Ulyssea, ov Lisboa edificada*, 1636, 182, 256. — MIGUEL DA SILVEIRA: *El Macabeo*, 1638, 180. — DR. ANTÓNIO DE SOUSA DE MACEDO: *Gigantomachia*, 1628, 183. — *Templo da Memoria*, 1635, 185. — BRAZ GARCIA DE MASCARENHAS: Retrato (apócrifo), 184. — *Viriato tragico*. Rosto da primeira edição, 1699, 184. — Um dos poucos autógrafos conhecidos do poeta, 198.

A HISTÓRIA

Monarchia Lusitana, parte primeira, 1597, 199. — *Geographia antiga de Lusytania*, 1597, 200. — *Segunda parte da Monarchia Lusitana*, 1609, 201. — *Terceira parte da Monarchia Lvsitana*, 1632, 203. — *Qvarta parte da Monarchia Lvsitana*, 1642, 203. — *Qvinta parte da Monarchia Lvsytana*, 1650, 204. — *Sexta parte da Monarchia Lvsitana*, 1672, 205. — *Monarqvia Lvsitana. Parte Setima*, 1683, 206. — *Monarquia Lusitana. Parte VIII*, 1727, 207.

RETRATO: — Fr. Bernardo de Brito, 208.

Collecção dos principaes auctores da Historia Portugueza, 1806, 207.

FR. LUÍS DE SOUSA: Portada da primeira edição da *Historia de S. Domingos*, 1623, 243. — MANUEL DE FARIA E SOUSA: *Epitome de las historias portvgvesas*, 1628, 214. — *Asia portvgvesa*, 1666, 239. — *Africa portvgvesa*, 1681, 241. — *Informacion en favor de Manvel de Faria i Sovsa*, 215. JACINTO FREIRE DE ANDRADA: *Vida de Dom João de Castro*, 1651, 209. JERÓNIMO DE MENDONÇA: *Jornada de Africa*, 1607, 240.

OUTROS HISTORIADORES

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO (vêja capítulo próprio). — MANUEL SEVERIM DE FARIA: *Discursos varios politicos*, 1624, 212. — *Noticias de Portugal*, 1655, 211. — *Relacam vniversal do qve svccedeo em Portvgal & mais Prouincias do Occidente & Oriente, de Março de 625 até todo Setembro de 626*, 252. — D. RODRIGO DA CUNHA: *Catalogo & historia dos bispos do Porto*, 1623. 245. — PADRE BALTASAR TELES: *Chronica da Companhia de Iesu nos Reynos de Portugal*, 1645-1647. Portada dos dois volumes. 242. — *Historia geral da Ethiopia a Alta*. Coimbra, 1660. (Rosto impresso), 246. — Portada gravada, 247. — JORGE CARDOSO: *Agiologio Lvsitano dos sanctos e varoens illvstres do reino de Portvgal, e svas conquistas...* Lisboa, 1652-1744.

Jornada do Arcebispo de Goa dom Frey Aleixo de Menezes..., 1606, 240. — DIOGO DE PAIVA DE ANDRADE: *Exame d'Antiguidades*, 1616, 253. — GASPAR ESTAÇO: *Varias antiguidades de Portvgal*, 1625, 253. — ANTÓNIO DE SOUSA DE MACEDO: *Carta qve a vn senor de la corte de Inglaterra escriuió el dotor...* Lisboa, 1641, 256.

A PROSA

A ORATÓRIA SAGRADA

PADRE ANTÓNIO VIEIRA. — RETRATOS: — Retrato de *O Plutarcho portuguez*, 223. — Retrato publicado na *Vida do apostolico padre Antonio Vieyra*, 1746, 225.

OBRAS: — *Sermão qve pregov... na Capella Real o primeiro dia de Ianeiro do anno de 1642*, 216. — *Sermão... na Igreja das Chagas, em a feita, que fe fez a S. Antonio, aos 14 de Septembro defte anno de 1642*, 216. — *Sermam que pregov... na caza profeffa da mefma Companhia* (de Jesus) *em 16 de Agosto de 1642*, 217. — *Sermam de Ioam Baptista na Profissam da senhora Madre Soror Maria da Cruz*. Coimbra, 1658, 217. — *Sermam do Esposo da May de Deos S. Ioseph no dia dos annos do senhor rey Dom Ioam o IV*. Lisboa, 1673, 219. — *Sermam, qve pregov o P. Antonio Vieira... na Misericordia da Bahia de todos os Santo em dia da Vifitação de Noffa Senhora...* Lisboa, 1651, 220. — *Sermam das obras de misericordia... na Igreja do Hofpital Real...* Lisboa, 1753, 221. — *Sermam historico e panegyrico... nos annos da Serenissima Rainha N. S.* Lisboa, 1668, 222.

Sermoens do P. Antonio Vieira. Primeyra parte. Lisboa, 1679, 235. — *Xavier dormindo, e Xavier acordado. Oitava parte*. 1694, 227. — *Maria Rosa Mystica*, I e II parte, 1686 e 1688, 29. — *Palavra de Deos empenhada, e desempenhada*, 1690, 230. — *Cartas do P. Antonio Vieyra*. Tomo primeiro. Lisboa, 1537, 235. OBRAS ATRIBUÍDAS AO P. A. VIEIRA: — *Relação exactissima Instrutiva, curioza, verdadeira e noticiosa, do procedimento das Inquizições de Portugal*. Veneza, 1750, 232. — *Arte de furtar, espelho de enganos, theatro de verdades...* Amsterdão, 1652, 233.

SÔBRE O PADRE A. VIEIRA: — *Vida do apostolico padre Antonio Vieyra...*, pelo P. André de Barros. Lisboa, 1746, 236. — *Vicira defendido, dialogo apologetico, em que fe moftra, qve não he o verdadeiro Author do livro intitulado Arte de Furtar...* Lisboa, 1746, 237.

Retrato de João Lúcio de Azevedo, biógrafo do Padre António Vieira, 237.

PADRE MANUEL BERNARDES: *Luz, e calor*, 1696, 238. — *Nova Floresta*, 1.º tomo, 1706, 238.

O TEATRO

Relacion de la real tragicomedia con qve los padres de la Compañia de Iesvs en fu Colegio de S. Anton de Lisboa recibieron a la Mageftad Catolica de Felipe II..., por Iuan Sardina Mimofo, 1620, 248. — *La Comedia de el Sitio de Viena*, 1684, 248. — *Musa entretenida de varios entremeses*, por Manuel Coelho Rebêlo, 1658, 249.

VIAGENS

LITERATURA DE VIAGENS

JERÓNIMO DE MENDONÇA: *Jornada de Africa*, 1607, 240. — FR. GASPAR DE S. BERNARDINO: *Itinerario da India por terra*, 1611, 244. — PADRE BALTASAR TELES: *Historia geral de Ethiopia a Alta*. Coimbra, 1660. (Rosto impresso), 246, e portada gravada, 247. — MANUEL GODINHO: *Relação do novo caminho qve fez por terra, e mar, vindo da India para Portvgal no anno de 1663*. Lisboa, 1665, 245.

O JORNALISMO

Relaçam vniversal do qve svccedeo em Portvgal, & mais Prouincias do Occidente & Oriente, de Março de 625 até todo Setembro de 1626, 252. — *Mercvrio portvgvez, com as novas da Guerra entre Portugal & Castella*, 1663, 252.

EPISTOLOGRAFIA E MORAL

EPISTOLOGRAFIA

SÓROR MARIANA ALCOFORADO. — RETRATOS E OBRAS DE ARTE: — Gravura das *Lettres d'une chanoinesse de Lisbonne*, Haia, 1771 (Gravura de Massard, desenho de Eisne), 187. — Da edição de Haia, 1716, grav. de Coster, 190. — Ante-rosto de Had. Brugge, representando a freira, ed. de Haia, 1693, 190. — Das *Lettres d'une chanoinesse de Lisbonne*. Haia, 1771, 191. — Da edição de Londres de 1713, 191. — Da ed. de Haia, por Coster, 1716, 190. — Ante-rosto de Had. Brugge, Haia, 1693, 190. — Das *Lettres d'une chanoinesse de Lisbonne*, Haia, 1771, 191. — Grav. da ed. de Londres, 1713, 191. — Desenho de Craig e gravura de Mackenzie em 1808, 194. — Curioso fecho das *Lettres d'une chanoinesse*, de La Haya, 1771, 197. AS CARTAS: — *Lettres portvgaises, tradvites en françois*. Paris, 1669, 188. — Id., 188. — *Lettres d'amour d'une Religieuse...*, Cologne, CIOIOCLXIX, 188. — Edição de Paris, 1670, 189. — Id. de La Haye, 1701. — Id. de La Haia, 1716, 189. — Id. de La Haye, 1771, 190. — *Cartas de amor de Sóror Mariana*. Rodrigues, Lisboa, 256. *Responses aux lettres portvgaises*. Paris, 1770, 191. — Id., outra edição, Paris, 1770, 191. — *Five Love-Letters from a Nun to a Cavalier*. London 1678, 192. — *New Mifcellaneous Poems. With Five Love-Letters from a Nun to a Cabalier*. London, 1713, 192. — *Lettere amorose portvghesi*. Venetia, 1682, 195. — *Descrição bibliografica das edições das Cartas de Amor*, por José dos Santos, 196. — Retrato de José dos Santos, 197 (Leilão de livros de José Queiroz, em 1922).

OS MORALISTAS, CRÍTICA DE COSTUMES

FRANCISCO RODIGUES LOBO e D. FRANCISCO MANUEL DE MELO (vejam-se os capítulos respectivos). — MARTIM AFONSO DE MIRANDA: *Tempo de agora em dialogos*. Lisboa, 1622, 251. — Edição de 1785, 251. — DIOGO DE PAIVA D'ANDRADA: *Casamento perfeito*, 1630, 250. — *Exame d'Antiguidades*, 1616, 253.

CIÊNCIAS AUXILIARES DA HISTÓRIA NO SÉCULO XVII

GENEALOGIAS

ÁLVARO FERREIRA DE VERA: *Origem da nobreza politica, blasões de armas, appellidos, cargos, & titulos nobres.* Lisboa, 1631, 254. — ANTÓNIO DE VILAS BOAS E SAMPAIO: *Nobiliarchia portugueza, Tratado da Nobreza hereditaria, & politica...*, 1708, 254. — *Historia de varoens illvstres do appelido Tavora*, 1648, 213.

OUTROS GÉNEROS

LUÍS MENDES DE VASCONCELOS: *Do Sitio de Lisboa.* Lisboa, 1608. — LUÍS MARINHO DE AZEVEDO: *Primeira parte da fundação antigvidades e grandezas da mvi insigne cidade de Lisboa*, 1652, 255. — ANTÓNIO DELICADO: *Adagios portugueses*, 1651. — JOÃO BAPTISTA LAVANHA: *Viagem da catholica real magestade del Rey D. Filipe IV N. S. ao Reyno de Portvgal*, 1622, 243.

Retrato de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo (do Museu Machado de Castro), 255.

SÉCULO DEZOITO

ASPECTOS GERAIS: SOCIEDADES. O REI. O TERREMOTO. POMBAL. A CULTURA. A ARTE.

I — PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

Gravura do Rossio, antes do Terremoto, 258. — Ampliação de parte da gravura antecedente, 259. — Gravura do Terreiro do Paço antes do Terremoto, 260. — Fachada nascente do Convento do Carmo em 1745, 260. — Frontaria do Convento do Carmo e exterior da capela-mór do lado do Rossio, antes do terremoto de 1755, 261. — Paço da Ribeira (cópia de uma gravura da época), 262. — Igreja de Santo Antão, Hospital de S. José (antigo), 262. — Palácio do Conde de Aveiras, hoje palácio de Belem, 263. — Aspecto do Largo do Pelourinho em fins do século XVIII, 264. — O Terreiro do Paço como hoje se pode vêr, 276. — Cena familiar (da peça *As Desordens dos Tafues)*, 279. — O último interrogatório do Marquês de Pombal, 281.

O TERREMOTO: — Colecção de algumas ruínas de Lisboa causadas pelo terremoto e pelo fogo do primeiro de Novembro do ano 1755, 265. — Duas gravuras do álbum citado. A casa da Ópera e a de S. Roque, em ruínas, após o terremoto, 266. — Curiosa composição de Manuel de Macedo, representando o Marquês de Pombal estudando a reedificação de Lisboa, 267. — Juizo da verdadeira causa do terremoto, que padeceo a corte de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755, pelo padre Gabriel Malagrida, 1756, 268. — Retrato do Padre Gabriel Malagrida, 268.

II — A ARTE

A estátua eqüestre (gravura do século XVIII), 276. — Joaquim Machado de Castro, 277. — Bartolomeu da Costa, 278. — Diogo Inácio de Pina Manique, 279. — O palácio real de Queluz, 280 — Biblioteca da Universidade de Coimbra, 282. - A Tôrre dos Clérigos, no Pôrto, 284. — A capela de S. João Baptista, na igreja de S. Roque, 285. — Carta apologetica, e analytica, Que pelá Ingenuidade da Pintura, em quanto sciencia, escreveo... Joseph Gomes da Cruz..., Lisboa, 1752, 286. — Estampa que acompanha a Carta apologetica, 287. — Cirilo Volkmar Machado, 288. — O presépio da Sé de Lisboa, atribuído a Machado de Castro, 289. — Retrato de Vieira Lusitano, 290. — Outro retrato de Vieira Lusitano, 291. — Gravura de Vieira Lusitano, 309.

Nova Escola para aprender A ler, efcrever, & contar, por Manoel de Andrade de Figueiredo, 269. — Outras edições, 270, 274. — Ante rosto gravado com a vista do Terreiro do Paço antes do Terremoto, 270. — Retrato de Manuel de Andrade de Figueiredo, 271. — Gravuras caligráficas da *Nova Escola para aprender*, 272, 273. — *Nova Arte de escrever*, 275.

A MÚSICA: — Marcos Portugal, 292. — Luísa Todi, 295. José António Carlos de Seixas, 295.

III — A LÍNGUA. ESTUDOS E TRABALHOS

Vocabulario portuguez e latino..., pelo padre D. Rafael Bluteau, 1712, 297. — *Diccionario da Lingua portugueza publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 297. — *Divertimento erudito*, por Fr. João Pacheco, 298. — *Infernidades da Lingua e arte que a ensina a emmudecer para melhorar*, por Manuel Josef de Paiva, 298. — *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antiguamente se usárão e que hoje regularmente se ignorão*, 1798, 299.

IV — A CULTURA. LUÍS ANTÓNIO VERNEY. A RENOVAÇÃO MENTAL

Luís António Verney (gravura da época), 294. — *Verdadeiro metodo de estudar*, 293. — *Conversação familiar, e exame critico Em que fe moftra reprovado o methodo de eftudar...*, 296. OS COOPERADORES DE VERNEY: — António Nunes Ribeiro Sanches, 308.

A HISTÓRIA

A ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA

Collecçam dos Documentos, estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza, 1721, 299. — *Historia da Academia Real da Historia Portugueza*, composta por Manuel Teles da Silva, 300.

ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA. — RETRATOS: — Grav. da *Historia Genealogica da Casa Real*, 303. — Fragmento do retrato de D. António Caetano de Sousa, 303. — Retrato de D. António Caetano de Sousa, depois de repintado em 1917. Imprensa Nacional, 304. AUTÓGRAFOS: — Primeira página de uma carta de D. António Caetano de Sousa dirigida a D. Pedro de Lencastre, 5.º Conde de Vila Nova, em

5 de Junho de 1725, 307. — Fac-simile da assinatura de D. António Caetano de Sousa, 307. — OBRAS: — *Historia genealogica da Casa Real portugueza* (rosto), 1735, 305. — Gravura da portada da *Historia genealogica da Casa Real*, 305. — Primeira vinheta da *Historia Genealogica*, 307. — VIDA: — Convento da Ordem dos Clérigos Regulares Caetanos Theatinos de Nossa Senhora da Divina Providencia, em Lisboa, onde hoje está o Conservatório, 306. — OUTROS HISTORIADORES: — ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS: Retrato da época, 302. — JOÃO PEDRO RIBEIRO: *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, 1810, 314.

ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Memorias de Litteratura portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792, 300. — Fac-simile das assinaturas dos primeiros académicos da Academia Real das Ciências, 300. — O Duque de Lafões, fundador da Academia Real das Ciências, 310. — O Abade Correia da Serra e a Academia, 311.

A POESIA

A POESIA LÍRICA. I — ÁRCADES

PEDRO ANTÓNIO CORREIA GARÇÃO: *Obras poeticas*, 1778, 323. — ANTÓNIO DENÍS DA CRUZ E SILVA: *O Hyssope*, poema herói-cómico. Paris, 1821, 324. — *Odes pindaricas*, 1820, 324. — Gravura que acompanha a edição do *O Hyssope de Paris*, 1821, 325. — «Ao pastor que se apeia o hyssope offerece». Gravura de Manuel de Macedo para a edição de *O Hyssope* de 1878, 326. — «Que em seguro já posto, ao pé da guarda». Gravura da ed. de *O Hyssope* de 1878, 326. — NICOLAU TOLENTINO DE ALMEIDA. — VIDA: — Casa onde nasceu Nicolau Tolentino, na Calçada de Santo André, n.os 28 e 30, em Lisboa, 317. — Casa onde morreu Nicolau Tolentino, em Lisboa, Rua dos Cardais de Jesus, n.º 35 (hoje 25), 317.

II — PRÉ-ROMÂNTICOS

JOSÉ ANASTÁSIO DA CUNHA: *Composições poéticas*, 1839, 329. — MANUEL MARIA BARBOSA DU BOCAGE. — RETRATOS: — Gravura de uma das edições do seu tempo, 316. — Bocage, por Alberto de Sousa, 318. — Bocage, por Leal da Câmara, 318. — VIDA: — Casa onde nasceu Bocage, em Setúbal, na Rua de S. Domingos, 17 e 18, 318. — Casa onde Bocage faleceu, em Lisboa, na T. André Valente, 23 e 25. — AUTÓGRAFOS: — Fac-simile da assinatura de Bocage, 318. — OBRAS SÔBRE BOCAGE: *Epicedio na morte de Manuel Maria Barbosa du Bocage*, 1806, 337. — *Satira dirigida... ao bem conhecido poeta M. Maria Barbosa du Bocage*, 1848, 337 (ambas de José Agostinho de Macedo). — P.e FRANCISCO MANUEL DO NASCIMENTO. — RETRATOS: — Francisco Manuel do Nascimento (retrato publicado nos *Martyres* e nas *Obras completas*), 319. — Fr. Manuel do Nascimento (gravura do tempo), 319. — Outro retrato de Filinto Elísio, publicado nas *Obras completas*. Paris, 1817, 320. — OBRA: *Obras completas de Filinto Elysio*, 1817, 321. — *Os Martyres, ou triumpho da Religião Christã*. Paris, 1816, 321. — Nota no verso do rosto da edição grande das *Obras de Filinto Elysio*, 321. — Nota no verso do rosto da tradução de *Os Martyres*, com o fac-simile da assinatura de Francisco Manuel do Nascimento. Filinto Elísio, seu tradutor, 321. — D. LEONOR DE ALMEIDA. — RETRATOS: — Que acompanha a edição das suas *Obras*, 328. — A Marquesa de Alorna na Arte Moderna (Alberto Sousa e Saavedra Machado), 329.

O PADRE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

RETRATOS: — De *O Oriente*, 1827, 334. — De uma das suas edições, 334.

OBRAS: — *A Ambição de Bonaparte*, 1813, 339. — *A Analyse analysada*, 1815, 345. — *Carta de Fogaça ou Historia do Cerco de Saragoça*, 1812, 346. — *Carta 1.ª... a seu amigo — Faustino*, 347. — *Carta que escreveo o doutor Manoel Mendes Fogaça a hum seu amigo trasmontano*, 346. — *Carta unica*, 1828, 347. — *Cartas filosoficas a Attico*, 1815, 343. — *Censura dos Lusiadas*, 1820, 341. — *O Couto*, 1815, 344. — *Epicedio na morte de Manuel Maria Barbosa du Bocage*, 1806, 337. — *Gama*, 1811, 335. — *O Homem, ou os Limites da Razão*, 1815, 343. — *A Lyra anacreontica*, 1819, 337. — *A Meditação*, 1813, duas edições, e outra de 1818, 336. — *Motim litterario*, 1811, 340. — *Newton*, 1815, 338. — *Obras de Horacio*, 1806, 339. — *Oração funebre que nas exequias... D. João Sexto*, 1826, 341. — *O Oriente*, 1827, 335. — *Sandoval nu, e cru*, 1823, 343. — *Satira dirigida... ao bem conhecido poeta M. Maria Barbosa du Bocage*, 1848, 337. — *Os Sebastianistas*, 1810, 342. — *Sermão de acção de graças pelo restabelecimento da monarquia independente*, 1823, 341. — *A Sua Magestade imperial Alexandre I*, 1813, 339. — *Viagem extatica ao templo da Sabedoria*, 1830, 335. — *A volta de Astrea*, 1829, 347.

OUTROS POETAS

FRANCISCO XAVIER DE MENEZES: — *Henriqueida, Poema heroico*, 1741, 312. — MIGUEL MAURICIO RAMALHO: *Lisboa reedificada, poema epico*, 314. — BELCHIOR CURVO SEMEDO: Retrato das *Composições poeticas*, 322. — *Composições poeticas*. Lisboa, 1803, 322. — PAULINO CABRAL DE VASCONCELLOS: *Poesias*, 1786, 327. — LUIZ RAFAEL SOYÉ: Retratos das *Noites Josephinas*, 330. — Rosto da curiosa edição das *Noites Josephinas*, 330. — Composição de Luiz Rafael Soyé, inserta nas *Noites Josephinas*, 331. — Retrato do príncipe D. José, inserto nas *Noites Josephinas*, 331. — ANTONIO BERSANE LEITE: *Quadras glosadas*, 1804, 332. — *Viola de Lereno*, 1798, 332. — THOMAZ PINTO BRANDÃO, retrato, 333.

TOMAZ ANTÓNIO GONZAGA E OS POETAS DE MINAS

THOMAZ ANTONIO GONZAGA, retrato, 352. — *O Uruguay*, poema de José Basilio da Gama, 1769, 352. — *Resposta apologetica ao poema intitulado O Uruguay*, 352. — *Caramurú*, poema épico de Fr. José de Santa Rita Durão, 1781, 353. — *Obras* de Claudio Manuel da Costa, rosto da ed. de 1768. — *Fac-simile* da assinatura de Claudio Manuel da Costa, 354.

O TEATRO

Nova e pequena peça intitulada As Desordens dos tafues ou sete he ponto, 279. — ANTONIO JOSÉ DA SILVA: *Theatro comico portuguez, ou Collecção das Operas portuguezas, Que fe representarão na Casa do Theatro publico do Bairro Alto de Lisboa*, 350. — *Historia critica do Theatro*, por Luiz Antonio de Araujo, 351. Sôbre o teatro de José Agostinho de Macedo, veja artigo próprio.

A PROSA — DIVERSOS GÉNEROS

A LITERATURA MÉDICA

António Nunes Ribeiro Sanches, retrato, 308. — J. Curvo Semedo, retrato.

BIBLIOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

DIOGO BARBOSA MACHADO — Retrato, 315. — Abertura da parte bibliográfica da *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado (Desenho e gravura de Debrie), 257. — Inicial ornada da *Bibliotheca Lusitana*, 257. — *Summario da Bibliotheca Lusitana*, 1786, 351. — Oração autógrafa de Diogo Barbosa Machado, 356. — Verso da mesma pelo padre Francisco José da Serra Xavier, 357. — Martinho Augusto da Fonseca, iniciador e fundador da Sociedade de Bibliófilos Barbosa Machado, 358. — Diploma da mesma Sociedade, 359. — ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS, retrato, 302. — *Memorias da Litteratura portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1792. 300. — JOÃO PEDRO RIBEIRO: *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, 314.

CIÊNCIA E FILOSOFIA

CIENCIA E FILOSOFIA: A estátua do botânico Félix de Avelar Brotero no Jardim Botânico de Coimbra, 355.

VIAGENS

A HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA — Rosto do primeiro volume da *Historia Tragico-Maritima*, 1735, 350.

VINHETAS E ORNATOS TIPOGRÁFICOS: — Vinheta empregada na tip. dos Deslandes, 360. — Cabeça ornamental da *Musa typográphica*, 363. — Fecho decorativo usado nas impressões dos séculos XVII e XVIII, 351. — Tarja usada na oficina dos Deslandes, 351. — Tarja da *Nova Escola...* de Manuel de Andrade de Figueiredo, 369. — Cabeção usado na oficina de José António da Silva, 376. — Cabeção ornamental com o emblema da Companhia de Jesus, 377. — Id., empregue por João da Costa, Valentim da Costa Deslandes e Pascoal da Silva, 378. — Armas de Portugal, no fêcho da obra.

ÍNDICE DAS GRAVURAS SEPARADAS

Damião de Góis («Fac-simile» de uma gravura de Alberto Durer) 24
Ho Prefte Ioam das indias 56
Rosto e décima página da raríssima obra de Pedro Nunes 80
Os dois grandes prosadores do século XVII. Os Padres António Vieira e Manuel Bernardes 200
Autógrafos do Padre António Vieira e de Fr. António das Chagas 208
A primeira «Gazeta» publicada em Portugal 232
Soror Mariana e o Cavaleiro de Chamilly na Arte do nosso tempo 240
Retratos de Manuel Maria Barbosa du Bocage e do Padre José Agostinho de Macedo 312
O padre José Agostinho de Macedo jornalista 320
Estátua de António José da Silva (O Judeu) 337
Diogo Barbosa Machado e a sua «Biblioteca Lusitana» 345
Página do primeiro volume da «Bibliotheca Lusitana», anotada por Camilo Castelo Branco, e rosto suprimido do 2.º volume da mesma obra 353

Cabeção usado na oficina de José António da Silva e impresso no 1.º tomo da *Nova Floresta* do Padre Manuel Bernardes

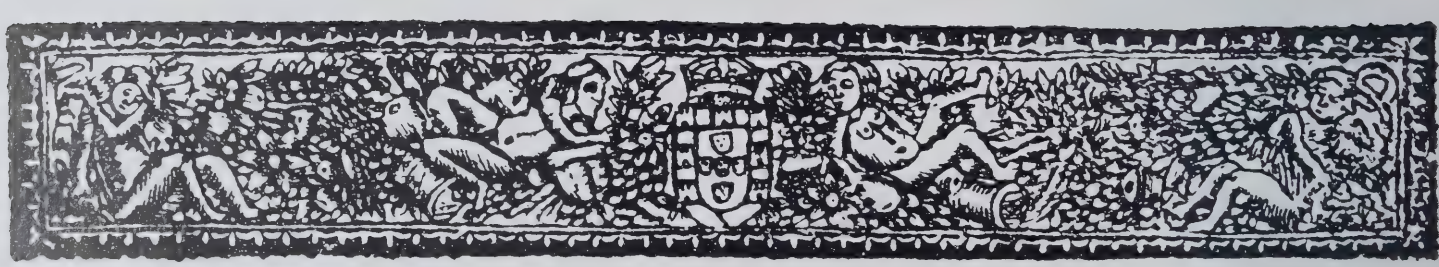
CABEÇÃO ORNAMENTAL, gravado em chapa de madeira, tendo na parte média o emblema da Companhia de Jesus e reproduzido em diversas obras durante o século XVIII

CORRIGENDA

Entre outros erros, devem corrigir-se os seguintes:

Página 115, na legenda da gravura	onde se lê	*(Gravura de Dirk ou Daniel Stoop...*	deve ler-se *(Gravura de Dirk ou Ricardo Stoop...*
» 118 — Coluna I — Linhas 26 e 27	» » »	*Fr. Nicolau Vieira*	» » *Fr. Nicolau d'Oliveira*
» 155 —	adicionar à bibliografia de D. Francisco Manuel de Melo a antologia *O Poeta melodino* de José Pereira Tavares, Pôrto, 1921, e a *Revista de História*, vol. X		
» 158 — Colunas I e II — Última linha da I e 1.ª da II	onde se lê	*Em 1066, a 13 de Outubro*	deve ler-se *Em 1666, a 24 de Agosto*
» 163 — Coluna I — Linha 46	» » »	*dez*	» » *doze*
» 163 — » II — » 8	» » »	*mesmo*	» » *mesma*
» 171 — » II — » 17	» » »	*Quais (ninfas por garbo*	» » *Quais (ninfas) por garbo*
» 180 — » II — » 3	» » »	*Malta, Jaime Falcó*	» » *Montesa, Jaime Falcón*
» 182 — » I — » 19	» » »	*Falcó*	» » *Falcón*
» 182 — » II — » 5	» » »	»	» » »
» 183 — » I — » 1	» » »	»	» » »
» 208 — Legenda da gravura	» » »	*Retrato do historiador Fr. Bernardo da Cruz*	» » *Retrato do historiador Fr. Bernardo de Brito*
» 222 — Coluna II — Linha 55	» » »	*Figamèri*	» » *Figanière*
» 262 — Legenda da primeira gravura	» » »	*Paço da Ribeira (cópia de uma gravura da época)*	» » *Paço da Ribeira (Cópia de um desenho da época, aguarelado a tinta da China, e que existe ainda num gabinete do Ministério das Obras Públicas)*
» 263 — A legenda da gravura	deve ser rectificada para *Palácio do Côrte Real* (Desenho invertido da fachada ocidental do velho palácio). O primeiro desenho foi feito pelo gravador Direk Stoop, por 1660. Copiado, cêrca de 1707, para a obra *Portogallo Delineato, e Descritto Dal P. Coronelli*, já aí aparece invertido (da esquerda para a direita) com o título *Palazzo del Conte d'Avero in Lisbona*. Pela mesma época foi reproduzido em *Les Delices de l'Espagne et du Portugal*, por Juan Alvarez de Colmenar, edição de Leide, de 1707, e nas várias edições subseqüentes que desta obra se fizeram com diferentes títulos. Também aí aparece invertida, e com o título *Palais du Comte d'Avero, à Lisbonne où Charles III a été logé*. Posteriormente muitas outras vistas se copiaram destas, especialmente vistas ópticas, umas vezes direitas e outras invertidas, mas designando tôdas o edifício por *Palácio do Duque d'Aveiro*.		
» 264 — A legenda da estampa	*Aspecto do Largo do Pelourinho em fins do século XVIII*. Gravura copiada da obra *Select views of some of the principal cities of Europe*, by Lieut. Col.el Batty. London, 1832. (Da *História de Portugal* de M. Pinheiro Chagas, ed. H. de Portugal).		
» 266 — Coluna I — Linha 1	onde se lê	*há memória*	deve ler-se *sabe-se*
» 266 — » II — » 30	» » »	*sonho megalomano de*	» » *o sonho megalomano*
» 267 — » I — » 15	» » »	*1733*	» » *1773*
» 269 — » II — » 56	» » »	*apedrejara*	» » *apedrejou*
» 270 — » II — » 3	» » »	*nacional*	» » *nacionais*
» 270 — » II — » 22	» » »	*alunos da mesma*	» » *alunos da mesma Aula Régia*
» 270 — » II — » 26	» » »	*Rivara*	» » *Rivara, aluno da Casa Pia*
» 271 — » I — » 54	» » »	*enviado*	» » *custeado*

Página 290 — Coluna II — Linhas 53 e 54	Estas duas linhas devem passar para depois da linha 22 pois são o começo do segundo parágrafo	
» 290 — » I — Linha 57	onde se lê *de autos desconhecidos*	deve ler-se *de autor desconhecido*
» 290 — » II — » 1	» » » *recolheu*	» » *recolhesse*
» 291 — » I — Linhas 53 e 54	» » » *As duas memórias sôbre a origem e a história da tipografia de Portugal*	» » *As duas Memórias sôbre a origem e a história da tipografia em Portugal*
No *hors-texte* de páginas 200 e 201	» » » *Os dois grandes prosadores do século XVI*	» » *Os dois grandes prosadores do século XVII*



TARJA OU CABEÇÃO empregada por João da Costa, Valentim da Costa Deslandes e Pascoal da Silva. (Das *Impressões Deslandesianas*, por Xavier da Cunha). Gravura impressa, entre outras obras, nas *Prosas portuguesas* de Rafael Bluteau

Armas de Portugal. Gravura da oficina de Valentim da Costa Deslandes, publicada no rosto de a *Musa typographica*, saída da mesma oficina em 1703

Acabou de se imprimir êste terceiro e último volume da História da Literatura Portuguesa, ilustrada, em Lisboa, aos 15 de Setembro de 1932, na Tipografia da Sociedade Gráfica Editorial, Rua da Alegria, 30

LIVRARIA
BERTRAND · 1732

UNIVERSITY OF ILLINOIS-URBANA
3 0112 122885277